UFPR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

ANTONIO MANOEL NUNES CASTELNOU, NETO

ECOTOPIAS URBANAS

IMAGEM E CONSUMO DOS PARQUES CURITIBANOS

Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR, da linha de pesquisa "Urbanização, Cidade e Meio Ambiente", Turma V, sob a orientação dos professores: Dr[a]. Yara Vicentini e Dr. Francisco de Assis Mendonça.

CURITIBA PR
2005

Sobre o outro que me olha,
aponto por minha vez o meu olhar.
Mas um olhar não pode ser olhado:
desde que olho em direção ao olhar,
este se desvanece e não vejo mais que olhos.
Neste instante, o outro torna-se um ser
que eu possuo e que reconhece minha liberdade.
Parece que minha meta foi alcançada,
já que possuo o ser que detém a chave da minha objetividade
e posso fazê-lo experimentar de mil maneiras minha liberdade.

Jean-Paul Sartre (1905-1980)
(*L'Être et le Néant*, 1943:473)

Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 57 64
E-mail: made@ufpr.br
Home-Page: www.doutmeio.ufpr.br

Ata da sessão publica da argüição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às 09h00min horas na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná-Setor de Ciências Agrárias, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Francisco de Assis Mendonça (Orientador-UFPR), Ivone Salgado (Puc Campinas), Maria Encarnação Beltrão Sposito (USP), Yara Vicentini (UFPR) e Cristina Araújo Lima (UFPR) para argüição da tese de Doutorado apresentada pelo candidato **Antonio Manoel Nunes Castelnou Neto**, intitulada "*Ecotopias Urbanas: Imagem e Consumo dos Parques Curitibanos*". A sessão teve início com o Prof. Francisco de Assis Mendonça na Presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra a cada um dos examinadores para realização de suas respectivas argüições. O doutorando apresentou sua defesa. Na seqüência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente, decidiu pela Aprovação do candidato com menção: Distinção (X) Louvor ( ). Em seguida, o senhor Presidente declara aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 19 de dezembro de 2005.

Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça_____

Profa. Dra. Ivone Salgado_____

Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito_____

Profa. Dra. Yara Vicentini_____

Profa. Dra. Cristina Araújo Lima_____

Dedico este trabalho à minha família,
principalmente aos meus pais que sempre acreditaram em mim.

E aos amigos que nunca deixaram de estar ao meu lado,
porque mesmo distantes vão estar sempre comigo!

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste estudo,
em especial à imensa contribuição dos meus professores e orientadores:
a Yara, que sempre se dispôs a atender minhas dúvidas e indicar mais um livro; e
o Chico, que em todos os toques apontou sempre a melhor direção. Muito obrigado!

Obrigado também a todos os amigos que fiz no doutorado,
aos professores que me fizeram pensar diferente e
a todos aqueles que inspiraram meu caminho!!

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de *Doutor* no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR, pela seguinte Banca Examinadora:

Profª. Drª. Yara Vicentini
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPR
(Orientadora)

Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça
Departamento de Geografia, UFPR
(Co-Orientador)

Prof. Dr.

(Professor convidado)

Prof. Dr.

(Professor convidado)

Prof. Dr.

(Professor convidado)

Curitiba, _____de _____de 200__.

Esta tese reflete sobre a questão dos parques urbanos de Curitiba, que, criados a partir da década de 1970 devido a justificativas ambientais e utilizados amplamente através de *city marketing*, transformaram-se em objetos de consumo e espetacularização da natureza. Com base em um *Projeto Interdisciplinar de Pesquisa*, o estudo parte de uma abordagem geral da cidade enquanto fenômeno socioespacial, as transformações da relação entre homem e natureza, a crise ecológica e o movimento ambientalista, até enfocar o papel do pensamento utópico e, em especial, das *ecotopias*. Tendo como fundamentos teóricos a argumentação existencialista e as críticas dos situacionistas, o trabalho procura dialogar com a problemática pós-moderna referente à cultura do consumo, a alienação e a massificação da sociedade contemporânea.

ABSTRACT

This thesis consists in a reflection about the discussion of Curitiba's urban parks, that servants starting from the 70's due to environmental justifications and used thoroughly through *city marketing*, they became consumption objects and nature spectaclerization. Based in an *Interdisciplinar Research Program*, the study part of a general approach of the city while social and space phenomenon, the transformations of the relationship between man and nature, the ecological crisis and the environmental movement, until focuses the utopian thought and especially the *ecotopias* paper. The work has as theoretical foundations the existentialist arguments and the situationist critics, trying to dialogue with the post-modern problem regarding the culture of the consumption; the alienation and the commodification of the contemporary society.

RÉSUMÉ

Cette thèse reflète sur la question de les parcs urbains de Curitiba, qui, créé à partir de la décennie de 1970 dû aux justifications environnementales et utilisées suffisantement à travers le *city marketing*, sont transformés dans des objects de consommantion et spectacularization de la nature. Baséé sur un *Programme Interdisciplinaire de Recherche*, l'étude parte d'un abordage général de la ville tant que phénomène social et spatial, les transformations de la relation entre homme et nature, la crise écologique et le mouvement environnemental, jusqu'à defocaliser la pensée utopique et, en particulier, le rôle de les *ecotopias*. Le travail a comme fondements théoriques les discussions existentialistes et les critiques situationnistes, en essayant de dialoguer avec la problèmatique postmoderne afférente à la culture de la consommation; l'aliénation et la commodification de la société contemporaine.

RESUMO

Esta tesis presenta el asunto de los parques urbanos de Curitiba, que, creados a partir de los 70 debido a las justificaciones medioambientales y utilizados largamente a través del *city marketing*, se volvieron en objetos de consumo y espectacularización de la naturaleza. Con la base en un *Proyecto Interdisciplinario de Pesquisa*, el estudio parte de un acercamiento general de la ciudad mientras fenómeno socioespacial, las transformaciones de la relación entre hombre y naturaleza, la crisis ecológica y el movimiento ambientalista, hasta enfocar el papel del pensamiento utópico y, sobre todo, de las *ecotopias*. Con fundaciones teóricas en los argumentos existencialistas y la crítica de los situacionistas, el trabajo intenta dialogar con el problema posmoderno con respecto a la cultura del consumo, la alineación y la masificación de la sociedad contemporánea.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Apresentação da Problemática 03
Metodologia e Estruturação da Tese 09
Saber Ambiental e Interdisciplinaridade 15
Projeto Interdisciplinar de Pesquisa 26

Referências Bibliográficas e Webgrafia 33

1. CIDADE

1.1. Do Início da Urbanização à Industrialização 37
1.2. Cidade Moderna e Planejamento Urbano 51
1.3. Pós-Modernismo, Megacidades e Sustentabilidade 79

Referências Bibliográficas e Webgrafia 99
Fontes de Ilustrações 103

2. NATUREZA

2.1. Bases para um Conceito de Natureza 107
2.2. Da Antiguidade ao Ideal Iluminista 116
2.3. Romantismo e Evolucionismo 139

Referências Bibliográficas e Webgrafia 153
Fontes de Ilustrações 156

3. ECOLOGIA

3.1. Do Naturalismo à Fenomenologia 159
3.2. Filosofia da Existência, Corpo e Natureza 171
3.3. Eclosão do Ecologismo 184

Referências Bibliográficas e Webgrafia 203
Fontes de Ilustrações 206

4. UTOPIAS

4.1. Pressupostos do Utopismo 209
4.2. Do Ideal Renascentista à Cidade da Ilustração 224
4.3. Socialismo Utópico, *Company-Towns* e *Garden-Cities* 247
4.4. Das Utopias Modernas às Propostas Tecnotópicas 274
4.5. *Back-to-the-Land Movement*, Ecotopias e Situacionismo 291

Referências Bibliográficas e Webgrafia 310
Fontes de Ilustrações 313

5. PARQUES

5.1. Movimento Ambientalista e a Nova Ciência 317
5.2. Parques Urbanos e *Park Movement* 332
5.3. Do *Beautiful City* ao *City Marketing* 351

Referências Bibliográficas e Webgrafia 376
Fontes de Ilustrações 379

6. CURITIBA

6.1. Da Formação da Cidade à Capital Ecológica 383
6.2. Primeiros Parques e *City Marketing* 415
6.3. Urbanismo Ecológico e Parquismo Curitibano 440

Referências Bibliográficas e Webgrafia 466
Fontes de Ilustrações 468

CONCLUSÕES

Imagem e Consumo dos Parques Curitibanos 471
Considerações Finais 494

Referências Bibliográficas e Webgrafia 499

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1 Traçado urbano no sistema reticular segundo Hipódamos 42
FIGURA 1.2 Mapa esquemático de Atenas, Grécia (Séc. V a.C.) 42
FIGURA 1.3 Malha quadriculada 43
FIGURA 1.4 Formação do burgo e arredores 44
FIGURA 1.5 Ressurgimento do comércio 45
FIGURA 1.6 Vista de Veneza, Itália (Séc. XVI) 46
FIGURA 1.7 Vista de Florença, Itália (Séc. XV) 47
FIGURA 1.8 Mapas de Paris, França (Sécs. XVI e XVIII) 48
FIGURA 1.9 Mapa de Londres, Inglaterra (Séc. XVIII) 49
FIGURA 1.10 Mapa de Amsterdã, Holanda (Séc. XIX) 49
FIGURA 1.11 Plano Cerdà, Barcelona Espanha (1859) 54
FIGURA 1.12 Plano do *Ringstrasse* de Viena, Áustria (1860) 54
FIGURA 1.13 Plano de Haussmann para Paris, França (1853/69) 56
FIGURA 1.14 Plano de Paris, França: Remodelações viárias (1853/69) 56
FIGURA 1.15 Plano do Rio de Janeiro, Brasil (Séc. XIX) 58
FIGURA 1.16 Planta esquemática da *Cité Industrielle* (1901/04) 61
FIGURA 1.17 *Une ville contemporaine* (1922), Le Corbusier 62
FIGURA 1.18 *Neighborhood Unit* ou Unidade de Vizinhança – UV 64
FIGURA 1.19 Plano de Radburn, Nova Jersey EUA (1928/29) 65
FIGURA 1.20 Teoria dos Locais Centrais, Walter Christaller 71
FIGURA 1.21 Modelo híbrido de Isard (1955) 72
FIGURA 1.22 Plano de *Covent Garden*, Londres 81
FIGURA 1.23 *The Docklands Highways*, Londres 82
FIGURA 1.24 Vista aérea de *Seaside*, Walton County, Flórida EUA 89
FIGURA 1.25 Planta de *Kentlands*, Gaithersburg, Maryland EUA 89
FIGURA 1.26 Complexo de *Walt Disney World*, Flórida EUA 90
FIGURA 1.27 Vista noturna do planeta iluminado 93
FIGURA 1.28 Esquema para o desenvolvimento sustentável 96
FIGURA 1.29 *Mapa-múndi* com as megacidades do planeta em 2015 98
FIGURA 1.30 Porcentagem da população urbana por continente e mundial de 1950 a 2030. 99

FIGURA 2.1 Mistério da árvore da vida 113
FIGURA 2.2 A natureza composta pelos quatro elementos 118
FIGURA 2.3 *Escola de Atenas* (1511/14), Rafael 119
FIGURA 2.4 Jesus Cristo e os quatro elementos 121
FIGURA 2.5 *De Natura Rerum* (Séc. I a.C.), Lucrécio 124
FIGURA 2.6 *Historia naturalis* (77 d.C.), Plínio 125
FIGURA 2.7 Representação do universo heliocêntrico, Copérnico 130
FIGURA 2.8 *Mysterium Cosmographicum* (1596), Johannes Kepler 130
FIGURA 2.9 *The Novum Organum* (1620), Francis Bacon; *Leviathan* (1651), Thomas Hobes 131
FIGURA 2.10 *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1687), I. Newton 133

FIGURA 2.11 Georg W. F. Hegel (1770-1831) com estudantes 138
FIGURA 2.12 *Encyclopédie* (1770/75), Denis Diderot 140
FIGURA 2.13 Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) 142
FIGURA 2.14 O desvendamento da natureza e seus símbolos 150

FIGURA 3.1 Árvore filogenética da vida (1866); árvore da evolução humana (1891), Ernest Haecke 161
FIGURA 3.2 Caricaturas de Søren Kierkegaard (1813-1855) e de Friedrich Nietzsche (1844-1900) 165
FIGURA 3.3 Caricatura de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e sua obra-prima, *L'être et le néant* (1943) 171
FIGURA 3.4 Percepção humana 181
FIGURA 3.5 Planeta Terra 185
FIGURA 3.6 Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) 194
FIGURA 3.7 *The limits to growth* (1972); logotipo do PNUMA (1972) 199

FIGURA 4.1 *O jardim das delícias* (1485/1505), Hieronymus Bosch 222
FIGURA 4.2 *O paraíso* (1569, detalhe), Pieter Brueghel 223
FIGURA 4.3 *Mapas de Utopia* (1516/18), Thomas Morus 226
FIGURA 4.4 Planta da cidade ideal de *Sforzinda* (1460), Filarete 226
FIGURA 4.5 Esquema de *Palma Nova* (1593), Vincenzo Scamozzi 227
FIGURA 4.6 Vista aérea da cidade ideal de *Palma Nova*, Itália 228
FIGURA 4.7 Tommaso Campanella (1568-1639); *Le code le la nature* (1755), Morelly 233
FIGURA 4.8 Proposta de remodelação de Paris (1765), Pierre Patte 237
FIGURA 4.9 *Campo Marzio dell'antica Roma* (1761/62), Piranesi 239
FIGURA 4.10 Projeto de renovação urbana para Londres (1776), John Gwynn ... 240
FIGURA 4.11 Projeto para a *Cenoph Bibliothèque Nationale de Newton* (1783), Paris, Étienne-Louis Boullée 241
FIGURA 4.12 Planta e vista interna da proposta para a *Bibliothèque du Roi* (1783), Paris, Étienne-Louis Boullée (1728-1799) 242
FIGURA 4.13 Perspectiva de *La Saline de Chaux* (1774) 243
FIGURA 4.14 Plano geral da cidade e projeto do cemitério da *Ville sociale de Salinas* de Chaux (1774), Claude-Nicolas Ledoux 243
FIGURA 4.15 Planta de *Monticello* (1769/1809), Charlottesville, Virgínia EUA, Thomas Jefferson 245
FIGURA 4.16 Modelo para a comunidade de *New Harmony* (1826), Indiana EUA, Robert Owen 249
FIGURA 4.17 Perspectiva de um *Phalanstère* (1832), Charles Fourier 251
FIGURA 4.18 Vista geral do local de implantação do falanstério 252
FIGURA 4.19 Projeto para o *familistério* de Guise, Jean-Baptiste Godin 253
FIGURA 4.20 Implantação do "familistério" em Guise, França 253

FIGURA 4.21 Modelo urbanístico de *Victoria* (1849), James S. Buckingham 254
FIGURA 4.22 Vista geral da cidade ideal de *Victoria* (1849) 255
FIGURA 4.23 Étienne Cabet (1788-1856); *Voyage en Icaria* (1842) 255
FIGURA 4.24 Plano para a *Ciudad Lineal de Madrid* (1886), Arturo Soria y Mata 257
FIGURA 4.25 Plano da *company-town* de *Lowell* (1820), Massachusetts EUA, Kirk Boot 261
FIGURA 4.26 Plano da "cidade-fábrica" de *Saltaire* (1853), West Yorkshire Inglaterra, Titus Salt 262
FIGURA 4.27 Plano da "cidade-fábrica" de *Pullman* (1880) nas proximidades do lago Calumet, Illinois EUA 264
FIGURA 4.28 Esquemas teóricos da *Garden City* (1898), propostos por Ebenezer Howard 269
FIGURA 4.29 Proposta esquemática de uma *garden-city* (1898) 270
FIGURA 4.30 Planos urbanos das "cidades-jardins" de *Letchworth* (1903) e de *Welwyn* (1919), Inglaterra 270
FIGURA 4.31 Planos urbanísticos de *Greenbelt*, Maryland; e de *Greenhills*, Ohio EUA 271
FIGURA 4.32 Traçado do *Jardim América* (1916), São Paulo SP 272
FIGURA 4.33 *Plano Obus* para Argel (1931), na Argélia, Le Corbusier 275
FIGURA 4.34 Perspectiva do *Plan Voisin* (1925) e plano urbanístico de *La Ville Radiouse* (1935), Le Corbusier 276
FIGURA 4.35 Perspectiva da "cidade vertical' (1930) e proposta para a "cidade residencial" (1927), Ludwig Hilberseimer 277
FIGURA 4.36 Proposta urbanística para a *Broadacre City* (1934), Frank Lloyd Wright 278
FIGURA 4.37 Aplicação do conceito da *Broadacre City* (1934) em todo o território americano 280
FIGURA 4.38 Proposta para uma cúpula geodésica sobre parte da ilha de Manhattan, Nova York EUA, Richard Buckminster Füller 284
FIGURA 4.39 Proposta para a *Helix City* (1960), Kisho Kurokawa; maquete da *Ocean City* (1960), Kiyonori Kikutake 288
FIGURA 4.40 Vistas gerais da *Plug-In City* (1961), Peter Cook 290
FIGURA 4.41 Vistas da comunidade de *Arcosanti* (1956/74), Paolo Soleri 293
FIGURA 4.42 Publicações de Ernest Callenbach (1929-) 296
FIGURA 4.43 Mapa da implantação da "ecovila" de *Earthaven* (1994), próxima a Asheville, em North Carolina EUA 299
FIGURA 4.44 Desenho conceitual da *ecovillage* de NW Calgary (2000), Alberta Canadá, Jorg Ostrowski 300
FIGURA 4.45 Esquema planimétrico da situação de NW Calgary (2000) 300
FIGURA 4.46 *Trajets pendant um ane dúne jeune fille du XVIe arrondissement,* Paris, Paul-Henry Chombart de Lawe 304
FIGURA 4.47 *New Babylon Paris* (1963), Constant A. Nieuwenhuys 306
FIGURA 4.48 *Groep Sectoren* (1960), Constant A. Nieuwenhuys 309

FIGURA 5.1 Mapa com a indicação de alguns dos mais graves problemas ambientais contemporâneos 318
FIGURA 5.2 Infográfico explicativo do *Big Bang* ou nascimento do universo ... 328
FIGURA 5.3 Diagrama esquemático do ecodesenvolvimento e seus determinantes 330
FIGURA 5.4 Planta geral da *ágora* de Atenas (Séc. IV a.C.), Grécia 335
FIGURA 5.5 Planta da *Piazza del Campo* (Séc. XIII), Siena, Itália 336
FIGURA 5.6 Vista e planta geral do Pátio do *Belvedere* (1501/03), situado nos jardins do Vaticano, Roma, Donato Bramante 337
FIGURA 5.7 Planta e perfil da *Villa Lante* e seus jardins (1560/68), em Bagnaia Itália, Il Vignola 337
FIGURA 5.8 Vista geral em 1668 do *Palais de Veisailles,* próximo a Paris 338
FIGURA 5.9 Planta geral dos jardins do *Blenheim Palace* (1764/74), em Woodstock, Inglaterra, Capability "Lancelot" Brown 340
FIGURA 5.10 Planta geral do *Birkenhead Park* (1844/47), situado em Londres Inglaterra, Joseph Paxton 340
FIGURA 5.11 *Passeio Público* do Rio de Janeiro (1862), Auguste F. M. Glaziou . 341
FIGURA 5.12 Planta do *Jardim Botânico* do Rio de Janeiro (1808) 343
FIGURA 5.13 Planta do *Llewelling Park* (1853), Nova Jersey EUA, Andrew Jackson Downing..... 345
FIGURA 5.14 Planta do *Central Park*, Nova York EUA, Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux 347
FIGURA 5.15 Planta geral do *Prospect Park* (1866), Brooklyn, Nova York EUA, Frederick Law Olmsted 347
FIGURA 5.16 Planta de *Riverside* (1869), Chicago EUA, Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux 348
FIGURA 5.17 Vista aérea da cidade de Boston, Mass. EUA, em 1877 349
FIGURA 5.18 Mapa do *Yellowstone National Park* (1869), EUA 349
FIGURA 5.19 *Plano de Chicago* (1908/09), Daniel Burnham e Edward Bennet .. 352
FIGURA 5.20 Perspectiva do centro de Chicago, segundo o plano de 1909 353
FIGURA 5.21 Plano para o *National Mall* de Washington DF (1901) 353
FIGURA 5.22 Vista aérea do Plano para o *National Mall* de Washington DC 354
FIGURA 5.23 Vista aérea do *Parque D. Pedro II* (1914), São Paulo SP 356
FIGURA 5.24 Planta do *Jardim Botânico* de São Paulo SP 358
FIGURA 5.25 *Plano de Brasília* DF (1955/57), Lúcio Costa 361
FIGURA 5.26 *Disneyland,* Anaheim, Califórnia EUA 367
FIGURA 5.27 Planta do *Parque Ibirapuera* (1954), São Paulo SP 368
FIGURA 5.28 Perspectiva geral do plano de reestruturação da região de *Puerto Madero*, em Buenos Aires, Argentina 369
FIGURA 5.29 Plano Estratégico para o antigo *Puerto Madero*, desenvolvido a partir de 1985 e implantado na década de 1990 370
FIGURA 5.30 Plano de reestruturação da área portuária de Barcelona, na Espanha, Oriol Bohigas 374
FIGURA 5.31 Vistas gerais do *Parc de La Villette* (1993), Bernard Tschumi 375

FIGURA 6.1 Mapa do Estado do Paraná, com a localização de sua capital 385
FIGURA 6.2 Planta da cidade de Curitiba em 1857 388
FIGURA 6.3 Planta do *Passeio Público* de Curitiba, criado em 1886 392
FIGURA 6.4 Planta da cidade de Curitiba em 1900 396
FIGURA 6.5 *Plano Agache* (1941/43) 401
FIGURA 6.6 *Plano Diretor* da cidade de Curitiba (1966) 407
FIGURA 6.7 Região Metropolitana de Curitiba – RMC, ainda sem a inclusão do Município da Lapa 408
FIGURA 6.8 Localização das principais áreas verdes de Curitiba (2004)..... 412
FIGURA 6.9 *Parque São Lourenço* (1972), Curitiba PR 417
FIGURA 6.10 Planta do *Parque São Lourenço* (1972) 417
FIGURA 6.11 Planta do *Parque Barreirinha* (1969), Curitiba PR 418
FIGURA 6.12 *Parque Barigüi* (1972), Curitiba PR 419
FIGURA 6.13 Planta e vista geral do *Parque Barigüi* (1972) 420
FIGURA 6.14 *Parque Regional do Iguaçu* (1976), Curitiba PR 421
FIGURA 6.15 Planta do *Bosque João Paulo II* ou *Bosque do Papa* (1978) 424
FIGURA 6.16 *Bosque Capão da Imbuia* (1980), Curitiba PR 424
FIGURA 6.17 Planta do *Parque General Iberê de Mattos* (1988), situado no Bacacheri, Curitiba PR 427
FIGURA 6.18 Planta do *Bosque Gutierrez* (1986/88), situado no Vista Alegre, Curitiba PR 429
FIGURA 6.19 *Bosque Reinhard Maack* (1989), situado na Vila Hauer, Curitiba PR 431
FIGURA 6.20 Planta do *Parque das Pedreiras* (1990), Curitiba PR 433
FIGURA 6.21 *Parque das Pedreiras* (1990), situado no bairro Abranches 434
FIGURA 6.22 *Jardim Botânico Francisca Maria Garfunkel Rischbieter* (1991), situado no antigo bairro Capanema, Curitiba PR 436
FIGURA 6.23 Planta do *Jardim Botânico* (1991) de Curitiba PR 437
FIGURA 6.24 *Parque Municipal do Passaúna* (1991), Curitiba PR 437
FIGURA 6.25 *Bosque Zaninelli* (1992), bairro do Pilarzinho, Curitiba PR 439
FIGURA 6.26 *Bosque de Portugal* (1994), Jardim Social, Curitiba PR 442
FIGURA 6.27 Planta do *Parque dos Tropeiros* (1994), situado na CIC 443
FIGURA 6.28 *Parque dos Tropeiros* (1994), Curitiba PR 444
FIGURA 6.29 Vista geral do *Parque Tingüi* (1994), Curitiba PR 445
FIGURA 6.30 *Parque Tingüi* (1994), situado no bairro São João 446
FIGURA 6.31 Planta do *Bosque da Fazendinha* (1996),Curitiba PR 447
FIGURA 6.32 Planta e vista do *Bosque Alemão* (1996), situado no bairro Vista Alegre, Curitiba PR 448
FIGURA 6.33 *Bosque São Cristóvão* ou *Bosque Italiano* (1996), situado em Santa Felicidade, Curitiba PR 449
FIGURA 6.34 *Parque Tanguá* (1996/99), situado entre os bairros Taboão e Pilarzinho, na região Norte de Curitiba PR 451
FIGURA 6.35 Vistas gerais do *Parque Tanguá* (1996/99) 452
FIGURA 6.36 Localização das *Bacias de Mananciais* na RMC 455

FIGURA 6.37 Vista aérea da área de implantação do *Bosque Maria Luísa Gomm*, situado no Batel 459
FIGURA 6.38 Vista por satélite da região central da cidade de Curitiba em 2005 462
FIGURA 6.39 Municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba 464
FIGURA 6.40 Evolução da ocupação do solo na cidade de Curitiba PR 465

FIGURA I *Áreas verdes de Curitiba*: interpretação neosituacionista 485
FIGURA II *Percurso ecotópico pelo centro curitibano*: interpretação neosituacionista 485

LISTA DE DIAGRAMAS, QUADROS E TABELAS

DIAGRAMA I Roteiro Metodológico da Tese 10
DIAGRAMA II Objetivos Gerais do Grupo Urbano 29
DIAGRAMA III Interfaces de Pesquisa Interdisciplinar 30
DIAGRAMA IV Quadro de Análise das Interfaces de Pesquisa 31
DIAGRAMA V Objetivos e Dinâmica Interdisciplinar Proposta 32

QUADRO I Caracterização Comparativa entre a Primeira e a Segunda Modernidade 19
QUADRO II Projeção das 10 Cidades Mais Populosas do Mundo até 2030 39
QUADRO III Diferenças Esquemáticas entre Modernismo e Pós-modernismo 86
QUADRO IV Fenômenos de Privatização e Publicização do Espaço Urbano 88
QUADRO V Curitiba e RMC: População Total e Taxas de Crescimento entre 1780 e 2000 404
QUADRO VI Lista de Parques Urbanos de Curitiba 413
QUADRO VII Lista de Bosques Públicos de Curitiba 414
QUADRO VIII Curitiba e suas Imagens de Positividade 456
QUADRO IX Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos Municípios da RMC em 2000 463
QUADRO X ◦ Quadro Comparativo entre a Sociedade de Consumo e a Cultura de Consumo 476

TABELA I População dos Municípios do Primeiro Patamar Metropolitano em 1991 e em 2001 / Taxa de Crescimento no Período 1991-2001 27

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Tratar de questões como desenvolvimento e meio ambiente possibilita várias abordagens e enfoques. Todos eles sempre vão fazer referência a como o *homem* – e, de modo mais amplo, a *sociedade* – posiciona-se diante da *natureza*; como se relaciona com ela e que efeitos são produzidos desse relacionamento. A crescente urbanização que se hoje evidencia vem apontando para uma nova realidade que coloca a maioria absoluta da população vivendo em cidades, nas quais os problemas ambientais mostram-se cada vez mais desafiadores. Soma-se a este quadro as grandes catástrofes, ora produzidas pelo próprio planeta que se ressente de uma relação que há muito se mostra predatória e inconseqüente, ora criadas pela humanidade, a qual se esquece da fragilidade da vida e da inquestionável irreversibilidade que atos como o desrespeito às desigualdades étnico-culturais ou possibilidades socioeconômicas podem gerar, levando ao caos e insegurança mundiais.

Desde o último quartel do século passado, os homens despertaram para a crise ecológica e suas repercussões tanto no equilíbrio do meio ambiente – seja em nível local como em escala global, diante dos riscos eminentes da destruição da camada de ozônio e provável aquecimento do planeta; da devastação de florestas e áreas cultiváveis; e do esgotamento das fontes energéticas convencionais, assim como dos chamados "recursos" naturais, que antes eram inclusive definidos como "renováveis" –, como também nos processos socioeconômicos e políticos, nos quais o atual modelo de desenvolvimento tornou-se questionável, conduzindo à profanação de culturas milenares e à alienação de indivíduos que perderam as principais referências de seus mundos e valores. Entretanto, nesse início do novo milênio, os equívocos permanecem, assim como a escalada praticamente irrefreável da sociedade de consumo, na qual todos os aspectos da vida humana tornaram-se mercadorias e o os meios de comunicação de massa passaram inclusive a substituir a própria realidade.

Em um mundo onde "o sistema de informação substitui a história", como afirma BAUDRILLARD (2001), os *mass media* começaram a produzir acontecimentos da mesma forma que o capital produziu trabalho; e passou-se a viver literalmente em um mundo de ilusão, onde o real é constantemente bombardeado, saqueado; ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, tudo que existe como idéia, sonho ou *utopia* acaba aniquilado; erradicado, porque é de imediato realizado; operacionalizado. As fantasias morrem e, com elas, perdem-se as ideologias, nossos objetos de crença; enfim, nossos motivos para agir e transformar. De ideologia pode-se compreender vários significados, mas todos têm em comum a idéia de que abarca um conjunto de concepções ou opiniões sobre algo que está sujeito à discussão; um conjunto lógico, sistemático e concreto tanto de representações – idéias e valores – como de normas ou regras de conduta, os quais nortearam nossa pensamento, nossa forma de agir; enfim, nossa vida.

É um corpo explicativo e prático que permite nos posicionarmos diante dos acontecimentos reais. Perdê-la aqui assume o significado de alienar-se, mas no sentido que LUCKÁCS (2003) deu à alienação, ou seja, a *sensação de impotência* – não vivida como violência, mas sofrida inconscientemente –; e que caracterizaria o homem atual, o qual, no seio da sociedade capitalista e sistematicamente marginalizado das estruturas reais de poder e decisão, acabaria vinculado a uma realidade constante e insuperável, na qual sua personalidade converte-se em mera espectadora de tudo que acontece à sua própria existência, através de uma certa maneira cristalizada de perceber o mundo e a si mesmo, assim como a relação com os outros.

A perplexidade diante do mundo contemporâneo, assim como as incertezas que afligem a maioria das populações urbanas, que hoje se vêem acuadas pelos problemas de sobrevivência – que é a utopia "mínima", comparada com a *utopia máxima da vida*[1] –, assim como pela urgência com que se exigem respostas aos desafios existenciais de cada um, vêm aqui se constituir no estimulo para pensar criticamente essa realidade complexa que é a do momento atual. Se, de um lado, continua-se a pensar em dimensões local, regional ou nacional; de outro, prossegue-se em ritmo acelerado o processo de globalização que atinge da economia e política até os sistemas de informação e comunicação. Para alguns, essas dúvidas e contradições aparentemente insolúveis os levam a perder a confiança em si mesmos, nos semelhantes e também no poder constituído. Porém resta perguntar onde se pode encontrar respostas às dúvidas da existência humana; enfim, a essas interrogações que nos atormentam como indivíduos pensantes e atuantes.

Aprendeu-se com os filósofos existencialistas[2], especialmente SARTRE (2003), que os seres humanos nascem para serem livres. Contudo liberdade não significa optar arbitrariamente por um ou outro caminho, mas implica também em responsabilidade, ou seja: *todo indivíduo é responsável pelo que faz ou deixa de fazer.* Agindo e pensando sobre as suas ações, transforma sua realidade e a si mesmo, encontrando enfim sentido para sua vida.

---

[1] Sobre isto, indicam-se os textos instigantes de Jean Baudrillard (1929-), como *De la seducion* (*Da sedução*, 1979), em que interpreta a sedução do consumidor como um jogo de aparências e um desafio à existência da produção e do desejo; *L'illusion dela fin* (*A ilusão vital*, 1995), onde denuncia o assassinato do real – o "crime perfeito" –, além do espectro que assombra a manipulação genética e a clonagem, o "mundo sem sexo e sem morte"; e *Mots de passe* (*Senhas*, 2000), em que trata, além de outros temas, da substituição do real pelo virtual. Ao analisar os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, Baudrillard mostra como, em nosso universo midiático, a imagem costuma ocupar o lugar do acontecimento. "O desmoronamento das Torres do *World Trade Center* é inimaginável, mas isso não é suficiente para fazer dele um acontecimento. Um aumento de violência não é suficiente para mostrar a realidade. Porque a realidade é um princípio e é esse princípio que está perdido. Real e ficção são imbricados e a fascinação do atentado é antes a da imagem – as conseqüências dele, ao mesmo tempo, jubilatórias e catastróficas, são em grande parte imaginárias. Nesse caso, pois, o real soma-se à imagem como um acréscimo de terror, como um arrepio a mais. Não somente desperta sentimento de terror, mas além de tudo é real [...] O sistema sendo o câncer; o terrorismo é sua metástase" (BAUDRILLARD & MORIN, 2004:43-7).

[2] Em termos gerais, o pensamento existencialista procede da análise que Jean-Paul Sartre (1905-1980) fez da filosofia de Martin Heidegger (1889-1976), nos anos 40 e 50 do século passado – exposta em 1943, com seu clássico *L'Être et le néant* (*O ser e o nada*, 2003) –, embora suas bases já possam ser encontradas nas idéias de Søren Kierkegaard. Seu ponto principal estaria em colocar a liberdade como fundamento que o homem somente pode esquecer por "má-fé", o que o torna responsável por si mesmo, uma vez que não haveria qualquer pré-destinação do ser humano. Através de uma perspectiva moral e "humanista", o existencialismo convida ao engajamento social do homem como ser responsável pelo que todos são. Não há destino, mas o livre arbítrio: essa idéia influenciou todo o pensamento a partir da segunda metade do século XX.

Sabe-se também que sem uma orientação que guie as ações do ser humano, a vida no mundo de incertezas tornar-se-ia um pesadelo absurdo, cheio de paradoxos e violência, sobretudo para o jovem, que se vê angustiado e aparentemente incapaz de decifrar os enigmas para os quais a ciência e a religião tornaram-se incapacitadas de oferecer respostas satisfatórias. São a partir dos valores que se elabora e se desenvolve na vida, que se dá diferentes sentidos a ela, o que acontece em convívio e cooperação com as outras pessoas; no trabalho e nas ações coletivas, tanto de fundo social e econômico como político e cultural.

Já denunciada em meados da década de 1960 pelos situacionistas[3], especialmente DEBORD (1997), a *sociedade de consumo* pode ser vista a partir de diferentes ângulos, interessando aqui a perspectiva pós-moderna que a relaciona intimamente com a cultura consumista, na qual questões como estilo de vida, reprodução social e identidade, interligam-se, assim como os aspectos negativos disto resultantes, como a perda de autenticidade das relações sociais, o materialismo e a superficialidade, entre outros, apontados por LYOTARD (2002), BAUDRILLARD (2000), JAMESON (1997) e HARVEY (1993). Também não se pode esquecer dos questionamentos promovidos por autores sobre o significado e importância do consumo como um processo que media relações e práticas sociais, como nos casos de BOURDIEU (1979; 2003) e FEATHERSTONE (1995), além de outros.

É justamente diante desse complexo e instigante contexto – e, de forma específica, das características que se apresentam contemporaneamente em Curitiba e sua Região Metropolitana –, que surge o interesse em enfocar as condições e qualidade de vida na cidade, através da linha de pesquisa do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Considera-se fundamental estudar nesta tese um dos fenômenos que caracterizou a história recente da capital paranaense, referente à criação de seus *bosques* e *parques urbanos*, principalmente a partir da década de 1970, os quais foram justificados por razões ambientalistas e utilizados em um amplo processo de *city marketing*, mas que também podem ser analisados como fruto de uma nova relação com o real. Forma-se aqui a hipótese de que tais espaços – que, na concepção do autor, não equivaleriam mais que a "artificializações" do meio ambiente natural – poderiam ser compreendidos como aplicações sumárias de conceitos utópicos – depois redefinidos como *ecotópicos* – na criação de lugares pretensamente "harmoniosos", senão "perfeitos".

---

[3] O situacionismo nasceu em torno da *Internacional Situacionista*, uma organização de 1957, cujos integrantes reinventaram certas regras surrealistas, transportando-as para um contexto sociopolítico e fazendo referências ao anarquismo e ao marxismo. Recusando qualquer formulação ideológica, o movimento procurou ilustrar, através de algumas "situações", a alienação da sociedade contemporânea, desmascarando o trabalho produtivo, o consumo e a chamada "sociedade do espetáculo" em que se vive, da qual ver e consumir seriam os seus principais fundamentos (JACQUES, 2003). Com suas idéias divulgadas através da revista *Internationale Situationniste* e das obras do belga Raoul Vaneigen (1934-), mas principalmente a partir de 1967, com o livro *La société du spectacle* (*A sociedade do espetáculo*, 1997), de Guy Debord (1931-1994), o situacionismo exerceu grande influência cultural, atingindo vários movimentos anarquistas, artísticos e políticos, como o fenômeno *punk* dos anos 70. Suas repercussões podem ser percebidas até hoje, embora as mesmas não estejam plenamente explícitas, nem claramente estabelecidas.

Ao mesmo tempo em que se discute, tanto no âmbito nacional como internacional, as questões relacionadas à preservação da natureza, de onde se busca reverter o processo de degradação ambiental – a partir da aplicação de uma metodologia de valorização, recuperação e manutenção dos recursos naturais –; e que em conjunto possibilite a implementação de programas de desenvolvimento social, especialmente no que se refere à participação local no processo decisório, verificam-se tais fenômenos relacionados à manipulação da paisagem natural, com a construção de ambientes artificiais – ou *semi-naturais* –, que desprezam a cidade em si como fato coletivo e público em prol de uma suposta "qualidade" socioespacial; ou de uma imagem espetacular, com fins mercadológicos, quiçá entorpecentes e alienadores.

Com base em uma discussão de idéias e conceitos que se desenvolveram historicamente – discussão entendida aqui como necessária para uma fundamentação crítica da realidade, a qual incluiria desde a abordagem da cidade e urbanização, a compreensão da natureza, o despertar ecológico, a construção das utopias e o surgimento e evolução dos parques urbanos, até finalmente a análise do caso de Curitiba –, o presente estudo propõe-se como uma construção teórico-conceitual abrangente e interdisciplinar, mesmo acreditando que uma tarefa deste porte possa se apresentar de início por demais complexa – e até "utópica" – diante dos reais limites de uma tese de doutoramento. Acredita-se – o que está melhor justificado ainda nesta introdução – que a *interdisciplinaridade*, embora implique em um processo de inter-relação de procedimentos, saberes e práticas que transcende a pesquisa e o ensino, implementa-se a partir da conjugação de diversas visões e múltiplos conhecimentos, o que requer coragem na construção de um *saber ambiental* e resulte em um novo modo de ver e compreender o mundo.

O texto procura compactuar pontos de vista da história, geografia, sociologia, ecologia, arquitetura e urbanismo, entre outros, pelo viés da filosofia, abordando temas que são caros a todas essas áreas, tais como a cidade, a natureza e a utopia. Como eixo principal de seu desenvolvimento, estabelecem-se os pressupostos da filosofia da existência e seus desdobramentos, suas relações com ecologismo e utopismo; e finalmente a constatação situacionista da *sociedade de espetáculo* e a crítica pós-moderna. Pretende-se partir da auto-consciência existencialista e sua "corporificação" até a denúncia da sociedade do consumo e da transformação dos ideais ambientalistas em "mercadorias" e, por extensão, no espetáculo.

Explora-se o conceito de *ecotopia urbana* que, de forma ainda introdutória e abrangente, passa a designar o fundamento referencial desses locais na cidade contemporânea, em especial os espaços abertos e de uso coletivo expressos através dos parques urbanos, que intentam, conscientemente ou não, concretizar ideais utópicos de bases essencialmente ecológicas e ambientalistas. No intuito de apresentar uma nova forma de compreender esses fenômenos – ao mesmo tempo locais e globais –, esta pesquisa exploratória lança-se ao desafio de ser crítica e

provocadora, sem esquecer sua função primordial de alimentar polêmicas e incentivar futuras investigações desse tema. De modo a contribuir na discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento urbano, o trabalho pretende enfim acrescentar alguns aspectos que vêm atualmente inquietando os inúmeros campos do conhecimento ambiental, especialmente na questão do planejamento de cidades.

Hoje, as questões ambientais vêm sendo cada vez mais salientadas, não somente pelos organismos não-governamentais, mas também através de urbanistas, sociólogos, ecólogos e demais estudiosos que acabaram por influenciar todo o discurso político mundial. Fala-se muito em equilíbrio ecológico, conservação da natureza e desenvolvimento sustentável, mas a maioria ainda desconhece o verdadeiro significado e papel que esses termos possam ter. Nas últimas décadas, essa preocupação tem aumentado bastante, especialmente no âmbito da cultura, quando artistas, arquitetos, historiadores e outros peritos em patrimônio, voltaram-se para a defesa da preservação do meio ambiente.

Daí surgem vários questionamentos: como refletir sobre a sustentabilidade urbana sem antes avaliar nossos verdadeiros papéis como planejadores, projetistas e criadores de ambientes construídos? Esses espaços possuem "qualidade" ou somente "parecem" tê-la? Quais são os papeis verdadeiros que desempenham a natureza, a ecologia ou os parques nessa situação? E qual é a dimensão utópica de tudo isso? Se é possível compreender esse complexo fenômeno que resulta a cidade contemporânea através de múltiplos e variados pontos de vista, como fazê-lo? Como incorporar a interdisciplinaridade nessa nova forma de pensar e agir que se torna proeminente no momento atual? E, enfim, como transformar a realidade?

Deste modo, a temática de investigação aqui proposta – as *ecotopias urbanas* de Curitiba – enquadra-se na discussão interdisciplinar do atual Programa de Doutorado em MAD-UFPR, para a Turma V, em especial na linha "Urbanização, Cidade e Meio Ambiente", uma vez que procura avaliar um dos aspectos do quadro contemporâneo dessa metrópole que vem mantendo uma das três mais altas taxas de crescimento populacional do país nas últimas décadas. Hoje, com mais de um milhão e meio de habitantes, a capital paranaense vem sofrendo um processo de urbanização crescente e impactante em relação ao ambiente natural, ao mesmo tempo em que sobrevive a uma política de estimulação mercadológica, relacionada a vários *slogans* que atraíram grande fluxo de pessoas e contribuíram, junto ao processo de industrialização, à concentração urbana e suas várias conseqüências, tanto para a cidade como para a *Região Metropolitana de Curitiba* – RMC.

Paralela a isto, deve ser incentivada toda pesquisa que busque compreender a complexidade que a questão urbana representa atualmente. Toda problemática que, de alguma forma, tangencie essas questões passa a ter interesse investigativo. Fenômenos contemporâneos como os da privatização do espaço público, que oculta as intenções de neutralizar tensões socioeconômicas ou de auto-segregar espacialmente a elite; ou ainda da criação de "templos" de consumo que "vendem" o lazer, o verde ou mesmo a natureza como mercadoria, devem ser denunciados e tornam-se aqui

inquestionáveis alvos de inquietação científica. Mais, acredita-se que a problemática aqui apresentada justifica-se pelos desdobramentos que possibilita, especialmente no que se refere à compreensão do debate ecológico atual, suas relações com as áreas de conhecimento da arquitetura e urbanismo, assim como a riqueza que representa a discussão sempre válida sobre o utopismo, ainda mais em um país como o Brasil. Quando muitos sonhos parecem implodir-se diante da dura realidade, talvez mais do que nunca eles precisem continuar existindo.

Empregando as palavras de COELHO NETO (1985), a idéia de "um paraíso a alcançar, depois, mais tarde, ao fim de alguma coisa" – em todo caso, no futuro – e "a intuição de um paraíso perdido, esquecido lá para trás e do qual o homem teria saído ou sido expulso" – portanto, no passado –, não somente são as formas mais comuns de manifestação religiosa da vontade utópica, como também representam o cerne de toda a discussão ambiental contemporânea. A utopia sempre se mostrou como força libertadora e válvula propulsora para a transformação da realidade que, não poucas vezes, através de seus acontecimentos e experiências, desmente – e faz desmoronarem – muitas de nossas certezas, tornando-se um campo pragmático e estéril.

> A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar. A utopia é, assim, duplamente relativa. Por um lado, é uma chamada de atenção para o que não existe como (contra)parte integrante, mas silenciada, do que existe. Pertence à época pelo modo como se aparta dela. Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe. Uma compreensão profunda da realidade é assim essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não colida com seu realismo (SOUSA SANTOS, 2005:323).

Entendido como guia e motor da imaginação, o pensamento utópico pode ser visto como a forma absoluta do desejo, dotado de um poder esclarecedor e dinâmico, mas que, ao mesmo tempo, caso não se considere o respeito ao ser humano, pode cair em uma armadilha por ele mesmo estabelecida, conduzindo a modelos de sociedades – de espaços; de futuros –, cuja própria lógica cerceia a expressão dessa liberdade de pensamento e ação do homem. Sem dúvida, almejar um mundo onde humanidade e natureza integrem-se harmonicamente não deixa – ou deixará de ser – utopia, mas como evitar que todo o poder imaginativo e energia transformadora que contém transformem-se em molduras vazias ou quadros descolorados pendurados na parede? Como impedir que a utopia ecológica se desmanche, desintegre-se, em um discurso oco ou ainda em cenário, belo, mas sem vida?

METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Estudar as transformações que marcaram a paisagem curitibana com a criação dos primeiros bosques e parques urbanos, de meados da década de 1970 até hoje, os quais contribuíram para a afirmação da "imagem ecológica" – e por que não dizer "utópica" – da cidade, vem investir, indubitavelmente, para um maior entendimento da dinâmica do desenvolvimento ocorrido em Curitiba. Ao mesmo tempo, situar esse fenômeno em uma escala global, confrontando-o a teorias e pensamentos universais, constitui em um grande incentivo para a produção do conhecimento sobre nossa realidade. Sabe-se que a busca do *desenvolvimento sustentável* necessita mudanças tanto em políticas internas quanto a nível internacional, mas também exige o despertar para novas problemáticas, que somente um estudo abrangente e interdisciplinar pode desmascarar, fazendo com que homem e natureza caminhem juntos. Aliás, está na mudança de atitude através da conscientização ambiental e da busca de alternativas a possibilidade de que se alcancem quaisquer resultados satisfatórios.

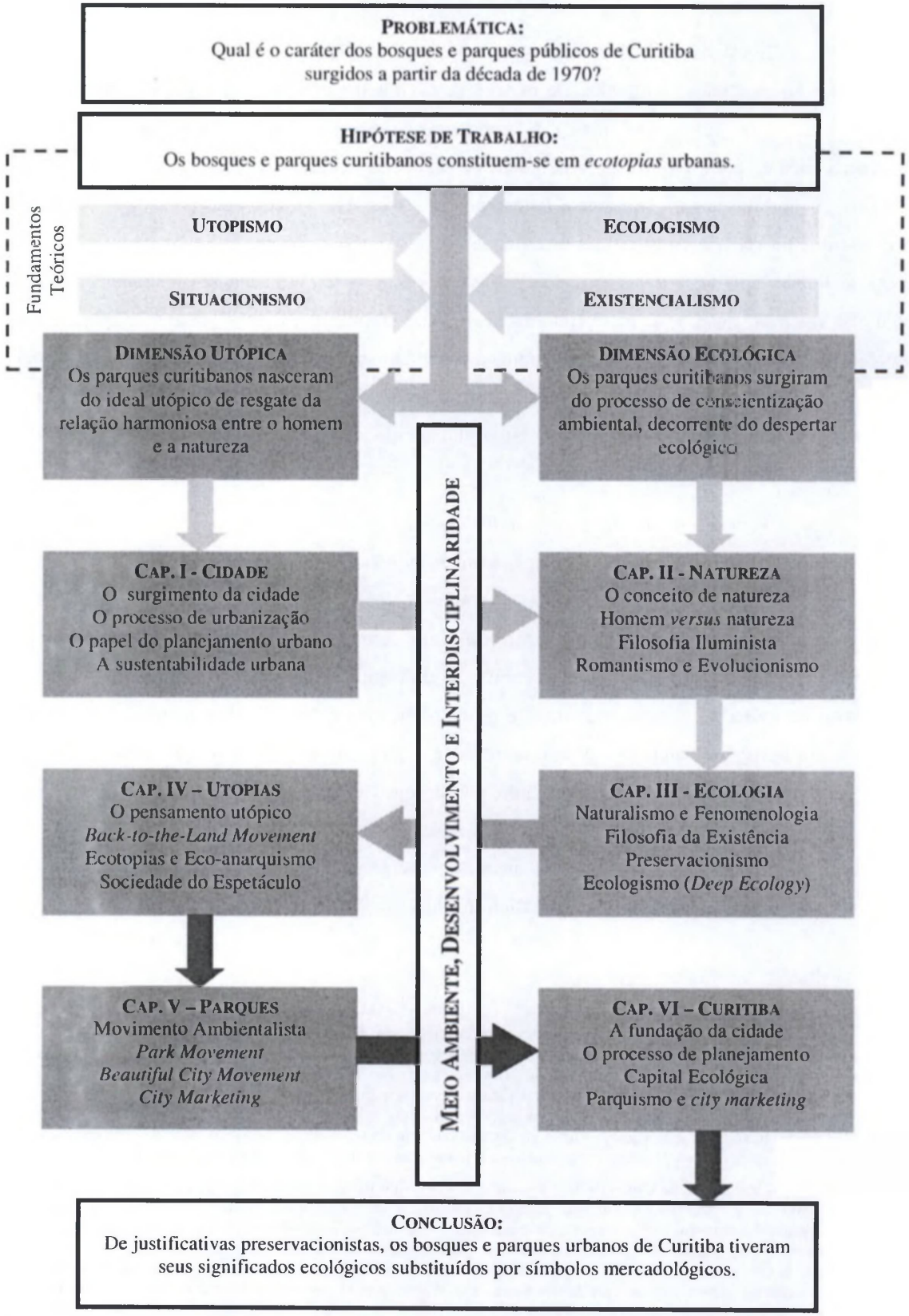
Tomando como base o *método histórico-crítico*[4] proposto por TAFURI (1988) e o estudo exploratório de fontes bibliográficas, tanto nacionais como internacionais, a metodologia – exposta através do roteiro ilustrado no DIAGRAMA I – inclui a observação e vivência dos fenômenos que representam os parques curitibanos – *fatos urbanos*[5], como bem coloca ROSSI (2001) –, os quais participam ativamente da vida de muitos habitantes da capital paranaense e, mais ainda, povoam o imaginário de inúmeras pessoas, no Brasil e no exterior, como "locais belos, naturais e de estreita relação entre homem e natureza". A tese constrói-se a partir da questão sobre o verdadeiro caráter desses espaços públicos, representados tanto por bosques como parques constituídos pelo Poder púbico – ou não –, que surgiram no decorrer do desenvolvimento histórico de Curitiba. Parte-se da premissa que a "existência" desses espaços urbanos pressupõe um caráter que os distinguem de outros espaços ou áreas verdes, buscando-se seus "significados".

---

[4] O crítico de arte e historiador italiano Manfredo Tafuri (1935-1994) escreveu sobre a necessidade de se pensar a arquitetura e urbanismo dentro da *Esfera da História*, envolvendo transformações que ocorrem ao longo dos séculos nas linguagens, nos modos de produção e na cultura. A partir de então, pode-se dizer que a atualização da crítica arquitetônica e urbanística faz-se em um movimento duplamente elíptico, com base na História e com centros e raios diferenciados mas complementares. Na primeira elipse, um objeto deve ser tomado como centro, sendo circundado por referências provenientes de diversas disciplinas que, mais próximas ou distantes em suas proposições estéticas e ideológicas, servem como parâmetros para sua análise. Ao mesmo tempo, em uma segunda elipse, desloca-se o objeto de seu contexto histórico, fazendo com que ele esteja sujeito a ressignificações ao tomar contato consciente com diferentes momentos da História (TAFURI, 1984).

[5] Em seu livro *L'Architettura della Città* (1966), o arquiteto italiano Aldo Rossi (1931-1997) propôs um método de análise da cidade como algo, ao mesmo tempo, concreto (fruto da experiência real) e impreciso (composto de valores imateriais), enfocando a idéia das permanências e a importância dos monumentos na dinâmica urbana. Para ele, a cidade seria constituída por um conjunto de *fatos urbanos*, constituídos por ruas, praças, bairros e edifícios, caracterizados por uma arquitetura própria e frutos da vida coletiva. Estes não deveriam ser explicados somente a partir da sua *função*, já que esta pode mudar ou não existir de modo específico, mas através da sua *forma*, a qual impregnaria a memória dos habitantes da cidade. Os fatos urbanos seriam uma construção material e além-matéria, ao mesmo tempo, condicionados e condicionantes (ROSSI, 2001).

DIAGRAMA I – ROTEIRO METODOLÓGICO DA TESE.



A principal hipótese que surge a partir desse questionamento é a de que os bosques e parques urbanos curitibanos constituem-se em *ecotopias*[6], do que decorre a identificação de duas componentes neles imbricadas – e que estão explícitas na própria estrutura constituinte da palavra –, a saber: a *dimensão utópica* e a *dimensão ecológica*. Salienta-se antes que permeiam a discussão proposta os pressupostos que relacionam meio ambiente, desenvolvimento e interdisciplinaridade – em especial no que concerne à construção de um *saber ambiental* abordado ainda nesta introdução –, base teórico-conceitual fundamental do doutorado em MAD-UFPR, programa de estudo que dá origem e razão de existir a esta tese.

Da primeira dimensão, a *utópica*, define-se que esses espaços nasceram do ideal utópico de resgate da relação harmoniosa entre o homem e a natureza – o qual ocorre da constatação que tal relação, em algum momento, tornou-se conflituosa – , presente na própria gênese histórica da constituição dos parques urbanos. Isto estabelece a necessidade da abordagem de três conceitos fundamentais: o tema *Cidade*, uma vez que o objeto de estudo refere-se a espaços urbanos; o tema *Utopias*, que se faz presente devido à idealização em relação a algo que quer existir no futuro – ou deixou de existir no passado – em relação às cidades; e o tema *Parques*, já que se constituem predominantemente de "reservas urbanas de áreas verdes voltadas ao lazer e recreação". Contribui para a análise dessa dimensão a abordagem do *utopismo* como base e motor do pensamento humano – todas as implicações que geram no projeto e planejamento de espaços urbanos – até a comprovação situacionista de sua "redução" a mero espetáculo.

A segunda dimensão, a *ecológica*, conduz à premissa de que os parques curitibanos surgiram do processo de conscientização ambiental, decorrente do despertar ecológico, que marcou o último quartel do século passado, visando principalmente a conservação de elementos naturais. Daí, torna-se necessária a abordagem de mais três conceitos norteadores da análise: o tema *Natureza*, tendo-se em vista se tratar de espaços onde presumivelmente predominam a flora e a fauna nativas; o tema *Ecologia*, já que comportam as discussões ecológicas referentes à preservação ambiental; e o tema *Curitiba*, por se situarem no espaço específico da capital paranaense. Aqui, compactuam os pressupostos que o *ecologismo* defendeu desde seu aparecimento – "proteção da natureza e do homem contra riscos ambientais" – até a autoconsciência existencialista e sua "incorporação".

Deve-se observar que, apesar de existir uma única direção metodológica na construção da tese, no sentido de comprovar e justificar a proposição inicial, os seis temas que formam o corpo geral da problemática levantada entrecruzam-se e interconectam-se, de modo que existem caminhos transversais de análise, os quais tornam possível o estudo intersticial dos conceitos.

---

[6] Utilizada pela primeira vez em 1877 por William Henry Hudson (1841-1922), em seu livro *A crystal age* (*Uma era de cristal*), a palavra *ecotopia* aqui tem seu sentido ampliado, mas ainda relacionado ao ideal de criação de um lugar (*topos*) no qual se estabeleça uma harmonia entre o ser humano e seu habitat (*oikos*), entendido como o "meio ambiente" natural; em suma, onde se alcance o perfeito equilíbrio entre homem e natureza.

Por exemplo, a abordagem da *Cidade* como fenômeno humano que se materializa no "espaço-território" conduz ao estudo da *Natureza*, assim como a análise das *Utopias* como busca de situações idealizadas entre os seres humanos e destes com o meio ambiente leva à criação dos *Parques* como instrumentos de conservação e proteção ambiental dentro das cidades; e assim por diante. Da mesma forma, vale destacar que perpassam pelas duas dimensões inicialmente colocadas – a *utópica* e a *ecológica* – as escalas do tempo e do espaço, uma vez que somente nelas – e através delas – que os fenômenos aqui estudados podem ser percebidos.

Todos os temas são apresentados de modo a abarcar conhecimentos de várias áreas, mas sempre situados ao longo da história, para que pudessem, em um segundo momento, serem confrontados com a realidade do presente e recebessem novos significados para a análise. Somente após trilhar esse caminho unidirecional e cíclico ao mesmo tempo – o que permite considerá-lo como uma *espiral* contínua –, foi possível chegar às conclusões da tese que, mais do que comprovarem a hipótese inicial, sublinham que os bosques e parques curitibanos perderam muitos de seus significados ecológicos, tendo sido transfigurados por símbolos voltados à sua "mercadologização", ou melhor, passaram a se tornar "produtos de consumo", aliás, como muitos dos aspectos da vida contemporânea (BAUDRILLARD, 2000).

Em sua estruturação básica, a tese inicia-se com uma breve introdução a respeito de meio ambiente, desenvolvimento e interdisciplinaridade, de modo a situar a problemática dentro do enfoque proposto pelo Doutorado em MAD-UFPR, o que começa já nas páginas seguintes. Toma-se aqui como principal referência a questão contemporânea da *complexidade ambiental* – largamente discutida no decorrer do curso em várias disciplinas ofertadas – e apresenta-se a prática interdisciplinar como linha de trabalho, a qual auxiliou na construção de um objeto de estudo comum por parte dos colegas do grupo *Urbano*, a ser analisado de forma integrada por diferentes domínios disciplinares. Através de um pequeno relato cronológico, delineiam-se os passos que foram tomados até a definição da temática relacionada à qualidade de vida nas cidades, através da linha de pesquisa "Urbanização, Cidade e Meio Ambiente"; e o recorte específico no tema presente das *ecotopias urbanas*, o qual incluiria os questionamentos sobre cidade, natureza, ecologia e utopia.

O primeiro capítulo trata da *Cidade*, entendida como artefato humano e histórico, que se caracteriza como campo de forças interagentes entre si e em relação ao meio ambiente. Descrevendo-a como fenômeno, ao mesmo tempo, espaço-temporal, social e cultural, desde suas origens até o recente quadro de acelerada urbanização, busca-se situar a problemática no contexto atual, onde as questões ecológicas passaram a se destacar mundialmente, influenciando o debate urbano e o desenvolvimento da idéia de sustentabilidade. Devido ao seu caráter abrangente, procura-se pontuar os elementos mais relevantes dessa trajetória e suas principais referências bibliográficas.

Na seqüência, aborda-se a problemática da *Natureza*, desde a construção de seu conceito filosófico, o qual deriva inquestionavelmente do modo como o homem relaciona-se com o mundo natural, até a abordagem que compreende homem e natureza como uma só coisa, fruto de um pensamento holístico que não contrapõe sujeito e objeto, mas, ao contrário, concebe-os como pertencentes a uma mesma totalidade, sendo um dependente do outro para sua própria existência – e sobrevivência. Deste panorama, possibilita-se compreender algumas questões do movimento existencialista que se tornaram fundamentais para a eclosão do ecologismo em meados do século passado. No terceiro capítulo, sobre a *Ecologia*, vê-se como a ciência que nasceu dos estudos sobre a natureza no século XIX transformou-se lentamente, de modo a incluir também o homem e a sociedade em seu enfoque. Estudam-se as bases filosóficas da abordagem existencial, compreendendo o método fenomenológico para a pesquisa e análise da problemática proposta, destacando-se seus princípios e características; e apontam-se os temas fundamentais do existencialismo e seu rebatimento em relação à liberdade e ação humanas no ecologismo de meados do século XX.

A seguir, procura-se abordar a questão das *Utopias*, tentando explicitar seu papel dentro das ações humanas e, em especial seu rebatimento no campo do ambientalismo, da arquitetura e do urbanismo, destacando as propostas de ambientes e cidades ideais, as quais marcaram toda a evolução da humanidade, desde os pressupostos platônicos até os fenômenos contemporâneos. De modo abrangente, aborda-se as utopias antigas, as cidades ideais do Renascimento e da Ilustração, o socialismo utópico, as utopias modernas e, enfim, as ecotopias e as tecnotopias. Visa-se encontrar especificamente as bases utópicas que nortearam a criação dos parques urbanos, assim como sua relação à sociedade de espetáculo, através da crítica do movimento situacionista. Ao final, busca-se ilustrar e descrever as concepções idealistas que permearam as ações humanas, especialmente no que se refere ao posicionamento diante do mundo natural. Já o capítulo seguinte trata dos *Parques* urbanos, especialmente do seu surgimento até quando passam a ser enfocados como frutos de uma nova concepção de natureza, que nasceu na industrialização e foi se alterando com o desenvolvimento do ambientalismo e as alterações no campo científico, para finalmente incorporar os elementos do *city marketing*, reflexo do auto-proclamado mundo pós-moderno.

No último capítulo, enfim, caracteriza-se a problemática de *Curitiba* como campo de investigação, descrevendo seus principais aspectos históricos, ambientais e urbanos, de modo a enfatizar o seu atual quadro de urbanização, sublinhando os fatos relacionados à constituição de seus parques urbanos no último quartel do século passado. Sem pretender reescrever a história da cidade e de sua Região Metropolitana, o texto limita-se a pontuar seus momentos decisivos, as ações de planejamento e projetos de referência, vinculando-os aos fatos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais de relevância, dando especial atenção ao fenômeno do "parquismo" que caracterizou as gestões municipais das décadas de 1980 e 1990, analisando desde suas justificativas sanitário-ambientais até seu emprego como propaganda e atrativo turístico.

Na conclusão da tese, faz-se a aplicação dos conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores, acrescidos da discussão sobre a sociedade e cultura do consumo, além dos pressupostos filosóficos e interdisciplinares que nortearam toda a pesquisa, sobre o contexto socioespacial de Curitiba, destacando seus pontos relevantes e mais instigantes. Até que ponto as utopias ecológicas perderam sua força no quadro contemporâneo da capital paranaense? Como os bosques e parques das cidades podem ser hoje interpretados e, mais ainda, resgatados em seus pressupostos originários? Por sua vez, as considerações finais visam rever todo o percurso – não somente do trabalho em si, mas do doutorado como um todo –, desde o que se propôs inicialmente, passando por todas as fases através de uma síntese conclusiva e respondendo aos questionamentos realizados no decorrer de toda tese. Procura-se fechar, de forma clara e precisa – e, na medida do possível – a construção científica proposta, refletindo sobre futuros desdobramentos.

SABER AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE

Desde os primórdios da humanidade, vêm se modificando as formas de relacionamento entre homem e natureza que, apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos, continua sendo um tema polêmico que ainda alimenta muitos debates e agendas em todo o mundo, principalmente quando se discute a relação entre a natureza – agora denominada *meio ambiente* – e desenvolvimento humano. Com o crescente processo de industrialização e conseqüente urbanização – fenômeno que entra no novo século em franca expansão e suposta irreversibilidade –, aumentam também as preocupações com o esgotamento de vários elementos da natureza; ou mesmo da *paisagem natural*. O valor desses elementos naturais acabou transformando-se em "preço" e torna-se cada vez mais "caro" preservar o meio ambiente e garantir o *desenvolvimento sustentável*.

Muitas vezes tratada apenas como "modismo" – o que é o mesmo que dizer "superficialmente" ou "de forma a-crítica" –, a problemática ambiental passou a fazer parte de qualquer debate que vise analisar o quadro do desenvolvimento urbano atual; e a palavra "natureza" começou a ser utilizada de modo sintomático como conceito abstrato, quando precisa ser territorializado para que se possa avaliar os fenômenos recorrentes à sua degradação e destruição. Paralelamente, discute-se a questão do desenvolvimento sustentável também de modo abstrato, ignorando-se a existência de diferentes e antagônicas classes sociais, de cuja tensão nasce – e se reproduz – a sociedade de hoje. Confunde-se a idéia de progresso com a de desenvolvimento, acabando por dilapidar os elementos naturais, através da sua apropriação e transformação irreversível.

Pensar a natureza como infinita demonstrou-se insustentável. Até as categorias de seus "recursos" acabaram se alterando nas últimas décadas, pois os "não-renováveis" estão em processo de esgotamento; e os "renováveis" passaram a ser também não-renováveis como a água que, antes abundante e reciclável, tornou-se escassa pela poluição e com limites de renovabilidade. Sabe-se que a água superficial tinha um tempo de renovação natural de 15 a 20 dias. Porém, com a intensificação do seu uso direto e como depósito de inservíveis, hoje necessita de, no mínimo, meio século, para se renovar, isto se nela forem aplicadas novas tecnologias e se não mais for objeto de contaminação (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2002). Tal dilapidação é decorrente da incompreensão dos tempos reais – geológico e sideral –, além das concepções abstratas e racionalistas da natureza, sociedade e progresso.

Pode-se dizer que o avanço da ciência aprisionou o tempo e o ritmo da natureza, assim como a sacralização da tecnologia tem impedido a visão da complexidade do mundo e da vida. Fragmentou-se a realidade em diversos saberes científicos e perdeu-se, na opinião de MORIN (2002), o fundamento da ciência, já que, para ele, "a complexidade é inerente à constituição do pensamento científico, mesmo quando o objetivo é revelar leis simples". Quando se visa ocultá-las, a natureza e a

sociedade aparecem como enigmas e *fetiches*[7]. Na sociedade atual, um aspecto do fetiche, por exemplo, seria culpabilizar os "consumidores" pobres pelos malefícios causados à natureza, escondendo-se as responsabilidades tanto do processo produtivo como do tecnológico. Pensar a relação da sociedade com a natureza deve sempre remeter a tentar pensar sua complexidade; e isto implica em pensar diferente[8].

> A dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar o emaranhado (o jogo infinito das inter-retroações, a solidariedade dos fenômenos entre eles), a bruma, a incerteza, a contradição. Mas podemos elaborar algumas ferramentas conceituais, alguns dos princípios para esta aventura, e podemos entrever o semblante do novo paradigma de complexidade que deveria emergir [...] Assim, no paradigma de disjunção/redução/unidimensionalização, seria preciso substituir um paradigma de distinção/conjunção, que permite distinguir sem disjungir, de associar sem identificar ou reduzir. Este paradigma comportaria um princípio dialógico e translógico, que integraria a lógica clássica sem deixar de levar em conta seus limites de *facto* (problemas de contradições) e de *jure* (limites do formalismo). Ele traria em si o princípio do *Unitas multiplex*, que escapa à unidade abstrata do alto (holismo) e do baixo (reducionismo) (MORIN, 2005:14-5).

A ciência produz a técnica que, por sua vez, transforma a sociedade, mas também a sociedade tecnologizada transforma a própria ciência. A compreensão dessa interação pode ser a chave para se compreender porque é necessário intervir – ainda que parcialmente – na depredação dos elementos da natureza, que comprometem a qualidade de vida, e procurar formas alternativas de limitar a degradação social e natural. Ter em conta a complexidade é tentar verificar de onde vem e para onde vão os elementos da natureza transformados e/ou dilapidados. A modernidade foi marcada pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia, assim como pelo ideário de domínio da natureza e sua produção, enfatizando-se o "tempo" como possibilidade de resolução de todos problemas, já que permitiria o avanço científico e técnico que resolverá amanhã os problemas que são colocados hoje.

Disso decorreu a divisão do mundo entre os que detêm o progresso e os que possuem problemas, como aqueles denominados por *subdesenvolvimento*, *pobreza* e *desequilíbrio*

---

[7] Emprega-se aqui a concepção de fetichismo como aquela da transferência ou atribuição de propriedades "mágicas" a alguma coisa que, tornando-se *fetiche*, passa a adquirir poderes sobrenaturais ou de veneração. Alude-se obviamente a um desvio de propósitos, no qual, ao invés de desmascarar as verdadeiras causas dos problemas ambientais, estas relacionadas ao modelo de desenvolvimento adotado ou mesmo às práticas de exploração e reprodução capitalistas, prefere apontar para os reflexos desse sistema, distorcendo-se o enfoque.

[8] A relação entre homem e natureza não pode ser nem simples nem fragmentada. O ser humano é concomitantemente natural e sobrenatural, ou melhor: pensamento, consciência e cultura diferenciam-se e confundem-se, ao mesmo tempo, com a natureza viva e física. Deste modo, para conhecer e reconhecer os problemas do mundo, é necessário uma reforma do nosso modo de pensar. De acordo com MORIN & KERN (2002), a abstração e a contextualização são dois mecanismos básicos do conhecimento atual do mundo, sendo hoje necessário, mais do que nunca, o desenvolvimento da contextualização do conhecimento. Para eles, a construção desse pensamento "complexo" teria como pré-condições: o vínculo entre relações da parte com o todo, fazendo com que se restabelecesse o que está compartimentado; um pensamento radical – que vá até a raiz dos problemas – e multidimensional, capaz de levar em conta a multiplicidade do real; um pensamento organizador e sistêmico (todo-parte-todo), a exemplo das ciências ecológicas e da Terra; um pensamento "ecologizado", que coloque o objeto no interior de, pela sua relação auto-eco-organizadora com seu ambiente – cultural, social, econômico, político e natural –; um pensamento que leve em conta a ecologia da ação e a dialética da ação, capazes de modificar ou suprimir a ação empreendida; e um pensamento que seja inconcluso ou que negocie com a incerteza na ação, porque seria próprio da ação operar com o incerto.

ambiental. Por muito tempo, explorou-se a dicotomia entre selvagens e civilizados; império e colônias; desenvolvidos e subdesenvolvidos; industrializados e em processo de industrialização. As diferenças sociais e territoriais catalogaram o planeta onde uns estão à espera do progresso, da riqueza pessoal e da instrução que seriam resolvidos com o tempo. O desenvolvimento foi sempre a meta a ser atingida, confundida com o progresso material; a produção de mercadorias; e o acúmulo de capitais e de tecnologia. A natureza passou a ser um obstáculo a ser superado, dominado, utilizado como uma forma de progredir. Desde então, no âmbito do sistema econômico em expansão, os homens utilizam-se das "reservas" naturais – contínua e progressivamente –, como fonte e depósito para os produtos indesejados. Isto promoveu um contexto contemporâneo em que muitos elementos da natureza passaram a ser reprimidos ou até suprimidos; e que a multiplicidade de diversidades sucumbisse (ALTVATER, 1995).

Vive-se um processo de "criação destrutiva", o qual está evidente nesta passagem de milênio. As rápidas transformações do modo industrial de produção aceleraram o progresso e também a própria destruição desse modelo produtivo pela degradação dos recursos sociais e naturais, o que vem sendo denunciado através da dilapidação da natureza e lutas pela preservação ambiental e social. Tal idéia baseada no desenvolvimento material tem seus limites e precisa ser repensada e modificada. Além disso, as fronteiras classificatórias usadas para dividir países e regiões, campo e cidade, mostram que o conhecimento é socialmente construído, pois a natureza não tem limites. Os problemas ambientais necessitam ser considerados mundialmente, mesmo se gerados localmente[9].

Foi no último quartel do século passado que os problemas ambientais passaram a ser reconhecidos como "sistemas complexos", sobre os quais intervêm processos de diferentes racionalidades, ordens de materialidade e escalas espaço-temporais. Esta constatação demandou uma abordagem mais abrangente e completa – *interdisciplinar* – e, desde então, uma reflexão epistemológica e metodológica sobre complexidade e interdisciplinaridade ambiental fez-se presente no debate contemporâneo, o que produziu diversos programas de estudo e pesquisa em todo mundo.

[9] Com base nas idéias de Ulrich Beck (1944-), expostas em 1986 no seu livro *Die risikogesellschaft* (*Sociedade de risco*, 1992), pode-se afirmar que, atualmente, as formas atuais de degradação não estão limitadas em termos espaciais ao âmbito de seu impacto, nem estão confinadas em termos sociais a determinadas comunidades, pois são potencialmente globais no âmbito do seu alcance. Além disso, os riscos vão se acumulando em intensidade e complexidade através das gerações, excedendo também as fronteiras temporais. Como exemplos, os perigos ecológicos colocados por acidentes nucleares em grande escala; pela libertação de produtos químicos em grande quantidade; e pela alteração e manipulação da composição genética da flora e fauna do planeta colocam a possibilidade de autodestruição para todos, sem distinção. Soma-se a isto o fato de que o ponto de impacto dos riscos ecológicos contemporâneos não está obviamente ligado ao seu ponto de origem; e a sua transmissão e movimentos são muitas vezes invisíveis e insondáveis para a percepção cotidiana. Para BRUSEKE (2001), "ricos e pobres, empresários e assalariados sofrem ou podem sofrer as conseqüências da poluição industrial do ar, do envenenamento dos bens alimentícios pelos resíduos químicos, etc. O risco da modernização produz um efeito bumerangue que recai sobre grupos sociais até então protegidos contra os males da industrialização" (p.32).

Pode-se dizer que se evoluiu de uma visão naturalista e ecologista, a qual considerava essencialmente os aspectos biológicos e físicos, para uma concepção mais ampla voltada às questões econômicas, sociais e culturais, percebendo-se que, se os primeiros constituem a base natural do ambiente humano, as segundas definem as orientações conceituais, os instrumentos técnicos e os comportamentos práticos de que os homens se utilizam para satisfazer suas necessidades. De acordo com LEFF (2000), da concepção de uma educação ambiental fundada na articulação interdisciplinar das ciências naturais e sociais, avançou-se atualmente para uma visão da complexidade ambiental aberta às diversas interpretações do ambiente e a um verdadeiro diálogo de saberes.

A *interdisciplinaridade* implica em um processo de inter-relação de procedimentos, conhecimentos e práticas que transbordaria e transcenderia o campo da pesquisa e do ensino, no que se refere estritamente às disciplinas científicas e às suas possíveis articulações. Hoje, devido à complexidade da questão ambiental, torna-se fundamental a conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes dentro de práticas de educação, análise e gestão ambiental, as quais implicariam em diversas "disciplinas" – entendidas como formas e modalidades de trabalho –, mas que não se esgotariam apenas em uma simples relação entre disciplinas científicas.

Somente com a emergência de uma nova racionalidade – desta vez, *ambiental* –, que se poderia compreender profundamente a relação sociedade-natureza na contemporaneidade. Para LEFF (2000), nesta nova sociedade "supercientificada" e "hipertecnologizada" que é a contemporânea, tanto os que dominam como os que são dominados, mantêm-se alienados de seus mundos de vida, em um mundo no qual a incerteza, o risco e o descontrole aumentam proporcionalmente o perigo dos efeitos do domínio da ciência sobre a natureza. Isto seria, ainda segundo o autor, agravado pelo próprio pragmatismo político, que busca resolver as urgências das crises socioeconômica e ecológica tentando tornar eficientes os processos científicos e tecnológicos, que muitas vezes ocultam as verdadeiras raízes dos problemas.

Nesse mundo onde não há mais culpados nem inocentes; e em que se é deixado – e também a natureza – à pura sorte, BECK (1992) identificou a chamada *Sociedade do Risco*, fruto de uma segunda fase da modernidade, a que ele denominou de *reflexiva* (QUADRO I), uma vez que se transformou, em meados dos anos 70 do século passado, em tema para si mesma, ou melhor, quando a sociedade industrial se autoconfrontou, principalmente ao se deparar com os problemas por ela mesma produzidos. Segundo BECK, GIDDENS & LASH (1997), enquanto a sociedade industrial – estabelecida a partir dos processos desencadeados pela *Revolução Industrial* (1750-1830) – caracterizava-se por sua capacidade de produzir riqueza, a sociedade contemporânea caracterizar-se-ia por estar saturada, assim como repleta de efeitos não previsíveis, o que faz com que produza e distribua, desta vez, riscos ambientais e sociais, daí se denominar *Sociedade do Risco.*

QUADRO I – CARACTERIZAÇÃO COMPARATIVA ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA MODERNIDADE

Primeira Modernidade (Modernização Simples ou Clássica)	Segunda Modernidade (Modernização Reflexiva)
Sociedade industrial que se afirmou, através de revoluções políticas e sociais, a partir do século XVIII até a primeira metade do século XX, caracterizada por constantes transformações na produção (Dinamismo industrial).	*Sociedade de risco, produto da "modernização da modernização" na segunda metade do século XX, quando são postas em questão as insuficiências e as antinomias da primeira modernidade* (Dinamização do desenvolvimento).
• Sociedade estatal e nacional • Estruturas coletivas • Pleno emprego • Mudança das estruturas tradicionais • Rápida industrialização e tecnificação (*Estado-previdência*, leis, seguros, apólices) • Exploração da natureza "não-visível"	• Sociedade globalizada (Globalização) • Estruturas individuais (Individualização) • Desemprego e subemprego (Flexibilização) • Transformação e revolução dos gêneros • Riscos globais da crise ecológica e econômica (turbulência dos mercados financeiros) • Nacionalismo / Fundamentalismo / Catástrofes

(FONTE: *Notas de aula.* Disciplina: **Conservação da natureza e sustentabilidade socioambiental** (MA-722), Prof. Dr. Alfio Brandenburg, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR, out.2002).

Referindo-se mais especificamente, segundo GOLDBLATT (1996), aos Estados territoriais denominados de *países industrializados*, cujas sociedades superaram, pelo menos tendencialmente, o problema da escassez de bens básicos e de sua distribuição desigual entre os grupos ou camadas sociais, a *Sociedade de Risco* caracteriza-se pelo fato de que, ao invés dos benefícios da industrialização, seriam seus malefícios – ou "riscos" – que seriam distribuídos uniformemente. O próprio processo de modernização transformou-se em um problema por causa das instabilidades e riscos que as novidades tecnológicas e organizacionais provocaram[10]. A sociedade atual estaria transformando as principais estruturas modernas – camadas sociais, formações de classes, ocupação e papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais, etc. – e também os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico.

Atualmente, conforme BRÜSEKE (2001), o risco civilizatório é igualmente uma expressão da modernização industrial, mas também representa uma nova dimensão, globalizante, que envolve, no contexto de perigo, lugares distantes e populações sem conhecimento sobre as verdadeiras causas do seu sofrimento presente e futuro. Mais, os riscos tornaram-se incalculáveis e imprevisíveis, não possuindo certezas ou garantias no que se refere à atribuição de suas responsabilidades e causas como na modernidade clássica.

[10] De modo geral, considera-se *modernização* o processo a partir do qual há uma quebra dos laços sociais tradicionais, paralela a uma integração das forças produtivas naturais ao processo econômico, especialmente através de novas tecnologias iniciadas com a industrialização do século XIX. Nas sociedades pré-industriais, os riscos tomavam a forma de perigos naturais – tais como tremores de terra, secas, enchentes, etc. – e não dependiam das decisões dos indivíduos. Efetivamente inevitáveis, não eram criados intencionalmente e podiam ser, tanto espacial como socialmente, localizados ou bastante amplos. Com o processo da industrialização, os riscos e acidentes passaram a estar claramente dependentes das ações tanto dos indivíduos como de forças sociais, o que fez com que se criassem instituições, leis e indenizações de modo a vencer e atenuar os perigos.

Para BECK (1992), o processo de modernização reflexiva anuncia uma *Sociedade de Risco* proveniente do corpo de uma sociedade industrial em decadência; e que estaria firmada e definida pela emergência dos perigos ecológicos, caracteristicamente novos e problemáticos. Exemplificando, enquanto que nas sociedades industriais, as posições de classe e as "posições de risco" – ou seja, os graus de exposição dos indivíduos aos perigos, dadas as suas posições sociais e geográficas – estavam mais ou menos relacionadas, atualmente deixaram de estar, já que o envenenamento por pesticidas, a fusão nuclear ou a acumulação de gases tóxicos na cadeia de alimentos afetam a todos.

Enquanto que o impacto dos prejuízos ecológicos podia ser anteriormente entendido em termos de ausência – ou de um índice pouco elevado de oferta de bens e serviços para controlar e atenuar os perigos, como, por exemplo, os sistemas de saúde pública e as empresas de serviços públicos acessíveis –, na *Sociedade de Risco,* o problema estaria no próprio processo de produção da riqueza. Além disto, os problemas ambientais contemporâneos possuem características diferentes – e inéditas, em termos históricos –, as quais evocam e exigem formas muito determinadas de resposta política e psicológica. Pode-se dizer que, devido às ameaças ecológicas, a modernização – em conjunto com o crescimento econômico e a transformação tecnológica – criou as condições para a sua própria crise, desgastando sua estrutura essencial e o próprio princípio da modernidade. Hoje em dia, os efeitos secundários do crescimento econômico ameaçam inclusive a possibilidade de bem-estar econômico contínuo e coletivo (BECK, GIDDENS & LASH, 1997).

Na segunda metade do século XIX, o conhecimento científico continuou sendo a alavanca do progresso social e econômico. Coube enfim a Friedrich Nietzsche (1844-1900), a Martin Heidegger (1889-1976) e, principalmente, aos filósofos da *Escola de Frankfurt*[11] traçarem o perfil de uma crítica radical das raízes do pensamento metafísico, da ciência positivista e da racionalidade tecnológica em seu afã de universalidade, homogeneidade e unidade do conhecimento, de objetivação e coisificação do ser, o que gerou a atual globalização unidimensional, esta regida e valorizada pelo modelo econômico (LEFF, 2000).

[11] Acostumou-se denominar de *Escola de Frankfurt* a produção de intelectuais alemães – entre os quais, Walter Benjamin (1892-1940), Hebert Marcuse (1898-1979) e Erich Fromm (1900-1980) – reunidos no *Instituto de Pesquisa Social* de Frankfurt-am-Main e que estudaram os problemas sociais e filosóficos dentro de uma perspectiva marxista, independente dos partidos comunistas, reunida sob a alcunha de *Teoria Crítica da Sociedade.* Reuniram-se na Alemanha de 1923 a 1934; e depois, com a ascensão de Hitler, emigraram para os EUA. Os acontecimentos na Alemanha nazista instigaram a produção da primeira obra importante da escola: *Dialektik der aufklärung* (*A dialética do esclarecimento*, 1944), escrita por Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), que afirmava que a ciência e a tecnologia, apesar de promover o progresso humano, estavam mergulhando a humanidade em "um novo tipo de barbárie", que não é imposta pelas elites dominantes, mas pela nova consciência tecnológica que se apossou da sociedade de massa. O que mais surpreende nessa consciência seria a tentativa constante de dominar por completo os seres humanos. Em outras palavras, "uma sociedade totalmente administrada", na qual os homens são cada vez mais desumanizados (OLIVER, 1998). Na década de 1950, a escola ressurgiu em Frankfurt graças a Jürgen Habermas (1929-), cujos trabalhos dedicaram-se a analisar as relações sociais a partir do advento da técnica e dos meios de comunicação de massa. Essa nova posição política defendida pelos frankfurtianos – que consideravam tanto o marxismo como os sistemas criados a partir do capitalismo responsáveis pela desumanização de nossa existência – passou a constituir a chamada "Nova Esquerda", tendência dominante durante as décadas de 1960 e 1970.

Foi a partir da interrogação das formas nas quais o conhecimento e a teoria constroem a visão do mundo e do real, que se tornou possível refletir criticamente sobre os fundamentos e sentidos do conhecimento; sobre suas fissuras e fracionamentos; e sobre a possibilidade de reintegrar conhecimentos e saberes que, além de retotalizarem visões holísticas e métodos sistêmicos, possibilitem uma reapropriação do mundo pela via do saber. É justamente nessa perspectiva que hoje se inscreve a reflexão sobre a prática interdisciplinar fundada em uma *racionalidade ambiental.*

A ciência moderna, com seu determinismo, tornou-se parceira e justificativa do modelo econômico vigente. Através de seus instrumentos e teorias, acabou legitimando os processos de padronização que visam o aumento da produção e do capital. No entanto, esse modelo atingiu seu limite. E a atual crise ambiental – representada pela escassez de recursos naturais ou matérias-primas – apresenta a necessidade de se repensar a natureza não apenas como objeto de apropriação ou como mera externalidade produtiva. Hoje, as mudanças ambientais globais vieram revolucionar os métodos de investigação e as teorias cientificas para apreender uma realidade em vias da complexização que está além da capacidade de compreensão e explicação dos paradigmas teóricos estabelecidos. Para LEFF (1994), o discurso científico entrou enfim em colapso e nenhuma teoria científica torna-se a única sobre a verdade, nem possui uma única coerência para a explicação do universo[12].

Nesse quadro de ruptura da solidariedade homem-natureza e de falência ideológica pós-moderna, em que se coloca a crise ecológica contemporânea, surge o grande desafio para a humanidade: o de buscar uma racionalidade alternativa aos modelos da Razão clássica e da Razão dialética, procurando-se "repensar o pensar", produzindo novos modos e estilos de vida, assim como uma nova ética e estética de existência. A necessidade de uma estratégia epistemológica para a interdisciplinaridade ambiental é apontada por LEFF (2000) de modo a combater as ideologias teóricas geradas pela ecologia generalizada e pelo pragmatismo funcionalista, rompendo respectivamente os efeitos ideológicos do *reducionismo ecologista* e do *funcionalismo sistêmico*, que pensavam o homem e as formações sociais como populações biológicas inseridas no processo evolutivo dos ecossistemas – explicando a conduta humana e a práxis social através de determinações genéticas ou sua adaptação funcional ao meio –, e acreditavam ser a ecologia a disciplina mais importante da relação homem-natureza, elegendo-a a "ciência das ciências"; ou ainda fundando a interdisciplinaridade na *Teoria Geral dos Sistemas*, de BERTALANFFY (1976).

[12] O conhecimento científico fragmentado não dá conta da questão ambiental como colocada e apropriada pelo discurso econômico desenvolvimentista. A problemática ambiental colocou a necessidade de se buscar um conhecimento capaz de captar a causalidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social que determinam os caminhos socioambientais. Surge então um pensamento da complexidade e uma metodologia interdisciplinar, como uma epistemologia capaz de fundamentar as transformações do conhecimento que ressignifica a questão ambiental. Essa estratégia epistemológica parte de um enfoque orientado à construção de uma racionalidade social aberta à diversidade, às interdependências e à complexidade, e oposta à racionalidade dominante tendente à unidade da ciência e à homogeneidade da realidade (LEFF, 1994).

Conforme PRIGOGINE (1996), já não cabe à ciência e aos cientistas de hoje reafirmarem verdades, pois o próprio mundo – ou o ser humano – se descobriu como visceralmente incerto[13]. Desde que se descortinem novas possibilidades para pensar outras possibilidades de pensar, os aparelhos lógico-metodológicos dos sistemas científicos tornaram-se frágeis, ao incorporar reflexivamente um alto grau de incerteza: o que era certeza para os saberes organizados torna-se hoje incerteza organizada. Mesmo as ciências mais consagradas, como a Física e a Biologia, abrem-se atualmente para outras ciências e internalizam o "risco" da dúvida metódica. Na ciência, bem como em outras esferas da História social, a verdade é humana e, portanto, é uma invenção humana (FLORIANI, 2000).

No âmbito da problemática ambiental contemporânea, os fundamentos teóricos sobre uma nova forma de produção do conhecimento não podem ser dissociados da *prática interdisciplinar*, esta entendida como a articulação de diversas disciplinas para melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais. A noção de meio ambiente deve ser multicêntrica, complexa e composta por objetos de diferentes escalas de abordagem. Paralelamente, a dimensão ambiental não pode deixar de ser reconhecida como um dos eixos centrais dos processos de desenvolvimento. Segundo RAYNAULT (1996), as complexas e diversificadas temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento exigem, mais do que causalidades lineares e níveis de apreensão disciplinares, um enfoque que leve em conta centralmente as análises das interações entre as sociedades humanas e a natureza.

Além disso, conforme FLORIANI (1998), a construção de conhecimentos interdisciplinares deve evitar certas tentações ingênuas, como aquelas que buscam "linguagens comuns" entre as disciplinas; ou ainda a formação de "generalistas em meio ambiente", presumivelmente dotados de uma competência universal, auto-suficientes e retoricamente desvinculados do conhecimento disciplinar. A interdisciplinaridade necessita de uma intenção deliberada, assentada em trocas intersubjetivas sistemáticas, a partir do confronto de saberes

[13] O químico e filósofo belga de origem russa Ilya Prigogine (1917-2003) ganhou o *Prêmio Nobel de Química* em 1977 pelo estudo dos chamados *sistemas dissipados*; misturas incomuns de substâncias químicas que nunca atingem o equilíbrio, mas continuam flutuando entre múltiplos estados. Com base nessas experiências que destacavam a importância dos fenômenos aleatórios, Prigogine – que alternava seu trabalho entre os institutos que fundou na *Université Libre* em Bruxelas, na Bélgica; e na *University of Texas*, em Austin – construiu um conjunto de idéias sobre auto-organização, emergência e as relações entre ordem e desordem; em suma, sobre a *caoplexidade*. Denunciando que, por muito tempo, a física não estava dando atenção suficiente ao fato óbvio de que o tempo prosseguia apenas em uma única direção, defendia a introdução de padrões evolutivos nas descrições – uma perspectiva darwiniana ou evolucionista da Física –; e, em meados da década de 1980, anunciou que tinha elaborado uma nova metodologia para a investigação científica, a qual por fim fazia justiça à natureza irreversível da realidade. Essa teoria probabilística supostamente eliminava os paradoxos filosóficos que tinham atormentado a mecânica quântica, reconciliando-a com a mecânica clássica, com a dinâmica não-linear e com a termodinâmica. Além disso, essa nova teoria da Física ajudaria a transpor o abismo entre as ciências e as humanidades, provocando o "reencantamento" da natureza. No livro *Order out of chaos* ("Ordem gerada pelo caos"), escrito em conjunto com Isabelle Stengers (1949) e publicado em 1984, Prigogine afirmava que demonstrações da impossibilidade de relatividade nessas áreas da Física comprovavam que a natureza não pode ser explicada "de fora"; ou, como se o cientista fosse um mero observador. Também dizia que a ciência moderna, com suas descrições probabilísticas, também "provoca uma espécie de 'ininteligibilidade' em comparação com a transparência do pensamento clássico" (PRIGOGINE & STENGERS, 1996).

disciplinares e que leve em conta uma ou mais problemáticas na relação sociedade-natureza. Pode-se definir, genericamente, a experiência interdisciplinar como o diálogo de diversos saberes organizados ou disciplinares que, no âmbito do meio ambiente e desenvolvimento, desenham estratégias de pesquisa, diferentemente do que faria cada disciplina, por seu lado, fora dessa interação. Há uma hibridação de saberes, os quais se abrem não apenas àqueles reconhecidos cientificamente, mas também aos tradicionais[14]. E isto requer aprender a ouvir, a conhecer e, enfim, a compreender o outro.

> A compreensão do outro requer a consciência da complexidade humana. Seu texto e contexto, o ser e seu meio ambiente, a esfera global e a local, enfim, as múltiplas dimensões do comportamento humano, objetivas e subjetivas. A verdadeira tolerância não é indiferente às idéias ou ao ceticismo generalizados. Supõe convicção, fé, escolha ética e, ao mesmo tempo, aceitação da expressão das idéias, convicções e escolhas contrárias às nossas. A tolerância supõe sofrimento ao exigir de nós suportar a expressão de idéias negativas [..] Nem sempre estamos dispostos a isto. Muitas vezes escolhemos o caminho de nos unirmos aos nossos amigos, tornando-nos intolerantes a quem pensa contrariamente a nós. A incompreensão, no entanto, produz tanto o embrutecimento quanto este produz a incompreensão, fazendo do diferente um inimigo em potencial (MORIN, 2002:18-9).

Deve-se lembrar que a interdisciplinaridade não existe de antemão: ela é constitutiva e constituinte do processo interdisciplinar; produto de uma associação disciplinar. Ela ocorre em regiões fronteiriças de representação da realidade e amplia-se pela combinação das disciplinas presentes em um programa de ação. A fronteira não é o limite intransponível, mas o limite da diferenciação que permite, ao mesmo tempo, ajustar-se entre diferentes domínios e separar-se das especificidades da realidade captadas pelos procedimentos disciplinares, para se fazer uma nova síntese – integradora – da multiplicidade do real.

Desse modo, a interdisciplinaridade, como LEFF (2000) coloca, é "uma chamada para a complexidade", de forma a restabelecer as interdependências e inter-relações entre processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade, internalizando enfim as externalidades dos processos excluídos dos núcleos de racionalidade que organizariam os objetos de conhecimento de todas as ciências. Busca-se uma "retotalização" do conhecimento – uma "completude" até então não alcançada pelo projeto de cientificidade que buscava a unidade de conhecimento, a objetividade e o controle da natureza –, o qual terminou fraturado em vários saberes científicos; ou ainda exterminando a complexidade e subjugando os saberes "não-científicos", tradicionais e vernáculos.

Se se acredita que a interdisciplinaridade, no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento, é uma ação do conhecimento que consistiria em confrontar saberes, cuja finalidade é

[14] A revalorização dos saberes culturais seria uma das formas de recuperar a memória das sociedades humanas, sem fazer concessão à nostalgia do elo perdido ou a um retorno impossível. Ao reinstituir às culturas o reconhecimento de sua sabedoria, está-se fazendo a auto-crítica dos erros cometidos, restabelecendo a assimilação de práticas sadias no domínio do meio ambiente e da saúde das pessoas, além do reconhecimento do direito à diferença. Para TOURAINE (1993), a modernidade deverá saber combinar a Razão com a Emoção; ou a razão do direito universal, para todos, com a liberdade de ser de cada um e de cada cultura diferente.

alcançar outro saber, mais complexo e integral – diferente daquele que seria efetuado, caso não existisse o encontro de diferentes disciplinas –, o diálogo entre os conhecimentos arquitetônicos oficiais e vernaculares é fundamental[15]. Somente assim se tornaria possível traduzir na prática contemporânea, de forma efetiva, a complexidade das interações entre as sociedades humanas e o ambiente natural. Além do mais, os fazeres vernáculo e erudito não são modos excludentes de agir sobre o meio: ambos se retro-alimentam e se inter-influenciam, do mesmo modo que a tradição e a invenção são faces de uma mesma moeda[16] (MAHFUZ, 1984; 1987).

Como coloca SOUSA SANTOS (2000), por muito tempo se considerou como "estranhas" aquelas sociedades que, em uma situação de praticamente não-cidadania, tiveram suas culturas suprimidas; saberes e conhecimentos marginalizados, que fizeram também parte da modernidade, mas de uma modernidade dos dominados e suprimidos, daqueles que lutam efetivamente para adquirir esta cidadania e entrar no contrato social; a sociedade civil do terceiro setor, das organizações solidárias, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, que devem passar a serem vistas como o embrião de uma *sociedade civil planetária.* Para compreender esse mundo complexo, segundo o autor, em primeiro lugar, deve-se quebrar o muro que separam todas as ciências e ver que toda ciência é uma ciência social, portanto, todo o saber vem e provém dos homens, sem qualquer distinção.

Por fim, acredita-se que a constituição de uma racionalidade ambiental, também seria produzida no âmbito dos conhecimentos da arquitetura, do *design* e do urbanismo; e depende da valorização econômica da natureza e da cultura; da atualização e reconfiguração das identidades; e da emergência de novos atores sociais. Essa nova forma de pensar, baseada nos potenciais ecológicos da natureza e nos significados culturais dos povos; e voltada à sustentabilidade a partir das especificidades dos ecossistemas, da diversidade cultural e da autonomia das populações locais,

---

[15] Hoje, discute-se em todo mundo que a arquitetura e urbanismo precisam reincorporar conceitos e práticas que os conduzam para sua re-harmonização com o meio ambiente, adotando uma postura que reconheça a finitude, assim como a "renovabilidade", dos recursos naturais; além de uma metodologia interdisciplinar que possibilite um diálogo de saberes e, mais ainda, uma nova racionalidade. Essa nova arquitetura – ou *eco-arquitetura* – pode vir a ser designada por vários termos, como arquitetura bioclimática, ecológica ou sustentável; ou ainda *green architecture* (WINES, 2000), mas o fundamental não é isso: é que ela represente a constituição de um profundo saber ambiental. Em paralelo a todos os níveis de vivência humana, este levaria a uma re-significação dos sentidos existenciais e a uma reconfiguração das identidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo em que possibilitaria a reconstrução do mundo objetivo. Equivaleria, enfim, ao rompimento com o conhecimento universal e disciplinar que implanta o regime de dominação da natureza através da ciência e que se situa acima das identidades culturais, em direção a uma verdadeira hibridização entre tecnologias e saberes.

[16] Por *tradição* pode-se compreender o conjunto de precedentes conhecidos e de uso consagrado, parcialmente repetidos ou modificados, dos quais o arquiteto utiliza-se quando projeta. Trata-se da soma das regras, costumes e modificações recolhidas ao longo do tempo e transmitidas através de geração. Segundo STROETER (1986), o produto da destilação e combinação de muitas experiências que deram certo; um ressurgir contínuo e fluente do aprendizado de uma geração nas experiências das gerações seguintes. A tradição renova-se dia-a-dia; está em lenta e eterna mudança e não impõe restrições ao trabalho da criação. *Invenção* é toda inovação ou idéia original por ser a primeira, mas, em arquitetura, tem o sentido de modificação; de adequação do material advindo da tradição às situações temporais, espaciais e culturais específicas. Tradição e invenção não são conceitualmente contraditórias, pois o novo não é oposto do antigo, mas seu momento mais evoluído. O uso da tradição tem o efeito de estabelecer conexões culturais, mas é através da invenção que os valores contingentes são absorvidos em um projeto. Enquanto a essência da tradição é sua dimensão mítica e temporal; a essência da invenção é sua preocupação com o aqui e o agora.

corresponderia a uma nova forma de fazer e, conseqüentemente, criar a cidade; o ponto de contato, concreto e real, simbólico e ideológico, na relação sociedade/natureza. Esse desafio interdisciplinar fez com que surgissem em todo o mundo e, principalmente, a partir da década de 1990, no Brasil os programas de pesquisa voltados à questão do meio ambiente e desenvolvimento, entre os quais este curso de Doutorado na UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR.

Tendo como objetivo fundamental a formação de pesquisadores qualificados para identificar, analisar e avaliar os problemas ambientais decorrentes dos processos socioeconômicos, sua estrutura assenta-se em um enfoque e prática interdisciplinares, nos quais se busca uma metodologia de trabalho que construa um objeto de estudo comum, analisado de forma integrada por diferentes domínios disciplinares. Após dez anos de existência, o curso já capacitou vários profissionais para a reflexão sobre a complexidade de interações existentes na configuração socioambiental da *Região Metropolitana de Curitiba* – RMC e litoral paranaense. O grupo *Urbano* da Turma V, iniciada em 2002, propõe-se desde o início, juntamente com os professores e doutores vinculados ao Programa de Doutorado, à construção de um *projeto interdisciplinar de pesquisa*, que é apresentado na seqüência.

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

Com o cumprimento da fase de complementação teórico-conceitual, a qual se desenvolveu no período aproximado de um ano e meio, com a realização de disciplinas, seminários e trabalhos em equipe – o que completou um total de 39 créditos, ou seja, 840 horas de atividades –, cada componente da Turma V, iniciada em 2002, envolveu-se no desenvolvimento de oficinas de pesquisa, divididas em número de quatro, conforme as áreas temáticas do Programa do Doutorado: *Urbano*, *Rural*, *Costeira* e *Epistemológica*. A primeira oficina do grupo *Urbano*, cuja linha de pesquisa está voltada à "Urbanização, Cidade e Meio Ambiente", possibilitou o diagnóstico em conjunto sobre Curitiba e sua Região Metropolitana, no qual se abordou os aspectos físicos, sociais, econômicos e históricos, e que serviria de base para a segunda etapa: a elaboração do *Programa Interdisciplinar de Pesquisa*.

Devido à formação básica e capacitação dos componentes desse grupo – constituído por quatro arquitetos e urbanistas (Milena Kanashiro, Roberto Adam Sabatella, Zulma Schussel e o autor, Antonio Manuel Nunes Castelnou); dois geógrafos (Maria Elisa Zanella e Nilson César Fraga); e dois engenheiros, sendo um agrônomo (Andréia Cristina Ferreira) e outro florestal (Edson Struminski) –, voltou-se a atenção para as questões espaciais relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento. Tomou-se como temática central de discussão o *Desafio da Urbanização com Qualidade de Vida*, ou seja, partindo do pressuposto de que o processo de crescimento urbano em todo mundo é fato inquestionável, surgiu a questão de como encontrar caminhos para minimizar os problemas socioambientais dele decorrentes e, mais ainda, garantir a manutenção das condições e qualidade de vida nas cidades, em especial no caso curitibano. É importante ressaltar que a questão da qualidade de vida abrange desde noções objetivas até subjetivas, conforme a abordagem adotada, a qual foi tema central de um dos ciclos de palestras promovido pelo curso[17].

Tomando como recorte espacial a área urbanizada da Capital paranaense, especialmente no que se refere à sua mancha conurbada, em que se acredita situar a maior parte dos problemas socioambientais, estabeleceu-se como base comum de pesquisa a cidade de Curitiba, aqui compreendida como o lugar urbano onde ocorre um fluxo dinâmico de processos (sociais, políticos e

[17] Não se pode deixar de ressaltar aqui a contribuição inestimável de todos os doutores, professores e convidados do curso de Doutorado em MAD-UFPR, os quais participaram direta ou indiretamente em todos os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo *Urbano*, tanto nas disciplinas e oficinas de pesquisa como em palestras proferidas. São eles: Ademar Heemann, Alfio Brandenburg, Ângela Duarte Damasceno Ferreira, Bruno Jean, Claude Raynaut, Cristina de Araújo Lima, Dimas Floriani, Edith Délèage, Eda Terezinha de Oliveira Tassara, Eduardo Marone, Eleusis Roncani Nazareno, Enrique Leff, Francisco de Assis Mendonça, Guillermo Foladori, Jean Paul Délèage, José Milton Andriguetto Filho, José Robson da Silva, Leonardo José Cordeiro Santos, Luís Lopes Diniz, Magda Zanoni, Márcia Scholz de A. Kersten, Maria do Rosário Knechtel, Maria N. B. Wanderley, Naina Pierri, Naldy Emerson Canali, Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, Paulo da Cunha Lana, Rodolfo José Ângulo, Roti Turin, Salete Kozel, Sílvio Gil e Yara Vicentini, entre outros.

econômicos), que induzem a transformações em sua estrutura física, como adições, eliminações e reordenações. Sabe-se que a urbanização atual caracterizada pela crescente concentração da população em cidades, que se tornam centros cada vez mais extensos e complexos, inclusive nos países não-industrializados – cujo mercado de trabalho não absorve produtivamente todo o contingente de mão-de-obra migrante, fato agravado pela periferização e precariedade das condições de vida –, seria um dos maiores desafios na atual conjuntura, em especial quando se analisa sua relação com o meio ambiente.

Quanto ao recorte temporal, o grupo de pesquisa optou pela análise coletiva do momento atual; o quadro contemporâneo de Curitiba que corresponderia aos últimos 30 anos de formação socioespacial da cidade. Obviamente, esta situação é resultado de um processo evolutivo, que abrange desde a época das primeiras ocupações do território até as diferentes ações de criação, ordenação e planejamento urbano, sem esquecer as próprias condições naturais do sítio e as inúmeras dinâmicas socioambientais que conduziram à Curitiba contemporânea. A compreensão do presente como fruto de um processo de evolução histórica que, embora contínuo, não se possa dizer linear, além de ter seus limites temporais pouco precisos, passou a fazer parte da base conceitual da pesquisa comum, devendo permear todos os trabalhos individuais, que desde o início se pretendem atuais e, mais ainda, prospectivos.

TABELA I – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO PATAMAR METROPOLITANO EM 1991 E EM 2001 – TAXA DE CRESCIMENTO NO PERÍODO 1991-2001

Principais Municípios da RMC	População Total 1991 (Hab.)	População Total 2001 (Hab.)	Taxa de Crescimento 1991-2001 (% a.a.)
Almirante Tamandaré	66.159	88.139	4,82
Araucária	61.889	94.137	5,26
Campina Grande do Sul	19.343	35.107	9,05
Campo Largo	72.523	92.713	2,81
Campo Magro	*	20.364	5,57
Colombo	117.767	183.353	4,51
Curitiba	1.315.035	1.586.898	2,13
Fazenda Rio Grande	24.997	62.618	8,43
Pinhais	75.536	102.871	8,59
Piraquara	31.346	72.806	8,53
Quatro Barras	10.007	16.149	6,82
São José dos Pinhais	127.455	204.198	4,84
Média do patamar	**174.732**	**213.279**	**5,53**
Média do patamar (sem Curitiba)	60.702	88.405	5,84
RMC	2.055.455	2.726.556	3,17
Paraná	8.448.981	9.558.454	1,39

(**FONTE: IBGE** – Censos demográficos; População projetada 2010 – IPARDES, apud LIMA, 2004:46)

Obs.: Os dados da população de Campo Magro não figuram na tabela para o censo de 1991 pela razão de naquele ano ainda integrar o Município de Almirante Tamadaré.

Curitiba iniciou o século XXI com cerca de 1.600.000 habitantes, segundo o Censo divulgado em 2001 e, embora não apresente a maior taxa de crescimento da RMC na última década, continua concentrando sua maior porcentagem populacional (TABELA I). Conforme LIMA (2004), a RMC é a única região metropolitana brasileira em que houve crescimento demográfico tanto do pólo, Curitiba, quanto da periferia imediata, superiores à taxa de crescimento da população brasileira. Ao mesmo tempo, na periferia metropolitana, onde se concentra 90% da população da RMC, as condições sociais e de infra-estrutura urbana são precárias, o que é comprovado pela proliferação de favelas e sub-habitações. Isto provoca graves questões relativas ao uso e ocupação do solo urbano, assim como ao meio ambiente, a partir de assentamentos irregulares em áreas críticas, os quais comprometem as condições da qualidade de vida dessas populações.

Vê-se claramente o fenômeno da conurbação, em que a Metrópole acaba se conectando aos Municípios vizinhos, assim como se percebe a distribuição desequilibrada das áreas verdes urbanas, sendo que os bairros curitibanos da região Norte apresentam a melhor arborização e proximidade dos parques; e os da região Sul aqueles que apresentam os maiores índices de crescimento e concentração da pobreza. Esses motivos, entre outros, tornam a capital paranaense o principal foco desta pesquisa, tornando-se possível afirmar que o tripé que sustenta a problemática interdisciplinar do grupo *Urbano* da Turma V – fundamentada no *Desafio da Urbanização com Qualidade de Vida* – assenta-se nos seguintes vértices: a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento; a compreensão como fato territorial, espacial e concreto, da conurbação curitibana; e a dimensão temporal do quadro contemporâneo de Curitiba, produto de uma evolução histórica que se projeta para o futuro. A partir disto, restaria ao grupo discutir os vários pontos que permeiam a relação entre o processo de urbanização e a questão da qualidade de vida. Foi daqui que se iniciou o debate interdisciplinar que geraria um rol de fatores de vida urbana de investigação coletiva.

No **DIAGRAMA II**, apresenta-se um esquema da problemática comum, no qual, à esquerda, estabelecem-se pontos inerentes à urbanização, estes relacionados à infra-estrutura, circulação, habitação, produção, educação e áreas verdes existentes nas cidades. Destes, decorreriam os fatores que conduzem às condições e qualidade de vida no ambiente urbano, tais como comunicação, transporte, saúde, segurança, lazer e cultura, os quais estão situados à direita do diagrama. Estaria justamente na área que inter-relaciona ambos os quadros os instrumentais de análise interdisciplinar, ou seja, os elementos que norteariam as pesquisas em direção ao desafio maior de todo o grupo. Neste campo intermediário, estabelecer-se-iam os fatores que, por exemplo, levariam à discussão da *questão habitacional* em garantir ou não a segurança e o bem-estar da população urbana; ou ainda, ao *sistema produtivo* que possibilitasse ou não uma distribuição eqüitativa e consumo homogêneo. Passou-se a discutir quais esferas serviriam de agentes condutores à obtenção de um ambiente urbano com qualidade de vida, mas que também poderiam bloquear a este intuito.

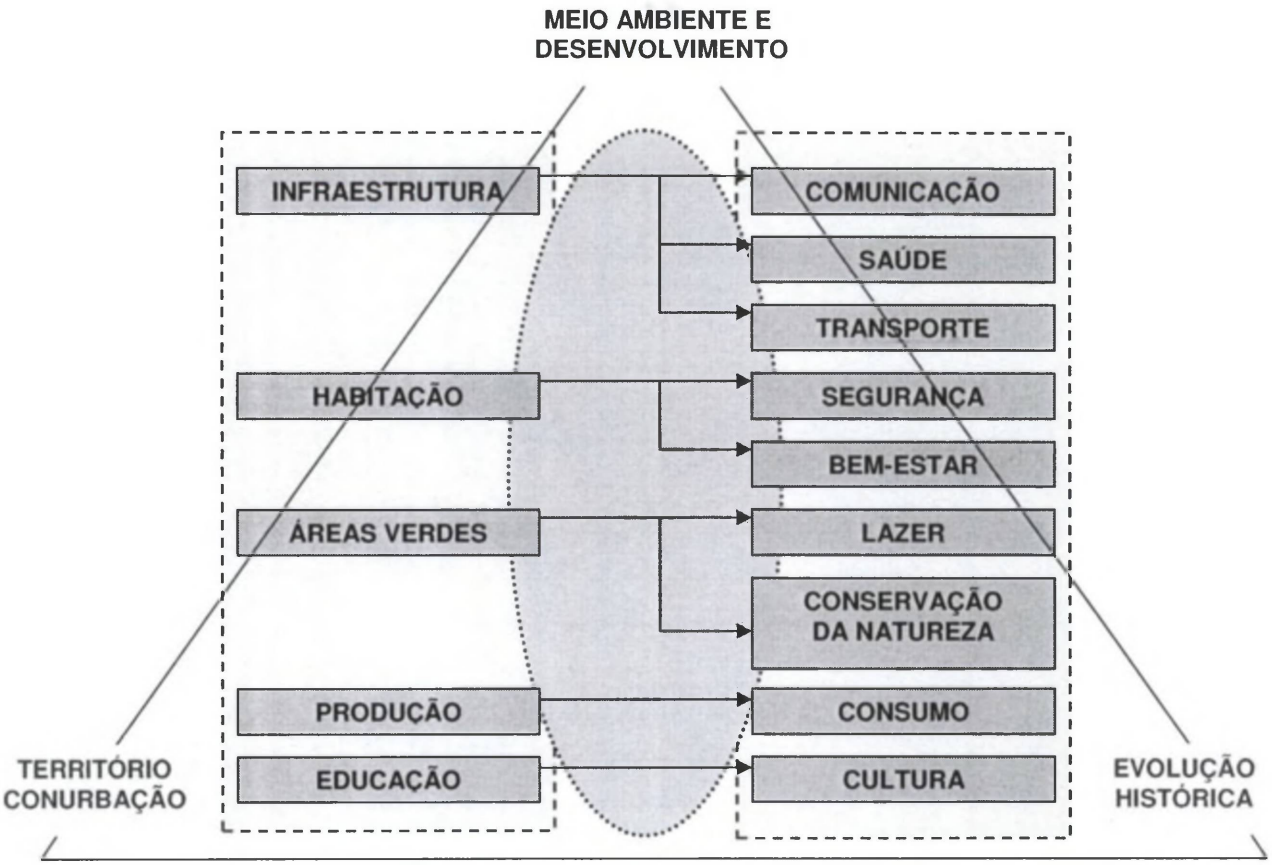


DIAGRAMA II – Objetivos Gerais do Grupo Urbano.
(**FONTE**: Turma V – MAD-UFPR, 2004)

O **DIAGRAMA III** foi construído para explicitar esses aspectos que permeariam a problemática comum de pesquisa. Nele, apresentam-se hierarquizados os fatores culturais, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, os quais devem ser analisados direta ou indiretamente por todos os trabalhos, pois são os mesmos que interagem sobre as condições de vida nas cidades. Exemplificando, estariam nas *políticas públicas urbanas* os condicionantes para garantir que o transporte ou a saúde da população se desse de modo satisfatório e equilibrado, permitindo uma avaliação positiva dos níveis de qualidade de vida.

Isto se torna ainda mais evidente quando se discute a questão da *conservação da natureza*. Da mesma forma, os *aspectos sociais e culturais* também são responsáveis pela forma da população urbana apreender seus problemas e se posicionar diante deles, tomando consciência ou não de suas próprias condições de sobrevivência. Paralelamente, a *preservação do patrimônio histórico* e a *manutenção da memória e identidade cultural* estão relacionadas indubitavelmente a esta discussão sobre urbanização e qualidade de vida.

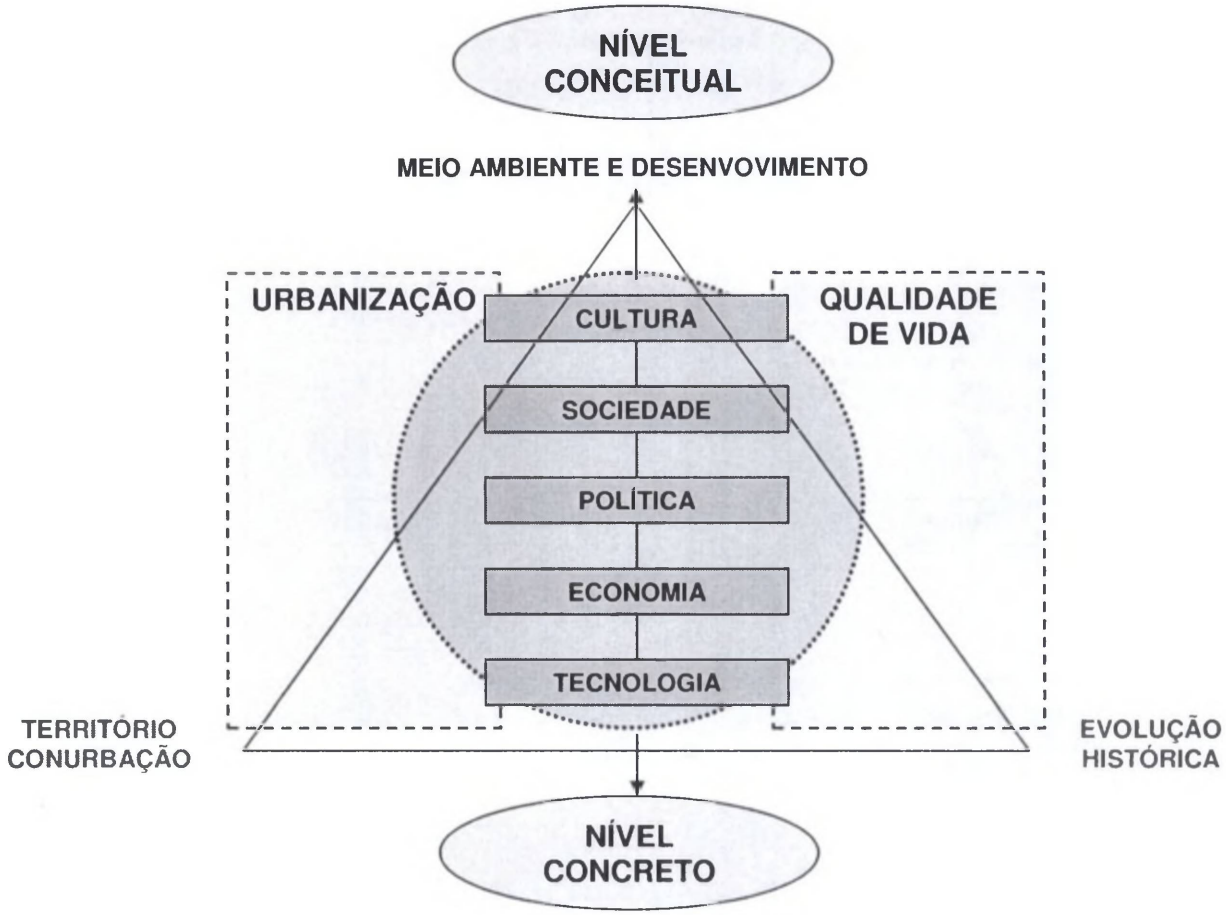


DIAGRAMA III – Interfaces de Pesquisa Interdisciplinar.
(**FONTE**: Turma V – MAD-UFPR, 2004)

A partir desse diagrama, foi possível apontar as interfaces dos projetos individuais de pesquisa, onde se procurou reconhecer temas comuns que ocorressem em mais de um trabalho, possibilitando a troca de informações e experiências, tão cara à prática interdisciplinar. Identificaram-se duas instâncias inerentes à problemática: uma de caráter mais *teórico e conceitual*; e outra mais no nível *concreto e objetivo*. Embora, de uma forma ou de outra, todas as teses se relacionem aos aspectos aqui apresentados, observou-se a viabilidade da organização de subgrupos que coincidissem alguns desses pontos mais relevantes. Deste modo, tornar-se-ia viável o intercâmbio de referências teóricas, fontes de consulta e experiências de análise e aplicação, agilizando o processo de construção das teses individuais. Como terceira fase, procurou-se construir objetivos comuns através da seleção de temáticas interdisciplinares, todas pertinentes à problemática estabelecida no início do processo de construção do programa de pesquisa. No nível conceitual, destacaram-se as questões sobre utopia, percepção e segregação; e no aspecto concreto, optaram-se pelos temas de saneamento/saúde pública, uso e ocupação do solo/legislação; e ambiente construído.

No **DIAGRAMA IV**, apresenta-se o quadro de análise de interfaces de pesquisa entre os membros do grupo *Urbano*, destacando-se o fato de que os três tópicos de base comum – *meio ambiente*, *território* e *história* – reaparecem aqui, constituindo nos fios condutores que amarram toda a pesquisa interdisciplinar que aqui se propõe. Já a constituição dos subgrupos de pesquisa, assim como os objetivos específicos de cada um, ficaram estabelecidos através do **DIAGRAMA V**, que procura ilustrar a dinâmica interdisciplinar proposta pela oficina.

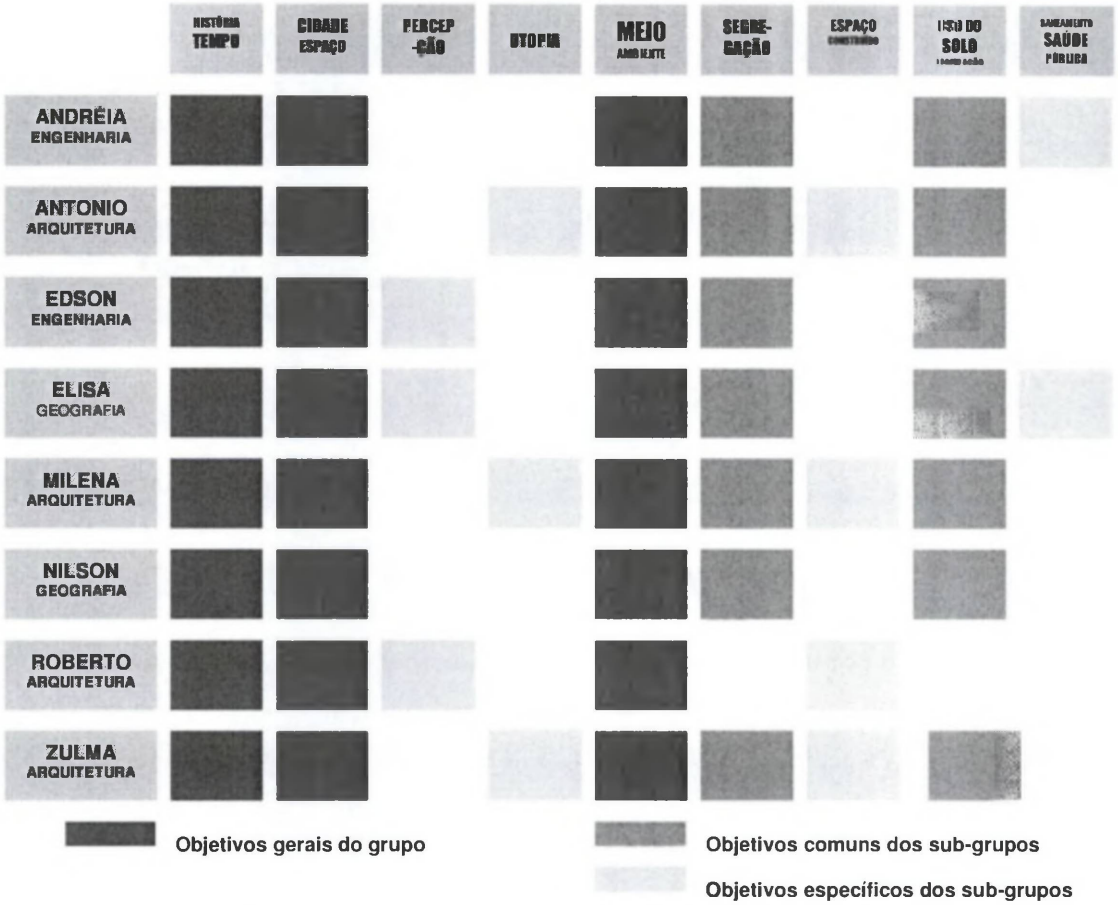


DIAGRAMA IV – Quadro de Análise das Interfaces de Pesquisa.
(**FONTE**: Turma V – MAD-UFPR, 2004)

É possível concluir que os objetivos comuns a todo o Grupo *Urbano* seriam os de estudar a evolução histórica do processo de urbanização de Curitiba até o quadro contemporâneo de conurbação; conceituar qualidade de vida em todos os níveis de conhecimento científico, de modo a interpretá-la nas suas diferentes concepções; avaliar as implicações desse crescimento urbano sobre a qualidade de vida na cidade; e discutir as possibilidades de minimizar os conflitos existentes entre urbanização e qualidade de vida.

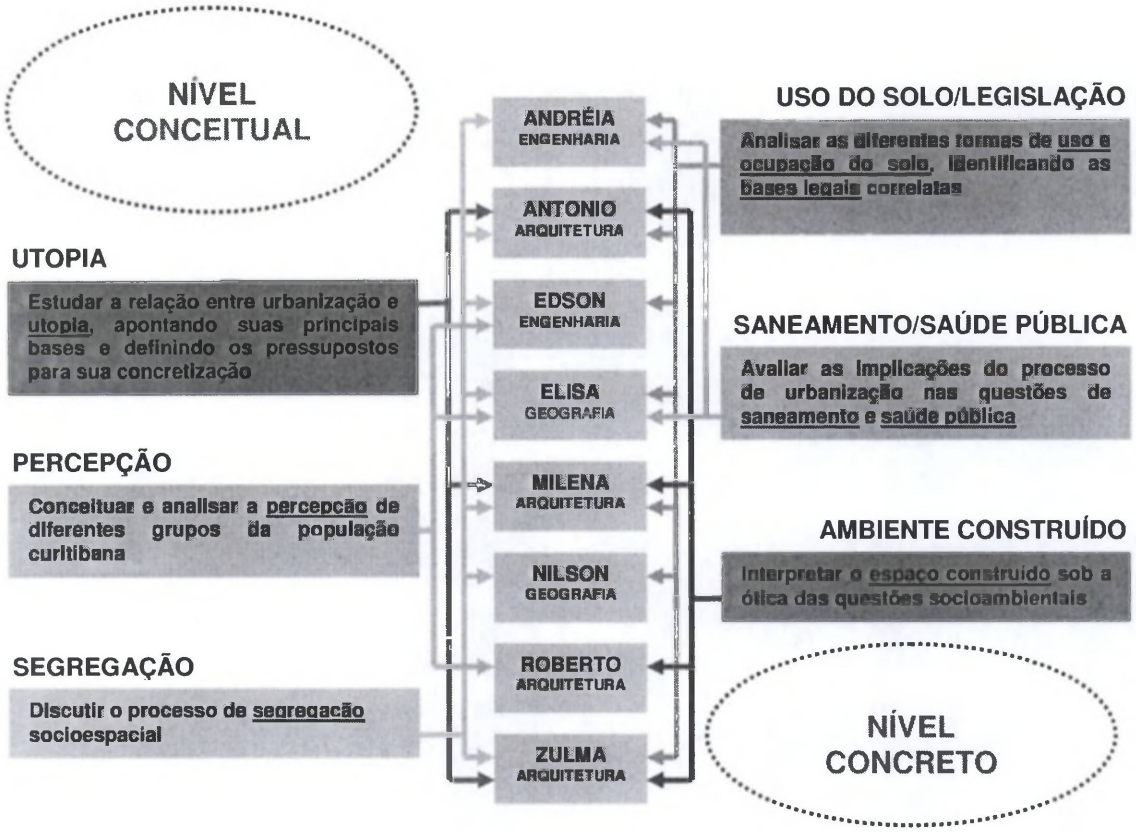


DIAGRAMA V – Objetivos e Dinâmica Interdisciplinar Proposta.
(**FONTE**: Turma V – MAD-UFPR, 2004)

Atualmente, o mundo toma um rumo em que as cidades tornar-se-ão preponderantes. Sabe-se, por exemplo, que mais de 50% das regiões desenvolvidas são urbanas desde meados do século XX e que os países em desenvolvimento atingiram esta proporção durante os primeiros 25 anos deste século. Em 1970, a população urbana total das regiões mais adiantadas ultrapassava em quase 30 milhões de habitantes a das regiões menos adiantadas. Cinco anos mais tarde, a situação invertia-se e, em 1985, a diferença era de mais de 300 milhões de pessoas. No ano 2050, a população urbana dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, será quatro vez maior que a dos desenvolvidos (SALAS, 1987). Esse quadro de crescente urbanização torna-se bastante desafiador a todos que trabalham com a questão da qualidade de vida, no momento em que o inchaço das cidades torna sua administração mais difícil; a distribuição de infra-estrutura fica precária; a poluição e os congestionamentos de tráfego atingem níveis caóticos; e, em geral, o combate à violência é insuficiente[18].

[18] Se até 1950, somente uma cidade possuía mais que 10 milhões de habitantes – que era Nova York – e em 1975, já existiam cinco megalópoles, incluindo São Paulo; hoje, são pelo menos 19 e, daqui a dez anos, serão 23. De acordo com estudos da *Organização das Nações Unidas* – ONU, em 2030, o mundo terá perto de 30 megalópoles; sendo a grande maioria delas localizadas em países pobres. Embora, a América do Sul concentre algumas das maiores concentrações urbanas, a África é que registra um dos mais altos índices de urbanização (ZWINGLE, 2002).

Ao mesmo tempo, se cada uma das seis bilhões de pessoas da Terra tivesse computador, celular e automóvel; e consumisse a mesma quantidade de água, de cereais e de energia que os norte-americanos, seriam precisos quatro planetas para atender toda essa demanda. O desperdício, aliado à exploração predatória da natureza, deixou o mundo perto do esgotamento e criou um abismo entre ricos e pobres. Hoje, enquanto a produção e o consumo continuam em ritmo alucinante, milhões de pessoas foram deixadas para trás na pobreza, na miséria e no desespero. Além disso, evidências científicas não deixam dúvidas quanto aos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente – entre elas o desmatamento, o uso de combustíveis poluentes e a urbanização que degrada áreas agrícolas ou cultiváveis –, os quais produziram conseqüências praticamente irreversíveis, como a elevação da temperatura, o esgotamento das reservas de água e a ameaça de extinção de 12% das aves e 25% dos mamíferos (MENCONI et al., 2002).

Todos esses problemas têm repercussão nas escalas local e regional; e talvez seja por isso que se torne instigante estudar o caso de Curitiba e sua Região Metropolitana, de modo a desvendar os elementos dessa complexa relação entre meio ambiente e desenvolvimento, na qual a cidade é ponto fundamental, a ser abordado no próximo capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ALTVATER, E. **O preço da riqueza.** São Paulo: Unesp, 1995. 334p.

BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital.** Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 83p.

_____. **A sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, Col. Arte & Comunicação, 2000. 216p.

_____. **Senhas.** Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001. 84p.

BAUDRILLARD, J. E. MORIN. **A violência do mundo.** Trad. Leneide Duarte-Plon. Rio de Janeiro: Anima, 2004. 96p.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity.** London: Sage Publications, 1992. 289p.

_____; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Unesp, 1997. 264p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 5a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, 2003. 372p.

_____. **La distinction: critique sociale du jugement.** Paris : Les Editions de Minuit, 1979.

BRÜSEKE, F. J. **A técnica e os riscos da modernidade.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2001. 216p.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995. 224p.

FLORIANI, D. *Interdisciplinaridad: teoría y práctica de la investigación y la enseñanza.* In: **FORM AMB**, n. 10, 1998. p.23.

_____. *Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade.* In: PHILIPPI JUNIOR, A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (Ed.) **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo: Signus, 2000. 318p.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 288p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6a. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993. 352p.

JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade – Internacional Situacionista.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160p.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** 2a. ed. São Paulo: Ática, 1997. 432p.

LEFF, E. *Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental.* In: PHILIPPI JUNIOR, A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (Ed.) **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo: Signus, 2000. 318p.

_____. *Espacio, lugar y tiempo: la reapropriación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental.* In: **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, n. 1, 2000. 108p.

_____. *Sociologia y ambiente: formación socioecnómica, racionalidad ambiental y transformaciones del conocimiento.* In: LEFF, E.; GÁRCIA, R.; GUTMAN, P.; TOLEDO, V.; VESSURI, H.M.C.; FERNÁNDEZ, R.; BRÃNES, R. (COORD.) **Ciências sociales y formación ambiental.** Barcelona: Gedisa, 1994.

LIMA, C. DE A. *Multiespacialidades metropolitanas e construção social do lugar: rumos para a sustentabilidade.* In: **REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, Cidade e Sustentabilidade, n. 9, 2004. p.39-56.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** 7a. ed. São Paulo: José Olympio, 2002. 132p.

MAHFUZ, E. *Nada provém do nada: a produção da arquitetura vista como transformação de conhecimento.* In: **REVISTA PROJETO.** São Paulo: n. 69, nov. 1984. p.89-95.

_____. *Tradição & invenção: uma dialética fundamental.* In: **REVISTA AU – ARQUITETURA E URBANISMO.** São Paulo: n. 12, ano 3, jun./jul. 1987. p.70-4.

MENCONI, D.; FERRONI, M.; AZEVEDO, N. *Talvez em 2015...* In: **REVISTA ISTOÉ.** São Paulo: Três Editorial, n. 1719, 11.set.2002. p.76-80.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 6a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 344p.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre : Sulina, 2005. 120p.

MORIN, E. ; WEINMANN, H. **La complexité humaine.** Paris: Flammarion, 1994. 384p.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria.** 3a. ed. Porto Alegre : Sulina, Col. Limiar, 2002. 192p.

NATIONAL GEOGRAPHIC. *A Terra em transe.* In: **NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL.** Washington DC: National Geographic Maps, Infográfico, set.2002.

OLIVER, M. **História ilustrada da filosofia.** Barueri SP: Manole, 1998. 192p.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: o tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1996. 200p.

_____.; STENGERS, I. **Order out of chaos.** New York: Bantam Books, 1996. 255p.

RAYNAULT, C. *Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa no quadro do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento (MAD/UFPR).* In: **CADERNOS DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR , n. 3, 1996. 174p.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** Trad. Eduardo Brandão. 2a. ed. 310p.São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALAS, R. M. *Cidades que nos devoram.* IN: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO,** Ano 15, n.03, mar.1987. p.107.

SOUSA SANTOS, B. de. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 3a. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2000. 176p.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 10a. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 348p.

STROETER, J. R. **Arquitetura & teorias.** São Paulo: Nobel, 1986. 210p.

TAFURI, M. **La esfera y el laberinto: vanguardias y arquitectura de Piranesi a los años setenta.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1984. 551p.

_____. **Teorias e história da arquitectura.** 2a. ed. Lisboa: Presença, 1988. 350p.

TOURAINE, A. **A crítica da modernidade.** Petrópolis RJ: Vozes, 1993.

WINES, J. **Green architecture.** Köln: Benedikt Taschen, 2000. 240p.

ZWINGLE, E. *Cidades.* In: **REVISTA NATIONAL GEOGRAPHIC – BRASIL.** São Paulo: Abril, nov. 2002. p.108-33.

1

CIDADE

1.1 DO INÍCIO DA URBANIZAÇÃO À INDUSTRIALIZAÇÃO

A cidade constitui-se no lugar onde homens e mulheres trabalham, circulam, encontram-se, instruem-se e divertem-se, sendo o palco privilegiado onde se desenrola o complexo enredo de suas vidas. Submetida a pressões transformadoras, estende-se sobre um território cada vez mais amplo e de limites imprecisos. Do seu conjunto com as demais cidades, forma-se um organismo vivo e dinâmico, que consiste no centro de atuação das sociedades humanas. Da História, aprendeu-se que a civilização nasceu junto às cidades, as quais eram pequenas aglomerações de pessoas, que cresceram em tamanho e complexidade no decorrer dos tempos, através do processo a que se denominou *urbanização*; um fenômeno demográfico que se expressa na tendência de concentração das populações nas cidades e que vem recentemente se estabelecendo como um novo estágio de desenvolvimento da humanidade.

Embora consista em um processo bastante antigo, surgido por volta do VIII ou VII milênio a.C., foi a partir da *Revolução Industrial* (1750-1830), que esse fenômeno passou a ter uma dimensão não apenas local, mas a ocorrer em um ritmo acelerado tendendo a se generalizar em nível global. Atualmente, a metade da população do mundo mora em cidades. Para o ano 2025, esta cifra aumentará para 75% do número de pessoas de todo o planeta. Segundo a *Organização das Nações Unidas* – ONU, o número de brasileiros vivendo em áreas urbanas, que hoje está em torno de 80%, chegará a 90% já em 2010 (ZWINGLE, 2002). Este quadro vem revelando que o crescimento desordenado das cidades ameaça todo o planeta com a possibilidade do caos irremediável em relação às questões ambientais[1].

A difusão da industrialização a partir da Grã-Bretanha, ao final do século XVIII e início do XIX, não fez que as cidades se tornassem mais vistosas ou elegantes. Ao contrário, foram decompostas, retrabalhadas e muitas vezes mal cuidadas. Estradas e ferrovias passaram a atravessá-las, não apenas desintegrando velhas comunidades, como também tornando a paisagem urbana heterogênea.

---

[1]Novos dados, que combinam imagens de satélite e registros históricos, revelam que cerca de 40% da superfície terrestre já está sendo utilizada para plantações e pastagens ou está pavimentada. Isto provoca mudanças na atmosfera, solo e oceanos; e nenhum lugar do globo permanece inalterado.Todos os anos, imensas quantidades de terra arável são destruídas pela erosão, salinização e outras formas de degradação. Metade das florestas que existiam há 8.000 anos atrás já foi destruída, boa parte nos últimos 400 anos. Apenas 1/5 delas permanece em áreas preservadas. A cada ano, as matas derrubadas no mundo totalizam uma área equivalente à do Estado de São Paulo. Os mares, embora cubram dois terços da Terra, correm o maior risco. Quase 60% dos recifes de coral – fontes vitais de biodiversidade – estão ameaçados pelas ações humanas. Cerca de 70% dos grandes cardumes comerciais estão esgotados, reduzidos ou explorados além do nível máximo sustentável. A poluição marítima está aumentando, vítima de esgotos, pesticidas e detritos industriais. Mais, a erosão do solo e os fertilizantes criam "zonas mortas" – zonas aquáticas com baixíssimo nível de oxigênio, onde a vida não consegue sobreviver –, chegando ao número de 50 no planeta. Calcula-se que 3.000.000 de pessoas morram por ano vítimas dos efeitos de poluentes atmosféricos (SO_2 e NO_2). A temperatura média da superfície terrestre subiu 0,5° no último século; e já se projeta para 2100 um aumento que pode ser de 1,4° até 5,8°, além das concentrações de CO_2 dobrarem em meados desse século. Com o calor, 1/3 dos habitats poderá sumir (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2002).

Novos bairros surgiram de forma espontânea, produtos do crescente êxodo rural, assim como novos tipos de edifícios que vinham atender às mais recentes necessidades da população, tais como estações ferroviárias, mercados cobertos, fábricas, armazéns, hospitais, bibliotecas, blocos de escritórios, lojas de departamentos e locais de entretenimento, de salas de concertos a estádios.

> Esse conjunto de transformações originou a mudança de domicílio e de modo de vida da maior parte da população inglesa e modificou a utilização do solo e a própria paisagem. É totalmente nova a natureza dos fenômenos – a multidão dos habitantes, o número de novas casas, a capacidade das novas zonas industriais e comerciais, os quilômetros de novas estradas e canais, o número de veículos que circulam nas estradas das cidades – e a velocidade das transformações não tem precedentes: cidades que nascem e duplicam numa geração, iniciativas especulativas que se concretizam prontamente em estabelecimentos, estradas, canais e minas [...] altos fornos e chaminés apontadas para o céu ao lado das torres das catedrais (BENÉVOLO, 1994:20).

No decorrer do século XIX e principalmente na primeira metade do século passado, surgiram tentativas de ordenamento do organismo citadino, assim como nascia a atividade multidisciplinar do planejamento urbano. Contudo, a cidade moderna estabelecida pela criação de um setor privado totalmente interessado no benefício financeiro e um setor público motivado mais pelas soluções em curto prazo, transformou-se progressivamente em um emaranhado de problemas, os quais incluiriam desde congestionamentos, poluição e violência até a falta de habitação, transporte e saneamento básico. Principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, tornou-se uma das causas diretas da alienação, segregação social e contaminação ambiental. Com a corrida em direção aos subúrbios e subseqüente deterioração da vida cotidiana nos centros urbanos, as cidades contemporâneas deixaram de ser lugares para viver e desfrutar, passando a serem locais muitas vezes marcados pela insegurança, pela ansiedade e pela angústia de seus moradores.

> O gigantismo crescente das cidades agrava ainda mais esta problemática. Das grandes cidades passou-se às conurbações, à união de uma ou várias cidades devido ao seu crescimento, e das conurbações às megalópoles [...] Dentro dessas megalópoles, a angústia humana tende a aumentar [...] O absentismo laboral está se convertendo num problema de extrema gravidade para certos sistemas econômicos alicerçados na produção, e esta em que cada indivíduo ocupe seu lugar na engrenagem (ALFONSO, 1979:97).

Se em 1950, somente Nova York possuía mais de 10 milhões de habitantes, de acordo com ZWINGLE (2002), hoje já existem 15 megalópoles no planeta, o que tende a crescer nos próximos decênios, podendo chegar a mais de 20 em 2015, assim como o número de áreas urbanas com população entre 5 e 10 milhões, o qual irá de 7 para 37 (QUADRO II). Tal crescimento ocorrerá principalmente nos países em desenvolvimento, ou seja, naqueles menos equipados para prover a infra-estrutura básica de uma cidade, como habitação, transporte, luz, água e esgoto. Ásia e África, por exemplo, hoje com mais de dois terços de sua população no campo, terão, em 2025, metade dela nas cidades.

QUADRO II – PROJEÇÃO DAS 10 CIDADES MAIS POPULOSAS DO MUNDO ATÉ 2030

Posição em 2003	Cidade	População em 2003 (em milhões de pessoas)	População em 2000 (em milhões de pessoas)	Posição em 2000
1°	Tóquio (Japão)	26,4	26,4	1°
2°	Mumbai (Índia)	26,1	18,1	3°
3°	Lagos (Nigéria)	23,2	13,4	6°
4°	Daca (Bangladesh)	21,1	12,3	11°
5°	São Paulo (Brasil)	20,4	17,8	4°
6°	Karachi (Paquistão)	19,2	11,8	12°
	Cid. México (México)	19,2	18,1	2°
7°	Xangai (China)	19,1	12,9	9°
8°	Nova York (EUA)	17,4	16,6	5°
9°	Jacarta (Indonésia)	17,3	11,0	14°
	Calcutá (Índia)	17,3	12,9	8°
10°	Los Angeles (EUA)	14,1	13,1	7°
	B. Aires (Argentina)	14,1	12,6	10°

(FONTE: COP-10, dez.2004; adaptado)

Apesar dos problemas, cidadãos de todo o mundo são cada vez mais atraídos para as megacidades, na ilusão de emprego e melhores condições de vida. As pessoas que viviam nos arredores dessas cidades foram as primeiras a se estabelecerem na urbe, seguidas por indivíduos mais distantes, provenientes do campo; e, finalmente por fluxos estrangeiros, que produziram correntes migratórias de alguns países para outros. Iniciada no século XIX, a imigração internacional intensificou-se no século passado, graças a atrativos que a vida urbana possibilitava e às perseguições políticas, religiosas e sociais; aos efeitos da saturação das cidades européias; e ao rompimento com o sistema de trabalho pré-industrial. Embora esse tipo de migração tenha sido contido ultimamente, devido a diversos motivos que vão desde disposições legais até a ação de organismos nacionais e internacionais, as estatísticas mostram que o êxodo rural continua acelerado e, com ele, a formação de bolsões de pobreza e marginalidade, especialmente em países pouco desenvolvidos[2].

[2] Segundo projeções da *Organização das Nações Unidas* – ONU, 75% do crescimento populacional estará concentrado nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento. América Latina e Caribe, que já são atualmente urbanizados, devem ter uma população crescente nas cidades. Os 75% das pessoas dessa região que vivem nos centros urbanos no ano 2000 chegarão a 83% em 2030. O índice de crescimento será maior na Ásia e na África. Mo continente asiático, onde 37% da população mora em áreas urbanas, o índice deverá chegar a 55% em 2030. Na África, a taxa de urbanização subirá dos atuais 38% para 53%, no mesmo período. Enquanto isso, as taxas de urbanização na América do Norte, Europa e Oceania, crescerão dos seguintes valores em 2000, respectivamente, 77%, 75% e 70%, para 84%, 83% e 74% em 2030. Estima-se que em 2015, haverá 26 megacidades no planeta, ou seja, com mais de 10 milhões de habitantes. Em 2000, a proporção de pessoas em megalópoles ainda era pequena: 4,3% da população mundial, mas deve subir para 5,2% nos próximos 30 anos. Proporção bem maior, 28,5%, viviam nos pequenos aglomerados, com menos de 1.000.000 de habitantes (ALMANAQUE ABRIL, 2001).

> A expressão mais evidente dos problemas causados pelo crescimento rápido da população urbana é a existência de favelas instaladas nos arredores das cidades do mundo em desenvolvimento. Do ponto de vista da saúde e dos meios de acesso, são geralmente os bairros mais mal servidos da cidade. Não possuem nem serviços básicos, nem segurança de ocupação do solo. São por natureza superpovoadas [...] O espaço também é insuficiente [...] Quando o habitat precário fica próximo do local de trabalho, os habitantes estão expostos ao risco da poluição e a diversos perigos (SALAS, 1987:16).

Esse alarmante quadro de explosão urbana fez com que muitos estudiosos e planejadores, especialmente nas últimas décadas do século XX, se comprometessem a lidar com o problema da degeneração das cidades. Grupos de preservação, notadamente na Europa e EUA, começaram a restaurar e salvaguardar centros históricos, além de impor limites normativos aos novos edifícios que, de alguma forma, deveriam levar em conta não somente o ambiente circundante, como também as questões naturais. Multiplicaram-se conferências, nas quais arquitetos e urbanistas, assim como seus críticos e aliados, debateram a questão de como criar cidades "sustentáveis", ou seja, ecologicamente "sadias", nas quais se resgatasse o prazer de viver e trabalhar. O debate em torno da questão do *desenvolvimento sustentável* passou a ocupar o centro das preocupações de grande parte dos planejadores urbanos, embora ainda falte algum tempo para que seus princípios sejam incorporados ao pensamento e, principalmente, à pratica profissional. Diante de tudo disso, é fundamental refletir sobre os fundamentos desse processo e suas implicações sobre o meio ambiente.

A cidade surgiu como fato histórico, geográfico e principalmente social devido às transformações que ocorreram no final da Pré-História, a qual, por sua vez, pode ser dividida em duas fases: a da pedra lascada e a da pedra polida[3]. O período inicial, também conhecido como *Selvageria*, englobou o Paleolítico e o Mesolítico, até cerca de 10.000 a.C.; e se caracterizava pelo fato do homem viver da extração da natureza, através da coleta de frutos e, mais tarde, da caça e da pesca[4]. Durante o Neolítico, aproximadamente de 10.000 a 4.000 a.C., o ser humano passou de coletor para produtor, tanto pela agricultura, plantando trigo, cevada e aveia, como domesticando animais. Essa segunda fase pré-histórica chamada de *Barbárie* caracterizou-se pelo desenvolvimento de armas mais eficazes até a descoberta do ferro. Sendo nômade, o homem aos poucos adquiriu conhecimentos para sistematizar a obtenção do alimento e finalmente se estabelecer no território. A este processo de progressiva sedentarização do homem em pequenas aldeias rurais, graças ao advento da agricultura, denominou-se *Revolução Agrícola* (CHILDE, 1981).

---

[3] Tradicionalmente, considera-se Jericó, na Cisjordânia, como a cidade mais antiga do mundo, datada de cerca de 8000 a.C. Contudo, a cidade original, muito citada no Antigo e no Novo Testamento, foi destruída e abandonada várias vezes. Da Antiguidade, restaram apenas algumas ruínas, desabitadas, como uma muralha que comprova tratar-se de uma cidade de 2.000 a 3.000 habitantes. Com o tempo, o centro urbano foi se deslocando e a cidade atual se encontra a 2 km de suas origens. Das cidades que permaneceram habitadas desde 4000 a.C. estão Ur, ao sul do Iraque; Damasco, na Síria; Byblos, a 50 km de Beirute, no Líbano; Cairo, no Egito; e Sanaa, no Iêmen.

[4] Durante a *Selvageria*, o modo de produção existente era baseado na propriedade comunal e na distribuição coletiva de excedentes, em uma espécie de comunismo primitivo. A divisão técnica do trabalho dependia do sexo e não havia classes sociais. As aldeias formadas eram *protocidades*, cuja população migrava quando da exaustão do solo.

Da construção de choças e palafitas, evoluiu-se para a fabricação de tijolos em adobe e a prática da irrigação, o que levou a uma sedentarização cada vez maior da população. Aos poucos, ocorreu a passagem para outro modo de produção, o tributário antigo, no qual a propriedade de terras tornava-se particular e a distribuição de excedentes desigual, fazendo a divisão técnica do trabalho fundamentar-se em castas. Aparecia a cidade como resultado de um processo de diferenciação social, no qual houve a separação entre agricultores e pastores, assim como o surgimento de indivíduos não ligados diretamente à produção, tais como sacerdotes, guerreiros e artesãos. Segundo BURNS et al. (1999), a cidade pode ser considerada um fato decorrente da dominação sobre o campo, da formação de um excedente e da sua canalização para a população urbana. Foi fruto de um longo processo de desagregação da sociedade tribal e de transformação tanto na forma como na divisão da produção econômica entre os homens.

Obviamente, esse processo diversificou-se de civilização para civilização, já que sobre ele incidiram vários fatores nem sempre os mesmos, incluindo o clima e a posição geográfica. Algumas das primeiras cidades podem ter se desenvolvido a partir das aldeias ou protocidades neolíticas, embora o mais provável é que isto tenha ocorrido somente com a dominação de populações rurais por pastores, como indicam os casos da Mesopotâmia e de Creta, resultantes respectivamente de invasores sumérios e egeus. Outras cidades nasceram de entrepostos comerciais de troca de mercadorias agrícolas por animais, dominados por uma "cidade-estado", cuja classe dominante impunha-se militarmente, fornecendo proteção em troca de abastecimento. Considera-se o Oriente Próximo o berço das primeiras aglomerações urbanas, as quais ocorreram por volta de 4.000 a.C.

Conforme BENÉVOLO (2001), as primeiras cidades desenvolveram-se em vales de rios, o que garantia a fertilidade do solo, a facilidade de irrigação e a possibilidade de transporte, como, por exemplo: o rio Nilo, no Egito; o rio Indo, no Paquistão; os rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia; e os rios Amarelo (*Huang-He*) e Azul (*Yang-Tsé-Kiang*), na China. Possuíam predominantemente traçados espontâneos, muralhas protetoras e construções, na maioria, frágeis. Enquanto as cidades gregas (*polei*) continentais, incluindo Atenas, eram orgânicas, com ruas em labirinto, sem drenagem ou esgoto, as insulares tinham ruas estreitas e pavimentadas, dispostas em curvas de nível e dotadas de canalizações. Hipódamos de Mileto, no século V a. C., foi um dos primeiros a defender o sistema reticular de traçado urbano (FIG. 1.1), observando a orientação e o dimensionamento das ruas segundo a intensidade de seu uso. Além disso, procurava especificar a função das diferentes zonas urbanas, estabelecendo os setores dos deuses, dos governantes e dos cidadãos.

Formada por escravos e homens livres, pertencentes à classe nobre dos senhores de terra ou à classe mercantil, a *polis* grega refletia uma dicotomia: de um lado, o poder político, representado pela *Acropolis*; e do outro, o poder econômico, expresso através da *Agora* (FIG. 1.2). Aos poucos, essa praça do mercado tornou-se um espaço político, no qual se discutiam todos os problemas

e votavam-se democraticamente as leis, tornando-se o verdadeiro coração da cidade, seu centro geométrico e cívico. Enquanto as construções da classe dominante exploravam os preceitos da arte e arquitetura clássicas, os pobres moravam em coberturas precárias, nas encostas dos morros. A geomorfologia acidentada de todo o território grego influenciou o traçado de suas cidades desde o início, assim como o estabelecimento das "cidades-estado", isoladas geográfica e politicamente.

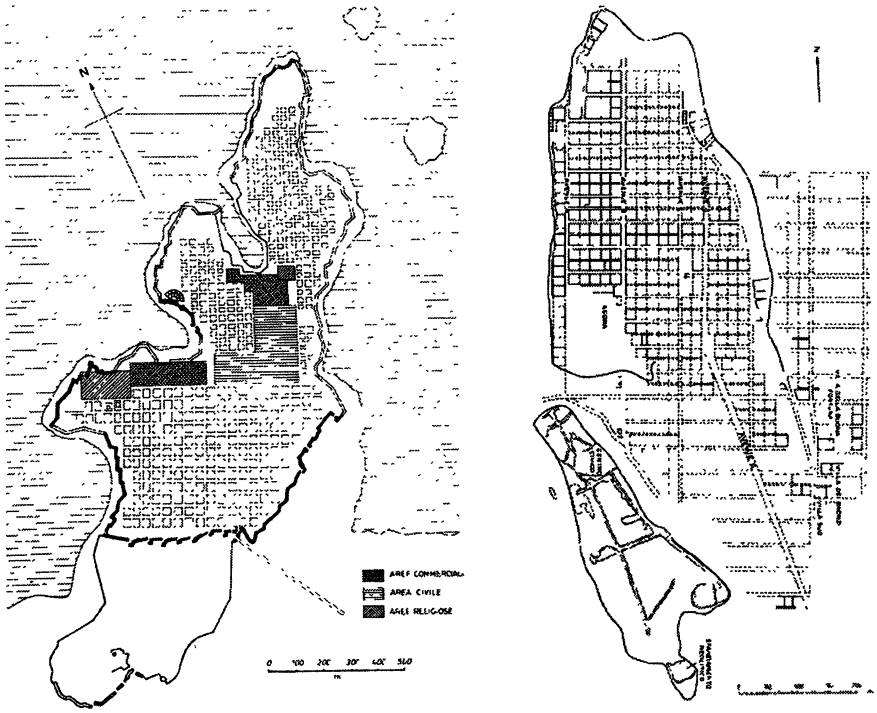


FIGURA 1.1 – *Traçado urbano no sistema reticular* segundo Hipódamos: proposta para as cidades de Mileto (esquerda) e de Olinto (direita), Grécia (Séc. IV a.C.). (**FONTE**: BEHLING & BEHLING, 2002)

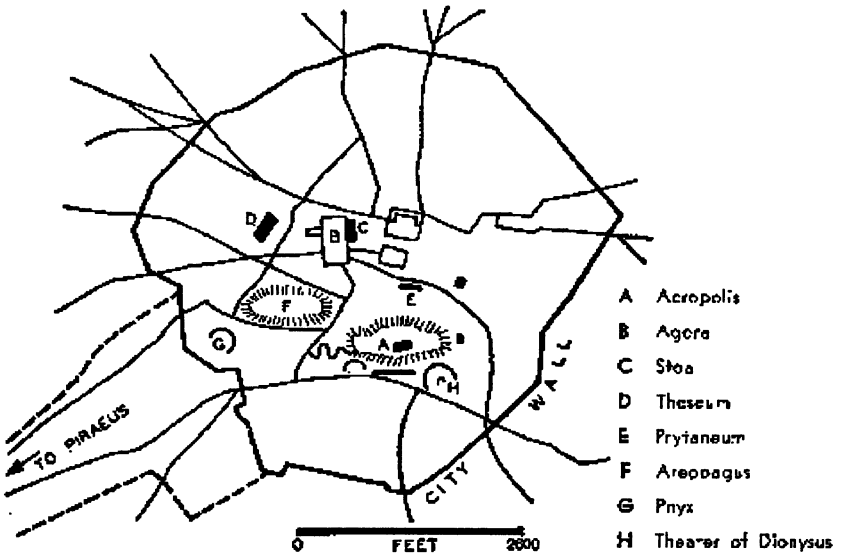


FIGURA 1.2 – *Mapa esquemático de Atenas*, Grécia (Séc.V a.C.), onde se pode observar a localização da *Acropolis* e da *Agora*, além de seu traçado orgânico. (**FONTE**: WASHINGTON STATE UNIVERSITY, 2005)

De acordo com BENÉVOLO (1982), a civilização etrusca, que surgiu por volta do século X a.C., foi responsável pela origem de muitas regras para o traçado das cidades utilizadas pelos antigos romanos, tais como consultar os deuses quanto à sua fundação (*inauguratio*), traçar perímetros exteriores e interiores (*limitatio*) ou celebrar sacrifícios quando da sua inauguração (*consecratio*). Além dos etruscos, os gregos também influenciaram as cidades da península itálica. Os romanos fundaram várias colônias no sistema ortogonal e amuralhado, como Timgad, na Argélia; e Colônia, na Alemanha (FIG. 1.3). Roma surgiu por volta de 753 a.C., graças ao lugar, em um vale circundado por sete colinas, às margens do rio Tibre. No século IV d.C., já era uma metrópole, com cerca de um milhão de habitantes e inúmeras construções, ruas pavimentadas e sistemas de aquedutos.

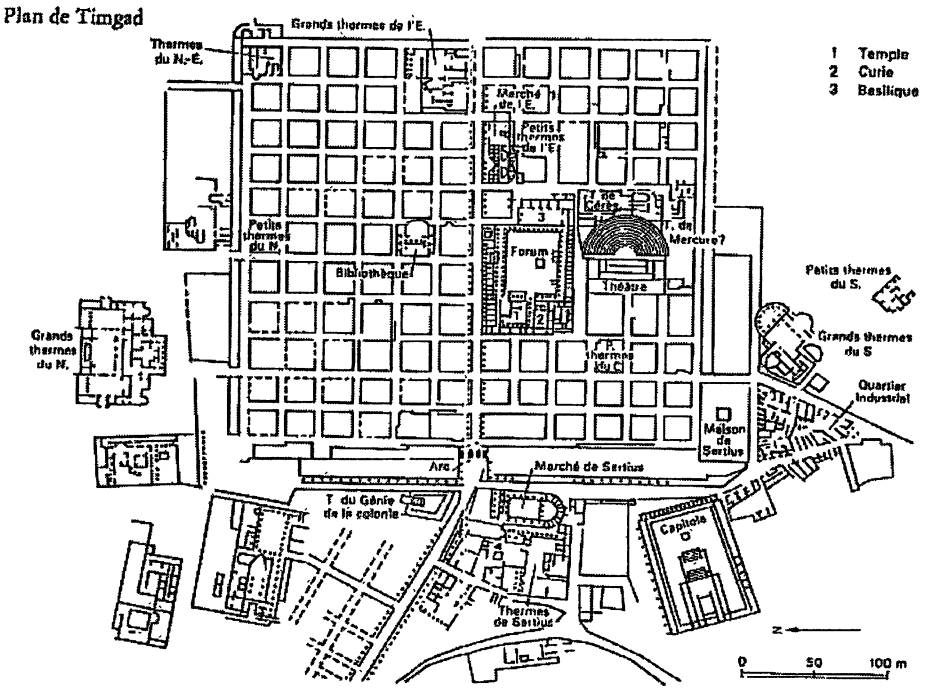


FIGURA 1.3 – *Malha quadriculada*: plano urbano da colônia romana de Timgad, na Argélia.
(FONTE: CLIOHIST, 2005)

A Idade Média iniciou-se com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, a partir das invasões bárbaras e o início de um processo de desurbanização, o qual se estendeu até aproximadamente o século IX. Populações urbanas inteiras migraram para o campo, o que fez com que as cidades interiorizadas da Europa literalmente desaparecessem. Reinos bárbaros foram constituídos pelos visigodos, vândalos e, especialmente, francos, cujas dinastias – a *Merovíngia* e a *Carolíngia* – foram marcadas por inúmeras lutas pelo poder. Somou-se a isto a invasão muçulmana cuja guerra santa promoveu a interrupção do comércio no Mediterrâneo e conseqüente declínio econômico das cidades litorâneas. Do século X ao XI, sucessivas invasões, desta vez por *vikings*, normandos e eslavos, acentuaram ainda mais as transformações no território europeu, que passava a ser dominado pela economia feudal, esta centrada na produção agrícola (BURNS et al., 1999).

Nessa época, estabeleceram-se fortes laços de dependência entre os homens com base na posse da terra, de acordo com um sistema de suserania e vassalagem, no qual o *feudum* (feudo) passava a ser a unidade produtiva básica de uma economia agrária de subsistência. Houve um aumento gradativo do poder da aristocracia rural, assim como uma crescente fragmentação de todo território europeu, que se dividia em inúmeros latifúndios com distintos proprietários. Paralelamente, crescia a influência da Igreja católica, esta responsável em grande parte pela manutenção da ordem e da justiça social, além da transmissão de conhecimentos[5]. Em uma sociedade totalmente hierarquizada segundo o domínio de terras, a nobreza, o clero e os servos submeteram-se a leis locales, as quais enfraqueciam cada vez mais o poder central e conduziam a um regime de semi-escravidão à terra. Além disso, a cobrança de taxas e pedágios prejudicava o comércio entre feudos.

No período do feudalismo, as relações de produção voltaram-se para a exploração do solo e a organização social definiu-se entre proprietários de terras – religiosos ou laicos –; servos e camadas intermediárias, formadas principalmente por artistas, mestres e aprendizes. Além das cidades eclesiásticas, apareceram os *burgos* (FIG. 1.4), recintos amuralhados de perímetro pouco extenso, em cujo centro se erguia uma torre com a guarnição de defesa, além da habitação do senhor das terras.

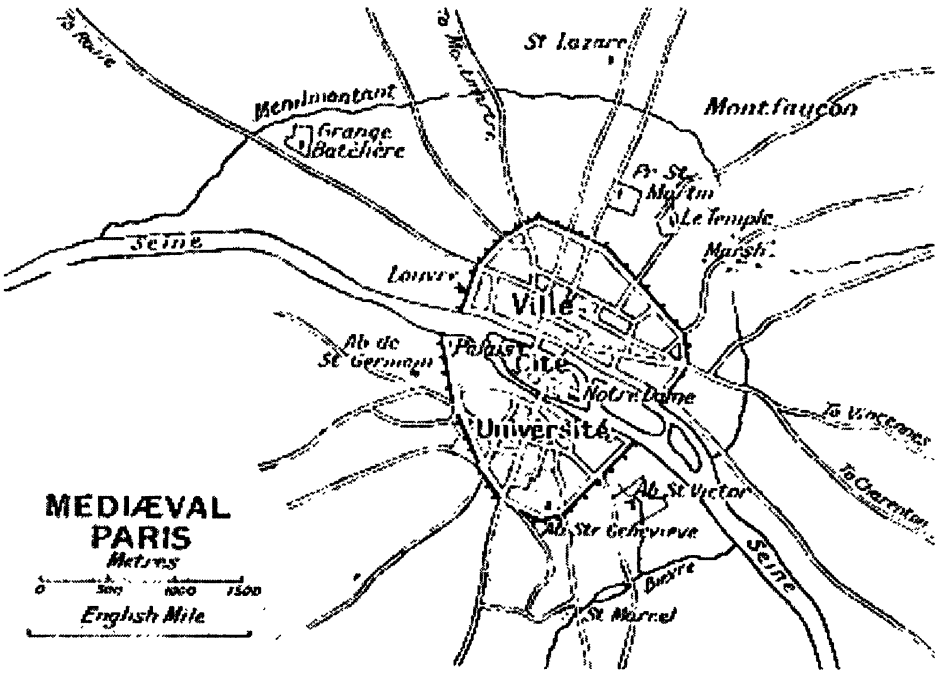


FIGURA 1.4 – *Formação do burgo e arredores*: planta esquemática de Paris medieval.
(FONTE: BROWN UNIVERSITY, 2005a)

[5] O declínio das atividades comerciais, ocasionado também pelas invasões dos árabes e pelo êxodo dos comerciantes, em nada influenciou a organização eclesiástica, a qual se fortaleceu ainda mais com o prestígio e as doações dos fiéis. Os bispos preservaram suas moradias nas antigas cidades romanas, as quais cessaram de ser centros comerciais e perderam em população; mantendo-se como sedes de diocese e mudando o sentido da palavra *civita* que, a partir do século IV, tornou-se sinônimo de bispado e cidade episcopal. Seus habitantes passaram a depender diretamente ou não da Igreja, constituindo-se, na maior parte, de monges, mestres, aprendizes, servidores e artistas livres. Além de residências episcopais, as "cidades eclesiásticas" eram também fortalezas rodeadas de muralhas, as quais serviam de refúgio às populações camponesas dos arredores (HUBERMANN, 1986).

Segundo HUBERMANN (1986), durante o período carolíngio, não havia cidades no sentido social, econômico ou jurídico, mas somente os centros eclesiásticos (mosteiros) e os burgos (castelos), que não eram mais que fortalezas de defesa e sedes de administração. De início uma instituição militar, os burgos transformaram-se em centros de administração, nos quais o *castellanus* ("castelão") passava de simples comandante para alguém com autoridade financeira e judiciária sobre um território mais ou menos extenso, em volta das muralhas, que, a partir do século X, denominou-se "castelania". Esta dependia do burgo assim como o bispado dependia da cidade romana antiga. Em caso de guerra, os habitantes vizinhos buscavam-lhe abrigo, sendo mais uma população de fortaleza do que de cidade, já que não havia nem produção nem comércio.

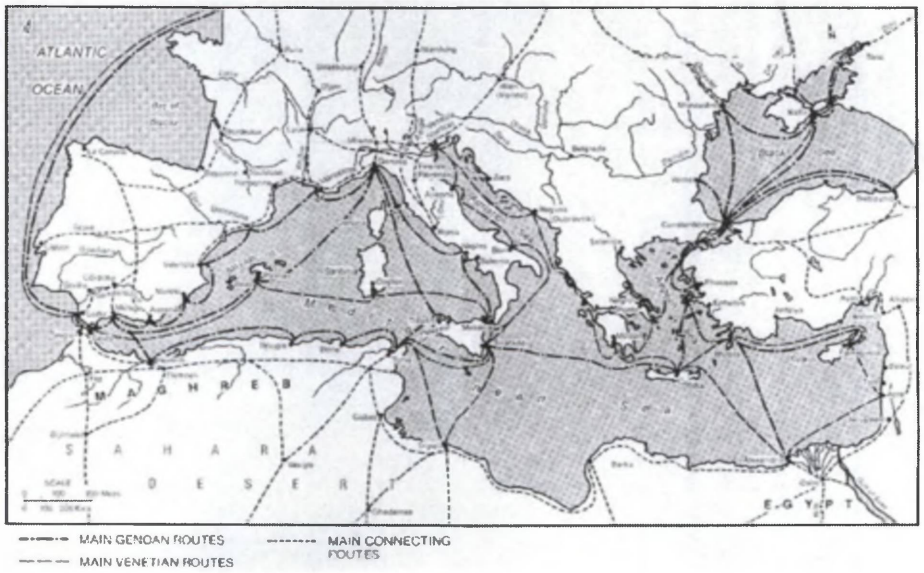


FIGURA 1.5 – *Ressurgimento do comércio*: mapa das principais rotas de comércio no mar Mediterrâneo. (**FONTE**: BROWN UNIVERSITY, 2005b)

Para alguns autores, foram esses núcleos os berços das cidades européias que ressurgiriam a partir da expansão econômica do século XI (FIG. 1.5). A existência de um comércio ambulante, ocasional, feito pelos judeus que traziam artigos do Oriente; e a realização de feiras medievais que promoviam a troca periódica de mercadorias foram alguns dos fatos que fizeram a economia renascer. Tornou-se indispensável um lugar fixo para os viajantes, que começaram a se estabelecer em aglomerações comerciais à volta dos burgos, formando o *suburbium*, *forisburgus* ou *novus burgus*, em contraposição ao *vestus burgus*. Aos poucos, os comerciantes libertaram-se da vida campesina e tornaram-se privilegiados, escapando do poder privado e senhorial. Os habitantes dos subúrbios passaram a serem chamados de *burguenses* ("burgueses") e os do velho burgo de *castellani* ou *castrenses*. O surgimento desses mercadores fez com que o comércio se intensificasse e as vilas aumentassem, transformando-se em importantes centros econômicos. Novamente, ocorria uma mudança no modo de produção, que de tributário feudal tornou-se mercantil simples.

Os burgos passaram a abrigar artesãos, os quais se associaram em *corporações de ofício*, assim como os comerciantes reuniam-se em *guildas*, voltadas a defender os interesses de cada profissão. A partir do século XIII, conforme PIRENNE (1997) transformaram-se em cidades nitidamente burguesas, cuja paisagem urbana era produto direto dos objetivos dos clérigos, senhores feudais ou mercadores, como, por exemplo, Veneza (FIG. 1.6).

FIGURA 1.6 – *Vista de Veneza*, Itália: Braun & Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, I-43 (1572).
(**FONTE**: HISTORIC CITIES, 2005a)

Do século XIV ao XV, os movimentos comunais reivindicaram o retorno do poder municipal, passando os mercadores a financiarem a implantação de monarquias visando enfraquecer a influência política dos senhores feudais. A decadência do feudalismo e o progressivo desenvolvimento do comércio e das cidades apontavam para a *Renascença*, iniciada historicamente com a queda do Império Romano do Oriente, a partir da conquista de Constantinopla em 1453. Este período seria marcado pelo estabelecimento das monarquias nacionais, pela afirmação da burguesia e pela expansão do mercantilismo; além do grande avanço intelectual e artístico de toda a sociedade. Seu centro nervoso foi a cidade italiana de Florença (FIG. 1.7). Aos poucos, as cidades passaram a assumir suas funções produtivas, em especial com o aparecimento das primeiras fábricas urbanas, ou seja, pequenas oficinas voltadas tanto ao varejo como ao atacado.

Durante a *Era das Navegações*, o comércio deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico e o mercantilismo desenvolveu-se apoiado pela expansão do capital comercial e do capital usurário, este incentivado pela *Reforma* religiosa. Os juros excessivos expropriaram e enfraqueceram os pequenos produtores (artesãos), que acabaram ingressando nas fábricas como assalariados, preparando o campo para o capitalismo. Paralelamente, a cavalaria foi substituída pela artilharia, o que

tornou as muralhas obsoletas. De acordo com MUMFORD (2001), os moradores das cidades desceram das colinas para as planícies, passando a predominar os traçados regulares e as ruas irradiadas de uma praça central, aonde canhões defendiam estrategicamente as entradas da cidade. A arte renascentista confundiu-se com a de projetar cidades, fazendo-se com que as leis de perspectiva acabassem se tornando regras de construção de vias e praças, segundo princípios de simetria e proporção[6].

FIGURA 1.7 – *Vista de Florença,* Itália: mapa ilustrativo de Della Catena (c.1471/82)
(**FONTE**: BROWN UNIVERSITY, 2005c)

Embora negando as normas rígidas e as proporções imutáveis do Renascimento, o Barroco manteve a perspectiva como elemento primordial na concepção espacial e valorização dos monumentos e vias nas cidades, as quais passaram a tender à aristocracia pela grandiloqüência de suas formas e, ao mesmo tempo, à burguesia pelo seu aspecto socioeconômico. De um lado, alguns centros urbanos adquiriram as feições de verdadeiras cidades absolutistas, tais como Paris e Madri (FIG. 1.8), enquanto de outro, alguns se transformam em cidades essencialmente liberais ou burguesas, tais como Amsterdã e Londres (FIGS. 1.9 e 1.10). Entre os séculos XV e XVI,

> [...] um complexo de traços culturais moldou a Europa. Ambos, forma e conteúdo da vida urbana, foram por conseguinte radicalmente alterados. O novo padrão de vida emergiu de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; uma nova estrutura política, principalmente o despotismo centralizado ou oligarquia, geralmente personificado num estado nacional [...] No século XVII, a ordem medieval começou a desmoronar por mera corrupção interna; e daí por diante religião, comércio e política seguiram por caminhos separados [...] Na desorganização que se seguiu, o poder ficou nas mãos dos que controlavam exércitos, as vias de comércio e grandes acúmulos de capital (MUNFORD, 2001:108).

[6] Em finais do século XVI, a cidade era vista sobretudo como espaço político, centro poderoso de decisão e de grande importância estratégica. Definida por ruas largas confluindo para construções monumentais, agora destacadas em praças ajardinadas, repleta de fontes esculturais, estátuas, colunatas e obeliscos, a cidade renascentista – que se sobrepunha à medieval através de intervenções pontuais – era concebida como artefato, cuja ordem deveria ser a mais geométrica possível e o crescimento ditado pela Razão. O traçado da cidade barroca, em meados do século XVIII, em nada diferiu da renascentista, apenas em sua arquitetura, a qual procurava valorizar a contribuição espontânea do artista, através de maior graça e dinamismo. Continuaram os traçados radiocêntricos, o monumentalismo e o artificialismo dos jardins clássicos, atenuado somente mais tarde (BRAUNFELS, 1987).

FIGURA 1.8 – *Mapas de Paris*, França: publicado em *Civitates Orbis Terrarum*, I-7 (1572), por Braun & Hogenberg (superior); e em 1760, por George Matthaus Seutter (inferior).
(**FONTE**: HISTORIC CITIES, 2005b)

FIGURA 1.9 – *Mapa de Londres,* Inglaterra: Nicolas De Fer, *Plan Des Villes De Londres* [...] (1700).
(**FONTE**: HISTORIC CITIES, 2005c)

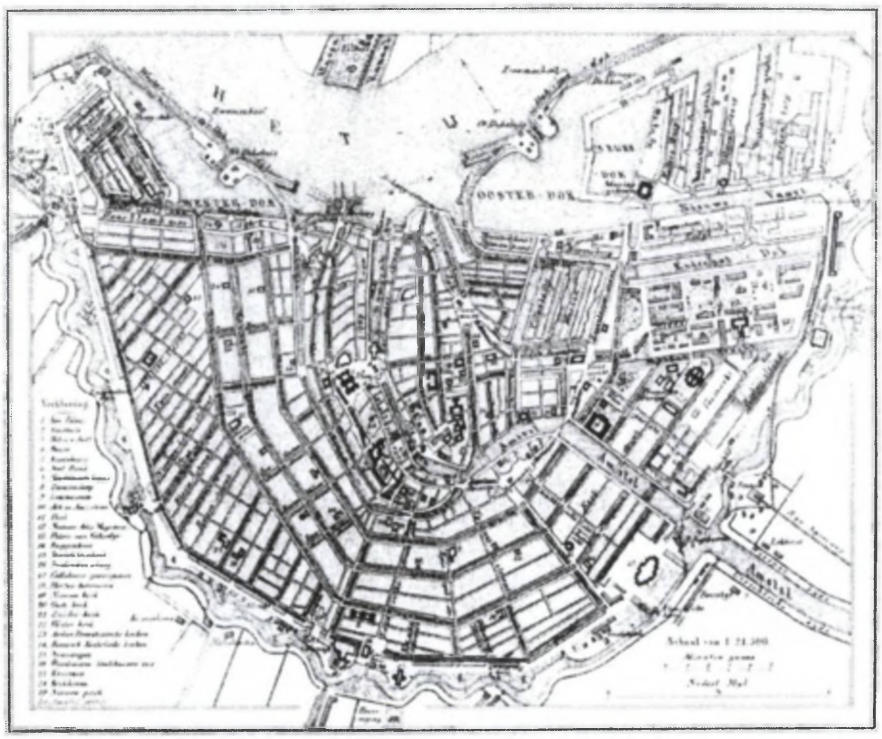


FIGURA 1.10 – *Mapa de Amsterdã,* Holanda: *Gemeente Atlas van Nederland,* de J. Kuyper (1865/70).
(**FONTE**: ROOTSWEB, 2005)

Apesar dos inegáveis avanços nas ciências e filosofia (Ver CAPÍTULO 2), pode-se identificar nessa época a supressão do poder espiritual em detrimento dos interesses do soberano temporal, o surgimento do despotismo militar e, nas Américas, o ressurgimento da escravidão. A

cidade medieval modificou-se para a barroca através do alargamento de ruas e da criação de praças monumentais. Contudo, foi com as transformações decorrentes da *Revolução Industrial*, na passagem do século XVIII para o XIX, que sofreu profundas alterações espaciais e socioeconômicas, devido ao seu rápido crescimento, o qual ocasionou a expansão de seu núcleo histórico através de um acelerado processo de periferização.

A passagem do capitalismo comercial para o industrial conduziu a grandes mudanças urbanas e a liberdade individual, considerada condição essencial para o desenvolvimento econômico pelo liberalismo, revelou-se insuficiente para regular as transformações que se efetuavam na construção e no urbanismo. Entre 1830 e 1850, verificaram-se os primeiros passos da urbanística moderna, principalmente através da experiência de técnicos e higienistas que procuravam sanar os problemas decorrentes do êxodo rural e da formação desordenada de bairros operários. Segundo BENÉVOLO (1998), os antigos instrumentos de intervenção revelaram-se inadequados diante do novo quadro que representava a "cidade industrial". As práticas tradicionais urbanas perderam a posição de distanciamento dos conflitos sociais, mantida à sombra do poder absoluto, além da aparente capacidade de regular o equilíbrio de um povoamento em caráter definitivo.

Iniciada na Inglaterra e espalhando-se por toda a Europa e América do Norte, a industrialização transformou completamente as cidades, principalmente pelo aumento populacional e concentração urbana. Até meados do século XIX, o pensamento urbano não era reflexivo nem crítico, uma vez que as práticas urbanísticas não passavam de um conjunto de normas de composição arquitetônica, baseado em critérios funcionais, técnicos e estéticos, herdados em parte da Antiguidade clássica ou da Renascença. Não havia a preocupação de explicar a cidade enquanto fenômeno socioeconômico e espacial limitando-se o urbanismo a definir regras de traçado e construção para áreas de renovação ou expansão urbana; ou ainda para a criação de novas cidades. Com a *Revolução Industrial* (1750-1830) e a emersão de uma nova sociedade, surgiram várias investigações sobre o espaço urbano, as quais procuraram aplicar distintas ideologias sobre a questão das cidades e também dirigir seu estudo por meio de outras disciplinas, tais como a Sociologia e a Geografia (CHOAY, 1998).

O crescente processo de urbanização ocasionado pela sociedade industrial levou a problemas de equilíbrio na própria ordem social que a originou e, conseqüentemente, comprometeu o estudo do espaço urbano com as classes dominantes, visando a manutenção e a perpetuação de seu poder sobre as dominadas. A *cidade industrial* acabou como resultado da superposição de várias iniciativas – tanto públicas como particulares –, nem sempre reguladas ou coordenadas. Conforme KOHLSDORF (1985), somente com o tempo, a cidade passou a ser compreendida como um organismo vivo; ponto crítico de relações sociais, econômicas e políticas, que se expressam a partir de sua espacialização, a qual é etapa de um processo histórico,dinâmico e irreversível.

1.2 CIDADE MODERNA E PLANEJAMENTO URBANO

A industrialização modificou radicalmente a conformação usual das cidades tradicionais, fazendo com que o antigo núcleo, formado pelos principais monumentos, moradias e ruas estreitas, fosse abandonado pelas classes ricas, que se estabeleceram em bairros de luxo aos arredores da cidade. Segundo MUMFORD (2001), os velhos edifícios e palacetes passaram a ser ocupados por imigrantes e trabalhadores, tal como os jardins públicos por depósitos e casas mais pobres. Bairros operários compactos e desordenados multiplicavam-se ao redor das cidades, ao lado de indústrias e *villas* burguesas. Tal transformação resultou em problemas de transporte, habitação e salubridade, reivindicando medidas de saneamento, de modo a não agravar ainda mais os conflitos sociais.

> Com o século XIX, despontava a era da máquina [...] A expansão industrial propiciou a produção e o consumo de massa, que, por sua vez, induziram o incremento de serviços correlatos, os quais se beneficiaram do aumento da população e requeriam o desenvolvimento do sistema de transporte automotivo [...] A falta de moradia para migrantes das zonas rurais, que acorriam à procura de empregos nas indústrias, não foi prevista, ocasionando o aparecimento do mais abjeto modo de vida que o homem experimentaria em cidades industriais. Os cortiços superlotados, a falta de higiene, a poluição ambiental, a degradação social do homem e a sua exploração econômica (GUIMARÃES, 2004:59).

Vários governos tomaram providências a fim de resolver a situação das cidades industriais, primeiro na Inglaterra e depois nos demais países, os quais puderam dar os primeiros passos em direção ao planejamento urbano. *Leis sanitárias*[7] passaram a vigorar em vigor, as quais não somente se preocupavam com a higiene e a saúde dos moradores, como cuidavam da questão habitacional, que passou a ser subvencionada pelo Estado. Embora seus benefícios tenham demorado para atingir a totalidade dos bairros operários, já que implicavam em grandes expropriações, reconstruções subvencionadas e conseqüente encarecimento das moradias, essas leis constituíram-se nos primeiros mecanismos de uma política urbanística.

No emergir da cidade industrial, nascia também a sociedade da máquina e uma nova forma de ver e sentir a vida urbana. As transformações marcavam a paisagem das cidades, na qual novos elementos – o adensamento humano, o barulho, o movimento, os transportes, a vida fervilhante – passariam a preencher o cotidiano das avenidas, praças e galerias.

---

[7] Em Londres, as primeiras tentativas eficazes para melhorar as condições higiênicas da cidade ocorreram após as epidemias de cólera que se alastraram a partir de 1830. Em 1832, *sir* Edmund Chadwick (1800-1890), ex-assistente de Jeremey Bentham (1748-1832) – que se tornou célebre pela sua doutrina utilitarista, segundo a qual apenas o egoísmo e a busca da felicidade motivam a conduta humana –, foi nomeado inspetor na *Comissão dos Pobres*, realizando relatórios sobre a situação da classe trabalhadora, os quais originaram inquéritos na década de 1840. A primeira conseqüência jurídica destes foi a lei de 09 de agosto de 1844 para Londres e arredores, que dispunha requisitos higiênicos mínimos a moradias, seguida da lei de 31 de agosto de 1848, a qual estabelecia critérios para pavimentação e limpeza urbana, regulamentação de casas de aluguel, tratamentos de esgotos, sepultamento de mortos e criação de jardins públicos, entre outros (BENÉVOLO, 1994).

Em 1857, Baudelaire[8] publicava sua principal obra, *Les fleurs du mal* (*Flores do mal*), tornando a cidade sua maior personagem, não como espaço concreto, mas sua alegoria: a multidão flutuante, instável e fulgaz, através da qual o poeta via Paris daquela época. Através das imagens momentâneas, as paisagens "passantes" ou os olhares furtivos que se cruzavam nos becos e na ruas da metrópole que começava a se desenhar, descrevia-se aquela experiência vivida do choque da modernidade e, segundo Walter Benjamin[9], do desenvolvimento da cultura como "mercadoria", o que marcaria fundamentalmente a sociedade de massa.

Para BENJAMIN (2004), o poeta Charles Baudelaire foi o *flâneur* por excelência; a própria antítese do burguês que, ao invés de se proteger das ruas em seus interiores aveludados, buscava "uma compensação pelo desaparecimento de vestígios da vida privada na cidade grande" (p.43). Para ele, a casa seria a rua, pelo menos nas primeiras "errâncias" do homem na multidão. Sentido-se no próprio centro do mundo, embora permaneça oculto para ele, o *flâneur* guarda ciosamente a sua individualidade e, obscurecendo-se por detrás da máscara do anônimo e insignificante homem da multidão, envereda por um percurso que o aliena da eventual possibilidade de uma relação intersubjetiva mais aprofundada com os outros agentes que se movimentam nela. A *flânerie* benjaminiana[10] traz embutidos alguns conceitos centrais para a contemporaneidade, como a questão do cosmopolitismo. Segundo PRYSTHON (2005), comumente associado à idéia de cidadania universal – significado originalmente dado ao termo, quando usado pela primeira vez pelo humanista

---

[8] Poeta e crítico francês, principal representante do simbolismo, Charles Baudelaire (1821-1867) teve, depois de uma infância e juventude conturbadas, uma vida de luxo a partir de 1842, quando herdou a fortuna do pai. Porém, seus gastos ilimitados e estilo de vida decadente deram-lhe fama de excêntrico e imoral, além de o fazerem se endividar para o resto da vida. Durante esse período de liberdade e ócio, adotando a elegância de um *dandy*, foi enormemente criativo e escreveu muitos de seus melhores poemas. Fascinado pela modernidade que se manifestava na urbanização européia, atuou como verdadeiro *flâneur*, ou seja,um passante ocioso perdido na grande metrópole, livre para vaguear, observar, meditar e sonhar. Para ele, os habitantes da cidade são vistos como se movendo através de um espaço fragmentado construindo a sua atividade com base na imaginação. A *flânerie* seria um modo de sociabilidade que diz respeito a Um; ou melhor, esta a vida que se vive olhando o mundo correr, não trocando com Outrem uma palavra sequer que dê conta da sua presença (SHIELDS,1974:76-7). Na sua deambulação febril, Baudelaire como *flâneur* captura o caráter dinâmico do fenômeno urbano. "A cidade cria e exige um novo modo de percepção, uma nova sensibilidade estética [...] É esta apreciação do efêmero que Baudelaire chama de modernidade" (BENJAMIN, 2004:12).

[9] O filósofo e escritor alemão de origem israelita Walter Benjamin (1892-1940) pode ser considerado um dos maiores críticos da estética do século XX, especialmente devido à sua reflexão sobre linguagem e arte sob a ótica marxista que fez junto à *Escola de Frankfurt*. Particularmente interessante foi sua contribuição através de *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1936), em que já identificava as novas atitudes do público, realizadores e atores, transformados pelo progresso técnico e estético do cinema que se transformava em arte. Para BENJAMIN (1990), a estratégia fascista diante das massas resultaria na estetização da vida política.

[10] BENJAMIN (2004) fez a distinção entre um primeiro *flâneur*, que corresponderia àquele das ruas mal-iluminadas e das galerias parisienses, o de uma multidão ainda não exarcebada, identificado em textos como *A une passante*, de Baudelaire: e um segundo *flâneur*, já em decadência, aquele das grandes lojas e multidões apressadas de Londres, expresso em escritos como *O homem da multidão*, de Edgar Allan Poe (1809-1849), traduzido por Baudelaire. No primeiro caso, o *flâneur* não é um autômato, mas, ao contrário, é um ocioso paradoxal que transforma a ociosidade em valor, porque realiza produtivamente quando transforma as ruas, os pavilhões, os grandes magazines, que atendem à necessidade coletiva da multidão, em "instrumentos indiciais que referencializam o labirinto emocional despertado pela cidade moderna" (FERRARA, 2005:5). Seja como insurgente parisiense ou aterrorizado londrino, o *flâneur* encerra um dos paradoxos mais cruciais da sociedade capitalista do século XIX, que é o de colocar-se à margem do mercado e das leis de consumo, sendo um contraponto do burguês, ao mesmo tempo, "identificando-se completamente com a mercadoria e com a cultura do consumo (identificação emblematizada na contemplação das vitrines, no caminhar vagarosamente pelas galerias, pelas lojas, na fetichização dos objetos de consumo)" (PRYSTHON, 2005:2).

francês Guillaume Postel (1510-1581), ao se autodefinir como *cosmopolite* em 1560 – , o cosmopolitismo vai servindo como base de uma representação arquetípica da cidade: trata-se de uma idéia de sujeito ideal em uma cidade ideal, ou seja, enfatiza o indivíduo que pode escolher um lugar qualquer – ou todos os lugares; todas as cidades – como referencial e ponto de identidade; ou ainda a pessoa que domina o conhecimento de muitas línguas e costumes. Com o tempo, esta característica tornou-se referente também aos espaços, ou seja, às cidades onde coexiste uma grande variedade de estilos de vida e de tipos de pessoas diferentes.

> A partir dos séculos XVIII e XIX, e mais ainda no início do século XX, o cosmopolitismo vai se tornando indissociável da Modernidade (que, entendida como um conjunto de amplas transformações na sociedade e nas suas visões de mundo, vai ser outro conceito-chave para a constituição do estudo das cidades). Ser cosmopolita e ser moderno vão ser nestes momentos quase que complementares. Uma série de elementos das tendências modernistas trazidas a reboque da modernidade – simultaneidade, polifonia, velocidade, deslocamento, urbanidade, industrialização, etc. – também entra na caracterização do ser cosmopolita nos novos tempos (PRYSTHON, 2005:2).

Novo cenário do capital, a cidade industrial moderna acabou sendo transformada em um emaranhado de problemas, o qual passou a ser um campo de experimentações urbanísticas, ora a partir de modelos neoclássicos de inspiração francesa, ora através de amplos programas habitacionais de fundamentação britânica; ou ainda através de traçados em retícula ortogonal, aplicados na América. Os habitantes de muitas capitais da Europa optaram por ousados projetos de renovação urbana através da prática de "programas saneadores e de remoção do proletariado das áreas centrais com a demolição das áreas insalubres" (MARQUES, 1994:21).

Iniciaram-se, na segunda metade do século XIX, grandes intervenções urbanas visando regular a cidade moderna em uma escala apropriada à nova ordem socioeconômica. Com os movimentos e revoltas sociais da época, segundo BENÉVOLO (1994), muitos países europeus submeteram-se a uma nova direita, autoritária e popular, através da qual se passou a fazer o controle direto do Estado sobre a vida econômica e social, além de efetuar uma série de reformas de caráter coordenador e de preocupação anti-revolucionária. Buscando um plano unitário da cidade, entendido como um modelo ideal, uniforme e regular, esse urbanismo neoconservador pode ser exemplificado pelos trabalhos de saneamento da Grande Londres, realizados feitos entre 1848 e 1865; os *grands travaux* de Paris, executados pelo Barão de Haussmann[11] entre 1853 e 1869; a ampliação de Barcelona

[11] Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) foi o administrador e político francês responsável pelo *Département de la Seine* entre 1853 e 1870, que realizou várias modificações em Paris, a mando de Napoleão III (1808-1873), todas baseadas nas idéias de salubridade, facilidade econômica, ordem pública e prestígio político. Foi o responsável pela abertura de novas artérias para o trânsito nos velhos bairros; a criação de praças e grandes parques; a urbanização de terrenos periféricos, através da construção de novos subúrbios; a reconstrução de prédios ao longo dos recentes alinhamentos; a renovação dos sistemas de água, saneamento, iluminação e transporte público; além da reforma de todo o sistema administrativo parisiense, com sua descentralização e instalação de novos edifícios. O *Plano de Haussmann* acabou se repercutindo nos de Marselha, em 1865, e de Toulouse, em 1868, ambas situadas na França; assim como influenciou as propostas para Roma, Bolonha, Colônia, Leipzig, Copenhague, Adelaide e Brisbane, entre outras, inclusive o Rio de Janeiro (BENÉVOLO, 2001).

em 1859 (FIG. 1.11); e a criação do *Ring* de Viena em 1860 (FIG. 1.12); além das reestruturações urbanas de Florença, em 1864; e de Estocolmo, em 1866.

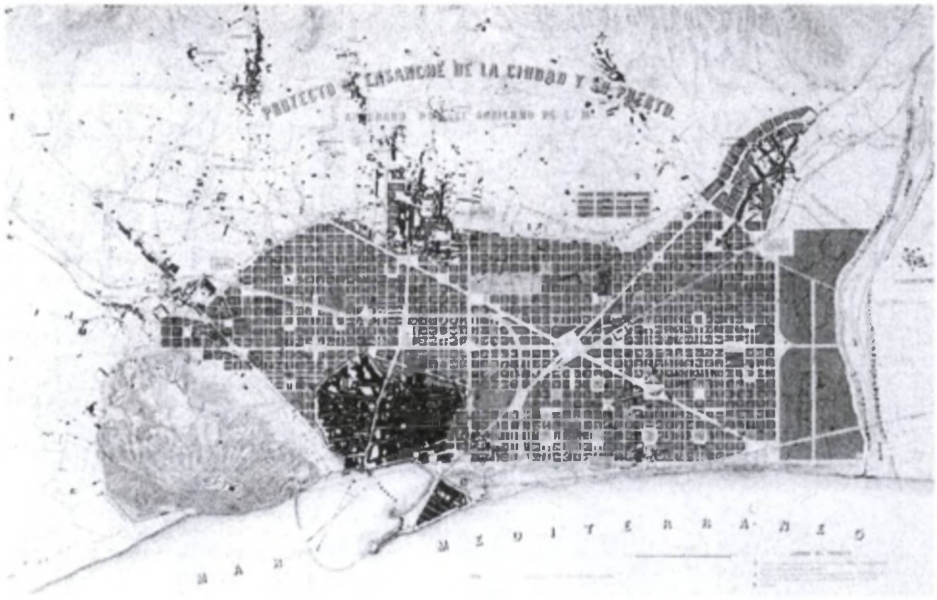


FIGURA 1.11 – *Plano Cerdá*: Mapa da remodelação urbana de Barcelona (1859).
(**FONTE**: UNIFI, 2005)

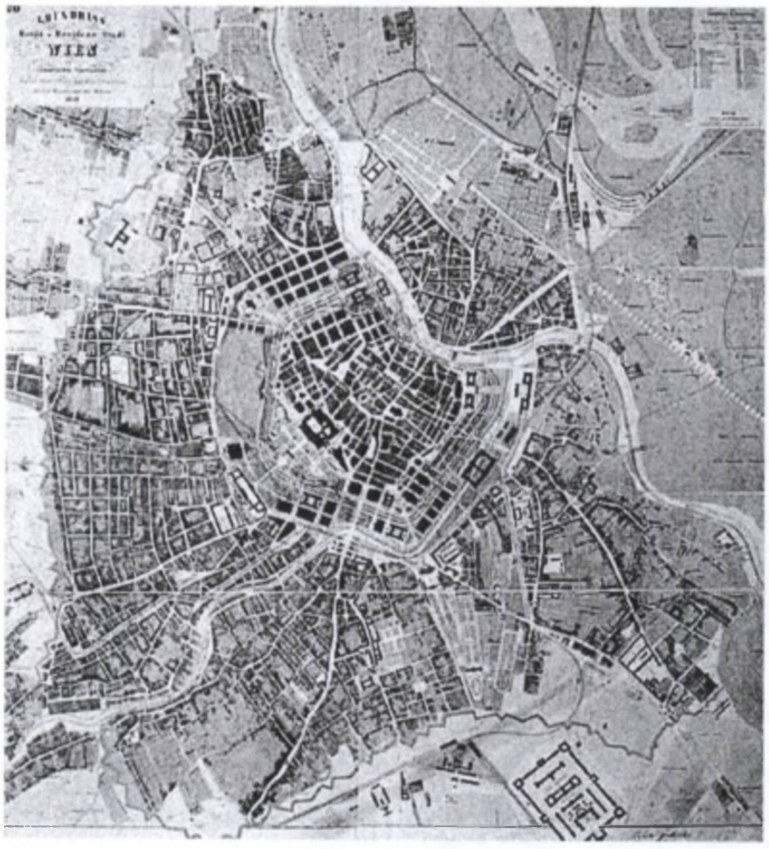


FIGURA 1.12 – Plano do *Ringstrasse* de Viena, Áustria (1860).
(**FONTE**: WIEN, 2005)

Em Londres, a ausência de um vigoroso programa viário foi compensada pela extensão das vias férreas e, em 1863, as companhias ferroviárias uniram-se para construir a primeira linha subterrânea do mundo – o *metrô* –, ligando as estações terminais entre si, além de outras linhas que se sucederam e espalharam-se pela extensa cidade. O sistema ferroviário foi complementado por uma rede de bondes e ônibus mais modernos, permitindo não somente o espraiamento dos subúrbios com suas habitações individuais, mas também a concentração de empregos terciários na velha *City*. Em volta do centro, os setores residenciais passaram a se dividir claramente entre bairros proletários – os *boroughs* – e bairros burgueses. Contudo, o principal exemplo do *urbanismo neoconservador* foi certamente a reconstrução de Paris. Contrariando a dinâmica urbana em vigor, o plano haussmanniano teve como ações básicas: a abertura de largas avenidas; a demolição das precárias habitações do proletariado; a construção de novos bairros suburbanos; a especialização de setores urbanos; a criação de grandes lojas, hotéis e cafés; a implantação de redes de água e esgoto; a criação de parques e a instituição de rígidas normas construtivas (GOITIA, 1996; BENÉVOLO, 2001).

Para BARTOLOZZI (1998), uma das peculiaridades do *Plano de Haussmann* (FIGS. 1.13 e 1.14) foi à busca da valorização de edifícios históricos e monumentos, "reforçando sua função de marcos perspectivos e simbólicos, com esplanadas diante deles" (p.14). Isto teve grande influência nas concepções do *City Beautiful Movement*, nos EUA (Ver CAPÍTULO 5), mas conduziu principalmente a reformas urbanas em outros países, inclusive o Brasil, aplicando-se em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A influência da renovação parisiense foi tão grande que os paradigmas do projeto acabaram se tornando um modelo amplamente reproduzido. Foi a partir de sua transformação em Capital da Colônia, em 1762 e, principalmente, com a chegada da Coroa portuguesa, em 1808, que o Rio de Janeiro passou, pela primeira vez, a irradiar novos aspectos culturais para todo o país, tais como moda, música, mobiliário, decoração e construção. A *Abertura dos Portos* possibilitou a importação de equipamentos, novos materiais e produtos industrializados, resultado dos tratados político-comerciais feitos com a Inglaterra, os quais contribuíram para a alteração da aparência da cidade, que procurou cada vez mais se afastar dos padrões coloniais[12] (LEMOS, 1979).

---

[12] No século XVI, a ocupação portuguesa concentrou-se no litoral brasileiro, dada a sua preocupação de encontrar pontos estratégicos de defesa e controle do território. Conforme MARX (1980), as cidades nasceram espontaneamente ou nas proximidades de fortes e fortificações militares, sendo compostas por construções bastante simples. Somente no final do século, apareceram edificações mais elaboradas, frutos da participação coletiva dos programas religiosos e de padres-arquitetos. No século XVII, o desenvolvimento arquitetônico no Brasil deu-se graças à cultura açucareira, que promoveu a ocupação do litoral nordestino, o que vai até a descoberta de ouro, em meados do século XVIII, que deslocou a riqueza para o Sudeste, transferindo-se a Capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Em geral, segundo LEMOS (1979), as cidades coloniais caracterizavam-se por seu traçado irregular e aleatório, de inspiração renascentista, e que se desenvolvia organicamente em relação à topografia; além de seu esquema regular, baseado em lotes retangulares e estreitos, cujas vias – sem calçada ou passeio para pedestres – eram definidas pelas edificações, sem jardins ou recuos laterais; e sua aparência compacta e homogênea, com casas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e os limites laterais do terreno, seguindo a tradição urbanística portuguesa. Basicamente, as casas urbanas tinham partido uniforme, padronizado pelas *Cartas Régias* ou posturas municipais, onde se previa alinhamento com edificações vizinhas, altura dos andares e dimensões e número de aberturas. Era freqüente o uso de elementos de origem mourisca na vedação das aberturas, tais como rótulas, urupemas e muxarabis. Sem praças ou parques significativos até o século XIX, as áreas livres nas cidades brasileiras limitavam-se a largos e adros na frente das igrejas, nos quais ocorriam periodicamente quermesses e feiras (VERÍSSIMO et al., 2001).

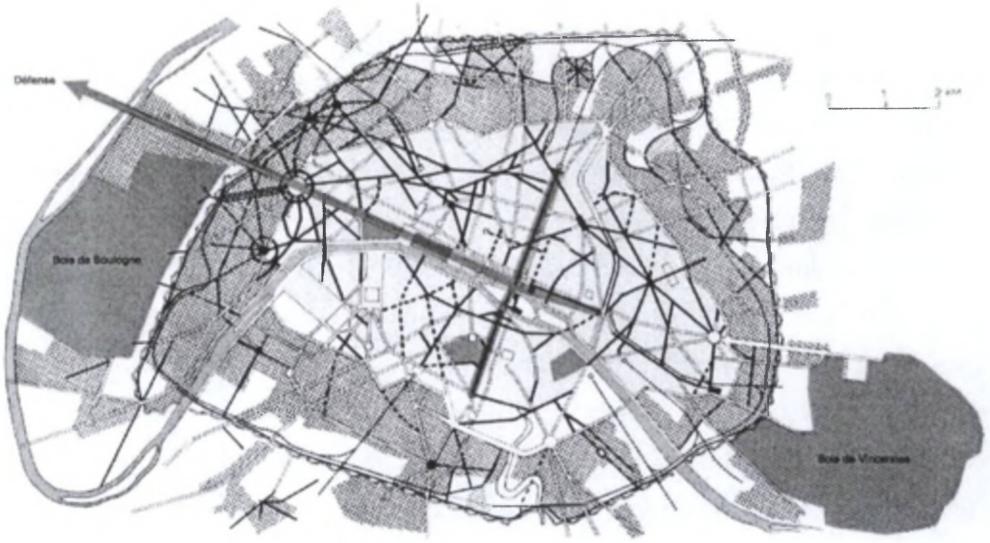


FIGURA 1.13 – *Plano de Haussann para Paris*: traçado das principais transformações urbanas (1853/69).
(**FONTE**: KOSMOGRAPH, 2005)

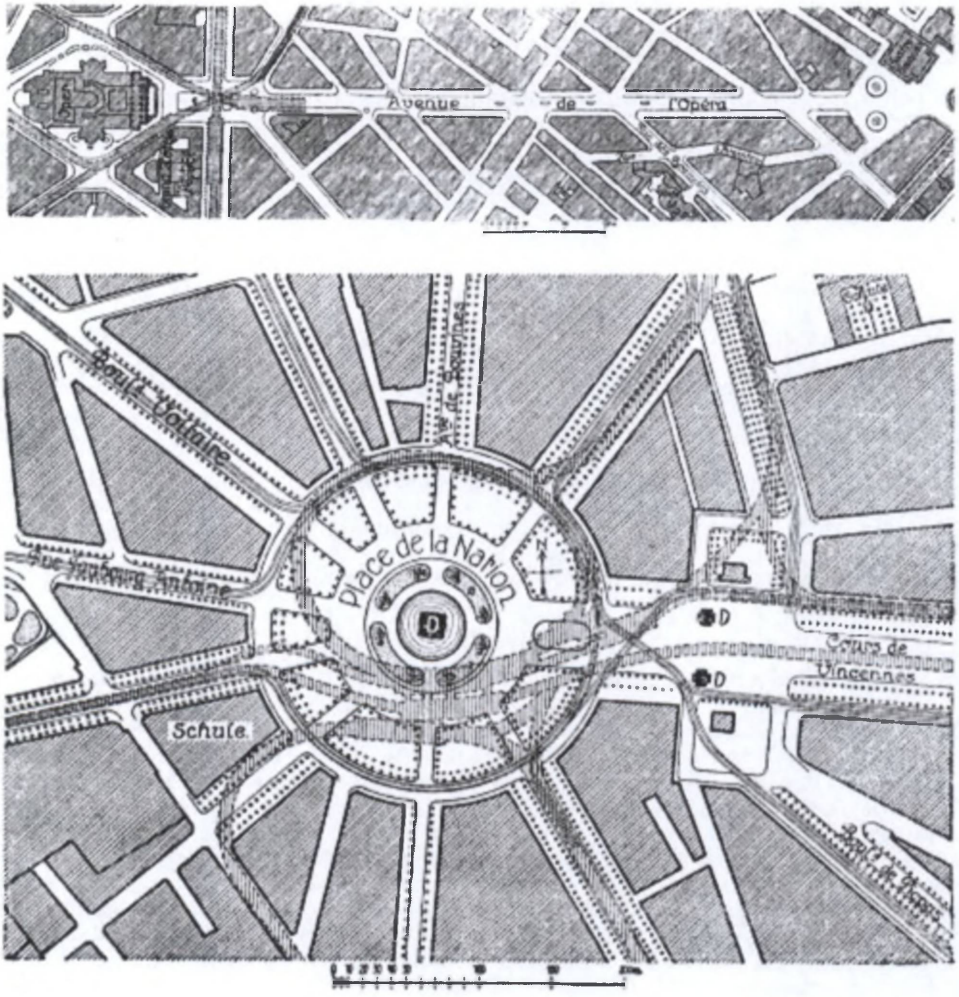


FIGURA 1.14 – *Plano de Haussann para Paris*: Exemplos de remodelações viárias (1853/69).
(**FONTE**: BENEVOLO, 2001)

Em paralelo a um processo de "europeização" cultural, no governo de Paulo Fernandes Viana, entre 1808 e 1821, ocorreram o aterramento de mangues e alargamento de ruas, que passaram a ser calçadas com pedras regulares; a abertura de canais de drenagem, construção de pontes e uniformização da iluminação pública e serviço de abastecimento de água; e a "limpeza" visual da cidade, com a imposição do *Estilo Neoclássico*, de inspiração francesa, com o objetivo de banir o ar orientalizante da cidade, trocando tramados de madeira e paus entalhados por grades de ferro e beirais escondidos por platibandas; além de se criarem os primeiros jardins, aproveitando-se a implantação de recuos (REIS FILHO, 2004).

Entretanto, foi somente depois da *Independência* (1822) e, principalmente, a partir da difusão dos trabalhos de Haussmann que o governo imperial promoveu uma política enfoca prioritariamente na modernização da Capital brasileira. Em 1874, formou-se a *Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro*, que elaborou o primeiro plano global de reforma urbana da cidade. Seu maior objetivo era combater as constantes epidemias que assolavam a população, contando com a participação do engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913) que, na época da reforma haussmanniana, estava se aperfeiçoando na *École des Ponts et Chaussées*, em Paris. Porém, houve ainda a necessidade de ocorrem as transformações derivadas da *República* (1889) para que esse projeto fosse implementado[13]. Com a passagem de uma sociedade escravocrata para uma pré-industrial, mudanças socioeconômicas e tecnológicas levaram a aletrações nos hábitos brasileiros de construir e morar, assim como empréstimos obtidos junto à Inglaterra no Governo de Campos Sales, entre 1898 e 1902, permitiram que as aspirações de uma nova elite política por uma reforma urbanística da Capital pudessem ser atendidas (BRUAND, 2002).

Segundo FERREIRA (2005), a cultura da modernidade predominante na *Belle Époque* brasileira era eminentemente urbana, na qual a cidade consolidava uma nova ordem mundial, tornando-se, ela própria, tema e agente das manifestações culturais e artísticas. Aproveitando o momento favorável, o governo de Rodrigues Alves, entre 1903 e 1907, empenhou-se em colocar em prática as medidas urbanísticas almejadas pelos republicanos, que viam no centro histórico carioca,

[13] A partir da segunda metade do século XIX, inúmeras transformações socioeconômicas levaram a importantes mudanças no quadro arquitetônico e urbanístico no Brasil de até então. Com a supressão do tráfico de escravos, em 1850; e a abolição da escravatura, em 1888, começou a substituição do trabalho escravo pelo remunerado, surgindo as primeiras manifestações brasileiras de empresas prestadoras de serviços, inclusive de construção civil, assim como o ensino técnico e profissionalizante. Paralelamente, a imigração européia realizada para abastecer de mão-de-obra as lavouras de café contribuiu para a melhoria das condições de produção nacional. Entre 1868 e 1875, a implantação das ferrovias resultou em um crescimento vertiginoso nas cidades no país, que trouxe indústrias e estas atraíram imigrantes de todas as classes e profissões, inclusive engenheiros e arquitetos. As primeiras ferrovias também facilitaram o transporte de novos materiais e maior contato com a cultura européia, especialmente as idéias positivistas e republicanas. A cultura cafeeira transferiu o pólo econômico e político do país do Nordeste, devido às lavouras de cana, algodão e fumo, para o Sudeste, quando os lucros do café levaram o surgimento de um germe de industrialização crescente, voltado para o mercado interno, principalmente no Rio de janeiro, Juiz de Fora e São Paulo, como o aparecimento das primeiras indústrias de tecidos e produtos alimentícios. Soma-se finalmente a tudo isso a disseminação do ecletismo, que acabou invadindo o gosto arquitetônico de nossas cidades até meados do século XX (LEMOS, 1979).

com ruas estreitas e insalubres[14], resquícios do período colonial e monárquico. Empreende-se um grande plano de reforma urbana (FIG. 1.15).

A partir de 1903, o prefeito Pereira Passos, então nomeado pelo presidente, recebeu carta branca para iniciar uma série de remodelações na Capital federal, que deveria assumir uma imagem cosmopolita aos moldes de Paris. Com as justificativas de que os casarões da área central cerceavam o acesso ao Porto – cuja reforma estava sob responsabilidade de outro engenheiro, Lauro Severiano Müller (1864-1926) –, assim como comprometiam a segurança sanitária e bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação moderna, iniciou-se o grande processo de demolição na área central.

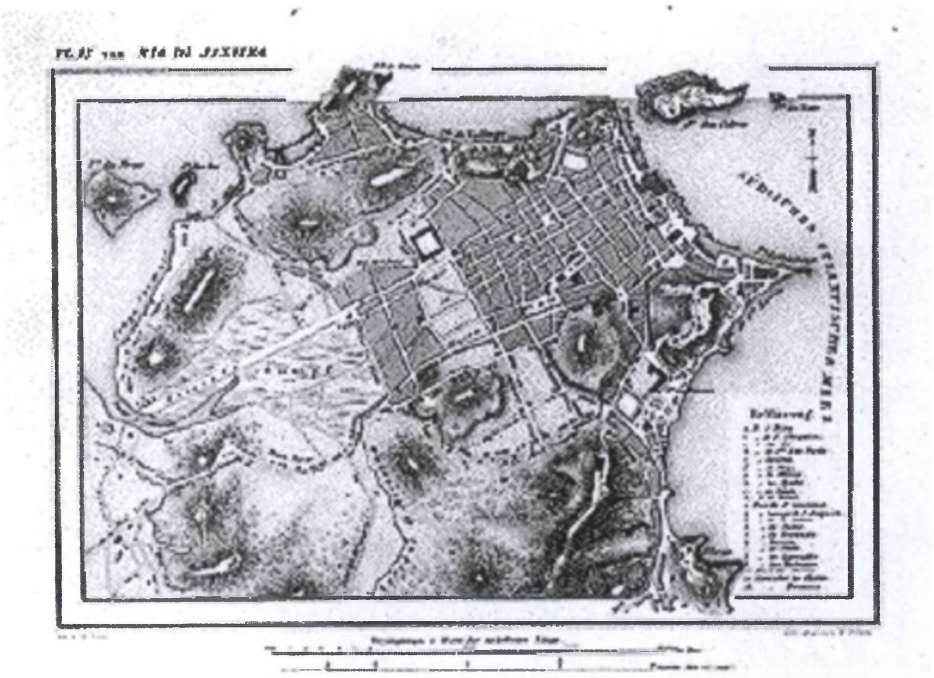


FIGURA 1.15 – *Plano do Rio de Janeiro*: R. Gross (c.1850), publicado por W. Pobuda.
(**FONTE**: PHILOGRAPHIKON, 2005)

Vale ressaltar que essas demolições de edificações antigas levou à expulsão das camadas populares que ali viviam, o que ocorreu sem nenhum plano de apoio, seja através de indenizações ou da acomodação destas em habitações populares, o que acabou levando à incrementação do início do processo de favelização do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 2003). Esses moradores que perderam as suas moradias aproveitavam seus destroços e acabaram por construir habitações nas encostas dos morros e, embora perseguidos na área central, tinham a tolerância das autoridades nos bairros da Zona Sul e na então distante Copacabana.

[14] Naquele momento, a gestão da saúde pública revestia-se de especial importância, uma vez que o novo governo comprometera-se a sanear a Capital, que, devido a doenças como febre amarela, varíola e peste bubônica comprometiam o estímulo à imigração e à própria economia nacional. A reforma sanitária foi confiada a Oswaldo Cruz (1872-1917), que empreendeu uma série de campanhas, na maioria bem sucedidas.

O início dessa remodelação urbana[15] contou com o apoio de vários membros da intelectualidade nacional, como, por exemplo, Olavo Bilac (1865-1918). Sobre a visão positiva dessas reformas, PESAVENTO (2002:183) reproduz a seguinte crônica do citado poeta parnasiano:

> Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. [...] No abrir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso e do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (REVISTA KOSMOS: ano 1, n. 3, mar.1904).

Ao mesmo tempo em que eram implementadas as iniciativas práticas do urbanismo neoconservador em todo o mundo, surgiam principalmente na Europa e EUA do século XIX, teorias e modelos utópicos de comunidades urbanas alternativas (Ver CAPÍTULO 4). Na maioria dos casos, cada uma das propostas, seja de cunho político e/ou social, caracterizava-se em uma mostra de indignação diante das condições subumanas em que vivia o proletariado. A nova sociedade que emergiu com o capitalismo industrial fez nascer também uma nova ordem do espaço urbano, a qual conduziu a uma revolução no modo de pensar a cidade. Esta passou a ser compreendida como *caos* que precisava ser controlado e dirigido, de maneira a garantir o desenvolvimento das novas relações sociais.

Conforme CHOAY (1998), apareceram vários modelos visando transformá-la, propostos por generalistas. Esse conjunto de propostas, os quais não passavam de obras experimentais[16] e hipotéticas – feitas na maioria por historiadores, economistas ou políticos –, ficou sendo conhecido como *pré-urbanismo* ou *socialismo utópico*, já que se pensava ser possível o restabelecimento da "ordem", abandonando-se a cidade industrial e voltando-se a viver no campo, através de uma atitude nostálgica. Apesar de algumas tentativas de aplicação prática, tais modelos não

---

[15] A Avenida Central, idealizada por Muller como os *boulevardes* parisienses, passou a fazer a ligação entre o novo cais do Porto e a avenida Beira-Mar; e, a exemplo do modelo haussmanniano, duas praças também a ela estariam interligadas: as praças Mauá e Floriano, hoje conhecida por *Cinelândia.* Quando inaugurada em 1904, possuía cerca de 30 edifícios prontos e quase 90 ainda em construção, os quais deveriam ter obrigatoriamente estilo eclético e destinação do térreo para o comércio de luxo. Era um símbolo da modernidade nacional, assim como da identificação do Rio com a cultura e higiene modernas emanadas por Paris. Obras como as sedes dos Poderes Legislativo e Judiciário, a *Escola de Belas Artes*, a *Biblioteca Nacional* e o *Teatro Municipal* – este criado entre 1906 e 1909, aos moldes da *Ópera de Paris* (1857/74), por Francisco de Oliveira Passos, filho do então prefeito Pereira Passos, que venceu um concurso público na época – tornaram-se valiosos símbolos do progresso nacional, passando a serem copiados em outras capitais do país, como São Paulo e Manaus, assim como as ações reformadoras.

[16] Vale destacar um dos principais instrumentos intelectuais que o historiador e crítico italiano Manfredo Tafuri (1935-1994) construiu, apontado por DUARTE (2005) e que está presente em diversos de seus livros: a distinção entre a vanguarda e o experimentalismo. Enquanto a primeira é pautada pela afirmação e deve presumir a criação de uma base social, estética, cultura e histórica, sem valorizar de antemão qualquer elemento; o experimentalismo firma-se em contradições. Ele desmonta as linguagens existentes, levando-as à exaustão, para buscar as possibilidades do novo – frisa-se as "possibilidades" do novo: e não o novo absoluto das vanguardas. Em arquitetura e urbanismo, a construção do novo é sempre radical, freqüentemente baseada na destruição do anterior. Na vanguarda, como diz TAFURI (1984), aceita-se o naufrágio desde o início, consciente de tê-lo escolhido. Já no experimentalismo, acredita-se na mudança sem rompimento; "experimenta-se" uma alternativa, que pode ou não acontecer.

passaram de utopia, inclusive por proporem a intervenção não só na distribuição de riquezas dentro da sociedade, como também na vida em família, por exemplo, com a divisão por sexo e idade. Além disso, acreditava-se que a iniciativa de transformação partiria do próprio empresariado; ou ainda, defendia-se a destruição das máquinas pelos trabalhadores, o abandono da indústria e o retorno às atividades agrícolas de subsistência.

De acordo com CHOAY (1998), pode-se identificar duas atitudes predominantes entre esses modelos utópicos do século XIX: o *progressismo*, o qual se voltava para o futuro, aceitando a industrialização como chave dos tempos modernos, em uma atitude descritiva; e o *culturalismo*, mais voltado ao passado, negando a indústria e apontando a máquina como o fator causador do desaparecimento de um "mundo melhor", em uma atitude nostálgica. Enquanto que, para os progressistas, tais como Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), o que interessava era o rendimento máximo dos operários – eficiência que seria conseguida através da melhoria da situação espacial destes, incluindo habitação e infra-estrutura –; para os culturalistas, tais como John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896), a preocupação girava mais em torno de questões morais, especialmente ligadas às relações sociais, nas quais a cidade não deveria se sobrepropor aos seus moradores[17].

> Reconhecendo a necessidade de boas habitações para seus trabalhadores, e estimulados pelas propostas dos utopistas, proprietários industriais estabeleceram algumas comunidades-modelo na Irlanda, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda e EUA. As cidades-modelo industriais eram tão escassas ao real problema da moradia, que pouco contribuíram para resolvê-lo. No entanto, elas incorporavam alguns traços de planejamento, dos quais comunidades futuras tirariam proveito (GUIMARÃES, 2004:75).

Tendo como princípio básico a crença na racionalidade da ciência e da técnica como forma de resolver os problemas, o modelo progressista gerou, no início do século XX algumas práticas, como aquela empreendida pelo arquiteto francês Tony Garnier (1869-1948), o qual desenvolveu, entre 1901 e 1904, o plano da *citè industrielle*, publicado em 1917, que previa o modelo de implantação de uma cidade para 35.000 habitantes, no qual preconizava o zoneamento funcional e o emprego dos materiais modernos, além de preocupações sanitárias e paisagísticas (FIG. 1.16). Conforme HAROUEL (1998), esta idéia exerceu significativa influência sobre os arquitetos chamados "racionalistas" da primeira metade do século passado, os quais criaram o *Internacional Style* ("Estilo Internacional") e promoveram a difusão do urbanismo progressista, como o arquiteto franco-suíço Charles-Edouard Jeanneret, conhecido como Le Corbusier (1887-1965), entre muitos outros.

---

[17] Escritor e esteta inglês, Ruskin escreveu, entre 1848 e 1871, uma série de livros, os quais defendiam o resgate da Idade Média, a qual considerava mais autêntica que a Renascença. Atacando a máquina, para ele, a causa principal da "degenerescência" da arte de seu tempo; apoiou o artesanato, propondo iniciar a reforma do sistema socioeconômico a partir da renovação das artes plásticas. Seu discípulo e também do escritor norte-americano utopista Edward Bellamy (1850-1898), Morris foi um artista e ativista inglês que contribuiu para a renovação das artes decorativas a partir de sua ação prática em defesa do artesanato, lutando contra a ausência de sentido de unidade artística. Através de sua firma, fundada em 1861, impulsionou o chamado *Arts & Crafts Movement.*

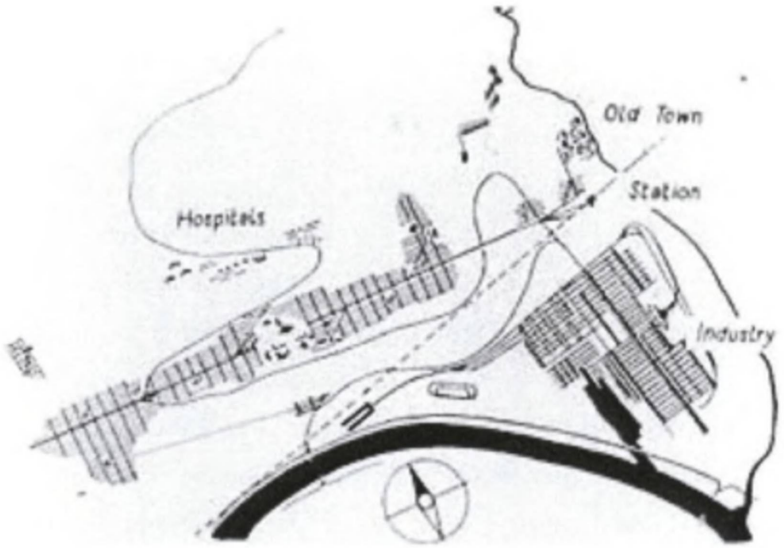


FIGURA 1.16 – Planta esquemática da *Cité Industrielle*, proposta por Tony Garnier (1901/04).
(**FONTE**: GUIMARÃES, 2004)

Já as propostas do culturalismo, que defendiam a idéia de que o conceito cultural de cidade deveria prevalecer sobre sua noção material, encontraram certo rebatimento no pensamento do francês Camillo Sitte (1843-1903) e, principalmente, nas experiências do britânico Ebenezer Howard (1850-1928). Os textos do primeiro – dos quais se destacou *L'art de bâtir les villes: urbanisme selon ses fondements artistiques* (*A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, 1889) –, censuravam a falta de criatividade, a austeridade, a monotonia dos traçados retilíneos; o isolamento dos monumentos em vastos espaços abertos; e, principalmente, a ausência de continuidade entre as malhas existentes e aquelas que eram propostas pelos progressistas. Sua obra sobressaiu-se sobretudo como uma análise morfológica de setores das cidades antigas, objetivando uma definição consciente, tanto dos princípios como do método mais adequado para a elaboração de um plano urbanístico. Para ele, questões como zoneamento funcional, infra-estrutura, densidades ou índices urbanísticos, deveriam ser colocadas em segundo plano (LAMAS, 1992).

De forma paralela, Howard foi outro defensor do modelo culturalista para a cidade moderna, prestando valiosa contribuição ao processo de estruturação do urbanismo como disciplina. Ele acreditava ser possível combinar as vantagens da vida na cidade com as do campo e, deste modo, resolver alguns de seus principais problemas, tais como "o congestionamento das cidades e o isolamento da vida rural" (RELPH, 2002:57). O *Garden-City Movement* foi uma das experiências utopistas mais profícuas do século passado, as quais defendiam a noção de "cidade-jardim", que tinha como características básicas a malha de anéis concêntricos, recortados por vias radiais; as demarcações precisas de setores e limites por meio de cinturões verdes; e a eliminação da especulação através do arrendamento dos terrenos, além de ter sua expansão controlada, ou seja, ao se atingir uma população máxima de 32.000 pessoas, seria fundada uma nova comunidade, ligada em forma de

satélite a um centro maior (Ver CAPÍTULO 4). No início do século XX, os princípios deste modelo foram aplicados em protótipos urbanos tanto na Europa como nos EUA[18] (HAROUEL, 1998).

Por sua vez, com os planos para *Une ville contemporaine* (FIG. 1.17) expostos no Salão de Outono de Paris, em novembro de 1922, Le Corbusier apresentou seus conceitos progressistas sobre o *planning* moderno. Além de adotar paradigmas existentes, como os da *garden-city* de Howard, também defendeu concepções originais, algumas das quais polêmicas para a época. Através da proposta de uma cidade para 3.000.000 habitantes virtualmente situada em um terreno plano, Le Corbusier desenvolveu um modelo de planejamento de abrangência regional, o qual antecipava várias questões urbanísticas, como as preocupações com o tráfego de veículos, o aumento de áreas livres e a definição de gabaritos para as edificações. Conforme ele próprio, seu "objetivo não foi vencer estados de coisas preexistentes, e sim conseguir, ao construir um edifício teórico rigoroso, formular princípios fundamentais de urbanismo moderno [...]", pois na sua opinião, se estes princípios fossem verdadeiros e sólidos, poderiam adquirir força para "constituir a estrutura de todo o sistema de urbanização contemporânea; seriam as regras segundo a qual o jogo poderia ser jogado" (LE CORBUSIER, 2000:156).

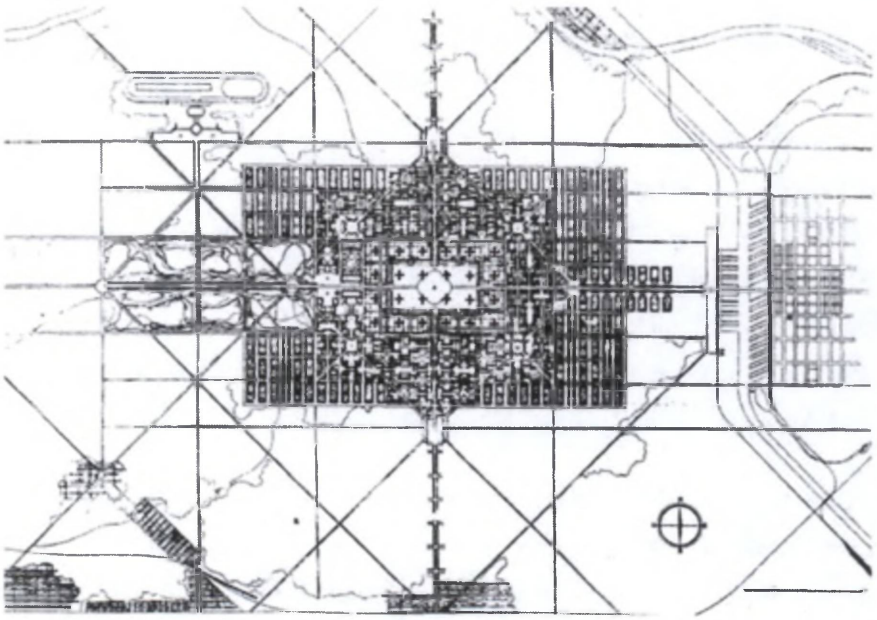


FIGURA 1.17 – *Une Ville Contemporaine*, proposta por Le Corbusier, *Salon d'Automne*, Paris (1922).
(**FONTE**: GUIMARÃES, 2004)

[18] De modo geral, as propostas das primeiras "cidades-jardins" caracterizavam-se pela perfeita adequação do projeto ao terreno e ao entorno natural; a valorização da escala humana; e ainda o fato da ferrovia desempenhar o papel de elemento estruturador de toda a malha urbana. Em 1903, foi desenvolvido pelos urbanistas ingleses Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947) o plano de implantação de Letchworth, a primeira *garden-city*, que foi construída a cerca de 56 km de Londres, para uma população de 33.000 habitantes. Seguindo a mesma linha de concepção, foi desenvolvido pelo arquiteto Louis de Soissons (1904-1997), em 1919, o plano de implantação de Welwyn, um segundo exemplo de aplicação dos ideais de Howard. Localizada a 15 km de Letchworth, Welwyn foi projetada para 40.000 habitantes, com previsão de expansão para no máximo 50.000 pessoas (Ver CAPÍTULO 4). Martin Wagner (1885-1957) e Ernest May (1886-1970) podem ser considerados seguidores de Howard na Alemanha, assim como Henri Sellier (1883-1943) na França (HALL, 2002).

Na maioria das vezes, as soluções que os urbanistas utópicos davam aos problemas da cidade industrial, mesmo que colocadas parcialmente em prática, eram ainda abstratas e esquemáticas, uma vez que faltava uma avaliação realista e profunda dos vínculos existentes entre os programas urbanísticos e o desenvolvimento geral das relações socioeconômicas. Grande parte deles, em especial aqueles do século XIX, equivocou-se em acreditar que a ordem urbana e a social identificavam-se entre si, podendo-se construir a segunda com os termos e métodos da primeira. Somente com a retomada de uma visão global do fenômeno urbano, feita através de um contato direto e observações de seus reflexos *in loco*, foi que se tornou possível uma avaliação mais precisa da cidade, assim como o desenvolvimento de uma metodologia de investigação fundada em várias disciplinas.

Entretanto, não se pode negar a importância que o pensamento utópico representou para a transformação radical do imaginário social, através da instauração de uma nova relação entre teoria e prática ou, em termos da própria história cultural, entre as representações mentais e as práticas sociais. Em outras palavras, além das críticas que atribuem um valor positivo ou negativo às proposições utópicas do século XIX, que geralmente enfocam o plano da forma, limitando-se à questão da prefiguração espacial da sociedade do futuro, deve-se atentar, de modo mais amplo e profundo, para a forte componente que a utopia representou para estabelecer concretamente as mediações entre os esquemas cognitivos da época e a formulação de um novo conceito de arquitetura, documentando e esclarecendo seus fundamentos (PUPPI, 2005).

É importante lembrar a contribuição que representaram algumas iniciativas norte-americanas ocorridas nas décadas de 1920 e 1930 que, segundo RELPH (2002), consistiram em "medidas que se tornaram parte dos padrões de repertório de planejamento do [segundo] pós-guerra e que têm tido um efeito considerável na aparência das cidades" (p. 62). Desde o *planejamento humanista*[19] de *sir* Patrick Geddes (1854-1932) e seus discípulos até o *antiurbanismo*[20] proposto por Frank Lloyd Wright (1869-1959), essas experiências vieram se somar aos pressupostos que tornaram o

---

[19] Apoiando-se na crítica ao movimento progressista através da Antropologia, Sociologia, Psicologia e História, o *urbanismo humanista* girava em torno da idéia de *antrópolis*, ou melhor, da cidade que é dirigida ao homem e não à máquina ou à indústria. Seus maiores defensores foram: Patrick Geddes (1854-1932), o fundador do *regional planning* que, graças aos seus contatos com os geógrafos franceses na virada do século, absorveu o credo do comunismo anarquista, baseado em livres confederações de regiões autônomas; e Lewis Mumford (1895-1990), um jornalista-sociólogo que foi capaz de dar forma coerente aos pensamentos do primeiro, possibilitando a formação de um pequeno mas brilhante e devotado grupo de planejadores sediados em Nova York, através da *Regional Planning Association of América* – RPAA. Esta soube fundir-se às idéias intimamente correlatas de Howard e espalhou-se por toda a América e pelo mundo afora. É importante acrescentar também os nomes mais recentes de Jane B. Jacobs (1916-) e Kevin Lynch (1918-1984), os quais contribuíram enormemente com as idéias do urbanismo humanista através de seus textos (MARQUES, 1994).

[20] Influenciado pelo *desurbanismo* soviético, liderados por Moisei J. Ginsburg (1892-1946) e Mikhail A. Okhitovich (1896-1937), o arquiteto norte-americano Frank Lloyd Wright (1869-1959), começou a conceber sua *Broadacre City* já em 1924, quando começou a construir uma "visão usoniana", segundo a qual seria possível o retorno do homem à vida no campo. Partilhando algumas idéias com Howard e outros teóricos naturalistas, Wright defendia a fuga da cidade grande a partir dos efeitos libertadores da tecnologia moderna, como a eletricidade, o automóvel e os materiais novos (Ver CAPÍTULO 4). Sua proposta urbanística apontava para a desintegração da cidade contemporânea, com sua total imersão no território, na qual as pessoas passariam a viver em latifúndios e em contato direto com a natureza, remetendo às idéias românticas de alguns escritores (HALL, 2002).

urban planning fundamental. Entre as quais, vale destacar a noção de *Neighborhood Unit* ou *Unidade de Vizinhança – UV*, idealizada entre 1923 e 1929 para Nova York, pelo planejador e sociólogo norte-americano Clarence Artur Perry (1872-1944).

A proposta da UV tinha como fundamento básico e preocupação central o resgate das relações sociais entre vizinhos, que para Perry estavam cada vez menos intensas na cidade moderna[21]. De acordo com HALL (2002), tratar-se-ia de uma área residencial que disporia de relativa autonomia com relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos. Deste modo, os equipamentos de consumo coletivo teriam sua área de atendimento coincidindo com os limites da área residencial, além de permitirem a recuperação das relações locais de vizinhança (FIG. 1.18).

FIGURA 1.18 – *Neighborhood Unit* ou *Unidade de Vizinhança – UV:* Proposta de Clarence Arthur Perry a ser aplicada no Plano de Nova York de 1929. (**FONTE**: BARCELLOS, 2005)

[21] Profundamente influenciado pelos escritos do sociólogo norte-americano Charles Horton Cooley (1864-1929), que acentuava a importância do "grupo primário" para a associação e cooperação íntimas de uma comunidade, Clarence Arthur Perry (1872-1944) partiu do pressuposto que a escola poderia desempenhar a função de elemento centralizador da vida comunitária. Para isto também contribuiu o fato de ter sido morador do "subúrbio-modelo" de *Forest Hills Gardens*, um bairro ferroviário inspirado nos conceitos de *garden-city*, a quase 15 km de Manhattan, no qual constatou o quanto um bom projeto poderia contribuir para o desenvolvimento de um espírito de vizinhança. Considerando irreversível o fato do aumento da circulação de veículos fragmentar a cidade em setores distintos, Perry formulou seis preceitos para o que definiu como *Unidade de Vizinhança* – UV, a saber: *tamanho* (o tamanho da UV seria determinado segundo o número de habitações necessárias para suportar uma única escola, tomando como base uma população de 5.000 habitantes); *limites* (suas fronteiras seriam artérias que permitiriam que todo o tráfego contornasse a vizinhança, sem penetrar em seu interior); *espaços públicos* (pequenos parques e espaços de recreação seriam planejados para o encontro, devendo constituir 10% da sua área total); *áreas Institucionais* (a escola e demais instituições de serviços deveriam ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum à UV); *comércio local* (o comércio deveria ser oferecido, de preferência, na junção das ruas de tráfego e adjacente a outro similar comércio de outra UV); e *sistema interno de ruas* (a unidade deveria ser provida de ruas, cujo traçado e largura precisariam ser proporcionais à provável carga de tráfego local) (BARCELLOS, 2005).

Justamente pelo fato da UV ter sido largamente aplicada, tornando-se um modelo básico de organização urbana moderna, a eficácia de sua atuação foi alvo de inúmeras críticas. Conforme LAMAS (1992), seus principais aspectos negativos estavam na própria desagregação dos conceitos utilizados, ficando clara a impossibilidade de impor a constituição de grupos sociais através do planejamento; e ainda a dificuldade de adaptação dos diversos tipos de configurações urbanas aos seus princípios básicos. Entre outros problemas identificados, também ficou evidente o fato desta estimular a formação de "ilhas urbanas, isoladas por artérias movimentadas" (RELPH, 2002:64).

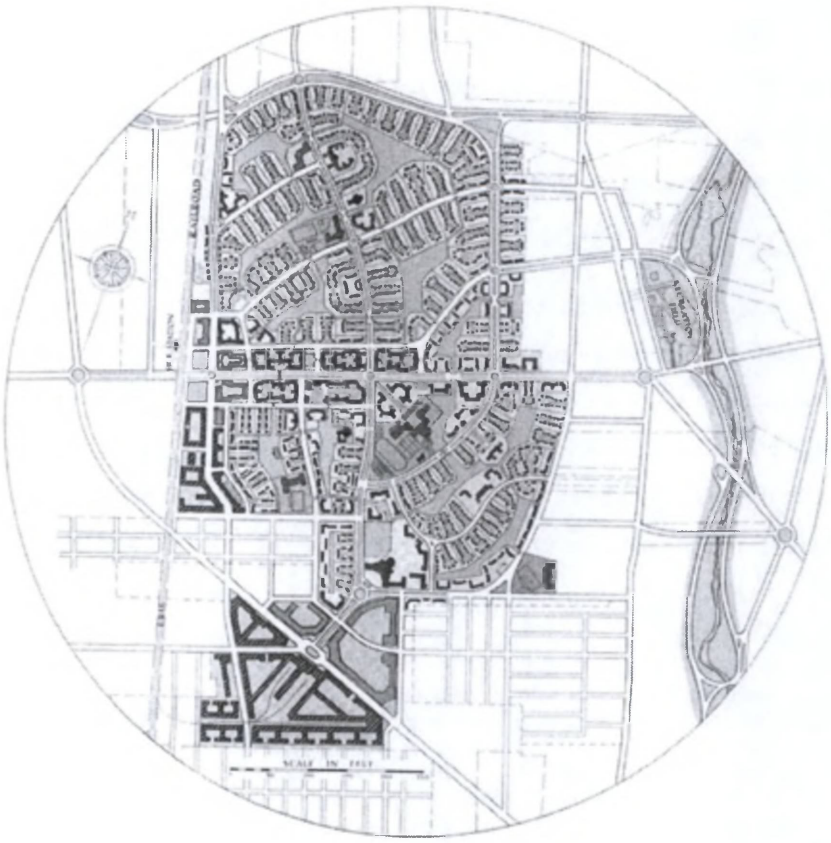


FIGURA 1.19 – *Plano de Radburn*, Nova Jersey EUA (1928/29): Proposta de Clarence Stein (1882-1975) e Henry Wright (1878-1936). (**FONTE**: RPA, 2005)

Outra experiência que marcou a consolidação do *urban planning* foi o plano da cidade de Radburn, em Nova Jersey EUA (FIG. 1.19), desenvolvido entre 1928 e 1929 por Clarence Stein (1882-1975) e Henry Wright (1878-1936). Seguindo a tradição das *garden-cities* e incorporando o conceito da UV, a proposta de Radburn apresentava como maiores particularidades: a separação sistemática da circulação de veículos e pedestres; a "superquadra" suburbana e a ampla utilização de *cul-de-sac*. Basicamente, Stein e Wright sintetizaram os preceitos básicos de seu modelo de organização espacial em cinco pontos: a substituição dos quarteirões por blocos habitacionais, não cortados por vias; a hierarquização das ruas; a separação das circulações de pedestres e de automóveis por meio de desníveis; a orientação dos espaços principais das casas para jardins; a criação de faixas

verdes formando um parque ramificado a toda cidade; e a redução da superfície dos jardins individuais em proveito de áreas livres para uso público[22] (LAMAS, 1992).

De acordo com BARCELLOS (2005), Radburn teve um significativo impacto na visão e na teoria do planejamento urbano do século XX, uma vez que colocava em prática uma série de concepções que há tempo vinham amadurecendo, tais como a separação entre vias locais e de passagem, assim como a circulação de pedestres independente do tráfego de veículos, o que tinha como precedente direto o paisagismo do *Central Park* (Ver CAPÍTULO 5). A partir dessa experiência, a idéia da UV ganhou repercussão inicialmente nos EUA, passando a ser aplicada nos planos de uma série de cidades ou expansões urbanas, as quais passaram a ser conhecidas como *greeenbelt-cities*. Na Europa, com a reconstrução do segundo pós-guerra, a UV foi amplamente aplicada, especialmente na Grã-Bretanha, pela proximidade com as idéias das *garden-cities*, antes bastante disseminadas[23]. Porém, houve algumas alterações em seu conceito, condicionadas por fatores culturais e econômicos daquele momento, fazendo surgir novas designações, tais como *setores* ou *comunidades residenciais*..

Basicamente, pode-se dizer que, a partir dos anos 20, o urbanismo moderno tomou sua forma básica, principalmente com a organização do *Congrès International d'Architecture Moderne* – CIAM, evento realizado em 1928 na cidade de La Sarraz, na Suíça, que iniciou uma série de encontros, os quais duraram até 1959 e representaram os principais impulsos para a aceitação maciça dos conceitos corbusierianos e dos ideais do planejamento progressista estabelecidos através do *Plan Voisin* (1925) e especialmente da *Ville Radiouse* (1933), propostas de Le Corbusier (Ver CAPÍTULO 4).

---

[22] Independente da construção de Radburn ter sido interrompida em decorrência da grande depressão econômica de 1929, ficando restrita a "dois super blocos, um edifício de apartamentos e um pequeno centro comercial" (REPH, 2002:66), para uma população aproximada de 1.500 pessoas, seus conceitos urbanísticos foram exaustivamente adotados no *urban plannuing* do segundo pós-guerra. Conforme HALL (2002:147-8), caracterizam-se "inquestionavelmente nas mais importantes contribuições norte-americanas para a tradição cidade-jardim [...] Como 'subúrbio-jardim', marcam talvez, em matéria de projeto, o mais significativo avanço até então alcançado além dos padrões fixados por Unwin e Parker". Aos moldes de Radburn, também foram realizadas de *Chatham Village* (1932) em Pittsburgh Fil.; e *Baldwin Hills Village* (1941), em Los Angeles Cal., nos EUA.

[23] Datam do início da década de 1940 os primeiros esforços de reconstrução e desconcentração de Londres, na maior parte realizados por Leslie Patrick Abercrombie (1879-1957), que criou uma série de planos, além de várias *new towns* no período do segundo pós-guerra. Estas "cidades novas" britânicas são consideradas as mais consistentes experiências de planejamento urbano que tomaram por base as idéias de UV. Exemplificando, Stevenage, construída já em 1946, que foi a primeira das 10 cidades-satélites do plano da Grande Londres. Devido tanto à urgência como à carência de recursos, o tamanho inicialmente idealizado por Clarence Perry – 5.000 habitantes – foi abandonado e passou-se a adotar cifras maiores. Em sua seqüência, outras experiências de grande impacto na divulgação das idéias de UV foram as implantações de Harlow e de Milton Keynes, sendo que a primeira notabilizou-se por ter sido planejada a partir de preocupações de cunho sociocultural, as quais buscavam constituir uma identidade local, além de experimentar diversas alterações no modo de se distribuir os equipamentos coletivos. As experiências inglesas ganharam grande divulgação fazendo com que as idéias de UV passassem a ser aplicadas em diferentes contextos ao redor do mundo, como atestam as experiências das cidades de Beer-Sheva, Kiriat Bialik Mostskin e Chaim, em Israel; de Yazd e Rezâyed, no Irã; e de Kitimat, no Canadá, além de muitas outras. Devem ser aqui destacadas as aplicações emblemáticas que aconteceram no final dos anos 50, através da criação de Chandigarh, na Índia, conduzida por Le Corbusier; e também de Brasília DF, fruto do Plano-Diretor elaborado por Lúcio Costa (1902-1998). No Brasil, conforme BARCELLOS (2005), apesar de citada por Prestes Maia já em 1929, a UV somente foi aplicada pela primeira vez em 1947, com a construção da *Cidade dos Motores*, situada no Município de Duque de Caxias RJ e projeto do arquiteto espanhol José Lluís Sert (1902-1983). Depois disso, destacaram-se as pesquisas realizadas pelo Pe. Louis Joseph Lebret (1897-1966) e os conjuntos habitacionais cariocas de Affonso E. Reidy (1909-1964), ambas experiências de meados da década de 1950.

Nesse evento, os racionalistas definiram sua concepção de "planejamento urbano", como sendo o processo de administração dos lugares e dos locais diversos que devem abrigar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as suas manifestações, individuais ou coletivas. Segundo eles, as três funções fundamentais pela realização das quais o urbanismo deveria zelar seriam: o habitar; o trabalhar e o recrear-se[24]. Compreendido como o conjunto de procedimentos racionais, os quais visam a tomada de decisões para conduzir os processos urbanos segundo metas e objetivos pré-estabelecidos, o *urban planning* deve se preocupar com a ocupação do solo; a organização da circulação; e a legislação urbana (FERRARI, 1991).

Vale destacar que, desde o século XIX, de acordo com TORRES (1996), os trabalhos das incipientes Ciências Sociais – particularmente a Sociologia e a Geografia – realizaram importantes contribuições na conceituação da cidade, tendo um grande papel nos estudos urbanos posteriores, assim como na própria conceituação de planejamento urbano. Desde a constituição de uma "Física social" por parte de Auguste Comte (1798-1857), que propôs a racionalidade da ciência "positiva" como modelo universal de todas as ciências, além da dessacralização da natureza e a intervenção humana na ordem natural, em meados dos oitocentos; passou-se para os estudos sobre "morfologia social", de Émile Durkheim (1858-1917), até as análises econômicas sobre densidades urbanas, feitas por Colin Clark (1905-1989) na década de 1940, os quais abriram o caminho à modelística matemática e computacional urbana, apontando para a multidisciplinaridade moderna do urbanismo.

Paralelamente, a "Geografia moderna", iniciada por Alexander von Humboldt (1769-1859) e continuada por Karl Ritter (1779-1859), contribuiu enormemente à compreensão do fenômeno urbano e, influenciado pelo darwnismo[25], Friedrich Ratzel (1844-1904), considerado o fundador da "Antropogeografia" e da "Geopolítica", propôs uma determinação natural dos processos humanos. Por sua vez, Paul Vidal de la Blache (1845-1918), no início do século passado, propôs estabelecer a "Geografia humana" como disciplina independente, também fortemente influenciada pelas Ciências Naturais, assim como formulou a noção naturalista de *genre de vie*, fazendo referência à identidade

---

[24] Foi com bases na *Declaracion de La Sarraz* (1928), que os participantes dos CIAM's elaboraram em 1933 a *Carta de Atenas*; um documento de força doutrinal que se estabeleceu como um verdadeiro catecismo do urbanismo progressista[24]. Um de seus pontos fundamentais estava na idéia de "adequação do crescimento das cidades às universais necessidades do homem". Em outras palavras, defendia que as cidades deveriam ser planejadas levando-se em conta quatro preocupações fundamentais: a *habitação*, de modo a assegurar aos homens moradias saudáveis, isto é, locais onde o espaço, o ar puro e o sol – as três condições essenciais da natureza – fossem-lhe largamente asseguradas; o *trabalho*, visando-se organizar os locais de ocupação profissional para que não sejam uma sujeição penosa; a *recreação*, de forma a prever as instalações necessárias ao bom uso das horas livres; e, finalmente, a *circulação*, objetivando estabelecer o contato entre essas diversas organizações mediante uma rede circulatória que assegurasse as trocas entre os homens (LE CORBUSIER, 1993).

[25] Com a publicação, em 1859, de *The origin of species* (*Origem das espécies*), de Charles R. Darwin (1809-1882), propõe-se uma nova perspectiva sobre os fenômenos do mundo vivo, especialmente através das noções de "adaptação" e de "seleção natural", substituindo um modelo mecanicista por um biologista, que tem como foco principal a questão do evolucionismo. Esse modo de compreender a dinâmica da vida – o *darwnismo* –, acabou influenciando inúmeras vertentes, como as correntes geográficas que buscavam a explicação causal e unitária dos fatos físicos e humanos. Ele também influenciou a perspectiva representada pelos geógrafos anarquistas, como Elisée Reclus (1830-1905) e Piotr Alekseievitch Kropotkin (1842-1921), cujos enfoques relacionaram-se bastante com as propostas dos utopistas da primeira metade do século XIX, os quais chegaram ao desenho dos espaços necessários para suas comunidades ideais (Ver CAPÍTULO 4).

territorial e social das agrupações humanas que ficaria impressa na paisagem, constituindo o resultado da ação sucessiva sobre o território de gerações de povoados. Partindo dessa idéia, o meio e o homem não seriam separados em seu estudo: ambos constituiriam um todo que se cristaliza na forma de regiões que possuem caracteres distintivos que as fazeriam únicas (TORRES, 1996).

Já a noção da existência de uma cultura especificamente urbana desenvolveu-se a partir dos trabalhos do filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), no começo do século XX, ao dizer que havia traços essenciais que definiriam a organização social e personalidade urbanas, os quais se representariam de maneira arquetípica nas metrópoles. Em *The metropolis and mental life* (*A metrópole e a vida mental*, 1917), Simmel oferecia um esboço analítico da interação entre consciências individuais e a cidade moderna. Ao estudar a postura mental do homem que vivia na grande cidade e o modelo de relação que estabelecia com os outros, foi um dos fundadores da Sociologia urbana. Para ele, na cidade, os laços formais entre indivíduos substituíram os laços afetivos mais tradicionais; e com a ascensão da burocracia e da ciência, a vida tornar-se-ia altamente diferenciada: não possuiria mais um conteúdo fixo, mas seria, antes, caracterizada por formas abstratas, das quais o dinheiro seria a mais importante.

Dos estudos de Simmel, conclui-se que o habitante da metrópole seria uma espécie de "estrangeiro" que vive na sociedade, sem lhe pertencer, mantendo uma certa reserva e distanciamento civilizado face ao outro e que contribuiria para a autonomia de cada um e para o funcionamento da comunidade. A urbanidade seria uma mistura de indiferença e de tolerância; e, segundo ele, a vida na cidade provocaria uma disposição psicológica fundamentalmente nova: a atitude *blasée*, resultado da libertação do indivíduo do tempo da tradição e a imersão no tempo da cidade, "transitório, fugitivo, contingente", na expressão do célebre poeta francês Charles Baudelaire. Em outras palavras, a atitude *blasée* seria fundamentalmente "uma indiferença às distinções" (SIMMEL, 1986).

Foi a partir das pesquisas de Simmel e seus discípulos que se formou, durante os anos 20 e 30, um grupo de sociólogos da *University of Chicago* que denominaram seu campo de estudos como "Ecologia humana", cujo enfoque intentava compreender a reprodução da "sociedade urbana", associando preocupações da Geografia e da Ecologia. Os participantes da então chamada *Escola de Chicago* colocaram o acento em uma sociabilidade no interior dos grupos[26]. Para eles, a metrópole seria um mosaico de grupos diferenciados, dentro de cada qual se desenvolveria um espaço de identidade e relação mais forte.

> Este enfoque es frecuentemente identificado con los modelos morfológicos de la estructura urbana que son propuestos por algunos autores pertenecientes a

[26] Entre os representantes da *Chicago School*, cita-se Florian Witold Znaniecki (1882-1958), sociólogo polonês radicado nos EUA, célebre como co-autor, junto a William Isaac Thomas (1863-1947), de *The polish peasant in Europe and América* (*O camponês polaco na Europa e América*, 1918/20); e Robert Trelford McKenzie (1917-1981). Destacaram-se também Louis Wirth (1897-1952), Everett Hughes (1897-1983) e Ernest Burgess (1911-2000), entre outros.

> esta escuela como "tipos ideales" de carácter socioterritorial (el modelo de Burgess o de los "círculos concéntricos", el modelo de Hoyt o de los "sectores" y el de Harris y Ullmann o de los "núcleos múltiples"). La "ecología humana" de la Escuela de Chicago ocupa durante más de tres décadas un lugar central en los estudios urbanos, siendo sólo cuestionada seria y sistemáticamente a fines de la década de 1960 y comienzos de la de 1970 por los enfoques llamados "críticos" de la "nueva sociología urbana" (TORRES, 1996:6).

Fundada pelo sociólogo Robert E. Park (1864-1944), a *Chicago School* ou *Escola de Chicago* criou as bases, juntamente com as idéias de Simmel, para o estudo sociológico do meio ambiente urbano, fundamentando-se em avaliações estatísticas, principalmente de áreas industriais, comerciais e habitacionais. Além disso, alguns de seus representantes, como por exemplo, William I. e D. S. Thomas, escreveram uma série de artigos sobre a influência de situações sociais sobre o comportamento individual, os quais auxiliaram nos estudos da Psicologia Social. Em *The child in America: behavior problems and programs* (*A criança na América: programas e problemas de comportamento*), disseram que "se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências" (p.571-2). Muitas de suas idéias somente foram refinadas ou rejeitadas nos anos 50 em diante, através da denominada *Nova Sociologia Urbana* e do urbanismo pós-moderno da *Los Angeles School* ou *Escola de Los Angeles.*

A partir de então, o *urban planning* ou "planejamento urbano" passou a enfocar a cidade como entidade global, que se tornou o objeto de conhecimentos históricos, sociológicos, econômicos, políticos, tecnológicos e físico-espaciais, os quais passaram a dar os principais subsídios para uma análise multidisciplinar de fenômenos como a centralização, a segregação ou a *suburbanização*[27] das cidades. E sua associação ao Poder público na definição dos problemas das cidades e na proposição de soluções para estes se deu justamente devido à necessidade de sua aplicabilidade, somente possível de ser conseguida através de uma intervenção direta na realidade.

---

[27] Contribuíram para o *boom* suburbano nos EUA, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1950, desde o *Park Movement* (Ver CAPÍTULO 5) e a difusão das teorias da *garden-city* até as idéias desurbanistas de Wright (Ver CAPÍTULO 4), alicerçando-se, segundo HALL (2002), em quatro pontos principais: as novas estradas que penetravam por terras situadas fora do alcance do velho *trolebus* e do transporte sobre trilhos; o zoneamento dos usos do solo, que produzia áreas residenciais uniformes com valores imobiliários estáveis; as hipotecas, que possibilitavam prazos longos e juros baixos absorvíveis pelas famílias de renda modesta; e a explosão de natalidade que ocasionou um súbito aumento de demanda de casas unifamiliares. Contudo, desde o início, a *suburbia* norte-americana recebeu várias críticas, sendo condenada por não obedecer às noções tradicionais – ou seja, européias – de urbanidade, além do desperdício de terra, aumento do tempo dedicado ao transporte de interligação com o centro, encarecimento dos serviços e falta de parques. Porém, a crítica básica era de que os subúrbios careciam de "forma", ou melhor, faltava unidade entre as suas construções. Interessante foi o contra-ataque intelectual de James E. Vance (1929-1999) e Melvin Webber (1924-1993), geógrafos "suburbanistas" de Berkeley, os quais defendiam as "novas" cidades do Sudoeste norte-americano. Declaravam que as novas tecnologias da comunicação puseram por terra a ultrapassada conexão entre comunidade e proximidade: o lugar urbano estava sendo substituído pelo domínio do não-lugar. Durante os anos 50, várias obras clássicas da principal corrente da Sociologia Urbana norte-americana, como *The lonely crowd* (*A multidão solitária*, 1950), de David Riesman (1909-1992); e *The organization man* (*O homem da engrenagem*, 1956), de William H. Whyte Jr. (1918-1999) – reforçaram o estereótipo do subúrbio como um lugar de maçante homogeneidade, caracterizado pela progressiva corrosão da individualidade e falta de uma rica interação humana. A suburbanização iria eventualmente destruir muito do que havia de valioso na cultura das cidades. Em contrapartida, na década seguinte, surgiram os ensaios apreciativos de Los Angeles, de Reyner Banham (1922-1988); e de Las Vegas, de Robert Venturi (1925-) e Denise Scott Brown (1931-), marcando o fim do moderno movimento arquitetural e sua substituição pelo pós-modernismo, o qual reenfatiza a arquitetura como comunicação simbólica.

Essa abertura a outras disciplinas, porém, levou a uma crise na participação dos arquitetos no planejamento urbano, em especial a partir da década de 1950, principalmente pela dificuldade na definição de seu enfoque sobre a questão urbana, o que o limitava a compreender a cidade apenas como reflexo e resultado. Para KOHLSDORF (1985), essa multidisciplinaridade de enfoques veio responder a um tipo de especialização do urbanismo, de pretensões científicas, que acabou resultando na arbitrariedade de seus postulados e seu distanciamento da realidade. Entre as novas visões que passaram a auxiliar e a contribuir com o planejador urbano na compreensão dos problemas das cidades, encontravam-se os da Geografia, da Sociologia e da Economia[28]. Contudo, qual a visão sobre a cidade que o arquiteto e urbanista deveria ter como sua própria?

> É na segunda metade do século XX que o espaço, a cidade aparecem como problemas. Faz parte do momento da reprodução onde o capitalismo integrou a cidade histórica; incorporou os espaços, antes desocupados à troca; transformou o espaço social e político em real e operacional dado e instrumento, necessidade e virtualidade; um elemento fundamental na manutenção das relações de dominação. Também aponta para a generalização da produção e do consumo. Significa, também, o desvendar de um modo de pensar a realidade social num momento em que a totalidade se dilui e só se pode perceber a fragmentação. Momento em que o processo de reprodução das relações sociais se realiza no plano mundial [...] Assim a noção de reprodução aparece no centro do processo de construção do entendimento do mundo moderno, a partir da análise da cidade e do urbano na medida em que ela revela não só o caminho que o processo de urbanização aponta (e o caminho que a reprodução aponta é a urbanização da sociedade revelando-se no plano mundial enquanto constituição da sociedade urbana e do espaço mundial), mas também, revelando o processo urbano transformando profundamente a vida humana e, nesta direção coloca como horizonte a questão da reprodução da vida humana (CARLOS, 2004:23-4).

Ao mesmo tempo em que muitos arquitetos migraram para a área de planejamento a nível socioeconômico, deixando de lado a questão da tridimensionalidade da arquitetura; a ignorância dos conteúdos social e econômico do espaço físico para a vida urbana transformou o urbanismo em fenômeno marginal. Como resultado da análise dos princípios racionalistas segundo interesses pessoais ou de seu uso equivocado, a configuração urbana e o espaço da cidade passaram a ser tratados como objetos distintos: ela era vista como um cenário inerte onde ocorriam as relações humanas e ele como efeito do processo social. A partir disto, "as propostas físico-espaciais são formuladas a partir de diretrizes ou planos socioeconômicos e institucionais. Portanto, o espaço urbano é pré-figurado através de outros campos disciplinares – quando não é totalmente omitido" (KOHLSDORF, 1985:41).

[28] Se o espaço urbano geográfico pode ser entendido como um conjunto complexo de assentamentos urbanos e áreas rurais, cujo inter-relacionamento constitui o cenário das ações humanas; o sociológico é visto como expressão da estrutura social, produzida pelos elementos dos sistemas econômico, político e ideológico. Quanto ao espaço urbano econômico, este pode ser compreendido como a concretização espacial dos processos sociais de produção e reprodução; e o reflexo das relações econômicas da sociedade. Essa multiplicidade de visões foi necessária para a compreensão da complexidade do fenômeno da urbanização contemporânea, mas não substituiu a necessidade de proposta e conformação dos espaços nas cidades. Em alguns casos, esse conhecimento a partir de outros campos, inclusive demografia ou antropologia, levou o planejador a repudiar a arquitetura urbana como espaço concreto, tornando-se imponente no tratamento de suas propostas em desenho.

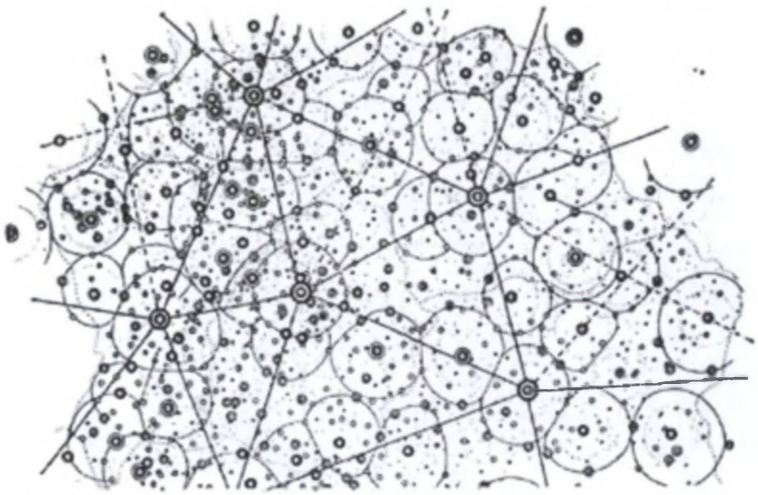


FIGURA 1.20 – *Teoria dos Locais Centrais*: Esquema urbano de Walter Christaller (1893-1969) aplicada à região Sul da Alemanha. (**FONTE**: INV-UNIVPM, 2005)

Um destaque foi a *Teoria dos Sistemas*, que influenciou profundamente o planejamento urbano nas décadas de 1950 e 1960. Nessa época, alguns geógrafos e economistas industriais descobriram os trabalhos dos teóricos da localização alemães – como Johann Heinrich von Thünen (1780-1850) sobre agricultura, de 1826; Alfred Weber (1868-1958) sobre indústria, de 1909; Walter Christaller (1893-1969), sobre locais centrais, 1933 (FIG. 1.20); e August Lösch (1906-1945) sobre teoria geral da localização, de 1940; e passaram a resumi-los e analisá-los. Neófitos dos princípios do positivismo lógico, sugeriram que se deixasse de se preocupar com descrições da diferenciação pormenorizada da superfície terrestre; e se começasse a desenvolver hipóteses gerais sobre distribuições espaciais que pudessem, em seguida, ser rigorosamente testadas em confronto com a realidade. Tais idéias, segundo HALL (2002), foram brilhantemente sintetizadas pelo economista norte-americano Walter Isard[29] (1919-), em modelos e textos que passaram a exercer importante influência (FIG. 1.21), como *Location and space economy* (*Economia da posição e do espaço*, 1956).

Entre 1953 e 1957, ocorreu uma mudança quase instantânea na Geografia humana e a criação, por Isard, de uma nova disciplina universitária que unia a nova Geografia à tradição germânica da Economia locacional. Mais precisamente, cidades e regiões passaram a ser vistas como "sistemas complexos" – nada mais eram que um subconjunto particular, fundado espacialmente, de toda uma classe geral de sistemas – derivados de uma ciência que nascia, desenvolvida por Norbert Wiener (1894-1964), a Cibernética. Já em 1954, Robert Mitchell (1906-) e Chester Rapkin (1918-) haviam publicado o livro *Urban traffic: a function of land use* (*Tráfego urbano: uma função do uso da terra*), onde sugeriam que os modelos de tráfego urbano eram função direta e mensurável do modelo das atividades – e portanto, dos usos do solo – que os geravam.

[29] Uma importante contribuição de Isard foi a criação de representações híbridas para os usos do solo urbano, a partir de quando os modelos concêntrico – como aquele desenvolvido por Burgess para Chicago na década de 1920 –, setorial e por zonas apresentaram problemas para a aplicação em condições específicas (RODRIGUE, 2005).

Acoplada a um trabalho anterior sobre modelos de interação espacial; e usando, pela primeira vez, os poderes de processamento computacional, essa obra produziu uma nova ciência do planejamento do transporte urbano, que reivindicava o direito de ser cientificamente capaz de predizer os futuros modelos de tráfego nas cidades[30]. A visão da engenharia invadia o território profissional do planejador tradicional. Desde então, modelos de interação espacial, sobretudo o de Garin-Lowry[31] (1966) – que, a partir de dados básicos sobre emprego e linhas de transporte, podia gerar o modelo decorrente para atividades e usos do solo – passaram a fazer parte do *urban planning* (FERRARI, 1991).

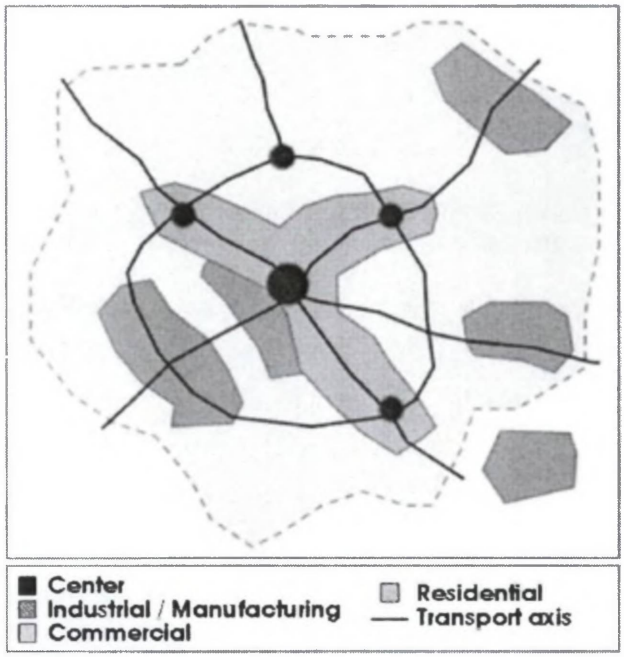


FIGURA 1.21 – *Modelo híbrido de Isard* (1955): Alguns usos do solo urbanos são orientados ao longo dos eixos de transporte principal, enquanto outros são concentrados em zonas. (**FONTE**: PEOPLE HOFSTRA, 2005)

[30] A questão do tráfego urbano já havia se tornado proeminente desde os anos 40. Leslie Patrick Abercrombie (1879-1957), em seus planos londrinos de 1943/44, assim como nas novas cidades que criou na Inglaterra, já procurara utilizar as auto-estradas como elementos estruturadores urbanos.Por sua vez, *sir* Alker Tripp (1883-1954) desenvolvera o conceito do "precinto residencial", de onde o tráfego direto externo seria excluído em algumas áreas da cidade. Outro clássico projeto metropolitano foi o *Plano Geral de Estolcomo*, realizado por Sven Markelius (1889-1972) entre 1945 e 1952. Sua resposta foi a mesma que a de Ernst May para Frankfurt, cidade de tamanho semelhante, nos anos 20: cidades-satélites como Vällingby (1950/54), Farsta (1953/61) e Skärholmen (1961/68), interligadas por um soberbo sistema de transporte público antes da massificação do automóvel e das discussões ecológicas sobre a crise de energia em quase 30 anos. Em 1961, Charles De Gaulle (1890-1970) convocou Paul Delouvrier (1914-1995) para liderar uma equipe na elaboração de um novo plano de Paris que, aos moldes de Estocolmo, deveria ter novas cidades-satélites, interligadas pela RER-160, planejada em forma de "H", com uma linha principal Leste-Oeste ramificada em cada uma das pontas, ligando não apenas os satélites planejados, mas também os novos centros intra-urbanos, como *La Défense* (HALL, 2002).

[31] O principal antecedente dos *Modelos Operativos Urbanos* – MOU foi o de Ira S. Lowry, formulado em 1964 para a região de Pittsburgh EUA, e que consistia em uma série de 12 avaliações que se utilizava para derivar a localização da população e do emprego (industrial, comercial e de serviços) em zonas urbanas. R. A. Garin reformulou este modelo, integrando explicitamente as teorias de interação espacial e de base econômica, resultando no *Modelo de Garin-Lowry* (1966), o qual se tornou a base de inúmeros MOU posteriores: o Modelo Metropolitano de Pittsburgh (Tomm); os de usos do solo para São Francisco BASS e *Projective Land Use Model* – PLUM; os de Santa Clara, Havaí e Vancouver; o pacote de modelos integrados de transporte e usos do solo (ITLUP) usado na Filadélfia, Seattle, Houston e Washington na década de 1980; o Modelo MEPLAN desenvolvido no Reino Unido e em constante aperfeiçoamento desde então; o pacote *Leeds Integrated Land Use-transport Model* – LILT usado na planificação da região de Leeds, na Inglaterra; o modelo desenvolvido por M. Wegener para a região de Dortmud na Alemanha; o pacote de modelos desenvolvidos por De la Barra para a planificação de várias cidades da América Latina e outros que registra a literatura recente. (GARROCHO & ALVAREZ, 2005).

Em 1967, de acordo com HALL (2002), um crítico britânico, Richard Bolan, iria declarar que "o planejamento de sistemas era o planejamento abrangente ultrapassado que fingia estar por dentro do assunto; ambos, de igual maneira, não levavam em consideração a realidade política". A reação imediata da esquerda foi a de convocar os próprios planejadores para virarem a mesa e praticarem o planejamento "de baixo para cima", transformando-se, para tanto, em "planejadores-orientadores". Deste modo, os *advocacy planners* interviriam das mais variadas maneiras: ajudariam a informar o público sobre as alternativas urbanas; forçariam as secretarias de planejamento a competirem pelo subúrbio; e ajudariam os críticos em realizar e implementar planos que fossem superiores aos oficiais.

Em contrapartida, a concepção de Alfred Weber sobre planejamento forneceu algumas das fundações filosóficas do chamado "aprendizado social" ou *enfoque neo-humanista* dos anos 70 que salientava a importância do conhecimento de sistemas no auxílio da confrontação com um ambiente turbulento. Já para John Friedman, da *University of California*, em Los Angeles, acabou fazendo com que toda a atividade política se desintegrasse na decisão de diminutos grupos políticos, através de um violento retorno às raízes anarquistas do planejamento. Paralelamente, ocorreu um notável ressurgimento de estudos marxistas. Na Inglaterra e nos EUA, os geógrafos David Harvey (1935-) e Doreen E. Massey (1938-) ajudavam a explicar o crescimento e a transformação urbana em termos de circulação do Capital. E na França, Henri Lefébvre (1901-1991) e Manuel Castells (1942-) desenvolveram teorias sociologicamente embasadas. Nos infindáveis debates neomarxistas que se seguiram, uma questão crítica dizia respeito ao papel desempenhado pelo Estado[32].

Nas décadas de 1960 e 1970, os planejadores urbanos foram progressivamente passando do ponto de vista meramente físico para o social e o econômico. Lefébvre foi um dos primeiros pensadores franceses que discutiu as questões urbanas no quadro do materialismo histórico, procurando ultrapassar os problemas encontrados na Sociologia urbana, onde predominavam as concepções derivadas da *Escola de Chicago*, além de ser um dos maiores difusores do marxismo na

[32] Na França, segundo HALL (2002), Jean Lokjine e outros afirmavam que a principal e expressa preocupação do Estado era, através de estratagemas tais como planejamento macroeconômico e correlato investimento em infra-estrutura, calçar e incentivar os produtivos investimentos diretos do Capital privado. Castells, ao contrário, argumentava que a função principal do Estado era suprir o consumo coletivo – como habitação popular, educação e transporte de massa –, ajudando a garantir a reprodução da força de trabalho e abafando a luta de classes, essenciais para a manutenção do sistema. Em suma, o planejamento seria "uma resposta historicamente específica e socialmente necessária às tendências autodesorganizadoras das relações sociais e de propriedade privatizadas, típicas do capitalismo, à medida que estas surgem no espaço urbano" (DEAR & SCOTT, 1999; apud HALL, 2002). Não poderia ir além de modificar alguns parâmetros do processo de urbanização, já que não pode mudar sua lógica intrínseca e remover a contradição entre acúmulo de bens privados e ação coletiva. Para alguns críticos inflexíveis como Philip Cooke, a teoria do planejamento deveria evitar qualquer prescrição, colocando-se inteiramente fora do processo urbano, que é reflexo de forças históricas. Alguns, porém, mostraram-se agudamente conscientes do dilema, como John Forester (1929-), que tentou resolvê-lo baseando toda uma teoria da ação planejadora no trabalho do filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-). Habermas afirmara que o capitalismo tardio justificava sua própria legitimidade tecendo à sua volta um complexo conjunto de distorções comunicacionais, destinadas a ocultar e a iludir qualquer compreensão racional de suas próprias atividades. Argumentava ele, os indivíduos tornaram-se impotentes para compreender como e por que agem, sendo excluídos de todo o poder de influírem em suas próprias vidas. Habermas afirma que a política ou o planejamento democrático exige o consentimento que brota dos processos da crítica coletiva, não do silêncio ou de uma linha de partido (HABERMAS, 1999).

França. A partir de 1968, do mundo rural passou a pesquisar a cidade[33] e, em suas formulações, esta aparecia subordinada à lógica da reprodução do capital, enquanto seu cenário e suporte. Seguindo Marx, compreendia a cidade como aglomeração da população, dos instrumentos de produção, dos prazeres e das necessidades, considerando-a um problema novo, sobre o qual era necessário empreender pesquisas.

Em *La pensée marxiste et la ville* (*A cidade do capital*, 1972), oferecia um instrumental heurístico importante para a análise dos mecanismos de democratização da cidade, enfatizando as categorias de produção, na sua acepção restrita e ampliada; e as relações de produção. Além disto, trabalhava a propriedade do solo e a renda fundiária no quadro urbano, focalizando a formação, realização e distribuição da mais-valia. Henri Lefébvre já antecipava como as forças produtivas atingiram uma tal potência para a produção do espaço em escala mundial, que criariam uma contradição principal – o espaço produzido globalmente e suas fragmentações, pulverizações e despedaçamentos –, resultante das relações de produção capitalistas (LEFÉBVRE, 2003; 2001a; 2001b).

Quanto ao sociólogo catalão Manuel Castells, este se tornou uma das maiores autoridades na análise das novas tecnologias e seu impacto sobre as sociedades urbanas, particularmente por fazê-lo sob o foco marxista das questões sociais e políticas. Suas contribuições iniciaram-se com *La cuestión urbana* (*A questão urbana*, 1974) e prosseguiram até sua trilogia sobre *La era de la información* (*A era da informação*, 1999). Segundo CASTELLS (2000), a questão urbana possuiria três instâncias: a *ideológica*, da qual viria a "cultura urbana", marcada pela heterogeneidade e pelo associativismo, perpassando todos os elementos da estrutura espacial; a *político-jurídica*, que se caracterizaria por ser uma "superestrutura" que busca legitimar o sistema capitalista e onde se destaca a inadequação entre a política e a especificidade do conteúdo social – já que a política relacionar-se-ia com poder que, no capitalismo, manifesta-se no poder econômico –, resultando nas questões de classe; e a *econômica*, ligada diretamente com o urbano, já que a este conotaria os processos de reprodução da força de trabalho. Deste modo, o "sistema urbano" não seria mais que a articulação de instâncias de uma estrutura social dentro de uma unidade reprodutora de força de trabalho, ou seja, instâncias intra-urbanas, cuja função seria a de organizar as relações entre os elementos da estrutura espacial.

---

[33] Sobre o fenômeno urbano, Lefébvre escreveu *Le droit à la ville* (*O direito à cidade*, 1968), *Du rural à l'urbain* (*Do rural ao urbano*, 1970), *La révolution urbaine* (*A revolução urbana*, 1970), *Espace et politique* (*Espaço e política*, 1972) e La *production de l'espace* (*A produção do espaço*, 1974), entre outros. Antes disso, já havia produzido vários textos sobre marxismo, entre os quais *Le matérialisme dialectique* (*O materialismo dialético*, 1939), *Pour connaitre la pensée de Marx* (*Para conhecer o pensamento de Marx*, 1948) e *Sociologie de Marx* (*Sociologia de Marx*, 1966). Foram igualmente importantes seus estudos sobre uma teoria do espaço urbano que o colocava embasado na experiência individual do habitante, perseguindo os nexos existentes entre espacialidade e experiência, então analisados a partir de um cruzamento entre marxismo, fenomenologia e existencialismo (Ver CAPÍTULO 3). Para tanto, foram fundamentais seus livros sobre a vida cotidiana, sendo os principais: *Critique de la vie quotidienne: introduction* (*Crítica da vida cotidiana: introdução*, 1958), *Fondements d'une sociologie de la quotidienneté* (*Fundamentos de uma sociologia do cotidiano*, 1961) e *La vie quotidienne dans le monde moderne* (*A vida cotidiana no mundo moderno*, 1968). Alguns de seus conceitos influenciaram os situacionistas, com os quais manteve alguns contatos, tanto pessoais como intelectuais (DUARTE, 2005).

Posteriormente, concluiu que três processos independentes teriam começado a se formar no final dos anos 60 e princípios dos 70, os quais convergiriam para a "gênese de um novo mundo": a *revolução das tecnologias da informação*, que atuaria remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência do *informacionalismo* – que teria uma importância igual ou superior à da *Revolução Industrial* –; a *crise dos modelos de desenvolvimento econômico*, tanto do capitalismo quanto do estatismo, o que fez com que ambos a se reestruturarem – levando a uma nova forma do *capitalismo informacional*, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, uma flexibilidade organizacional e um maior poder para o gerenciamento em suas relações com o trabalho –; e o *florescimento de movimentos socioculturais*, como o feminismo, o ambientalismo, a defesa dos direitos humanos e das liberdades sexuais, os quais se iniciaram em 1968 e reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, revoltando-se contra a injustiça e procurando a liberdade necessária para a experimentação pessoal[34] (CASTELLS, 1985).

Se em 1955, segundo HALL (2002), o planejador recém-formado típico debruçava-se sobre a prancheta para produzir um diagrama sobre usos do solo desejados; em 1965, analisava os dados de saída do computador sobre modelos de tráfego; em 1975, a mesma pessoa ficava conversando até tarde da noite com grupos comunitários, na tentativa de organizar-lhes a resistência contra as forças hostis do mundo lá fora. Em meados dos anos 70, era preciso uma nova teoria que procurasse servir de ponte entre as atuais estratégias de planejamento e os sistemas urbanos, físicos e sociais, aos quais estratégias se aplicassem.

No último quartel do século passado, surgia a necessidade de co-existir ambos os conceitos: o da cidade como estrutura de forças sociais, econômicas e políticas, as quais determinam suas condições e características de desenvolvimento; e o da cidade como espaço físico em que se habita, vivifica e transforma (KOHLSDORF, 1985). Nascia o *urban design* – ou o "desenho urbano"–; que consistiria na interpretação, através da linguagem arquitetônica, do contexto urbano visando tanto objetivos estético-formais como sócio-funcionais; e que considera comportamentos, hábitos e processos da população, a manter ou modificar, de acordo com metas sociais e culturais explícitas.

---

[34] Para CASTELLS (2003), a interação desses três processos, paralelos mas independentes, durante o último quartel do século XX, produziu uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência – individual e social –, que acabaram produzindo uma nova sociedade caracterizada por uma nova estrutura social dominante – a *network society* ou "sociedade-rede" –, uma nova economia – a *economia informacional global* – e uma nova cultura – a *cultura da virtualidade real*. O atual conjunto de tecnologias da informação e comunicação, baseadas na microeletrônica e na engenharia genética, estaria hoje transformando o próprio tecido social, permitindo a formação de novas formas de organização e interação social através das redes de informação eletrônicas. A humanidade teria entrado em um *paradigma tecnológico informacional*, no sentido dado por Thomas Kuhn (1922-) às revoluções científicas, isto é, um intervalo que induz um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, da sociedade e da cultura. As principais características desse novo paradigma seriam: a *informação* é a matéria-prima fundamental; a *penetrabilidade* universal dos efeitos das novas tecnologias; a *lógica de redes*, adaptada à crescente complexidade das interações e a modos imprevisíveis de desenvolvimento; a *flexibilidade*, entendida como a capacidade de reconfiguração constante sem destruir a organização; e a *convergência* de tecnologias específicas em um sistema altamente integrado.

A cidade tornou-se não somente campo de investigação e reflexão, mas também de aplicação e transformação através do projeto. Buscando a melhoria de vida das pessoas nas cidades, procurou-se dar forma ao espaço urbano, sem abandonar a interação entre as disciplinas do campo das ciências humanas e aquelas ligadas aos processos de decisão e de implementação política[35]. Essa nova fase de estudos urbanos caracterizou-se principalmente por uma postura humanista e diferente dos princípios racionalistas anteriores ao período do segundo pós-guerra; uma maior perseguição das relações entre causa e efeito na área do *urban planning*; e um enfoque metodológico que desprezava a aplicação de modelos e acentuava a participação dos usuários na análise e na configuração dos espaços onde se vivia.

Desse modo, surgiram várias críticas em relação ao urbanismo moderno, principalmente quanto à utilização do *zoning* como instrumento de racionalização do espaço urbano. Basicamente, segundo KOHLSDORF (1985), pode-se destacar duas correntes que se afirmaram no decorrer dos anos 60 e especialmente 70: o *comportamentalismo* e o *psiquismo*. Enquanto o primeiro – também chamado de *determinismo* –, propunha-se a estudar os supostos efeitos da cidade enquanto espaço construído sobre o comportamento humano[36], o segundo abordava os aspectos psicológicos das relações entre os indivíduos e o ambiente urbano, colocando seus objetivos na área psicológica e diluindo consideravelmente as influências deterministas[37].Autores como Gordon Cullen (1914-1994), Jane B. Jacobs (1916-) e Kevin R. Lynch (1918-1994) passaram a defender a questão da necessidade de espaços de convivência e de significado simbólico dentro da cidade contemporânea.

---

[35] Hoje, a cidade deve ser compreendida como o lugar urbano onde ocorre um fluxo dinâmico de processos (sociais, políticos e econômicos), os quais induzem a transformações em sua estrutura física, como adições, eliminações e reordenações; fenômenos possíveis de serem previstos pelo planejamento ou remediados através do projeto. Em sua concepção contemporânea, o *espaço urbano* é explicado como um conjunto de diferentes usos da terra, justapostos entre si, o que resulta em algo, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado; reflexo e condicionante social. Esses usos produzem distintas áreas, as quais representam a organização espacial da cidade e que são constituídas através do processo de urbanização. Tais áreas podem ser centrais ou periféricas: industriais, comerciais ou residenciais; de trabalho ou de lazer; constituindo-se diferentemente em termos de forma e de conteúdo social, havendo conexões indissolúveis entre a forma espacial e a estrutura socioeconômica; os processos e as funções urbanas. Deste modo, a grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, tais como a acumulação de capital e a reprodução social, os quais criam funções e formas espaciais próprias, ou melhor, atividades distintas e suas materializações, cuja distribuição territorial constitui a própria organização espacial urbana (CORREA, 1995).

[36] Surgidos na década de 1950, os defensores do comportamentalismo passaram também a ser conhecidos como *urbanistas da higiene mental*, cujas principais preocupações limitavam-se às garantia da segurança emocional dos usuários e às influências da primeira infância e da Psicologia Social. Nos anos 60, o *environmentalismo* veio substituir as determinações comportamentais pelas influências do meio ambiente sobre seus usuários e, em um enfoque possibilista ou mesmo pragmático, considerava o meio ambiente como um conjunto de possibilidades e limitações ao homem, o qual teria a capacidade de transformar a natureza. Nesta corrente, não se trabalhava com as estruturas sociais ou culturais, pois não se definiam os usuários nas situações estudadas através de suas características reais, ou seja, de classes sociais. Era feito mais um levantamento de algumas influências do meio ambiente sobre o comportamento de seus usuários (KOHLSDORF, 1985).

[37] Situados no final dos anos 60, os defensores do psiquismo consideravam o meio ambiente como algo psíquico ou percebido, a partir da decodificação pelos indivíduos e do estabelecimento de sinais comunicativos. Conforme KOHLSDORF (1985), foi dentro deste contexto que surgiu o chamado *ecologismo*, o qual considerava o edifício ou mesmo a cidade como meio que interage com outros fatores e que influencia outras inter-relações. As preocupações estavam nas idéias de privacidade, orientabilidade e noção de território; além dos efeitos de aglomeração e do sentido de "qualidade ambiental" (soma entre os aspectos sensoriais do meio e qualidades estéticas). Tratava-se de um enfoque que dava mais ênfase aos aspectos visuais do que aos requisitos funcionais do meio urbano, fundamentando-se em discussões sobre imagens mentais e visões seriais.

Não se pode deixar de mencionar a contribuição dos italianos à questão do urbano, principalmente a partir da publicação de *L'Architettura della città* (*A Arquitetura da cidade*, 1968), de Aldo Rossi (1931-1997); e a experiência empreendida através da *Operazione Bologna*, que introduziu diretrizes para a recuperação do patrimônio edificado em meados dos anos 60. Conforme ROSSI (2001), a cidade pode ser entendida como uma grande manufatura, a qual se desenvolve com o tempo a partir da inter-relação entre os *fatos urbanos* – suas ruas, praças, edifícios, bairros, etc. – caracterizados por uma arquitetura ou forma própria. A individualidade de cada fato urbano residiria nesta sua forma, complexa e organizada no espaço e no tempo, a qual nasceria da vida inconsciente, primeiramente no nível da comunidade, ou seja, coletivamente; e depois do indivíduo, particularmente.

Na teoria rossiana, a constituição de um fato urbano e sua memória teria natureza coletiva, ou seja, seus princípios e meios de ação seriam transmitidos coletivamente ou por tradição, embora contenham promotores individuais. A cidade seria o *locus* da "memória coletiva", ligada a acontecimentos e lugares e responsável pela transformação do espaço por obra da coletividade. As cidades modificar-se-iam no decorrer do tempo, com velocidade variável e conforme muitas forças que vêm nela intervir, seja de natureza econômica, política ou outra. Geralmente, os planos seriam as operações realizadas pela municipalidade, de maneira autônoma ou associada à esfera privada, que prevêem, coordenam e operam sobre os aspectos espaciais de uma cidade. Contudo, segundo ele, ultimamente, a conformação de novos fatos urbanos tem carecido da precisão de uma série de elementos, o que teria gerado uma série de reações não espontâneas nas cidades[38] (ROSSI, 2001).

No segundo pós-guerra, a reconstrução das cidades européias não só acendeu o debate sobre a restauração e renovação das áreas destruídas pelo conflito mundial, como iniciou uma série de ações de renovação urbana – ou *urban renewal* – que passaram a dominar as intervenções urbanísticas até os anos 70. Muitas dessas ações tiveram conseqüências terríveis para a vida dos centros históricos, que foram abandonados ou transformados em objeto de especulação. Diante desse processo de degradação física e social que parecia irreversível, surgiram políticas públicas de revalorização desses

[38] De acordo com ROSSI (2001), as teorias de desenho urbano buscariam configurar e construir um ambiente homogêneo coordenado e contínuo de modo a se apresentar com a coerência de uma paisagem. Entretanto, investigariam leis, motivos e ordens que não surgem da realidade histórica da cidade como ela é, mas vêm ligados a um plano ou desenho geral de como ela deveria ser. Deve-se atentar para a importância da forma e dos processos lógicos da arquitetura, a qual possui a capacidade de assumir valores, significados e usos diversos. "A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade". Alguns fatos urbanos, mesmo tendo perdido sua função, teriam seu valor residente na sua forma, que participa intimamente do aspecto geral da cidade; um elemento temporal. As cidades cresceriam mediante a contínua tensão dos *elementos primários*; obras que se constituem em um acontecimento originário na conformação urbana e que permanecem e se caracterizam no tempo, inclusive transformando sua função ou negando a originalidade até se constituir em um fragmento da cidade. São *elementos primários* de uma cidade aqueles que funcionariam como núcleos de agregação, participando de sua evolução no tempo de maneira permanente e identificando-se com os fatos que a constituem. Seriam as atividades fixas – os edifícios comerciais e públicos – que têm caráter coletivo e de natureza essencialmente urbana, sendo elementos capazes de acelerar o processo de urbanização e caracterizando inclusive a transformação espacial do território. Somente compreendendo o *monumento* como fato urbano singular e permanente – ou opondo-o a outros fatos urbanos – poder-se-ia estabelecer um sentido na arquitetura da cidade. Para ele, a forma arquitetônica da cidade deveria ser exemplar em cada monumento, embora cada um dos quais seja uma individualidade em si. Em suas palavras, "a arquitetura pressupõe a cidade".

centros, sendo a cidade de Bolonha, na Itália, um exemplo pioneiro com a realização de um projeto de reurbanização em meados da década de 1960. Implementado pelo governo municipal, recolocava seu centro histórico como o definidor da política urbana da cidade como um todo, retomando o significado da área central como elemento irradiador da ordenação urbana.

Visando melhorar as condições de vida urbana e contando com amplo apoio popular, as principais medidas efetivadas incluíam a revisão das leis de uso do solo urbano e zoneamento; a criação de novos espaços públicos para descongestionar o núcleo histórico; e a promoção de "corredores" para instalação das novas redes de infra-estrutura e serviços. Do plano de Bolonha, deve-se destacar a definição clara entre espaços de uso coletivo e privado, além do controle da densidade de ocupação do solo; medidas destinadas a controlar a custosa expansão urbana e a especulação com os terrenos nobres localizados nas colinas que rodeiam seu centro histórico. A proposta de recuperação do estoque construído para uso dos moradores locais foi a grande bandeira política dos administradores da municipalidade e intelectuais da chamada *Conservação Integrada* – CI, influenciando várias ações *a posteriori*, segundo as quais, em virtude de seu notável patrimônio econômico edificado – que não pode ser desperdiçado, abandonado ou deixado nas mãos da especulação – os núcleos urbanos históricos passaram a ser considerados bens culturais inalienáveis[39].

Entre as críticas sobre os pressupostos do urbanismo moderno, destacavam-se aquelas que apontavam para o fato de ter ocorrido a supressão de valores individuais, culturais e históricos; além da padronização das formas de habitação, com conseqüente perda de identidade, da priorização do sistema viário em detrimento da escala humana, da estandartização e racionalização de equipamentos urbanos, e da descontinuidade visual devido ao predomínio de áreas verdes. Isto – somando às discussões ecológicas que marcaram o ambiente histórico do final da década de 1960 e, principalmente, os anos 70 –, serviu de base para o nascimento do *new urbanism* ou *urbanismo neo-tradicionalista*, corrente de bases norte-americanas, que passou a defender a requalificação e revalorização de áreas urbanas através do resgate de formas tradicionais, reafirmando conceitos como os de comunidade, lugar, história, memória, uso misto e qualidade ambiental.

[39] Pode-se dizer que a história da valorização dos bens históricos, arquitetônicos e urbanísticos teve início na Europa em meados do século XVIII, quando do desenvolvimento dos métodos científicos para escavações arqueológicas, que possibilitaram a descoberta e o estudo mais rigoroso dos monumentos antigos. No século XIX, com o movimento romântico e seu interesse pelas obras medievais, apareceram as primeiras propostas para a recuperação de monumentos, porém, foi somente a partir do *Movimento Moderno* (1915/45), especialmente com a *Conferência de Atenas* de 1931, que as questões da preservação e do restauro adquiriram a amplitude de políticas gerais, estabelecendo-se métodos e posturas para o tratamento dos bens arquitetônicos, ao mesmo tempo em que inseriam os edifícios históricos no contexto da paisagem urbana. Contudo, foi com a experiência de Bolonha, o "berço da conservação urbana", que as ações,. ligadas à recuperação para uso social e à criação de uma legislação para evitar as transformações de caráter espontâneo, tornaram-se comuns a outros planos urbanísticos desenvolvidos nos anos 70 e 80. Como exemplo está Barcelona, que viveu experiências importantes a partir de planos populares, como o do *Casc Antic*. Além disso, Paris, Londres, Nova York, Baltimore e Toronto, entre outras cidades na Europa e na América, realizaram projetos de revalorização de áreas históricas, marcados pelo reaproveitamento de antigos edifícios e por sua integração às construções contemporâneas.

1.3 PÓS-MODERNISMO, MEGACIDADES E SUSTENTABILIDADE

Quando Jane Jacobs lançou o seu livro *Death and life of great american cities* (*Morte e vida das grandes cidades americanas*, 1961), talvez não tivesse idéia do impacto que teria entre os arquitetos, urbanistas e políticos, alterando os rumos do *planning* no final do século XX. Para atacar o urbanismo moderno ortodoxo – e principalmente seus autores, como Howard, Geddes e Le Corbusier, a quem chamou de "descentralizadores" – ela usou o contexto do programa norte-americano de renovação das áreas centrais das cidades, que utilizava megaprojetos de reurbanização, nos quais uma arquitetura burocrática e monumental; viadutos, túneis e elevados; vias expressas e arranha-céus configuravam a nova paisagem das grandes cidades[40]. Identificando no cotidiano dessas metrópoles as razões de sua violência, sujeira e abandono – frutos do esquematismo dos modos de vida moderna que os planejadores previam em seus modelos ideais –; e observando uma vida rica e densa de significados no caos e microcosmos dos bairros populares, concluiu pela vitalidade urbana, baseada na diversidade funcional, acompanhada pela alta concentração; valorização de esquinas e percursos; subvenção de moradias; e multiplicidade de tipos de edificações, estilos e usos combinados (JACOBS, 2001).

> A sua tese central é bastante clara: o grau de *urbanidade* de uma cidade, de uma metrópole ou de um bairro depende intrinsecamente do grau de *vitalidade urbana* ali presente. Vitalidade e decadência não estão no texto de Jacobs em oposição simples, menos ainda em sucessão temporal. Para ela, manejar a complexidade urbana através de planos e projetos é uma tarefa séria e necessária. Suas análises, histórias, exemplos e citações têm como eixo o reconhecimento das ações e situações urbanas capazes de gerar ou de destruir essa vitalidade primordial. Relacionando as atividades e os seus espaços, procura mostrar com muitos argumentos que as atividades regem a vida urbana e que os espaços que as acolhem devem estabelecer com elas relações de compromisso e aliança (MEYER, 2001:55).

---

[40] Nos EUA, o processo de renovação urbana teve início por volta dos anos 40, seguindo a tradição do planejamento "de cima para baixo", baseado em critérios de desempenho técnico, bem representados nos esquemas de remodelação de áreas e implantação de vias-expressas. Robert Moses (1888-1981) foi seu maior expoente, considerado por muito, após cerca de 50 anos de atividades, "o maior construtor da América". Em Nova York, além de conjuntos habitacionais, construiu inúmeros viadutos, túneis e pontes, sem contar as várias *parkways* – inovação viária tipicamente americana, usada pela primeira vez por Frederick Law Olmsted (1822-1903), em 1858, no seu projeto para o *Central Park*, mas que foi muito empregada pelos paisagistas no planejamento de parques e novas áreas residenciais em Boston, Chicago e Kansas City –, que adquiriram novas funções: "limpar" zonas urbanas degradadas, além de dar acesso rápido da cidade-base congestionada tanto aos novos subúrbios quanto às áreas de lazer rurais ou litorâneas (Ver CAPÍTULO 5). De modo a reservar os balneários que criou nos terminais de suas *parkways*, Moses construiu os viadutos baixos demais propositadamente, impedindo com isto que tanto ônibus quanto caminhões passassem sob os vãos, permitindo acesso apenas à classe média e aos proprietários de automóveis. Até a crítica empreendida por Jacobs, os programas de remodelação urbana foram amplamente aplicados, o que promoveu um profundo processo de elitização, através da expulsão de minorias, idosos, locatários e a classe trabalhadora. A partir de programas de "cessão de ponto residencial/comercial", estruturas deterioradas foram praticamente entregues de mão beijada a pretensos restauradores. Em New Haven, Conn., o resultado foi a demolição de uma das mais importantes – e negras – áreas de cortiço para a construção de escritórios centrais. Em Pittsburgh, Fil., a *Urban Renewal Authority* – URA ("Secretaria Incorporada Autônoma para Remodelação Urbana") foi instituída em 1946, com poderes até então jamais conseguidos para desapropriar com finalidades urbanísticas. E San Francisco, Cal., segundo HALL (2002) foi outro caso clássico, através da *San Francisco Redevelopment Agency* – SFRA ("Secretaria de Reurbanização de San Francisco"), de 1948, que dirigida por Justin Herman em 1959, implementou o saneamento de diversas áreas, acarretando a remoção de seus habitantes. Estes acabaram se organizando e encontraram um líder na pessoa de George Woolf, sindicalista de 80 anos que, em 1970, após épica batalha judiciária, forçou a SFRA a concordar em construir unidades de aluguel mais baixo.

Contra o bucolismo das "cidades-jardins" ou o funcionalismo corbusieriano, Jacobs mostrava-se convencida que a cidade grande significava caos. Sem indicar nenhum modelo urbano, acreditava que o *planning* deveria partir das ruas em suas interações econômicas locais, encarando o bairro a partir de uma visão *button-up* ("de baixo para cima"). Sua configuração deveria ser pensada em uma ótica que partisse das relações socioeconômicas e culturais do local; e não de um modelo ideal (GARRIDO, 2005). Para ela, haveria quatro condições indispensáveis para se gerar a "diversidade" que conduz à "vitalidade" urbana: cada bairro deveria atender as necessidades socioeconômicas de seus habitantes, garantindo a circulação em variados horários e destinos diversos, utilizando sua infra-estrutura de serviços; quadras e ruas deveriam ser curtas, com o maior número possível de esquinas possibilitando ampla visibilidade e desfavorecendo a ação de meliantes; edifícios novos e antigos, em estados de conservação variáveis, deveriam coexistir em uma mistura compacta, gerando variados rendimentos econômicos e interesses sócio-culturais no local; e, finalmente, deveria haver uma densidade alta de pessoas nos mais variados negócios, incluindo os moradores[41].

Na Inglaterra dos anos 60, uma série de relatórios – o de Milner Holland (1965) sobre a habitação em Londres; o de Plowden (1967) sobre escolas primárias; o de Seebohm (1968) sobre serviços sociais – marcou a redescoberta oficial da pobreza por parte do *establishment* britânico. Os *Community Development Projects* – CDP ("Projetos de Urbanização Comunitária") de 1969, decalcados dos EUA, visavam despertar a consciência das comunidades carentes locais. Porém, em 1976, o experimento cessou abruptamente. As equipes CDP proclamavam que o problema – de Saltley em Birmingham; ou Benwell em Newcastle-upon-Tyne – era "estrutural": uma nova palavra, em voga na universidade, passava a integrar o vocabulário urbanístico. A orientação e controle do crescimento urbano foram repentinamente substituídos pela obsessão de encorajá-lo a todo custo (HALL, 2002).

Desde então, a receita mágica para a revitalização urbana parecia consistir em um novo tipo de parceria criativa entre o governo municipal e o setor privado. Na Inglaterra, os *yuppies* – ou *young urban professional people* ("jovens profissionais urbanos') – elitizariam as degradadas áreas residenciais vitorianas próximas do centro; e injetariam seu dinheiro em butiques, bares e restaurantes restaurados. James Rouse (1999-) já era célebre, no final dos anos 60, como o empreendedor que construíra *Columbia*, uma das mais ambiciosas novas cidades realizadas pela iniciativa privada nos EUA. Contudo, o papel desempenhado por ele no *Inner Harbor* de Baltimore e nos esquemas equivalentes do *Quincy Market* e *Boston Waterfront* assinalava algo diferente.

---

[41] As idéias de Jacobs foram complementadas, entre outros, com o lançamento de *The image of the city* (*A imagem da cidade*, 1960), de Kevin Lynch, que introduzia os conceitos de continuidade, legibilidade e identidade urbanas; e de *Townscape* (*Paisagem urbana*, 1961), de Gordon Cullen, a partir da noção de "visão serial". Como primeiro registro prático dessa nova postura profissional – o planejador como mero agente da vontade do povo – tem-se o projeto comunitário realizado pelo *Architectural Renewal Committee* – ARCH ("Comitê de Remodelação Arquitetônica"), no Harlem, Nova York, fundado em 1963 para lutar contra uma via-expressa proposta de Robert Moses. Como conseqüência, após as desordens de 1964/67, o governo de Lyndon B. Johnson (1908-1973) redobrou seus programas urbanos contra a pobreza, resultando no *Cities Model Program*, ao qual se associou o *Community Development Program* ("Programa de Urbanização Comunitária").

Além de maiores, incorporavam uma nova combinação de atividades: recreação, cultura, compras e habitação para moradores de renda mista. Baseavam-se no novo conceito de "reutilização adaptável": recuperação e reciclagem de antigas estruturas físicas para novos usos, o que foi exemplarmente aplicado em áreas como a de *Covent Garden*[42], em Londres (FIG. 1.22); ou do *Forum des Halles*[43], em Paris. A "rousificação" envolvia a criação deliberada da "cidade-como-palco". Como o teatro, ela copiaria a vida real, mas não seria vida urbana de verdade.

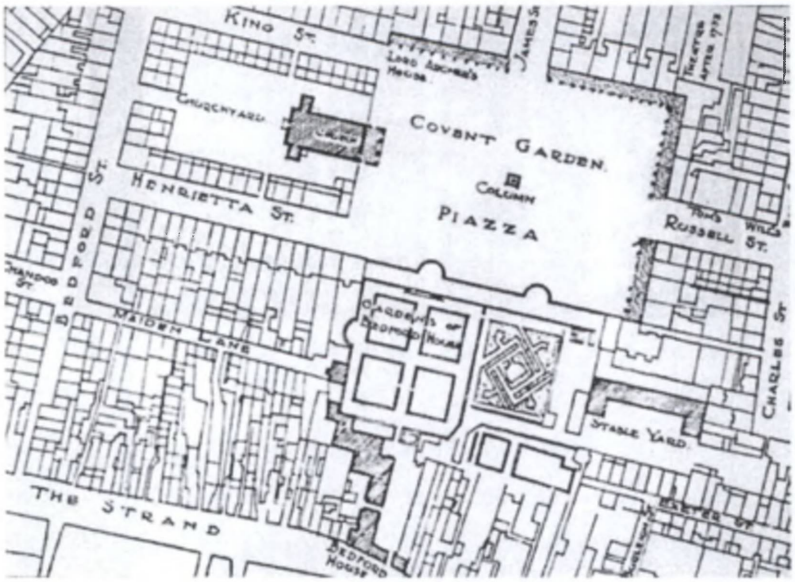


FIGURA 1.22 – Plano de *Covent Garden*, Londres: Praça projetada originalmente em 1631, por Inigo Jones (1573-1655), passou por uma remodelação completa. (**FONTE**: VANDYCK, 2005)

Entretanto, o caso mais espetacular foi o das *Docklands* de Londres (FIG. 1.23). O porto, outrora o maior do mundo, fora arruinado pelas disputas trabalhistas e pela transferência do comércio para outros locais do sul ao Inglaterra, como Southampton e Felixstowe, acabando por se transferir todas as operações remanescentes para Tilbury. No final da década de 1970, instaurou-se um plano de reurbanização, o qual precisava ser oportunista em relação às propostas vindas dos empreendedores. Acusado de não ser mais do que uma "yuppieficação" do *East End*, tradicional baluarte da classe trabalhadora londrina, o projeto obedecia aos modelos norte-americanos: baseava-se na idéia de usar fundos públicos relativamente modestos para alavancar uma quantia muito maior do investimento privado. Havia se iniciado uma nova era na história das cidades.

---

[42] *Covent Garden* fora, desde o século XVII, o mercado atacadista de frutas e verduras de Londres. Em 1962, uma Secretaria Autônoma assumiu a tarefa de preparar sua mudança para outro lugar, o que aconteceu precisamente em 1974. Quando os empreendedores imobiliários descobriram que restaurar custava menos da metade que reurbanizar, mas podia gerar quase os mesmos rendimentos, o comércio foi sendo substituído por *boutiques* e lojas de artesanato; e o local transformou-se em um ponto de compras da moda e zona turística.

[43] Em 1960, o governo parisiense propôs que o histórico mercado geral de gêneros alimentícios, *Les Halles*, fosse retirado do centro. Entre 1963 e 1969, organizações municipais, iniciadas pela *Société Civile d'Études pour l'Aménagement du Quartier des Halles* – SEAH, promoveram estudos para a área, até a instalação de uma nova estação de baldeação da *Rede Expressa Regional* – RER. Em 1969, os históricos pavilhões de vidro do mercado foram demolidos, mas foram precisos mais 10 anos para que a remodelação fosse executada, elitizando o local.

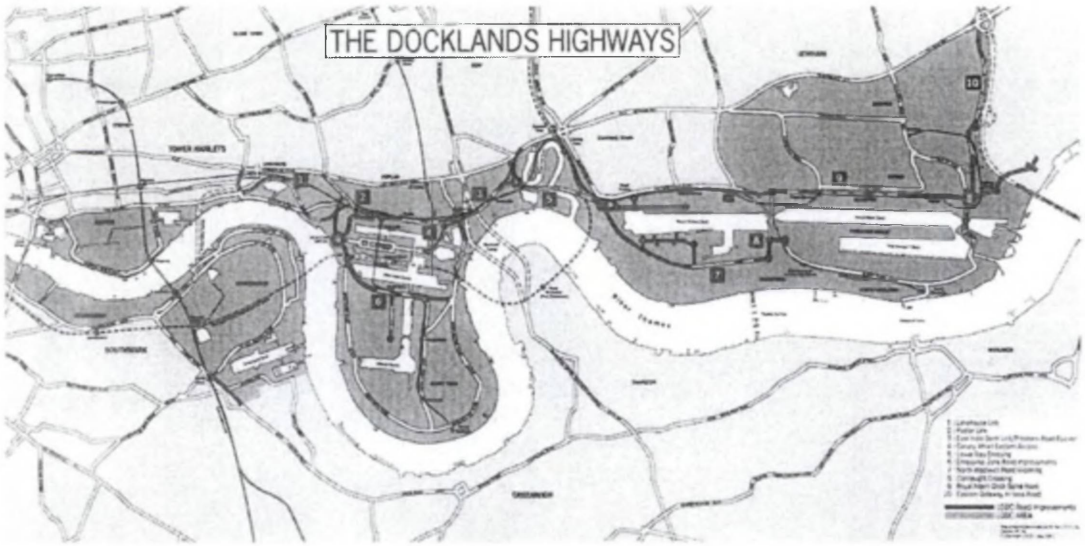


FIGURA 1.23 – *The Docklands Highways*, Londres: Ampla reestruturação, incluindo planos urbanísticos, intervenções espaciais e incentivos fiscais, através da *Millenium Comission* (**FONTE**: LDDC-HISTORY, 2005)

Em discurso proferido no congresso do *Royal Town Planning Institute* realizado em Chester, em 1977, Peter Hall (1932-) – co-autor, junto a Reyner Banham (1922-1988), Cedric Price (1934-2003) e Paul Barker (1935-), do iconoclástico manifesto *Non-plan: an experiment in freedom*, publicado nas páginas do semanário de Sociologia *New-Society*, em 1970 – chamava atenção para o problema emergente da decadência urbana:

> o melhor pode ser inimigo do bom. Se realmente quisermos socorrer as áreas intra-urbanas e as cidades em geral, talvez tenhamos que usar remédios altamente heterodoxos [...] Possivelmente um remédio extremo, a que eu daria o nome de "solução porto livre". Áreas intra-urbanas, pequenas e seletas, seriam simplesmente abertas a todo tipo de empreendimento, com um mínimo de controle. Em outras palavras, nosso objetivo seria recriar a Hong Kong dos anos 50 e 60 dentro da Liverpool ou da Glasgow intra-urbanas [...] Basear-se-ia, despudoradamente, na livre iniciativa; a burocracia seria reduzida ao mínimo absoluto (HALL, 2002:395).

Vale destacar a contribuição do arquiteto e professor da *University of Califórnia*, em Berkeley, o anglo-austríaco Christopher W. Alexander (1936-) e seus colegas do *Center for Environmental Structure*, os quais publicaram, em 1976, *A pattern language* (*Uma linguagem padrão*), onde defendiam que as pessoas poderiam projetar e construir para si suas próprias casas, ruas e comunidades. Essa idéia, que a princípio parece radical, decorria da pura observação de que a maioria das construções não tinha sido feita por arquitetos. Colocava-se como ponto central que, criando seus ambientes, as pessoas sempre contariam com certas "linguagens-padrão", que, como a linguagem falada, permitem a articulação e a comunicação de uma infinita variedade de desenhos dentro de um sistema formal que lhes dá coerência. Seria preciso redescobrir e tornar explícitos os padrões de refamiliarização das pessoas ao que se chamou *the timeless way of building* ("o eterno estilo de construir").

Em seu doutoramento, Alexander desenvolveu um programa computacional que tentava estudar e criar ambientes novos baseando-se na análise programática lógica. Tal interesse marcaria todos seus trabalhos futuros, porém substituiu os métodos informáticos de pesquisa pelo levantamento empírico na criação de *patterns* ("padrões"). Visando expandir o escopo do *designing*, aperfeiçoando-o através de uma maior flexibilização do método de projeto que, a seu ver perdeu muito com os critérios predominantemente geométricos da era industrial, Alexander difundiu uma nova forma de se pensar a arquitetura urbana.

> Aqueles de nós que estão vinculados às construções tendem a esquecer facilmente que toda a vida e alma de um espaço, todas as nossas experiências nesse lugar, não dependem simplesmente do ambiente físico, mas dos padrões de eventos que lá experimentamos [...] Nós sabemos então, que o que importa em um edifício ou em uma cidade não é a sua forma exterior, sua geometria física isolada, mas os eventos que ali acontecem [...] A ação e o espaço são indivisíveis. A ação é suportada por esse tipo de espaço. O espaço suporta esse tipo de ação. Os dois formam uma unidade, um padrão de eventos no espaço [mas] isso não significa que o espaço cria eventos, ou que ele os causa (ALEXANDER ET AL., 1976:53).

Com esse livro e os seguintes[44], Alexander voltava a atenção dos arquitetos para a construção popular e, em conseqüência, inaugurava um novo momento da arquitetura internacional através do que comumente se chamou "pós-modernismo". Em 1977, o arquiteto e crítico inglês Charles Jencks (1939-) lançava seu livro *The language of post-modern architecture* (*A linguagem da arquitetura pós-moderna*), no qual constatava a "morte" do modernismo, não centralizado nas reais exigências humanas, mas em um mítico homem moderno. Ironicamente, estabelecia como marco para isto o dia 15/07/72, às 3h32min, por ocasião da demolição do *Complexo Habitacional de Pruitt-Igoe* (1955/61), em St. Louis EUA, obra de Minoru Yamazaki (1912-1986), "conflituosa" e "racista".

Um novo panorama descortinava-se no ocidente, resultado da complexidade e contradição de linguagens, a partir de quando os arquitetos e urbanistas propuseram-se a reiterar suas relações com o grande público, respondendo nas edificações e ambientes urbanos à segurança, ao conforto, ao lazer e aos desejos mais comuns. Houve uma aproximação entre a cultura popular e a erudita "alta" cultura, na qual o pós-modernismo visava reintegrar-se à cotidianidade dos indivíduos,

---

[44] A idéia de uma "linguagem-padrão" possível foi reforçada por mais dois livros de Christopher Alexander: *The Oregon experiment* (*A experiência Oregon*, 1977); e *The timeless way of building* (*O eterno estilo de construir*, 1979). De acordo com ele, os elementos dessa linguagem seriam entidades chamadas *patterns* ("padrões"), onde cada um descreve um problema que ocorre repetidamente em nosso ambiente e o ponto central da solução desse mesmo problema. Por conveniência e clareza, cada padrão teria o mesmo formato. Ao final, uma coleção de 253 padrões, que possibilitam uma infinidade de combinações, comporiam a linguagem. Tais padrões estão ordenados: começando pelo maior, para regiões e cidades; diminuindo para bairros, vizinhanças, conjuntos habitacionais, prédios, apartamentos e dormitórios; e terminando para detalhes construtivos. Essa ordem linear era essencial para a maneira como essa linguagem trabalharia. Como na seqüência, cada padrão estaria conectado a um outro padrão maior – que vem acima na linguagem – e a um menor – que vem abaixo. Nenhum padrão seria uma entidade isolada. Além disso, cada padrão tem um nome, um diagrama do seu *layout* espacial, o propósito ou a razão da sua inclusão, e a especificação das conexões entre um padrão e outro a ele relacionado em uma escala maior ou menor. A característica do trabalho de Alexander está nas relações entre o que chama de *patterns of events* ("padrões de eventos"), que acontecem em todos os espaços; e com o espaço propriamente dito, os *patterns of space* ("padrões de espaço"), e não mais em critérios puramente geométricos.

concretizando uma relação de simultânea influência entre o produtor cultural e a população em geral, materializada através dos meios de informação e comunicação de massa (VENTURI, 2004).

> [...] o Modernismo padece de elitismo. O Pós-Modernismo está tentando superar esse elitismo estendendo as mãos para o vernáculo, para a tradição e para a gíria comercial das ruas [...] A arquitetura, em dieta forçada há cinqüenta anos, só pode se divertir e em conseqüência ficar mais forte e mais profunda (JENCKS, 1997:6).

As verdadeiras raízes da "pós-modernidade" concentraram-se na filosofia, especialmente naqueles que delimitaram sua gênese com obras provocativas por serem inovadoras e propositivas de rupturas com os padrões em vigor, como Jean-François Lyotard (1924-1998), através de *La condition post-moderne* (*A condição pós-moderna*, 1979), no qual apontava o crescente rompimento, desde os anos 50 e 60, com os ideais universais do início do século XX. Para ele, a ciência moderna afirmava que a natureza possuía uma linguagem que, se aprendida por nós de forma adequada, nos forneceria a capacidade absoluta de controlar nosso destino. Isto – somado à persuasão do nacionalismo ao colocar que os interesses de cada indivíduo seriam melhor atendidos pelos sentimentos patrióticos em relação à nação que deu a esse indivíduo seu ser no mundo – conduziu à busca de uma linguagem universal, única e moderna; a qual, entretanto, estava sendo corrompida.

A partir do segundo pós-guerra, surgiram novas condições que alteraram o estado do conhecimento nas sociedades ocidentais, deflagradas pela multiplicidade e novas formas de expressão e comunicação. Segundo ele, a sociedade de consumo, produto da era moderna, entrou em colapso, transformando-se em grupos – culturais, sexuais, étnicos, etc. – onde as necessidades e desejos humanos diversificaram-se. Nesse mundo, onde todas as velhas fronteiras econômicas dos Estados nacionais foram eclipsadas pela globalização, os grandes projetos universais dos movimentos e líderes políticos, tornaram-se supérfluos e impotentes diante da economia global, cujo controle estaria fora de seu alcance. Como efeito da incapacidade da filosofia compreender a atual sociedade e as relações humanas, delibitaram-se todas as esperanças universais até então existentes (LYOTARD, 2002).

Aliados a Lyotard[45], outros pensadores reforçaram a "condição pós-moderna", como David Harvey (1935-), com seu livro *The condition of postmodernity* (*Condição pós-moderna*, 1989); Fredric Jameson (1934-), através de *Post-modernism* (*Pós-modernismo*, 1991); e Perry Anderson (1940-), com *The origins of postmodernity* (*As origens da pós-modernidade* 1998), além do próprio Jean Baudrillard (1929-), que se tornou famoso por seus conceitos de *hiper-realidade*, que se refere à

[45] Embora ativista político marxista nas décadas de 1950 e 1960, Lyotard tornou-se o filósofo não-marxista da pós-modernidade nos anos 80, passando a examinar conhecimento, ciência e tecnologia em sociedades capitalistas avançadas, nas quais o próprio conceito de sociedade como uma forma de unicidade foi considerado em processo de perda de credibilidade. Suas idéias em *Le différend* (*A disputa*, 1983) são um antídoto valioso para o delírio totalitário de reduzir tudo a um único gênero, abafando o diferente. Isto seria o mesmo que abafar novas formas de pensamento e ação. Desenvolveu uma filosofia do diferente, onde a prova é considerada universalmente válida porque a realidade é considerada um universo (uma totalidade) que pode ser representado, ou expresso em forma simbólica. Fala em "regimes de frases" e "gêneros de discurso": como jogos de linguagem. Frases têm suas regras de formação e cada uma representa um universo (LYOTARD, 2000).

natureza virtual ou irreal da cultura contemporânea em uma época de *mass media* e intenso consumo; e de *simulacro*[46]. Para ele, a sociedade de hoje estaria entrando em uma fase de implosão, na qual as antigas classes desapareceram no que chamou de "vazio das massas", em que não se manifestariam como classes – categoria que perdeu sua força devido à proliferação de identidades possíveis –, afogando-se em tantos significados que perderam todo o significado, seja este religioso, ideológico ou de qualquer espécie (BAUDRILLARD, 2001).

A "desconstrução das metanarrativas" e a rejeição a grandes modelos explicativos, que se autolegitimam e supervalorizam um alcance global, além da necessidade de se romper com valores universalizantes foram as premissas inicialmente assumidas nesses trabalhos e que consolidaram a idéia de *pós-modernismo*[47]. Reagindo ao estabelecimento de um modelo universal, o qual se pretendia unitário e integrador, em todos os níveis, do plano estético ao sócio-político, os pós-modernos colocam-se dispostos a ressaltar diferenças:

> [...] o mundo e o conhecimento são um conjunto de múltiplos e até incompatíveis jogos de linguagem [e] qualquer idéia de compatibilizar ou até buscar um consenso entre eles representa violar o que a pós-modernidade revela de melhor,a heterogeneidade (LYOTARD, 2002: 21).

A diversidade, antes sufocada pela padronização totalitarista capaz de conduzir a produção e nortear o consumo de massa, tornou-se o elemento fundante de uma nova dinâmica espacial, propondo também uma nova constituição do urbano. Paralelamente, as mudanças tecnológicas inauguram novas relações entre tempo e espaço, o que acaba por ampliar a dimensão escalar dessas categorias tradicionais, que são recontextualizadas na fragmentação e descentralização atuais. Foram traçadas considerações que designam aspectos pós-modernos a diferentes dimensões, todas remetendo às cidades.

> A *motopia* [utopia motorizada] contou com a simpatia dos arquitetos durante grande parte do século XX (vide, por exemplo, Brasília). Projetávamos cidades e grandes cirurgias urbanas seduzidos pelo veículo de transporte individual, crentes que era uma questão de tempo todos terem um, sem pensar no que ele significava em termos de mudança de escala e de desrespeito. [Entretanto], pouco foi feito, em qualquer esfera do poder, para incentivar uma mudança de atitude em relação aos veículos automotivos (COLIN, 2004:106).

---

[46] A palavra simulacro refere-se comumente à uma representação, imitação ou aparência enganosa, até uma cópia malfeita. Para Baudrillard, em *Simulacres et simulacion* (1981), trata-se de um termo usado para "designar a simulação que não tem referente". Por exemplo, um objeto criado em programa digital que não exista concretamente no mundo material. "Os objetos, reproduzindo o real, correm o risco de o exceder. Parece haver cada vez menos realidade e mais objetos produzidos artificialmente como numa Disneylândia sem fim, que, é claro, fazem parte também dessa realidade. tornando-se, assim, metarreais" (BAUDRILLARD, 1991:11).

[47] Entende-se como *pós-modernidade* o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, artes e sociedades avançadas a partir de 1950 que, para Jürgen Habermas (1929-), relacionar-se-iam às tendências políticas e culturais neoconservadoras, determinadas a combater os ideais iluministas e os de esquerda. Nas artes, nasceu nos anos 50 e tomou corpo com a *Pop Art* nos anos 60; cresceu ao entrar na filosofia nos anos 70 como crítica da cultura ocidental; e amadureceu nos anos 80 e 90, alastrando-se na moda, cinema e música. Define-se como *pós-moderna* a condição sócio-cultural e estética do estágio do capitalismo pós-industrial, típico dos centros europeus, EUA e Japão, onde a *tecnociência* aplicada à comunicação manipula a sociedade através da saturação de informações, diversões e serviços (SANTOS, 2004).

HARVEY (1993) iniciou seu estudo identificando a transição do *fordismo*[48] para a fase atual que chamou de "acumulação flexível", apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, de produtos e de padrões de consumo, o que fez surgir setores de produção inteiramente novos, assim como novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional. Essa nova era "pós-moderna" caracterizar-se ia pela celebração da diferença, da efemeridade, da moda, do espetáculo e da mercantilização das formas culturais, além de uma intensa *compressão do tempo-espaço*, sentida através das acelerações do "ritmo de vida" – que passa a ter um sentido de rapidez e brevidade – e do "tempo de giro" dos objetos – que passam a ter uma vida útil menor, além de se tornarem descartáveis –, resultando em mudanças profundas nas relações de trabalho e de consumo, principalmente nos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade, que já tinham sido denunciados por Toffler[49], entre outros. Essa volatilidade, segundo ele, tornaria extremamente difícil qualquer planejamento a longo prazo, exigindo maior adaptabilidade (QUADRO III).

QUADRO III – DIFERENÇAS ESQUEMÁTICAS ENTRE MODERNISMO E PÓS-MODERNISMO

MODERNISMO	PÓS-MODERNISMO
romantismo / simbolismo / forma (conjuntiva, fechada)	parafísica / dadaísmo / antiforma (disjuntiva, aberta)
propósito / projeto / hierarquia	jogo / acaso / anarquia
domínio / logos	exaustão / silêncio
objeto de arte / obra acabada	processo / *performance* / *happening*
distância	participação
criação / totalização / síntese	descriação / desconstrução / antítese
presença / centração / gênero / fronteira	ausência / dispersão / texto / intertexto
semântica / paradigma	retórica / sintagma
hipotaxe / metáfora / seleção	parataxe / metonímia / combinação
raiz / profundidade	rizoma / superfície
interpretação / leitura	contra a interpretação / desleitura
significado / *lisible* (legível)	significante / *scriptible* (escrevível)
narrativa / *grande histoire*	antinarrativa / *petite histoire*
código mestre / sintoma / tipo	idioleto / desejo / mutante
genital / fálico	polimorfo / andrógino
paranóia / origem / causa	esquizofrenia / diferença / vestígio
Deus Pai	Espírito Santo
metafísica / determinação / transcendência	ironia / indeterminação / imanência

(FONTE: HASSAN, 1985 apud HARVEY, 1993: 48; adaptado)

[48] Para David Harvey (1953-), o ano "simbólico" de início do fordismo foi 1914, quando Henry Ford (1863-1947) introduziu, na linha de montagem de sua indústria automobilística, uma jornada de trabalho de oito horas e cinco dólares como recompensa, inaugurando um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e também uma nova Psicologia; em suma, um novo tipo de sociedade "democrática, racionalizada, modernista e populista" (HARVEY, 1993:121).

[49] Autor do celebrado livro *Future shock* (*O choque do futuro*, 1970), Alvin Toffler (1928-) apresentou um mundo super-industrializado baseado na transitoriedade, contraposto a uma "sociedade da permanência". Enfocando a tecnologia e seu impacto, além das reações e mudanças derivadas da revolução digital e corporativa, produziu obras polêmicas como *The third wave* (*A terceira onda*, 1980) e *Prewies & premisses* (*Previsões & premissas*, 1984). Afirmou que: "os anti-materialistas tendem a minimizar a importância das 'coisas'. No entanto as coisas são altamente significativas, não somente devido sua utilidade funcional, mas também por causa do impacto psicológico. Desenvolvemos relacionamentos com as coisas [...] As coisas afetam nosso senso de continuidade e descontinuidade. Elas desempenham um papel na estrutura das situações e o encurtamento de nossos relacionamentos com as coisas acelera o ritmo da vida" (TOFFLER, 1983:53-70).

Diante desse mundo efêmero e transitório, intensifica-se, ainda conforme HARVEY (1993), a atitude *blasée* e o bloqueio dos estímulos sensoriais já enunciados por Simmel, assim como a especialização míope, a reversão a imagens de um passado perdido – o que passa a supervalorizar memoriais, museus e ruínas – e a excessiva simplificação (na apresentação de si mesmo ou na interpretação dos eventos). No pós-modernismo, a competição no mercado da construção de imagens passou a ser um aspecto vital da concorrência entre as empresas; assim como a afirmação da chamada *massa cultural*, definida por BELL (1994) pela "institucionalização dos impulsos criativos e rebeldes". Expressando a exaustão do modernismo, Daniel Bell (1919-) considera que a *massa cultural* seria estabelecida não pelos criadores da cultura, mas seus transmissores: os que se ocupam da educação superior, atividade editorial, revistas, mídia eletrônica, teatros e museus, os quais processam e influenciam a recepção de produtos culturais ditos "sérios". Ela seria em si mesma ampla o bastante para ser um mercado para a cultura, assim como também seria a responsável em garantir a aceleração do tempo de giro por meio da produção e venda de imagens, organizando manias e modas; e produzindo os materiais populares para o público mais amplo da cultura de massas (BELL, 1994).

A década de 1980 viu florescer o *New Urbanism Movement*, que, inspirado por Jacobs e Alexander, entre outros pós-modernos, apresentou uma nova abordagem sobre a criação e a remodelação das comunidades norte-americanas. Tendo como seus maiores expoentes os arquitetos Andrés M. Duany (1949-) e sua esposa Elizabeth Plater-Zyberk (1953-), suas propostas – como *Seaside* (1981) e de *Kentlands* (1988), nos EUA (FIGS. 1.24 e 1.25) – baseavam-se na criação de "realidades" agradáveis, em uma nítida fuga dos problemas urbanos; assim como a reconstituição de ambientes do passado, através especialmente do uso de estilos múltiplos e grande variabilidade ambiental; a proliferação de comunidades fechadas em pequena escala; a ênfase em questões como segurança, conforto e tranqüilidade, a partir de uma espécie de "sociabilidade vigiada"; e o desenvolvimento de modos de controle e segregação: o "território da exclusão"[50] (DEUTSCH, 2005).

Segundo VIEIRA (2003), os efeitos mais nítidos dessa nova concepção urbanística foram: a progressiva degradação dos espaços públicos centrais (ruas, praças e centros históricos), principalmente devido à diminuição de investimentos públicos; a proliferação de programas de revitalização e/ou ressurreição de espaços centrais, através da parceria entre os poderes público e privado; a expulsão e/ou segregação socioeconômica dos moradores originais, especialmente devido à exploração fundiária desses novos locais; e a disseminação de áreas e condomínios fechados devido à crescente "eutanásia espacial", ou melhor, essa obsolescência provocada e/ou induzida de locais.

[50] Várias comunidades foram concebidas a partir dos pressupostos do *new urbanism*, principalmente a partir da década de 1980 nos EUA, tais como *Haile Village Center*, em Gainesville, Flórida; *Celebration*, em Orlando, Flórida; *Loreto Bay*, em Loreto, Califórnia; *Serenbe*, em Palmetto, Geórgia; *Harbor Town*, em Memphis, Tennessee; *King Farm*, em Rockville, Maryland; *Addison Circle*, em Addison, Texas; *Orenco Station*, em Hillsboro, Oregon; *Mashpee Commons*, em Mashpee, Massachusetts; *The Cotton District*, em Starkville, Mississippi; *The Waters*, em Montgomery, Alabama; e *Cherry Hill Village*, em Canton, Michigan; entre muitas outras.

Para FERREIRA & MARQUES (2003), hoje é possível observar novos fenômenos ocorrendo no espaço público, o qual passou a sofrer um processo de privatização, ao mesmo tempo em que ocorreu uma espécie de "publicização" do espaço privado, isto devido ao desenvolvimento de novas sociabilidades urbanas[51] (QUADRO IV). Tradicionalmente, consideravam-se *públicos* os espaços abertos a todos – e que se constituíam no palco democrático de práticas sociais, políticas, econômicas e culturais –, sendo representado principalmente pelas ruas, praças, parques, locais de lazer e de transporte urbano. Atualmente, seu conceito também se relaciona ao de novos espaços privados ou semi-privados, que abrigam a vida coletiva urbana, abertos de maneira aparentemente irrestrita ao público e que funcionam como palco de grandes eventos profissionais ou familiares. Em outras palavras, consistem em espaços coletivos abertos no interior de áreas comerciais (*shopping centers*, hotéis, museus, bufês, casas de recepção, etc.) ou mesmo residenciais (condomínios horizontais e verticais).

QUADRO IV – FENÔMENOS DE PRIVATIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Privatização do Espaço Público	**Publicização do Espaço Privado**
- Neutralização das tensões socioeconômicas	- Idealização do mundo real (hiper-realidade)
- Auto-segregação espacial da elite	- Elitização do espaço (controle e segurança)
- Refúgio da vida citadina (criação de bolhas)	- Negação da vida citadina (criação de cenários)
- Impulso anti-urbano (cidades sitiadas)	- Reprodução da cidade/natureza em escala
- Pseudo-coletividade (viver isolado em conjunto)	- Participação de experiências simultâneas
- Sobreposição do individual sobre o coletivo	- Triunfo de objetivos particulares sobre públicos
New Urbanism (ou neotradicionalismo)	***Disneificação***
- Condomínios fechados, comunidades particulares e clubes recreativos	- Parques temáticos, *shopping centers* e complexos turísticos (hotéis, *resorts*, etc.)
- Locais privativos com aspectos pretensamente públicos	- Empreendimentos culturais (museus, etc.)
	- Bufês, flats e restaurantes *self-service*

(**FONTE**: Do autor, cf. VIERA, 2003)

[51] Vale destacar a distinção que Marilena Chauí (1941-) faz entre "a esfera privada dos interesses, das paixões, vícios e virtudes e a esfera pública impessoal das leis como campo simbólico da vontade geral e dos direitos" (CHAUÍ, 2002:380). É nessa distinção entre a *esfera pública* – na qual se assenta a Política – e a *esfera privada* – onde se coloca a Ética –, que se basearia a atual crise de valores morais ou da "pós-modernidade", que afirma que o poder do Estado e a dominação de classes são ilusórios, uma vez que a realidade social está esculpida por micro-poderes que disciplinariam a vida privada e sócio-política. Não haveria mais como separar o público do privado, sobrepondo-se sempre a idéia da efemeridade, em que as relações sociais e pessoais têm uma rapidez vertiginosa. Enquanto a finalidade da Ética é a virtude e o bem, quando os fins não justificam os meios, na Política é exatamente o contrário, defendendo-se uma lógica de ação em que fins e meios têm natureza diversa. Afirma-se a adesão e obediência voluntária pelos sujeitos do espaço público e a liberdade como um modo de agir que tem a si mesmo como um fim. Deste modo, apanha-se a ética e a política simultaneamente. Dentro das discussões éticas e políticas atuais, tenta-se conciliar liberdade com circunstância; ou com contingência, colocando-a em conformidade ao necessário. Porém, a necessidade é inerente ao sujeito, é natural; já a contingência é acidental. A autora mostra a importância da criação de instituições políticas que dirijam para o bem-comum o crescimento e a expansão do interesse privado. Aponta ainda as formas para combater o despotismo, entre as quais: a ruptura com a idéia de comunidade e passagem àquela de sociedade constituindo a esfera privada, mas com aspiração à esfera pública; a ruptura com a idéia e prática teológico-política do poder político enquanto encarnado na pessoa do dirigente e passagem àquela da dominação impessoal ou racional das instituições públicas como conjunto regulador e fiscalizador da ação pública; e também a passagem da idéia medieval e romântica da Constituição como caráter e espírito de um povo ou nação àquela dela como lei maior que regula o espaço público (CHAUÍ, 2002). Outra contribuição fundamental refere-se à da socióloga Hannah Arendt (1906-1975), autora de *The origins of totalitarianism* (*Origens do totalitarismo*, 1951), ligando o desenvolvimento deste ao anti-semitismo. Foi ela quem afirmou em *Between past and future* (*Entre passado e futuro*, 1961), que palavra e ação, para se converterem em política, requerem a existência de um espaço que permita o aparecimento da liberdade (ARENDT, 2000; 1989).

O processo de privatização do espaço público teve início a partir da ascensão da burguesia do século XVIII em diante, tendo sido acelerado com a emergência da sociedade de massas do século XX, fenômeno em estreita relação com o desenvolvimento do mercado. Desde então, o espaço público tradicional vêm sendo desvalorizado enquanto bem-estar social e redefinido como um problema de planejamento, o que levou a uma crescente transformação da cidade (ELLIN, 1996).

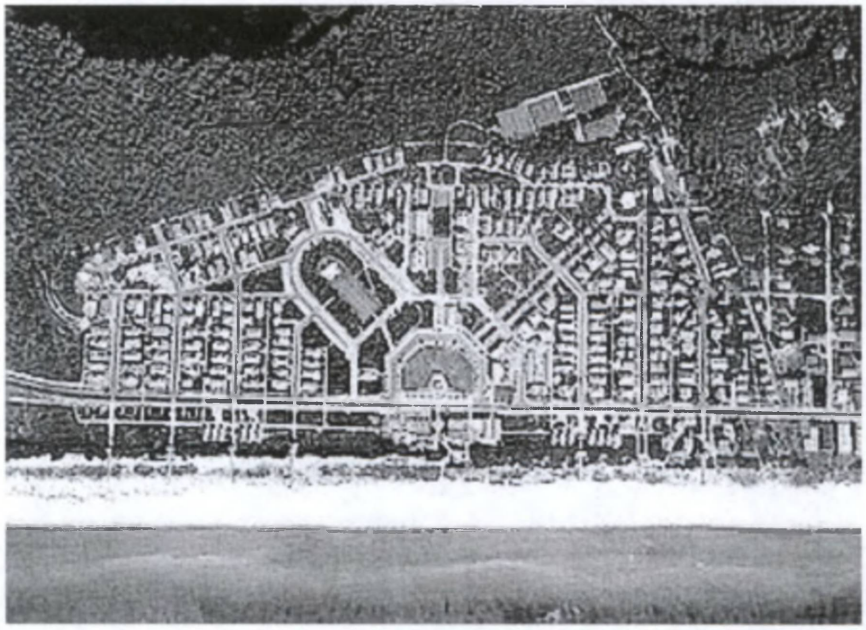


FIGURA 1.24 – Vista aérea de *Seaside*, localizada em Walton County, Flórida EUA: Projeto de 1981, da autoria de Andrés Duany (1949-) e Elizabeth Plater-Zyberk (1953-). (**FONTE**:LUCIENSTEIL, 2003)

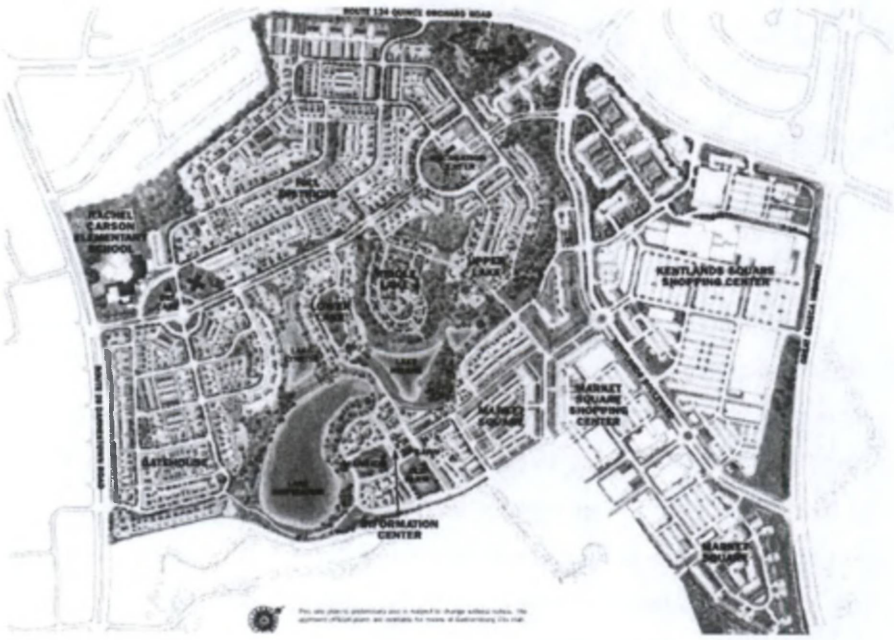


FIGURA 1.25 – Planta da *new town* de *Kentlands*, situada em Gaithersburg, Maryland EUA: proposta em 1988 por Andrés Duany (1949-) e Elizabeth Plater-Zyberk (1953-). (**FONTE**: KENTLANDS, 2005)

A privatização do espaço público conduziu a outro fenômeno: a *disneificação*, que consistiria no processo de criação de lugares cenográficos através de temas arquitetônicos deslocados de seus locais geográficos originais, aos moldes dos parques temáticos do *Walt Disney World* (FIG. 1.26). Cria-se uma "paisagem de sonho", cujo consumo visual somente é possível àqueles que detém o poder econômico e os meios de acessibilidade. Suas principais características seriam: a criação artificial de um clima de perfeição e normalidade; a supressão de todos e quaisquer elementos negativos ou indesejáveis da vida coletiva (problemas sociais, pobreza, manifestações políticas, atividades industriais ou religiosas); a programação de atividades consumistas e de valorização do bem-estar e prazer; e a reprodução de "mundos ideais" (*hiper-realidades fechadas*), em que "todos vivem bem". DEBORD (1997:117) também comenta sobre esta pseudocoletividade atual, onde "[parecemos viver] isolados em conjunto", seja dentro das fábricas, centros culturais, clubes de férias; ou, ainda, dentro da segurança de nossos condomínios fechados e *shopping centers*.

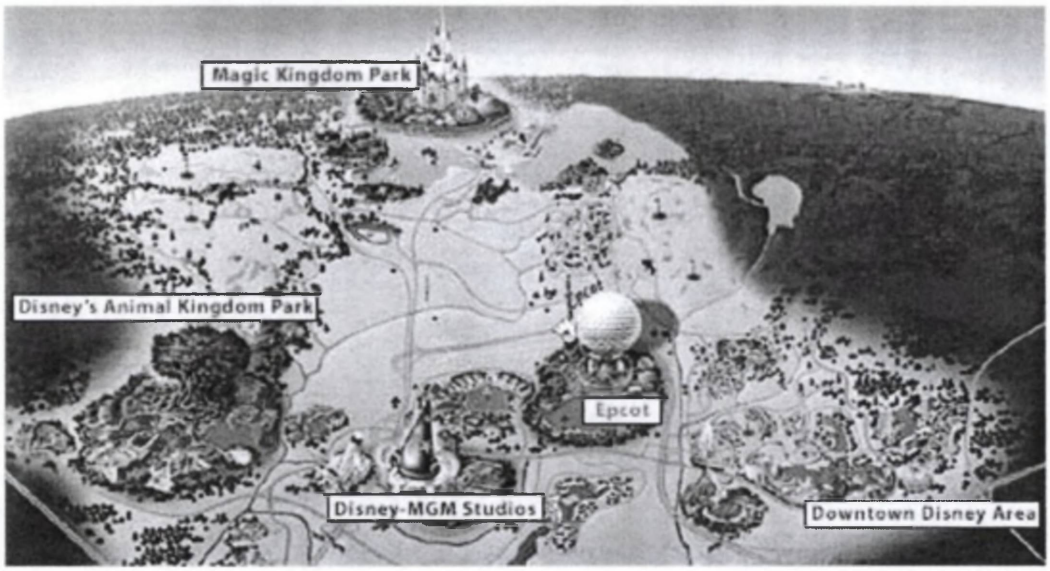


FIGURA 1.26 – Complexo de *Walt Disney World*, Flórida EUA, que se compõe de quatro parques temáticos: *Magic Kingdom Park*, *Disney-MGM Studios*, *Experimental Peoples Community Of Tomorrow – EPCOT Center* e *Disney's Animal Kingdom Park*. (**FONTE**: DISNEY WORLD LIVE,, 2005)

Tanto o fenômeno de privatização dos espaços públicos como o da "publicização" dos espaços privados associa-se, segundo FERREIRA & MARQUES (2003), a novas condições urbanas, como as definidas por autores como JAMESON (1997; 1990), que apontava para os fenômenos pós-modernos da "publicização" e esteticização da vida, além da vivência da simultaneidade em tempo e espaço – os edifícios passariam a ser concebidos de modo a permitam a fluência simultânea de atividades, assim como visões espetaculares ("Não é mais o indivíduo que se desloca, mas sim a cidade que se move aos seus olhos"); e SENNETT (1992), que observa o declínio do homem público como desdobramento lógico do cosmopolitismo urbano moderno, o que vinha ocorrendo desde a *flânerie* de Baudelaire.

Para PORTOGHESI (2002), as premissas metodológicas da arquitetura e cidade pós-modernas são as constatações de existência de: diversas e diferentes culturas no mundo atual, inclusive a "banal", e não só a de "elite", que devem ser reconhecidas e analisadas como fatores de identidade, além de ter suas relações estudadas; uma produção coletiva de obras de interesse estético e que está ligada a processos subjetivos, mediados por instituições e formas de agregamentos sociais novas e antigas; um papel determinante que as transformações ambientais em seu conjunto tem sobre a produção cultural "oficial", que é produto de novos sinais e formas resultantes de novas necessidades e desejos da sociedade atual; e uma civilização industrial já madura, não mais representável esquematicamente como o "universo da máquina", mas como um conjunto contraditório e dinâmico.

A trajetória histórica dos *shoppings centers* – que, já existentes nas primeiras décadas do século XX, transformaram-se nos anos 50 em verdadeiros ícones e templos do consumo – exemplifica bem esses fenômenos. Seu conceito começou a se expandir no último quartel do século sobre qualquer programa, incluindo estações ferroviárias, bibliotecas, universidades, hospitais, etc.. As igrejas passaram a imitar as galerias comerciais para atrair seguidores, assim como os aeroportos têm-se feito enormemente rentáveis à base de converter os viajantes em consumidores. E os museus transformaram-se em *shoppings* para sobreviver, o que vem acontecendo com vários programas. Pode-se dizer que o *shopping* é o que ainda nos permanece como atividade essencialmente pública (KOOLHAAS et. al., 2000).

Para KOOLHAAS et al. (2000), há uma nova natureza tecnologicamente modificada; ou "desnaturalizada". Adaptada pela força para garantir o êxtase comercial, tem sido reconstruída para ser uma réplica da paisagem natural, e pode ser entendida como a versão da paisagem intensificada tecnologicamente, ou seja, como um *replascape*[52]; uma paisagem que usa a "aura" do natural que nos resulta familiar para disfarçar a mecânica do que é composto sinteticamente. Através dela, apoiando o novo sentido do *shopping*, manipula-se o entorno à busca de maiores níveis de consumo. Utiliza-se o conhecido para propagar a distração sensorial, deteriora-se o sentido crítico do comprador e corrói-se sua resistência a gastar. Nessa "paisagem-*shopping*", a natureza converteu-se em mercadoria[53].

---

[52] *Replascape* é um neologismo proveniente da combinação de *replace* e *lansdcape*, do qual resultaria "paisagem substituída" ou, em espanhol, *paisaje reemplazado*. Como *replascape*, a natureza é uma estrutura composta – em parte real, em parte sintética – que se cria quando a matéria orgânica melhora-se tecnologicamente.

[53] No final do século XX, alcançando uma escala, densidade e onipresença que o faz funcionar mais como paisagem do que como arquitetura, o *shopping center* compôs entornos atrativos, nos quais o som, o odor, a luz, o ar e inclusive as plantas têm sido manipulados para conseguir a resposta desejada dos clientes. Agora a natureza atende a processos mais artificiais, não somente de modo a se converter em uma manifestação mecanizada do comércio, como também operando como um dos meios principais para seduzir o consumidor. Pode-se dizer que o *shopping* é uma ecologia de pleno direito. É um sistema complexo e interativo que funciona a partir de relações orgânicas baseadas em comportamentos quase biológicos, que se dão entre os organismos e seu entorno comercial. Se se considera o *shopping center* desde o ponto de vista ecológico, emerge uma ordem incrível de diversidade, complexidade e flexibilidade pelo que se relaciona à sua estrutura e seu comportamento. Trata-se de uma rede infinita de fluxos e intercâmbios, de compradores, vendedores, bens, informação, humanidade e dinheiro. A fluidez e a flexibilidade, tal como a conectividade e a continuidade, são cruciais nesta rede ecológica chamada *shopping* (KOOLHAAS et. al., 2000).

> Não se trata dessas plantas de plástico "falsas" dos anos 60 e 70 [...] Os compradores não as percebem como "falsas". De fato, todas as partes das palmeiras que podem ver ou tocar são reais. O que eles vêem são exuberantes e majestosas palmeiras de alta qualidade. E as vêem em bom aspecto muitos anos depois do dia da inauguração (GABRICK, 1996, apud KOOLHAAS et al., 2000:123).

Por sua vez, os *parques urbanos* – que surgiram desde o século XIX como redutos de preservação da natureza e locais de reintegração do homem ao mundo natural (Ver CAPÍTULO 5) – também não escaparam de ter sua paisagem manipulada a ponto de acabarem por "se desnaturalizar". Embora públicos, abertos e compostos por espécies vegetais e animais, não passam em alguns casos de "reconstruções" do meio natural; verdadeiros cenários culturais do que seria uma pretensa vida saudável em contato com a natureza, ou seja, uma *ecotopia*.

Ilhas no oceano da urbanização, muitas vezes, já perderam as bases gerais de seus ecossistemas, valendo mais como ícones do que propriamente redutos naturais; e pertencendo a outra forma de privatização: a de idéias e simbolismos. São, em sua essência, formas elitistas disfarçadas de bem comum. Além do mais, se olhar para a cidade contemporânea, as galerias comerciais são as que vêm substituído parques e praças que foram

> tradicionalmente o lugar da liberdade de expressão [...] O fluido vital da economia, que em tempos estava no centro da cidade, transportou-se para os centros comerciais da periferia, os quais substituíram os distritos de negócios do centro como lugares da atividade social e comercial [...] A característica predominante de seu comportamento passou a ser sua capacidade de incorporar tudo. Nessas galerias comerciais, encontra-se a maioria dos usos e atividades que levam a cabo os cidadãos fora de suas casas [...] Em seu interior, não há somente lojas de todo tipo e tamanho, como também grandes espaços abertos à disposição do público, úteis para múltiplos usos. A espaços para vagar, para se sentar e para conversar (BARNETT, 1974, apud KOOLHAAS et al., 2000:154).

Ao mesmo tempo, a cidade atual está enfrentando uma outra dinâmica que se consubstancia em uma nova configuração urbana e metropolitana, distinta da "velha" forma das regiões metropolitanas tradicionais, com uma metrópole no centro da região e inúmeras cidades-satélites no seu entorno. Hoje, observam-se os fenômenos da dispersão e fragmentação urbana, formando-se novas redes de cidades, em especial dos espaços metropolitanos e conurbações. O crescente uso do automóvel, a proliferação de centros comerciais periféricos, a multiplicação de complexos destinados ao lazer e o crescimento de zonas empresariais parecem estar conduzindo, de maneira inexorável, a um modelo urbano que poderia ser qualificado como o de uma "cidade nebulosa", já que configura manchas características de ocupação contínua; ou ainda, pelas cidades guardarem uma proximidade geográfica, serem densas e populosas, porém com descontinuidade de mancha de ocupação, embora fortemente articuladas na mesma dinâmica econômica. Referem a isto as designações de *città disfatta* ou *città diffusa*, utilizadas por INDOVINA et al. (1990) e DEMATTEIS (1998; 2000), quando apontam para alguns centros urbanos no Norte da Itália.

Paralelo ao surgimento das *global cities*[54] na década de 1990, a literatura passou a prestar especial atenção em alguns casos europeus de uma nova forma espacial de urbanização difusa, ou seja, de um "novo" território adaptado à fase de acumulação flexível do capital, como os casos da *ville émergente* (DUBOIS-TAINE & CHALAS , 1995), da *ciudad dispersa* (MONCLÚS, 1998) ou da *ciutat de ciutats* (NELLO, 2001). Já o francês François Ascher fala da emergência da "metametrópole" ou metápole (*metapolis*), que consistiria na grande metrópole que não só absorve as cidades e campos envolventes, criando a zona metropolitana, como se projeta mundialmente (FIG. 1.27).

> Um conjunto de espaços no qual todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas e dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápolis constitui geralmente uma só bacia de emprego, de *habitat* e de atividades. Os espaços que compõem uma metápolis são profundamente heterogêneos e não necessariamente contínuos. Uma metápolis compreende pelo menos algumas centenas de milhares de habitantes (ASCHER, 1998:42).

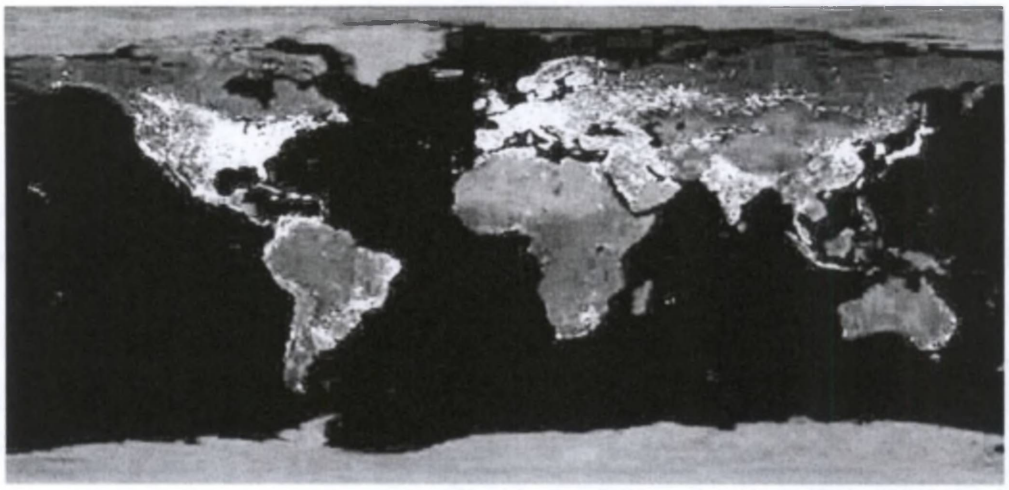


FIGURA 1.27 – Vista noturna do planeta iluminado, onde se pode observar as regiões de maior urbanização, a partir das áreas mais claras. (**FONTE**: NASA, 2005)

Tratar-se-ia de um espaço des-limitado mas polarizado, feito de mobilidades e contatos, no qual as proximidades tradicionais de vizinhança, rua e bairro, enfraqueceriam em favor da conexão inter-metropolitana a longa distância. Contudo, não se trata só de crescimento demográfico – senão seria apenas mais uma *megalópole* –, mas de uma relevância da cidade no plano mundial.

[54] SASSEN (1998) cunhou a expressão *global cities* em 1991 para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros, a partir dos quais se obtém um controle global dos mercados financeiros secundários e sítios de produção dispersos, já que o investimento estrangeiro direto vem ocorrendo cada vez mais através do mercado de ações e títulos. Uma *cidade global* atuaria como um dos principais vetores da economia internacionalizada, como Nova York, Londres e Tóquio. O lugar central nessa rede global de fluxos seria atribuído à concentração de importantes recursos e infra-estrutura, como: capacidade de comunicação/transmissão de dados; mercado de trabalho altamente qualificado; sistema de produção de *inputs* especializados e tecnologias financeiras avançadas; complexos organizativos que funcionem como base material do processamento informacional e tomada de decisões; meio ambiente inovador e qualidade de vida urbana para as novas camadas profissionais do terciário avançado (COMPANS, 2001). Poderiam também ser chamadas de *world cities* ou *cidades mundiais* quando concentram serviços (habilidade e conhecimento), independentemente do tamanho de sua população.

Segundo ASCHER (1998), as metápoles iriam além da área metropolitana contínua, sem possuir, necessariamente, um único tecido urbano, sendo formadas a partir de metrópoles pré-existentes, podendo ter um ou mais núcleos principais. Expressariam o padrão de acumulação vigente no modo de produção capitalista atual, pois, além das atividades industriais, concentrariam uma variedade de serviços especializados e atividades estratégicas, tais como finanças, comunicações, produção do conhecimento técnico-científico e informacional, além de, na maioria delas, estarem localizadas as instâncias de decisões políticas.

Nos caros centros urbanos da metápole – reabilitados e requalificados – instalar-se-iam dirigentes de empresas, quadros superiores e elites culturais, bem como as sedes de atividades mundialmente estratégicas e riquezas associadas à globalização. As zonas periféricas e afastadas que não conseguissem se constituir pólos desta rede – por não terem aeroporto ou TGV, por exemplo – tenderiam a "desaparecer" ou se subalternizar. Nesta realidade, os estilos de vida ficariam bastante dependentes da *mobilidade* – da física como tinham na cidade industrial, mas também da virtual pelos meios de representação telemáticos à distância –; e os homens passariam de seres estáticos a seres móveis. Em uma metápolis, conforme ASCHER (2000), já não seria mais o automóvel da cidade industrial, ou mesmo os *mass media* tradicionais da grande metrópole do pós-guerra, o novo meio de deslocamento seria o artefato computacional de comunicação, conectado a redes que permitem a inevitabilidade de um estilo de vida nômade, inclusive em termos de pensamento, já que se começaria a privilegiar modos de pensar não mais encerrados e hierárquicos, mas abertos e "pós-modernos". Neste sentido, a cidade, agora em mutação física e desfragmentação em dinâmicas múltiplas, tornar-se-ia também complexa e imaterial quando representada em imagens. A cidade contemporânea afrontaria uma certa impossibilidade de representação que não seja múltipla: é assim que se compreende, por exemplo, o aporte dos novos *Sistemas de Informação Geográfica* – SIG'S.

Nessas cidades de bipolaridade social[55], cada indivíduo cria múltiplos interesses e relações, podendo integrar diversos grupos com diferentes referências: "cada personalidade jogaria em registros cada vez mais variados com referências ora à família ora ao grupo sócio-profissional, à categoria etária, à origem geográfica, religiosa ou a qualquer outra afinidade pessoal" (ARCHER, 1998). Porém, se a crescente autonomia dos indivíduos, a diversidade dos comportamentos, a mobilidade profissional ou a velocidade dos meios de transporte potencializaram a formação de cidades de grandes distâncias, também se evidencia uma maior demanda de vida social de bairro.

[55] Para alguns, a sociedade urbana – tradicionalmente tripartida (classe alta, média e baixa) – tenderia cada vez mais a se fraturar em dois grupos. Nesta bipolaridade, destacar-se-ia a classe média-alta e alta (quadros administrativos, empresários e elites culturais), integrada na economia e na cultura global com padrões superiores de consumo; e por um extenso grupo dos que são marginalizados e excluídos da avançada economia global, trabalhando nos setores em crise – as indústrias tradicionais e fordistas –, com emprego precário ou na reserva do desemprego. ASCHER (1998) discorda disto, identificando um grupo intermédio que não compra em lojas de luxo, não viaja de avião nem vive em bairros ricos, mas "as famílias que o integram enchem, todas as semanas, um carrinho num hipermercado e partem para férias, quase regularmente, uma vez por ano".

Hoje, todos os urbanistas preocupados com essa transformação perguntam-se como podem conferir novos valores a estas cidades complexas, auxiliando aos indivíduos a aumentar seu grau de intimidade e facilitar os encontros sociais. Diante disto, vem surgindo ultimamente a tendência de intervir nos territórios contemporâneos a fim de reorganizá-los e reestruturá-los, retomando a tradição de planificação das cidades européias, mais desta vez a relacionado com a questão da *durabilidade* ou *sustentabilidade urbana* (ACSELRAD, 1999; 2001).

É fundamental destacar o papel que o despertar ecológico ocorrido em meados dos anos 60, representou para a discussão do urbano em nível mundial. Nessa época, vários estudos denunciaram o conflito entre o modelo hegemônico de desenvolvimento e a preservação dos chamados "recursos naturais" (Ver CAPÍTULO 3). A relação entre homem e natureza e, mais especificamente, entre cidade e meio ambiente passou, cada vez mais, a tomar um lugar de relevância na discussão sobre projetos arquitetônicos ou planos urbanísticos. O logocentrismo, a racionalidade tecnológica e o desequilíbrio dos crescimentos econômico e populacional conduziram a uma crise mundial, que hoje aflige vários níveis em todo o planeta, recrutando arquitetos e urbanistas também a participar dessa discussão.

> A intensidade e as características da urbanização em todo mundo geraram dois grandes problemas [nesta passagem de milênio]: a questão urbana e a questão ambiental. A deterioração ambiental, seja da cidade ou do campo, é um problema antigo e sempre existiu na história da humanidade. O que é novo [neste início de século] é a intensidade dos processos de degradação ambiental que acompanham a urbanização, resultando em crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade da concentração urbana (CHAFFUN, 1996:28).

Embora as cidades não ocupem uma área muito grande da superfície terrestre – apenas de 1 a 5% do planeta – elas alteram radicalmente a natureza dos rios, das florestas e dos campos naturais e cultivados, assim como da atmosfera e dos oceanos, devido aos ambientes extensos de entrada e saída que demandam, os quais geralmente sofrem com a poluição e degradação resultantes dessa alteração (ODUM, 1988). Os diversos tipos de poluição – seja do ar, água ou solo –, por sua vez, têm conseqüências negativas para sua população, pois podem destruir fontes de alimentos, contaminar a água potável e influenciar na incidência de doenças. De modo similar, comunidades aquáticas e terrestres também são afetadas por elementos tóxicos, sejam decorrentes de dejetos industriais e esgoto lançados em rios e mares; ou devido à dispersão atmosférica de poluentes. Isto sem contar os riscos de mudanças climáticas devido ao *efeito estufa* (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

Observa-se porém que a urbanização não é um mal em si: a questão é que nos países em desenvolvimento, ela se conjuga com altos índices de pobreza. A ocupação de ambientes mais frágeis, como mangues, várzeas, fundos de vales e áreas de mananciais, aliada ao aumento descontrolado de atividades, acaba intensificando seus efeitos negativos. Isto se torna um ponto ainda

mais preocupante quando se vê que as previsões em relação à distribuição espacial da população mundial nos próximos decênios indicam que as maiores aglomerações urbanas acontecerão nos países do hemisfério Sul, inclusive o Brasil.

A partir da década de 1970, com a proliferação de problemas urbanos como a poluição, o congestionamento, a violência e a miséria, os quais vieram desqualificar cada vez mais a vida nas metrópoles do planeta, a cidade como fenômeno espacial passou a ser compreendida como resultado da ação antrópica sobre o meio ambiente; e, portanto agente de intervenção – e, ao mesmo tempo, totalmente dependente – dos ciclos da natureza. Como sistema de suporte humano, edificado e tecnológico, a cidade tornou-se o alvo de inúmeros debates multi e interdisciplinares, que procuram situar a problemática urbana intimamente associada à questão do *desenvolvimento sustentável*[56] (FIG. 1.28). Essa idéia sobre o fenômeno urbano surgiu da aplicação direta de conceitos ambientais à gestão das cidades, uma vez que *sustentabilidade* consiste no equilíbrio dinâmico, entre muitos fatores, dos requisitos básicos dos componentes social, cultural e econômico; e da necessidade de conservar o ambiente natural do qual a humanidade faz parte.

FIGURA 1.28 – Esquema para o *desenvolvimento sustentável* em nível local, segundo BARBIERI (2000). (**FONTE**: FECAP, 2005)

[56]Na opinião de COSTA (2002), a noção de *desenvolvimento urbano sustentável* – ou de "cidades sustentáveis" – traz consigo alguns conflitos teóricos de difícil reconciliação, entre os quais aquele entre a trajetória ambiental e a análise urbana que, originando-se em áreas do conhecimento diferentes, convergiram recentemente na proposta de sustentabilidade, mas com objetivos às vezes divergentes; e o conflito entre as formulações teóricas e as propostas de intervenção, o que se tem traduzido através do distanciamento entre a análise social/urbana e o *urban planning*. Observa-se que as cidades tornam-se cada vez mais insustentáveis à medida que se distanciam, no seu jeito de ser, da natureza. É preciso encontrar fórmulas alternativas para que uma nova cultura forme-se a partir de padrões, hábitos, desejos e necessidades mais ajustados à realidade ambiental.

A durabilidade ou sustentabilidade urbana implica em uma equação entre as demandas ambientais e as necessidades de desenvolvimento, o qual não pode ser feito a qualquer preço e, muito menos, comprometendo o espaço e recursos da cidade e do campo. Conforme HELENE & BICUDO (1994), trata-se de uma simbiose de gestão ambiental e desenvolvimento econômico, através de um processo sustentável de mudança contínua. Neste, a manutenção dos processos ecológicos, da diversidade biológica e do meio físico, garantida pelo manejo cuidadoso dos recursos naturais, seria essencial em sociedades que desejam se tornar sustentáveis.

Segundo VILLENEUVE (1992), esse tipo de desenvolvimento consistiria em assegurar uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses de gerações futuras e, ao mesmo tempo, atender às necessidades atuais. Trata-se de um desafio particular e estimulante para os indivíduos e coletividades, sendo necessário enfrentá-lo o mais cedo possível, pois, à medida que o tempo passa, torna-se cada vez mais difícil implementar as medidas necessárias à sua efetivação. Ele provavelmente representa para a humanidade o mais importante desafio de toda a história. Quando se fala em sustentabilidade, deve-se considerar não somente os aspectos materiais e econômicos, mas o conjunto pluridimensional e multifacetado que compõe o fenômeno do desenvolvimento urbano: os seus aspectos políticos, sociais, culturais e físico-materiais. De acordo com CAVALCANTI (2001), a sustentabilidade do todo somente pode repousar na sustentabilidade conjunta de suas partes. Por sua vez, esses fatores e seus respectivos equilíbrios repousam sobre aspectos *qualitativos*, tais como os graus de coesão e harmonia social; ou de polarização política, além de questões como cidadania e alienação; valores éticos e morais; e inclusive o nível entrópico do sistema.

No debate contemporâneo, ACSELRAD (2001) identifica três representações basicamente distintas da cidade, as quais implicam em diferentes modos de implementar a sustentabilidade urbana: a cidade como espaço *técnico-material*, que enfatiza o ajustamento de suas bases técnicas, a partir de modelos de "racionalidade eco-energética" ou de "metabolismo urbano", na busca de uma eficiência especificamente material; a *cidade como espaço da qualidade de vida*, que recorre a modelos de ascetismo e pureza, especialmente a implicações sanitárias; e a *cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas*, que levanta as condições de construção política da base material da cidade (FIGS. 1.29 e 30).

O desenvolvimento sustentável não se caracteriza como um estado fixo de harmonia, mas como um processo de mudança, no qual a exploração de recursos naturais, o gerenciamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais deverão ser compatíveis tanto com as necessidades do presente quanto às potencialidades do futuro (FRANCO, 2001). Contudo, tomada como um conceito novo, a *sustentabilidade* não teve tempo de se incorporar totalmente às doutrinas de planejamento urbano e desenvolvimento econômico, muitas vezes sendo

vista com desdém ou desconfiança por grande número de políticos, urbanistas e economistas[57]. E para ocorrer a implementação desse tipo de desenvolvimento deverá haver ainda uma constante e concomitantemente busca por interesses sociais e ecológicos entre o capital (NALINI, 2001).

Assim, visando a sustentabilidade das cidades, o processo econômico contemporâneo deverá ocorrer de uma forma mais duradoura, sóbria e saudável, do que vem sendo praticado até hoje. Para tanto, talvez a única opção que viabilizaria um desenvolvimento econômico – sem a exclusão social e em harmonia com o meio ambiente natural – seria a mudança dos paradigmas do sistema de consumo e produção, de modo que se passasse a satisfazer as necessidades de todos a um baixo nível de uso de energia e recursos naturais. Contudo, para que isto ocorresse seria necessário rever – e quiçá redefinir – a visão que o homem tem sobre a natureza, a qual já mostrava sinais de esgotamento nos anos 60 e 70, através do despertar ecológico. No próximo capítulo, procura-se enfocar isso.

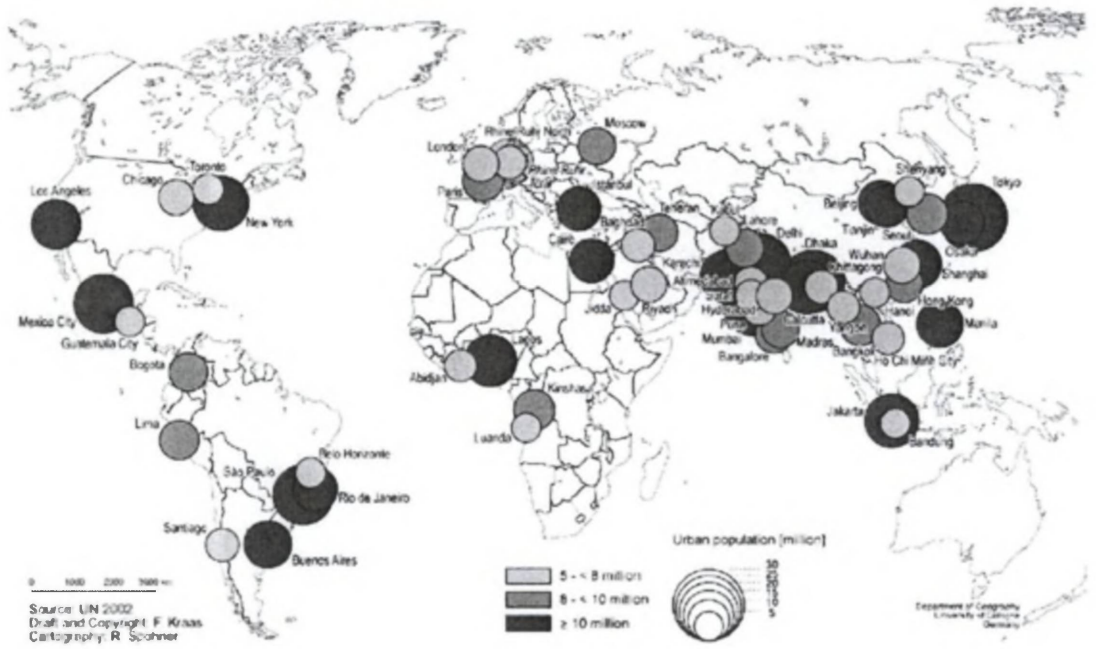


FIGURA 1.29 – *Mapa-múndi* com a indicação das megacidades do planeta em 2015.
(**FONTE**: ACADEMIC EVERGREEN, 2005)

Acrescenta-se, para finalizar, que a aspiração à Natureza, de acordo com o filósofo francês Edgar Morin (1921-), não é somente a expressão do mito de um passado natural perdido, pois aquela também tende a exprimir as

[57] De acordo com o relatório BRUNDTLAND (1987), meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados, já que estão interligados. O desafio não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; e o meio não pode ser protegido se o crescimento não levar em conta as conseqüências da destruição ambiental. A exigência da sustentabilidade portanto há de ser assegurada e condicionada aos instrumentos públicos do desenvolvimento, já que busca uma transformação social que integre homem e natureza, com a participação do progresso na preservação do patrimônio ambiental. O ideal seria que o desenvolvimento promovesse o bem-estar sem que ocorresse a degradação do capital natural, mas muitas vezes o crescimento implica em algum tipo de perda. Haveria então uma saída? Têm-se hoje extraordinários instrumentos científicos para prever a evolução do meio ambiente. Seria possível evitar as catástrofes e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida? Ou se deixar arrastar até a crise por modelos econômicos que crêem na existência do infinito em um mundo finito?

> [...] necessidades, *hic et nunc*, dos seres que se sentem molestados, sufocados, oprimidos num mundo artificial e abstrato. A reivindicação da natureza é uma das reivindicações mais pessoais e mais profundas, que nasce e se desenvolve nos meios urbanos cada vez mais industrializados, tecnizados, burocratizados, cronometrados (MORIN et al., 1993:178).

O sociólogo e professor português Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, afirma que, nesta passagem de milênio, a única utopia realista seria uma *utopia ecológica e democrática.* Realista "[...] porque se firma na contradição crescente entre o ecossistema do planeta Terra que é finito e a acumulação do capital que é tendencialmente infinita"; e Utópica porque "[...] a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos modos de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos". Tratar-se-ia de uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza. E seria, ainda, uma utopia caótica, uma vez que não tem sujeito histórico privilegiado (SOUSA SANTOS, 2005).

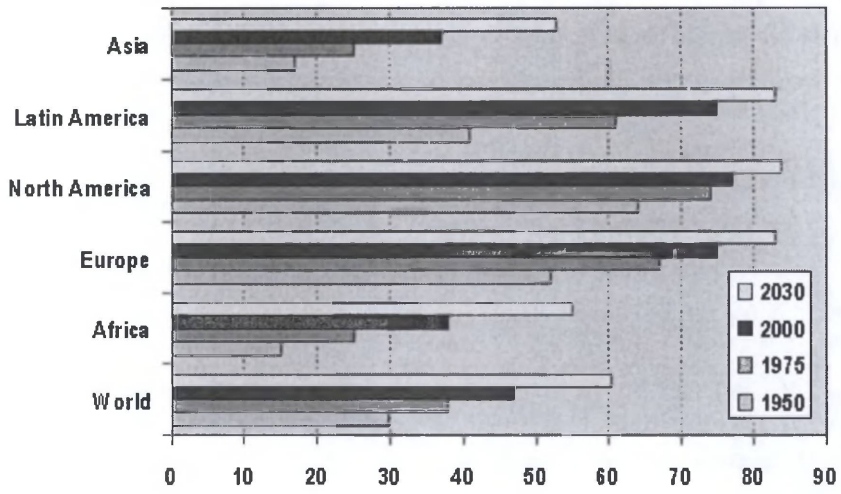


FIGURA 1.30 – Porcentagem da população urbana por continente e mundial de 1950 a 2030. (**FONTE**: PEOPLE HOFSTRA, 2005)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ACSELRAD, H. *Discursos da sustentabilidade urbana.* In: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS.** ANPUR, ano I, n.1, maio.1999. p.79-80.

_____. *Sentidos da sustentabilidade urbana.* In: In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.27-55.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M.; JACOBSON, M.; FIKSDAHL-KING, I.; ANGEL, S. **A pattern language: towns, buildings, construction.** New York: Oxford University Press, 1976. 1216p.

ALFONSO, J. M. **A pobreza nas grandes cidades.** Rio de Janeiro: Salvat, 1979. 144p.

ALMANAQUE ABRIL. **Edição Mundo 2001.** São Paulo: Abril, 2001. 434p.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** 5a. ed. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 64, 2000. 350p.

_____. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 568p.

ASCHER, F. **Les nouveaux principes de l'urbanisme.** Paris: L'Aube, 2000.

_____. **Metapolis: acerca do futuro da cidade.** Lisboa: Celta Oeiras, 1998.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – FGV: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, 2000.

BARCELLOS, V. Q. **Unidade de Vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil.** [*On line*] Disponível em: <http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.htm> Acesso em: 03.out.2005.

BARTOLOZZI, M. M. L. **O melhor da cidade contemporânea.** Lisboa: G&Z, Col. O Melhor de, 1998. 200p.

BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital.** Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 83p.

_____. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, Col. Antropos, 1991. 202p.

BELL, D. A. **El advenimiento de la sociedad post-industrial: un intento de prognosis social.** Madrid: Alianza, 1994. 584p.

BENÉVOLO, L. **As origens da urbanística moderna.** Lisboa: Presença, 1994. 172p.

_____. **Diseño de la ciudad.** 3a. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, v. I, 1982. 248p.

_____. **História da arquitetura moderna.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 813p.

_____. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2001. 730p.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.* In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas III.** 4a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 272p.

_____. *Paris, capital do século XIX.* In: KOTHE, F. R. 2a. ed. **Walter Benjamin: sociologia.** São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, 1990. 256p.

BRAUNFELS, W. **Urbanismo occidental.** Madrid: Alianza, 1987. 557p.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** 4a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 398p.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD / Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1987. 430p.

BURNS, E. M.; LERNER, R. E.; MEACHAM, S. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais.** 39a. ed. Porto Alegre: Globo, 1999. 426p.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004. 154p.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz & Terra, Col. Pensamento Crítico, n. 48, 2000. 590p.

_____. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura.** 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, vol. 1, 2003. 698p.

_____. *Reestructuración económica, revolución tecnológica y nueva organización del territorio.* In: **METRÓPOLIS TERRITORIO Y CRISIS.** Madrid: Asamblea de Madrid: Revista Alfoz, 1985, pp. 37-62.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 430p.

CHAUÍ, M. *Público, privado, despotismo.* In: NOVAES, A. (Org.) 8a. ed. **Ética.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 400p. p.345-90.

CHAFFUN, N. *Dinâmica global e desafio urbano.* In: BONDUKI, N. (org.) **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Nobel, 1996. p.18-37.

CHILDE, G. **Evolução cultural do homem.** 5a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. 232p.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidade.** São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, Série Urbanismo, n. 67, 1998. 352p.

COLI, S. **Pós-modernismo: repensando a arquitetura.** Rio de Janeiro: Uapê, 2004. 196p.

COMPANS, R. *Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade?* In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.105-37.

COP-10. **10a. Conferência das partes da convenção-quadro da ONU sobre mudanças climáticas.** Buenos Aires: Relatório da COP-10, dez. 2004.

CORREA, R. L. **O espaço urbano.** 3a. ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1995. 96p.

COSTA, H. S. M. *Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?* In: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS.** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, n. 02, 2002. p.21-9

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DEMATTEIS, G. *De las regiones-área a las regiones-red: formas emergentes de governabilidad regional.* In: **REDES, TERRITORIOS Y GOBIERNOS: NUEVAS PROPUESTAS LOCALES A LOS RETOS DE LA GLOBALIZACIÓN.** Barcelona: Diputació de Barcelona, 2002, pp. 163-175.

_____. *Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas.* In **LA CIUDAD DISPERSA.** Barcelona: CCCB, 1998, pp. 17-33.

DEUTSCH, K. A. **New urbanismo: Abacoa revisited, Mizner Park reviewed.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.specialtyretail.net/issues/august99/newurbanism.htm> Acesso em: 29.jan.2005.

DUARTE, C. **Entrevista de Henri Lefébvre a Kristen Ross em 1983.** [*On line*]

Disponível em: <http://orbita.starmedia.com/ñovosdebates/Lefebvfre/Lefebvre2.htm> Acesso em: 20.jul.2005.

DUARTE, F. **Elipse crítica: reflexões a partir de Manfredo Tafuri.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.romanoguerra.com.br/arquitextos/arq008/arq008_01.asp> Acesso em: 18.jul.2005.

DUBOIS-TAINE, G. ; CHALAS, Y. (Dir.) **La ville émergente.** Paris: Editons de l´ Aube, 1994.

ELLIN, N. **Postmodern urbanism.** Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1996. 348p.

FERRARA, L. D'A. *As máscaras da cidade* [*On line*] In: **REVISTA USP.** São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, n.5, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/n5/lucrecia.html> Acesso em 18.jul.2005.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado.** 7a. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 631p.

FERREIRA, A. L. DE A.; MARQUES, S. **Privado e público: inovação espacial ou social.** Natal RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2000. [*On line*] Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-20.htm> Acesso em: 29.jan.2005.

FERREIRA, F. **O projeto da cidade republicana: o Rio de Janeiro da *Belle Epoque*.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/belleepoque04.html> Acesso em: 27.jan.2005.

FRANCO, M. DE A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável.** 2a. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 296p.

GARRIDO, M. S. **Jane Jacobs.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.supergarrido.hpg.ig.com.br/urbanismo_jane _jacobs.htm> Acesso em: 30.jan.2005.

GARROCHO, C.; ÁLVAREZ, J. A. **Efectos del nuevo aeropuerto internacional en la estructura metropolitana en Toluca.** [*On line*] Disponível em: <http://ladb.unm.edu/econ/content/comext/1995/october/efectos2.html> Acesso em: 10.out.2005.

GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo.** 4a. ed. Lisboa: Presença, 1996. 226p.

GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** São Paulo: ProLivros, , 2004. 260p.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social.** Madrid: Taurus, 2 vol., 1999. 517p.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX.** 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, Série Urbanismo, Col. Estudos, n. 123, 2002. 578p.

HAROUEL, J. L. **História do urbanismo.** 2a. ed. Campinas: Papirus, Col. Ofício de Arte e Forma, 1998. 150p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6a. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993. 352p.

HELENE, M. E. M.; BICUDO, M.B. **Sociedades sustentáveis.** São Paulo: Scipione, Cenário Mundial, 1994. 227p.

HUBERMANN, L. **História da riqueza do homem.** 21a. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC, 1986. 286p.

INDOVINA, F.; MATASSONI, F.; SAVINO, M.; SERNINI, M.; TORRES, M.; VETTORETTO, L. **La città diffusa: la nuova base statistica per un'interpretazione del fenomeno.** Venezia: Stratema – Laboratorio di strategie Territoriali, Ricerche e Convenzioni, n. 1, 1990.

JACOBS, J. B. **Morte e vida de grandes cidades.** 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 516p.

JAMESON, F. **As marcas do visível.** Rio de Janeiro: Graal, Col. Estudos de Cultura, 1999. 264p.

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** 2a. ed. São Paulo: Ática, 1997. 432p.

JENCKS, C. **The language of post-modern architecture.** New York: John Wiley, 1997. 522p.

KOHLSDORF, M. E. *Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar.* In: FARRET, R. L. et al. (Org.). **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana.** São Paulo: Projeto, 1985. p. 15-72.

KOOLHAAS, R.; BOERI, S.; KWINTER, S.; TAZI, N.; OBRIST, H. U. **Mutaciones.** Barcelona: Arc en Rêve / Centre d'Architecture / Actar, 2000. 790p.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992. 564p.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas.** São Paulo: Hucitec, Estudos Urbanos, Arte e Vida Urbana, 1993. 219p.

_____. **Planejamento urbano.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 34, 2000. 204p.

LEMOS, C. A. **Arquitetura brasileira.** S. Paulo: Melhoramentos, 1979. 115p.

LEFÉBVRE, H. **A cidade do capital.** 3a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 184p.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2001a. 184p.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001b. 146p.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** 7a. ed. São Paulo: José Olympio, 2002. 132p.

_____. **Peregrinações.** São Paulo: Estação Liberdade, 2000. 112p.

MARQUES, E. N. **Desenho urbano: análise morfológica e funcional para a regulamentação urbanística.** São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, Universidade de São Paulo – USP, 1994. 255p.

MARX, M. **Cidade brasileira.** S. Paulo: Melhoramentos, 1980. 216p.

MEYER, R. *A urbanidade em transe.* In: **REVISTA URBS.** São Paulo: Associação Viva o Centro, n. 19, dez.2000/ jan.2001. p.54-7.

MONCLÚS, F. J. *Suburbanización y nuevas periferias: perspectivas geográfico-urbanísticas.* In: **LA CIUDAD DISPERSA.** Barcelona: CCCB, 1998, pp. 5-16.

MORIN, E.; BOCCHI, G.; CERUTI, M. **Os problemas do fim do século.** Trad. Cascais Franco. 3a. ed. Lisboa: Notícias, 1993. 219p.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 5a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 742p.

NALINI, J. R. **Ética ambiental.** Campinas SP: Millennium, 2001. 350p.

NATIONAL GEOGRAPHIC. *A Terra em transe.* In: **NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL.** Washington DC: National Geographic Maps, Infográfico, set.2002.

NELLO, O. **Ciutat de ciutats: reflexions sobre el proces d'urbanitzacio a Catalunya.** Barcelona: Empuries, 2001.

ODUM, E. P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 434p.

PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2002. 386p.

PIRENNE, H. **As cidades da Idade Média.** 3a. ed. Lisboa: Europa-América, 1997. 182p.

PORTOGHESI, P. **Depois da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. 310p.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** São Paulo: Planta, 2001.328p.

PRYSTHON, A. **O cosmopolitismo e as cidades: transitando por velhos e novos conceitos.** [*On line*] Disponível em: <http://www.eca.usp.br/alaic/boletin18/comunicacionyciudad/AngelaPrysthon.htm> Acesso em: 18.jul.2005.

PUPPI, M. A **nova história do século XX e a redescoberta da dimensão imaginária da arquitetura.** [*On line*] Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058_01.asp> Disponível em: 18.jul.2005.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 10a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 212p.

RELPH, E. C. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitetura & Urbanismo, 2002. 245p.

RODRIGUE, J. P. **Urban lan use and transportation.** [*On line*] Disponível em: <http://people.hofstra.edu/ geotrans/ eng/ch6en/conc6en/ch6c2en.html> Acesso em: 10.out.2005.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** Trad. Eduardo Brandão. 2a. ed. 310p.São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALAS, R. M. *Cidades que nos devoram.* IN: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO,** Ano 15, n.03, mar.1987. p.107.

SANTOS, J. F. DOS. **O que é pós-moderno.** 17a. ed. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, n. 165, 1997. 114p.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, Col. Cidade Aberta, 1998. 192p.

SENNETT, R. **The fall of the public man.** London: WW Norton, 1992. 278p.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 456p.

SIMMEL, G. **Sociologia: obras completas.** Madrid: Alianza, 2 vol., 1986. 424p.

SOUSA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 10a. ed. São Paulo: Cortez, 2005.348p.

TAFURI, M. **La esfera y el laberinto: vanguardias y arquitectura de Piranesi a los años setenta.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1984. 551p.

TOFFLER, A. **O choque do futuro.** 2a. ed. São Paulo: Livros do Brasil, Col. Vida & Cultura, 1983. 448p.

TORRES, H. *El origen interdisciplinario de los estudios urbanos.* In: **SEMINARIO VAQUERIAS'96.** Buenos Aires: CRH-FADU-UBA, vol. 2, 1996. p.1-22.

VENTURI, R. **Complexidade e contradição na arquitetura.** 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 246p.

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M.; ALVAREZ, J. M. **Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 230p.

VIERA, N. M. **O processo urbano contemporâneo de privatização do espaço público.** [*On line*] Disponível em: <hhtp://carlota.cesar.org.br/arqbr/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeNoticia? codigoDaNoticia= 326&dataDo Jornal=atual> Acesso em: 24.jan.2003.

VILLENEUVE, C. *Uma causa pessoal: todo cidadão pode contribuir para a preservação dos sistemas que sustentam a vida em nosso planeta?* In: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO,** Ano 20, n.01, jan. 1992. p.15-22.

ZWINGLE, E. *Cidades.* In: **REVISTA NATIONAL GEOGRAPHIC – BRASIL.** São Paulo: Abril, nov. 2002. p.108-33.

FONTES DE ILUSTRAÇÕES

ACADEMIC EVERGREEN. Disponível em: <http://academic.evergreen.edu/curricular/culturallandscapes/ maps.html#glob> Acesso em: 04.out.2005.

BARCELLOS, V. Q. **Unidade de Vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil.** [*On line*] Disponível em: <http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/ unidade.htm> Acesso em: 03.out.2005.

BEHLING, S.; BEHLING, S. **Sol power: la evolución de la arquitectura sostenible.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2002. 240p.

BENÉVOLO, L. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2001. 730p.

BROWN UNIVERSITY. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/dweb/images/maps/decworld MedParis.jpg> Acesso em: 31.jul.2005a.

_____. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/dweb;society/structure/rotes> Acesso em: 20.jan.2005b.

_____. Disponível em: <http://www.stg.brown.edu/projects/catasto/florence_scene_big.gif> Acesso em: 31.out.2005c.

CLIOHIST. Disponível em: <http://www.cliohist.net/antique/auxil/timgad.jpg> Acesso em:14.mar.2005.

DISNEY WORLD LIVE. Disponível em: <http://disneyworldlive.com/Map_WDW_Resort5.gif> Acesso em: 04.out.2005.

FECAP. BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – FGV: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, 2000 [*On line*] Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art14/barbieri.htm> Acesso em: 30.jul.2005.

GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** São Paulo: ProLivros, , 2004. 260p.

HISTORIC CITIES. Disponível em: <http://historic-cities.huji.ac.il/italy/venice/maps/braun_hogenberg-I_43_m.jpg> Acesso em: 14.abr.2005a.

_____. Disponível em: <http://historic-cities.huji.ac.il/france/paris/maps/braun_hogenberg_I_7_m.jpg> Acesso em: 14.abr.2005b.

_____. Disponível em: <http://historic-cities.huji.ac.il/british-isles/london/maps/nicols_de_fer_1700_london_m.jpg> Acesso em: 14.abr.2005c.

INV-UNIVPM. Disponível em: <http://www.ing.univpm.it/strutture/pianter/sergi/Documenti/Lezioni/4lez/4lez_d4.htm> Acesso em: 03.out.2005.

KENTLANDS. Disponível em: <http://www.kentlands.us/images/Kentlandsmap.jpg> Acesso em: 04.out.2005.

KOSMOGRAPH. Disponível em: <http://www.kosmograph.com/urbanism/industriale/img/parigi-haussmann_grandi-lav.jpg> Acesso em:14.jun.2005.

LDDC-HISTORY. Disponível em: <http://www.lddc-history.org.uk/engineering/eng21.jpg> Acesso em: 04.out.2005.

LUCIENSTEIL. Disponível em: <http://luciensteil.tripod.com/katarxis02-1/id39.html> Acesso em:03.maio.2003.

NASA. Disponível em: <http://www.nasa.gov/images/content/49259main_flat_earth_nightm.jpe> Acesso em: 04.out.2005.

PEOPLE HOFSTRA. Disponível em: <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch6en/conc6en/> Acesso em: 10.out.2005.

PHILOGRAPHIKON. Disponível em: <http://www.philographikon.com/imagessouthamerica/riojaneiroplan.gif> Acesso em: 20.mar.2005.

ROOTSWEB. Disponível em: <http://www.rootsweb.com/~nldnh/gemeente-atlas/kuyper_nh_amsterdam2.gif> Acesso em: 20.jun.2005.

RPA. Disponível em: <http://www.rpa.org/spotlight/issues/spotlightvol3_22.html> Acesso em: 03.out.2005.

UNIFI. Disponível em: <http://www3.unifi.it/urbanistica/docprog/Ventura/Doc/Libri/Cerda/C_images_or/CerdaPlan_aprile1859.jpg> Acesso em: 20.mar.2005.

VANDYCK. Disponível em: <http://vandyck.anu.edu.au/renaissance/virginia.arch/hello/dic/colls/thumbs2www/arh102/images/jpegs/twenty-one25.jpg> Acesso em: 04.out.2005.

WASHINGTON STATE UNIVERSITY – WSU. Disponível em: <http://www.wsu.edu/~owenms/URBAN/athens.jpg> Acesso em: 03.out.2005.

WIEN. Disponível em: <http://www.wien.gv.at/ma08/geschichte/bilder/ring-eng.jpg> Acesso em: 20.mar.2005.

2

NATUREZA

2.1 BASES PARA UM CONCEITO DE NATUREZA

Uma das grandes questões na ordem do dia refere-se à relação entre o homem e a natureza, justamente devido ao quadro contemporâneo da crescente urbanização e os inúmeros problemas dela decorrentes, o que foi esboçado no capítulo anterior, apontando-se para uma completa redefinição da nossa postura diante do ambiente natural, assim como a incorporação dos aspectos ecológicos e de sustentabilidade socioeconômica na teoria e prática urbanas. Foi sobretudo a partir da década de 1970 que as discussões sobre a natureza e seus vínculos com o ser humano passaram a ocupar uma posição de dominância no contexto das diversas sociedades que compõem o mundo globalizado. Os questionamentos mais freqüentes situam-se em termos de até que ponto se deveria – ou se poderia – domar a natureza, dominá-la; se seria permitido submetê-la inteiramente aos planos e projetos do ser humano, manipulando-a e dirigindo-a em função de seus interesses; ou, ao contrário, se não se deveria submeter a limites estabelecidos pelo próprio homem, respeitando-a até ao ponto de renunciar a certas atitudes de progresso e desenvolvimento.

Obviamente, os problemas éticos que se colocam na relação homem/natureza não podem ser separados das concepções que se tem ou se faz dessa mesma natureza. As formas de ver e de compreender o mundo foram – e são – definidas no tempo e no espaço; e dependem da percepção da natureza que o homem criou, assim como das idéias que teve de si mesmo ou da finalidade que deu às coisas naturais no decorrer dos tempos, variando assim com as formas de nossa convivência social. Da mesma maneira que existiram várias sociedades ao longo da história, houve também diversos modos de compreender a natureza e, portanto, de defini-la; o que, conseqüentemente, torna seu conceito complexo e instigante.

Embora sempre se recorra em definir natureza como algo externo ao homem, resultado da interação de fenômenos de ordem física, química e biológica, agindo sobre a matéria através de fluxos energéticos, em velocidades e ritmos distintos, ao longo de toda a evolução da Terra, seu conceito não se prende apenas a este conjunto de elementos originais, intocados e míticos, uma vez que, nesta perspectiva, tornar-se-ia desvinculada da sociedade, a qual interfere permanentemente na sua reconstrução, de acordo com a organização política, econômica e social dos povos. Deve-se sempre lembrar que as relações entre natureza e sociedade têm-se modificado ao longo dos tempos, apresentando uma dinâmica própria, de acordo com o contexto histórico vigente e o corpo de idéias predominante (BRESSAN 1996).

É importante destacar que as explicações e definições que a natureza possa assumir nunca conseguirão se dissociar das idéias ou visões de mundo de quem a explica ou procura defini-la, pois as indagações sempre dependem do agrupamento humano, do tipo de sociedade ou da classe

social de quem responde; ou ainda, da ideologia[1]. Como o homem somente conhece aquilo que "oficialmente" reconhece como fazendo parte do seu universo, pode-se acrescentar que tudo o que se disse – ou ainda se dirá – sobre a natureza equivale à expressão da verdade ou, pelo menos, das "verdades" oficialmente aceitas. Produto de nossas idéias, a concepção de natureza varia com o que ela tem sido para nós ao longo de cada um dos diferentes momentos históricos que já se produziu.

> [Assim] a natureza, desde que dela não nos excluamos, deixa de ser vista como uma "verdade absoluta", e passa a ser parte integrante de realidades sempre provisórias, contra ou a favor das quais os homens investem, dependendo daquilo que pretendem: a manutenção ou a transformação destas realidades [...] Produzir idéias, concepções, modos de vida, hábitos de convivência ou, numa palavra, produzir cultura, faz parte da natureza do homem. Neste sentido é natural que a natureza também mude, toda vez que, a partir da adoção de novas regras de convivência social, as pessoas sejam capazes de produzir novas culturas e, portanto, novas concepções do mundo e de sua natureza (CARVALHO, 1991:60-1).

CHAUÍ (2003) sublinha a importante diferença que existe entre a concepção comum e a científica do que seria a natureza no pensamento ocidental. No primeiro caso, haveria uma série de definições, entre as quais a sua compreensão como a "essência" própria de um ser – ou aquilo que o ser *é* necessária e universalmente. Neste sentido, a natureza de algo seria o conjunto de qualidades, propriedades e atributos que o definiria; seu caráter ou índole inata; espontânea. O que é natureza opõe-se às idéias de "acidental" – o que pode ser ou deixar de ser – e de "adquirido por costume"; ou pela "relação com as circunstâncias". Comumente, natureza também pode ser entendida como princípio de vida – ou "princípio ativo" –, que anima e movimenta os seres. Nesta concepção, fala-se em "deixar agir a natureza" ou "seguir a natureza" para significar que se trataria de uma força espontânea, capaz de gerar e de cuidar de todos os seres por ela criados e movidos. A natureza seria a *substância* – matéria e forma – de todos os seres.

Outro modo de entendê-la que também parte do senso comum seria como a organização universal e necessária dos seres segundo uma *ordem* regida por leis naturais. Deste modo, a natureza passaria a se caracterizar pelo ordenamento dos seres e pela regularidade dos fenômenos ou fatos; pela freqüência, constância e repetição de encadeamentos fixos entre as coisas; ou ainda, pelas relações de causalidade entre elas. Em outras palavras, poder-se-ia conceituá-la como "a ordem e a conexão universal e necessária entre as coisas, expressas em leis naturais". E, se vê-la como tudo o que existe no Universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas, natureza opor-se-ia àquilo

[1] Nesse aspecto, entra em cena a questão da ideologia como forma de consciência da realidade, mas uma consciência "falsa", ilusória e enganadora cuja finalidade seria produzir um consenso coletivo em torno de certos valores que, embora correspondam aos interesses específicos de uma classe social, são apresentados como se fossem de toda a sociedade; ou ainda universais. Essa universalização supõe o ocultamento de algo que não poderia ser explicitado sob pena de desmascaramento da ideologia. A ideologia cumpriria um grande papel na manutenção do poder, já que busca dominar psicossocialmente os indivíduos, fazendo-os interiorizar uma visão de mundo e assumir comportamentos úteis às determinadas classes (ALTHUSSER, 2001).

que é artificial, artefato, artifício, técnico e tecnológico. *Natural* passaria a ser tudo quanto se produz e se desenvolve, sem qualquer interferência humana.

Ainda de modo geral – como se comprova em qualquer dicionário ou enciclopédia[2] –, pode-se entender a natureza como o conjunto de tudo que existe e é percebido pelos homens como o meio e o ambiente no qual estes vivem. A natureza tanto significa o "conjunto das condições físicas onde se vive", quanto também aquelas coisas que se contempla com emoção – a paisagem, o mar, o céu, as estrelas, terremotos, eclipses, etc. A natureza seria o mundo visível como *meio ambiente* e como *aquilo que existe fora de nós*, mesmo que provoque idéias e sentimentos (CHAUÍ, 2003).

Entretanto, para as ciências contemporâneas, a natureza não seria apenas a realidade externa; dada e observada, percebida diretamente por nós, mas um objeto de conhecimento construído pelas operações científicas; um *campo objetivo* produzido pela atividade do conhecimento e com o auxílio de instrumentos tecnológicos. Neste sentido, a natureza, paradoxalmente, tornar-se-ia algo que passa a depender da interferência ou da intervenção humana, já que o objeto natural seria *construído* cientificamente. A concepção científica de natureza – e que é adotada no presente trabalho – seria a de uma noção ou um conceito que é produzido pelos próprios homens e, neste caso, como um artifício, artefato; uma construção humana. A própria idéia de natureza tornou-se um objeto cultural.

Essa forma de compreensão requer que se diferenciem fundamentalmente as concepções de cultura anterior e posterior ao século XVIII. Se até então, a cultura era vista como o aprimoramento da natureza humana pela educação em seu sentido mais amplo – tanto através da alfabetização, como também pela iniciação à vida coletiva por meio da música, ginástica, gramática, história, etc. –, a partir dos pensadores iluministas, passou a significar os "resultados" daquela formação educacional, expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, os ofícios, a religião, a Filosofia e o Estado. No primeiro momento, os seres humanos eram considerados seres "naturais", embora diferentes dos animais e plantas, já que a sua natureza não deveria ser deixada por conta própria – uma vez que tenderia a ser agressiva, destrutiva e ignorante –, mas educada, formada e cultivada de acordo com os ideais da sociedade[3] (SANTOS, 1994).

---

[2] Conforme a GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL (1998), o vocábulo "Natureza" é assim descrito: s.f. (Do lat. *natura*) 1. Conjunto de coisas que existem realmente. – 2. Mundo físico. – 3. Condição própria, essência do seres. – 4. Organização de cada animal: *A natureza do peixe é viver na água.* – 5. Conjunto de caracteres particulares de disposições que distinguem um indivíduo. – 6. Espécie, tipo: *objetos de natureza diferente.*

[3] Derivada do verbo latino *colere*, o qual significa "cultivar, criar; tomar conta e cuidar", a palavra *cultura* possuía na Antiguidade o sentido de cuidado do homem para com a natureza (*agricultura*) ou com os deuses (*culto*). Significava ainda, o cuidado ou cultivo da alma e corpo das crianças, através de sua formação educacional (*puericultura*). Em outros termos, referia-se à "educação do espírito" dos jovens para se tornarem membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento de suas qualidades naturais (caráter, índole, temperamento, etc). A pessoa "culta" era vista como moralmente virtuosa, politicamente consciente e participante, além de intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, artes e Filosofia. A cultura era uma *segunda natureza*, que a educação e costumes acrescentavam à *primeira natureza*, ou seja, uma natureza "adquirida", que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza "inata" de cada um. A partir do século XVIII, cultura tornou-se sinônimo de civilização, pois os pensadores iluministas julgavam que os resultados da formação educacional apareceriam com maior clareza e nitidez na vida social e política ou na vida "civil".

Posteriormente, tiveram início a separação e, depois, a oposição entre natureza e cultura. Sobretudo a partir de Immanuel Kant (1724-1804), passou-se a acreditar que havia uma diferença essencial entre homem e natureza: esta operaria mecanicamente de acordo com leis necessárias de causa e efeito, enquanto aquele seria dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins. Para os iluministas, a natureza seria o reino da necessidade causal e do determinismo cego. Já a humanidade ou cultura seria o reino da finalidade livre; das escolhas racionais e dos valores; da distinção entre bem e mal, verdadeiro e falso, justo e injusto, sagrado e profano, belo e feio. À medida que este segundo sentido foi prevalecendo, *cultura* passou a significar, em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem em uma civilização e, em segundo lugar, a relação que os homens, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e o espaço, com os outros homens e com a natureza; relações estas que se transformam e variam com o decorrer dos tempos. "Agora, cultura torna-se sinônimo de História". Se a natureza é o reino da repetição; a cultura é, o da transformação racional: é a "relação dos humanos com o tempo e no tempo" (CHAUÍ, 2003).

Essa concepção do homem concretamente como ser natural, mas, ao mesmo tempo, alguém oposto à natureza, teria promovido profundas transformações nela mesma e na própria natureza humana. Disto decorreu o fato de SANTOS (2004a) qualificá-la como *natureza artificial* ou *tecnificada*; ou ainda, "natureza instrumental", já que a técnica no seu estágio atual permitiria a intervenção, não somente nas formas, como também nos processos naturais[4]. Pode-se comprovar isto, por exemplo, pelas transformações efetuadas no ritmo vital de vegetais e animais através da aceleração nos processos de produção e reprodução destes para o consumo humano; pela constituição de sementes transgênicas ou pela transmutação de animais através da clonagem. Negativamente, vê-se através do chamado *efeito estufa* e na camada de ozônio; ou ainda na contaminação de águas superficiais e nos depósitos tecnogênicos. Nesta circunstância, dever-se-ia tratar a natureza não mais como na dimensão de interface com a sociedade, mas na dimensão de sua *transfiguraçã* – que, para MAFFESOLI (1995), corresponderia à passagem de uma feição para outra; uma transmutação que, além disso, seria, "de uma certa maneira, mesmo que mínima, próxima da possessão" (p.78).

---

[4] Essa abordagem contribui para uma definição contemporânea do campo de atuação da Geografia, o *espaço geográfico*, proposta por SANTOS (2004a). Para ele, este constituir-se-ia em, ao mesmo tempo, um sistema de objetos e um sistema de ações, os quais formariam um conjunto indissociável, solidário e também contraditório; e que não poderiam ser considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a História se dá. "No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina" (p.39). Vale acrescentar que, desde sua busca por autonomia, em meados do século XIX, a Geografia procurou situar seu objeto na relação entre homem e natureza. Pensada inicialmente como o estudo da natureza enquanto algo independente do ser humano – como, no caso de Alexander von Humboldt (1769-1859) que, em *Kosmos* (1845/47), propunha a análise da Terra pela *Física* (estudo dos processos físicos reduzidos a princípios abstratos) e pela *Geografia Física* (estudo da articulação dos elementos constituintes da configuração do planeta) –, seus fundadores como ciência autônoma – entre os quais Karl Ritter (1779-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de la Blache (1845-1918) –, propuseram-na sob uma concepção conjuntiva. Embora inicialmente tendendo a "naturalizar" o homem, já que o concebia como mais um constituinte do espaço geográfico, esta visão foi se alterando com o tempo, em parte devido à aproximação da Geografia com a Sociologia ou a Economia, como no caso de Pierre George (1909-); ou ainda com a Ciência Política, a partir do materialismo histórico, que concebe o espaço geográfico como resultado das formas como os homens organizam sua sida e modos de produção, concebendo a relação natureza-sociedade sob a ótica da apropriação, ou seja, a natureza como recursos à produção (FERREIRA, 1997).

Nessa concepção, uma natureza possuída pelo homem *transfigura-se*, adquire uma outra dimensão; transforma-se em outra coisa. E é a partir desses termos que se torna fundamental compreender a noção de "meio ambiente", freqüentemente empregada como sinônimo de natureza. De acordo com BERTRAND (1968), o conceito de "meio" (*milieu*) define-se sempre em relação a alguma coisa e, para ENGLISH & MAYFIELD (1974), corresponderia a qualquer condição ou influência situadas fora do organismo, grupo ou outro sistema que se analise, consistindo basicamente em um sistema ecológico formado por variados fatores ou componentes.

De modo geral, pode-se dizer que um meio está constituído por uma série de relações entre seus elementos e seus habitantes, de cujas relações tem-se uma ordem, as quais se organizam em diferentes graus que, por sua vez, definiriam um *ambiente*. Na Psicologia comportamental, por "ambiente" (do latim *ambiens*) entende-se o meio em que se vive, composto, basicamente, por cinco componentes: o *meio físico*, relacionado aos fatores naturais, geográficos, climáticos e antrópicos que limitam ou facilitam o comportamento do indivíduo; o *meio pessoal*, que incluem as pessoas que são centros de referência para esse comportamento – família, círculo de amigos, autoridades, grupos sociais, etc. –; o *meio suprapessoal*, que envolve as características do meio originadas pelas condições pessoais do indivíduo, por razões de idade, classe social, etnia, estilo de vida e outras; o *meio social*, ou seja, as normas sociais e instituições que regem o comportamento; e, finalmente, o próprio *indivíduo* que vive nesse ambiente[5] (RAPOPORT, 1978).

Para ALIATA & SILVESTRI (1994), a origem histórica da noção de ambiente estaria vinculada à Biologia, tendo sido introduzida nesta área de conhecimento pela Mecânica newtoniana. No seu desenvolvimento histórico, contudo, seu conceito perdeu suas raízes – a de veículo mediando um objeto a outro – e assumiu a concepção de "unidade de diversas manifestações entre si relacionadas", ou seja, um "sistema", nos termos que o estruturalismo[6] o redefiniu.

---

[5] É interessante observar que essa concepção de ambiente coincide com a de um sistema geral de relações ecológicas, no qual atuariam vários fatores, entre os quais: o *fator perceptivo*, que corresponde à maneira através da qual os indivíduos experimentam o mundo, que é um mecanismo essencial que relaciona os seres ao seu meio físico; o *fator expressivo*, referente à influência que exercem nos indivíduos as formas, as cores, as texturas, os odores, os sons ou os significados simbólicos; o *fator estético* relacionado ao campo dos valores estéticos de determinada cultura; o *fator adaptativo*, uma componente que indica até que ponto o meio ajuda ou dificulta as atividades do indivíduo; o *fator integrativo*, o qual indica o tipo de grupos sociais que esse ambiente favorece ou inibe; e o *fator instrumental*, elemento referente às facilidades ou meios instrumentais proporcionados pelo ambiente em questão (ENGLISH & MAYFIELD, 1974).

[6] A corrente filosófica do estruturalismo visava privilegiar, por um lado, a totalidade no que se refere ao indivíduo e, por outro lado, o sincronismo dos fatos em detrimento de sua evolução e; finalmente, as relações que unem estes fatos bem mais do que os próprios fatos no seu caráter heterogêneo e anedótico. Foi o lingüista Ferdinand de Saussure (1857-1913) quem inspirou os críticos estruturalistas, particularmente em meados da década de 1960, na França, os quais começaram a investigar a filosofia como uma forma de "discurso" entre outras. Os estruturalistas, entre os quais Jacques Lacan (1901-1981), Claude-Levi Strauss (1908-), Roland Barthes (1915-1980), Louis Althusser (1918-1990) e Michel Foucault (1916-1984), viram o mundo organizado em sistemas que entrosam, aliados a *estruturas profundas*, nas suas próprias *gramáticas* abertas à análise. Segundo ROBSON & GROVES (1999), esse ponto de vista foi derrotado no fim dos anos 60 pelos chamados *pós-estruturalistas*, como Jacques Derrida (1930-2005) e Julia Kristeva (1941-).

Nessa perspectiva, o *meio ambiente* pode ser lido como algo externo ao homem, cuja preocupação seria estudar o funcionamento dos sistemas naturais – compostos por elementos minerais, vegetais e animais, inter-relacionados por processos químicos, físicos e orgânicos –, mas que também poderia incluir o ser humano, o qual deixaria de se tornar sujeito em um mundo oposto a ele, passando a ser incorporado naquele, tornando-se também objeto.

Ambiente, para esses autores, contrapõe-se à idéia de *paisagem*, embora esta também tenha se transformado no tempo, tendo sido apropriada por outras definições; todas elas designando o mundo exterior ao homem[7]. GONÇALVES (1996), em sua crítica ao conceito de *meio ambiente*, propõe uma visão de "ambiente por inteiro", ou seja, considerá-lo nas suas múltiplas facetas, não sendo mais possível concebê-lo como equivalente somente ao mundo natural. O "ambiente por inteiro" – como se refere – implicaria em privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões. Na Geografia contemporânea, por sua vez, tem-se pensado o ambiente diferentemente da Ecologia, entendendo-o como "transfiguração do natural e do social", o que inclui nele o ser humano, não como ser "naturalizado", mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais (SUETEGARAY, 2001).

---

[7] O conceito geográfico de *paisagem* privilegia a coexistência de objetos e ações sociais, na sua face econômica e cultural manifesta. De uma perspectiva clássica, evoluiu-se para sua concepção como "expressão materializada das relações do homem com a natureza em um espaço circunscrito". O geógrafo alemão Carl Troll (1899-1975), um dos grandes mestres da Biogeografia, da Geografia Física e da Ecologia, concebia a paisagem como o "conjunto das interações entre homem e meio", a qual se apresentava sob dupla possibilidade de análise: a da *forma* (formação; configuração) e a da *funcionalidade* (organização: interação de geofatores incluindo a economia e a cultura humana). Esta análise poderia ser exclusivamente de ordem natural (paisagens naturais) ou humana (paisagens culturais). Paisagem seria algo além do visível; resultado de um processo de articulação entre elementos constituintes, que deveria ser "estudada na sua morfologia, estrutura e divisão além da ecologia da paisagem, nível máximo de interação entre os diferentes elementos" (TROLL, 1988). BERTRAND (1988), por sua vez, ao propor o estudo de *Geografia Física Global*, pensou a paisagem como "resultado sobre uma certa porção do espaço, da combinação dinâmica e portanto, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos que interagindo dialeticamente uns sobre os outros fazem [dela] um conjunto único e indissociável em contínua evolução". Hoje, Milton Santos (1926-) concebe *paisagem* como a "expressão materializada do espaço geográfico", interpretando-a como um "conjunto de objetos reais concretos" constituintes do espaço geográfico. Para ele, seria o "conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza " (SANTOS, 2004a). Nesta concepção, diferencia *paisagem* de *espaço*: enquanto a primeira seria "transtemporal"; uma construção transversal que junta objetos passados e presentes; o segundo seria sempre um presente, uma construção horizontal, em situação única. Mais, paisagem seria um sistema material e, nesta condição, relativamente imutável; já espaço, um sistema de valores que se transforma permanentemente. Na arquitetura e paisagismo, *paisagem* é vista como reflexo da relação entre homem e natureza, sendo uma tentativa de ordenar o entorno, mas que é fruto da mistura entre arte, ciência e acaso; algo substancial, mas intangível, que reflete a cultura não como um espelho que apenas capta a imagem, mas sim resultado de um contexto de idéias fundamentadas e de convicções sobre como o mundo funciona e pode ser melhorado. Da década de 1960 em diante, principalmente a partir de Gordon Cullen (1914-1994) e Kevin R. Lynch (1918-1994), passou-se a descrever a *paisagem urbana* através da diversidade de sensações que suscita, vinculando-a à percepção ambiental. CULLEN (1996) explora sua coerência perspectiva e seqüências de vista, enquanto LYNCH (1997) descreve sobre a "forma sensível" da paisagem, através de sua vitalidade e sentido de "lugar", conceito aliás fundamental na discussão pós-moderna. O *lugar* singulariza-se a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico ("experiências felizes") das quais se refere TUAN (1980). Para SANTOS (2004a), *lugar* constitui "a dimensão da existência [e coexistência] que se manifesta através de um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições [onde] cooperação e conflito são a base da vida em comum". Trata-se de um conceito que nos remete à reflexão de nossa relação com mundo e que induz a análise em outra dimensão: a da *existência*, referindo-se a um "tratamento geográfico do mundo vivido" local-global. Ele pode ser lido através da *geograficidade*, que, para RELPH (1979), engloba todas as respostas e experiências que se tem de ambientes em que se vive, "antes de analisarmos e atribuirmos conceitos a essas experiências", o que implicaria compreendê-lo através de nossas necessidades existenciais (localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou pessoas), identificando-se com a corporeidade e, desta, com o ser no mundo.

Diante desses argumentos, não se pode mais entender nem a natureza nem o homem sem os encarar como partes integrantes e indissociáveis que, em cada um dos momentos históricos, constituem um mesmo e único mundo, onde as "coisas" da natureza e as "idéias" do homem compõem uma mesma realidade, mas nem por isso se confundem. Por exemplo, um rio não precisa necessariamente ser fonte de energia ou servir de esgoto para dejetos industriais, mas pode ser simplesmente um curso d'água, do qual indígenas retiram o alimento para sua sobrevivência; tudo vai depender das idéias postas na prática, a qual, por sua vez, depende das necessidades ditadas pelos esquemas de vida que se opta por viver (FIG. 2.1).

FIGURA 2.1 – *Mistério da árvore da vida*: A relação entre o homem e a natureza sempre esteve permeada de misticismo, em um misto de fascinação e temor. (**FONTE**: RAVIGNANT, 1983)

Outrossim, a partir do advento da existência humana, segundo CARVALHO (1991), é impossível não implementar nenhuma idéia, pois as dinâmicas que as realidades apresentam, mesmo que sejam aquelas consideradas "originais" – como no caso de uma floresta preservada ou de um rio no seu curso normal –, vão sempre depender da opção de vida dos homens "e não das decisões das árvores ou dos peixes". Ou melhor, não mais dependem exclusivamente daquelas forças naturais que, antes da existência humana, eram as únicas presentes; únicas a compor aquilo que alguns preferem chamar de "primeira natureza", distinguindo-a da natureza que resulta do processo de apropriação cultural, que somente o homem é capaz de realizar. Quando os seres humanos tornam-se produtores e reprodutores conscientes de suas próprias existências, criam uma "segunda natureza[8]".

[8] O geógrafo Eliseé Reclus (1830-1905) elaborou uma das melhores sínteses dessa idéia quando disse que "o homem é a natureza adquirindo consciência de si própria" (RECLUS, 2002). Contudo, foi Karl Marx (1818-1883) quem melhor soube fazer a distinção entre a "primeira" e a "segunda natureza". Para ele, esta natureza "aculturada" deveria ser entendida como um processo, cuja plenitude de desenvolvimento encontrou seu melhor exemplo no capitalismo industrial. Nenhuma outra sociedade teve limites tão amplos de atuação ou desenvolveu uma capacidade de interferência nas dinâmicas naturais na proporção e intensidade que as sociedades industriais desenvolveram. E tal interferência vem se manifestando particularmente de forma cada vez mais violenta nos próprios homens. Como nestas sociedades o real intento de proporcionar maiores lucros somente é conseguido acelerando-se constantemente os ritmos de produção, cada vez mais se aumentará a exploração da força de trabalho, o consumo e a degradação da natureza em benefício do "progresso" (CARVALHO, 1991).

Embora os fatos e fenômenos da natureza tenham uma dinâmica própria e possuam um ritmo temporal bastante distinto – e infinitamente maior – que a escala humana, pode-se dizer que a história da natureza não teria sido desvendada se a história da humanidade não conduzisse a isso. Tudo que se pesquisou, se produziu ou se comprovou até hoje em termos de conceitos e descobertas sobre a natureza somente foi possível porque a história dos homens conduziu à conformação de uma sociedade, cujas necessidades de funcionamento, manutenção e/ou transformação exigiram tais formulações. A história da natureza é também a história dos próprios homens.

Como o conceito de natureza é uma construção social, alterou-se no tempo e no espaço[9]. De qualquer forma, o homem é natureza e dela faz parte, ao mesmo tempo em que dela se distancia no processo de socialização e no avanço da ciência e tecnologia. Em geral, abstrai-se que os seres humanos são também parte importante da natureza e que ela é finita e tem leis próprias, que podem ser transgredidas ou até mesmo destruídas. Os homens descobriram as suas especificidades, suas leis e suas características; e dela retiraram elementos para sua sobrevivência e também para o lucro, principalmente após o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que se deu tanto pela apropriação de seus elementos como pela demarcação de propriedade em territórios e espaços. A natureza, suporte da vida e dos meios de produção do homem, transformou-se historicamente e seus elementos passaram a ser mercadorias denominadas "recursos naturais". O próprio reconhecimento da natureza como algo distinto em relação aos homens somente foi possível a partir do momento que

[9] Deve-se ressaltar as implicações que estes dois termos – *tempo* e *espaço* – encerram em si, já que também tiveram concepções por vezes diferenciadas. Desde o iluminismo, assumiu-se a concepção de *tempo* sob uma forma seqüencial; linear, como sucessão de fatos no espaço. Neste sentido, construiu-se a perspectiva histórica seqüencial representada através de uma *seta-evolução*. Entretanto, surgiu uma nova visão de tempo como *ciclo*, na qual se passou a compreender que fatos sucessivos podem voltar ao ponto inicial. O tempo, nesta perspectiva que explica várias características do mundo natural, evoca a idéia de uma dinâmica estável, um movimento que se repete. Por fim, rompeu-se com esta visão de estabilidade, passando-se a conceber o tempo como *espiral*. Ele passa a ser entendido concomitantemente como seta e ciclo. Por exemplo, o espaço geográfico forma-se – no sentido de formação; origem – e organiza-se – no sentido de funcionalidade –, projetando-se como determinação ou possibilidade, o que seria feito através de avanços (seta) e retornos (ciclo). Passa a ser compreendido como a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização, com formas novas em construção, ou seja, coexistência de um passado reconstituído no presente (SANTOS, 2004a). Paralelamente, o conceito de *espaço* também se alterou. No princípio, era concebido como *absoluto*, espaço receptáculo; continente, lugar de ocorrência do fenômeno geográfico. Com o tempo, adquiriu dimensões específicas, tornando-se demarcável, passível de delimitação; de localização, isto tornando possível pela cartografia de base e pelas coordenadas geográficas. Contudo, com a difusão de novas concepções científicas e as transformações do mundo do segundo pós-guerra, passou-se para a idéia do *espaço relativo*; algo definível a partir de variáveis pré-estabelecidas, estabelecidas *a* priori conforme os objetivos de delimitação. O espaço passa a existir como *representação*, podendo ser objetivamente delimitado em cartas e mapas. SANTOS (1997; 2004b) diz que "o espaço é a acumulação desigual de tempos", o que significa concebê-lo como heranças. Essa "coexistência de tempos diferentes" equivale a afirmar que, em um mesmo espaço, coabitam tempos tecnológicos diversos, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou mundo globalizado, bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. HARVEY (1980) aborda o espaço ainda sob outra perspectiva. Em um contexto dialético, concebe-o como sendo ao mesmo tempo, *absoluto* – como existência material –, *relativo* – como relação entre objetos – e *relacional* – já que contém e que está contido nos objetos. Em outras palavras, o objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos. Para ele, o espaço não é nem um, nem outro em si mesmo, podendo se transformar em um ou noutro, dependendo das circunstâncias (SUETEGARAY, 2001).

houve uma separação entre o "mundo natural" e o "mundo social". Primitivamente, o homem não se reconhecia de modo distinto dos fatos naturais[10].

Na Pré-História, os desejos, as carências, as paixões e demais atitudes humanas eram também "comportamentos" comuns aos elementos da natureza, percebidos nas plantas que floresciam, na erupção de um vulcão ou na morte de um animal. Mitos e rituais mágicos permitiam que esses atributos "naturais" retornassem aos homens, conferindo-lhes poderes sobrenaturais; e a rigor não havia desigualdades sociais, mas somente distinções físicas e individuais – a mulher, o jovem, o ancião, o rio, a montanha, etc. –, que serviam de base à manutenção da vida comunitária.

> A humanidade conheceu uma longa fase em que a natureza era sentida como expressão da vontade dos deuses, como natureza mágica. Ela era "mãe" quando propiciava frutos à sobrevivência e madrasta quando castigava os homens com catástrofes. Esse primeiro sentido de "natureza" está contido na própria palavra que carrega em si uma noção vitalista e animista, ou seja, natureza é vida e é alma; portanto vontade, afeto e ódio. A palavra vem de *natura*, do grego, que é da mesma raiz *nasci*, da qual surgiram as palavras nascer e nação (*natio-onis*). *Natura* era também o nome que se dava aos órgãos femininos da geração. Assim o nascimento do homem coloca de imediato na natureza e no seio de uma nação, dá-lhe vida e pode também tirá-la. Por isso a natureza, para esses povos, eram divindades, seres cheios de vida, de vontade e de paixões positivas e negativas (ALMEIDA, 1999:23).

De acordo com LENOBLE (2002), a natureza somente pôde ser concebida como uma realidade por si mesma na medida que a consciência conquistou uma certa liberdade em relação aos seus próprios problemas. Até então, estava condenada a viver o "drama" humano sendo, em primeiro lugar, a projeção desse próprio "drama"; e não unicamente do desejo. Nesta natureza *mágica*, nada acontecia por acaso, através de um determinismo que fazia com que se buscasse "decifrar" todos os fenômenos, que nada mais eram que sinais de intenções mais profundas. Tal animismo tinha causas psicológicas, uma vez que é propensão do sujeito, em um primeiro momento, imaginar as coisas segundo o modelo da sua própria existência. "No seio de uma natureza que possui vida e consciência, as vontades dos homens e as das coisas entrecruzam-se numa rede inextricável" (LENOBLE, 2002:45).

[10] Essa idéia pode ser comprovada a partir da observação dos testemunhos que se encontram entre os remanescentes indígenas ainda presentes em vários cantos do planeta, desde que entre eles prevaleça aquilo que os antropólogos chamam de "pensamento no estado selvagem". Por exemplo, é evidente no depoimento de membros dos chamados "povos primitivos", como aqueles reproduzidos pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908) em seu livro *La pensée sauvage* (*O pensamento selvagem*, 1962) (LÉVI-STRAUSS, 2005).

2.2 DA ANTIGUIDADE AO IDEAL ILUMINISTA

Em tempos remotos, a natureza era algo a ser reconhecido como alteridade distinta a integrar o universo humano. Isto ocorreu quando os homens mudaram seu modo de vida comunitária, o que aconteceu justamente a partir da magia e da religião; "instrumentos" básicos da relação entre os homens primitivos que passaram por um processo de especialização até praticamente se tornarem "monopólio" de alguns desses homens; sacerdotes, feiticeiros; "senhores das magias" capazes de controlar a fertilidade de plantas e animais, ou seja, verdadeiros intermediários entre a sociedade e as forças sobrenaturais. Nascia um grupo autonomeado de "sacerdotes", os quais conquistaram grande poder social e se desvincularam daqueles que tinham uma relação direta e de mais trabalho com a natureza. Coube a esses eleitos "descobrir" as simpatias e as antipatias nas formas naturais.

Foi através desse processo interno de distinção entre as pessoas de um mesmo agrupamento – ou por meio de guerras de conquista e escravização dos perdedores – que os homens deixaram de ter apenas diferenças físicas ou biológicas e passaram a ser socialmente desiguais, surgindo a denominada "sociedade de classes" (HUBERMANN, 1986). Como conseqüência, houve a distinção dos espaços desses homens, primeiro através dos templos de sacerdotes e depois os lugares específicos de reis, faraós ou imperadores; "aristocratas" de toda ordem que se isolaram dos produtores e dos locais de produção a partir da construção desde pequenos templos e aldeias até grandes cidades da antiguidade. Aos produtores restou o contato direto com a natureza, marcando definitivamente o advento da distinção entre cidade e campo; e abrindo cada vez mais caminho para a consolidação das "distâncias" sociais.

A natureza pode ser entendida como fruto de um longo processo de superação de um espaço primitivo e selvagem – onde não havia lugar para qualquer produção excedente – pelo espaço de uma outra sociedade, onde as relações de poder estabelecidas entre os homens passaram a exigir a produção de um número cada vez maior de "artifícios". Isto não correu de maneira abrupta, nem de forma idêntica em todos os lugares ou ao mesmo tempo, segundo CARVALHO (1991), já que os mitos ainda continuaram explicando o mundo natural por muito tempo em várias sociedades, como as dos egípcios, sumerianos e antigos gregos. Pelo menos até o século VI a.C., as "leis" da natureza baseadas na magia ainda não tinham sido superadas, tornando-se todavia exclusividade de determinadas castas – sacerdotes, reis, faraós, etc. –, as quais tinham o privilégio de manipulá-las a seu favor.

Foi graças à organização social das cidades-estados gregas, as *poleis* – ou *polis* (πόλις), no singular –, que nasceram as condições especiais para o desenvolvimento de uma nova concepção do mundo, promovida pela forma de reflexão sobre a natureza, os homens e seu universo representada pela Filosofia. A substituição da monarquia, centrada no "poder natural" de um rei-

sacerdote, por uma república, onde prevalecia um regime de igualdade de direitos, foi fundamental para que ocorresse essa transformação de pensamento, já que a democracia grega conferiu a um número maior de pessoas a possibilidade de elaborar explicações e tecer considerações sobre a realidade que os cercava. Soma-se a isto o grande desenvolvimento do comércio e navegação; a elaboração da escrita alfabética; a promulgação do calendário civil e a cunhagem das primeiras moedas pelo Estado, no século VII a.C..

Para a mitologia grega, os deuses e os homens tinham a mesma origem. No princípio, segundo a cosmogonia do poeta Hesíodo (c. 770-700 a.C.), eram o Caos, o Tártaro, a Terra (ou Gaia) e o Eros. Caos gerou a Noite, que gerou o Dia. Da Terra, nasceram o Céu (ou Urano), as Montanhas e o Mar. Urano, o primeiro rei dos deuses, contraiu matrimônio com sua mãe e teve, entre seus filhos, os Titãs, os Cíclopes, Téia e Chronos, o qual se rebelou contra o pai e, depois de castrá-lo, governou o Universo. Chronos, o Tempo, foi destronado pelo filho Zeus, que fundou o panteão helênico clássico. Daí surgiram os deuses e os homens, que se diferenciavam não pela origem, mas pelo destino: os deuses eram imortais. Entretanto, eram formados à imagem e semelhança dos homens, com sentimentos e paixões; qualidades e defeitos. Os deuses gregos não eram entidades sobrenaturais, mas compreendidos como parte integrante da natureza (BORNHEIM, 1994).

Todas as transformações ocorridas no mundo grego conduziram a novas concepções sobre a natureza, as quais tiveram os filósofos como seus principais porta-vozes e acabaram influenciando toda a cultura ocidental. Os pré-socráticos pensavam o ser e a totalidade do real como uma coisa só, diferentemente do que aconteceria na tradição judaico-cristã, segundo a qual haveria um Deus único criador do Universo e de todas as coisas. Na própria terminologia da língua grega, a palavra *physis* (φύσις) significava, ao mesmo tempo, a natureza e o homem com suas ações e pensamentos[11]. Tales (c. 624-548 a.C.), junto a outros integrantes da *Escola de Mileto*, foi um dos pioneiros no estabelecimento dos princípios explicativos para a natureza, a partir de elementos dela própria, ou seja, livres dos mitos ou compromissos religiosos[12].

---

[11] A Filosofia – vocábulo originado da junção de dois termos gregos: *philos*, amigo; e *sophia*, ciência, sabedoria – nasceu do "espanto" (*thaumazéin*) do homem grego diante da realidade; do admirar-se que teria o sentido de estranhar-se; surpreender-se e, ao mesmo tempo, retirar-se; afastar-se da realidade para olhá-la e perguntar-se, de maneira global: o que é tudo isto? A *physis* seria justamente esse todo, a totalidade do mundo; o conjunto da realidade, a *natureza*, a qual é vista como "princípio originário" de onde emerge toda a realidade concreta; um mundo múltiplo e inteligível, capaz de ser compreendido. Para isto, é preciso saber olhar; contemplar (*theoréin*).

[12] Tales de Mileto, fundador da escola jônica, acreditava que o princípio (*arkhé*) de tudo estaria na água, componente primordial de todas as coisas, idéia que o fez conceber a Terra como um disco que flutuava sobre um imenso oceano. Segundo ele, era a partir do movimento cíclico da água, que surgiam todos os elementos da natureza, tal como as formas de vida vegetal e animal. Já Anaxímenes (588-524 a.C.) considerava o ar como o princípio da realidade, por ser ilimitado e gerar todas as coisas por movimentos contínuos de condensação e rarefação. Acreditava que a Terra flutuava no ar, da mesma forma que a tampa de um tacho com água fervendo por vezes flutuava no vapor. Por sua vez, Anaximandro (c. 610-546 a.C.) estabeleceu como princípio universal do mundo o *ápeiron*, uma substância indeterminada e ilimitada, da qual, através de um processo de segregação espontânea, surgiriam os diferentes corpos. A Terra não estaria apoiada em absolutamente nada: ela é um objeto sólido e de forma cilíndrica suspenso no espaço. Por fim, Heráclito (c. 540-470 a.C.) defendia a idéia de que "tudo é instável", ou seja, nada neste mundo limita-se a ser permanente, pois tudo está em constante mudança. Para ele, aquilo que se chamam "coisas" não são objetos estáveis, mas estão em perpétua transição. Afirmava que o fogo seria o fluxo universal ou o devir de toda a realidade (ARANHA & MARTINS, 1993).

A partir destes, outros conceitos foram sendo acrescentados ao recém-descoberto – e reconhecido – "mundo da natureza", como, por exemplo, a imagem de uma Terra esférica ou a concepção numérica de todo o universo, propostas por Pitágoras (c. 570-497 a.C.): foi a partir dele que surgiu a noção de que a ordem matemática atravessaria todo o mundo físico. Para a escola pitagórica, todas as coisas são *números*; ou são redutíveis a eles; entidades permanentes – imutáveis e atemporais – ao contrário da *physis*, que muda sempre; transforma-se (MAGEE, 1999).

Parmênides (530-460 a.C.) achava autocontraditório afirmar que o nada existe, defendendo a idéia de que a realidade deveria ser contínua em si mesma em todos os pontos, isto é, todo o espaço deveria ser completo, repleto de matéria. Isto fez surgir uma visão do universo como sendo uma entidade única e imutável: "tudo é uma coisa só". Para ele, o que parecia ser mudança ou movimento era algo que ocorria dentro de um sistema fechado e permanente. Ao contrário, Empédocles (492-432 a.C.) tentou reafirmar a realidade da constante mudança do mundo das experiências sensoriais e também o pluralismo dessa natureza. Embora admitindo que a matéria não poderia existir a partir do nada, afirmava que tudo era composto por quatro elementos diferentes (FIG. 2.2), os quais seriam perpétuos – terra, água, ar e fogo –; doutrina que teve papel importante no pensamento ocidental até o Renascimento[13].

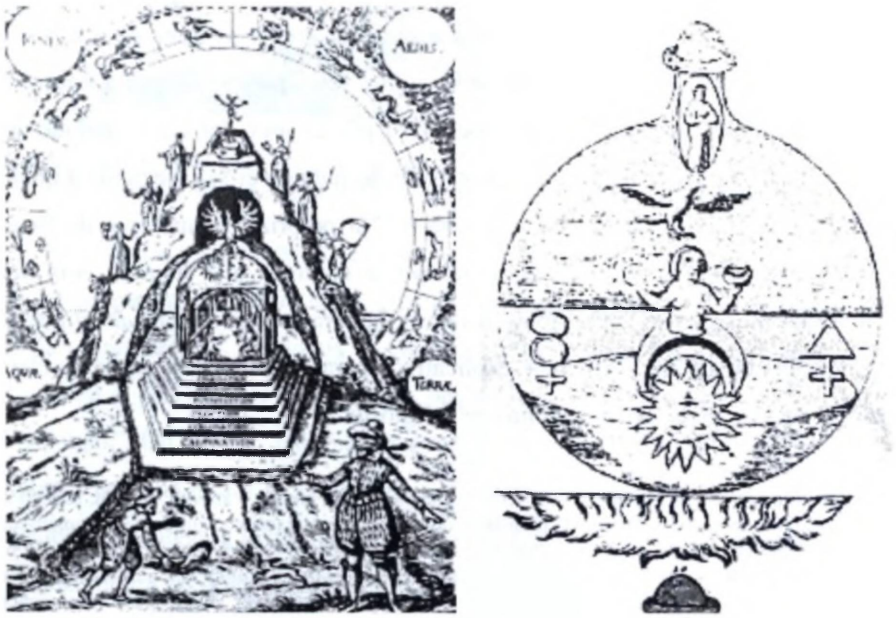


FIGURA 2.2 – A natureza composta pelos quatro elementos: terra, ar, água e fogo.
(**FONTE**: RAVIGNANT, 1983)

[13] Entre os filósofos pré-socráticos, havia ainda os *atomistas*, dos quais se destacaram essencialmente Leucipo (c. 500-430 a.C.) e Demócrito (c. 460-370 a.C.). O primeiro defendia a idéia de que tudo seria composto por átomos, partículas demasiado pequenas para serem vistas ou até mesmo subdivididas. Segundo ele, tudo o que existe são átomos e espaço; e todos os diferentes objetos consistem simplesmente em conjuntos diferentes de átomos no espaço. Os átomos seriam imutáveis e indestrutíveis; e todas as mudanças no universo consistiriam em átomos que alteram tanto as suas formações como as suas localizações. Eles acreditavam ainda que o universo não era contínuo, como afirmava Parmênides, mas sim constituído por entidades isoladas.

FIGURA 2.3 – *Escola de Atenas* (1511/14); *Sala de Heliodoro*: Rafael (1483-1520), *Musei di Vaticani*, Roma. (**FONTE**: SBAC, 2005)

Diante das idéias entusiastas acerca do mundo propostas por seus antecessores , Sócrates (470-399 a.C.), o primeiro filósofo nascido ateniense, sugeriu separar uma filosofia humanista de outra naturalista, em uma espécie de premonição da divisão futura entre ciências da natureza e da sociedade (FIG. 2.3). Para ele, o que se precisa saber era como conduzir a vida e a si mesmo, pois acreditava que o comportamento não poderia ser, de modo algum, afetado pelo conhecimento da natureza, fundando uma filosofia *moral*. Nela,

> [...] uma vez autônomo, o homem sente-se capaz de tolerar e, a seguir, de reconhecer, a autonomia das coisas [...] a Natureza já não é a imagem das violências e dos temores da consciência atormentada: esboça-se uma ordem, animada de beleza, de retórica construtiva, de coragem, dominada pela Idéia do Bem (LENOBLE, 2002:59-60).

Posto em ordem, o homem tornou-se um "fato" e a natureza recebeu o direito de se organizar, começando a receber uma objetividade verdadeira. Platão (427-347 a.C.) apontava a "sujeição" ou não dos fenômenos naturais ao conceito de *leis* (νόμος) "racionais". Defendia que o mundo era feito de objetos, aos quais denominava "formas" (os pássaros, as árvores, etc.) e "idéias" (a virtude e a igualdade). As formas seriam eternas, imutáveis e predeterminadas; padrões aos quais se podem comparar coisas ou atos, encontrando seus valores. Para ele, a contemplação das formas constituía o conhecimento (OLIVER, 1998).

Platão considerava que tudo, sem exceção, era efêmero e uma cópia decadente de algo cuja forma ideal tem uma existência permanente e indestrutível fora do espaço e do tempo. Seguindo as idéias de Pitágoras, acreditava que, sob a superfície desordenada e caótica do nosso mundo, existiria

uma ordem que possui todo o idealismo e perfeição da matemática. Dividia a realidade em dois planos: o *mundo visível* que se apresenta aos sentidos e no qual nada perdura ou fica igual – "Tudo se transforma, nada é!" –; e outro, a *realidade intemporal e imutável*, da qual o nosso mundo cotidiano nos oferece apenas breves e insatisfatórios vislumbres; um mundo corrompido e em processo de degradação. A natureza era domínio do mutável, do inapreensível, de um sensível que, transitando entre a gênese e a corrupção, não se expunha à apreensão intelectual, mas à "diversão filosófica".

> Deste modo, a principal preocupação de Platão, ou pelo menos de seus escritos mais importantes, como *A República* e *As Leis*, é remediar o processo de degradação [da natureza] introduzido pela liberdade humana e por sua necessária aptidão para a perversão: remontando a corrente que, em função da autonomia do homem, por definição anárquica, conduz da ordem à desordem, da finalidade ao acaso, da natureza à corrupção (ROSSET, 1989:218)

Entretanto, foi Aristóteles (384-322 a.C.) o principal historiador e organizador do saber desenvolvido pelos antigos filósofos, sistematizando esse "mundo da natureza" descortinado pelos gregos. Com ele, de acordo com LENOBLE (2002), surgiu a primeira percepção desinteressada da natureza. Se Platão conseguiu estender à cidade a visão pacífica da ordem "descoberta" por Sócrates na consciência – como pode ser constatado em sua utópica *República* (Ver CAPÍTULO 4) –, foi Aristóteles quem chegou até o fim, encontrando esta ordem na natureza. Inicialmente, propôs definições para o termo *physis*, admitindo seu uso tanto para fazer referência a tudo aquilo que não for produto do homem, como ao "substrato" ou à "matéria-prima" de que as coisas seriam feitas.

Não convencido da teoria platônica das *formas ideais*, já que pensava existirem apenas "coisas individuais"; nem que o mundo fosse constituído por "formas", preferindo o que chamou de "tipos naturais" ou espécies, ele acreditava que tudo tinha "uma causa final" ou função potencial. Por exemplo, o fogo teria o potencial constante de se deslocar para cima, assim como os objetos pesados o de cair[14]. Segundo STRATHERN (1997), baseado nos princípios de que na natureza "todas as coisas têm o seu lugar; todos os lugares a sua coisa" e de que o conjunto é permanentemente movido pelas mesmas causas e orientado para os mesmos fins, Aristóteles concluiu que, no caso do mundo vivo, a reprodução e o desenvolvimento de plantas e animais obedeciam a uma "finalidade interna, imutável e eterna" (*entelechia*); inerente à forma destes organismos.

Já para as coisas inanimadas, observou que todos os movimentos realizados faziam parte de um processo, através do qual os corpos tendiam a voltar ao seu estado de repouso, com vistas

[14] Essa explicação circular e bastante vazia da razão por que as coisas comportam-se como se comportam chama-se *explicação teleológica* – expressão que nasce da junção dos vocábulos gregos *teleos*, final e; *logos*, tratado, estudo – , a qual trabalha como se a "causa" fosse um misterioso "arrancador" interno ou "propósito final"; e não um "propulsor" externo separado. A teleologia consiste assim em um conjunto de especulações que se aplicam à noção de finalidade; às causas finais, partindo do princípio de que o mundo seria um sistema de relações entre meios e fins. Para Aristóteles, como todas as coisas e todos os acontecimentos teriam uma causa, se forem todos seguidos até o princípio dos tempos, deveria haver uma primeira causa ou um "primeiro impulsionador". Esta concepção do "propósito final de todas as coisas" foi colocada à prova com as convicções evolucionária darwinianas (ROBINSON & GROVES, 1999).

a atingir seus "lugares naturais" que tenderiam a conservar, tal como fazem, por exemplo, as nuvens que se condensam de vapores ou as pedras que se depositam nos solos (MANNION, 2004).

> Para Aristóteles, o ser define-se pela sua "natureza", e neste sentido "a natureza é um princípio (ἀρχή) e uma causa (αἰτία) de movimento e, igualmente, de repouso para a coisa na qual reside *imediatamente* e na qualidade de atributo *essencial* e não *acidental* dessa coisa". O ser natural é *substância* (LENOBLE, 2002:70-1).

Foi com base nesses princípios que Aristóteles formulou seu modelo geostático para o universo, segundo o qual a Terra era admitida como esférica e imóvel, "depositada" no lugar mais baixo do cosmos, por ser o corpo mais pesado, circundado por sucessivos estratos esféricos de água, ar e fogo. Ao redor deste conjunto, a Lua, o Sol e o "céu de estrelas fixas" e demais astros realizariam movimentos circulares, compondo 55 outras esferas sólidas e constituídas por uma "quinta-essência" desconhecida e evidentemente diferente das outras. Tal concepção, assim como sua sistematização por Ptolomeu[15], compuseram uma concepção de natureza que não somente sobreviveu ao Império Romano como perdurou por toda a Idade Média, apesar de algumas adaptações feitas pela Igreja (FIG. 2.4).

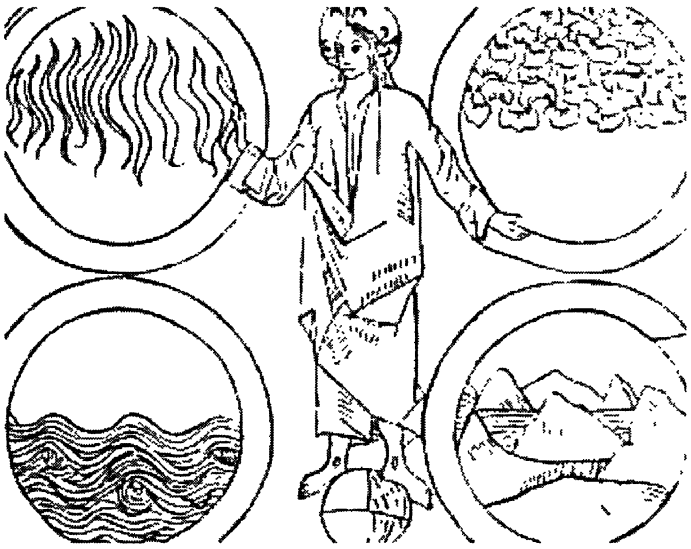


FIGURA 2.4 – Jesus Cristo e os quatro elementos que compõe o mundo dos homens.
(**FONTE**: RAVIGNANT, 1983)

A partir das conquistas de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), discípulo de Aristóteles, a cultura grega espalhou-se por uma ampla região, que hoje vai da Itália à Índia, incluindo grande parte do Oriente Médio e vastas áreas no Norte da África, o que constituiu o chamado *mundo helênico*, marcado pela fundação de novas cidades e pela miscigenação racial e cultural entre os povos, destacando-se como o principal pólo cultural a cidade de Alexandria, no Egito. Durante cerca de 300 anos, desde a queda das cidades-estados gregas no século IV a.C. até a ascensão do Império Romano,

[15] O modelo geostático de Aristóteles consagrou-se posteriormente em Alexandria, no Egito, com Claudius Ptolemaeus – ou simplesmente, Ptolomeu (120-150 d.C.) –, através de *He megále sýntasix* (*A grande sintaxe*, 140 d.C.), também conhecida por *Ho megas astronomos* (*O grande astrônomo*) ou pelo nome árabe *Almagesto*, que sistematizou e desenvolveu as principais argumentações físicas, astronômicas e matemáticas que sustentavam ao modelo geocêntrico (CARVALHO, 1991).

no século I d.C., os conceitos da civilização da antiga Grécia propagaram-se por vários povos, tal como sua filosofia, surgindo quatro novas escolas – representadas pelos cínicos, pelos céticos, pelos epicuristas e pelos estóicos –, as quais tiveram em comum a preocupação com a forma como um homem civilizado teria que viver em um mundo inseguro, instável e perigoso.

O precursor do *cinismo* foi Antístenes (444-1365 a.C.), discípulo de Sócrates e contemporâneo de Platão, que, após a morte do primeiro, optou por uma vida simples, proclamando que não queria governo, nem propriedade privada, casamento ou religião estabelecida. Para ele, a virtude consistiria no homem viver com bem entende, segundo seus próprios desejos e não conforme sociedade deseje. Seu seguidor, Diógenes (404-323 a.C.), era contra todas as convenções e chocava deliberadamente todas as pessoas por não se lavar, viver em um barril e cometer atos de indecência pública. Dizia ser um cão – daí o termo "cínico", que provém do grego *kynikos*, que significa "como um cão" –, pois bajulava todos que lhe dessem algo, ladrava aos que se recusassem e mordia os demais (MAGEE, 1999).

Diógenes e seus seguidores não eram cínicos no sentido atual da palavra – relacionada mais àqueles que sempre têm a pior opinião possível das motivações dos outros –, possuindo uma crença positiva na virtude, mas com a convicção básica de que a diferença entre os valores verdadeiros e falsos era a única distinção que importava: todas as demais convenções sociais – como o meu e o seu, o público e o privado, o nu e o vestido, o cru e o cozido –, não serviam para nada. Para o cinismo, segundo OLIVER (1998), todos os bens materiais da civilização não seriam necessários para a felicidade; ao contrário, seriam a própria fonte da infelicidade, já que se passaria a maior parte da vida em busca de objetos que são desnecessários ou impossíveis de serem obtidos ou que já se possui. Essa espécie de "autotortura restringe nossa liberdade de pensamento e movimento", como também de gozar os prazeres da vida, "desperdiçando tempo em busca de soluções para problemas criados por [nós] próprios" (p.22-3).

Já o *ceticismo* considerava insensato acreditar em "qualquer coisa", recusando consistente e ativamente qualquer forma de crença. Esta escola filosófica foi fundada por Pirro (c.365-270 a.C.) – o que faz com que seja conhecida também por *pirronismo* –, um soldado do exército de Alexandre que, conhecendo tamanha variedade de terras e povos, teve em si incutida a diversidade de opiniões encontrada nos seres humanos, todas elas com argumentos que, embora muitas vezes contraditórios, tinham fundamento. Dizia que

> tudo o que podemos fazer é julgar as coisas tal como elas nos aparecem: contudo, as aparências são notoriamente enganadoras, por isso nunca devemos aceitar a verdade de uma explicação em detrimento de outra. O melhor seria parar de nos preocuparmos e limitarmo-nos a seguir com a corrente, ou seja, deixarmo-nos levar pelos costumes e práticas que prevaleçam nas circunstâncias que encontramos (MAGEE, 1999:42).

O discípulo de Pirro, Tímon de Pilo (320-230 a.C.), apoiou esta atitude com fundamentos intelectuais mais substanciais, salientando que todos os argumentos ou provas procediam de premissas que não eram estabelecidas por si. Caso se queira demonstrar a verdade dessas premissas, recai-se em argumentos ou provas também não demonstradas e assim sucessivamente, *ad infinitum*. Suas idéias foram continuadas por Arcesilau (315-240 a.C.), que assumiu a direção da Academia de Platão; e seu sucessor, Carnéades (214-129 a.C.), acabando por influenciar muitos desdobramentos filosóficos *a posteriori*[16].

Quanto ao epicurismo, este nasceu com Epicuro (c. 341-270 a.C.) que, com o objetivo acima de tudo de libertar as pessoas do medo, tanto da morte como da vida, foi sobretudo um moralista. Partindo do atomismo, segundo o qual tudo que existia no universo eram átomos e espaço; e da idéia de que era impossível que os átomos existissem a partir do nada – ou se transformassem em nada –, concluiu que estes eram indestrutíveis e eternos; seus movimentos imprevisíveis e nenhuma combinação que formassem duraria para sempre. Os objetos físicos – todos combinações de átomos, inclusive os homens – seriam efêmeros. A sua vida é sempre uma história de átomos que se juntam e depois se dispersam. Porém tal dissipação não deve ser temida, pois, no caso humano, significa que a entidade que é deixa de existir quando se morre. Quem compreendesse essa verdade, estaria liberto do medo da morte[17].

> [Epicuro] sugeriu que o indivíduo só precisa de tranqüilidade e de paz de espírito para ser feliz. Como discípulo de Demócrito, mantinha que a morte não era de recear – era simplesmente a fusão inevitável das nossas almas e dos nossos corpos em átomos [...] A satisfação pessoal só podia ser atingida retirando-se do mundo mau e muitas vezes violento da política, razão pela qual os epicuristas são por vezes conhecidos por filósofos de "jardim" (ROBINSON & GROVES, 1999:37).

Em suma, o epicurismo – tal como o cinismo e o ceticismo – foi uma das primeiras reflexões filosóficas sobre uma atitude de vida, que foi largamente seguida em nossa própria época. Sua articulação mais dramática e mais divulgada foi alcançada em um extenso poema escrito em latim no século I d.C., *De natura rerum* (*Da natureza das coisas*), obra do romano Titus Lucretius Carus – ou simplesmente, Lucrécio (c. 95-52 a.C.). Tal como acontecia com seu mestre, o problema central que quis resolver foi o da libertação interior do homem, mas se preocupou mais com a política, a ligação social e as *leis*, tanto humanas como naturais (FIG. 2.5).

---

[16] O filósofo Sexto Empírico (séc. II-III d.C.) apresentou os argumentos dos céticos contra o dogmatismo em suas *Hipotiposes pirronianas* e em *Adversus mathematicos*, onde demonstrou que não se saberia afirmar a verdade de um ser sem negar a de outro, embora tudo pareça verdadeiro. Salientava que todo o conhecimento era relativo e, como tal, merecedor de confiança, já que, em última análise, nunca nada pode ser provado.

[17] Quanto aos deuses, Epicuro (c. 341-270 a.C.) recusava-os sem negar a sua existência, dizendo que se encontravam muito longe e, por serem deuses, não desejavam se envolver na confusão perpétua dos assuntos humanos. Não se teria "nada para desejar nem nada a temer" e, como a não-existência é o próprio destino a que não se pode escapar, dever-se-ia, segundo ele, tirar o melhor partido da única vida que se tem (HUNNEX, 2003).

> É preciso arrebatar a Natureza às forças "sobrenaturais" que deixamos divagar nela, para as nossas consolações efêmeras e a nossa infelicidade permanente. Tal como Epicuro, Lucrécio proclama sua piedade para com os deuses calmos [...e] faz de uma física mecanicista o penhor da nossa liberdade. Perante os deuses tranqüilos e uma Natureza finalmente despersonalizada, o homem retomará em mãos o domínio do seu destino (LENOBLE, 2002:106).

Na Idade Média, Lucrécio foi denunciado pelos cristãos como o Anticristo e suas idéias quase se extinguiram, mas foi redescoberto nos séculos XVI e XVII, exercendo uma influência significativa nos primórdios da ciência moderna e do humanismo. Conforme MAGEE (1999), quando o cristianismo apareceu, os epicuristas – cujas comunidades estavam abertas a qualquer pessoa,inclusive mulheres e escravos – eram o anátema para os cristãos em particular, por causa da sua negação da imortalidade e da existência de um Deus benevolente e também devido à sua afirmação dos valores deste mundo.

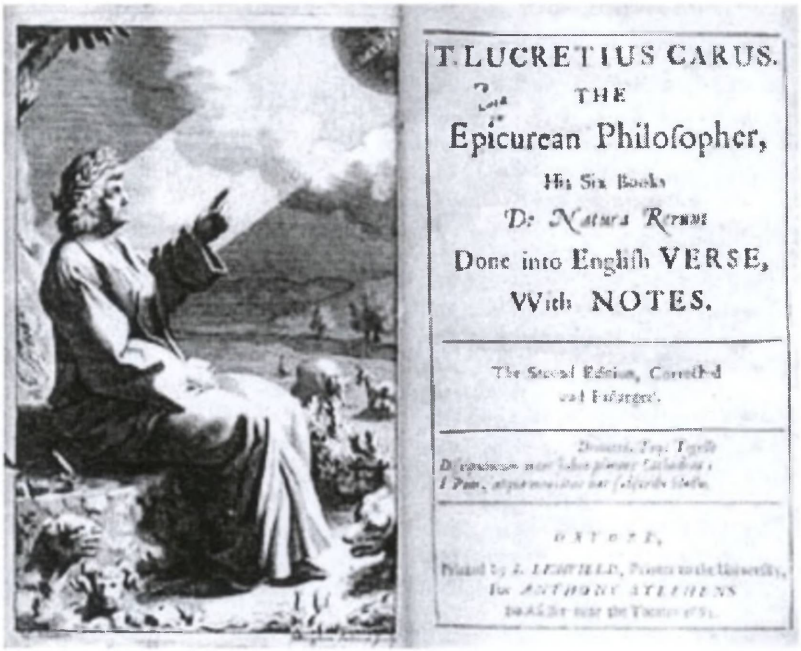


FIGURA 2.5 – *De Natura Rerum* (*Da natureza das coisas*, séc. I a.C.): Titus Lucretius Carus (c.92-52 a.C.). (**FONTE**: SCD-UNIV, 2005)

Por fim, o *estoicismo* pregava a fé na *razão* (λόγος) e a desconfiança das emoções humanas, porque, ao final, todos os sentimentos tornar-se-iam infelizes. Considerada a filosofia mais influente durante o Império Romano, foi fundada por Zenão (334-262 a.C.), de Cício, em Chipre, tendo seu cerne no conceito de que não existia maior autoridade que a razão, o que originou vários dogmas, como a idéia de que o mundo tal como a nossa razão o apresenta – o "o mundo da natureza" – é toda a realidade que existe. Não haveria nada "mais elevado". A própria natureza seria governada por princípios racionalmente inteligíveis. Para os estóicos, como Sêneca (c.2 a.C.-65 d.C.), Epíteto (c.55-135 d.C.) e Marco Aurélio (121-180 d.C.), o homem faz parte da natureza e o espírito da racionalidade que nos envolve a todos – e com isto se quer dizer tudo – é o que se denomina Deus.

Da filosofia romana, destacou-se a contribuição de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), orador e estadista que, obrigado a deixar a vida pública, retirou-se à meditação, da qual resultou obras como *De natura deorum* (*Da natureza dos deuses*) e *Da Republica* (51 a.C.) que, embora não originais, foram importantes para a afirmação do latim como idioma filosófico. Aderindo a doutrinas estóicas, defendia a conformidade da conduta humana às leis da natureza. Esse consenso universal articular-se-ia em torno de algumas idéias que dariam fundamento à vida moral e social, principalmente a da existência de Deus e sua providência. Segundo ele, tais noções seriam comprovadas pela consciência natural dos homens e pela constatação de que na natureza os fenômenos organizam-se em torno de fins, os quais supõem a existência de um fim último e de todas as coisas. Segundo REALE (1993), Cícero foi um típico eclético, discutindo os argumentos das diferentes doutrinas gregas correntes, sem se vincular inteiramente a nenhuma. Ele defendia como critério de verdade o "probabilismo do consenso universal", isto é, aquela posição que acha possível ao homem chegar a algum conhecimento das coisas, sem no entanto atingir a verdade absoluta. Para ele, a verdade estaria naquilo que pode ser aceito por todos (OLIVER, 1998).

Nenhuma obra antiga exerceu tamanha influência sobre nossa concepção de mundo como a monumental *Historia naturalis* (*História natural*, 77 d.C.), um tratado em 37 volumes, escrito por Gaius Plinius Secundus – ou simplesmente, Plínio, o Velho (c. 23-79 d.C.), que conferiu um rosto à natureza, o qual foi mantido o mesmo durante mais de quinze séculos (FIG. 2.6). Resultado da compilação de mais de 2.000 livros de 146 autores romanos e 347 estrangeiros, esta obra dedicada a Titus Livius (79 a.C.-17 d.C.) expunha de forma enciclopédica o saber dos antigos em relação ao temas diversos, tais como geografia, cosmologia, fisiologia animal e vegetal, medicina, história da arte e mineralogia, entre inúmeras outras.

FIGURA 2.6 – *Historia naturalis* (*História natural*, 77 d.C.): Gaius Plinius Secundus (c.23-79 d.C.).
(**FONTE**: WIKIPEDIA, 2005a)

De acordo com ROSSET (1989), a concepção implícita da natureza, subjacente às descrições presentes na obra de Plínio, é tributária das mais diversas inspirações, sendo as principais o finalismo aristotélico, o providencialismo estóico, a teoria de Empédocles dos quatro elementos e o ecletismo de Cícero, em termos de doutrinas filosóficas. Para ele, a natureza definia-se primeiramente por uma ordem: descobrir o *natural* e suas leis era entrar "nos conselhos da natureza" e libertar-se do temor. Contudo, por outro lado, ainda dominado pela necessidade finalista, continuava convencido de que a ordem da natureza era essencialmente "humana": confundia ordem das coisas com hábito social (LENOBLE, 2002).

> Essas diversas inspirações estão a serviço de uma intuição geral, própria a Plínio, segundo a qual a natureza constitui (ou constituirá) um meio adequado ao homem – ao homem "natural", ainda não desnaturalizado pelo progresso do artifício. A natureza é definida como uma forma primeira e ideal de ambiente: concepção rigorosamente antropocêntrica, da qual resultam, em Plínio, várias conseqüências singulares, tanto mais notáveis por serem absurdas. Deste modo, a natureza confunde-se facilmente com aquilo que é seu exato contrário, o costumeiro: aos olhos de Plínio é natural tudo que está conforme as práticas usuais do mundo romano, e artificial tudo que é estranho a essas práticas (ROSSET, 1989:262-3).

A era cristã iniciou-se com alterações fundamentais na concepção do mundo. Constantino (c.285-337) foi o primeiro imperador romano a adotar o cristianismo e torná-lo a religião oficial do Império em cerca de 320 d.C. Inicia-se um período onde a *Igreja Católica Apostólica Romana* imporia a sua própria cultura universal a toda a Europa Ocidental, passando a ter o monopólio sobre todas as formas de pensamento filosófico, além de desencorajar ativamente qualquer ponto de vista independente ou não ortodoxo. Filósofos como Plotino (204-270) e Porfírio (234-305) tentaram uma difícil conciliação da primeira doutrina da Igreja com Platão (ROBINSON & GROVES, 1999).

Durante toda a era medieval, a Igreja cristã inspirou-se no Império Romano para estabelecer seu modelo de governo, visando criar uma estrutura duradoura e poderosa que mantivesse seu controle sobre todas as atividades sociais. O cristianismo passou a dominar a cultura dos maiores centros europeus e as obras de filosofia raramente avançaram além do campo delimitado pelas teorias teológicas vigentes, elaboradas por Santo Agostinho (354-430), nos séculos IV e V. Visando reconhecer a sabedoria de Platão e justificar o Antigo Testamento, foi ele quem modificou a doutrina platônica em *Confissões* (397/400). Seguindo a tradição platônica, que via sempre o Perfeito por trás de todo imperfeito e a Verdade absoluta por trás de todas as verdades particulares, também pensava em uma iluminação pela qual a verdade era infundida no espírito humano por Deus[18] (OLIVER, 1998).

[18] Segundo Santo Agostinho, somente Deus teria o conhecimento absoluto, pois era fonte de todas as experiências e de toda a natureza. Embora tenha adotado a idéia platônica de que Ele criou as substâncias eternas das quais derivava a existência humana, foi mais além ao afirmar que Deus criou o mundo do nada e que antes da criação nem sequer havia o tempo. Defendia ainda haver dois planos de existência na vida de cada pessoa: uma dimensão terrena, que se referia à sua história natural, à moral e às necessidades materiais, onde tudo é perecível e temporal; e outra celeste, que correspondia à comunidade dos cristãos, inspirada no amor a Deus e que vive da fé (ARANHA & MARTINS, 2003).

Uma nova geração de eruditos surgiu somente por volta do fim dos séculos IX e X, entre os quais o irlandês João Escoto Erígena (c. 810-877) que, à diferença de seus antecessores, passou a estudar a cultura clássica. Desafiando a idéia de Santo Agostinho de que a vontade humana era predeterminada por Deus, afirmava que os homens tinham livre-arbítrio, já que, na sua opinião, a vontade de Deus seria o livre-arbítrio da investigação racional humana. Em sua obra mais importante, *De divisione naturae* (Séc. IX), propôs uma divisão da natureza em: "o que cria e não é criado" (leia-se, Deus); "o que cria e é criado" (que lembrava a idéia platônica que via o mundo constituído de substâncias universais a partir das quais tudo que é particular é criado); "o que é criado mas não cria" (os objetos invisíveis: o espaço e o tempo); e, finalmente, "o que não cria nem é criado" (Deus, novamente[19]).

Na Idade Média, justificar a existência de Deus era quase heresia, já que querer prová-la existência implicava a possibilidade de Ele não existir. Porém, se tal existência não precisava ser provada, também não se precisaria de provas sobre seus ensinamentos e criações. Foi São Tomás de Aquino (1225-1274), o principal representante da *escolástica*, quem ajudou a tirar a filosofia católica desse impasse, ao argumentar que o progresso de nossa compreensão da natureza não ameaçaria a fé cristã, mas, ao contrário, só aprofundaria nosso respeito pela criação divina. Se a criação mais gloriosa de Deus era o homem, desenvolver a razão humana era uma forma de louvar a glória de Deus. Enquanto que, para Platão e Santo Agostinho, todo o conhecimento humano era derivado das idéias universais, Aquino afirmava exatamente o contrário, isto é, que todo o saber derivava de experiências particulares que podiam ser transformadas em conceitos abstratos. Embora isto parecesse estar questionando o caráter absoluto do conhecimento divino, quando aparentemente eliminava uma de suas criações – as idéias universais das quais são criadas as formas que constituem o mundo –, dizia com convicção que Deus criou o mundo; e criava sem cessar, inclusive os seres humanos (MAGEE, 1999).

A Igreja medieval manteve e divulgou as idéias de uma natureza orgânica e imutável movida eternamente a partir de causas e fins predeterminados, em um mundo situado no centro do cosmos. Entretanto, aquilo que os gregos consideravam como o enigmático "livro da natureza" foi substituído pelo sagrado "livro das escrituras".

> Nele, além de se advogar uma explicação especial para o surgimento do homem, considerado como fruto da graça divina, se descreve a criação da Terra – situada no centro do cosmos, como convém a uma obra que é de Deus – e também se faz a apologia da predestinação a que tudo e todos estão submetidos, já que "tudo estava escrito". Até mesmo o reconhecimento do

[19] Mesmo sendo uma contradição em relação ao primeiro ponto, era intencional, pois, para poder criar, Deus tem que ser "algo" que crie. Ele não pode "criar" já que, por definição, uma coisa deve ser criada, e Deus não pode ter sido criado, já que é o Ser supremo. Tal idéia de que Deus não cria nem é criado equivalia à pior heresia no século IX, pois podia ser interpretada como uma degradação do Ser supremo. De fato, segundo OLIVER (1999), a obra de Escoto foi considerada herética por muitos, já que impunha a racionalidade e não a teologia como fundamento da existência.

> chamado "mundo natural" é, de certa forma, contemplado nas "escrituras", pois Adão e Eva só são excluídos do paraíso, um lugar sem pecados e exclusivamente natural, depois de "unirem os seus corpos", isto é, após criarem a primeira "sociedade" de que se tem notícia (CARVALHO, 1991:38-9).

A concepção medieval de natureza constituiu-se em uma recaída sobrenatural protagonizada pela Igreja cristã, favorecida pelas condições estabelecidas pela Idade Média, representadas pela ascensão do feudalismo e conseqüentes dissolução das cidades, fragmentação territorial e isolamento das unidades auto-suficientes. Diante deste quadro, a Igreja, como a maior proprietária de terras e a única instituição organizada do período, só poderia se tornar o grande centro de referência e poder, cujas idéias passaram a predominar, assim como suas concepções do que é ou não "natural".

De acordo com LUZ (1988), o vocábulo "natureza" – em português, espanhol ou italiano –, data do século XIII, adjetivando *natura* do século XII, que significava "fonte", tendo o sentido de "ser natural", como derivação tardia do verbo "nascer" em latim (*nascor, nasceris, natus sum*). Tanto a palavra "natureza" como "natural" estavam próximas às idéias de "fonte", "origem" e "nascimento"; e foram justamente estes sentidos que se difundiram pela Europa a partir da Renascença. No início, a idéia de natureza distinguia o homem e a sociedade do objeto geral das ciências naturais, mas com o crescente contato europeu com outras culturas, advindo das navegações, passou também a designar "pátria" ou o "ambiente de nosso estado original": os africanos, por exemplo, viviam em "estado natural"; uma espécie de categoria mista de espaço e tempo.

Nos séculos XV e XVI, em pleno Renascimento, os homens quiseram romper com a concepção aristotélica-tomista que, sob a forma da filosofia escolástica, havia dominado. Por outro lado, conforme ALMEIDA (1999), a religião cristã que até então dominava os meios teológicos, começava a perder sua unidade monolítica, não apenas por causa da Reforma protestante, mas também devido às descobertas científicas, que colocaram os europeus em contanto com as civilizações asiáticas e as culturas ibero-americanas. Os humanistas, voltando-se para a antiguidade – mas não para Aristóteles e sim para a arte e literatura pagãs –, abandonaram a religião e olharam a natureza como poetas, pintores e escultores. Disto resultou o ressurgimento da concepção animista do mundo natural, ainda que sob formas diferentes do período anterior aos pré-socráticos, resgatando-se Lucrécio.

> A natureza voltou a ser vida. Ela tomou então o lugar do deus cristão e surgiram visões panteístas, ou seja, que consideravam que Deus estava na própria natureza, em sua vida, em sua beleza. Nesse período [...], houve um ressurgimento da magia e de ciências a ela ligadas, como a alquimia, a astrologia, a difusão de que pedras e metais tinham vida e mostravam, por analogia, o destino dos homens. Essa "volta atrás" a uma concepção animista superada, teve o papel de impulsionar o passo subseqüente. E isso no seguinte sentido: se a natureza dependia do acaso e não de leis, era imprevisível; neste caso ela podia ser observada. Ou seja, a soltura na forma de encarar a natureza

> golpeou a concepção aristotélica[20], abrindo caminho para a concepção mecanicista, uma ruptura radical com ela (ALMEIDA, 1999:25-6).

Segundo CARVALHO (1991), da mesma forma que as "ditaduras" de semideuses, das antigas e primeiras sociedades, desempenharam um papel de transição entre a "não-natureza" dos primitivos e a "natureza oficialmente reconhecida" dos gregos, o período medieval pode também ser considerado como uma nova espécie de transição entre visões radicalmente distintas de mundo. Com o renascimento do comércio, o crescimento das cidades e o desenvolvimento das manufaturas, juntamente com a constituição dos Estados-nacionais e a *Era das Navegações*, a concepção greco-medieval de natureza necessitava ser superada, já que não estava mais de acordo com as novas exigências que cresciam, em especial entre a *burguesia*, uma nova classe social que se tornava mais poderosa pelas riquezas que acumulava devido ao comércio, além das perspectivas de libertação que seu sistema de vida propunha em comparação à estagnação e ao sistema de semi-escravidão medieval.

O século XV marcou o fortalecimento da burguesia e, conseqüentemente, o fim da sociedade feudal, ao mesmo tempo em que a grande expansão marítimo-comercial ampliou o horizonte europeu para todo o planeta, o que difundiu também suas concepções de mundo e natureza, consolidando os valores da chamada "cultura ocidental". Até o século XVII, o capitalismo afirmou-se como o principal método de produção e, com isto, estabeleceram-se novas relações de convivência que, com *Revolução Industrial* (1750-1830), tornaram-se praticamente definitivas. Na sociedade capitalista, o conhecimento não tem mais o sentido de reconciliação do homem com o mundo, como pregava a Igreja, mas como um meio de controle da natureza, que daqui para frente precisa "funcionar" como uma "máquina perfeita", uma vez que não pode falhar no fornecimento de mercadorias – ou, depois, "matérias-primas" industriais – que o novo sistema comandado pelo pensamento burguês vai requisitar.

Nessa época, a burguesia e a sociedade que se constituía estimularam – em alguns casos, até financiaram – o aparecimento de pensadores que desenvolveram concepções de uma "nova" natureza mais adequada às exigências do período. Podem ser citados Nicolau Copérnico (1473-1543), que desafiou o geocentrismo de Aristóteles e Ptolomeu através de seu modelo heliocêntrico, segundo o qual a Terra passava a ser mais um astro a girar em torno do Sol (FIG. 2.7); Johannes Kepler (1571-1630), que demonstrou serem as órbitas dos planetas elípticas e não circulares como se acreditava até então (FIG. 2.8); e, principalmente, Galileu Galilei (1564-1642), que formulou diversas "leis" naturais, provando matematicamente muitas das intuições ou considerações antecessoras. Diversamente de

[20] Na *concepção aristotélica*, o movimento da natureza é regido por leis, que constituem uma ordem, e que se dirigem a uma finalidade, como se houvesse uma intenção, ou uma vontade por trás de tudo. Os corpos movem-se para encontrar o seu lugar "natural" nessa ordem. O movimento passava a ser entendido como a realização da essência daquele corpo, concretizando a sua "natureza". Dessa concepção, nasceu um dos sentidos da palavra *natureza* usada até hoje, quando se diz que "é da natureza de uma determinada coisa ou pessoa ser assim", por exemplo dizer que é da natureza da criança crescer, do homem raciocinar, etc. (ALMEIDA, 1999)

Aristóteles, todos concordavam que o movimento da natureza não tinha nenhuma finalidade ou intenção.

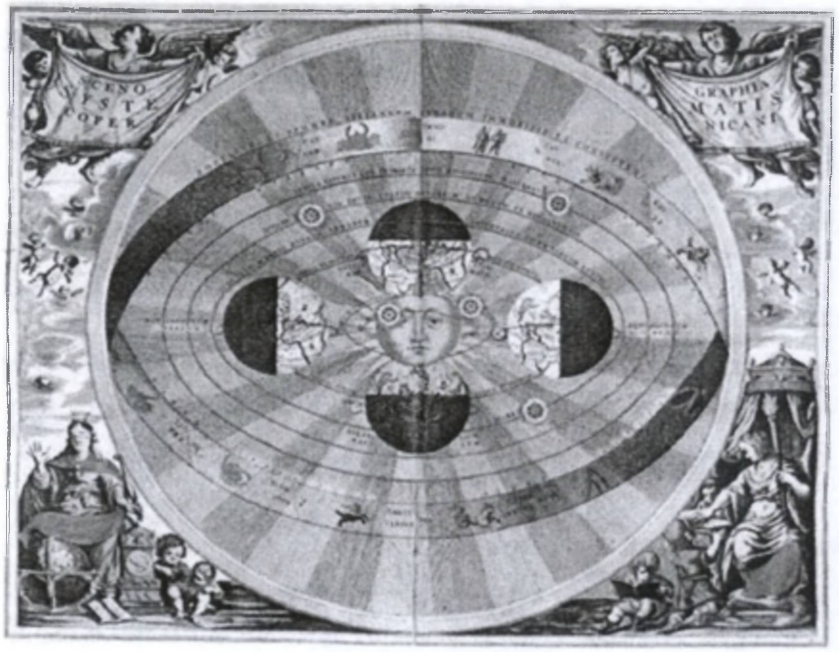


FIGURA 2.7 – Representação do universo heliocêntrico de Copérnico (1473-1543), como aparece na obra de A. Cellaria. (**FONTE**: SEPIENSA, 2005)

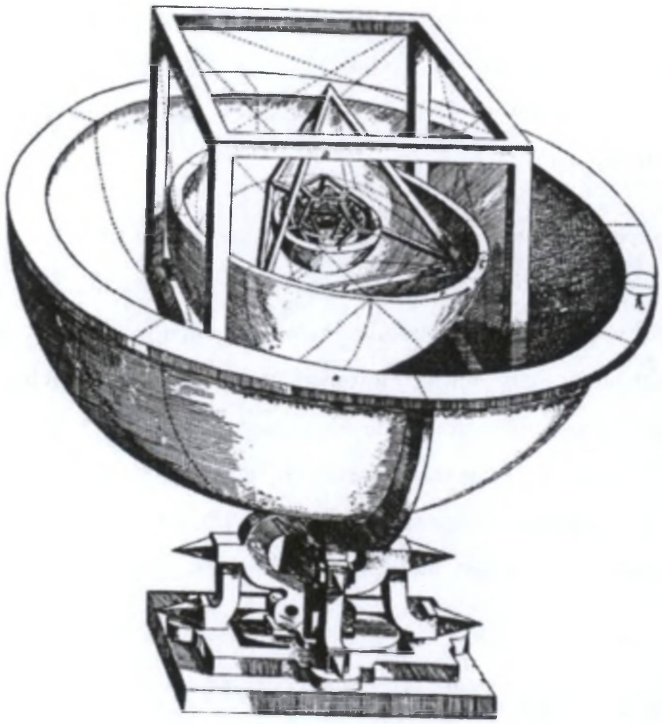


FIGURA 2.8 – *Mysterium Cosmographicum* (1596), criado por Johannes Kepler (1571-1630). (**FONTE**: WIKIPEDIA, 2005b)

LENOBLE (2002) é enfático ao localizar em Galileu Galilei e na reinterpretação do sistema do mundo o momento preciso em que o homem deixa de analisar a natureza em uma busca desinteressada e passa a afirmar que ela é uma *máquina*. Pela primeira vez, Galilei combinou a linguagem matemática com a experimentação científica, em particular a proporcionada pelas observações feitas através do telescópio, lançando uma série de desafios. Considerado como primeiro manifesto da "nova filosofia", sua obra principal, *Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo* (*Diálogo acerca dos dois principais sistemas do mundo*, 1632), deu forma à sua famosa idéia de que a natureza é um "grande livro permanentemente aberto diante dos nossos olhos e escrito em linguagem matemática". A partir de então, os grandes pensadores da era que os historiadores chamam de *Revolução Científica* ou *Mecanicista* forjaram um novo "livro da natureza" segundo a linguagem e os modelos que os novos tempos exigiam.

Francis Bacon (1561-1626) pode ser considerado um dos principais ideólogos desse novo "mundo máquina" e de sua "natureza mecânica", principalmente quando estabeleceu que a finalidade do conhecimento filosófico era a de servir o homem, dando-lhe poder sobre a natureza, a qual, segundo ele, deveria ser "obrigada a servir", "escravizada" e "reduzida à obediência" (FIG. 2.9). Deste modo, propunha restabelecer o que chamou de *Imperium Hominis*, isto é, o império do homem sobre as coisas, no qual os sábios deveriam extrair da natureza, "sob tortura", todos os seus segredos.

> [Ele] foi um dos primeiros a perceber que o conhecimento científico podia dar ao homem poder sobre a natureza e, por conseguinte, que o progresso da ciência podia ser usado para promover os planos humanos e a prosperidade numa escala inimaginável. Mas ele achava que ainda ninguém tinha abordado o assunto de maneira correta (MAGEE, 1999:75-6).

FIGURA 2.9 – À esquerda, *The Novum Organum* (1620), de Francis Bacon (1561-1626). À direita, *Leviathan, or the Matter, Forme, & Power of a Common-Wealth, Ecclesiasticall and Civill.* (1651), de Thomas Hobbes (1588-1679). (**FONTES**: SIL PUBLICATIONS, 2005; LIB-UDEL, 2005)

Contemporâneo de Bacon, Thomas Hobbes (1588-1679) é considerado o primeiro materialista moderno, o qual defendia o conceito de que a matéria física seria tudo o que existe e que tudo poderia ser explicado em termos de matéria em movimento (FIG. 2.9). Em uma época dominada pela religião, quando negar a crença em Deus significava transgredir a lei e podia pôr a própria vida em risco, Hobbes apresentou ousadamente uma filosofia de um completo materialismo. Para ele, o universo era *corpóreo*, ou seja, uma massa sólida e completa de que eram feitas todas as coisas. E, desenvolvendo a sua afirmação de que apenas a matéria existe, passou a considerar todos os objetos que se movem, incluindo os seres humanos, como uma espécie de máquina, assim como todo o universo, que seria uma máquina gigantesca. Todas as plantas e os animais eram vistos como autômatos.Esta visão mecanizada da natureza acabou por desenvolver também uma psicologia puramente física, que considerava a mente humana como máquina. Tais idéias iriam ser produzidas e desenvolvidas por muitos pesquisadores durante os três séculos seguintes, passando a terem bastante influência (MANNION, 2004).

Em paralelo, René Descartes (1596-1650) estabelecia as bases da racionalidade mecanicista, pregando a "fé" na ciência e na razão. Partindo do pressuposto de que "toda ciência é conhecimento certo e verdadeiro", em sua obra principal, *Discours de la méthode* (*Discurso sobre o método*, 1637), consagrou a idéia de que os passos mais importantes para o conhecimento seriam o de dividir o objeto de pesquisa em tantas partes quantas forem possíveis e, através do estudo e da observação detalhada de cada uma dessas partes, provar todas as hipóteses previamente formuladas. Segundo ele, a primeira divisão proposta deveria se dar entre o corpo e a mente, ou seja, entre a matéria e o espírito[21].

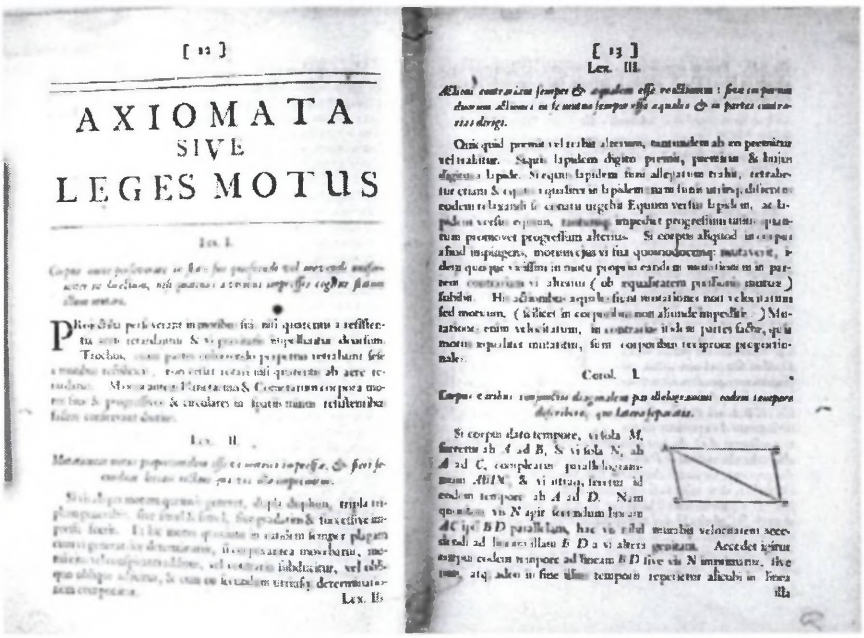
> [Deste modo,] o pensamento racionalista triunfou com a matematização dos comportamentos da natureza, como as experiências do pêndulo ideal ou do movimento perpétuo, objetos da dinâmica da máquina e do rigor dos sistemas do mundo que se tornaram também o motor da contestação a Descartes e sua natureza mecanizada para o engrandecimento do homem. Consolidou-se a idéia de que a "natureza providência" está morta e o mundo não possui finalidade ou alma (VICENTINI, 2004:31).

Foi Isaac Newton (1642-1727) quem realizou a síntese dos ideais cartesianos, tendo como base Copérnico e combinando, particularmente, as considerações de Kepler com a dinâmica de Galilei, formulando a sua *Teoria da gravitação universal*, a qual veio dar as respostas e explicações matemáticas e físicas que muitos de seus antecessores haviam apenas intuído (FIG. 2.10). Disse que foi Deus que criou o universo e depois o deixou para funcionar sozinho, de acordo com as leis que tinha

[21] O método cartesiano de Descartes tornou-se sinônimo de método científico, que até hoje obedece à seqüência de separação, hierarquização de fatos, dedução e comprovação de hipóteses, acabando por resultar na ultra-especializada e compartimentada ciência moderna, além da crença de que tudo que se sabe ou se entende por natureza – ou por qualquer outra coisa do chamado "mundo material" – traduz sempre uma verdade incontestável e objetiva. O ideal de toda ciência seria o de formular uma descrição objetiva da natureza; descrição esta possível pelo fato da natureza ser, segundo ele, "nada mais que uma máquina perfeita submetida a leis mecânicas exatas" (OLIVER, 1998).

estabelecido. As leis mecânicas necessárias à concretização do "mundo máquina" foram equacionadas e a racionalidade cartesiana teve a sua consagração (CASSIRER, 1997).

A antiga imagem de um mundo qualitativo, orgânico, limitado e religioso – herdada dos gregos e canonizada pelos teólogos medievais –, foi substituída por outra, a de um mundo quantitativo, mecânico, ilimitado e dessacralizado. A natureza deixou de ser a "mãe nutriente" e dadivosa de outros tempos; e passou a ser uma máquina que se opera e se manipula, desde que se conheçam as regras de seu funcionamento, garantidas pelo método de Descartes e pela física newtoniana. Primeiro, se conhece as peças e mecanismos "naturais", depois se pode manipulá-los: era esta a promessa da ciência ou filosofia da natureza.



AXIOMATA
SIVE
LEGES MOTUS

Lex. III.

FIGURA 2.10 – *Philosophiae naturalis principia mathematica* – Issac Newton (1642-1727): Londres, Jussu Societatis Regiae ac Typis J. Streater, 1687. (**FONTE**: HKBU, 2005)

Vale sublinhar a importância do holandês Baruch de Spinoza (1632-1677) que, bastante impressionado com a ciência, ao mesmo tempo, percebia que a filosofia de Descartes deixava determinados problemas fundamentais por resolver. Se a realidade total consistia em dois tipos diferentes de *substâncias* – uma material e outra mental – como seria possível que a mente movimentasse a matéria através do espaço? Além disso, seu temperamento fortemente religioso conduziu-o a outros questionamentos: se a realidade total era a instância de um sistema dedutivo, no qual tudo o que existe ou acontece podia ser deduzido com toda a necessidade da lógica de premissas evidentes, qual seria o lugar da escolha moral – ou até mesmo da *livre vontade*, já que tudo é cientificamente determinado? E qual era o lugar que estava reservado a Deus neste sistema?

Para solucionar estes problemas, negou a premissa básica da distinção fundamental entre matéria e mente; e apontou apenas para uma "substância": *Deus*, infinito e universal. Se Deus

existia e era perfeito, não podia ter fronteiras ou limites (SPINOZA, 2002). Logo, não seria uma entidade e o mundo uma outra diferente: Ele *é* o mundo. Spinoza acreditava existir uma só substância para todos os atributos; uma só natureza para todos os corpos ou indivíduos. Estabelecia deste modo um plano de imanência onde estariam todos os corpos e almas, que seriam uma e única pessoa. Tal deificação da natureza teve um enorme atrativo durante o final do século XVIII e início do XIX para o *romantismo*, cujos intelectuais o transformaram em uma de suas principais fontes inspiradoras (MAGEE, 1999).

Paralelamente, quanto mais se aumentava o distanciamento entre o ser humano e a natureza, isto intensificado pelo próprio processo de industrialização e conseqüente urbanização, mais os homens idealizavam o campo. Nos lugares onde isto se acentuava, como na Inglaterra do século XVIII, por exemplo, os habitantes do campo passaram a serem vistos como pessoas com uma moral saudável. Dizia-se ainda que o campo era um lugar privilegiado para se comunicar com Deus, seu criador; já a cidade era produto do homem (THOMAS, 1988).

Durante o século XVII, vários pensadores vieram contribuir para a compreensão do mundo e de sua natureza, como o filósofo e matemático alemão Gottfried W. Leibniz (1646-1716), segundo o qual não havia fenômenos inexplicáveis; ou, em outras palavras, haveria sempre uma razão suficiente – a partir do "princípio da causa-suficiente"– para explicar porque o mundo é como é; ou o que é ou não possível. Ele defendia a existência de *verdades da razão*, absolutamente incontestáveis e que se sustentariam pelo "princípio da não-contradição"; e que são *a priori*, independentes da experiência. Considerava a existência de Deus perfeitamente demonstrável, já que esta proposição conteria em si todas as verdades eternas e necessárias. Como ser infinito, Ele teria concebido todas as essências possíveis e todas as combinações possíveis entre si. Logo, o mundo possível era a soma do total de um qualquer conjunto de *mônadas* ou *compossibilidades*, isto é, possibilidades que seriam compatíveis entre si e que existiriam em número infindável[22]. Seu maior discípulo, Christian Von Wolff (1679-1754), acabou propondo uma espécie de *racionalismo dogmático*, sistema que teve grande influência no século seguinte, mas que foi duramente criticado pelo pensamento kantiano (OLIVER, 1998).

Já John Locke (1632-1704), considerado o fundador do *empirismo*, interrogou-se sobre quais seriam os limites para o que é inteligível para os seres humanos, concluindo que ninguém poderia ter mais conhecimentos do que aqueles que a experiência lhe proporcionasse. Sua "nova

[22] Essas essências ou substâncias que Deus cria, segundo Leibniz, as *mônadas*, seriam criadas em número infinito e contendo todas as Suas determinações. Elas exprimiriam o mundo, ou melhor, *são* o mundo e permitem-nos percebê-lo. Como cada uma delas é espelho do universo, a ordem do universo resultaria da harmonia que Deus preestabelecesse entre elas. Deste modo, Deus poderia ter criado qualquer tipo de mundo que tivesse escolhido, desde que, evidentemente, ele fosse possível, mas por ser Ele próprio uma criatura perfeita, teria escolhido o melhor mundo possível: aquele que contivesse a livre vontade e, portanto, também injustiças e maldade. A teoria leibniziana das mônadas e de suas combinações acabou articulando-se com uma matemática formada por axiomas e regras, que resultaram por associar indissoluvelmente Matemática e Metafísica.

maneira de pensar", tal como foi chamada, também se desenvolveu a par com uma nova ciência, tendo ambas a sua ênfase central na observação e na verificação das idéias gerais em confronto com a experiência. Seguindo seus passos, o irlandês George Berkeley (1685-1753) salientava que tudo o que podia ser experimentado pelos seres conscientes era o conteúdo de sua consciência; e mais nada podia existir. Concluía que o que existia eram mentes e o seu conteúdo ou sujeitos e suas experiências.

> Por ser cristão, Berkeley enquadrou [o empirismo] numa visão de realidade total como existente na mente de Deus, um espírito infinito que nos criou por intermédio das nossas experiências. Por este ponto de vista, tudo o que existe está nas nossas mentes ou na mente de Deus – ou então, evidentemente, ou *somos* nós ou *é* Deus (MAGEE, 1999:111).

Complementando o pensamento empírico, o escocês David Hume (1711-1776) considerava que a certeza, em termos reais, não se encontrava disponível para o homem, pois lidava mais com "probabilidades esperançosas" do que com certezas. Contestou a teoria leibniziana de que haveria proposições que pudessem ser *a priori* absolutamente incontestáveis, simplesmente por via de uma razão ou causa-suficiente. Porque era a relação de causa-e-efeito que, para ele, representava *experiência.* Acreditava que, quando se observa os objetos ao redor e se considera a operação de causa, nunca se pode descobrir qualquer poder ou conexão necessária – ou qualidade que ligasse o efeito à causa; e tornasse uma a conseqüência infalível da outra –, se não *se verifica* que uma, de fato, segue-se à outra.

Desse modo, para Hume, era preciso sintetizar fatos da *experiência* – "hábito de se ver causa-e-efeito em tudo" –, para concluir algo sobre a realidade que nos cerca. Além disso, considerava o "eu experiente" de Berkeley – o sujeito do conhecimento – pura ficção, pois, quando se olha para dentro, o que se dá por si a contemplar são experiências sensoriais, pensamentos, emoções, recordações e assim por diante, que são coisas transitórias. Segundo ele, se se pergunta quem "somos", a única resposta que podia ser admitida pela experiência ou observação seria a que "somos um conjunto de sensações". Afirmava que a percepção humana, ou seja, nossa capacidade de fazer julgamentos sobre o mundo, dependia mais das *impressões* do que das *idéias*, que afinal surgiam dos sentidos, já que não são mais do que a percepção de padrões em nossa experiência[23] (MANNION, 2004).

Foi o alemão Immanuel Kant (1724-1804) quem promoveu o encontro entre o *racionalismo* e o *empirismo*, defendendo que a nossa experiência era determinada nas formas pelo sistema físico e apenas nestas se poderia imaginar a existência de algo específico. Com base no pensamento aristotélico, iniciou com uma nova premissa segundo a qual as verdades seriam transcendidas por argumentos filosóficos que as explicariam. Para ele, apesar de nosso conhecimento

[23] Segundo OLIVER (1998), Hume foi um cético do Iluminismo, apesar de ter adotado completamente o espírito secular da época, já que questionava o apoio entusiástico à racionalidade humana, em especial quanto aos que diziam ter encontrado a natureza e os limites da objetividade e da verdade. Sua obra continha sementes contrárias ao espírito iluminista, mesmo que seu ceticismo não tenha negado a possibilidade de uma avaliação construtiva da virtude e da natureza humanas.

não poder transcender por completo a experiência, haveria uma estrutura, essencial ao saber, a qual não podia ser derivada diretamente da experiência: o *conhecimento a priori*, o qual deveria ser explicado por uma "nova" filosofia, a partir de agora autônoma e independente da ciência, da teologia ou de qualquer especulação literária.

Em *Kritik der reinen vernunft* (*Crítica da razão pura*, 1788), Kant tentou provar sua tese e, segundo MATOS (1995), estabeleceu os limites do exercício da razão no conhecimento da natureza: os "fenômenos" seriam o objeto da ciência, a qual somente poderia legislar no âmbito do espaço e do tempo. Afirmando que seria possível estabelecer juízos sintéticos *a priori*[24], afastava definitivamente o "princípio da não-contradição" do campo da ciência que deveria, por exemplo, renunciar à explicação da existência de Deus, da imortalidade da alma e da liberdade dos homens. Os juízos pertenceriam a uma instância lógica – a do *entendimento*; da *razão pura* –, que trabalharia com a identidade dos objetos e com conceitos abstratos, podendo antecipar a forma da experiência possível.

Para isto, Kant introduziu um conceito novo na Metafísica, o da *intuição sensível*, que seria a condição para que o ato do conhecimento se fizesse segundo juízos sintéticos *a priori*, apesar de obtidos fora da análise conceitual própria da *razão pura*, mas resultantes da intuição exercida sobre a observação e a experiência, somente podendo ser particulares e momentâneos. Isto conduzia à necessidade de se considerar não apenas a intuição de causa-e-efeito – ou de "causa-suficiente" –, mas também todas as formas racionais de intuição, como as de quantidade, de qualidade e de modalidade, fazendo com que, por meio de todas elas, o espírito intuísse *verdades de razão* (LEBRUN, 2001).

. Na teoria kantiana, tanto espaço como tempo são intuição pura, condições de conhecimento *a priori*: não derivam da experiência, já que são absolutamente independentes desta; e

[24] O pensamento kantiano partiu da classificação dos *juízos*, que consistem em proposições nas quais há um sujeito lógico do qual se diz algo e um predicado que é aquilo que se diz desse sujeito. Havia dois tipos de juízos: os *analíticos* e os *sintéticos*. No primeiro caso, estariam as proposições em que se toma parte do sujeito como predicado, sem referência imediata à experiência – a que Leibniz chamava de *verdades de razão* – e que são sempre verdadeiras, visto que não dizem mais como predicado que aquilo que já está no sujeito, como, por exemplo, na afirmação "a casa azul é casa". Como uma casa é uma casa, mesmo que não exista nenhuma no mundo, este juízo é universal, pois o que diz é independente de tempo e lugar; e é *analítico* porque a verdade é descoberta pela análise do próprio conceito. Os juízos analíticos são necessários porque não podem ser de outro modo, distinguindo-se do conhecimento empírico pela sua universalidade e necessidade. Como não têm sua origem na experiência, são *a priori* e, portanto, *razão pura*. As proposições analíticas são verdadeiras, porque dizem algo necessário, inescapável, de que não se pode fugir de admitir, sendo uma conclusão obrigatória, contra a que não se pode levantar uma contradição (*Princípio da não-contradição*). Contudo, para Kant, os juízos analíticos não faziam avançar o conhecimento porque ficavam dentro dos conceitos da mesma proposição, nada avançando além dos seus próprios dados: fundados no princípio de identidade, não eram mais do que uma *tautologia*, já que repetiam no predicado aquilo que já estava enunciado no sujeito. Já no segundo caso, os *juízos sintéticos*, diferentemente, seria aqueles em que não se pode chegar à verdade por pura análise de suas proposições. Eles são resultado de se "juntar" (síntese) os fatos ou dados da experiência, sendo, portanto, *a posteriori*. Unem o conceito expresso pelo predicado ao conceito do sujeito, mas nos informam alguma coisa de novo. Na proposição "a casa é azul", é preciso ver a casa para confirmar se ela é, de fato, azul. Logo, os juízos sintéticos são feitos com fundamento na experiência, na percepção sensível. Todas as proposições resultantes da experiência do mundo seriam sintéticas e fundamentariam o conhecimento científico, o qual se baseia na observação. Entretanto, depois de comprovados, eles tornam-se leis que pretendem ser sempre verdadeiras. Logo, alguns juízos – os científicos – tornam-se *conhecimento sintético a priori*, porque uma vez comprovados, passam a ser universais e independentes da experiência. Efetivamente, Newton havia demonstrado, na Física, a possibilidade de reduzir a fórmulas matematicamente exatas às leis fundamentais da natureza. A ciência está assim constituída por juízos *a priori* que são sintéticos; e não juízos analíticos.

também não são conceitos, o que compreenderia uma *multiplicidade* – o conceito de homem, por exemplo, é a unidade mental sintética daqueles caracteres que definem todos os homens –, enquanto espaço e tempo são únicos. Tratam-se de "subpostos" que o homem coloca à sua experiência com os objetos, já que não se pode ter experiência de nada sem espaço ou tempo. As coisas e os fatos não existem sem o espaço, mas o espaço existe sem as coisas. Da mesma forma, pode-se conceber o tempo sem acontecimentos, mas não um acontecimento sem o tempo[25] (KANT, 2001).

Buscou elucidar as leis efetivas que regem os fenômenos. Para ele, as coisas têm seu ser – sua essência, natureza –; existem e se relacionam segundo leis fixas e universais de efeito-e-causa (*ação-reação*). Além das duas formas fundamentais da sensibilidade (espaço e tempo) existiriam outros elementos apriorísticos próprios do entendimento (razão), que pertenceriam à lógica aristotélica; e que corresponderiam às formas pelas quais a mente estaria limitada no seu conhecimento das coisas, uma vez que não se pode conhecer nada senão desse modo. Aquilo que a lógica dizia que a realidade tem que conter é o que, segundo Kant, tem-se capacidade para ver na realidade: a realidade mesma se desconhece, pois ela é o *noumenon*; a coisa em si mesma, "como é". O que se pode conhecer dela, dentro das formas possíveis de conhecimento, são os *fenômenos*, ou seja, as coisas "como parecem".

> A posição crítica colocada [por Kant e que até hoje é de inúmeros filósofos] ratifica, ao nível dos princípios, uma situação de fato: não há diálogo possível com a ciência cujo discurso é mítico. Ela define a empresa científica como muda e sistemática, fechada sobre si própria. Fazendo isto, a filosofia consagra e estabiliza a situação de ruptura, abandona à ciência o campo do saber positivo a fim de reservar para si a meditação sobre a existência humana, sobre a abertura que constitui a liberdade do homem, em resumo, sobre tudo aquilo que, no homem, se julga transcender as determinações positivas, naturais [...] A Natureza antiga era fonte de sabedoria, a medieval falava de Deus e a moderna, por sua vez, tornou-se muda ao separar completamente ciência e sabedoria; ciência e verdade (PRIGOGINE & STENGERS, 1984:70).

Entretanto, aos limites da razão no conhecimento da natureza, no âmbito do espaço e do tempo, contrapôs-se o pensamento de Georg W. F. Hegel (1770-1831), que considerava que tudo relacionado no mundo e a sua história eram o desenvolvimento de algo não material; um processo histórico que culminava em consciência individual fornecida por sua filosofia. Ele via a realidade como uma unidade orgânica que não se encontrava em uma condição estável, mas em um processo contínuo de desenvolvimento, antecipando as teorias evolucionistas.

---

[25] De acordo com KANT (1999), o espaço e o tempo são condições de conhecimento; condições estas que, partindo do sujeito, precisam realizar-se para que o objeto seja efetivamente objeto do conhecimento. A esses "subpostos" Kant denomina *condições transcendentais da objetividade*. Espaço e tempo seriam duas condições sem as quais é impossível conhecer. Para ele, o espaço seria a forma da experiência ou percepções externas, enquanto o tempo, a forma das vivências ou percepções internas. Porém, ao mesmo tempo em que se percebe a coisa sensível, tem-se, além de sua percepção como coisa externa, a sua *apercepção* interna, dando-se conta do que se percebe. Por conseguinte, o tempo teria uma posição privilegiada em relação ao espaço, porque seria forma da sensibilidade externa e interna, com referência a objetos exteriores e a acontecimentos interiores, abrangendo a totalidade das vivências possíveis.

> Para Hegel, a natureza é a cultura que não se sabe cultura, que ainda não tem consciência de si, não se negou na experiência imediata de ser natureza. O processo de constituição da consciência é, também, a história da emergência dos seres culturais. A contradição é a dor, o sofrimento, o calvário do espírito. As coisas são e não são ao mesmo tempo [...] Esse movimento de auto-negação é a história do caminho para se chegar ao absoluto, à plena realização da razão na história, que coincide com o fim da história, isto é, o passar do tempo como instância de envelhecimento e morte. O tempo elimina sua dimensão temporal (MATOS, 1995:21).

Em *Das phänomenologie des geistes* (*A fenomenologia do espírito*, 1806), Hegel criticava Kant ao dizer que, se o homem não conseguisse reunir as partes separadas de seu mundo; e trazer a natureza e a sociedade para dentro do campo de sua razão, estaria sempre condenado à frustração (FIG. 2.11). Para ele, o papel da filosofia seria o de evidenciar o princípio que restauraria a perdida unidade e totalidade[26]. Logo, a forma verdadeira da realidade seria a razão, onde todas as contradições sujeito-objeto se integravam, contrapondo-se à oposição entre sensibilidade e razão, natureza e conhecimento como formas de expressão de filosofias idealistas, as quais não puderam transpor o limite do espírito individual para o mundo unificado (HYPPOLITE, 1995). Ao tomar a natureza encarnando o espírito, Hegel promovia o retorno das idéias platônicas e aristotélicas para a concepção de um Estado orgânico, em que a imanência do todo estava colocada, aproximando-se das idéias de Rousseau e dos românticos, abordadas na seqüência.

FIGURA 2.11 – Ilustração de Georg W. F. Hegel (1770-1831) com estudantes.
(**FONTE**: UQAC UQUEBEC, 2005)

[26] Para HEGEL (2002), a natureza é o oposto do espírito. As categorias estudadas na Lógica são todas internamente relacionadas umas às outras. A natureza é, no entanto, uma esfera de relações externas. Parte de espaços e momentos do tempo que se excluem uns aos outros. Tudo na natureza está no espaço e no tempo; sendo finita, mas ela é criada pelo espírito e traz a marca de seu criador. As categorias aparecem nela como sua estrutura essencial e seria justamente a tarefa da filosofia detectar essa estrutura e sua dialética. Porém, a natureza, como o reino da "externalidade", não pode ser seqüencialmente racional, de modo que a racionalidade prefigurada nela torna-se gradualmente explícita quando o homem aparece. No homem, a natureza alcança a autoconsciência.

2.3 ROMANTISMO E EVOLUCIONISMO

Na França do século XVIII, as conseqüências da nova forma racionalista de pensar propagaram-se e fizeram surgir uma nova classe de intelectuais – os *philosophes* –, que, como livres pensadores na religião e, ao mesmo tempo, radicais na política, proporam-se a lutar contra a censura e a intolerância. Naquela época, as crenças tradicionais em que a Igreja e o Estado baseavam-se estavam enfraquecidas e crescia um espírito revolucionário que culminaria com a eclosão da *Revolução Francesa* (1789/99), mas que tem permanecido constantemente ativo até nossos dias. Foi François-Marie Arouet – ou simplesmente, Voltaire (1694-1778) – quem fez mais do que qualquer outro escritor para propagar as implicações revolucionárias da ciência e do liberalismo na Europa continental, após ter vivido em exílio na Inglaterra. Foi ele quem popularizou as idéias dos grandes pioneiros ingleses do empirismo: Bacon, Newton e Locke (ROBINSON & GROVES, 1999).

Em assuntos intelectuais, os liberais defendiam o uso da razão e o direito da divergência individual em oposição ao conformismo e à obediência à tradição e à autoridade. Voltaire acreditava que estas batalhas podiam ser combatidas e ganhas sem uma violência maior que a do tipo da prisão, do exílio e da censura que ele próprio sofrera. Contudo, para muitos de seus seguidores, a violência revolucionária era necessária para eliminar o *ancien régime*; e logo ele se tornou um dos símbolos da liberdade de pensamento do século XVIII, uma das idéias mais importantes que fundamentaram a *Revolução*. Usando a literatura, Voltaire ilustrou sua forma de pensar como, por exemplo, em *Cândido* (1759), quando

> narra a história de um viajante que encontra o Iluminismo nas experiências que tem em suas viagens. A história reflete o compromisso de Voltaire com [...] o empirismo [Porém,] não se trata apenas de uma obra importante para a propagação do Iluminismo, que incentiva uma filosofia científica e pragmática, mas também de uma sátira à filosofia sistemática que, na opinião de Voltaire, era necessariamente contraditória à experiência real (OLIVER, 1999:75).

Segundo MAGEE (1999), o princípio mais explosivo que propôs talvez tenha sido a idéia de Locke de que a confiança que se tem nas crenças precisava se relacionar com as provas que existem em seu apoio, ou seja, o fundamento empírico. Naquele momento, muitas crenças estabelecidas na vida religiosa ou social eram apoiadas por algo pouco mais substancial do que a autoridade da Igreja e do Estado; e elas começavam a ruir quando passaram a estar sujeitas à interrogação racional (ARANHA & MARTINS, 2003).

A principal expressão promovida pelos *philosophes* foi a *Encyclopédie* de Denis Diderot (1713-1784), que visava reunir os filósofos racionalistas em um movimento, que se

expressava politicamente pressionando a favor de uma reforma legislativa[27] (FIG. 2.12). O primeiro trabalho original de Diderot foi *Pensées philosophiques* (*Pensamentos filosóficos*), lançado em 1746, no mesmo ano em que se tornou o redator principal dos enciclopedistas. Ao atingir 35 volumes em 1772, o trabalho completo da *Encyclopédie* tornou-se intelectual e historicamente um marco por personificar a nova atitude diante do conhecimento que Voltaire havia importado da Inglaterra para a França: uma abordagem científica que considerava Bacon e Newton suas principais bases, unida a uma visão filosófica centrada principalmente em Locke, o que obviamente criou problemas com as autoridades[28].

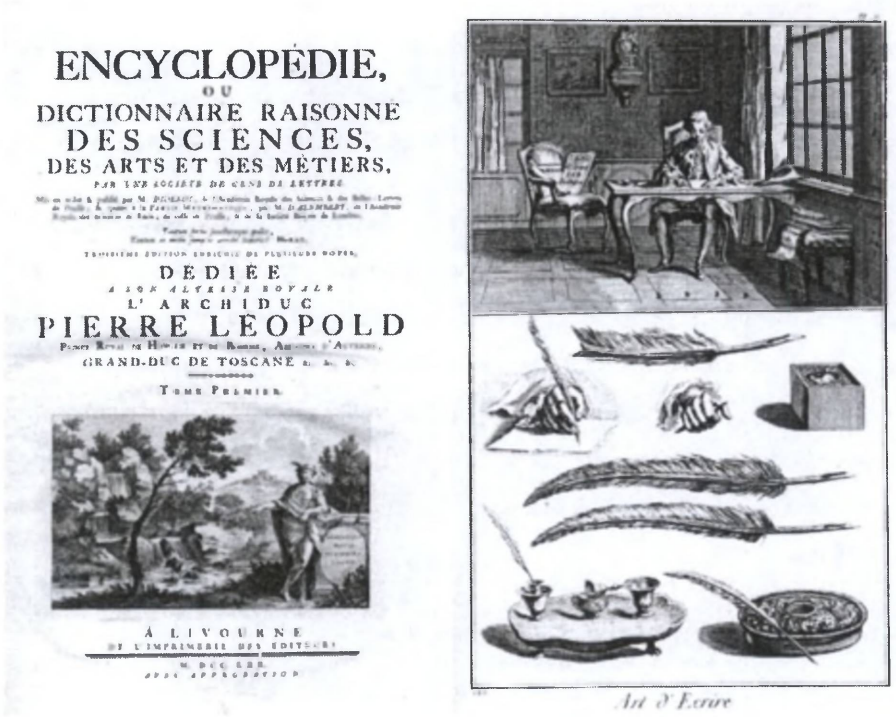


FIGURA 2.12 – *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des metiers* (1770/75) : Denis Diderot (1713-1784). (**FONTE**: LEEDS, 2005)

[27] Charles-Louis de Secondat Montesquieu (1689-1755), o principal pensador político no Iluminismo francês, escreveu uma defesa do republicanismo que teve enorme influência: *L'Esprit des lois* (*Do espírito das leis*, 1748). Nela, afirmava sua oposição ao governo monárquico francês da seguinte forma: "[...] seres inteligentes são capazes de ter leis feitas por si mesmos. Dizer que não há justiça ou injustiça fora do campo do que é ordenado ou proibido pelas leis existentes é dizer que antes que o círculo fosse desenhado, nem todos os seus raios eram iguais" (OLIVER, 1998: 74). Além de filósofo liberal, ele também foi muito conhecido no seu tempo como um satírico severo, uma figura social importante e um brilhante estilista. Quando lhe pediram para escrever sobre a democracia e o despotismo para a *Encyclopédie*, recusou-se, dizendo que já tinha dito tudo sobre esses temas, mas que gostaria de escrever sobre o bom gosto. Esta foi a sua última obra (MAGEE, 1999).

[28] Em suma, a *Encyclopédie* – ou *Dictionaire raisonné des sciences, des arts, et des métiers* – negava que os ensinamentos religiosos fossem uma fonte válida de informações factuais sobre o mundo e negava toda e qualquer autoridade intelectual por parte da Bíblia ou da Igreja. Além disso, também recusava reconhecer o poder político como uma fonte de autoridade em questões intelectuais ou artísticas. Ia contra quase todas as ortodoxias sociais, políticas e religiosas básicas da época, oferecendo uma concepção de conhecimento e de aprendizagem, tanto nas ciências como nas artes, que iria se transformar em uma das principais características da Idade Moderna. Mesmo proibida por decreto real em 1759, Diderot e seus colaboradores, Jean Le Rond D'Alembert (1717-1783) e Claude-Adrien Helvétius (1715-1771), entre outros, continuaram a trabalhar em segredo (MAGEE, 1999).

Entretanto, em meados do século XVIII, a fé na razão começava a mostrar sinais de fadiga e passou a exigir uma espécie de evasão para a transcendência. Se, em um primeiro momento, os princípios do racionalismo foram estendidos a todos os pormenores da natureza, inventando-se sobretudo uma metafísica mecanicista do homem – em que a razão pura, de resto reduzida a uma mecânica de sensações, bastava para assegurar a felicidade – , a partir de 1750, ocorreu uma reação violenta de afetividade que fazia uma apologia total do sentimento. Conforme LENOBLE (2002), isto já era possível perceber se se abrisse a *Encyclopédie* de d'Alembert e Diderot no verbete "Natureza", que se resumia somente a três colunas, porque havia perdido a sua alma e a sua personalidade, dissolvendo-se em fenômenos independentes, ligados unicamente por leis mecânicas, cujo estudo dependia, por sua vez, de múltiplas diligências distintas do pensamento.

> "Natureza", diz a *Encyclopédie*, "termo vago", logo pouco interessante em si. E remete-nos para os artigos *Sistema do mundo*, *Causa*, *Essência*, *Ser*, etc. A natureza em si já não é nada. Remete-nos para os artigos *Deus* e *Providência*, se entendermos por natureza "a ação da Providência, o princípio de todas as coisas, isto é, esse poder ou ser espiritual que atua e opera sobre todos os corpos, para lhes dar certas propriedades e neles produzir certos efeitos". Mas sabemos que, para os Enciclopedistas, a providência não representa nada de bem definido; talvez simplesmente um artigo difícil de redigir, mas indispensável de pôr em ordem para se precaver contra o zelo moderado das censuras oficiais (LENOBLE, 2002:284-5).

Em *Sur l'interpretation de la nature* (*Da interpretação da natureza*, 1754), Diderot inicialmente trata da pesquisa científica em geral. Depois de analisar a aberração e a esterilidade das matemáticas em seu apogeu, anunciava uma nova época nas ciências, representada pela física experimental e pela história da natureza. Nela, o critério determinante da investigação seria o da utilidade e seu postulado fundamental, o da unidade da natureza. Seus instrumentos de trabalho haveriam de unir observação, reflexão e experiência; e a ciência aproveitaria amplamente a lição da prática, desse "espírito de adivinhação pelo qual *se cheiram* por assim dizer, processos desconhecidos, experiências novas, resultados ignorados", coordenando os lampejos da intuição à análise metódica. Além de conselhos morais e técnicos acerca das condições da experimentação científica, também discutia sobre as decorrências do princípio de continuidade na natureza. Fiel à sua vinculação racionalista, Diderot procurava combinar indução e dedução; intuição e reflexão; visão e previsão. Tratava-se de explorar em profundidade a pesquisa experimental, sem perder o horizonte da hipótese teórica, pois a primeira sem a segunda seria míope; e a segunda sem a primeira, estéril. E a ciência que estaca trairia o seu principal compromisso, que seria o progresso humano (GUINSBURG, 2005).

Diderot concebia a natureza como um todo orgânico e sistemático, onde cada ente constituiria um elo da cadeia formadora da realidade: cada um seria, a um só tempo, princípio e fim. Ao afirmar que este todo apresentava caráter dinâmico, Diderot opunha-se à concepção de Descartes que dizia ser o movimento extrínseco à *matéria*, compreendida a partir da noção de extensão. Para Diderot, ao contrário, o movimento constitui a própria essência da matéria, resgatando o atomismo da

filosofia grega; e explicando toda mudança pelas associações e choques entre as partículas elementares, formadoras da matéria. Além disso, seria próprio a cada partícula, igualmente, ser dotada de sensibilidade. Pelos movimentos da matéria, poderiam ser explicados todos os fenômenos naturais, tanto os físicos quantos os processos mentais, inclusive o próprio entendimento humano (DIDEROT, 1989).

Contudo, ninguém na história da filosofia ocidental viveu mais intensamente o limite entre o social e o natural do que Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cujo pensamento inseriu-se de forma controversa no Iluminismo predominante do século XVIII, na busca em recuperar a noção de natureza perdida pela construção das sociedades dos homens (FIG. 2.13). Precursor do *romantismo*[29], Rousseau valorizava demasiadamente o sentimento, em um ambiente sobremaneira racionalista. Considerando que a civilização não era algo bom nem neutro, acreditava que os seres humanos eram corrompidos pela experiência de crescerem em sociedade. Na sua opinião, uma criança criada em determinada sociedade civilizada era ensinada a reprimir seus verdadeiros sentimentos e a impor as categorias artificiais do pensamento conceitual sobre seus sentimentos, passando a viver no fingimento e na hipocrisia. E como disto não havia retorno, a solução era modificar a civilização de modo a possibilitar que nossas emoções e instintos naturais pudessem se expressar livremente. Acabou por defender mudanças fundamentais na educação para finalmente libertar os indivíduos das rédeas da civilização (STRATHERN, 2004).

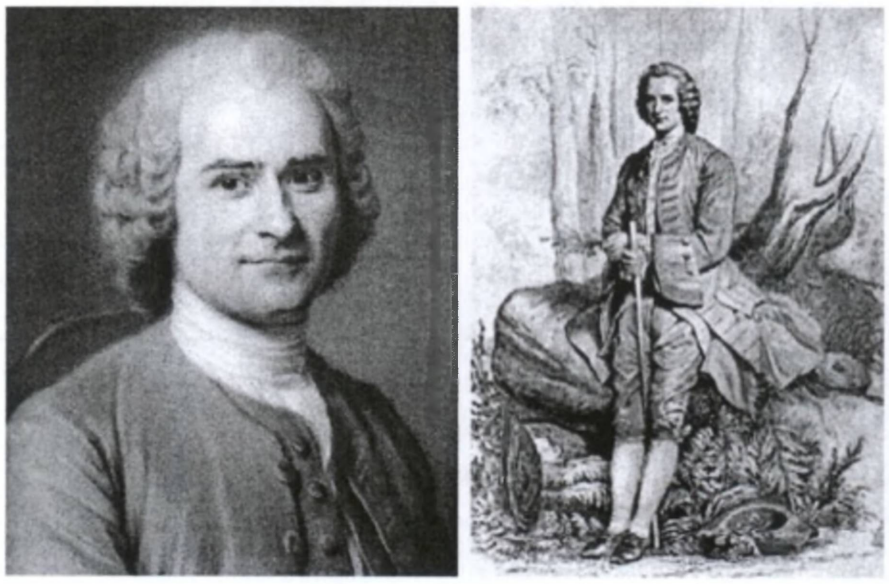


FIGURA 2.13 – Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).
(**FONTE**: WABASH, 2005)

[29] O *romantismo*, como movimento artístico e literário do século XIX, segundo CORBIN (1989), teve papel importante na valorização do mundo natural e selvagem; e, conseqüentemente, grande influência na criação de áreas naturais protegidas – os primeiros parques –, consideradas como "ilhas" de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (Ver CAPÍTULO 5). Os escritores românticos, incluindo Rousseau, viam a "natureza selvagem" como o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, enfim, da beleza e do sublime.

Desde *Discours sur les sciences et les arts* (*Discurso sobre as ciências e as artes*, 1750), defendia que a degeneração da espécie humana vinha da incompatibilidade entre virtude e ciência: o homem não-civilizado era "rude", porém "natural". Ele vivia em unidade orgânica consigo mesmo, enquanto que o homem moderno vive alienado de si mesmo. Em *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* (*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, 1754), enaltecia a naturalidade da bondade humana, o "bom selvagem", que ainda não foi corrompido pelas facilidades da vida moderna (ROUSSEAU, 1999; 2002). Rejeitava a doutrina hobbesiana de uma natureza humana inatamente má, acreditando que as vidas dos seres humanos "naturais" pré-civilizados eram vidas de satisfação e benevolência.

Deste modo, em Rousseau, a natureza deixava de ser objeto da ciência e da razão para passar a sê-lo do sentimento, confundindo-se com a própria idéia de perfeição; fusão da beleza mecânica com o sentimento profundo de liberdade ontológica. Em outras palavras, segundo LENOBLE (2002), em um regresso entusiasta, a natureza voltava a ser, mais uma vez, a Mãe fecunda dos homens que recomeçavam a lhe pedir uma regra dos costumes. Além de contribuir para a mística que agiu profundamente sobre a *Revolução Francesa*, o pensamento antiiluminista de Rousseau também influenciou todas as artes[30].

> Efetivamente, Rousseau é, mais que Diderot ou Voltaire, o grande restaurador do sentimento religioso no século XVIII [...] Pois a idéia de natureza, que não é pensada, deixou de ser nada, passando a designar, com Rousseau, *o que resta* do ser quando se elimina o artifício. O que significa que fica assegurado que "resta" alguma coisa por trás do artifício universal [...] A idéia da natureza proclama, por recusar o artifício que engloba todo o espaço visível do mundo, que as coisas não se limitam às coisas, nem o homem ao homem. Há um "resto" invisível, indizível, indefinido, que tem o nome de natureza (ROSSET, 1989:268).

Deve-se frisar que a crítica rousseauniana em relação à sociedade civilizada estava justamente na sua negatividade quanto à natureza, já que, ao negar a ordem natural, não a suprimia, mas mantinha com ela um conflito permanente de onde nasciam todos males e vícios de que sofrem os homens (VICENTINI & RIZEK, 1998). Tais idéias encontrariam pontos em comum com as de Friedrich von Schiller (1759-1796), Friedrich Schelling (1775-1854), Friedrich Hölderlin (1770-1843) e Arthur Schopenhauer (1788-1860). Além disso, conforme STAROBINSKI (1991), a civilização, desenvolvendo cada vez mais sua oposição à natureza, acabava por obscurecer a relação imediata das consciências: "a

[30] Ao questionar o poder e a virtude da razão, os românticos voltaram a sua atenção à emoção e ao desejo, aspectos perenes da existência humana, além de se dedicarem à estética, de modo a estudar as características da humanidade ignoradas até então pelos iluministas. Isto aconteceu em vários níveis. O jardim inglês, livre e naturalista, passou a substituir o italiano ou o francês, marcados pela simetria e artificialidade: Hubert Robert (1733-1808) começou a pintar ruínas; e Franz Schubert (1797-1828) a compor emocionalmente. Entretanto, os romances de Walter Scott (1771-1832) e Percy Bysshe Shelley (1792-1822); a poesia de Johann W. von Goethe (1749-1832) e Lord Byron (1788-1824); a filosofia de Arthur Schopenhauer (1788-1860) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), não representaram um conjunto claro de idéias passível de ser expresso em um único movimento.

perda da transparência original vai de par com a alienação do homem nas coisas materiais" (p.36), o que prefigura, de certo modo, as idéias de Karl Marx (1818-1883) e outros socialistas.

Acrescenta-se que, na arte, segundo ARGAN (1992), embora o romantismo coincidisse com o neoclassicismo na idéia iluminista de que a natureza não era mais a ordem revelada e imutável da criação, mas o objeto da pesquisa cognitiva – o ambiente da existência humana –, diferenciava-se por não se colocar diante dela de forma racional, mas agindo passionalmente. É nisto que se identificam a constituição do *pitoresco* e do *sublime* na arte romântica, onde, no primeiro, a natureza aparece como uma fonte de estímulos a que correspondem sensações que o artista esclarece e transmite; e, no segundo, quando não é apenas fonte de sentimento, mas motivo para se pensar na pequenez humana diante dela.

Esse novo sentido artístico teve uma correspondência essencial no cotidiano europeu e especialmente no ambiente dos ingleses dos séculos XVIII e XIX, para quem as árvores passaram a simbolizar a continuidade das comunidades que a industrialização e a urbanização estavam destruindo. Nas palavras de THOMAS (1988), as "árvores proporcionavam um vínculo com a eternidade [...e] à medida que a transformação social se acelerava, o desejo de preservar tais símbolos visíveis de continuidade tornava-se mais forte" (p.259-60). Tal valorização da jardinagem pode ser explicada pelo fato dos jardins fortalecerem, naquele momento, o sentimento de identidade e auto-estima de seus proprietários, fazendo com que os trabalhadores urbanos canalizassem suas energias emocionais. Isto também foi comprovado pelo amor crescente ao campo e as idas freqüentes dos moradores das cidades às zonas rurais, o que igualmente encontra suas explicações na deterioração física e moral do ambiente urbano. No século XIX, por volta de 1880, multiplicaram-se as sociedades de história natural e os clubes de campo no interior da Inglaterra, conduzindo a uma total revalorização da natureza vida (TAVOLARO, 2001).

Embora tenha morrido jovem, o poeta e dramaturgo Johann C. Friedrich von Schiller, juntamente com Goethe[31], foi o intelectual que mais influenciou a cultura alemã do século XIX. Por volta de 1780, foi atraído pelo movimento pré-romântico *Sturm und Drang*[32], e seus primeiros romances, como *Kabale und liebe* (*Amor e intriga*, 1785), já revelavam uma crítica bastante acentuada do individualismo idealista. A partir de 1787, tornou-se amigo de Goethe e voltou-se para o ideal de

[31] Johann W. von Goethe (1749-1832) lidou com política, economia e pesquisa científica. Sua produção literária, de bases românticas, tornou-se menos impetuosa e mais disciplinada a partir de 1779, talvez por admiração a Charlotte de Stein; sua imagem de equilíbrio, nobreza e harmonia. A filosofia "demoníaca" de sua juventude cedeu lugar ao ideal clássico de ordem e compreensão. Na ciência, baseou-se essencialmente na crítica da análise newtoniana e da função da matemática, à qual opôs uma abordagem direta da natureza e das formas orgânicas.

[32] *Sturm und Drang* – "Tempestade e Ímpeto", título de uma tragédia de Friedrich Klinger (1752-1831) – foi um movimento estético e literário que exerceu forte influência sobre a literatura alemã entre 1770 e 1790, cujas idéias definiram o pré-romantismo germânico. Reagindo contra o racionalismo e o classicismo (*Aufklärung*), seus integrantes adotavam um estilo impetuoso e individualista, sendo seus maiores expoentes, além dos jovens Goethe e Schiller, Cristian Schubart (1739-1791), Johann Herder (1744-1803) e Jakob Lenz (1751-1792).

um humanismo puro, que valorizava os conceitos clássicos do Bom, do Belo e do Verdadeiro. De 1793 a 1801 escreveu vários ensaios tentando definir a atividade estética, sua função social e as relações com a moral. Finalmente, desenvolveu uma teoria da "Educação estética" a ser possível por efeito de um equilíbrio entre as dominações tanto da inteligência como dos sentidos. Para ele, a tragédia "materializa a vitória moral do homem sobre seus instintos e seu egoísmo" e "somente através da Beleza que o homem faz seu caminho para a liberdade" (SCHILLER, 1995).

A preocupação central de SCHILLER (1995) era precisamente a relação entre pensamento e sensibilidade, ou seja, entre o dever que é indicado pela razão e as inclinações naturais do homem. Partindo das idéias de Rousseau de que o povo queria o bem, mas seria incapaz de reconhecê-lo sem uma educação e que a natureza seria a mestra desta, colocava, contudo, que a natureza podia não ser confiável, já que às vezes chegava perto de aniquilar o ser humano. Em paralelo, partia da posição de Kant, que era contrária à de Rousseau, ao dizer que a razão seria o que aponta o dever e indica o que é bom e correto.

Contudo, achava que seguir exclusivamente à razão levaria a uma forma de opressão política. Concluiu que nem as inclinações naturais nem a razão seriam capazes, isoladamente, de transformar do homem da brutalidade para a civilização, propondo a sua junção através da Estética, vista como força civilizadora. Acreditando que nem os sentimentos deveriam dominar o pensamento nem este destruir os primeiros, defendia que ambos deveriam convergir para a Estética; a apreciação do belo artístico, a qual exige tanto a emoção como a razão[33].

Por sua vez, SCHELLING (1999) apresentava uma imagem em que a natureza constituiria a realidade total, continuamente em evolução. Para ele, o absoluto seria uma matriz única da qual se diversificariam todos os seres: "Em tudo quanto é e quanto existe há uma fundamental identidade [...] Todas as coisas, por diferentes que pareçam, vistas de um certo ponto, vêm fundir-se na matriz idêntica de todo ser que é o absoluto" (p.47). O mais conhecido e influente de seus textos foi *Ideen zu ainer philosophie der natur* (*Idéias para uma filosofia da natureza*, 1797), onde propunha uma reação contra Johann G. Fichte (1762-1814), idealista absoluto, que pressupunha um universo de matéria inanimada como a criação separada de um Eu vivo[34].

---

[33] Para ele, a razão precisa do sentimento para que a moral racional seja desejada e o comportamento moral seja valorizado. Ao mesmo tempo, a sensibilidade tem que colocar seu peso total na razão para colocar o homem fora do estado da natureza. O caráter tornar-se-ia vigoroso se a razão e a inclinação natural não fossem mais antagônicos. È a energia de caráter a principal fonte de tudo que é grande e excelente no homem. Voltando-se para as artes e o poder energizante da beleza, dizia que, na experiência estética, o homem torna-se consciente de aspectos de si mesmo que revelam uma plenitude – ou totalidade – que de outro modo não se saberia existente.

[34] Fichte ocupou-se em demonstrar o erro do kantismo, para o qual a liberdade e Deus constituíam a coisa última; o absoluto que produzia de si formas que manifestavam a sua própria essência: aquilo a que se chama mundo, história, produtos da humanidade e o próprio homem. Ele tomava como absoluto o Eu. Mesmo que não possa ter um conhecimento de si fora do pensamento, a coisa pensante existe e tem intuição de si mesma como o Eu, que é intuído por si próprio como ação; o pensamento vem depois. O Eu absoluto necessita, para a sua ação, um objeto sobre o qual recaia essa atividade, sendo este o universo (FICHTE, 1999).

Schelling, ao contrário, dizia que a vida era uma criação da natureza, que em tempos fora um mundo de matéria inanimada. A princípio matéria morta, dela teria emergido a vida que começou a se desenvolver, em primeiro lugar, com as plantas; depois com os animais; e finalmente na forma humana (SCHELLING, 1993).

Schelling concluía que a natureza era uma unidade e, ao invés de um estado de acontecimentos, era um processo sempre contínuo; evolutivo. Como os seres humanos teriam emergido no seio desse processo como parte integrante dele, a vida não era separada da matéria, expressiva de algum princípio que estivesse em oposição a ela: as duas eram contínuas uma em relação à outra, como aspectos diferentes de um único processo. Além de Fichte, criticava Hegel, que tinha sempre visto a natureza somente como um objeto em sua subordinação ao homem. Por fim, seu pensamento ganharia importância em conexão com o a filosofia existencialista e a antropologia filosófica que valorizavam sua concepção da natureza humana determinada não apenas pela razão, mas também por obscuros impulsos naturais (MERLEAU-PONTY, 2000).

Por conseqüência, o homem não existiria fora do mundo, como se estivesse de algum modo em confronto com a natureza, tal como o Iluminismo tendia a considerá-lo: ele é simplesmente uma parte da natureza; é matéria espiritualizada. Logo, a matéria é, por si só, um espírito potencial, latente. E disto viria, segundo SCHELLING (1999), a característica mais impressionante da natureza: sua pródiga criatividade – idéia que o consagrou como o filósofo do romantismo. A cada momento, a natureza cria natureza – aquilo que SPINOZA (2002) chamou de *Natura naturas* – e, sua suprema criação, os seres humanos também são criativos, em todos os seus aspectos, mas se diferenciando por serem auto-conscientes.

> No melhor da sua arte, o Homem explora e tenta compreender as profundidades mais íntimas do seu próprio ser. Mas, uma vez que o Homem é parte integrante da natureza, isso significa que na arte criativa a Natureza atinge uma profunda consciência individual. Schelling acredita que é isto que todo o processo tem vindo a preparar: que todos os fenômenos vastos e contínuos da Natureza são um desenvolvimento em direção à autoconsciência; e, portanto, a verdadeira *raison d'être* da realidade é alcançada na arte criativa. Isto significa que o artista criativo é o cume da existência, a personificação da razão porque tudo existe (MAGEE, 1999:157).

Já Friedrich Hölderlin, considerado um dos grandes poetas alemães, fundia temas gregos a uma visão panteísta da natureza, escrevendo em um tom profético e visionário. Partindo do princípio de que natureza e cultura interagem continuamente, assim como interior e exterior – o homem e o mundo –, ele retomou o conceito da *physis* aristotélica e foi além. Disse, em *A morte de Empédocles* (1797/99) que: "na vida pura, natureza e arte opõe-se apenas harmonicamente. A arte é florescência, a perfeição da natureza". Deste modo, a cultura seria continuidade; não ruptura: a

humanidade é a capacidade de perfeição da natureza; ou ainda, "a cultura é a permanência sublimada da natureza" (HÖLDERLIN, 1994).

Hölderlin, assim como os demais escritores românticos – alemães ou não[35] – , considerava que o homem fazia, através de seus instrumentos, que a natureza revelasse a si mesma onde ela não era capaz de fazê-lo sozinha. Compactuava com Schelling a idéia de que os seres humanos tinham emergido na natureza e continuavam a fazer parte do processo contínuo que ocorria em seu seio. Por sua vez, Schopenhauer acreditava que todo o cosmo emanava energia em tamanhas quantidades que entorpeceriam a imaginação humana. Seriam galáxias inteiras expandindo-se, explodindo ou girando; toda uma energia, atividade e impulso fenomenais de escala incompreensível para o homem, e que isto não teria nada a ver com a mente ou a consciência (STRATHERN,1998).

Esse seria um fenômeno completamente sem personalidade ou inteligência e, portanto, sem finalidades ou objetivos – uma força absolutamente impessoal –; manifestação no mundo fenomenal de tudo o que é numenal[36], a que ele denominou "vontade", baseando-se no fato de que o mais próximo que se poderia chegar de uma experiência direta com uma das suas manifestações seriam os próprios atos de vontade, nos quais se experimenta força e energia inexplicáveis. Com estes termos, de certo modo, antecipava as descobertas da Física contemporânea, segundo as quais todo o conteúdo do mundo empírico, incluindo os objetos materiais, podem ser reduzidos a energia e campos de força, numa estrutura de espaço-tempo.

> Como muitos de seus contemporâneos românticos, ele tinha como objetivo chegar às verdades por meio de uma sensibilidade literária que expressasse o entendimento humano, e não por meio da criação de uma lógica sistemática [Nas palavras de Schopenhauer], "o que existe independentemente de nossa percepção é o que realmente é. Para Demócrito, isso era a matéria. Em essência, para Locke, também se tratava de matéria. Para Kant, isso era = X; para mim, é a vontade" (OLIVER, 1998:123).

---

[35] A primeira escola de literatura romântica alemã foi fundada em Iena em 1798, tendo, além das obras de Hölderlin – que deixou um romance, *Hyperion* (1797/99), além dos fragmentos da tragédia A morte de Empédocles (1797/99) – as poesias de Friedrich Novalis (1772-1843), marcadas pela meditação filosófica e alegórica sobre os fenômenos da natureza; e as histórias e dramas de Heinrich von Kleist (1777-1811), que tentou unir a tragédia grega ao drama shakespeariano. Na Inglaterra, foi o poeta e crítico Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) um dos maiores expoentes do romantismo. Os seus poemas incluem *Kubla Khan* e *The Rime of the ancient mariner*. Na *Biographia literaria* (1817) e outros escritos, Coleridge revelou aos leitores ingleses o pensamento dos filósofos alemães contemporâneos, em especial Schelling.

[36] Questionando a divisão kantiana da realidade total em uma fenomenal e outra numenal, Schopenhauer dizia que a realidade numenal não poderia consistir em "coisas" como elas são por si mesmas, já que só é possível haver diferenciação em um plano onde existam o tempo e o espaço. Ou seja, para que um objeto ser diferente de outro, têm de ser distintos tanto no tempo como no espaço, inclusive objetos abstratos, como um número natural ou uma letra do alfabeto. Além disso, não acreditava que o numenal pudesse ser a causa dos fenômenos, uma vez que o próprio Kant havia demonstrado que a ligação causal, tal como o espaço e o tempo, somente podia ser alcançada no plano fenomenal. Deste modo, chegou à conclusão que o fenomenal não é uma realidade diferente da numenal, mas a mesma realidade exposta de forma diferente (MAGEE, 1999).

Schopenhauer defendia que não podia haver diferenciação: tudo seria uno e indiferenciado. Dizia que a teoria kantiana – que dividiu a realidade total no que era susceptível de ser experimentado e no que não era, assim como a insistência de que as formas e estruturas de todas as experiências possíveis estavam dependentes da natureza condicional do sistema físico – tinha tornado o homem incapaz de imaginar como são as coisas independentemente de as experimentar ou não, transformando a natureza em um livro eternamente fechado. Considerava que, como objetos físicos no espaço e no tempo, os nossos corpos seriam manifestações do Uno indiferenciado, que é o numenal; e somente no mundo dos fenômenos que parecemos ser indivíduos isolados. No resultado supremo do nosso ser, somos unos e indiferenciados, o que explicaria a compaixão e a capacidade dos homens compartilharem sentimentos; idéia que o aproximava da filosofia oriental – em especial o budismo –, embora tenha chegado às conclusões através da ciência, e não da religião.

Paralelamente, na visão marxista, os conceitos de natureza e homem também apareciam interligados: a natureza seria um conceito-limite – algo como uma "interioridade absoluta" –; uma totalidade, ou seja, tudo o que existe seria a natureza sob uma forma determinada. Entretanto, ao contrário, a tese que Marx sustentava era a da predominância da natureza sobre o espírito, ou seja, a da anterioridade do mundo natural sobre o homem. Constata-se que o homem seria um produto tardio e contingente na história da natureza, o que equivale a dizer que *ele próprio é um momento da natureza*, a qual, distinguindo-se de si mesma, torna-se ativa e pensante. E teria sido o trabalho[37] que criou para o homem a possibilidade de ir além da pura natureza, podendo se contrapor como sujeito ao mundo dos objetos, conquistando uma certa autonomia diante dela (ARANHA & MARTINS, 2003).

De acordo com MARX (1991), as necessidades humanas eram diversas tanto na produção da vida – no próprio trabalho –, quanto na procriação, manifestando-se como uma dupla relação: de um lado social, devido à cooperação de vários indivíduos; e de outro natural, devido às condições de se poder viver. Manifesta-se uma relação *materialista* dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção; e que seria tão antiga quanto à própria humanidade. Toda a ação do homem sobre o mundo natural seria uma ação de *humanização da natureza*, porém, seria também uma *naturalização do homem*, pois ele deve desenvolver suas potencialidades internas para criar tudo a partir do trabalho. É a transformação da natureza e do homem através do trabalho.

[37] O *trabalho* – ou a atividade do homem – pode ser visto em dois sentidos diferentes no pensamento marxista. Primeiro, em um *sentido antropológico*, onde se vê a dependência do ser ao seu próprio meio (receptividade sensível, suscetibilidade). Segundo, um *sentido de cunho teórico-gnosiológico*, isto é, o trabalho social aparecendo como uma categoria da teoria do conhecimento, a qual implica em uma inversão da teoria do conhecimento tradicional, onde a relação sujeito-objeto não é mais abstrata; é antes de tudo, uma ligação prática construída *no* e *pelo* trabalho. O trabalho é tido com um significado concreto; de transformação da realidade. A atividade do trabalho seria o despertar das forças da natureza com a intenção de dominá-las. Na medida que o homem se apropria das forças naturais pelo trabalho faz com que a própria natureza trabalhe com os interesses e necessidades humanas. O trabalho humano é a atividade de dominar a natureza: e nesse sentido, o mundo natural é o momento da *práxis* humana (OLIVEIRA, 2005).

Essa dialética homem-natureza engendra a diferença de sujeito e objeto, porque é no confronto com a natureza que o homem forma a sua identidade e revela o "não-ser". Porém, ao mesmo tempo, tem-se a reconciliação da natureza interna e externa a ele. Como o homem tem um corpo – uma dimensão concretamente "natural" –, a natureza humana modifica-se materialmente na sua atividade física sobre o mundo. Conseqüentemente, o homem ao atuar sobre o mundo exterior, modificaria, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Contudo, o movimento autotransformador da natureza humana, na concepção marxista, não era um movimento espiritual, como em Hegel, mas um movimento material que abrangeria a modificação não só das formas de trabalho e organização prática da vida, como também dos próprios órgãos dos sentidos humanos: o olho passaria a ver coisas que não enxergava antes, o ouvido seria educado pela música para ouvir coisas que antes não escutava, etc. Marx criticou ainda a unilateralidade da concepção hegeliana de trabalho, que dava importância demais ao intelectual e não enxergava a significação do trabalho físico (STRATHERN, 2003).

Segundo MARX (1998), através dessa dominação das forças naturais expressa pelo trabalho, o homem produziu um "estranhamento" entre trabalhador e trabalho. Isso decorreu das condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo do trabalhador se realizar, pertencia a outra pessoa que não a ele. Por isto, em lugar de se realizar em seu trabalho, o ser humano aliena-se nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano sente-se ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba envolvido por novas opressões. A única maneira de superar a divisão da sociedade em classes seria através da "desalienação", na qual haveria um reconhecimento do ser humano e um outro tipo de relação com a natureza[38].

No *Communist Manifest* (*O Manifesto Comunista*, 1848), Marx e Friedrich Engels (1820-1895) denunciavam a alienação do homem, criticando a sociedade capitalista e a ideologia liberal burguesa, as quais se assentariam na idéia de que é na desigualdade e nos estímulos que isto gera para concorrência que reside o principal segredo do progresso e da evolução de qualquer sociedade (MARX & ENGELS, 1998). Embora uma onda revolucionária tenha varrido quase toda a Europa, na primeira na metade do século XIX – representada por grandes manifestações populares guiadas por idéias socialistas, as quais pregavam um mundo de igualdades e sem marginalizados de qualquer espécie –, e as idéias marxistas terem gerado vários modelos utópicos (Ver CAPÍTULO 4), as críticas socialistas não puderam fazer muito contra a expansão do pensamento burguês e da

[38] O termo *alienação*, criado para expressar uma idéia marcadamente especulativa e metafísica dentro da filosofia hegeliana – como estranhamento do espírito em relação à sua própria essência – foi retomado por Marx que, apesar de manter sua conotação original, vinculou-o estritamente ao homem concreto, ao processo de trabalho e às relações de produção capitalistas. Para ele, o homem realiza-se como ser genérico – portanto, sua verdadeira *essência* – no trabalho, na medida em que é este que permite criar, de algum modo, o seu mundo. No entanto, na sociedade capitalista, o produtor direto acha-se separado da propriedade e do controle dos meios de produção, sendo despojado do produto de seu trabalho. MARX (2000), chama isto de "trabalho alienado", o qual arranca do homem o objeto de sua produção e, assim, sua vida genérica; sua essência.

conseqüente revolução que iria significar a substituição do conceito de "natureza mecânica" por uma idéia de "natureza evolutiva", consagrada com as teorias darwinistas (FIG. 2.14).

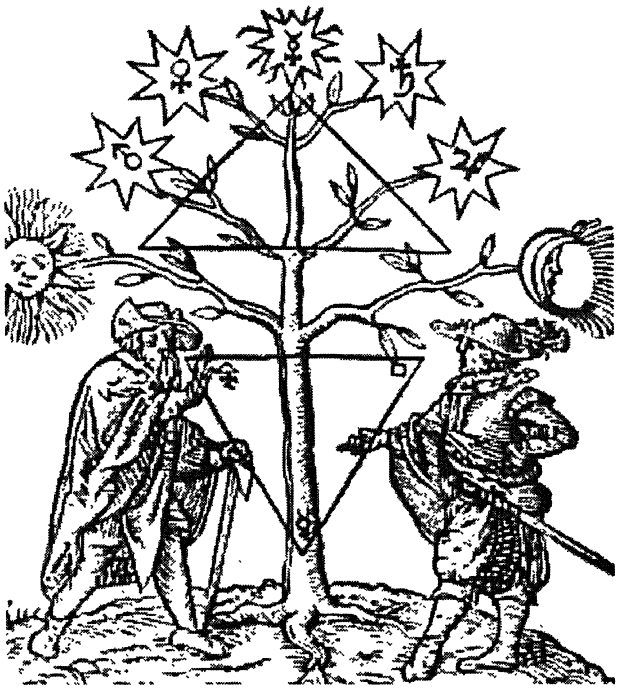


FIGURA 2.14 – Através da ciência moderna, busca-se o desvendamento da natureza e seus símbolos.
(FONTE: RAVIGNANT, 1983)

Da sua fase mercantilista até a consolidação do capitalismo industrial, ocorrida em meados do século XIX, o pensamento racionalista hegemônico sobre a relação entre o homem e a natureza permanecia fundamentado na idéia primordial de supremacia do homem sobre a natureza, o que não só interferiu decisivamente na idealização sobre o Novo Mundo, como fundamentou o ideal político constitucional norte-americano[39]. Com a Idade Contemporânea, novas transformações – como o surgimento do proletariado, o acirramento da luta de classes, o antagonismo entre capital e trabalho e, sobretudo, o predomínio das idéias liberais em relação ao progresso e à evolução – vieram contribuir para um novo conceito de mundo. Ao mesmo tempo, a consagração da indústria como principal centro dinâmico das relações sociais e econômicas, assim como as mudanças políticas e culturais que isto acarretou, caracterizaram essa nova etapa do capitalismo burguês, cujos ideais se definiam e, por conseguinte, conduziam a uma alteração na idéia predominante de natureza.

Em 1859, Charles R. Darwin (1809-1882) publicou sua principal obra, *The origin of species* (*A origem das espécies*), a qual propunha uma nova concepção de natureza. Além de reunir uma massa de provas muitas vezes superior às de quaisquer um de seus antecessores – coletadas

[39] O governo constitucional dos EUA, criado após a *Declaration of Independence* em 1776, foi a concretização de boa parte da filosofia iluminista. Thomas Jefferson (1743-1826), com seus textos sobre a defesa da liberdade e os direitos do homem, foi sua força intelectual, inspirada em Locke e em outro filósofo britânico, Thomas Paine (1737-1809). Conforme George Washington (1732-1799), "a revolução deu-nos acesso aos tesouros de conhecimento adquiridos por meio do trabalho dos sábios durante anos" (OLIVER, 1998).

graças a uma viagem de pesquisa ao redor do mundo, realizada entre 1831 e 1836 –, ele trouxe suas teses a público em um ambiente e um momento bastante propícios, pois nada seria mais conveniente, em meados do século XIX, do que a "descoberta" de uma "natureza liberal", ou seja, resultante de um lento processo evolutivo, onde na luta pela existência os mais fortes e melhor adaptados sobreviveriam, ao passo que os mais fracos desapareceriam, através do processo chamado "seleção natural", como em síntese defendia a sua *Teoria da evolução das espécies*[40].

Com a tese darwinista, a sociedade capitalista obteve mais uma vez – e com fundamentos diferentes daqueles proporcionados pelos mecanicistas – uma sanção científica para seu funcionamento.

> O exemplo de uma natureza onde na briga pela existência todos lutam contra todos, e só os melhores sobrevivem à "seleção natural" que daí advém, tornou-se o melhor dos argumentos para justificar a idéia burguesa da "vocação natural" que os homens têm para viver numa sociedade de mercado, já que nesta são as próprias "leis de mercado" que se encarregam de "naturalmente" selecionar os melhores (possivelmente os capitalistas), dos piores (despossuídos de uma maneira geral) [...] Foi neste contexto, de novas exigências científicas, ideológicas e sociais, que a "natureza evolutiva" encontrou um vasto campo para consagrar-se como o novo paradigma explicativo de mundo (CARVALHO, 1991:55).

No início do século XX, todo arcabouço conceitual e metodológico sobre o qual se assentavam as concepções do mundo e sua natureza viu-se novamente abalado por descobertas científicas, as quais já vinham sendo enunciadas a partir dos últimos momentos do século anterior, quando o físico *sir* Joseph John Thomson (1856-1940) comprovou a existência dos elétrons. Desde então, nomes como os de Max K. Planck (1858-1947), que explicou a distribuição de energia pelos *quantas*; Niels Bohr (1885-1962), que inovou o modelo da estrutura atômica; Werner Heisemberg (1902-1976), que desenvolveu o formalismo matricial e formulou o princípio da incerteza inerente a toda medição física; e, principalmente, Albert Einstein (1879-1955) promoveram uma verdadeira revolução através das novas teorias da Física quântica e da Relatividade, que colocaram em xeque os clássicos conceitos newtonianos. A partir da descoberta das partículas subatômicas e, especialmente, do seu comportamento – fora de qualquer um dos padrões até então conhecidos – promoveram-se modificações radicais na forma de se ver ou entender a estrutura e a natureza da matéria.

Passou-se a verificar que, na sua "intimidade" mais profunda, a natureza não era mais composta por partículas materiais, no sentido de coisas sólidas e palpáveis, mas pelos "resultados" das inter-relações entre diversos fatores, que, por sua vez, também derivavam de outras inter-relações, e

---

[40] Essa idéia de uma natureza que evolui, diversa daquela "natureza mecânica" que, não evolui ou progride – no máximo, funciona, repetindo sempre as mesmas funções até quebrar ou se desgastar – não era exatamente uma novidade. Desde o século XVI, quando o anatomista francês Jacob Sylvius (1478-1555) percebeu mudanças evolutivas no organismo humano, até o começo do século XIX, quando os geólogos desenvolveram veementes defesas da idéia de evolução e a aplicaram para explicar a dinâmica das estruturas terrestres, vários outros estudiosos, em momentos diversos, já haviam admitido esta idéia de uma "natureza evolutiva".

assim por diante. Os componentes do mundo subatômico não possuíam propriedades – ou "personalidades" – , próprias e independentes do seu meio, mas revelavam um comportamento variável nas situações experimentais, dependendo desde o observador até os aparelhos utilizados nos possíveis experimentos.

Para a "nova" Física do século XX, o que importa passou a ser as "inter-relações" e não as partes que interagem, já que seria o todo que determina o comportamento das partes e não o contrário; idéia que rompia drasticamente com os modelos científicos de Descartes ou Newton, os quais propunham uma metodologia, segundo a qual somente se poderia alcançar o verdadeiro conhecimento de algo a partir da sua divisão e análise em tantas partes que fossem necessárias (Ver CAPÍTULO 5). Deste modo, não seria possível entender "coisas" que são e não são ao mesmo tempo – como no caso do elétron, que é partícula e também onda –, baseando-se em modelos de conhecimento como o de Aristóteles, que afirmava que as "coisas" eram ou não. A idéia de uma natureza que evolui às custas da "luta de todos contra todos" também cai por terra, já que no mundo subatômico o que prevalecia era a dependência e a interação[41].

Esse "descortinamento" de uma "nova" natureza, derivado da revisão de conceitos anteriores, deu-se pela demanda no aprofundamento das pesquisas devido às próprias exigências da industrialização, a qual desde seu início assumiu as características de uma "revolução permanente", exibindo forte dependência dos "saltos tecnológicos" verificados na pesquisa científica, principalmente depois da segunda metade do século XX. Da *Revolução Russa* (1917) à queda do muro de Berlim; da eclosão da *Primeira Guerra Mundial* (1914/18) ao choque provocado pela bomba atômica; da onda revolucionária de 1968 até os atentados do 11 de Setembro; tudo vêm apontando para novos caminhos a serem trilhados pela sociedade. De um lado, a defesa da sociedade capitalista e suas idéias neoliberais; e, de outro, a tentativa de incorporar as novas exigências democráticas ao sonho socialista: o mundo contemporâneo vem construindo uma nova idéia de mundo.

Neste momento especial em que se vive, em pleno início de um novo milênio, vale prestar atenção na ampla mobilização ecológica que se tem observado em todo mundo, principalmente naquelas correntes que estão funcionando como uma espécie de porta-vozes da insatisfação generalizada com os modelos de sociedades adotados até agora.

> Tais parcelas do movimento ecológico, por não terem compromisso com a acumulação de capitais, ou com o lucro, não se propõem a fazer da questão ambiental um meio para se encontrar as possíveis soluções para os problemas

[41] Karl Popper (1902-1994) sugeriu a *Teoria da Falsificabilidade* como a forma mais sensível de se pensar a ciência contemporânea. Para ele, as teorias científicas deveriam ser sempre provisórias e os cientistas sugerirem sempre maneiras das suas próprias teorias poderem ser "falsificadas" – ou refutadas –, por alguma nova observação contraditória. Discordando da visão de Popper de que a ciência era como uma "escada-rolante" acionada pela razão que gradualmente progride em direção à Verdade, Thomas Kuhn (1922-) insistia em que a ciência "progredia" através de mudanças revolucionárias, e não por qualquer processo evolucionário metódico (Ver CAPÍTULO 5).

> do capitalismo e suas constantes crises de matérias-primas (recursos naturais). Pelo contrário. Estas correntes têm manifestado preocupações crescentes com os ambientes que as sociedades baseadas na exploração e/ou na opressão impõem à maioria das pessoas e, conseqüentemente, ao conjunto da natureza [...] Reúnem, de certa forma, um conjunto de insatisfações com as sociedades industriais, e acabam apontando para a necessidade do estabelecimento de outras relações sociais, em atendimento tanto às antigas exigências, que o capitalismo já comprovou não ser capaz de cumprir, como às novas, que as exigências socialistas criaram (CARVALHO, 1991:79).

Buscando o estabelecimento de um "novo" mundo, no qual uma "nova" concepção de natureza despontaria no século XXI, muitas dessas críticas alimentam a idéia de se superar a visão antiga e equivocada que divide as necessidades das pessoas entre aquelas consideradas fundamentais – como casa e comida, por exemplo – e as consideradas secundárias, tais como liberdade, arte, lazer, sexo, etc. Esta divisão artificial entre as "necessidades" de um lado e as "liberdades" de outro é vista por muitas correntes ecológicas como o próprio resultado da separação também artificial entre o homem e a natureza. Insistem em uma visão de mundo, na qual tais separações sejam abolidas e o homem seja visto e atendido na sua totalidade, o que por sua vez implica cultivar um conceito amplo de natureza da qual não se exclua o homem e que, por isso mesmo, somente será preservada quando tanto a exploração e a opressão sejam abolidas (PRIGOGINE, 1996; 2002).

A luta pela satisfação das necessidades primárias não pode ser vista de modo dissociado da luta pelas liberdades de pensar, de agir ou de dispor seu tempo como quiser, uma vez que o homem não é mais aquela "primeira natureza", sujeito apenas às necessidade biológicas, mas é fundamentalmente um produtor de cultura, que só vive em plenitude às custas de alimento, de idéias e de liberdade. Da mesma forma que se constatou a interdependência mantida pelos elementos de uma natureza interativa promovida pela física quântica, passou-se a exigir uma *concepção holística* – que provém do termo grego *holos*; todo, inteiro – de universo, onde tanto as inter-relações entre seus componentes, como o homem e suas subjetividades, ocupam posição de destaque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ALMEIDA, A. M. DE. **Campo e cidade como imagens.** Rio de Janeiro: Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999. 41p.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado.** 8a. ed. Rio de Janeiro: Graal, Col. Biblioteca de Ciências Sócias, n. 25, 2001. 128p.

ARANHA, M. L. DE A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia.** 3a. ed. São Paulo: Moderna, 2003. 439p.

ARGAN, G. C. **A arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos.** 5a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 736p.

BERTRAND, G. *Paisage y Geografia Física Global.* In: MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. CANTERO, N. O. (Orgs.) **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales).** Madrid: Alianza Universidad, 1988.

BORNHEIM, G. **Filósofos pré-socráticos.** São Paulo, Cultrix, 1994. 128p.

BRESSAN, D. **Gestão racional da natureza.** São Paulo: Hucitec, 1996. 112p.

CARVALHO, M. de. **O que é natureza.** São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, n. 243, 1991.85p.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo.** 3a. ed. Campinas: Universidade de Campinas – UNICAMP, 1997. 472p.

CHAUÍ, M. **Convite à filsofia.** 13a. ed. São Paulo: Ática, Col. Segundo Grau, 2003. 424p.

CORDIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989. 416p.

CULLEN, G. **Paisagem urbana.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitetura & Urbanismo, n. 1, 1996. 208p.

DIDEROT, D. **Da interpretação da natureza e outros escritos.** São Paulo: Iluminuras, Col. Biblioteca Pólen, 1989. 200p.

ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. **Man, space and environment.** New York: Oxford University Press, 1974. 623p.

FERREIRA, C. C. **Evolução do pensamento geográfico.** São Paulo: Gradiva, Col. Panfletos, 1997.

FICHTE, J. G. **Lições sobre a vocação do sábio: seguido de reivindicação da liberdade de pensamento.** Lisboa: Edições 70, 1999. 120p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 5a. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 148p.

GUINSBURG, J. **Denis Diderot.** [*On line*] Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/n4novo/fguinsburg texto.html>. Acesso em: 12.jan.2005.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980. 276p.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito.** 2a. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002. 550p.

HÒLDERLIN, F. **Reflexões: tragédia e modernidade.** Trad. Márcia de Cavalcante e Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 214p.

HUBERMANN, L. **História da riqueza do homem.** 21a. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC, 1986. 286p.

HUNNEX, M. D. **Filósofos e correntes filosóficas em gráficos e diagramas.** Trad. Alderi de Souza Matos. São Paulo: Vida, 2003. 133p.

HYPPOLITE, J. **Introdução à filosofia da história de Hegel.** Trad. J. M. Lima. Lisboa: Edições 70, Col. O Saber da Filosofia, 1995. 112p.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, v. 17, 1998.

KANT, I. Crítica da razão pura. São Paulo: Martin Claret , Col. Obra Prima de cada Autor – Série Ouro, 2001. 616p.

_____. **Principios metafísicos de la ciencia de la naturaleza.** Madrid: Alianza Universidad, 1999.

LEBRUN, G. **Sobre Kant.** 2a. ed. Trad. José O.Almeida Morais, Maria R. A. Coelho da Rocha e Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Edusp: Iluminuras, 2001. 112p.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza.** Lisboa: Edições 70, Col. Perfil, 2002. 378p.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** 5a. ed. São Paulo: Papirus, 2005. 324p.

LUZ, M. T. *A racionalização da sociedade no período clássico da Idade Moderna.* In: **Natura Racional Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna.** Rio de Janeiro: Campus, 1988:56-82.

LYNCH, K. R. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo.** Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1995. 168p.

MAGEE, B. **História da filosofia.** São Paulo: Livraria Civilização, 1999. 237p.

MANNION, J. **O livro completo da filosofia: entenda os conceitos básicos dos grandes pensadores – de Sócrates a Sartre.** Trad. Fernanda Monteiro dos Santos. São Paulo: Madras, 2004. 286p.

MARX, K. **A origem do capital.** São Paulo: Centauro, 2000. 116p

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 6a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, Col. Pensamento Crítico, 1991. 138p.

_____. **O capital: o processo de produção do capital.** Trad. Reginaldo Sant'Anna. 16a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 02 vol., 1998. 571p.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista.** Trad. Maria Lucia Como. 15a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, Col. Leitura, 1998. 67p.

MATOS, O. C. F. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo.* 3a. ed. São Paulo: Moderna, Col. Logos, 1995. 128p.

MERLEAU-PONTY, M. **A natureza: Curso do Collège de France.** Trad, Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 452p.

OLIVEIRA, C. G. M. DE. **A relação homem-natureza.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.filosofia virtual.pro.br/naturezamarx.htm>. Acesso em: 14.jan.2005.

OLIVER, M. **História ilustrada da filosofia.** Barueri SP: Manole, 1998. 192p.

PRIGOGINE, I. **As leis do caos.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2002. 112p.

_____. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1996. 200p.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança.** Trad. Miguel Faria e Maria J. Machado Trincheira. Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 1984.

RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia uma confrontación de lãs ciências sociales com el diseño de la forma urbana** Barcelona: Gustavo Gilli, Col. Arquitectura / Perspectivas, 1978.

REALE, G. **História da filosofia antiga.** São Paulo: Loyola, vol. III, 1994. 478p.

RECLUS, E. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista.** São Paulo: Imaginário, 2002. 136p.

RELPH, E. C. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitetura & Urbanismo, 2002. 245p.

_____. *As bases fenomenológicas da geografia.* In:**REVISTA DE GEOGRAFIA.** São Paulo: AGETEO - Rio Claro, vol. 4, n.7, 1979.

ROBINSON , D.; GROVES, J. **Filosofia para principiantes.** Lisboa: Dom Quixote, 1999. 175p.

ROSSET, C. **A anti-natureza: elementos para uma filosofia trágica.** Trad. Getúlio Puell. Rio de Janeiro: Espaço & tempo, 1989. 324p.

ROUSSEAU. J.J, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* In: ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social e outros escritos.** São Paulo: Cultrix, 1999. 236p.

_____. **Textos filosóficos.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, Col. Leituras, 2002. 67p.

SANTOS, J. L. **O que é cultura.** 14a. ed. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, n. 110, 1994. 89p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4a. ed. São Paulo: EdUSP, 2004a. 386p.

_____. **Espaço & método.** São Paulo: Nobel, 1997. 88p.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: EdUSP, 2004b. 96p.

SCHELLING, F. W. J. **Escritos sobre filosofía de la arte.** Madrid: Alianza, 1999. 276p.

_____. **Investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana.** Lisboa: Edições 70, Col. Textos Filosóficos, n. 36, 1993. 136p.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem.** 3a. ed. São Paulo: Iluminuras, Col. Biblioteca Polen, 1995.164p.

SPINOZA, B. de. **Ética demonstrada à maneira dos geomatras.** São Paulo: Martin Claret, Col. Obra Prima de cada Autor – Série Ouro, 2002. 428p.

STAROBINSKI, J. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo.** Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. 424p.

STRATHERN, P. **Aristóteles em 90 minutos.** Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 68p.

_____. **Marx em 90 minutos.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 84p.

_____. **Rousseau em 90 minutos.** Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 84p.

_____. **Schopenhauer m 90 minutos.** Trad. Maria helena Geordane. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 84p.

SUETEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** Porto Alegre: Scripta Nova, 2001. [*On line*]
Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm> Acesso em: 19.jul.2005.

TAVOLARO, S. B. DE F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 226p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** 3a. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 456p.

TROLL, C. *El paisage geográfico y su investigación.* In: MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. CANTERO, N. O. (Orgs.) **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales).** Madrid: Alianza Universidad, 1988. 545p.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção; atitudes e valores do meio.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980. 288p.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2004. 290p.

_____.; RISEK, C. S. *Teorias urbanas e o tema da natureza.* In: PADILHA, N. (Org.) **Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas.** Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1998. p.35-56.

FONTES DE ILUSTRAÇÕES

HKBU. Disponível em: <http://www.hkbu.edu.hk/~ppp/img/large/kant-egv.jpg> Acesso em: 03.jun.2005.

LEEDS. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/library/adopt-a-book/pics/diderot.jpg> Acesso em: 10.jan.2005.

LIB-UDEL. Disponível em: <http://www.lib.udel.edu/ud/spec/exhibits/treasures/images/hobbes.gif> Acesso em: 03.jun.2005.

RAVIGNANT, P. **Os oráculos – Os presságios.** São Paulo: Martins Fontes, Col. Artes Divinatórias, 1983.159p.

SBAC. Disponível em: <http://www.sbac.edu/~palmergw/david-j-1_death_of_socreates.jpg> Acesso em: 31.jul.2005.

SCD-UNIV. Disponível em: <http://www.scd.univ-lille3.fr/bsa/CreechTh.jpg> Acesso em: 15.maio.2005.

SEPIENSA. Disponível em: <http://sepiensa.org.mx/contenidos/enciclopedia/imagenes/ss-copernico.jpg> Acesso:03.jun.2005.

SIL PUBLICATIONS. Disponível em: <http://www.sil.si.edu/silpublications/dibner-library-lectures/scientific-discoveries/novum-o.jpg> Acesso em:10.jan.2005.

UQAC UQUEBEC. Disponível em: <www.uqac.uquebec.ca/zone30/Classiques_des-sciences_sociales/classiques/hegel/hegel_photo/Hegel_portrait_33.jpg> Acesso em: 10.jan.2005.

WABASH. Disponível em: <http://www.wabash.edu/image/jjrbot.GIF> Acesso em: 15.maio.2005.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:naturalishistoria.jpg> Acesso em: 10.jan.2005a.

_____. Disponível em: <http://da.wikipedia.org/wiki/Billede:Kepler-solar-system-1.png> Acesso em: 20.mar.2005b.

3

ECOLOGIA

3.1 DO NATURALISMO À FENOMENOLOGIA

No capítulo anterior, expôs-se que, desde tempos remotos – passando pelo pensamento antigo, a Filosofia medieval e o racionalismo dos séculos XVI ao XVIII, salvo algumas exceções[1] –, o pensamento ocidental colocou a natureza à disposição do ser humano para que ele a subjugasse. A partir de Descartes, a concepção cartesiana definiu o homem como sujeito e a natureza como objeto, passando o primeiro a ser o senhor e mestre da segunda. Com a *Revolução Industrial* (1750-1830), este antagonismo estabeleceu-se definitivamente e, em conseqüência, aprofundou-se a separação entre espírito e matéria. A teoria de Kant foi fundamental para isto ocorrer. Deste modo, a modernidade foi marcada por esse antropocentrismo, assim como pelo sentido pragmático-utilitarista do Iluminismo, que acabou por dessacralizar toda a natureza e tornar o homem "não-natural".

A partir de então, a ciência e a técnica adquiriram um significado central na vida dos homens. A concepção de natureza que se tornou hegemônica no mundo ocidental instituiu-se pela sua oposição em relação ao homem, à cultura e à história. E, uma vez que toda sociedade; toda cultura cria, inventa e institui uma determinada idéia do que seja natureza, constata-se que seu conceito "não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens" (GONÇALVES, 1996). E a natureza define-se, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura, que é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza, o que significava o mesmo que dominar a inconstância, o instinto, as pulsões e as paixões. Tal conceito vinha justificar a existência do Estado, da lei e da ordem para evitar o primado da natureza, na qual reinaria o "caos" e a "lei da selva".

Entretanto, a própria ciência, herdeira da Razão clássica, baseada no repouso e na ordem – e no divórcio entre natureza e sociedade –, encarregou-se de apressar sua decadência. A teoria da relatividade e a Física quântica no início do século XX mostraram que a ciência não produzia mais certezas, mas apenas probabilidades. O ocidente tornou-se mais sensível às concepções holísticas de natureza que já prevaleciam nas filosofias orientais. A partir daí, segundo VIEIRA (2005), abriu-se espaço às concepções que se propõem a repensar o homem e a natureza como partes de um todo, composto por forças que interagem em constante movimento e transformação. O conceito de natureza em voga – *cultural*, como todo conceito –, estava baseado na noção de natureza como "algo em si" separado do homem e de suas relações sociais, econômicas e políticas, a qual precisava ser esvaziada a partir de transformações no embasamento filosófico, que alicerça o pensamento, a linguagem e a

[1] A concepção pré-socrática, por exemplo, entendia que os deuses estavam presentes em todas as coisas, não sendo entidades sobrenaturais, mas compreendidos como parte integrante da natureza. Não existia, como na tradição judaico-cristã, um Deus que criou o Universo e todas as coisas, já que deuses e homens coexistiam no mundo natural. A própria palavra grega *physis* (φύσις) representava a unidade; a integração natureza-homem-deuses. Da mesma forma, Spinoza, Diderot, Rousseau e Schelling, entre outros, também viam a natureza como uma totalidade, da qual os seres humanos também faziam parte.

cultura do mundo contemporâneo; cultura compreendida como a própria natureza humana. Tratava-se de reestruturar uma nova concepção de mundo, natureza e universo, o que vai exigir uma nova Razão, com um novo instrumento cognoscitivo[2].

Como visto, no século XIX, houve a ruptura entre o conhecimento filosófico e o científico, o que acabou definindo uma primazia da positividade nas ciências naturais. O pensamento hegemônico sobre a natureza assentava-se no raciocínio dedutivo da ciência, devido ao predomínio dos princípios empiristas; e, quando a teoria de Darwin introduziu o conceito de evolução, estabeleceu-se a dicotomia entre a visão teleológica – que procurava entender a natureza como um todo e as coisas vivas subordinadas ao homem e sua relação com Deus – e a lei de seleção natural, de onde derivava a variação e evolução das espécies. Tais princípios mantiveram-se em um campo de argumentação empírica, de modo a garantir a cientificidade de suas proposições, ao mesmo tempo em que construíram as bases do pensamento antropológico – *positivistas*[3], diga-se de passagem –; esta referência sincrônica ao seu tempo histórico, ao admitir as noções de progresso civilizatório, cujo modelo espelhava a civilização ocidental. Se por um lado, a teoria evolucionista colocava em dúvida o pensamento teológico sobre a existência de Deus, por outro, alinhava-se perfeitamente à possibilidade de compreensão da natureza no plano utilitário da exploração e expansão mundial de um sistema social e econômico produtivista (VICENTINI, 1994).

Foi justamente a partir dessas bases que se disseminou o *naturalismo*, ou seja, uma teoria metafísica a qual defende que todos os fenômenos poderiam ser explicados em termos de causas e leis naturais, buscando-se uma ordem que transcendesse o acaso. Ao conceber o universo como uma máquina ou organismo, desprovido de propósito geral – apesar de partes do universo funcionarem harmoniosamente e parecerem ter sido criadas para essa função –, os naturalistas – na maioria, cientistas que, pelo mundo afora, relacionam, classificam e quantificam a natureza – acreditam que a natureza é indiferente às necessidades e desejos humanos. O naturalismo limita-se à explicação de fenômenos empíricos, sem referências a forças, poderes ou influências ditas sobrenaturais: nele, "tudo pode ser explicado sem referência a nada exterior ao mundo natural". Corretamente compreendido,

---

[2] Como o ser humano evoluiu do instinto para a inteligência, segundo Henri Bergson (1859-1941), evoluirá da inteligência para intuição. A inteligência artificial dos computadores de um futuro talvez próximo, verdadeiras máquinas pensantes superiores à capacidade da inteligência humana, é um indicador da possibilidade dessa adaptação evolutiva na direção apontada por ele. Segundo suas palavras, "a natureza é uma criação que prossegue sem fim e virtude de um movimento inicial. A evolução é uma criação, que se renova sem cessar. A vida transcende a finalidade. É essencialmente um fluxo lançado através da matéria" (BERGSON, 2001).

[3] Entende-se por *positivismo* a Filosofia de Auguste Comte (1798-1857), que considerava o estado *positivo* – "o que é real e palpável; dado pela experiência e baseado nos fatos" – o último e mais perfeito estado atingido pela humanidade (COMTE, 1990). Fruto do avanço científico do século XIX e do predomínio do método empírico sobre os devaneios metafísicos da religião, defendia que todo o saber do mundo físico advinha de fenômenos *positivos* (reais) da experiência, que deveriam ser os únicos objetivos de investigação em detrimento das formas teológicas de explicação do mundo, as quais viam tudo como quimérico ou vago. Tal corrente filosófica teve grande influência na América latina e no Brasil, tanto que o lema *Ordem e Progresso*, escrito em nossa bandeira, deriva diretamente das palavras de Comte: "o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim". Visando a formulação de uma "física" social (a Sociologia), o pensamento positivista valorizava a ciência como forma mais adequada de conhecimento, de onde derivou o *cientificismo* (ARANHA & MARTINS, 2003).

não deve ser confundido com ateísmo, que nega a existência de Deus; com determinismo, que não admite a livre vontade; ou com materialismo, que desconsidera a ocorrência de fenômenos espirituais.

Em um primeiro momento, o pensamento naturalista passou a rejeitar a oposição homem-natureza, apregoando a necessidade de pensar sociedade e natureza de uma forma integrada e orgânica, mas, entretanto, aplicava tratamento diferenciado aos dois termos da equação, mantendo-se a dicotomia que queria superar e permanecendo-se prisioneiro da visão dualista que pretendia refutar. Com efeito, a "luta de todos contra todos" era rejeitada apenas no plano da natureza, mas era aceita no plano da sociedade, sob a forma de luta de classes. "Um diagnóstico para a natureza, um outro para a sociedade; eis a ambigüidade naturalista que não foi superada" (VIEIRA, 2005).

O naturalismo constituiu-se na fundação da moderna teorização cientifica, na qual referências à moral ou a propósitos divinos não têm lugar. Foram seus frutos várias pesquisas e publicações que, desde meados do século XIX, passaram a fornecer as diretivas básicas para se compreender o mundo e sua natureza, tais como *Man and nature* (*Homem e natureza*, 1864), de George Perkins Marsh (1801-1882); e *Generelle morphologie der organismen* (*Morfologia geral dos organismos*, 1866), de Ernest Heinrich P. A. Haeckel (1834-1919); além de *The descent of man* (*A origem do homem*, 1877), do próprio Darwin (FIG. 3.1). Segundo LAGO & PÁDUA (1989), foi em seu livro que o biólogo alemão Haeckel propôs a criação de uma nova disciplina científica, a *Oecologie* – ou melhor, Ecologia –, que teria a função de estudar as relações entre espécies animais e o seu ambiente orgânico e inorgânico. Para denominá-la, utilizou a palavra grega *oikos* ("casa"; "moradia"), a qual já tinha sido empregada em outra disciplina importante, a Economia ("ordenação da casa").

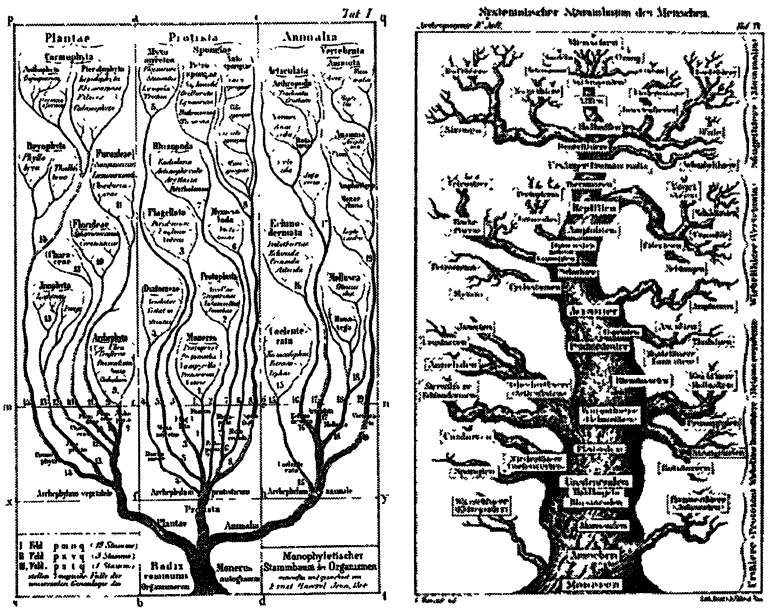


FIGURA 3.1 – Árvore filogenética da vida (esquerda), publicada em *Generelle morphologie der organismen* (1866); e árvore da evolução humana (direita), de *Stammbaum des menschen* (1891), ambos por Ernest Haecke. (**FONTE**: BMANUEL, 2005; ATHRO; 2005)

Na literatura, a *escola naturalista* – que propunha aplicar à arte os métodos da ciência positiva, a fim de reproduzir a realidade com uma objetividade perfeita e em todos os aspectos, inclusive os vulgares – constituiu-se entre 1860 e 1880, sob a dupla influência do realismo de Flaubert[4] e do positivismo determinista de Taine[5]. Paralelamente, por sua preocupação documental, pode-se considerar também precursores ao naturalismo os irmãos Edmond (1822-1896) e Jules Goncourt (1830-1870). Contudo, foi o escritor francês Émile Zola (1840-1902) quem encarnou a nova estética, tornando-se seu maior teórico através de *Le roman expérimental* (*O romance experimental*, 1880), em que baseava a verdade romanesca na escrupulosa observação da realidade e na experiência, a qual submetia o indivíduo ao determinismo da hereditariedade e do meio. Seduzido tanto pelas teorias utopistas de Fourier como pelo marxismo do político francês Jules Guesde (1845-1922), colocou sua fé inteiramente na ciência, expressando-a através de sua arte[6]. Para Zola,

> o romance experimental é uma conseqüência da evolução científica do século; cabe-lhe continuar e completar a fisiologia [...] Ele substitui o estudo do homem abstrato, do homem metafísico, pelo estudo do homem natural, submetido às leis físico-químicas e determinado pelas influências do meio (ARANHA & MARTINS, 2003:299).

De acordo com ROSSET (1989), a presença do naturalismo foi bastante sensível em uma das correntes filosóficas mais importantes da contemporaneidade, o *existencialismo*[7], que eclodiu a partir da primeira metade do século XX, embora suas bases sejam encontradas por volta de 1870; e

---

[4] O romancista francês Gustave Flaubert (1821-1880) possuía um agudo senso de observação, adquirido na sua juventude, passada no meio médico, além de uma forte inspiração romântica. O resultado disso, percebido em sua obra após o sucesso e escândalo de *Madame Bovary* (1857), foi uma mistura de realismo e de rigor estilístico, em uma tentativa em dominar a um só tempo a incompreensão de uma época burguesa e a tentação romântica que marcaram o século XIX (TROYAT, 1990).

[5] Um dos discípulos de Comte, Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893) foi um filósofo, historiador e crítico literário francês rigorosamente determinista, que acreditava ter encontrado os fatores capazes de explicar a produção artística, o desenvolvimento das funções mentais e os fatos históricos, em três elementos: na *raça*, que seria a grande força biológica dos caracteres hereditários determinantes do comportamento humano; no *meio*, pelo qual o indivíduo acha-se submetido aos fatores geográficos – tais como clima, relevo, etc. –, bem como ao ambiente sociocultural e às ocupações cotidianas da vida; e no *momento*, pelo qual o indivíduo é fruto da época em que vive, estando subordinado a uma determinada maneira de pensar característica do seu tempo. Para Taine, o ato humano não seria livre, mas causado por estes fatores de que não poderia escapar. Tornou-se célebre a sua definição de que "a arte é a natureza através do temperamento" (ARANHA & MARTINS, 2003).

[6] Em torno de Zola, segundo MARIN (1991), reuniram-se Paul Aléxis (1847-1901), Joris-Karl Huysmans (1848-1907), Guy de Maupassant (1850-1893), Henry Céard (1851-1924) e Léon Henrique (1851-1934), os quais deram forma ao manifesto da nova escola literária, *Les soirées de Médan* (1880). Posteriormente, ligaram-se ao naturalismo nomes como os de Jules Vallès (1832-185), Alphonse Daudet (1840-1897) e Jules Renard (1864-1910), entre outros. O naturalismo se impôs também ao teatro, com a obra de Henry Becque (1837-1899), *Les corbeaux* (*Os corvos*, 1882); e as direções cênicas de André Antoine (1858-1943), no chamado *Théatre Libre* (1887). No Brasil, o maior representante da estética naturalista foi Aluísio Azevedo (1857-1913) que, em 1881, introduziu o movimento com a publicação de *O mulato*. Contudo, foi através de sua obra máxima, *O cortiço* (1890), que constituiu o ideário nacional naturalista, do qual também participaram Júlio Ribeiro (1845-1890), Inglês de Sousa (1853-1918) e Adolfo Caminha (1867-1897). Se aqui o naturalismo não passou de um acontecimento episódico no âmbito da afirmação das idéias positivistas e cientificistas no país, em voga no final do século XIX, foi fundamental para iniciar a tradição do *regionalismo* em nossa literatura – iniciada por Domingos Olímpio (1850-1906), Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892) e Aníbal Teófilo (1873-1915) –, que se prolongou até a instauração do romance moderno (CANDIDO, 2004).

[7] Apesar de variações ideológicas, religiosas e políticas, os conceitos existencialistas são simples, concentrando-se nas idéias de que a espécie humana tem livre arbítrio e a vida constitui-se de uma série de escolhas, das quais somos os únicos responsáveis, sendo que poucas decisões não têm nenhuma conseqüência negativa. Diante disso, esta responsabilidade seria a fonte do medo e da angústia que perseguem o ser humano. Para os existencialistas, se se toma uma decisão, deve ser levada até o fim, mesmo que algumas coisas pareçam absurdas ou irracionais, sem explicação (RIBEIRO JUNIOR, 2003).

que tomou como objeto de análise a existência humana concreta e vivida, pondo a primazia do existir sobre a *essência*[8]. Opondo-se à Filosofia especulativa – ou idealista –, apresentou uma nova atitude, na qual o indivíduo entendia que a sua própria identidade equivalia a um problema e buscava descobrir um significado na vida através da investigação do mistério da sua existência. O primado da liberdade em relação ao ser, da subjetividade diante da objetividade, o voluntarismo e o personalismo seriam algumas das características dessa espécie de Antropologia filosófica.

Desde Platão, a maioria dos filósofos afirmava que o mais alto bem ético seria o mesmo para todos. Entretanto, em meados do século XIX, o filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855) – considerado o primeiro a se conceber como "existencialista" –, reagiu contra essa tradição, insistindo que o mais alto bem para o indivíduo seria encontrar sua própria vocação (FIG. 3.2). Discordava do ponto de vista de Kant de que a crença religiosa e a moralidade podiam se basear na razão. Para ele, a fé era completamente irracional e totalmente improvável. Foi o primeiro a descrever a "angústia" como a experiência fundamental do ser livre ao se colocar em situação de escolha na vida concreta. Contra a visão tradicional de que a escolha envolve um julgamento objetivo do certo e errado, desde então, os existencialistas têm argumentado que nenhuma base racional ou objetiva pode ser encontrada nas decisões morais (ARANHA & MARTINS, 2003).

KIERKEGAARD (2003) defendia que nenhum sistema de pensamento era capaz de explicar a experiência única do indivíduo. Criticando Hegel, que entendia tudo em termos de enormes esferas de idéias – nas quais as coisas reais e as entidades individuais nem sequer eram mencionadas –, considerava que o saber não era um bem absoluto. Segundo ele, as abstrações e generalizações eram os meios que criávamos para nós mesmos podermos pensar e estabelecer ligações com o mundo real. Se se quiser entender o que existe, dever-se-ia descobrir alguma forma de se chegar à compreensão apenas através das entidades individuais – os "fatos" –, que seriam tudo o que existe.

Na sua opinião, o pensamento petrificava a vida, aprisionando-a. Em nome da verdade subjetiva, dever-se-ia recusar tanto o pensamento quanto a linguagem que, enquanto sistemas, eram fechados, passados e petrificados. Considerando que "o supremo paradoxo de todo o pensamento é a tentativa de descobrir algo que o pensamento não pode pensar", Kierkegaard, conforme STRATHERN (1999), apontava implicações religiosas em tudo isso: acreditava que, na tradição central do

[8] Se por *essência* entende-se aquilo que faz com que uma coisa seja o que é, e não outra coisa – como, por exemplo, uma mesa que, pouco importa se é de madeira ou de vidro, pois sua essência é ser mesa e não cadeira – quem acredita em Deus, supõe que Ele seja o artífice superior que criou o homem segundo um modelo – tal como um artesão faz um objeto –, de onde deriva a noção de *Natureza humana*, essência encontrada igualmente em todos os homens. Segundo esta concepção, a essência do homem precede a sua existência. Para os existencialistas, ao contrário, *a existência precede a essência*, pois eles não identificam a fabricação de coisas ao fazer-se do homem. Não aceitam a concepção de criação divina a partir de um modelo. Nas próprias palavras de Sartre: "O homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer [...] O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo" (SARTRE, 1987:216).

cristianismo protestante, o que mais interessava acima de tudo era a relação da alma individual com Deus. Afirmava ainda que era espiritualmente crucial reconhecer que cada um experimenta não apenas o medo de objetos específicos, mas também um sentimento de apreensão generalizado, ao qual chamava de "horror". Ele interpretou isso como uma maneira que Deus encontrou de chamar cada indivíduo para marcar um compromisso com um modo de vida pessoal válido[9].

Foi a partir de Kierkegaard que surgiram duas tradições paralelas do existencialismo filosófico: a *cristã*, representada pelos pensadores alemães Rudolf K. Bultmann (1884-1976) e Paul J. Tillich (1886-1965), pelo suíço Karl Barth (1886-1968) e pelo francês Gabriel Marcel (1889-1973); e a *humanista*, expressa nas idéias dos filósofos alemães Friedrich W. Nietzsche (1844-1900) e Martin Heidegger (1889-1976). Enquanto que para os existencialistas cristãos, a fé defende o indivíduo e guia as decisões com um conjunto rigoroso de regras; para os ateus, ironicamente, não importa o quanto se faça para melhorar a si ou aos outros, pois sempre se vai deteriorar e morrer. Muitos existencialistas acreditavam que a grande vitória do indivíduo seria perceber o absurdo da vida e aceitá-la.

Basicamente, a importância filosófica de Nietzsche está no deslocamento que promoveu do problema do conhecimento, alterando o papel da Filosofia (FIG. 3.2). Para ele, o saber não passava de uma interpretação – de uma atribuição de *sentidos* ou *valores* –, sem jamais ser uma explicação da realidade. Já que os sentidos das coisas são atribuídos a partir de uma determinada escala de valores que se quer promover, caberia à Filosofia interpretar essa "escrita de camadas sobrepostas das expressões e gestos humanos"[10]. O homem imaginou que, através da linguagem, podia possuir o conhecimento do mundo. Por essa razão, "o discurso metafísico apresenta-se como discurso do absoluto, do incondicionado, da presença sem temporalidade; utiliza, sem as declarar, metáforas que converteu em conceitos e em categorias" (OLIVER, 1998).

---

[9] Kierkegaard considerava o próprio indivíduo como a entidade moral suprema e os aspectos pessoais e subjetivos da vida humana como os mais importantes. Ele tornou-se o pensador da subjetividade: "[...] Só a subjetividade é verdade; o seu elemento é a interioridade. Não se exprime em termos de certeza, ela é a incerteza objetiva mantida na apropriação da interioridade mais apaixonada, que é a verdade, a maior verdade para um existente [...] A vida só pode ser entendida no passado, mas deve ser vivida no futuro" (KIERKEGAARD, 2003). Ele concluiu que se pode escolher levar a *vida moral*, a *vida estética* ou a *vida religiosa*, a qual optou para si.

[10] A partir de Nietzsche, o trabalho interpretativo da Filosofia voltou-se, em primeiro lugar, para o exame do conjunto do texto metafísico, a fim de desmascarar o modo pelo qual a linguagem passou do *nomear* as coisas concretas para o *sistematizar* verdades eternas. Como método de "decifração", propôs a *genealogia* que consiste em destacar os diferentes processos de instituição de um texto, mostrando as lacunas – os espaços em branco mais significativos –, o que não foi dito ou foi recalcado; e que permitiu erigir determinados conceitos em verdades absolutas eternas. Ao apreender o caráter histórico dos conceitos, bem como dos códigos, esclarecendo sua relação com outros, a genealogia mostrava o que eles excluíram para poder chegar a "intemporalidade" da tradição, da autoridade ou da lei. Ao expor a inexistência de significados estáveis, isoláveis, ela expunha também a ausência de qualquer fundamento rigoroso da verdade metafísica. O mundo muda, os acontecimentos se sucedem e o homem dogmático permanece petrificado nos conhecimentos dados de uma vez por todas. Refratário ao diálogo, teme o novo e não raro se torna intransigente e prepotente. Nietzsche orientou-se ainda no sentido de recuperar as forças inconscientes, vitais e instintivas, subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, criticou Sócrates por ter encaminhado pela primeira vez a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. Foi aí que nasceu o homem desconfiado de seus instintos, tendo essa tendência culminado, segundo ele, com o cristianismo, que acelerou a "domesticação" do homem (OLIVER, 1998).

FIGURA 3.2 – Caricaturas de Søren Kierkegaard (1813-1855) (direita) e de Friedrich Nietzsche (1844-1900) (esquerda). (**FONTE**: MUNDOFREE, 2005; ARTSHOLE, 2005;)

Nietzsche mostrou ainda as origens extra-racionais da razão. Para ele, o conhecimento era resultado de uma luta, de um compromisso entre instintos. O conhecimento aproxima-se do objeto, mas não se identifica a ele, conserva-o à distância, diferenciando-se dele e podendo até destruí-lo (STRATHERN, 1997). Em *Gaia scientia* (*A Gaia ciência*, 1887), afirmou que o conhecimento era um jogo entre três paixões: o "rir", o "deplorar" e o "detestar", que se encontrariam em estado de guerra. O conhecimento é tão-somente a estabilização momentânea desse estado, não havendo adequação ao objeto, somente domínio. Dessa forma, Nietzsche destrói a noção de que há uma identidade entre sujeito e objeto, uma semelhança através da racionalidade: o real deixa de ser racional.

> Guardemo-nos de dizer que há leis na natureza. Há somente necessidades: nela não há ninguém que mande, ninguém que obedeça, ninguém que transgrida. Se sabeis que não há fins, sabeis também que não há acaso: pois somente ao lado de um mundo de fins a palavra "acaso" tem um sentido. Guardemo-nos de dizer que a morte é oposta à vida. O vivente é somente uma espécie de morto, e uma espécie muito rara [...] (NIETZSCHE, 2001:199).

Todos os existencialistas seguiram Kierkegaard e Nietzsche ao enfatizarem a importância da ação individual em decidir questões de moralidade e de verdade. Para eles, a experiência individual e a ação de acordo com as suas próprias convicções seriam essenciais para se chegar à verdade. A compreensão da situação por alguém envolvido nesta é sempre superior àquela de um observador imparcial. Tal ênfase na perspectiva do indivíduo também tem feito com que esses filósofos suspeitem do raciocínio sistemático, mas, apesar da sua postura anti-racionalista, a maioria deles não pode ser considerada como "irracionalista" no sentido de negar toda a validade do pensamento racional. Têm afirmado que a claridade racional é desejável onde quer que seja, embora a mais importante questão na vida não seja acessível nem à razão nem à ciência: a liberdade de escolha.

Esse é o principal tema da Filosofia da existência, o livre arbítrio, o qual seria a maior distinção da humanidade, em relação aos outros animais e às plantas, já que cada ser humano toma decisões e cria sua própria natureza. A escolha é o centro da existência humana, sendo inevitável: até a recusa da escolha é uma escolha. A liberdade de escolha acarreta compromisso e responsabilidade. Uma vez que todas as pessoas são livres para escolher seus próprios caminhos, os existencialistas têm argumentado que se precisa aceitar o risco e a responsabilidade de seguir o próprio compromisso, aonde quer que ele leve (LAPORTE & VOLPE, 2000).

É justamente devido à liberdade de escolha que surge a "angústia", outra palavra que tem papel crucial no existencialismo e, em especial, no filósofo alemão Heidegger[11]. A angústia leva ao confronto do indivíduo com o nada e com a impossibilidade de encontrar justificativas para as escolhas que ele deva fazer. Na Filosofia de Jean-Paul Sartre (1905-1980), essa palavra é usada para o reconhecimento da total liberdade de escolha que confronta o indivíduo a cada momento, sendo "náusea" o reconhecimento individual da gratuidade das coisas. Deste modo, conforme GÓIS E SILVA (1997), o existencialismo representa a vida como uma série de lutas entre o indivíduo e tudo que o cerca, estando forçado a tomar decisões que, por sua vez, o angustiam permanentemente.

De fato, nas obras de alguns escritores existencialistas, como o tcheco Franz Kafka (1883-1924) e o francês Albert Camus (1913-1960), parece que a liberdade e a escolha pessoal são as verdadeiras sementes da miséria. Em Kafka, o "autor do absurdo", a condição do homem moderno vem denunciada pela angústia, culpa e medo diante do processo desumanizador; além da opressão burocrática das instituições, a justiça e a fragilidade do homem comum diante problemas insolúveis e gigantescos. Já os livros de Camus refletem a alienação e desilusão do intelectual no segundo pós-guerra. Em um apelo aberto ao orgulho, reclamava uma vida de recusa estóica a acomodarmo-nos à insignificância cósmica; uma vida em que o sentido seria uma forma de rebelião contra as circunstâncias pessoais. Além disso, a maldição do livre arbítrio foi de particular interesse dos existencialistas teológicos e cristãos.

Quanto a Heidegger, este também discordava da abordagem cartesiana do conhecimento que, desde Descartes, considera a realidade como uma divisão entre mente e matéria, sujeito e objeto, observador e observado, conhecedor e conhecido. Considerava-a falsa em relação às realidades da situação, criticando o pensamento analítico que procedia por decomposição, enumeração e categorização dos objetos, fragmentando-os. E, para recuperar a integridade e a compreensão do ser,

[11] Como fenomenologista, Heidegger procurou examinar as condições que nos habilitam a identificar e compreender o mundo. Estas são essencialmente constituídas pela linguagem e pela cultura, incluindo-se os valores, atitudes e sentimentos cotidianos que constroem a existência humana, isto é, nossas disposições e ansiedades. Examinando-as, percebeu que são as contingências e valores envolvidos no processo de compreensão dos entes – e não os próprios entes – que determinam os significados que se dá ao mundo. Esses entes, que se identifica de formas específicas como reais, não seriam nada além de significados. Para Heidegger, a linguagem não é apenas um meio pelo qual expressamos nossas visões imperfeitas sobre o mundo; ela *é* o mundo. "Refletindo sobre como compreendemos o mundo, destruímos por completo nossas certezas, pois não podemos descrevê-lo sem usar como recursos as metáforas e as narrativas que criamos" (GILES, 1989).

propunha uma relação poética, extra-racional; ou até mesmo irracional. Para ele, não estamos isolados do mundo ao olhar para ele: nós próprios somos parte integrante do mundo; e a nossa existência não pode ser concebida a não ser em um mundo de *qualquer* tipo. O mistério central não seria o conhecimento, mas o ser; a existência. Já que a existência de que temos consciência imediata e inquestionável é a nossa, Heidegger julgava que se deveríamos abordar o problema da existência através de uma análise fenomenológica daquilo que temos consciência e de quando temos consciência da sua existência, tomando como base o método husserliano[12]. Além disso, não podemos ter uma consciência *da* nossa própria existência sem que ela se encontre *na* nossa consciência: é preciso que ela nos preocupe de alguma forma, ao menos minimamente, para que tenhamos consciência dela. Para ele, "a preocupação é um elemento irredutível" (HEIDEGGER, 1997).

Em sentido geral, a *fenomenologia* consiste no estudo descritivo de um conjunto de fenômenos tais como se manifestam no tempo ou no espaço, em oposição às leis abstratas e fixas desses fenômenos. Por exemplo, a fenomenologia de uma atividade constitui-se da descrição ou análise das experiências conscientes envolvidas nela, lembrando que a consciência que o homem tem do mundo é mais ampla que o mero conhecimento intelectual, já que é fonte de intencionalidades não só cognitivas, mas afetivas e práticas. O olhar do homem sobre o mundo é, deste modo, o ato pelo qual ele *experencia* o mundo, percebendo, imaginando, julgando, amando, temendo, etc. (RIBEIRO JUNIOR, 2003).

O postulado básico da fenomenologia é a noção de "intencionalidade", pela qual se considera que toda consciência é intencional, pois tende para algo fora de si. Ao contrário do que pensavam os racionalistas do século XVII – entre eles Descartes –, acredita-se que não há uma consciência pura separada do mundo, já que toda consciência tende para o mundo, uma vez que é consciência *de* alguma coisa. E, ao contrário dos empiristas, como Locke, afirma-se que não há o objeto em si, já que o objeto é sempre *para* um sujeito que lhe dá significado. Pretendendo superar a dicotomia razão-experiência no processo do conhecimento, os fenomenólogos afirmam que "toda consciência é intencional".

Em *Sein und zeit* (*Ser e tempo*, 1927), Heidegger utilizou o método fenomenológico para discutir e elaborar uma teoria do ser. Descreveu, lenta e meticulosamente, as etapas que

[12] Como método e filosofia, a *fenomenologia* fornece os conceitos básicos para a reflexão existencialista, tendo surgido no final do século XIX com Franz Bretano (1838-1917), cujas idéias foram desenvolvidas por Edmund Husserl (1859-1938), considerado seu verdadeiro fundador, seguido por Max Scheler (1874-1928), Nicolai Hartmann (1882-1950) e Karl Jaspers (1883-1969), entre outros. O método fenomenológico propõe-se a examinar o que é diretamente experimentado pelo homem. Não devemos nos aprofundar em problemas insolúveis sobre a existência independente dos objetos da consciência: é inquestionável que eles existem como *objetos de consciência para nós*, seja qual for o outro estatuto existencial que possam ter ou não. Devemos investigar esses objetos como parte da consciência na certeza absoluta de que eles existem como tal sem fazer quaisquer outras suposições sobre eles. Forma-se uma nova e completa abordagem filosófica dedicada à investigação da consciência e seus objetos, a partir de uma análise sistemática da experiência que passou a ser conhecida como *fenomenologia*, porque tratava tudo como se fossem *fenômenos* (do grego, "o que aparece").

constituiriam a consciência que temos da nossa *existência*[13]. Partindo da análise do ser humano, ao qual ele denominou *Dasein* (expressão alemã que significa o "ser-aí", ou seja, "o homem é um ser-no-mundo"), retomou a noção de intencionalidade: para ele, o ser humano não é uma consciência separada do mundo ("ser é estourar; eclodir no mundo"). O "ser-aí" estaria em uma situação dada – ao que chamou de *facticidade*[14]– e aí toma conhecimento do mundo que ele próprio não criou e ao qual se acha submetido em um primeiro instante (REALE & ANTISERI, 1991).

Ao ser lançado no mundo de maneira passiva, como "ser-aí", o homem pode tomar a iniciativa de descobrir o sentido da existência e orientar suas ações nas diversas direções, ao que Heidegger designou como *transcendência*[15]. Neste processo, ele descobre a temporalidade, pois, ao tentar compreender o seu ser, dá sentido ao passado e projeta o futuro. Ao superar a facticidade, atinge um estágio superior que é a *Existenz*, a pura existência do *Dasein*. Porém, esta passagem não é muito fácil, pois o homem mergulhado na facticidade, tende a recusar seu próprio ser, cujo sentido se anuncia, mas ainda se acha oculto. A angústia retira o homem do cotidiano e o reconduz ao encontro de si mesmo; surge da tensão entre o que o homem é e aquilo que virá a ser, como dono do seu próprio destino. E do sentido que o homem imprime à sua ação, decorreria a "autenticidade" ou a "inautenticidade" da sua vida.

O homem inautêntico é o que se degrada vivendo de acordo com as verdades e normas dadas: a despersonalização o faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. A isto, Heidegger chamava de *mundo-do-man* (*man* equivale em português ao pronome reflexivo *se* ou ao impessoal *a gente*). Diante da herança social, há o risco do indivíduo perder sua liberdade e sua autenticidade. Os sistemas de controle da sociedade aprisionam o indivíduo em uma rede aparentemente sem saída (*mundo-do-man*): veste-se, come-se, pensa-se, não como cada um gostaria de se vestir, comer ou pensar, mas como a maioria o faz. Já o homem autêntico é aquele que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro: "a existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas".

---

[13] Heidegger mostrou que não se pode tê-la sem que exista uma espécie de *campo de consciência* (cena, cenário ou ambiente): uma certa esfera de atividade ou *algum* tipo de mundo em que ela possa ocorrer. Nosso ser é inerentemente "mundano", já que, para nós, o ser e um determinado tipo de mundo são inseparáveis. Para se ter consciência da existência é preciso que haja uma apreensão de que qualquer um dos dois – o ser ou um determinado tipo de mundo – esteja acontecendo, o que necessita a dimensão do tempo: "a existência de que estamos conscientes é inerentemente temporal" (STRATHERN, 2004).

[14] Por *facticidade* (*factum*; "fato") entende-se o caráter do que existe como puro fato, sendo, para a fenomenologia, uma das dimensões humanas pela qual o homem se encontra lançado entre as coisas em situações dadas e não escolhidas por ele mesmo, como, por exemplo, nascer em uma família de proletários ou de burgueses. Dentro desta ótica, pode-se considerar sinônimo de *imanência* (*immanere*; "permanecer em"; "não ultrapassar"), que seria aquilo que se acha circunscrito ao âmbito da experiência possível, estando excluído tudo o que não pode ser experimentável (ARANHA & MARTINS, 2003).

[15] *Transcendência* seria o oposto de imanência, consistindo no ato de ultrapassar, de ir além; de superação. A consciência não *é em-si*, mas se acha voltada para algo fora dela: o homem é capaz de um projeto pelo qual executa o movimento de ultrapassar a si mesmo. Através da transcendência, o homem supera as situações dadas e não escolhidas (*facticidade*) (ARANHA & MARTINS, 2003).

Para HEIDEGGER (2003), o ser humano como possibilidade – como "projeto –, o introduz na temporalidade. Isto não significa apenas que ele tem um passado e um futuro, e que os momentos se sucedem passivamente uns aos outros; significa também que o futuro se revela como aquilo para o qual a existência é projetada e que o passado é aquilo que a existência transcende. Conforme MAGEE (1999), "estamos constantemente sendo empurrados para um futuro desconhecido e tendo de fazer escolhas sem nenhuma certeza sobre os resultados". A culpa e a ansiedade são problemas nossos, principalmente a ansiedade perante a morte, que é aquilo que confere significação à vida, já que possibilita o olhar crítico sobre o cotidiano. Deseja-se que a vida tenha uma base metafísica ou significado. Contudo, não se tem garantia nenhuma de que alguma dessas coisas exista.

De acordo com HEIDEGGER (1997), a escolha do ocidente ao recair sobre um fazer técnico produziu uma decadência; uma "despotenciação" do espírito. Este processo seria histórico e ocorreu através de uma progressiva transformação da vivência do ser:

> Os gregos não experimentaram o que seja a *physis*, nos fenômenos naturais. Muito pelo contrário: por força de uma experiência fundamental do ser, facultada pela poesia e pelo pensamento, se lhes des-velou o que haviam de chamar de *physis*. Somente em razão desse des-velamento puderam então ter olhos para a natureza em sentido estrito. *Physis* significa, portanto, originariamente, o céu e a terra, a pedra e a planta, tanto o animal como o homem e a História humana, enquanto obra dos homens e dos deuses, finalmente e em primeiro lugar os próprios deuses, submetidos ao Destino. *Physis* significa o vigor reinante, que brota, e o perdurar, regido e impregnado por ele. Nesse vigor, que no desabrochar se conserva, se acham incluídos tanto o "vir-a-ser" como o "ser", entendido esse último no sentido restrito de permanência estática. *Physis* é o surgir, o ex-trair-se a si mesmo do escondido e assim conservar-se (HEIDEGGER, 1997:50-1).

Se no período pré-socrático, o homem não era apartado da natureza e dos deuses, já que a *physis* incluía o velado e o desvelado, a partir de Sócrates, começou a se identificar somente com a natureza – a Física, isto é, uma representação das coisas em sentido material. O conceito ocidental de natureza em permanente transformação vai se empobrecendo gradativamente e perdendo seu contato com a totalidade do ser. A perspectiva do desvelar velando-se foi substituída por uma noção de natureza onde somente o desvelado – a Física – tem lugar. A natureza passou a ser apreendida como aquilo que pode ser dominado, controlado, mesurado, enfim quantificado. Esta maneira de se relacionar com ela, dominando-a, tem como principal característica a técnica moderna, ou seja, a aplicação da Física matemático-experimental para a exploração das forças naturais. Através do desenvolvimento da moderna tecnologia, o homem vive a separação com a natureza acreditando desvendá-la em seus limites (LAPORTE & VOLPE, 2000).

HEIDEGGER (2003) retornou à idéia pré-socrática de *physis*, mas não de forma saudosista, e de modo a permitir ao homem contemporâneo visualizar e questionar a opção que fez pela *physis* como natureza controlável e as conseqüências que dela decorreram. Se a sacralidade

anterior da *physis* – que vinculada à totalidade do ser, mantinha seus mistérios e encantos, oscilando entre o visível e o invisível – implicava em um respeito profundo de quem se sentia irmanado ao mesmo destino; com a evolução tecnológica que culmina com a internacionalização, já prevista e descrita por ele, houve o esquecimento do ser e sua perda no ente, resultando na fragmentação do homem em relação à totalidade cósmica.

Assim como Heiddeger diferenciava *pensamento calculativo* de *pensamento meditativo,* a pensadora contemporânea Hanhah Arendt (1906-1975) apresentou uma diferença entre conhecimento e pensamento, expondo sua clara preocupação com o futuro do ser humano se ele se deixar escravizar pelo conhecimento e abandonar sua capacidade de pensar. Segundo ARENDT (2003), a partir do momento em que o primeiro satélite foi lançado no espaço cósmico em 1957, evidenciou-se o desejo tanto científico como popular de "libertar" o homem de sua "prisão" na Terra. Considerando o planeta a *quintessência*[16] da condição humana, aponta que esse desejo de "desenraizamento" – ou de cortar os laços que fazem do homem um filho da natureza – estaria presente em todo avanço científico.

> O mesmo desejo de fugir da prisão terrena manifesta-se na tentativa de criar a vida numa proveta, no desejo de misturar, "sob o microscópio, o plasma seminal congelado de pessoas comprovadamente capazes a fim de produzir seres humanos superiores" e "alterar-(lhes) o tamanho, a forma e a função"; e talvez o desejo de fugir à condição humana esteja presente na esperança de prolongar a duração da vida para além do limite dos cem anos (ARENDT, 2003:11).

Para ARENDT (2003), assim como para a Filosofia heideggeriana, uma espécie de "empuxo" ao avanço científico apresenta-se com uma força que supera a simples vontade do homem de limitar certas pesquisas e usos de descobertas. Contudo, o pensamento deveria coordenar o uso do conhecimento, embora se contaste que não é capaz de fazê-lo.

> Se realmente for comprovado esse divórcio definitivo entre o conhecimento (no sentido moderno de *know-how*) e o pensamento, então passaremos, sem dúvida, à condição de escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas, mas de nosso *know-how*, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja. (ARENDT, 2003:11).

A questão do avanço da ciência e da tecnologia passou, portanto, a ser uma questão política. Não apenas porque entram em jogo o futuro da humanidade e a possibilidade desta viver subjugada às descobertas científicas, mas também porque entra em questão o *discurso*, que seria o que faz do homem um ser político. Para ela, a linguagem técnico-científica impossibilita a potência crítica e criativa do discurso, o qual não possui meios para pensar seu próprio conhecimento.

---

[16] A palavra *quintessência* ou "quinta-essência" refere-se à substância etérea que alguns filósofos antigos, especialmente os pré-socráticos, acrescentavam como quinto elemento aos quatro tradicionais – a água, o ar, a terra e o fogo –, definidos por Empédocles (490-430 a.C.), que também dizia ser o mundo governado pelas duas forças do amor e do antagonismo; ou da atração e da repulsa. Para Aristóteles (384-322 a.C.), esse elemento constituiria a essência do céu e dos astros, já na Idade Média, o termo adquiriu o sentido de essência mais pura.

3.2 FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA, CORPO E NATUREZA

O maior nome do existencialismo foi o de Jean-Paul Sartre que, ao lado de Simone de Beauvoir (1908-1986), igualmente filósofa[17] e sua companheira, participou da vida política não só da França, mas de todo mundo, vivendo sempre em meio a grandes marcas históricas, principalmente guerras (FIG. 3.3). Famoso também como romancista e teatrólogo, sua produção intelectual foi fortemente marcada pela ocupação nazista da França, principalmente pelo impacto da *Resistência Francesa* sobre sua concepção política de "engajamento". Para ele, significava a necessidade de um determinado pensador estar voltado para a análise da situação concreta em que vivia, tornando-se solidário aos acontecimentos sociais e políticos de seu tempo. Pelo engajamento, a liberdade deixava de ser apenas imaginária e passava a estar situada e comprometida na ação. Como conseqüência, sua literatura transforma os pensamentos em personagens e seus destinos. No tratado filosófico, assim como na obra literária sartreana, procura-se a liberdade e a autenticidade, embora sabendo que as conseqüências disso possam ser trágicas: inaugurava o chamado *teatro de situação*[18].

FIGURA 3.3 – Caricatura de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e sua obra-prima, *L'être et le néant: Essai d' ontologie phénomenologique* (1943). (**FONTE**: PHILO, 2005; TRILHAS DA CULTURA, 2005)

[17] Simone de Beauvoir foi a pensadora francesa considerada a primeira filósofa feminista sistemática. Seu livro *Le deuxième sexe* (*O segundo sexo*, 1949) fornece uma explicação filosófica do desenvolvimento da sociedade patriarcal e da condição das mulheres nessa sociedade. O impacto do livro foi imenso, alterando de forma considerável a abordagem das questões filosóficas e políticas relativas às mulheres. Aplicando a Filosofia do existencialismo, revelou a dimensão inaceitável da subordinação feminina no decorrer da história, mostrando o casamento como uma instituição "obscena" que nega a individualidade da mulher, que é a base essencial da liberdade humana. Segundo ela: "Não nascemos como mulheres; tornamo-nos mulheres" (BEAUVOIR, 2000).

[18] Ao escrever a peça de teatro *Les mouches* (*As moscas*, 1943), que versa sobre o tema do mito grego de Orestes e Electra, Sartre fazia uma alegoria à ocupação alemã em Paris e um apelo à Resistência Francesa. Na peça, a situação existencial é a servidão; a decisão é o assassinato. O complemento necessário foi *Huis-clos* (*Portas fechadas*, 1944), que se passa, depois da morte dos três personagens, no inferno; mas esse inferno são, para cada um dos três, os outros dois: *L'enfer, c'est les autres* ("o inferno são os outros"). Depois dessas peças, Sartre escreveu uma série de outras que apresentam os mesmos princípios.

Em *L'Être et le néant: essai d' ontologie phénomenologique* (*O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*, 1943), Sartre propôs sua filosofia, baseando-se na ontologia existencialista de Heidegger. Seu ponto de partida foi o fato de que o homem difere das coisas por ser livre e não ser mais do que seu projeto (*pro-jactare*; "lançar-se adiante"). Somente o homem existe (*ex-siste*; "para fora"), porque o existir humano é um "para-si", ou seja, sendo consciente, é um "ser-para-si", pois sua consciência é auto-reflexiva, pensa sobre si mesma: é capaz de pôr-se *fora de si.* Se o homem não é "em-si" – como as coisas e os animais –, a rigor ele não é nada, pois se a consciência não tem conteúdo, não é coisa alguma.

Para SARTRE (2003), esse vazio é a liberdade fundamental do "ser-para-si" que, movendo-se através de escolhas, poderá lhe criar um conteúdo. Quando o homem se percebe "para-si", aberto à possibilidade de construir a sua existência, descobre que, não havendo essência ou modelo para lhe orientar o caminho, seu futuro encontra-se disponível e aberto, estando irremediavelmente "condenado a ser livre". Em oposição ao essencialismo, a o sartrismo parte do pressuposto de que "a existência é anterior à essência", tanto ontológico quanto epistemologicamente, ou seja, tanto em relação ao ser ou realidade quanto ao conhecimento. A distinção entre essência e existência corresponde à diferença entre os conhecimentos intelectual e sensível. Os sentidos põem em contato com os seres particulares e contingentes; únicos que existem, ao passo que a inteligência permite apreender as idéias ou essências; gêneros universais, meras possibilidades de ser, em si inexistentes[19].

Como diz o título de *L'Existencialisme est um humanisme* (*O existencialismo é um humanismo*, 1946), a Filosofia da existência encontra em seu centro o próprio homem, que tem o projeto de dominar o mundo. Contudo, esse mundo está cheio de elementos maus e, para dominá-los, também é preciso arriscar. A liberdade de decisão inclui o risco: só a decisão é humana e é livre. Dramatizando a liberdade humana, ele diz que, em um mundo onde Deus não existe, não se tem outra alternativa a não ser escolher e criar os próprios valores. Contudo, ao se fazer isso, está se estabelecendo as regras que regeriam a vida e determinando a forma com que a própria personalidade se desenvolve, ou seja, "nós criamos a nós mesmos".

> A realidade humana, verificante, ao descobrir o ser, descobre seu desamparo no seio do inumano. Pois o mundo é a um só tempo humano e inumano. É humano no sentido do que é surgido num mundo que nasce pelo surgimento do homem. Mas isso nunca quis dizer que era adaptado ao homem. É a liberdade que é perpétuo projeto de se adaptar ao mundo. O mundo é humano, mas não antropomórfico. Em outras palavras, o "para-si" apreende primeiro no ser a recusa silenciosa de sua própria existência. Como ele é o ser que nada tem a

[19] Desde Sócrates, o objeto da ciência é o universal e não o particular, ou seja, a essência e não a existência. Foi Platão quem tentou resolver essa contradição, hipostasiando as idéias e atribuindo-lhes a realidade, no mundo supra-sensível ou *topos ouranoú* ("lugar do céu"). Com a mesma palavra *ousía*, designou a essência e a existência. Contudo, Aristóteles criticou o idealismo platônico, sustentando que as idéias ou essências não estão fora mas dentro das próprias coisas, as quais, feitas de matéria e de forma, contêm em si mesmas o universal e o particular; a essência e a existência. Tal crítica aristotélica à teoria platônica das idéias pressupõe o *hilomorfismo*, ou seja, a teoria do ser entendido como existente, feito de matéria e de forma. Platão era idealista, mas foi uma experiência existencial, a vida e a morte de Sócrates, que o levou a filosofar.

> menos que faça (condenação á liberdade), o mundo lhe parece primeiro como aquilo em que nada é dado ao homem, aquilo em que o homem não tem nenhum lugar a menos que o talhe para si. Se o ser é excessivo em relação ao homem, o homem é excessivo em relação ao ser. O ser é o "para-si" dentro do ser (SARTRE, 1990:73).

O ato de assumir o ser caracteriza a realidade humana, pois "existir é assumir-se". A realidade do homem é sempre um *eu* que compreende a si próprio, fazendo-se humano por tal característica. O ponto de partida é justamente a subjetividade; o *cogito* cartesiano que apreende a verdade absoluta da consciência na intuição de si mesma. Contudo, na subjetividade existencial, o homem não atinge apenas a si mesmo, mas também aos outros como condição de sua existência. O que o *cogito* revela é a intersubjetividade, na qual o homem decide o que é e o que são os outros (STRATHERN, 1999).

Em suma, o existencialismo é uma moral de ação, porque considera que a única coisa que define o homem é o seu ato, que é livre por excelência, mesmo estando o homem situando em um tempo e um lugar. Agir sem esperança é agir sem contar com os outros homens, que além de desconhecidos, são livres, pois não há "natureza humana" na qual seja possível se agarrar. O que existe é a "condição humana": o homem é sempre "situado e datado", embora o conteúdo de sua situação varie no tempo e no espaço. A liberdade humana não se exerce no abstrato, mas na situação concreta: "ninguém é mais que sua própria vida" (DESCAMPS, 1995). Todos nós temos a inevitável sensação da facticidade bruta da existência; sensação vaga e indefinida, mas inabalável. Podemos ser dominados por essa vagueza, mas a indefinição da sensação da existência que todos temos significa que cada indivíduo é o seu próprio mundo.

Segundo ROSSET (1989), a análise da "facticidade", que era a peça mestra do existencialismo sartreano, pode ser vista como a expressão de uma nostalgia naturalista, pois

> [...] a facticidade denunciada na existência pelos filósofos existencialistas nunca significava uma ausência de natureza, mas sempre a presença de uma natureza absurda. Assim, a "náusea" descrita por Sartre não designa a angústia diante de uma natureza ausente, mas a raiva diante de uma natureza presente e contingente – natureza que só os espíritos canalhas consideram como necessária [...] Náusea que resulta da visão da existência como factícia, e se revela por uma obsessão, não do vazio (não-natureza), mas do pleno (natureza contingente) [...] A facticidade da existência (sua "absurdez") não significa que a existência nada tenha de natural, mas que o natural que compõe sua trama é um natural adulterado, e, em última instância, um natural fora da natureza, por desmentir todos os temas de necessidade e de finalidade que tomaram a noção de natureza como depositária. A natureza existe [...], mas está privada de todos os atributos "naturais" que contribuem para torná-la necessária. Daí a nostalgia naturalista inerente ao existencialismo sartreana (nostalgia da necessidade): desejar-se-ia uma natureza necessária ao invés de uma contingente – permanecendo-se persuadido de que há uma natureza que existe (ROSSET, 1989:276-7).

Apesar da mistura de valores de nossa época; apesar do homem viver sozinho e sem ajuda, ele é livre e responsável pela sua liberdade[20]. Todos são livres para dar sentido a *qualquer* coisa, mas se tem que dar sentido a *alguma* coisa. Embora nada justifique a nossa existência, o tédio dos dias e das noites, o cotidiano; isto não nos livra da liberdade e da responsabilidade, que são da essência do homem. E a liberdade humana somente possui significado na ação, na sua capacidade de operar modificações no real. O homem, ao experimentar a liberdade, e ao se sentir como um vazio, vive a angústia da escolha. E uma liberdade sem conteúdo leva à amargura, ou melhor, à *náusea*. Segundo o sartrismo, muitas pessoas não suportam isto, fugindo e aninhando-se na "má-fé", que seria a atitude característica daquele que finge escolher, sem na verdade fazê-lo[21]. Imagina que seu destino está traçado, que os valores são dados; aceitando sem crítica as verdades exteriores, "mente" para si mesmo, simulando ser ele próprio o autor dos seus próprios atos.

> Não se trata propriamente de uma mentira, pois esta supõe os outros para quem mentimos, enquanto a má fé se caracteriza pelo fato do indivíduo dissimular para si mesmo com o objetivo de evitar fazer uma escolha da qual possa se responsabilizar [...] Muitas pessoas consideram esta liberdade e esta responsabilidade por demais aterradoras de enfrentar. Por isto, afastam-se delas fingindo que já estão ligadas a normas e regras já existentes. Uma pessoa possui realmente "a escolha total de si mesma" e viver ao máximo significa "compromisso", ou seja, fazer essa escolha e viver depois de acordo com ela (SARTRE, 1987:19).

O homem que recusa a si mesmo aquilo que fundamentalmente o caracteriza como homem, ou seja, a liberdade, torna-se um *salaud* ("safado, sujo"), pois recusa a dimensão do "ser-para-si" e torna-se "ser-em-si", semelhante às coisas. Perde a transcendência e reduz-se à facticidade. A este comportamento Sartre chamava de "espírito de seriedade": o homem "sério" seria aquele que recusa a liberdade para viver o conformismo e a "respeitabilidade" da tradição e ordem estabelecida. SARTRE (2003) considera que o materialismo aniquila o homem, já que o espírito se relaciona com a matéria, mas não o é. O trabalho dá sentido à matéria, mas é a capacidade de imaginar que as coisas poderiam ser diferentes que o torna capaz de ir além da situação particular em que se encontra no momento. Não importa o que as circunstâncias fazem do homem, mas "o que ele faz do que fizeram dele". É aí que o indivíduo se torna objeto de si mesmo e contribui para a história. O homem sartreano desenvolve uma incessante atividade no mundo e, no entanto, permanece incapaz de com o mundo instituir relações duráveis e positivas, saindo do seu abstrato isolamento. É com o objetivo de eliminar esse isolamento que Sartre elaborou a noção de "situação".

---

[20] O existencialismo de Sartre pode ser entendido como uma doutrina que torna a vida humana possível e, por outro lado, declara que toda a verdade e ação implicariam em um meio e subjetividade humana: o homem existe, se descobre, surge no mundo e só depois se define, ou seja, ele não é mais do que faz. O problema filosófico passa a ser de que o homem, diante de suas inúmeras escolhas, assuma a responsabilidade de uma opção. E é essa responsabilidade que geraria a "angústia", pois cada indivíduo está pronto a escolher tanto a si como a humanidade, não escapando a essa situação (SARTRE, 1998).

[21] A fim de ilustrar o comportamento de *má-fé*, Sartre descreve o garçom cuja função exige que ele aja não como um ser "para-si", mas como um ser "para-outro": ele representa o papel de garçom para servir ao outro, agradá-lo. Outro tipo de má fé é o da mulher que, estando com um homem, deixa-se "seduzir" por ele, dissimulando para si mesma, desde o início, o caráter sexual do encontro (SARTRE, 2003).

> Procurou [através dela] transformar a abstração anônima do "para-si" nessa realidade mais concreta que é o "homem-em-si". Do ponto de vista geral, a "situação" designa o complexo dos determinismos e das estruturas que condicionam o homem enquanto sujeito agente. Mas não se pense que a situação coincide simplesmente com o "ser-em-si" opaco do mundo, ser que de diversos modos limita a minha liberdade. Ela é, antes, a intersecção entre esse "ser-em-si" e os meus livres projetos. A situação define-se e configura-se apenas em relação aos projetos elaborados pelo ser humano [...] O importante a ser ressaltado é que, ao aprofundar a noção de situação, Sartre desenvolveu o seu próprio pensamento na direção de um existencialismo consciente da presença ativa e condicionante da história e da sociedade em relação à vida do indivíduo (GÓIS E SILVA, 1997: 97-7).

Nessa elaboração não houve uma superação convincente da abstração e solidão ontológica do sujeito, porque a situação surge como estruturada *pelo sujeito* e, em última análise, depende dos seus projetos. Tudo o que o condiciona constitui uma situação apenas se – e enquanto seja – assumida e vivida como tal. É necessário observar que, em Sartre, a situação não chega a condicionar a liberdade humana. Mesmo se realizando apenas no interior de uma situação, ela permanece um absoluto; um incondicionado – algo de intrínseco e ontologicamente independente da realidade objetiva, até mesmo a ela se contrapondo[22].

Para SARTRE (1998), o homem, ao confeccionar a tapeçaria social, nele estará sempre, imprimindo a sua face com cores e formas que projetarão a sua possibilidade e as possibilidades de todos os homens, mas, ao construir o mundo, deverá trazer impressa nele a responsabilidade do artista pela obra de arte, isto é, a vida que irá desenhando com a participação de toda a humanidade. Como movimento filosófico e literário, o existencialismo encontrou seu auge entre as décadas de 1950 e 1970, a partir de quando suas influências passaram a diminuir. Seu sucesso deveu-se ao fato de que, após ter experienciado vários distúrbios civis, guerras locais e duas guerras mundiais, alguns europeus foram forçados a concluir que a vida era inerentemente miserável e irracional[23].

---

[22] Com base nessa tese, não é fácil estabelecer uma efetiva mediação entre sujeito e mundo. A situação, longe de se assumir como esta mediação, é apresentada por Sartre como correlação indispensável à liberdade, isto é, como conjunto de "resistências e obstáculos", na medida em que sejam assumidos e tornados significantes pela livre escolha do sujeito. Segundo GÓIS E SILVA (1997), esta tentativa de fazer com que o sujeito supere o seu próprio isolamento surge como sendo substancialmente efetuada na parte subjetiva. Enquanto a realidade deve esperar que a envolvam em um projeto para que adquira uma "presença" significante sua, o sujeito permanece como o efetivo e solitário protagonista e realizador da sua própria vivência no mundo. Vários problemas surgem no pensamento sartreano, desencadeados pela consciência capaz de criar valores e, ao mesmo tempo, se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel. Sartre coloca-se nos limites da ambigüidade, pois, se a moral é impossível porque o rigor de um princípio leva à sua destruição, a realização do homem e da sua liberdade exige o comportamento moral. Posteriormente, aliás, na sua fase marxista, Sartre disse ter exagerado quanto ao ponto em que o indivíduo era capaz de se libertar das pressões da sociedade em que vivia. Mesmo assim, influenciou muitos jovens dissidentes – especialmente os situacionistas –, que ansiavam por escolher abandonar a sociedade por qualquer razão, desafiando regras e regulamentos pré-estabelecidos.

[23] Toda a história da Alemanha, por exemplo, pode ser vista como uma contribuição ao pensamento existencialista, já que sua cultura foi formada pela guerra, desde a época de Otto von Bismarck (1815-1898) até a *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), a qual, por sua vez, na França, foi o evento definitivo para o desenvolvimento da Filosofia da existência, pois antes dela os franceses se orgulhavam de seu país, sentindo-se seguros em uma potência mundial, com colônias em expansão e uma rica história. Paralelo a tudo isto, inscreve-se o despertar ecológico que se promoveu a partir dos anos 60, principalmente na Europa e EUA.

Soma-se a isso as contribuições de outro filósofo francês existencialista, Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que procurou uma aproximação entre a fenomenologia e o marxismo, mas que se destacou fundamentalmente por trazer para a Filosofia contemporânea um reconhecimento muito necessário sobre a importância do corpo humano. Partindo da idéia de que é através do corpo – em experimentação consigo mesmo e em relação com as coisas e com os outros – que se percebe e toma-se consciência do mundo, ele estabeleceu a experiência corporal como gênese filosófica e redescobriu a unidade fundamental do mundo como *mundo sensível.* Para ele, a relação entre sujeito e objeto não era aquela relação de conhecimento de que falava o idealismo clássico e no qual o objeto aparecia sempre como constituído pelo sujeito, mas "uma relação de ser segundo a qual, paradoxalmente, o sujeito é seu corpo, seu mundo e sua situação, e de certa forma estabelece com estes uma permuta" (CHAUÍ, 1989).

Em 1936, Merleau-Ponty publicou *Existence et dialectique* (*Existência e dialética*), onde assumia a influência hegeliana em sua formação. Em um artigo publicado vinte anos depois, denominado *O existencialismo de Hegel*, afirmava que o mestre alemão estava na origem de tudo que foi realizado em termos filosóficos: do marxismo, passando por Nietzsche e pela fenomenologia, até o existencialismo. Segundo ele, em Hegel "o homem não é uma consciência que possui claramente seus próprios pensamentos, mas uma vida dada a si-própria; uma vida que procura compreender-se a si mesma" (VON ZUBEN, 1984).

Entretanto, sua influência maior deu-se através da obra tardia de Husserl. Ao questionar o que era fenomenologia, MERLEAU-PONTY (1999) concluiu que esta seria o "estudo das essências"; ou "uma filosofia que recolocava as essências na existência" e para a qual não se poderia compreender o homem e o mundo senão a partir de sua *facticidade*. Mas, para ele, a fenomenologia permanecia ao longo do tempo no estado de começo de problema, já que reconhecia a carência de uma definição clara e decisiva sobre a mesma, por parte daqueles que a fundaram e a enriqueceram com suas obras e reflexões. De qualquer forma, na sua opinião, a mais importante aquisição da fenomenologia foi "ter unido o extremo subjetivismo e o extremo objetivismo em suas noções de mundo ou da racionalidade" (MERLEAU-PONTY, 1999:18).

A fenomenologia deveria ser entendida como uma nova maneira de filosofar, uma Filosofia que depende da sua articulação com a existência concreta; com o "mundo vivido". Essa noção de mundo tal como foi retomada por ele tornou-se uma das principais contribuições da fenomenologia para o pensamento contemporâneo. Trabalhando ao mesmo tempo com ela e a História, Merleau-Ponty apresentou, em julho de 1945, sua obra fundamental, *Phénoménologie de la perception* (*Fenomenologia da percepção*). Nela, dizia que o "mundo fenomenológico" não seria o ser puro, mas o sentido que transparece na interseção de nossas experiências com as do outro; pela engrenagem de umas sobre as outras. Ele é, pois, "inseparável da subjetividade e da intersubjetividade,

que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes; da experiência do outro na minha" (MERLEAU-PONTY, 1999:18).

A *percepção*, na concepção de MERLEAU-PONTY (1990), ocorreria na interação entre sujeito e objeto, através do entrelaçamento do corpo com a experiência vivida. Deste modo, o conceito tradicional de sensação requeria também uma revisão, já que haveria diferença entre sensação e percepção: a primeira não antecederia a segunda; pois, na própria sensação há sentido, o qual emerge no encontro com a experiência perceptiva. Existiria portanto uma relação recíproca entre o sujeito que percebe e o objeto que é percebido[24].

A tarefa da fenomenologia, segundo ele, seria justamente revelar esse "mundo vivido" antes de ser significado; um mundo onde estamos, solo de nossos encontros com o outro, onde se descortinam nossa história, nossas ações, nosso engajamento e nossas decisões. Como dizia: "o mundo não é o que eu penso, mas aquilo que me mantém vivo [...] Não há determinismo ou escolha absoluta: jamais sou coisa, jamais sou consciência pura" (MERLEAU-PONTY, 1990). Porque é ao mundo que se deve creditar a "condenação ao sentido", não como contemplação ou construções de significados, mas como inerência na ação histórica e política.

> O mundo e a razão não representam problemas; digamos, se se quiser, que eles são misteriosos, mas este mistério os define, não poderia tratar-se de dissipá-lo por alguma "solução", ele está para aquém das soluções. A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo [...] Nós tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história, mas também graças a uma decisão em que empenhamos nossa vida, e nos dois casos trata-se de um ato violento que se verifica exercendo-se (MERLEAU-PONTY, 1999:19).

No intuito de um aprofundamento sobre os estudos da natureza que realizava no *Collège de France*[25], Merleau-Ponty sentiu a necessidade de questionar sua concepção como natureza verdadeira e imutável, concebida por Descartes, que a via como algo não-vivo; matéria inanimada, criada e controlada por Deus, através de leis mecânicas exteriores. Tais leis, embasadas na Matemática e na Física Clássica eram as responsáveis por moldar o corpo humano, para que este fosse reconhecido. Ao contrário, MERLEAU-PONTY (2000), considerava a natureza viva, reconhecendo que a sua relação com o ser humano era recíproca e de co-pertencimento; uma relação dinâmica, na qual a

---

[24] MERLEAU-PONTY (1990) problematizou a idéia de considerar a *percepção* como uma operação intelectual compreendida através da decodificação de estímulos advindos dos órgãos dos sentidos, na qual a *sensação*, que teria a função de instrumento que possibilita a consciência apreender um objeto, é concebida como sendo distinta da percepção. Para tanto, buscou subsídios na Neurologia, através da revisão sobre o funcionamento do sistema nervoso. Nesta revisão, ao pesquisar lesões no cérebro, interrogou sobre a condução do impulso elétrico através da estimulação e reação, o campo perceptivo e a localização cerebral. Ao atestar que seria insuficiente a correspondência pontual entre o excitante, o mapa cerebral e a reação, passou a associar a percepção ao movimento; à atitude do corpo.

[25] A coletânea das transcrições dos cursos dados por Maurice Merleau-Ponty no *Collège de France*, entre 1957 e 1960, resultou na publicação, no Brasil, de *A natureza* (2000). Neste livro, o conceito de uma natureza viva proposto por ele assemelha-se à concepção de natureza que vem sendo redescoberta pela ciência. Neste sentido, a natureza considerada orgânica, espontânea e criativa, vem problematizar a teoria mecanicista da natureza, já que a concebe como viva e auto-organizadora. Tal compreensão foi influenciada pelo pensamento mítico e recebeu respaldo quando os astronautas puderam visualizar o planeta Terra a partir do espaço, percebendo-o como um todo integrado (SHELDRAKE, 1991).

própria natureza seria capaz de esclarecer sobre a nossa relação com nós mesmos e com os outros seres. Diferente do que vinha sendo concebida nas ciências naturais, reduzida meramente ao conjunto dos objetos dos sentidos, a natureza passou a assumir o lugar de uma importante ramificação do questionamento ontológico. Para ele,

> a natureza é um objeto enigmático, um objeto que não é inteiramente objeto; ela não está inteiramente diante de nós. É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta [Ela é a auto-produção de um sentido; o nosso sentido, o sentido de humanidade] (MERLEAU-PONTY, 2000:4).

Considerada viva e em constante transformação, a natureza passa a ter um caráter polissistêmico[26], sendo formada pela solidariedade de vários sistemas encadeados, que ao se imbricarem, são interdependentes. Nesta relação, o ser humano constituído por sistemas celulares, "faz parte dum sistema social, no seio dum ecossistema natural, que por sua vez está no seio dum sistema solar, que por sua vez está no seio dum sistema galáctico" (MORIN, 2002:97). O homem ao fazer parte dessa totalidade complexa, retoma a idéia de que o ser humano é natureza, colocando em xeque as teorias que o consideravam superior. Portanto, o homem surge a partir da natureza, devendo ser considerado além de inerente a ela, inerente ao mundo e inerente à animalidade.

Além disso, a distinção entre o homem e os outros animais ocorreria pela diferença existente entre seus corpos. Cada animal possui um mundo que lhe é específico e a vida é compreendida através de uma abertura de um campo de ações em que cada animal, ao mesmo tempo em que é criado por ele, é capaz de criá-lo, de acordo com a temporalidade e espacialidade própria. Isto resulta em um mundo de seres vivos diferenciados e percepções diversas, como aponta MERLEAU-PONTY (1990), ao mesmo tempo em que se afirma a interação entre o organismo, o ambiente e a cultura, fazendo-se concluir que, mesmo o organismo sendo autônomo, mantém sempre a dependência com o entorno. Ao tomar essa experiência – a corporal – como experiência originária, redescobriu a unidade fundamental do mundo como mundo sensível, rompendo com a visão dualista.

> Nosso corpo, enquanto se move a si mesmo, quer dizer, enquanto é inseparável de uma visão de mundo e é esta mesma visão realizada, é a condição de possibilidade, não apenas da síntese geométrica, mais ainda de

[26] Na segunda metade do século XX, surgia uma nova concepção da Biologia denominada *abordagem sistêmica*. Nesta, a natureza passava a ser considerada novamente viva e começava-se a compreender que organismo e ambiente coexistem, modificando as concepções anteriores que acreditavam que os genes eram os únicos responsáveis pela formação do ser vivo. Até então, a Biologia restringia-se à Fisiologia, uma vez que se mantinha fechada para o universo físico-químico e, igualmente, para o fenômeno social. Foi dentro dessa nova concepção que nasceu o conceito de vida proposto pelos biólogos chilenos Humberto R. Maturana (1928-) e Francisco G. Varela (1946-2001) a partir de um processo denominado *autopoiesis* (do grego *auto*, "próprio"; *poiesis*, "criação"). Através dessa teoria tornou-se possível o estudo dos seres vivos a partir de suas relações com o entorno, propondo-se o entrelaçamento entre as ações biológicas e os fenômenos sociais. Segundo ela, os seres vivos, possuindo organização autopoiética, seriam capazes de se autoproduzirem continuamente, especificando seus próprios limites à medida que interagem com o meio em que vivem. A autonomia e a dependência complementar-se-iam, deixando de ser pólos opostos que não se conciliam Nesta perspectiva, MATURANA & VARELA (2001), divergiam do que normalmente era preconizado pela Neurofisiologia e pela Psicologia, fundadas nos postulados clássicos, quanto ao fenômeno da percepção ser conotado como uma operação de captação de uma realidade externa, mediante um processo de recepção de informações da realidade; o que já estava presente nas reflexões sobre percepção feitas por MERLEAU-PONTY (1990), ao criticar a ciência em sua versão positivista (MENDES, 2005).

> todas as operações expressivas e de todas as aquisições que constituem o mundo cultural (MERLEAU-PONTY, 1999:519).

Do pressuposto hegeliano de que se deve começar pela facticidade existencial fenomenal do homem, Merleau-Ponty tomou como ponto de partida o "fenômeno do comportamento" e nele elegeu a *percepção* como o contato primeiro com o mundo[27]. Deste marco de facticidade, derivava-se uma mudança da subjetividade, a qual até o momento caracterizava-se como, em Heidegger, "consciência que se abre ao mundo objetivo"; ou, em Husserl, "como consciência reduzida; constituída". Ultrapassava a fenomenologia como filosofia da consciência que perpetuava o dualismo cartesiano mente-corpo. Nele, o problema da relação consciência-mundo é primeiramente decomposto do ponto de vista do empirismo científico e, em seguida, no viés do intelectualismo científico. Sua obra visava a noção de uma consciência perceptiva e solidária com o corpo humano, enquanto corpo próprio e vivido: inaugurava-se deste modo a chamada *fenomenologia do corpo.*

Ele vai até à essência da subjetividade com sua concepção do "corpo-sujeito". Como a consciência está "encarnada" e o corpo é aquilo por meio do que um mundo existe para alguém, seria ele que estabelece com o mundo uma relação pré-objetiva, pré-consciente e de caráter dialético, de modo algum causal ou constituinte. A este "corpo-sujeito" irão unir-se dialeticamente muitos outros momentos: a ação, o conhecimento e outras afeições. Fazer do corpo o sujeito da percepção – a fonte do conhecimento – não significava para ele ceder ao impulso da concepção empírica, mas antes tomar partido contra o racionalismo cúmplice do empirismo, no sentido de se ligarem ao pensamento causal (ARANHA & MARTINS, 2003).

Segundo a fenomenologia do corpo de Merleau-Ponty,

> [...] é fundamental para a nossa identidade como seres humanos que sejamos objetos físicos, em que cada um deles possui uma localização diferente e única

[27] RICOUER (1968) revela a importância, o sentido e o alcance da noção de mundo; noção que se aproxima daquela de Merleau-Ponty. Segundo ele, "o mundo não é mais a unidade de um objetivo abstrato; de uma forma da razão, mas o horizonte mais concreto de nossa existência. Pode-se tornar isso sensível de maneira muito elementar: é ao nível da percepção que se destaca esse horizonte único de nossa vida de homem. A percepção é a matriz comum de todas as atitudes. É no mundo percebido; no mundo que envolve minha existência carnal, que se erguem os laboratórios e se realizam os cálculos do sábio, as casas, as bibliotecas, os museus, e as igrejas. Os *objetos* da ciência estão nas *coisas* do mundo: os átomos e os elétrons são estruturas que dão conta deste 'mundo-vivido-por-mim-carne-e-espírito'. O próprio sábio só lhes determina a situação pelos instrumentos que vê, toca, ouve, como vê o Sol erguer-se e deitar-se; como ouve uma explosão, como toca uma flor ou um fruto. Tudo se realiza neste mundo. É também nesse 'mundo-de-minha-vida' que uma estátua é bela, que uma morte é heróica, que uma prece é humilde. É neste 'mundo-de-minha-vida', e não o mundo da ciência, que é transfigurado em criação aos olhos do salmista: são as árvores que 'batem palmas' e não os elétrons ou os nêutrons [...] É o mundo onde o Sol se ergue e se põe, onde os animais suspiram pela água das fontes: é esse mundo primordial que se transfigura em Palavra criadora. É nesse sentido que o mundo-de-minha-vida é o húmus de todos os meus atos, o solo de todas as minhas atitudes, a camada primordial, anterior, a toda multiplicidade cultural [...] Mas que significa isso? Essa unidade também não a posso apreender, dominar, entendê-la e expressá-la em um discurso coerente. Pois essa camada primordial de toda experiência é a realidade prévia de todas as circunstâncias; ela é 'sempre-já-antes' e chego tarde demais para exprimir. O mundo é a palavra que tenho na ponta da língua e que jamais pronunciarei; está presente, mas apenas começo a proferi-la, já se tornou mundo do cientista, mundo do artista e mundo de tal artista: mundo de Van Gogh, de Cézanne, de Matisse, de Picasso [...] A unidade do mundo é por demais preliminar para poder ser possuída, por demais vivida para ser sabida. Desaparece, mal é reconhecida. É talvez por isso que uma fenomenologia da percepção, que aspirasse a dar-nos a filosofia de 'nosso-estar-no-mundo', é algo tão difícil quanto a, busca do paraíso. A unidade do mundo a partir da qual se desdobrarão todas as atitudes é apenas o horizonte de todas essas atitudes".

> no espaço ou no tempo. Tudo que pode ser experimentado por todos pode não só ser experimentado através do sistema físico único de cada objeto: toda a restante realidade pode ser apreendida apenas a partir da perspectiva do seu ponto de vista único. Tudo isto continua a ser verdade mesmo que sejamos mais do que apenas corpos: estamos perpetuamente conscientes dos nossos corpos e sem eles não conseguimos compreender nem agir. Sendo assim, o corpo humano deve ser considerado como sujeito ou como objeto? Ele é os dois – e, contudo, estranhamente, não é nenhum. Não é um sujeito desincorporado da experiência, porque é um objeto físico do mundo, e, contudo, não é um objeto do mundo, tal como os outros objetos materiais, uma vez que é um objeto consciente das suas experiências (MAGEE, 1999:218).

A descoberta do corpo reflexivo e observável levou Merleau-Ponty a demonstrar que a experimentação inicial do corpo humano consigo mesmo seria uma experiência que se propagava em relação *com o outro* e em relação *com o mundo.* O corpo vai se modificando e adquirindo significados novos mediante as experiências que ocorrem; e é através dos nossos gestos que somos capazes de expressar muitos desses símbolos e esconder outros, formando a *linguagem do corpo*: o corpo está sempre se reorganizando. E por possuir espacialidade e temporalidade próprias, cada corpo vai adquirindo percepções de acordo com o mundo que lhe é específico[28].

Cada corpo, mantém relações com o espaço em que está inserido e com os outros animais, seja da mesma espécie ou de espécies diferentes. O comportamento simbólico seria inseparável dos esquemas inatos, uma vez que o modo como o animal faz uso do seu corpo para beber, para se alimentar, ou até mesmo para a função da excreção, é sempre acompanhado de um cerimonial, variando enfim, conforme as espécies (MERLEAU-PONTY, 2000). Diante disso, pode-se dizer que o principal tema do método fenomenológico proposto por Merleau-Ponty, segundo SIQUEIRA (2002), foi a volta às coisas mesmas como a finalidade da fenomenologia[29] – a chamada "redução fenomenológica" – que irá nos revelar nossa abertura ao mundo (intencionalidade) e aos outros (intersubjetividade) com o propósito principal de refletir na experiência primitiva de nosso próprio

---

[28] Pensar sobre a natureza do corpo é pensar que, ao ser natureza, o corpo orgânico também é cultural. Nas palavras de MERLEAU-PONTY (2000), este é o "enigma do corpo, coisa e medição de todas as coisas, fechado e aberto, tanto na percepção quanto no desejo – não duas naturezas nele, mas dupla natureza: o mundo e os outros tornam-se nossa carne" (p.341). Uma carne que não significa matéria ou espírito, nem substância, mas se refere à maneira de ser na aderência ao espaço e tempo. A carne do corpo propagar-se-ia para a carne do mundo e a do mundo para a do corpo em uma reversibilidade constante, que permite o enovelamento entre corpo e mundo, do qual nasceria a percepção. Concebida como experiência vivida através do corpo em movimento, a percepção aflora sentidos diversos, o que faz MERLEAU-PONTY (1999) afirmar que a relação corpo-mundo é *estesiológica*. Nessa relação, a comunicação entre diferentes corpos ocorre através do jogo dos sentidos. O conhecimento depende da existência do mundo, o qual é inseparável do nosso corpo, da nossa linguagem e da nossa história social. Portanto, o conhecimento é o resultado da interpretação contínua que emerge da nossa capacidade de compreender; e essa capacidade é originada nas estruturas do nosso corpo através de experiências de ação que vão surgindo ao longo da nossa história cultural. Dessa maneira, conhecer, fazer e viver não podem ser considerados de modo estanque; e, tanto a realidade em que vivemos, quanto a nossa identidade móvel, ou seja, nosso corpo, fazem parte dessas construções (MENDES, 2005).

[29] Se a fenomenologia era uma filosofia transcendental que para explicar a atitude natural deveria suspender as afirmações desta, para Merleau-Ponty, não se deveria considerar aquela atitude transcendental como algo que suprime a atitude natural, mas que conta com ela – já que a supressão do mundo material suporia de imediato uma aceitação do idealismo, idéia rejeitada por ele. Aliás, essa era a própria posição de Husserl em suas últimas obras, nas quais propunha a volta ao *Lebenswelt* ("mundo da vida"). Da mesma forma, Merleau-Ponty erigia o *Lebenswelt* como o ponto de partida de sua filosofia, ao mesmo tempo em que reconhecia este retorno ao "mundo da vida" como a maior contribuição da Filosofia husserliana (ARANHA & MARTINS, 2003).

corpo, do outro e do mundo; experiências que nossos pensamentos por vezes nos fazem esquecer. E, no âmbito dessa reflexão sobre nossa experiência primitiva, sobretudo sobre a experiência do próprio corpo, Merleau-Ponty descobriu – amparado pela *Gestalt*[30] (psicologia da forma) e pela Psicanálise – que nossa corporeidade não se resume àquilo que sobre ela diz a fisiologia mecanicista e a psicologia comportamentalista, ou seja, que somos um agregado de partes e funções que respondem mecânica e determinadamente aos estímulos interiores e exteriores: nossa corporeidade é primeiramente uma *vivência* (FIG. 3.4).

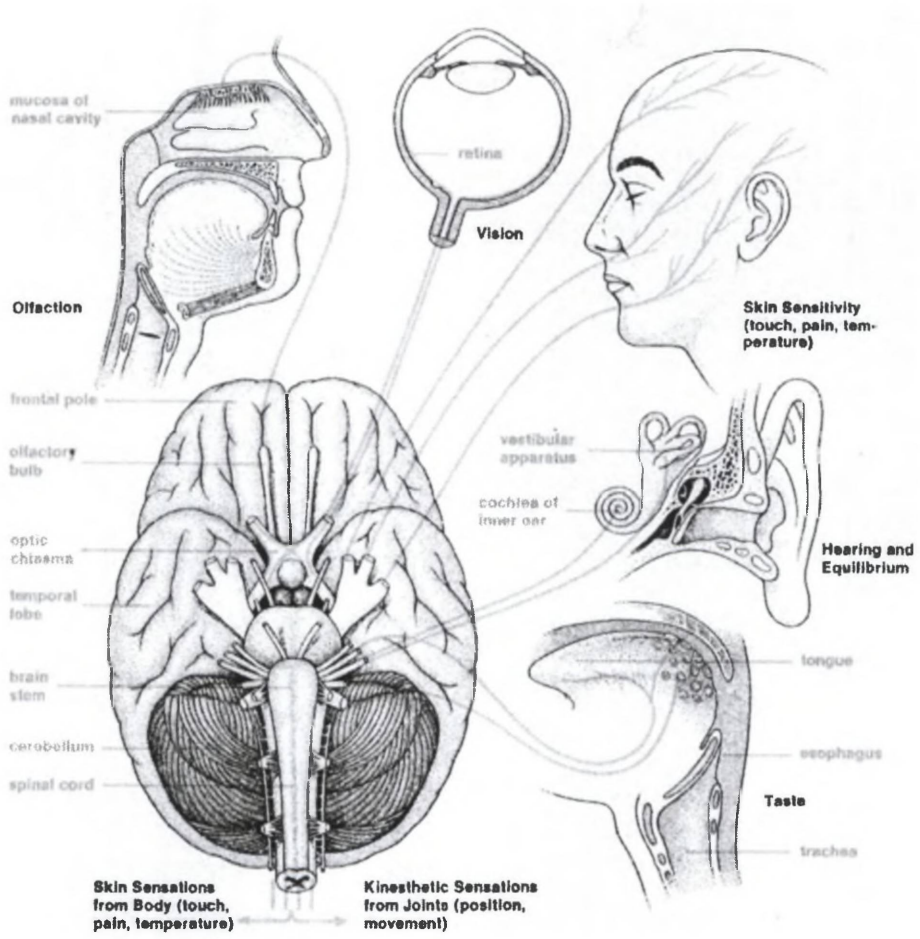


FIGURA 3.4 – *Percepção humana*: o cérebro e suas interligações com os cinco sentidos.
(**FONTE**: HAS-VCU, 2005)

Na sua opinião, subjetivismo-objetivismo, idealismo-empirismo e metafísica-positivismo eram dicotomias que possuíam a mesma fonte: a separação sujeito-objeto, que são

[30] A *Gestalt* pode ser entendida como um exemplo da aplicação fenomenológica na psicologia, tendo como precursor Christian Baron von Ehrenfels (1859-1932), que já em 1890 discutia sobre as qualidades da forma. Contudo, a teoria desenvolveu-se essencialmente no começo do século XX, com Wolfgang Köhler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941), que se opuseram às psicologias de tendência positivista. Para eles, o objeto apresenta-se primeiro na sua totalidade – sua forma ou sua configuração (a *figura*) – para depois o indivíduo atentar para os detalhes, como pode ser comprovado na descrição de um rosto. A "fórmula" fundamental da teoria da *Gestalt* poderia ser expressa da seguinte maneira: "existem totalidades, cujo comportamento não é determinado pelos seus elementos individuais, mas nos quais os processos parciais são eles mesmos determinados pela natureza intrínseca do todo" (WERTHEIMER, 2004).

considerados como realidades heterogêneas e distintas, o que tendem a reduzir seu posto a uma aparência ilusória. As dicotomias seriam as faces complementares de um engano comum e originário: o dualismo cartesiano. Deste modo, retomava a tese hegeliana na qual os opostos eram constitutivos de um todo. MERLEAU-PONTY (1990) buscava atingir uma autêntica reflexão radical – ou *fenomenológica* – que servisse como meio de tomar consciência de nossa relação com o mundo; de fazer "aparecer" o mundo. A estrutura dessa reflexão visava antes de tudo, superar o *solipsismo* – a crença que existe apenas uma individualidade – de cunho intelectualista, além da idéia de construção do objeto por parte do sujeito, ao afirmar enfaticamente contra a posição essencialista a pré-existência do mundo sobre a reflexão.

Para MAGEE (1999), uma de suas fortes preocupações de Merleau-Ponty era a de exigir que a ciência e a Filosofia questionassem seus conceitos fundamentais que, usados sem se perceber, vêm carregados de uma interpretação da realidade. A separação sujeito-objeto – origem da Filosofia e das ciências modernas – desembocaria na necessidade de reunir os dois termos; e a reunião operada consistiria sempre em tornar os ambos absolutamente coextensivos pela redução de um deles em relação ao outro. Como disse, "a ciência explica o mundo, mas se recusa a habitá-lo".

> Nosso fim não é opor aos fatos que a ciência objetiva coordena, um grupo de fatos – que os chamemos "psiquismo", ou "fatos subjetivos", ou "fatos interiores" –, que "lhe escapam", mas mostrar que o ser-objeto, e assim como o ser-sujeito, concebido por oposição a ele e relativamente a ele, não são alternativas, que o mundo percebido está aquém ou além da antinomia, que o fracasso da psicologia "objetiva" é para ser compreendido – conjuntamente com o fracasso da física "objetivista" –, não como uma vitória do "interior" sobre o "exterior", e do "mental" sobre o "material", mas como um apelo à revisão de nossa ontologia, ao reexame das noções de "sujeito" e "objeto" (MERLEAU-PONTY, 2001:41)

Tanto os fenomenologistas como os existencialistas escreveram como se cada ser humano fosse, acima de tudo, um centro de consciência desperta e algo que pode ser julgado como abstrato ou imaterial. Mantendo como elemento fundamental o compromisso da consciência e sua intencionalidade, Merleau-Ponty afirmou que: "O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável" (MERLEAU-PONTY, 1999:14). "O verdadeiro transcendental é o mundo" e não o ser, como é para Heidegger; ou a consciência como em Sartre. Pela redução fenomenológica, tal como ele a concebe, seria superada a noção de consciência fechada sobre si, tida como ponto de partida e garantia primordial do conhecimento: "o objetivo da filosofia é o mundo" [31].

[31] Disto decorre o fato de Merleau-Ponty discordar do entendimento de Sartre de que a consciência era o nada. Ao invés disso, propunha que se esteja sempre na *plenitude*, no ser. Isso conclui a nossa inextricável relação com o mundo em nossa situação particular, por ambígua que seja. Não criamos significados a partir do nada, como na visão sartreana, nem o ser revela significado a nós, como em Heidegger. Antes, nós aclaramos "o discurso confuso do mundo", que caracteriza as nossas situações históricas concretas particulares (HUNNEX, 2003:133).

Por fim, acrescenta-se que a filosofia de Merleu-Ponty encontrou rebatimentos na argumentação de MATURANA & VARELA (2002), especialmente na sua teoria de *autopoiesis*, segundo a qual existiria uma circularidade entre organismo e mundo, que interagem mutuamente através de um acoplamento estrutural, o que origina o comportamento. Segundo estes autores, a existência de cada organismo iniciar-se-ia como uma célula, a qual possui certas estruturas iniciais, resultado da história da filogenia. Dando continuidade à historicidade do corpo, vai-se construindo outra história mediante as experiências de vida e de acordo com a sociedade em que se vive. O corpo humano possui a mesma organização dos seres vivos, porém, com estrutura diferente, vai adquirindo originalidade à medida que vai interagindo com o entorno[32]. Essa história de mudanças na estrutura de um organismo em interações com o meio, ou seja, a ontogenia seria denominada de *deriva estrutural*. Nesta,

> as mudanças estruturais que ocorrem são contingentes com as interações com o meio. Não são determinadas pelas circunstâncias do meio, mas são contingentes com elas, porque o meio apenas desencadeia no ser vivo mudanças estruturais. E vice-versa: o meio muda de maneira contingente com as interações com o organismo (MATURANA, 2001:82).

Ao fazerem críticas à representação como responsável pelo fenômeno cognitivo, com seu modelo autopoiético[33], MATURANA & VARELA (2002) pretenderam substituir a noção de *input-output*, a qual fazia do organismo um sistema de processamento de informação, base do pensamento tradicional. Para tanto, propuseram, através da reciprocidade histórica, uma nova definição para mostrar a interação entre um sistema autônomo e o seu meio, passando a denominar de *enação*. Esta considera que o conhecimento é *incorporado*, isto é, refere-se ao fato de sermos corpo, com uma infinidade de possibilidades sensório-motoras, e estarmos imersos em contextos múltiplos que, por sua vez, interagem conosco.

> A enação enfatiza a dimensão existencial do conhecer, emergindo da corporeidade. A cognição depende da experiência que acontece na ação corporal. Essa ação vincula-se às capacidades sensório-motoras, envolvidas no contexto biopsicocultural. O termo significa que os processos sensoriomotores, percepção e ação são essencialmente inseparáveis da cognição (NÓBREGA, 1999:106).

---

[32] Formado por uma dinâmica molecular, o corpo vai se organizando e reorganizando mediante as provocações advindas do ambiente, das pessoas e da sociedade com que se convive, sendo ao mesmo tempo agente perturbador, modificando-os. O corpo possui historicidade tanto na estrutura orgânica, quanto nas interações com a cultura em que se convive. Assim, segundo MENDES (2005), a Biologia passa a reconhecer as diversidades individuais e culturais, desautorizando portanto, a idéia da mundialização de um corpo-padrão que vem sendo preconizada em tabelas normativas de ideais de peso e altura, entre outras medições, além da constante padronização dos gestos visualizadas no esporte de rendimento e em outras manifestações da atividade física.

[33] Conforme MATURANA & VARELA (2002), uma "máquina autopoiética" seria uma máquina organizada – a definida como uma unidade – como uma rede de processos de produção – transformação e destruição – de componentes que, através de suas interações e modificações, regenere e perceba continuamente a rede de processos (relações) que os produziu; e consista (a máquina) em uma unidade concreta no espaço, na qual eles (os componentes) existam de modo que especifiquem o domínio topológico de sua realização como uma rede.

3.3 ECLOSÃO DO ECOLOGISMO

Em meados do século XX, mais precisamente entre os anos 50 e 70, a afirmação da anterioridade da existência diante da essência – ou, em outras palavras, do "mundo natural" diante do "mundo ideal" –; o primado da liberdade em relação ao ser e suas conseqüências inevitáveis; a concepção sartreana de engajamento e sua decorrente responsabilidade histórica; os temas da finitude, da contingência e da fragilidade da existência humana; e, principalmente a partir de Merleau-Ponty, a reintegração do conceito de mundo como totalidade sensível – onde homem e natureza são uma coisa só – e a consideração da experiência corpórea – tanto em nível da subjetividade como da intersubjetividade – como fundamental no processo de percepção da realidade e sua compreensão, concorreram para embasar o nascimento e a difusão do despertar ecológico em todo o mundo.

Antes da *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), as questões ambientais eram locais ou regionais, ou seja, eram tratadas pelas pessoas mais próximas ao problema, que também eram as mais afetadas. Além disso, os problemas eram mais simples, como a preservação do bosque de uma cidade ou o esgoto de uma localidade, sendo exceções as questões que envolviam metrópole e colônias, mas, mesmo aqui, os efeitos das questões mantinham-se contidos em pequenas áreas. A internacionalização dos problemas ambientais iniciou-se com o advento dos artefatos nucleares[34] , e impôs sobre boa parte do mundo um senso de responsabilidade sobre os destinos do planeta e sua *biosfera*[35]; e, mais ainda, uma urgência de atitude e ação transformadora. Isto fez fortalecer o ecologismo, o que ampliou a concepção de Ecologia até dimensões filosóficas, éticas ou mesmo religiosas (FIG. 3.5).

Em meio a crises provocadas por alterações ocasionadas pela humanidade na ocupação dos espaços globais e também na exploração dos chamados "recursos naturais", discussões ecológicas foram ganhando destaque e adquirindo novos enfoques, inicialmente impulsionados pelos conhecimentos derivados da *Ecologia natural* e, posteriormente, da *Ecologia social*, cujo "grosso da

[34] Somente no período entre 1945 e 1962, houve 423 detonações nucleares no mundo e, aos poucos, se foi notando que esses testes eram extremamente prejudiciais ao meio ambiente de todo o planeta. Por exemplo, houve chuva de granizo anormalmente radioativa na Austrália, a mais de 2.800 km do local de testes britânicos, além de uma chuva radioativa em Nova York causada por testes no Estado de Nevada, a centenas de quilômetros da metrópole norte-americana. Esse problema gerou uma grande campanha, com forte apoio da opinião pública, que teve como resultado a assinatura, por parte dos EUA, a então URSS e a Grã-Bretanha, do *Tratado de proibição parcial dos testes nucleares*, em 1962, o qual proibiu os testes nucleares atmosféricos. Esse tratado foi considerado por muitos como a "primeira grande vitória na campanha para salvar o meio ambiente". Ademais, os acidentes não se limitaram a problemas radioativos: o naufrágio do navio Torrey Canion, na costa do extremo Sudoeste da Inglaterra, em março de 1967, poluiu centenas de quilômetros da costa da Cornualha e representou um "acontecimento nacional de dimensões internacionais" (OBIOLS, 1980).

[35] A origem do conceito de biosfera – ou "esfera da vida" – situa-se no importante naturalista francês Jean-Baptiste B. Lamarck (1744-1829), embora tenha sido o geólogo russo V. I. Verdadski (1863-1945) que o introduziu para designar concretamente a zona do planeta, de vários quilômetros de espessura, onde se desenvolve o fenômeno da vida terrestre (SENNET, 1979).

produção teórica" começou a ser elaborado da década de 1960 em diante, a partir de quando eclodiu o *ecologismo*[36] (LAGO & PÁDUA, 1989).

A Ecologia natural, a primeira a nascer como ramo das ciências biológicas em meados do século XIX, limitava-se a estudar o funcionamento dos sistemas naturais, procurando entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza; e emprestando conhecimentos da Química, Física, Geologia, etc. Para HAECKEL (1866) apud LANA (2002), consistia na "ciência das relações dos organismos com o mundo exterior, na qual podemos reconhecer de forma ampla os fatores da luta pela existência". Com sua conceituação ampliada a partir dos anos 60, quando a reflexão ecológica passou a abarcar também os múltiplos aspectos da relação entre homem e meio ambiente, surgiu a Ecologia social que se aproxima mais intimamente do campo das ciências sociais e humanas. Desde então, no contexto da ciência moderna, a Ecologia passou a representar "a área de conhecimento que fornece as bases científicas para uma redefinição da posição do homem em relação ao mundo natural, por mostrá-lo integrado, a exemplo de qualquer outro elemento desse mundo, ao imenso e único sistema que este representa" (FRACALANZA, 1992).

FIGURA 3.5 – Planeta Terra.
(**FONTE**: ENCARTA, 2005)

[36] O primeiro grupo de ação ecológica nasceu na Universidade de Berkeley, na Califórnia, em 1968, tendo sido fundado pelo líder estudantil Cliff Humphrey, em uma conjuntura em que tanto a luta pelos direitos cívicos das minorias nos EUA, como o tema da *Guerra do Vietnã* (1957/75), ofereciam escassa capacidade de mobilização para a juventude estudantil e intelectual norte-americana. Esta data também coincide com os acontecimentos do Maio de 68, referentes às séries de manifestações contestatórias que ocorreram em Paris e que tiveram desdobramentos em todo mundo. Desde aquela data, os grupos de ação ecológica multiplicaram-se, agindo das mais variadas formas, sempre baseadas na informação e na denúncia (SENNET, 1979).

Surgida das pesquisas de Haeckel, a ciência ecológica desenvolveu-se enormemente no século passado, formulando conceitos precisos e cunhando uma linguagem própria que, ampliando seu campo de investigação, acabou se subdividindo em áreas mais específicas, tais como Ecologia florestal, Ecologia marinha, etc. No decorrer do século XX, segundo DÉLÈAGE (1993), passou a apresentar inúmeras definições, tais como a "história natural científica" (ELTON, 1927); o "estudo da estrutura e função da natureza" (ODUM, 1963); o "estudo científico das interações que determinam a distribuição e abundância dos organismos" (KREBS, 1978); ou ainda, o "estudo dos princípios que governam os padrões espaciais e temporais de associações de organismos" (FENCHEL, 1987).

Em termos gerais, a base na qual se fundamenta todo o universo da Ecologia natural está no conceito de "ecossistema", o qual nos revela que os elementos da natureza não existem isolados uns dos outros, mas tendem a se combinar em sistemas complexos, estabelecidos a partir de uma série de relacionamentos físicos e biológicos. Através destes, os sistemas naturais adquirem uma espécie de vida coletiva própria, que os capacita para se auto-organizarem e auto-reproduzirem ao longo do tempo. Cada ambiente

> [...] é um todo integrado, uma unidade funcional de vida, onde a interação conjunta das diversas espécies de animais e vegetais que nele estão presentes, juntamente com o mundo físico-químico composto pelos fatores minerais, climáticos, etc., constrói o sistema de equilíbrios que permite o funcionamento do todo (LAGO & PÁDUA, 1989:18).

Ao investigar o sistema de relacionamentos que forma o ecossistema, segundo LAGO & PÁDUA (1989), a Ecologia natural procura perceber quais são as regras do seu funcionamento, a partir do qual foi possível definir alguns princípios ecossistêmicos: a interdependência; o dinamismo; a homeostase; a diversidade; o fluxo constante de matéria e energia; e a reciclagem permanente. Devido à interdependência, na unidade funcional do ecossistema, tudo está inter-relacionado, de tal maneira que não se pode tocar em um elemento isolado sem afetar todo o conjunto, havendo uma complementaridade perfeita entre plantas, animais e elementos físico-materiais. Pelo dinamismo, entende-se que este equilíbrio interdependente não é estático nem surgiu do nada; é dinâmico e foi forjado por um lento processo evolutivo, que precisa ser continuamente renovado para prosseguir.

Tal dinamismo faz com que o ecossistema seja não apenas auto-organizado como também auto-regulável, o que consiste no princípio da homeostase. Sabe-se que, quanto maior a variedade de elementos existentes em um ecossistema, maior será a sua capacidade de se auto-regular, pois maiores serão as possibilidades com que ele contará para recombinar elementos em um novo equilíbrio. Soma-se a isto a idéia de haver, dentro dele, um fluxo constante de matéria e energia, mecanismo que seria promovido pela "cadeia alimentar", na qual as plantas, através da abundante energia solar, produzem alimentos a partir de substâncias inorgânicas simples presentes no solo, são posteriormente consumidas por animais herbívoros, esses pelos carnívoros e assim por diante; e

quando mortos, os corpos são decompostos por fungos e bactérias, retornando ao solo, donde serão novamente aproveitados pelas plantas. E, por fim, define-se o princípio ecológico da reciclagem permanente, segundo o qual todo elemento natural liberado no ambiente é reaproveitado de alguma forma pelo ecossistema, através dos chamados "ciclos bio-geo-químicos" (LAGO & PÁDUA, 1989).

Quanto à Ecologia social, esta somente pôde surgir através da constatação da enorme radicalização do impacto destrutivo do homem sobre a natureza, provocada pela evolução do industrialismo. Uma provável causa disto seria que, se até a primeira metade do século XX, esses efeitos ambientais somente eram sentidos pelas classes menos favorecidas – como denunciam os relatos sobre poluição e insalubridade nas fábricas e bairros operários do início do capitalismo industrial –, foi a partir de meados do século passado – mais precisamente durante as décadas de 1960 e 1970, com a difusão de problemas como o desperdício, a poluição e o agravamento da crise energética –, que aqueles atingiram as classes superiores, refletindo-se no aumento da preocupação acadêmica sobre o assunto, fazendo eclodir o pensamento sócio-ecológico.

A partir desse momento, o debate sobre a Ecologia não ficou restrito a um grupo limitado de intelectuais[37] e espalhou-se por um espaço cada vez mais amplo, tornando-se um fenômeno social e mundial. Aos poucos, a expressão "questões ambientais" passou a ser preferida em detrimento da expressão "questões ecológicas", pois a primeira, ao se referir ao meio ambiente, comportava melhor toda uma dimensão de conflitos de valores que a abordagem da temática passou a exigir (NOVO-VILLAVERDE, 1988). Dentro desta ótica, o sociólogo Vance Packard (1914-1996) foi um dos primeiros a criticar a cultura consumista em seu livro *The waste makers* (*Produtores de desperdício,* 1961), o qual condenava, de maneira particular, a prática do "construir-em-obsolência".

A este livro seguiu o da jornalista e bióloga Rachel Carson (1907-1964), *Silent spring* (*Primavera silenciosa*, 1962), que foi o primeiro *best-seller* a popularizar o debate sobre o ambiente e a fomentar a conscientização ecológica, alertando para a crescente perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos – em especial o DDT e outros agrotóxicos –; e os efeitos dessa utilização sobre o meio ambiente. Tais idéias tiveram grande repercussão no início da década de 1970, quando a crise do petróleo chamou a atenção para o esgotamento dos recursos naturais, o que favoreceu o crescimento do movimento ambientalista (DIAS, 2004).

---

[37] Pode-se dizer que as questões sócio-ecológicas já foram antecipadas por alguns pensadores do século XIX, como os economistas Thomas Malthus (1766-1834) e John Stuart-Mill (1806-1873), além do próprio Karl Marx (1818-1883) e alguns biólogos ilustres, como George P. Marsh (1801-1882) e Friedrich Ratzel (1844-1904). Entretanto, predominava entre os pensadores até então, inclusive entre os socialistas, uma profunda fé nas possibilidades do industrialismo e uma ausência de preocupação com os limites naturais. "Para isso contribuía o fato de a economia industrial ainda não ter atingido um nível de desenvolvimento que revelasse de forma inequívoca as contradições ecológicas inerentes ao seu funcionamento" (LAGO & PÁDUA, 1989:25).

Desde então, o ambientalismo passou a ser debatido com mais veemência, iniciando por se discutir a afinidade dos "recursos naturais" com necessidades humanas, assim como a questão do cotidiano das pessoas, ou seja, como enfrentar o desafio de colocar a questão ambiental no dia-a-dia. O debate proposto pela Ecologia social partiu da percepção da especificidade da ação humana em relação àquela de outras espécies. Embora todos os seres possuam certas necessidades básicas – alimentação, abrigo, etc. – e para satisfazê-las contem exclusivamente com os recursos encontrados no ambiente, entendidos como as "bases materiais para a sua existência", no caso do homem, a diferença estaria no fato de que as modificações que promove sobre a natureza não são assimiláveis pelos mecanismos auto-reguladores dos ecossistemas. Isto porque, devido ao crescimento da complexidade sócio-econômica e cultural das sociedades, nossas necessidades passaram a ser *socialmente* fabricadas, ou seja, construídas por padrões culturais, sistemas políticos, etc.

É interessante destacar a visão do *ecosocialismo* ou *ecomarxismo*, originária da crítica interna do marxismo clássico, no que se refere à sua concepção de mundo natural, em especial a partir dos anos 60. Segundo esta corrente do ambientalismo contemporâneo, a visão marxista de natureza deveria ser dinamizada, uma vez que a considerava somente em virtude da ação transformadora do homem, por meio do processo do trabalho, proporcionando-lhes as condições naturais deste e seus meios de subsistência. Conforme DIEGUES (1996), Marx preocupava-se fundamentalmente com a explicação do sistema capitalista, onde a natureza já aparecia como simples mercadoria; e somente marginalmente com as sociedades primitivas, nas quais o mundo natural foi pouco modificado devido ao pouco desenvolvimento das forças produtivas. Para ele, se nessas sociedades predominava a idolatria da natureza, no mundo capitalista, a natureza não era mais reconhecida como um poder – uma *animalidade* –; mas como objeto de consumo ou meio de produção.

Marx, segundo GIULIANI (1996), referiu-se à relação homem/natureza em partes fundamentais de sua construção teórica, tanto quando se referia, em várias obras diferentes, ao trabalho como sendo a prática que distingue o ser humano dos outros seres vivos e que se fundamenta na atividade de troca entre homem e natureza; como quando se refere, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (*Manuscritos de Paris,* 1844), à própria "natureza humana". Nesta, descartava tanto a visão iluminista – segundo a qual o homem seria naturalmente egoísta – expressa, por exemplo, na concepção inglesa de Hobbes e da Economia Política – como naturalmente bom – apresentada na versão francesa de Rousseau.

Considerando ambas teorias como falácias ideológicas, sobretudo a do egoísmo natural e da conseqüente naturalidade das lutas entre os homens, Marx acreditava que se o homem é egoísta, era-o de fato nesta sociedade, a capitalista. Além disso, descartava a visão espiritualista, ligada à teologia e ao idealismo, na qual se estabelecia que a natureza humana realizar-se-ia na abstração espiritual, ou seja, no respeito a Deus, entidade à qual o homem devia sua existência. Nesta concepção,

ainda de acordo com GIULIANI (1996), como o homem não poderia se separar da natureza, esta se tornaria o principal obstáculo à sua própria realização. Dela, concluía-se que a liberdade do homem somente se encontraria na dissociação do homem da natureza e que a "natureza humana" somente se realizaria na espiritualidade. Como não estava interessado por uma visão abstrata do homem, MARX (1991) refutou essas idéias e voltou seu interesse pelo "homem real" que, para ele, não era nem bom ou mau, nem egoísta ou altruísta, nem espiritual ou bestial, mas um "ser natural": era ao mesmo tempo um "ser genérico" e "parte da natureza", por ter um corpo que é limitado, por ter uma força ativa que o torna capaz de agir e por ter uma "natureza genérica" fora de si mesmo, mas que o faz fazer parte de um conjunto, a sociedade.

> Faz parte de sua natureza humana a tendência à associação consciente e a sociedade, a formação social, é a segunda natureza do homem. Nesse sentido, nada do que é propriamente humano (idéias, paixões, respostas aos instintos) é implantado no homem pela natureza; nada disso é universal ou natural; tudo é conquista do homem. Assim, para Marx, a sociedade é a unidade essencial do homem com a natureza e, por isso, fala em "naturalização do homem" e "humanização da natureza" (GIULIANI, 1996:6).

Tratando sempre da liberdade humana, MARX (2001) percebeu que esta se encontrava na sociedade, sendo os homens conduzidos a ela pelas suas necessidades (condições) e pelas suas capacidades (ações), ambas em contínua mudança, em evolução; ambas históricas e não naturais[38]. Também o que impedia essa liberdade era a sociedade, ou melhor, a luta entre os homens, que também são históricas e não naturais. Por isso, seu interesse em relação à "natureza humanizada", onde a natureza é vista como limite à expansão das potencialidades humanas, ao mesmo tempo em que, no seu projeto de sociedade sem classes, imagina uma sociedade capaz de romper com a concepção da natureza como exclusivo campo de aproveitamento utilitário: enfim, a reconciliação homem/natureza.

Criticando a noção marxista clássica de natureza como condição invariante da produção, GUTELMAN (1981) propôs o conceito de "forças produtivas da natureza" (fotossínteses, cadeias tróficas) em contraposição ao de forças produtivas históricas. Para ele, as forças produtivas naturais seriam fundamentais para se explicar o funcionamento das sociedades pré-capitalistas, embora também devam ser analisadas no caso das capitalistas. SKIBBERG (1974) afirma ainda que a infra-estrutura não é composta somente pelas forças produtivas do trabalho e pelas relações sociais de produção, mas também pelas forças produtivas naturais. Para ele, a contradição básica capitalista deveria incorporar igualmente aquela existente entre as forças produtivas históricas e da natureza, pois se as segundas não puderem mais operar, cria-se um impasse para a própria reprodução social (DIEGUES, 1996).

---

[38] Para ARENDT (2003), se o *social*, nomeadamente o familiar, ainda tem amplas zonas de intersecção com o *natural* – com o conceito naturalístico de natureza –, o *político* e o *jurídico* constituem ordens que o homem acrescenta – ou *cultiva* – sobre tal base prévia, gerando um novo tipo de laços. Ou seja, o político e o jurídico correspondem a uma ordem cultural, artificial ou construída, ou melhor, a um conjunto de laços cultivados que o homem, enquanto *artifex*, edifica.

Entre os neomarxistas, destaca-se Serge Moscovici (1925-), que, em 1969, escreveu *La societé contre nature* (*A sociedade contra a natureza*), obra que influenciou bastante os movimentos estudantis do final da década de 1960. A base de suas idéias assenta-se na crítica à oposição entre o culturalismo e o naturalismo. Enquanto o primeiro corresponderia ao conjunto de idéias que se apóia sobre a história, a cultura e a sociedade; e que vê na natureza uma ameaça ao homem; o naturalismo, ao contrário, traduz-se em uma aversão pela sociedade e pela cultura. O culturalismo suporia a ruptura entre sociedade e natureza, enquanto que o segundo afirmaria sua unidade. Da visão ortodoxa culturalista surgiriam as imagens do *homem natural*, selvagem e sem família, ciência ou religião; e do *homem domesticado*, detentor dos poderes intelectuais, sociais e técnicos (MOSCOVICI, 2003).

Na sua opinião, o culturalismo, em sua visão ortodoxa, é dominante nas filosofias ocidentais. Enquanto o homem natural seria um ente distante entre nós, primitivo e inferior; o homem domesticado, distante da natureza, seria um ser superior, pois, nesta visão, seria a vitória da civilização a domesticação do mundo natural. Em contrapartida, o naturalismo vê o homem dentro da natureza, ou melhor, o homem é natureza; e a natureza, seu mundo. Embora minoritária na história das idéias ocidentais, a visão naturalista estaria em plena mutação, deixando de ser uma negação do culturalismo; e passando de uma posição de reação para uma posição ativa; de uma proteção ingênua do mundo natural para a afirmação de uma nova relação entre homem e natureza. Para MOSCOVICI (1977), esse "novo naturalismo", basear-se-ia em três idéias principais: o homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto; a natureza faz parte de nossa história, ou seja, é sempre histórica e a história sempre natural; e, finalmente, a coletividade e não o indivíduo é que se relaciona com a natureza; e é ao mesmo tempo parte e criação da natureza. Em outras palavras, o que passa a ser fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza. Como afirma:

> Antes de tudo, trata-se de considerar o homem como uma força da natureza [entre outras] Seu interesse lhe aconselha a estreitar as ligações, de permitir que as outras forças se desenvolvam, se renovem, em vez de esgotá-las numa busca sem-fim de energias a explorar e de espécie para destruir, de uma abundância que se transforma continuamente em escassez; de renunciar a esta atitude predatória tão fortemente ancorada nele (MOSCOVICI apud DIEGUES, 1996:49)

Pode-se dizer que, a partir da década de 1980, o debate em torno da temática ambiental generalizou-se, evoluiu e teve seu espectro ampliado, passando a incorporar uma gama bastante variada de enfoques e leituras sobre a problemática ambiental (VIOLA, 1987). Basicamente, LAGO & PÁDUA (1989) identificam duas vertentes principais do ambientalismo contemporâneo: o *conservacionismo*, que consistiria na luta pela preservação do ambiente natural ou de partes e aspectos dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas; e o *ecologismo*, com maior peso político, que propõe mudanças globais nas estruturas sociais, econômicas e culturais, embora a maioria dos modelos recentes ainda raciocine como se a economia estivesse acima do meio ambiente. Nascido

justamente da percepção da destrutividade ambiental por parte da ação humana, o pensamento conservacionista é de natureza mais prática e englobaria o conjunto das idéias e estratégias de ação voltadas para a luta em favor da conservação do meio natural – ou de partes ou aspectos dele –; e da manutenção dos "recursos naturais".

Esse tipo de preocupação deu origem aos inúmeros grupos e entidades no mundo todo que formam o amplo movimento existente hoje em dia em defesa da natureza, postura que tem suas raízes no século XIX, quando começou a surgir entre os naturalistas, artistas e filósofos uma ação para conter a destruição de áreas naturais em favor da criação de parques (Ver CAPÍTULO 5) . No século passado, essa luta intensificou-se mais ainda, tendo sido criada, nos anos 40, a *União Internacional para a Conservação da natureza e de seus Recursos* – UICN, com sede em Morges, na Suíça.

> Os motivos que podem inspirar este tipo de luta são os mais diversos. Alguns lutam pela conservação da natureza devido à consciência de sua importância para o bem-estar e a sobrevivência da espécie humana. Outros podem se envolver na mesma luta por razões estéticas, científicas, econômicas e até afetivas (como é o caso de muitos grupos de proteção aos animais) (LAGO & PÁDUA, 1989:34).

Entretanto, é importante salientar que o conceito de conservacionismo assumiu diferentes amplitudes, com concepções que o tornam mais abrangente e com outras que o estreitam. Na visão de GUERRA (1980), por exemplo, o conservacionismo é mais do que a proteção dos recursos naturais, representando "a criação de uma nova filosofia, que deverá nortear a vida dos homens e uma nova maneira de vida para a humanidade". Para MINC (1987), por sua vez, as correntes de pensamentos conservacionistas manifestam profundo respeito por todo tipo de vida e uma grande indignação diante das práticas predatórias que atentam contra a natureza, mas deixam a desejar quanto a uma reflexão mais profunda sobre as causas e os mecanismos responsáveis pelas ações da degradação.

Em termos teóricos, de acordo com DIEGUES (1996), nos EUA do século XIX, havia duas visões de conservação do "mundo natural", que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot (1865-1946) e de John Muir (1838-1914), as quais tiveram grande importância na difusão do conservacionismo em todo mundo. O primeiro, engenheiro florestal treinado na Alemanha, criou um movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional, agindo dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Na sua concepção – precursora do hoje se chama "desenvolvimento sustentável" –, a natureza seria freqüentemente lenta e os processos de manejo poderiam torná-la eficiente, de modo que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Suas idéias influenciaram bastante o debate surgido na década de 1970 entre "desenvolvimentistas" e "conservacionistas", além de embasarem o desde então chamado *ecodesenvolvimento* .

Em oposição ao conservacionismo, a corrente norte-americana do preservacionismo não via a essência da conservação da natureza no uso adequado e criterioso dos "recursos naturais", mas como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Seus defensores pretendiam proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Muir foi o maior teórico desta postura, abraçando um organicismo pelo qual a base do respeito pela natureza era seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam. Bastante influenciado pela teoria evolucionista de Darwin e pelo conceito de Ecologia de Haeckel, Muir considerava todos os seres, animais e vegetais, assim como as rochas e água, fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza, não vendo o porquê dos homens terem direitos superiores aos demais entes naturais; idéias biocêntricas que encontraram grande apoio dentro da História Natural (DIEGUES, 1996).

O já citado livro *Man and nature* (*Homem e natureza*, 1864), de George Perkins Marsh (1801-1882) igualmente contribuiu para o preservacionismo norte-americano, analisando, pela primeira vez nos EUA, os impactos negativos da nossa civilização sobre o meio ambiente; e defendendo uma "regeneração geográfica", ou seja, a cura do planeta com o controle da tecnologia, o que, segundo seu autor, exigia uma grande revolução política e moral. Do mesmo modo, as idéias preservacionistas encontraram muitos de seus fundamentos nos escritos de Henry David Thoreau (1817-1862), os quais se baseavam na existência de um Ser Universal, transcendente no interior da natureza, justificado mais pela intuição do que pela razão ou ciência[39]. Mas, ao contrário de Thoureau, Muir era também um preservacionista ativista, ao definir os valores intrínsecos da natureza selvagem e ao lutar pela implantação dos parques nacionais. Suas posições foram continuadas no século XX através de Aldo Leopold (1887-1948), que, além de administrador de parques, tornou-se mundialmente famoso através de sua obra *A sand county almanac and sketches here and there* (1949), quase uma Bíblia para os ativistas ecológicos dos anos 60 e 70, entre as quais Rachel Carson.

No segundo pós-guerra, os conflitos entre os "desenvolvimentistas", os conservacionistas dos recursos naturais e os preservacionistas puros continuou, com avanços

[39] Thoureau abandonou a sociedade durante dois anos, dois meses e dois dias, decidindo viver em uma cabana rústica junto a um pequeno lago em Massachusetts, onde escreveu *Walden* (1854), que celebrava as suaves belezas da natureza que o rodeava e recomendava a vida simples. Contudo, ele não apenas desenvolveu as suas idéias sobre a consciência individual em um esplêndido isolamento rural, mas participou de um movimento literário e filosófico exclusivamente americano conhecido por *transcendentalismo*, que recebeu este nome por fazer reivindicações metafísicas de um conhecimento superior e mais verdadeiro, que estaria de alguma forma para além da experiência dos sentidos humanos e, por isso, somente atingível através da razão ou da intuição. Os transcendentalistas tinham pontos de vista panteístas sobre a beleza do mundo natural, a qual existia por causa da divindade existente em todas as coisas terrestres Ralph Waldo Emerson (1803-1882), por exemplo, fez uma mistura ao mesmo tempo única e heterogênea entre o platonismo, o kantismo, o hinduísmo, o idealismo alemão e o romantismo inglês. Profundamente místico, salientava a prioridade da intuição e da consciência individual sobre a autoridade estatal e a religião organizada. Segundo ele, nada seria sagrado a não ser a integridade da nossa própria mente. Emerson sugeriu que o propósito fundamental da vida seria uma união final com a *sobrealma* – uma entidade amorfa algo afim à substância monista de Spninoza ou ao "espírito" de Hegel. O transcendentalismo era uma amálgama derivativa de muitas tradições filosóficas e literárias européias e orientais, o que o tornava um fenômeno social e literário, mais do que filosófico (ROBINSON & GROVES, 1999).

significativos para todos os grupos, desde a construção de grandes hidroelétricas no Oeste americano, que atendia aos interesses dos primeiros, como na manutenção, inviolabilidade e aumento do número de parques nacionais, favorecendo os ideais do grupo estético-ecológico, os preservacionistas. Contudo, um novo enfoque ambientalista passou a emergir rapidamente.

Segundo LAGO & PÁDUA (1989), uma nova reflexão, mais profunda sobre os mecanismos que impulsionam a degradação do meio ambiente e da vida, passou a ser realizada através do ecologismo, linha de pensamento e ação para a qual, a atual crise ecológica não se deve a "defeitos" setoriais e ocasionais no sistema dominante, mas é conseqüência direta de um modelo de civilização insustentável do ponto de vista ecológico. Os defensores do ecologismo – que são também conservacionistas e preservacionistas, uma vez que desejam a maior manutenção possível dos ambientes naturais – não se limitavam a atuar em "defesa da natureza", mas ampliaram o questionamento ao sistema social como um todo. Colocam que somente uma mudança global nas estruturas econômicas, sociais e culturais pode encaminhar uma solução para atual crise ambiental. O ecologismo surgiu, principalmente, com as agitações estudantis de 1968; e passou a ser uma das bandeiras de luta, ao lado do antimilitarismo, pacifismo e defesa das minorias (SIMMONET, 1979).

Nos EUA, o ecologismo foi inspirado por várias fontes, desde os escritos de H. D. Thoreau e de Gary Snyder (1930-), o poeta do "poder verde", para quem as árvores e as águas eram classes tão exploradas como o proletariado, até as denúncias de Rachel Carson contra o uso de biocidas, o debate sobre a questão populacional proposto por EHRLICH (1976) e as idéias de COMMONER (1971), que responsabilizavam a tecnologia moderna pela crise ambiental. Soma-se a tudo isto a grande influência da "contracultura", vigorosa na década de 1960 e que constituiu uma das inspirações do movimento *hippie*. Já na França, o ecologismo foi influenciado por Pierre Fournier (1906-1986), que propunha a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, o retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar ilhas de uma sociedade ideal, livre e libertária; além das idéias do austríaco Ivan Illich (1926-2002) e do francês René Dumont (1904-2001). O movimento foi igualmente marcado pela "futurologia" e o profetismo alarmista, que apontava para um futuro incerto do planeta, com a superpopulação humana e o esgotamento dos recursos naturais (DIEGUES, 1996).

Paralelamente, as bases do pensamento ecologista mundial também podem ser identificadas nas idéias de alguns pensadores do século XIX, como na corrente não-violenta do *anarquismo* e seus sucessores no século passado, além da linha dos ideólogos do *pacifismo*[40] contemporâneo.

[40] Entre os incontáveis representantes do pacifismo mundial estão os nomes do russo Leon Tolstói (1828-1910); dos indianos Mahatma Gandhi (1869-1948) e Vinoba Bhave (1895-1982); do italiano Lanza Del Vasto (1901-1981), do brasileiro Dom Helder Câmara (1909-1999) e do norte-americano Martin Luther King (1929-1968).

Entende-se por *anarquismo* – que provém da palavra grega *anarhia, an-archon*; "sem governante" – a doutrina política e social que rejeitava toda forma de coerção ou qualquer tutela governamental, administrativa e religiosa, preconizando a supressão da instituição do Estado, assim como a extinção das classes sociais e da dominação do homem pelo homem, em prol da liberdade e iniciativa individuais. Também conhecido como *comunismo libertário*, como movimento ideológico, o anarquismo nasceu no século XIX, da rejeição à autoridade e exigência da liberdade principalmente por parte de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que acreditava resultar da ação de minorias impulsionando as massas e organizando a produção e o consumo em nome do federalismo (FIG. 3.6).

FIGURA 3.6 – Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865): pintura (1853) de Gustave Courbet (1819-1877).
(**FONTE**: POSTER-UND-KUNSTDRUCKE, 2005)

Desde os primeiros congressos da *Internacional Anárquica* – em Genebra, em 1866; e em Lausanne, em 1867 –, seus representantes dividiram-se em duas tendências opostas: uma prodhoniana e outra marxista. Os maiores expoentes do anarquismo foram os russos Mikhail A. Bakunin[41] (1814-1876), Pietor A. S. Kropotkin (1842-1912) e Nestor I. Makhno (1889-1934), além do historiador de arte inglês *sir* Herbert E. Read[42] (1893-1968). No século XX, seus maiores

[41] Participando ativamente dos movimentos revolucionários europeus de 1842 a 1872; e militando no seio da primeira *Internacional* até a sua exclusão em 1872, Bakunin lançou as bases do chamado *anarco-sindicalismo*. Suas idéias libertárias e antiestatais, as quais desenvolveu em *O Estado e a anarquia* – em que se recusava a considerar que a classe operária devesse apoderar-se do Estado, tomando de empréstimo de Ludwig Feuerbach (1804-1872) o ateísmo como fundamento de toda a filosofia e de Marx a concepção do materialismo histórico –; e a influência que elas exerceram no movimento operário converterem-no em um adversário político de muitos marxistas. Bakunin afirmava que a igualdade deveria prevalecer no mundo através da organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva pelas associações de produção, livremente organizadas e federalizadas nas comunas (BAKUNIN, 2003).

[42] A partir da década de 1930, Read foi o principal promotor e estudioso dos movimentos de arte moderna na Grã-Bretanha, possuindo uma postura crítica que abrangeu sociedade, arte e literatura, a partir de um enfoque filosófico anarquista. Amigo de pintores e escultores, como Bem Nicholson (1894-1982) e Henry Moore (1898-1986), defendia a importância da arte na educação, passando as suas idéias a influenciar o sistema educacional inglês. Entre suas principais publicações estão: *Art & Industry* (*Arte & Indústria*, 1934), *Philosophy of anarchism* (*Filosofia do anarquismo*, 1940) e *My anarchism* (*meu anarquismo*, 1966).

sucessores foram Paul Goodman (1919-1972), Murray Bookchin (1921-) e Colin Ward (1924-2002), entre outros inúmeros simpatizantes[43].

No Brasil, o movimento anarquista manifestou-se desde os primórdios da grande imigração, especialmente de trabalhadores portugueses, italianos e espanhóis, que inclusive levou à criação de comunidades alternativas[44]. Porém, foi na primeira década do século passado que o anarquismo nacional passou a ser a tendência revolucionária hegemônica entre os proletários brasileiros. Neste período, circularam em todo o país centenas de jornais anarquistas, entre os quais *O amigo do povo*, de Neno Vasco; e *La Battaglia*, de Oreste Ristori. A partir de 1906, a *Confederação Operária Brasileira* – COB, liderada por anarquistas, passou a orientar a luta dos trabalhadores, sobrepondo-se muitas vezes às organizações socialistas. Entre as várias concepções literárias, a anarco-sindicalista de Batukin foi a predominante, tendo o auge de sua influência ocorrido nas grandes greves de 1917, em São Paulo; e de 1918/19, no Rio de Janeiro. Aqui, um dos maiores teóricos do anarquismo foi o filólogo José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), cujo principal porta-voz foi o jornal *A plebe*, editado em São Paulo. Também foi de sua autoria *Princípios e fins do programa comunista-anarquista* (1919) e *A doutrina anarquista ao alcance de todos* (1922) (WALTER, 2000).

Entre os liberais e humanistas, as influências do ecologismo decorreram daqueles que se preocuparam em pensar globalmente o futuro da civilização, como o alemão Albert Schweitzer (1875-1965); os austríacos Martin Buber (1878-1965), Konrad Lorenz (1903-1989) e Robert Jungk (1913-1994); o inglês Lewis Munford (1895-1990); o francês René J. Dubos (1901-1982); e o brasileiro Josué de Castro (1908-1973). Do marxismo libertário, devem ser citados o germano-

---

[43] Na França, os maiores anarquistas foram Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo militante que foi obrigado, por seus ideais republicanos, deixar seu país em 1851 e, em seu retorno, publicou *La Terre: description des phénomènes de la vie du globe*, considerando um dos mais amplos estudos sobre o planeta até então; e Louise Michel (1830-1905), professora que se impôs ao império francês e, em 1856, militou nos jornais parisienses de oposição, juntamente com Jules Vallés (1832-1885), Louis Eugène Varlin (1838-1871) e Émile François Eudes (1843-1888). Na Espanha, por ocasião da luta contra o franquismo, em 1936, a anarquia experimentou sua maior popularidade, principalmente graças a Francisco Ferrer Guardia (1859-1909), que fundou em 1901 uma escola em Barcelona, onde tentou aplicar algumas idéias libertárias sobre educação infantil – a ausência de competição, a importância da educação física, a introdução da educação sexual, etc. –; e Buenaventura Durruti (1896-1936), o qual desempenhou importante papel na luta dos republicanos contra o golpe de Estado do general Francisco Franco (1892-1975). Na Itália, os maiores nomes do anarquismo foram os de Carlos Cafiero (1846-1892) e Errico Malatesta (1853-1932), entre outros (WALTER, 2000).

[44] Ainda no século XIX, o imigrante italiano Giovanni Rossi procurou fundar, em Palmeira, no interior do Paraná, uma comunidade na qual o trabalho, a vida e o amor livre tivessem curso, a *Colônia Cecília*. Ele havia publicado na Itália, com apenas 22 anos, o livro *Un comune socialista* (1878), em que já expunha as bases dos primeiros projetos de uma sociedade socialista denominada *Poggio Al Mare*. Agrônomo, poeta e jornalista, Rossi procurava um lugar no mundo para comprovar suas idéias anarquistas e mostrar que a vida comunitária era algo possível, chegando a organizar uma colônia agrícola em Cremona, chamada *Cittadella*. A experiência no Brasil, assim como outros movimentos semelhantes– como a *Colônia Guararema*, em São Paulo, fundada por Arturo Campagnoli (1870-1940) – teve curta duração, existindo somente entre abril de 1890 e abril de 1894. Formada por imigrantes, vindos das províncias italianas da Lombardia, Toscana, Piemonte e Emilia Romagna, reuniu cerca de 300 pessoas que, em uma área aproximada de 200 hectares, buscaram reinventar formas de organização fundadas no anarquismo. Foram vários os motivos de seu insucesso, entre os quais o fato de que, com o advento da *República*, os imigrantes tiveram que pagar as terras que haviam sido doadas por D. Pedro II; além do caso de um espanhol que foi aceito na comunidade, mas acabou levando todo o dinheiro da venda do milho, a principal fonte de renda na *Colônia Cecília*. Desiludidas, muitas famílias acabaram indo para a região de Canta Galo e Santa Bárbara de Baixo, como os Agottani e Mezzadri. Rossi acabou deixando a colônia para trabalhar em Blumenau SC e como professor de Agronomia no Rio Grande do Sul. (MELLO NETO, 1998).

americano Hebert Marcuse (1898-1979), o austríaco André Gorz (1924-) e o alemão Rudolf Bahro (1935-1997), além dos críticos independentes e radicais da sociedade industrial como o norte-americano Vance Packard (1914-1996).

Nesse quadro, destaca-se o papel da *Deep Ecology* ("Ecologia Profunda"), termo cunhado pelo filósofo norueguês Arne Næss (1912-), em 1972, com a intenção de ir além do simples nível factual da Ecologia como ciência, para um nível mais profundo de *consciência* ecológica[45]. Para ele, tanto a vida humana como não-humana teriam valores intrínsecos independentes do utilitarismo; e os homens não teriam o direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais. Acreditava que o florescimento da vida humana e suas culturas seria compatível com um decréscimo substancial da população, que seria inclusive necessário para o florescimento da vida não humana. Como a interferência humana na natureza é demasiada, as políticas devem ser alteradas, afetando-se as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas (DIEGUES, 1996).

Muitas idéias da *Deep Ecology* foram expostas no livro *The monkey wrench gang* (1975) escrito pelo novelista norte-americano Edward Alley (1927-1989). Embora essencialmente biocêntrico – ou *ecocêntrico* –, o enfoque dos "ecologistas profundos" tem grande influência espiritualista, tanto cristã como de religiões orientais, aproximando-se de uma quase adoração do mundo natural. Por isso, seus defensores são bastante radicais, proclamando que a natureza deve ser preservada por ela própria, independentemente da contribuição que a proteção ambiental possa trazer para o homem. Partindo de uma visão holística – que concebe o mundo como um todo integrado; uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes; e não uma superposição de partes dissociadas –, esta corrente, conforme GARCIA (2005), percebe que há uma interdependência fundamental entre todos os fenômenos e o fato de que enquanto indivíduos e sociedades estamos todos integrados em processos cíclicos naturais, sendo dependentes deles.

A Ecologia Profunda não separa seres humanos ou qualquer outra coisa do ambiente natural, reconhecendo o valor intrínseco de todos os seres vivos que compõem essa rede, na qual os humanos seriam apenas um fio particular na teia da vida. Ela entende o espírito humano a partir da consciência do indivíduo, ou seja, "uma sensação de pertinência, conexidade com o cosmos como um todo, tornando-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda" (CAPRA, 1997:26). Questionando a cientificidade da sociedade industrial orientada para um desenvolvimento materialista, fornece uma base filosófica e espiritual que seria ideal para um estilo de vida "ecológico", assim como para o ativismo ambientalista, apesar de não dizer muito sobre as características e padrões culturais do tipo de sociedade que gerou a crise ecológica atual. Segundo seus defensores, para que

[45] Nos EUA, foram George Sessions (1910-1956) e Bill Devall (1938-), entre outros escritores, quem desenvolveram uma série de princípios dessa linha de pensamento, que procura se diferenciar tanto das lutas pela preservação da natureza como do ecologismo das manifestações anti-poluição e anti-nuclear.

haja uma mudança de paradigma seria necessário que, além da alteração no pensamento e na percepção, houvesse também mudança de valores. A integração precisaria superar a auto-afirmação que nossa cultura cultua como valor. Penetrar no universo perceptivo da *Deep ecology*, colocando-a na nossa consciência cotidiana, implicaria na reformulação completa do atual sistema de ética.

> [...] os fatos científicos emergem de toda uma constelação de percepções, valores e ações humanas, emergem de um paradigma dos quais não podem ser separados. O paradigma nunca é livre de valores. No contexto da *Ecologia Profunda* a visão segundo a qual esses valores são inerentes a toda natureza viva está alicerçada na experiência profunda, ecológica ou espiritual de que a natureza e o eu são um só. A expansão do eu até a identificação com a natureza é a instrução básica da *Ecologia Profunda* (CAPRA, 1997:26).

A Ecologia Profunda foi de alguma forma redefinida pelo australiano Warwick Fox, criador da chamada "Ecologia transpessoal". Essa tendência ecologista adere também aos princípios dos direitos intrínsecos do mundo natural, da denominada "liberação da natureza", dando grande importância aos princípios éticos – ou "eco-éticos" –, que devem reger a relação homem-natureza. Tal tendência é considerada radical justamente por pretender tocar neste ponto, a raiz da questão ecológica: ela preconiza uma nova postura ou atitude, resultado de uma nova visão sobre o mundo natural, que implicaria em uma nova forma de pensar e estar no mundo, rompendo definitivamente com o paradigma cartesiano, o antropocentrismo e grande parte da Filosofia humanista.

Nas bases teóricas propostas por Næss, conforme UNGER (19910), a compreensão da Ecologia era de uma ciência que exigia um questionamento de ordem filosófica e espiritual. A *Deep Ecology* questiona o conjunto das relações entre homem e natureza; e, conseqüentemente, realiza uma ferrenha crítica ao estilo de civilização que desenvolvemos no ocidente e que se tornou hegemônica. É denominada *profunda*, porque tenta atingir questões que em outras correntes – as do chamado *shallow environmentalism* (ambientalismo superficial) – apareciam superficialmente, vendo a natureza na perspectiva exclusiva das necessidades humanas. O conservacionismo aponta uma série de problemas ecológicos com bastante procedência, mas falhava em não definir as causas, ocupando-se com a manutenção de ecossistemas ou espécies específicas, sem contudo considerar que estes integram uma sociedade que compromete sua existência, ou que o trata de modo inadequado.

Para o ecologismo profundo, o equilíbrio ecológico só poderá ser atingido a partir de mudanças na estrutura social; nos valores, atitudes, práticas e costumes da sociedade contemporânea. Tal forma de pensar sofreu severas críticas dos ecologistas sociais, como PORRIT & WINNER (1988), que afirmavam ser inócuo pedir ao homem que "pense como uma montanha" por mais que procurasse não ser antropocêntrico. Bookchin foi mais além, afirmando que a posição dos ecologistas profundos era neomalthusiana, pois ignorava o fato de que os problemas ecológicos tinham raízes sociais, apontando inclusive para o perigo do "ecofascismo" embutido em algumas de suas idéias. SIMONNET (1979) chamou a atenção para o *biologicismo* das posições preservacionistas, pelo qual as sociedades

humanas, em sua organização, deveriam se inspirar na natureza, ou seja, nas características do mundo natural – o equilíbrio homeostático, a diversidade biológica, etc. – como modelos para a sociedade humana: o nazismo, por exemplo, prevaleceu-se da seleção natural (DIEGUES, 1996).

Um dos maiores e mais fervorosos críticos da *Deep Ecology* é FERRY (1994), posteriormente acusado de ter interesses eleitoreiros, pois, na época de publicação de seu livro na França, os Verdes afirmavam-se politicamente como a *génération écologie*. De acordo com GARCIA (2005), Luc Ferry (1951-) buscou credibilidade para sua tese central, apontando para uma Ecologia política que se alimentava de idéias fascistas. Seu alvo principal era a Ecologia Profunda americana, denunciando seu suposto anti-humanismo na chamada *Hipótese Gaia*[46]; ou ainda criticando a proposta do "contrato natural" do francês SERRES (1994). Para ele, a idéia do contrato implicaria na igualdade das partes, o que por si só já anularia a proposta já que a natureza não pode manter um pacto de igualdade com a humanidade. Além disso desde a Renascença, os contratos baseados em modelos humanistas teriam reduzido a noção de dever ou ética. Daí a incompatibilidade com os conceitos de obrigação e direito propostos pela Ecologia Profunda, porque a tornariam um agente moralizador da sociedade, revelando, na opinião de Ferry, sua face totalitária e controladora.

> Escorada na idéia de uma ordem cósmica, [a Ecologia Profunda] reata com uma noção, a de "sistema", que se acreditava radicalmente desacreditada [...] Essa pretensão sistêmica, senão sistemática, é indispensável à fundação de uma escatologia política. Em tempos em que os referenciais éticos são mais do que nunca flutuantes e indeterminados, ela deixa despontar a promessa inesperada de um enraizamento finalmente objetivo e certo de um novo ideal moral: a pureza reencontra seus direitos, mas estes deixaram de se alicerçar numa crença religiosa ou "ideológica". Presumem-se indiscutivelmente "provados", "demonstrados" pelos dados mais incontestáveis de uma ciência nova, a Ecologia (FERRY, 1994:19).

No seio dessa discussão, em abril de 1968, reuniram-se em Roma cerca de 30 personalidades vinculadas à política, indústria, economia e ciências, com o intuito de discutir sobre

---

[46] LOVELOCK (1989), partidário da ecologia profunda, usou o nome *Gaia*, mãe de todos os deuses gregos, para descrever nosso planeta como um ser personificado, uma entidade complexa abrangendo a biosfera, a atmosfera, os oceanos e a terra; cujo conjunto consistiria em um sistema cibernético ou de retroalimentação, que busca um meio físico-químico otimizado para a vida. Na sua opinião, a vida na Terra, principalmente as ações humanas, tem uma parcela de contribuição na criação e manutenção das próprias condições de vida no planeta, como, por exemplo, na temperatura do globo. Ao alterar profundamente alguns dos ciclos biogeoquímicos mais importantes do planeta, o homem poderia provocar reações em cadeia imprevisíveis e não encontrar necessariamente seu espaço no novo equilíbrio do *Sistema Gaia*. De forma polêmica, profetizou: "Até 10 bilhões de seres humanos estaremos em *Gaia*". Esta hipótese justifica-se pelo fato da vida pertencer a uma classe de fenômenos que são sistemas abertos e contínuos capazes de diminuir a entropia interna às custas de substâncias ou energia natural retirada do meio; e posteriormente rejeitadas em uma forma decomposta. A atmosfera aparece como extensão dinâmica da própria biosfera, sendo sua atividade mantida e regulada pela vida na superfície da Terra: ela é vista como construção biológica, um prolongamento de um sistema vivo criado para manter um determinado meio envolvente. Cada vez que se altera parte do processo natural de regulação ou se introduz nova fonte de energia ou informação, aumenta-se a probabilidade de cada uma destas mudanças enfraquecer a estabilidade de todo sistema, reduzindo a variedade de resposta. Mesmo que *Gaia* seja um organismo auto-regulador, por exemplo, a devastação da floresta tropical pode diminuir sua capacidade de regulagem. A opção é clara: ou um mundo semi-desértico com população máxima ou um sistema social menos dispendioso com redução populacional. Segundo a *Hipótese Gaia*, um mundo com bilhões de pessoas somente poderá ser tolerável se houver compreensão e esclarecimento dos limites territoriais de *Gaia* para garantir a integridade das regiões vitais. Para seu autor, "o saber urbano centrou-se em relações humanas em contraste com o saber tribal natural, em que as relações com o resto do mundo animado tem cada uma o seu lugar (LOVELOCK,1989:256).

problemas referentes ao futuro da humanidade. Nesta reunião e por iniciativa do economista e industrial italiano Aurélio Peccei (1908-1994) e do escocês Alexander King, diretor de questões científicas da *Organization for Economic Co-operation and Development* – OCDE, fundou-se o *Clube de Roma*, o qual passou a se constituir em uma espécie de senado formado por especialistas comprometidos a alcançar e difundir um conhecimento real sobre os problemas econômicos e do meio ambiente, além de procurar encontrar soluções para os mesmos. Sua primeira iniciativa consistiu em encomendar a um grupo de cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, sob a direção do professor Dennis Meadows (1907-1964), a elaboração de um "modelo" das forças complexas e interdependentes que afetam a humanidade e o meio, introduzindo ao mesmo tempo uma série de variáveis que influem no crescimento econômico (FIG. 3.7).

> Este informe, encomendado pelo *Clube de Roma*, foi publicado em 1972 com o título *The limits to growth* (*Os limites do crescimento*) e ocasionou uma grande polêmica em todo o mundo. As cinco variáveis utilizadas pela equipe do MIT para construir o modelo são as seguintes: a *população*, em contínuo aumento, a *produção industrial* e a *produção agrícola*, ou seja, as possibilidades de alimentar no futuro tal população, a *poluição* e o *consumo* previsível dos recursos naturais num prazo mais ou menos longo. Apesar de o modelo ter, segundo os autores, unicamente caráter indicativo, suas conclusões são sumamente pessimistas e colocam a necessidade de renunciar á idéia de que o processo de crescimento econômico pode continuar de maneira indefinida e ilimitada (SENNET, 1979:124-5).

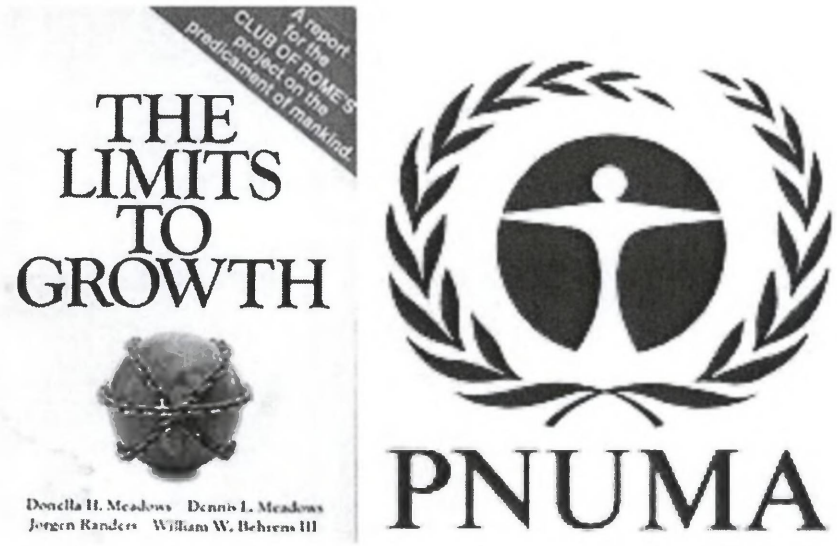


FIGURA 3.7 – À esquerda, *The limits to growth* (*Os limites do crescimento*), publicado em 1972, por Dennis Meadows (1907-1964) e equipe. À direita, logotipo do *Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente* – PNUMA, criado em 1972. (**FONTES**: ARCHITEKTUR, 2005; CHELSEA GREEN, 2005)

Embora bastante criticado por omitir, entre os fatores que determinam o crescimento, o problema das estruturas econômicas, políticas e sociais, assim como excluir qualquer alternativa econômico-política elaborada sobre bases diferentes e com outros dados, o modelo do *Clube de Roma*

abriu caminho para outros trabalhos de gênero similar, como aquele publicado em janeiro de 1972 por um grupo de cientistas britânicos na revista *The Ecologist*, intitulado *A blueprint for survival* (*Manifesto pela sobrevivência*). Este manifesto constituiu em um marco importante na tomada de consciência universal sobre a necessidade de uma transformação. Após analisar as conseqüências da destruição dos ecossistemas pelo homem, o fracasso do abastecimento dos alimentos e o esgotamento dos recursos não renováveis, advogava-se, de acordo com SENNET (1979), uma estratégia que incluía uma diminuição da destruição dos processos ecológicos, uma melhor administração dos recursos não renováveis e a criação de um novo sistema social. Apesar de ter a vantagem sobre o informe do Mit ao questionar o "modo de vida industrial" e de expor uma série de propostas, estas eram por demais limitadas, limitando-se à idéia de descentralização.

Em âmbito mundial, os diálogos entre governos em torno da questão ambiental começaram efetivamente em 1972, a partir da primeira *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Homem* – CNUMAH, realizada entre os dias 5 e 16 de junho, em Estocolmo, Suécia. Ela reuniu cerca de 1.200 delegados, pertencentes a 112 países, e mais de 3.000 observadores, acabando por fechar importantes acordos que demonstravam o despertar ecológico para os problemas mundiais. Entre estes, foi criado um secretariado especial com o fim de centralizar as ações neste campo, além de um conselho de administração dos programas sobre o meio ambiente e de um fundo de contribuições voluntárias para financiá-los. Entre suas recomendações estavam a condenação das experiências nucleares, especialmente as verificadas na atmosfera, a criação de uma rede mundial de vigilância da qualidade atmosférica; e proibições referentes à pesca da baleia e à poluição marítima.

Segundo FOLADORI (2001), a conferência de Estocolmo levou os países em desenvolvimento e os industrializados a traçarem juntos "o direito dos seres humanos a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as futuras gerações". Foi assim que se criou o *Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente* – PNUMA e, desde então, proliferaram novas iniciativas, onde o campo das preocupações puramente ecológicas estendeu-se amplamente, evoluindo-se do conceito de *eco-desenvolvimento* para o de *desenvolvimento sustentável*, surgido em meados dos anos 80 (FIG. 3.7).

Ligada à idéia daquilo que pode ser sustentado, mantido ou conservado, a palavra "sustentabilidade" pode ser entendida, em termos ecológicos, como a capacidade de um ecossistema em atender às necessidades das populações que nele vivem; ou, em termos políticos, como aquilo que limita o crescimento em função da dotação de recursos naturais, da tecnologia aplicada no uso desses recursos e do nível efetivo de bem-estar da coletividade (ALVA, 1997). Trata-se de conceitos complementares: a partir de certa capacidade "natural" de suporte, as sociedades organizadas

buscariam ampliar sua capacidade de sustentação para suprir o aumento de sua população e/ou a elevação dos níveis de consumo[47].

Isto reflete o fato de que não se pode – e nem se quer – garantir a persistência para sempre de qualquer coisa. É necessário preservar a maleabilidade do sistema, para que ele possa suportar as mudanças em seu meio. Além disso, o tema pressupõe que é preciso definir o que seja necessário – uma questão normativa – e o que seja desejável – uma questão ética. É necessário haver mecanismos legítimos de participação direta da opinião pública nas decisões coletivas e um nível razoável de consenso sobre elas, para que uma sociedade possa determinar as suas necessidades e seus desejos. Para que a sustentabilidade aconteça seria preciso que as características "necessárias e desejáveis" fossem determinadas e expressas também no âmbito da política.

> A noção de "cidade sustentável" instaura uma nova cena de enunciação, onde uma trama de múltiplos personagens e falas entrecruzadas reelabora as representações da cidade. Desencadeia-se um jogo lendário de singularização das cidades, de ligação entre seu passado, presente e futuro através de uma ordem linear, de sua transformação em um quase-personagem dotado de um corpo/território e uma alma/cultura citadina. Três procedimentos simbólicos são acionados: o de refiguração do espaço através de uma imagem que articula os campos semânticos distintos da natureza e da cidade; o da reproblematização da ação através da aplicação de uma racionalidade científica ecológica ao urbano; o da reinstituição do tempo por novas formas de duração – patrimoniais – das coisas (ACSELRAD, 2001:49).

A *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* – CMMAD, criada a partir do *Relatório Brundtland* (1987), estabeleceu, em seu famoso documento *Our common future* (*Nosso futuro comum*, 1991), que *desenvolvimento sustentável* significaria "suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações suprirem as necessidades de seu tempo". Isto significa que seria preciso incorporar no planejamento urbano não apenas fatores econômicos, mas também variáveis sócio-ambientais, considerando as conseqüências das ações em longo prazo e resultados em curto prazo

A partir da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* – CNUMAD, a ECO'92, realizada no Rio de Janeiro, reforçaram-se as iniciativas visando associar as duas questões: urbana e ambiental. Muitos eventos sucederam-se, entre os quais, a *Conferência de Direitos Humanos* (Viena, 1993), a *Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, 1994), a *Conferência sobre o Desenvolvimento Social* (Copenhague, 1995) e

---

[47] Para ROBINSON apud HELENE & BICUDO (1994), *sustentabilidade* seria "a persistência, em um futuro aparentemente indefinido, de certas características necessárias e desejáveis do sistema sócio-político e de seu meio ambiente natural". O ponto chave para o desenvolvimento contemporâneo estaria na sustentabilidade ou no "desenvolvimento sustentável", a qual asseguraria que as necessidades presentes fossem supridas, mas sem comprometer as possibilidades futuras. Isto resume o grande imperativo ético-ecológico de nossa época, pois não se contesta, hoje, a urgência de se buscar a harmonia entre o desenvolvimento social, de um lado; e o ambiente natural, de outro. Porém, como fazer essa (re)integração? Haveria como juntar coisas tão díspares – homem e natureza – , as quais foram concebidas como antagônicas pelo pensamento cartesiano, o qual fundamenta toda a nossa sociedade e o modelo de produção industrial?

a *Conferencia das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos* (Istambul, 1996). Esta última, mais conhecida como a *Cúpula das Cidades* ou HABITAT II, deu ênfase à questão urbana ambiental ao definir a sustentabilidade como princípio e os assentamentos humanos sustentáveis como objetivo mundial a ser perseguido. Refletindo o compromisso com os princípios democráticos de eqüidade e justiça social, colocou-se a necessidade de se pensar de forma global e agir de forma local, convocando todos os esforços nacionais e internacionais, a partir da união de governos e autoridades locais; junto a ONG'S, academias e empresas privadas (ROLNIK & SAULE JÚNIOR, 1996).

A ECO'92 ou *Cúpula da Terra* colocou para todo o mundo um tema atual de grande relevância, na medida em que enfatizou, em uma única e indissociável discussão, meio ambiente e desenvolvimento. Um de seus pontos mais importantes foi a aprovação da *Agenda 21*[48], na qual a questão urbana foi colocada explicitamente como uma questão ambiental a ser tratada no âmbito de uma política global juntamente com os problemas ambientais, dando ênfase ao acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias ambientalmente saudáveis, inclusive em termos concessionais e preferenciais; e o reforço da capacidade destes países em absorvê-las e utilizá-las, assim como o fortalecimento das instituições dedicadas ao meio ambiente; dos órgãos ambientais, das agências e das instituições de desenvolvimento.

Em suma, a partir do final da década de 1970, o ecologismo, segundo ACOT (1990) transcendeu o universo do movimento organizado em torno da defesa da natureza, tornando-se um modo de vida e uma visão de mundo preocupada com todos os problemas sociais. Da inicial preocupação com a conservação da natureza, o ambientalismo adquiriu novas feições, predominando, atualmente, a busca de caminhos para se chegar a uma sociedade "sustentável" a partir, entre outros, do questionamento dos valores que norteiam as relações dentro das sociedades humanas e destas com os demais elementos do ambiente. Os elementos da natureza passaram a ser denominados de "recursos naturais", tornando-se mercadorias disponibilizadas em um mercado globalizado. Como se fosse possível, o valor da natureza e de seus elementos passou a ser mediado pelo preço, o qual tende a aumentar na medida que seja mais rara a obtenção desse ou daquele componente natural.

Ao mesmo tempo, os setores da sociedade que passaram a tomar consciência dos sérios problemas da existência humana ampliaram-se nas últimas décadas do século XX. Aos conflitos advindos da sociedade industrial, já conhecidos como as questões de classes, da carência de meios e equipamentos de consumo coletivo, da diferença entre os gêneros, da falta de escolaridade, emprego ou segurança, agregaram-se os problemas ambientais, em especial a dilapidação do valor da natureza indispensável à vida de todos os seres, inclusive o homem. Hoje, a problemática ambiental perpassa

[48] A *Agenda 21*, mais que um documento, constituiu-se de uma proposta de planejamento participativo, que procuraria analisar a situação de um país, região ou município, visando planejar o futuro de forma sustentável. Para tanto, segundo BARBIERI (1997), a análise e encaminhamento de propostas devem ser feitos a partir de uma abordagem integrada e sistêmica de várias dimensões.

todas as classes e extratos sociais – inclusive não respeitando fronteiras entre países ditos desenvolvidos e outros não: é uma questão definitivamente global. Procuram-se novas tecnologias para resolver os problemas causados pelo próprio avanço tecnológico e cria-se até um novo termo, *desenvolvimento sustentável*, mas que se reveste do mesmo processo: um padrão de vida contemporâneo adequado ao pressuposto da continuidade do modo de produção industrial.

Contudo, a antiga questão da manutenção da flora e fauna continua sempre atual, inclusive reforçada pela intensificação no ritmo de extinção das espécies e pelas novas justificativas técnico-científicas sobre a importância da preservação da variedade de espécies, que é agora enfocada como a preocupação com a "conservação da biodiversidade". O que ocorre é que, tanto esta questão quanto às demais relacionadas aos aspectos sócio-ambientais que precisam ser equacionadas na moderna sociedade urbano-industrial, estão intrinsecamente ligadas, não comportando análises fragmentadas que se contraponham às abordagens e ações integradas, sistêmicas e interdisciplinares, predominantes nas tendências atuais do ambientalismo. Neste ponto, pretende-se inserir a discussão sobre as utopias ecológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ACOT, P. **História da ecologia.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 212p.

ACSELRAD, H. *Sentidos da sustentabilidade urbana.* In: In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.27-55.

ALVA, E. N. **Metrópoles (in) sustentáveis.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 152p.

ARANHA, M. L. DE A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia.** 3a. ed. São Paulo: Moderna, 2003. 439p.

ARENDT, H. **A condição humana.** 10a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 352p.

BAKUNIN, M. **Estatismo e anarquia.** São Paulo: Imaginário, 2003. 267p.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21.** Petrópolis RJ: Vozes, 1997. 156p.

BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo.** Trad. Sérgio Milliet. 10a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 312p.

BERGSON, H. **Evolução criadora.** Lisboa: Edições 70, 2001. 328p.

CANDIDO, A. Iniciação à literatura brasileira. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004. 136p.

CAPRA, F. **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1997. 256p.

_____. **La red de los problemas que hay em el mundo.** Barcelona: Integral, Col. Nueva Conciencia, 1994.

CHAUÍ, M. *Introdução.* In: **MAURICE MERLEAU-PONTY: TEXTOS ESCOLHIDOS.** São Paulo: Abril Cultural, Col. Os pensadores, 1989. 188p.

COMMONER, B. **The closing circle: nature, man and technologfy.** New York: Bantam Books, 1971. 193p.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo.** São Paulo: Martins Fontes, Col. Clássicos, 1990. 132p.

DÉLÈAGE, J. P. **História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza.** Trad. Ana Maria Novais. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

DESCAMPS, C. *Os existencialismos.* In: CHÂTELET, F. (Dir.) **História da filosofia.** 2a. ed. Lisboa: Dom Quixote: Opus Biblioteca de Filosofia, v. IV, 1995. 314p.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9a. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551p.

EHRLICH, P. R. **The population bomb.** New York: A Sierra Club: ballantine Book, 1971. 211p.

FERRY, L. **A nova ordem ecológica: a árvore, o Animal, o Homem.** Trad. Álvaro Cabral. 2a. ed. São Paulo: Ensaio, 1994. 208p.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas SP: Imprensa Oficial: Universidade de Campinas – UNICAMP, 2001. 221p.

FRACALANZA, D. C. **Crise ambiental e ensino de ecologia: o conflito na relação homem-mundo natural.** Campinas SP: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas – UNICAMP, 1992. 314p.

GARCIA, L. **Repensando profundamente a ecologia.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.projekte.org/meio ambiente99/tema03/loreley/> Acesso em: 20.jan.2005.

GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia.** São Paulo: EPU, 1989. 324p.

GIULIANI, G. M. *Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído.* In: **ENCONTRO NACIONAL DA APIPSA, XVIII.** Campina Grande PB: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, nov.1996. p.1-24.

GÓIS E SILVA, C. **Liberdade e consciência no existencialismo de Jean-Paul Sartre.** Londrina PR: EdUEL, 1997. 135p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 5a. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 148p.

GUERRA, A. T. **Recursos naturais do Brasil.** 3a. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 220p.

GUTELMAN, M. **Estructuras y reformas agrarias.** Barcelona: Fontamara, 1981. 338p.

HEIDEGGER, M. **Introdução à metafísica.** São Paulo:Instituto Piaget, 1997. 228p.

_____. **Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão.** São Paulo: Forense Universitária, 2003. 432p.

HUNNEX, M. D. **Filósofos e correntes filosóficas em gráficos e diagramas.** Trad. Alderi de Souza Matos. São Paulo: Vida, 2003. 133p.

HELENE, M. E. M.; BICUDO, M.B. **Sociedades sustentáveis.** São Paulo: Scipione, Cenário Mundial, 1994. 227p.

KIERKEGAARD, S. **É preciso duvidar de tudo.** São Paulo: Martins Fontes, Col. Breves Encontros, 2003. 134p.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é ecologia.** 9a. ed. São Paulo: Brasiliense, Col. P. Passos, n. 16, 1989. 108p.

LANA, P. **O que é ecologia?** Curitiba: Artigo apresentado na disciplina *Fundamentos e Teorias das Ciências da Natureza* (MA-719), Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2003.

LAPORTE, A. M. A.; VOLPE, N. V. **Existencialismo: uma reflexão antropológica e política a partir de Heidegger e Sartre.** Curitiba: Juruá, 2000. 134p.

LOVELOCK, J. E. **Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra.** Rio de Janeiro: Edições 70, Col. Universo da Ciência, 1989. 168p.

MAGEE, B. **História da filosofia.** São Paulo: Livraria Civilização, 1999. 237p.

MARIN, R. R. **Realismo y naturalismo: la novela del siglo XIX.** Madrid: Anaya, Col. Biblioteca Básica – Série Literatura, 1991. 96p.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Trad. Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2001. 203p.

MATURANA, H.; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos: autopoiese – a organização do vivo.** 3a. ed. Trad. Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: ArtMed, 2002. 142p.

_____. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** Trad. Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Palas Athena, 2001. 283p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, Col. Obra Prima de cada Autor – Série Ouro, 2001. 208p.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 6a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, Col. Pensamento Crítico, 1991. 138p.

MENDES, M. I. B. DE S. **Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação.** [*On line*] Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/gt17/Tr07> > Acesso em: 24.jul.1005.

MERLEAU-PONTY, M. **A natureza: Curso do Collège de France.** Trad, Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 452p.

_____. **Fenomenologia da percepção.** Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 662p.

_____. **O primado da percepção e suas conseqüências filosóficas.** Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas SP: Papirus, 1990. 96p.

_____. **O visível e o invisível.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 40, 2003. 271p.

MINC, C. **Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades.** 3a. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1987. 103p.

MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2002. 479p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis RJ: Vozes, Col. Psicologia Social, 2003.

NASH, R. F. **The rights of nature: a history of environmental ethics.** Wisconsin: University of Wisconsin Press, Col. History of American Thought and Culture, 1990. 259p.

MELLO NETO, C. **O anarquismo experimental de Giovanni Rossi: de Poggio al Mare à Colônia Cecília.** Ponta Grossa PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 1998.

NIETZSCHE, F. **A Gaia ciência.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NÓBREGA, T. P. **Para uma teoria da corporeidade: um diálogo com Merleau-Ponty e o pensamento complexo.** Piracicaba SP: Tese de Doutorado em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, 1999.

NOVO-VILLAVERDE, M. **Educacion ambiental.** Madrid: Anaya, 1988.

OBIOLS, J. M. **Crise energética e recursos naturais.** Rio de Janeiro: Salvat, 1980. 143p.

OLIVER, M. **História ilustrada da filosofia.** Barueri SP: Manole, 1998. 192p.

PORRIT, J.; WINNER, D. **The coming of the greens.** London: Fontana: Collins, 1988. 579p.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: do romantismo até nossos dias.** São Paulo: Paulus, Col. Filosofia, v. III, 1991. 1114p.

RIBEIRO JUNIOR, J. **Introdução ao existencialismo.** Campinas SP: EdCamp, 2003. 113p.

_____. **Introdução à fenomenologia.** Campinas SP: EdCamp, 2003. 96p.

RICOUER, P. **História e verdade.** Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense, 1968. 340p.

ROBINSON , D.; GROVES, J. **Filosofia para principiantes.** Lisboa: Dom Quixote, 1999. 175p.

ROLNIK, R.; SAULE JÚNIOR, N. *Habitat II: assentamentos humanos como tema global.* In: BONDUKI, N. (Org.) **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996. p.13-17.

ROSSET, C. **A anti-natureza: elementos para uma filosofia trágica.** Trad. Getúlio Puell. Rio de Janeiro: Espaço & tempo, 1989. 324p.

SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo.* Trad. Rita Correia Guedes. In: **COLEÇÃO OS PENSADORES.** 3a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987.p.1-32.

_____. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica.** 12a. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2003. 782p.

_____. **Verdade e existência.** Trad. Marcos Bagno. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990. 128p.

_____. **Vida e pensamentos.** São Paulo: Martin Claret, 1998. 144p.

SENNET, J. **A poluição.** Rio de Janeiro: Salvat, 1979.144p.

SERRES, M. **O contrato natural.** Rio de Janeiro: Instituto Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade, 1994. 196p.

SHELDRAKE, R. **O renascimento da natureza: o reflorescimento da ciência e de Deus.** Trad. Maria de Lourdes Eichenberger e Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 1991. 238p.

SIQUEIRA, T. C. B. *A construção da intersubjetividade em Merleau-Ponty.* In: **REVISTA EDUCATIVA.** Goiânia: Departamento de Educação, Universidade Católica de Goiânia – UCG, v. V, n. 1, jan./jun.2002. p.119-34

SKIBBERG, G. *Marxisme et ecologie.* In : **REVISTE L'ESPIRIT.** Paris : n. 11, 1974. p.21-77.

STRATHERN, P. **Heidegger em 90 minutos.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 77p.

_____. **Kierkegaard em 90 minutos.** Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 84p.

_____. **Nietzsche em 90 minutos.** Trad. Maria Helena Geordane. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 69p.

SIMONNET, D. **L'ecologisme : que sais-je ?** Paris: PUF, 1979. 128p.

TROYAT, H. Flaubert. São Paulo: Aguilar, Col. Aguilar Maior, 1990. 400p.

UNGER, N. M. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade.** São Paulo: Loyola, 1991. 94p.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia.** São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1994. 269p.

VIOLA, E. J. *O movimento ecológico no Brasil (1974 a 1986): do ambientalismo à ecopolítica.* In: **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 1, n. 3, 1987. p.5-26.

VON ZUBEN, N. A. *Fenomenologia e existência: uma leitura de Merleau-Ponty.* In: **TEMAS FUNDAMENTAIS DE FENOMENOLOGIA.** São Paulo: Moraes, 1984. p.55-68

WALTER, N. **Do anarquismo.** São Paulo: Imaginário, Col. Escritos anarquistas, v. 13, 2000. 88p.

WERTHEIMER, M. **Gestaltismo.** [*On line*] Disponível em: <http://www.gestaltheory.net/pubs/gestaltismo.html> Acesso em: 12.nov.2004.

FONTES DE ILUSTRAÇÕES

ARCHITEKTUR. Disponível em: <http://www.architektur.tu-darmstadt.de/upload/powerhouse_paper_image/590/abb.00_grenzen_d_wachstums.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

ARTSHOLE. Disponível em: <http://www.artshole.co.uk/garethsouthwell.htm> Disponível em: 31.out.2005.

ATHRO. Disponível em: <http://www.athro.com/evo/haeckel.jpg> Acesso em: 31.out.2005.

BMANUEL. Disponível em: <http://www.bmanuel.org/courses/corling2-0.html> Acesso em: 31.out.2005.

CHELSEA GREEN. Disponível em: <http://www.chelseagreen.com/images/1tgauthors1972.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

ENCARTA. Disponível em: <http://images.encarta.msn.com/xrefmedia/sharemed/targets/images/pho/t014/T014602A.jpg> Acesso em: 10.mar.2005.

HAS-VCU. Disponível em: <http://www.has.vcu.edu/psy/psy101/forsyth/sp/sp13.jpg> Acesso em: 31.out.2005.

MUNDOFREE. Disponível em: <http://www.mundofree.com/aurora_boreal/kierkegaard_caricatura.gif> Acesso em: 31.out.2005.

PHILO. Disponível em: <http://philo.zm3.net/pictures/sartre2.jpg> Acesso em: 31.out.2005.

POSTER-UND-KUNSTDRUCKE. Disponível em: <http://www.poster-und-kunstdrucke.de/images/product-pics/artist/coubert/coubert_portrait_de_pierre.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

TRILHAS DA CULTURA. Disponível em: <http://www.trilhasdacultura.com.br/imm/sartre/etre_neant.jpg> Acesso em: 31.out.2005.

4

UTOPIAS

4.1 PRESSUPOSTOS DO UTOPISMO

Durante muito tempo, os urbanistas cultivaram a ilusão de que seriam capazes de criar uma nova versão terrena do paraíso celeste; uma cidade perfeita, na qual o conhecimento e a técnica deveriam ser aplicados ao desenho e planejamento urbanos de modo a produzir milagres. Contudo, tal ilusão não resistiu ao ataque corrosivo da realidade cotidiana e, hoje em dia, sabe-se que não existe um modelo ideal; ou que existem milhares de possíveis cidades ideais, de acordo com os sonhos e aspirações de cada um. Mesmo assim, na história, inúmeras teorias urbanas foram formuladas, as quais estabeleciam a idéia da natureza envolta ao mito de cidade ideal. Pode-se dizer que

> o tema sobre a natureza tem configurado recorrente paradigma na construção de teorias urbanísticas, através de sua história. Reintegrar o homem urbanizado à sua condição natural, mesmo que no domínio do imaginário, do paradoxo e do artifício, constitui-se em constante busca teórica e se reflete nas formas propostas e tantas vezes reproduzidas do espaço urbano [...] Porém, a reflexão e conceituação sobre o tema e a idéia da natureza no mundo contemporâneo precisam ser melhor apreendidos pelos estudiosos do urbanismo, do ponto de vista da sua construção filosófica e histórica (VICENTINI & RIZEK, 1998:2).

Embora o termo "utopia" somente tenha surgido no Renascimento[1], seus pressupostos já estavam presentes no seio da humanidade desde seus primórdios, uma vez que, segundo COELHO NETO (1985), a imaginação utópica é uma função própria e constante do homem. Projeção do consciente, esta luta pela materialização de um desejo, tornando-se um projeto que o ser humano antecipa e parte em busca de sua consecução. Para esse autor, o conceito de utopismo não se trata de uma componente da estrutura psíquica do ser humano, "cuja existência e aparecimento tenham sido provocados por circunstâncias desta ou daquela época, por características insatisfatórias ou de uma ou outra ocasião do passado" (p.14). Ao contrário, seria inerente ao homem, estando sempre presente tanto nas sociedades primitivas, ditas "a-históricas", como no pensamento religioso das mais antigas sociedades históricas.

São incontáveis os trabalhos que versam sobre a utopia, cujo significado acabou se ampliando e diversificando no decorrer dos tempos. Na linguagem cotidiana, o termo relaciona-se, na maioria das vezes, à fantasia, quimera ou projeto cuja realização seria impossível. Neste sentido, a história do pensamento social fornece muitos exemplos de doutrinas que receberam a alcunha de

---

[1] A palavra "utopia" foi utilizada pela primeira vez em 1516, quando o inglês Thomas Morus (1478-1535) – também conhecido como Thomas More – publicou seu livro em latim, no qual relatava a vida melhor levada pelos habitantes de uma ilha situada em algum lugar, a ilha da Utopia, de *ou-topos*, o "não-lugar"; lugar nenhum ou nenhures. Em seu *Livreto deveras precioso e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a ilha da Utopia até hoje desconhecida*, More descrevia uma ilha, na qual os homens viveriam felizes consigo mesmos e senhores de seu destino, encontrada pelo viajante português Rafael Hythlodaeus em uma de suas viagens. O Estado estaria fundado no socialismo econômico e na tolerância religiosa, acolhendo a todos, independentemente das crenças, com exceção daqueles que não acreditavam em Deus ou na imortalidade da alma, para More, não dignos de viver em um Estado perfeito. Considera-se aquela data a partir da qual que o conceito de utopismo foi teoricamente cunhado (SZACKI, 1972; COELHO NETO, 1985; LA CROIX, 1996).

"utópicas" por se mostrarem impraticáveis e irrealistas dentro das condições concretas de sua época. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que a qualificação de algo como utópico ou não depende em muitos casos da imaginação sociológica e tecnológica de quem fala, do tempo daquele momento, pois algo que pode parecer improvável agora, tornar-se-ia possível no próximo ou distante futuro.

> [...] Com freqüência não é o caso de que um certo projeto seja absolutamente irrealizável, mas sim que a maioria das pessoas ainda não é capaz de propor-se a sua realização, ou ainda que, de fato, o projeto seja impossível no momento,, embora venha a ser possível amanhã ou depois (SZACKI, 1972:5).

Por isso, muitos autores – como MANNHEIM (1986) – convenceram-se de que o traço fundamental da utopia é o de ser uma "antecipação", enquanto que outros subdividiram a questão acrescentando à expressão "impossível de ser realizada" os complementos "nem agora, nem nunca", para alguns casos; e "como um todo", para outros. Contudo, esta forma de interpretação baseada somente na perspectiva histórica possui certas limitações: mesmo que seja verdadeira para a utopia científica ou tecnológica, não se aplica à história política e social. Nenhum projeto de transformação da realidade foi realizado na sua totalidade nem segundo todas as intenções de seus criadores. E se se enfatiza não o todo de um programa político, mas somente seus elementos fundamentais, constata-se que as grandes utopias de todos os tempos não foram absolutamente impossíveis de realização.

De acordo com SZACKI (1972), a palavra "utopia" também costuma ser aplicada a qualquer visão de uma sociedade melhor sem que se leve em consideração a questão da chance que tem de ser realizada. Utopias, nesse sentido, seriam todos os sistemas baseados em uma oposição frente às relações atualmente existentes e na proposição de outras mais adequadas às necessidades humanas fundamentais. A utopia seria sinônimo de ideal moral e social; e utópico seria todo aquele que percebe o mal e busca meios de curá-lo. Apesar dessa concepção desviar-nos da especulação do que pode ou não ser realizado, o autor considera-a insatisfatória, já que torna "utopista" todo indivíduo que pensa e não um indivíduo que pensa de uma determinada maneira. Se fosse assim, o problema da utopia não seria diferente dos problemas das ideologias sociais como tais.

Diante disso, alguns autores introduzem correções na definição de utopia como um "ideal". Utópico não seria mais aquele pensador que aspira a uma sociedade igualitária, mas o que projeta em detalhes a organização de uma tal sociedade. "A utopia seria o sonho feito em sistema; o ideal construído em forma de doutrina" (p.9). Outros, por sua vez, chamam de utópicos somente os sistemas de pensamento originários de invenção puramente intelectual, desligados do movimento vivo das massas e das experiências reais da luta revolucionária. A utopia seria o ideal que resulta de uma pura especulação, construído em um escritório, oposto ao "mito", que nasce da própria vida, organiza a experiência do coletivo e alimenta a energia da revolução. Já MANNHEIM (1986) discorda, pois reserva o título de utopias justamente àqueles ideais sociais – a que chama de "pensamento

progressivo" em detrimento ao "conservador" – , que anunciam movimentos de massa futuros e que podem vir a ser realizados por eles, em oposição às denominadas "ideologias", estas condenadas a pertencer eternamente ao domínio da ficção.

Para esse autor, a maior parte das integrações que o pensamento progressivo admite face aos fatos particulares emanam da utopia racional e conduzem a uma visão estrutural da totalidade que existe e há de vir a existir. Embora a ideologia também possa se orientar para objetos que são estranhos à realidade e que transcendem a existência atual, nem por isso deixa de contribuir para a consolidação de uma ordem existente. Em qualquer período histórico, houve idéias que se constituíram em ideologias mais ajustadas àquela época, na medida que estavam harmoniosa e organicamente mais integradas na visão prevalecente e não sugeriam possibilidades revolucionárias. Uma idéia somente se torna utópica quando tende a romper os laços da ordem existente, pois a utopia concebe-se como tendência em si irrealizável, capaz de romper as fronteiras da realidade "para deixá-la livre para se desenvolver na direção da ordem sucessiva" (p.210).

Conforme MANNHEIM (1986), os ideólogos constituem apenas uma "classe de cultos" que funcionam como "pensadores da justificação", já que seu ofício tende unicamente para a consolidação do existente, tal como ele é. Pelo contrário, para o pensamento progressivo, o significado último de cada coisa singular advém-lhe exclusivamente de qualquer coisa que esteja à sua frente ou acima dela, de uma "utopia do futuro" ou de uma norma acima do ser, enquanto no pensamento conservador, a significação do particular é deduzida de qualquer coisa que está atrás dela, do passado ou daquilo pré-existe pelo menos em embrião. Utopia não é mais que "transcendência" do hoje em direção ao amanhã.

Para TAFURI (1997), a contradição existente no pensamento de Karl Mannheim (1893-1947) – a utopia como modelo inteiramente inserido na dinâmica real dos processos político-econômicos; e seu caráter de antecipação experimental projetada no futuro – está em consonância com o clima de todo trabalho intelectual de vanguarda dos primórdios do século XX. Para ele, assim como para Max Weber (1864-1920), a crítica da ideologia é um dos fatores dinâmicos do desenvolvimento e; do mesmo modo que pensava John M. Keynes (1883-1946), a única realidade individualizável é a "dinâmica do desenvolvimento".

> A *utopia* de Mannheim [...] é prefiguração de modelos finais e globais, no sentido da realidade dada. A "crítica ao pensamento conservador" torna-se portanto uma necessidade, um instrumento destinado a libertar o funcionamento dinâmico do sistema. A ruptura constante do equilíbrio só poderá converter-se numa "política científica", anti-ideológica, numa solução racional dos conflitos gerados pelo próprio desenvolvimento, depois de ter reconhecido a inerência daqueles conflitos ao processo dialético do real (TAFURI, 1997:43).

Paralelamente, a utopia também possui traços semelhantes aos de um experimento científico, pois um pensador utópico realiza uma experiência mental a fim de clarificar as conseqüências de determinada hipótese. Como um cientista ou sociólogo, ele constrói um "tipo ideal" de um certo fenômeno, apresentando características dele que na prática nunca ocorreriam juntas e em tal intensidade, mas que são especialmente importantes para a sua compreensão. Tais "experiências mentais" são fundamentais quando não é possível isolar artificialmente os elementos específicos a fim de se estudar sua significação relativa. Mesmo quando não se trata de uma descrição detalhada da sociedade ideal, é possível encontrar diversas considerações sobre os resultados da introdução ou eliminação desta ou daquela instituição em alguns modelos utópicos, como o do Conde de Saint-Simon[2]. Análoga à ciência, a utopia consiste em um esforço sempre renovado de conhecer o mundo por experiências mentais que ainda não podem ser testadas na realidade.

Qualquer uma dessas concepções de utopia – como fantasia, ideal ou experimento – não deve ser vista necessariamente como exclusiva, já que todas abordam o problema de um ângulo diverso para melhor compreendê-lo. Porém, em todo caso, há sempre uma profunda dissonância entre a utopia e a realidade, pois o utopista não aceita o mundo que encontra; não se satisfaz com as possibilidades atualmente existentes; e sonha, antecipa, projeta, experimenta. Seja na forma de lendas e crenças que apontam para um lugar melhor, onde seria possível encontrar a felicidade ou, pelo menos, uma vida melhor; seja através da utopia política, na qual se almeja um novo arranjo da sociedade, firmado em novas estruturas sociais, a utopia manteve-se como forte fonte de inspiração para toda a humanidade. Ela surge sempre quando na consciência nasce uma ruptura entre o que é e o que deveria ser; entre o mundo que é e o mundo que pode ser pensado; uma alternativa.

Conforme SZACKI (1972), a possibilidade da utopia é dada juntamente com a necessidade de escolha, pois não haveria utopia se não houvesse alguma opção a fazer. Além do mais, como alternativa a utopia é sempre em relação à totalidade da ordem humana. "O desacordo dos utopistas com o mundo existente é um total" (p.13). Não há utopia sem ideal, mas sua configuração requer sempre uma posição definida do ideal em relação à realidade. Pressupõe-se uma relação de oposição, de não-interpretação, de rompimento de continuidade. Não é utopista aquele que pensa em

[2] Claude Henri de Rouvroy (1760- 1825), o Conde de Saint-Simon, é considerado um dos principais teóricos do socialismo utópico. Para ele, o avanço da ciência determinaria a mudança político-social, além da moral e da religião, considerando que, no futuro, a sociedade seria formada somente por cientistas e industriais. Quando descreveu esta nova sociedade, em seus escritos entre 1807 e 1821, imaginou uma imensa fábrica, na qual a exploração do homem pelo homem seria substituída por uma administração coletiva. A propriedade privada não caberia mais nesse novo sistema industrial. Seu modelo porém mantinha a idéia de uma sociedade hierarquizada, onde no topo estariam os diretores da indústria e produção, engenheiros, artistas e cientistas; e, mais abaixo, os trabalhadores responsáveis pela execução dos projetos feitos pelos inventores e diretores. Ele foi o primeiro a perceber que o conflito de classes estava relacionado com a economia e que seria nas mãos dos trabalhadores que o futuro seria construído, embora devendo guiado por alguém. Ademais, Saint-Simon tinha uma concepção anti-igualitária e antidemocrática, em se tratando do seu aspecto religioso, pois falava que todos os homens deveriam ter os mesmos princípios. Por isto, o "novo cristianismo" substituiria o "cristianismo degenerado", que teria como imperativo a justiça social, pois o núcleo deveria se consolidar no que seria a fraternidade do homem, resultando em um mundo de homens livres (RICOEUR, 1991).

transformar a realidade – este é um "reformador" –, mas aquele que deseja substituir uma realidade absolutamente má por outra absolutamente boa; é mais um "revolucionário".

> O reformista aceita o mundo velho como base para o novo, vê nele somente uma outra fase ou outra configuração da mesma ordem. No fundo do peito alimenta alguma utopia, mas não se identifica a ela. O seu elemento é o compromisso, ou seja, justamente aquilo que o utopista rejeita uma vez por todas [...] Mais próximo do pensamento utópico é sem dúvida o revolucionário que luta para destruir as relações dominantes e construir novas no lugar (SZACKI, 1972:15).

É difícil classificar as idéias utópicas; ou aquelas que desempenharam um papel de utopia através da história, primeiro devido a própria quantidade, depois graças à diversidade de enfoques. Como princípio de classificação, por exemplo, pode partir da constatação de que toda utopia – quando se lança para um futuro longínquo, ou quando busca o ideal em um passado desaparecido –, sempre leva consigo a marca do tempo e do lugar de nascimento. Ela é resposta não só a perguntas eternas sobre a condição humana, mas também a questões de sociedade históricas particulares.

Desse modo, é possível analisar as utopias a partir da época em que elas apareceram, embora isto, na opinião de SZACKI (1972), teria a dificuldade equivalente ao estudo sobre a história do pensamento humano. De qualquer forma, certos motivos do pensamento utópico mostrariam impressionante constância, acompanhando fielmente a humanidade de praticamente o início dos tempos históricos até o mundo de hoje. Outro princípio ordenador das utopias poderia ser a correspondência delas com as classes sociais que as originaram e apoiaram, pois, na maioria dos casos, relacionam-se aos interesses e aspirações desta ou daquela classe, camada ou grupo dentro da sociedade. Embora expoentes confessos dos interesses de toda a humanidade sofredora, os utopistas sempre tenderam suas idéias aos desejos e sonhos de certos grupos sociais, tanto de aristocratas, burocratas ou tecnocratas, como de burgueses, proletários ou camponeses.

As utopias podem ser também classificadas segundo o aspecto da realidade privilegiado pelos seus pensadores. Exemplificando, há muitas utopias onde a questão central é a abolição da propriedade privada, como no caso das comunistas ou socialistas. Outras se concentram no problema da transformação radical – ou mesmo extinção – do Estado. Enquanto algumas acentuam a questão da ciência ou da universalização do conhecimento; outras ligam a felicidade humana à questão da liberdade plena dos indivíduos. Não faltam também aquelas fascinadas sobretudo pelas possibilidades criadas pelas inovações técnicas. Pode-se ainda distinguir as utopias *reacionárias* das *progressistas*: aquelas que afastam as massas da luta revolucionária; e as que as estimulam para a luta social. Por fim, em função do lugar em que buscam o ideal, as utopias podem ser classificadas em *retrospectivas* e *prospectivas*: umas vêem o ideal em um passado mais ou menos distante, aprofundando-se em nostalgia; enquanto outras se projetam para o futuro em direção a um ápice otimista.

SZACKI (1972) propõe uma classificação do pensamento utópico que se aproxima aos objetivos do presente estudo, diferenciando *utopias escapistas* e *heróicas*. As primeiras relacionar-se-iam aos sonhos por um mundo melhor que não incluem um comando de luta por aquele mundo, sendo geralmente cunhadas por indivíduos bem integrados à sua sociedade e que fazem de tudo o que ela deles exige. Diz-se o que é o bem, mas não se diz como alcançá-lo. Já as utopias heróicas seriam os sonhos ligados a um programa e a um comando à ação. Tal ação pode ser tanto revolucionária como de abandono do mundo em uma comunidade alternativa ou mesmo na criação artística. Neste caso, a utopia envolve sempre o indivíduo e não só a sua imaginação. Age-se, e não somente imagina-se.

Entre as utopias escapistas, conforme o autor, existem basicamente três grupos reconhecidamente de fuga da realidade: as *utopias de lugar* ou *espaço*, nas quais se fala da terra onde os homens vivem felizes, um local que não pode ser encontrado em nenhum mapa ou não passa de uma versão idealizada de países conhecidos, ou melhor, "pouco" conhecidos; as *utopias de tempo*, nas quais se estabelecem "ilhas" em um tempo que se desconhece ou que não se conhece muito bem, um tempo utópico em que o passado e o futuro são desprovidos de toda comunicação com o presente, sendo simplesmente opostos a ele[3]; e as *utopias da ordem eterna*, as quais se localizam além da esfera da existência terrena do homem, cujo modelo utópico é projetado além do tempo e do espaço, relacionando-se com valores eternos, tais como Deus, Natureza, Razão, a "ordem universal", etc.

Já as utopias heróicas diferenciam-se segundo o tipo de ação a que se referem, a qual pode visar a criação de um ou outro núcleo de bondade dentro da sociedade dominada pelo mal; ou ter o objetivo de transformação geral da sociedade, que é má, em boa. No primeiro caso, estariam as *utopias monásticas*, nas quais um pequeno grupo de pessoas resolve-se fechar desta ou daquela forma a fim de proteger os valores que julgam supremos. Aproximando-se de certo modo dos escapistas, defendem a fuga da realidade a partir da criação de comunidades voltadas exclusivamente para si mesmas, dedicadas ao aperfeiçoamento dos poucos escolhidos. Isolam-se da sociedade exterior em uma separação que pode ser tanto espacial como espiritual[4].

---

[3] Isto pode ser exemplificado através da idéia do paraíso bíblico; do "Século de Ouro" dos antigos; dos "bons tempos passados" dos conservadores de diversas épocas; do "Reino de Deus" na terra que há de vir quando os dias se cumprirem; dos diversos "fins da história"; ou ainda das datas escolhidas arbitrariamente, como o livro *Année 2440* (1761), de Louis-Sebástien Mercier (1740-1814), quando surgem sociedades ideais. Mercier descrevia um mundo muito diferente do que se vivia até então em Paris. Nele, a paz reinava entre as nações; o luxo e a inimizade entre as classes sociais haviam desaparecido; e a Bastilha era a residência da Deusa da Misericórdia. A religião tinha sido libertada do fanatismo e a literatura despojada de frivolidades. Os próprios condenados aspiravam pela morte; e os carrascos vertiam lágrimas no momento da execução, guardando luto pelos que morriam em suas mãos (SZACKI, 1972).

[4] A separação espacial pode ser exemplificada através de um convento ou uma colônia de sectários religiosos que se isolam do mundo exterior. Já os estóicos encerraram-se em sua interioridade para buscar conforto na filosofia. Nos séculos XVII e XVIIII, teve prestígio a idéia da "república das letras", isto é, uma comunidade de intelectuais que implicava muito mais do que uma simples comunidade de companheiros da mesma profissão. Paralelamente, muitos poetas românticos opuseram ao mundo corrompido a esfera da arte, na qual os valores do espírito que eram deturpados pela sociedade pudessem ser vividos de forma autêntica. No século XIX, surgiram inúmeras "uniões de amigos", onde se procurava a encarnação de valores não realizáveis na escala da sociedade geral. O "monastério" não muda o mundo, mas cria nele uma ilha (SZACKI, 1972).

Em segundo lugar, viriam as *utopias políticas*, as quais nascem de indivíduos ou grupos que decidem transformar a sociedade desde os seus fundamentos. Ela pode assumir inúmeras formas concretas, mas sempre mostra uma tendência obstinada para forçar a realidade ingrata a submeter-se ao ideal.

Na tentativa de construir uma *teoria axiomática das utopias*, FRIEDMAN (1977) chegou a três pontos fundamentais: as utopias nasceriam de uma insatisfação coletiva; elas suporiam a existência de um "remédio"; uma técnica ou uma mudança de conduta que possibilitasse eliminar a causa da insatisfação em prol de uma situação melhor; e elas tornar-se-iam realizáveis – transformando-se em "projetos" – somente com o consentimento coletivo. Caso o "remédio" ou técnica busque eliminar a causa da situação insatisfatória, tratar-se-ia de uma *utopia positiva* – a maioria das utopias científicas e sociais modernas –; caso permita a apreciação dessa situação, estimando-a como desejável ou satisfatória, deparar-se-ia como uma *utopia negativa*, típica em alguns ideais utópicos religiosos e morais.

Ao constatar certa duração ou lapso de tempo entre os três momentos descritos pelos axiomas – o estágio da insatisfação, o da invenção de uma técnica aplicável; e o da aprovação dessa aplicação –, a autora enunciou o que denominou *leis de deslocamento*. A primeira lei das utopias referir-se-ia ao "deslocamento" entre a insatisfação (1° axioma) e a técnica aplicável (2° axioma); e a segunda ao "deslocamento" entre a técnica aplicável (2° axioma) e o consentimento necessário para a aplicação desta técnica (3° axioma). Tais leis, segundo ela, implicariam no fato de que uma utopia nunca pode ser vista como invenção de uma só pessoa, mas como fruto do coletivo; e que se transforma continuamente, através de pequenas contribuições individuais, durante os períodos dos dois "deslocamentos".

> Si las utopías literarias más conocidas, desde Platón a nuestros días, se han quedado en utopías propiamente dichas (y no han sido utopías realizables), ello se debió a que no eran más que creaciones literarias de un solo individuo, y no la obra lentamente elaborada y asimilada por una cadena de individuos que la consentían (FRIEDMAN, 1977:16).

Partido da reflexão de que para uma utopia tornar-se "realizável" necessita partir de uma insatisfação coletiva (1° axioma) e chegar a um consentimento coletivo (3° axioma), resta-nos questionar até que ponto as suas origens pertencem ou não a essa coletividade. Ou, em outra palavras, se o "técnico-autor-do-projeto" do segundo axioma faz parte ou não desse coletivo. Caso negativo, está-se diante de uma *utopia paternalista*, na qual um indivíduo ou grupo benevolente e exterior intenta impor uma via, da sua própria autoria, a uma coletividade que este indivíduo (ou grupo) considera como desgraçada. Neste caso, o conhecimento da "técnica" aplicável corresponde a alguns indivíduos auto-definidos como "elite". Ao contrário, em uma *utopia não-paternalista*, aquele que a

concebe pertence a própria coletividade, na qual idênticos conhecimentos são possuídos ou difundidos para todos e por todos; e conseqüentemente os três axiomas concernem a toda coletividade.

É importante destacar que nem tudo que vem proposto pela imaginação utópica acaba favorecendo o desenvolvimento de uma vida melhor. Segundo COELHO NETO (1985), quando a Razão - ou a consciência racional – predomina sobre o sentimento ou a consciência da intuição (*insight*) durante as escolhas do utopismo, em sua visão do mundo, seus projetos podem resultar extremamente desastrosos. Em sua vontade de ordenar a sociedade e racionalizar a vida, a utopia pode acabar cerceando a liberdade dos indivíduos, seu poder criativo ou mesmo crítico. Torna-se ditadura, o que destrói a tolerância, a contestação e as diferenças. Quando se propõe a estudar a utopia, é fundamental se impor dois novos conceitos, espécies de gêneros diversos: a *eutopia* – ou o "lugar bom" – e a *distopia* – ou o "lugar mau". Se, por um lado, os ideais utópicos visam criar um mundo melhor, mais harmonioso e próximo da perfeição, representado pelos espaços arquitetônicos inspirados em aspirações políticas, religiosas e ideológicas, podem também possuir um lado distópico, castrador e de perfil assustador, muito bem exemplificado pelas idealizações fascistas e nazistas, que se fundamentavam na disciplina, no controle e em um pretenso "bem comum"[5].

De acordo com LA CROIX (1996), a utopia é necessária, já que nos faz pensar e querer o mundo, sendo, em suma, um convite à filosofia. Ela significa antes de tudo a negação do fato, o afastamento do que é dado; a revolta ou a crítica, cuja lição fundamental seria de que a liberdade humana aspira a que a Razão seja prática por si mesma. Sua essência é a harmonia, em uma sistematicidade que não é um fim em si, mas que somente vale para fazer ser os princípios racionais da *Humanitas*: da utopia pode-se concluir o homem.

> O tempo das utopias não acabou? A época é de duro realismo, para não dizer desesperança. Os povos parecem não ter mais projetos grandiosos, que são até mesmo rejeitados. Além disso, ninguém ou quase ninguém mais escreve utopia, descrevendo de maneira romanesca uma cidade feliz, de harmonia e justiça, que possa funcionar como horizonte. Em seu lugar aparecem as antiutopias, que mostram um mundo frio, desumano, robotizado, em suma um mundo em que é absolutamente impossível viver, como conseqüência necessária de um domínio absoluto do devir humano. Decididamente, querer a perfeição numa sociedade terrestre parece hoje uma aberração que só pode levar à catástrofe [...] Não ver na utopia, de maneira certamente cômoda, senão sonho, ilusão ou quimera; reduzi-la à condição de ideal talvez sedutor mas irrealizável é mais do que totalmente inexato: é arriscar-se a perder radicalmente o espírito da utopia. Trata-se com efeito, antes de mais nada, de uma questão de alteridade em certo olhar sobre o ser, de uma questão de felicidade e liberdade (LA CROIX, 1996:21).

[5] Várias análises buscam explicar isso, como a do filósofo britânico de origem austríaca Karl Popper (1902-1994), que aponta para o fato das utopias serem resultado de uma vontade subjetiva ou desejo individual incapaz de levar em conta as reais necessidades e desejos das pessoas às quais os projetos utópicos se destinariam. Contudo, é possível ainda encontrar outras causas dessas distorções (ROWE, 1999).

Se, por um lado, as utopias podem ser consideradas como sintomas da crise de uma dada organização social, por outro lado, podem ser vistas como sinal de que no seu interior existem forças capazes de saltar além dela, embora ainda não estejam conscientes de como fazê-lo. Para SZACKI (1972), a utopia é uma "consciência falsa" no sentido em que a oposição entre diferentes formas de vida social parece-lhe ser uma oposição absoluta entre o bem e o mal, a justiça e a injustiça. Graças a esta mistificação, ela torna-se capaz de oferecer aos homens um ponto de apoio em meio à confusão, o qual não pode mais ser encontrado na esfera das relações reais, despertando a força coletiva que tem por fim destruir a ordem dominante. O significado histórico das utopias depende da medida em que são capazes de contribuir para que a consciência social se convença do caráter problemático da ordem existente e da necessidade de realização de escolha entre ela e alguma outra. "Sem utopia não há progresso, movimento, ação" (p.130).

> Enquanto o homem está submerso na situação histórica, não percebe às vezes nem os defeitos e faltas de um regime político ou econômico determinado; e isto por causa do hábito, como se diz tolamente, mas porque concebe o regime dado na plenitude do seu ser e não é sequer capaz de imaginar que ele poderia ser diferente. É necessário portanto inverter a opinião corrente e reconhecer que o peso da situação e o sofrimento imposto por ela não constituem ainda motivos suficientes para que se imagine um outro estado de coisas mais auspicioso para todos. Ao contrário, é somente quando um outro estado de coisas pode ser imaginado que uma nova luz cai sobre os nossos sofrimentos e dificuldades, somente então chegamos a conclusão de que elas são insuportáveis (SARTRE apud SZACKI, 1972:130).

O projeto utópico que pode ser considerado o primeiro cronologicamente a se apresentar no ocidente sob a forma de um sistema, ordenado e extensivo, foi o de Platão (427-347 a.C.), formulado no século IV a.C. e alicerçado em três de suas obras: *A República*, que descrevia a *Cidade dos Homens*, a *polis* ideal; *As Leis*, onde se retratava uma sociedade sob o império da Lei, mais do que uma sociedade ideal; e *Crítias*, um diálogo inacabado em que se fez menção à Atlântida. Em um período que Atenas atravessava momentos críticos[6], o filósofo grego imaginou um Estado ideal baseado na justiça. Levando em conta a realidade completa dos Estados, a cidade justa seria aquela cuja unidade se devia ao fato de que cada um cumpriria a tarefa que lhe fosse própria, com a virtude conveniente, sem usurpar as funções dos outros: os governantes governariam com sabedoria, os guardiães guardariam a cidade com coragem e o povo produziria, dando com sua obediência o testemunho da temperança comum a todas as classes da cidade. Platão não oferecia a descrição de uma cidade ideal realizada imaginariamente ou a visão de um país com seus costumes e seus habitantes no exercício de atividades concretas; mas situava seu tema no plano dos princípios, ou seja, analisava teórica e filosoficamente o que seria uma cidade justa – o que não poderia ser diferente, já que sua doutrina recusava identificar ser e existência, ou seja, "entes" e "existentes" (LA CROIX, 1996).

---

[6] Basicamente, a época em que A *República* foi escrita pode ser caracterizada pelos grandes estragos que a corrupção provocava no governo ateniense, após o término da gloriosa era de Péricles (c.495-429 a.C.) e Esparta ter vencido Atenas após uma longa guerra. Ao mesmo tempo, em 399 a.C., o mais nobre dos atenienses e mestre de Platão, Sócrates (470-399 a.C.), foi obrigado a suicidar-se.

Para Platão, o Estado justo seria dirigido por governantes sábios, defendido por valentes guerreiros, e composto pela maioria de cidadãos – agricultores e artesãos – de costumes moderados, onde os interesses da coletividade deveriam sobrepor-se aos individuais. Enquanto a vida dos habitantes seria mais idílica, dividida entre o trabalho e o desfrute dos bens, a dos soldados seria muito austera, a semelhança dos espartanos, dedicando toda sua vida a se preparar para se tornarem governantes e guerreiros, através de exercícios de ginástica, além do estudo da música e da filosofia. Os mais sábios e prudentes tornar-se-iam logo quem governa. Entre estes, não haveria propriedade privada para que não existisse a ganância em possuir riquezas que corrompem; um comunismo de bens que também se aplicava a mulheres e filhos, os quais seriam comuns a todos os homens.A mulher gozaria de uma melhor situação, semelhante à do homem, ainda que dedicada a tarefas mais simples e rápidas; e os filhos seriam educados pela comunidade, a fim de liberar as mulheres dessa tarefa. Finalmente, para evitar o nascimento de crianças fisicamente imperfeitas, "os melhores de ambos os sexos se uniriam com a maior freqüência possível e em menor grau os piores".

Conforme CARANDELL (1974), o Estado utópico de Platão era comunista em todos os sentidos, baseado na Razão e estruturado hierarquicamente, com governantes que comandavam, mas que levavam uma vida austera e sábia; e com cidadãos que obedeciam, porém vivendo felizes. Era um modelo perfeito, segundo SZACKI (1972), que guardava uma relação estreita com o ensino platônico sobre as "idéias", sendo assim uma utopia de ordem eterna, pois colocava a visão de um ideal além do tempo e do espaço. Para ele, além do mundo dos fenômenos, existia um mundo das idéias puras do Bem e da Justiça eternos. Contudo, Platão também falou da vida feliz nos tempos da legendária Atlântida que foi submergida pelo mar. Para COELHO NETO (1985), ele materializava ali sua versão pessoal de um dos sonhos mais antigos do homem, situado na base da imaginação utópica: o de habitar uma cidade perfeita, esta pensada como o espaço por excelência da dimensão humana.

De acordo com LA CROIX (1996), *A República* de Platão foi propriamente um texto filosófico, que se realizava ao introduzir o "Lugar do Inteligível" ao *Topos noetos*. Rompendo com a tradição dos "físicos" de Mileto, no século VI a.C., os quais procuravam saber o que eram as coisas – o seu "ser" –, naquilo de que toda coisa existente não passava de uma modificação, ou seja, na "matéria" de todas as coisas (Ver CAPÍTULO 2), Platão tomou de Parmênides (c. 515-450 a.C.) a concepção de que "um ser é um ser enquanto é o que é". O que é do ser é somente o que ele é, como o Igual em si ou o Belo em si; e pode ser *logos*, razão de ser de uma multiplicidade de coisas existentes.

Para Platão, o ser é a *ousia*, o que se pode traduzir por "essência", entendendo por este termo ao mesmo tempo *o que é* a coisa e que ela *é* verdadeiramente. Enquanto a realidade sensível é o que existe e que não pertence ao ser, o Ser é idéia, o que constitui, para ele, a "verdade dos entes". As Idéias *são*, não *existem*. E, ao se reduzir o ser à essencialidade, diferentes "graus de ser" em relação á pureza da essência podem ser distinguidos: "ser" de fato é "ser verdadeiramente"; e as coisas

sensíveis, que "existem", são mais ou menos. Tanto mais as cidades que só "são" na medida em que são verdadeiras cidades, isto é, cidades justas. Em sua utopia, o Bem é causa de inteligibilidade, ao mesmo tempo em que é causa da essência (*ousia*) e do ser (*einai*), transcendendo ele próprio a essência como origem das determinações do ser, como ser puro que nada pode determinar.

> Platão busca as condições de uma cidade justa fora de qualquer apresentação que erigisse empiricamente em modelo tal ou qual exemplo, em vez das próprias idéias [...] O mundo não é segundo as Idéias. Mas deveria ser. E é por isso que é totalmente legítimo tomar as Idéias como "arquétipos" e se guiar por elas "para aproximar sempre mais a constituição legal dos homens da maior perfeição possível" [...] No mundo da corrupção, do fluxo incessante e irracional das coisas, do Indeterminado, do Devir, o Ser não pode ser completamente enquanto ser e a verdadeira cidade não pode existir plenamente. É por isso que não se de esperar que o filósofo-governante possa jamais trazer á existência, de maneira perfeita, a cidade ideal. Trata-se, no máximo, para Platão, de descobrir "como se poderia estabelecer um Estado bem próximo de nosso ideal" (LA CROIX, 1996:51-2).

Enquanto na cidade das *Leis*, Platão descrevia uma sociedade radiosa, na *República*, expôs como funcionava. No centro da cidade, reinava uma acrópole, da qual partiriam 12 raios que dividiriam a cidade em 12 porções. As ruas seriam retas, as praças redondas; e todas as casas se assemelhariam: bem diferente da Atenas real; um verdadeiro labirinto de ruas tortuosas e sujas.

A cidade das *Leis* era geométrica, como a de Hipódamos de Mileto[7]; uma colméia cujos alvéolos seriam ocupados pelos habitantes. As diversões seriam raras – música e dança – e qualquer inovação proibida. Os poetas, esses sonhadores sujos e imprevisíveis, seriam banidos. Comer-se-ia em refeitórios; e os serviços do Estado seriam impecavelmente mantidos: não haveria indivíduos, mas "cidadãos". Aos mendigos, aos vagabundos e aos celibatários, não haveria nenhum direito à cidadania. Platão tinha por objetivo submeter a *alma* à ordem da *cidade* e a *cidade* à ordem do *cosmos*, o "bem-ordenado": funcionando matematicamente, a cidade auto-dirigida reproduzia infalivelmente a mesma figura do cosmos que não precisa de alguém que o governe. Queria proteger a sociedade dos desastrosos caprichos da "natureza sublunar"; dos sangrentos horrores da história.

> Platão é um higienista frenético. Sonha com uma sociedade transparente de cidadãos sem paixão, sem imaginação – uma sombria coleção de "homens sem qualidade" [...] Seu inimigo é o "orgânico", que [quer] substituir pela "organização". Por isso, um de seus alvos prediletos é a família. Essa família será o grande dilema, o martírio e o naufrágio dos utopistas. Nela fervilham o visceral, o primitivo, o obscuro, o orgânico [...] Consciente de que a família colocará perpetuamente em xeque o Estado absoluto, prefere aniquilá-la (LAPOUGE, 1991:12-4).

---

[7] No século V a.C., Hipódamos vivia em Mileto, situada na Jônia, região no litoral asiático do mar Egeu, onde floresceu uma elegante civilização que, entretanto, foi destruída pelo rei da Pérsia, Dario I (550-486 a.C.). A cidade de Mileto, localizada entre Halicarnasso e Éfeso, desapareceu em 494 a.C. e Hipódamos teve a oportunidade de projetar uma cidade inteira para 10.000 habitantes dividida em três classes: uma de artesãos, outra de agricultores e a terceira de uma milícia armada. Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), em *Politeia* (*Política*, séc. XIV a.C.), Hipódamos inventou o traçado geométrico das cidades, podendo ser considerado o primeiro utopista da história, já que pretendia retificar e quase abolir a natureza, forjando um molde no qual podia fluir "uma sociedade ordenada, igualitária, limpa, comunitária e racional" (LAPOUGE, 1991:12).

Cerca de um século antes de Platão, o filósofo chinês Lao-Tsé (c.570-490 a.C.), autor do *Livro do Caminho e da Virtude*, criou a doutrina conhecida como taoísmo. Ele ensinou que todo o mal do mundo resultava do abandono de *tao* (caminho, virtude), ou seja, a ordem universal do mundo; o direito universal que governa a natureza e a moral. Para ele, ser moral seria viver de acordo com *tao*, o qual, quando abandonado, fazia a justiça desaparecer. Lao-Tsé definia a utopia de um Estado pequeno com um povo pouco numeroso, no qual, mesmo que existissem dezenas e centenas de instrumentos, estes permanecessem sem uso; mesmo que houvesse muitos barcos e carros, que ninguém neles viajasse; e ainda que tivessem armaduras e armas, que ninguém lutasse. Dizia que os homens deviam voltar a tecer nós e fazer uso deles; que a comida fosse doce e as vestimentas lindas; que as casas tivessem paz e que a vida diária fosse feliz; que os Estados vizinhos se ajudassem mutuamente e que seus habitantes vivessem até a velhice e a morte sem saírem do seu lugar.

A importância desse tipo de utopia, seja do ensino de Platão sobre o Estado perfeito, seja da idéia de ordem universal do taoísmo, está no fato de ter fornecido as bases filosóficas para muitas utopias, em especial aquelas que constroem modelos fictícios da sociedade ideal. Tais modelos correspondem de modo geral a alguma concepção sobre as necessidades permanentes da natureza humana; ou sobre as exigências permanentes de uma organização social racional, concepção que funciona na consciência ou no inconsciente do utopista. Logo, a visão de um ideal colocado além do tempo e do espaço aparece não raramente nas utopias de tempo e de lugar (SZACKI, 1972).

A filosofia estóica surgiu no declínio do mundo grego e promoveu uma grande influência no pensamento romano, assim como em todo o desenvolvimento posterior do pensamento social. Os estóicos acreditavam que o mundo era governado por uma Lei que possibilitava ordem e harmonia. De acordo com esta Lei, todos eram iguais, embora se diferenciassem por costumes e condições sociais, tais como escravos e homens livres, ricos e pobres, civilizados e bárbaros. A partir desta escola, apareceu a idéia de uma fraternidade universal e uma República do mundo construída com base na Razão. Porém, não foi o radicalismo social, no sentido comum da expressão, que garantiu a importância do estoicismo. Ao contrário, aconselhava-se com freqüência a resignação diante da sorte, a satisfação com a sabedoria e a virtude que seriam as propriedades exclusivas do sábio afastado do mundo.

O estóico Iambulo, no século I a.C., descreveu sete "ilhas afortunadas", embora estas se escorassem mesmo no infortúnio: "quem for parar em suas costas, só pensará em cair no mar e fugir!", dizia. A população de cada ilha seria dividida em grupos de 400 indivíduos, sendo a procriação regida pelo Estado, assim como a educação, com o intuito de garantir a igualdade física a todas as crianças. Todos os cidadãos se pareceriam e facilmente seriam confundidos uns com os outros. A igualdade intelectual e moral seria assegurada por horários de trabalhos monótonos e repetitivos (LAPOUGE, 1991).

Segundo SZACKI (1972), a fertilidade do estoicismo resultou da proposta de uma filosofia cujo elemento essencial era a diferenciação entre o homem como tal e o homem de um Estado concreto: entre a Razão universal e as opiniões particulares das pessoas; entre a lei eterna do mundo e as leis mutáveis de países individuais. Tendo isto como base, discípulos do estoicismo formularam a doutrina de dois tipos de direito: o *direito natural*, ao qual são submetidos todos os homens enquanto membros da espécie humana; e o *direito positivo*, que governa as pessoas enquanto membros de Estados, sociedades e nações particulares.

Com motivos semelhantes aos estóicos, o pensamento cristão assimilou a noção do direito natural, dando-lhe uma conotação teísta e, na medida em que se tornou religião dominante, interpretou-o em termos cada vez mais conservadores. Contudo, o cristianismo criou também sua utopia da ordem eterna. Apesar das divisões existentes na terra, seria possível a verdadeira comunidade em Deus. Diante de sua face, desapareceriam as desigualdades entre os homens, ou seja, posições, riquezas, talentos ou privilégios perderiam sua significação. Com o tempo, a tradição cristã acabaria por sancionar a ordem terrena; e o princípio de igualdade diante de Deus serviria como cobertura para a desigualdade de fato, da mesma maneira que a idéia burguesa de igualdade perante a lei. Entretanto, este princípio viria a ser o ponto de partida para muitas utopias monásticas, no interior das quais os valores verdadeiros, desconhecidos pelo mundo exterior, seriam realizados.

Foram muitos os utopistas que buscaram no cristianismo dos primeiros tempos uma inspiração para o *paraíso terrestre* – o Reino de Deus na Terra –, no qual a justiça e a igualdade haveriam de ser realizadas e o mal presente haveria de ser destruído. Santo Agostinho (354-430 d.C.), com sua *De civitate Dei* (*Cidade de Deus*, 413/27), escrita na época em que os bárbaros se apoderavam de Roma e acabaram com seu Império, propôs uma utopia ou sociedade perfeita, esta baseada nos princípios cristãos do amor a Deus, desprezo de si mesmo e comunhão ideal dos bons. Para ele, a propriedade privada era o princípio de todos os males, recomendando, pelo menos para os sacerdotes, a comunhão dos bens, pois, segundo o próprio: "o desaparecimento da propriedade aumenta a caridade".

Durante muitos séculos, os mais obscuros da Idade Média, conforme CARANDELL (1974), desapareceram as idéias utópicas, ainda que se conservasse a memória das profecias religiosas de Israel[8] assim como outras antiutópicas, centradas na figura do Anticristo ou em torno de Gog e Magog, segundo os quais o mundo seria destruído em um futuro próximo, antes da chegada de um enviado de Deus que instaurasse o reino celestial neste mundo. Tais profecias contraditórias fizeram

[8] No *Antigo Testamento*, aparecem vários profetas que, atacando duramente os ricos, a corrupção dos governantes e a injustiça, propuseram modelos de sociedade mais moderados e santos. Amós, Oséias e, sobretudo, Isaías condenavam quem abusava do poder; e vaticinavam que nos tempos futuros estabelecer-se-ia o Reino de Deus na Terra. Deste modo, as nações "converterão suas espadas em arados e suas lanças em foices" (Isaías, II, 4); reinará a alegria e desaparecerá a dor: "Se alegrará o deserto e florescerá como lírio" e "a terra seca mudar-se-á em estanque e a sedenta em fontes de água" (*Ibid*, XXXV, 1-7).

com que surgissem, no fim do período medieval, em momentos de desespero devido à fome, às epidemias, às guerras e às invasões de mongóis e turcos, inumeráveis utopias de cunho popular ou religioso (FIG. 4.1).

> El pueblo oprimido creía em la existencia de un lugar más o menos imaginario y actual donde se desconocía el sufrimiento y el que los placeres se hallaban al alcance de la mano. En España se denominó a este país, *Cucaña*; en Francia, *Cocagne*, y en Gran Bretaña, *Cokaigne*. En Alemania se le denominaba *Schlaraffenland* (país de Jaula), *Pomona* (país de las manzanas) y *Venusberg* (monte de Venus), y en toda Europa se hablaba también de *El país de los gandules*, *El país de los niños*, el *Paraíso de los pobres*, la *Montaña de azúcar*, y, tras el descubrimiento de América, de *Fauja* (por la región peruana de este nombre, célebre por sus riquezas y buen clima) o de *Hy Brazil* (CARANDELL, 1974:34-5).

FIGURA 4.1 – *O jardim das delícias* (detalhe), de Hieronymus Bosch (1450-1516), entre 1485 e 1505: Museo Del Prado, Madrid – Espanha. (**FONTE**: CARANDELL, 1974)

Diferentemente do *paraíso terrestre*, situado ao Leste e de caráter espiritual e primitivo, esses paraísos ocidentais apresentavam uma abundância material semelhante ao que gozavam os ricos europeus, com árvores carregadas dos alimentos mais saborosos, rios de mel e de vinho ou leite, moradias luxuosas e mulheres belíssimas, entre outras coisas[9].

[9] Quase todas as religiões possuem o mito do "paraíso perdido". Muitos dos elementos centrais da narração bíblica já eram conhecidos pelos antigos sumerianos na forma de uma lenda sobre um puro, luminoso e santo país divino onde não existiria a morte nem a doença. O poeta Hesíodo da Beócia dos séculos VII e VI a.C. falava do século de ouro que precedeu o seu triste século de prata. Platão (427-347 a.C.), por sua vez, falou da vida feliz nos tempos da legendária Atlântida; e poetas gregos e romanos descreveram os encantos da desaparecida Arcádia, habitada por pastores livres de angústias (SZACKI, 1972).

O pintor Pieter Brueghel (1525-1569) descreveu este mundo em sua tela *Das schlaraffenland* (*O paraíso*, 1569): a montanha de manteiga, a casa com telhado de pastéis, o leitão assado que corre com o garfo preso ao ventre e os camponeses deitados na relva com a boca aberta, esperando que passe algum destes e outros jantares (FIG. 4.2). Muitos contos populares relembravam aquele paraíso de felicidade, de paz e de justiça social, consistindo em utopias populares que continham fortes críticas contra a estrutura injusta da sociedade européia.

FIGURA 4.2 – *O paraíso* (detalhe), Pieter Brueghel (1525-1569), em 1569.
(**FONTE**: MEDICINE PLOS JOURNAL, 2005)

Na Idade Média, segundo CARANDELL (1974), vários reformadores e revolucionários, entre os quais o teólogo John Wycliffe (1328-1384), intentaram restaurar o primitivo mundo comunitarista que, segundo a tradição – inspirada no mito de Horácio, segundo o qual a humanidade teria vivido antigamente como uma comunidade feliz em estado natural –, era mais apropriado aos homens. Wycliffe foi o proponente inicial da reforma da Igreja Católica Romana, iniciando a primeira tradução da Bíblia para o inglês numa edição completa. Ao final do século XV, o monge dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498) estabeleceu em Florença um sistema de governo sacerdotal de caráter igualitário inspirado nos mais puros princípios éticos do cristianismo, defendendo com ardor a supressão do vício e a entrega à caridade em prol de um poder voltado aos pobres, baseado no amor e solidariedade. Contudo, as forças reacionárias destituíram-no e fizeram-no queimar na fogueira em 1498.

4.2 DO IDEAL RENASCENTISTA À CIDADE DA ILUSTRAÇÃO

O desaparecimento do feudalismo e da economia exclusivamente baseada na propriedade da terra, assim como a emancipação dos servos, o surgimento da classe burguesa, a formação das cidades e, finalmente, o descobrimento da América, entre outros fatos, favoreceram o nascimento de novas utopias, inclusive a criação de comunidades onde seria abolida toda propriedade e até mesmo suprimidas a monogamia e a paternidade. A descoberta do Novo Mundo em 1492 permitiu que muitos grupos utopistas se transladassem para o "paraíso ocidental", de modo a implementarem uma vida conforme suas idéias, assim como ofereceu numerosos exemplos de vida idílica entre as diversas tribos indígenas encontradas.

Apareceu mais forte do que nunca o mito da *Idade do Ouro*; do *paraíso terrestre* que parecia realizar-se no Peru, na Califórnia e em outras paisagens naturalmente riquíssimas da América. Explodiram as utopias de lugar, nas quais se descreviam locais inexistentes, mas possíveis ao longo da fronteira que dividia o mundo conhecido do desconhecido[10]. Estabelece-se um forte vínculo entre a utopia espacial clássica e a literatura de viagens; e os utopistas tornaram-se, em regra, homens bastante intelectualizados que aproveitaram conscientemente as atrações e sugestões dos escritos dos viajantes com o fim de apresentar idéias que, de outra forma, não poderiam se comunicar com um público tão amplo (SZACKI,1972).

> A Quimera, figura de alhures, é certamente utopista pelo fato de que através dela se percebe o processo de destruição/reconstrução que leva de um mundo real a um outro mundo real (suposto): o ser fantástico mostra que o real atual é ordem relativa que uma desordem poderia transformar em outra ordem. Mas Utopia não é uma Quimera: ela é (imaginariamente) o tempo do processo, ou seja, uma nova realidade cuja essência aparece diretamente na existência [...] Há pois aqui uma ruptura com as representações fantásticas das Terras Desconhecidas propostas na Idade Média e que, à sua maneira, estimularam o espírito de descobrimento das grandes navegações (LA CROIX, 1992:65).

Foi a partir da Renascença que a imagem do verde vinculou-se definitivamente às preocupações sociais por um ambiente urbano de qualidade, incorporando elementos naturais como a arborização e a água no cotidiano das cidades. No século XVI, por exemplo, o inglês Thomas Morus (1478-1535), através de sua obra fundamental, *Utopia* (1516), propunha a idealização de 54 cidades (*civitas*), descrevendo, na principal delas, Aircastle ou Amaurota, a presença da água delimitando-a, com florescentes jardins e o cinturão do campo.

---

[10] A literatura de viagens dos séculos XVI e XVII aproximou-se com freqüência da fantasia, a qual se misturou com verdades que eram descobertas por homens criados no mundo fechado da Idade Média e que se estremeciam diante da estranheza do que viam. E aos poucos os utopistas passaram a se fixar em regiões geograficamente mais bem definidas onde descobriram um certo ideal: o ideal da vida em concordância com a natureza. De fantasia povoada por monstros e lendas de terras distantes, a utopia transformou-se em idealização, chegando no século XVIII na completa apologia do "bom selvagem", ou seja, daqueles que viviam felizes, virtuosos e nobres, sem dor e em contato contínuo com o mundo natural.

> A cidade de Amaurota fica na encosta de um monte de inclinação suave e tem forma quase quadrangular. Começa pouco abaixo do cume do monte e prolonga-se pelo espaço de duas milhas até o rio Anidro [...] É rodeada por uma alta e espessa muralha de pedra, enxameada de torres e fortes. Um fosso seco, profundo e largo, cheio de sebes e silvados, rodeia por três lados a muralha da cidade. O quarto lado ter por fosso o próprio rio [...] A agricultura é a arte comum a todos os utopianos, homens e mulheres, e a atividade em que todos são igualmente peritos e haveis (MORE, 2004:56-8).

De motivações essencialmente econômicas, o trabalho de Morus possuía indubitavelmente raízes platônicas, defendendo a propriedade coletiva e a prática agrícola. Tendo observado que a Inglaterra havia se convertido em um país de mercadores e de empresas privadas; e, sendo um homem rico favorável ao progresso, mas também um idealista cristão partidário do comunismo religioso e do resgate de uma sociedade simples e natural, descrevia a ilha imaginária de *Utopia*[11] – a qual não poderia ser encontrada em nenhum mapa – como um lugar em que reinava a justiça e o bem-estar. Com cerca de 30 km de comprimento por 3 km de largura, teria o governo presidido por um príncipe e seria habitada por pessoas que dividiriam o dia em três partes: oito horas para dormir, dez para o ócio e seis para o trabalho, algumas vezes no campo, outras no comércio; ou ainda em algum ofício especializado. O reduzido período de trabalho justificava-se pelo fato de todos produzirem e também por haver uma abundância de produtos, os quais seriam perfeitamente distribuídos[12].

Tendo sido projetada por Utopos, o qual foi um de seus primeiros governantes, de acordo com MANGUEL & GUADALUPI (2003), Utopia seria formada por casas de sílex, pedra ou tijolo, sendo seus tetos feitos por um tipo espacial de cimento, extremamente barato, resistente ao fogo e ao mau tempo com "mais eficiência do que o chumbo" (FIG. 4.3). A maioria das janelas seria vitrificada, sendo as que não o fossem protegidas por telas de linho tratadas com âmbar para transformá-las mais transparentes e herméticas. As casas serias alugadas por sorteio e redistribuídas a cada dez anos. Os cidadãos sentir-se-iam muito orgulhosos de seus jardins, onde plantavam frutos e videiras, além de flores. Todos seriam exímios jardineiros, isto porque simplesmente gostavam de jardinagem, mas também em parte porque participavam de competições de melhor jardim da rua.

---

[11] É interessante observar como, na Renascença, Morus forjou a partir do grego, esse neologismo. À primeira vista, a palavra parece clara: como *topos* significa "lugar" e *u* é uma forma negativa, "utopia" designa aquilo que "não se encontra em lugar nenhum". Pela lógica, porém, ele deveria ter empregado o *a* privativo, que é de rigor nesses casos ("anormal", "átomo", "afônico", etc.). Para FONTIER (1991), haveria duas razões para isso ter ocorrido. Primeiro porque a palavra *atopia* já existia em grego, para designar o que era extraordinário, novo, estranho, e até extravagante ou absurdo – o que não se aplicava à utopia imaginada por Morus. Depois porque, ao começar a palavra com um advérbio negativo ("não"), Morus realçou deliberadamente que esse lugar por ele descrito não existia em parte alguma, nunca existiu e jamais existirá. "Pobre de quem desejar *aplicar* à realidade o que não passa de uma diretriz do pensamento, de um método para compreender e pesquisar a verdade!" (p.15).

[12] Em *Utopia*, o dinheiro seria desnecessário e cada família ocuparia uma bela casa com jardim, durante dez anos, logo após passando para outra por sorteio. A alimentação ocorreria em refeitórios comunitários, sendo preparada pelos administradores e mulheres; e a educação seria uma combinação de ensinamentos práticos de agricultura, de aritmética e de geometria (CARANDELL, 1974).

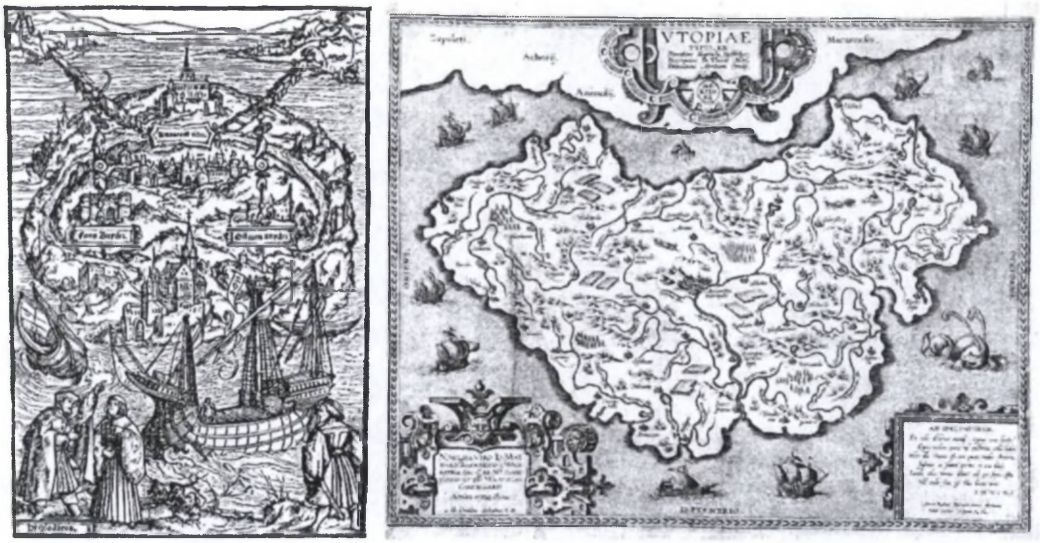


FIGURA 4.3 – *Mapas de Utopia* (1516/18), de Thomas Morus (1478-1535).
(**FONTE**: CHAOS CAFÉ, 2005)

> No campo encontram-se, a intervalos regulares, casas que proporcionam tudo o que é necessário para cultivar a terra. Cada uma pode acomodar quarenta adultos, mais dois escravos que pertencem à casa [...] Todos os anos, vinte camponeses são substituídos por vinte citadinos, que são treinados pelos que ficaram. Normalmente, passam-se apenas dois anos no campo, mas muitas pessoas pedem e obtêm permissão para ficar mais tempo. Durante a estada, os trabalhadores agrícolas são responsáveis pelo cultivo da terra, pela criação dos animais e pelo cuidados das florestas [...] Além da agricultura, todos os utopianos aprendem desde cedo uma ocupação especial: tecelagem, fiação, alvenaria, ferraria ou carpintaria. Como todo mundo usa o mesmo estilo de roupa, não há alfaiates nem modistas, o que libera um grande número de pessoas para tarefas mais produtivas [...] O trabalho é a base da sociedade utópica: homens e mulheres trabalham e, numa cidade média, menos de quinhentas pessoas são isentas do trabalho, por razões especiais (MANGUEL & GUADALUPI, 2003:445).

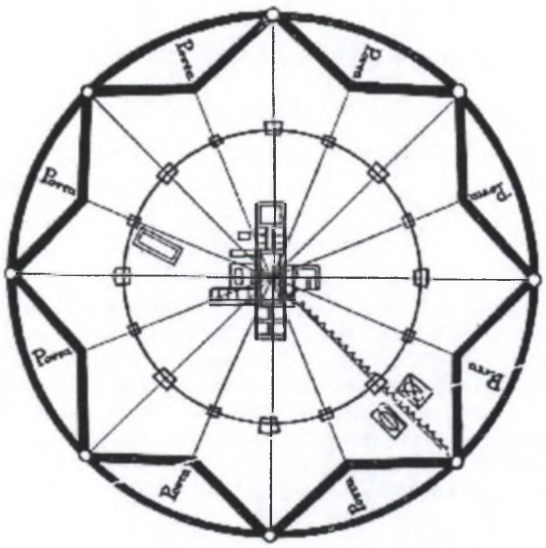


FIGURA 4.4 – Planta da cidade ideal de *Sforzinda* (1460), da autoria de Filarete (1400-1469).
(**FONTE**: ROSENAU, 1988)

Essa busca pela *cidade ideal* já tinha sido antecipada pelo projeto de *Sforzinda*, em 1460, realizado por Filarete (1400-1469); uma utopia de lugar que já apresentava a forma circular como a preferida pelos ideais utopistas, de bases cósmica e metafísica, por analogia à esfera da criação divina, sem começo nem fim (FIG. 4.4). O círculo passava a significar a redenção da sociedade, um emblema da perfeição, do equilíbrio e da eternidade; e também daquilo que é "natural". Sua forma constitui-se na preferida dos arquitetos renascentistas, como Leon Battista Alberti (1404-1472) – tanto em propostas urbanas como de edifícios –, além de surgir em praticamente todos os projetos utópicos de cidades, como por exemplo, no de *Palma Nova*, criada por Vincenzo Scamozzi (1552-1616), a primeira cidade ideal que ser levada na prática por volta de 1593 (FIGS. 4.5 e 4.6). A cidade circular tornava-se uma exemplificação das leis da natureza, frente à cidade medieval que passava a ser considerada não-natural e "decadente" (ROSENAU, 1988).

FIGURA 4.5 – Esquema da cidade ideal de *Palma Nova* (1593), criada por Vincenzo Scamozzi (1552-1616). (**FONTE**: ROSENAU, 1988)

De acordo com MORENO (2002), não foi por acaso que o homem renascentista sonhava de forma obsessiva com a cidade ideal, pois, em contraponto ao empirismo da Idade Média – caracterizado por plantas desordenadas e edifícios amontoados ao longo de ruas estreitas e tortuosas – a cidade da Renascença adotou a forma racional, perspectivamente definida e retificada, coerente com a estética do período. As plantas das cidades contemplavam ruas de ângulos retos, sólidos geométricos, quarteirões em forma de polígonos e estrelas, em suma, sua existência era configurada em módulos aritméticos.

> Si la ciudad medieval podía ser vista como contrapartida de Babilonia, casi como ilustración de los efectos del pecado original, la versión humanista de la Nueva Jerusalén podía ser experimentada perfectamente como símbolo de la humanidad regenerada, o como restauración de los destrozos del tiempo (ROWE, 1999:199).

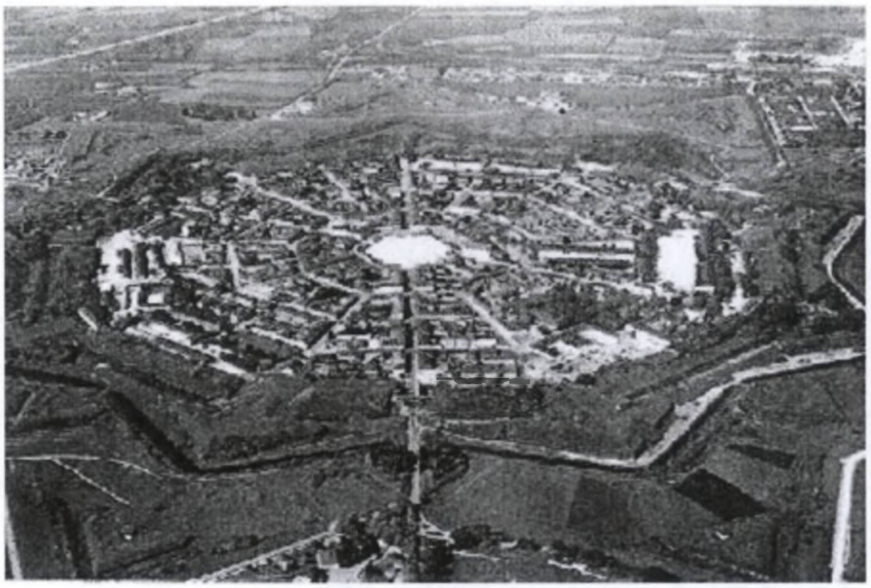


FIGURA 4.6 – *Vista aérea de Palma Nova:* Cidade ideal construída por Vincenzo Scamozzi por volta de 1593.
(**FONTE:** DIMI UNIUD, 2005)

A *cidade ideal* dos séculos XV e XVI tinha seu traçado assentado em critérios puramente racionais e geométricos, baseando-se no princípio de que sua forma arquitetônica e urbana devia corresponder à configuração do seu arranjo político e social, sendo concebida como uma invenção ao mesmo tempo artística e política. Conforme GUIMARÃES (2004), foram vários os planos criados nesse período, os quais se caracterizavam pelo perímetro da cidade ter formato de estrela ortogonal, em que havia uma distinção entre áreas administrativas – como o palácio do príncipe e a catedral – e as áreas funcionais – como armazéns, lojas e similares. Já o traçado das ruas podia ser concêntrico ou ortogonal, sendo especial atenção dada à relação entre o arranjo interno e o muro fortificado.

> O ideal manifesto era o "Renascimento da Roma antiga", onde cada edifício era concebido como um elemento integrante de um contexto urbano, isto é, como parte de uma composição maior, por sua vez subordinada às normas de simetria, perspectiva e proporção (ARGAN apud GUIMARÃES, 2004:51).

Ao mesmo tempo em que os tratados urbanísticos eram também verdadeiros tratados de política, pregando a necessidade das cidades serem construídas conforme a Razão e a medida dos homens, paradoxalmente, faziam alusão à vida mais livre e harmoniosa. Retomando livremente conceitos aristotélicos, os textos de Alberti explicam muito do tratadismo da cidade renascentista, apresentando a arquitetura como a "arte das artes", unificadora e rainha de todas as demais. Igualmente influentes foram os escritos deixados por Marcus Vitruvius Pollio (c. 90-20 a.C.), cuja obra, "descoberta" em 1412 e impressa em 1521, passou a influenciar todos os arquitetos da Renascença, tornando-se um verdadeiro texto sagrado àqueles que queriam basear seus projetos na antiguidade clássica.

Para Vitrúvio, a cidade ideal teria planta octogonal e seria rodeada de muralhas, por motivos não somente defensivos, como também meteorológicos, já que visava protegê-la dos ventos predominantes. De sua interpretação, nasceram as soluções urbanas utópicas de todo o Renascimento, com plantas poligonais dentro das quais se situavam quarteirões em trama ou dispostos em radiais, como aquela proposta por Buonaiutto Lorini (1540-1611), publicada em Veneza, em *Delle fortificatione: libri cinque* (*Da fortificação: livro cinco*, 1592). Já em termos estritamente construtivos, arquitetos como Filippo Brunelleschi (1377-1446), em Florença; e Donato Bramante (1444-1514), em Roma, acabaram por adotar a perspectiva como elemento-chave de suas composições, de bases nitidamente utópicas. Francesco di Giorgio (1439-1501) – a quem foi atribuída a autoria da *Prospettiva di una piazza* (c.1470), juntamente com Luciano Laurana (1420-1479) e Piero della Francesca (1422-1492) – e Leonardo Da Vinci (1452-1519) seguiram, em parte, o mesmo caminho, enquanto Michelangelo (1475-1564) e Andrea Palladio (1508-1580) podem ser mais considerados como "arquitetos-escultores", uma vez que adotaram "uma linha arquitetônica que valorizava mais os elementos decorativos e ornamentais que a criação de espaços" (MORENO, 2002:33).

Com a Reforma na Alemanha e o fato de várias repúblicas do norte da Itália usufruírem a liberdade, idéias igualitárias acabaram se espalhando e vários textos utópicos passaram a ser publicados no decorrer século XVI, tais como *I mondi i gli inferni* (1552), de Anton F. Doni (1513-1574) e *La città felice* (1553), de Francesco Patrizi (1529-1597). A utopia urbana de Tommaso Campanella (1568-1639), expressa através de *Civitas solis: La Città del Sole* (1602), reorganizava as idéias de Platão e Morus; e propunha uma cidade utópica baseada em um racionalismo que excluía a idéia de progresso, congelando o nível de vida e a satisfação pessoal envolvida pelo trabalho e pela religião[13] (FIG. 4.7). Escrita quando o autor encontrava-se preso por ordem da Inquisição, a obra divide-se em duas partes: na primeira, um almirante genovês explica sua visita a Taprobana, a *Cidade do Sol*, que se situaria no Ceilão; e depois, discute-se cada ponto dos aspectos principais da parte anterior.

Em sua proposta, conforme COELHO (1989), a coesão social aparecia simbolizada pela indiferenciação do lugar em que cada um viveria. Havia a separação entre os locais de trabalho e moradia; e um plano reticulado permitia que todos "se dirigissem ao seu objetivo sem ter de se desviar". Sua composição espacial baseava-se em vários anéis de muralhas defensivas, entre as quais se situavam os templos luxuosos do Governo. De praças quadradas ou circulares, irradiavam-se avenidas largas e retas, cuja simetria e variedade – ou mesmo o calçamento em pedra ou mármore –

[13] Como católico, Campanella almejava uma República universal inspirada na Igreja e dirigida pela Espanha; e como filósofo platônico pensava que o homem pudesse descobrir em seu interior as idéias inatas, postas por Deus, como revelação natural distinta da revelação das Escrituras sagradas. Isto o fez propor uma cidade universal dirigida por sacerdotes, onde os cidadãos viveriam em total comunidade de bens e de mulheres com o fim de evitar o instinto de aquisição do alheio, que seria, para ele, o princípio das guerras. O sacerdote de maior hierarquia seria Hoh, o metafísico, auxiliado pelos seus ministros Pon, Sin e Mor, que representavam respectivamente tudo o que se referia ao poder, à sabedoria e ao amor. Outros muitos chefes sacerdotes encarregar-se-iam de setores mais especializados (CARANDELL, 1974).

não somente ordenavam a cidade, mas eram também signos visíveis da ordem racional à qual esta estava sendo subordinada. A comunhão de bens e a promiscuidade que Platão aplicava somente aos guardiães eram supostas a todos, de modo que o comunismo de Campanella é superior a de qualquer outro utopista.

> São de parecer que toda propriedade surge de que cada indivíduo trata de ter uma casa, uma mulher e uma família para ele somente, de onde se derivam o amor-próprio e o egoísmo; pois, pelo afã de enaltecer o filho em riquezas ou hierarquia social ou de deixar-lhe uma abundante herança, converte-se todo mundo, seja em um ladrão para o resto da comunidade, quando, carecendo de escrúpulos, se sente com forças para isto; seja, se seu ânimo não chega a tanto, em um avaro, um insidioso ou um hipócrita. Em lugar disso, quando o homem consegue libertar-se deste amor egoísta para consigo mesmo, só lhe resta o que deve sentir pelos demais e pela coletividade (CAMPANELLA, 2002:26).

Na mesma época de Campanella, Francis Bacon (1561-1626), o Barão de Verulam, foi um grande inovador das ciências: frente ao *Organon* aristotélico pelo qual se regiam todos os filósofos medievais, escreveu o *Novum Organon*; e diante da Atlântida, ou melhor, a América que havia servido de modelo a Morus e outros utopistas baseados no estado natural do homem, redigiu *New Atlantis* (*Nova Atlântida*, 1627), na qual apresentava uma sociedade regida pelos cientistas, que se dedicavam ao acúmulo de conhecimento sobre ciência e natureza. Embora incompleta, a importância desta obra está em demonstrar como Bacon, assim como a maioria dos escritores utópicos de seu tempo, preocupava-se mais com o poder do que com a justiça social; com a ordem – política ou científica – do que com as grandes concepções sociais, através de escritos que eram mais textos jurídicos, frios e precisos, do que poesias. Descrevia sua forma de trabalhar:

> Nuestro método consiste em contemplar fríamente las cosas [...] y em hallar el bien real, duradero y legítimo, que une la razón y las experiencias. En nuestra institución tratamos de conocer las causas y los movimientos secretos de las cosas a fin de ampliar las fronteras del imperio humano y dominar totalmente la Naturaleza (BACON apud CARANDELL, 1974:48),

A *Nova Atlântida*, visitada casualmente pelo narrador em uma viagem, era a ilha imaginária de Bensalem, situada mais além da América e governada por um rei, onde se mantinham as classes sociais e a propriedade privada; e funcionava uma instituição poderosa, a *Casa de Salomão*, formada por cientistas, a verdadeira elite do país. Ali, os homens voariam como pássaros, teriam barcos que navegariam abaixo das águas e possuiriam estranhos relógios. Conhecer-se-ia alguns dos segredos do movimento contínuo e todos seriam capazes de imitar os movimentos dos seres vivos graças a reproduções de homens, feras, pássaros, peixes e serpentes. E nesta faustosa ilha, o povo não contaria: somente a ciência imperaria com seus fantásticos inventos que a Bacon pareciam tão possíveis como aos outros utópicos suas idéias de igualdade ou comunidade (CARANDELL, 1974).

Já a ilha de *Christianopolis*, lugar utópico a que imaginava chegar como náufrago o autor, o alemão Johann Valentin Andreæ (1586-1642), era uma república de trabalhadores cristãos que

viveriam em igualdade, desejando a paz e renunciando às riquezas. A cidade, caracterizada em *Reipublicæ Christianopolitanæ descriptio* (1619), estaria dividida em zonas para as indústrias leve e pesada; e os trabalhadores aspirariam conscientemente em aplicar a ciência na produção, com o que lograriam um tipo de sistema muito eficiente. Os homens não estariam obrigados a trabalhos que não lhes fossem familiares, senão que antes lhes proporcionasse uma instrução sólida em matérias científicas. Sistematizando as idéias de Morus e Bacon, Andreæ dizia que ser sábio e trabalhar não eram incompatíveis, se houvesse moderação. E tal moderação somente seria possível em uma república comunista como a sua, dirigida por representantes da religião, da justiça e da educação[14].

Depois dessas três grandes utopias após Thomas Morus – as de Campanella, Bacon e Andreæ –, muitas outras obras foram escritas no decorrer do século XVII, destacando-se *The Commonwealth of Oceana* (*A República de Oceana*, 1656), do filósofo político James Harrington (1611-1677), que, dirigida ao ditador inglês Oliver Cromwell (1599-1658), propunha que renunciasse ao poder e instaurasse uma República livre, na qual a propriedade não seria nem dos indivíduos nem do Estado, mas das classes ou estratos sociais; e onde o poder seria também exercido indiretamente pelos grupos em um parlamento. Já *Paradise lost* (*O paraíso perdido*, 1667), do poeta britânico John Milton (1608-1674), pode ser considerada uma utopia religiosa situada no passado, mas que se colocava como proposta para uma revolução espiritual de toda a sociedade[15].

---

[14] É importante ressaltar que, como todas essas propostas utópicas evidenciam, no imaginário seiscentista, o progresso da humanidade pressupunha o domínio da Natureza, que era vista como algo selvagem e divino ao mesmo tempo, representando um obstáculo ao desenvolvimento humano. Na concepção grega do mundo – proposta no *Timaeus* de Platão (428-348 a.C.), sistematizada por Aristóteles (384-322 a.C.) e os Alexandrinos –, ainda vigente no século XV e vulgarizada pelos neoplatônicos do Renascimento, misteriosas correspondências explicavam a relação entre o mundo físico e o mundo espiritual; entre o humano e o divino. Nos séculos XVI e XVII, com as observações de Bacon, Galileo, Descartes e Newton, entre outros, articulou-se uma nova cosmovisão da natureza: "espírito" e "natureza" tornaram-se entidades separadas, deixando de ser o mundo natural um princípio tautológico, para configurar um corpo construído por fenômenos quantitativamente mensuráveis. Paralelamente, enquanto no pensamento grego, o mundo exterior era visto como um universo em perpétuo movimento, dotado de uma lógica própria, de uma metafísica independente da ação humana e de um espírito além do alcance da compreensão dos seres humanos, a interpretação teológica da natureza, a qual se disseminou na Europa entre 1690 e 1730, propôs um sentido de espetáculo da natureza, além de censurar a indiferença diante dele. Passou-se a perceber o mundo exterior como uma representação dada por Deus à sua criatura mais perfeita, o que explica a importância então atribuída ao tema do *paraíso perdido*. A natureza fora feita para os humanos apreciarem a capacidade de Deus, usufruindo e conhecendo os prazeres de um espetáculo no qual os seres humanos teriam um papel fundamental. A partir dos séculos XVII e XVIII, as manifestações de apreço com a natureza e a paisagem passaram a aflorar com mais intensidade (SEGAWA, 1996).

[15] Da primeira metade do século XVII, também devem ser citadas as obras *Novæ Solymæ libri sex* (1648), de Samuel Gott (1631-1671); e *The law of freedom* (*A lei da liberdade*, 1652), de Gerrard Winstanley (1609-1676). A partir daí, seguiram-se muitas obras literárias utópicas que evoluíram do relato de viagens fantásticas para a descoberta cada vez maior das características "positivas" nos costumes dos selvagens, como os livros: *Histoire comique des Estats et empires de la Lune* (*História cômica dos Estados e impérios da Lua*, 1657/62), do francês Cyrano de Bergerac (1619-1655); *Mundus subterraneus* (*O mundo subterrâneo*, 1664/78), do alemão Athanasius Kircher (1601-1680); *Istoriya Sevarambov* (*A história dos Sevarambov*, 1677/79), do romeno Denis Vieiras (1630-1700); *Robinson Crusoe* (1719), do britânico Daniel Dafoe (1660-1731); *Gulliver's Travels* (*As viagens de Gulliver*, 1726/35), de Jonathan Swift (1667-1745); *The life and adventures of Peter Wilkins* (*A vida e aventuras de Peter Wilkins*, 1751), de Robert Paltock (1697-1767); *Micromégas* (1752), de Voltaire (1694-1778); e *Supplément au voyage de Bougainville* (*Suplemento à viagem de Bougainville*, 1771/72), de Denis Diderot (1713-1784), entre muitos outros. Ao final, ao invés de uma fantasia, a utopia passou a ser uma idealização, mostrando o livro de Diderot, por exemplo, a superioridade dos taitianos sobre os europeus.

No decorrer do século XVII, as utopias passaram a falar de lugares muito diferentes, apontando para diversos ideais sociais, sistemas de valores, nostalgias e esperanças. Surgiram aqueles que consideravam que somente no campo seria possível viver verdadeiramente, cultivar sentimentos puros e desenvolver instintos nobres. Para eles, a cidade desmoralizava, enquanto o campo preservava intactos os traços mais preciosos do homem. Considerando a civilização contemporânea como um pesadelo, buscavam asilo em regiões onde ela não havia ainda chegado[16]. Este lugar "maravilhoso" aparecia aos homens sob inúmeras formas, tendo sido buscado além do nosso planeta ou nos cantos mais longínquos, na imaginação e na realidade, em lugares mal definidos ou em regiões bem conhecidas: a conquista de um novo mundo era, ao mesmo tempo, o abandono do velho, através de uma espécie de fuga utópica em direção daquilo que era "natural"; ou ainda, "selvagem"; idéia que se intensificou no século XVIII.

Para compreender essa espécie de "nostalgia" – e conseqüente aspiração coletiva – em relação à vida no campo, torna-se fundamental imaginar como se encontrava a realidade urbana naquela época que, embora ainda carente em termos de estudos que permitam sua verdadeira reconstituição histórica, foi marcada por inúmeras transformações, estas derivadas da passagem de uma economia mercantil para uma industrial, com todas as repercussões que este fenômeno representava sobre o território europeu. De acordo com MONESTIROLI (1993), o surgimento de uma classe totalmente privada de propriedade e sua subordinação aos instrumentos de trabalho conduziram, em um primeiro momento, ao abandono literal do campo em direção ao centro urbano, fazendo surgir as primeiras grandes cidades[17]. Somam-se a isso os próprios mecanismos de urbanização recorrentes e a lógica construtiva das áreas periféricas, que promoviam o estabelecimento de uma nova paisagem. Ao mesmo tempo em que as nações européias consolidavam-se e nasciam as capitais como os lugares da administração do Estado, o aparecimento das primeiras corporações e o crescimento das massas assalariadas, assim como a ampliação do mercado com as colônias e a invenção das máquinas que substituíam aos meios de produção individuais, levaram a modificações radicais na conformação urbana.

> Es presumible que em ese momento, es decir, em la primera mitad del siglo XVIII, las grandes ciudades estuvieran constituidas por tres partes distintas: 1) el viejo centro gótico, 2) las áreas residenciales, que a menudo se concentraban en los márgenes del centro gótico, 3) amplias zonas periféricas de implantación de la clase obrera. Al menos ésta es la realidad urbana de Londres y París (MONESTIROLI, 1993:139).

[16] Com o esgotamento da era das grandes descobertas geográficas, uma conseqüência previsível foi a substituição de utopias de lugar por utopias de tempo, já que o mundo inteiro havia se tornado mais ou menos conhecido; e prometia cada vez menos à humanidade. Havia que se colocar a utopia em outra parte, transportando-a do espaço para o tempo: em vez de "onde", no século XVIII, passou-se a buscar o "quando".

[17] Ao final do século XVIII, Londres já tinha 900.000 habitantes, Paris 600.000, São Petersburgo 200.000 e Berlim 150.000. Nascia a grande aglomeração urbana, na qual estavam presentes todas as contradições da cidade moderna em seu estado original, especialmente a divisão de classes e destas sobre o território.

A concepção de "estado natural" foi uma das formas particulares de maior importância no pensamento utópico da humanidade. Embora a idéia de que os homens que viviam perto da natureza eram mais felizes do que os civilizados ser bastante antiga, ela tomou uma força sem igual especialmente a partir do século XVIII. Os antigos gregos – entre os quais, os sofistas – diziam que grande parte das leis e instituições eram criações "artificiais" que respondiam às necessidades humanas, mas que não resultavam diretamente de sua "natureza". Esta dicotomia entre "arte" (artifício) e "natureza" (mundo), que também se fazia presente nos pensamentos platônico e aristotélico, acabou conduzindo à idéia de uma coletividade humana completamente livre de tudo que fosse "artificial", vivendo em plena harmonia com a natureza no estado que veio a ser chamado de "natural".

Segundo SZACKI (1972), a comparação do estado social existente com um suposto estado natural permitia demonstrar que esta ou aquela instituição não era necessária ou mesmo que era perniciosa. O fato de existirem não significava nada. Imaginaram-se diversas formas para o "estado natural", o que variou conforme as concepções políticas de seus autores que ora aboliam a propriedade privada quiçá o próprio Estado, ora defendiam a ausência de luxo e sofisticação em prol da simplicidade – ou "naturalidade" – das relações entre os homens e as mulheres. Tais qualidades foram combinadas das mais variadas formas, pois se atribuía à "infância da humanidade" as aspirações e ideais da sociedade em que viviam os pensadores idealistas, dos quais se destacaram M. Morelly (1717-1778), Voltaire (1694-1778), Denis Diderot (1713-1784) e, principalmente, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

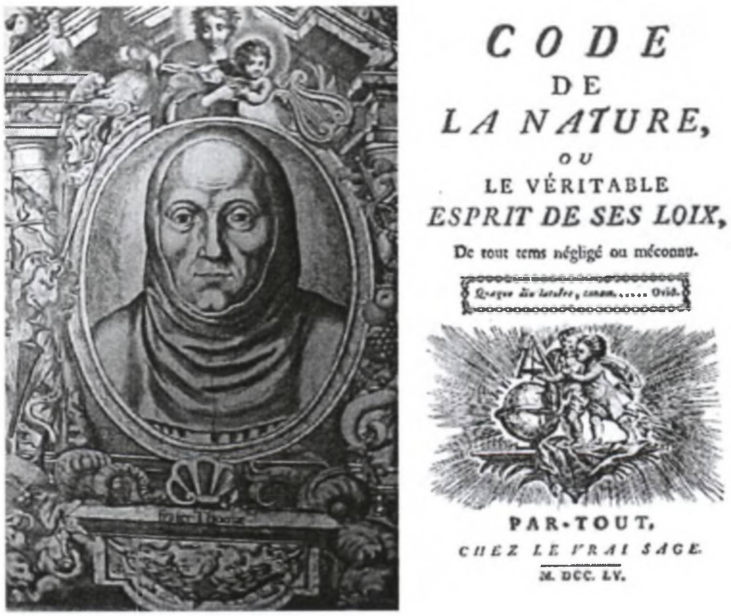


FIGURA 4.7 – À esquerda, retrato de Tommaso Campanella (1568-1639), autor de *Civitas solis: La Città del Sole* (1602), e, à esquerda, fontispício de *Le code le la nature* (1755), de Morelly (1717-1778). (**FONTE**: CARANDELL, 1974)

O filósofo francês Morelly, através de sua obra *La Bailiade* (1753) e, principalmente, *Le code de la nature* (*O código da natureza*, 1755), afirmava que a propriedade era "a mãe de todos os crimes", preconizando um sistema comunista ao propor a cidade utópica de Basilíade (FIG. 4.7). Tomando como modelo o homem primitivo – que é bom e vive em comunidade –, propôs a abolição de todas as instituições que pervertiam a natureza humana – propriedade, política, matrimônio, privilégios ou leis –, apresentando um plano para essa nova ordem social, a partir de um sistema comunitário de bens (ANSA, 1991). Em sua utopia, não haveria pessoas ociosas, já que todos trabalhariam para a comunidade segundo suas habilidades; e o trabalho seria atrativo de modo que ninguém dele se afastaria. A educação seria obrigatória para todos e privilegiaria a instrução das artes industriais. Seu fundamento utópico encontrava-se na idéia de que todas as paixões eram boas e que o prazer seria o objetivo de todas as ações humanas[18]. No país de Morelly,

> O governo é republicano: todos os pais com mais de cinqüenta anos se tornam senadores e têm voz nas decisões políticas. O Senado é assessorado, se necessário, por um conselho composto de homens mais jovens e que representam as diferentes atividades profissionais. A sociedade está organizada em famílias, tribos e cidades; cada tribo é composta de um número igual de famílias, e cada cidade, de um número ideal de tribos. Tanto quanto possível, as cidades são do mesmo tamanho; quando crescem demais, funda-se uma nova cidade [...] A base da república é seu sistema de produção e distribuição organizada. Todos os cidadãos devem trabalhar, supervisionados pelos membros mais velhos e experientes de cada profissão. Todos os bens duráveis são escoados por intermédio de lojas públicas e todos os bens perecíveis são vendidos ao público pelos produtores ou fabricantes [...] O trabalho e a escolha de uma profissão estão intimamente ligados ao sistema educacional [...] Ninguém tem o direito de permanecer celibatário depois dos quarenta anos (MANGUEL & GUADALUPI, 2003:286).

Propondo um modelo de legislação conforme as intenções da natureza, Morelly também definiu leis edificatórias, nas quais se afrontavam as questões da dimensão da cidade ligada à estrutura dos grupos sociais que a compõem, à distribuição equilibrada de seus elementos e à sua estreita relação com o campo que a rodeia. Surgia o modelo da cidade monocêntrica – cujo ponto central seria uma grande praça –, de pequenas ou médias dimensões; e de distribuição equilibrada no território, negando completamente as forças concentradoras que agiam no crescimento das cidades capitalistas. Esse modelo de cidade construída sobre um sistema formal sintético e unitário que

[18] A proposta de Morelly, de acordo com MONESTIROLI (1993), pode ser considerada como um dos primeiros testemunhos da vontade de estabelecer uma nova ordem que superasse as contradições da cidade industrial, a qual, devido à sua nova dinâmica e dimensões, não podia mais se submeter ao controle unitário segundo o antigo esquema urbanístico da cidade como obra única. Além disto, apontava para a própria negação do fenômeno urbano e a proposição da hipótese de dispersão das suas atividades pelo território. Nesses termos, Morelly pertenceu à mesma linha teórica representada por Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e Claude Adrien Helvetius (1715-1771), a qual vincula o homem às suas condições geográficas e sociais, evidenciando as condicionantes do ambiente externo sobre ele, tais como pobreza, religião, vida na cidade ou no campo, além de deduzir que, para o seu aperfeiçoamento, seria fundamental uma transformação radical do ambiente externo. Por sua vez, Condillac não negava o fenômeno urbano, considerando-o como lugar de conquista da liberdade e desenvolvimento do conhecimento, buscando a solução por outro caminho.

estabelecia todas as relações a partir do lugar central, permeava toda a experiência do Renascimento até finais do século XVI, porém agora se tornava o maior ideal almejado pelos teóricos[19].

> Se comprende que la referencia a este esquema monocéntrico se adapte de modo particular a la exigencia de reorganización moral del Estado, presente em todas las utopías de la Ilustración y que la idea de plaza central sea la síntesis de una idea de comunidad y de ordenación formal de todas las partes de la ciudad respecto a ésta. [Entretanto, en los siglos XVII y XVIII] no se realizarán propuestas de ciudad ideal si no es desde un punto de vista político, económico y moral (MONESTIROLI, 1993:143).

Voltaire, com sua novela *Candide* (1759), apresentava a utopia de *El Dorado*, um país riquíssimo de campos férteis e casas luxuosas, situado em algum lugar entre o Amazonas e o Peru, no qual os incas mantiveram uma monarquia paternalista sem os espanhóis darem-se conta e adoravam Deus sem necessidade da intervenção de sacerdotes. O nome derivaria de um antigo costume de seu povo: uma vez por ano, o rei era untado de óleo e coberto com pós de outro, tornando-se "El Dorado". A capital de *El Dorado* era Manoa, fundada pelos incas, na nascente do rio Caroin, um afluente do Orinoco. Nela, tudo seria feito de ouro. Porém, apesar de todas as suas riquezas, os habitantes desse país não eram cobiçosos e consideravam seu tesouro supérfluo. O ouro seria usado apenas para embelezar palácios e templos, sendo considerado por eles inferior à comida e à bebida.

> A religião de *El Dorado* concentra-se no culto ao Criador do Universo, a quem agradecem toda a Sua bondade. Aos Seus olhos, o rei e o povo são iguais, pois a morte é a mesma para todos [...] Os viajantes são bem recebidos. È possível experimentar os pratos típicos nas várias hospedarias da estrada [...] Ao sentir-se tentado pelas pepitas de ouro e pedras preciosas espalhadas pelo campo, o viajante não deve hesitar em pegar algumas, pois o único risco que correr é ser objeto da zombaria dos nativos [...] Há notícias de que numa ilha isolada de um rio de *El Dorado* vive uma tribo de ferozes donzelas de pele vermelha; pouco se sabe sobre seus costumes, mas diz-se que constituem uma colônia de *Atlântida*[20] (MANGUEL & GUADALUPI, 2003:139).

---

[19] No século XVIII, a tese mais importante em relação à realidade urbana em formação foi a negação da mesma por obra dos fisiocratas. François Quesnay (1694-1774) sustentava que somente a agricultura era produtiva, já que só a terra criava e o homem unicamente podia ajudá-la com o trabalho, transformando a produção com o trabalho industrial ou mudando-a com o comércio. Considerava que a agricultura era a única riqueza verdadeira do Estado, vendo na cidade o maior obstáculo ao seu desenvolvimento. Analisando os motivos do grande êxodo rural, os fisiocratas propunham o refluxo do capital para as províncias e os campos; e a conseqüente descentralização, tanto das atividades produtivas como dos grandes serviços sociais, como as academias e escolas públicas. Além de Condillac, um de seus maiores críticos foi *sir* James D. Steaurt (1712-1780), que, denunciando a utopia dos fisiocratas, propunha uma lógica de inversão destinada a um reequilíbrio entre cidade e campo sem chegar à negação da metrópole, local de concentração e fonte da riqueza.

[20] Denominava-se *Atlântida* a ilha lendária e de grandes dimensões, que teria existido no oceano Atlântico, próxima das *Colunas de Hércules*, no estreito de Gibraltar. Tendo sido descrita minuciosamente, em sua organização e riquezas, no *Crítias* e no *Tímaios*, de Platão, no século IV a.C.: após violento cataclisma, submergiu no oceano – embora algumas partes sobrexistiram –, levando consigo seu povo forte e guerreiro: fato supostamente ocorrido por volta de 9560 a.C. De forma um pouco elíptica, que se estendia por 533 km de Norte a Sul; e 355 km de Leste a Oeste, a ilha consistia em um planalto elevado cercado de montanhas escarpadas que davam para o mar. Nas encostas das montanhas e vales havia um grande número de aldeias prósperas, além de muitos rios e riachos pródigos em pesca. Possuindo um exército e marinha com mais de 1.000.000 de homens, que garantiam a segurança interna e domínio em terras estrangeiras, teria colônias em todo o mundo, chegando até a ameaçar o Egito e a Grécia. Sua capital, também chamada *Atlântida*, situar-se-ia no centro exato do planalto, estando cercada de anéis concêntricos de aterro, separados por canais profundos. Em 1919, Pierre Benoit completou sua descrição através de *L'Atlantide* (MANGUEL & GUADALUPI, 2003).

Sua utopia consistia sobretudo na ausência de discussões teológicas e no triunfo da tolerância ideológica, ao mesmo tempo em que servia de base para atacar o filósofo Gottfried W. Leibniz (1646-1716) e os pujantes burgueses para os quais "o mundo era o melhor dos mundos possíveis". Por sua vez, Diderot defendeu o estado natural do homem em sua obra *Supplément au voyage de Bougainville* (*Suplemento à viagem de Bougainville*, 1771/72), na qual descrevia uma ilha fantástica, na qual os homens haviam se entregue à simplicidade dos instintos primários. Com isto, contribuiu para reforçar a crença de que em terras distantes o homem, em estado natural, era bom e valoroso (CARANDELL, 1974).

Entretanto, a grande utopia do século XVIII e que teve maiores conseqüências foi a obra de Rousseau, *Emilio* (1762), considerada a maior utopia pedagógica de todos os tempos. Nela, o autor propôs um sistema de educação que permitisse ao homem manter sua bondade, inocência e virtudes naturais em meio à sociedade corrompida. Rousseau, ao contrário dos demais utopistas, intentava fazer possível a existência do "bom selvagem" em nosso mundo, através de um regresso ao estado natural com a manutenção de sua independência e liberdade ao longo da vida. A partir de um método que valorizava a auto-aprendizagem segundo a natureza e sem nunca influenciar na pureza e sinceridade dos sentimentos pessoais, a utopia rousseauniana visava aplicar-se não somente ao indivíduo, mas em toda a comunidade. Declarava que a propriedade era a origem da desigualdade, da competência, do orgulho, da avareza, da inveja, das lutas de classe e das guerras[21].

> A possibilidade de ruptura com uma forma de organização já estabelecida, de abandono radical das convenções e comportamentos mais tradicionais, sem entretanto sequer esboçar a *possibilidade de uma ordem* a ser construída, ainda que sob uma forma de representação mental, deixou um espaço para a reflexão sobre as possibilidades e impossibilidades de uma cidade utópica [...] Representação do paraíso ou do inferno, da Idade de Ouro ou da Idade das Trevas. De uma *revolução*, de um quase "retorno ao ponto de partida", como dizia o termo primitivo, foi que nasceu e cresceu a energia da representação utópica, talvez em seu sentido mais moderno. Toda a política, em seu amplo significado, passou a traduzir-se num constante e reitera o apelo ao *ideal* (SALIBA, 2003:35-6).

As idéias de Rousseau, assim como dos demais utopistas românticos – Voltaire, Diderot, Morelly, Condillac e outros – tiveram grandes repercussões na concepção do que seria a cidade ideal que reintegraria o homem à natureza. Desde quando Marc-Antoine Laugier (1713-1769) enunciou suas teorias sobre o desenho das cidades como se fossem bosques ou florestas, abrindo oficialmente a investigação teórica da arquitetura iluminista, ao mesmo tempo em que se reduzia a própria cidade a um fenômeno natural, tentava-se superar qualquer idéia priorística de ordenamento

[21] A utopia pedagógica de Rousseau teve vários continuadores aos finais do século XVIII, quando a educação tornou-se uma das matérias mais interessantes para os pensadores fundadores da pedagogia moderna. Entre os quais, vale destacar o austríaco Johann Heirich Pestalozzi (1746-1827), com sua novela pedagógica *Leonard & Gertrude* (1781); Johann W. von Goethe (1749-1832), com *Wilhelm Meisters Lehrjahre* (*Andanças de Whilhelm Meister*, 1796); o ex-padre jesuíta Pedro Montengón (1745-1825), com *Eusébio* (1786); e Gaspar Melchor de Jovellanos (1744-181), este bastante influenciado pelo espírito comunitário popular.

urbano, através da extensão ao tecido urbano de dimensões formais ligadas à estética pitoresca. Com seu *Essai sur l'architecture* (*Ensaio sobre a arquitetura*, 1753), defendia um traçado citadino marcado pela abundância e contraste, cujo resultado seria de uma "beleza estimulante e deliciosa".

Conforme TAFURI (1993), Laugier chamava a variedade da natureza a fazer parte da estrutura urbana, contrariando o naturalismo consolador, oratório e formativo, que durante todo o século XVII dominou as sistematizações barrocas.

> Quiconque sçait bien dessiner um parc, traçera sans peine le plan en conformité duquel une Ville doit être bâtie relativement à son étendue et à sa situation. Il faut des places, des carrefours, des rues. Il faut de la régularité et de la bizarrerie, des rapports et des oppositions, des accidents qui varient le tableau, un grand ordre dans les détails, de la confusion, du fracas, du tumulte dans l'ensemble (LAUGIER apud TAFURI, 1993).

Nas proposições de Laugier, de acordo com MONESTIROLI (1993), situam-se muitos dos elementos que fundamentaram a teoria da construção da cidade da Ilustração, especialmente os aspectos referentes à variedade de seus elementos, que demonstrava a aceitação de uma nova complexidade urbana; ao estímulo à criatividade, o qual partia da sua concepção como local do conhecimento humano; e à referência aos parques, que apontava para o fato da natureza assumir uma forma significativa muito além da esfera do útil. Em meados do século XVIII, tomou-se consciência de que a grande cidade havia se transformado em um sistema de fatos significativos, que precisava ser tratado, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico, como algo policêntrico e dinâmico, ou seja,

> Una ciudad diversificada em su interior por necesidad histórica, que asumirá esta diversificación como su naturaleza propia y buscará darle una forma unitaria, ya no única, ya no una forma que la represente como unidad singular, sino una lógica formal unitaria que relacione entre sí sus distintas partes (MONESTIROLI, 1993:145).

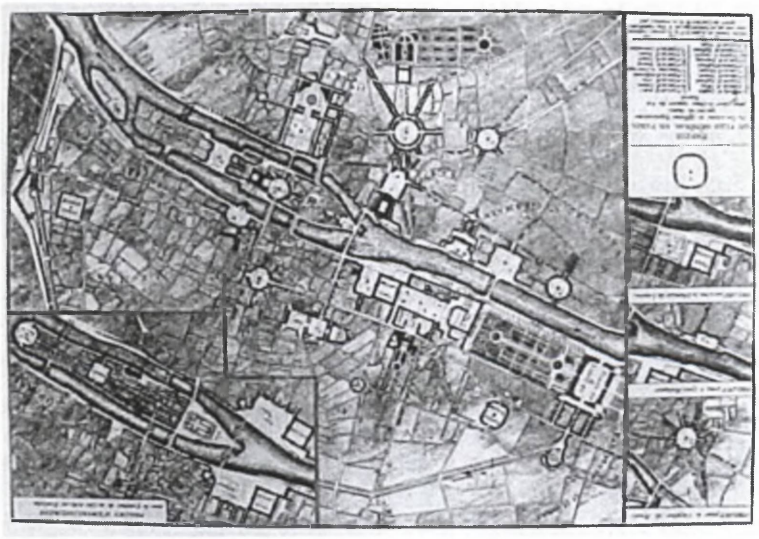


FIGURA 4.8 – *Proposta de remodelação de Paris* (1765), realizada por Pierre Patte (1723-1812).
(**FONTE**: MONESTIROLI, 1993)

Por este motivo, nesse período não existiram planos gerais de construção de uma cidade ideal, mas somente projetos parciais, de partes da cidade ou inclusive de edifícios particulares, os quais representariam os lugares significativos da "cidade como bosque" de Laugier (RYKWERT, 2003). Isto pode ser comprovado pelas variadas seqüências de espaços que aparecem na planta de Paris realizada em 1765 por Pierre Patte (1723-1812), a qual representa uma cidade construída por pontos monumentais imersos em um tecido homogêneo e compacto da cidade precedente (FIG. 4.8). Nessa proposta, a localização das praças – estas concebidas como elementos transformadores da cidade medieval, isentos de seu tradicional papel utilitário e revestidos de conotações essencialmente formais – não segue nenhuma lógica geral justamente porque cada uma fora prevista individualmente, em conformidade com a nova concepção da cidade como um conjunto de vários lugares monumentais.

Já na metade do século XVIII, de acordo com RYKWERT (2003), as idéias de Laugier e demais aspirações românticas em relação à natureza eram dominantes entre os franceses. Nos outros países – e em uma geração antes da própria França – ainda prevalecia uma concepção um tanto diversa da sociedade humana e do destino do homem, tendo Leibniz como seu representante mais brilhante. Também defendida de modo idiossincrásico por Vico[22] ou mesmo Montesquieu, apresentava como pano de fundo a majestosa construção da história humana do século anterior, obra de Bossuet[23].

> Tratava-se de uma concepção que faz do homem – em um processo que envolve o indivíduo e a sociedade, uma sociedade contínua a partir de Adão – um parceiro ativo que colabora com a providência para alcançar um propósito elevado, intemporal, mas ainda assim desconhecido (RYKWERT, 2003:46).

Nessa mesma época, Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) publicou a planta do *Campo Marzio dell'antica Roma* (1761/62) e suas perspectivas, onde, segundo TAFURI (1997), já não existe qualquer fidelidade ao princípio tardo-barroco da "unidade na variedade", uma vez que a cidade – uma Roma antiga completamente inventada – passa a ser formada pela *bricolage* de edificações tratadas individualmente, resultando em "um monstruoso pulular de símbolos privados de significado"

---

[22] O filósofo e historiador italiano Giambattista Vico (1668-1744) opôs-se ao racionalismo de Descartes ao defender a tese de que o verdadeiro objeto do conhecimento seriam os feitos humanos, ou seja, o mundo da cultura, aquilo que o homem cria; e não a natureza. A partir disto, criou uma filosofia da história, antecipando a Johann Gottfried Herder (1744-1903) – escritor alemão que criou uma teoria da evolução das organizações humanas –, além de Hegel e Comte. Seus estudos de história e, em particular, sua teoria dos ciclos de civilização, exerceram grande influência no pensamento ocidental. Para ele, a civilização teria passado por três estados: *idade divina*, *idade heróica* e *idade humana*. Após a terceira etapa, o ciclo se reiniciaria. Foi o primeiro a reconhecer o valor da poesia popular e desenvolveu uma estética baseada na lingüística. A primeira formulação de suas idéias encontra-se em *Sulla saggezza più grande dell'italics* (*Sobre a mais antiga sabedoria dos itálicos*, 1710), porém sua obra mais importante foi *Inizi di una scienza relativa e nuova alla natura comune delle nazioni* (*Princípios de uma nova ciência relativa à natureza comum das nações*, 1725) (VICO, 1999).

[23] Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) foi um pregador e escritor francês que se tornou célebre desde 1659 por suas prédicas em Paris, como bispo de Condom (1699) e preceptor até a morte como um defensor intransigente da Igreja francesa – *Déclaration des quatre marchandises* (*Declaração dos quatro artigos*, 1682) – a e da fé, provocando controvérsias com os protestantes, além da interdição dos trabalhos exegéticos de Richard Simon (1638-1712), religioso francês que se empenhou em estabelecer, à luz de daos lingüísticos e históricos, o sentido literal do texto bíblico. Foi ele quem enunciou o caráter absoluto e transcendental da autoridade em sua obra apologética, como *Exposition de la foi catholique* (*Exposição da fé católica*, 1671); e em seus trabalhos históricos, como *Discours sur l'histoire universelle* (*Discurso sobre a história universal*, 1681). Contudo, seu prestígio maior veio com a oratória, criando em seus sermões um estilo em que a força, a musicalidade e a riqueza das imagens sobressaíam diante da clareza geométrica (MINOIS, 2003).

(p.20). Como em seus *Carceri* (1761), os fragmentos arquitetônicos parecem chocar-se entre si, onde o racional e o irracional deixam-se excluir mutuamente em uma floresta inextricável; um lugar encantado no qual o uno perde-se devido à superposição de referências (FIG. 4.9).

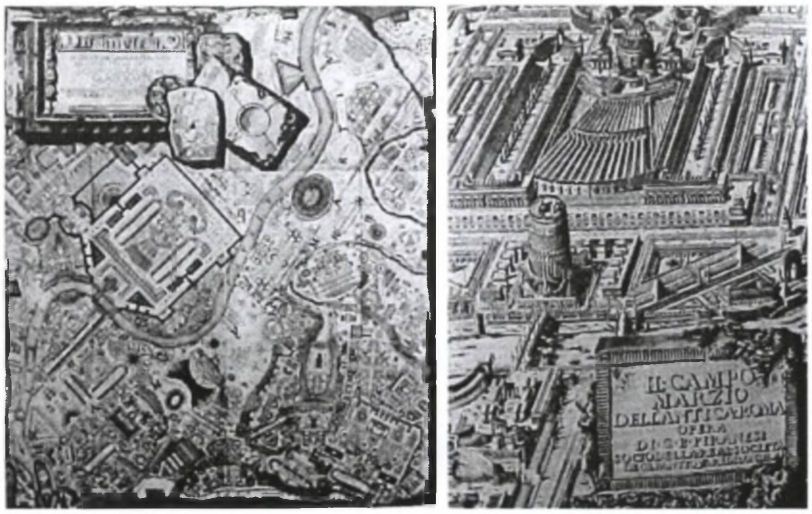


FIGURA 4.9 – *Campo Marzio dell'antica Roma* (1761/62), proposto por Giovanni Battista Piranesi (1720-1778). (**FONTE**: TAFURI, 1997)

Outro exemplo fundamental da concepção da cidade da *Ilustração* encontra-se no projeto de John Gwynn (1713-1786) para a parte Oeste de Londres, publicado no seu *London & Westminster Improved* (1776) e que propõe uma reestruturação da cidade, tendo como base os planos de reconstrução da *City* de 1666 e, de modo particular, o Plano de Wren[24], através da recuperação da complexidade urbana de Londres, que passa a ser dividida por um eixo Norte-Sul em duas partes distintas: uma mais urbanizada ao redor da *Oxford Street*, que mantém uma continuidade ao norte com o tecido das *Squares* já construídas ao sul da mesma; e uma parte não urbanizada ao redor do *Hyde Park*, ainda essencialmente campo, sobre a qual se traça um sistema viário ortogonal de dimensões inusitadas, cujo interior possuiria áreas livres para a agricultura (FIG. 4.10). A presença simultânea de dois tecidos diversos na cidade, destinados a elementos diferentes de construção – as residências nas *Squares* e os edifícios públicos nos grandes espaços livres, como o palácio real no *Hyde Park* – e de regras, funções e dimensões diferenciadas, assim como a concepção do campo não como algo distinto da cidade, mas como parte desta, atravessado por traçados que conectam funções propriamente urbanas, atestam um novo capítulo da teoria urbana, no qual cada elemento da cidade para a se indagar sobre suas propriedades específicas e a cidade torna-se definitivamente o lugar da relação entre essas partes (MONESTIROLI, 1993).

[24] Após o *Grande Incêndio* de Londres, em 1666, *sir* Christopher Wren (1632-1723) propôs um plano urbanístico que se tornou base para a reconstrução da cidade pelos teóricos sucessores, o qual se fundamentava na idéia da distinção na cidade de seus lugares monumentais e sua conexão no plano, inaugurando a história da urbanística moderna. A proposta baseava-se em dois grandes eixos que conectariam a *St. Paul's Cathedral* à *London Tower* e ao centro comercial. Definia-se o princípio da hierarquia dos fatos urbanos e de seu papel diversificado na composição urbana, do mesmo modo que se estabelecia uma relação de necessidade entre as residências, os edifícios públicos e o traçado viário.

É importante salientar que, conforme TAFURI (1997), o apelo ao "naturalismo" formal da cidade serviu, em um primeiro momento, para persuadir quanto à necessidade objetiva dos processos postos em movimento pela burguesia pré-revolucionária, de forma a depois consolidar e proteger as conquistas adquiridas de qualquer transformação ulterior. O racionalismo iluminista não podia assumir por si próprio toda a responsabilidade das operações que estava efetuando e, evitando um confronto direto com suas próprias premissas, propôs a unificação entre Razão e Natureza. O naturalismo urbano, a inserção do pitoresco na cidade e na arquitetura ou a valorização da paisagem na ideologia artística, tudo tendia a negar a dicotomia, já patente, entre a realidade urbana e os campos: servia para "persuadir de que não existe nenhum salto entre a valorização da natureza e a valorização da cidade, enquanto máquina produtora de novas formas de acumulação econômica" (p.16).

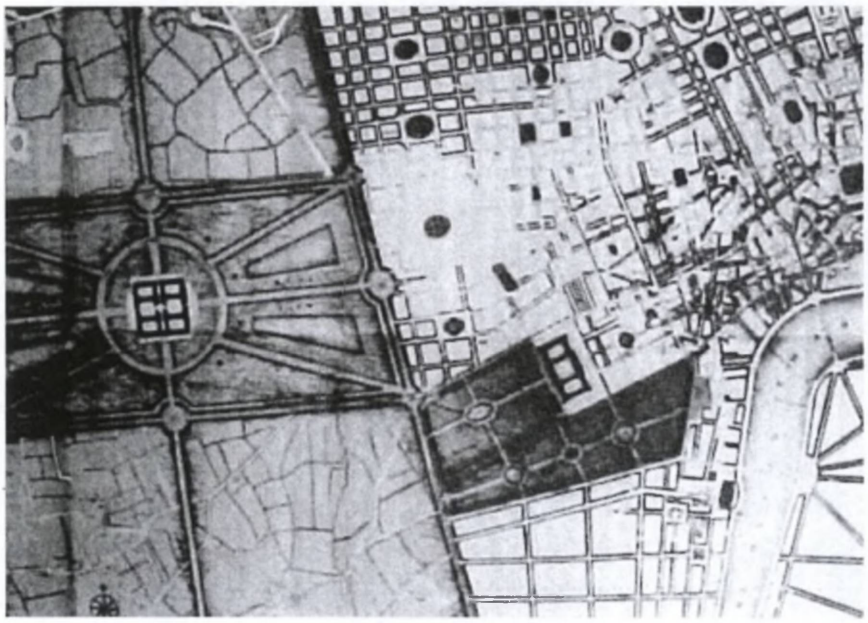


FIGURA 4.10 – Projeto de renovação urbana para Londres, de John Gwynn (1713-1786), publicado no *London & Westminster Improved* (1776). (**FONTE**: TAFURI, 1997)

Como alternativa radical à cidade de alta densidade, surgiu na *Ilustração* a idéia da cidade dispersa na natureza, que estabelece com esta uma relação muito íntima e que, pode-se dizer, "adapta-se" àquela. Este mito, bastante recorrente na arte e arquitetura do período, apareceu claramente nas formulações utópicas de alguns franceses, tais como Étienne-Louis Boullée (1728-1799) e Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806), que buscaram a "imagem da perfeição" através de propostas de casas isoladas imersas na paisagem. Paralelamente, a cidade ideal passou a ser pensada em termos de uma nova geometria da natureza, fundamentada na Razão ideal, que propunha a ordem das coisas e a possibilidade de reordenação através da força transformadora da sociedade.

Acreditando em *l'architecture parlante* (arquitetura expressiva; ou "falante"), Boullée propôs obras enormes e radicalmente reduzidas a formas geométricas puras. Dizia ter inventado uma "arquitetura de sombras", não de substância; e, entre 1780 e 1790, fez várias propostas. Seus

monumentos funerários foram muito além da tecnologia de sua época, expressando-se através de construções de formas puras, tais como pirâmides, cilindros e cones despojados de decoração em vasta escala. As formas, sozinhas, comunicavam seus propósitos e, ao mesmo tempo, simbolizavam uma harmonia perfeita. Sua proposta para o "cenotafio" da *Bibliothèque Nationale de Newton*, de 1783, consistia em uma gigantesca esfera côncava, estranha e grande demais para ser compreendida, com 152 m de diâmetro e perfurada por minúsculos buracos no topo, simulando estrelas na escuridão do universo (FIG. 4.11).

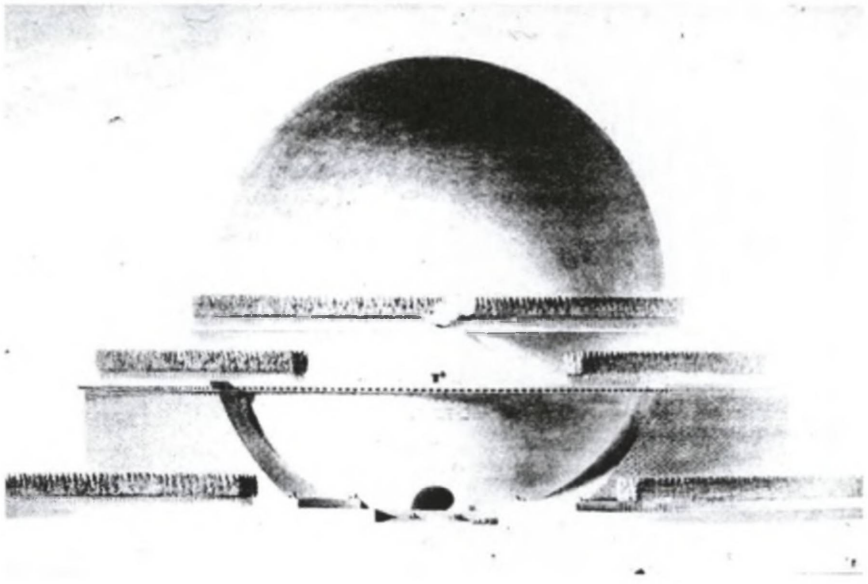


FIGURA 4.11 – Projeto para a *Cenoph Bibliothèque Nationale de Newton* (1783), Paris, de Étienne-Louis Boullée (1728-1799). (**FONTE**: STRICKLAND, 2003)

De acordo com MONESTIROLI (1993), Boullée definia a arquitetura como a arte de levar uma construção qualquer à sua perfeição, a qual seria conseguida através de "uma distribuição conveniente a sua finalidade". A partir disso, dever-se-ia conferir um *caráter* à edificação, de modo que o espectador não exprimisse outros sentimentos que aqueles que o tema comportasse e ao qual estes fossem essenciais. Para tanto, em *Architecture: essai sur l'art* (1775/90), propunha como princípios de ação os mesmos da natureza, para construir uma "segunda natureza" a esta análoga.

> Como imitación de la naturaleza, el arte de producir las grandes imágenes de la arquitectura consiste en disponer los cuerpos que forman el conjunto general de modo que éstos tengan mucho juego, que sus masas tengan un movimiento noble, majestuoso, y sean capaces del mayor desarrollo [...] Es necesario que la luz difundiéndose en la reunión de los volúmenes produzca los efectos más amplios, los más estupendos, los más variados, los más múltiples (BOULLÉE apud MONESTIROLI, 1993:172-3).

Com esses termos, Boullée aproximava-se das idéias de Kant, para quem a luz e as sombras eram leis da natureza, assim como os materiais de construção ou mesmo os homens que habitavam a arquitetura. Conforme ele, em *Kritik der reinen vernunft* (*Crítica da razão pura*, 1790), as

relações de todas estas coisas constituiriam uma segunda natureza construída "segundo leis analógicas, mas também segundo princípios que têm sua mais alta origem na razão". Através da definição de um repertório formal bastante amplo de formas evocadoras, destinada à representação do caráter dos edifícios, Boullée propôs-se a analisar a arquitetura clássica como um sistema complexo de regras, visando encontrar uma racionalidade perdida no procedimento compositivo (FIG. 4.12)

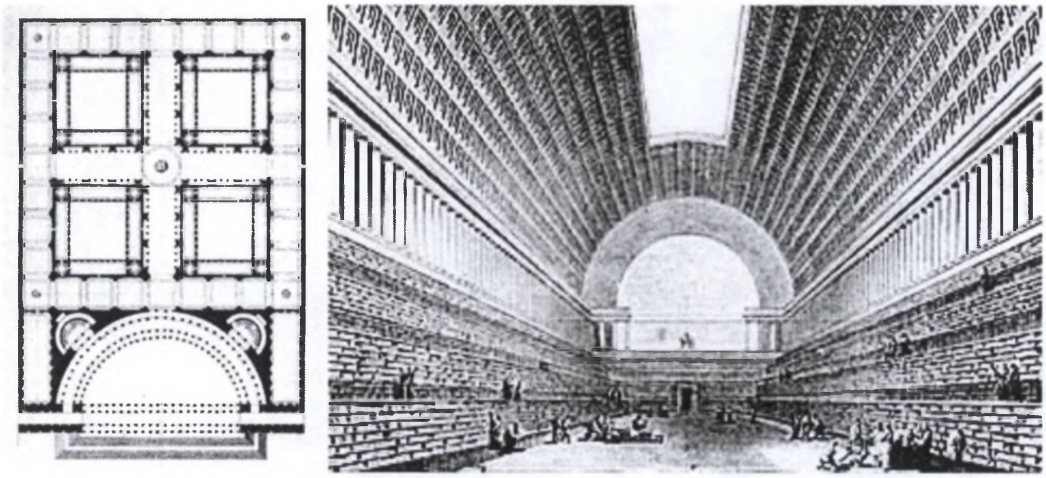


FIGURA 4.12 – Planta e vista interna da proposta para a *Bibliothèque du Roi* (1783), Paris, de Étienne-Louis Boullée (1728-1799). (**FONTE**: MONESTIROLI, 1993)

De modo análogo, Ledoux realizou uma autêntica crítica às ordens arquitetônicas, buscando, através de um método experimental, a definição de alguns elementos fixos que seriam próprios da residência isolada, cujos projetos chegaram à casa dos 150. Sua intenção geral era a de representar com a arquitetura o destino dos homens e construir a cidade como uma "grande mímica" de seus destinos particulares. KAUFMANN (1980) encontrou muitos elementos palladianos em suas casas, em especial no processo de decomposição da *villa* em suas partes e na sua recomposição segundo uma hierarquia: o núcleo central ligado ao exterior pelas galerias, os compartimentos compondo o volume geral, e o embasamento isolando este sistema do terreno[25].

Em 1774, Ledoux projetou a primeira cidade ideal da era industrial, *La Saline de Chaux*, perto de Besançon, na França (FIGS. 4.13 e 4.14). Concebida como uma *ville sociale*, a proposta conservava o trabalho em seu coração simbólico. As construções centrais para a fabricação de sal eram rodeadas por casas e jardins dos trabalhadores; e um anel externo incluiria diversas construções comuns, como uma bolsa de valores, um hospital, uma construção dedicada à glória das mulheres, e locais para recreação e educação (ROSENAU, 1988).

[25] Parcialmente adepto da doutrina funcionalista, já que justificava seus projetos pela necessidade, Ledoux possuía um método projetual comum aos arquitetos do século XVIII, que tinha um duplo compromisso com a matemática e a física através da geometria. Mesmo bastante utilizado, o conceito de "natureza" não comportava o sentido ecológico contemporâneo, designando tanto a existência concreta como o espírito. A idéia básica era compreender a natureza e seus diferentes fenômenos através da observação empírica; e, à medida que as relações intrínsecas a estes fossem desveladas, estas passavam a ser demonstradas por enunciados matemáticos e formas geométricas (KAUFMANN, 1980).

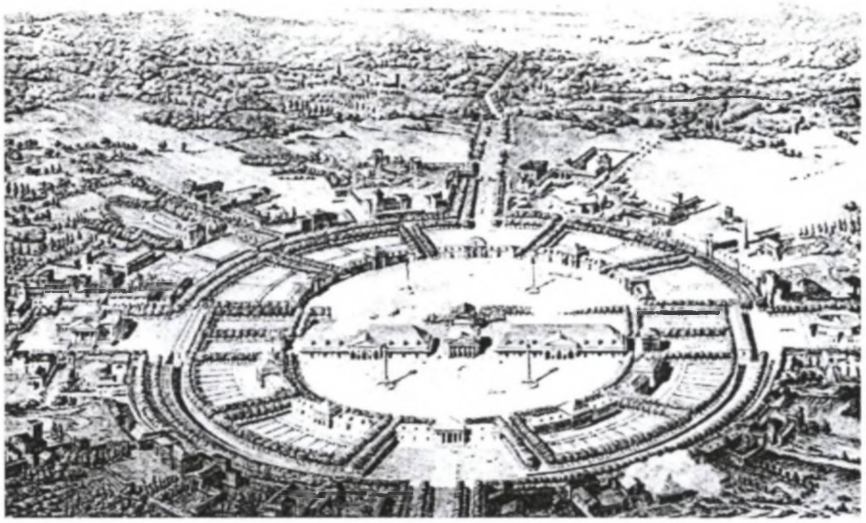


FIGURA 4.13 – Perspectiva de *La Saline de Chaux* (1774), perto de Besançon, na França, proposta por Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806). (**FONTE**: KAUFMANN, 1980)

FIGURA 4.14 – Plano geral da cidade e projeto do cemitério da *Ville sociale de Salinas* de Chaux (1774). (**FONTE**: ATHENAEUM, 2005)

Conforme STRICKLAND (2003), "a forma de cada estrutura refletia sua função" (p.90), sendo o conjunto proposto coerente e baseado nas formas simples como o círculo e o quadrado, planejado como uma nova síntese que reconciliaria humanidade e natureza, superando-se a alienação que se seguiu à industrialização. A obra de Ledoux visava condicionar o individualismo a um conceito coletivo, introduzindo as idéias de ordem e higiene; e estabelecendo a conexão entre meio físico e bem-estar social público.

Segundo VIDLER (1981), seu projeto mantinha um delicado equilíbrio entre hierarquia e igualitarismo, no qual caminhos, ruas e avenidas mesclavam-se com a natureza em uma cidade-parque unindo todos os edifícios entre si. No bosque, largas avenidas de árvores conectavam os vazios e triangulavam os centros de atividade social, em uma proposta totalmente anti-romântica[26].

> La ciudad de Ledoux carece de toda infraestructura urbana, no hay calles, manzanas, ni leyes distributivas, salva un principio general que establece un lugar central donde se colocan las actividades productivas y entorno a éste, dispersos por el campo, los edificios públicos y las residencias privadas [...] Para la realización de ésta idea general de ciudad, se fija toda la atención en el proyecto de cada edificio. Cada uno según su propio carácter que se manifiesta en la naturaleza, distinguiéndose de ésta, pero al mismo tiempo eligiéndola como único contexto posible con el que confrontarse (MONESTIROLI, 1993:88).

O fragmentismo urbano, introduzido ao nível ideológico por Laugier, voltou a aparecer com a teorização eclética do italiano Francesco Milizia (1725-1798), que, em *Principi di architettura civile* (1781), defendia que a planta da cidade fosse distribuída de tal modo que a magnificência da totalidade fosse subdividida em uma infinitude de belezas particulares, todas de fato diferentes e que não se encontrassem nunca nos mesmos objetos; e que percorrendo-a de uma extremidade à outra, se encontrasse em todos os bairros algo de novo, de singular ou surpreendente. Para ele, devia-se reinar nela "a ordem, mas entre uma espécie de confusão [...] uma certa idéia de irregularidade e de caos". Dizia que

> uma cidade é como uma floresta [...] quando a distribuição da cidade é como a de um parque. São necessárias praças, cruzamentos principais, vias em quantidade, espaçosas e direitas. Mas isto não basta; é necessário que o plano seja desenhado com gosto, e com brio, a fim de que nele se encontre ordem, bizarria, eurritmia e variedade: aqui as vias abrem-se em estrela, ali em pata de ganso, num sítio em espiga, noutro em leque, compridas paralelas, por todo o lado cruzamentos de três e quatro vias, em diversas posições e com uma multidão de praças de figura, grandeza e decoração sempre diferentes [...] Deve ser em suma um quadro variado de infinitos acidentes; uma grande ordem nos detalhes; confusão, estrépito e tumulto no conjunto (MILIZIA apud TAFURI, 1997:23).

Nessa mesma época, a *Guerra da Independência* norte-americana, ocorrida entre 1775 e 1783, cujo resultado foi a instauração de uma democracia fundada na soberania popular e nos direitos inalienáveis da pessoa humana, forneceu novos ânimos aos revolucionários e idealistas europeus que lutavam contra o *Ancién Régimen*. Foi Thomas Jefferson (1743-1826) quem reconheceu com extrema lucidez o valor institucional e pedagógico da arquitetura, adotando o classicismo e a ideologia naturalista como guias práticos para a "construção" da democracia norte-americana, como

[26] Ledoux fez uma escolha fundamental, a qual abriria uma via para a definição da forma da cidade moderna e que se tornou uma alternativa radical para o centro urbano de alta densidade: a *cidade dispersa na natureza*, onde o tipo de moradia principal seria a residência individual isolada em contato direto com a paisagem natural. Libertando a casa da relação com a rua, típica desde a cidade gótica, estabelece sua nova relação com e através da própria natureza. Partindo da crítica dos tipos conhecidos, intentou definir um novo sistema de habitar na natureza; investigação esta que se constituiu na base das futuras discussões sobre a moradia urbana e a metrópole contemporânea.

pode ser constatado em suas intervenções no plano de Washington e nos projetos da *White House* e do Capitólio; ou ainda em toda a sua experiência construtiva.

Com ele, segundo TAFURI (1997), nasceu a América "radical", isto é, a "consciência ambígua" dos intelectuais americanos, que se reconhecem nos fundamentos do sistema democrático, mas se opõem à sua manifestação concreta. *Monticello*, a cidade-fábrica projetada e construída por Jefferson para si mesmo em diversos momentos, de 1749 em diante, é um monumento à utopia agrária, no qual o modelo *palladiano* é usado de modo pragmático, já que, embora tenha a aparência de uma *villa-templo*, apresenta uma série de invenções tecnológicas e funcionais em seu esquema geométrico, integrando classicismo e funcionalidade, de modo a demonstrar toda a sua disponibilidade para um uso civil e social concreto (FIG. 4.15). Ele aceita o aspecto heróico do classicismo como mito europeu a "tornar" americano, mas o apresenta como *Razão* construída, capaz de unificar os ideais divergentes da jovem nação e, ao mesmo tempo, como valor acessível e social[27].

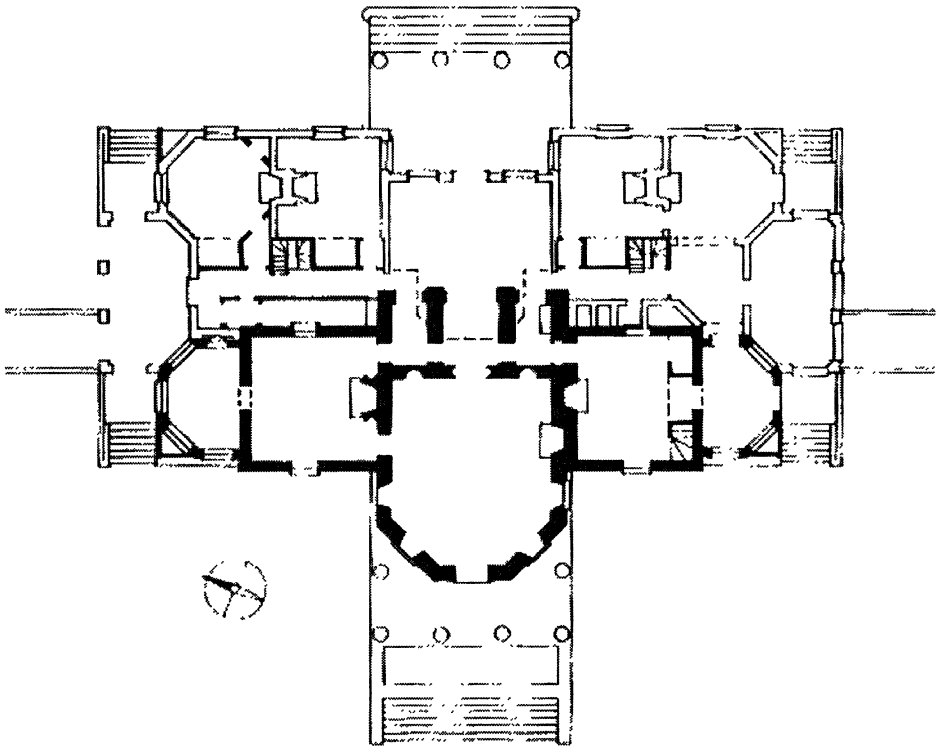


FIGURA 4.15 – Planta de *Monticello* (1769/1809), Charlottesville, Virgínia EUA, projeto de Thomas Jefferson (1743-1826). (**FONTE**: STRICKLAND, 2003)

[27] A utopia de Jefferson como arquiteto traduz-se pelo "heroísmo doméstico" do seu classicismo, onde os *valores* "importados" da Europa, em toda a sua carga celebrativa, foram imediatamente despojados de tudo o que possa isolá-los da vida civil, tornando-se práticos e "funcionais". Ao fundir o novo e uma visão completamente empírica do antigo – como pode ser observado também no projeto do novo Capitólio de Richmond (1784) ou na programação da Universidade de Virginia, em Charlottesville (1817/26) –, Jefferson produziu uma primeira imagem eloqüente daquilo que será o esforço dramático da América "radical": compensar a mobilidade dos valores e a estabilidade dos princípios; o ímpeto individual e a dimensão social (TAFURI, 1997).

Na planificação da cidade de *Washington* (1791), o programa ideológico jeffersoniano foi aceito integralmente por Pierre Charles L'Enfant (1754-1825), ou seja, a "fundação" de um "mundo novo", que corresponderia a uma escolha unitária; uma decisão que nenhuma vontade coletiva tinha podido apresentar na Europa. Sua conformação urbana assumiu um significado primário e preponderante dos modelos disponíveis da cultura e da práxis urbanista européia. A partir da tradição americana, sobrepôs-se um *quadrillage* colonial ao esquema, então de vanguarda, sugerido pelo jardim francês, pelo plano de Wren para Londres e pela fantástica Paris de Patte. A cidade torna-se de fato uma *natureza nova* na Washington de L'Enfant: os modelos da cultura absolutista são expropriados pela capital democrática; e traduzidos em uma nova dimensão social (TAFURI, 1997).

Por fim, sublinha-se a nova atitude científica em relação à Natureza que se estabeleceu na *Ilustração* e que foi decisiva para a constituição dos ideais utópicos até então, especialmente na arquitetura e no urbanismo. O mundo natural e exterior era entendido como o lugar de origem do homem, de seus sentimentos primários e das formas primitivas de sua civilização; e também da construção. Ele tornou-se o local das emoções elementares que deveriam ser analisadas e reproduzidas na arte e arquitetura; e, principalmente – o que marca uma ruptura com o Renascimento – seu conhecimento científico fundamentar-se-ia na diferenciação entre "essência" e "aparência", o que acabou levando à consciência de que se deveria indagar sobre os fenômenos constitutivos das formas naturais.

Se na Renascença, a natureza media-se e descrevia-se continuamente – como um todo orgânico e harmonioso – na *Ilustração*, passou-se a procurar suas *leis constitutivas*[28]: os arquitetos desse período buscavam no mundo natural o que se ocultava atrás de suas formas e que suscitava nossas sensações, ou seja, a sua "essência", a qual se expressava através dos conceitos de regularidade, harmonia e simetria, que se converteram nos "instrumentos" de representação de um ideal. Estabeleceu-se a vontade de construir o mundo das formas arquitetônicas segundo os princípios de conexão das formas naturais – ordenação, disposição, distribuição, proporção, eurritmia etc. –, como se o mundo da natureza oferecesse sempre as regras elementares de construção na arte e arquitetura.

[28] Essa mudança em, ao invés de *relações harmônicas*, buscar-se *relações significantes* na natureza, é marcada pela teoria de Denis Diderot (1713-1784) sobre a beleza. Para ele, assim como o mundo natural contém significados ocultos que hão de se conhecer, a arquitetura deve se construir sobre o significado dos edifícios. Em outras palavras, do mesmo modo que na natureza o significado é revelado por relações entre as formas; na atividade arquitetônica, as relações entre as formas tem o propósito de "representar" o *caráter* das edificações que, na *Ilustração* – e também na arquitetura moderna –, seria o próprio motivo da "gênese" das formas, muito além de qualquer repertório formal convencional (MONESTIROLI, 1993).

4.3 SOCIALISMO UTÓPICO, *COMPANY-TOWNS* E *GARDEN-CITIES*

Apesar da *Revolução Francesa* (1789/99) ter representado uma grande vitória dos ideais burgueses e proletários sobre a aristocracia – estes fundamentados nas idéias de igualdade e fraternidade entre homens –, ainda se mantiveram a diferença entre as classes e a injustiça social, o que conduziu ao surgimento do *socialismo utópico*, o qual se encarregou de explicar e ensinar que a igualdade política somente poderia ser alcançada mediante a econômica. Todos os socialistas utópicos, entre os quais François-Noël Babeuf (1760-1797) e Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825), partiram da hipótese de que o homem no estado natural era bom e que o aparecimento da propriedade, em tempos remotos, foi o que lhe corrompeu. Empenharam-se em estabelecer um novo sistema em que o Estado regularia a vida individual e as atividades industriais; ou ainda onde todos os homens colaborariam entre si livre e voluntariamente.

Inspirando por Morelly, Babeuf atacava as instituições sociais instauradas após o período do Terror e defendia que, por meio da violência, se resgatasse a primitiva igualdade entre os homens. Seus seguidores, entre os quais Sylvain Maréchal (1750-1803), criaram uma sociedade secreta, cujo *Manifeste des égaux* (*Manifesto dos iguais*) declarava: "a Natureza nos deu a todos e a cada um igual direito ao desfrute de todos os bens". Mas, para se chegar à *Idade do Ouro*, na qual reinariam a igualdade e a virtude, haveria de se fazer primeiro uma revolução violenta, seguida pela nacionalização das propriedades (DESANTI, 1973).

Saint-Simon, outro socialista utópico fundamental, desenvolveu suas idéias em vários textos, entre os quais *De la réorganisation européenne* (*Da organização européia*, 1814), além da revista *L'Industrie* (*A Indústria*). Confiante no progresso da ciência e da indústria, imaginou sua sociedade utópica baseada na organização eclesiástica, mas cuja fé estaria no progresso. Acreditava que a ciência e a técnica unidas governariam o mundo do futuro, cuja paz seria assegurada por um novo parlamento europeu e a propriedade pertencente ao Estado. Foram vários seus seguidores, os sansimonianos, os quais formaram até igrejas – cujas divindades eram a Razão, o Progresso e a Civilização industrial e humanitária –, sendo um de seus mais entusiastas Barthélemy Prosper Enfantin (1796-1864), criador do jornal *Le Producteur* (*O Produtor*), que visava combater a herança dos meios de produção e da terra; e abolir definitivamente o interesse do Capital.

A humanidade entrava rapidamente na era da fé no progresso. Ou melhor, a história – imaginada pelos antigos como uma série de ciclos que se repetiam, isto é, um conjunto das mesmas recorrências de tempos e coisas temporais que se repetiam interruptamente – passava a ser concebida como algo que tem início e fim, o que foi inclusive influenciado pela afirmação crescente do cristianismo, que apontava a destinação da vida em direção à salvação eterna. Isto também seria

reforçado com o lançamento das teorias evolucionistas. Contudo, foi o Iluminismo que estabeleceu definitivamente a concepção de um desenvolvimento linear na história. Ainda que grandes sistemas histórico-filosóficos organizados em torno da questão do progresso tenham sido relativamente raros no século XVIII, praticamente todos os pensadores iluministas possuíam a fé em que o mundo se aperfeiçoaria gradualmente e em que tudo se encaminharia para o melhor[29].

> Na Europa, notadamente em países como a Inglaterra, Alemanha e França, registrou-se uma elevação das taxas demográficas e uma rápida e desordenada urbanização logo após a *Revolução Industrial*. Consideráveis problemas relativos à qualidade de vida nas cidades foram ali observados nos séculos XVIII e XIX [...] Num momento em que era preciso assegurar mão-de-obra suficientemente capaz de movimentar a acelerada industrialização surgem, principalmente na Inglaterra, preocupações no sentido de proporcionar boa qualidade de vida à população da cidade para um profícuo desenvolvimento do trabalho humano necessário à produção fabril (MENDONÇA, 1994:65).

Foi justamente dentro desse contexto, que cresciam em número e intensidade as distinções entre a vida urbana e a rural. Aos poucos, a idéia da cidade "naturalizada" passou a ser considerada como um modo de terapia para o homem urbano e buscou-se transformar a cidade "enferma", passível de profundas intervenções, em nome da higiene e bem-estar humanos. Paralelamente, negando-se as cidades industriais existentes na época, vários pensadores formularam teorias utópicas, cujas linhas de pensamento serviriam ainda hoje como apoio para uma ação consciente de reforma da paisagem urbana e rural.

Os planejadores socialistas utópicos – ou *pré-urbanistas progressistas* – viriam a manifestar sua fé e vontade na transformação da sociedade na forma de cidades ideais ou comunidades-modelo que, embora diversas, praticamente apresentaram uma estrutura espacial comum.Para eles, conforme GUIMARÃES (2004), o conceito de espaço opunha-se à velha ordem das coisas, ou seja, a padrão espacial dos progressistas não se baseava na continuidade dos sólidos, mas antes na continuidade dos vazios, de onde elementos construídos deveriam emergir separadamente. Deste modo, ar, luz e vegetação passariam a ser os símbolos do progresso; e a dispersão considerada essencial para a higiene física e mental, explicitando-se as influências do pensamento de Morus e Platão.

---

[29] No decorrer de todo o século XIX, os utopistas passaram a usar repúblicas ou sociedades imaginárias para apresentar seus pontos de vista políticos, tais como G.A. Ellis, com *New Britain: a narrative of a journey* (1820), que expressava uma visão das comunidades experimentais norte-americanas; ou Robert Pemberton (1788-1879), com *The happy colony* (*A colônia feliz*, 1854), que parodiava o movimento utópico britânico. Já Samuel Butler (1835-1902) fez a futurista *Erewhom* (1872), satirizando as injustiças da Inglaterra vitoriana ao descrever uma sociedade, cujas leis, princípios morais e concepções científicas tinham se transformado na sua própria oposição. Também devem ser destacadas as obras de bases utopistas: *Progress and poverty* (*Progresso e pobreza*, 1880), de Henry George (1839-1897); *Looking backward: 2000 to 1887* (*Olhando para trás*, 1888), de Edward Bellamy (1850-1898); e *News from nowhere* (*Notícias de nenhuma parte*, 1891), de William Morris (1834-1896). Em sua obra, utópica e, ao mesmo tempo, poética e humana, Morris mostrava o retorno a uma sociedade agrícola e artesanal, em cujo seio a luta de classes rompia com o "Socialismo Estatal", além de apresentar a concepção social-democrata de um "programa mínimo" de reformas graduais e um "programa máximo" a ser implementado em um futuro indefinido. Seu livro oferecia uma solução para se alcançar uma genuína democracia de trabalhadores, da mesma forma que defendia a vida harmoniosa junto à natureza.

Com bases na utopia monástica, um dos maiores exemplos do *progressismo* foi o industrial Robert Owen (1771-1858), um reformador galês de origem modesta, que chegou a empresário – era proprietário de uma tecelagem de algodão, em New Lanark, Escócia –, elaborando um sistema baseado na cooperação mútua e na autogestão de bens. Em *A new vision of society* (*Uma nova visão da sociedade*, 1813), Owen defendia a idéia de que era necessário reconstruir o ambiente a serviço do homem, antes de se pensar em qualquer vantagem econômica, individual ou política. A partir de então, elaborou um modelo ideal de convivência, no qual as habitações seriam agrupadas em volta de um grande espaço aberto, onde se localizariam os edifícios comunitários. As casas seriam comunais, com dormitórios, refeitórios, salas e escolas. Envolvendo as moradias, haveria grandes jardins e hortas; e, em um dos lados do conjunto, situar-se-iam a fábrica e as oficinas. Além de uma estrada, todo um cinturão agrícola circundaria todo o complexo. Nesta comunidade, a maquinaria para os trabalhos seria moderna e todos estariam obrigados a produzir (FIG. 4.16).

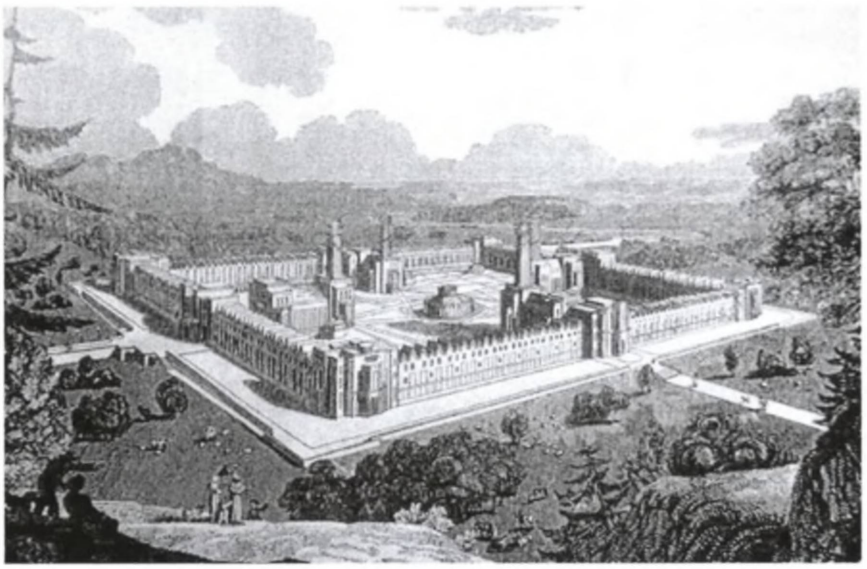


FIGURA 4.16 – Modelo para a comunidade de *New Harmony* (1826), Indiana EUA: proposta utópica de Robert Owen (1771-1858). (**FONTE**: ACADEMIC BROOKLIN, 2005)

Em suma, sua proposta consistia em que cada habitante da pequena cidade – em número de cerca de 300 a 2.000 – cultivasse cerca de um acre e vivesse junto às suas famílias em apartamentos privativos, dispostos em formato de paralelogramo ao redor de uma grande praça de alimentação coletiva, cuja iniciativa de construção deveria partir de capitalistas. Não se contentando apenas com a proposição desse sistema que, para ele, beneficiaria os desempregados com base na suposição de que a comunidade seria auto-sustentável, partiu para colocar em prática suas idéias utópicas. Em 1824, mudou-se para os EUA e fundou a colônia de *New Harmony*, em Indiana, uma cidadezinha para uma comunidade restrita, com o objetivo de implementar seu plano para uma "uma cidade de tipo coletivo onde se combinava a atividade industrial com a agricultura" (GOITIA, 1996:162).

> Nutrido de "cultura técnica", adquirida pelo convívio forçoso com o mundo industrial, Robert Owen permanecerá ao longo da vida um autodidata, convencido de que "o caráter do homem é um produto do qual ele não é mais que a matéria-prima". Tal postulado, que tem o mérito da simplicidade, é a base de seu sistema racional de reorganização de toda a sociedade. Para ele, o homem é um joguete das circunstâncias sociais e econômicas, e a natureza humana, boa e generosa, é deformada pela sociedade. É preciso, portanto, mudar a sociedade a fim de devolver à natureza humana sua benéficas tendências. "A natureza", diz ele, "nos havia dado um solo capaz de produzir com abundância tudo que o homem possa desejar: em nossa ignorância plantamos espinheiros em lugar da vinha". Assim, é indispensável corrigir tal "ignorância" e instruir a todos, a fim de melhorar seu caráter. Essas idéias sobre a educação, como meio de fazer os indivíduos evoluírem, [seriam talvez] inspiradas no *Emílio* de Jean-Jaques Rousseau (PAQUOT, 1999:39-40).

De acordo com BENÉVOLO (1998), Owen defendia a teoria que a comunidade imaginada seria capaz de cultivar padrões satisfatórios de qualidade de vida através do desenvolvimento auto-sustentável. Ele tinha como preceitos fundamentais de sua cidade, cujo número ideal de moradores seria de 1.200 pessoas, a relação de harmonia e cooperação entre os membros do grupo e a educação, assim como o estreito contato com a natureza. Apesar da iniciativa de implementação da sua proposta nos EUA ter frustrado suas expectativas, essas idéias marcaram o início de uma nova linha de pensamento da qual adviria, pouco a pouco, a experiência urbanística moderna: a fé nas possibilidades de desenvolvimento e progresso.

Assim como Owen, o comerciante francês Charles Fourier (1772-1837) também desenvolveu uma proposta de cidade ideal, *La Falange*, a qual seria desenvolvida em anéis concêntricos, partindo de um núcleo comercial e administrativo, circundado pela área industrial e esta, por sua vez, pelo setor agrícola. Sua comunidade poderia ser definida, de acordo com CHOAY (1992), como um modelo de habitação coletiva, de oficinas-modelo e de construções rurais-tipo. Criada para aproximadamente 1.600 habitantes, caracterizava-se pela disposição sistemática de lugares e atividades; assim como pelo "falanstério"; um edifício monumental no qual as pessoas viveriam de forma comunitária. Tais idéias baseavam-se em um sistema filosófico-político, que propunha a união de esforços para se alcançar um estado de harmonia universal, conseguido somente com a satisfação de "paixões" naturais, pois

> [...] el mundo había pasado por cuatro estadios: barbarie, salvajismo, sociedad patriarcal y civilización, y ahora se avecinaba la etapa decisiva, la de la armonía. Como premisa se requería la explotación total de todas las tierras del globo. Para ello era necesario superar el individualismo mediante el paso de la codicia simple – o individual – a la compuesta – o social –, es decir, la coincidencia de los intereses individuales con los sociales (CARANDELL, 1974:99-100).

A visão fourieriana da história era evolucionista, já que supunha a passagem de um período primitivo (*Éden*) a períodos intermediários e destes à civilização. Tal como em Rousseau, havia a certeza de que nas origens o homem era mais feliz, achando-se oprimido no estado

civilizatório, que não era visto como gerador de bem-estar, mas de sofrimentos e misérias. Conforme OLIVEIRA (1998), há entretanto uma diferença: enquanto para Rousseau o homem submetia as paixões individuais ao domínio da Razão, para Fourier, era preciso dar vazão aos desejos, pois considerava a busca do prazer o objetivo final da vida. Segundo ele, "as leis da atração passional estavam em tudo de acordo com as leis da atração material explicadas por Newton e Leibniz" (p.100), havendo uma unidade de sistema de movimento no mundo material e espiritual cujo mentor inquestionável é Deus.

Todas as obras de Charles Fourier, entre as quais *La théorie des quatre mouvements et des destinées générales* (*A teoria dos quatro movimentos e dos destinos gerais*, 1808), *Traité de l'association domestique agricole* (*Tratado da associação doméstica agrícola*, 1823) e *Le nouveau monde industriel et sociétiaire* (*O novo mundo industrial e societário*, 1829), além de vários textos e fragmentos que passaram a ser conhecidos postumamente, representaram uma inesgotável fonte de proposições visando à implantação de uma sociedade totalmente livre, o que foi alvo de muitos censores, sem contar às vezes que suas idéias acabaram vulgarizadas por posturas redutoras e, de certo modo, moralizadoras (FIGS. 4.17 e 4.18). De qualquer forma, não há dúvida de que o princípio elementar em que ele se apoiava era realmente revolucionário: "todas as paixões são confessáveis e têm de ser vividas!" (PAQUOT, 1999:56.).

FIGURA 4.17 – Perspectiva de um *Phalanstère* ou *Palais Sociétaire dédié à l'humanité* (1832), criado por Charles Fourier (1772-1837). (**FONTE**: BENÉVOLO, 1998)

Fourier criticava ferozmente a sociedade burguesa, em especial devido ao parasitismo dos comerciantes, os abusos da competência liberal, o poder dos monopólios, os erros da agricultura, a proletarização das massas, a alienação derivada da monotonia das indústrias, a escravatura das mulheres e a corrupção política e moral. No domínio do erotismo e da sexualidade, admitia todas as perversões e aceitava todas as fantasias, pois, para ele, "a sexualidade é inocente". Em 1832, passou a publicar o semanário *Le Phalanstère*, o qual pregava a formação de suas sociedades cooperativas de produção e consumo, os "falanstérios" ou "palácios sociais". Sobretudo por insuficiência de capital – além das polêmicas embutidas em suas idéias –, a maioria das tentativas de se colocar em prática seu modelo urbano acabaram fracassando. Mesmo assim apareceram alguns discípulos, entre os quais Victor Considérant (1808-1893), na França; e Wilhelm Weitling (1808-1871), na Alemanha.

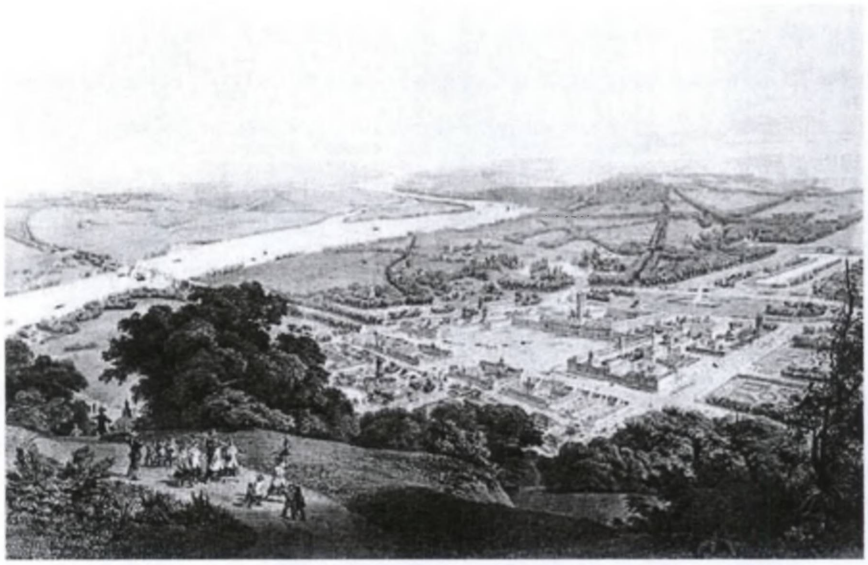


FIGURA 4.18 – Vista geral do local de implantação do falanstério proposto por Charles Fourier (1772-1837). (**FONTE**: TISCALI, 2005a)

Segundo CARANDELL (1974), Considerânt abandonou o exército para se tornar fourierista, publicando várias obras para propagar as idéias de seu mestre, porém abandonando algumas de suas opiniões, especialmente quanto à emancipação das mulheres, o amor livre, o desaparecimento da família e a educação coletiva das crianças. Por outro lado, acreditava que era possível estabelecer falanstérios sob qualquer sistema político, mesmo que monárquico. Juntamente com Albert Brisbane (1809-1890), um fourierista norte-americano, criou, entre 1853 e 1855, um "falanstério" no Texas chamado *The meeting* (*A reunião*) que, embora não tenha dissolvido a família, também fracassou. Brisbane difundiu as teorias de Fourier nos EUA com obras como *Social destiny of man* (*Destino social do homem*, 1840), as quais influenciaram muitos teóricos do século XIX[30].

O único entre os discípulos de Fourier a alcançar relativo sucesso no seu empreendimento, o "familistério", foi Jean-Baptiste Godin (1817-1889), um industrial francês que também financiou o empreendimento de Considerânt e Brisbane no Textas; e fundador de uma oficina metalúrgica em Guise, França, iniciada em 1859 (FIGS. 4.19 e 4.20). BENÉVOLO (1994) descreve o "familistério" como uma redução do modelo fourierista, sendo o edifício igualmente formado em três blocos fechados, mas com pátios menores e cobertos por vidros, desempenhando as funções das *rues*

[30] Muitos norte-americanos converteram-se ao fourierismo, como o jornalista Horace Greeley (1811-1872) que, como editor do *Tribune* de Nova York, encarregou Brisbane da publicação diária de uma coluna sobre as idéias de Fourier. Greeley acusava dos males da sociedade os proprietários que tinham mais terras do que podiam trabalhar. Como solução, propunha a associação entre Capital e indústria, de modo que os ricos e os cultos iniciassem a organização para depois todos participarem através de ações obtidas graças ao trabalho, suprimindo-se assim, paulatinamente, as diferenças econômicas e sociais. Em meados do século XIX, nasceram várias associações utopistas e passou-se a publicar o jornal *Phalanx*, órgão de difusão do fourierismo nos EUA, o qual mantinha relações com os pensadores e escritores naturalistas Ralph Waldo Emerson (1803-1882) e Henry David Thoreau (1817-1862); e propunha-se a estabelecer colônias para provar a razão do socialismo utópico. Na Rússia, Nicolas Tchernichevski (1828-1889) publicou, em 1863, um romance inspirado nas idéias de Fourier chamado *Que fazer? Os novos homens*, cujo título foi emprestado por Lênin (1870-1924) para seu célebre ensaio político *Que fazer?* (1902). Além disso, o fourierismo teve várias adaptações romanescas na Europa.

intérieures de Fourier. Diversamente da vida comunitária e também do caráter agrícola do "falanstério", no "familistério" optou-se pelo regate da vida familiar, além do trabalho industrial assumir um caráter hegemônico no empreendimento. Godin disse:

> [...] Não foi ainda a realização da felicidade o que eu inaugurei, mas apenas um paliativo aos sofrimentos das classes operárias. É o bem-estar físico e moral que eu busco criar para eles, dentro dos limites de uma aplicação e distribuição mais igualitárias dos frutos do trabalho [...] Os *familisterianos* mostrarão o caminho a seguir para se tornarem uma elite, mas uma elite aberta a todos, com a condição apenas de adotarem as regras ditadas pelo fundador. A *justiça* é merecida. O *dever* é um direito. O *trabalho* é a chave do edifício social e existencial – um trabalho que estimule todas as qualidades do trabalhador (GODIN apud PAQUOT, 1999: 59-60).

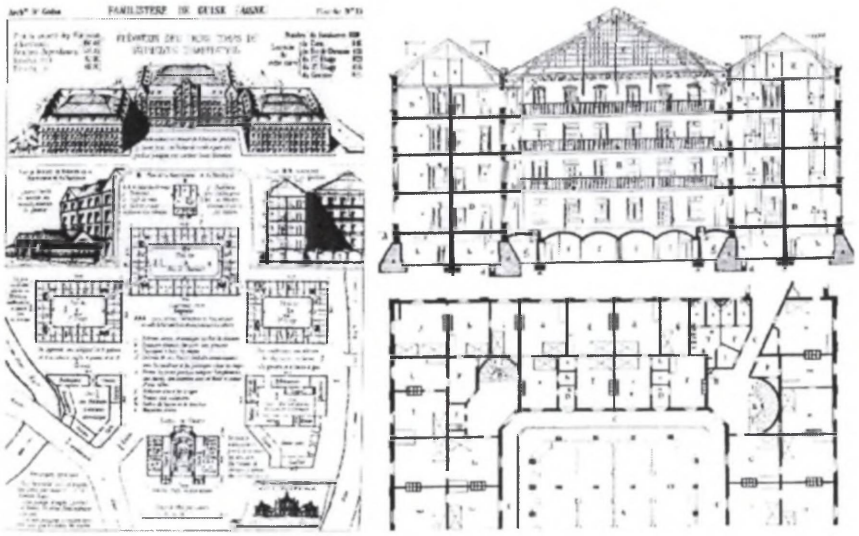


FIGURA 4.19 – Projeto para o *familistério* de Guise, proposto por Jean-Baptiste Godin (1817-1889).
(**FONTE**: TISCALI, 2005b)

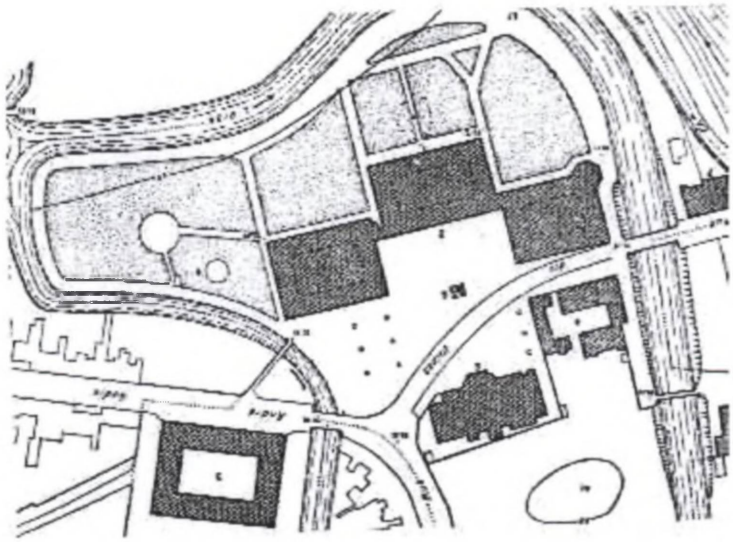


FIGURA 4.20 – Implantação do "familistério" em Guise, segundo Jean-Baptiste Godin (1817-1889).
(**FONTE**: BENÉVOLO, 1998)

Em 1849, James Silk Buckingham (1786-1855) publicou sua obra intitulada *National evils and pratical remedie with a plan of a model town* (*Males nacionais e medidas práticas com um plano de uma cidade-modelo*, 1849), em Londres, na qual propôs um novo modelo de cidade a ser repetido em série para combater o desemprego. *Victoria*, a primeira dessas cidades, segundo TROPEA (2005), assim batizada em homenagem à rainha da Inglaterra – posteriormente rebatizada de *Queen* – , consistiria em um quadrado de uma milha de lado destinado a abrigar 10.000 pessoas (FIG. 4.21).

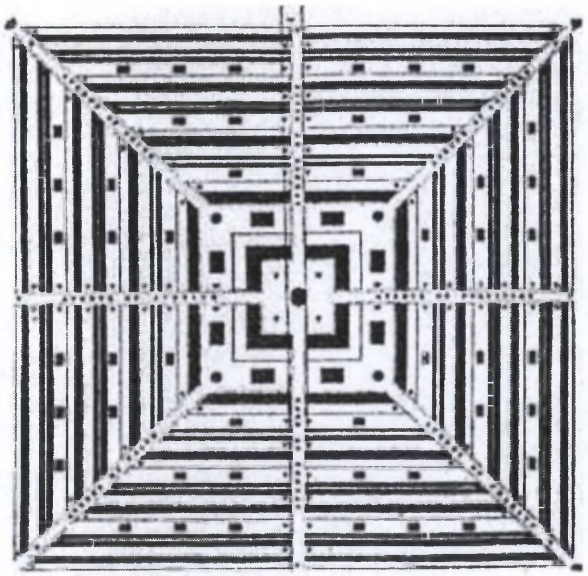


FIGURA 4.21 – Modelo urbanístico da cidade de *Victoria*, criado por James Silk Buckingham (1786-1855). (**FONTE**: TROPEA, 2005)

Nessa cidade-modelo, Buckingham previa uma explícita divisão de classes sociais e de regras, o que refletia também no traçado urbanístico. As habitações estariam dispostas em sete fileiras concêntricas: no centro da cidade estariam as residências espaçosas da classe alta, enquanto os operários de estratos inferiores viveriam na periferia externa, próximos às fábricas, estas situadas no espaço externo à cidade. Do mesmo modo, as escolhas estilísticas de cada edificação seguiriam a diferença entre as classes (KOSTOF, 1999). Em *Victoria*, estariam previstos todos os tipos de serviço social e para a sua realização utilizar-se-ia uma técnica muito "avançada" para a época: uma torre de 300 pés de altura, que iluminaria toda a cidade da praça central (FIG. 4.22). Seus principais objetivos seriam o de unir o máximo grau de ordem, espacialidade e higiene, com a máxima abundância de luz e ar, além de um perfeito sistema de esgotos, com conforto e convivência de todas as classes.

> Buckingham dà grande importanza agli aspetti igienici della città. Victoria infatti, come le città ideali del Rinascimento, nasce dal desiderio di ordine, che si contrappone al disordine circostante, al *caos* della città industriale [...]Questo fatto è esemplificativo di come, dopo il 1848, nella elaborazione di nuovi modelli ideali di città si ponga l'attenzione principalmente agli aspetti urbanistici, a discapito di quelli politico-sociali che infatti nella *Victoria* di Buckingham e nella *Hygeia* di Richardson (che era medico e studioso di problemi sociali della medicina) quasi non compaiono (TROPEA, 2000:2).

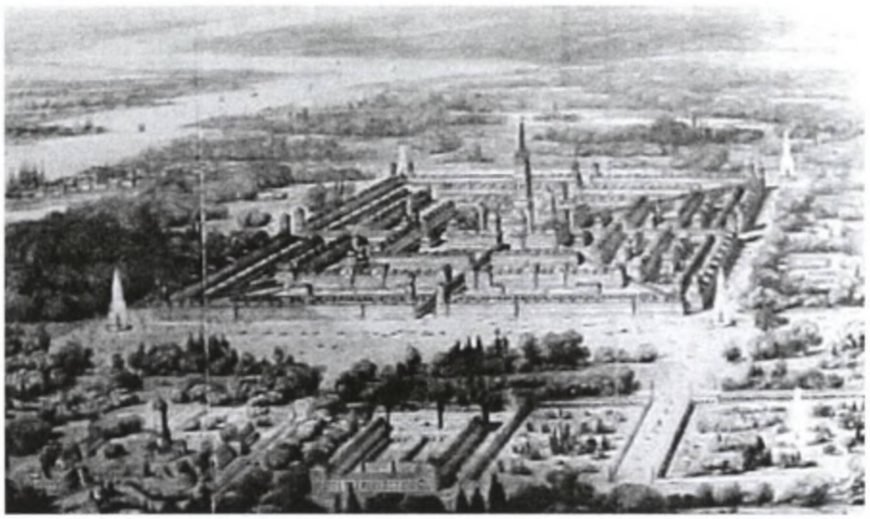


FIGURA 4.22 – Vista geral da proposta de James Silk Buckingham (1786-1855) para a cidade ideal de *Victoria* (1849), na Inglaterra. (**FONTE**: KOSTOF, 1991)

Ao se mudar para Londres, em 1834, o francês Étienne Cabet (1788-1856) conheceu Owen e, influenciado pelas idéias de Morus, Rousseau, Diderot e Babeuf, lançou *Voyage en Icaria* (*Viagem à Icaria*, 1842), onde apresentava uma nação utópica dividida em 100 províncias; e cada uma delas possuindo dez distritos municipais, sendo que no centro de cada um destes haveria uma capital. A cidade de *Icaria* era formada por ruas amplas, rodeadas de jardins e com quarteirões formados por 15 casas iguais, onde a vida humana seria muito organizada e toda a propriedade – seja da terra, das casas ou das indústrias – pertenceria ao Estado (FIG. 4.23). O produto do trabalho seria divido eqüitativamente entre os trabalhadores, as roupas seriam uniformizadas e a educação ocorreria entre os 5 e os 17 anos, a partir de quando cada um aprenderia o ofício que preferisse (CARANDELL, 1974).

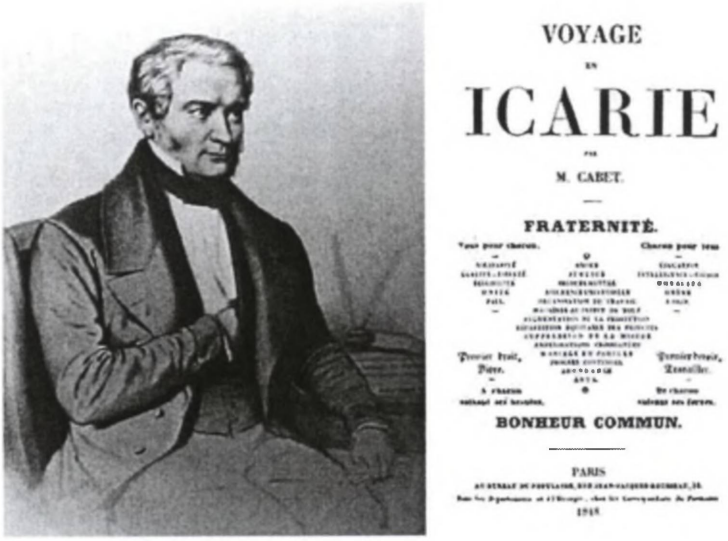


FIGURA 4.23 – Retrato de Étienne Cabet (1788-1856) e a primeira página de *Voyage en Icaria* (1842). (**FONTE**: CARANDELL, 1974)

Cabet acreditava que sua *Icaria* era um projeto para ser posto imediatamente em prática e, em 1848, mudou-se para os EUA, onde intentou fundar uma colônia em Nauvoo, no Illinois, com 500 imigrantes cabetistas, aos quais se juntaram novos grupos. Contudo, desde o início, houve brigas e desavenças, mas a colônia conseguiu resistir até 1855, um ano antes da morte de seu entusiasta comunitarista. Cabet teve vários discípulos tanto no plano político como utópico, tendo sua fama expandindo-se por toda a Europa, inclusive na Espanha, através de nomes como Narcís Monturiol i Estarriol (1819-1885), inventor do submarino *Ictíneo* e fundador do jornal utopista *La Fraternidad* (1847/48); e José Anselmo Clavé (1824-1874), fundador das sociedades de corais.

Foi justamente na Espanha que surgiu uma oportunidade de aplicação na prática de alguns dos anseios utopistas, principalmente quanto à disparidade visível entre o nível de vida possível na era industrial e a degenerescência enfrentada pela população proletária urbana. Em 1859, Ildefonso Cerdà (1815-1876) foi encarregado pelo rei espanhol de executar um plano de expansão para Barcelona, o qual foi imposto ao Município e conseguiu organizar seu desenvolvimento até início do século XX, moldando a imagem contemporânea da cidade. Baseado em um grelha ortogonal, com módulos ou quadras de 113 m de largura e vias de 20 m de perfil, de tal modo que cada conjunto de nove quarteirões e vias correspondentes se inscrevesse em quadrados de 400 m de lado, o sistema era cortado por diagonais que confluíam em uma grande praça e faziam surgir quarteirões triangulares.

> Cerdà left the old city of Barcelona intact, and spread an unvarying grid across more than 10 square miles (26 sq. km) of flat land outside the medieval city walls. The streets were all of equal width, 20 meters (66 feet), and the square blocks had cut-ff corners of a length that matched this street width. The buildings were also to the locked into this proportional relationship, being uniformly as high as the street was wide. To Cerdà, the squared block "is clear and genuine expression[...] of mathematical equality, which is the equality of rights and interests, of justice itself" (KOSOF, 1991:152).

Além disso, segundo GUIMARÃES (2004), o plano também inovava por romper com o sistema tradicional da construção contínua na periferia das quadras, em cujo interior, de modo ordenado pelas vias, dispunham-se os edifícios: em uma primeira hipótese, a ocupação periférica dava-se somente em dois lados do quarteirão, em cujo interior do espaço surgido entre ambos blocos paralelos, criar-se-iam "corredores arborizados com equipamentos comunitários"; e, em uma segunda hipótese, os edifícios adquiriam maior liberdade de implantação, podendo-se dispor em "L" e, com quatro "L", formar uma praça no cruzamento de duas vias. Os quarteirões organizar-se-iam como centros cívicos próprios, contendo igreja e escola, antecipando a idéia de *unidades de vizinhança*[31].

[31] No plano catalão de 1859, Cerdà anteviu as potencialidades decorrentes da independência entre ruas, espaços urbanos e planos marginais dos edifícios, porém suas idéias, por serem demasiado avançadas ou anti-especulativas, não foram em todo acatadas, permanecendo o traçado viário principal e as quadras convencionais em Barcelona. Em *Teoria general de la urbanización* (*Teoria geral da urbanização*, 1867), ele antecipou o planejamento urbano moderno ao procurar coordenar os aspectos espaciais e físicos com preocupações funcionais, sociológicas, econômicas e administrativas, considerando pela primeira vez a cidade como "um organismo complexo e integrador de vários sistemas" (GUIMARÃES, 2004: 75).

O plano de Barcelona quebrou regras de composição clássico-barrocas e, embora os espaços-tipo edificáveis como a rua, a praça, o parque e a avenida, tenham permanecido, não se organizavam obrigatoriamente a partir dos quarteirões, já que os edifícios podiam dispor-se livremente no interior das quadras (Ver CAPÍTULO 1). Vale destacar que, embora contemporâneas, as visões de Haussmann e de Cerdà eram substancialmente distintas, ainda de acordo com GUIMARÃES (2004), já que, no primeiro caso, tratava-se de reordenar e adaptar a cidade existente, enquanto que em Barcelona, organizava-se o crescimento em expansão. Além disso, o interior do "quarteirão" que em Paris era espaço privado – ou semi-privado – , no segundo caso, podia tornar-se espaço público.

No pré-urbanismo utópico, não se pode deixar de citar a *Ciudad Lineal de Madrid*, do engenheiro espanhol Arturo Soria y Mata (1844-1920), idealizada entre 1882 e 1920 (FIG. 4.24). Soria y Mata, ao contrário da maioria dos utopistas, acreditava que a maior causa dos problemas urbanos era a configuração "circular" das aglomerações; assim, o princípio básico de sua proposta passou a ser a adoção do formato linear como mecanismo para a resolução de problemas como a especulação imobiliária, os congestionamentos e a marginalização da população periférica. Seu modelo de cidade ideal eliminava a distinção entre centro e periferia uma vez que se caracterizava em um único e "contínuo cinturão urbano, paralelo às linhas de transporte, para ligar os centros históricos mais antigos" (MUMFORD, 2001:460). Ele defendia a idéia que esta "cidade-rua" – que deveria possuir uma largura média de 500 m – poderia ser prolongada indefinidamente segundo a necessidade, isto é, "podia chegar de Cádiz a São Petersburgo, entre a cidade de Madri e outras povoações, com uma linha central de elétrico, para ligar serviços e edificações de casas familiares" (BARTOLOZZI, 1998:20).

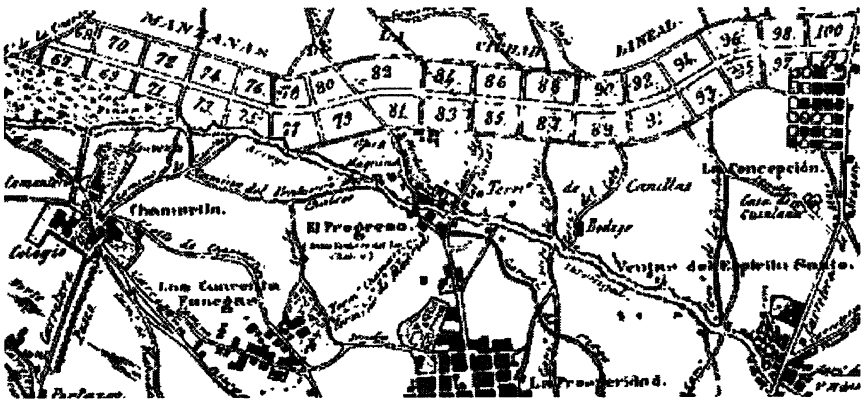


FIGURA 4.24 – Plano para a *Ciudad Lineal de Madrid*, proposto em 1886 por Arturo Soria y Mata (1844-1920). (FONTE: CECCHINI, 2005)

Publicado em 1882 pelo jornal madrileno *El progreso*, segundo CECCHINI (2005), o modelo de Soria y Mata procurava responder aos problemas emergentes do inchaço e do aparecimento da periferia em grandes cidades industriais, a partir da centralização de infra-estruturas, com a mecanização dos transportes e a melhoria das condições higiênicas de vida urbana. O projeto propunha a realização de um distrito alongado em 5,2 km nos arredores orientais de Madri, tomando como

elemento estruturante linear a linha de bonde elétrico (*ferrocarril*). A "cidade-linear" partiria de núcleos preexistentes, as "cidades-ponto", que se constituiriam, em escala territorial, nos vértices de triângulos, cujos lados seriam formados pelas novas instalações lineares. As expansões urbanas seriam previstas a baixa densidade e aconteceriam isoladas ao longo da linha férrea, com uma profundidade constante. A superfície interna às "triangulações" seria destinada às atividades agrícola e industrial. Em escala menor, as testadas frontais teriam destino residencial, enquanto que nas porções posteriores deveriam estar localizados os equipamentos coletivos ou serviços públicos[32].

Prevendo a construção da linha férrea por iniciativa privada, a qual se iniciou em 1890, o projeto encontrou uma série de dificuldades para sua conclusão. Contudo, o modelo retornou em 1930, na URSS, quando foi aplicado na concepção do plano urbanístico de Stalingrado, cidade que se estende por 65 km ao longo do rio Volga e que está constituída de seis faixas paralelas: o rio, o parque, a área residencial, a circulação, a zona verde e a ferrovia. Em 1945, Le Corbusier (1887-1965), no plano de reconstrução de Saint-Dié-des-Voges, situada na França, retornou à idéia da cidade-linear, esta desenvolvida ao longo de uma auto-estrada[33].

As poucas propostas desses pioneiros que saíram do papel sofreram expressivas reformulações para serem implantadas no mundo real. Para CHOAY (1992), isto se deveu ao fato da maior parte de suas idéias se pautar no imaginário, desconsiderando aspectos relevantes do contexto

---

[32] Soria y Mata previa-se a implantação de casas isoladas nos lotes, estabelecendo-se que a superfície coberta deveria ser igual a 1/5 do terreno, sendo o restante destinado à área verde cultivável. Estimava-se assim uma densidade média de 10 residências por hectare de superfície de terra. A via principal possuiria uma seção complexa de 40 m, cujas faixas seriam separadas por arbustos, distribuídos simetricamente em relação ao eixo, à plataforma do bonde (7 m), ao passeio dos pedestres (3 m), à ciclovia (4 m) e à estrada carroçável (6 m). De modo ortogonal em relação ao eixo principal, dispor-se-iam as vias transversais de 20 m de largura, cruzando-o a cada 80 ou 100 m. A 200 m da via principal, situar-se-ia a estrada posterior, com 10 m de largura, que constituiria o limite externo da cidade linear. A malha viária seria estabelecida em retícula de 80-100m por 200 m, com o lado curto paralelo ao eixo principal: divisão esta porém adaptável à morfologia e as necessidades do local que receberia a intervenção, não devendo ultrapassar 500 m de profundidade. O loteamento seguiria a forma de 20 x 20 m, embora as dimensões dos lotes dependeriam da sua localização e da classe de seus proprietários: os maiores (de até 6 formatos) estariam distanciados da via principal e pertenceriam aos mais ricos; os lotes intermediários (de 2 a 3 formatos) estabeleceriam-se nas vias transversais, pertencendo à classe média; e os lotes pequenas situar-se-iam na zona mais externa na cidade, ao longo da via traseira, de propriedade dos mais pobres. Não haveria nenhuma separação entre o espaço público e privado, não sendo previstos percursos ou espaços públicos em seu interior. Ao eixo central, corresponderia a distribuição de instalações que alimentariam a cidade, situadas em cabines ou quiosques (CECCHINI, 2005).

[33] Em novembro de 1944, todo o centro histórico de Saint-Dié-des-Voges foi dinamitado e destruído; e boa parte de seu patrimônio público e privado perdido. Para sua reconstrução a partir de escombros e esqueletos de edificações, Jean-Jacques Duval convocou, no ano seguinte, Le Corbusier, arquiteto já célebre por suas realizações, projetos e escritos. O mestre, percebendo a magnitude do que seria a reconstrução francesa no segundo pós-guerra, refletia durante o período de guerra e já preparava propostas a serem colocadas em prática, de moradias provisórias às cidades novas inteiras. Nomeado *architecte-conseil* da cidade, elaborou um projeto revolucionário, associando casas individuais e habitações coletivas, separadas por vias de circulação e caminhos para pedestres em uma ampla área verde onde cada localização foi pensada funcionalmente. O plano revelava notavelmente, à margem direita do rio, grandes edificações distanciadas a 400 m umas das outras. Apesar dos numerosos apoios oficiais e do entusiasmo de seus pares, Le Corbusier acabou refazendo a proposta através de uma solução mais tradicional que preservava os interesses dos proprietários e empreendedores regionais. Destacou-se a construção, entre 1948 e 1951, da *Usine de Claude et Duval*, uma fábrica verde projetada em 1947 por ele segundo as normas do *Modulor* e que serviu como experimento para algumas inovações, como o *brise-soleil* e a policromia, antes da sua aplicação na *Unité d'Habitation* de Marseille. Baseada na teoria da cidade linear, o plano de Saint-Dié obedecia seus três imperativos básicos: insolação, espaço e natureza. Modelo único e exemplo da obra do arquiteto, a cidade foi tombada como monumento histórico em 18 de maio de 1988, sendo estudada no mundo todo como um exemplo de urbanismo moderno (GRANDIDIER, 2005).

social, político e econômico de sua época; ou, segundo as palavras da autora: "os primeiros urbanistas têm poder reduzido sobre o real: ora têm que enfrentar as condições econômicas desfavoráveis, ora se chocam com todo o poder de estruturas econômicas e administrativas herdadas do século XIX" (p.18). Tanto os pré-urbanistas progressistas como os teóricos socialistas utópicos receberam muitas críticas[34], o que fez com que as propostas se tornassem mais raras a partir de 1850. Mesmo assim apareceram ainda algumas tentativas, como a de Goodwyn Barmby (1820-1881), discípulo de Owen, que propôs uma utopia comunista baseada nos progressos da ciência e de características exacerbadas, exposta no *Book of Platonópolis*, desaparecido.

Por sua vez, Edward G. Bulwer-Lytton (1803-1873), seguindo os utopistas conservadores, propôs, com *The coming race* (*A raça futura*, 1871), um Estado ideal situado no subsolo e habitado pelos *vril-ya* – termo cunhado a partir de *vril*, espécie de energia atômica que proporcionaria grande abundância de bens; e impossibilitaria guerra e poder, já que todos teriam a capacidade de destruir o mundo. Isto constituiu na primeira *distopia* ou *antiutopia*[35], já que a felicidade –derivava do poder do *vril* e do temor que inspirava – era não-humana.

Marx e Engels tiveram por projeto fazer passar o socialismo da utopia à ciência, avaliando a crítica social de autores como Saint-Simon, Owen e Fourier como positiva, já que eram o testemunho do "primeiro período de luta embrionária entre o proletariado e a burguesia" (*The Communist Manifest*, 1848). Através dela, introduziram-se reivindicações futuras, tais como a supressão da oposição entre campo e cidade ou o fim do trabalho assalariado. Tratava-se de instaurar o treino da Razão e da Justiça e isso com uma inegável tendência materialista. Embora essencialmente inadequadas ao dinamismo da realidade, suas ações desempenhariam, na opinião desses autores, importante papel no movimento de tomada de consciência de si pelo proletariado (LA CROIX, 1996).

---

[34] Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) trataram várias vezes dos socialistas utópicos. No terceiro capítulo do *The Communist Manifest* (*Manifesto Comunista*, 1848), ressaltaram sua crítica à sociedade existente e a tomada de consciência por parte do proletariado, mas acusaram os utopistas de não proporem meios adequados para alcançar a sociedade ideal. Segundo SZACKI (1972), a obra de Marx foi a busca de uma ponte entre a utopia e a política; entre a utopia como visão da sociedade ideal e a política como a capacidade de direção das forças atuantes na sociedade existente. "A passagem da realidade ao ideal parecia ser possível, ainda que a oposição entre os dois continuasse a ser vista como absoluta" (p.101). Em *The development of socialism: from utopia to science* (*O desenvolvimento do socialismo: da utopia à ciência* (1880), Engels incluiu como socialistas utópicos Morelly, Babeuf, Saint-Simon, Owen, Fourier e Cabet, acusando-os de somente proporem ideais abstratos de sociedades, esquecendo-se que o verdadeiro comunismo, o científico – representado por ele e Marx –, consistia na realização daqueles objetivos no marco histórico concreto. Tanto Marx como Engels negaram-se a profetizar acerca da futura sociedade comunista ou a estabelecer modelos de utopia: a sociedade resultante da implantação do comunista seria impossível de se prever (CARANDELL, 1974).

[35] Uma *antiutopia* ou *utopia negativa*, ao invés de apresentar um futuro imaginário ideal, mostra um pesadelo possível, ou seja, provoca mais horror que admiração; aliena mais que encoraja. Enquanto a *utopia positiva* ou *clássica* mostra a sociedade completamente livre de todo mal, a sociedade antiutópica é completamente má. Na literatura, no início do século XX, as *distopias* tornaram-se mais freqüentes, tais como: *Back to Methuselah* (*Volta a Matusalém*, 1921), de Georg Bernard Shaw (1856-1950); *Brave new world* (*O admirável mundo novo*, 1932), de Aldous L. Huxley (1894-1963); *Lost horizon* (*Horizonte perdido*, 1933), de James Hilton (1900-1954); e *Nineteen eight-four* (*1984*, 1949) de George Orwell (1903-1950). Entretanto, é importante observar que a fronteira entre a utopia positiva e a negativa é bastante tênue, pois sempre existe certa oposição entre os próprios ideais e os ideais alheios, ou melhor, como notou Margaret Mead (1901-1978), "o sonho de um indivíduo é o pesadelo de outro" (SZACKI, 1972:112). Por sua vez, uma apresentação deturpada dos ideais de adversários também pode mostrá-los como inaceitáveis e repulsivos e, conseqüentemente, distópicos.

> Para eles [os socialistas utópicos], o futuro do mundo se resolve com a propaganda e a colocação em prática de seus planos de sociedade [...] A atividade social deve ser substituída pela sua própria engenhosidade; as condições históricas da emancipação por condições imaginárias; a organização progressiva do proletariado em classe por uma organização da sociedade que eles mesmos fabricaram com todas as peças [...] Essa pintura imaginária da sociedade futura, numa época em que o proletariado ainda muito pouco desenvolvido só encara pois sua própria situação imaginariamente, corresponde às primeiras aspirações intuitivas desse proletariado a uma transformação completa da sociedade (MARX & ENGELS, 2001:74-5).

Um papel de relevância similar desempenharam, na história do pensamento utópico, as experiências norte-americanas das *company-towns* ou "cidades-fábrica", as quais se desenvolveram a partir do final do século XVIII, mas que se tornaram freqüentes principalmente no decorrer do século XIX; e que podem ser consideradas a utopia do Capital empenhado, desde seus primórdios, em edificar um sistema econômico que deixasse de se basear na terra e passasse a ser realizado por máquinas[36]. Na opinião de DAL CO (1975), aquelas se constituem, no caso singular dos EUA, em um ideal que explicita a transformação da base econômica da nação americana e um modelo que interpreta o mito do primeiro capitalismo como de uma sociedade "perfeita" a serviço da manufatura. As "cidades-fábrica" configurariam uma drástica ruptura em relação à tradição da cultura *yankee*, procurando implementar comunidades cujas componentes sociais tradicionais tenderiam a desaparecer. Como modelo urbanístico, a *company-town*

> representa una alternativa completa a la ciudad histórica, no tanto a causa de las formas en las que se estructura, cuanto por el hecho de asumir como desarrollo una única y nueva función, la fábrica, sin otros fines que los de la máxima eficiencia productiva, creando un sistema monocultural sin rupturas socioeconómicas [...]encuentra su principal razón de ser en el seno de los procesos de racionalización productiva y en un proyecto global de incentivación y maximalización de la exploración (DAL CO, 1975:204-6).

De acordo com esse autor, a utopia das "cidades-fábrica" era profundamente "antiurbana", não somente por motivos ideológicos e formais, mas também pelas opções estruturais e econômicas que comportava. Colocando-se *contra* a cidade por esta significar "continuidade", seja em termos de desenvolvimento econômico como de estrutura sócio-política, seu ideal rechaçava a civilização urbana por nela se realizar a dialética entre as formas da economia e as formas sociais, acabando por se configurar como puro modelo econômico; produto de uma ideologia que tende a anular a cidade através da fábrica, fazendo desaparecer e integrando o "urbano" no "produtivo".

---

[36] Apesar de surgidas no final do século XVIII, foi a partir do século seguinte que essas comunidades disseminaram-se e, embora tenham subsistido à *Guerra Civil Americana* (1861/65), acabaram por se revestir de uma função política concreta, mais adequada à época do *laissez-faire*, convertendo-se em um instrumento econômico interno e típico do processo de acumulação capitalista. Um dos primeiros exemplos desse tipo de utopia capitalista foi a "cidade-fábrica" de *Paterson*, localizada em New Jersey, criada em fins dos setecentos pela *Society for Establishing Useful Manufactures*; e planejada por Pierre Charles L'Enfant (1754-1852) e Nehemiah Hubbard (1721-1811), os quais foram sucedidos por Peter Colt. Um dos grandes incentivadores dessa iniciativa foi o federalista Alexander Hamilton (1755-1804), um dos *fouding fathers* dos EUA, que se tornou o primeiro Secretário do Tesouro Americano. Antes de surgirem fábricas norte-americanas, Hamilton previu a emergência de um país industrializado em *Report on manufactures* (1791).

Em 1814, Francis Cabot Lowell (1775-1817), típico empresário de New England, introduziu o tear mecânico em suas manufaturas de Waltham; fator fundamental para tornar rentáveis as várias fábricas algodoeiras que, naquele momento, multiplicavam-se às margens dos rios da região, de modo a assegurar uma produtividade que permitisse o nascimento de um verdadeiro sistema urbano-industrial. Sensível aos problemas sociais, imaginou uma comunidade ideal dedicada ao trabalho e concentrada ao redor das atividades produtivas, cuja principal finalidade seria alcançar a máxima eficiência, concebendo uma cidade formada por dois grupos sociais distintos, os cidadãos e os assalariados, sendo a vida dos primeiros livre e a dos segundos completamente controlada pela Companhia. Cinco anos após sua morte, em 1822, sua obra foi continuada com a formação da *Merrimack Manufacturing Company*, cujo diretor, Kirk Boot (1780-1837), acolheu suas idéias e propôs-se a criar uma comunidade industrial cuja construção iniciou-se em 1823 (DAL CO, 1975).

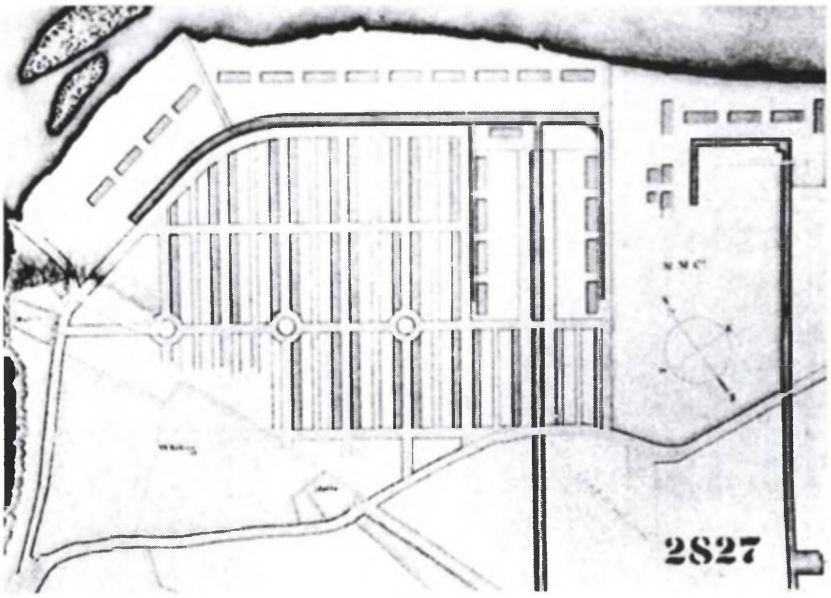


FIGURA 4.25 – Plano da *company-town* ou "cidade-fábrica" de *Lowell*, Massachusetts, criado por Kirk Boot (1780-1837), por volta de 1820. (**FONTE**: LIBRARY CSI, 2005)

O núcleo central do plano de Boot para a cidade de Lowell, em Massachusetts, foi a localização das instalações manufatureiras, as quais foram dispostas de modo a garantir o máximo aproveitamento dos recursos hídricos do rio Merrimack e de um sistema de canais artificiais realizados na área da implantação. Ao invés de seguir leis orgânicas de crescimento ou traçados de justificativas geométrico-sociais, bastante freqüentes nos modelos utópicos, a *company-town* estabelecia-se em função direta das exigências produtivas das instalações industriais. Soma-se a isto uma preocupação excessiva da Companhia em exercer um controle absoluto da mão-de-obra, criando seu "próprio" mercado de força de trabalho, assim como a consideração da moradia e dos serviços urbanos apenas como conseqüências simples e diretas do trabalho, resultando em uma estrutura urbana extremamente rígida, a qual refletia a divisão de classes, especialmente dos empregados das fábricas, que residiam em lugares segregados, em casas oferecidas pela própria empresa.

Com o tempo, segundo DAL CO (1975), o aumento considerável das imigrações fez com que novas soluções construtivas fossem gradualmente substituindo as edificações anônimas dos primeiros assentamentos e, principalmente após a morte de Boot, em 1837, o próprio desenvolvimento da indústria entrou em crise, com o esgotamento da disponibilidade natural de terras situadas favoravelmente em relação aos recursos hídricos, assim como surgia a necessidade de localizar novas instalações e tipologias arquitetônicas – estas, por sua vez, revelando-se bastante irregulares e caóticas, se comparadas ao plano regular e integrado da primitiva comunidade –, em especial nas áreas residenciais voltadas ao novo contingente populacional, já que a cidade chegou a contar, em 1845, com aproximadamente 30.000 habitantes. Apesar desse aparente insucesso, a experiência de Lowell continuou-se por inúmeras iniciativas similares durante a primeira fase de industrialização dos EUA[37].

> La utopía industrial de Lowell estaba basada em el mito y la ideología de la complementariedad de los intereses de clase, en el "enmascaramiento" de la realidad de una explotación de la fuerza de trabajo y sobre dos corolarios de orden económico: la estabilidad del aprovechamiento de la energía hidráulica y la anulación del mercado de fuerza de trabajo; estos corolarios encuentran un duro obstáculo en el factor suelo, dado que la expansión concurrencial de las industrias acaba por abarcar problemas de localización que implican la formación de un vivaz y paralelo mercado de áreas, mientras que el nacimiento de la ciudad levanta todos aquellos problemas de orden urbano que condicionan establemente el propio mercado de fuerza de trabajo (DAL CO, 1975:207).

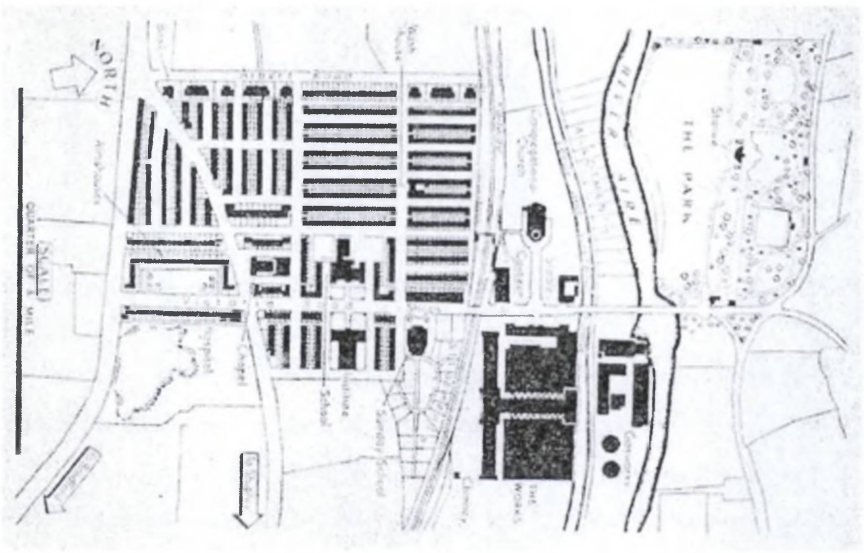


FIGURA 4.26 – Plano da "cidade-fábrica" de *Saltaire*, fundada em 1853, por Titus Salt (1803-1876), a três milhas de Bradford, West Yorkshire, na Inglaterra. (**FONTE**: TISCALI, 2005c)

[37] Entre as *company-towns* da época que precedeu à *Guerra Civil Americana* (1861/65), os exemplos mais interessantes são *New Manchester*, onde atuou desde 1836 a *Amoseag Manufacturing Company*; *Chicopee*, criada a partir de 1823 pela *Chicopee Manufacturing Company*; e *Holyoke*, surgida sobre o rio Connecticut, nas terras adquiridas em 1847 pela *Hadley Fall Company*. No final da década de 1840, a cidade de *Lawrence*, também sobre o rio Merrimack, foi adquirida pela *Bay Satate Mills* e pela *Essex Company*. Além disso, outros assentamentos de New Hampshire, como *New Ipswick* e *New Market*, converteram-se em significativas comunidades industriais naquela região.

As "cidades-fábrica" também tiveram repercussões na Europa, como a experiência de *Nadelburg*, ao sul de Viena, na Áustria. Entretanto, os exemplos mais freqüentes ocorreram na Inglaterra, tais como *Port Sunlight* em Mersey, próximo a Liverpool; *Krupp* em Essen; ou *Saltaire*, em West Yorkshire, perto de Shipley. Esta última, cidade construída entre 1850 e 1863, por Titus Salt (1803-1876), possuía a maior fábrica do país e casas dispostas em padrão paladiano (KOSTOF, 1991). Tendo como princípios de composição o senso de liberdade, a justiça social, a pequena escala e a vida junto à natureza, apresentava algumas preocupações modernas com seus edifícios públicos, tais como centros comunitários, hospitais, escolas e igrejas[38] (FIG. 4.26).

Paralelamente, outro fenômeno característico dessa época, ainda de acordo com DAL CO (1975), foram as cidades norte-americanas ligadas à mineração, as *coal-towns*, assim como aquelas relacionadas à história do petróleo, sendo a mais famosa a cidade de *Pithole*, na Pennsylvannia, surgida em 1862 e que, após três meses de existência, já contava com cerca de 15.000 habitantes. Houve ainda as *company-towns* que surgiram ao longo dos eixos de expansão das ferrovias: tanto as existentes, que foram revitalizadas com a chegada de novas linhas, como os novos povoamentos criados diretamente pelas companhias ferroviárias[39]. Entretanto, o episódio mais importante neste campo de utopia industrial da segunda metade do século XIX foi aquele representado pelo fabricante de vagões George Mortimer Pullman (1831-1897), fundador nas imediações de Chicago da "cidade-fábrica" homônima (FIG. 4.27).

Desde 1867, como presidente da recém constituída *Pullman's Palace Car Company*, seguiu expandindo suas atividades, procurando diferenciar os tipos de produção e introduzindo altos *standards* tecnológicos em direção a uma política de estabilidade de preços. Contudo a crise da década de 1870, que foi marcada pela grande instabilidade da mão-de-obra operária, agravada pelas freqüentes greves e pelo aumento progressivo do preço das áreas internas ao perímetro urbano de Chicago, fez com que ele decidisse pela transferência de sua indústria, adquirindo uma área de cerca de 4.000 acres, próxima ao lago Calumet. George Pullman foi um dos primeiros empresários a perceber que uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores fazia-se necessária para se escapar de uma situação quase insuportável, obviamente levando em conta na sua decisão as conveniências econômicas, os custos sociais e os objetivos de estabilização do mercado da força de trabalho.

---

[38] Toas as *company-towns* tinham seus planos fundamentados na localização da fábrica, da igreja e das residências dos operários. Para criar sua cidade, conforme KOSTOF (1991), Salt deve ter se inspirado no modelo proposto para as factory villages descrito nos romances de Benjamin Disraeli (1804-1881), tais como *Coningby* (1844) e *Sybil or the Two Nations* (1845). Basicamente, o princípio de organização de *Saltaire* seguia a retilínea Victoria Road, a qual separava as localizações da fábrica e da igreja, conduzindo até a área habitacional. Ao longo da via, dispunham-se as *factory-schools*.

[39] Um dos melhores exemplos dessas cidades originárias da expansão ferroviária foi *Cairo*, no Tennessee fundada na confluência dos rios Mississipi e Ohio, cujo primeiro plano, realizado no final da década de 1830, foi obra de William Strickland (1788-1854), junto a Richard Taylor, o qual foi continuado em 1850, através do plano de Henry C. Long (1837-1889). Outra comunidade desse tipo foi *Tacoma*, no Estado de Washington, centro urbano da *North Pacific Railroad Company*, para o qual Frederick Law Olmsted (1822-1903) criou, em 1873, um plano não realizado, tendo sido substituído por uma estrutura em retícula (DAL CO, 1975).

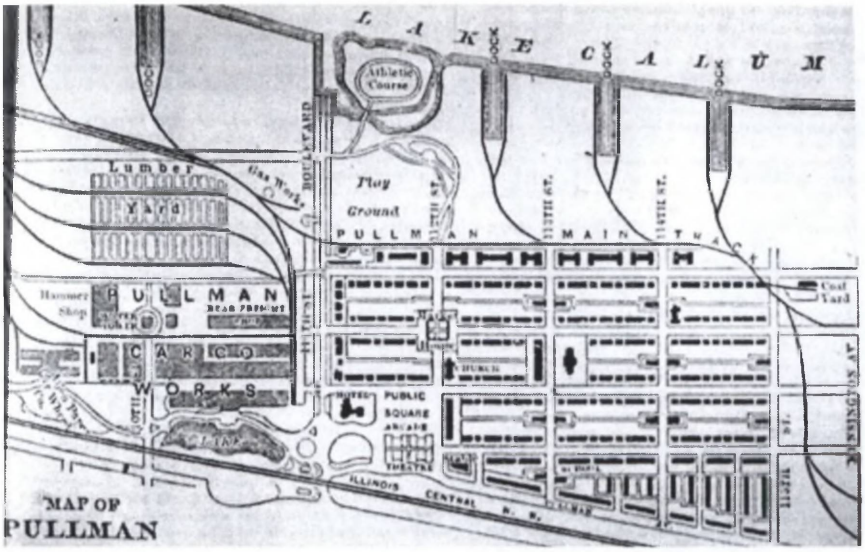


FIGURA 4.27 – Plano da "cidade-fábrica" de *Pullman*, criada em 1880 nas proximidades do lago Calumet, a 12 milhas ao Sul de Chicago, Illinois. (**FONTE**: ATKINSON , 2005)

Em 1880, iniciaram-se as obras de construção da cidade de Pullman, segundo um projeto elaborado por Solon Spencer Beman (1853-1914) e Nathan Franklin Barrett (1845-1919) e que receberia, já em junho do ano seguinte, seus primeiros 650 habitantes. A partir de um pioneiro processo de construção planificada e de estandardização de moradias, a cidade já produzia a todo vapor um ano depois e, em 1884, alcançaria uma população de 8.500 pessoas, além de poder contar com um centro comercial, o *Arcade Building*, os principais edifícios públicos, a igreja municipal e um suntuoso teatro (DAL CO, 1975).

> Una de las esferas más importantes de la vida de Pullman se refiere a la política de la fuerza de trabajo perseguida por la ciudad: tres cuartos de la mano de obra empleada están formados por obreros especializados que antes de ser aceptados deben superar un riguroso examen en el que llega a investigarse la inclinación de los candidatos al alcohol; estas salvaguardias de "carácter moral" de la fuerza de trabajo, ampliamente alabada por los comentaristas de la época, se acompaña de una rígida discriminación respecto a los obreros afiliados a las organizaciones del movimiento sindical [...] La ciudad es administrada con extremo rigor; el poder de la Compañía es absoluto [...] y sólo se puede escapar de ella emigrando (DAL CO, 1975:211).

A pesar das críticas cada vez freqüentes, as fábricas da cidade continuam prosperando durante toda a década de 1880, mas, em 1893 – no mesmo ano que abriu a *World's Colombian Exposition*, financiada por George Pullman com U$100.000; e que apareceu a *American Railway Union*, o sindicato liderado por Eugene Victor Debs (1855-1926) –, sofrem a primeira diminuição de empregados, além de se iniciar um ataque massivo contra o valor do salário dos operários. As lutas e conseqüentes greves que se sucederam acabaram por minar a utopia de Pullman, uma vez que o mito da "cidade-modelo" ou "continente", dedicada ao trabalho, acabou se diluindo diante da nova força organizada da classe dos trabalhadores. Afinal, o novo "modelo de vida" proposto pelas *company-towns* ou "cidades-fábrica", que rechaçava a civilização urbana em prol de uma comunidade voltada

somente ao trabalho e à produção industrial, permitia ao mesmo tempo uma singular intensificação dos laços de solidariedade entre os operários; e diante do suposto "paternalismo", literalmente, o tiro saiu pela culatra[40].

De qualquer forma, a utopia continuou intensa no final do século XIX, alimentando os movimentos progressistas e empenhando-se cada vez mais em criticar o mundo do *laissez-faire*, passando a ser fundamental apontar o pensamento de três utopistas norte-americanos – Henry George (1839-1897), Edward Bellamy (1850-1898) e Thorstein Veblen (1857-1929) –, cuja herança teórica marcaria as idéias, ações e debates no campo da planificação e gestão de cidades, principalmente nas primeiras décadas do século XX. O primeiro deles nasceu na Filadélfia, mas foi em Nova York, onde publicou sua principal obra, *Progress and poverty* (*Progresso e pobreza*, 1880), que adquiriu grande fama, a qual se expandiu em todos os EUA e países anglo-saxões. Propondo-se a analisar as causas das depressões industriais que agitavam seu país, como as graves dificuldades econômicas de 1873, que culminaram com a crise de 1876/78, marcada pela desordem, levando ao fortalecimento dos conservadores nas eleições de 1878, George criou uma teorização econômica que identificaria "la ley social con la moral social" (CIUCCI, 1975).

Através de seu livro, Henry George exerceu uma notável influência sobre os ambientes reformistas daquela época, uma vez que, influenciado de modo contraditório pelas teorias evolucionistas, desenvolveu uma rígida polêmica contra a doutrina de Malthus[41]; e, sobre a base de alguns pontos fundamentais do pensamento fisiocrático, expôs o projeto de uma nova ordem econômica baseada na apropriação de todas as rendas derivadas do aumento de valor do solo. Para ele, de acordo com CIUCCI (1975), os direitos-base do homem precediam qualquer evolução, já que o fundamento de toda lei humana seria a lei divina; uma lei que está acima de tudo e antes de todas as leis humanas, que se expressa através da natureza e que deveria se tornar a lei superior. Contra a "barbárie" das agitações e recorrendo à Constituição dos EUA e à *Declaration of the man's rights* (*Declaração dos direitos do homem*), George

---

[40] Na passagem do século XIX para o XX, muitas fábricas norte-americanas procuraram criar suas próprias *company-towns*, aos moldes principalmente da experiência de Pullman, tais como a *Apollo Iron & Steel Company*, que encomendou o plano urbanístico de *Vandergrift*, Pennsylvania, em 1895, para Frederick Law Olmsted (1822-1903) e seu filho, John Charles Olmsted (1852-1920); ou a *U.S. Stell Company*, que fundou a cidade de *Gary*, Indiana, em 1907, considerado um dos esquemas urbanos mais caros da América, em uma área de onze milhas quadradas e um investimento de cerca de oito milhões de dólares. Na década de 1910, destacaram-se as cidades novas de *Kohler*, Wisconsin, criada em 1913 pelo planejador urbano alemão Werner M Hegemann (1881-1936), juntamente com Olmsted, na qual os principais edifícios cívicos situam-se próximos à fábrica; e *Morgan Park*, Minessota, fundada em 1917 e caracterizada por uma combinação integrada entre ruas curvas e diagonais que se irradiam de um setor central no qual se situavam a escola e o clube imersos em um parque. Durante o século XX, especialmente a partir das *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), o New Town Movement teve um largo desenvolvimento, cujo destaque maior deu-se através das *garden-cituies* inglesas (ATKINSON, 2005).

[41] O economista e demógrafo britânico Thomas Robert Malthus (1766-1834) ficou conhecido sobretudo pela teoria, exposta em *Essay on population* (*Ensaio sobre a população*, 1789), segundo a qual o crescimento populacional tendia a superar a produção de alimentos, pelo fato de respeitar uma progressão geométrica, enquanto a segunda aumentava em progressão aritmética. Portanto, defendia o controle da natalidade.

> aspira a recuperar la democracia a través de los valores de la libertad, mantenidos éstos por la clásica igualdad de derechos: "la igualdad de derecho de todo los hombres en utilizar la tierra es tan evidente como la igualdad de derecho en respirar el aire: es un derecho proclamado por el hecho de que uno existe" [...] La consecuencia natural de este planteamiento social y político es un ataque a la propiedad de la tierra, entendida como principio innatural y contrario a ley divina: no basta con parcelar el territorio en numerosas y pequeñas propiedades, hay que abolir la propiedad privada mediante un impuesto, la *single-tax*, que golpee el injusto incremento de valor del suelo, dejando para quien trabaja la tierra el incremento de valor que ha creado con su esfuerzo (CIUCCI, 1975:303-4).

Essa taxação sobre a renda do solo representada pela *single-tax*[42] substituiria, segundo ele, qualquer outra forma de valoração, não sendo propriamente um sistema de expropriação, mas um instrumento racional de "equilíbrio" econômico e de incentivo do controle público sobre a economia. Seu texto ainda critica os monopólios; propõe abolir o exército e a diplomacia; e define uma nova e distinta forma para as instituições estatais: um Estado chamado a garantir leis justas, além de uma gestão e distribuição igualitária da riqueza de das fontes de bem-estar (DAL CO, 1975).

Outro utopista norte-americano de destaque foi Edward Bellamy, que influenciou os pressupostos do *City Beautiful Movement* (Ver CAPÍTULO 5) através da visão de uma sociedade equilibrada situada em uma futura Boston, bela e sem corrupção, no longínquo ano de 2000. Em sua novela, publicada em 1888, *Looking backward: 2000 to 1887* (*Olhando para trás*: 2000 a 1887), mostrava Mr. West, o protagonista, despertando de um longo sono de um século e se vendo imerso na vida cotidiana da família do Dr. Leete, ao mesmo tempo em que descobria que todas as contradições e males sociais a que estava acostumado no século XIX haviam desaparecido totalmente. Este mundo fantástico e utópico caracterizar-se-ia por um sistema industrial perfeitamente realizado, no qual todos viveriam iguais e em paz, através de uma forma cooperativa de produção e distribuição socialista. A "bela cidade" onde isso acontecia era descrita como

> [...] una ciudad grande. Kilómetros de calles anchas, sombreadas por árboles y flanqueadas por espléndidos edificios, la mayoría no pegados unos a otros en grandes construcciones sino dispuestos en amplios recintos orientados en todas direcciones. Cada barrio tenía sus grandes plazas, llenas de árboles, entre los cuales blanqueaban las estatuas y resplandecían las fuentes bajo el sol del atardecer. Edificios públicos colosales y grandiosos, sin par en mis tiempos, levantaban por todos lados su imponente mole (BELLAMY apud MANIERI-ELIA, 1975:68).

---

[42] Essa idéia de valorar a renda derivada do aumento dos preços das áreas, segundo DAL CO (1975), não era totalmente nova na economia clássica, uma vez que podia ser observada em John Stuart Mill (1806-1873), importante economista e filósofo inglês, encontrando no pensamento marginalista seus críticos mais objetivos. Além disso, as teorias de George não eram por demasiado claras ao indicar as soluções para os problemas administrativos que tal proposta suscitaria. Stuart Mill destacaou-se com obras como *System of logic* (*Sistema de lógica*, 1843) e *Principles of political economy* (*Princípios de economia política*, 1848), tendo sido um dos defensores do *utilitarismo*, teoria ética proposta inicialmente por o Jeremy Bentham (1748-1832), moralista e legislador britânico que se dedicou a escrever uma arquitetura imaginária da estrutura social, principalmente a prisional. Repousando sua moral inteiramente no princípio da utilidade, a partir do qual se calcularia o prazer em relação à pena, estabeleceu o fundamento de um sistema econômico e social ideal. Em *An introduction to the principles of morals and legislation* (*Uma introdução aops princípios da moral e da legislação*, 1780), Bentham expôs a doutrina utilitarista, segundo a qual apenas o egoísmo e a busca da felicidade motivariam a conduta humana.

A utopia de Bellamy traduzia-se na hipótese de um restabelecimento social, onde prevaleceria a esfera econômica pública, destinada a garantir níveis de subsistência, oferecendo a cada cidadão uma base comum de bens e bem-estar na forma de serviços: uma "sociedade de serviços" como conseqüência da presença do *Great Trust*, o qual dirigiria e racionalizaria as atividades econômicas. Acreditando que do sistema monopolista ao socialista somente havia um passo – o qual poderia ser tomado sem derramamento de sangue – imaginou a sociedade ideal da classe média americana, oprimida entre os monopólios e o movimento operário. Sucesso editorial, sua obra foi sucedida por *Equality* (*Igualdade*, 1897).

> La utopía de Bellamy vale, sobre todo, por algunos conceptos relacionados con la estructura del poder político – em la acepción burocrática de poder – que gobierna la sociedad del futuro; pero no son éstos los temas que encuentran mayor eco en el pensamiento progresista, que recogerá más bien en la obra del autor bostoniano las puntas emergentes de la polémica implícita contra los aspectos evidentes de la degradación social del *laissez faire*, encontrando en éstas una ulterior demostración de cómo los males que se estaban denunciando no eran en absoluto "naturales" del crecimiento del sistema vigente, sino consecuencias de una concepción equivocada del papel del desarrollo industrial y de la debilidad de las instituciones del poder público (DAL CO, 1975:218-9).

Na Boston do Dr. Leete, não existiam greves e somente se podia desejar um trabalho melhor e um prêmio à constância com que se perseguia o bem-estar da comunidade. Na utopia de Bellamy, conforto e burocracia tornariam desnecessárias as classes sociais e as lutas pelo poder, mas ainda deixava insolúvel a questão do trabalho: o *Labor Army* – que seria um "exército" de verdade, de recrutamento da força de trabalho, pois nessa sociedade futura, o serviço industrial seria obrigatório e universal – acabava por representar, não a solução de uma sociedade sem classes, mas a própria negação do esquema idealista que regia *Looking backward*, sua contradição interna e incurável. Tanto que essa utopia converte-se em uma fantasia literária, tornando-se difícil, apesar da tentativa de comparação empreendida por MUMFORD (2003), encontrar uma complementaridade entre a construção teórica de Bellamy e as idéias de socialização de Rathenau[43].

Quanto a Thorstein Veblen, a idéia central de sua obra *The theory of leisure class* (*A teoria da classe ociosa*, 1899) consistia em que, na era das máquinas, a eficiência industrial seria *a* condição da própria existência de toda a sociedade, defendendo pois a adaptação de suas *formas* ao desenvolvimento das capacidades produtivas. Esta concepção inseria-se no quadro teórico identificado com os princípios da teoria econômica "institucionalista" que, no caso vebleniano, vinha acompanhada de uma série de conceitos evolucionistas, derivados diretamente de Darwin e fortemente polêmicos contra a teoria neoclássica do bem-estar.

---

[43] Walter Rathenau (1867-1922) foi um político e grande industrial alemão que se iniciou como Ministro da Reconstrução em 1921. Judeu, tornou-se o Ministro de Relações Exteriores da Alemanha e responsável pelo *Tratado de Rapallo*, firmado em abril 1922 para estreitar as relações russo-germânicas e resolver o problema das reparações, mas, alvo das críticas dos nacionalistas e anti-semitas, acabou sendo assassinado. Suas idéias políticas, dotadas de um liberalismo moderado, foram pioneiras do que futuramente seria chamado de "racionalização" industrial.

Tendo Fourier como uma de suas bases, Veblen afirmava que, no capitalismo moderno, existia um grave conflito entre a "produção" de dinheiro (gestão econômica) e a produção de bens (gestão técnica), não havendo uma luta entre capitalistas e proletários, mas entre "homens de negócios" (banqueiros, empresários e advogados) e técnicos (engenheiros); convicções que possuíam muitos pontos em comum com as hipóteses progressistas e reformistas, as quais se comprometiam na luta pela "eficiência" das instituições públicas. Veblen atribuía às *instituições* o papel de valores enquanto frutos da cristalização de determinados comportamentos sociais – os mesmos que o espírito progressista intentava reformar com base na tradição democrática – ; e, por fim, apoiava uma política "tecnocrática" de controle público das finanças contribuindo fortemente para uma ideologia "antimonopolista" em uma época em que cada vez mais se levantavam vozes de protesto contra a crescente "morganização" da economia americana (DAL CO, 1975).

Na passagem do século XIX para o XX, várias obras utópicas passaram a questionar a ordem corrente e se propuseram a desvendar um futuro fantástico, no qual os problemas urbanos e sociais do presente seriam ou não finalmente resolvidos[44]. Contudo, no utopismo sócio-político expresso pela cidade oitocentista, a proposta mais contundente de integração entre cidade e natureza foi o modelo, de bases culturalistas, representado pelas *garden-cities* ou "cidades-jardim", idealizadas por Ebenezer Howard (1850-1928) e expostas através do livro *Tomorrow, a peaceful path to real reform* (*Amanhã, um trajeto calmo à reforma real*, 1898), mais tarde reeditado como *Garden-cities of tomorrow* (*Cidades-jardim de amanhã*, 1902). Buscando integrar campo e cidade, Howard acreditava que todas as vantagens da vida mais ativa no meio urbano e toda a beleza e delícias do meio rural poderiam estar combinadas de modo satisfatório, através de uma nova forma de planejamento.

Para ele, cidade e campo poderiam ser considerados como imãs: cada um procurando atrair para si a população. A esta rivalidade deveria se interpor uma nova forma de vida, já que nem o "imã-cidade", nem o "imã-campo", realizariam completamente o ideal de uma vida verdadeiramente conforme a natureza (RYKWERT, 2004). O homem deveria desfrutar, ao mesmo tempo, da sociedade e das belezas naturais, sendo que os dois imãs deveriam se tornar um só. Tal teoria pode ser entendida como a de encerramento da linha de pensamento dos utopistas, já que separou a parte abstrata e irrealizável daquela que se tornaria concreta e viável, no século passado, distinguindo racionalmente quais aspectos da vida urbana seria indispensável coletivizar e quais se deveriam deixar à iniciativa privada (FIGS. 4.28 e 4.29).

---

[44] Vale destacar as idéias do economista austríaco Theodor Hertzka (1845-?), que publicou em 1890 *Freiland, eine sozialerwartung* (*Freiland, imagem de uma sociedade futura*), na qual propunha uma combinação do socialismo com o capitalismo para a criação de uma nova civilização na África Oriental. Outras obras utópicas também tiveram fundamental repercussão, como as de H. G. Wells (1866-1946): *Time machine* (*A máquina do tempo*, 1895) e *A modern utopia* (*Uma utopia moderna*, 1905). Deve-se citar ainda *The coming city* (*Cidade do amanhã*, 1902), de Richard T. Ely (1854-1943); e as antiutopias de Jack London (1876-1916), com *The iron heel* (*A roda de ferro*, 1907); e de Yevgeny Zamyatin (1884-1937), através de *My* (*Meu*, 1924) e *We* (*Nós*, 1925).

> Howard preconiza a contenção dos altos índices de crescimento da população de Londres mediante a transferência de bairros inteiros para o campo, em um exemplo de movimento dedicado ao descongestionamento dos centros metropolitanos e ao planejamento de ambientes urbanos aprazíveis, cujas características e objetivos gerais seriam os seguintes: a implantação de "cidades-jardim" de tamanho pré-determinado [...]; as cidades seriam separadas umas das outras por cinturões verdes invioláveis, destinados à agricultura, recreação e outras atividades especializadas; cada cidade seria equipada para a plena atividade econômica, social e vida cultura diária de seus habitantes, apresentando um alto sentido de desenvolvimento comunitário; e haveria a síntese entre cidade e campo (GUIMARÃES, 2004:79).

As "cidades-jardim", propostas por Ebenezer Howard para uma população desejável de 32.000 habitantes, seriam o somatório de um certo número de *Unidades de Vizinhança*[45], que vincular-sei-am presumivelmente entre si e a uma metrópole pré-existente e polinuclear, através de uma rede de rodovias e ferrovias. Segundo CHOAY (1992), um sistema radial de vias circulares seria estabelecido, de modo que a cidade central – esta de até 58.000 habitantes – seria envolvida por uma estrada de ferro que serviria à indústria localizada na periferia. O tráfego pesado seria mantido externamente e uma escala de acessibilidade para o pedestre deveria ser introduzida. Por fim, acrescenta-se que a *garden-city* deveria ser construída de uma só vez.

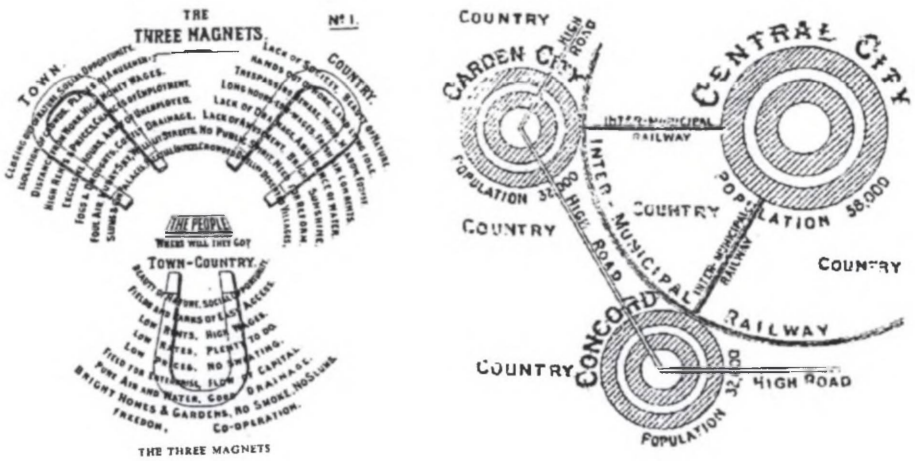


FIGURA 4.28 – Esquemas teóricos da *Garden City* (1898), do movimento das "cidades-jardim" de Ebenezer Howard (1850-1928): *The Three Magnets* e *Diagram n. 5*. (**FONTE**: KOSTOF, 1991)

---

[45] Como já abordado no CAPÍTULO 1, o conceito de *Unidade de Vizinhança* – UV surgiu da preocupação do sociólogo Clarence Artur Perry (1872-1944) com a ausência de melhoramentos físicos e das condições sociais nas áreas metropolitanas dos EUA no início do século passado, visando especialmente a racionalização dos serviços municipais. A UV pode ser definida, segundo GUIMARÃES (2003), como um "conjunto de habitações cuja área circundante deve ser organizada de tal forma que restrinja a influência crescente e perturbadora do tráfego motorizado" (p.80). Somente poderá conter habitações e serviços subsidiários, tais como escola primária, parque e lojas locais; além de seu traçado obedecer a algumas diretrizes, a saber: seu tamanho não deve ultrapassar um raio de ¼ a ½ milha a partir da escola localizada no centro da UV, sendo a área total proporcional à densidade populacional; as vias arteriais de contorno devem ser suficientemente largas para permitir a ultrapassagem do tráfego de passagem e também servir como identificação da área; o espaço verde aberto deve constituir 10% da área total; as instituições exclusivas da UV devem se localizar em seu centro, sendo que as lojas destinadas a servir uma área maior deverão agrupar-se na "periferia", perto das lojas de outra "unidade"; o sistema de vias internas deve ser traçado de modo a desencorajar a circulação de passagem, com ruas individuais refletindo no tamanho o volume de seu tráfego; e o número de residências deve ser proporcional à população que mais equilibradamente sustente uma escola primária – entre 5.000 e 9.000 habitantes. "Objetiva-se com isso manter o tráfego fora das áreas residenciais e conferir localização estratégica aos equipamentos comunitários"; iniciativas estas que tornaram a idéia de *Unidade de Vizinhança* o conceito de planejamento urbano mais difundido no mundo (GUIMARÃES, 2004:80-1).

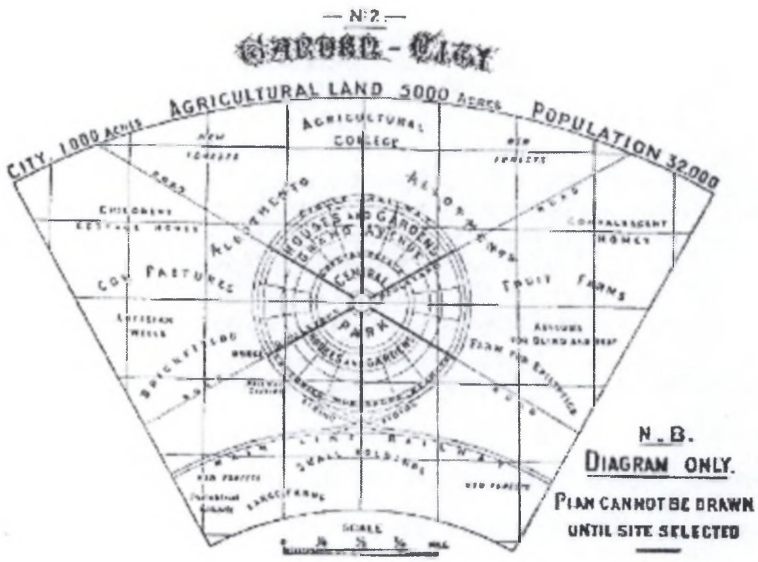


FIGURA 4.29 – Proposta esquemática de uma *garden-city* (1898), segundo Ebenezer Howard (1850-1928). (**FONTE**: BENÉVOLO, 1998)

Em 1899, Howard fundou a *Garden City Association*, procurando aplicar na prática seus conceitos, os quais não passavam de esquemas teóricos. Contudo, a materialização de suas idéias somente foi levada a cabo com Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947), cuja empresa durou de 1896 a 1914 e foi responsável pela criação de várias "cidades-jardim", como *Letchworth*, implantada na Inglaterra em 1903. Outro exemplo célebre foi *Welwyn*, criada por Louis de Soissons (1904-1997), em 1919 (FIG. 4.30). Posteriormente, segundo RYKWERT (2004), tal modelo urbano foi transferido para os EUA por Henry Wright (1878-1936) e Clarence Stein (1882-1975) que, em 1929, fundaram a cidade de *Radburn*, na periferia de Nova York (Ver CAPÍTULO 1).

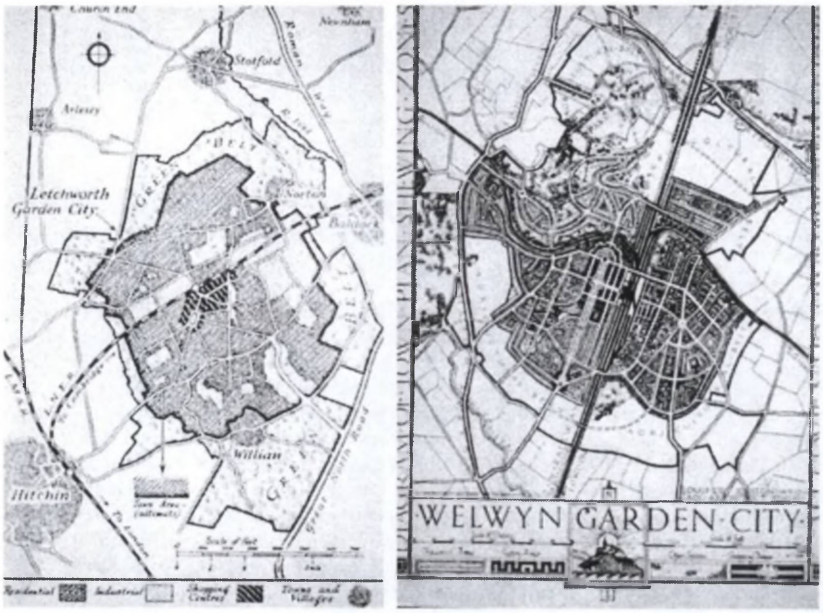


FIGURA 4.30 – Planos urbanos das "cidades-jardins" de *Letchworth* (1903), à esquerda; e de *Welwyn* (1919), à direita, ambas implantadas na Inglaterra. (**FONTE**: BENÉVOLO, 1998)

Além disso, as iniciativas urbanísticas promovidas no quadro do *New Deal* expressaram igualmente a influência howardiana, em especial nas propostas dos *greenbelts* ("cinturões-verdes"), realizados a partir de 1936 e que se propunham a circundar as comunidades urbanas. Os exemplos mais notáveis foram aqueles realizados pelo órgão federal norte-americano através das *Resettlement Administration Communities of Greenbelt*, Maryland; *Greendale*, Wisconsin; e *Greenhills*, Ohio (FIG. 4.31).

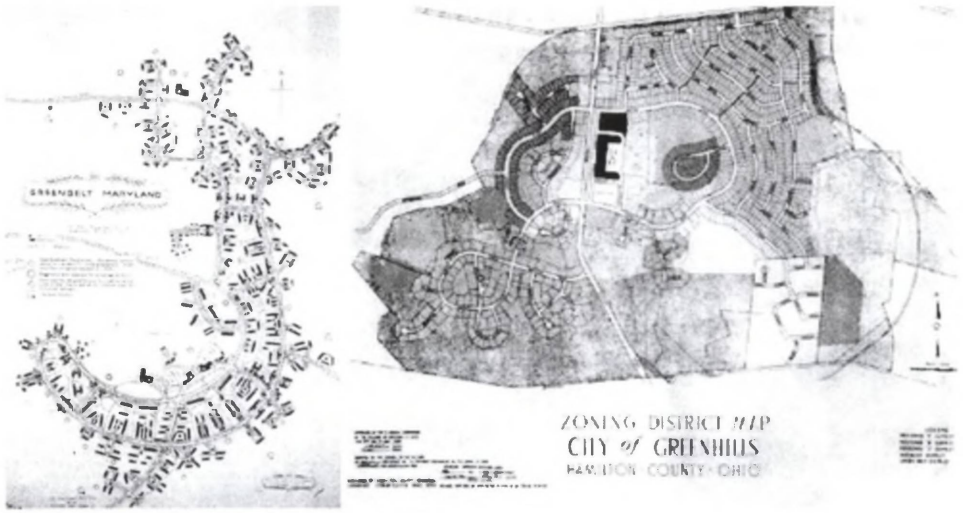


FIGURA 4.31 – Planos urbanísticos de *Greenbelt*, Maryland (esquerda); e de *Greenhills*, Ohio (direita); comunidades concebidas segundo os princípios básicos das "cidades-jardim". (**FONTE**: PRGE.LIB, 2005)

A esta altura, também é interessante observar as repercussões que tiveram o modelo e as experiências das *garden-cities* no Brasil. Data do final do século XIX a criação dos primeiros loteamentos afastados do núcleo histórico de São Paulo, como, por exemplo, o fracionamento da antiga Chácara Rego Freitas, já denominada *Vila Buarque* em 1890; a abertura da *Avenida Paulista* em 1891; e o loteamento do *Bairro Higienópolis* em 1898, os quais, de acordo com SEGAWA (2000), já demonstravam o princípio que orientaria toda a expansão urbana da capital paulista daqui para frente, ou seja, a abertura de novas áreas ao sabor da especulação, estas separadas do núcleo inicial por vazios que seriam mais tarde preenchidos gradualmente, conforme a infra-estrutura implantada e as conveniências especulativas.

Nestes termos, a *City Company*[46] pode ser considerada a mais importante empresa urbanizadora do início do século XX, principalmente por implementar um novo padrão urbanístico

[46] A *City of San Paulo Improvements & Freehold Land Company Ltd.* era uma empresa organizada em Londres e gerenciada por um corpo de 14 diretores, entre os quais o arquiteto Joseph-Antoine Bouvard (1840-1920) e o ex-presidente Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), a qual adquiriu, por sugestão do financista belga Edouard de la Fontaine Laveleye, mais de 12.000.000 m^2 de terrenos na zona Oeste de São Paulo, que se transformariam mais tarde nos bairros *Jardim América* (1920), *Alto da Lapa* (1921) e *Pacaembu* (1925) – este previsto na reformulação do plano da cidade após o *Relatório Bouvard* (1911), resultado de uma consulta da Câmara Municipal ao francês, então *Directeur administratif des services d'architecture, des promenades et des plantations de Paris* –, além do *Alto de Pinheiros* (1925) e *Butantã* (1935) (WOLFF, 2001).

inédito no país, baseado nas "cidades-jardins", em especial através do *Jardim América*, seu primeiro loteamento (LEME, 1999). Originalmente, o projeto desse bairro seguiria os critérios de arruamento em malha ortogonal, cortada por diagonais, porém, com a contratação de Barry Parker, ainda sócio de Unwin[47] e um dos mais fervorosos discípulos de Howard, acabou adquirindo as feições oriundas da tradição do paisagismo inglês e das experiências urbanísticas da segunda metade do século XIX.

Porquanto, em julho de 1914, oficializava-se, por meio de atos baixados pela Câmara Municipal, os nomes de países do continente americano para denominar os logradouros do *Jardim América*, sua efetiva ocupação, devido à guerra, somente se afirmaria nos anos 20 e décadas seguintes, quando se iniciou um vigoroso processo de urbanização das áreas periféricas paulistanas, segundo o modelo proposto pela *City*, mas cujo padrão só foi atingido em parte – por causa da rigorosa legislação de uso e construção imposta pela companhia inglesa – pelo *Jardim Europa* (SEGAWA, 2000; REIS, 2005).

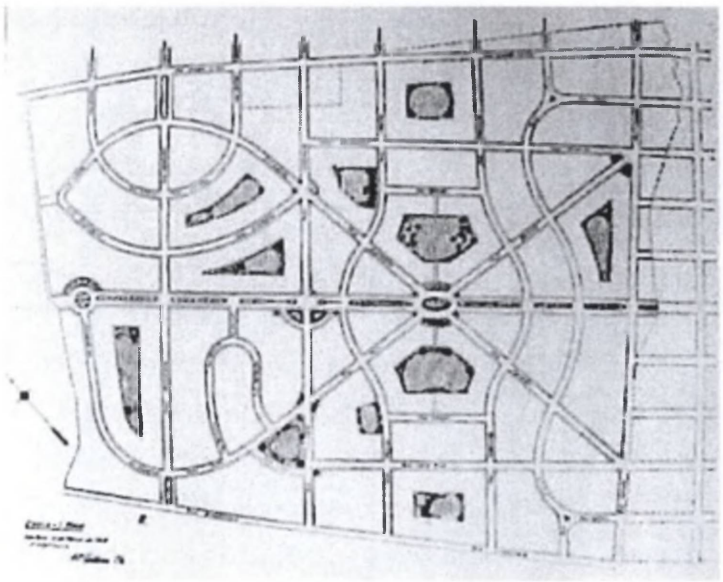


FIGURA 4.32 – Traçado do *Jardim América*, em São Paulo SP, datada de 6 de março de 1916.
(**FONTE**: SEGAWA, 2000)

A ampla difusão do conceito de "cidades-jardim" em todo mundo também se deu devido à disseminação do salubrismo durante todo o decorrer do século XIX, a partir do qual a re-integração do homem à natureza revestiu-se de considerações sanitárias, de higiene pública e de qualidade de vida nas cidades (FIG. 4.32). Se, em um primeiro momento, representava o retorno ao

[47] Nessa época, as idéias de Raymond Unwin (1863-1940) já eram conhecidas em São Paulo, pois, segundo SEGAWA (2000), na Biblioteca da FAU-USP, havia um exemplar da terceira edição, datada de 1913, da obra do arquiteto inglês, *Town planning in practice: na introduction to the art of designing cities & suburbs* (*Planejamento urbano na prática: uma introdução à arte de projetar cidades e subúrbios*, 1909), na qual discorria sobre o planejamento de cidades referenciando-se nas experiências germânicas e nos princípios de Camillo Sitte (1843-1903), "de quem tomaria emprestado diversos esboços para atender questões de paisagem urbana" (p.113). Aliás, o culturalista Sitte e sua obra fundamental, *L'art de bâtir les villes: urbanisme selon ses fondements artistiques* (*A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, 1889), constituíram-se em referências fundamentais para a concepção de modelos urbanos na primeira metade do século passado.

Éden e às características inerentes ao ser humano, as quais haviam sido "pervertidas" pelo processo civilizatório, a incorporação de áreas verdes às propostas utópicas do período oitocentista refletiu, em um segundo estágio, o próprio desenvolvimento da medicina científica, especialmente pela noção de *salubridade* que

> [...] não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é relativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio, que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio (FOUCAULT, 2003:93).

De locais de contemplação e reaproximação com o mundo natural, os jardins e parques urbanos passaram a adquirir conotações funcionalistas, que iam desde os interesses científicos e de colecionismo burguês – como atesta o surgimento dos primeiros parques e jardins botânicos na Europa e nos EUA (Ver CAPÍTULO 5) –, até as justificativas sanitárias e higienistas[48] que, juntamente com as preocupações com ventilação e iluminação natural, começaram a se tornar freqüentes nas idealizações dos urbanistas progressistas do início do século passado. Proposta entre 1901 e 1094, mas somente publicada em 1917, a *citté industrielle* de Tony Garnier (1869-1948), por exemplo, exibia características lineares em planta, a qual se distinguia pelo espaço verde, que separava a zona residencial da comercial; pela distribuição ordenada de atividades, o que setorizava a cidade em áreas distintas – prenunciando o *zoning* moderno –; e ainda por seu sistema de transportes, que caracterizava os eixos de ligação por meio de avenidas (Ver CAPÍTULO 1). Ademais, no plano de Garnier, os sistemas de transporte industriais e residenciais operariam independentemente. Entretanto, foram as propostas urbanísticas do arquiteto franco-suíço Le Corbusier desenvolvidas a partir da década de 1920, que lançariam os pressupostos mais contundentes de uma utopia moderna.

[48] Embora ainda houvesse alguma polêmica sobre o significado da vegetação para a salubridade das cidades na passagem do século XIX para o XX, muitas publicações procuravam esclarecer o conceito da rua e do parque arborizados como pulmões urbanos. Ao mesmo tempo, conforme SEGAWA (1996), a popularização da conservação das plantas divulgava-se através de manuais de horticultura para leigos e, inclusive no Brasil, a preservação da natureza assumia, além de sua dimensão salubrista, um suposto caráter cívico. No prefácio da obra *Les jardins ouvriers* (*Os jardins operários*, 1907), seus autores, Armand-Léon Gravier e Hector Latiére, chamavam a atenção para "a importância do cultivo de jardins como uma atividade enobrecedora e sadia, em contraponto aos vícios, ao alcoolismo" (p.72).

4.4 DAS UTOPIAS MODERNAS ÀS PROPOSTAS TECNOTÓPICAS

Em parte influenciado pela idéia das *garden-cities*, mas guiado principalmente pelo progressismo, Le Corbusier (1887-1965) também propôs seu modelo utópico, quando apresentou em 1922 *Une ville contemporaine*; o projeto de um centro urbano para 3.000.000 habitantes; estrategicamente dividido em três setores distintos, os quais seriam delimitados por cinturões verdes e interligados por uma eficiente rede de transportes. Estes setores seriam: o *urbano*, formado pelo centro de negócios e pelas residências urbanas, destinado àqueles que teriam ali seus negócios e residiriam na cidade; o *suburbano*, composto pela cidade industrial e pelas "cidades-jardim" (*les cités-jardin*), voltado àqueles que trabalhariam na periferia, na zona fabril, e não viriam à cidade, pois residiriam nos subúrbios; e o *misto*, formado por outras "cidades-jardim" e transportes cotidianos, destinados aos que teriam seu trabalho no centro de negócios, mas viveriam nessas *cités-jardin*[49] (LE CORBUSIER, 2000).

Esse esquema sofreu muitas criticas, sobretudo devido à distância entre o setor industrial e subúrbios. Porém, tais idéias foram amplamente difundidas em decorrência do impacto gerado pelos princípios deste plano, os quais RELPH (2002) sintetizou em seis aspectos: descongestionamento dos centros urbanos; aumento da densidade populacional desses centros, construindo-se em altura; melhoria da circulação de tráfego, substituindo-se as estradas estreitas por largas vias; a abundância de espaços abertos; oferta de uma variedade de vistas e perspectivas; e benfeitorias promovidas às unidades de edifícios produzidos em massa. Apesar da influência pela criação e implantação de regulamentos construtivos, através da idealização de modelos utópicos e projetos de renovação urbana, o *planning* realmente tomou forma apenas a partir das décadas de 1930 e 1940, quando foi possível surgir uma legislação eficaz para a concretização de planos oficiais.

Entre 1929 e 1931, de acordo com TAFURI (1997), com os planos urbanos para Montevidéu, Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro; e com a experiência final representada pelo plano *Obus* (1931), para Argel, Le Corbusier formulou a hipótese teórica mais elevada da urbanística moderna, ainda insuperada tanto a nível ideológico como formal (FIG. 4.33). Rompendo a seqüência contínua *arquitetura-bairro-cidade* – presente nas realizações de outros racionalistas, como Walter Gropius (1883-1969) e Ernest May (1886-1970) –, fez com que a estrutura urbana enquanto unidade física e funcional se tornasse depositária de uma nova escala de valores, onde o significado passaria a ser a própria dimensão da paisagem.

[49] A concepção básica da cidade corbusieriana, segundo GUIMARÃES (2004), era a de um centro urbano de gigantescos arranha-céus contornados por amplos espaços abertos, o que constituía um imenso parque onde os edifícios de escritórios de 65 andares ocupavam somente 5% do solo. O terminal de transporte ferroviário e aeroviário localizar-se-ia no centro do núcleo urbano e, em torno dos arranha-céus, situar-se-iam os distritos de apartamentos de oito andares, dispostos em zigue-zague e com amplos espaços abertos ao redor, sendo a densidade prevista igual a 120 pessoas por acre. Na periferia, situar-se iam as "cidades-jardim", compostas de residências individuais (Ver CAPÍTULO 1).

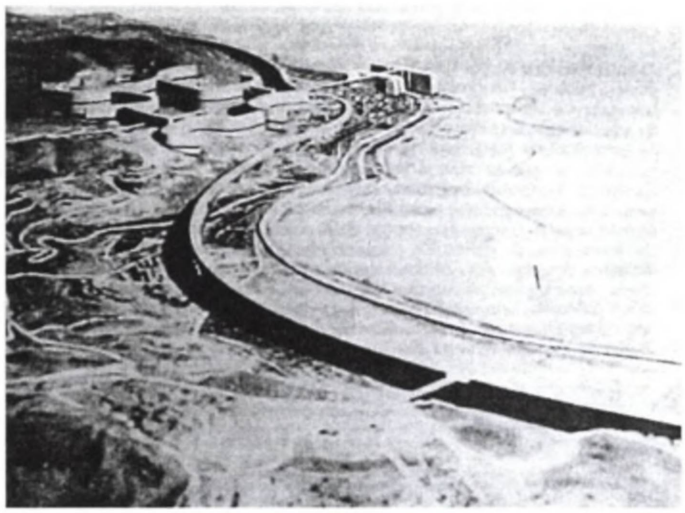


FIGURA 4.33 – *Plano Obus* para Argel, na Argélia, proposto em 1931 por Le Corbusier (1887-1965). (**Fonte**: TAFURI, 1997)

> Em Argel, a antiga Kasbah, as colinas de Fort-l'Empereur, a enseada costeira são assumidos como materiais brutos a reutilizar, verdadeiros *ready-made objects* em escala gigantesca, aos quais a nova estrutura que os condiciona oferece uma unidade anteriormente inexistente, retirando-lhes os significados originais. Mas ao máximo de condicionamento deve corresponder um máximo de liberdade e flexibilidade. A premissa econômica de toda a operação é claríssima: o plano *Obus* não se limita a pretender um novo "estatuto do terreno", o qual, ao vencer a anarquia paleocapitalista da acumulação fundiária, torna a totalidade do solo disponível para a reorganização unitária e orgânica daquilo que, desse modo, passa a ser um sistema urbano propriamente dito (TAFURI, 1997:87).

A reestruturação da totalidade do espaço urbano e paisagístico exposta por Le Corbusier em seus planos – desde *Une ville contemporaine* a meados dos anos 30 – correspondia à exigência de racionalizar a organização global da "máquina" citadina. Nessa escala, as estruturas tecnológicas e as redes de comunicação da cidade passariam a se constituir em uma "imagem" unitária, que resolvesse o organismo urbano como um todo, mas que acaba por fazer emergir as contradições entre o problemático e o racional; entre o mundo da liberdade e o reino da necessidade. Enquanto o desenvolvimento do urbanismo anglo-saxão fundamentou-se, quando da passagem do século XIX para o XX, nos modelos de "cidades-jardim" e subúrbios, as propostas urbanas centro-européias, especialmente aquelas feitas até o advento da *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), guiaram-se através do idealismo racionalista, no qual a imagem recorrente era da "cidade-máquina", capaz de abrigar e modelar uma homogeneidade de modos de vida e de consumo; reduto do ciclo capitalista de produção e reprodução social. Traçadas a partir de princípios geométricos; e baseadas em conceitos funcionalistas, as cidades modernas corbusierianas – como o *Plan Voisin* para Paris (1925) e a proposta de *La Ville Radiouse* (1935) –, ou mesmo de Ludwig Hilberseimer (1885-1997) – não muito distantes dos pressupostos universais da *Bauhaus* (1919/33) –, não eram mais que espaços abstratos, em que a apreensão da natureza passava a ser de apenas mais um elemento superficial de composição urbana, de justificativas exclusivamente higienistas e/ou estéticas (FIGS. 4.34 e 4.35).

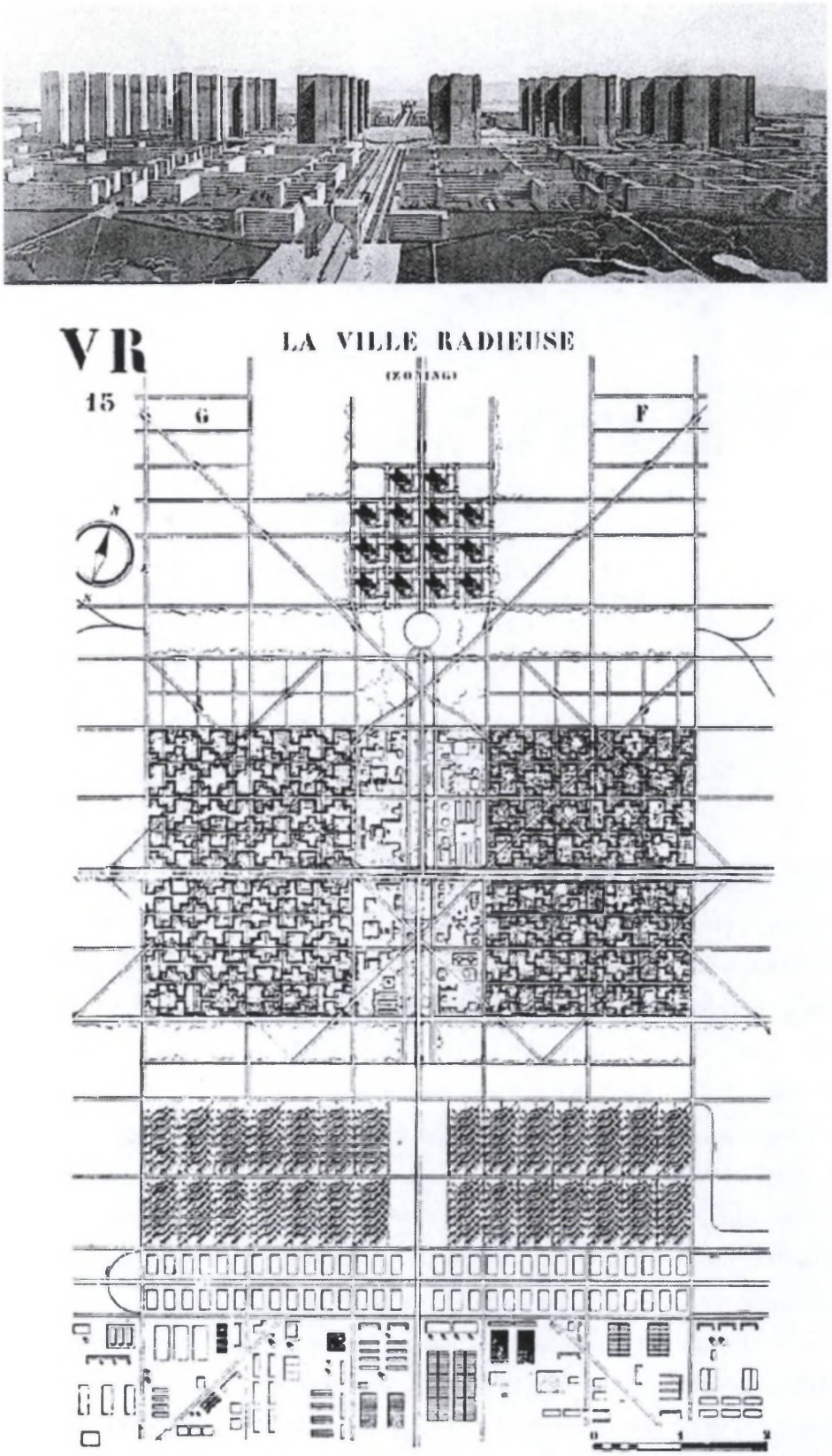


FIGURA 4.34 – Perspectiva do *Plan Voisin* (1925) (superior) e plano urbanístico de *La Ville Radiouse* (1935) (inferior), ambas propostas de Le Corbusier distanciadas em 10 anos. (**FONTE**: BENÉVOLO, 1998)

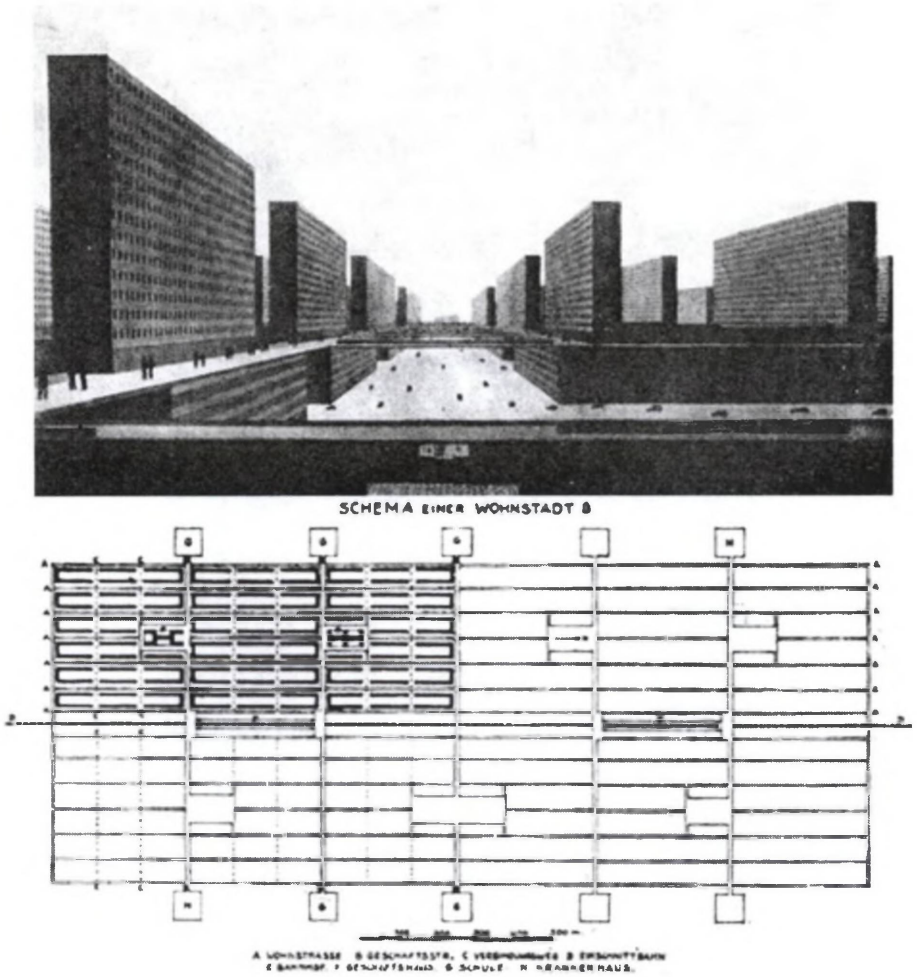


FIGURA 4.35 – Perspectiva da "cidade vertical' de *Hochhausstad* (1930) (superior) e proposta para a "cidade residencial" em *Grosstadtarchitekture* (1927) (inferior), feitas por Ludwig Hilberseimer (1885-1997).
(**FONTE**: HARVARD, 2005)

Em contrapartida, outra importante corrente do urbanismo utópico moderno expressou-se através de uma abordagem "antiurbana", a qual buscava a integração da cidade com o meio natural, prosperando principalmente nos EUA. Representada principalmente pelos *Southern Agrarians*[50] e tendo como principal modelo a *Broadacre City*, proposta entre 1932 e 1934 por Frank

[50] Denominavam-se *Southern Agrarians* os escritores e poetas norte-americanos tradicionalistas que formaram um grupo principalmente em torno da *Vanderbilt University*, na cidade de Nashiville, no Tennesseee, e adquiriram uma definitiva caracterização agrária por volta de 1928, quando se delimitou com maior clareza seu horizonte político e social. Conforme CIUCCI (1975), diante da pobreza do Sul, que vivia plenamente a depressão agrícola dos anos 20, atacavam o espírito "progressista" do Norte, o qual depreciava o "conservador" Sul; e viam precisamente nesta atitude conservadora as virtudes e os valores perdidos há tempos pelo Norte. Voltaram-se para o passado; em especial para uma Idade Média européia, que representava o mundo da arte, da aprendizagem e da moral, mas também para a New England puritana e o Sul antes da *Guerra Civil Americana* (1861/65), dois mundos ainda não divididos pelas formas distintas de economia. Reunidos através da revista *The American Review*, seus principais membros foram Stark Young (1881-1963), John Gould Fletcher (1886-1950), John Crowe Ranson (1888-1974), John Donald Wade (1892-1963), Donald Grady Davidson (1893-1968), Allen Tate (1899-1979) e Robert Penn Warren (1905-1989). Todos eles, paralelamente a Wright, encontravam uma ampla convergência de posições contra a industrialização, em favor de um ideal de vida alcançável através da volta à terra e à *home-production*, compartilhando o nova-iorquino Ralph Borsodi (1886-1922) como um de seus maiores inspiradores. Segundo os *Southern Agrarians*, poder-se-ia vencer o capitalismo unicamente mediante a difusão da propriedade privada, que representaria a lição da tradição jeffersoniana, a base da América, ou seja, "contra la Civilizació americana em crisis, se regresa a la Cultura americana" (CIUCCI, 1975:352).

Lloyd Wright (1869-1959), tal teoria dizia que a vida era "cada vez menos suportável na grande cidade", prevendo o caos urbano caso não se voltasse a viver no campo. Para Wright, a vida do cidadão urbanizado era artificial e gregária, tornando-se "a aventura cega de um animal artificioso" (FIG. 4.36). Salientava a tarefa essencial de cada indivíduo em integrar os meios mecânicos de que dispunha universalmente a humanidade para deixar os homens livres, de modo que se consagrassem às tarefas mais nobres e importantes no desenvolvimento estético da vida. Pregava "a verdadeira liberdade do homem de fazer o que deseja e no momento em que se deseja" (CHOAY, 1992).

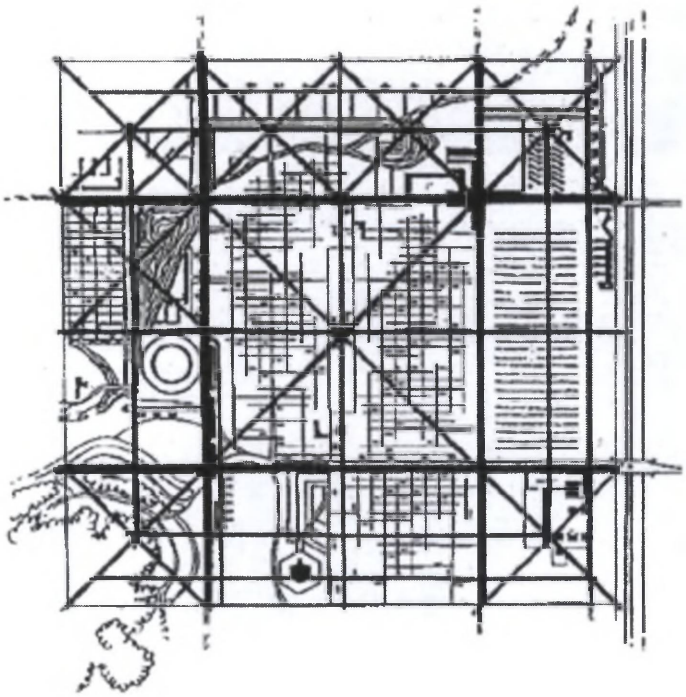


FIGURA 4.36 – Proposta urbanística para a *Broadacre City* (1934), obra de Frank Lloyd Wright (1869-1959). (**Fonte**: RISOYA TRIPOD, 2005)

Wright acreditava que a solução dos problemas da cidade dar-se-ia através da dispersão dos espaços no meio natural, sendo suas idéias qualificadas "como a fonte conceptual dos desenvolvimentos suburbanos de fraca densidade populacional da América" (RELPH, 2002:72). Propunha uma total dissolução das funções urbanas na natureza, que seria respeitada integralmente. E este respeito traduzir-se-ia, sobretudo, no predomínio absoluto da horizontalidade das edificações e na baixa densidade urbana. Além disto, não se projetaria domicílios coletivos, sendo todas as moradias particulares, construídas em grandes lotes e voltadas à realização de atividades profissionais em suas dependências. O projeto dessa "nova cidade" caracterizar-se-ia ainda pela presença de pequenas unidades isoladas, ligadas por vias rápidas, onde ocorreriam às atividades culturais e profissionais.

Para se compreender as bases teóricas da proposta de *Broadacre City*, torna-se interessante regressar à última década do século XIX, quando Frank Lloyd Wright, após a ruptura com Louis H. Sullivan (1856-1924) e saída de seu escritório, passou a ter como sua referência cultural mais

forte em Chicago, além da *Hull House*[51] – onde assistiu a conferências sobre a necessidade de atuação visando "civilizar" a vida urbana –, o *Steinway Hall*, formado em 1896 em torno do estúdio de Dwight Perkins (1867-1941), que reunia, além de Wright, Robert Closson Spencer (1864-1953) e Myron Hunt (1868-1954), entre outros, em um grupo que, ao atingir a casa de 18 componentes, constituiria a *Praire School*, interessada em aplicar na área residencial as mesmas hipóteses "orgânicas" que Sullivan realizou nos edifícios urbanos.

Vivendo em contato direto com os protagonistas da ativa vida cultural de Chicago, Wright familiarizou-se com a nascente *sociologia urbana* de Dewey[52] assim como vivenciou a idealização do mito "arcádico" de recuperação do campo nos EUA. Embora Patrick Geddes (1854-1932), quando de sua passagem pela *Hull House*, em 1900, não tenha tido contato com ele, encontrou um interlocutor para suas idéias humanistas, Walter Burley Griffin (1876-1937), que ingressou no ano seguinte no estúdio de Frank Lloyd Wright. E morando com a família em Oak Park, na área periférica de Chicago – que era, ao mesmo tempo, urbana e campestre, como os centros vizinhos de River Forest, Riverside e Evanston –, Wright viveu 20 anos de modo tranqüilo e integrado à natureza, mesmo que ainda trabalhando no *Loop* conturbado, comprovando as vantagens da vida nos subúrbios[53] (DAL CO, 1975).

---

[51] A *Hull House* surgiu em finais do século XIX e era dirigida por Jane Addams (1860-1935), considerada a "mãe do trabalho social", uma evz que se interessava pelas atividades culturais e assistenciais. Construída por Alan Pond e seu irmão em estilo neogótico Tudor, pretendia ser a "visão moderna" de um monastério medieval, de atividades voltadas à evangelização, ao ensino e ao trabalho. Sua forma retangular abrigava bibliotecas, salas de reunião, locais para apresentações teatrais e oficinas para trabalhos manuais, além de refeitórios para necessitados, dormitórios individuais e alojamentos para a equipe de trabalhadores sociais.

[52] O filósofo e educador John Dewey (1859-1952) foi uma das três figuras centrais do *pragmatismo* norte-americano, juntamente com Charles Sanders Peirce (1893-1914), quem criou o termo; e William James (1842-1910), que foi seu maior difusor. Enquanto Dewey trabalhou com uma forte influência hegeliana, James seguiu a linha britânica, traçando um pensamento empírico e utilitarista. Além disso, Dewey não era tão pluralista ou relatista como James, justificando que este valor não era em função de caprincho nem uma construção social. Assegurava que qualquer experimentação – social, cultural, tecnológica ou filosófica – poderia ser usada como critério preciso de arbitragem da verdade. Devido à sua visão metodológica e conscientemente sociológica do mundo e do conhecimento, ele é visto às vezes como uma alternativa útil aos pensamentos moderno e pós-moderno. Contudo, Dewey não se auto-enquadrava como "pragmático", preferindo referir-se à sua filosofia como *instrumentalismo*, tendo sido muitas vezes chamado de experimentalista, empirista, funcionalista ou naturalista. O termo "transacional" talvez seja o que melhor descreva seu pensamento, tendo sido empregado pelo próprio em seus últimos anos para explicar suas teorias de conhecimento e experiência, acreditando que doutrinas anteriores deveriam sempre ser reconstruídas para permanecerem úteis nos tempos atuais.

[53] Conforme DAL CO (1975), Wright aceitava os pressupostos dos teóricos e defensores da periferia, para os quais o nascimento do subúrbio era o único fator que oferecia as sólidas bases de esperança àqueles que procuravam fugir dos "demônios" da vida urbana. Para alguns deles, como Frederic Clemson Howe (1867-1940), a "nova" cidade surgiria da desurbanização e não da urbanização, constituindo-se na verdadeira "esperança da democracia", justamente o título de seu livro, *The city: the hope of democracy*, publicado em 1905, no qual sustentava a implantação de pequenas casas fora da cidade, proclamando a dispersão populacional e a disseminação no território. Entretanto, mais tarde, com a eclosão do *new urbanism*, na década de 1980 (Ver CAPÍTULO 1), livros como *Suburban nation: the rise of sprawl and decline of the american dream* (*Nação suburbana: a ascensão da dispersão e o declínio do sonho americano*, 2000), de Andrés M. Duany, Elizabeth Plater-Zyberk e Jeff B. Speck, acabaram criticando tal idéia que promovia a desocupação das áreas centrais das cidades. Segundo seus autores, a base da dispersão teria como base cinco componentes: áreas exclusivamente residenciais; shopping centers; centros de escritórios; e prédios como escolas, igrejas e instituições governamentais, cada um destes separados dos demais. O quinto componente seriam as rodovias. Tal modelo de "surburbanização" seria insustentável, pois enquanto se investia na revitalização de centros deteriorados, a parte interna dos subúrbios já estaria sob risco, perdendo moradores e empreendimentos para locais mais vazios, em uma nova extremidade suburbana.

Incorporando a idéia de *subcommunity*[54], bastante evidente em Oak Park, passou a conceber o tecido urbano como um conjunto de edificações separadas, tanto residências isoladas como edifícios comerciais, que se diferenciavam e se contrapunham sem nenhuma relação lógica, segundo o modelo da hipótese sullivaniana. Nesse local, procurava estabelecer, através de seus projetos organicistas, aquelas relações humanas que a cidade não podia oferecer: a sub-comunidade convertia-se inclusive na única referência válida para uma vida associada e completa. Contribuiu para isto a sua clientela que, formada por homens de negócios, geralmente *self-mademen* pertencentes àquela *upper middle-class*, reconhecia a importância do "natural", amplamente difundido a partir das experiências profícuas dos jardins e parques americanos.

> Entre la vida de la ciudad, captada em sus implicaciones culturales, y la da periferia, expresión de contactos humanos, Wright busca una síntesis superior; pero la sociedad intelectual y el clan familiar no tienen ni pueden tener relaciones [...] Broadacre es el intento de recoger en una única y general visión toda una experiencia, es la superación de la contradicción entre mundo del clan y realidad de este clan, entre malla de relaciones humanas y lo que se esconde tras estas relaciones. Es la superación del mito "arcádico" de la matriz urbana y el regreso al mundo campesino, donde vida y cultura no están aún separadas, al mundo de la frontera como hipótesis de autocultura, a un mundo preburgués y, por lo tanto, no corrompido por las contradicciones del desarrollo capitalista (CIUCCI, 1975:316-7).

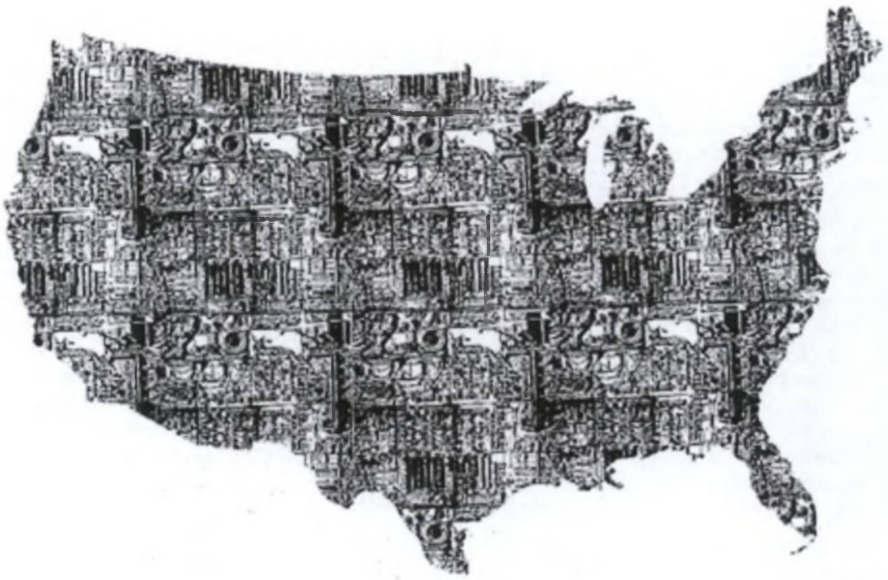


FIGURA 4.37 – Aplicação do conceito da *Broadacre City* (1934) em todo o território americano, na busca da *Usonia* total de Frank Lloyd Wright (1869-1959). (**Fonte**: HSR-CH, 2005)

[54] O conceito de *subcommunity* data de 1921, quando Robert E. Park (1864-1944), sociólogo urbano e um dos fundadores da *Chicago School*, definiu-a como sendo uma espécie de "área natural". Segundo ele, toda comunidade urbana dividir-se-ia em um mosaico de comunidades menores, muitas das quais impressionavelmente distintas entre si, mas todas mais ou menos típicas. Para Park, quase todas as cidades teriam estas "áreas naturais", que podem ser o centro de negócios, as zonas residenciais, os distritos industriais, as cidades-satélite, os *slums* ou as colônias de imigrantes. Estas seriam definidas como "naturais" porque seriam resultado – mais do que de uma planificação – de um processo "ecológico", o qual influencia sobre uma ordenada distribuição de população e de funções relacionadas à cidade.

No decorrer da década de 1920, Wright foi amadurecendo a certeza de que a América somente poderia sobreviver à crise da relação entre campo e cidade se adotasse uma democracia baseada na agricultura, na pequena propriedade e na descentralização das indústrias; postura que, além de suas preocupações pessoais, refletia uma grande preocupação governamental diante da acelerada urbanização do período, o que foi ainda mais agravado com a crise de 1929. Para ele, as possibilidades da máquina permitiriam construir um mundo mais belo e próspero, mediante uma nova organização espacial, porém este "novo mundo" somente nasceria da união com a natureza; único precedente histórico de toda cultura americana autóctone e que encontraria no deserto sua possibilidade de concretização (FIG. 4.37).

Após anos de pesquisa sobre as tradições primitivas – do Japão antigo à civilização maia; dos índios americanos à Idade Média –, Frank Lloyd Wright concluiu que o único precedente verdadeiro do homem moderno seria a mais pura natureza americana, ou melhor, o deserto, o qual passou a ser, para ele, o reduto potencial para a construção do "novo mundo", ao mesmo tempo de recuperação da natureza e de negação da cidade, aproximando-se das idéias e experiências de Borsodi[55]. Com seus colaboradores, construiu em 1927 um recinto em Salt Range, próximo a Chandler, no Arizona, aos moldes dos velhos fortes do Oeste, composto por residências, áreas para o trabalho e espaços comunitários: *Ocotillo Camp*. Nesse local, que servia como posto provisório para o projeto do conjunto residencial de San Marcos in the Desert, Wright procurou recompor os fragmentos de seu passado, reunindo-os nesta única, pioneira e inédita experiência em direção à *Usonia*[56], a "terra prometida" dos americanos, deixando para trás a cidade e reencontrando a "mãe" Natureza.

Mediante uma disposição que permitia grande variedade de combinações, assim como sua concepção como comunidade autônoma imersa na paisagem, *Ocotillo Camp* constituiu-se em um laboratório para as idéias que Wright sintetizou em *The disappearing city* (*A cidade desaparecendo*, 1932), em que apresentou a proposta da *Broadacre City*, mais tarde melhor pormenorizada. Suas

[55] Ralph Borsodi (1886-1977) foi um teórico economista e experimentalista norte-americano que rechaçava completamente a cidade em que vivia, Nova York, esta marcada, na década de 1920, por vários problemas, greves e protestos, os quais contribuíram para sua decisão de viver em uma pequena fazenda de 8 acres nas imediações da metrópole, onde construiu uma unidade auto-suficiente baseada no trabalho agrícola e na produção própria de instrumentos para viver e trabalhar. Adontado para si o conceito de *voluntary simplicy*, com o tempo, Borsodi fundou *Suffern*, uma cidade completamente auto-sustentável, baseada na produção caseira de alimentos e confecções, além do artesanato em madeira e metal. Essa experiência de vida integrada ao campo, baseado nos ideais de descentralização e comunitarismo, foi relatada em seus livros *The ugly civilization* (*A civilização feia*, 1929) e *Flight from the city* (*Vôo da cidade*, 1932), os quais tiveram grande repercussão nos EUA, incentivando várias famílias a seguirem seu exemplo no período da *Grande Depressão*. Entre 1934 e 1935, estabeleceu uma *School of Living* em Rockland County, Nova York; e, durante anos, empenhou-se em estudar as "doenças" da sociedade moderna, propondo soluções a seus problemas, geralmente defendendo o regresso à natureza e o emprego de recursos renováveis (SOIL & HEALTH ONLINE LIBRARY, 2005).

[56] *Usonia* era o termo que Frank Lloyd Wright usava para descrever sua visão sobre a paisagem norte-americana, tanto para o planejamento urbano como para a arquitetura de edificações. Provavelmente em 1927, ele criou o adjetivo *usonian* em substituição a *american* para descrever o caráter particular de *Novo Mundo* representado pela América, de modo livre e distinto das convenções anteriores. Denominaram-se *usonian homes* às cerca de 50 casas rurais que Wright começou a projetar a partir da *Jacobs House*, em 1936, caracterizadas pela planta em L, desenvolvida em torno de um terraço em um pequeno lote; e empregando materiais locais e recursos naturais.

instalações em madeira, conforme CIUCCI (1975), precederam figurativamente as soluções adotadas em *Taliesin West*, a residência de veraneio que Frank Lloyd Wright criou em 1938, em Maricopa Mesa, no deserto do Arizona, assim como exemplificaram os conceitos que publicou, juntamente com Baker Brownell (1887-1965), em *Architecture and modern life* (*Arquitetura e vida moderna*, 1937), os quais respondiam ao anseio da cultura americana, inclusive do *New Deal*, em recuperar uma América rural e, em conseqüência, uma natureza não corrompida. Nos anos 30 e seguintes, Wright tornou-se o profeta da descentralização e do *Back-to-nature Movement* [57].

Em 1948, o psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) lançou seu livro *Walden Two*, cujo título referia-se à obra de Henry David Thoreau (1817-1862), *Walden or life in the woods* (*Walden ou vida nos bosques*, 1854), na qual descrevia uma comunidade fictícia de 1.000 habitantes projetada segundo os princípios behavioristas. Baseando-se no mínimo consumo e na baixa poluição, através de uma economia que combinava agricultura e indústria, essa proposta caracterizava-se pela divisão igualitária do trabalho, inclusive entre as crianças; e pela completa igualdade entre homens e mulheres, além do exercício físico diário obrigatório, o aumento expressivo de crianças, o casamento precoce para evitar problemas de adolescência e um sistema educacional que ensinava paciência e como lidar com emoções destrutivas. Conforme esse modelo, em 1967, instalou-se na Virginia, EUA, a comunidade de *Twin Oaks* que, entretanto, somente pôde colocar em prática alguns aspectos da utopia, como um sistema de créditos de trabalho, a organização laboral, a igualdade social entre os sexos e a progressiva supressão dos laços familiares.

Na segunda metade do século XX[58], a relação entre cidade e meio ambiente voltou a ser debatida, ao mesmo tempo em que os princípios do urbanismo moderno, da estandardização e do zoneamento funcional passaram a ser questionados, dada a situação catastrófica das metrópoles e a situação de alienação do homem contemporâneo. A segregação espacial, tanto étnica quanto social, nas grandes concentrações urbanas, assim como os problemas decorrentes de uma postura predadora em relação à natureza e seus recursos, fizeram com que se testemunhasse a insensatez dos propósitos da Razão ocidental. Da mesma forma, surgiram críticas à suburbanização da cidade americana, alegando sua monotonia latente e forte ênfase ao individualismo, além de escritores como Lewis

---

[57] De acordo com SARGENT (1988), na década de 1940 e, principalmente, após a *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), multiplicaram-se as publicações utopistas, tanto na poesia e literatura de ficção como na filosofia política e social, como: *Islandia* (1942), de Austin Tappan Wright (1883-1931); *The open society and its enemies* (*A sociedade aberta e seus inimigos*, 1945), de Karl Popper (1902-1994); *Notes toward a definition of culture* (*Notas para uma definição de cultura*, 1948), de T. S. Eliot (1888-1965); e *Animal farm* (*Fazenda de animais*, 1948), de George Orwell (1903-1950).

[58] Podem ser consideradas as principais obras de caráter utópico da década de 1950: *The age of longing* (*A idade de desejar*, 1950), de Arthur Koestler (1905-1983); *Les justes* (*Os justos*, 1950), de Albert Camus (1913-1960); *Le diable et le bom dieu* (O d*iabo e o bom deus*, 1951), de Jean-Paul Sartre (1905-1980); *One: escape to nowhere* (*Um: fuga para lugar nenhum*, 1953), de David Karp (1922-1999); *Fanhenheit 451* (1953), de Ray D. Bradbury (1920-); *The measure of man* (*A medida do homem*, 1954), de Joseph W. Krutch (1893-1970); *Tristes tropiques* (*Tristes trópicos*, 1955), de Claude Levi-Strauss (1908-); *Obłok Magellana* (*A nuvem de Magellan*, 1955), de Stanislaw Lem (1921-); *Andromeda Nebula* (*Nebulosa Andrômeda*, 1957), de Ivan Antonovich Efremov (1907-1972); *Paths to utopia* (*Caminhos para a utopia*, 1958), de Martin Buber (1878-1965); e *Life against death* (*Vida contra a morte*, 1959), de Norman O. Brown (1913-2002) (SARGENT, 1988).

Mumford (1895-1990), que escreveu *The story of utopias* (*A história das utopias*, 1922), entre outros, criticarem o modelo wrightiano pelo seu suposto desfavorecimento de interações humanas.

> With good reason Mumford celebrates Frank Lloyd Wright as the prophet of the biotechnic economy of the future. As in all great architecture, buried within Wright's houses is a piece of utopia, communicated by the way they "effect a synthesis of nature, the machine, and human activies and purposes". Munford points out that such emphasis on the house fails to address the problem of communal integration [...] But the ever more apparent problem of communal cohesiveness, reflected equally in suburban sprawl and in the often ruinous state of the core of our cities, forces us to question Wright's utopia with its garden-tilling families on plots of at least one acre (HARRIES, 1998:336).

Paralelamente à abertura interdisciplinar que ocorreu na área do planejamento urbano e o amplo desenvolvimento da geografia humana, ocorridos entre as décadas de 1940 e 1950, assim como o despertar do *new urbanism* no período subseqüente, já abordados no CAPÍTULO 1, a eclosão mundial de "tecnotopias" nos anos 60 e, principalmente, "ecotopias" nos anos 70 e seguintes marcou o quadro da evolução do pensamento utópico do século passado. A idéia de assentamentos humanos sociais e ecologicamente sustentáveis ganhou finalmente força a partir desses movimentos e, em especial, após a *Contra-Cultura*, que apresentou ao mundo comunidades alternativas, embasadas no desejo de se abandonar um modelo de vida dominante e apontar um possível caminho para a sustentabilidade urbana.

Em 1947, o sociólogo Paul Goodman (1911-1972) e seu irmão, o arquiteto Percival Goodman (1904-1989), lançaram sua utopia *Communitas: means of livelihood and ways of life* (*Communitas: meios de subsistência e modos de vida*) que pode ser considerada, segundo MUMFORD (2001), uma das primeiras a considerar os valores e os objetivos de ordem moral e política que deveriam reger todo o esforço de planeficação nesse domínio. Ambos consideravam o plano de uma cidade não como um simples agrupamento de ruas e casas, mas o invólucro exterior, o prórpio corpo da atividade humana. Diziam:

> os planos urbanos obedecem a concepções diversas: quadriculada, radial, sinuosa, cidades-satélite ou concentrações gigantescas. Mais importante, porém, é a atividade urbana, é como o plano influencia essa atividade e termina por transformá-la, é como essa atividade utiliza o espaço urbano para seus próprios fins e valores (GOODMAN & GOODMAN APUD WARD, 1991:32).

Partindo dessas idéias, os irmãos Goodman estudaram as três principais fórmulas do urbanismo elaboradas nos últimos 100 anos: o plano com cinturão verde, o plano industrial e o plano integrado. Consideraram o primeiro uma reação à feiúra das fábricas e os inconvenientes da industrialização, em uma tentativa de resgate dos valores pré-industriais e melhoria da qualidade de vida. No segundo caso, focalizaram de modo apaixonado alguns projetos do urbanismo utópico elaborado nos anos 20 na URSS e as soluções tecnológicas, mais adequadas a uma economia

avançada, concebidas por Richard Buckminster Füller[59] (FIG. 4.38). Por fim, analisaram os projetos urbanos que integravam cidade e campo, como a proposta wrightiana para a *Broadacre City*, além de algumas idéias de Borsodi (WARD, 1991).

De acordo com CARANDELL (1974), ambos defendiam a adoção de uma imaginação ativa e equilibrada no intuito de propor novas possibilidades sociais e, embora não revolucionários nem interessados em uma mudança das estruturas básicas, suas propostas acabaram por conduzir quase inevitavelmente a uma transformação radical. Tanto nesse livro como nos seguintes de Paul Goodman – em especial, *Utopian essays & practical proposals* (*Ensaios utópicos e propostas práticas*, 1962), entre outros –, a utopia era expressa através de análises teóricas e fantasias literárias que almejavam ser realistas e levadas à prática urbana.

FIGURA 4.38 – Proposta para uma cúpula geodésica sobre parte da ilha de Manhattan, em Nova York EUA, imaginada na década de 1950 por Richard Buckminster Füller (1895-1983). (**Fonte**: JITEN, 2005)

Paul Goodman acabou se comprometendo politicamente com suas idéias de transformação, tornando-se um anarquista. Em *Communitas*, ele e o irmão proporam três diferentes fórmulas de comunidade ideal: a "cidade do consumo eficiente", que quase não diferia da maioria das cidades atuais da Europa e dos EUA; a "nova comuna", que estava baseada em uma microeconomia artesanal; e a "cidade do máximo de segurança e mínimo de regras", que propunha uma economia em dois estágios. No terceiro modelo, cada indivíduo deveria prestar uma contribuição mínima – como o serviço militar – à economia de base, trabalhando nas máquinas produtoras de alimentos, roupas e

[59] Engenheiro, matemático, cartógrafo, ecologista e pensador norte-americano, Richard Buckminster Füller (1895-1983) dedicou toda sua vida criando soluções técnicas para os problemas contemporâneos, explorando especialmente as potencialidades da estrutura metálica espacial e das *cúpulas geodésicas*, sua principal contribuição ao ideário utopista, desenvolvida a partir de 1954. Um de seus trabalhos mais difundido foi a proposta da *Dymaxion House* (1929/32), que consistia em uma unidade de habitação fabricada em série que exigia um mínimo de infra-estrutura e serviços, mas supunha a existência de um complexo industrial nas imediações. Outros trabalhos de destaque foram: o *Dymaxion Car* (1937); *a Füller House* (1946); e sua obra-prima, a geodésia do pavilhão americano na *Expo 67*, ocorrida em Montreal, Quebec – Canadá.

moradias, distribuídos a todos gratuitamente. O restante do tempo seria consagrado à economia de luxo, podendo cada um escolher uma atividade a seu gosto. Diversos serviços, como assistência médica e os transportes, seriam assegurados por um acordo financeiro entre a economia de subsistência e a economia secundária[60] (GOODMAN & GOODMAN, 1990).

Em 1964, o pensador alemão naturalizado americano Herbert Marcuse (1898-1979) lançou sua obra utópica *One dimensional man* (*Homem unidimensional*). De acordo com CARANDELL (1974), esse filósofo freudiano-marxista dizia que a questão não se tratava da utopia poder ou não ser implantada como alternativa ao mundo tal como é, mas desta realidade poder sair a via utópica por meio da ciência em seu estado atual de desenvolvimento. Afirmava que qualquer cientista contemporâneo aceitava ser possível eliminar a miséria e a fome, assim como o trabalho alienado, opondo-se a isto somente a organização sócio-política implantada em todo o mundo. Seria precisão, para tanto, suprimir essa organização para instaurar uma sociedade do tipo socialista, onde se produza a equivalência e a mistura da técnica com a arte, do trabalho e do lazer, ou seja, "uma sociedade em la cual el trabajo, incluso el socialmente necesario, pudiera organizarse em armonía com lãs necesidades y las inclinaciones instintivas de los hombres" (p.140). Com isto, Marcuse aproximava-se extraordinariamente de Fourier, ao mesmo tempo em que coincidia com os ideais dos jovens rebeldes e revolucionários norte-americanos e europeus representados pelos *beatniks*[61], *hippies*[62] e comunitaristas, além dos anarquistas do *Maio de 68* francês.

---

[60] Bastante próximas às idéias dos Goodman, está o pensamento de outro sociólogo norte-americano, David Riesman (1909-2002), mais por ter sido um grande defensor da utopia do que um verdadeiro inventor de propostas utópicas. Segundo ele, a burguesia capitalista teria adotado o mito utópico com o fim de oferecer uma utopia real ao público por meio da sociedade de consumo, escamoteando as questões de base, ao mesmo tempo em que os socialistas e comunistas que haviam chegado no poder utilizariam a utopia com o fim de ocultar o verdadeiro progresso em direção à sociedade utópica. Do mesmo modo, os intelectuais e a casta culta em geral adotariam posturas realistas e cínicas considerando a utopia como uma espécie de "sonho ingênuo", enquanto os especialistas, por sua vez, preocupar-se-iam apenas com determinados aspectos setoriais da mesma, sem se dirigir à realidade global. Segundo RIESMAN (1995), todos negariam, de uma forma ou outra o que deveria presidir o pensamento e a ação: a proposta utópica de uma nova sociedade.

[61] A palavra *beatnik* deriva da expressão norte-americana *beat generation*, a qual foi lançada em 1952 pelo jornal *New York Times* para designar – por analogia com a *lost generation* ("geração perdida") das décadas de 1920 e 1930, representada pelos escritores americanos que viveram em Paris, entre os quais Gertrude Stein (1874-1946), F. Scott Fitzgerald (1896-1940) e Ernest Hemingway (1899-1961) – um movimento social e literário que surgiu nos EUA nos anos 50. Comum a partir de 1958, o termo – cujo sufixo *–nik* derivaria do iídiche ou do russo *sputinik* – passou a se referir a um grupo formado pelos pintores da arte gestual e alguns escritores – como William S. Burroughs (1914-1997), Jack Kerouac (1922-1969), I. Allen Ginsberg (1926-1997) e John Clellon Holmes (1926-1988) –, além de vários adolescentes nômades e rebeldes, em torno de exigências de liberdade e de espontaneidade, mais particularmente a voltas da livraria e editora *City Light*, fundada em 1951 em São Francisco, Cal., pelo poeta Lawrence Ferlinghetti (1919-). Influenciada pelo surrealismo, pelos filósofos orientais e pelas experiências vividas com o uso de drogas, essa nova "onda" romântica proclamava a impossibilidade de sua inserção na sociedade moderna – daí *to beat*; "bater" em inglês, embora conote também "estar casado" – e seu desejo exasperado (*beat* evocaria o ritmo do jazz) de absoluto (*beat* seria abreviatura de *beatific*). Revolta utópica ou válvula de segurança de uma sociedade super-programada, o movimento *beatnik* – e sua "geração batida" – permaneceu até hoje como signo fundamental do mundo contemporâneo.

[62] O *movimento hippie* – do termo inglês *hippy* – teve início nos EUA, na segunda metade da década de 1960, caracterizando-se pela oposição radical à militarização da sociedade e à *Guerra do Vietnã* (1957/75). Da América, passou para a Europa e difundiu-se por todo o mundo, influenciando várias áreas culturais, tais como a música, a pintura e o teatro. Seus adeptos valorizavam a vida em comunidade, além de uma moral e costumes não-conformistas, baseados na não-violência e na oposição à sociedade industrial e aos valores tradicionais, preconizando a liberdade em todos os domínios. Seu lema *Make love not war* ("Faça amor e não a guerra") foi um dos mais característicos dos anos 60.

Mundialmente conhecido como *Maio de 68*, o conjunto de acontecimentos ocorridos na França, na primavera de 1968, iniciou-se com uma série de greves estudantis em várias universidades e institutos parisienses, seguidas de inúmeros confrontos com a polícia. A intenção da administração de Charles De Gaulle (1890-1970) em abafar as manifestações a partir da pressão policial somente contribuiu para acender os ânimos dos estudantes, que protagonizaram batalhas campais contra a polícia no *Quartir Latin* e, posteriormente, aderiram a uma greve geral, seguida de diversas outras, em que pararam aproximadamente 10 milhões de trabalhadores em todo o país. Os protestos chegaram ao ponto de De Gaulle ter que dissolver a Assembléia Nacional e antecipar as eleições parlamentares para 23 de junho de 1968. Porém, após isto, a situação revolucionária dissipou-se da mesma forma que havia surgido e o partido gaullista emergiu mais forte que antes.

Embora seja difícil precisar a ideologia que guiou todos os estudantes e também os milhares de manifestantes que marcaram a história francesa, percebeu-se ali uma forte componente anarquista[63], além de muitos terem abraçado as causas da esquerda, o comunismo e a revolta contra a *Guerra do Vietnã* (1957/75). Muitos viram nos acontecimentos uma oportunidade de confrontar a "antiga sociedade" em muitos de seus aspectos sociais, incluindo métodos educacionais e a liberdade sexual. Pôde-se observar fortes elementos existencialistas e situacionistas[64], presentes principalmente no espírito rebelde da maioria e nas pichações e *slogans* produzidos, como: *L'ennui est contre-révolutionnaire* ("O tédio é contra-revolucionário"); *On ne revendiquera rien, on ne demandera rien: on prendra, on occupera* ("Não vamos reivindicar nada, nem pediremos nada: vamos tomar, ocuparemos"); *On achète ton bonheur, vole-le* ("Estão comprando sua felicidade, roube-a"); *La barricade ferme la rue mais ouvre la voie* ("A barricada fecha a rua, mas abre a via"); ou ainda: *Il est interdit d'interdire* ("É proibido proibir").

A partir da década de 1960, uma nova geração de arquitetos apresentou a utopia como resposta ao descontentamento produzido pela situação da arquitetura e urbanística modernas. Suas proposições – na maioria inviáveis – serviram de germe do futuro, associando algumas aspirações físico-espaciais com possibilidades científico-tecnológicas, as quais poderiam ser viáveis em um futuro próximo. Denominou-se *tecnotopia* o conjunto dessas propostas que, baseando-se em parâmetros técnico-construtivos, criou espaços fantásticos, especialmente através dos grupos

---

[63] Como já citado no CAPÍTULO 3, o *anarquismo* é a designação genérica dada ao conjunto de teorias e movimentos que defendem a abolição do governo e toda forma de hierarquia, sendo a favor da desobediência civil e da anarquia, assim como de relações éticas baseadas na associação voluntária. De modo geral, seus princípios envolvem: anti-autoritarismo, humanismo, ação direta, apoio mútuo e uma pedagogia libertária. Há anarquistas partidários da violência, já outros pertencem a grupos pacifistas. Suas formas de expressão foram inúmeras, tais como o utilitarismo anarquista de William Godwin (1756-1836), o anarquismo individualista de Max Stirner (1806-1856), o mutualismo de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), o anarco-sindicalismo de Mikhail A. Bakunin (1814-1876) e o anarco-comunismo de Pietor Kropotkin (1842-1912).

[64] O *situacionismo* foi uma corrente revolucionária internacional, cujas manifestações de cunho tanto artístico como político concentraram-se entre 1957 e 1972, tendo como principal foco a abolição da arte como algo separado da vida, concebendo-a como revolucionária e, portanto, participativa e transformadora da vida cotidiana. Deste modo, apresentou aproximações com os dadaístas e surrealistas, assim como instigou movimentos de rebeldia e de contestação da ordem estabelecida, possuindo desdobramento até a presente data.

metabolista e *Archigram*. A utopia explodiu em conseqüência da crise cultural que atingia a profissão do arquiteto, além dos debates sobre a preservação de centros históricos e a avaliação das cidades criadas durante o *Movimento Moderno* (1915/45), tendo na destruição da memória urbana, na proliferação de periferias, nos problemas crescentes de circulação e nas implicações ecológicas os principais condicionantes para a discussão dos modelos modernos.

A arquitetura tecnotópica fez pesquisas sobre novas tecnologias e agenciamentos espaciais, acabando por influenciar toda a produção ficcional, em especial, a televisão e o cinema[65] dos anos 60 em diante. Segundo JENCKS (1978), propunha espaços variáveis e multifuncionais, principalmente através da reciclagem de elementos móveis, que seriam agregados a estruturas primárias fixas, normalmente destinadas à circulação e serviços; além de criar megaestruturas adaptáveis por encaixes, deslizamentos ou acoplamentos; e emprego de películas pneumáticas móveis e de "células" sintéticas. Criticados por desconsiderarem os pontos de vista de sociólogos e psicólogos, os tecnotópicos propuseram uma metodologia pseudo-científica que incentivava escolhas libertadoras em prol da fundação de uma civilização urbana não-alienada, associada à máquina e voltada à eficiência técnica e à qualidade do ambiente construído. Suas repercussões foram bastante amplas, contudo restritas a projetos que não passaram de especulações sobre a cidade e/ou a habitação avançada[66].

Em 1959, um grupo de arquitetos e urbanistas japoneses reuniu-se sob a alcunha de *metabolistas*[67], propondo uma visão futura da cidade habitada pela sociedade de massa, que se caracterizaria por grandes estruturas flexíveis e extensíveis, as quais permitiriam um processo de crescimento orgânico (FIGS. 4.39). Tomando como base a idéia de que as leis tradicionais de forma e

---

[65] Entre 1965 e 1968, foi produzida a série televisiva de ficção científica *Lost in Space* (*Perdidos no Espaço*), baseada no livro *The Swiss Family Robinson* (1812), de Johann David Wyss (1743-1818). Entre inúmeros filmes e séries, seu produtor, Irwin Allen (1916-1991), também produziu *Voyage to the bottom of the sea* (*Viagem ao fundo do mar*, 1964/68), *The time tunnel* (*Túnel do tempo*, 1966/67) e *Land of the giants* (*Terra dos gigantes*, 1967/70). Em 1966, surgia a clássica saga de *Star Trek* (*Jornada nas Estrelas*), criada por Gene Roddenberry (1921-1991), que duraria até 1969 para depois ser reeditada em 1973 e através de várias derivações até hoje. No cinema, em 1968, o filme *2001, a space odyssey* (*2001, uma odisséia no espaço*), baseado nos escritos de Arthur C. Clark (1917-) e dirigido por Stanley Kubrik (1928-1999), marcaria uma geração.

[66] Entre as derivações das proposições tecnotópicas, podem ser citadas: a *Intrapolis* (1960), de Walter Jonas (1923-); a *Space City* (1960/63), de Yona Friedman (1923-); a cidade de *Ragnitz* (1963/69), de Günther Domenig (134-); e as propostas do suíço Justus Dahinden (1925-), como o *Swimming Hotel Cairo* (1972), a *Akro-polis Leisure City* (1974) e a *Kiryat Ono Leisure City* (1984), próxima a Tel Aviv, em Israel. Um destaque especial representou o modelo *Habitat 67*, idealizado pelo israelense Moshe Safdie (1938-), concretizado em 1967, na Exposição Universal de Montreal, Quebec – Canadá.

[67] Entre os metabolistas, um dos maiores destaques foi Kenzo Tange (1913-2005) que, através do seu megaplano para Tóquio de 1960, propôs a ampliação da cidade sobre o mar. Kiyonotri Kikutake (1928-), arquiteto japonês, também engenheiro e professor nas Universidades de Waseda e de Tóquio, foi o fundador e principal teórico do grupo metabolista. Além de propor a *Tower City*, escreveu os livros *Metabolism* (1960), *Floating architecture* (1973) e *Community and civilization* (1975). Entre as propostas do *Metabolism Movement* mais difundidas estão as idéias da "cidade flutuante", através do *Unabara Project*; da "cidade agrícola" e da "cidade-parede", além daquelas relacionadas à proposta do *Living in a capsule* (*Vivendo em uma cápsula*), criadas em 1966, por Akira Shibuya; em 1967, por Youji Watanabe, principalmente, por Kisho Kurokawa (1934-), entre 1970 e 1972; este responsável pela proposta utópica da *Helix City*, além do *Takara Pavillion* (1967), realizado na *Exposição Universal de Montreal*, Quebec – Canadá; e da experimental *Nakagin Capsule Tower* (1972/74), construída em Tóquio, Japão. Outros arquitetos de bases metabolistas são Masato Ohtaka (1923-), Fumihiko Maki (1928-) e Arata Isozaki (1930-), além de muitos outros (ZEVI, 1979).

função estavam obsoletas, o *Metabolist Movement* apoiava suas propostas nos conceitos de reciclagem e flexibilidade constantes, inspirando-se na herança da estética *shinto* ou do *xintoísmo*[68], que pregava a mudança eterna de todas as coisas e a continuidade do eterno no transitório. A cidade era considerada um sistema aberto que permitia transformações periódicas, nas quais a ordenação do tráfego era essencial.

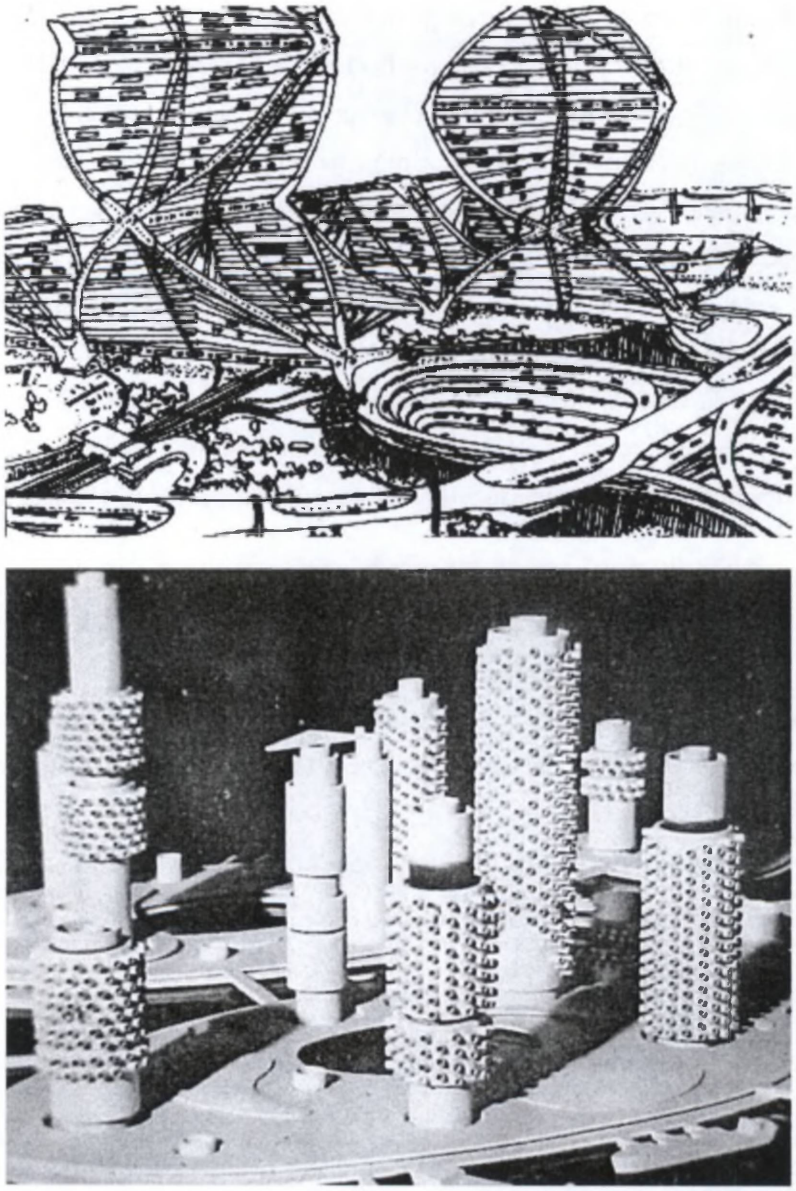


FIGURA 4.39 – Proposta para a *Helix City* (1960), do metabolista japonês Kisho Kurokawa (1934-) (superior) e a maquete da *Ocean City* (1960), criada por Kiyonori Kikutake (1928-) (inferior). (FONTE: ZEVI, 1979)

[68] O *xintoísmo* é uma religião japonesa em que os deuses são a personificação das forças naturais, assim como também os espíritos do passado. A partir do século VI, os budistas incorporaram tais divindades xintoístas, mas no século XIX, o xintoísmo foi separado das demais seitas, tornando-se uma espécie de religião do Estado, caracterizada pela adoração do imperador-deus e a afirmação da grandeza da raça japonesa. Após a derrota na *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), o povo voltou às crenças tradicionais no seio das seitas, cujo conjunto constitui a essência do xintoísmo.

Formado em 1961 e de motivações análogas às dos japoneses – embora mais culturais que arquitetônicas e mais estruturais que técnico-formais –, o *Archigram* foi um grupo vanguardista, de bases na *London Architectural Association*, que foi considerado futurista, anti-heróico e pró-consumista, ao tirar sua inspiração da tecnologia para criar uma realidade nova, a qual foi expressa somente através de projetos hipotéticos (FIG. 4.40). Seu nome referia-se a uma publicação contestatória de ficção científica em forma de *comic strips*, destinada a fazer propaganda comercial nos EUA que, através de um idealismo estético-tecnocrático, duas páginas e periodicidade irregular, trazia desenhos e manifestos *pop*. Seu maior defensor foi o crítico britânico Reyner Banham (1922-1988), um dos responsáveis pela divulgação da revista e dos trabalhos do grupo, os quais propunham cidades fantásticas, transitórias e auto-reguláveis, que se diferenciavam das propostas metabolistas por serem mais conceituais que concretas (ZEVI, 1979; JENCKS, 1992).

O principal objetivo do *Archigram*[69] não era o interesse profissional, mas a descoberta de uma linguagem contemporânea que resolvesse o brusco crescimento populacional e urbano através de megaestruturas neutras, feitas de materiais sintéticos e infláveis. A partir da fantasia tecnológica, que encontrava referências nos trabalhos futuristas de Sant'Elia[70] ou nas investigações tecnológicas de Buckmister Füller ou Frei Otto[71], seus ambientes urbanos – ou *computer cities* – eram caracterizados pela ênfase circulatória, disposições transitórias e robôs acionados por computadores. Seus trabalhos ofereciam uma visão sedutora de uma idade de máquina futura e fascinante, mas que deixava temas sociais e ambientais de lado. De qualquer forma,

---

[69] Bastante influenciado pela *Pop Art*, o grupo *Archigram* era inicialmente formado por Warren Chalk (1927-1987), Ron Herron (1930-1995), Dennis Crompton (1935-), Peter Cook (1936-), David Greene (1937-) e Mike Webb (1937-). Sua primeira grande exposição denominou-se *Living City* (*Cidade Viva*), ocorrendo em 1963, a qual trouxe bastante polêmica ao ambiente londrino. Os principais projetos de Cook foram a *Living Pod* e a *Capsule Tower*, realizadas entre 1964 e 1966, além das *Trickling Towers* e da *Layer City*, entre 1978 e 1982. Sua *Plug-in City* (1964) constituía-se de uma grande trama, na qual as edificações em forma de "células" deveriam ser acopladas. As máquinas assumiriam o controle e às pessoas, transformadas em matéria-prima, restaria "apreciar a experiência". Ron Herron, por sua vez, contribui com as propostas, criadas entre 1964 e 1966, da *Instant City* e da *Walking City*, esta última uma cidade ambulante, surgida das cinzas de uma civilização pós-nuclear, formada por edifícios inteligentes na forma de cápsulas gigantes móveis. Seu formato derivava da combinação entre inseto e máquina, em uma interpretação literal da idéia de Le Corbusier de que a casa era uma "máquina de morar". Outras propostas do grupo foram o *Cushicle Project* (1966/67) de Mike Webb; a *Inflatable Suit House* (1968) de David Greene; e a *ARCHIGRAN Pod*, apresentada em 1970, na Exposição Universal de Osaka, Japão.

[70] O italiano Antonio Sant'Elia (1888-1916) representou o maior nome da arquitetura fururista, principalmente devido à série de desenhos que realizou entre 1912 e 1914, mais tarde publicados sob o nome de *Città Nuova*, os quais se constituiam de perspectivas dinâmicas que antecipavam os problemas urbanos, a aplicação das novas tecnologias e a estética funcionalista. Possuindo elementos como paredes inclinadas, arcobotantes oblíquos, pódios quadrangulares e projeções semicirculares, representavam usinas elétricas, pontes, hangares, fábricas e edifícios verticais. Suas fantasias constituíram em fonte inspiradora de muitos arquitetos, sendo seus maiores discípulos Mario Chiattone (1891-1957), seu sócio suíço que fez muitos estudos volumétricos na mesma linha; e Virgilio Marchi (1895-1960), que aproximou o estilo dinâmico e livre do futurismo às preocupações simbólicas do expressionismo, através de uma arquitetura de superfícies curvas e linhas de força (BENEVOLO, 1998).

[71] Frei Otto (1925-) foi o arquiteto alemão que vislumbrou as aplicações das estruturas tensionadas e leves, estudando-as nos anos 50 para, na década seguinte, construir pavilhões têxteis, cuja membrana primária era composta de módulos justapostos. Levando seu uso a uma escala inteiramente nova, apresentou um método matemático puro para a determinação da forma de comportamentos de membranas, destacando-se seus trabalhos no pavilhão alemão na *Expo 67*, em Montreal; e a cobertura do *Estádio Olímpico* de Munique (1967/72).

la utopía entendida como la construcción de modelos ideales, de difícil o imposible realización en el momento en que se idean, ha desempeñado y sigue desempeñando un papel doble y contradictorio, muchas veces difícil de deslinear [...] Proyectos y concepciones que, por una parte, contradicen más o menos virtuosamente situaciones y condiciones existentes, otras vecesintentan contribuir a la formación de hipótesis de trabajo, en relación a un proceso de desarrollo de conocimientos, sistemas o soluciones de la arquitectura, basándose en condiciones técnicas o sociales, si no existentes, al menos posibles o previsibles (DOLS, 1974:135-6).

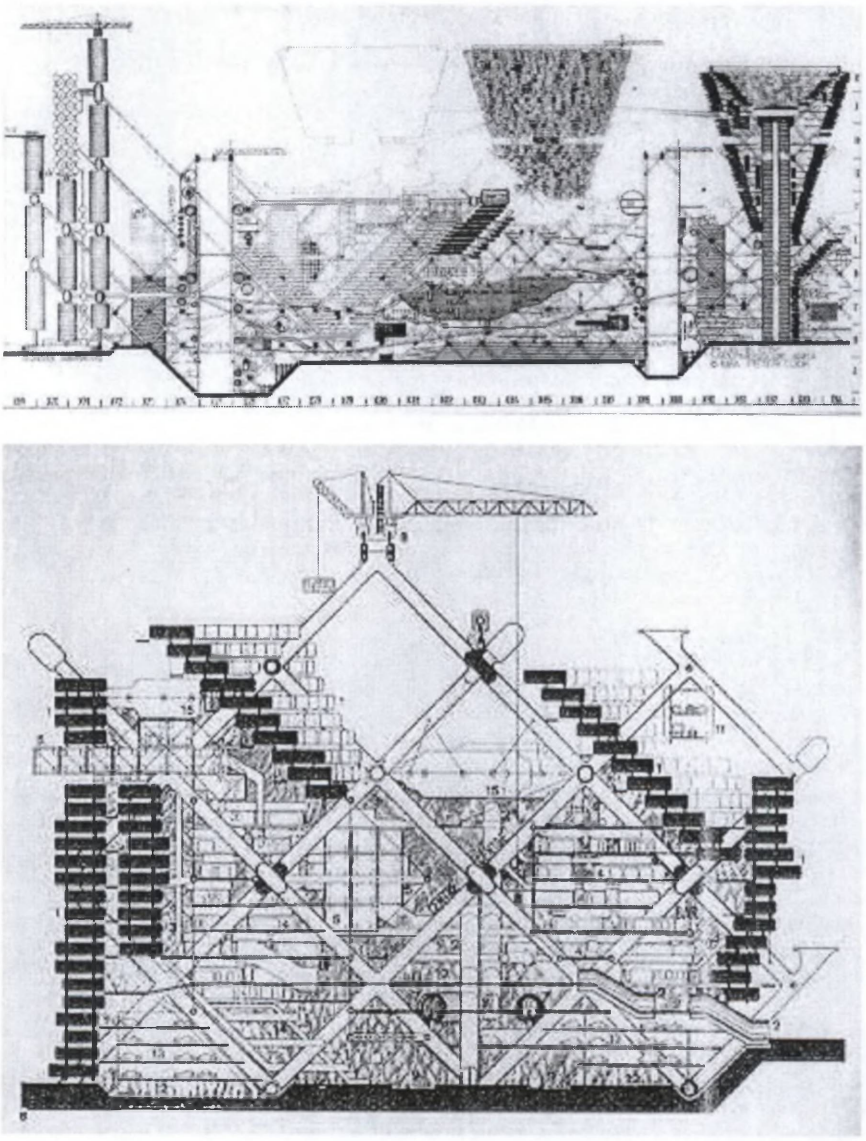


FIGURA 4.40 – Vistas gerais da *Plug-In City* (1961), proposta tecnotópica do membro do *Archigram*, Peter Cook (1936-). (**FONTE**: JENCKS, 1978)

4.5 *BACK-TO-LAND MOVEMENT*, ECOTOPIAS E SITUACIONISMO

O *Back-to-the-land Movement* consistiu em um fenômeno social norte-americano que se iniciou nos anos 60, caracterizado pela migração das cidades[72] em direção ao campo, cujo apogeu aconteceu em meados da década de 1970, coincidindo com a *Contra-Cultura*. Este movimento revelou-se particularmente interessante pelas estatísticas do período, que demonstraram um aumento bastante significativo do êxodo urbano nos EUA. Por várias razões, entre as quais influências de bases literárias[73], as pessoas começaram a achar que, vivendo na cidade ou subúrbio, faltava-lhes alguma familiaridade com os princípios básicos da vida, como as fontes naturais de alimentação ou um maior contato com a natureza. Além disso, recusavam alguns aspectos negativos da vida moderna, como consumismo em excesso; falhas do governo e sociedade, como a *Guerra do Vietnã* (1957/75); e preocupação crescente com a poluição do ar e água. Somaram-se o escândalo de *Watergate* e a crise energética de 1973. Rejeitando a resignação ou a luta, os *back-to-landers* aspiraram pela reconexão com o mundo natural, voltando a viver no campo e transformando-se em trabalhadores autônomos de uma indústria caseira, construindo sua própria casa e produzindo seu próprio alimento. Preferindo-se fontes energéticas alternativas, passaram a adotar a queima de lenha e a energia solar; práticas que evoluíram, na década de 1970, para a produção de energia por turbinas eólicas e captação por células fotovoltaicas, alcançando novos níveis de eficiência e sustentabilidade.

Vivendo em comunidades agrárias, era comum a barganha, através de um sistema de trocas de bens e serviços, sem uso do dinheiro. Alguns desenvolviam atividades flexíveis, como escritor ou artista, enquanto outros mantinham empregos na cidade. Porém, aqueles que permaneceram no campo, somente puderam fazê-lo por três razões: possuíam uma fonte de renda externa; mantinham um relacionamento com alguém de mesmo nível de comprometimento; ou já tinham alguma

---

[72] O poeta e antropólogo Gary Snyder (1930-) comentou que movimentos populacionais de retorno ao campo ocorreram em vários momentos da história, os quais aconteceram em várias partes do mundo como conseqüência de diversos problemas que fizeram com que as pessoas almejassem uma vida melhor, senão apenas sobreviver. Isto aconteceu, por exemplo, após a queda do Império Romano, quando moradores da cidade foram viver em áreas rurais. Ralph Borsodi (19xx-19xx), por sua vez, influenciou milhares de pessoas a migrarem de áreas urbanas e suburbanas para comunidades menores durante a *Grande Depressão* dos EUA, mas esse interesse particularmente cresceu após a *Segunda Guerra Mundial* (1939/45).

[73] Em 1947, Betty MacDonald (1908-1958) lançou *The egg and I* (*O ovo e eu*), que se tornaria um *bestseller* ao contar a história de seu casamento e posterior mudança para uma pequena fazenda na *Olympic Península*, no Estado de Washington. Em 1948, o ecólogo Aldo Leopold (1886-1948) publicou *A Sand County Almanac*, uma profunda e comovente declaração ambientalista, a qual foi sucedida, seis anos depois, por *Living the good life* (*Vivendo a boa vida*, 1954), um livro que contava sobre a mudança de seus autores, o casal Helen (1904-1995) e Scott Nearing (1883-1983), para uma *cottage* na área rural de Vermont, onde adotaram um estilo de vida simples e auto-suficiente, este dirigido por 12 pontos, os quais incluíam a horticultura orgânica e uma dieta saudável. Isto teria ocorrido pelas circunstâncias da *Grande Depressão* e por influência das idéias de Henry David Thoureau (1817-1862). Além dessas influências e de outros escritores, vale destacar o papel que tiveram os *Whole Earth Catalogs*, criados de 1968 a 1972 por Stewart Brand (1938-) e alguns amigos e familiares, os quais se propunham a oferecer "instrumentos" para se alcançar uma vida "sustentável", tais como almanaques, esquemas, mapas, implementos de jardinagem e ferramentas de carpintaria. Brand acreditava existir uma demanda por parte de biólogos, sociólogos, engenheiros, *designers* e fazendeiros, interessada em transformar a sociedade a partir dos princípios de uma nova relação com o ambiente natural.

familiaridade com a vida rural. Contudo, a maioria estava despreparada para esse estilo de vida; e os problemas relacionados a custos – maquinário, sementes, suplementos e despesas domésticas –, além das opções limitadas de produção e distribuição, eram igualmente difíceis de resolver inclusive para fazendeiros natos. Isto fez com que muitos acabassem voltando a viver nas cidades; ou ao menos se integrassem às comunidades rurais mais próximas (COFFEY, 1996).

Não houve nenhum evento que marcou o final dessa era – a qual, por sinal, foi bastante marcada pela utopia e crise[74] –, mas um fator que acelerou seu desgaste foi o aumento de custo das propriedades rurais, situação bastante diferente dos preços baixos encontrados no início do movimento, assim como a falsa ilusão, transmitida pela crescente prosperidade das grandes cidades, de que os problemas sociais haviam acabado e a vida urbana melhorado, o que aconteceu em plenos anos 1980. Ao invés disto, cresceu o interesse pela *green architecture*, da mesma forma que se difundiu, embora em escala que não possa ser considerada uma "onda", a criação de *ecovillages* ou "comunidades ecológicas" em todo o mundo, as quais procuravam associar elementos rurais e urbanos no intuito de organizar comunidades sustentáveis.

Foi justamente em 1970 que o arquiteto e urbanista visionário, de origem italiana, Paolo Soleri (1919-) cunhou o termo *arcology* ("arcologia"), resultado da junção das palavras "arquitetura" e "ecologia", especialmente para descrever seu maior projeto, *Arcosanti*, um edifício extrema e suficientemente grande para manter uma ecologia interna, assim como uma alta densidade populacional. De acordo com SOLERI (1983), seu conceito baseava-se na idéia de que a urbanização estaria reivindicando cada vez mais uma maior extensão da Terra, a qual deveria ser usada de forma mais sábia e menos impactante. Em *Arcology: the city in the image of man* (1970), descrevia os modos de compactação das cidades em três dimensões, combatendo as soluções propostas por planos bidimensionais (FIG. 4.41).

---

[74] Em 1970, Robert Heilbroner (1919-2005) lançou *Ecological Armageddon*, que prenunciava, de alguma forma, os conturbados anos 70, quando uma crise de ordem mundial trouxe momentos de tensão em todo o planeta, que foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Conhecida como a crise do petróleo, esta aconteceu precisamente em 1973, impulsionada por um embargo ao fornecimento de petróleo aos norte-americanos e europeus pelas nações árabes, membros da *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* – OPEP. Foi uma medida em represália ao apoio dessas potências à ocupação de territórios palestinos por Israel, durante a *Guerra de Yom Kipur*. Após o embargo, a OPEP estabeleceu cotas de produção e multiplicou os preços, medidas que desestabilizam a economia mundial e provocam severa recessão internacional. Donos de dois terços das reservas de petróleo do mundo, países como Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait controlavam o volume de produção e o preço do produto desde 1960, quando criaram a OPEP. Por causa do obstáculo iniciado em 1973, conhecido por primeiro choque do petróleo, os países industrializados acabaram o ano de 1974 com um déficit de cerca de US$ 11 bilhões e os subdesenvolvidos de quase US$ 40 bilhões. Em 1979, acontecia o segundo choque do petróleo, este causado pela revolução iraniana que derrubaria o xá Reza Pahlevi (1919-1980) e instalaria uma República islâmica no país. A produção de petróleo foi gravemente afetada; e a nação não conseguiria mais atender nem mesmo às suas necessidades. O Irã – que era o segundo maior exportador da OPEP, atrás apenas da Arábia Saudita – ficou praticamente fora do mercado. O preço do barril de petróleo atingiu níveis recordes e agravou drasticamente a recessão econômica mundial no início da década de 1980. Este e outros inúmeros fatores que foram os responsáveis pela multiplicação de opiniões contrárias ao estilo de vida contemporâneo e o modelo de desenvolvimento disseminado em todo o mundo, resultando em numerosos trabalhos de cunho utópico, tais como *Ecotopia* (1975), de Ernest Callenbach (1929-); *Good news* (*Boas novas*, 1980), de Edward Abbey (1927-1989); e *The abolition of work* (*A abolição do trabalho*, 1985), de Bob Black (1951-).

Tendo freqüentado os *taliesins* de Frank Lloyd Wright em 1947, Soleri estabeleceu-se nos EUA somente em 1956, abrindo seu estúdio *Cosanti* a 10 km de Phoenix, em Scottsdale, Arizona, no qual iniciou uma série de projetos baseados em princípios bioclimáticos. A partir de então, passou a perseguir as questões de implosão humana e intensidade social mediante a densificação tridimensional em edificações visionárias, procurando maximizar a interação humana e os acessos a serviços, através de macroestruturas que minimizariam o uso de energias, materiais construtivos e impactos ambientais, além de se integrar à paisagem local. Desde 1970, *Arcosanti*, seu experimento urbano contínuo para 6.000 pessoas, vem sendo construído, estando, em 2005, apenas 1% concluído, o que ocupa uma área de 25 acres, equivalendo a menos de 0,1% dos 4060 acres – ou 16 km^2 – previstos para o projeto final. Seu programa inclui apartamentos para moradia; áreas de produção, negócios, ensino e visitação; lojas e cafés; além de uma semi-cúpula de bronze situada de modo a maximizar a insolação de inverno e minimizar a de verão. Cerca de 50.000 pessoas visitam anualmente *Arcosanti*, cujos fundos de construção derivam da venda de produtos artísticos e realização de seminários e *workshops*.

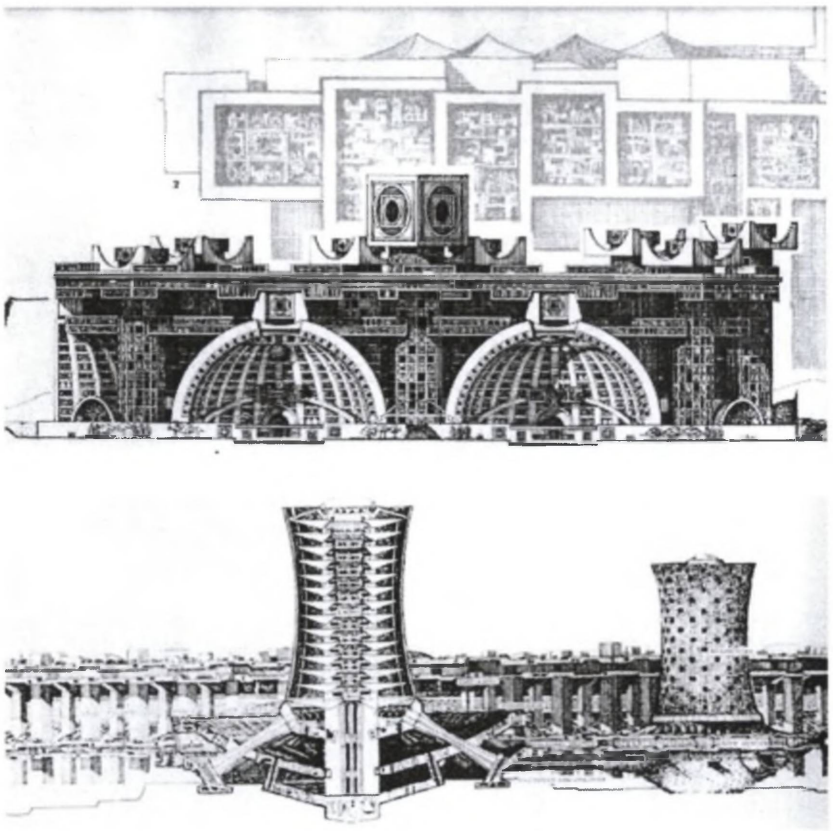


FIGURA 4.41 – Vistas gerais da comunidade de *Arcosanti* (1956/74), proposta pelo arquiteto visionário Paolo Soleri (1919-) a partir de seu conceito de *Arcology*. (**FONTE**: SOLERI, 1983)

Bastante populares na ficção científica, as arcologias são defendidas em geral para solucionar os problemas de superpopulação e degradação ambiental através de verdadeiras "cidades verticais" ou "cidades cupulares". Contudo, sua importância vai além, já que, através de seu conceito,

Soleri aprofundou as idéias de Wright, especialmente quanto às questões de como lidar com a multiplicação e consumo de recursos, a substituição do transporte privado pelo público, a recuperação da terra e a intensificação do uso de equipamentos sociais, como as bibliotecas públicas, além de alertar para os problemas relacionados à compactação do espaço urbano visando a preservação ambiental (ZEVI, 1979).

Com o despertar ecológico da década de 1970, a *ecotopia*[75] passou a ser uma das alternativas de postura em relação ao acelerado avanço da tecnologia e da sociedade de massa, fortemente marcada pelos mecanismos de alienação e consumo. Com bases literárias bastante enraizadas, encontrou subsídios para se disseminar como uma nova proposta de reintegração homem/natureza e do conseqüente restabelecimento do equilíbrio ecológico. Em 1975, o escritor norte-americano Ernest Callenbach (1929-) lançou *Ecotopia: the notebooks and reports of William Weston*, cuja sociedade descrita pode ser considerada uma das primeiras utopias ecológicas da história contemporânea inspirada pela *Contra-Cultura* e pelo movimento ambientalista dos anos 70.

Situado no futuro, mais precisamente em 1999 – 25 anos depois do mundo vivenciado em 1974 –, o livro consistia no conjunto de relatórios e anotações do diário de William Weston, um repórter fictício que teria sido o primeiro a conhecer *Ecotopia*, um país recém-formado, após a queda dos EUA em 1980, que corresponderia aproximadamente aos territórios de Oregon, Washington e Norte da Califórnia. Juntamente com Weston, passa-se a conhecer o sistema de ferrovias daquele país, seu estilo de vida, forma de governo – tinha-se como presidente uma mulher, Vera Allwen –, esportes de guerra, relações de gênero, liberdade sexual, produção de energia, agricultura e assim por diante.Ao final, William Weston tornava-se ele próprio um "ecotopiano". A tecnologia benigna e ecologicamente correta descrita por Callenbach em *Ecotopia* baseava-se em pesquisas divulgadas, por exemplo, no *Scientific American Journal*, além de histórias inspiradas em fatos reais publicadas no *Whole Earth Catalog* (1968/73), de Stewart Brand (1938-); e no seu sucessor, o *CoEvolution Quarterly* – que mudou novamente de nome em 1985, passando a se intitular *Whole Earth Review* –, incluindo também reportagens, romances e filmes de temática ambientalista, de modo que os valores e as práticas ecotópicas descritas no livro representassem as experiências ecológicas que estavam sendo implementadas no Oeste americano (KASSMAN, 1997).

---

[75] A palavra *ecotopia* foi utilizada pela primeira vez em 1877 no livro *A crystal age* (*Uma era de cristal*), do ornitologista e escritor naturalista britânico, de origem argentina, William Henry Hudson (1841-1922), que ficou mais conhecido por seus romances exóticos, embora tenha escrito sobre ornitologia e ruralismo. Tendo passado a infância nos Pampas, ele estudou na juventude a flora e fauna locais, observando dramas humanos e naturais onde seria uma fronteira sem lei. Em 1870, emigrou para a Inglaterra, tornando-se um observador sensível da natureza, particularmente dos pássaros, publicando *Argentine ornithology* (*Ornitologia argentina*, 1888/89) e *British birds* (*Pássaros britânicos*, 1895). Entretanto, alcançou a fama com seus romances sobre a zona rural inglesa, tais como *Hampshire Days* (*Dias em Hampshire*, 1904) e *Afoot in England* (*A pé na Inglaterra*, 1909), inspirando o *Back-to-nature Movement* dos anos 20 e 30. Em seus livros – dos quais se destacaram: *The purple land* (*A terra púrpura*, 1885); *The naturalist in La Plata* (*O naturalista em La Plata*, 1892), *Green mansions* (*Mansões verdes*, 1904), *A Shepherd's life* (*A vida de Shepherd*, 1910) e *Far away and long ago* (*Longe e há muito tempo*, 1918) –, descrevia animais e plantas de maneira bastante pessoal, com grande força e beleza.

A importância dessa publicação não se encontra somente no seu valor literário[76], mas também como imaginação viva de um estilo de vida ecológico apresentado em grande escala e de forma realista, expressando o papel que a utopia desempenhou na construção de um futuro alternativo ao que se processava nos anos 70 e, posteriormente, 80 (FIG. 4.42). Em 1981, de acordo com KASSMAN (1997), Callenbach publicou *Ecotopia emerging*, que funcionou como uma *prequel* – ou antecipação – àquele romance, descrevendo como essa nação sustentável pôde passar a existir e os problemas que enfrentou quando se decidiu implantar integralmente o programa dos ecologistas. Alegando como suas maiores influências, além do próprio Stewart Brandt e membros ligados ao *Whole Earth Catalog*, Ursula LeGuin[77] e John Todd[78]; e publicações como *Sustainable communities* (*Comunidades sustentáveis*), de Sim Van der Ryan e Peter Calthorpe, escreveu também os livros *Living cheaply with style: live better and spend less* (*Vivendo economicamente com estilo*: *viva melhor e gaste menos*, 1993); e *Ecology: a pocket book* (*Ecologia: um livro de bolso*, 1998).

No âmbito das utopias, os anos 80 viram surgir os *survivalistas*, termo que passou a designar aquelas pessoas que, antecipando uma ruptura radical da sociedade local, regional ou mundial, propõe-se a tomar medidas visando sobreviver – ou *to survive* – a situações drásticas imprevisíveis. Embora tendo acesso às facilidades da vida moderna, preparam-se para uma perda futura, tomando como bases acontecimentos históricos ou simplesmente se propondo a resistir em condições extremas, como em pleno mar ou sob um inverno intenso; ou ainda se oferecendo como voluntários para programas especiais do governo. As preocupações específicas de cada grupo

---

[76] Depois desse livro, a expressão "ficção ecotópica" tornou-se um subgênero da ficção científica e da ficção utópica, no qual o autor posiciona-se em um mundo utópico ou distópico ao tratar de questões sobre conservação ou destruição do meio ambiente. Entre seus maiores representantes, pode ser citado o novelista Kim Stanley Robinson (1952-), através de suas trilogias *Three Californias – The wild shore* (1984), *The gold coast* (1988) e, especialmente *The pacific edge* (1990) – e *Mars – Red Mars* (1992), *Green Mars* (1993) e *Blue Mars* (1996) –, além da coleção de contos ecotópicos intitulada *Future primitive: the new ecotopias* (1994). Na mesma categoria, podem ser incluídos os trabalhos do *ecofeminismo*, um movimento ambientalista biocêntrico de bases sócio-culturais, segundo o qual haveria uma relação entre a opressão feminina e a degradação da natureza. Suas idéias podem ser constatadas em obras como *Woman on the edge of time* (*Mulher na margem do tempo*, 1976), uma novela feminista de ficção científica de Marge Piercy (1936-), em que a protagonista tem que agir para salvar o mundo futuro de uma alternativa única, distópica. Outros exemplos desse tipo de literatura são: *Always coming home* (*Sempre em casa*, 1985), de Ursula Kroeber LeGuin (1929-); *The handmaid's tale* (*O conto da artesã*, 1985), de Margaret Atwood (1939-); *The gate to women's country* (*O portão para o país das mulheres*, 1988), de Sheri Stewart Tepper (1929-); e *The fifith sacred thing* (*A quinta coisa sagrada*, 1993), de Starhawk, nascida Miriam Samos (1951-) (PRIEST, 1992).

[77] A novelista norte-americana Ursula Kroeber LeGuin (1929-) foi quem escreveu *The dispossessed: an ambiguous utopia* (*Os despossuídos: uma utopia ambígua*, 1974), considerada uma das obras que revificaram o gênero utópico, embora um de seus maiores temas seja justamente as diferentes concepções de utopia. Nele, LeGuin apresentava um habitante de certo planeta, onde a ideologia fraternal de Kropotkin permitiu a criação de uma sociedade equilibrada no seio de um meio ambiente hostil, em outro mundo, onde a única regra era a do consumismo desenfreado; um lugar em que era preciso cavar poços e desbloquear esgotos, tarefa esta dividida entre os adultos, em contraste aos mais satisfatórios trabalhos diários. Entre seus trabalhos de bases utópicas, destacaram-se: *The left hand of darkness* (*A mão esquerda da escuridão*, 1969); *The world for world is forest* (*O mundo pelo mundo é floresta*, 1976); e *Worlds for exille and illusion* (*Mundos de exílio e ilusão*, 1996).

[78] John Todd (1939-) é um biólogo canadense que trabalha principalmente na área do *design* ecológico, pesquisando tecnologias alternativas na solução de problemas como a produção de alimentos e o desperdício da água. Em 1969, fundou juntamente com a esposa, Nancy Todd, o *New Alchemy Institute*, que visa investigar aspectos das ciências biológicas que possam ser aplicados tecnologicamente. Junto aos seus colegas, desenvolveu as chamadas *living machines* ("máquinas vivas"), estas baseadas em tecnologias ecológicas para restabelecer, conservar ou purificar esgotos e águas poluídas, através da aceleração dos processos naturais de purificação de pântanos e lagos. Para isto, utilizam-se comunidades diversas de bactérias e outros microorganismos, algas e peixes, além de plantas e árvores, em um processo denominado *phytoremediation*.

dependeriam do tipo de risco a que se supõe estar correndo, de acordo com MITCHELL JUNIOR (2004), enquadrando-se geralmente em três categorias: catástrofes naturais como terremotos, furacões ou fortes temporais; desastres de origem antrópica, tais como guerras, atentados terroristas ou poluição radioativa; e colapsos na estrutura sócio-política, que resultariam em falta de combustível, água, comida ou outros bens e serviços.

FIGURA 4.42 – Publicações de Ernest Callenbach (1929-): a edição original de *Ecotopia* (1975) e a comemorativa dos 30º aniversário (2005); e *Ecotopia emerging* (1981). (**FONTE**: CALLENBACH, 2005)

O *survivalismo* na Grã-Bretanha e nos EUA tem muitas e variadas bases, destacando-se *Famine and survival in America* (*Escassez e sobrevivência na América*, 1974), de Howard J. Ruff, que foi publicado no período da inflação profunda provocada pela crise do petróleo de 1973. O livro difundia a idéia de que ouro e prata poderiam suprir as necessidades no caso de um colapso do sistema econômico. Contudo, muitos elementos do movimento survivalista já podiam ser encontrados, por exemplo, nas diretivas dos mórmons da *Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias*, as quais pregam o armazenamento do valor de um ano de alimentos para si próprios e suas famílias. O termo "survivalista" surgiu em 1975, quando Karl Saxon começou a publicar o periódico *The Survivor* (*O Sobrevivente*), ao mesmo tempo em que Don Stephens passava a divulgar a expressão *to retreater* para descrever o movimento, referindo-se aos preparos de quem iria abandonar a cidade para se reintegrar ao campo, o que acabou caindo em desuso[79] (SURVIVAL PLUS, 2005).

[79] Outro importante órgão difusor foi *Personal Survival Letter*, publicada por Mel Tappan, autor de *Survival guns* (*Armas de sobrevivência*, 1977) e *Tappan on survival* (*Tappan em sobrevivência*, 1981). Em 1979, Ruff lançou *How to prosper during the coming bad years* (*Como sobreviver durante os próximos anos ruins*), que, juntamente com *Life after doomsday* (*Vida após o juízo final*, 1980), de Bruce D. Clayton, promoveu uma maior disseminação das idéias dos survivalistas, as quais migraram da possibilidade de carência de fontes energéticas para os perigos de uma guerra nuclear. Em 1999, o *survivalismo* intensificou-se com o risco potencial do vírus de computador Y2K; e, principalmente, com os ataques terroristas aos EUA em de setembro de 2001, somados aos que se seguiram em Bali e na Espanha. Atualmente, seu foco gira em torno das possibilidades de uma *jihad* ou guerra santa com extremistas mulçulmanos ou da grande vulnerabilidade de nossa civilização, demonstrada pelo *tsunami* de 2004. Entre as obras survivalistas clássicas, podem ser citadas: *Alas, Babylon* (1959), de Pat Frank (1909-1964); *Lucifer's hammer* (*O martelo de Lúcifer*, 1977), de Jerry Pournelle (1933-) e Larry Niven (1938-); *Possum living* (1978), de Dolly Freed; *Nuclear war survival skills* (*Habilidades de sobrevivência na guerra nuclear*, 1979), de Cresson Kearney; *The antagonist of the Ghostway* (1980), de Tony Hillerman (1925-); e as várias novelas de Jerry Ahern (1946-); além de vários trabalhos televisivos e cinematográficos.

Entre os anos 80 e meados dos anos 90, surgiram em todo mundo, inclusive no Brasil, as ecotopias relacionadas à disputa pelo acesso, pelo controle e pela gestão dos recursos naturais de forma democrática, o que caracterizaria a luta pela implantação de um modelo de *ecodesenvolvimento* (SACHS, 1986; 2002); ou ainda de *ecodemocracia* (CARVALHO & SCOTTO, 1995), de *democracia ecológico-social* (BOFF, 1999) ou de *democracia ecológica* (MORRISON, 1995). Para BOFF (1999), uma *democracia ecológico-social* seria uma nova forma de vivência democrática, tanto como valor universal, quanto como forma de organização da sociedade, o que pressupunha a superação do antropocentrismo, bastante arraigado na cultura ocidental, reforçado pela interpretação hegemônica da tradição religiosa judaico-cristã; e a superação da concepção dominante de ciência desenvolvida por Descartes, Galileu, Newton e Bacon, na qual saber é poder e poder é dominar, colocando todos os seres à disposição do uso humano. Esse tipo utópico de democracia aceita em seu seio, como cidadãos, não apenas os seres humanos, mas todos os seres vivos[80].

> Todos os seres são também cidadãos, sujeitos de direitos, de serem respeitados como outros em sua alteridade, em sua existência, em sua vida, em sua comunhão conosco e com o nosso destino e em seu futuro, que pode até independer de nós (BOFF, 1999:90).

Portanto, uma *democracia ecológica* relacionaria a injustiça social com uma espécie de "injustiça ecológica", pois o ser humano mais agredido é sempre o mais pobre, já que seu acesso aos bens naturais indispensáveis à vida vem sendo distorcido pelas relações não democráticas de distribuição, controle e gestão destes bens. Entende-se que deve ser estabelecida "uma solidariedade generacional ou diacrônica com as futuras gerações, além da solidariedade sincrônica com as gerações presentes" (PORTILHO, 2005:7). De forma análoga, MORRISON (1995) também acredita na possibilidade de um caminho ecológico e democrático, valorizando as escolhas individuais e sociais cotidianas para, inicialmente, limitar e, finalmente, transformar a civilização industrial numa civilização ecológica. Contudo, a busca dessa *democracia ecológica* pressupõe a recuperação do cidadão, entendido como aquele que tem consciência de pertencer à coletividade e de possuir identidade – individual e coletiva – e direitos civis, políticos e sociais. Pressupõe a busca por um modelo cívico autônomo, não subordinado ao modelo econômico, partindo do cidadão para a economia e não o contrário.

Contribuiu para a consolidação do pensamento ecológico a crescente afirmação do *Ecovillage Movement*, que teve como um dos principais estopins a publicação em 1991 de *Ecovillages and sustainable communities* (*Ecovilas e comunidades sustentáveis*), de Robert Gilman (1945-).

---

[80] Conforme PORTILHO (2005), a reflexão ecológica tem ajudado a entender que o ser humano é parte da natureza e da biosfera, ressaltando valores como a *alteridade*, a *reciprocidade* e a *complementaridade*. Através da alteridade, é possível reconhecer o outro com um valor em si mesmo e que, se existe, deve continuar a existir, reforçando a responsabilidade ética do ser humano perante os outros homens e as outras espécies. Através da reciprocidade e da complementaridade, fica claro que o equilíbrio ecológico pressupõe que os seres são recíprocos e se complementam, pois nada nem ninguém se basta a si mesmo. Necessitamo-nos mutuamente.

Robert Gilman pode ser considerado um visionário da sustentabilidade e, junto à sua esposa, Diane Gilman, propôs-se a pesquisar e escrever sobre *ecovillages*, fundamentando o caminho a que comumente se passou a chamar de *Global Ecovillage Network*, ou seja, uma rede internacional de "ecovilas" baseadas na idéia de uma vida comunitária em harmonia com a natureza. Também em 1991, publicou na revista *In Context* um artigo intitulado *The ecovillage challenge* (*O desafio das ecovilas*), no qual definia *ecovillage* como "um assentamento completo e em escala humana, no qual as atividades humanas estivessem harmonicamente integradas ao mundo natural, de modo a possibilitar um desenvolvimento humano saudável e que permitisse ser continuado prosperamente no futuro indefinido"[81]. Este conceito passou a ser a definição-chave do *Ecovillage Movement* que vem se expandido desde a década de 1990.

De acordo com GILMAN & GILMAN (1991), os princípios que caracterizam uma *ecovillage* podem ser aplicados tanto em assentamentos rurais como urbanos, assim como em países desenvolvidos ou não. Dever-se-ia buscar uma independência da infra-estrutura e também um modo de vida sustentável – como, por exemplo, a simplicidade voluntária – para seus habitantes com um mínimo de troca com a área local exterior ou ecoregião. As comunidades rurais seriam geralmente baseadas na agricultura orgânica, na *permacultura*[82] e em outras atividades que permitam a biodiversidade e a função ecossistêmica. Algumas "ecovilas" englobariam os princípios de "cohabitação", porém com maior foco ecológico e um processo permacultural típico mais "orgânico". Além disso, devem reunir capital de infraestrutura "verde", edificações autônomas e alojamentos agrupados para evitar desperdício ecológico, assim como empregar energia renovável. Sua organização igualmente dependeria de capital instrutivo e de códigos morais, através de uma ciência cívica mínima que será denominada de "eco-anarquista": produção e distribuição local de alimento; trocas internas para promover a economia local; incentivo moral para evitar consumo objetivo; governo baseado no consenso; e escolhas que respeitem a diversidade.

Desses princípios gerais, organizaram-se inúmeras *ecovillages* em todo o mundo, como a de *Eartheaven*, fundada em 1994 na parte ocidental de North Carolina EUA, em uma área de aproximadamente de 320 acres, a 40 minutos a Sudeste de Asheville (FIG. 4.43). Imersa em uma região densamente arborizada e bastante fértil, foi prevista para 150 pessoas distribuídas em pouco mais de 50 moradias, possuindo hoje cerca de 60 membros que vivem comunitariamente a partir da

[81] Do texto original da revista *In Context*: "Ecovillages are human-scale, full-featured settlements in which human activities are harmlessly integrated into the natural world in a way that is supportive of healthy human development, and which can be successfully continued into the indefinite future" (GILMAN, 1991:10).

[82] Criada pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Hilmgren, na década de 1970, *permacultura* consiste em um método holístico de planejamento ecológico, o qual visa atingir uma "cultura permanente", esta entendida tanto em sentido humano como agronômico. É um tipo de agricultura que permite projetar ecossistemas humanos, a um só tempo equilibrados e produtivos, socialmente justos e financeiramente viáveis. Através dela, o "desenvolvimento sustentável" seria alcançado não apenas de forma ideológica, abstrata ou discursiva, mas principalmente de forma prática. Em outras palavras, permacultura seria a ecologia (ciência pura) transformada em tecnologia ou ciência aplicada (RODRIGO & ROMERO, 1997).

agricultura local, praticando a auto-construção e utilizando a medicina homeopática. Outros exemplos ainda estão em fase de implementação, como a *ecovillage* proposta pela *ACE Incorporate* em NW Calgary, Alberta, no Canadá (FIGS. 4.44 e 4.45). Originalmente proposta em 2000 por Jorg Ostrowski para a localidade de Bear's Paw, também em Alberta, vem sendo divulgada como uma "comunidade ambiental" voltada ao desenvolvimento sustentável. Através de uma "linguagem padrão", são propostas de 25 a 50 unidades habitacionais realizadas com técnicas alternativas e baseadas no consumo energético mínimo, através de tecnologias "limpas" (ECODEVELOPER, 2005).

FIGURA 4.43 – Mapa da implantação da "ecovila" de *Earthaven*, criada em 1994, próxima a Asheville, em North Carolina EUA. (**FONTE**: EARTHEAVEN, 2005)

Muitas publicações ficcionais da década de 1990 conduziram ao chamado *eco-anarquismo*[83], que pode ser definido como a corrente utópica contemporânea que rejeita a idéia de que a humanidade estaria acima – ou seria superior – do restante do mundo natural, pregando a criação de comunidades projetadas para funcionar junto às forças da natureza e não contrárias a elas. Os eco-anarquistas defendem o surgimento e difusão de pequenas *ecovillages*, de, no máximo, 100 habitantes, que, segundo eles, teriam uma escala mais adequada à civilização, devendo a sociedade reorganizar sua infra-estrutura e sistema político para que este tipo de assentamento se difundisse (NOZICK, 1997).

[83] Em 1993, Lois Lowry (1937-) lançou o livro *The giver* (*O doador*), no qual descrevia uma sociedade "perfeita" em um futuro distante, na qual a guerra, a doença e o medo foram totalmente eliminados ao custo de uma completa repressão das emoções humanas, da individualidade e do livre arbítrio. Em 1996, o manifesto *on line* intitulado *The hedonistic imperative* (*O imperativo hedonístico*), de David Pearce, sublinhava como a engenharia genética e a nanotecnologia acabariam por suprimir todo so sofrimento da vida visível. Paralelamente, muitos filmes de conotações utópicas acabaram ocupando um lugar no imaginário das pessoas, como *The Matrix* (1999), dos irmãos Andy (1967-) e Larry Wachiwski (1965-), que descreve uma realidade virtual controlada por uma inteligência artigficial. Em determinado momento no filme, diz-se que a primeira *Matrix* era uma utopia que os seres humanos desacreditaram e rejeitaram por "definirem sua realidade através da miséria e do sofrimento". *Matrix* foi redesenhada para simular uma civilziação humana com todo seu sofrimento típico. Em 2002, o filme *Equilibrium*, de Kurt Wimmer, descrevia um futuro onde os sentimentos eram proibidos. D. J. Solomon publicou em 2204 o romance *Xen: ancient english edition* (*Xen: edição inglesa antiga*), no qual estabelecia um matriarcado em um futuro distante da Terra. Em *Ensaio sobre a lucidez* (2004), o escritor português José Salamago (1922-) descre uma cidade na qual ocorreram 83% de votos brancos em uma eleição. *Globus Cassus* (2002), de Christian Waldvogel (1971-) propõe um projeto de transformação da Terra em uma estrutura gigantesca e oca, inabitada em seu interior, no qual se organizariam novos tipos de sistemas sociais e políticos (UTORONTO, 2005).

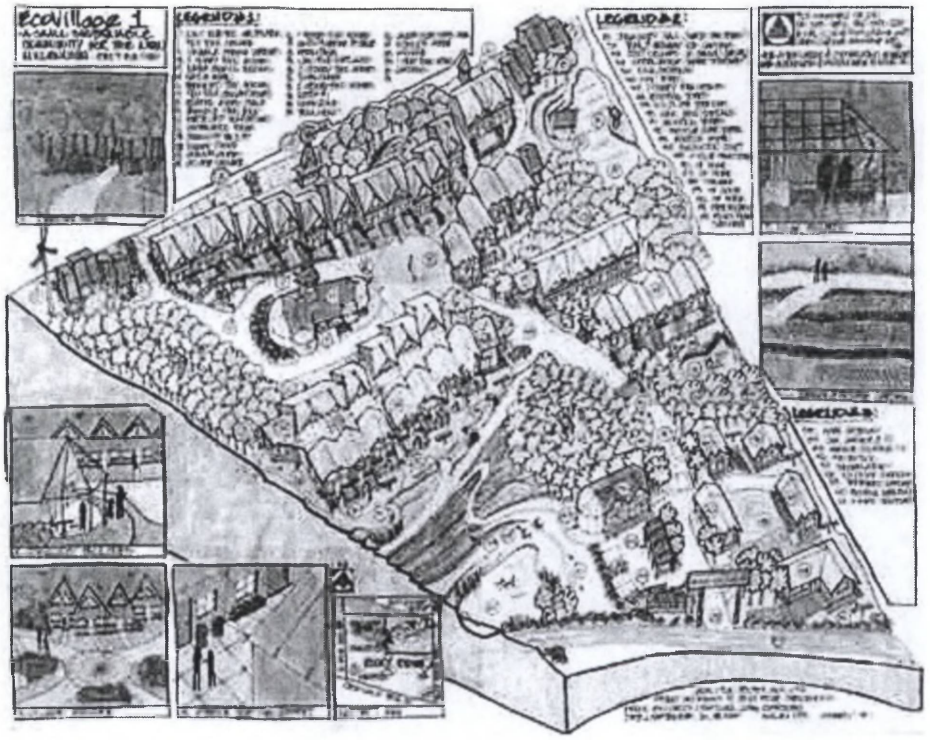


FIGURA 4.44 – Desenho conceitual da *ecovillage* de NW Calgary, Alberta, no Canadá, da autoria do arquiteto Jorg Ostrowski, criado em 2000. (**FONTE**: ECODEVELOPER, 2005)

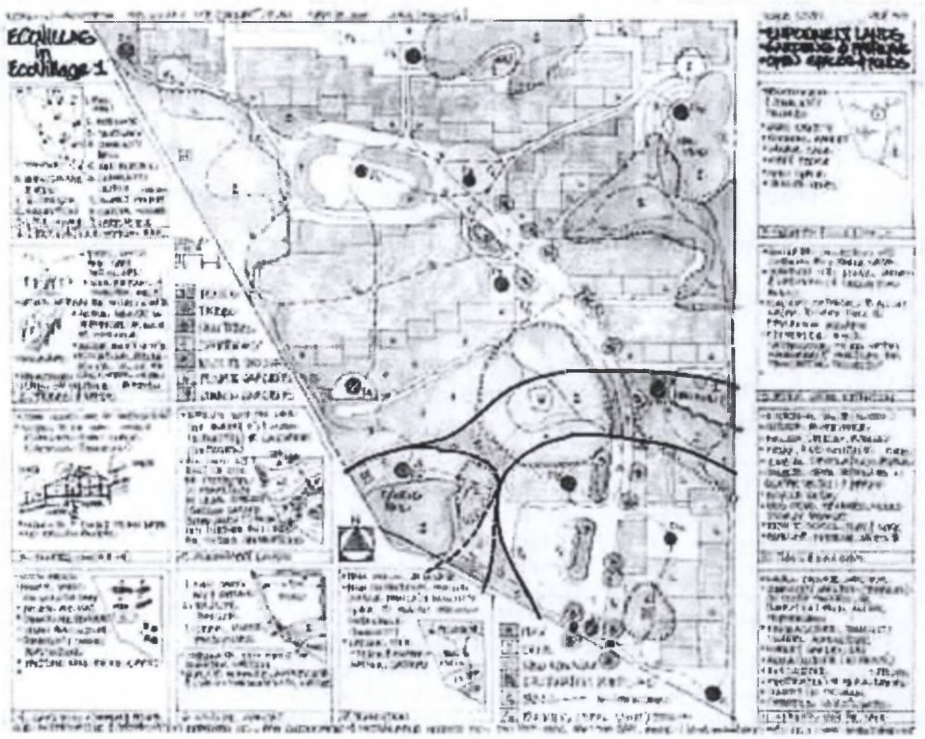


FIGURA 4.45 – Esquema planimétrico da situação da *ecovillage* de NW Calgary, Alberta, no Canadá, segundo a proposta de Jorg Ostrowski. (**FONTE**: ECODEVELOPER, 2005)

De bases que vão do primitivismo ao tribalismo; e do pacifismo ao ecofeminismo, a tendência eco-anárquica[84] encontrou um de seus fundamentos em *Ishmael* (1991); livro de Daniel Quinn (1935-) que relata as conversas entre um homem e um gorila, o que é comum na literatura eco-anarquista, na qual conceitos como a fraternidade homem-fera e a democracia bioregional são bastante difundidos. Essas estratégias de patrocínio e coexistência pacífica, contudo, parecem suspeitas quando se verifica que muitos autores do eco-anarquismo não aceitam a colaboração de outros grupos que consideram seus "inimigos".

Entre aqueles que aderiram ao movimento eco-anarquista, devem ser citados Murray Bookchin (1921-), John Zerzan (1943-) e Derrick Jensen (1960-), os quais possuem como pontos comuns fatores hierárquicos e econômicos vistos como chaves para a atual crise sócio-ambiental. Entretanto, é importante distinguir a chamada *green anarchy*, a qual focaliza sua crítica nas instituições de dominação que compõem a sociedade, ao cujo conjunto denomina genericamente de "civilização". Para seus defensores, todas essas instituições – Estado, capitalismo, globalização, ciência, patriarcado, etc. – são tanto exploradoras como destruidoras – seja do meio ambiente, seja do próprio ser humano – , não podendo serem reformadas. Rejeitam o progresso segundo as atuais direções políticas e defendem um governo e ações autônomas, além da insurreição e sabotagem, associadas ao bioregionalismo e à reintegração ao mundo selvagem para uma significativa transformação social. Embora muitas vezes descritos como "anarquistas anti-civilização" ou simplesmente "anarco-primitivistas", nem todos os defensores da *green anarchy* são primitivistas, apesar de muitos questionarem a civilização, a tecnologia e os métodos industriais[85].

---

[84] A filosofia eco-anarquista pode ser explicada como uma interpretação de verdades antropológicas e biológicas. Alguns de seus defensores colocam a vila, aldeia ou tribo – ao invés do clã familiar ou a família – como a unidade preferencial para a vida humana, tanto que consideram as questões familiares mais importantes que aspectos relacionados ao trabalho. Eles normalmente vêem as organizações sociais "primitivas" como faixas ou tribos de alta estima, não devido à antiga noção de superioridade espiritual do "nobre selvagem", mas por suas organizações sociais parecerem funcionar melhor que a civilização. Ao mesmo tempo, Daniel Quinn (1935-),ao lançar, em 1997, a *New Tribal Revolution* – NTR, utilizou o termo "tribalista" não no sentido tradicional, derrogatório, mas para designar as características da vida tribal: uma comunidade aberta, igualitária e cooperativa que difere da utopia comunista principalmente pela sua escala significativamente menor. Enquanto outros utopistas tenderam a ser muito teóricos e filosóficos, os "novos tribalistas" insistem que sua utopia estaria no estado natural da humanidade, comprovado pelos dois milhões de anos de evolução humana.

[85] Partindo do pressuposto de que a civilização – vista pelos anarquistas "verdes" mais como um paradigma do que como algo material, ou seja, um conjunto formado pelas instituições dominadoras do homem – seria a responsável pela destruição do meio ambiente e da liberdade humana; a *green anarchy* considera a agricultura a culpada de sua existência, já que foi a domesticação de plantas, animais e pessoas, que favoreceu os excessos e as condições de estabelecimento daquelas instituições. Situar-se-iam na Pré-História nossos primeiros ancestrais anarquistas, coletores e caçadores que viviam em bando, sem qualquer liderança, autoridade, divisão de trabalho, violência organizada ou destruição ambiental. Apesar disso, não defende um retorno à Idade da Pedra nem um estilo de vida similar aos nômades primitivos, preferindo questionar profundamente a realidade que nos foi dada, de modo a transformar esses questionamentos em uma práxis efetiva e criar novas comunidades onde aquelas instituições de dominação não existam ou que resistam às que hoje ainda atuam. Nessa corrente utópica, a tecnologia, por sua vez, é vista mais como um sistema do que propriamente uma ferramenta específica, que requer a exploração do meio ambiente através da criação e extração de recursos, além da exploração das pessoas pelo trabalho, emprego e escravidão. Para seus representantes, não haveria nenhuma forma de tecnologia "neutra", uma vez que todas as coisas são criadas dentro de certo contexto e segundo determinadas metas e funções. Rejeitam a *green technology*, já que esta manteria o mesmo sistema de exploração natural e humana, fazendo apenas mudanças superficias para parecer "ecologicamente" correta. Ao invés disso, defendem o uso de tecnologias "baixas" (*low-tech*) ou "nulas" (*no-tech*) na criação de ambientes a partir de recursos locais e sustentáveis (BARKIN & SHAMBAUGH JUNIOR, 1999).

A diferença entre o eco-anarquista e o primitivista está no foco que o primeiro coloca na formação de *ecovillages* – ou "comunidades ecológicas" –, assim como no seu capital social, ao invés da tecnologia, sua aceitação ou rejeição. Já o que diferencia o eco-anarquista do anarquista "verde" consiste nos aspectos de descentralização e integridade ecológica, tanto ao nível da ecoregião como da *ecovillage* propriamente dita. Os anarquistas verdes compõem um movimento diverso e aberto de pessoas influenciadas por uma coleção de idéias e ações, das quais se destacam os pressupostos gerais do anarquismo, as preocupações sócio-ambientais, as experiências feministas e o pensamento situacionista.

O situacionismo como corrente artístico-libertária surgiu a partir da *Internacional Situacionista*[86] – IS, que foi um movimento político e internacional resultante da confluência de tendências menores derivadas da *Internacional Letrista*[87] – IL, do *Movimento Intenacional por uma Bauhaus Imagística* – MIBI, e também da *London Psychogeographical Association* – LPA; fusão esta que acabou recebendo contribuições adicionais de outras correntes artísticas, entre as quais o dadaísmo e o surrealismo, além de idéias contestatórias de movimentos de classe e sindicatos trabalhistas. Com um desenvolvimento bastante conturbado, marcado por vários desligamentos e expulsões, a IS tinha

[86] A IS originou-se a partir de uma conferência ocorrida na vila italiana de Cosio d'Arroscia, em 28 de julho de 1957, propondo-se como vanguarda artística que pretendia – e assim exigiu de seus membros – a ultrapassagem das formas vigentes de arte e o colocar de todas as energias a serviço da revolução; vontade esta que já se encontrava inscrita no itinerário surrealista, em revistas como *Révolution surréaliste* e *le Surréalisme au service de la révolution*. Além do surrealismo – principalmente sua vertente belga, expressa através de Marcel Mariën (1920-1993) e os membros da revista *Les lèvres nues* –, o *Dadá* de Tristan Tzara (1896-1963) e Marcel Duchamp (1887-1968), que agiam por atos subconscientes e formulações extravagantes, também lhe influenciou, em especial na concepção da arte como mera falsificação imposta pela burguesia; uma válvula de segurança moral, idêntica ao trabalho. Ao mesmo tempo em que a história dos situacionistas foi marcada pelos seus ímpetos para revolucionar a vida, a divisão em 1962 entre as seções da IS belgo-francesa e germano-escandinava – a qual passou a ser a *Segunda Internacional Situacionista*, tornando o *Gruppe SPUR* independente – marcou a transição de uma visão revolucionária ambivalente, passando da forma "artística" para a "política". Aqueles que seguiram a via "artística" da IS – o *Gruppe SPUR* – testemunharam-na se transformando em uma organização dogmática, enquanto aqueles que compartilhavam uma visão política viram nas insurreições de *Maio de 68* o resultado lógico de sua abordagem utópica. Além de Guy Debord (1931-1994), também foram membros da IS: o pintor dinamarquês Asger Jorn (1914-1979); o escritor escocês Alexander Trocchi (1925-1984); o artista inglês Ralph Rummey (1934-); o veterano da *Insurreição Hungara* Attila Kotányi a escritora francesa Michele Bernstein, mais tarde esposa de Debord; e o escritor belga Raoul Vaneigen (1934-). A IS dissolveu-se em 1972, mas embora o número de seus membros nunca tenha ultrapassado a casa dos 40 em qualquer momento – assim como às vezes reunia não mais que 10 participantes – suas idéias situacionistas continuaram ecoando profundamente por muitos dos aspectos da cultura e política na Europa e EUA.

[87] A IL constituiu-se de um grupo pós-surrealista de escritores dedicados à destruição dos valores burgueses e das ideologias políticas e culturais dominantes nos anos 50. Propunha denunciar, através de um "dadaísmo positivo", as imposturas daquilo que designava por "mercadoria cultural", como o existencialismo e depois o estruturalismo. A sua certeza de serem capazes de mudar as condições da vida levou os letristas a execrar o *teatro do absurdo* ou o miserabilismo condescendente dos escritores existencialistas. De bases nas idéias de Isidore Isou (1925-) e visando realizar na vida cotidiana as conquistas da poesia surrealista do Conde de Lautréamont (1846-1880), através do seu órgão difusor *Potlatch* (1954/57), reduziram a palavra escrita a letras e sílabas onomatopéicas. Entre seus membros estavam, além de Debord: Maurice Lemaître (1926-), Gil J. Wolman (1929-1995) e François Dufrêne (1930-1982). Depois da conferência de Alba, em 1956; e principalmente a de Cosio d'Arroscia, em 1957, a IL abriu-se a outros grupos europeus – entre os quais o MIBI, formado em 1955 pelo pintor italiano Giuseppe Pinot-Gallizio (1902-1964) e por Asger Jorn (1914-1979), que, junto a Constant A. Nieuwenhuys (1920-) participava do *CoBrA* (1948/51) –, constituindo a IS. Contudo, quase todas as teses situacionistas já se encontravam anunciadas na IL. Por exemplo, no *Potlatch* n. 5, de julho de 1954, respondendo a um inquérito do grupo surrealista belga sobre que sentido atribuíam à palavra "poesia", os membros da IL – cuja média de idade não ultrapassava os 22 anos – afirmaram: "A poesia esgotou os seus últimos prestígios formais. Para lá da estética. Ela está toda no poder dos homens sobre as suas aventuras. A poesia contrói-se nos rostos. E é urgente criar novos rostos. A poesia está na *forma das cidades*. Vamos por isso construir enormes circulares. A nova beleza será de *situação*, quer dizer, provisória e vivida" (JAPPE, 1999:83).

como objetivo principal uma redefinição radical das regras artísticas do século XX, expressando-se como uma anti-arte utópica, revolucionária e transformadora.

Através da ação de seus membros e dos 12 números da revista, *Internationale Situationniste* (1958/69), além de algumas exposições artísticas e manifestações polêmicas[88], a IS levou a cabo as teses da IL e dedicou-se às explorações teóricas e informações sobre todo o grupo, cuja linha comum de crítica girava em torno de dois pontos, os quais permaneceram estreitamente ligados: a vida cotidiana e a sociedade do espetáculo mercantil. Para seus defensores, a obra do jovem Marx era antes de tudo uma crítica ao cotidiano, passando a ser a construção de *situações* – de onde originaria o termo "situacionista" – e os conceitos de *urbanismo unitário* e de *detournement* ("desvio"), assim como as práticas da *deriva* e da *psicogeografia* respostas a essa crítica. Segundo eles, era fundamental libertar a vida do cotidiano, ou seja, dessa escravatura que representava a organização pré-concebida do tempo com o objetivo central de rentabilizar o trabalho e de controlar os cidadãos (FIG. 4.46). A reconquista do tempo e usufruto da sua passagem tal como a consciência da sua rápida fuga, representariam suas maiores motivações. Esse tempo liberto, na sua opinião, conteria ao mesmo tempo a certeza da urgência e a sensação da mais completa disponibilidade. Proclamavam: *Ne travaillez jamais* ("Nunca trabalhe")!

Para os situacionistas, segundo ELIOT (2005), a noção de *situação* envolvia concomitantemente aspectos filosóficos, científicos e artísticos. Em sua formulação, Asger Jorn (1914-1979) foi bastante influenciado por Niels Bohr (1885-1962), em que se observa a idéia de "situação" relacionada, na Física quântica, ao conceito de "localidade". Na opinião deles, não existiria uma doutrina situacionista de interpretação dos fatos existentes, mas um uso situacionista destes, rechaçando qualquer ideologia que pudesse se estabelecer. Eles quiseram, na sua análise, desmistificar a história das ideologias, pois sempre lhes repugnou transformar suas teorias em palavras definitivas ou ideológicas. Por isto, os situacionistas nunca avançaram com suas idéias de mudança, ou seja, jamais anunciaram o modelo de uma sociedade nova ou de imagens utópicas.

---

[88] A primeira exibição pictórica da IS aconteceu em maio de 1958, em Turim, Itália. Nesta, Pinot-Gallizio e seu filho, Giors Melanotte, conceberam a "pintura industrial" desenvolvida de modo expressionista abstrato em gigantescos rolos de tela de 12 a 70 m de comprimento. A designação foi pensada para ressaltar a escala de produção dos quadros em oposição a seus métodos tradicionais. No ano seguinte, a IS fez três exposições em prestigiosas galerias, sendo mais uma de "pintura industrial"; outra de *kitsch* "deturnado", da autoria de Jorn; e outra dos "modelos arquiteturais" de Constant, os quais aplicavam as teorias situacionistas sobre *urbanismo unitário*, concebidos como modelos para edifícios suspendidos por fios. Constant também fez planos para uma cidade formada de um único e labiríntico edifício, assim como modelos para um acampamento cigano e para uma sala de concertos de música eletrônica. A primeira manifestão situacionista de importância foi em outubro de 1952, com o ataque da IL à coletiva de imprensa no Hotel Ritz de Paris, onde Charles Chaplin (1889-1977) divulgava *Limelight*, na qual se distribuíram panfletos; e um membro, vestido como padre, denunciou Deus e a Igreja. Outro incidente ficou conhecido como *Escândalo Estrasburgo*, quando, em fins de 1966, um grupo de estudantes conseguiu usar fundos públicos para lançar o panfleto intitulado *De la misère en milieu étudiant: considérée sous ses aspects économique, politique, psychologique, sexuel et notamment intellectuel, et de quelques moyens pour y remédier*, da autoria de Mustapha Khayati (19xx-19xx), que circulou com milhares de cópias e ajudou a fazer os situacionistas bem conhecidos entre a esquerda anti-stalinista. O texto terminava com uma exortação que se tornaria célebre: *Vivre sans temps mort et jouir sans entraves* ("Viver sem tempo morto e fruir sem limites").

Além disso, consideravam que vender uma idéia nesse momento – em que a relação entre as pessoas estava viciada por aspectos econômicos e competitivos; ou formada para funcionar no cotidiano desse modo – seria o mesmo que entrar no campo da utopia, oferecendo uma sociedade diferente em que essas relações não existiriam. Diziam que era preciso primeiro acabar com esta sociedade para depois as próprias pessoas que o teriam feito – estando em outra *situação* ou relação entre si; libertas dos constrangimentos, da competitividade ou da exploração – poderem criar outra coisa diferente e como quiserem.

FIGURA 4.46 – *Trajets pendant um ane dúne jeune fille du XVIe arrondissement* ("trajetos realizados durante um ano por uma jovem do 16º *arrondissemene*, em Paris'), de Paul-Henry Chombart de Lawe (1913-1998). (FONTE: WIGLEY & ZEHER, 2001)

As teorias situacionistas sobre arquitetura e urbanismo originaram-se de um ensaio do letrista russo Ivan Chtcheglov (1934-) intitulado *Formulary for a new urbanism* (*Formulário para um novo urbanismo*, 1953), que chamaram a atenção, além de Jorn, de Constant A. Nieuwenhuys (1920-) e Guy Debord (1931-1994), no qual se imaginava que uma nova forma de vida poderia ser criada a partir da construção de uma nova "cidade", ou seja:

> nós estamos entediados na cidade, não há mais nenhum templo para o sol [...] você nunca verá a *Hacienda*. Ela não existe. A *Hacienda* deve ser construída [Nesta nova cidade] cada homem viverá em sua própria catedral [e] a principal atividade dos habitantes será a contínua deriva [através de zonas destinadas a alterar humores e percepções dos habitantes] (CHTCHEGLOV apud ELLIOT, 2005:5).

Os situacionistas cunharam a expressão *urbanismo unitário* para descrever seus experimentos visando criar essa nova "cidade" que permitiria aos habitantes atuarem e realizarem seus desejos. Nestes exercícios, usaram de tudo um pouco: arquitetura, colagens alteradas de mapas e figuras, instalações de arte e a chamada *deriva*, esta compreendida como um prática experimental de efetivamente vagar sem objetivo e sem destinação através da cidade, explorando suas ambiências,

descobrindo-a e reinventando-a. Basicamente, a deriva acontecia passando-se de um quarteirão a outro; de uma casa a outra, através de deambulações confiadas ao acaso (FIG. 4.47). Quanto ao termo *psicogeografia*, usava-se para descrever o estudo dos efeitos que o meio ambiente urbano provocaria na psique humana e no seu comportamento afetivo, estabelecidos a partir de relatórios baseados nos resultados dos afastamentos experimentais e derivas situacionistas. Consistia em um sentimento geográfico particular que permitia reinterpretar certos lugares ou deslocá-los da sua história.

> A concepção de cidade situacionista designa uma nova ambiência reconstruída pela revolução no comportamento de seus habitantes. *Construir para si mesmo uma situação* implica justapor domínio territorial e escolhas de caminhos, passagens e atalhos que sua imaginação te levou a tomar. Ora, não mais se trata de definir a arquitetura por sua forma, mas sim pelos "gestos que o espaço contém". Aos arquitetos, os situacionistas diziam que somente essa extensão geográfica, sem centro ou periferia, chamada metrópole era capaz de fornecer à arquitetura seu material – não mais forma que comove, mas situações que impressionam e movem o habitante (VELLOSO, 2005:04).

O principal método de criação dos situacionistas denominava-se *détournement*, que normalmente é traduzido como "desvio" – que, segundo o *Situationniste Internationale* (n. 1, jun.1958), seria a abreviação da expressão "desvio de elementos estéticos pré-fabricados" –, podendo ser também compreendido como pilhagem, subversão ou corrupção, optando-se pelo neologismo mais específico de "deturnamento". Tratava-se de uma espécie de plagiarismo adulterado, ou seja, um plágio onde tanto a forma como o significado da obra original eram subvertidos para se criar uma nova obra[89]. Conforme JACQUES (2003), isto vinha ao encontro da crítica à cultura que, para os situacionistas, representava a "mercadoria ideal" do capitalismo avançado. Buscando denunciar as "verdades móveis" e uma nova forma de servidão suscitada pela "sociedade do espetáculo", a IS chamava a atenção para a encenação e o simulacro que permitiam a uma perspectiva cultural em plena decomposição alimentar-se de si mesma, mesmo sem ter já alguma coisa a ver com a própria realidade que se esforçava por ignorar. Essa sociedade espetacular foi um dos temas fundamentais do situacionismo.

> We live in a spectacular society, that is, our whole life is surrounded by an immense accumulation of spectacles. Things that were once directly lived are now lived by proxy. Once an experience is taken out of the real world it becomes a commodity. As a commodity the spectacular is developed to the detriment of the real. It becomes a substitute for experience (LAW, 1979:23).

---

[89] Deve-se distinguir *deturnamento* ou *desvio* do plagiarismo "de roubo", que apenas subverte a forma do objeto; ou ainda da "citação" ou apropiação pós-moderna, que subverte ironicamente somente o significado do material. O desvio baseava-se na idéia de integração da produção artística do passado e do presente em direção à uma construção superior de um ambiente. Neste sentido, não poderia haver uma música ou pintura situacionistas, mas somente um uso situacionista de seus significados. Como se dizia: "não há arte situacionista, só usos situacionistas da arte". A IS usou o desvio em filmes, produtos artísticos, material gráfico para seu jornal e em pôsteres que deturnavam quadrinhos durante os eventos do Maio de 68. É o caso quando imagens já produzidas são alteradas e subvertidas para além do que mantêm o *status quo*, sendo seus significados transformados a partir de uma radical contraposição de sentidos. Como exemplos estão os trabalhos dos *culture jammers*, que se utilizam dos *mass media* para falar deles próprios, "pirateando" e subvertendo suas mensagens; e a revista ativista canadense *AdBusters*, cujos *subvertisements* deturnam os anúncios (*advertisements*) da *Nike*, os quais são alterados de modo a chamar a atenção para a política da empresa em encobertar a base de sua produção na exploração do trabalho barato das *free trade zones* ("zonas francas") do terceiro mundo.

FIGURA 4.47 – *New Babylon Paris* (1963), do artista situacionista Constant A. Nieuwenhuys (1920-).
(**FONTE**: ANDREOTTI & COSTA, 1996)

A maior obra teórica situacionista foi *La société du spectacle* (*A sociedade do espetáculo*, 1967), livro de Guy Debord que pretendeu reatualizar o marxismo através da criação de dois conceitos bastante unidos: o de "espetáculo" e o de "separação". O primeiro procurava designar uma espécie de "supramundo", ou melhor, uma cópia falsa do mundo verdadeiro como um espetáculo que funcionaria a diversos níveis – tanto político e econômico, como cultural e ideológico –, impondo um tempo que lhe seria peculiar. Conforme o regime que o alimentaria, tomaria duas formas: o de "espetáculo difuso", no capitalismo avançado; e o de "espetáculo concentrado", no capitalismo de Estado.

Segundo DEBORD (1997), o espetáculo não seria uma coleção de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens. Para ele, o espetáculo como inversão concreta da vida consistiria no movimento autônomo da "não-vida"; resultado e projeto do capitalismo, cabendo aos situacionistas discutir sobre toda separação que há entre o "falso" espetáculo e a "verdadeira" vida diária. Debord inverte Hegel ao questionar isto dentro do espetáculo: "a verdade é um momento do falso". E o espetáculo não seria uma conspiração, já que uma sociedade somente alcançaria o nível do espetáculo quando aproximadamente todos os aspectos da cultura e experiência tornar-se-iam mediados através da relação social capitalista. Proclamava que a alienação seria mais que uma descrição emotiva: é o resultado provocado historicamente pelo próprio capitalismo (VIANA, 2005).

A partir de Debord, a sociedade contemporânea passou a ser compreendida como o reino do espetáculo; da representação fetichizada do mundo dos objetos e das mercadorias. O espetáculo consagra toda a glória ao reino da aparência, dominando os homens a partir do momento em que a economia desenvolveu-se por si mesma.

> A degradação e a decomposição da vida cotidiana correspondem à transformação do capitalismo moderno. Nas sociedades de produção do século XIX (cuja racionalidade era a acumulação de capital), a mercadoria tinha-se tornado um fetiche na medida em que era considerada como figurando um produto (objeto), e não uma relação social. Nas sociedades modernas, em que o consumo é a ultima *ratio*, todas as relações humanas têm sido impregnadas da racionalidade do intercâmbio mercantil. É o motivo por que o vivido se afastou ainda mais numa representação: tudo aí é representação. É a este fenômeno que os situacionistas chamam espetáculo [o qual se instaura] quando a mercadoria vem ocupar totalmente a vida social. É assim que, numa economia mercantil-espetacular, à produção alienada vem juntar-se o consumo alienado. O pária moderno, o proletário de Marx,, não é já tanto o produtor separado do seu produto como o consumidor. O valor de troca das mercadorias acabou por dirigir o seu uso. O consumidor tornou-se consumidor de ilusões (GOMBIM, 1972:82).

Essa problemática levantada por Debord coincide com as teorias da sociedade de consumo surgidas, por exemplo, com Erich Fromm (1900-1980), que analisa a passagem da valorização do "ser" para o "ter" – a qual se complementa pela passagem ao "parecer" – (FROMM, 1988); Hannah Arendt (1906-1975), que faz considerações sobre a sociedade consumista (ARENDT, 2003); e Jean Baudrillard (1929-), que vai tratar do mundo dos objetos e da esfera do consumo (BAUDRILLARD, 2001). Contudo, a sociedade de consumo para Debord é a sociedade do espetáculo, o que particulariza sua visão diante das demais. Além disso, nesta sociedade, surge o fenômeno do isolamento – através do automóvel, da televisão, etc. –, o que faz com que a temática da separação assuma um papel central na concepção debordiana. Com dela, consumo e imagem – sua representação "reificada" – ocupariam o lugar da ação direta e do diálogo; e acabariam provocando o isolamento.

A separação, segundo DEBORD (1997), resultante da análise feita por Marx[90] do caráter fetichista da mercadoria, designaria o objetivo dos totalitarismos do Capital ou do Estado: fazer acreditar ao proletariado que não seria possível agir sobre o conjunto dos fenômenos – por exemplo, o "consumo" no Ocidente; ou a "batalha pela produção" no Leste – como imperativos de uma ordem econômica que se pretende incontestável. Na sociedade em que domina o espetáculo, a oposição a ela também é envolvida por ele. As lutas "espetaculares" são ao mesmo tempo falsas e reais. São falsas por não colocarem em questão o espetáculo, e por serem, elas mesmas, espetaculares; e são reais por expressar lutas verdadeiras entre frações ou classes. A resistência das regiões subdesenvolvidas não difere muito disto.

---

[90] Marx afirmou que, à primeira vista, a sociedade capitalista aparecia como uma "imensa coleção de mercadorias", sendo que o processo de mercantilização das relações sociais seria o elemento fundamental para explicar a sociedade de consumo, estando intimamente ligado com a questão da composição orgânica do capital. Parafraseando Marx, DEBORD (1997) afirma que "toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação" (p.13). Debord retoma a discussão em torno do fetichismo da mercadoria, a qual surge como força que ocupa a vida social e constitui a economia política, "ciência dominante e ciência da dominação". Segundo DEBORD (1997), "o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social [...] A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura" (p.30). A abundância da produção de mercadorias produz a preocupação da classe dominante com o proletário enquanto consumidor, criando o chamado "humanismo da mercadoria", encarregado do "lazer" do trabalhador. "Assim, *a negação total do homem* assumiu a totalidade da existência humana" (DEBORD, 1997:32).

> A sociedade portadora do espetáculo não domina as regiões subdesenvolvidas apenas pela hegemonia econômica. Domina-as *como sociedade do espetáculo*. Nos lugares onde a base material ainda está ausente, em cada continente, a sociedade moderna já invadiu espetacularmente a superfície social. Ela define o programa de uma classe dirigente e preside sua formação. Assim como ela apresenta os pseudobens a desejar, também oferece aos revolucionários locais os falsos modelos de revolução (DEBORD, 1997:38).

Do mesmo modo que os situacionistas denunciaram a *recuperácion*[91] como uma atitude inversa à do desvio, a qual impediria a denúncia e transformação da realidade, Debord alertava que a sociedade do espetáculo também transforma a revolta em rebelião puramente espetacular, através da transformação da insatisfação em mercadoria.

> A satisfação denuncia-se como impostura no momento em que se desloca, em que segue a mudança dos produtos e a das condições gerais de produção. Aquilo que, com o mais perfeito descaramento, afirmou sua própria excelência definitiva transforma-se no espetáculo difuso e também no espetáculo concentrado. É apenas o sistema que tem que continuar: Stalin tanto quanto a mercadoria fora de moda são denunciados por aqueles mesmos que os impuseram. Cada *nova mentira* da publicidade é também a *confissão* da mentira anterior (DEBORD, 1997:46-7).

A verdadeira missão da cultura e comunicação nas mãos do poder seria a desrealização do mundo. No contexto dessa sociedade, na qual o simulacro cultural mais completo tomaria a forma de uma religião ou até droga, Debord e os demais membros da IS resgataram a noção marxista de alienação – os sentimentos de alienação, postulou Debord, podiam ser explicados pelas forças invasivas do "espetáculo", ou seja, a "natureza sedutora do capitalismo consumista" –; ao mesmo tempo em que retornavam à noção de reificação de György Lukács e outras influências[92]. Embora associado ao esquerdismo, cuja crítica à sociedade assentava-se nas idéias de exploração e imperialismo, Debord questionava essa separação das esferas econômica e política, alegando que esta também era um produto da ideologia espetacular, preferindo uma análise do cotidiano e da sociedade como um todo (FIG. 4.48).

---

[91] *Recuperación* ("recuperação") consistiria no processo através do qual o espetáculo apropria-se de idéias radicais ou revolucionárias e reembalá-las como um artigo vendável, ou seja, torna-as seguras e cômodas. Um exemplo irônico de recuperação pode ser observado quando da exposição situacionista de 1989, organizada em Paris, Boston e na *ICA Gallery*, em Londres, em que manifestos situacionistas originais e trabalhos sob sua influência – discos, fanzines, prospectos e publicidades – foram apresentados como peças de museu para o consumo massificado da arte oficial. "*To survive, the spectacle must have social control. It can recuperate a potentially threatening situation by shifting ground, creating dazzling alternatives- or by embracing the threat, making it safe and then selling it back to us*" (LAW, 1980:32).

[92] Em 1960, traduziu-se para o francês *History and class consciousness* (*História e consciência de classe*, 1920), em que György Lukács (1885-1971) dizia ser a "ideologia" uma projeção da consciência de classe burguesa que serviria para impedir que o proletariado tomasse a real consciência de sua posição revolucionária (LUKÁCS, 2003). Paralelamente, Henri Lefebvre (1901-1991) publicou, respectivamente em 1946 e em 1961, os dois primeiros volumes da *Critique de la vie quotidienne* (*Crítica da vida cotidiana*), onde o sociólogo estabelecia que o espetáculo moderno devia-se simplesmente à atitude contemplativa dos seus participantes; e, não deixando de lado o problema da sociedade de consumo, a qualificava como uma "sociedade burocrática de consumo dirigido" (LEFEBVRE, 1990). Assinala-se também neste período, a influência indireta da *Escola de Frankfurt*, sobretudo de Herbert Marcuse (1898-1979) e Theodor Adorno (1903-1969), além de grupos de reflexão como aqueles que foram sendo formados em torno das revistas *Arguments* e *Socialisme ou Barbarie* (1949/66), esta última representando o grupo – do qual Debord também fez parte – dirigido por Cornelius Castoriadis (1922-1997) e orientado à crítica das burocracias como forma de reprodução da sociedade capitalista.

Concluindo, a importância dos situacionistas e, particularmente, de Guy Debord, está no desmascaramento da *sociedade do espetáculo*, o reino do fetichismo e do consumo; um mundo fragmentado, separado e alienante, que nega a própria humanidade e constitui-se principalmente no último quartel do século passado. Diante das propostas utópicas que almejavam sociedades mais justas e livres, freqüentemente imaginadas em harmonia – ora com a tecnologia, que parecia vir auxiliar o homem em seu intento de libertação, ora com natureza, em uma tentativa de reintegração e equilíbrio entre sociedade e meio ambiente – eis que eclode a cidade do espetáculo, fetichista e espetacular. Segundo a teoria debordiana, ela nada mais é do que o fruto do enfraquecimento das capacidades espirituais no curso da modernização das esferas tanto privadas como públicas da vida cotidiana pelas forças do capitalismo de mercado durante a pós-industrialização européia e norte-americana no segundo pós-guerra; e cujas manifestações passaram a ser percebidas, neste início de novo milênio, em todos os cantos do planeta.

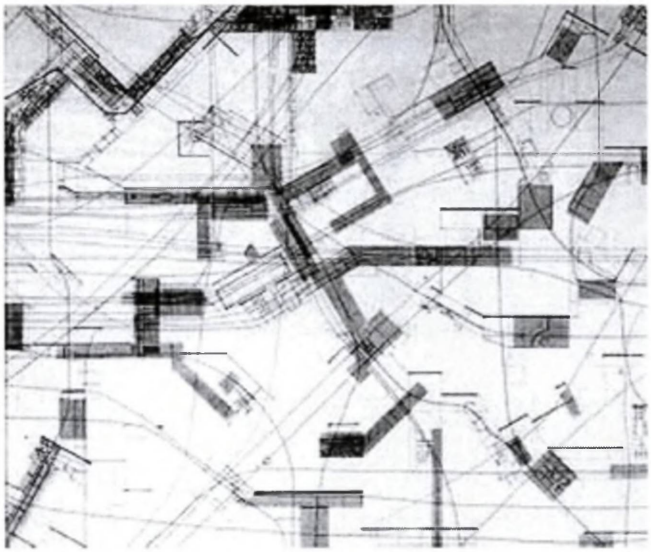


FIGURA 4.48 – *Groep Sectoren* ("Grupo de setores"), criado em 1960 por Constant A. Nieuwenhuys (1920-). (**FONTE**: WIGLEY & ZEGHER, 2001)

O situacionismo, através de sua reputação de escândalo e subversão, acabou influenciando muitos movimentos rebeldes de meados da década de 1960 até hoje, tendo suas teorias políticas tornadas populares por toda uma infinidade de derivações contemporâneas[93]. Do seu espírito

[93] O situacionismo exerceu forte influência, por exemplo, no movimento Punk da década de 1970, podendo ser considerado uma das bases desse fenômeno que transformou a paisagem cultural inglesa no final do século. Isto pode ser comprovado pelas contribuições de Vivienne Westwood (1941-), Malcolm McLaren (1946-) e particularmente Jamie Reid (1947-) na imagem e promoção dos *Sex Pistols* (1972/78). Pode-se também encontrar idéias situacionistas no desenvolvimento de outras correntes radicais dentro da sociedade, tais como a *Angry Brigade*, uma guerrilha urbana britânica, libertária e comunista, responsável por ataques a bomba entre 1970 e 1972; o *Class War*, um jornal e grupo britânico anarquista criado em 1983; o *neoismo*, uma arte experimental baseada no compartilhamento coletivo de identidades, pseudônimos, simulações e performances, surgida na década de 1980; e mais recentemente o *Reclaim The Streets* – RTS, um grupo anti-globalização; e o *Libre Society*, um movimento arístico e cultural dos anos 90, além de artitas musicais como a banda *hardcore* sueca *Refused* (1992/98) e os roqueiros galeses do *Manic Street Preachers* (1991/04). Embora de modo menos intensivo, o desenvolvimento da prática do *parkour* – também chamado de *free running* –, originalmente em Paris, é um exemplo da influência da IS, já que é um tipo de esporte que compactua com muitas de suas idéias, como a reforma do ambiente citadino e a libertação do indivíduo dos constrangimentos psicológicos e urbanos.

contestador, resultado da confluência de sentimentos e angústias que iam se acumulando devido à série de frustrações decorrentes dos sonhos utopistas irrealizados – dos ideais do iluminismo às constatações existencialistas; das buscas naturalistas aos ímpetos do anarquismo; do pensamento marxista às preocupações do ambientalismo –, os situacionistas acabaram por condenar todos seus fracassos e denunciaram a sociedade consumista contemporânea; criticando-a por alienar as pessoas e transformar suas vidas em superficiais buscas de mercadorias. Proclamaram: *Soyez réalistes, demandez l'impossible* ("Seja realista, exija o impossível").

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

AINSA, F. *As utopias morreram, viva a utopia!* In: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO.** *As utopias ou a busca do impossível.* Trad. Clóvis Alberto Mendes de Moraes. São Paulo: ano XIX, n. 4, abr.1991. p.7-10.

ARENDT, H. **A condição humana.** 10a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 352p.

ATKINSON, S. **Urban design theory seminar: new towns USA.** [*On line*] Disponível em: <http://www.ar.utexas.edu/AV/Atkinson/urban.html> Acesso em: 25.out.2005.

BARKIN, J. S.; SHAMBAUGH JUNIOR, G. E. **Anarchy and environment: the international relations of common pool resources.** New York: State University of New York – SUNY Press, 1999. 257p.

BARTOLOZZI, M. M. L. **O melhor da cidade contemporânea.** Lisboa: G&Z, Col. O Melhor de, 1998. 200p.

BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital.** Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 93p.

_____. **Senhas.** Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001. 84p.

BENÉVOLO, L. **As origens da urbanística moderna.** Lisboa: Presença, 1994. 172p.

_____. **História da arquitetura moderna.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 813p.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualidade.** 2a. ed. São Paulo: Ática, Col. Religião & Cidadania, 1999. 180p.

CAMPANELLA, T. **A Cidade do Sol.** Trad. Fernando Andrade. São Paulo: Ícone, Col. Fundamentos de Direito, 2002.111p.

CARANDELL, J. M. **Las utopias.** Barcelona: Salvat, 1974. 117p.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBASE, v. I, 1995.

CECCHINI, D. **Corso di urbanística.** [*On line*] Disponível em: <http://www.kosmograph.com/urbanism/industriale/industriale_mod_4.htm> Acesso em:12.out.2005.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidade.** São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, Série Urbanismo, n. 67, 1998. 352p.

CIUCCI, G. *La ciudad em la ideología agraria y Frank Lloyd Wright.* In: CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANIEIRI-ELIA, M.; TAFURI, M. **La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1975. p.300-377.

COELHO, M. P. *Urbanismo e utopia: aproximações.* In: **REVISTA ESPAÇO / DEBATES.** São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, ano XII, n. 27, 1989. 112p.

COELHO NETO, J. T. **O que é utopia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, n. 47, 1985. p.100.

COFFEY, R. A. **Bogtrotter: notes from a North Country Cabin.** Boston Mass.: MSP Books, 1996. 149p.

DAL CO, F. *De los parques a la región: ideología progresista y reforma de la ciudad americana.* In: CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANIEIRI-ELIA, M.; TAFURI, M. **La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1975. p.141-196.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DESANTI, D. **Los socialistas utópicos.** Barcelona : Anagrama, Col. Documento, n. 12, 1973. 289p.

DOLS, J. A. **Función de la arquitectura moderna.** Barcelona: Salvat, 1974. 143p.

ECODEVELOPER. Disponível em: <http://www.ecodeveloper.com/ecovillage2.html> Acesso em: 26.out.2005.

ELLIOT, K. **Situacionismo.** Trad. Ricardo Rosas. [*On line*]
Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=130&secao=potlatch> Acesso em: 28.jun.2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 296p.

FRIEDMAN, Y. **Utopías realizables.** Barcelona: Gustavo Gilli, Col. Punto y Línea, 1977. 128p.

FROMM, E. **Ter ou ser?** 10a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 204p.

FRONTIER, A. *Um parábola de Platão.* In: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO.** *As utopias ou a busca do impossível.* Trad. Clóvis Alberto Mendes de Moraes. São Paulo: ano XIX, n. 4, abr.1991. p.14-5.

GILMAN, D.; GILMAN, R. **Ecovillages and sustainable communities.** Bainbridge Island, Washington: Context Institute, 1991.

GILMAN, R. *The ecovillage challenge.* In: **IN CONTEXT MAGAZINE.** Bainbridge Island, Washington: n. 29, 1991. p. 10-14.

GOMBIN, R. **As origens do esquerdismo.** Lisboa: Dom Quixote, 1972. 327p.

GOODMAN, P.; GOODMAN, P. **Communitas: means of livelihood and ways of life.** New York: Columbia University, 1990. 287p.

GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo.** 4a. ed. Lisboa: Presença, 1996. 226p.

GRANDIDIER, D. **Ler plan de reconstruction de Saint-Dié-des-Voges.** [*On line*] Disponível em : <http://usine.duval.free.fr/reconstruction_grandidier.htm> Acesso em: 12.out.2005.

GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** São Paulo: ProLivros, , 2004. 260p.

HARRIES, K. *Dreams of utopia.* In: HARRIES, K. **The ethical function of architecture.** Cambridge Mass.: The MIT Press, 1998. p.326-39.

HARRINGTON, J. **La república de Océana.** México: FCE, 1987. 212p.

INFIELD, H. **Utopia and experiment.** New York: Kennikat Press, 1971. 320p.

JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade – Internacional Situacionista.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160p.

JAPPE, A. **Guy Debord.** Petrópolis RJ: Vozes, 1999. 272p.

JENCKS, C. **Arquitectura 2000: predicciones y metodos.** Barcelona: Blume, Col. Nuevos Camiños de la Arquitectura, 1978. 146p.

_____. **Movimentos modernos em arquitectura.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitectura & Urbanismo, 1992. 374p.

KASSMAN, K. **Envisioning Ecotopia: the U.S. green movement and the politics of radical social change.** New York: Praeger Publishers, 1997. 160p.

KAUFMANN, E. **Tres arquitectos revolucionarios : Boullée, Ledoux y Lequeu.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1980. 326p.

KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history.** London: Thames & Hudson, 1991. 352p.

LA CROIX, J. Y. **A utopia: um convite à filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 180p.

LAPOUGE, G. *O ideal do formigueiro.* In: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO.** *As utopias ou a busca do impossível.* Trad. Clóvis Alberto Mendes de Moraes. São Paulo: ano XIX, n. 4, abr.1991. p.10-4.

LAW, L. **Images and everyday life.** London: A Distribuition, ST1/2, Spectacular Times, 1979. 83p.

_____. **The spectacle: the skeleton keys.** London: A distribution, ST8, Spectacular Times, 1980. 79p.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 34, 2000. 204p.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1990. 226p.

LEME, M. C. DA S. *São Paulo: os bairros-jardins em São Paulo.* In: LEME, M. C. DA S. (Cor.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel: FAU-USP: FUPAM, 1999. p.300-3.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, Col. Tópicos, 2003. 608p.

MANGUEL, A.; GUADALUPI, G. **Dicionário de lugares imaginários.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 494p.

MANIERI-ELIA, M. *Por uma ciudad "imperial".* In: . In: CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANIEIRI-ELIA, M.; TAFURI, M. **La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1975. p.5-140.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia.** Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. 4a. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC, 1986. 332p.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista de 1948.** São Paulo: L&PM, 2001. 136p.

MINOIS, G. **Bossuet: entre Dieu et le soleil.** Paris: Academique Perrin, 2003. 747p.

MITCHELL JUNIOR, R. **Dancing at Armaggedon: survivalism and chaos in modern times.** Chicago: University of Chicago Press, 2004. 118p.

MONESTIROLI, A. **La arquitectura de la realidad.** Barcelona: Ediciones del Serbal, Arquitectura/Teoría 2, 1993.223p.

MORE, T. **Utopia.** Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, Col. Obra Prima de cada Autor, 2004. 128p.

MORENO, J. **O futuro das cidades.** São Paulo: SENAC, Série Ponto Futuro, n. 11, 2002. 146p.

MORTON, A. L. **Las utopías socialistas.** Barcelona: Martínez Roca, 1970. 214p.

MORRISON, R. **Ecological democracy.** Boston: South End Press, 1995. 289p.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 5a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 742p.

_____. **The history of utopias.** New York: Kessinger Publishing, 2003. 320p.

NEUSÜSS, A. **Utopía.** Barcelona: Barral, 1971. 97p.

NOZICK, R. **Anarchy, state and utopia.** New York: Harper USA, 1997. 278p.

OLIVEIRA, R. J. de. **Utopia e razão: pensando a formação ético-política do homem contemporâneo.** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 1998. 162p.

PAQUOT, T. **A utopia: ensaio acerca do ideal.** Rio de Janeiro: Difel, Col. Enfoques/Filosofia, 1999. 112p.

PORTILHO, F. **Consumo"verde", democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** [*On line*] Disponível em: <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm> Acesso em: 31.jul.2005.

PRIEST, H. M. **More's Utopia and utopian literature.** New York: Cliff's Notes Inc., 1992. 64p.

REIS, N. G. *Algunas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920.* In: **CADERNOS DE PESQUISA DO LAP 1** [*On line*] Disponível em: <www.usp.br/fau/dephistoria/lap/cad01lib.html> Acesso em: 19.jun.2005.

RELPH, E. C. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitetura & Urbanismo, 2002. 245p.

ROWE, C. **Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1999. 218p.

RICOEUR, P. **Ideologia e utopia.** Lisboa: Edições 70, Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 1991. 528p.

RIESMAN, D. A multidão solitária. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 41, 1994. 390p.

RODRIGUES, M. A. P.; ROMERO, M. A. B. *A permacultura, o paisagismo e o desenvolvimento sustentável.* In: **I ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.** Canela RS: Palestra, Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ANTAC, 18 a 21.nov. 1997.

ROSENAU, H. **A cidade ideal: evolução arquitectónica na Europa.** Lisboa: Presença, 1988. p.201.

RYKWERT, J. **A casa de Adão no paraíso.** São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, n.189, 2003. 255p.

_____. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade.** Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 400p.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 2a. ed. São Paulo: Garamond, 2002. 95p.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986. 119p.

SALIBA, E. T. **As utopias românticas.** São Paulo: Estação Liberdade, 2003. 109p.

SARGENT, L. T. **British and american utopian literature: 1516-1985.** New York: Garland, 1988. 421p.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1996. 255p.

_____. **Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX.** Cotia SP: Ateliê Editorial, 2000. 184p.

SOLERI, P. **Arcology: the city in the image of man.** 4a. ed. Cambridge Mass.: The MIT Press, 1983. 122p.

SOIL & HEALTH ONLINE LIBRARY. **Social criticism.** [*On line*]
Disponível em: <http://soilandhealth.org/03sov/0303critic/0303socialcriticism.html> Acesso em: 21.jun.2005.

STRICKLAND, C. **Arquitetura comentada.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 178p.

SURVIVAL PLUS. **The philosophy & rewards of survival.** [*On line*]
Disponível em: <http://survivalplus.com/philosophy/index.htm> Acesso em: 26.jun.2005.

SZACKI, J. **As utopias ou a felicidade imaginada.** Trad. Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1972. 132p.

TAFURI, M. **Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo.** Lisboa: Presença, Col. Dimensões, 1997. 125p.

TROPEA, S. **Le utopie urbanistiche nel XIX secolo.** [*On line*] Disponível em:
<http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/ buckingham/buckingham.htm> Acesso em: 12.out.2005.

UTORONTO. **The society of utopian studies.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.utoronto.ca/utopia> Acesso em: 26.jun.2005.

VELLOSO, R. DE C. L. **O cotidiano selvagem: arquitetura na Internationale Situationniste.** [*On line*]
Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq027/arq027_02.asp> Acesso em: 15.maio.2005.

VICO, G. **A ciência nova.** SÃO PAULO: Record, Col. Grandes Traduções, 1999. 502p.

VIANA, N. **Debord e a sociedade do espetáculo.** [*On line*]
Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/en/red/2003/03/250131.shtmal> Acesso em: 15.jun.2005.

VICENTINI, Y.; RISEK, C. S. *Teorias urbanas e o tema da natureza.* In: PADILHA, N. (Org.) **Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas.** Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1998. p.35-56.

VIDLER, A. *Los escenarios de la calle: transformaciones del ideal e de la realidad.* In: ANDERSON, S. (org.) **Calles: problemas de estructura y diseño.** Barcelona: Gustavo Gilli, Col. Arquitectura / Perspectivas, 1981.

WARD, C. *Cidades ideais.* In: **REVISTA O CORREIO DA UNESCO.** *As utopias ou a busca do impossível.* Trad. Clóvis Alberto Mendes de Moraes. São Paulo: ano XIX, n. 4, abr.1991. p.28-32.

WOLFF, S. F. S. **Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura.** São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial: FAPESP, 2001. 304p.

ZEVI, B. **História da arquitetura moderna.** Lisboa: Arcádia, vol. 02, 1979. 587p.

FONTES DE ILUSTRAÇÕES

ACADEMIC BROOKLIN. Disponível em: <http://academic-brooklyn.cuny.edu> Acesso em: 01.fev.2005.

ANDREOTTI, L.; COSTA, X. (Ed.). **Situationistes: art, politica, urbanisme.** Barcelona: Museu d'art contemporani de Barcelona: ACTAR, 1996.

ATHENAEUM. Disponível em: <http://www.athenaeum.ch/ledounor6.htm> Acesso em: 03.fev.2005.

ATKINSON, S. **Urban design theory seminar: new towns USA.** [*On line*] Disponível em:
<http://www.ar.utexas.edu/AV/Atkinson/urban.html> Acesso em: 25.out.2005.

BENÉVOLO, L. **História da arquitetura moderna.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 813p.

CALLENBACH, E. Ecotopia. Disponível em: <http://www.ernestcallenbach.com/Books.htm> Acesso em: 26.out.2005.

CARANDELL, J. M. **Las utopias.** Barcelona: Salvat, 1974. 117p.

CECCHINI, D. **Corso di urbanística.** [*On line*] Disponível em: <http://www.kosmograph.com/urbanism/industriale/industriale_mod_4.htm> Acesso em:12.out.2005.

CHAOS CAFÉ. Disponível em: <http://elf.chaoscafe.com/more> Acesso em: 03.fev.2005

DIMI UNIUD. Disponível em: <www.dimi.uniud.it/~fusiello/palmanova> Acesso em: 16.jul.2005.

ECODEVELOPER. Disponível em: <http://www.ecodeveloper.com/ecovillage2.html> Acesso em: 26.out.2005.

EARTHEAVEN. Disponível em: <http://www.earthaven.org/maps_of_earthaven.php> Acesso em: 26.out.2005.

HARVARD. Disponível em: <http://www.gsd.harvard.edu/people/faculty> Acesso em: 02.fev.2005.

HSR-CH. Disponível em: <http://l.hsr.ch/studien/detroit98/detroit/hauptmenubalken/projekt/stadtmodelle/broadacrecity.html> Acesso em: 26.out.2005.

JENCKS, C. **Arquitectura 2000: predicciones y metodos.** Barcelona: Blume, Col. Nuevos Camiños de la Arquitectura, 1978. 146p.

JITEN. Disponível em: <http://www.jiten.com/dicmi/picture/149/14979.jpg> Acesso em: 26.out.2005.

KAUFMANN, E. **Tres arquitectos revolucionarios : Boullée, Ledoux y Lequeu.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1980. 326p.

KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history.** London: Thames & Hudson, 1991. 352p.

LIBRARY CSI. Disponível em: <http://www.library.csi.cuny.edu/dept/americanstudies/lavender/lowell.html> Acesso em: 25.out.2005.

MEDICINE PLOS JOURNAL. Disponível em: <http://medicine.plosjournals.org/archive/1549-1676/1/3/figure/10.1371_journal.pmed.0010061.g001-M.jpg> Acesso em: 02.ago.2005.

MONESTIROLI, A. **La arquitectura de la realidad.** Barcelona: Ediciones del Serbal, Arquitectura/Teoría 2, 1993.223p.

PRGE.LIB. **Tugwell Room Collection.** Disponível em: <http://www.prge.lib.md.us/SpColl/Tugwell/Maps.html> Acesso em: 26.out.2005.

RISOYA TRIPOD. Disponível em: <http:/risoya.tripod.co.jp/FLW.htm> Acesso em: 02.fev.2005.

ROSENAU, H. **A cidade ideal: evolução arquitectónica na Europa.** Lisboa: Presença, 1988. p.201.

SEGAWA, H. **Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX.** Cotia SP: Ateliê Editorial, 2000. 184p.

SOLERI, P. **Arcology: the city in the image of man.** 4a. ed. Cambridge Mass.: The MIT Press, 1983. 122p.

STRICKLAND, C. **Arquitetura comentada : uma breve viagem pela história da arquitetura.** Trad. Fidelity Translations. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 178p.

TAFURI, M. **Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo.** Lisboa: Presença, Col. Dimensões, 1997. 125p.

TISCALI. Disponível em: <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/fourier/fourier01b.jpg> Acesso em: 12.out.2005a.

_____. Disponível em: <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/santelia/santelia.htm> Acesso em: 12.out.2005b.

_____. Disponível em: <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/utopie/saltaire.htm> Acesso em: 12.out.2005c.

TROPEA, S. **Le utopie urbanistiche nel XIX secolo.** [*On line*] Disponível em: <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/ buckingham/buckingham.htm> Acesso em: 12.out.2005.

WIGLEY, M.; ZEGHER, C. DE (Edit.). **The activist drawing: retracing situacionist architectures from Constant's New Babylon to beyond.** Cambridge Mass.: MIT Press, The Drawing Center, 2001.

ZEVI, B. **História da arquitetura moderna.** Lisboa: Arcádia, vol. 02, 1979. 587p.

5

PARQUES

5.1 MOVIMENTO AMBIENTALISTA E A NOVA CIÊNCIA

Ao se enfocar a natureza neste início de milênio, o quadro que se apresenta não é nem um pouco alentador, já que se traduz pela atuação de uma civilização nitidamente predatória, esta impulsionada pelas forças capitalistas que têm agredido, com maior ou menor intensidade, todo o planeta. Diante destas forças, tem havido uma adaptação relativa do conceito de natureza, imposta pelos países desenvolvidos e que a concebe como mera fonte de recursos para a manutenção do bem estar e acúmulo de riquezas de determinada minoria, pouco importando se este tipo de visão subsista ou não em detrimento da maioria da população mundial, pobre e sem poder de enfrentamento dos problemas ambientais.

Essa idéia de desenvolvimento imposta e praticada pelos países dominantes, a qual tem colocado a natureza subjugada em relação ao ser humano, tem conduzido – obviamente sem desconsiderar as melhorias que proporcionou, em sua essência, para a humanidade como um todo – à deterioração sistemática do ambiente mundial. Condenando opressores e oprimidos, vem produzindo muitos privilégios para poucos, algumas vantagens conquistadas e incontáveis problemas para todos. Conforme o avanço tecnológico, segundo a UICN apud MURATORI (2005), os homens esqueceram um critério fundamental que rege as leis naturais, o qual se refere à irreversibilidade. Alguns de seus atos em relação à natureza são capazes de levar a fatos de difícil reversão, tais como a extinção de variedades animais e vegetais assim como a falência de sistemas vitais inteiros, os quais poderiam servir como garantia ao equilíbrio da vida no presente e no futuro comum de toda a humanidade.

Nas últimas décadas, questões como a da degradação ambiental – que envolvem a poluição das águas e dos solos; os desflorestamentos, a aceleração dos processos erosivos e suas interações com o meio sócio-econômico; a ocorrência de chuvas ácidas; a contaminação do ar e também o comprometimento da camada de ozônio, disto decorrendo na possibilidade de alteração da temperatura terrestre e das próprias condições do planeta comportar a vida – estão cada vez mais presentes no cotidiano (FIG. 5.1). Chamados de "impactos ambientais", esses fenômenos têm abrangência mundial e fazem parte da globalização dos problemas, em um mundo que alguns querem neoliberal, como uma forma de domínio, em proveito de alguns países ditos desenvolvidos; ou das classes privilegiadas das demais nações. Esta é a ideologia que ainda predomina no mundo de hoje, com um viés conservador, altamente elitista, porém míope em relação ao que se passa verdadeiramente na interação homem-natureza (BRUGGER, 1994).

Embora as discussões das questões referentes à conservação da natureza estejam em voga, o que se verifica é que o modelo de desenvolvimento vigente é insustentável e desigual, provocando a degradação, sob uma maquiagem pseudo-ambientalista. E a constatação que se faz, sob

o ponto de vista geográfico, é de que o homem, apesar dos avanços tecnológicos, tem ainda um conhecimento restrito e fragmentado sobre os fatos da *natureza* em interação com a ação antrópica, o que termina gerando uma incapacidade de avaliação crítica na sua relação. De acordo com BRUGGER (1994), "sob a égide de proteção à natureza, ambientaliza-se a dimensão comportamental da sociedade industrial em vez de socializar o *ethos* de uma sociedade ambiental".

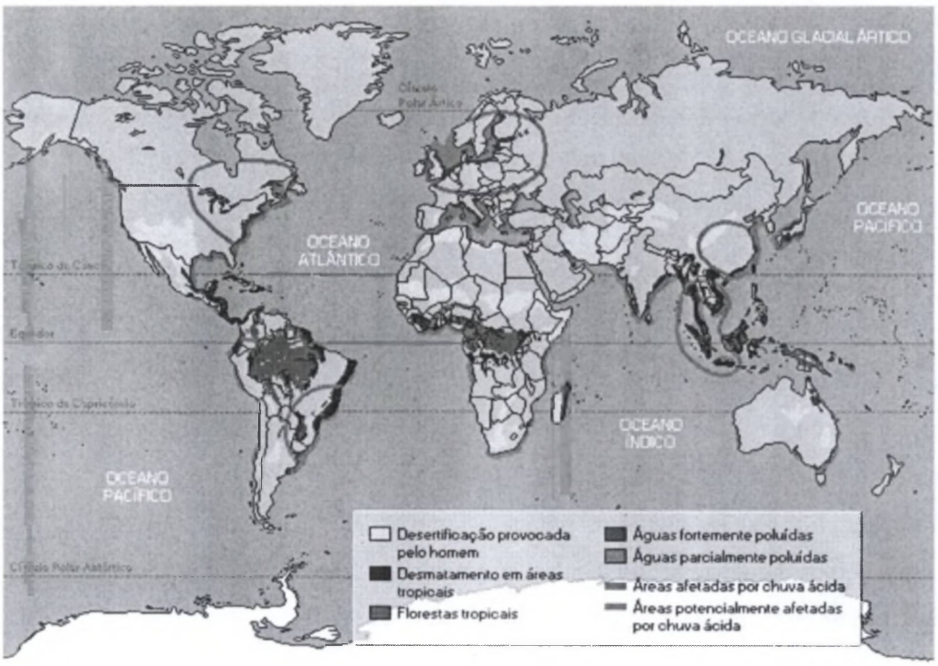


FIGURA 5.1 – Mapa com a indicação de alguns dos mais graves problemas ambientais contemporâneos. (**FONTE**: CIDADE USP, 2005)

As recentes crises, afetando, indistintamente o ambiente dos países ricos e pobres, têm ampliado as discussões do que seja este modelo de desenvolvimento, embasado na exploração pura e simples dos chamados "recursos naturais". Como conseqüência, a esta visão cartesiana de mundo contrapõe-se o surgimento, ainda embrionário de uma nova consciência da *natureza* que se dá através do sentimento ecológico cada vez mais presente a nível planetário. Até o século XIX, predominava a crença de que os recursos naturais eram inesgotáveis e que sempre estariam à disposição do homem. Porém, já em meados do século passado, podia-se observar as conseqüências da industrialização descontrolada e os graves problemas ambientais que acarretava. Como já visto, foi a partir da década de 1970 que o ambientalismo ganhou força, embora ele tenha uma longa história, conforme nos mostram MCCORMICK (1992), VIOLA (1992; 1995), LEIS (1996; 1999) e BOEIRA (2005a).

Pode-se afirmar que quase toda a pesquisa sobre o movimento ambientalista tem sido feita dentro da Sociologia e ciência política, embora existam algumas contribuições provenientes da História e Antropologia. Em termos comparativos, de acordo com VIOLA (2005), está nos EUA a produção de maior relevância, já que o estudo ambiental ali abrange mais de 20 anos. Em seguida,

encontra-se a Europa ocidental, Austrália e Japão, nos quais a pesquisa começou há cerca de uma década, envolvendo uma proporção menor de cientistas sociais. Nos últimos anos, têm aparecido alguns artigos publicados sobre o tema em outras regiões, tais como o Brasil, o México e outros países latino-americanos; além da Europa oriental, como a Polônia e a Hungria, entre outros; e do oriente asiático, como a Índia, a Malásia, a Tailândia e a Coréia do Sul. Neste contexto, é possível distinguir três principais abordagens para a compreensão deste fenômeno contemporâneo, a saber: como um *grupo de interesse*; como um *novo movimento social*; e como um *ambientalismo multissetorial* ou *transetorial.*

No primeiro enfoque, denominado *grupo de interesse* ou *de pressão*, os estudiosos concentraram-se nos EUA, os quais, desde o final dos anos 60, perceberam o ambientalismo como grupos que conduzem suas demandas pelos canais políticos competentes – os poderes judiciário, parlamentar e executivo –, sem a pretensão de uma mudança estrutural do sistema sócio-econômico. Em outras palavras, os problemas de poluição criados pela produção industrial fizeram emergir, primeiramente nos estratos altos e médios, uma demanda por proteção ambiental, que foi dirigida aos mecanismos regulares do sistema político, sem lhes apresentar nenhum desafio[1]. Isto pode ser exemplificado pela chamada *Teoria da Mobilização de Recursos* – TMR (BOEIRA, 2005a).

Conforme VIOLA & LEIS (1992), a segunda abordagem, como um *novo movimento social*, concentra-se na Europa ocidental, onde, também desde a década de 1970, considera-se o ambientalismo como tendo *status* semelhante ao do feminismo ou do pacifismo, associando seu desenvolvimento estritamente à emergência dos chamados "partidos verdes". Os ambientalistas estariam destacando a renovação de valores em busca de um modo de vida alternativo; e que se torne crítico e combativo em relação ao *American way-of-life*, do consumismo e da burocracia estatal; e a favor da qualidade de vida e da descentralização do poder. Há uma grande diversidade interna nesta forma de compreensão do ambientalismo, na medida em que se aproximam ou se afastam ambientalistas e socialistas[2].

Nesse enfoque, as transformações na estrutura social – uma forte expansão do setor serviços que vem absorvendo mão-de-obra altamente qualificada – têm favorecido a emergência de novos movimentos sociais, os quais questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação

[1] Entre os pesquisadores norte-americanos que se enquadram neste enfoque, podem ser citados Theodore J. Lowy, a partir de seu livro *The end of liberalism* (*O fim do liberalismo*, 1969); William Tucker, através do seu *Progress and privilege* (*Progresso e privilégio*, 1982) – no qual cunhou o termo *Spaceship Earth* ("Espaçonave Terra") –; e Robert Cameron Mitchell, com *From conservation to environmental movement* (*Do conservacionismo ao movimento ambientalista,* 1985).

[2] Essa abordagem do ambientalismo como um "novo movimento social" pode ser exemplificada por autores neomarxistas, tais como Claus Offe (1940-), em seu livro *New social movements* (*Novos movimentos sociais*, 1985); ou o italiano Alberto Melucci (1943-), com *The symbolic challenge of contemporary movements* (*O desafio simbólico dos movimentos contemporâneos*, 1985), além de radicais ecologistas, como o norueguês Johan Galtung (1930-), através de seu *The blue and the red, the green and the brown: a guide to movements and counter movements* (*Azul, vermelho, verde e marrom: um guia de movimentos e contra-movimentos*, 1981).

valorativa diferente dos movimentos sociais tradicionais. Enquanto a abordagem do grupo de interesse assume a estabilidade da ordem social, pretendendo-se neutro do ponto de vista valorativo, o enfoque do ambientalismo como um novo movimento social assumiria a crise da ordem social e teria um forte e explícito conteúdo normativo.

A terceira abordagem ambientalista, ainda segundo VIOLA (2005), corresponderia a um enfoque minoritário em âmbito mundial, porém mais recente, tendo surgido na América Latina, em artigos do autor e também de Héctor Ricardo Leis, Enrique Leff e Paulo Freire Vieira, entre outros. Tomando o ambientalismo como "complexo-multissetorial" e como um movimento histórico, mais do que social, tal visão concebe esse fenômeno como formado por um conjunto de setores socioculturais com diferentes graus de poder e organização, os quais não se percebiam, ao final da década de 1980, como partes de um todo: um sistema aberto; complexo e promotor de uma transformação civilizatória – que transcende o sociocentrismo e o antropocentrismo –, na luta contra as forças conservadoras-perdulárias que mantêm a insustentabilidade biofísica do atual sistema sócio-econômico[3].

Resultado da progressiva disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental, o *ambientalismo transetorial* parte do pressuposto que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido a quatro fatores principais: o crescimento populacional exponencial; a depleção da base de recursos naturais; os sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; e o sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material. Segundo VIOLA & LEIS (1992), esse tipo de ambientalismo estaria constituído por oito setores principais: o *stricto sensu*, formado por associações e grupos comunitários – as ONG's sem fins lucrativos –; o governamental, constituído pelas agências estatais de meio ambiente em todos os níveis; o sócio-ambientalismo, formado por sindicatos e ONG's que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a temática ambiental; o dos cientistas, que realizam pesquisas sobre meio ambiente; o empresarial, formado por gerentes e empresários voltados à sustentabilidade; o dos políticos profissionais, que incentivam a criação de políticas específicas; o religioso, que correspondem às bases e representantes das várias religiões e tradições espirituais;e, finalmente, dos educadores, jornalistas e artistas preocupados com a problemática ambiental.

Nas últimas décadas do século XX, um setor mais esclarecido da população mundial passou a demandar maior qualidade de vida – sendo desta a proteção ambiental um componente

[3] Entre os principais autores desse enfoque do *ambientalismo multissetorial*, devem ser apontados: Alain Touraine, através de seu livro *La prophetie antinucleaire* (*A profecia antinuclear*, 1980); Lester W. Milbrath, com seu livro *Environmentalists: vanguard for a new society* (*Ambientalistas: vanguarda de uma nova sociedade*, 1984); John McCormick , com *Reclaiming paradise* (*Rumo ao paraíso*, 1989); Robert C. Paehlke, com *Environmentalism and the future of progressive politics* (*Ambientalismo e o futuro das políticas progressistas*, 1989); Roderick F. Nash, com *The rights of nature* (*Os direitos da natureza*, 1989); Lynton K. Caldwell, com *Between two worlds* (*Entre dois mundos*, 1990); e John Young, com *Sustaining the Earth* (*Sustentando a Terra*, 1990). Segundo este enfoque, uma crucial transformação está ocorrendo no ocidente desde fins dos anos 60: a emergência de valores pós-materialistas, como constatado em Ronald Inglehart, através de seu livro *The silent revolution* (*A revolução silenciosa*, 1977); e Timothy O'Riordan, com *Environmentalism* (*Ambientalismo*, 1981).

fundamental –, ao invés da expansão indiscriminada do consumo de bens, uma vez que já se encontrava praticamente satisfeito nas suas necessidades materiais básicas. A essa demanda por qualidade de vida, somava-se a percepção dos graves riscos envolvidos nos problemas ambientais, tais como a diminuição da camada de ozônio, o aquecimento global, a perda de biodiversidade e devastação das florestas tropicais Essa emergência de valores pós-materialistas, incluída a percepção dos riscos ambientais globais, é uma causa fundamental da crescente mundialização do movimento ambientalista (BUTTEL et al., 1990).

No enfoque do ambientalismo como movimento histórico, pesquisa-se fundamentalmente a configuração do movimento ambientalista e a estrutura de oportunidades políticas em que opera. Observa-se que ele desenvolve-se em contexto internacional, mas sua especificidade depende de uma estrutura nacional de oportunidades políticas, tais como grau de abertura ou não do sistema político; estabilidade ou não dos alinhamentos políticos; presença ou não de aliados e grupos de apoio; unidade ou não dentro das elites; capacidade de formular e implementar políticas por parte do governo; e abertura e receptividade do sistema político nacional com relação ao sistema internacional (BOEIRA; 2005b).

De acordo com VIOLA (2005), enquanto o enfoque como *grupo de interesse* dava relevância apenas às organizações ambientalistas não-governamentais, as quais dispunham de recursos diretos para influenciar o sistema político; e o enfoque como *novo movimento social* dava relevância ao setor ideologicamente radical do ambientalismo – tanto ONG's quanto grupos de base –; o enfoque do *ambientalismo transetorial* dá relevância ao conjunto das ONG's e grupos comunitários ambientalistas, independentemente da ideologia; e enfatiza a estrutura de rede que estas constituem com os outros atores sociais, entre os quais empresários, cientistas, educadores, agências governamentais e inter-governamentais[4].

Na opinião de BOEIRA (2005b), um dos maiores obstáculos para a difusão do ambientalismo transetorial consiste no que denominou de "particularismo", isto é, a percepção auto-centrada do conjunto em cada setor ou em cada indivíduo. Houve tentativas de superação desta barreira durante as articulações para a ECO'92, mas a busca de uma visão "integrada" – ou mesmo 'holística" – tem resultado em constantes fracassos. Do particularismo passa-se, muitas vezes, para um

[4] Em termos da capacidade do sistema político canalizar a ação ambientalista, o terceiro enfoque assume uma posição intermediária entre os outros dois. Ao passo que o setor moderado do ambientalismo é canalizado dentro do sistema político, o setor radical desafia o sistema político; a ação de ambos é sinérgica, estimulando a redefinição do sistema político através da incorporação da proteção ambiental como parte fundamental do conteúdo normativo da democracia. Embora, como o enfoque do *novo movimento social*, o do *ambientalismo transetorial* tenha um componente normativo explícito e assuma a crise da ordem social, nele, a normatividade e a idéia de crise são bastante diferentes. Enquanto aquele concebe o conflito como nitidamente delineado na estrutura social – empresariado e Estado de um lado; novos e velhos movimentos sociais de outro lado –; o enfoque do ambientalismo como movimento histórico concebe o conflito social como atravessando os diversos setores da estrutura social: de um lado empresários, cientistas e ONG's que operam na lógica convencional; de outro lado empresários, cientistas e ONG's que se orientam para a sustentabilidade (VIOLA, 2005).

"globalismo" acrítico e desmobilizador, havendo uma carência argumentativa em vários setores, o que acaba por fragilizar sistematicamente o ambientalismo multissetorial; e permitindo que a grande imprensa mantenha sobre ele uma perspectiva retrógrada. Tanto a percepção autocentrada como a carência argumentativa somam-se no sentido de dificultar a chamada *auto-eco-organização* de cada setor e do conjunto dos setores do ambientalismo; conceito desenvolvido por Edgar Morin (1921-), nos quatro volumes da sua obra *La méthode (O método,* 1977/80/86/91). Trata-se de um macroconceito, uma vez que se refere ao processo de "auto(geno-feno-ego)eco-reorganização" próprio a todo ser vivo na sua relação com o meio ambiente.

A *auto-eco-organização* ocorreria tanto consciente como inconscientemente nos seres humanos; e se refere a processos tanto individuais quanto coletivos. No plano inconsciente, é fácil perceber a necessidade de reequilíbrio constante que ocorre naturalmente entre o corpo e a mente. Tem-se sono (devaneio e relaxamento); procura-se alimentação e abrigo, entre outras coisas, para propiciar o reequilíbrio dos sistemas orgânicos (linfático, digestivo, etc.); e busca-se na eco-organização dos vegetais (alimentos nutritivos) uma parcela de nossa auto-organização. Ou seja, segundo MORIN (2002), todos os sistemas vivos precisam do reequilíbrio, porque sua natural abertura ao ambiente leva-os ao desequilíbrio; uma necessidade de se rever constantemente a relação entre ordem e desordem. ORTEGA Y GASSET (1918; 1997) já dizia: "Eu sou eu e minha circunstância[5]". Trata-se agora de analisar a "circunstância", concebendo-a não somente como um invólucro, uma contingência histórica ou um sistema social, mas também como um conjunto de sistemas – ecossistemas, geossistemas – , os quais são fundamentais para toda a organização viva.

Pode-se ainda conceber a *auto-eco-organização* como um processo consciente e culturalmente aceito. Contudo, neste caso, existem muitos obstáculos, já que a evolução cultural no ocidente privilegiou, particularmente nos últimos séculos, a cultura sobre a natureza, buscando um controle instrumental cada vez mais sofisticado sobre a mesma. Tem-se descoberto, a duras penas, que se continua a viver em função de nossa capacidade para resistir a uma completa "auto-eco-desorganização", o que vale tanto para indivíduos quanto para sociedades. Toda cultura que não compreende a complexidade da eco-organização tende a degradar esta última; e a sofrer as conseqüências disto. A consciência dita ecológica é indissociável de uma consciência do próprio corpo, do modo de vida e de uma reflexão (autoconfrontação) da concepção de mundo na sua relação

[5] José Ortega y Gasset (1883-1955) foi um pensador que viveu os problemas de seu tempo e se preocupou com o destino da Espanha. Seu país encontrava-se fragmentado, dividido e semeado por vários problemas sociais e políticos que o impediam de acompanhar o desenvolvimento das outras nações européias. Para enfrentar esses problemas, o filósofo pensou as questões políticas à luz de uma teoria da realidade, que elaborou e que se tornou conhecida como *raciovitalismo*. Essa teoria centrou a discussão no conceito de vida experimentado na primeira pessoa. Com a frase: "Eu sou eu e minha circunstância", Ortega y Gasset particulariza os problemas de cada homem. A continuação desta mesma frase: "se não salvo a ela [circunstância] não salvo a mim", indica que o homem pode mudar a sua vida transformando a realidade em que vive. Se não o fizer, afunda-se na circunstância e não dá sentido a sua própria vida (DOMAS, 2005).

com outras culturas e a dinâmica eco-organizacional, o que remete à filosofia existencial de Merleau-Ponty e aos ensinamentos de Morin.

> O princípio de auto-eco-organização pressupõe uma relação complexa do eu consigo mesmo e do eu com seu ambiente, ou seja, uma relação que é simultaneamente de concorrência, de antagonismo e de complementaridade. Além disso, para enfrentarmos a concepção disjuntiva e simplista que tende a degradar os ecossistemas e o próprio corpo (privilegiando a busca de controle instrumental sobre a natureza), precisamos conceber uma cultura ou um pensamento que associe sem fundir, distinguindo sem separar a dinâmica do *autos* e do *oikos*, a começar pela relação sujeito-objeto e passando pela relação indivíduo-coletivo. Enfim, o conceito de auto-eco-organização vai além do conceito de autonomia, embora o pressuponha (BOEIRA, 2005b:3).

O conceito de organização é nuclear para todo o sistema, em especial para aqueles vivos, abertos, que necessitam trocar energia com o meio ambiente, porque representam, ainda que precariamente, uma vitória da ordem sobre a desordem. Entretanto, a organização nunca se completa e, por isso mesmo, precisa ser concebida como re-organização. Tem-se um processo paradoxal: de desequilíbrio e reequilíbrio constantes na relação dos sistemas vivos com seu meio ambiente. Nos ambientes naturais ou nos que não foram atingidos diretamente pela ação humana, percebe-se que este processo paradoxal resolve-se por meio da complexificação crescente, aberta. Já nos ambientes construídos, a relação entre cultura, tecnologia, demografia, economia e política impõe desafios a uma complexificação crescente. Talvez o primeiro destes desafios, segundo BOEIRA (2005b), seja o de conceber conceitos que nos permitam ver os obstáculos a esta complexidade crescente. O desafio de contextualização dos problemas vem em seguida, já que, sem a percepção dos contextos, corre-se o risco de se submergir nas malhas dos próprios problemas.

De modo paralelo, não se pode deixar de frisar as contribuições que as descobertas científicas mais recentes fizeram na relação homem-natureza, o que também influenciou no perfil do movimento ambientalista mundial. Desde seus primórdios, a ciência busca compreender a realidade de maneira racional, descobrindo relações universais e necessárias entre os fenômenos, o que permitiria prever os acontecimentos e, conseqüentemente, também a ação e intervenção sobre o mundo natural. Para tanto, utiliza métodos rigorosos para alcançar um tipo de conhecimento sistemático, preciso e objetivo. Entretanto, apesar do rigor do método, não se deve pensar que a ciência é um conhecimento certo e definitivo, pois ela avança em contínuo processo de investigação que supõe alterações à medida que surgem fatos novos; ou quando são inventados novos instrumentos. As leis e teorias científicas continuam sendo hipóteses com diversos graus de confirmação e verificabilidade, as quais podem vir a ser aperfeiçoadas ou mesmo superadas.

De acordo com CHALMERS (1994), "a generalidade e o grau de aplicabilidade de leis e teorias estão sujeitos a um constante aperfeiçoamento" (p.19), do que se conclui que o método científico não é genérico nem absoluto o suficiente para não estar sujeito à substituição constante. Na

História, embora permaneçam alguns modelos atemporais, resultados de atividades e experiências bem-sucedidas, não significa que os mesmos serão válidos indefinidamente. Isto foi também afirmado pelo filósofo britânico de origem austríaca Karl R. Popper (1902-1994), o qual considerava todo conhecimento científico humano provisório, ao ponto de chegar a propor a *teoria da falsibilidade*, que criticava o *princípio da verificabilidade* – critério usualmente utilizado na demarcação entre ciência e pseudociências, em particular a Metafísica, proposto por Rudolf Carnap[6] (1891-1970).

Para POPPER (2000), ao contrário do que ocorria nas ciências humanas, seria própria da teoria científica a sua "falseabilidade", ou seja, a possibilidade de ser empiricamente refutada. Diante de uma hipótese, a atitude da ciência não consistiria em procurar casos particulares que a confirmassem, mas em procurar aqueles, cuja ocorrência a "falsearíam". Para ele, a "nova" ciência procederia por conjecturas e refutações, em um processo que tenderia ao conhecimento objetivo. Disto resulta que toda teoria, método ou hipótese acaba sendo substituída, no decorrer dos tempos, por outra mais coerente dentro de sua época histórica e/ou científica. Suas idéias foram expostas em vários trabalhos, como *The open society and its enemies* (*A sociedade aberta e seus inimigos*, 1945), *The logic of scientific discovery* (*A lógica da investigação científica*, 1959), *The poverty of historicism* (*O poder do historicismo*, 1961) e *Conjectures and refutations* (*Conjecturas e reflexões*, 1963).

Além disso, Popper também acreditava que o homem carregava preconceitos na observação da realidade, dizendo não haver observação pura, uma vez que a realidade depende dos interesses do observador e de seu ponto de vista e suas próprias idéias. Criticava o princípio de explicação da ciência clássica, que baseava seu postulado de objetividade na separação entre sujeito e objeto (POPPER, 2000). Para a Física Quântica, por exemplo, em toda observação das menores unidades existentes ocorreria sempre uma perturbação, sendo impossível observar o fenômeno sem de algum modo influenciá-lo. Portanto, os acontecimentos dependem da existência do observador – ou de seu modo de observar – e, se a observação produz perturbação no objeto, a Física subatômica reconhece a existência de uma ação recíproca entre o objeto e o observador, através do chamado

[6] Carnap fez parte de um grupo de positivistas lógicos – ou o *Círculo de Viena* –, juntamente com outros filósofos como Moritz Schlick (1882-1936) e Otto Neurath (1882-1945), os quais pensavam que toda a filosofia, especialmente o idealismo hegeliano, era um disparate metafísico, Pensavam que a "gramática superficial" da linguagem tinha levado os filósofos a pseudodebates intermináveis e insolúveis sobre entidades imaginárias como as substâncias de Spinoza e de Leibniz. Para eles, significados e experimentabilidade eram a mesma coisa, criando o princípio da verificação, o qual declarava que qualquer proposição que não se pudesse testar empiricamente, era um disparate. Portanto, a afirmação "Deus é absoluto e terno" parecia fazer sentido, mas como é completamente intestável, não passava de palavreado. Defendiam que o caminho para o conhecimento real era apenas através da ciência, cabendo à filosofia somente uma atividade analítica que clarificasse conceitos e esclarecesse confusões lingüísticas. Ao visitar o *Círculo de Viena* na década de 1930, o filósofo britânico Alfred Jules Ayer (1910-1989) acabou convertido, escrevendo seu livro *Language, truth and logic* (*Linguagem, verdade e lógica*, 1936), que chocou o establishment britânico pelos eu repúdio técnico tanto da religião como da linguagem ética. O positivismo lógico dos austríacos nada mais foi do que uma reafirmação radical do emprirismo tradicional inglês; e como teoria do significado, seu verificacionismo acabou depressa, uma vez que a maior parte da ciência moderna, principalmente depois de Popper, é conceitual e intestável (ROBINSON & GROVES, 1999)

princípio da incerteza[7].

Compactuam com sua opinião BACHELARD (1996), para quem "uma descoberta objetiva é imediatamente uma retificação subjetiva. Se o objeto me instrui, também me modifica" (p.259); e MORIN (2001), que também acredita que "a objetividade [...] não é um reflexo da realidade. É uma construção da mente, uma construção lógico-matemática que permite responder a certas perguntas que fazemos ao mundo, à realidade" (p.40). PRIGOGINE (1996), por sua vez, acredita que "a ciência é um diálogo com a natureza" (p.157).

De acordo com HORGAN (1998), Karl Popper foi um dos instigadores das dúvidas da pós-modernidade, uma vez que defendia que a ciência não poderia ser resumida a um sistema lógico e formal. Entretanto, mesmo não concordando com aqueles que duvidam que não seria possível encontrar nenhuma verdade, Popper dizia que nunca se saberia se essa verdade alcançada seria certa, pois não haveria como prová-lo. Não haveria possibilidade de verificação absoluta do que se pode descobrir. Refletindo sobre o estado atual do conhecimento científico, o autor diferencia duas ciências: a "verdadeira" ou "pura", quês e apoiaria no empirismo e a "irônica", que seria aquela que nasce mais de considerações do que de experimentos. Nesta categoria, seriam colocadas as teorias sobre as super-cordas, os *quarks*, as idéias de Stephen William Hawking[8] (1942-) e tudo aquilo que não pode ser comprovado empiricamente.

Em outras palavras, a ciência contemporânea teria chegado a conclusão de que a observação, a descrição, a prova e o resultado de um fenômeno, em termos matemáticos, não passariam de construções da própria mente. Portanto, não haveria uma natureza comum a todos os observadores, mas uma natureza particular de cada homem.

> Todo está na parte que está no todo [...] e a sociedade, enquanto todo, está presente na nossa mente via a cultura que nos formou e informou [...] O mundo está na nossa mente, a qual está no nosso "mundo". Nosso cérebro-mente produz o mundo que produziu o cérebro-mente. Nós produzimos a sociedade que nos produz [...] O campo do conhecimento não é mais o campo do objeto puro, mas o do objeto visto, percebido, co-produzido por nós, observadores-conceptores. O mundo que conhecemos, sem nós, não é mundo, conosco é mundo [...] O conhecimento não pode ser o reflexo do mundo, é um diálogo em devir entre nós e o universo (MORIN, 2001:223).

---

[7] O físico alemão Werner Heisenberg (1901-1976), um dos fundadores da teoria quântica, da qual desenvolveu o formalismo matricial, formulou em 1927, na forma de desigualdades – que levam seu nome – o *princípio da incerteza* inerente a toda medição científica, que afirma que não se pode medir *com exatidão* a posição e a quantidade de movimento, ao mesmo tempo, de uma partícula elementar). As relações de Heisenberg fornecem os limites além dos quais não se podem empregar os conceitos da Física clássica. Para ele, aquilo que se observa não é a natureza em si, mas "a natureza exposta ao método de questionamento". Deste modo, a ciência resulta da interação entre o cientista e a natureza; e a descrição resultante depende do método de questionar, passando a incluir elementos subjetivos.

[8] Físico inglês, especialista em cosmologia e teoria quântica, Hawking notabilizou-se por seus estudos visando à unificação da teoria geral da relatividade com a Mecânica Quântica, em uma teoria quântica da gravidade. Neste sentido, sua principal obra é *The large escale structure of spacetime* (*A estrutura de grande escala do espaço-temporal*, 1975). Jovem ainda, foi atacado por grave moléstia degenerativa – esclerose lateral amiotrófica –, que o obriga a trabalhar em cadeira de rodas, comunicando-se através de um computador. Em 1988, lançou seu primeiro livro de divulgação para os leigos, *Black holes and baby universes and other essays* (*Uma breve história do tempo: do Big Bang aos buracos-negros*).

As idéias de Thomas Kuhn (1922-) também contribuíram para a eclosão de uma ciência "pós-moderna", denunciando que as teorias – ou paradigmas – mudariam radicalmente ou "se desviavam" no decurso da História. Acreditava que a evolução poderia ser tanto um ato criativo como destrutivo, defendendo que a ciência não evoluiria em direção a algo, mas o contrário, que se afastaria de algo. Acusado de ameaçar a racionalidade e o progresso da ciência, foi ele o responsável pela popularização do termo *paradigma* (Ver CONCLUSÕES).

Para Kuhn, os cientistas não conseguiam nem sequer entender uns aos outros, ficando presos em suas próprias teorias, nunca questionando os paradigmas, já que simplesmente ignoravam as anomalias encontradas. Porém, quando acumuladas, essas anomalias criariam um novo paradigma e este, por sua vez, também teria suas anomalias, e assim por diante. Segundo ele, a conversão de um cientista a esse ou àquele paradigma seguiria critérios subjetivos, comparando a crença científica à fé religiosa. Afirmava que as mudanças revolucionárias repentinas alterariam praticamente todos os sistemas científicos que existiram ou existirão; e que, para praticar a "ciência pura", seria necessário reunir certas condições sociais e econômicas, o que estaria se tornando cada vez mais difícil.. A ciência não seria nada mais do que uma expressão da estrutura de poder dominante, seu reflexo e, portanto, sem condições de procurar a Resposta. Concluía que aqueles que dominam a sociedade sempre utilizariam a ciência para seus próprios propósitos (HORGAN, 1998).

Kuhn encontrou no filósofo austríaco Paul Karl Feyerabend (1924-1994) alguém ainda mais radical em suas críticas. Na sua descrição da evolução da ciência em *Against method* (*Contra do método*, 1974), afirmava uma pluralidade de teorias concorrentes, ou aquilo que chamou "anarquia epistemológica". Segundo ele, a separação que se faz entre o que é e o que não é ciência seria artificial e prejudicial ao avanço do saber. Para melhor se compreender a natureza ao nosso redor dever-se-ia recorrer a todas as idéias e métodos, porque "em todos os tempos, o homem enfrentou as circunstâncias de olhos abertos, com inteligência viva [...] realizou descobertas incríveis; e sempre há ensinamentos a colher em suas idéias" (FEYERABEND, 1997:462-3)

De acordo com ele, não se deveria esperar que a "ciência" – que é criativa por ser inerentemente pluralista e anárquica – pudesse ser governada por um conjunto fixo de regras metodológicas. Não existira nada fundamentalmente "superior" no conhecimento científico e, inclusive, não haveria método científico. Em seu livro *Farweel to Reason* (*Adeus à razão*, 1987), segundo HORGAN (1998), atacava a ciência, defendendo que a atividade científica teria a capacidade de eliminar a diversidade de pensamentos humanos, ao eleger um paradigma como verdadeiro. Diante de seus argumentos, fazer ciência não seria necessariamente aproximar-se da verdade. Tratar-se-ia somente do que um grupo estabelecido entendesse e partilhasse como a melhor maneira de resolver e elucidar temas de investigação científica. Para FEYERABEND (1997), "a ciência é uma das muitas formas de pensamento desenvolvida pelo homem e não necessariamente a melhor" (p.15).

> A ciência é apenas um dos muitos instrumentos inventados pelo homem para fazer face à circunstância. Não é o único, não é infalível [...] Contudo a ciência continua a reinar soberana [...] porque não se dispõe a tolerar ideologias diferentes (FEYERABEND, 1997:337-453).

Entre os praticantes da chamada "ciência irônica", segundo Horgan (1998), estariam os físicos norte-americanos Sheldon Lee Glashow (1932-), que foi o primeiro a propor, em 1960, uma teoria unificada da interação eletromagnética e da interação fraca, atual chefe do Departamento de Física de *Harvard University*; Steven Weinberg (1933-), especialista em física de partículas que, em 1967, também propôs uma teoria que permite unificar as interações eletromagnéticas e fraca; e John A. Wheeler (1911-), um dos defensores da *Interpretação de Copenhague*, segundo a qual as entidades subatômicas não têm existência real. Elas existiriam em um limbo probabilístico de muitos possíveis estados superpostos, até serem forçadas a entrar em um único estado, sendo que o que geraria essa condição seria o simples ato de se observá-las[9].

Em relação aos astrofísicos "irônicos", além de Hawking, HORGAN (1998) aponta alguns avanços nas descobertas sobre o *Big Bang*. Segundo o físico David N. Schramm (1945-1997), a teoria atual do começo do universo estaria quase completa, só faltando preencher algumas lacunas. Um grande feito da cosmologia do século passado foi a descoberta de que a Via Láctea seria apenas uma entre um número inimaginável de galáxias no universo. Já o físico russo Andrei Linde (1948-), autor da *teoria da inflação*, afirma que durante um breve momento da história do universo, quando o universo teria menos de um bilionésimo de segundo de vida, a gravidade foi uma força repulsora. Como resultado, o universo cresceu de forma exponencial; e a velocidade de expansão do cosmos, em seu início, foi absurda, acabando por se estabilizar. Os cientistas defensores do *Big Bang* receberam calorosamente a teoria da inflação, porque explicaria alguns problemas, como, por exemplo, o fato da distribuição de galáxias no universo não ser uniforme.

Entretanto, a *teoria da inflação* já estaria perdendo força, uma vez que, na década de 1990, vários físicos já pensavam que ela não seria suficientemente completa para explicar certos detalhes do *Big Bang* (FIG. 5.2). Para alguns físicos, como *sir* Fred Hoyle (1915-2001) não haveria sentido em falar sobre criação do universo a não ser que já houvesse um espaço e um tempo em que ele pudesse ser criado. Neste sentido, a Física perderia a universalidade de suas leis. Em reação a essas conclusões, Hoyle e outros criaram a *teoria do estado estacionário*, que afirma que o universo seria infinito tanto no espaço quanto no tempo. Sua expansão dar-se-ia por meio de um mecanismo, ainda

[9] O físico David Bohm apresenta uma alternativa para a *Interpretação de Copenhague*, embora também represente uma teoria da ciência irônica, segundo Horgan (19xx), chamada de *interpretação da onda piloto*. Praticamente igual a anterior, esta teoria diferencia-se por não considerar que haja necessidade de um observador para que as partículas subatômicas existam. Misturando religiões orientais com a Física quântica, Bohm estabelece uma gama de propriedades para as ondas piloto, mas também afirma que essas propriedades não podem ser medidas. Qualquer tentativa alteraria o comportamento físico dessas ondas. O resultado é o mesmo alcançado na *Interpretação de Copenhague*. Sendo ainda mais vago do que sua própria teoria, Bohm afirma que não seria possível para a ciência achar a Verdade absoluta, sendo este o motivo pelo qual ela, assim, nunca se esgotaria.

desconhecido, de produção de matéria, pelo qual o cosmos cresceria. Embora a concepção do *Big Bang* tenha uma fundo empírico – a chamada "radiação de fundo" - vale lembrar que tais teorias partem do que HORGAN (1998) denomina "ciência irônica".

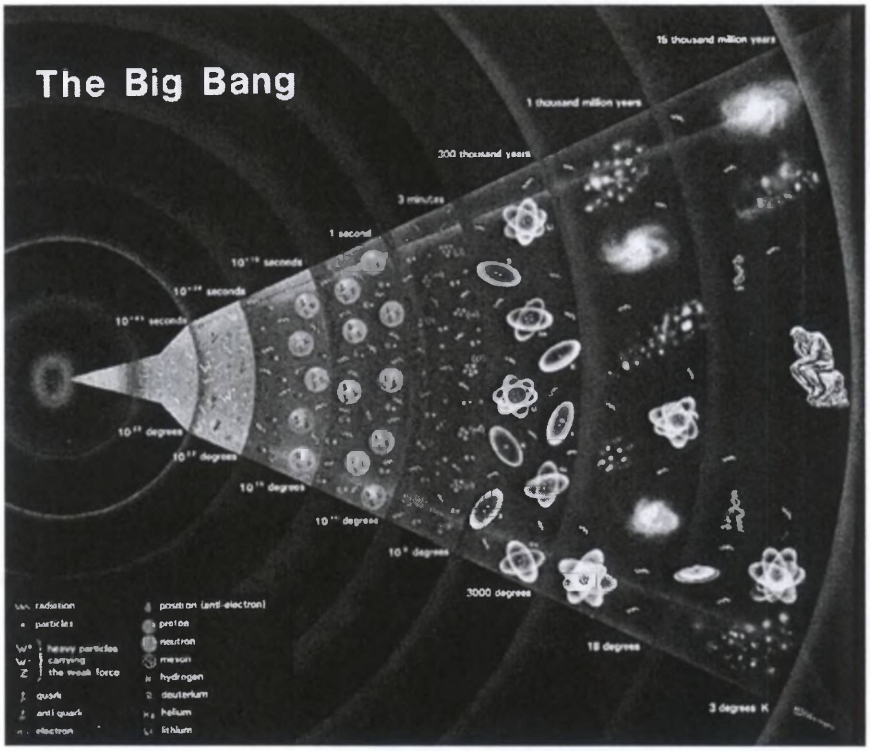


FIGURA 5.2 – Infográfico explicativo do *Big Bang* ou nascimento do universo.
(**FONTE**: ASTRO CULTURA, 2005)

Assim como o *Big Bang* cria problemas para a Física contemporânea formular novas teorias sobre o princípio do cosmos, as conclusões do darwnismo também são grandes problemas para os biólogos que não concordam com ela. A grande dificuldade dos geneticistas seria fazer uma descoberta depois de Darwin, sendo que HORGAN (1998) divide os biólogos que estudam a evolução em dois grupos: os que vêem a seleção natural como a maior descoberta da Biologia; e os que discordam. Os que concordam com Darwin acham que tudo que se precisa saber sobre evolução vem da seleção natural. O mais radical dos biólogos pró-Darwin seria Richard R. Dawkins (1945-), da *University of Oxford*, segundo o qual a seleção natural seria uma compreensão superior da natureza.

Para ele, todo e qualquer objetivo deriva da seleção natural. Elevando a seleção natural à condição de mecanismo universal de criação da vida, segundo ele, a vida em outros mundos também seria moldada de acordo com as teorias de Darwin. Já a teoria mais radicalmente oposta a Darwin seria a *teoria de Gaia*, formulada pela bióloga Lynn Margulis (1938-), a qual afirma que a vida na Terra estaria presa a uma relação simbiótica. O conjunto de seres vivos acabaria por regular quimicamente o meio ambiente, garantindo a sobrevivência de todo o planeta.

Concluindo, são vários os cientistas contemporâneos que acreditam que a ciência não seria fonte de certezas, admitindo a possibilidade de erro e a necessidade de perpétua disposição de rever as idéias, incluindo o lingüista Noam Chomsky (1928-), com sua visão geneticamente orientada da linguagem; os pesquisadores Francis Crick (1916-2004) e Christof Koch (1936-), que afirmam que a consciência seria um fenômeno da percepção; e o químico e filósofo belga Ilya Prigogine (1917-), investigador dos fenômenos aleatórios.

O mundo contemporâneo passou a se demonstrar cada vez mais complexo. A lei natural deixou de ser concebida como determinação e o princípio de causalidade foi definitivamente abalado, já que as mesmas causas podem produzir efeitos diferentes e causas diferentes levarem ao mesmo efeito. As novas teorias científicas, principalmente a partir da segunda metade do século XX, eliminaram ou, pelo menos, *relativizaram* a noção de certeza científica, idéia central do racionalismo moderno. Hoje, o que se reconhece como ordem, tanto no social quanto na natureza, passou a conter uma dose irredutível de indeterminado; de acaso. A Biologia reconheceu o papel criador da contingência na emergência e no desenvolvimento dos seres vivos e, para se compreender a autonomia de um organismo, tornou-se necessário conceder ao acaso um poder criador da organização. A criação origina-se na desordem e no caos; e "o aleatório está presente na organização; a indeterminação está no âmago do determinado, a desordem no âmago do que define a ordem"[10] (VIEIRA, 2005).

Para essa filosofia do acaso, não há de uma parte o homem e de outra forças exteriores ao homem, pois às quais ele também seria exterior. As forças "exteriores", "cósmicas" e "naturais", estariam também dentro do ser humano. Neste sentido, a Ecologia – e, conseqüentemente, as manifestações do movimento ambientalista – passaria a ser vista não como ciência ambiental visando a uma nova técnica de administrar a relação homem-natureza, mas uma força ativa, apoiando criticamente o esforço de se promover a "reconciliação da razão com a natureza"[11]. Nasce a ecologia como parte de uma visão cósmica do Universo, de uma nova teoria da liberdade e de uma nova estética de existência.

---

[10] De acordo com MORIN (1996), "a espontaneidade é eco-organizadora". A virtude suprema da eco-organização não seria a estabilidade, mas a aptidão para construir estabilidades novas; não seria o regresso ao equilíbrio, mas a aptidão da reorganização para reorganizar-se a si mesma de modo novo sob o efeito de novas reorganizações. Diversidade, vitalidade, resistência, abertura e complexidade estão interligadas. Por isso, a complexidade espontânea dos ecossistemas evoluídos precisa de uma história e de uma experiência onde acaso e necessidade – incertezas e determinações – produzam os equilíbrios dinâmicos. Em um mesmo instante de tempo, existem o caos e a ordem cujo encontro, produzido pelo acaso, gera outros mundos.

[11] A "reconciliação da razão com a natureza" consiste em um dos pressupostos fundamentais da *Escola de Frankfurt*, cujos expoentes – entre os quais Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979) e Theodor W. Adorno (1903-1969) – são identificados com o naturalismo revolucionário. Segundo VICENTINI & RISEK (1998), os frankfurtianos são acusados de operar a partir de duas exigências fundamentais: a de finalidade e de natureza, a partir das quais elaborariam a crítica da sociedade capitalista, como um processo pelo qual a "cultura sufoca a natureza" e vice-versa. Ao mesmo tempo, a idéia de uma natureza que se coloca sob a ótica de uma permanente repressão homóloga à repressão da natureza remete à idéia mais geral da natureza como contingente e conteúdo dos homens. "Assim, a dominação da natureza corresponde sempre à uma dominação da natureza interior aos homens" (p.11), o que conduz à uma analogia a Sigmund Freud (1856-1939). "A liberação suporia, então, os termos de uma crítica não só da dominação interna e externa ao homem, mas uma redescoberta e uma liberação da natureza e portanto da idéia de necessidade e de felicidade" (p.11).

Todas as doutrinas de desenvolvimento econômico fundamentam-se na noção de progresso, o qual justifica qualquer degradação ambiental em prol de uma melhoria na qualidade de vida. Porém, essa noção de progresso e crescimento é meramente quantitativa. Além dos benefícios trazidos pelo suposto desenvolvimento acabarem concentrados em uma parcela minoritária da população, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a lógica produtivista, baseada na exploração dos recursos naturais não renováveis e dos combustíveis fósseis, demonstrou-se insustentável. Isto fez surgir a *Ecologia política* – em um terceiro momento, após o aparecimento da *Ecologia natural* e o desenvolvimento da *Ecologia social* na década de 1970 (Ver CAPÍTULO 3) –, que representa uma crítica à sociedade industrial avançada, à noção quantitativa e produtivista de progresso e crescimento econômico, e à centralização de decisões no sistema produtivo e na estrutura de poder político.

Com o movimento ambientalista, tecnologias alternativas centralizadoras como a nuclear, por exemplo, são rejeitadas, por serem desnecessárias, caras e perigosas. Rejeita-se o gigantismo de obras faraônicas em favor de obras de pequeno e médio porte que possam incorporar a mão-de-obra local. Os custos ecológicos devem ser incorporados nos custos dos investimentos econômicos. Ao mesmo tempo, é preciso submeter todo e qualquer desenvolvimento a uma crítica ecológica, não apenas econômica. A uma tecnologia que leva ao autoritarismo, ao centralismo e à dependência, opõe-se uma outra que sirva à democracia, à descentralização e à utilização racional dos recursos produtivos. A Ecologia política abraça a teoria do *ecodesenvolvimento*, defendida pelo economista polonês Ignacy Sachs (1927-), que desloca o dilema quantitativo – crescer ou não – para a questão qualitativa[12] (FIG. 5.3).

FIGURA 5.3 – Diagrama esquemático do ecodesenvolvimento e seus determinantes.
(**FONTE**: SENAC, 2005)

[12] Desta forma, é possível estabelecer politicamente princípios de crescimento econômico controlados, que se estabeleçam em estruturas técnicas e produtivas que minimizem a destruição ambiental e maximizem a igualdade social, a saúde e o bem-estar. As soluções do tipo "cosmético", ou seja, a produção de "aparelhos antipoluição", substâncias químicas "descontaminantes" ou coisas do gênero, são rejeitados porque, além de se limitarem a combater os efeitos externos do problema, seguem a mesma lógica do sistema dominante. Não há o menor sentido em inaugurar uma nova linha de produção para combater os efeitos do próprio sistema de produção, ou melhor, do próprio modelo de produção (VIEIRA, 2005).

Muitos grupos ambientalistas, assim como ecologistas, pacifistas e partidos alternativos, em todo o mundo, conforme VIEIRA (2005), já entenderam que, para começar a desmontar esse sistema imbricado, a solução seria a descentralização do poder, o que significa autonomia e autogestão ao invés da produção em grande escala: o menor e o pequeno no lugar do grandioso; qualidade de vida no lugar de quantidade de lucros; fortalecimento do local e regional em vez da centralização estatal.

Acrescenta-se que a problematização contemporânea em relação ao ambientalismo reflete uma crise que vai muito além da questão preservacionista, apontando-se para uma completa reestruturação das relações entre homem e natureza – que implicam desde a concepção de natureza até o relacionamento do homem com o mundo dos artifícios e produções humanas, inclusive a cidade –, na qual os paradigmas clássicos que sempre dominaram o pensamento ocidental são colocados em xeque, do mesmo modo que os pressupostos da ciência se transformaram profunda e radicalmente.

> A crise ambiental é, portanto, uma crise política da razão, que não encontra significados dentro do esquema de representações científicas existentes para o reconhecimento da natureza social do mundo, que foi histórica, técnica e civilizatoriamente produzida. O Ocidente está diante de um dilema – o universo, o mundo, isto é, o representável em última extensão, mudou de significação. Tornou-se contexto do ambiente (TASSARA, 1992:8).

Complementando, a ação mobilizadora do movimento ambientalista parte do conceito de liberdade existencial, o qual, negando a idéia positivista de uma natureza humana apriorística e necessária – o que viria restringir e até mesmo eliminar a autonomia do homem –, aponta para a possibilidade de transformação da condição existencial humana.

> Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na terra e, até certo, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana [...] Tudo que adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana [...] A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana do mundo complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana (ARENDT, 2003:34-5).

É a partir desses termos que se pretende inserir a discussão sobre os parques urbanos, os quais surgiram como forma de encontrar uma espécie de equilíbrio entre o processo de urbanização contemporânea e a preservação do meio ambiente, através de uma linguagem que envolvesse tanto aspectos ecológicos e ambientais quanto valores estéticos e culturais, definindo espaços, entornos e identidades, o que deve ser sempre compreendido nos seus diferentes tempos, funções e usos.

5.2 PARQUES URBANOS E *PARK MOVEMENT*

A cidade contemporânea e seu surpreendente crescimento, já abordados anteriormente, são realidades incontestáveis neste início de milênio que colocam a questão ambiental como prioritária, a qual passa a compreender o meio urbano como um sistema complexo, que está condicionado a processos de retroalimentação e mergulhado em uma crise de múltiplas características, tanto quantitativas como qualitativas; fruto de um colapso do modelo de desenvolvimento – e da forma de pensar e agir – ocidental. A problemática ambiental passou a ser o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda hoje uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura (UNESCO, 1986).

Diante disto, torna-se fundamental abordar os *espaços livres*[13] urbanos, elementos essenciais que, através de seu uso como espaços de lazer e recreação da população, passaram a adquirir igualmente as funções de conservação e recuperação de recursos naturais situados no tecido urbano, através da constituição de bosques e parques públicos. De modo geral, esses espaços, abertos, externos e coletivos, situados na cidade, refletem as características específicas do modelo de urbanização adotado, ao mesmo tempo em que procuram responder aos efeitos negativos da urbanização intensa, entre os quais a excessiva impermeabilização do solo, a concentração de gases poluentes e o aumento da temperatura devido à redução da difusão do calor e dos menores índices de evaporação, o que, de forma direta ou não, acaba afetando a saúde física e mental da população (ROMERO, 2001).

Comentar sobre esses importantes elementos da cidade implica, primeiramente, em definir a palavra "parque" – a qual provém do baixo-latim *parricum*, pelo francês *parc* –, indicando as diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos. Um parque, escreveu Eugène Hérnard,

---

[13] Conforme MACEDO (1995), os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, definem-se como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação, representadas pelas avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios; ou com a presença de vegetação como parques, praças e jardins, com funções de circulação, recreação, composição paisagística e equilíbrio ambiental, além de permitirem a distribuição e a prestação dos serviços públicos. Fazem parte desta categoria as áreas incluídas no tecido urbano ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais das residências ou pelas áreas de condomínio fechado; áreas remanescentes de ecossistemas primitivos, como matas, manguezais, lagoas e restingas, além de praias fluviais e marítimas. Os espaços que devem ser preservados pela municipalidade por suas qualidades ambientais, muitas vezes, com flora e fauna próprias, são reservas ou áreas potenciais para ampliar o conjunto dos espaços livres projetados e/ou existentes. As categorias de espaços livres públicos estão classificadas segundo sua função, de equilíbrio ambiental, de recreação e de circulação. O primeiro conjunto corresponderiam o dos espaços livres públicos de equilíbrio ambiental, que inclui algumas unidades de conservação, reservas ecológicas, jardins botânicos, parques nacionais, etc, além dos cemitérios, campi universitários e os espaços de valorização ambiental. No segundo estariam os espaços livres de recreação, como parques, praças, faixas de praia, largos e pátios, quadras polivalentes e jardins. Por último define-se o conjunto dos espaços livres de circulação, isto é, as ruas, os refúgios, os viadutos, os estacionamentos, entre outros.

> desde que ele seja suficientemente grande, é uma reserva de ar puro, e as árvores que o circundam e o protegem formam um filtro natural muito eficiente para assegurar a poeira insalubre das ruas e limpar a atmosfera ambiente [...] A presença massiva de vegetação, gramados e flores provocam nos mais agitados, nos mais excitados da vida moderna, um repouso físico e moral que não pode negar. É um elemento incontestável de calma e quietude (SEGAWA, 1996:73).

Segundo BARTALINI (1986), a noção de parque está associada a uma área extensa, cercada e com elementos naturais; e, no seu significado mais antigo, datado por volta do século X na Inglaterra, destinada à caça ou à guarda de animais. Ao longo do tempo, apresentou-se como uma outra forma de apropriação do espaço público urbano; e como um produto direto de uma nova função: o lazer. Do mesmo modo como descreve KLIASS (1993), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, sendo destinados ao lazer e à recreação. Outrossim, a palavra "parque", no seu sentido original, referia-se a um pedaço de terra cercado, mantido por uma permissão real para a preservação dos animais de caça. Posteriormente, foi estendido para representar pastos e bosques ornamentais em volta das casas de campo, usadas para a recreação e para a manutenção dos cervídeos. Já em Londres do século XVII, os parques reais passaram a ser abertos ao público, como o *Hyde Park*, em 1635; e os *Vauxhall Gardens*, em 1861 (SPIRN, 1995).

Atualmente, de acordo com SPIRN (1995), podem-se citar alguns casos em que determinadas áreas localizadas no meio urbano, em estado de abandono e degradação, passaram a ser objetos de projetos destinados a parques. Em cidades inglesas, holandesas e alemães, muitos espaços de construções abandonadas, terrenos industriais devolutos ou ruínas de bombardeios, estão sendo incorporados a sistemas de parques urbanos, em que a sucessão vegetal pôde seguir seu curso natural. Por exemplo, em Berlim, a antiga estação de trens de Anhalter-Potsdam, que era a maior estação européia de passageiros antes de ser destruída pelas bombas na *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), é agora uma densa selva no meio da cidade, onde 60% dos seus 60 ha. de área permaneceram em cascalho e, no período de 35 anos, desenvolveu-se uma vegetação de notável diversidade.

Contudo, a maior parte dos parques contemporâneos, conforme SCALISE (2001), são equipamentos públicos urbanos difundidos a partir das experiências inglesas, francesas e americanas, tendo surgido de ações concretas, em situações geográfica e historicamente específicas[14]. Seus antecessores caracterizavam-se através dos padrões estéticos que a burguesia britânica passou a valorizar para o seu usufruto e pela sua ideologia de melhoramento da natureza e dos seus meios de

[14] Por outro lado, pode-se dizer que, se entendermos "parque" como um espaço não-edificado destinado ao encontro dos cidadãos dentro dos centros urbanos, esta noção não é coisa recente e data de tempos remotos. Sabe-se que os gregos encontravam-se nas ágoras; assim como os romanos nos fóruns. Na Idade Média as feiras que ocorriam periodicamente correspondiam a espaços de convivência e troca; e as praças renascentistas foram locais urbanos de grande importância na vida daquelas populações. Obviamente, a diferença está na inclusão contemporânea do aspecto que se relaciona à predominância de elementos naturais no parque, voltados à fruição paisagística de toda a população urbana, especialmente em suas horas de lazer e recreação, o que se deve à concepção inglesa em princípios do século XIX (MACEDO, 1995).

percepção. Para a autora, a provisão de parques públicos seria função do Município, e ocorreria a partir da necessidade de existência de tais equipamentos, de sua presença nos planos e da tendência atual das reivindicações por parques e áreas verdes. Por sua vez, MACEDO & SAKATA (2003) entendem "parque" como todo espaço de uso público destinado à recreação da população, qualquer que seja o seu tipo, podendo incorporar intenções de conservação; e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, ou seja, não sofre influências diretas de construções do entorno em sua configuração[15].

Conforme SEGAWA (1996), ao se buscar a origem histórica dos parques, recai-se nas transformações pelas quais passaram as cidades européias da segunda metade do século XV até meados do século XVIII, apesar de haver registros da reserva de áreas constituídas de bosques naturais, que eram cercados para a caça, desde o século X na Inglaterra. Contudo, interessa observar como estes se estabeleceram como *espaços públicos urbanos*, o que conduz a estabelecer como seus ancestrais diretos as praças e os jardins, que apareceram como novos lugares naquelas cidades. Pode-se dizer que a praça é um espaço antigo que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano, enquanto que o jardim sempre se demonstrou como retiro espiritual da natureza que o ser humano idealizou para si; um espaço de virtuosidade estética qualificado pela sua procedência conceitual: italiano, francês, etc.

Na antiguidade, o espaço aberto público restringia-se à sombra dos templos ou sob a proteção e vigilância dos palácios, uma vez que no Egito antigo e Oriente Próximo, os focos das estruturas urbanas eram precisamente as edificações de onde emanava o poder. Na Grécia, foi a *ágora* que dominou a estrutura física da *polis*, sendo destinada à reunião pública e reflexo das concepções democráticas dos gregos (FIG. 5.4). Nela, realizavam-se as reuniões de negócios e comércio, além dos principais atos e festas da vida cidadã, exceto os de caráter religioso, que aconteciam nas acrópoles. Constituídas pelas *stoas* – edifícios de um ou dois pavimentos que guarneciam a praça – as ágoras permitiam que as pessoas se protegessem das intempéries e do sol, ao mesmo tempo em que era possível a convivência citadina. Quanto ao *fórum romano primitivo*, este era nitidamente inspirado na ágora, diferenciando-se desta por ali, além de ocorrerem as atividades de comércio, reunião e administração da justiça, acontecerem as atividades religiosas. Por sua vez, os *fóruns imperiais* tinham um caráter mais suntuoso, de inspiração egípcia, cuja grandiosidade visava impor as sensações de vigor, convicção e dignidade; uma grandiosidade meramente pomposa (GRAEFF, 1986).

---

[15] A partir disso, alguns espaços, como o *Parque Buenos Aires*, em São Paulo SP, mesmo possuindo independência em relação ao seu entorno, não pode ser considerado um parque por sua pequena dimensão e quantidade de equipamentos. Deste modo, segundo MACEDO & SAKATA (2003), muitos dos atuais parques de pequeno porte não passam de praças de vizinhança, sendo denominados parques pela falta de conhecimento sobre o assunto. Para o *Department of Planning and Development* e do *Department of Park and Recreation* da cidade de Toronto, no Canadá, o parque urbano é definido como um grande espaço aberto público, que ocupa uma área de vários quarteirões, localizado em torno de acidentes naturais e fazendo divisa com diversos bairros, limitando-se através das ruas. Pode ser utilizado como passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, festivais, centros comunitários e outros usos informais (BARTALINI, 1986).

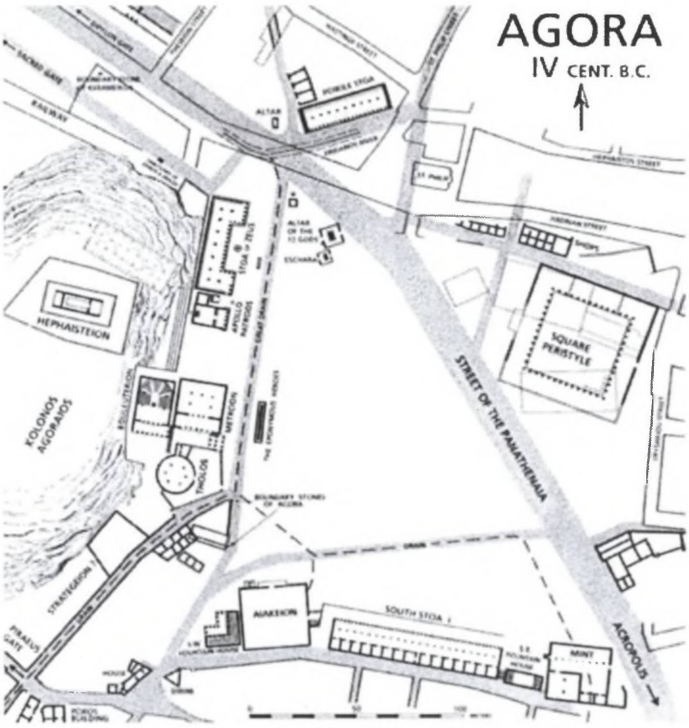


FIGURA 5.4 – Planta geral da *ágora* de Atenas, Grécia, no século IV a.C.
(**FONTE**: PLATO DIALOGUES, 2005)

Quanto às praças medievais, estas consistiam em recantos abertos no acanhado tecido intramuros, os quais eram utilizados para o comércio e funcionavam como o coração da cidade. Segundo JELLICOE & JELLICOE (1995), eram locais raros, uma vez que praticamente não havia áreas abertas não-religiosas nos limites do espaço construído, fora ou dentro das muralhas. Como espaço enclausurado, a *praça do mercado* era cercada por edificações e animada pelo agrupamento de pessoas, chegando a ganhar até mais importância do que as praças constituídas pelos adros das igrejas ou os espaços frontais às Câmaras, mais voltados, respectivamente, às atividades religiosas e ao treinamento militar. A vida nesses locais era permeada pelo universo do riso, do escárnio e da festa, em uma dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática; um mundo único e coeso expresso através da realização de feiras e manifestações teatrais, onde a liberdade, a franqueza e a familiaridade marcavam presença. Para GRAEFF (1986),

> as melhores praças medievais encantam por sua escala quase doméstica e por suas formas espontâneas, isentas da rigidez decorrentes de normas e padrões racionalizados (GRAEFF, 1986:133).

Na Idade Média, as *piazzas* italianas abrigavam variados rituais, religiosos ou seculares, incluindo casamentos e funerais, execuções, comemorações, torneios, corridas e encenações (FIG. 5.5). Paralelamente,na Espanha, a *plaza mayor* medieval situava-se deslocada do centro urbano, muitas vezes extra-muros, mas sempre se expressando como um "lugar espaçoso dentro do povoado" (SEGAWA, 1996:32).

A cidade medieval, que crescia desordenadamente em torno de si mesma, com seus edifícios concentrados ao longo de estreitas e tortuosas vias, foi o alvo do ideal renascentista de ordem e racionalidade, passando a sofrer intervenções em sua malha urbana principalmente a partir do século XVI, muitas vezes favorecidas pela ocorrência de calamidades, como grandes incêndios e terremotos, os quais permitiam uma remodelação mais uniforme e grandiloqüente, atendendo os modelos preconizados pelas cidades ideais, marcados pela regularidade geométrica e harmonização nos traçados[16]. Predominavam a unidade formal dos esquemas em círculos concêntricos, em uma tentativa utópica de simulação da cidade celestial (Ver CAPÍTULO 4), que revelavam um desejo de unidade: um espaço "fechado", formado uma espécie de pátio palaciano ou um claustro, de proporções estudadas e acentuando a repetição das fachadas. Conforme SEGAWA (1996), as *places royales* francesas constituem importantes modelos para estes novos espaços públicos, cujos desdobramentos aconteceram tanto na Europa como na América.

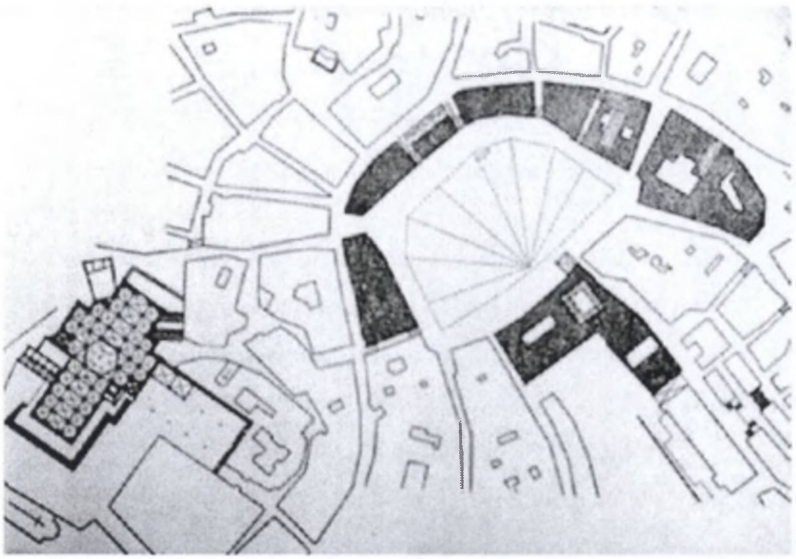


FIGURA 5.5 – Planta da *Piazza del Campo*, em Siena, Itália, surgida a partir de 1293, mas pavimentada com tijolos vermelhos entre 1327 e 1349. (**FONTE**: JELLICOE & JELLICOE, 1995)

A natureza organizada na forma de jardins somente comparecia em espaços privados, como, por exemplo, nos claustros conventuais, porém, nos séculos XV e XVI, passou a se manifestar na arquitetura renascentista de jardins e parques privados, principalmente nos canteiros palacianos da Itália idealizados por Donato Bramante (1444-1514), Baldassare Peruzzi (1481-1536), Raphael (1483-1520), Giulio Romano (1492-1546) e, posteriormente, Il Vignola (1507-1573), entre outros.

[16] Como exemplos, podem ser citadas as alterações possíveis devido ao grande incêndio de 1561 em Valladolid, na Espanha, cujos estragos permitiram a reconstrução da cidade com um novo desenho urbano de gosto simétrico e retilíneo; além do grande incêndio de 1666 em Londres, na Inglaterra, o qual permitiu a elaboração de um plano de remodelação urbana da autoria do arquiteto sir Christopher Wren (1632-1723), recusado; o incêndio de 1720 em Rennes, na França, que possibilitou a Jacques Anges Gabriel (1698-1728) planejar uma remodelação do traçado da cidae; e o terremoto de 1755 em Lisboa, que foi responsável pelo novo traçado geometrizado de parte da capital portuguesa da autoria do iluminista Marquês de Pombal (1699-1782), entre outros inúmeros casos (SEGAWA, 1996).

O jardim italiano era fruto de uma concepção estática e fortemente cenográfica da paisagem (FIGS. 5.6 e 5.7). Posteriormente, os grandiosos jardins de *Versailles*, criados por André Le Notre (1613-1700) entre 1661 e 1668, da mesma forma que a remodelação das *Tulleries*, os jardins de Luxemburgo ou outros espaços ajardinados em Paris tornaram-se os arquétipos do paisagismo francês do século XVII, reservados ao rei e à nobreza; igualmente constituídos pelo rebatimento de geometrias reguladoras (FIG. 5.8). Percebe-se que a prática do plantio de árvores em espaços urbanos públicos não se situava na esfera mais próxima das idéias renascentistas, uma vez que se restringia à criação de avenidas arborizadas, prática que passou a ser mais freqüente no decorrer dos 1600 (SEGAWA, 1996).

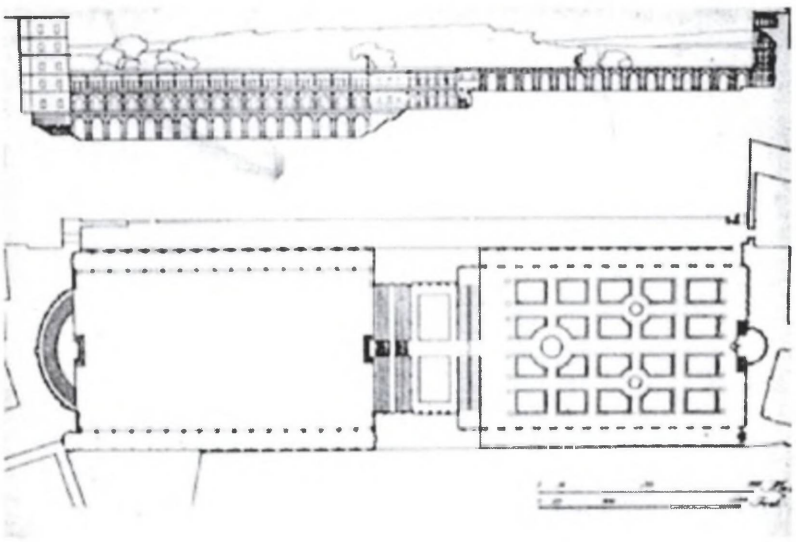


FIGURA 5.6 – Vista e planta geral do Pátio do *Belvedere*, situado nos jardins do Vaticano, Roma, criados por Donato Bramante (1444-1514), entre 1501 e 1503. (**FONTE**: JELLICOE & JELLICOE, 1995)

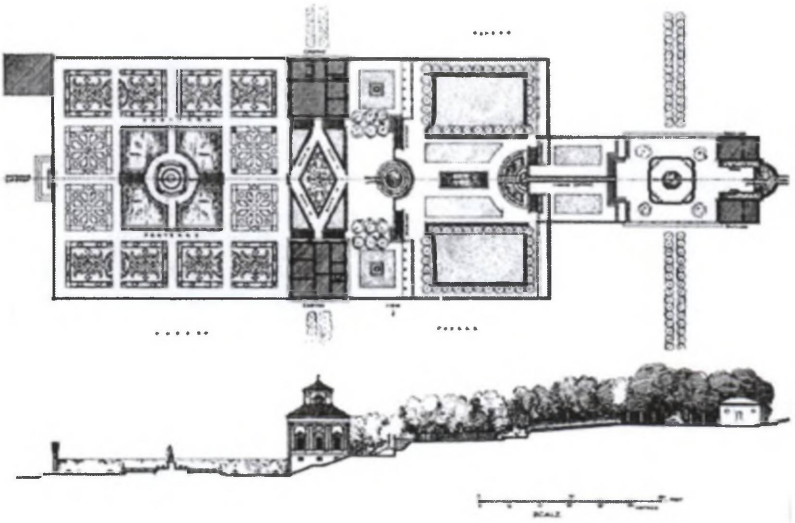


FIGURA 5.7 – Planta e perfil da *Villa Lante* e seus jardins, realizados em Bagnaia, Itália, entre 1560 e 1568 por Iacopo Barozzi, mais conhecido como Il Vignola (1501-1573). (**FONTE**: JELLICOE & JELLICOE, 1995)

SEGAWA (1996) salienta a importação italiana, por parte da França, da prática de criação de áreas arborizadas como atesta o fato do florentino Raphael Salvety ter obtido uma concessão das autoridades de Paris, em 1597, para utilizar um terreno do lado externo dos muros Norte da cidade, na *Porte Saint Honoré*, para implantar um campo de *pallamaglio*, esporte de origem italiana praticado no verão sob à sombra de árvores. Isto conduziu à criação de duas avenidas arborizadas organizando o espaço: uma destinada ao jogo e a outra para espectadores acompanharem as competições e para passeios. Do mesmo período, data a implantação em 1616 do *Cours la Reine* em Paris, pela rainha Marie de Médicis (1573-1642) que, de origem italiana, sugere a sua filiação ao corso implantado pelo Duque da Toscana nos jardins de Cascine, nos arredores de Florença. A partir de então se multiplicaram os espaços desta categoria, até o aparecimento das primeiras avenidas arborizadas de passeio, os *boulevards*, cuja designação derivava da palavra *boulevart* (na escrita antiga), a qual se referia à parte terraplenada das muralhas de fortificações.

> Na Paris de meados dos seiscentos, nas áreas de expansão, deitavam-se suntuosas avenidas arborizadas articulando as referências urbanas promovidas por Luís XIV: o *Cours Vincennes* foi feito em 160 ligando o palácio real e o parque em Vincennes com um bem arborizado local, conhecido por *Le Trône*, para as cerimônias do casamento do Rei-Sol; em 1670 criava-se o *Champs Élysées* (então denominado *Grand Cours*), no eixo do Jardim das Tullherias, paralelamente ao *Cours la Reine* (SEGAWA, 1996:40).

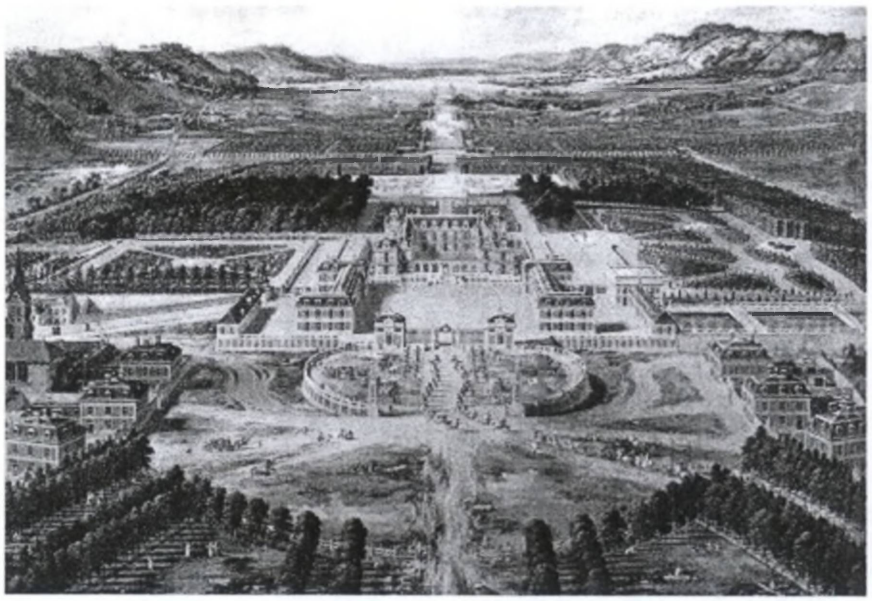


FIGURA 5.8 – Vista geral em 1668 do *Palais de Veisailles*, próximo a Paris, segundo pintura de Pierre Patel (1605-1676), onde se pode observar o castelo e seus jardins. (**Fonte**: ACADEMIC BROOKLIN, 2005)

No início do século XVII, em Londres, o aproveitamento de terrenos ruins afastados da cidade possibilitou a institucionalização de passeios. Em 1605, uma parcela da área alagadiça de Moorfields – *the lower walks* – foi legada à cidade "para uso e gozo dos cidadãos", passando a ser aproveitada para práticas esportivas e passeios, transformando-se com o tempo em um espaço elegante

de passeio. Com a introdução do *pallamaglio* na Inglaterra pelo rei Charles II (1630-1685), originou-se o recanto conhecido como *Pall Mall* (nome inglês do jogo) ou simplesmente *Mall*, no *St. James's Park*, originalmente um prado alagadiço utilizado para a caça e melhorado por volta de 1660 com arborização para atender às amenidades dessa diversão. A capital inglesa contou também nessa época com um jardim de amenidades com entrada paga: os *Vauxhall Gardens*, criados também por volta de 1660 com o nome de *New Spring Garden*, na margem Sul do rio Tamisa. A partir de 1728, este local recebeu melhoramentos que o transformaram, em meados do século XVIII, em um dos mais populares pontos de encontro da sociedade inglesa, contando com "áreas para orquestra, dança, quiosques para lanches e recantos para retiro, descanso ou o amor" (SEGAWA, 1996).

No final do século XVIII, a Inglaterra viu florescer uma série de experiências urbanas, nas quais as praças e os parques tiveram papel preponderante no planejamento de cidades como Londres e Bath, além de outras estações balneárias. A *Revolução Industrial* vinha promovendo grandes transformações, desde o intenso processo de urbanização até modificações de padrões sociais, incluindo o conceito de tempo de lazer, o qual surgiu como contraposto ao de trabalho, associando-se às idéias de ócio e recreação. As idéias românticas de volta à natureza aliadas à influência da cultura e artes orientais, fizeram surgir o modelo paisagístico dos jardins ingleses, no qual se abandonava os estilos renascentista e barroco, de linguagem geométrica e artificialidade herdadas dos jardins italiano e francês dos séculos anteriores, por aversão às idéias progressistas expressas pelas máquinas, às formas urbanas deterioradas e ao processo de industrialização que as gerou (FRANCO, 1997).

De acordo com KLIASS (1993), o novo modelo paisagístico ganhou um sentido informal de linhas curvas; modelado de relevo em colinas, rios e lagos; extensos gramados e cobertura vegetal, caracterizando a forma da natureza (FIG. 5.9). Inicialmente de uso privativo, os parques ingleses tornaram-se públicos, com o advento da era vitoriana e o aumento das novas necessidades criadas pela cidade industrial. Foram precursores desse movimento os paisagistas William Kent (1685-1748), Charles Bridgeman (1690-1738), Henry Hoare II (1705-1785), Capability "Lancelot" Brown (1716-1783), Humphrey Repton (1725-1818) – criador dos primeiros grandes parques públicos, como o *Victoria Park* em Londres (1845) e o *Birkenhead Park* em Liverpool (1847) –; e John Claudius Loudon (1783-1843), introdutor do *Gardenesque Style*, além de John Nash (1752-1835), responsável por vários parques londrinos, entre os quais o *St. James's Park*, o *Regent's Park* e o *Marylebone Park.* Inclui-se posteriormente também Joseph Paxton (1803-1865), que foi o autor do *Birkenhead Park* (FIG. 5.10) em Londres, criado entre 1844 e 1847, além do *Crystal Palace* (1851), construído por ocasião da *Primeira Exposição Universal* em Londres; e depois transferido para Sydeham.

As pressões sociais urbanas, derivadas das péssimas condições de habitação e trabalho das grandes cidades européias, provocadas pelo industrialismo, deram oportunidade à criação e abertura dos primeiros parques urbanos para o morador comum da cidade; e, não mais exclusivamente

para a elite. Esse fato marcou um momento significativo na concepção do espaço público; e consolida uma forma de área livre importante no contexto da cidade moderna (MACEDO, 1999). Ao mesmo tempo, a revalorização do mundo natural e selvagem, em detrimento do domesticado representado pelos campos de cultivo, no início do século XIX, contribuiu para uma nova visão sobre a natureza e sua importância dentro do contexto urbano, o que foi ainda mais reforçado pelos escritores românticos (DIEGUES, 1996).

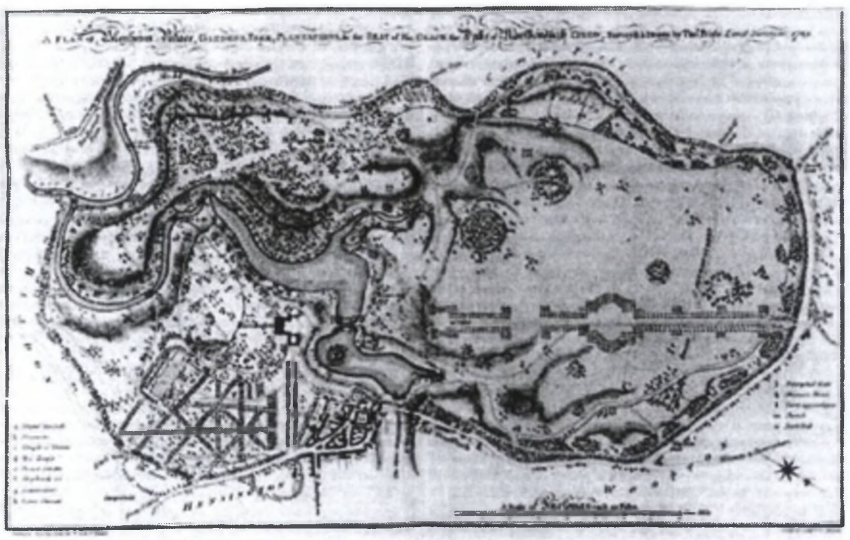


FIGURA 5.9 – Planta geral dos jardins do *Blenheim Palace*, criados entre 1764 e 1774, em Woodstock, Inglaterra, por Capability "Lancelot" Brown (1716-1783). (**FONTE**: JELLICOE & JELLICOE, 1995)

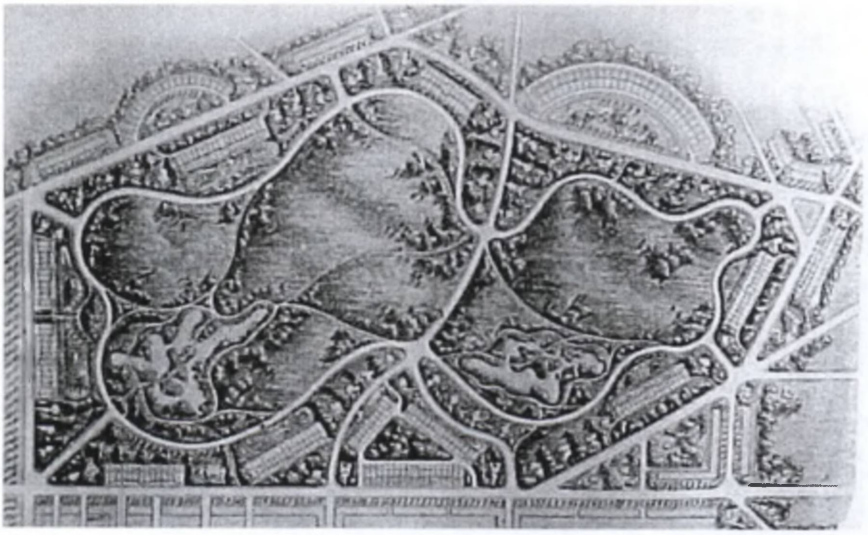


FIGURA 5.10 – Planta geral do *Birkenhead Park* , criado entre 1844 e 1847 por Joseph Paxton (1803-1865), em Londres, Inglaterra. (**FONTE**: JELLICOE & JELLICOE, 1995)

O movimento dos parques públicos chegou à França com quase meio século de atraso em relação ao inglês, mas teve no plano de reformulação do centro de Paris, idealizado por Georges Eugène Haussmann (1809-1891), uma de suas máximas realizações, o que promoveu a implantação, no período entre 1853 e 1869, de uma série de equipamentos urbanos revolucionários, incluindo um

plano viário global e novos parques[17] (Ver CAPÍTULO 1). Vale lembrar a importância que constituíram os primeiros "passeios públicos" em todo o mundo, uma vez que foram o resultado da nova demanda social por espaços livres urbanos para descanso e lazer da elite, aquela oriunda do crescimento acelerado das cidades após o advento da industrialização e conseqüente "expansão urbana" (LLARDENT, 1982).

No Rio de Janeiro, o *Passeio Público* é oficialmente o mais antigo parque urbano do Brasil e sua origem precede à própria constituição do país como Nação. Criado em 1783 por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza (1740-1807), foi concebido pelo mestre Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813), importante escultor e arquiteto da Colônia. De acordo com MACEDO (1999), seu desenho original caracterizava-se pelo sistema de alamedas em linha reta e de maciços geométricos e uniformes, inspirado nas tradições do modelo clássico francês, tendo sido construído em área alagadiça conquistada ao mar, como forma de tratamento e aproveitamento desse espaço. Suas características iniciais desapareceram após uma reforma empreendida pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou (1828-1906) no Segundo Império, em 1862. Contudo, o conjunto subsistiu como espaço publico, embora modificando totalmente sua estrutura paisagística (FIG. 5.11).

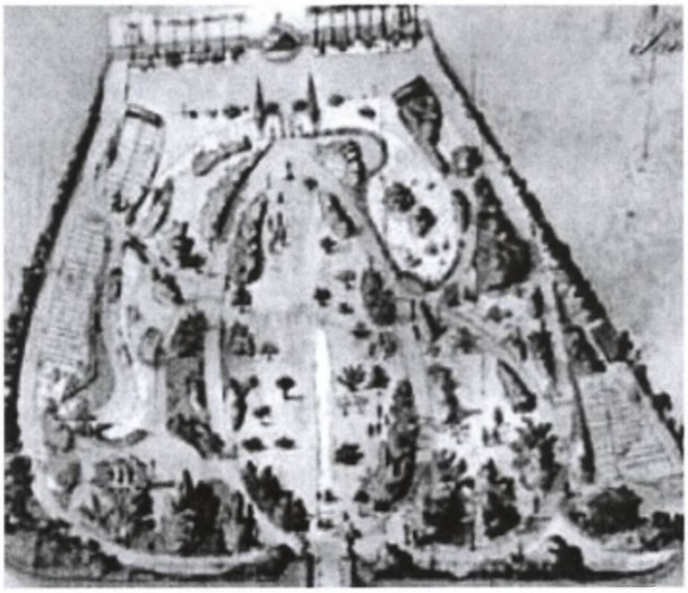


FIGURA 5.11 – *Passeio Público* do Rio de Janeiro (1862): desenho de Auguste F. M. Glaziou (1828-1906).
(**FONTE**: PASSEIO PÚBLICO, 2005)

[17] De finalidade especialmente estratégica, já que visava proporcionar acesso fácil dos palácios e quartéis a todas as partes da cidade, o Barão de Haussmann criou um sistema de parques urbanos constituído por diversas áreas verdes em diferentes escalas, interligadas por grandes avenidas. Basicamente, ele criou três órgãos, os quais seriam os responsáveis pelo planejamento físico da cidade: a Direção do Plano de Paris; o Serviço de Águas e Esgotos; e o Serviço de Passeios e Plantações, sendo que a equipe técnica deste último seria constituída por um engenheiro de jardinagem, Jean-Charles Adolphe Alphand (1817-1891); um arquiteto, Gabriel Davioud (1823-1881); e um horticultor, Jean-Pierre Barillet Deschamps (1824-1874). Rompendo com o modelo clássico e adotando o estilo inglês, entre 1853 e 1858, foi criado o *Bois de Boulogne*, com aproximadamente 8.000 m^2 e que incorporou os jardins pré-existentes da Bagatelle, datado de 1780, o hipódromo de *Long Champs* e o zoológico do *Jardin d'Acclimatation*. Da mesma forma, foram também criados o *Bois de Vincennes* (1858), o *Parc de Monceau* (1861), o *Parc de Butes-Chaumont* (1864/67) e o *Champs-Elysées* (1858), além de cerca de 20 novas praças (BENÉVOLO, 1998).

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, o Rio de Janeiro tornou-se um entreposto comercial e administrativo que se transformou, até a *Independência* (1822), em uma cidade rica em recursos, conseguindo para si investimentos de porte vindos de todo o país, que financiaram rápidas transformações urbanas. Seus espaços livres ainda eram bastante humildes, sem grandes preocupações estéticas; e ocupados por mascates e ambulantes, nos quais raramente se observavam comemorações de caráter religioso, como procissões. Neste contexto, criaram-se seus primeiros parques públicos, cujas características morfológicas e funcionais que se conhece até hoje. Tanto o *Passeio Público* e o *Campo de Santana*, situados próximos ao núcleo histórico e o centro tradicional da cidade; como o *Jardim Botânico*, implantado junto a então distante Lagoa Rodrigo de Freitas, foram criados na então capital da Colônia, seguindo uma nova idéia surgida na Europa, que era a de proporcionar espaços ao ar livre para usufruto das elites, onde estas pudessem exibir sua riqueza e poder (MACEDO, 1995).

Todo o século XIX, desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, foi um período de estruturação do Brasil enquanto nação, a qual necessitava se organizar, promovendo-se profundas alterações e modernizações nas velhas e pequenas cidades, designadas a desempenhar novas e sofisticadas funções administrativas. Isto fez com que, segundo MACEDO & ROBBA (2002), se consolidasse no país o ato projetar o espaço urbano livre que passou a ser também objeto do trabalho de profissionais que se dedicavam à criação tanto de espaços públicos como privados.

O *Jardim Botânico* (FIG. 5.12) foi criado em 1808, em terras adquiridas por Dom João VI (1767-1826), as quais passaram a produzir mudas de especiarias das Índias orientais. Basicamente, seu traçado privilegia o loteamento ortogonal e funcional que compõe os canteiros que configuram extensas alamedas, em alguns trechos cortadas por caminhos mais orgânicos. Desde então, durante todo o século XIX, houve a transformação formal dos velhos largos e terreiros em novos locais, muitos dos quais ajardinados de modo a constituir espaços apropriados para as elites, que aos poucos foram ocupando as áreas centrais, expulsando ambulantes, feirantes e favelados para outros pontos. Essa mesma classe social vai ser o freqüentador prioritário do *Campo de Santana*, o primeiro parque público do Segundo Império, criado em 1873 em trecho alagadiço, que mais tarde seria utilizado como um espaço de lazer pela população. Foi construído de acordo com as tendências anglo-francesas de Glaziou[18], de característica romântica, típica do parque inglês dos séculos XVIII e XIX; e na qual se inspiravam todos os parques e jardins de Paris (MACEDO & SAKATA, 2003).

[18] De acordo com SEGAWA (1996), Glaziou introduziu no Brasil um estilo conhecido como *jardim-paisagista*, que se caracterizava por linhas livres e naturais, proporcionando visões mais agradáveis e completas, de inspiração inglesa. Contudo, coexistiu com os desenhos românticos no país a forte influência clássica e geométrica do inicio do século.As árvores e as plantas, formosas e raras, eram colocadas de forma a respeitar as leis da perspectiva, de modo que, o observador, ao olhar, possuísse a visão de um lugar muito além dos limites do passeio (MACEDO & SAKATA, 2003).

FIGURA 5.12 – Planta do *Jardim Botânico* do Rio de Janeiro (1808), situado entre o Maciço da Tijuca e a Lagoa Rodrigo de Freitas. (**FONTE**: DRIX-PIX, 2005)

Na evolução histórica da concepção de bosques e parques urbanos, um relevante desenvolvimento representou o *Park Movement*, um movimento norte-americano de meados do século XIX, que se contrapôs à baixa qualidade de vida nas cidades, decorrente dos efeitos negativos da industrialização, bem como dos graves processos de exploração da natureza, estes exercidos pela agricultura e pecuária em expansão nos EUA (FRANCO, 1997). Tanto as idéias preservacionistas de G. P. Marsh como o transcendentalismo de H. D. Thoreau, que contribuíram para um novo tipo de consideração e sentimento em relação aos valores da natureza[19], juntamente com as realizações utópicas[20], as experiências dos *rural cemeteries* e a influência do romantismo sobre o desenho dos jardins americanos, especialmente a partir de 1840, contribuíram para uma radical transformação no significado da relação entre homem e natureza, o que promoveu uma grande campanha pela conservação dos recursos naturais, assim como pela renovação das paisagens deterioradas pela ação humana naquele país.

---

[19] Considerado um dos fundadores do conservacionismo norte-americano, George Perkins Marsh (1801-1882), através de seu livro *Man and nature* (*Homem e natureza,* 1864), atacou o mito da superabundância e, introduzindo uma nova visão ecológica, apontou a deterioração dos solos e as inundações como resultado das ações do homem e seu descaso em relação aos recursos naturais. Por sua vez, Henry David Thoreau (1817-1862) apresentou, em seu livro *Walden or life in the woods* (*Walden ou vida nos bosques*, 1854), entre outros, a natureza não como um cenário impessoal a emoldurar o homem, mas como alvo de uma experiência pessoal e direta, baseada na emoção. Para ele, o homem não estaria acima da natureza, mas seria parte integrante dela.

[20] O revivalismo religioso do século XIX, de bases românticas, não influenciou somente os escritores do *Golden Day*, mas se expressou de forma mais específica e apropriada na formação de um grande número de comunidades utópicas nos EUA, em especial nas suas primeiras décadas, as quais ultrapassaram a casa dos 100, com mais de 100.000 habitantes. Considera-se que as mais positivas e duradoras foram as comunidades religiosas, como as dos mórmons, que têm em John Adolphus Etzler suas bases teóricas mais sólidas (1833/44).

Além dos autores citados, as bases teóricas do movimento também podem ser identificadas no pensamento do ensaísta Ralph Waldo Emerson (1803-1882) e do poeta Walt Whitman (1819-1892), os quais criticavam as "formas aberrantes" do industrialismo, especialmente em *New England*, onde as suas conseqüências eram mais visíveis, já que foi ali que se consolidavam nos EUA as formas livres e autárquicas de mercado, assim como uma economia industrial desvinculada do monopólio transatlântico. Segundo Emerson, em uma época em que a "beleza" parecia estar expulsa do ambiente e da vida humana, as vantagens morais e materiais que dela derivariam unicamente podiam ser recuperadas através do aprendizado com a natureza. Acreditava que a natureza não somente era a fonte de satisfações espirituais e de saúde física, como também era rica de lições práticas, guardando os segredos de uma ordem racional e justa. Contudo, estes dons não seriam imediatamente perceptíveis, devendo ser conquistados, conforme Whitman, "com ciência e com amor". A filosofia da natureza transformava-se na moral de conquista e na ética do trabalho (DAL CO, 1975).

Whitman havia definido a cidade como o principal produto da *American Democracy*; e a realização de um ambiente urbano eficiente, são e democrático, tornara-se desde então o desafio da nova cultura na América. As primeiras obras de *landscape* nos EUA, do *Nichol Garden* de Salem às vilas das grandes plantações de Thomas Jefferson (1743-1826), passando pelas obras de André Parmentier (1780-1830) às margens do rio Hudson, podem ser relacionadas com vários exemplos europeus, especialmente com as experiências britânicas. Conforme, DAL CO (1975), o romantismo inglês encontrou uniões intuitivas com a cultura americana; e as obras de Humphrey Repton e de John Claudius Loudon ofereceram pontos de referência às intenções originais de paisagismo além-mar, construindo-se a tradição americana de *landscape*, que se viu prolongada através da criação romântica dos *rural cemeteries.*

Na década de 1820, fundaram-se nos EUA algumas *Horticultural Societies*[21], associações que se posicionavam contra a ordenação tradicional dos cemitérios próximos às igrejas urbanas e, por motivações sócio-culturais e religiosas, consideravam-nos um lugar bastante particular da cidade, no qual a os elementos naturais deveriam prevalecer sobre a morte. No novo conceito de "cemitério rural", o visitante atravessaria primeiramente um parque e, entrando na natureza, deparar-se-ia com uma paisagem de intenção mística, cujas imagens fúnebres, eruditas e celebrativas, converter-se-iam em uma "decoração naturalista". Este espírito seria traduzido através de um respeito criterioso do projetado e construído para com as condicionantes geográficas e as formas ambientais.

[21] Uma das mais ativas dessas associações foi a *Massachusetts Horticultural Society*, criada em 1829 em Boston; e que foi a promotora do novo cemitério de Cambridge, o *Mount Auburn Rural Cementery*, cujo projeto apoiava-se nas teorias de um biólogo de Harvard, Jacob Bigelow (1786-1879), defensor da tese de que havia uma influência do ambiente sobre a patologia dos indivíduos. Outro exemplo seria o *Greenwood Cemetery* de Brooklyn, em Nova York, no qual a irregularidade dos percursos, a intencional sinuosidade dos caminhos e a interferência de pequenos bosques, contrastam com a rigidez agressiva da estrutura reticular dominante dos parcelamentos urbanos; permitindo intuir que as novas formas derivavam de um desprezo intelectual da cidade.

> En la esfera de la ideología, los cementerios interpretan la esperanza en un mundo que, realizando la justicia divina, llegue a anular el sentido de la muerte, y al mismo tiempo son el inicio de un modelo de intervención urbanística que prevé la resolución de la "distorsionada y amoral naturaleza" de la ciudad en el seno de un sistema racional, eficiente y *bello* (DAL CO, 1975:159)

Tais experiências, assim como as outras relacionadas ao *romantic planning* – como a intervenção de Alexander Jackson Davis (1803-1892) para o *Llewellyn Park* (FIG. 5.13), em West Orange NJ – embasaram o trabalho daquele que seria o maior precursor do *Park Movement.* Andrew Jackson Downing (1815-1852) que, em 1845, tornou-se o editor da revista *The Horticulturist*, foi um dos maiores propagandistas da idéia de parque público, para a qual preconizou o estilo a que chamou de *Beautiful* ("Belo"), através de uma estética orgânica e uma linguagem pitoresca que traduziam as imagens naturais, de valores religiosos e sociais, na teoria e prático do *landscape*. Seus escritos assinalavam a importância das virtudes rurais sobre os processos de crescimento urbano; e acabaram influenciando um movimento nacional a favor da criação de parques Tendo poucas oportunidades para colocar em prática suas idéias, realizou alguns jardins particulares e estimulou o desenvolvimento de loteamentos suburbanos com parques centrais.

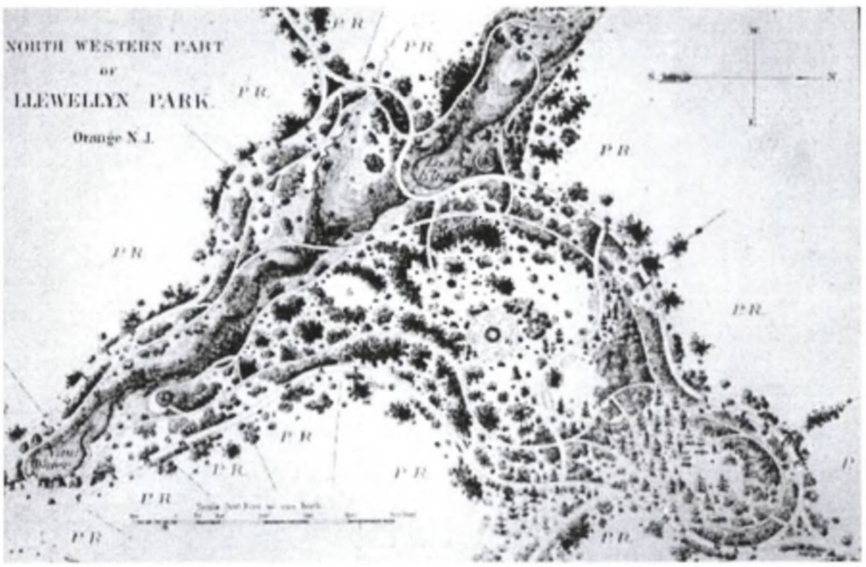


FIGURA 5.13 – Planta do *Llewelling Park*, criado em 1853 por Andrew Jackson Downing (1815-1852), em New Jersey EUA. (**FONTE**: ARCH-MCGILL, 2005)

Entre 1843 e 1845, Robert Fleming Gourlay (1778-1863) elaborou os planos de ordenação de Boston e Nova York; e em 1844, o amigo de Bowning, William Cullen Bryant (1794-1878) iniciou no *New York Evening Post* uma campanha a favor dos parques públicos. Em 1851, Downing descreveu como deveria ser o parque no centro da ilha de Manhattan, em Nova York, cinco anos mais tarde, após seu falecimento, projetado por Frederick Law Olmsted (1822-1903) e Calvert Vaux (1824-1895):

> Neste parque, os cidadãos que por ventura passeiam em carruagens ou a cavalo poderiam gozar as delícias das estradas do campo e a paisagem rural e esquecer por um tempo o ruído das ruas e o brilho das paredes de tijolos. Pedestres encontrariam trilhas silenciosas e tranqüilas quando quisessem estar alegres. O cidadão, pensativo, sairia pela manhã para conversar com as árvores sussurrantes e o comerciante desgastado, à noite, para gozar uma hora de felicidade ao se mesclar no espaço aberto com todo mundo (CHADWICK, 1966:182, trad.).

Entretanto, foi Olmsted o arquiteto paisagista que, através de seus trabalhos em Nova York, Chicago, San Francisco, Washington, Detroit, Filadélfia e Boston, além de outras tantas metrópoles norte-americanas, quem forjou um papel definitivo para os parques urbanos no século XIX, estabelecendo-os em estreita relação com a diminuição dos problemas ambientais e sociais da cidade naquela época. Do término da *Guerra Civil* (1775/83) até o fim daquele século, segundo FRANCO (1997), defendeu o uso econômico do espaço livre urbano, procurando melhorar o clima urbano e minorar a poluição do ar e da água, além de mitigar as enchentes e proporcionar um espaço agradável para passeio e moradia; fornecendo um contraponto naturalístico aos edifícios e ruas congestionadas. Através do projeto de parques, praças e boulevards, Olmsted foi um reformador social que usava natureza para educar a crescente população urbana americana; e estabelecendo paisagisticamente aquilo que pode ser encontrado na palavra cenário, no seu sentido mais antigo e radical (SPIRN, 1995).

Em um de seus relatórios sobre o *Central Park* de Nova York, Olmsted descreveu a necessidade de planejar duas classes de melhorias – uma ampla área verde e vias abundantemente arborizadas – com os seguintes propósitos: uma com a função de assegurar o ar puro e saudável, atuando como verdadeiros pulmões – estes definidos por KLIASS (1993) como "espaços amenizadores" das estruturas urbanas –; e a outra para assegurar uma antítese de objetos visuais àqueles das ruas e casas, os quais pudessem agir como terapia, através de impressões na mente e de sugestões para a imaginação. Inspirando-se crítica e explicitamente nos exemplos europeus do *Regent's Park*, em Londres; e do *Jardin de las Tuilleries*, em Paris; Olmsted e Vaux fizeram do *Central Park* uma proposta original, na qual o sistema de cruzamentos e as exigências funcionais urbanas não constituem elementos que perturbem a unidade compositiva da hierarquia do conjunto de caminhos internos do parque[22] (Fig. 5.14).

---

[22] Apesar de tantas dificuldades e alterações, o projeto do *Central Park*, em Nova York, segundo DAL CO (1975), pode ser considerado um episódio decisivo na história da urbanística americana. Após 1850, o problema dos parques urbanos havia se convertido no tema central da discussão sobre o papel que o gasto público deve assumir na criação dos serviços sociais e, ao mesmo tempo, a construção do *Central Park* estimulava novas formas de organização administrativa e distintas relações entre políticos e projetistas, constituindo-se em um ponto de referência constante do debate progressista sobre as formas de intervenção na estrutura urbana. Fruto de um concurso em 1858, do qual o *Greesward Plan*, de Olmsted e Vaux, foi o vencedor, o *Central Park* consiste basicamente de um retângulo de 750 m por 3.750 m, o que perfaz cerca de 3.000.000 m^2, ou seja, 770 acres, dos quais 150 foram reservados para a água. Possui ainda a separação de sistemas viários – para pedestres, cavaleiros e carruagens, assim como ruas de trânsito externo que cruzam o parque e passagens em desnível nas intersecções – , além do tratamento pitoresco dos caminhos, o que revolucionou a tradição americana do *urban planning*.

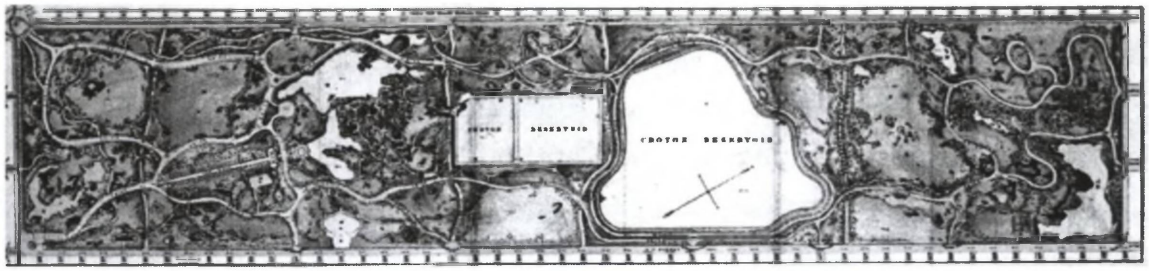


FIGURA 5.14 – Planta do *Central Park*, de Frederick Law Olmsted (1822-1903) e Calvert Vaux (1824-1895). em Nova York EUA. (**FONTE**: AMERIKA, 2005)

Profundamente convencido da inevitabilidade e do valor progressivo do desenvolvimento urbano, Olmsted via nos parques a possibilidade de assegurar comodidade, segurança, ordem e economia nas grandes cidades e, mais ainda, via-os como sinônimo de justiça social e de participação democrática, já que através deles, as classes inferiores não estariam segregadas na cidade, podendo gozar da natureza igualitariamente acessível, ou seja, tratava-se, ao mesmo tempo, de um instrumento de nivelamento social, de educação do povo e de responsabilidade coletiva para o bem-estar (MACEDO & SAKATA, 2003).

> Sobre esta convicción se levanta la recuperación de la naturaleza. La naturaleza no es solo el instrumento para conseguir una eficiencia más evolucionada y mejores condiciones higiénicas, sinónimo de una conciencia civil y social más madura, sino que es también el punto de apoyo sobre el que reconstruir la unidad global de un ambiente degradado: el modelo de parque colma uno de los mayores vacíos em las conquistas de la *American Democracy*, contribuyendo a realizar un *environment* natural y orgánico [...] El parque substituye el edificio religioso que había simbolizado el espíritu unitario de la primitiva comunidad; la ciudad, organizándose alrededor de sus propios espacios verdes , vuelve a encontrar la unidad perdida y reconstruye un símbolo laico de la *community* perdida (DAL CO, 1975:169).

FIGURA 5.15 – Planta geral do *Prospect Park*, criado em 1866 para o Bairro do Brooklyn, em Nova York, por Frederick Law Olmsted (1822-1903). (**FONTE**: JELLICOE & JELLICOE, 1995)

A partir de Olmsted, o parque urbano passou a ser símbolo de uma nova vida comunitária e, ao mesmo tempo uma opção urbanística que se justifica em argumentos de ordem econômico-funcionais; e este segundo aspecto não está em absoluto separado senão, ao contrário, integrado e dependente das considerações ético-ideológicas sobre a função social do parque (FIG. 5.15). Deixando de ser uma intervenção excepcional na cidade, de acordo com DAL CO (1975), como expressão da democracia americana, o parque tornou-se a estrutura portante do *urban environment* e conceito central da pesquisa que Olmsted realizou sobre a *suburban community*, da qual concluiu serem os subúrbios (*suburban neighborhoods*) uma alternativa realista à congestão das cidades, conciliando o contato com a natureza e as vantagens da comunidade urbana. Um exemplo da aplicação dessa forma de pensar pode ser verificado através do projeto de *Riverside* para Chicago, realizado em 1869 (FIG. 5.16).

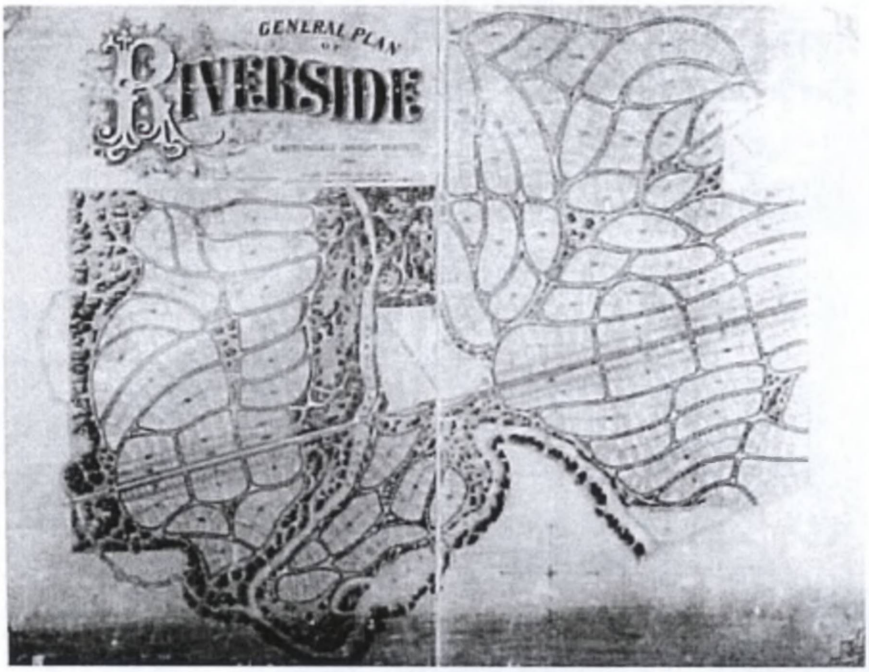


FIGURA 5.16 – Planta de *Riverside*, bairro suburbano projetado em 1869 para Chicago, da autoria de Frederick Law Olmsted (1822-1903) e Calvert Vaux (1824-1895). (**FONTE**: KOSTOF, 1995)

Aliás, o *landscape* olmstediano não buscava produzir modelos isolados, separados e alternativos à cidade, mas um instrumento urbanístico concreto, no qual os parques seriam o produto de uma filosofia que busca reformar as condições de vida através de técnicas refinadas de projeto, não utópicas. A partir dele, a cidade em seu conjunto converteu-se na nova escala de intervenção urbana e surgiu a concepção do que seria um *sistema de parques*, ou seja, uma série integrada de parques, cuja largura, capacidade e qualidade cênica garantissem uma unidade urbana. Ao trabalhar em Boston desde 1867, Olmsted propôs um plano integrado de parques focado sobre seis intervenções principais, coordenadas na direção leste-oeste por um sistema de *parkways*, o qual foi a primeira expressão da exigência de se formular planos urbanístico de conjunto, visando a reestruturação de uma cidade.

A partir de 1880, Boston converteu-se em um dos centros mais dinâmicos de difusão do urbanismo progressista e, da obra de Olmsted, derivaram uma gama infindável de modelos, que foram sucessivamente reconhecidos e transformados até o final do século XIX (FIG. 5.17). Entre seus discípulos, encontra-se Jacob Weidenmann (1829-1893), cujos principais méritos estavam ligados a sua atividade propagandista e à obra desenvolvida a partir de 1864 como superintendente dos parques de Hartford. Além dele, fizeram parte do *Park Movement*, Horace Shaler Cleveland (1814-1900), o qual realizou o plano de Minneapolis já com o conceito de uma "reforma urbana global", a partir de 1883; e Charles Eliot (1859-1897), o intérprete e herdeiro da obra iniciada em Boston por Olmsted, a qual contou com novos e avançados instrumentos urbanísticos e legislativos a partir do *Boulevard Act* (1894). Do interesse romântico e literário pela natureza, o movimento transformou-se em uma ideologia complexa, mas capaz de se expressar através de propostas de bases técnicas (DAL CO, 1975).

Paralelamente ao movimento dos parques americanos, surgia também um conjunto de estudos, os quais fundamentaram o *Conservation Movement*, ou seja, o conjunto de ações pela conservação e/ou preservação das áreas naturais nos EUA, já abordado e que resultou em uma importante influência no *urban planning* e na cultura regionalista norte-americana. Um dos pioneiros desse movimento foi John Wesley Powell (1834-1902), representante do *Geographic and Geological Survey*, na região das Montanhas Rochosas. Suas considerações científicas foram decisivas para a definição das diretrizes da política de colonização do oeste americano. Além dele, Benton MacKaye (1879-1975) deve ser citado pelas várias expedições que organizou e pelo seu estudo, publicado em 1919, *Employment and natural resources* (*Emprego* e recursos naturais), um documento bastante significativo para o desenvolvimento do conservacionismo de Pinchot e seus discípulos.

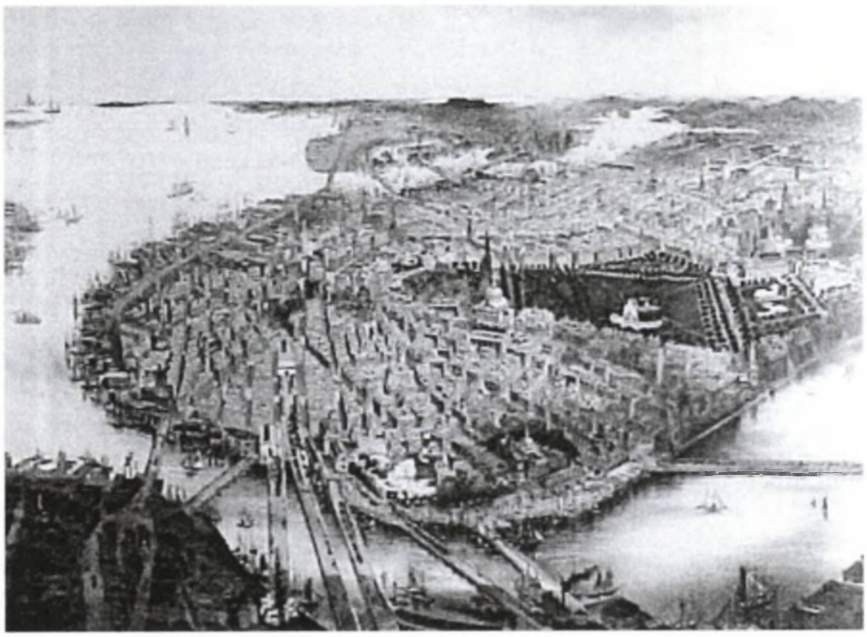


FIGURA 5.17 – Vista aérea da cidade de Boston, Mass., em 1877, da autoria de John Bachmann (1814-1896), na qual é possível identificar o domo da *State House* ao centro e o *Boston Common* à direita. (**FONTE**: KOSTOF, 1995)

O movimento de criação de "áreas naturais" nos EUA foi igualmente influenciado pelos escritores românticos e, em especial, pelos estudos sobre degradação ambiental realizados dentro e fora do país. Quando foi instituída a primeira reserva natural do mundo, em 1872, o *Yellowstone National Park*, situado em Wyoming, o Congresso americano também determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis dos EUA, passando a ser dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo (FIG. 5.18). Estabelecia-se ainda que toda a pessoa que se instalasse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes – exceto as já estipuladas – fosse considerada infratora e desalojada (DIEGUES, 1996).

FIGURA 5.18 – Mapa do *Yellowstone National Park*, da *Appleton & Company* (1869).
(**Fonte**: HERITAGE ANTIQUE MAPS, 2005)

Embora não situada em uma região vazia, mas território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock, a área do *Yellowstone* foi concebida como selvagem e propensa a ser transformada em uma *Unidade de Conservação* – UC, criada com o intuito de preservar seus atributos cênicos, valores históricos e grande potencial de lazer. Na mesma época, nascia na Europa outro conceito, o de *Área Natural Protegida*, entendida como aquela que preservasse o que ainda restava de elementos naturais e seus atributos cênicos.

> A idéia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas norte-americanos, pode ter suas origens nos mitos do "paraíso terrestre", próprios do Cristianismo. A concepção cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original. No imaginário ocidental, ela poderia estar numa ilha [...] A descoberta do paraíso terrestre estava entre os objetivos das viagens do descobrimento (GUICCI, 1992; apud DIEGUES, 1996:27).

5.3 DO CITY BEAUTIFUL AO CITY MARKETING

Tanto o *Park Movement* como o *Conservation Movement* foram decisivos para a afirmação da arquitetura da paisagem norte-americana e o processo de planejamento moderno, este último igualmente antecipado pelas experiências utópicas e pelo *White City Movement*[23]. Em 1899, fundava-se em Nova York a *American Society of Landscape Architects* – ASLA, inicialmente com apenas 11 membros, entre os quais Olmsted, que muito contribuiu para a afirmação da nova profissão, não somente com o projeto de inúmeros parques, mas também de outras áreas, como *Yosemite Valley* e *Niagara Falls*, além de alguns *campi* universitários importantes, entre os quais os de Standford, Berkeley e Harvard. Em 1900, seu filho, Frederick Law Olmsted Jr. (1870-1957), organizou e lecionou na Universidade de Harvard o primeiro curso de arquitetura da paisagem. A concepção olmstediana de parques foi definitivamente incorporada ao *urban planning* a partir do movimento que ficou sendo conhecido como *City Beautiful*, difundido a partir de Chicago, Illinois. Esta cidade, após *o Great Fire* de 1871 e da *Columbian World's Fair* de 1893, tornou-se uma metrópole emergente, a qual crescia desmensuradamente, a partir da chegada contínua de migrantes, passando a requerer um processo de planejamento que encontrou em Daniel Hudson Burnham (1846-1912) seu idealizador e maior representante[24].

> A *Columbian World's Fair* de 1893 teve uma longa projeção sobre o planejamento urbano, bem como sobre a arquitectura. O traçado dos recintos com as vistas grandiosas, paisagens soberbas e asseio geral (o problema do estrume dos cavalos que puxavam as carruagens foi resolvido com os estudantes a puxar os visitantes em cadeiras de rodas) foram produto de um único plano global. O resultado foi uma paisagem imaginária que era absolutamente superior à das cidades reais da América do Norte. A conclusão a tirar era óbvia. Se isto era o que se podia alcançar através de um plano global, então este deveria certamente ser utilizado para tornar todas as cidades belas (RELPH, 2002:54).

---

[23] Diante da situação das cidades industriais, surgiram várias críticas à sua conformação, guiada pelo *laissez-faire* e marcada profundamente pela livre exploração da mais valia imobiliária, estando sua gestão nas mãos do chamado *boss* da construção, sem que houvesse nenhuma autoridade para intervir sequer nos controles parciais de ocupação do solo. Este personagem organizava a massa de imigrantes, introduzindo-os no ciclo produtivo e, depois, na estrutura social, oferecendo serviços urbanos mínimos em troca de uma lealdade que se materializava em votos. Contra tal situação, iniciou-se uma série de movimentos reformadores progressistas, cujo conjunto passou a ser conhecido como *White City Movement*, consistindo na primeira mobilização baseada em um controle coordenado da cidade nos EUA; e destinado a produzir resultados nitidamente opostos à práxis do *laissez-faire*. Tal movimento também se caracterizou pela defesa de uma ação coordenada de funções destinadas a tornar a cidade higiênica e "mais saudável", tais como a pavimentação e iluminação das ruas; o abastecimento de água e implantação da rede de esgoto; a coleta de lixo e o controle dos incêndios; um conjunto de medidas sanitárias em geral, que deveria ser tratado pelas regras ditadas pela ciência e não mais pelo *boss*.

[24] Além de ter projetado vários dos primeiros arranha-céus de Chicago, entre 1880 e 1890, juntamente com John W. Root (1850-1891) e Louis Sullivan (1856-1924); e chefe das obras da *Columbian World Exposition* (1893), Burnham possuía já alguma experiência urbanística no *White City Movement*. Contudo, seu primeiro triunfo foi a reconstrução do *Mall*, em Washington DC, iniciada em 1901. Em seu plano de 1791, Pierre Charles L'Enfant (1754-1825) pretendia fazer ali um grande parque, de 400 pés de largura e mais de uma milha de comprimento, do Capitólio ao rio Potomac. Após Burnham assumir a *Park Commission*, juntamente com Olmsted Jr. e Charles F. McKim (1847-1909) – aos quais, mais tarde, se juntaria o escultor Augustus St. Gaudens (1848-1907) –, retornou-se ao conceito original, mas ampliado, com um passeio de largura duplicada e quase o dobro do comprimento inicial. Ele também foi o responsável, em 1902, pela construção do novo centro cívico de Cleveland; assim como pela proposta, em 1905, do complexo cívico de São Francisco (HALL, 2002).

Burnham, que havia sido o diretor dessa exposição, tornou-se o responsável pela remodelação e adaptação do traçado centenário das artérias comerciais, monumentos e avenidas de Washington DC, assim como pela criação dos planos para Cleveland e Manila. Influenciado pelas idéias e procedimentos de Haussmann – tendo inclusive ido à Europa visitar Paris e Roma –, acreditava haver a necessidade de se estabelecer "uma beleza que estará presente para desempenhar a sua função pura e nobre para sempre entre nós"(p.54), o que conseguiria através do realinhamento de ruas, transformando-as em avenidas largas e arborizadas, destinadas aos serviços de utilidade pública. Nestas, deveriam ser dispostos prédios que simbolizassem o progresso da civilização humana, tais como edifícios governamentais, câmaras municipais, teatros, bibliotecas e museus (RELPH, 2002).

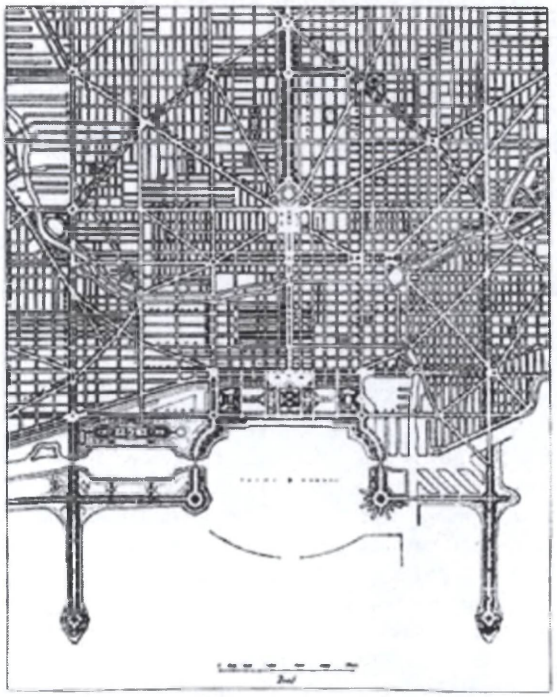


FIGURA 5.19 – *Plano de Chicago* (1908/09), proposto por Daniel H. Burnham (1846-1912) e Edward H. Bennet (1874-1954). (**FONTE**: IDEAL CITY, 2005).

Para Chicago, Burnham, juntamente com Edward H. Bennet (1874-1954), propôs um plano, o qual foi gestado por cerca de uma década, o qual teria como preceito básico "devolver à cidade sua perdida harmonia visual e estética, criando o pré-requisito físico para o surgimento de uma ordem social harmoniosa" (BOYER apud HALL, 2002:212). Além de responder aos serviços cívicos e ao seu aspecto de "cidade bela", também atendia às questões do comércio, indústria e transportes; aos parques e à margem do lago; ao crescimento populacional e ao futuro caminho do desenvolvimento regional da cidade. Considerado o primeiro "plano diretor" à escala da cidade, segundo RELPH (2002), definia detalhadamente como seria a cidade em um determinado ponto do futuro, estabelecendo um objetivo para o qual o desenvolvimento urbano podia caminhar; prática que acabou por se generalizar em quase todas as cidades norte-americanas nas primeiras décadas do século passado.

Embora o plano de Chicago, publicado em 1909, tenha sido implementado apenas parcialmente e se transformado em alvo de muitas críticas, sobretudo pela pouca atenção dada a temas como habitação, educação e saneamento, este se destacou como um dos primeiros modelos de planejamento e gestão urbana integrada, transformando-se em um modelo (FIGS. 5.19 e 5.20).

FIGURA 5.20 – Perspectiva do centro de Chicago, segundo o plano de Daniel H. Burnham (1846-1912) e Edward H. Bennet (1874-1954) em 1909. (**FONTE**: FREDERICK LAW OLMSTED, 2005)

O *City Beautiful Movement*, que, como ideologia e atividade, encontrou sua máxima interpretação nas exigências pacificadoras e estabilizadoras de Theodore Roosevelt (1858-1919), floresceu durante cerca de 15 anos, em parte porque as cidades nos EUA – e especialmente seus centros cívicos e sedes do governo do Estado – ainda não estavam totalmente construídas e, de acordo com RELPH (2002), quaisquer idéias imaginativas sobre como construí-las eram bem-vindas. Na Europa, havia menos oportunidades para esse cerimonial de "embelezamento" urbano, embora se considere a reconstrução da *Kingsway* em Londres, feita entre 1900 e 1910, tenha sido certamente inspirada nesse modelo oriundo de Chicago.

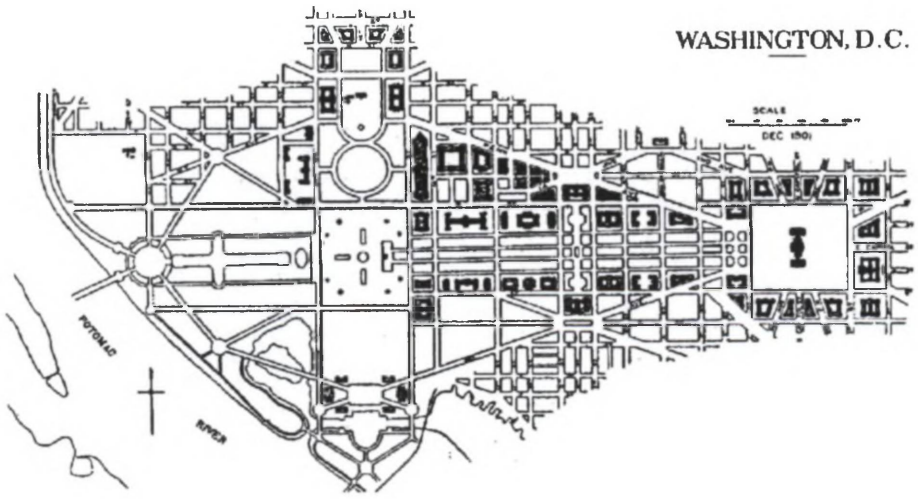


FIGURA 5.21 – Plano para o *National Mall* de Washington DC (1901), da *McMillan Commision*. (**FONTE**: WIKIPEDIA, 2005)

De qualquer forma, o *City Beautiful* antecipou muitas preocupações do planejamento, tais como tamanho e forma das ruas; dimensão, caráter dos edifícios e sua localização na relação recíproca com os espaços públicos; disposição das zonas sem edificação; e tratamento destas com a eventual presença de ruas e com a distribuição dos objetos emergentes sobre elas, tais com árvores e postes. Porém, é importante observar que não pode ser considerado mais do que uma metodologia particular de aplicação de um plano urbanístico, não podendo a ele ser atribuído um caráter de *city planning*. Revelava-se mais uma obra de *town design* organizada e coordenada, mas na qual ainda havia um nítido significado lingüístico classicista[25].

Isso fica bem claro quando se observa que, nos EUA, a verdadeira *beautiful city* consistia em Washington DC, de certo modo, a única no país e cuja estabilidade de valores tinha, ao fundo, o "gesto" unitário do *White City Movement*, ou seja, da série de medidas sanitárias visando à qualidade de vida nas cidades norte-americanas (FIGS. 5.21 e 5.22) (MANIERI-ELIA, 1975).

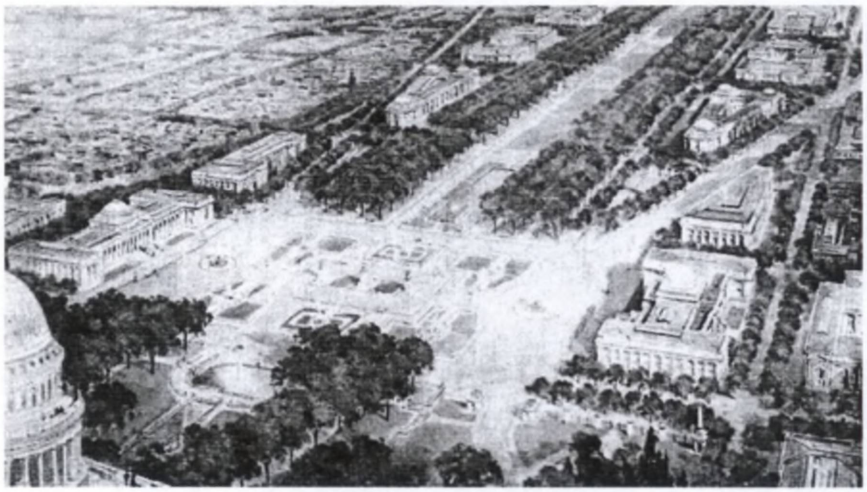


FIGURA 5.22 – Vista aérea do Plano para o *National Mall* de Washington DC (1901).
(**FONTE**: LIBRARY CORNELL, 2005)

[25] Sendo Charles Mulford Robinson (1869-1920) um de seus maiores teóricos, o *City Beautiful* influenciou vários arquitetos no século XX, como Herbert Baker (1862-1946), cujas idéias "nacionalistas e imperialistas; simbólicas e rituais" refletiram-se nos edifícios governamentais de Pretória, na África do Sul; e Edwin Lutyens (1862-1944), responsável pelas feições da nova capital da Índia, Nova Delhi, depois concluídas por Baker. Dentro dos reticulados hexagonais, as casas foram distribuídas segundo uma fórmula complicada de raça, nível profissional e *status* socioeconômico. A proposta da nova capital da Austrália, Canberra, foi da autoria de Walter Burley Griffin (1876-1937), norte-americano que ganhou um concurso em 1911, juntamente com sua esposa Marion Lucy Mahoney (1871-1961). Entre 1913 e 1920, tentou realizar seu projeto, mas, devido a inúmeros problemas, acabou desistindo. Surpreendentemente, depois de 44 anos, seu projeto foi continuado. Na concepção de Canberra, tudo é "excessivamente grandioso, nobre, elegante, mas, ao mesmo tempo, repousante" (HALL, 20002). Paralelamente, é inegável a influência do *City Beautiful* nas propostas nazistas de Albert Speer (1905-1981), o *generalbauinspektor* ("inspetor geral de obras públicas") de Adolf Hitler (1889-1945), responsável pela reconstrução de Berlim aos moldes do que considerava um "urbanismo monumental". Contudo, coube a Joseph Stalin (1879-1953) colocar em prática a idéia de que a "arquitetura teria que ser expressiva, representacional, retórica [...] Cada edifício, por mais modesta que fosse sua função, devia, doravante, ser um monumento". Ele próprio aprovou os projetos para os edifícios mais importantes de uma Moscou grandiloqüente. Segundo HALL (2002), o fenômeno *City Beautiful*, que se manifestou por cerca de 40 anos, dentro de uma grande variedade de diferentes circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais – tanto a serviço do capitalismo financeiro ou agente do imperialismo, como instrumento do totalitarismo pessoal, seja de direita seja de esquerda – era a total concentração no monumental e superficial, símbolo de poder; e, por conseguinte, uma quase absoluta falta de interesse pelos objetivos sociais mais amplos do planejamento urbano. Era pura ostentação.

À experiência americana de incorporação das áreas verdes ao projeto urbano contribuiu o trabalho de alguns europeus. Não se pode deixar de destacar as idéias de Camillo Sitte (1843-1903), considerado "o grande renovador da forma urbana [...], a quem devemos a nova busca de uma estrutura orgânica, uma reação contra a geometria e o haussmannismo" (BARDET, 1990:21). De modo diferente dos arquitetos progressistas – entre os quais Tony Garnier, Le Corbusier e a escola racionalista francesa, além dos contributos alemães *Bauhaus* (1919/33) –, que apreciavam as facilidades dos avanços científicos, em seu livro *L'art de bâtir les Villes selon sés fondements artis* (*A construção das cidades seguindo seus princípios artísticos*, 1889), propôs a reconquista da qualidade ambiental da cidade, sobretudo dos locais públicos através da valorização das suas características culturais; de seu caráter humano; da harmonia entre cheios e vazios e do respeito às formas herdadas do passado (SITTE, 1992).

Entre as medidas urbanísticas desenvolvidas no início do século XX, o *zoning*, ou seja, a disposição dos setores da cidade conforme as atividades funcionais foi uma das que se consolidaram como um dos instrumentos básicos do planejamento urbano, o que até hoje vem gerando expressiva influência na estruturação, aparência e forma das cidades. O amplo incentivo da sua adoção incondicional aconteceu a partir de 1916, com a implantação do plano de zoneamento de Nova York, que procurava compatibilizar restrições ao uso e ocupação do solo com uma série de medidas pertinentes a normas construtivas, sobretudo aquelas relacionadas ao controle da altura dos edifícios e também à melhoria da salubridade por meio do aumento da iluminação natural e da circulação de ar, herdadas do *White City*. Estas e outras experiências[26] acabaram consolidando, nas décadas de 1920 e 1930, o *urban planning*, o qual se desvinculou profissionalmente da arquitetura e do *landscape design* – ou "arquitetura da paisagem" (GOITIA, 1996; MUMFORD, 2001).

No Brasil, apesar da importância de se criar áreas protegidas litorâneas ter sido justificada pelos processos de colonização, os quais tiveram inicio na zona costeira, explorando os recursos naturais e, com isto, degradando o litoral conforme as primeiras cidades iam surgindo, a maior parte dos nossos centros urbanos expandiu-se, no século XX, de um modo descontínuo; e, embora

[26] Da mesma forma que o planejamento urbano local afirmou-se em princípios do século XX, o planejamento regional também foi impulsionado a partir desta época, tendo como principal precursor o biólogo escocês Patrick Geddes (1854-1932). Defensor de um ideário polêmico e revolucionário para a época, em seu *livro Cities in evolution* (*Cidades em evolução*, 1915), além de introduzir a idéia, justificou a importância da prática de um estudo prévio do local como condição básica para o sucesso na implantação de medidas urbanas. Para ele, "o planejamento deveria começar [...] com o levantamento dos recursos de uma região natural, das respostas que o homem dá a ela e das complexidades resultantes da paisagem cultural" (MAIRET apud HALL, 1995:165), pois acreditava que cada uma das ocupações naturais era característica de determinado ambiente. Ainda segundo GEDDES (1994), a "região" deveria ser entendida como o produto da combinação "povo-trabalho-lugar" em perfeita harmonia. As cidades, neste esquema, passariam a ficar subordinadas à região: tanto as metrópoles antigas quanto as novas cidades somente cresceriam como partes necessárias do esquema regional e em total respeito aos princípios de equilíbrio ecológico e pronta substituição. Suas idéias foram posteriormente aperfeiçoadas e difundidas por seu discípulo Lewis Mumford (1895-1990), um historiador, planejador urbano e crítico arquitetônico americano; além de um pequeno, mas influente grupo de cientistas urbanos, membros da *Regional Planning Association of American* – RPAA, fundada em 1923: Henry Wright (1878-1936), Benton MacKaye (1879-1975), Clarence Stein (1882-1975) e Stuart Chase (1888-1985).

havendo vazios urbanos, não se via os parques como equipamentos necessários para o lazer imediato e cotidiano da população. A abundância de áreas praticamente naturais ofereceu por muito tempo possibilidades de espaços de lazer. Nas várzeas, fundos de vale, banhados e riachos, tinha-se os hábitos do passeio, do banho, do jogo e do piquenique. Somente a partir da segunda metade do século, com a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, que os parques tornaram-se uma necessidade social. Desde então, a criação de parques públicos consolida-se, sendo que vários grandes projetos foram executados nas principais cidades do país.

Os primeiros parques privados do país, contudo, datam do início do século passado, sendo concebidos e administrados por empresas particulares, que ofereciam ao usuário mediante um ingresso pago, o acesso a exposições ou jardim zoológico. Todos foram obras paisagísticas significativas, que colaboraram na mudança da fisionomia urbana e, juntamente com a arborização de ruas; o ajardinamento de praças e largos; e a implantação dos jardins residenciais particulares, constituíram-se em padrões de configuração urbanística para a época. Para isto contribuiu decisivamente o desenvolvimento da medicina científica, assim como a difusão do sanitarismo, quando a noção de higiene pública e a técnica de controle dos elementos prejudiciais à saúde passaram a ser aplicados também no Brasil (MACEDO, 1999).

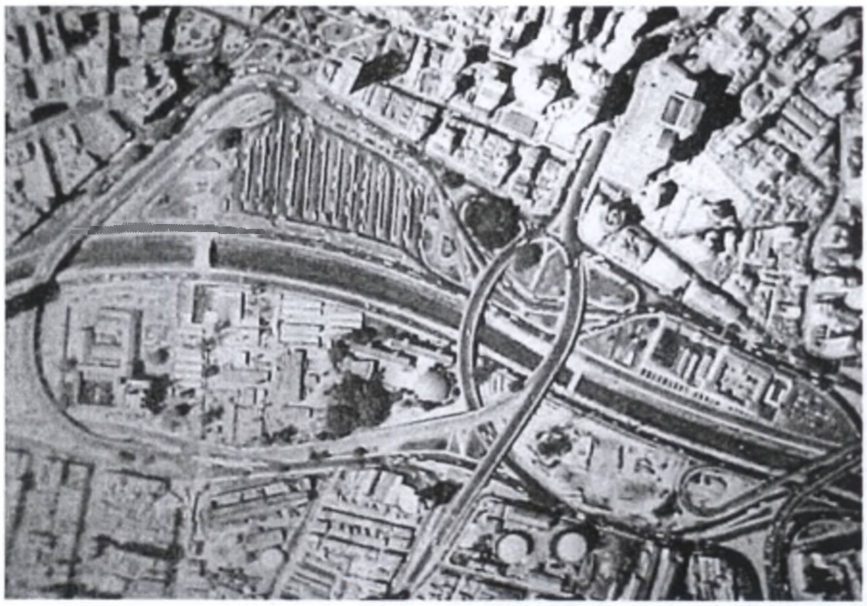


FIGURA 5.23 – Vista aérea do *Parque D. Pedro II* , criado em 1914, em São Paulo SP, pelo arquiteto Francisque Cuchet (1885-?). (**FONTE**: KLIASS, 1993)

Ainda polêmica no início do século XIX, a idéia da ação benéfica da vegetação para a salubridade das cidades, segundo SEGAWA (1996), somente se afirmou depois de 1858, através de um depoimento sobre o Rio de Janeiro que revelava o significado da vegetação no ambiente urbano. No final desse século, o conceito das ruas e parques arborizados como pulmões urbanos estavam amplamente assimilados; e a árvore tornava-se um símbolo de civilidade, de cultura e também de

patriotismo. O conhecimento sobre o benefício das plantas nas áreas urbanas foi divulgado nos mais diversas meios sociais e foi plenamente aceito do ponto de vista técnico e científico. Exemplificando, o *Parque D. Pedro II*, em São Paulo SP, em 1914, pelo arquiteto francês Francisque Cuchet (1885-?), foi resultado de um bem sucedido projeto de saneamento e urbanização da cidade, o qual transformou o antigo alagadiço da várzea do Carmo em uma área preservada (FIG. 5.23).

A propósito, entre 1899 e 1918, nas gestões dos prefeitos Antonio da Silva Prado (1888-1999), Raymundo Duprat (1888-1999) e Washington Luis (1888-1999), a cidade de São Paulo sofreu grandes transformações urbanas aos moldes de muitas cidades estrangeiras, como a implantação do sistema de bondes elétricos e a remodelação do centro, a partir da construção do *Teatro Municipal* e do viaduto de Santa Ifigênia, além da reestruturação do Vale do Anhangabaú como parque público, decorrentes das propostas do então vereador e engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles. Somam-se o alargamento, retificação, arborização, calçamento e ajardinamento de diversas ruas e outros logradouros públicos, o que acabou consolidando a *Diretoria de Obras Municipais*, que, na figura do engenheiro Victor da Silva Freire, serviu de base para uma nova postura de administração pública no país. Influenciadas pela experiência haussmanniana e pelas idéias de Sitte, principalmente no que diz respeito à valorização de vistas, a criação de áreas verdes e a garantia do desenvolvimento racional da cidade, tais realizações anteciparam o importante *Plano de Avenidas* de 1930, de Francisco Prestes Maia (1896-1965), totalmente impregnando pela mentalidade do *City Beautiful* (SEGAWA, 2004)

O crescimento da capital paulista no último quartel do século XIX e, principalmente, a partir do início do século passado, fez com que investidores percebessem as possibilidades de negócios que se ofereciam, especialmente no campo da produção material da cidade. Isto se pautava no fato de que até então cabia à iniciativa privada o investimento neste setor, já que inexistia recursos na administração municipal para tal. No primeiro pós-guerra, vários loteamentos abrem-se nas periferias do antigo triângulo central de São Paulo, sendo a *Companhia City* [27]a mais importante agência urbanizadora da cidade nesse momento, não só pela quantidade dos empreendimentos realizados, mas, principalmente, pelo seu novo padrão urbanístico, baseado nos princípios do "subúrbio-jardim" inglês.

---

[27] Denominada *City of San Paulo Improvements & Freehold Land Company Limited*, esta empresa imobiliária foi formada em 1911 com capital predominantemente britânico e sede em Londres. No ano seguinte, adquiriu cerca de 12.000.000 m^2 em terrenos, especialmente na zona Sul e Oeste, assessorada pelo arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard, o qual havia elaborado algumas propostas urbanas para a Prefeitura Municipal; e também pelo engenheiro Silva Freire, responsável pela *Diretoria de Obras Municipais*. Foram dos difusores do conceito de "cidade-jardim", os arquitetos ingleses *sir* Raymond Unwin (1863-1940) e Richard Barry Parker (1867-1947), a proposta do primeiro loteamento da *City*: o Jardim América, criado entre 1917 e 1919. Em seguida, novos loteamentos surgiram, como o Pacaembu e o Anhangabaú para classes mais abastadas; e o Alto da Lapa para a classe média. Empregando o traçado curvilíneo que se adequava à topografia e ligando-se à tradição do paisagismo inglês e à estética de Sitte, esses empreendimentos apoiavam-se em rígidas regras de ocupação, tais como recuos e tamanhos mínimos dos lotes. A partir dos anos 20, apareceram inúmeros empreendimentos feitos por outras empresas inspirados no novo padrão urbano da *City*, nos quais se vendia o sonho de conciliar a natureza e a comodidade da cidade (LEME, 1999).

Os jardins botânicos brasileiros[28], concebidos inicialmente como centros de pesquisa da flora tropical, foram instalados nas principais aglomerações urbanas já a partir do final do século XVIII, mas uma parte deles desapareceu no decorrer do século XIX, à medida que diminuía o interesse pela pesquisa, sendo que alguns assumiram uma função mista de parque urbano e de pesquisa, enquanto outros se transformaram totalmente em parques recreativos. O *Jardim Botânico de São Paulo*, por exemplo, criado em 1929, alguns anos após sua inauguração, transformou-se em parque público e, ao longo do tempo suas funções foram adaptadas, assim como seu nome foi modificado para *Jardim da Luz* (FIG. 5.24). Desde sua concepção, de acordo com MACEDO (1999), consistiu em um parque de alta qualidade projetual, estruturado segundo grandes eixos clássicos. Sua vegetação compõe-se primordialmente de uma mata tropical, misturada a espécies temperadas européias. O parque possui ainda estátuas, mobiliários e quiosques de caráter nitidamente *pitoresco*[29].

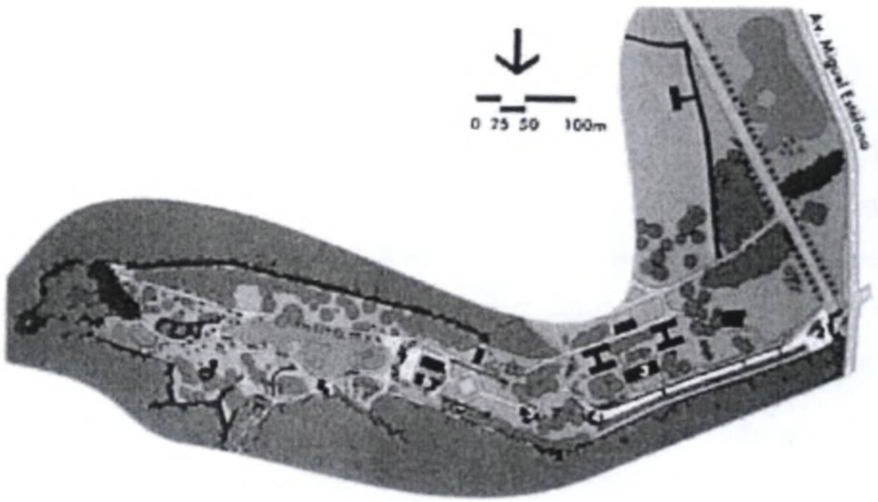


FIGURA 5.24 – Planta do *Jardim Botânico* de São Paulo SP.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

[28] Conforme SEGAWA (1996), um projeto da aclimatação das especiarias orientais no Brasil fez com que o ministro da Marinha e Ultramar de D. Maria I (1734-1816), D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), o Conde de Linhares, formulasse uma ação para permutar plantas dos diversos territórios brasileiros. Isto inaugurou oficialmente a política de se implantar na Colônia uma série de estabelecimentos botânicos voltados para o intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa. Criou-se o primeiro jardim botânico nacional, o *Horto Botânico de Belém PA*, em 1796. Dois anos mais tarde, as Capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, organizaram os seus, seguindo o modelo paraense, criado pelo francês, vindo de Caiena, Guiana Francesa, Michel de Grenouillier, sucedido por outro francês, Jacques Sahut. Este jardim botânico funcionou de maneira regular até 1902, deixando de existir devido à construção da Avenida 16 de Novembro. Já o *Jardim Botânico do Rio de Janeiro* foi implantado entre o Maciço da Tijuca e a Lagoa Rodrigo de Freitas, em 1808, passando a produzir mudas de especiarias que vinham das Índias Orientais por iniciativa de D. João VI (1767-1826). As primeiras plantas que chegaram, vieram das Ilhas Maurício, dentre as quais mudas da palmeira (*Roystonea oleracea*), que plantada pelo próprio Regente passou a ser designada de *Palma Mater*, ou seja, palmeira real ou imperial. Aberto à visitação pública após 1822, o Jardim Botânico teve muitos visitantes ilustres, além de vários naturalistas e administradores. Em 1811, foi criado em Olinda PE, o Jardim Botânico de Pernambuco, o qual teve parte de seu acervo vivo, vindo do *Jardim La Gabrielle*, de Caiena, juntamente com seu primeiro diretor o francês E. Paul Germain. Em 1825, o *Jardim Botânico de Ouro Preto MG* foi fundado por Pereira de Vasconcelos, diplomado em Ciências Naturais na Holanda, que também foi o responsável pela introdução da cultura do chá e especiarias em Minas Gerais.

[29] O termo "pitoresco", proveniente do italiano *pittoresco*, foi empregado amplamente para designar uma tendência paisagística e arquitetônica dos solares ingleses dos séculos XVIII e XIX – o *picturesque style* –, que se caracterizava pela disposição assimétrica das formas e pela variedade de texturas – que chamavam a atenção pela beleza e pela originalidade, tornando-se dignas "de serem pintadas" – e, no paisagismo, pela tentativa de reproduzir os aspectos "selvagens" da natureza.

Com o significativo aumento das populações, o parque urbano tornou-se preferencialmente um espaço de lazer ambicionado por milhares de pessoas, embora ainda muito distante da maioria, pois apenas existia em áreas vizinhas aos centros e em bairros ricos. Apesar das dificuldades de acesso, os poucos parques de até então eram muito utilizados por todos os segmentos da população. Contudo, a transformação efetiva na concepção dos parques nacionais começou a despontar após a *Primeira Guerra Mundial* (1914/18). Nesta época, houve na Europa, em especial na Alemanha, Áustria e Holanda, um surto de modelos de urbanização baseados em ideologias socializantes em que os parques ganharam grande importância e uma nova linguagem estética , o *Art Déco* (KLIASS, 1993).

Nos EUA, durante e depois da Depressão, principalmente com a política do *New Deal*, as oportunidades de projetar parques nacionais e estaduais, assim como cidades ajardinadas, *parkways* e novos sistemas de parques urbanos ampliaram-se, havendo uma espécie de retomada do movimento de parques, em especial com Robert Moses (1888-1981), graças à administração nova-iorquina de Fiorello La Guardia (1882-1947), a partir de 1933. Respeitando um sistema regional de parques, criaram-se o *Jones Beach State Park*, em Long Island, com mais de 100 km^2; o *Orchard Beach Park*, no Bronx, de aproximadamente 48 km^2; e o *Flushing Meadows Park*, no Queens, com perto de 5 km^2. Com isto, a orientação do *landscape* norte-americano retomou suas raízes através de projetos públicos de grande porte.

O segundo pós-guerra ficou marcado como um período de ampla produção de planos, projetos e programas urbanos com praticamente a hegemonia do urbanismo proposto pela *Carta de Atenas* (1933), pelas idéias corbusierianas e pelas experiências dos arquitetos funcionalistas dos CIAM's, os quais passaram a ocorrer sistematicamente entre 1928 e 1959. Conforme DEL RIO (1997), nos países de primeiro mundo, esta ideologia e de modo de atuação aplicaram-se às políticas públicas de áreas centrais, tanto habitacionais como comerciais, as quais sofressem de esvaziamento populacional e/ou econômico. Contudo, também foi um dos focos norteadores para o projeto de cidades novas na Inglaterra, na França e nos EUA, além dos importantes exemplos do urbanismo moderno das capitais Chandigarh (1947/51), na Índia[30]; e Brasília DF (1956/60).

[30] Construída para ser a nova capital do Punjab após a divisão da Índia, em 1947, Chandigarh foi idealizada por Le Corbusier e efetivada pelo arquiteto norte-americano Albert Mayer (1897-1983) – o qual já trabalhava com o polaco-americano Matthew Nowicki, falecido em 1950 – para uma população de 150.000 pessoas, com previsão de alcançar até 500.000. Para o primeiro ministro do Estado independente, Jawaharlal Nehru, deveria ser "o símbolo da fé nacional no futuro". Além do plano, Le Corbusier concebeu alguns de seus principais edifícios, como os prédios da Assembléia Geral, da Suprema Corte e das Secretarias. As demais edificações foram feitas por seu primo, Pierre Jeanneret, além de mais nove arquitetos indianos. Apesar da monumentalidade de sua arquitetura, caracteriza-se por ser uma cidade predominantemente horizontal, cuja malha viária hierarquizada dá forma a um tipo diferente de grelha, baseada em uma macroestrutura de módulos retangulares com em média de 800 por 1.200 m, regularmente distribuídos. Cada setor funciona como bairro auto-suficiente, com mercados, igrejas e escolas próprias. O setor 17 é o coração da cidade e centro do comércio, sendo um dado curioso não haver o 13 por superstição. Esta proposta urbana nitidamente moderna tornou-se alvo de muitas criticas, sobretudo pela à ausência de adequação do projeto às características culturais da região e ainda pela rígida distribuição de atividades, o que contribuiu para que se consolidasse como uma cidade segregada, pouco propícia à integração social (JELLICOE & JELLICOE, 1995).

Brasília foi resultado de um amplo processo que, desde a década de 1940, vinha promovendo uma alteração radical das bases econômicas do país, com o aumento das camadas médias, em particular nos Estados do sul, devido ao crescimento industrial e comercial. Foram feitos investimentos pesados, tanto públicos como privados, visando à transformação do país e reestruturação de suas cidades, principalmente as de médio e grande porte, a fim de dotá-las de uma infra-estrutura funcional compatível com as novas formas de estruturação econômica; e vão ter um de seus focos nos parques (MACEDO & SAKATA, 2003).

Nos anos 50 e, principalmente, 60, segundo KLIASS (1993), a crescente importância das questões ambientais e de preservação dos patrimônios cultural e paisagístico em todo o mundo contribuiu para melhorar as propostas de valorização das áreas verdes nos centros urbanos e de conservação dos seus espaços naturais. No Brasil, passou-se a fazer o reaproveitamento, em novos parques, da vegetação nativa, ainda existente nas áreas em urbanização, como elementos de composição da paisagem. Surgiram alguns parques, nos quais se privilegia o tranqüilo caminhar por entre trilhas de antigos bosques. A configuração formal e funcional do novo parque urbano deveu-se a mudanças radicais da sociedade e vinculou-se, tanto cultural quanto socialmente, ao um extremo nacionalismo.

Nessa época, era flagrante a carência de espaços ao ar livre para o lazer de massa, principalmente em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, que passaram por um rápido processo de urbanização, no qual bosques, campos, quintais e chácaras foram ocupados e divididos para a construção urbana, não sobrando nenhum espaço para o lazer, inclusive as praças e as margens de riachos e rios, que se tornaram poluídos. Com esse adensamento das áreas centrais e a expansão dos limites periféricos da malha urbana, os espaço livres públicos reafirmaram-se como uma indispensável opção de lazer. Ao mesmo tempo, tem-se início um processo de valorização do esporte e de incentivo ao lazer cultural, o que conduziu a um novo tipo de programa de uso para esses logradouros, incluindo quadras esportivas e teatros de arena (MACEDO & SAKATA, 2003).

Tomando como modelo-síntese a paisagem da "cidade-parque" de Brasília., o país investiu muito na construção de sua nova Capital, cujo espaço foi estruturado sobre um grande parque urbano, literalmente "plantado" nas terras do Planalto Central, em que foi inserida uma rede completa de vias, edifícios públicos e instituições privadas. Na área residencial do *Plano Piloto*, conforme MACEDO & SAKATA (2003), conseguiu-se a concretização do ideal modernista de se morar em um parque urbano. Edificada para se tornar símbolo de poder e desenvolvimento nacional, Brasília teve sua localização estratégica justificada por questões de segurança e defesa, mas também como incremento e integração das comunicações do país, além de possibilitar a urbanização da região central do Brasil (FIG. 5.25). Sua composição morfológica exerceu um papel fundamental na construção de

sua imagem, pois, desde o início, sua planta foi descrita como um "avião" ou "pássaro ao alçar vôo". O autor do projeto, Lúcio Costa (1902-1998), afirmava que a idéia havia nascido "do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos se cruzando em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal-da-cruz" (GUIMARAENS, 1996:39).

De acordo com BRUAND (2002), a arquitetura de Oscar Niemeyer (1907-), valorizada pela criação de "uma perspectiva principal única, englobando todos os edifícios mais representativos", no setor nobre do *Eixo Monumental*, destacou-se entre os elementos de desempenho decisivo no processo de consolidação da identidade de Brasília. O modo como esses eixos foram utilizados na estruturação da rede viária e no *zooning* também a tornaram um exemplo único. Enquanto no sentido Leste-Oeste, o *Eixo Monumental* abriga funções administrativas e atividades do domínio público; perpendicular a este, com sua configuração ligeiramente curva adaptando-se à topografia, o *Eixo Rodoviário Residencial* destina-se ao desenvolvimento da vida privada. Na interseção, as atividades mistas são predominantes.

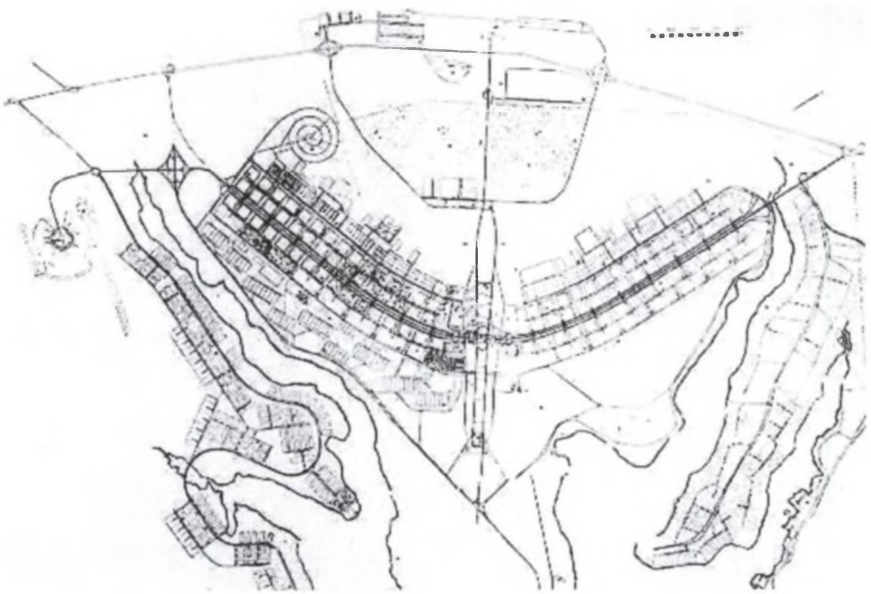


FIGURA 5.25 – *Plano de Brasília* DF (1955/57), da autoria de Lúcio Costa (1902-1998).
(**FONTE**: VEREDA, 2005)

Ao longo de toda a extensão das "asas" do *Plano Piloto*, a malha é composta pela distribuição ordenada de blocos funcionais, as "superquadras", com a forma quadrada, de 240 m de lado, onde se localizam, em cada uma, onze prédios de cinco andares e uma escola primária, todos imersos em uma ampla área ajardinada. Contudo, para SANTOS (1993), "a velha grelha aparece mais uma vez, só que disfarçada [...] em macroestruturas fora da escala humana e dedicada com explícita preferência ao tráfego motorizado" (p.43). Lúcio Costa utilizou a técnica paisagística de parques e jardins como elemento essencial do tratamento arquitetônico de Brasília. No *Eixo Monumental*, os

volumes destacam-se no gramado sem a presença de elementos estranhos ao conjunto; e a paisagem é valorizada a partir do contraste que apresentam os espaços construídos sobre o natural[31].

> Os edifícios sobre pilotis e de planta livre que constitui a área residencial da cidade permitem que o ar circule livremente e o espaço que liberam e sombreiam serve para abrigar atividades ao ar livre. A continuidade da trama urbana é assegurada pela vegetação, que em poucos anos, conseguiu manter os passeios sombreados no interior das superquadras. Dessa forma, os edifícios se apresentam como ilhas na vegetação (ROMERO, 2001:115).

Contudo, a criação e intensificação dos laços comunitários entre vizinhos graças ao uso das áreas livres não ocorreram do modo previsto por Costa. HOLANDA (1985), entre outros, atribui isto à fragmentação em núcleos, correspondentes às superquadras; além do uso dos pilotis. Além disso, Brasília não escapou dos mecanismos de segregação espacial (GONZALES, 1985).

Os espaços livres da nova Capital careciam, como explicam MACEDO & SAKATA (2003), de um projeto paisagístico que detalhasse de uma forma aprofundada e que especificasse as hierarquias e usos de seus espaços públicos dentro de uma visão de sistema, no qual diferentes tipos e escalas de espaços livres atendessem a demandas diversas no tempo e no espaço, das necessidades viárias às de lazer. Segundo MACEDO & SAKATA (2003), somente em 1999, 28 anos depois de sua construção, Brasília passou a abrigar mais de dez parques novos, além do zoológico e do horto botânico previstos. Se as superquadras mostravam-se eficientes como "espaços-parques" de vizinhança, outras carências ficaram evidentes, como aquelas em relação à segregação social, à falta da intimidade entre vizinhos, ao baixo índice de apropriação e uso dos espaços livres; ou ainda, à ausência de vitalidade espacial decorrente do rigor na distribuição por zonas, justificada por Lúcio Costa como alternativa para evitar a descaracterização do plano.

Foi especialmente por seu distanciamento dos processos sociais que, a partir da década de 1960, os métodos de análise e intervenção na cidade passaram a ser alvo de críticas e protestos (LACAZE, 1993; DEL RIO, 1997). Entre os pontos mais criticados, sobressaiu-se o desapego pelas características físicas e históricas do conjunto pré-existente, visível na maioria expressiva dos projetos de renovação urbana do segundo pós-guerra. Denominou-se planejamento radical essa série de políticas e programas implementados em todo o mundo, inclusive no Brasil, que tinham como um de seus aspectos principais "a idéia que pouco, ou possivelmente nada do que era antigo merecia ser preservado ou reproduzido" (RELPH, 1990:130). Além disso, surgiram as críticas em relação ao impacto dos empreendimentos sobre o meio ambiente e a vida das comunidades, quanto da própria qualidade dos espaços urbanos e arquitetura (JENCKS, 1997; MONTANER, 1999; PORTOGHESI, 2002).

---

[31] A presença do verde é uma constante em Brasília, porém não se pode falar de uma média de verde por habitante, pois a porcentagem muda de acordo com as diferentes áreas residenciais. Se comparada com as principais cidades do país, pode-se dizer que a proporção verde/habitante no Distrito Federal está entre as mais altas. A *Organização Mundial de Saúde* – OMS recomenda um mínimo de 12 m^2/hab., mas não se sabe ao que corresponde esse mínimo. Já existem especialistas que estão buscando uma metodologia confiável que gere indicadores qualitativos do que se oferece ao cidadão (ROMERO, 2001).

Também foi nos 60 que o Desenho Urbano eclodiu como campo disciplinar do *planning* (Ver CAPÍTULO 1). Objetivando a apreensão da complexidade do espaço e ampliando as possibilidades de apreensão das particularidades das diferentes situações que o compõem, o *urban design* utiliza categorias de análise de diferentes disciplinas – entre as quais, da psicologia, história, antropologia, sociologia e geografia –, empregando "cada uma conforme a especificidade do problema, e podendo fazer uso de diversas visando sua complementaridade" (DEL RIO, 1997:67). Tendo como base um planejamento humanista e orgânico, suas maiores preocupações dizem respeito à qualidade dos ambientes, às relações de sociabilidade; e, ainda, à falta de identidade entre o homem e o espaço em que vive.

A partir do *urban design*, segundo KOHLSDORF (1985), nasceu a proposta de se fazer o resgate e a reintegração dos valores sócio-culturais e afetivos da população no desenho da cidade, permitindo que futuras intervenções promovam harmonia entre homem e espaço. Paralelamente, o desenvolvimento de uma consciência ecológica também começou a concorrer pela preservação do meio ambiente, a qual deixou de ser tratada como assunto periférico e emergiu como tema de sucessivos debates, passando gradualmente a ser incorporada à legislação de diversos países, inclusive do Brasil e a fazer parte do nosso cotidiano (MARCONDES, 1999; FRANCO, 2001).

> A crise urbana que se observou a partir do final dos anos 60 e início dos 70 atestou a falência dos modelos do urbanismo moderno, donde a prática da sociabilidade se viu empobrecida quanto mais o modelo se baseou em ideais de funcionalidade extrema. A queda da qualidade de vida urbana e o movimento de volta á natureza e de uma vida humana menos padronizada, além da luta pelo *direito à natureza* na cidade (LEFREBVRE, 1992:390), marcaram a rejeição daqueles consagrados modelos de cidades (MENDONÇA, 1994:18).

O ambientalismo em nível mundial, iniciado no final da década de 1960, chegou no Brasil em um momento de política autoritária, quando o governo implantava uma filosofia dirigista em relação à organização do território nacional, a partir do *Golpe de 64*. Através de medidas e programas de urbanização, procurava atender aos aspectos econômicos do desenvolvimento, utilizando apenas superficialmente alguns princípios ambientais, questão emergente na época. A pressa em mostrar o progresso do país, bem como a dissociação entre a questão ecológica, a realidade social e o modelo econômico, não eram compatíveis a nenhuma política ambiental; e, nesse sentido, isto gerou um conflito entre o desenvolvimento econômico e o aspecto ambiental da qualidade de vida da população (LEITE, 1986).

Nessa época, ainda predominava no Brasil, uma política urbana fundamentada no objetivismo tecnocrático, caracterizada por vasta produção de *Planos Diretores* e de *Planos de Desenvolvimento Local Integrado* – PDLI, os quais se revelaram incapazes de gerar soluções eficazes para os problemas da cidade. Através da Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, foi criado o *Sistema Federal de Habitação* – SFH, assim como do *Banco Nacional de Habitação* – BNH, o que consolidava

a centralização do sistema nacional de planejamento e levava a tecnocracia atingir seu ápice. Além disso, especialmente para o "tratamento dos emergentes problemas urbanos", em uma ação "complementar à fundação do SFH", foi legitimada pelo Decreto n. 59.917/64 a criação do *Serviço Federal de Habitação e Urbanismo* – SERFHAU, o órgão responsável pela gestão do BNH (SCHMIDT & FARRET, 1985).

O SERFHAU foi extinto em 1973 e, com a crise econômica que se iniciava, a questão habitacional urbana passou a ser um dos problemas mais sérios que o Poder Público enfrenta até hoje. O *planning* passou a ser qualificado como incapaz de dar conta das questões que se propunha resolver, sendo visto como expressão de uma prática de dominação por parte do Estado. Foi o início da organização popular para reivindicar soluções viáveis para problemas específicos e mais imediatos e também uma participação mais efetiva no processo. Gradualmente, a mobilização social assumiu proporções nacionais, gerando influências diretas no processo constituinte pela Reforma Urbana, que conquistou a legitimação de expressivos benefícios na nova Constituição em 1988 (PAVIANI, 1993).

A Constituição de 1988 atribuiu significativa importância à Política Urbana, entre outros, ao determinar como responsabilidade municipal a elaboração de uma série de instrumentos para o seu planejamento, como o *Plano Diretor*, que passou a ser obrigatório para Municípios com população superior a 20.000 habitantes. Além disso, ao estabelecer como um de seus objetivos "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes" (BRASIL, 1988:119), o dispositivo constitucional confirmou seu *status* de principal documento de referência para as ações de Governo. Entretanto, para uma atuação efetiva do Poder Público, especialmente no que diz respeito à administração e à minimização de alguns dos principais problemas da cidade, ainda carecia de mecanismos legais mais detalhados e complementares à Constituição[32].

O interesse pela requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a demanda crescente de espaços de lazer e recreação e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, a temática do "parque urbano" assumiu papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos no país. Suas funções e equipamentos, conforme o caso, passaram a estar vinculados desde a proteção ambiental, apresentando uso restrito, até a práticas culturais, esportivas e recreativas, de modo a atraírem muitas pessoas. Quanto às formas de tratamento, compreendiam desde a linguagem formal até a ambiência naturalista, reforçada por uma densa arborização (SCALISE, 2002).

[32] Esta questão somente foi solucionada a partir de 10 de julho de 2001, com a aprovação da Lei n. 10.257, que recebeu a denominação de *Estatuto da Cidade*, concluindo uma extensa trajetória do Projeto de Lei n. 5.788, o qual estava em tramitação desde 1990. A Lei n. 10.257/2001, que em 04 de setembro do mesmo ano foi complementada pela Medida Provisória n. 2.220, caracteriza-se por constituir um "documento legal disciplinador da questão fundiária que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, referentes à função social da propriedade urbana" (CICCACIO, 2001:18), o que passou a garantir ao Município o poder de administrar o desenvolvimento urbano de maneira mais dinâmica e coerente.

Diante desse quadro, embora recebendo várias denominações ao longo do tempo, conforme suas dimensões, função e localização, os parques urbanos modernos, a partir de agora compreendidos como partes integrantes e essenciais da cidade contemporânea, segundo RITCHER (1981), puderam ser classificados de diversas formas, tais como:

- *Parques de preservação:* são aqueles que têm por finalidade a manutenção de valores naturais ou culturais que não merecem ser esquecidos; ou ainda, a manutenção do equilíbrio ecológico;

- *Parques especiais:* são aqueles criados com finalidades específicas, tais como jardim botânico, jardim zoológico e pomares públicos, entre outros;

- *Parques de recreação:* são áreas verdes destinadas a receber equipamentos de recreação que possam atender toda a população urbana;

- *Parque de vizinhança:* são pequenas áreas verdes (menores que 5.000 m^2) de uso diário para o atendimento da recreação infantil, tanto passiva como ativa, incluindo *playgrounds* e áreas de estar para os adultos, com um raio de atendimento de, no máximo, 500 m;

- *Parques de bairro:* são áreas verdes destinadas à criação de amplos espaços para o lazer passivo (descanso e contemplação) e ativo (recreação e esportes), com raio máximo de atendimento de 1.000 m; e área até 10 ha. (100.000 m^2);

- *Parques setoriais* ou *municipais:* são áreas verdes destinadas à recreação passiva e ativa de toda população um raio de 1.200 m, utilizando-se para tal espaços disponíveis de 10 a 100 ha., tais como praças, parques junto à represas e áreas com arborização significativa, devendo ter predominância de cobertura vegetal e previsão de uso principalmente nos finais de semana;

- *Parques metropolitanos:* são amplas áreas verdes, caracterizadas por sua localização, forma de uso e variedade de opções de lazer e recreação, além de suas grandes dimensões (de 100 a 200 ha.) e considerável cobertura vegetal, dotados de equipamentos que interessem a toda população metropolitana, tais como centros de convivência, feiras de exposições e estádios;

- *Parques estaduais e nacionais:* existem vários tipos, onde em alguns é permitida a visitação pública com caça e pesca controladas, incluindo às vezes áreas para camping e hotéis; e em outros, a visitação é parcial ou totalmente proibida, pois se destinam à preservação de recursos hídricos e dos seres vivos, realizando-se neste local importantes pesquisas científicas.

Com o tempo, passou-se a encarar que um *sistema de parques* deve ser implantado levando-se em consideração todos os fatores geomorfobiológicos da região, assim com os aspectos sociais e econômicos que compõem a vida urbana. A montagem desse sistema pressupõe um conhecimento muito claro do sítio, incluindo todas as implicações físicas e urbanas atuantes sobre o mesmo e um conhecimento profundo dos usuários do sistema, com suas peculiaridades culturais. Visando a sua complementação, devem ser previstas "vias-parque" interligando os diversos parques e demais áreas verdes, para garantir a fluidez do tratamento paisagístico a toda trama urbana. Nestes corredores verdes , além do tráfego motorizado, podem ser previstas trilhas para pedestres e ciclovias (FERRARI, 1991).

A programação de um parque consiste na definição qualitativa e quantitativa das atividades que nele serão desenvolvidas, dependendo essencialmente do conceito adotado e também dos fatores naturais – como condições físicas (topografia, solo, cobertura vegetal, etc.) e clima local

(regime pluviométrico, ventos, insolação, etc.) – e da população a que se destina. Novas funções do parque urbano foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas e culturais; as de conservação de recursos naturais; e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Ao mesmo tempo, na recuperação de áreas degradadas, buscou-se a requalificação das cidades industriais, através do movimento chamado *renaturierung*, ou seja, "renaturalização" da cidade, reforçando-se a ligação de áreas verdes em um sistema independente de percursos.

Na década de 1970, consolidaram-se os parques modernos de programa misto, contemplativo e recreativo, com soluções espaciais bem elaboradas. Não eram em geral parques grandes, mas se destacavam por seu programa, que vinha atender as reivindicações concretas do movimento ecológico quanto à qualidade do ambiente urbano. Em Amsterdã, foi construído o *Thÿssepark*, primeiro parque público ecológico, que consiste em um parque linear com 5 ha., formado por uma seqüência de espaços verdes atravessados por cursos d'água, cada um deles reproduzindo um ambiente natural diferente. O *parque ecológico* objetiva prioritariamente a conservação da natureza e de sua biodiversidade[33]. E, paralelamente, possui áreas muitos concentradas, voltadas para atividades de lazer ativo, como jogos e recreação infantil, ao lado de espaços voltados ao lazer passivo, como caminhadas por trilhas. Este tipo de parque passou a ser implantado no Brasil somente nos anos 80, ao mesmo tempo em que o ambientalismo favoreceu a criação de praças e recuperação de fundos de vale. A população passou a dar valor as áreas verdes, exigindo e cobrando das autoridades, programas de construção e manutenção das áreas livres urbanas.

Esse tipo de parque, segundo MACEDO & SAKATA (2003), como um parque público e, ao mesmo tempo, como unidade de conservação[34], mesmo estando aberto a práticas de atividades de lazer, não deve possuir infra-estrutura impactante para receber as pessoas, de modo a deixar que os processos da natureza desenvolvam-se sem intervenção do homem. Entretanto, na década de 1990,

---

[33] Existem inúmeras justificativas para a conservação da biodiversidade, as quais vão desde à sua contribuição econômica direta, por meio da imensa quantidade de produtos alimentares, farmacêuticos e de uso industrial derivados da fauna e da flora; até a necessidade de manutenção dos grandes ciclos ambientais – como os ciclos da água, dos climas e dos nutrientes –; além dos valores estéticos e paisagísticos que atraem as pessoas por sua beleza; e mesmo a complexidade e variedade das inúmeras interligações das diferentes formas de vida. O sucesso dessa conservação depende, principalmente, do estabelecimento de estratégias e ações coordenadas e harmônicas, estruturadas em um sistema de áreas protegidas. Conforme *site* do GOVERNO DO PARANÁ (2005), em termos de biodiversidade, o Brasil apresenta-se com o título de detentor da maior diversidade biológica do planeta, contando com pelo menos 10 a 20% do número total de espécies mundiais. No país, o total de áreas protegidas chega perto de 8,13% do território nacional. Entretanto, é necessário que espaços de preservação ambiental, localizados em áreas sob pressão dos processos de urbanização, sejam organizados de forma a atrair e se mostrar útil à população, para que não ocorram conflitos entre homem e natureza, fazendo com que as pessoas passem a defendê-los de depredações, da especulação imobiliária e das eventuais invasões de seus espaços.

[34] Até 1993, conforme PRIMACK & RODRIGUES (2001), um total de 8.619 áreas protegidas tinham sido instituídas em todo o mundo, perfazendo cerca de 7.922.660 Km². Essa extensão total representa apenas 5,9% da superfície da Terra, sendo as maiores áreas protegidas localizadas na América do Norte, na América Central e na Oceania. O maior parque individual do mundo está na Groenlândia, com aproximadamente 700.000 Km², sendo o *Parque Nacional do Jaú AM*, o maior parque brasileiro, com cerca de 22.720 Km². O Brasil, segundo os dados do Ministério do Meio Ambiente, possui 8,3% de sua superfície em áreas protegidas. O estabelecimento de novas áreas de proteção teve o seu auge no período de 1970 a 1975, e desde então vem decrescendo, provavelmente porque as terras ainda existentes já tenham sido designadas para outros fins.

esse parque passou por transformações que fizeram com que adotasse equipamentos e estruturas para atender uma demanda de diversos tipos de lazer da população, sofrendo influências do tematismo em parques. O *parque temático* – cujos ancestrais correspondem aos antigos parques de diversões a as feiras de exposições do inicio do século XX, surgiu efetivamente em 1955, com a inauguração de *Disneyland*, em Anaheim, Califórnia EUA, depois repetida em Orlando, Flórida – é hoje uma forma popular de lazer, na qual, em paralelo a uma "cenarização" extrema, representativa de lugares reais e imaginários, pratica-se alguma atividade de lazer eletrônico (FIG. 5.26). Em geral, os brinquedos simulam histórias ou passeios no tempo, tecnologia ou espaço. Esse tipo de parque, quase sempre de iniciativa privada, está geralmente situado junto às grandes aglomerações urbanas.

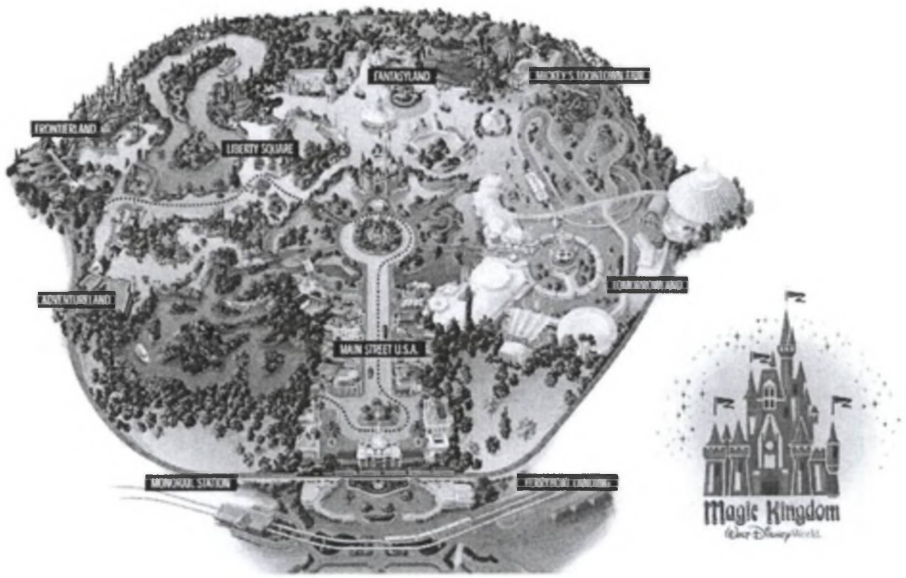


FIGURA 5.26 – *Disneyland*, em Anaheim, Califórnia; depois repetida em Orlando, Flórida.
(**FONTE**: MOUSETYME, 2005)

Outras alternativas têm surgido no país, como os populares pesqueiros, que não passam de parques pagos, nos quais se pode pescar, fazer piqueniques, brincar em *playgrounds*, quadras e piscinas, em meio a arvoredos e gramados; ou chácaras de lazer associadas a restaurantes, nas quais o próprio estabelecimento cria algumas instalações de lazer à beira-rio. Outra modalidade são os parques esportivos e/ou aquáticos, que não deixam de ser parques temáticos, uma vez que têm suas atividades centralizadas em algum tema atrativo e de diversão que não é a ecologia ou o contato com a natureza. No Brasil, esses parques começaram a proliferar principalmente no eixo Rio-São Paulo, estimulados pelo mercado imobiliário, que se aproveita da maximização do uso do automóvel, facilitando o deslocamento das classes médias e altas para lugares diversos, e investindo na concepção e implantação de novos espaços, produtos "fabricados" de lazer e recreação. Somam-se a isto mudanças comportamentais ocorridas nas populações das cidades, assim como os novos papéis que têm sido atribuídos aos parques pelos agentes envolvidos nos processos urbanos.

Pode-se dizer que, nestes dois últimos séculos, o parque urbano acompanhou as mudanças ocorridas nas cidades e sociedades, sendo um testemunho importante dos valores sócio-culturais das populações urbanas. Constitui em um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características de espaço ao ar livre voltado ao lazer, independente das transformações das estruturas em seu entorno. Suas funções ambientais vêm atribuindo qualidade de vida para a população que passou a utilizar suas áreas como alternativa de lazer e recreação (FIG. 5.27). Entretanto, ao mesmo tempo, o parque público que sempre fora percebido como uma paisagem que evoca a natureza e como um lugar de lazer, passou ultimamente a ser visto também por suas possibilidades de dinamização da economia urbana e da melhoria da imagem das cidades.

Desde a década de 1980, muitas municipalidades estruturaram parte de seu *marketing* na criação de áreas verdes públicas, as que ressurgiram com novos objetivos, programas e formas de agenciamento espacial, especialmente em capitais como São Paulo SP e Curitiba PR; duas cidades que, favorecidas por uma administração centralizada e por uma motivação política clara, expandiram seus sistemas de praças e parques de modo expressivo no panorama nacional. De forma análoga, ocorreu em 1984 a implementação do *Corredor Cultural* do Rio de Janeiro, buscando-se preservar e restaurar a ampla faixa urbana remanescente do Rio Imperial, paralela à criação de alguns parques ecológicos. De modo a afirmar os aspectos ecológicos dos empreendimentos, institucionalizou-se a questão ambiental, o que promoveu a formação de órgãos públicos denominados "ambientais" ou "verdes". Nas cidades maiores, foram constituídos departamentos ou secretarias que tenderam a seguir este enfoque, gerenciando projetos de parques voltados à temática ambiental e ditos "ecológicos".

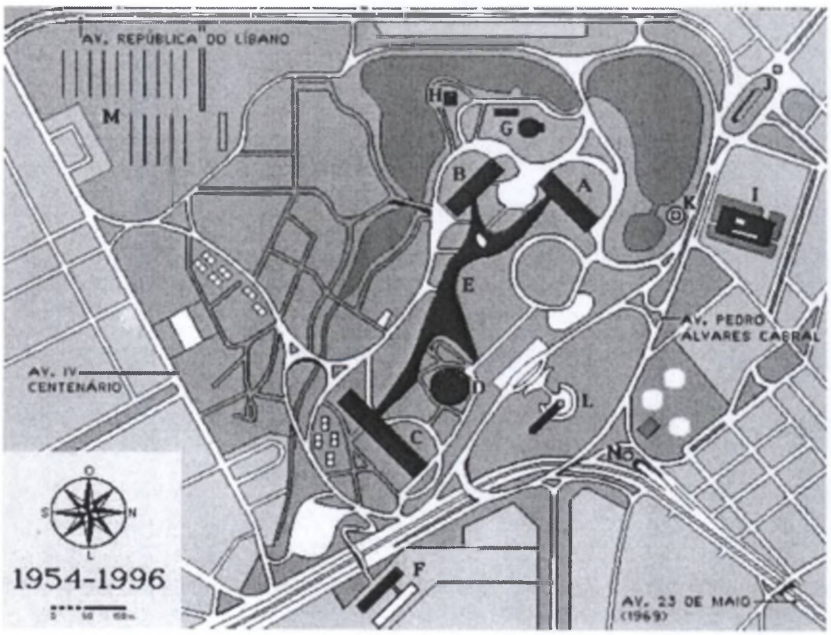


FIGURA 5.27 – Planta do *Parque Ibirapuera* de São Paulo SP, criado em 1954 onde havia sido reservado pelo prefeito Pires do Rio nos anos 20 para se locar um parque aos moldes parisienses. (**FONTE**: PRODAM, 2005)

No Brasil, praticamente não se transpôs a teorização européia ou americana sobre os significados e posturas projetuais em relação aos parques urbanos, mas somente formas e materiais foram aplicados em larga escala nos projetos paisagísticos aqui realizados. Como um novo produto de consumo, o parque ecológico passou a simbolizar a tomada de uma consciência ambiental que, na maioria das vezes, estaria bem aquém do que se entende por respeito à natureza. Segundo MACEDO (1999), dos conceitos internacionais que estavam embutidos no pensamento internacional, apenas dois tiveram alguma repercussão no país: a questão da conservação de ecossistemas e a importância da renovação e reciclagem urbanas, que acabaram sendo adaptados aos objetivos do *city marketing*.

Foi na década de 1990 em diante que a cidade – e, conseqüentemente, todos os seus elementos constituintes, inclusive os parques, o interesse deste estudo – tornou-se produto de *marketing*[35], a partir de um fenômeno caracterizado pela reorganização do espaço urbano, visando garantir a qualidade de vida aos seus habitantes – especialmente expressa através da superioridade na qualidade dos serviços e nas amplas opções culturais e de lazer – e, ao mesmo tempo, transformar a cidade, principalmente por meio da informação massificada e da comunicação social, em um pólo atrativo para investimentos e atividades terciárias, o qual se denominou de *city marketing*. Para SMYTH (1994), este nasceu do mecanismo institucional de promoção e venda da cidade como "lugar onde se concretiza o espírito de inovação e de onde as novidades são irradiadas".

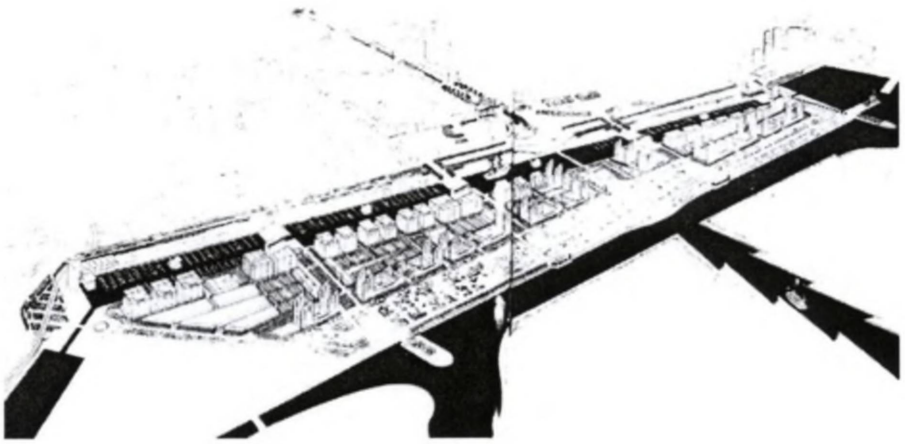


FIGURA 5.28 – Perspectiva geral do plano de reestruturação da região de *Puerto Madero*, em Buenos Aires, Argentina, a partir da proposta dos anos 90 de *Consultores Europeos Asociados*. (**FONTE**: PUERTO MADERO, 2005)

[35] No que se refere às atividades mercadológicas, um dos pontos fundamentais refere-se à divulgação do produto a ser comercializado, tendo em consideração tanto suas características – como qualidade, preço, distância do pólo emissor, etc – como do mercado consumidor, em especial sua estrutura, capacidade de compra e potencialidades de consumo. De acordo com a *American Marketing Association*, entende-se *marketing* como "a execução de atividades e negócios que encaminham o fluxo de mercadorias e serviços, partindo dos produtos até os consumidores finais". Para o *British Institute of Marketing*, corresponderia à "função gerencial que organiza e direciona todas as atividades mercadológicas envolvidas para avaliar e converter a capacidade de compra dos consumidores numa demanda efetiva para um produto ou serviço específico, para levá-los ao consumidor final ou usuário, visando, com isto, um lucro adequado ou objetivos pela empresa". COBRA (2000) ressaltam a importância da identificação das necessidades e desejos dos diversos segmentos do mercado, além daquelas mais eficazes de atingi-los. Deste modo, como instrumentos do marketing, destaca-se que as decisões primeiramente devem recair sobre o estudo do mercado como as análises de demanda e de concorrência

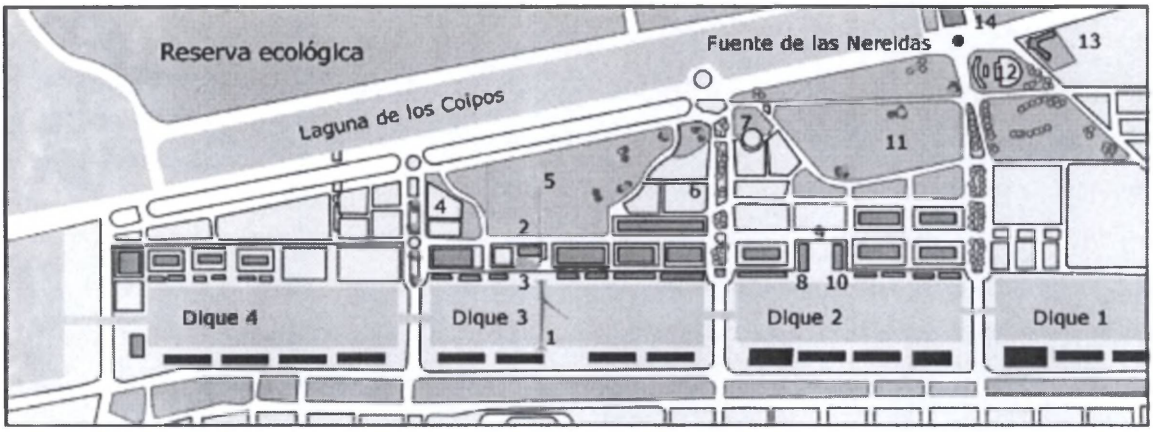


FIGURA 5.29 – Plano Estratégico para o antigo *Puerto Madero*, desenvolvido a partir de 1985 e implantado na década de 1990, segundo estudo de Joan Busquets e Joan Alemany. (**FONTE**: MUJERES DE EMPRESA 2005)

Desde então, observa-se que o *city marketing*, enquanto instrumento para alavancar diversos processos de promoção urbana, vem adquirindo cada vez mais um destaque maior no conjunto das novas políticas urbanas, particularmente aquelas referentes à afirmação das cidades nas esferas local, regional e global[36] (FIGS. 5.28 e 5.29). Em um momento onde se acentua a competitividade entre os lugares, com a valorização da dimensão local no contexto da globalização (HARVEY, 1993), esse fenômeno contemporâneo inscreve-se dentro de uma reestruturação econômica mundial, cujo quadro reflete uma complexa cadeia de crises das atuais metrópoles – de seus modelos de desenvolvimento, suas funções e suas morfologias –, a qual possui conseqüências evidentes em um "novo" planejamento, em que a questão da "venda" da cidade torna-se ponto fundamental[37].

---

[36] Nas últimas décadas do século passado, realizaram-se inúmeros exemplos bem sucedidos de *city marketing*, tanto no Brasil como no mundo. Como exemplo bastante próximo, pode-se citar a completa reformulação pela qual passou a região portuária de Buenos Aires. Em 1985, estabeleceu-se um acordo entre as prefeituras da capital da Argentina e de Barcelona, na Espanha, para a implementação de um Plano Estratégico para o antigo *Puerto Madero*. Em novembro de 1989, criou-se a *Corporación Antiguo Puerto Madero SA*, a qual foi responsável pela elaboração do plano, concluído em 1990 pela firma *Consultores Europeos Asociados*, esta composta pelo arquiteto espanhol Joan Busquets e pelo economista Joan Alemany,. A proposta tomava como referência a experiência européia que havia se produzindo neste tipo de reestruturação portuária e seus conseqüentes efeitos sobre o organismo urbano. O programa proposto para o *Plano de Puerto Madero* constava de uma área de cerca de 3.000.000 m^2 para edificação a Leste dos diques, distribuídos em 55% para usos terciários, 37,3% para residências, 3,3% para comércio e 4,4% de equipamentos. A faixa adjacente ao mar destinou-se à moradia de alta densidade; o setor terciário misto situava-se junto aos diques e o espaço intersticial entre ambas faixas era reservado para residências de média densidade. No recinto do *Dique 1*, separado do sistema geral de faixas, propunha-se como centro de exposições. Previa-se ainda 60 hectares de espaços verdes e a criação de um Parque Central correspondente ao eixo da Avenida de Mayo, além de estacionamentos em dois níveis em todas as quadras de alta densidade ocupacional (LIEMUR, 2005).

[37] No mundo "pós-moderno", a mobilidade produtiva e financeira permite uma maior liberdade de localização, o que aumenta a importância das diferenças e dos atrativos locacionais. Isto tem feito com que os agentes responsáveis pela cidade tomem consciência da permanente competição com outras localidades por novos capitais, o que pode ser caracterizado, segundo ALESSANDRI-CARLOS (1996), como uma verdadeira "guerra dos lugares". Nesse novo modelo de gestão urbana, a cidade passaria a ser gerenciada como uma "empresa", na qual a atração dos novos investimentos é realizada mediante um conjunto de fatores que marcam a diferença, tais como garantia de infra-estrutura física e comunicacional; regulação política e social; e bons níveis de qualidade de vida. Precisamente neste processo adquire grande importância a "venda" da cidade, através do uso de técnicas publicitárias eficazes e da construção criativa de imagens.

> A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial, evidencia a produção global do espaço social (SÁNCHEZ, 2005:2).

Essa nova inspiração encontrada pelo capitalismo na conquista do espaço em escala mundial é compreendida por LEFÉBVRE (1998) como uma orientação estratégica que tem muito mais importância que a simples venda de parcelas do espaço, uma vez que procura realizar uma reorganização abrangente de toda a produção subordinada às cidades e aos centros de decisão. Trata-se da "produção global do espaço", a qual tem como nova dinâmica a construção da "cidade-mercadoria" que, sob a égide do poder político dos governos locais, define-se através do processo de reestruturação urbana – como exigência da economia competitiva – e a partir da construção de uma "imagem" para vendê-la, inserindo-a no mercado. E, como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção, com a produção de representações que obedecem a uma determinada visão de mundo; *imagens-síntese* sobre a cidade e discursos construídos e difundidos na mídia.

As representações do espaço e, baseadas nelas, as *imagens-síntese* e os discursos sobre as cidades, segundo SÁNCHEZ (2001), fazem parte, pela mediação do político, dos processos de intervenção espacial para a renovação urbana. Ao mesmo tempo, baseiam-se em uma visão de mundo que viria justificar e permitir a realização das necessidades impostas pelo estágio atual da produção, que se refere à construção do mercado e do espaço mundial. Isto representa uma transformação na filosofia do *planning* e gestão urbana, que implicaria em uma profunda reestruturação administrativa com a adoção de métodos empresariais de trabalho, mais orientados para a demanda do mercado[38]. A figura do planejador, que até há pouco era a do regulador da iniciativa privada, deixa de ter o perfil do vigilante em prol do bem público, desempenhando um novo papel: o de promotor do crescimento.

Observa-se que, nesse processo, além dos atores locais, um conjunto de agentes e estratégias territoriais inter-escalares comparecem para erigir a imagem da "cidade-modelo", em uma rede que, ao ser descoberta, evidencia um complexo mercado no qual as imagens são construídas e postas em circulação em variadas escalas, com mútuas influências de diversas ordens (SÁNCHEZ & MOURA, 1999; SÁNCHEZ, 2001). Ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, a produção capitalista do espaço social, que é capaz de potencializar a eficiência econômica e a reorganização territorial, vê-se

[38] Em sua análise, SÁNCHEZ (2005), sublinha que o mercado mundial de cidades seria movido por e, ao mesmo tempo, movimenta outros mercados, como: o *mercado para empresas e corporações com interesses localizados*, que avaliam em detalhe pequenas diferenças para tomar decisões locacionais; o *mercado imobiliário*; o *mercado de consumo*; o *mercado do turismo*; o *mercado das "boas práticas"*, formado por agências multilaterais que, sob manifestos objetivos técnicos, têm implícitos interesses político-ideológicos na promoção e difusão internacional de imagens de "cidades-modelo"; e, finalmente, o *mercado de consultoria em planejamento e políticas públicas*, constituído pelos atores locais – como prefeitos, lideranças ou *experts* internacionais em planejamento –, que constroem seus projetos políticos através da projeção e reconhecimento de sua atuação.

igualmente condicionada por formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural (BOURDIEU, 1998; SANTOS, 2000). Deste modo, o espaço também toma forma através de representações e imagens adequadas, o que explicaria a importância que vem adquirindo o *city marketing* como instrumento das políticas urbanas, não só no Brasil mais em todo o mundo[39].

Entram em jogo nessa situação dois agentes fundamentais: as figuras da *mídia* e do *administrador municipal.* Em sua relação com os governos e coalizões dominantes, a mídia desempenha papel-chave no cenário cultural e político atual das cidades, uma vez que interage e interfere no curso dos acontecimentos através de imagens publicitárias, de mobilizações e de campanhas sociais. Exercendo um verdadeiro fascínio sobre a sociedade civil e política, além de ter a força de pressão na elaboração de imagens coletivas que possam ser absorvidas nas representações de indivíduos e grupos, também pode construir ou destruir a identidade de atores individuais ou coletivos. Como mediadora entre os cidadãos e a cidade, torna-se uma peça estratégica para os governos locais, pois realiza a "espetacularização" da cidade e molda as representações acerca de sua transformação. Ela produz os signos de "bem-estar" e "satisfação" no consumo dos espaços de lazer, criando comportamentos e estilos de vida, além de promover a valorização de lugares e usos (SÁNCHEZ, 2001; 1997).

O poder das representações constitui em um importante instrumento nesse processo de "reinvenção de lugares", o que dirige para a mídia a atenção das lideranças políticas, no intuito de poder, através dela, construir expectativas, valores e sentimentos. Percebe-se que, em vários casos contemporâneos, a reestruturação das cidades fez-se tanto por atividades no campo simbólico quanto no âmbito material. Nestas, as autoridades envolvidas e protagonistas dos projetos "modernizadores" investem, particularmente, em construções discursivas de lealdades afetivas, as quais são intensificadas pela mídia[40]. O fortalecimento do sentido de identidade, de pertencimento àquele lugar

---

[39] Pode-se afirmar que há um complexo intercâmbio entre a transformação material da cidade e o simbolismo cultural, ou seja, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades, uma vez que as representações que os sujeitos têm do real influenciam na construção da realidade ao mesmo tempo em que as práticas materiais são a base para novas representações do real. Além disso, as representações são também carregadas de intencionalidade, pois visam à produção de efeitos na realidade social. Deste modo, a construção de imagens opera necessariamente com sínteses, seletivas e parciais, que dão relevância a alguns aspectos e omitem outros, respondendo ao universo especial de interesses dos sujeitos que a constroem e aos objetivos que se pretendem. Contribui para esse entendimento perceber que sujeitos, instituições, práticas e produtos circulam inter-relacionada e concomitantemente no âmbito de um "mercado material" e de um "mercado simbólico" (BOURDIEU, 2003). Conforme LEFÉBVRE (1998), a produção, circulação e troca de bens materiais são diferentes, mas não separadas da produção, circulação e troca de signos, linguagens e discursos. Ao se produzir um objeto material na cidade, uma praça, um monumento, um edifício, produz-se também a maneira como será consumido, através das práticas ideológicas que produzem o objeto sob a forma de discurso e imagem. Assim, a reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integral da realidade social e, por essa razão, tal realidade é também constituída ou determinada pela própria atividade de simbolização (SÁNCHEZ, 2005).

[40] Além de Curitiba, a ser estudada mais adiante, caso notório constitui a cidade de Barcelona, na Espanha, a qual passou por um amplo projeto de remodelação urbana desde a década de 1980, acompanhado de um eficiente processo de *city marketing* baseado em estratégias de intervenção espacial, acompanhadas de medidas voltadas à construção de um amplo consenso cidadão com relação aos objetivos e medidas para o planejamento urbano, na maioria expressas no *Plan Estratégico Barcelona 2000.* Voltada a "colocar a cidade no mapa do mundo", a proposta destacava a reorganização dos espaços urbano-metropolitanos a nível mundial, melhorando a sua atratividade; e também na intensificação dos laços afetivos da população em relação á cidade (SÁNCHEZ, 1999).

ou de envolvimento emocional com as mudanças na cidade, tornam-se estratégias mercadológicas, da mesma forma que a recorrência à desqualificação do "outro", sejam cidades ou regiões, para ressaltar supostas qualidades locais, vantagens ou "índices" superlativos. Os meios de comunicação de massa prestam-se muito bem, como "aparelhos de produção simbólica", para potencializar o consenso e esvaziar o dissenso, assegurando a viabilidade desse projeto modernizador da cidade[41] (BOURDIEU, 1999).

> A publicidade em televisão, rádio, imprensa e demais meios de comunicação e informação que, nos casos analisados, têm sido intensamente utilizados como veículos construtores de determinadas leituras da cidade, intervêm decisivamente na criação de valores culturais e de representações sociais que, por sua vez, promovem determinados comportamentos e formas de utilização dos espaços públicos (SÁNCHEZ, 1997:66-8).

Deste modo, constata-se que, ao interpretar a produção de imagens e as políticas de *city marketing* como instrumentos de legitimação dos projetos de modernização e de promoção da coesão social, o Poder político através da mídia passa a exercer um crescente domínio sobre a vida coletiva nas cidades. Busca-se um necessário consenso social ao redor das propostas, o que melhora a sua efetividade – tendo em vista que geralmente as mudanças profundas acontecem em períodos de tempo bastante curtos – , ao mesmo tempo que se intensifica a participação contemplativa da maior parte da população, mesmo que amplos setores dela não são ou serão beneficiados pelas transformações urbanas implementadas. Acrescenta-se ainda que os valores culturais disseminados são fortemente associados ao estilo de vida das camadas médias, excluindo não somente opiniões ou quaisquer iniciativas diversas, mas também uniformizando modos de pensar; uma "colonização" mental.

> Assim, nesses projetos de cidade, o consumo do espaço parece estar fortemente associado ao consumo da cultura e ao consumo acelerado de bens e serviços. Os cidadãos de classe média, no usufruto dos novos espaços, parecem encontrar-se a si mesmos; parecem dizer algo de si mesmos para si mesmos. Tanto no plano das práticas espaciais quanto no plano ideológico é esse setor da sociedade que, na reprodução cotidiana e silenciosa dos valores e representações dominantes, na defesa irredutível do projeto de cidade, encarna com mais força o conservadorismo e a despolitização produzidos pela cidade-pátria (SÁNCHEZ, 2005:14).

---

[41] Conforme BOURDIEU (1998), essa luta pela hegemonia do chamado "discurso forte", enquanto interpretação da realidade e legitimação dos projetos, estaria associada à elaboração de imagens, enquanto sínteses discursivas, ou seja, um campo de disputas ampliadas visando, ao mesmo tempo, à conquista e à reprodução do poder político e econômico. Além disso, a difusão, na escala mundial, de representações e leituras sobre as cidades, a crise e os projetos de reestruturação urbana, encontrar-se-ia associada à difusão de uma nova linguagem planetária, "produto de um imperialismo propriamente simbólico", o qual também é abordado por BAUDRILLARD (2001). Soma-se a isto o fato dessa idéia de hegemonia construída ao evocar uma "identidade territorial homogênea", que precisa de proteção contra o diferente-externo, encontra-se também em obras consideradas referenciais para a difusão do modelo de reestruturação urbana contemporâneo, como BORJA (1996) e BORJA & CASTELLS (1997), em que se assume uma perspectiva teórica, com desdobramentos políticos e culturais, que valoriza a construção do sentido de lugar associada à de uma identidade unificadora. A questão da identidade consensuada é apresentada como condição de sobrevivência e êxito da cidade face à globalização. Segundo esses autores, se não for vigorosamente perseguida essa identidade "de todos" junto a uma atitude competitiva agressiva, será difícil desviar-se de um cenário de futuro apocalíptico (SÁNCHEZ, 2005).

Por fim, o segundo aspecto que também evidencia a manipulação simbólica operada no processo de *city marketing* contemporâneo refere-se à subordinação do debate coletivo ao chamado "desempenho eficaz da administração pública", em termos de uma "efetiva integração competitiva" da cidade e sua infra-estrutura; ou ainda, à apresentação do perfil técnico e/ou erudito de determinada liderança, que acaba qualificada como portadora de aparente imparcialidade e conhecimento científico sobre solucionar as questões urbanas. Trata-se da manipulação política do denominado "discurso competente", o qual, por trás de uma aparência "científica", ocultam-se práticas de subordinação, interesses particulares e projetos políticos. Nesta subordinação do debate ao chamado "desempenho eficaz da administração pública", OLIVEIRA (1999) sublinha que

> as metáforas e analogias próprias do novo discurso se destacam pela grande potência que têm mostrado no sentido de imprimir novas direções ao pensamento e às experiências na gestão [Essa subordinação] responde a uma versão tecnocrática da sociedade que esvazia a dimensão política do Estado, subsumindo as demandas sociais na esfera técnica (OLIVEIRA, 141-50).

As expressões "cidade-empresa" e "cidade-mercadoria" são algumas das analogias que emergem e se afirmam nesse novo repertório, com perceptíveis influências nas representações sociais e nas relações de poder. Estabelecem-se como metáforas constitutivas do novo discurso sobre o urbano, as quais tornam o *city marketing* um instrumento de difusão e afirmação imperativa de determinadas representações. No discurso da "cidade-empresa" ou da "gestão empresarial da cidade", há uma construção mitificada da figura do líder carismático, do administrador erudito ou da liderança política enaltecida sobretudo pela competência técnica capaz de situá-lo acima da política, requisitos tidos como indispensáveis do "Prefeito empreendedor" ou dos agentes portadores da missão de desencadear planos e projetos estratégicos associados à reestruturação urbana (SÁNCHEZ, 2001).

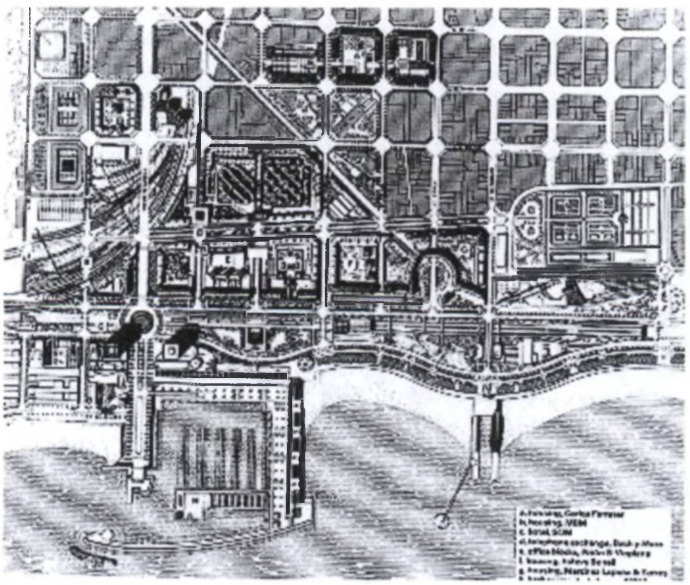


FIGURA 5.30 – Plano de reestruturação da área portuária de Barcelona, na Espanha, da autoria de Oriol Bohigas (1925-), tendo em vista a realização dos *Jogos Olímpicos* de 1992. (**FONTE**: STRATH, 2005)

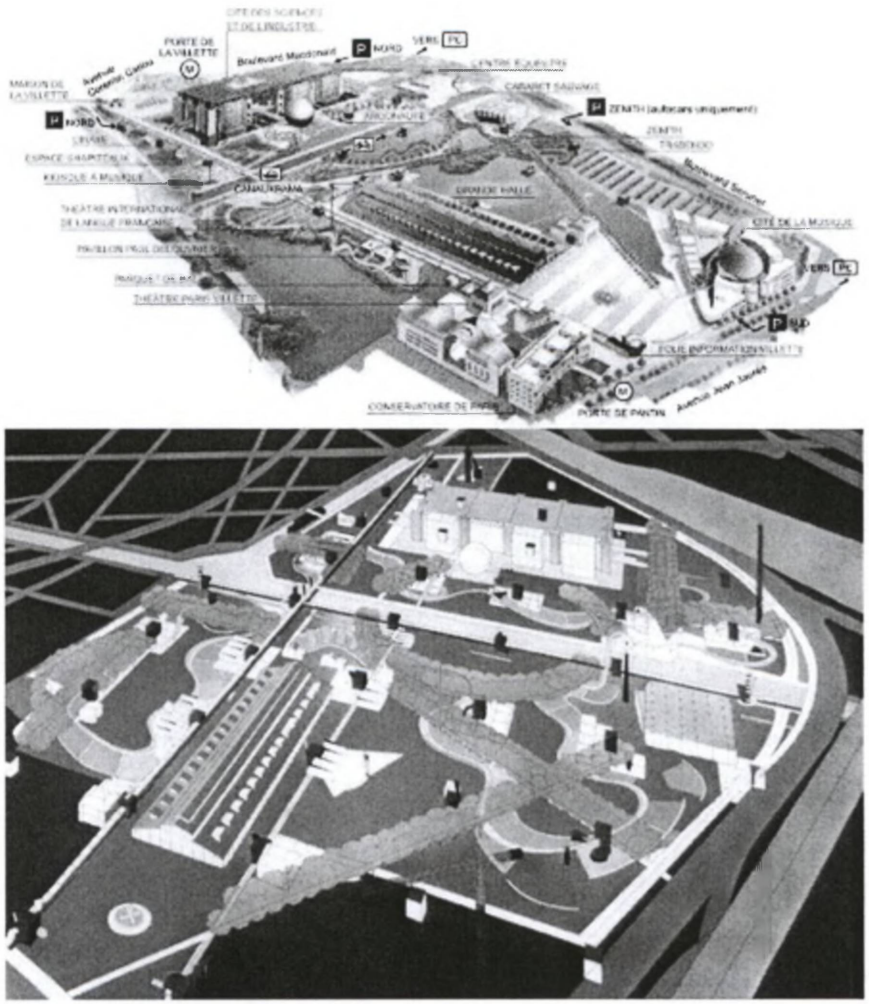


FIGURA 5.31 – Vistas gerais do *Parc de La Villette*, situado em Paris, criado em 1993 segundo a proposta urbanística de Bernard Tschumi (1944-). (**FONTE**: COLLOQUIUM, 2005; DKOLD, 2005)

Paralelamente, passa-se a verificar uma crescente colaboração entre os setores público e privado, na qual se evidencia uma confluência de interesses entre o governo da cidade e os setores empresariais, além de um incentivo demasiado por parte do poder público para que o setor privado invista proveitosamente no espaço urbano, o que se mostrou claramente na implementação da reforma urbana de Barcelona, visando a realização dos *Jogos Olímpicos* de 1992 – que incluiu a criação do *Parque do Litoral* pelo arquiteto catalão Oriol Bohigas (1925-) –, com o atendimento aos fortes interesses do capital imobiliário internacional (FIG. 5.30); e na reestruturação completa dos antigos matadouros de *La Villette* em 1993, na divida entre do XIX *arrodissement* de Paris com o departamento de Sant-Denis, através da criação de um amplo parque pelo arquiteto suíço Bernard Tschumi (1944-), que se tornou a mais vasta área verde (35 hectares) da capital francesa, recebendo mais de quatro milhões de visitantes ao ano (FIG. 5.31); além das proveitosas negociações para transformar recentemente a *Região Metropolitana de Curitiba* – RMC em pólo automobilístico nacional; ou ainda, na constituição dos parques urbanos em Curitiba, estudada no próximo capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ALESSANDRI-CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996. 152p.

ARENDT, H. **A condição humana.** 10a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 352p.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico.** Lisboa: Edições 70, 1996. 128p.

BARDET, G. **O urbanismo.** 2a. ed. Campinas: Papirus, Col. Ofício de Arte e Forma, 1990. 141p.

BARTALINI, V. *Áreas verdes e espaços livres urbanos.* In: MACEDO, S. S. (Org.). **Paisagem ambiente: ensaios.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU: Universidade de São Paulo – USP, ed. especial, n. 1 e 2 , 1986. p. 49-57.

BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital.** Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 93p.

BENÉVOLO, L. **História da arquitetura moderna.** 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 813p.

BOEIRA, S. L. **Como entender o ambientalismo?** [*On line*]
Disponível em: <http://www.sj.univali.br/~slboeira/ Ambientalismo.htm> Acesso em: 17.jan.2005a.

_____. **Enfoques teóricos sobre ambientalismo.** [*On line*]
Disponível em: <http://hps.infolink.com.br/peco/ boeira3.htm> Acesso em: 21.jan.2005b.

BORJA, J. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana. In* : FISCHER, T. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1996. 208p.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información.** Madrid: United Nations for Human Settlements: Taurus:Pensamiento, 1997.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 5a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, n. 20, 2003. 372p.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 152p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Belém: Banco da Amazônia S/A, 1988. 271p.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** 4a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 398p.

BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994. 135p.

BUTTEL, F., HAWKINS, A., POWER, A. *From limits to growth to global change: constrains and contradictions in the evolution of environmental science and ideology* In: **GLOBAL ENVIRONMENTAL CHANGE: HUMAN AND POLICY DIMENSIONS**, vol. 1, n. 1, 1990. p.17-45.

CHADWICK, G. F. **The park and the town: public landscape in the 19th and 20th centuries.** New York: Frederick A. Praeger, 1966. 229p.

CHALMERS, A. **A fabricação da ciência.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1994. 182p.

CICCACIO, A. M. *A lei das cidades.* In: **REVISTA URBS.** São Paulo: Associação Viva o Centro, ano IV, n. 22, jul./ago.2001. p.18-21.

COBRA, M. **Marketing de serviços: estratégias para turismo, finanças, saúde e comunicação.** 12a. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2000. 256p.

DAL CO, F. *De los parques a la región: ideología progresista y reforma de la ciudad americana.* In: CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANIEIRI-ELIA, M.; TAFURI, M. **La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1975. p.141-196.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** 3a. ed. São Paulo: Pini, 1997. 198p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996. 169p.

DOMAS, D. S. **A filosofia política de Ortega y Gasset.** [*On line*] Disponível em: <http://www.e-torredebabel.com/ OrtegayGasset/Estudios/Santos-AFilosofiaPoliticaaOrtega.htm> Acesso em: 18.jan.2005.

ESLARP. Disponível em: <http://www.eslarp.uiuc.edu/la/LA338-S99/part1/b/planning.htm> Acesso em: 30. maio.2005.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado.** 7a. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 631p.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método.** Lisboa: Relógio d'Água, 1997.,

FRANCO, M. DE A. R. **Desenho Ambiental: Uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume, 1997. 224p.

_____. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2a. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 296p.

GEDDES, P. **Cidades em evolução.** Campinas: Papirus, Col. Ofício de Arte e Forma, 1994. 276p.

GONZALES, S. F. N. *As formas concretas da segregação residencial em Brasília.* In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília: ideologia e realidade/espaço urbano em questão.** São Paulo: Projeto, Série Textos de Arquitetura, 1985. p.81-99.

GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo.** 4a. ed. Lisboa: Presença, 1996. 226p.

GUIMARAENS, C. **Lucio Costa: um certo arquiteto em incerto e secular roteiro.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Col. Perfis do Rio, 1996. 115p.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX.** 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, Série Urbanismo, Col. Estudos, n. 123, 2002. 578p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6a. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993. 352p.

HOLANDA, F. *A morfologia interna da capital.* In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília: ideologia e realidade/espaço urbano em questão.** São Paulo: Projeto, Série Textos de Arquitetura, 1985 p.135-60.

HORGAN, J. **O fim da ciência: uma discussão sobre os limites do conhecimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 364p.

JELLICOE, G.; JELLICOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1995. 408p.

JENCKS, C. **The language of post-modern architecture.** New York: John Wiley, 1997. 522p.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993. 212p.

KOHLSDORF, M. E. *Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar.* In: FARRET, R. L. et al. (Org.). **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana.** São Paulo: Projeto, 1985. p. 15-72.

LACAZE, J. P. **Os métodos do urbanismo.** Campinas: Papirus, Col. Ofício de Arte e Forma, 1993. 136p.

LEFREBVRE, H. *Le droit à la ville.* In: RONCAYOLO, M. ; PAQUOT, T. (Org.). **Villes et civilisation urbanine: XIX et XX siécle.** Paris: Larousse, Col. Textes Essentiels, 1992. P.382-91..

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis RJ: Vozes, 1999. 260p.

_____. **O labirinto: ensaio sobre ambientalismo e globalização.** São Paulo: gaia, 1996. 172p.

LEITE, M. A. F. P. *Política urbana x política ambiental: 1964-1984.* In: MACEDO, S. S. (Org.). **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU: Universidade de São Paulo – USP, Ed. especial n. 1/2, 1986. p. 77-87.

LEME, M. C. da S. (Coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel : FUPAM: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU, Universidade de São Paulo – USP, 1999. 600p.

LIEMUR, J. F. **Buenos Aires y su río: del puerto de barro al barrio global.** [*On line*] Disponible em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq054/arq054_03_e.asp> Acesso em: 30.out.2005.

LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres em la ciudad.** Madrid: Instituto de Estúdios de Administración Local, 1982. 538p.

MACEDO, S. S. *Espaços livres.* In: MACEDO, S. S. (Org.). **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU: Universidade de São Paulo – USP, n. 7, 1995. p. 15-57.

_____. **Quadro de paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Quapa, Col. Primeira Linha, 1999. 144p.

_____.; ROBBA, F. **Praças brasileiras.** São Paulo: Universidade de São Paulo – USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 312p.

_____.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** 2a. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 208p.

MANIERI-ELIA, M. *Por uma cidade "imperial": D. H. Burnham e o movimento City Beautiful.* In: CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANIEIRI-ELIA, M.; TAFURI, M. **La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1975. p.3-190.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza: proteção de mananciais e exclusão social.** São Paulo: Studio Nobel, Col. Cidade Aberta, 1999. 240p.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224p.

MENDONÇA, F. de A. **O clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno.** São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – USP, 1994. 300p.

MONTANER, J. M. **Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1999. 272p.

MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2002. 479p.

_____. **O método II: a vida da vida.** Porto Alegre: Sulina, 2001. 526p.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 5a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 742p.

MURATORI, A. M. *A natureza no final do século XX.* In: **REVISTA PARANAENSE DE GEOGRAFIA.** Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, n. 04, 1999. [*On line*] Disponível em: <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/6ana.htm> Acesso em: 12.jan.2005.

OLIVEIRA, D. *A metáfora cidade-empresa no planejamento estratégico de cidades.* In: **CADERNOS IPPUR.** Rio de Janeiro: v. XIII, n. 1, jan./jul.1999. p.141-62.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditaciones del Quijote.** Madrid: Alianza, 1997. 327p.

PARANÁ. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/meioambiente/sema/index.shtml> Acesso em: 26.jan. 2005

PAVIANI, A. (Coord.). *A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional.* In: **CADERNOS DO CEAM/NEUR.** Brasília: Universidade de Brasília – UNB, ano II, n.1, 1993. 79p.

POPPER, K. **A lógica da investigação científica.** 6a. ed. São Paulo: Cultrix, 2000. 568p.

PORTOGHESI, P. **Depois da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. 310p.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: o tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1996. 200p.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** São Paulo: Planta, 2001.328p.

RELPH, E. C. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitetura & Urbanismo, 2002. 245p.

ROBINSON , D.; GROVES, J. **Filosofia para principiantes.** Lisboa: Dom Quixote, 1999. 175p.

ROMERO, M. A. B. **Arquitetura bioclimática do espaço público.** Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2001. 226p.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências: Geografia Humana, Departamento de Geografia – FFLCH, Universidade de São Paulo – USP, 2001.

_____. **A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política.** [*On line*] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100004&Ing=Em&nrm=sio&tlng=pt> Acesso em: 24.jul.2005.

_____. *Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana.* In: **REVISTA PARANAENSE DE GEOGRAFIA.** Curitiba PR: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm> Acesso em: 24.jul.2005.

_____. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba PR: Palavra, 1997. 168p.

SÁNCHEZ, F.; MOURA, R. *Cidades-modelo: espelhos de virtudes ou reprodução do mesmo?* In: **CADERNOS IPPUR**. Rio de Janeiro: ano XIII, n. 2, ago./dez.1999. p. 95-114.

SANTOS, C. N. F. DOS. **A cidade como um jogo de cartas.** 2a. ed. São Paulo: Projeto, 1993. 192p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCALISE, W. *O espaço livre público como instrumento de construção e qualificação da paisagem urbana.* In: **REVISTA ASSENTAMENTOS HUMANOS**. Marília SP: v. 3, n. 1, 2001. p.25-32.

SCHMIDT, B.; FARRET, R. L. **A questão urbana: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Col. Brasil: Os Anos de Autoritarismo, 1985. 96p.

SEGAWA, H. **Ao amor ao público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996. 256p.

_____. **Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX.** 2a. ed. São Paulo SP: Ateliê Editorial, 2004. 184p.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ática, Série Temas, v. 26: Arquitetura e Urbanismo, 1992. 240p.

SMYTH, H. **Marketing the city: the role of flagship – developments in urban regener.** New York: Spon Press, 1994. 290p.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, Col. Ponta, 1995. 360p.

TASSARA, E. T. O. A *propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação.* In: **SEMINÁRIO RESPONSABILIDADE E ÉTICA PROFISSIONAL FACE AO MEIO AMBIENTE URBANO.** São Paulo: universidade de São Paulo – USP, jun. 1992.

UNESCO. **Universities and environmetal education.** Paris: UNESCO, 1986. 387p.

VICENTINI, Y.; RISEK, C. S. *Teorias urbanas e o tema da natureza.* In: PADILHA, N. (Org.) **Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas.** Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1998. p.35-56.

VIEIRA, L. **Fragmentos de um discurso ecológico: reflexões críticas de ecologia política.** [*On line*] Disponível em: <http://www.lisztvieira.pro.br/texto_fragmentos.htm> Acesso em: 12.jan.2005.

VIOLA, E. J. *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio'92: o desafio de uma estratégia globalista viável.* In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** 2a. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 220p.

_____. **O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável.** [*On line*] Disponível em: <http://www.memoriadomeio ambiente.org.br/ biblioteca/down/viola.doc> Acesso em: 17.jan.2005.

_____.; LEIS, H. R. *A evolução das políticas ambientais no Brasil (1971-1991): do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável.* In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Universidade de Campinas – UNICAMP, 1992. p.73-102.

FONTES DE ILUSTRAÇÕES

ACADEMIC BROOKLIN. Disponível em: <http://academic.brooklyn.cuny.edu/history/dfg/core/versail.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

AMERIKA. Disponível em: <http://www.amerika.nl/reizen/images/imamericana/centralpkmap_lg.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

ARCH-MCGILL. Disponível em: <http://www.arch.mcgill.ca/prof/schoenauer/arch528/lect08/d14.jpg> Acesso em: 10.mar.2005.

ASTRO CULTURA. Disponível em: <http://astrocultura.uai.it/tesi/stella2004/Chiara_Donadio/data/ img/bigbang.jpg> Acesso em: 14.fev.2005.

CIDADE USP. Disponível em: <http://www.cidade.usp.br/educar2003/> Acesso em: 29.out.2005.

COLLOQUIUM. Disponível em: <http://www.colloquium.fr/ei/cm.esp?id=95&pageid=_18O0UFYH4> Acesso em: 30.out.2005.

DRIX PIX. Disponível em: <http://www.drix.pix.nom.br/fotos/rio%20de%20janeiro/grande/jardim_botanico2.jpg> Acesso em: 10.mar.2005.

DKOLB. Disponível em: <http://www.dkolb.org/sprawlingplaces/index/threepar/lavillet.html> Acesso em: 30.out.2005.

FREDERICK LAW OLMSTED. Disponível em: <http://www.fredericklawolmsted.com/images/chicago.gif> Acesso em: 30.out.2005.

HERITAGE ANTIQUE MAPS. Disponível em: <http://www.heritageantiquemaps.com/main.html?http&&&www.heritageantiquemaps.com/United%20States,%20By%20State/wy.htm> Acesso em: 20.fev.2005.

IDEAL CITY. Disponível em: <http://www.idealcity.org.au/town_planning-4-garden_city.html> Acesso em: 30.out.2005.

JELLICOE, G.; JELLICOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1995. 408p.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade.**São Paulo: Pini, 1993. 211p.

KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history.** London: Thames & Hudson, 1991. 352p.

LIBRARY CORNELL. Disponível em: <http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/parkcomm.htm> Acesso em: 02.abr.2005.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** 2a. ed. São Paulo: EdUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Col. Quapá, 2003. 208p.

MOUSETYME. Disponível em: <http://www.mousetyme.com/ThemeParks.html> Acesso em: 02.abr.2005.

MUJERES DE EMPRESA. Disponível em: http://www.mujeresdeempresa.com/images/fotos_baires/puerto_madero/plano_madero.gif Acesso em: 31.out.2005.

PASSEIO PÚBLICO. Disponível em: <http://www.passeiopublico.com.br/img/sec19-04.jpg> Acesso em: 10.mar.2005.

PLATO DIALOGUES. Disponível em: <http://plato-dialogues.org/tools/agora.htm> Acesso em: 29.out.2005.

PRODAM. Disponível em: <http://www.prodam.sp.gov.br/ibira/mapa.htm> Acesso em: 30.out.2005;

PUERTO MADERO. Disponível em: <http://www.puertomadero.com/planes11.cfm> Acesso em: 30.out.2005.

SENAC. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/301/figura1c.gif> Acesso em: 29.out.2005

SMITH. Disponível em: <http://www.smith.edu/garden/images/olmstedplan.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

STRATH. Disponível em: <http://www.strath.ac.uk/Other/Cities/public_html/bohigas.jpg> Acesso em: 30.out.2005.

VEREDA. Disponível em: <http://vereda.saber.ula.ve/historia_arte/artelatinomode/images/BRASILIA-PLANO.jpg> Acesso em: 02.abr.2005.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:McMillanPlan.jpg> Acesso em: 20.fev.2005.

6

CURITIBA

6.1 DA FORMAÇÃO DA CIDADE À CAPITAL ECOLÓGICA

Após a construção de todo o arcabouço teórico que possibilitou até aqui a compreensão dos diversos nuances existentes na relação entre desenvolvimento e meio ambiente – de modo específico, na dicotomia cidade/natureza –; suas implicações interdisciplinares, conceituais e filosóficas; e os principais rebatimentos dessas concepções na prática urbana – assim como o estudo da evolução do pensamento ecológico, das movimentações naturalistas e ambientalistas, e, em paralelo, da eclosão das utopias e seu importante papel no processo criativo –, a avaliação do caráter ecotópico dos parques urbanos situados na capital paranaense somente se torna possível, a partir da sua caracterização histórico-espacial, de modo a definir os elementos que implicaram na sua produção e, finalmente, no seu uso e percepção pela população curitibana.

A cidade de Curitiba, está situada ao Sul do Brasil, possuindo pouco mais de três séculos de existência e um milhão e meio de habitantes. Sua região metropolitana composta ao todo por 26 Municípios ocupa quase que totalmente o *Primeiro Planalto Paranaense*, alcançando a Leste as bordas da Serra do Mar (FIG. 6.1). De clima temperado e relevo levemente ondulado, a região constitui-se em uma das áreas de maior crescimento populacional no país, devido principalmente ao fluxo migratório provocado, em grande parte, pela busca de melhores expectativas de qualidade de vida, amplamente divulgadas pelos órgãos administrativos nas três últimas décadas, através de um processo de *city marketing* bastante característico; e intensificadas pelo advento da industrialização crescente.

Em termos gerais, a história do Estado paranaense confunde-se com a da ocupação de seu território após o descobrimento e da formação de suas comunidades regionais, em geral definidas em número de três: a do Sudeste, representada pelo Paraná tradicional, cuja formação deu-se até meados do século XIX; e as do Sudoeste e do Norte, que equivaleriam ao Paraná moderno, já no século XX. Embora as referências às terras do litoral e do interior tardem um pouco a aparecer na documentação disponível, sabe-se que a iniciativa de colonização deu-se a Sudeste, esboçando-se no século XVII, devido à busca do ouro; e estruturando-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, cuja base econômica estava na criação e comércio do gado. Mais tarde, no século XIX, assentou-se nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e madeira (WACHOWICZ, 2001).

Em 1646, o capitão-mor Gabriel de Lara comunicou a São Paulo a descoberta de ouro na região litorânea do Paraná, o que intensificou sua ocupação e, já em 1648, oficializava-se a *Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá*, posto mais avançado do domínio da Coroa portuguesa no litoral Sul do Brasil. A partir de então, a ocupação paranaense deu-se em direção Oeste. De acordo

com MARTINS [19--], a transposição da Serra do Mar, devido à busca do ouro, ocorreu por dois sentidos: pelo Nordeste, de onde chegavam os mineradores paulistas, através do caminho do Peabiru, pelo vale do Assungüi, atual Ribeira; e pelo Sudeste, de onde subiam os garimpeiros de Paranaguá, seguindo os rios que lá desaguavam. Logo, as primeiras referências à civilização curitibana datam de meados do século XVII, quando, em 1649, Eleodoro Ébano Pereira organizou uma expedição aos *Campos de Queretiba*, com o objetivo de encontrar novas minas de ouro[1].

Segundo MOREIRA (1972), foi em 1650 que se registrou a criação de um pequeno povoado denominado *Vilinha* – que viria também a ser conhecido como *Vila Velha* ou *Arraial dos Côrtes* –, às margens do rios Atuba e Bacacheri, considerado o núcleo inicial de Curitiba. Não se conhece o local exato desse povoamento nem as suas reais condições, mas se sabe que a população buscou um outro espaço para a vila definitiva, em uma área mais a Oeste e contida pelos rios Ivo e Belém, onde se pressupõe hoje situar a praça Tiradentes. Acredita-se que tal mudança tenha ocorrido em 1654, já que faltam documentos sobre o fato. Existe uma antiga lenda segundo a qual o novo local teria sido escolhido com a intermediação do cacique dos Campos de Tindiqüera, que indicou onde deveria ser construída a capela de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, núcleo definitivo da povoação, com as palavras: – *Taki keva, Kur'yt'yba* ("Aqui, muito pinhão"), indicando que ali os colonos não passariam fome, já que o pinhão, fruto da Araucária ou Pinheiro-do-Paraná, era a principal fonte de alimentação indígena durante o inverno, época em que a caça era escassa.

> Em 4 de novembro de 1668, o capitão-mor de Paranaguá, Gabriel de Lara, atendendo requerimento de dezessete famílias, mandou levantar um pelourinho de madeira em frente à primitiva capela de pau-a-pique, coberta de palha. Mas o símbolo de autoridade não foi acompanhado da garantia de justiça e administração, com a estrutura necessária para a criação oficial da Vila. Gabriel de Lara simplesmente nomeou Mateus [Martins] Leme como capitão-povoador. E os moradores continuavam tendo que ir a Paranaguá resolver as questões legais (DUARTE & GUINSKI, 2002:17).

Foi justamente Matheus Leme quem, em 29 de março de 1693, respondendo aos apelos da população que pedia "paz, quietação e bem comum do povo", promoveu a eleição da Câmara de Vereadores e a instalação da Vila, como exigiam as *Ordenações Portuguesas*, fundando oficialmente Curitiba.

---

[1] Na história do Paraná, a chegada do homem branco não tem data definida, sabendo-se apenas que a ocupação dos campos de Curitiba foi fundamental para o domínio português da região Sul do país, o que se daria somente depois do século XVII, com a criação de Paranaguá. A partir de então, diversas moradias foram surgindo de modo disperso no território, formando arraiais, dos quais os mais conhecidos foram o *Arraial Grande* e o *dos Queimados*, embora o *da Vilinha*, desenvolvido às margens do rio Atuba, tenha sido o mais importante, estabelecendo-se ali até 1654, quando da sua transferência. Conforme DUARTE & GUINSKI (2002), o primeiro documento a referir-se à ocupação do planalto curitibano é o da concessão de uma sesmaria pelo governo colonial para Mateus Luiz Grou, em 4 de julho de 1639. Em 1651, Ébano Pereira informou ao governo a descoberta de ribeiros de ouro de lavagem nos campos de Curitiba, depois de colher por mais de uma década amostras no local, por determinação do governador do Rio, Salvador Correa de Sá e Benevides. Em 1653, instalado em Paranaguá, na condição de administrador das minas dos distritos do Sul, Ébano Pereira teria sido o responsável pelo primeiro registro da povoação, ao mandar fazer um mapa assinalando os locais de mineração no litoral. "Ao poente da Serra do Mar, a posição de Curitiba é marcada por um grupo de casas. Também é determinado um trajeto, com o nome alterado: *Caminho de Quereitiba*" (DUARTE & GUINSKI, 2002:14).

FIGURA 6.1 – Mapa do Estado do Paraná, com a localização de sua capital, Curitiba.
(FONTE: CURITIBA PARANÁ, 2005)

Em 1721, com uma população de cerca de 1.400 habitantes, o povoamento recebeu a visita do ouvidor Raphael Pires Pardinho, que definiu as primeiras posturas citadinas e as novas formas de convivência para a comunidade[2]. Contudo, apesar dos primeiros cuidados urbanísticos ocorridos no início do século XVIII, de acordo com OBA (1998), a cidade se manteve pobre e sem comércio. Foi somente com a política portuguesa de buscar novas fronteiras que Curitiba passou a ganhar maior importância[3]. Além da abertura da estrada da Laguna, no apoio à luta pela *Colônia de Sacramento*; em 1738, foi aberto o *Real Caminho do Viamão*, ligando o estuário do Guaíba, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, em São Paulo, onde se realizavam as grandes feiras de gado. Os campos de Vacaria RS, Lajes SC e Curitiba PR passaram a ser utilizados como invernadas para recuperação dos animais ao longo deste longo trajeto. Como conseqüência, a pecuária tornou-se a atividade econômica predominante na região, que passou a contar com lugarejos para atender essa demanda, como os núcleos formadores da Lapa, Iapó (atual Castro) e Santa Cruz (atual Ponta Grossa).

[2] As condições da Vila de Curitiba foram descritas em um relatório que o ouvidor Pardinho fez para o rei em 30 de agosto de 1721, bem como as atitudes que tomou para garantir a justiça e a administração do local; medidas estas que recebiam o nome de *provimentos*, dos quais se destacaram as construções de uma cadeia e da sede para o conselho da Vila. As principais regulamentações urbanas delimitavam áreas para o corte de árvores e exigiam que, nas novas propriedades, somente fossem construídas casas cobertas com telhas e outras benfeitorias, além de proibir a construção de moradias sem a autorização da Câmara.

[3] Muitos curitibanos integraram as expedições militares que definiram as fronteiras das possessões portuguesas, afastando a presença espanhola e conquistando os campos de Guarapuava e de Palmas; e os rios Ivaí e Iguaçu. Esses povoadores a caminho do Rio Grande, levantavam suas moradias à margem da estrada do sertão, tendência que permaneceu durante toda a ocupação da zona missionária e continuou até o século XIX. Como rota de passagem, o Paraná teve vários pousos, currais e invernadas de gado que viraram cidades (CARNEIRO, 1995).

Inicia-se assim o período do tropeirismo, quando a pequena vila paranaense transformou-se em um importante ponto de comércio para os tropeiros, que transportavam gado, muares e alimentos do Sul em direção ao Norte. Nessa época, os fazendeiros abandonavam suas fazendas, alugando-as aos tropeiros como locais de invernadas e se mudavam para Curitiba, abrindo lojas, armazéns e escritórios de negócios, ligados ao transporte de gado. Porém, com o esgotamento do ouro mineiro e conseqüente diminuição da demanda pelo transporte animal, a economia paranaense voltou-se à agricultura, cuja área se expandiu para Oeste. Em finais dos setecentos, o plantio de trigo, mandioca e arroz, garantia a vida econômica no planalto, inclusive permitindo algumas exportações[4].

Em 1820, Curitiba já possuía algumas ruas calçadas, três igrejas e pouco mais que duas centenas de pequenas casas, quase todas térreas e algumas sendo construídas em pedra. O distrito todo contava com um pouco mais de 11.000 pessoas. Quando o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) esteve na cidade, neste mesmo ano, ressaltou a beleza das moças do local, a predominância da cor branca das pessoas e o reduzido número de pessoas abastadas (SAINT-HILAIRE, 1995). Destacando o isolamento da vila, que não tinha "estrada boa" para o litoral, observou ainda a pobreza das casas construídas em taipa, de paredes caiadas e sem adornos; e viu no frio um estímulo para o trabalho e desenvolvimento do povoado, de forma eminentemente circular.

> Curitiba mostra-se tão deserta, no meio da semana, quanto à maioria das cidades do interior do Brasil. Ali, como em inúmeros outros lugares, quase todos os seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever de assistir à missa (SAINT-HILAIRE, 1978:71).

O advento da *Independência* (1822) reforçou as aspirações de autonomia dos paranaenses, os quais se sentiam prejudicados pela dependência de São Paulo. Além disso, a criação e comércio de gado, que dependiam das Gerais, davam suporte para certa segurança financeira auxiliada pelo crescimento da economia devido à exploração do mate e madeira. Em 1835, assumia o primeiro prefeito, João Borges de Macedo; e, com o fortalecimento de Curitiba, em 05 de fevereiro de 1842, esta foi elevada à categoria de Cidade. É interessante lembrar que datam desse período os primeiros atos legislativos provinciais, autorizando o governo a promover a colonização das terras paranaenses com imigrantes estrangeiros, em especial após o fim do tráfico negreiro, ocorrido em 1850[5].

---

[4] A antiga Capitania de Paranaguá, que existiu entre 1660 e 1710 – quando foi extinta e incorporada à de São Vicente e Santo Amaro –, acabou virando a 5ª Comarca de São Paulo, cuja sede, em 1812, passou de Paranaguá para Curitiba, a qual adquiriu maior segurança política. A extração da erva-mate, que era nativa em grande parte do território paranaense, ganhou impulso principalmente a partir de 1820, tornando-se rapidamente um grande negócio. Por sua vez, embora conhecidos, os campos ao Sul do rio Iguaçu permaneceram despovoados até meados do século XIX, sendo sua ocupação efetivada somente através de expedições de fazendeiros realizadas depois de 1839, que introduziram o gado e promoveram a posse e exploração da terra, sem deixar de citar os vários conflitos que aquela região vivenciou (WACHOWICZ, 2001).

[5] Na verdade, as correntes imigratórias para Curitiba já se iniciaram espontaneamente em 1816, com a chegada de açorianos, estes seguidos dos alemães que vieram se ocupar do comércio por volta de 1830 em diante e dos franceses mais freqüentes a partir de 1847. Contudo, foram os italianos que, vindos desde o início da década de 1850, modificaram o quadro urbano. Em 1860, destaca-se a chegada de 945 ingleses, franceses, alemães e outros imigrantes para o estabelecimento da *Colônia Assunguy*, no vale do Ribeira. Já a imigração polonesa, mais comum a partir de 1870, estabeleceu-se nas colônias de *Pilarzinho* e *Abranches* (WACHOWICZ, 2001).

> A elite paranaense – comerciantes de animais e erva-mate – começou a se diferenciar dos despossuídos que a circundavam. Isso se refletiu no parlamento paulista. O tropeirismo representava a maior parte das rendas da província de São Paulo e a nova elite paranaense iniciou batalhas parlamentares para conseguir a emancipação política do Paraná (DUDEQUE, 1995:117).

Em 29 de agosto de 1853, através da Lei imperial n. 704, o Paraná tornou-se Província, emancipando-se política e administrativamente de São Paulo, e assumindo como seu primeiro presidente, em 19 de dezembro do mesmo ano, Góes e Vasconcellos[6]. Portanto, antes de 1853 não existia nenhum paranaense, simplesmente porque a Província ainda não havia sido criada, havendo somente curitibanos, naturais da 5ª Comarca de São Paulo. Curitiba elevou-se à condição de Capital do Paraná em 26 de julho de 1854, e, em seguida, foram criadas as Comarcas de Paranaguá e de Castro. Nesse momento, a cidade constituía um colégio eleitoral, com eleitores paroquiais e um conselho de jurados, em que estavam qualificados apenas 226 cidadãos[7] (MARTINS, 1944).

Foi o prefeito Góes e Vasconcellos quem criou o *Arquivo Público* e a *Biblioteca Pública*, assim como mandou construir escolas, teatros e clubes. Em abril de 1854, a cidade ganhou seu primeiro jornal, o semanário *Dezenove de Novembro*, de propriedade de Cândido Lopes, na época instalado na rua das Flores. Contudo, de acordo com POMBO (1980), quando da sua transformação em capital paranaense, Curitiba ainda sofria dos mesmos problemas de quando era uma vila: muita lama, pouco calçamento, escassez de água e falta de saneamento e iluminação. Nos dias de muita chuva, a cidade transformava-se em um imenso banhado. As incumbências da Assembléia eram grandes e prenunciavam várias mudanças.

> As ruas não excederiam de umas 8 ou 10 e essas mesmas com muitos claros, o que se depreende até do nome com que ficou uma das mais antigas da povoação – a rua Fechada. A parte mais central da área urbana era a praça da Matriz (hoje Tiradentes). As ruas principais eram: a das Flores (mais tarde da Imperatriz e hoje Quinze de Novembro); a da Estrada (hoje Riachuelo); a do Fogo (hoje S. Francisco); a Fechada (hoje José Bonifácio); a do Rosário, etc. A povoação circunscrevia-se entre os ribeiros Belém e Ivo e mesmo assim com edificação muito rareada (POMBO, 1980:19).

---

[6] De acordo com MARTINS (1999), Zacarias de Góes e Vasconcellos (1815-1877) teria sido um dos mais notáveis estadistas do Império, criando realmente uma "província", não no sentido administrativo puro e simples, mas como "nação" paranaense, instituindo-lhe a identidade coletiva. Tendo sido nomeado presidente do Paraná a 17 de setembro de 1853, aos 38 anos, ele próprio se encontrava, por feliz coincidência, em um momento eufórico e psicologicamente dinâmico, casando-se em outubro do mesmo ano e depois de ter sido deputado provincial pela Bahia (1854/46/48), presidente do Piauí (1845/47), presidente de Sergipe (1848/49) e ministro da Marinha (1852). Ele inscrevia-se em uma conjuntura renovadora da política brasileira, conforme acentuou, logo de chegada, para estabelecer o clima em que desejava governar. Logo mais, tornar-se-ia um dos políticos mais eminentes do Segundo Reinado, os que passaram de então por diante a governar o país. "De fato, o ministério organizado por Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde de Paraná [...], e que devia enviá-lo para presidir a província recém-criada, recebeu, precisamente, o nome de Conciliação: era o seu programa" (p.23).

[7] Segundo FENIANOS (2003), a nova capital contava na época com cerca de 30 lampiões de iluminação pública a base de azeite de peixe, aproximadamente 300 casas bastante toscas, feitas de taipa ou pedra; e um pouco mais que 5.800 habitantes. Havia quatro igrejas: a da Matriz de Nossa Senhora da Luz, restaurada para as festas inaugurais da Província, embora ainda não concluída; a de Nossa Senhora do Rosário; a da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas; e a de São Francisco de Paula, que nunca chegou a ser terminada. Para providenciar a infra-estrutura administrativa, Góes e Vasconcellos arrendou um prédio na esquina da rua das Flores com a Carioca (hoje rua Riachuelo) para sediar o *Palácio do Governo* e comprou um prédio inacabado para instalar a *Assembléia Legislativa*.

Em 1855, chegava à Província o engenheiro francês Pierre Louis Taulois, contratado como inspetor geral de mediação das terras públicas, o qual propôs uma série de mudanças na cidade que possuía, até então, apenas duas ruas cortando-se em ângulo reto: a da Assembléia (hoje Dr. Muricy) e a do Comércio (atual Marechal Deodoro). Todas as outras se afastavam mais ou menos dessa direção e Taulois indicou os meios de endireitá-las, pedindo a desapropriação por utilidade pública. Além disso, Taulois foi o responsável pela indicação de uma série de determinações para criar uma cidade com forma regular, quadrilátera, com cruzamentos em ângulos retos e bem definidos, já demonstrando alguma preocupação com a circulação. Foi nesse momento que se pode dizer que se iniciou propriamente o planejamento urbano em Curitiba (MENEZES, 1996).

Em 1858, o engenheiro Frederico Hégreville recebia a autorização do Governo provincial para executar um projeto de expansão, desde que respeitasse os terrenos dos edifícios públicos e a praça do Quartel. Suas obras, seguindo as determinações de Taulois, foram decisivas na interferência do espaço urbano curitibano, feitas a partir de critérios técnico-científicos. A cidade organizava-se e se preparava para crescer. Em 1863, segundo DUARTE & GUINSKI (2002), já era grande o avanço, sendo a praça da Matriz, onde também se situava a cadeia, a área mais urbanizada da cidade. Na rua das Flores, levantava-se o maior número de prédios, sendo ali localizadas (FIG. 6.2).

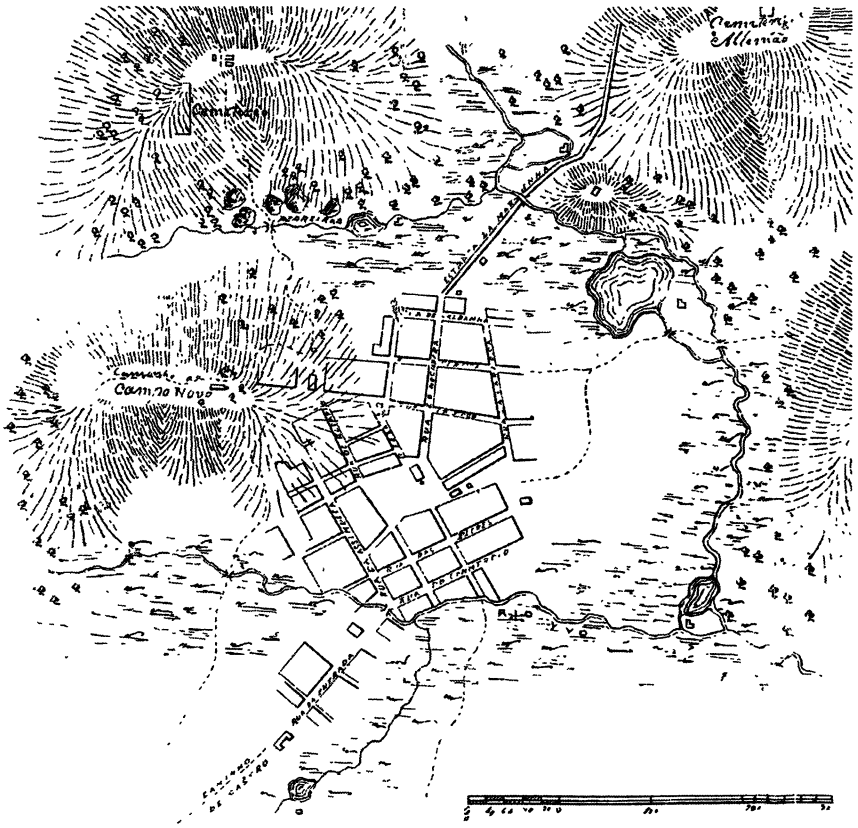


FIGURA 6.2 – Planta da cidade de Curitiba em 1857: acervo da *Casa da Memória*.
(**FONTE**: MARTINS, 1999)

> [...] as repartições da Polícia e das Terras. Na rua do Fogo (hoje S. Francisco) ficam o Correio e a Coletoria. Na rua da Entrada (depois Aquidaban e, mais tarde, Emiliano Perneta) estão o Palácio e a Secretaria do Governo, e os quartéis do Corpo Fixo e da cavalaria. O Liceu e a Assembléia legislativa se situam justamente na rua da Assembléia, depois Dr. Muricy. O quartel da Polícia fica na rua do Comércio (MARTINS, 1944:210-3).

A partir da constituição da Província e sua capital, as expedições militares no Paraná foram intensificadas, fundando aldeamentos destinados a reunir os índios *Coroados* (Jê) e *Caiuá* (Tupi-Guarani), para que fossem catequizados e integrados à sociedade nacional. Entretanto, a carência de recursos governamentais para sua manutenção acarretou o desaparecimento destas aldeias, na maioria próximas ao rio Tibagi. As atenções voltavam-se para Curitiba, cuja paisagem urbana transformava-se continuamente. Em 1861, as *Posturas Municipais* impuseram um pé-direito mínimo de 20 palmos (4,40 m) nas construções, o que contribuiu evidentemente para a modificação do aspecto das edificações. Substituía-se a madeira pela alvenaria, além do emprego de telhas cerâmicas e ferro nas esquadrias e gradis. . A influência alemã – cujo *Gesangverein Germania*, hoje *Clube Germânia* foi fundado em abril de 1869 – passou a ser visível pela elevação das cumeeiras dos telhados e uso freqüente do sótão. Em 1867, segundo STELFFELD (1993), a cidade:

> [...] estava praticamente em obras, um verdadeiro reboliço, consertando-se as calçadas da rua das Flores e da rua da Entrada; sobre o rio Ivo iniciava-se a feitura de uma ponte; a Matriz necessitava de reformas urgentes, especialmente de carpintaria (os ofícios religiosos realizavam-se na Igreja do Rosário); os muros e o portão lateral do cemitério ainda não estavam concluídos. A rua Fechada (José Bonifácio) em dias de chuva transformava-se em um lago enorme e intransitável. (STELFFELD, 1993:225-6)

A *Guerra do Paraguai* (1865/70) exigiu a presença de paranaenses nos campos de batalha e, pela proximidade aos locais do conflito, muitos acabaram integrando os batalhões chamados *Voluntários da Pátria*; e Curitiba perdeu alguns de seus cidadãos[8]. Outrossim, além do surgimento de algumas associações curitibanas[9], a década de 1870 foi marcada principalmente pelo incremento populacional devido à chegada de imigrantes europeus, como a dos suecos, que se estabeleceram em 1871 na *Colônia Venâncio*; ou os suíços, chegados ao litoral paranaense em 1873.

---

[8] Em 1864, o Brasil realizou uma intervenção armada no Uruguai, contra o governo de Atanásio Aguirre (1804-1875). Francisco Solano López (1826-1870), presidente do Paraguai, tentou agir como mediador do conflito, o que foi recusado pelo Brasil. Com esse pretexto, López invadiu o território brasileiro, em Mato Grosso do Sul, e o argentino, em Corrientes, declarando assim guerra aos dois países. Em 1865, formou-se a Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, para combater o governo paraguaio. O comando supremo das tropas aliadas coube, na primeira fase da guerra, ao presidente argentino, Bartolomé Mitre (1821-1906). As forças militares aliadas eram, no início do conflito, bastante inferiores às paraguaias, sendo que a primeira tentativa brasileira de rechaçar a invasão em seu território fracassou inteiramente. Em 11 de junho de 1865, travou-se a Batalha Naval de Riachuelo, na qual a esquadra Paraguai foi derrotada; vitória essa que praticamente decidiu a guerra em favor da Tríplice Aliança, que passou a controlar os rios da bacia platina até a fronteira do Paraguai. Logo a seguir, os aliados desencadearam a ofensiva. Durante a guerra, o maior conflito da América do Sul, morreram mais de 1.000.000 de pessoas, entre civis e militares, em decorrência dos combates, epidemias e fome.

[9] Em 1873, por estímulo de Agostinho Ermelino de Leão, formou-se a *Sociedade Beneficente União Curitibana.* Em 1878, fundou-se a *Sociedade Portuguesa* e, em 1871, o *Club Curytibano*, iniciativa do Barão do Cerro Azul. Os imigrantes alemães fundaram a Sociedade Rio Branco, o *Schuetzenverein* (antigo *Clube de Atiradores*, hoje *Sociedade Thalia*), em 1876. Logo depois, estabelçeceu-se a *Sociedade Garibaldi*, em 1882, pelos italianos; e a *Sociedade Protetora dos Operários*, em 1883.

Entretanto, o processo de imigração incrementou-se especialmente a partir de 1875, com o presidência de Adolfo Lamenha Lins (1845-1881), cuja administração tinha como meta principal a questão da imigração, elaborando uma teoria para a criação de colônias, o que acabou formando um "cinturão verde" ao redor da capital até meados do século XX, garantindo seu abastecimento[10]. A *Colônia Alexandra*, próxima ao Porto de Paranaguá, foi a primeira de italianos estabelecida no Paraná, em 1876, sendo a de *Santa Felicidade* de dois anos depois. Pouco mais de uma dezena de famílias iniciaram espontaneamente seu povoamento, que atingiu a marca de 70 famílias em 1882. Considerada um modelo de colonização, recebeu imigrantes italianos – na maioria, provenientes de Vêneto, na Itália – até cerca de 1903. Além dos italianos, os poloneses, os prussianos e os galicianos também tinham vida predominantemente rural agrupando-se em comunidades esparsas no campo, onde cada família se situava de 300 a 500 m distante uma da outra, cabendo ao padre da Paróquia ser praticamente o único elo de ligação entre esses colonos (WACHOWICZ, 2001).

Conforme PEREIRA (1993), foi graças às melhorias nos transportes e comunicações com os centros maiores que as novidades insuflaram as iniciativas locais na busca de uma Curitiba mais cosmopolita aberta à modernidade. As classes médias passaram a cobrar da municipalidade a pavimentação de vias, a iluminação pública e a criação de espaços para um novo lazer citadino. Ansiavam por praças, ruas e *boulevards* aos moldes europeus ou cariocas. Foi na administração de João José Pedrosa (1844-1882) que muitas aspirações foram concretizadas, como a construção do *Mercado Municipal*, na atual praça Generoso Marques, a realização de obras de saneamento, a ampliação do fornecimento de água e a implantação da iluminação pública a querosene em 1874. Propõe-se ainda a construção da uma nova Matriz, iniciada pelo seu sucessor, Lamenha Lins, já que a estrutura da antiga igreja não suportava o peso das torres. Feita sua demolição em 1876, as obras iniciaram-se no ano seguinte perduraram por cerca de 26 anos. Em 1877, a igreja da Ordem também sofreu reformas, dentro dos preparativos para a vinda de D. Pedro II, que ocorreu em 1880.

Entretanto, a construção mais importante dessa época foi a *Estrada da Graciosa*, concluída em 1873, ligando a capital à cidade portuária de Paranaguá, já que promoveu o nascimento econômico de uma vasta zona povoada da Província, além de por fim ao isolamento material de Curitiba. Conforme DUDEQUE (1995), a indústria da erva-mate passou a se utilizar dessa estrada para escoar sua produção cada vez maior para o resto do país e para o exterior, além do couro e da madeira, que eram também comercializados, o que chamou atenção para a criação da ferrovia. Em agosto de

[10] De acordo com WACHOWICZ (2001), Lamenha Lins iniciou seu governo visitando e conhecendo o problema do fracasso da *Colônia Assungui*, constatando que os colonos estrangeiros estavam em um desânimo geral. Ele não via possibilidades destes permaneceram ali, a não ser que fossem investidas novas e vultuosas somas na abertura de uma estrada que os ligassem à capital. Depois de estudar a questão e avaliar o funcionamento das colônias *Argelina* (1869), *Pilarzinho* (1871) e *Abranches* (1873) – estas duas últimas formadas com pelo elemento polonês e a primeira com franceses procedentes de Argel – Lins criou uma verdadeira teoria sobre a forma de se fazer colonização com elemento imigrante europeu, o *linismo*, que incluía preocupações de assentamento, circulação e trabalho. As colônias formadas desse processo foram as de *Santa Cândida* e de *Orleans*, ambas de 1875; e *Santo Inácio*, *Rivière*, *D. Augusto*, *D. Pedro*, *Lamenha* e *Tomaz Coelho*, todas de 1876.

1879, o Decreto imperial n. 7.420 entregou os direitos de construção da estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá à companhia belga *Societé Anonyme de Travaux Dyle & Bacalan*, sediada em um centro madeireiro e representada no Brasil pela *Compagnie Generale de Chemins de Fer Brésilens*.

O impacto causado pela chegada da ferrovia a Curitiba foi notório, uma vez que coincidiu com a introdução de novas técnicas, conhecimentos e mão-de-obra especializada, esta formada por imigrantes italianos, alemães, poloneses, suecos e franceses. Foi justamente a década de 1880 que veio atender aos apelos da população curitibana por melhorias na cidade. Em 1882, a Câmara mandou abrir uma rua em direção ao largo da Estação, a rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco), onde aconteceria a chegada do primeiro trem, em dezembro de 1884[11]. Oficialmente, a ferrovia foi inaugurada com grande festa em 02 de fevereiro de 1885, a partir de quando se tornou a porta de entrada da capital. Após o *Teatro São Theodoro* (1884), outra obra fundamental foi o *Passeio Público*, aberto em 02 de maio de 1886, no qual em 19 de dezembro do mesmo ano acendia-se a primeira lâmpada elétrica de Curitiba[12]. Em 08 de novembro de 1887, inauguravam-se as linhas dos bondes puxados à mula, responsabilidade da *Empresa Ferro Carril Curytibana*.

O *Passeio Público*, cujo projeto foi apresentado em 19 de janeiro de 1886, foi iniciativa do então presidente da província, Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899), que convocou os serviços do empresário do mate Fernando Fasce Fontana – que se tornou depois seu primeiro diretor –, o qual assumiu a direção dos trabalhos em fevereiro de 1886, auxiliado pelo comendador Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), o *Barão do Cerro Azul*; e pelo engenheiro João Lazzarini, autor do projeto (FIG. 6.3).

---

[11] Entre todos os técnicos que trabalharam na *Ferrovia Paranaguá-Curitiba*, segundo DUDEQUE (1995), o mais importante foi o engenheiro italiano Antonio Ferucci (1829-1906), cuja formação e prática profissional coincidiram, em data e local, à expansão do modelo francês de desenho urbano na Itália, inclusive acompanhando em Florença os debates sobre a sua elevação à capital italiana e conseqüentes mudanças realizadas em seu traçado medieval, aos moldes da transformação de Paris pelo Barão de Haussmann (1809-1891). Ficando no Paraná entre 1880 e 1882, foi o responsável pelo planejamento de vários itens da estrada de ferro, entre eles de como seria a estação ferroviária de Curitiba, sua localização e desenho, inspirando-se no modelo de ruas retas e grandes perspectivas. Seu parecer técnico determinou a posição da estação: 800 m depois do final da rua Leitner – que inclusive estava próxima ao caminho do Mato Grosso (região do batel e Seminário), local de indústrias e engenhos de mate –, para onde a cidade deveria crescer; e na qual se poderia construir uma rua longa, larga, bem iluminada e pavimentada: a rua da Liberdade, depois rebatizada de Barão do Rio Branco. Imaginava-se, a partir dela, "desenvolver regularmente" o plano da cidade, através de corredores ordenados, homogêneos e simétricos, cuja mentalidade estava de acordo com a idéia novecentista de que a forma urbana poderia outorgar uma determinada "ordem" à sociedade, como aconteceu nas comunidades utópicas da época, como a de Charles Fourier (1772-1837). Além disso, "o eixo que seria formado entre a estação ferroviária e o centro urbano determinaria toda a formação posterior das ruas ao redor, uma malha em tabuleiro de xadrez concebida pelo engenheiro italiano Ernesto Guaita. A ferrovia dividiria a história de Curitiba em antes e depois de sua existência, e dividiria seu espaço em dois: a frente e as costas da ferroviária" (DUDEQUE, 1995:126).

[12] Em 1885, quando inaugurada, a praça Eufrásio Correa era um matagal e a rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco) uma via de solo pouco firme e semipantanoso, com três ou quatro casas ligadas por cercas de ripas ou tábuas. Em menos de duas décadas, o cenário estava completamente transformado. Ruas próximas, que serviam de ligação com o terminal ferroviário, tais como a rua Ratcliff (atual Desembargador Westphalen) e a estrada de São José (hoje Marechal Floriano) necessitaram de reparos; e outras acabaram abrigando os funcionários da Rede, como a Silva Jardim. Indústrias, engenhos de erva-mate e madeireiras também se aproximaram da ferrovia. Tomando a rua da Liberdade como eixo principal, o engenheiro italiano Ernesto Guaíba na década de 1880 planejou para a região um plano com ruas perpendiculares, o que ficou conhecido como a *Nova Coritiba*.

Tratava-se, na sua essência, de uma obra de caráter higienista[13]. Segundo SEGAWA (1996), o terreno onde o *Passeio Público* foi implantado era foco de proliferação de doenças, uma vez que sua área, alagadiça e pantanosa, era propícia ao surgimento de insetos, roedores e outros vetores de doenças. Sua proximidade ao centro da cidade fazia com que Curitiba ficasse mais facilmente sujeitas a epidemias, já que os transmissores de doença encontravam ali um espaço propício à sua reprodução[14]. Conforme DUARTE & GUINSKI (2002), ¾ da sua área original de 48.000 m^2 – atualmente, ela chega a cerca de 69.285 m^2 – pertenciam à Prefeitura, sendo a outra parte desapropriada. Em cerca de oito meses de execução, dezenas de operários trabalharam nos serviços de drenagem, escavação do lago, limpeza de tanques, estabelecimento de canais – os quais atingem a casa dos 600 m de extensão –, construção de pontes e plantação de árvores. O sucessor de Taunay, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1893), realizou algumas complementações e "reinaugurou" o *Passeio Público* em 08 de agosto de 1886.

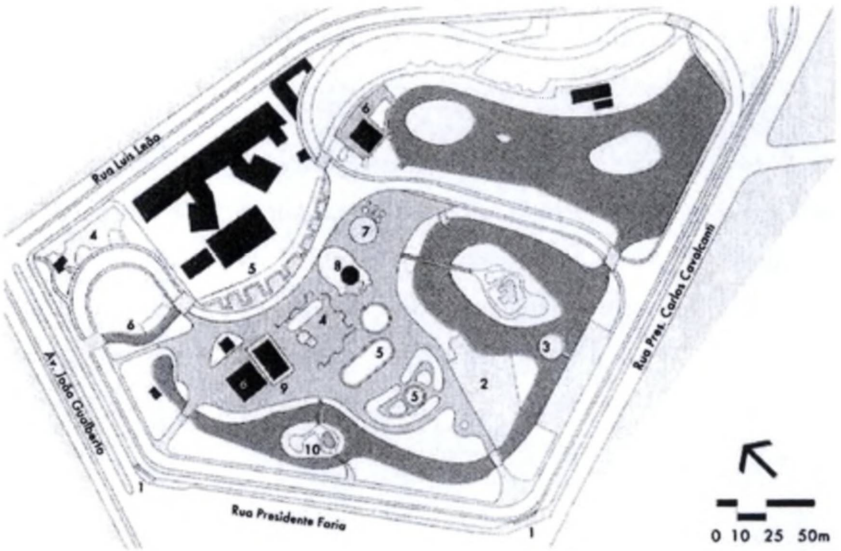


FIGURA 6.3 – Planta do *Passeio Público* de Curitiba, criado em 1886.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

[13] Na verdade, a primeira tentativa que se conhece para criar um jardim público em Curitiba relacionava-se com preocupações botânicas. Na Lei de 22 de março de 1857, sancionada pelo então vice-presidente da Província do Paraná, José Antônio Vaz de Carvalhaes, propunha-se a criação de um jardim botânico na capital, "em que se cultivem todas as plantas usadas para ornato, e pela economia, artes e comércio". Definindo despesas e outras medidas administrativas, a iniciativa pecava por não definir um lugar para o recinto: "na escolha do local o governo terá em vista a conveniência, de para o futuro, dar maiores proporções ao estabelecimento" (PASSEIO PÚBLICO, 1983, apud SEGAWA, 1996:p:144-5).

[14] O dessecamento de pântanos e águas estagnadas ao redor do centro de Curitiba era uma preocupação registrada oficialmente desde 1858, quando o Dr. José Cândido da Silva Muricy – médico baiano radicado no Paraná, que foi um dos responsáveis pela construção do *Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia*, situado em um terreno da Prefeitura na rua Direita (atual Treze de Maio) e inaugurado pelo Imperador quando de sua visita à capital, em 22 de maio de 1880 – encaminhou à presidência da Província um ofício alertando sobre o perigo da epidemia de *Colera morbus* devido a essas águas estagnadas. Muitas propostas foram realizadas a fim de resolver esse problema, mas a solução de se construir um logradouro público foi a mais viável, aprovada pela Câmara em 1885, mesmo ano em que o presidente Alfredo Taunay aprovou, em 14 de março, o projeto de abastecimento potável da capital. Ademais, de acordo com MENEZES (1996), a ocorrência de dois surtos epidêmicos em Curitiba – em 1889 e em 1891 – fizeram com que fossem instaladas as primeiras redes de distribuição de água e coleta de esgoto na cidade. A partir de então, o sanitarismo passou a ser um elemento constante no desenvolvimento da cidade.

> O Passeio de Curitiba retratava com fidelidade o gosto corrente no desenho de parques e jardins: aproveitando o curso do rio Belém, tanques e canais serpenteiam dentro do recinto, acompanhando o traçado sinuoso das aléias em saibro; pontes rústicas venciam a travessia sobre as águas, navegadas por Gôndolas "convenientemente preparadas" para um "passeio fluvial". Um carrossel fez parte da paisagem inicial do jardim, como "meio de renda" para sua conservação, ao lado das gôndolas. No ano da inauguração, Fontana expressava a intenção de construir um chalé para servir "sorvetes, licores, cerveja, etc". Mictórios, quiosque para botequim, coreto, iluminação a gás e elétrica [...] foram complementos que o local recebeu nos seus primeiros anos de funcionamentos (SEGAWA, 1996:146-7).

Construído em uma época em que Curitiba tinha apenas cerca de 15.000 habitantes e inspirado nas transformações urbanas ocorridas na Europa, baseadas na alteração do próprio conceito de cidade – o qual passava a incorporar as questões relacionadas à higiene e saneamento público, ao calçamento de vias e *boulevards* e à circulação de veículos – o *Passeio Público* foi palco de fatos marcantes na vida curitibana[15], tornando-se aos poucos o local preferido de reuniões populares, momentos festivos e manifestações literárias, transformando-se definitivamente em uma área de preservação e lazer, sendo ainda hoje, apesar dos sinais de abandono, um local efetivamente público.

Com a *Proclamação da República* (1889), muitas transformações aconteceriam em Curitiba, as quais já vinham se processando por alguns anos, como a instalação do transporte público através do serviço de bondes[16], em 1887, mas que foram aceleradas com a mudança do tipo de governo. A primeira eleição direta para prefeito foi marcada para o dia 21 de setembro de 1892, junto com a escolha da Câmara; e foi vencida pelo engenheiro Cândido Ferreira de Abreu (1855-1919), o qual inaugurou a nova igreja Matriz[17] e o serviço de luz elétrica, que já estava sendo implantado na

---

[15] Um desentendimento entre Fernando Fontana e o presidente provincial Balbino Cândido da Cunha (1833-1905) fez com que o diretor do Passeio fechasse seus portões. A população, ignorando as desavenças políticas, "revoltou-se e abriu os portões violentamente, usufruindo do parque em plena crise" (MACEDO et al., 1980, apud SEGAWA, 1996:147). Com o afastamento de seu diretor e, consideradas as tensões políticas e a falta de recursos, o logradouro acabou entrando em decadência e poucas providências foram feitas para a sua preservação. Em 1903, sua programação restringia-se a um sarau por mês, oferecido pelos clubes curitibanos. Em 1906, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva (1855-1917) sugeriu que o local passasse a se denominar "Jardim Botânico", em uma tentativa de fazê-lo ganhar novas funções, como a formação de viveiros de essências florestais convenientes para o replantio dos jardins públicos e a arborização da cidade. Em 1909, foi de lá que saiu em um vôo de balão a aeronauta Maria Alda, para aterrisar de maneira desastrada no telhado da Catedral metropolitana. Entre 1909 e 1912, na gestão do Coronel Joaquim Pereira Macedo, apesar de dificuldades financeiras, a conservação o *Passeio Público* mereceu atenção, quando foi implantado o bonde elétrico, que realizava seu percurso da porta da Estação ao Bairro Portão. Em 1911, na "Ilha da Ilusão", o poeta simbolista Emiliano Pernetta (1866-1921), foi coroado *Príncipe dos Poetas Paranaenses* (FENIANOS, 2003). Entretanto, foi com a segunda nomeação de Cândido de Abreu como prefeito, em 1913; e, principalmente, com a efetivação do *Plano Bouvard*, que o *Passeio Público* vai adquirir novas feições.

[16] Foi o jovem presidente da Província, João José Pedrosa (1844-1882), quem pôs em concorrência o estabelecimento de linhas de carris de ferro no quadro urbano curitibano, tendo a concessão sido obtida, em 27 de julho de 1881, pelo engenheiro Olimpio Rodrigues Antunes. Os primeiros bondes chegaram a Curitiba através da empresa *Ferro Carril Curytibana,* criada em 08 de novembro de 1886, por *Declapp & Fontana.* Estes tinham armação de madeira e eram movidos por tração animal (burros e mulas). A primeira linha, instalada em 1887, ligava o alto da Glória ao atual batel. No dia da inauguração, seguiu-se o seguinte roteiro: rua da Imperatriz (atual Quinze de Novembro), Assembléia, Alegre, Largo D. Pedro II, travessa da Cadeia, rua Riachuelo e *boulevard* Dois de Julho, daí até a chácara Fontana. Os bondes elétricos somente apareceram mais tarde, em 10 de janeiro de 1913, em um domingo de carnaval.

[17] Entregue à população em 08 de setembro de 1893 – dia em que se comemora a padroeira de Curitiba –, a nova Matriz estava em construção desde 1876, quando da demolição da antiga igreja, que se encontrava em ruínas. Construída em estilo neogótico, de acordo com o projeto do arquiteto francês Alphonse de Plas, ela foi elevada à condição de Catedral 18 anos mais tarde. A imagem de *Nossa Senhora da Luz dos Pinhais,* uma escultura policromada em cedro do mar Báltico, chegou na cidade em 1889 e, desde a inauguração da catedral, é venerada no altar-mor.

cidade; além de ter revisado o código de posturas municipais, exigindo mais limpeza e higiene das casas, jardins, quintais e chácaras. Além de criar multas para quem não seguisse essas determinações, obrigou a todos a caiarem as fachadas de suas moradias por medida de saneamento; uma política de higienização a que MENEZES (1996) chamou de "despotismo sanitário".

Na seção de 22 de novembro de 1895, foi promulgado o *Código de Posturas da Câmara Municipal de Coritiba*, formulação acabada e coerente dos aspectos legais que, segundo DUDEQUE (1995), "envolviam o desejo de criação de cenários para a auto-afirmação da cidade" (p.132). Além disso, toda a legislação ressaltava a importância de praças que, pelos novos padrões, serviriam para o lazer integrado e próximo ao conjunto das ruas. Pela primeira vez, a vegetação deixava de ser mantida afastada no pequeno núcleo urbano.

> Regulamentava, em minúcias, as larguras mínimas das ruas, uniformização da altura e alinhamento dos prédios, altura mínima dos pavimentos, largura e altura de janelas e portas, proibições de coberturas visíveis da rua e quejandos. Os medos dos "miasmas" atravessavam o documento, mas certos artigos, como o número 110, concentravam as intenções dos legisladores: "Não são permitidas no quadro urbano, cercas que não sejam gradis ou muros feitos com o fim permanente de embellezar a cidade" (DUDEQUE, 1995:132).

Houve, portanto, uma mudança total na concepção urbana de Curitiba, a qual assumia de vez as influências haussmannianas através dos gostos paisagísticos de Napoleão III (1808-1873) e as teorias hipocráticas dos médicos franceses, nos quais o verde, antes restrito aos campos ou quintais, passou a ser incentivado na criação de uma nova e "moderna" paisagem curitibana. Uma legislação detalhista moldou, por exemplo, a rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco), porta de entrada da capital, que se tornou um, palco do espetáculo eclético do poder econômico e político da cidade. A *Estação Ferroviária* de 1894 já misturava elementos ecléticos, inaugurando um gosto que simbolizava, a nível local, os ideais nacionais de desenvolvimento republicano. De modo geral, as construções de sobrados, palacetes e residências suntuosas refletiam a evolução urbana, assim como o personalismo burguês; e as imagens que dominavam o cenário imperial começavam a desaparecer, sendo substituídas pelos gostos progressistas do historicismo eclético[18].

Após 11 meses, Cândido de Abreu renunciou ao mandado, sendo convidado pelo engenheiro Aarão Reis (1853-1936) para fazer parte da *Comissão Construtora de Belo Horizonte;* a nova capital mineira em substituição a Ouro Preto, lá permanecendo até 1896. Em 1903, foi eleito deputado e, em 1906, senador, cargo a que renunciou para assumir novamente a Prefeitura Municipal,

---

[18] Na rua da Liberdade, que posteriormente viria a se transformar na Barão do Rio Branco, ergueu-se em 1913 o palácio da *Assembléia Legislativa*, atual *Câmara Municipal*, segundo o projeto do engenheiro italiano Ernesto Guaita, que trabalhou na *Estrada de Ferro Paranguá-Curitiba* e planejou várias mansões para família ricas curitibanas. Foi também nessa importante via urbana que se instalou o primeiro governador eleito do Paraná, Generoso Marques (1844-1928), cujo *Palácio do Governo* foi adquirido do engenheiro Leopoldo Ignácio Weiss, que o construiu em meados da década de 1890, segundo projeto eclético também de Guaita. Esse edifício serviu depois à Polícia Civil, passando depois a ser o *Museu de Imagem e Som* de Curitiba. No final da rua, já na praça Generoso Marques, no lugar antes ocupado pelo *Mercado Municipal*, foi terminado em 1916, o *Paço da Liberdade*, sede da Prefeitura, esta caracterizada pela mistura de várias referências estilísticas, de citações manuelinas e barrocas até detalhes em *Art Nouveau* e que abrigou por um bom tempo o *Museu Paranaense.*

em 1913, posição que ocupou até 1916. Na passagem do século XIX para o XX, a cidade de Curitiba possuía uma população de pouco mais de 50.000 habitantes, mas ainda carecia de infraestrutura sanitária e suas ruas permaneciam sem calçada e pavimentação[19].

Na década de 1910, ruas e casas de Curitiba, até então iluminadas por lampiões a gás, passaram a receber luz elétrica, assim como se iniciou o calçamento das principais vias da cidade. De acordo com DUARTE & GUINSKI (2002), o crescimento exigia medidas de urbanização e, na administração do prefeito Joaquim Pereira de Macedo, o secretário de obras, Adriano Goulin, estabeleceu normas para o calçamento das ruas e a substituição dos passeios laterais da rua XV de Novembro por calçadas. O ajardinamento da praça Tiradentes, o que levou ao corte de árvores, acabou criticado e, nos novos canteiros da praça Osório, álamos foram substituídos por plátanos orientais, de modo a manter a ligação da rua das Flores com a Vicente Machado.

A segurança urbana tornou-se responsabilidade da *Guarda Civil*, criada em 25 de novembro de 1911, que também cuidava do trânsito das ruas centrais; e, o advento da eletricidade, possibilitou a substituição do transporte em bondes puxados por animais por bondes elétricos. Em 1912, Victor do Amaral e Nilo Cairo fundaram a *Universidade do Paraná*, a primeira do país e, pelas largas e já pavimentadas ruas do centro, no final dos anos 10, as carroças disputavam espaço com os primeiros automóveis importados pelos barões do mate. Em 1913, conforme SÊGA (1996), simultaneamente à nomeação de Cândido de Abreu como prefeito, pela segunda vez[20], foi instituída a *Companhia de Melhoramentos da Capital*, que conferia ao prefeito poderes "ditatoriais" nas reformas urbanas. De modo geral, esta comissão significou para Cândido de Abreu e a elite que representava

> uma transformação radical das condições da cidade. Significou, como o fora em outros centros, o embelezamento burguês excludente, retirando a visibilidade do desagradável e tentando recriar um espaço urbano inspirador de passeio e contemplação à semelhança de Paris e Londres. Havia também por parte das elites o desejo de formação de um meio cultural cosmopolita e para isso era preciso restringir os costumes não-morigerados e equipar a cidade com espaços para desenvolvimento e divulgação da cultura civilizadora: teatros, bibliotecas, escola e Universidade (OBA, 1998:188).

---

[19] Em 1905, os curitibanos festejaram a chegada da luz elétrica com a instalação do *Colyseo Curytibano*, o primeiro parque de diversões a funcionar na capital, usando o primeiro gerador de energia, ainda de uso limitado. Em plena *Belle Époque*, consumava-se o processo de substituição das elites enquanto a remodelação urbana e a representação do progresso impunham-se como objetivos coletivos e inadiáveis. Ao mesmo tempo, o movimento operário ganhava força, estando presente na imprensa, nos clubes e nas associações de classe (FENIANOS, 2003).

[20] O retorno de Cândido de Abreu à Curitiba iniciou um período fértil de produção arquitetônica, pois coincidia com o momento de certo para atender às necessidades de conforto e bem-estar dos ricos produtores de mate. Além disso, a linguagem estética proposta por ele, essencialmente eclética com traços *Art Nouveau*, ia de encontro às aspirações da burguesia ervateira. Entre as obras que produziu nesse estilo, segundo OBA (1998), podem ser citadas as residências dos empresários do mate Manoel Miró, casado com a irmã de Cândido de Abreu, construída em 1895 na rua Comendador Araújo, n. 840, esquina com a Cel. Dulcídio, no Batel, onde hoje funciona uma agência do HSBC; e de Agostinho Ermelino de Leão Junior, também cunhado do engenheiro e cujo pai foi um dos primeiros moradores do Alto da Glória, que se situava no *boulevard* Dois de Julho, em local beneficiado com as obras de drenagem de uma área alagadiça por ocasião da construção do Passeio Público. Também foram obras suas a *Casa das Ferraduras*, o *Belvedere* da praça João Cândido e a residência de Ascânio Miró, construída em 1901, na rua Comendador Araújo, n. 776, esquina com a Presidente Taunay.

A propósito, faziam parte desse processo "civilizatório" as iniciativas de se retirarem os deficientes mentais e os criminosos da "visibilidade" urbana, isolando-os em instituições como sanatórios e penitenciárias, o que aconteceu paralelamente às transformações urbanas promovidas pelo então prefeito, que conduziu uma série de "embelezamentos", principalmente nas praças, que receberam coretos, chafarizes e relógios[21] (FIG. 6.4).

FIGURA 6.4 – Planta da cidade de Curitiba em 1900.
(FONTE: IPEA, 2002)

Conhecido como o "Haussmann" curitibano, Cândido de Abreu, em sua empreitada pela melhoria da paisagem curitibana – esta influenciada certamente, além das experiências francesas e de outras capitais européias, pelas obras da chamada "destruição criadora" da então capital nacional[22], o Rio de Janeiro sob Pereira Passos, em 1904 – contou com a colaboração de muitos profissionais, destacando-se a contratação do escritório técnico do arquiteto francês Joseph-Antoine

[21] A prisão curitibana, antes associada à *Casa de Câmara e Cadeia*, que já havia sido transferida da praça Tiradentes para o Ahú, foi ocupar, em 1908, um edifício que inicialmente se destinava ao *Sanatório Municipal*, o qual acabou se instalando em prédio próprio, na região Sul de Curitiba. Foi Cândido de Abreu quem demoliu o *Mercado Municipal*, existente desde 1874, para construir no largo da Liberdade (atual praça Generoso Marques) o *Paço Municipal*, a nova sede da Prefeitura em estilo eclético. Para substituir o antigo mercado, mandou fazer outros dois: um provisório, na praça XIX de Dezembro; e outro, de formato circular, na praça Theodoro Bayma, no Batel, que funcionou até 1937. Além da canalização do rio Ivo, que formava banhados na área da praça Osório e na rua Vicente Machado, o prefeito mandou retificar o rio Belém e construir, no alto do São Francisco, uma das áreas mais elevadas da cidade, o *Belvedere*, prédio com o primeiro mirante de toda a região central.

[22] Este tema – o da "destruição criadora" decorrente das ações do empreendedor no estímulo ao investimento e à inovação urbana, as quais tornam obsoletas as tecnologias e os hábitos de consumo pré-existentes – foi amplamente desenvolvido pelo advogado e economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) que, mais tarde, emigrou para os EUA, passando a lecionar em Harvard. Provavelmente, suas idéias, as quais podem ser conferidas em SCHUMPETER (1997), fundamentaram a ação de muitos reformadores urbanos no início do século passado, incluindo os trabalhos de Cândido de Abreu em Curitiba.

Bouvard (1840-1920), que era o *Directeur administratif des services d'architecture, des promenades et des plantations de Paris* – cargo que ocupou por cerca de 47 anos –, o mesmo que foi responsável pelo relatório de 1911 sobre as condições urbanas de São Paulo; e que desenvolveu um plano para o *Passeio Público* de Curitiba. Neste, concretizado em parte graças ao apoio da *Companhia de Melhoramentos da Capital*, o logradouro preferido do lazer público de Curitiba adquiriu uma série de equipamentos que visavam dar um toque de "modernidade" ao local, inclusive com a implantação de uma avenida para circulação veicular, a qual foi permitida até 1965.

Monumental e de inspiração haussmanniana, o plano de Bouvard tinha sua concepção artística e paisagística voltadas ao caráter cênico do naturalismo inglês, através da criação de grutas, rochedos, pontes de pedra e demais elementos imitando a natureza. O rio Belém foi cimentado para criar possibilidades de funcionar como tanque de natação; e foram implantadas áreas para a prática de futebol e ciclismo. O desenho dos grandiosos portões, formando três grandes volutas que se entrelaçavam – cuja inspiração direta eram os portais do *Cemitiére des Chiens* ("Cemitério de Cães") de Paris, da autoria de Bouvard –, dava lugar à entrada e saída de veículos pelo centro, enquanto que o acesso de pedestres era feito por aberturas laterais. Em 22 de outubro de 1915, toda a parte que circundava o *Passeio Público*, um muro de cimento armado imitando uma cerca de toras, assim como os majestosos portões e os pavilhões de imbuia construídos, foram enfim inaugurados[23].

Apesar das dificuldades enfrentadas para a exportação do mate[24], na época da *Primeira Guerra Mundial* (1914/18), Curitiba continuava a crescer e promovia o ensino e a cultura, uma vez que suas melhores famílias educavam seus filhos em estabelecimentos tradicionais, como *Colégio Divina Providência*, assim como os mais humildes contavam com o ensino profissionalizante da E*scola de Artífices*, mais tarde transformada em *Escola Técnica*. Na esquina da rua Dr. Muricy com a Cândido Lopes, ao lado do *Corpo de Bombeiros*, o *Teatro Guayra* – que ganhou este nome quando o prédio do antigo *Teatro São Theodoro* foi reformado em 1900 – sofria uma nova restauração entre 1913 e 1916, passando a ser um local melhor equipado e adequado a grandes espetáculos.

---

[23] O portão principal do *Passeio Público* foi tombado pelo Patrimônio Artístico Estadual em 1974, sendo o segundo portal, antes demolido, substituído por uma réplica, em 10 de setembro do mesmo ano, durante a segunda gestão do prefeito Jaime Lerner (1937-). Recuperou-se assim a antiga harmonia do conjunto, na tentativa de recriar o clima do *Passeio Público* do início do século XX, assim como manter os espaços abertos e cercados de vegetação, recorrendo a artifícios de lugares pitorescos, ao gosto eclético do período de sua criação (MACEDO & SAKATA, 2003).

[24] Durante a guerra, na região ao redor de Curitiba, a madeira firmou-se como opção para as vendas externas, com o aumento das serrarias e a derrubada dos pinheirais, assim como o crescimento do movimento nas estradas. A pequena indústria avançou com fábricas de móveis, barricas, telhas, sabão, bebidas, palitos de fósforos, fiação e outras. Nesta industrialização ainda tímida, conforme DUARTE & GUINSKI (2002), os trabalhadores imigrantes e seus descendentes receberam influência das idéias socialistas que circulavam na Europa e, em 1917, operários, principalmente ferroviários, participaram de um movimento grevista, com manifestações de rua. O comércio e a prestação de serviços diversificaram-se com novos hotéis, alfaiatarias, armarinhos, barbeiros, carpintarias, farmácias, padarias, confeitarias, lojas de calçados e roupas. Paralelamente, médicos, advogados e jornalistas expandiram as profissões liberais. Ao mesmo tempo, o calçamento e manutenção das ruas continuavam como preocupações freqüentes, o que pode ser constatado na declaração do então prefeito Moreira Garcez, em dezembro de 1920, a respeito da pavimentação da XV de Novembro: "O progresso atual de Curitiba já exige sua substituição por outra que mais se harmonize coma estética da cidade e melhor satisfaça a comunidade" (p.91).

No início dos anos 20, Curitiba aproximava-se dos 80.000 habitantes. Em seu centro, predominavam os sobrados, sendo a maioria com fogões a lenha e chaminés. Ao longo da década, a cidade foi testemunha do movimento tenentista de 1922; da quebra da bolsa de Nova York, em 1929; e do fim da *República Velha*, com a ascensão de Getúlio Vargas (1883-1954) ao poder, em 1930. Em 1922, ano do *Centenário da Independência*, o então prefeito Moreira Garcez fez várias obras, que incluíam a inauguração da avenida Sete de Setembro e a remodelação das praças da República (atual praça Rui Barbosa) e Santos Andrade; e o presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944), terminou a construção do novo edifício da *Escola Normal* (atual *Instituto da Educação do Paraná*), na rua Aquidaban, hoje Emiliano Perneta. Em 1924, desapropriou-se um trecho entre as ruas Dr. Muricy e Luiz Xavier, alargando a XV de Novembro (DUARTE & GUINSKI, 2002).

Nessa época, na região do Batel, predominavam as fábricas de "gasosa", padarias, oficinas de consertos de arreios, armazéns e principalmente os engenhos de erva-mate. No Cristo-Rei nascia Napoleon Potyguara Lazzarotto, o *Poty* (1924-1998), artista nacionalmente reconhecido. Importante destaque teve, durante esse período de Curitiba, o *paranismo*[25], surgido a partir da fundação, em 1927, do *Centro Paranista* por Romário Martins, que visava "promover e estimular todas as iniciativas úteis ao progresso e à civilização do Estado do Paraná". De bases essencialmente ufanistas, este movimento teve como principal órgão de difusão a revista *Illustração Paranaense*, que durou de 1927 a 1930. Tendo como meta mais abrangente a construção de uma identidade cultural para o Paraná, os paranistas empenharam-se em elaborar uma história regional, buscando símbolos característicos e heróis próprios. Tal ação trazia implícita a ideologia progressista e tecnicista que permeava os esforços de construção da imagem republicana para o Brasil, buscando superar o imaginário do regime monárquico (OBA, 1998).

Mesmo antes da República, a condição de Capital da Província, a consolidação urbana e a efervescência cultural de Curitiba promovida pela economia do mate ofereceram um ambiente profícuo à eclosão de um desejo por uma identidade própria para a região, cujas fronteiras ainda estavam pouco precisas. A necessidade de construção dessa identidade provinha da falta de traços e elementos próprios que configurassem um território e uma sociedade; enfim, uma cultura paranaense, o que incomodava nossa elite cultural. Em termos gerais, segundo CARVALHO (1990), este processo confundia-se com os esforços vigentes em todo o país de criação de um imaginário republicano, laico e progressista.

---

[25] Supõe-se que o termo *paranismo* tenha sido inventado em 1906 pelo poeta Domingos Nascimento em visita ao Norte do Estado. Repercutiu-se especialmente nas artes, em nomes como os de João Turin, Zaco Paraná, Lange de Morretes e João Ghelfi, além da poesia de Dario Vellozo. Em *Paranística* (1946), Romário Martins dizia ser paranista "todo aquele que tem, pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense [e que] em terras do Paraná lavrou um campo, cadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore" (p.82).

O paranismo foi reflexo de um espírito de época, assim como a década de 1920 foi marcada pelo frenesi urbano, quando a cultura de massa dava seus primeiros passos, nos quais novos hábitos impunham-se e um novo ritmo desenvolvia-se em toda a cidade. Ia-se aos cinemas da rua Luiz Xavier, como o *Smart*, o *Éden* ou o *Palace Theatre*, para assistir filmes estrangeiros ou mesmo para outras diversões como a patinação; dançava-se o *foxtrot*, o *one & two steps* e o tango nos salões; e reunia-se em encontros que duravam horas em locais como o *Grande Café*, o *Café Belas Artes*, a *Confeitaria Esmeralda* ou a *Sorveteria Esperança*, todos na XV de Novembro; aliás a rua preferida para o tradicional *footing* da população curitibana. Também se freqüentava, mais tarde, à uma *soirée* do *Elegante*; a um sarau literário dançante da *Hora Acadêmica*, nos salões da *Associação Comercial*; a um festival artístico no *Teatro Palácio*; a um concerto no *Teatro Guyíra*; ou a uma palestra sobre superstições no *Cassino Curitibano* (BRANDÃO apud DUARTE & GUINSKI, 2002).

Um ambiente cultural bastante diversificado e controvertido formava-se nessa metrópole das primeiras décadas do século XX, na qual à multiplicidade de etnias e culturas somavam-se novas crenças, ideologias e concepções de mundo, cujo debate foi registrado nos jornais da época e outras publicações nas áreas da literatura e artes. Entre as personalidades de destaque no período, cita-se Dario Vellozo (1869-1937), que, desde o início do século, transformara Curitiba em um centro cultural, implantando o movimento simbolista no Paraná e participando do importante grupo e revista *O Cenáculo*. Como historiador, pedagogo, poeta e filósofo, foi um entre os inúmeros personagens da vida cultural da capital paranaense[26].

Apesar da crise econômica mundial de 1929, muitas obras foram desenvolvidas em Curitiba[27]. Em meados dos anos 30, segundo FENIANOS (2003), Curitiba contava com cerca de 93.000 habitantes. Nesta época, no largo da Ordem, em torno de um bebedouro recém-inaugurado, concentravam-se os cavalos dos carroções de italianos, alemães e poloneses que vendiam no centro frios e hortigranjeiros cultivados nas suas distantes chácaras. Em 1933, foi inaugurado o edifício Garcez, o mais alto da cidade, com oito andares. Com seu *Cine-Theatro Palácio*, concorria com o teatro do *Palácio Avenida*, inaugurado em 1929, na mesma quadra da avenida Luiz Xavier, a "menor do mundo".

---

[26] Entre os simbolistas, vale destacar Júlio Pernetta (1869-1921) e Silveira Neto (1872-1942), que também participaram do *Cenáculo*. Somam-se os escritores Domingos do Nascimento (1862-1915), Emiliano Pernetta (1866-1921), Emílio de Meneses (1866-1918) e Nestor Vítor (1869-1932), além de Moysés Marcondes (1859-1928) e Sebastião Paraná (1874-1938), entre outros. Nas artes plásticas, o destaque vai para o pintor norueguês aqui radicado Alfredo Andersen (1860-1935), considerado o pai da pintura no Paraná; e, entre seus discípulos, Lange de Morretes (1892-1954) e Gustavo Kopp, assim como os escultores João Zaco Paraná e João Turim.

[27] O então prefeito Eurides Cunha (1872-1955) promoveu o asfaltamento de várias ruas da cidade, como a Barão do Rio Branco, André de Barros, Dr. Pedrosa, Iguaçu e Fontana, além da avenida Cândido de Abreu. Fez ainda o calçamento da rua Barão do Cerro Azul e de trechos da Marechal Deodoro e da Silva jardim, assim como reformulou novamente a praça Osório e aplainou com terraplenagem as praças Rui Barbosa, Senador Correia e Ouvidor Pardinho. A *Revolução de 1930* transformou o país e Vargas, assumindo o poder, tentou iniciar um novo ciclo na história nacional, recebendo apoio e homenagens na cidade. Em 21 de outubro de 1930, foi aclamado ao saldar a população do alto da sacada do *Palácio Rio Branco*, então sede do Governo Estadual.

Em 1934, inaugurava-se a primeira sede oficial dos Correios, na praça Santos Andrade. Dos vários prefeitos que passaram pelo período, o que ficou mais tempo, de 1932 a 1937, foi Jorge Lothário Meissner, que fez várias obras, como a remodelação da praça Tiradentes, que recebeu calçamento de paralelepípedos e um abrigo para os passageiros dos bondes e ônibus, e do *Matadouro Municipal*, no Guabirotuba; assim como a reforma do horto da cidade e o asfaltamento da estrada para São José dos Pinhais. Retificou-se o curso do rio Belém e canalizou-se o Ivo entre a avenida João pessoa e a rua Carlos de Carvalho. O paisagismo do *Passeio Público* foi novamente reformulado, com a ampliação do pavilhão do restaurante e a implantação de abrigos aramados para animais, passando assim a funcionar como um zoológico. O Paraná era governado pelo interventor Manoel Ribas[28], que vivia no Batel, que se caracterizava pelo número crescente de indústrias, casas comerciais e chácaras.

Na década de 1940, ocorreu o declínio do mercado de café e início do processo de êxodo rural, o que aumentou a urbanização brasileira e também paranaense. O centro de Curitiba, que já contava com pouco mais de 140.000 habitantes, começava a se verticalizar – além de novos prédios, construíram-se cinemas modernos, como o *Odeon* que, junto aos tradicionais *Avenida* e *Palácio*, além do *Ópera*, constituiu o que ficou sendo conhecido como a *Cinelândia* – acabando a cidade por ganhar uma nova feição através do *Plano Agache*, um projeto de reforma urbanística encomendado em 1941 pelo então prefeito Rosaldo de Mello Leitão à empresa carioca Coimbra Bueno, cujo orientador foi o arquiteto francês Alfred Agache[29]. Este plano, concluído em 1943, na gestão de Alexandre Beltrão, fundamentava-se em critérios modernos que preconizavam a divisão da cidade em zonas com funções específicas (residencial, comercial, industrial, administração pública e universitária), a partir de círculos concêntricos, que serviriam para circulação e comunicação.

---

[28] Manoel Ribas (1873-1946), que substituiu Mário Alves Monteiro Tourinho (1871-1964), foi o interventor no Estado do Paraná de 1932 a 1935, governador de 1935 a 1937, e interventor novamente de 1937 a 1945. Sua época foi bastante agitada, quando o Brasil assistiu a *Revolução Constitucionalista* de 1932 contestar em São Paulo a *Revolução de 1930*; e o *Estado Novo*, instaurado por Getúlio Vargas, romper definitivamente a ordem jurídica, de 1937 a 1945. Paralelamente, foi um período conturbado no mundo, com a ascensão do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália e do stalinismo na URSS, o que acabou conduzindo à *Segunda Guerra Mundial* (1939/45). Ribas conseguiu boa popularidade em sua longa gestão, apoiando a assistência social, a saúde e a educação, além de promover várias mudanças na capital. Considerando insuficientes as instalações do antigo palácio da rua Barão do Rio Branco, adquiriu, em 1938, o casarão da família Garmatter na praça João Cândido, o qual passou a ser conhecido como *Palácio São Francisco*. Ampliou o *Hospital Oswaldo Cruz* e construiu o *Hospital dos Alienados*, o *Asilo São Vicente de Paula* e o *Hospital das Crianças*. Iniciou a edificação de um prédio para o *Departamento de Saúde* na rua barão do Rio Branco, o *Centro de Saúde do Paraná*; e ergueu o quartel-general da *Força Policial*, na rua Marechal Floriano. Em 1942, Maniol Ribas instalou a *Casa do Pequeno Jornaleiro*, na rua Saldanha Marinho, para apoiar o trabalho de crianças e adolescentes pobres; e transformou a antiga *Escola de Artífices* na nova *Escola Técnica do Paraná*. Seu projeto mais ambicioso foi iniciado no final de seu governo: a construção do novo prédio do *Colégio Estadual do Paraná*, perto do *Passeio Público*. As escolas de agronomia e veterinária foram fundidas na *Escola Superior de Agricultura e Veterinária*, em um prédio situado em uma ampla área no Bigorrilho. Na rua dos Funcionários, era construído o *Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas* – IBPT, o qual substituía o Instituto de Biologia Agrícola e Animal (FENIANOS, 2003).

[29] Alfred Donat Agache (1875-1959) foi o vencedor do concurso para a criação da capital da Austrália, Canberra, em 1911, tendo também ficado conhecido por sua atuação em Chicago e pelos planos que elaborou para Paris, Dunquerque, Lisboa e outras cidades. Veio para o Brasil em 1927, contratado pelo prefeito Prado Junior para elaborar o plano de remodelação da capital da República, Rio de Janeiro, que, embora não executado, abriu novas perspectivas para o urbanismo no Brasil, dando origem inclusive à criação do *Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal*. Os jardins da Glória foram a principal obra de Agache no Rio de Janeiro.

Basicamente, o *Plano Agache* previa o desenvolvimento da cidade a partir do centro comercial na região da praça Tiradentes e em direção aos bairros, em uma ordenação concêntrica, sendo reservadas as áreas para grandes parques, inclusive um para o cemitério público, ao lado de uma *Cidade Universitária*, onde hoje se situa o *Centro Politécnico* da Universidade Federal do Paraná. A planificação de avenidas disciplinaria as ligações internas, prevendo a irradiação para os bairros e definindo as saídas para outras cidades. As avenidas perimetrais seriam ligadas por avenidas radiais, de modo a descongestionar o centro, facilitar o zoneamento e integrar todas as regiões (FIG. 6.5).

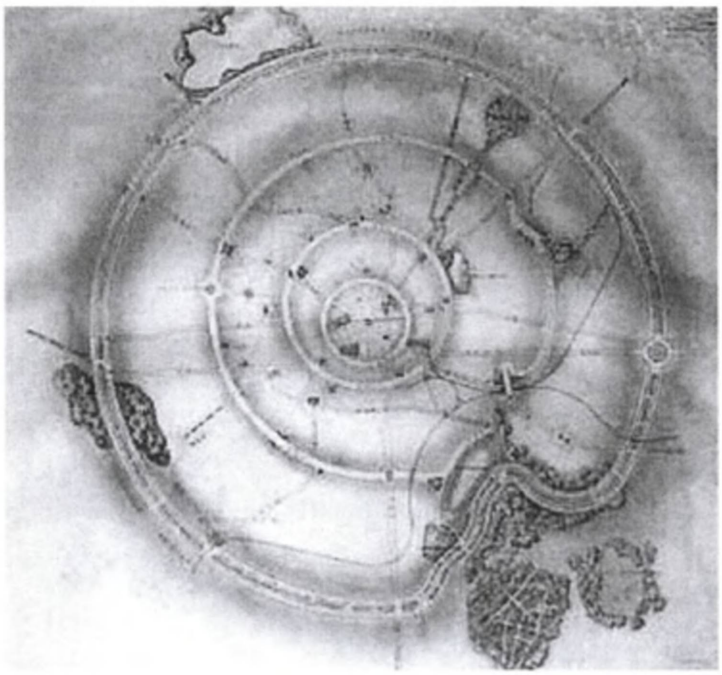


FIGURA 6.5 – *Plano Agache* (1941/43).
(**FONTE**: IPEA, 2002)

Além disso, as avenidas resolveriam o problema de escoamento das águas pluviais, combatendo as enchentes, já que muitas das novas vias possuiriam canais coletores. Visando acabar com o ar provinciano da capital, o plano sugeria grandes mudanças além da rede viária, como a criação de um grande mercado municipal e um hipódromo, que funcionaria em conjunto com um centro de exposições e feiras, assim como quatro parques, um horto botânico, um parque-cemitério e uma avenida-parque, a AP-3. Propunha também a arborização de ruas e jardins, além da preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano. Conforme ANDRADE (2001), o *Plano Agache* previa

> O Parque do Capanema próximo ao local onde hoje se encontra o Jardim Botânico; o Parque do Ahú, onde está localizado atualmente o Bosque do Papa; o Parque da lagoa do rio Barigüi, no local onde hoje está implantado o Parque Barigüi e mencionava da seguinte forma o Parque do Bacacheri: "deixamos de assinalar em planta um outro parque que deveria ser criado, junto à lagoa do Bacacheri, próximo ao Centro Militar e local de grande beleza natural" (BOLETIM DA PMC, n.12, 1943:77, apud ANDRADE, 2001:37).

Esses parques somente se realizaram nos anos 70, quando se efetivava o *Plano Serete* (1964/65). Ainda segundo Agache, a Universidade sairia da praça Santos Andrade, indo para a *Cidade Universitária*; a praça Tiradentes seria realinhada, em função do alargamento da rua barão do Cerro Azul; e o zoneamento obrigaria o recuo dos prédios, para aumentar as calçadas e o tamanho das ruas. O *Centro Cívico* não incluiria a sede da Prefeitura, mas os principais organismos da administração estadual, tornando-se a sala de visitas da capital[30]. Aos poucos, várias recomendações do plano foram concretizadas, como a adoção de um zoneamento mais rígido ou a abertura e alargamento de grandes avenidas. Mesmo tendo sido implantado parcialmente, esse plano legou à cidade algumas características marcantes existentes até hoje, como o zoneamento funcional; o sistema radial de avenidas; o desenho para locais específicos como a avenida Cândido de Abreu; e os centros especializados, como o Barigüi para lazer e o Bacacheri para uso militar (LIMA, 2000).

Reurbanizada, a capital paranaense dos anos 40 informava-se diariamente nas páginas de vários jornais e revistas, como *Gazeta do Povo*, *Paraná em Revista* e *A Tarde*. O primeiro governador paranaense eleito depois do *Estado Novo*, Moysés Wille Lupion de Tróia (1908-1991) – que governou de 1947 a 1951; e depois de 1956 a 1961 –, continuou as obras de Manoel Ribas, como o prédio do *Colégio Estadual*, na avenida João Gualberto; e o *Centro de Saúde*, na esquina da avenida Barão do Rio Branco com André de Barros. Além disso, mandou construir o *Lar-Escola Hermínia Lupion*, nas Mercês, que passou a abrigar meninas órfãs. Já o prefeito Linneu Ferreira do Amaral, segundo DUARTE & GUINSKI (2002), iniciou o programa habitacional do Município, mandando realizar, em 1949, 21 casas no bairro de Santa Quitéria[31].

Com o início do processo de industrialização nacional, a partir dos anos 50, aumentou-se a demanda por uma qualificação diferenciada e alteraram-se os hábitos de consumo. No Paraná, iniciava-se o período de apogeu do café, que se expandia desde o começo de seu cultivo no chamado *Norte Pioneiro*, no final do século XIX. Desde então, milhares de pessoas foram atraídas para a região e ocorreu um surto de novas cidades, estimulado por projetos de colonização.

---

[30] O *Plano Agache* (1941/43) definiu o local exato para o *Centro Cívico*, na avenida Cândido de Abreu, então pouco utilizada. Lá estariam o palácio do governo e todos os órgãos da administração estadual, em um projeto arquitetônico monumental. De lá, o conjunto de edifícios públicos dominaria a cidade, situado no final da larga avenida que sairia da praça Tiradentes. Seu projeto justificava-se pela economia na construção, já que não era um lugar de edificações, pelas facilidades que a população teria com a concentração dos serviços e dos poderes públicos, pelo embelezamento que daria a cidade, e pela influência na ocupação urbana ao redor. As obras foram realizadas em 1953, com o governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1978), mas, embora as linhas mestras do plano tenham sido respeitadas, que foram seguidas pelas administrações municipais e depois adaptadas com a criação, nos anos 50, do *Departamento de Urbanismo da Prefeitura*, foram modificadas na década de 1970, quando Curitiba passou por uma grande reformulação urbana (DUARTE & GUINSKI, 2002).

[31] Ele também expandiu a pavimentação das ruas e consolidou estradas vicinais e das colônias. Prolongou a avenida Sete de Setembro; estendeu a João Gualberto até a colônia polonesa em Santa Cândida; pavimentou em *petit-pavé* a praça Osório; e ampliou a rua Itupava e as avenidas Silva Jardim e Getúlio Vargas. O rio Ivo foi canalizado na rua João Negrão, como parte das obras de construção do canal extravasor, o que beneficia a região de Rebouças, próxima à Estação Ferroviária, na qual indústrias concentravam-se. E, para evitar acidentes, o prefeito transferiu o depósito de inflamáveis da Prefeitura, do antigo *Paiol de Pólvora* no Prado Velho, para a distante região da Barreirinha (DUARTE & GUINSKI, 2002).

Na década de 1940, o eixo produtor de café deslocou-se para região de Londrina, o chamado *Norte Novo*, que teve um desenvolvimento surpreendente e paralelo à Curitiba, ligando economicamente ao Sul de São Paulo, já que o escoamento da produção dava pelo porto de Santos SP pela *Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e Sorocabana*, ao invés do porto de Paranaguá PR.

> Até 1945, término da Segunda Guerra Mundial, a produção cafeeira do estado oscilou entre 2 e 3% do total nacional. Até então, o Paraná não se caracterizava ainda como grande produtor, em parte porque sofria as conseqüências da ação inibidora dos estados produtores, notadamente São Paulo [...] No final da década de 50, o Paraná tornou-se inclusive o maior produtor brasileiro de café, chegando mais tarde a produzir 60% do total nacional (WACHOWICZ, 2002:273-5).

No início dos anos 50, o Paraná atingia a população de aproximadamente 2.115.000 pessoas, enquanto Curitiba ultrapassava a marca de 180.000 habitantes (QUADRO V). Na cidade, surgiram os primeiros elementos de alteração da paisagem urbana, tais como arranha-céus de fábricas e empresas comerciais, além de loteamentos fora do perímetro urbano, inclusive clandestinos. Em 1951, ganhava um novo jornal, *O Estado do Paraná*; e, em 1953, ano do Centenário da Emancipação Política do Paraná, o governador Munhoz da Rocha inaugurava o *Centro Cívico*, no espaço definido por Agache dez anos atrás[32]. Ele também ordenou a construção do monumento ao Centenário, na praça XIX de Dezembro, o novo prédio da *Biblioteca Pública*, a sede do *Centro Paranaense de Letras*, o *Colégio Tiradentes* e a *Hospedaria dos Imigrantes*, além de ter dado início às novas instalações do grande *Teatro Guaíra*, na praça Santos Andrade[33]. Nesta época, a *Cinelândia*, hoje a *Boca Maldita*, continuava como o ponto de encontro de intelectuais.

A modernização da capital paranaense foi intensificada a partir de 1953, quando tomou posse o primeiro prefeito eleito desde os anos 10, o major Ney Braga (1917-2000), ex-chefe de Polícia do Paraná, que se elegeria em 1958 como deputado e, depois, em 1960, como governador. Realizando grandes obras que ampliaram a infra-estrutura curitibana, ele foi o responsável pela construção da *Estação Rodoviária*, na rua João Negrão, além do novo *Mercado Municipal*, na avenida Visconde de Guarapuava, assim como criou a *Comissão de Planejamento de Curitiba* – COPLAC, a qual recebeu a consultoria de Francisco Prestes Maia (1895-1965), ex-prefeito de São Paulo SP.

---

[32] Nas obras do *Centro Cívico*, a avenida Cândido de Abreu tornou-se uma via larga e monumental, conduzindo à sede dos poderes Executivo, legislativo e Judiciário. O projeto do *Palácio Iguaçu* foi de David Xavier Azambuja (1910-1982), sendo o restante projetado por Flávio Amílcar Régis do Nascimento (1908-), Olavo Redig de Campos (1906-1984) e Sérgio Roberto Santos Rodrigues (1927-), em uma área total de 300.000 m^2 que reunia várias edificações. O complexo totaliza 110.000 m^2, incluindo os órgãos do Executivo e secretarias do Estado; do Legislativo e do Judiciário (XAVIER, 1985).

[33] O prédio da *Biblioteca Pública do Paraná*, criado em 1951 e da autoria de Romeu Paulo Costa (1924-), situa-se na rua Cândido Lopes, esquina com a rua Dr. Muricy, substituindo o antigo edifício do *Corpo de Bombeiros* então demolido. Com cerca de 6.000 m^2, seu partido, subordinado a um eixo de simetria e caráter monumental, dá-se através do emprego de rampas e septos verticais que unificam seus três pavimentos. Compreende um bloco maior margeado por dois outros, destinados à biblioteca infantil e ao setor de referência. Com capacidade para 300 leitores e prevendo um acervo de 400.000 volumes, organizou-se sob orientação da bibliotecária Lídia Sambaqui, segundo "os conceitos de livre acesso e departamentalização por assunto" (p.33). Já o novo *Teatro Guaíra*, também criado em 1951, na praça Santos Andrade, foi projeto de Rubens Meister (1922-). Em um terreno de 8.000 m^2, desenvolve-se em três volumes diferenciados – *foyer*, platéia e palco –, dispostos segundo um eixo de simetria. Com capacidade para 1.140 lugares, tem palco com 20 m de boca (XAVIER, 1985).

QUADRO V – CURITIBA E RMC: POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS DE CRESCIMENTO ENTRE 1780 E 2000

Ano	População da Capital (Hab.)	Taxa de Crescimento do Período da Capital (%)	População da RMC (Hab.)
1780	3.194	–	–
1853	6.791	1,54	18.811
1900	49.755	13,46	110.541
1940	148.757	4,97	261.211
1950	180.575	2,14	333.156
1960	361.309	10,01	554.692
1970	609.026	6,85	868.837
1980	1.024.975	5,34	1.492.108
1991	1.315.035	2,53	2.055.455
1996	1.476.253	2,45	2.425.361
2000	1.586.848	1,82	2.725.629

(FONTE: IBGE / CENSO DEMOGRÁFICO, 2000)

Através da Lei n. 699/53, foi implantado o primeiro zoneamento da cidade, que mantinha as bases do *Plano Agache,* através de suas zonas funcionais – em número de cinco: residencial ZR1/2/3/4, comercial ZC1/2, industrial ZI, centro esportivo ZCE e zona agrícola ZA –; e atualizava o *Código de Posturas e de Obras*, que vigorava desde 1919, implementando as bases legais para o gerenciamento urbano em uma época na qual a cultura cafeeira novamente impulsionava o desenvolvimento do Estado. Para combater as enchentes, foi feito um projeto de canalização dos rios, afastando as construções e protegendo os fundos de vales. As novas construções residenciais passaram a ser obrigadas a fazer um recuo de cinco metros em relação aos limites dos terrenos de frente para a rua, o que garantia a existência de jardins e a possibilidade de alargamento das vias.

> Entre as medidas de planejamento que vão ser praticadas no futuro está o plano de desapropriações para o alargamento das ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro. A comissão prevê a reserva de uma área para a instalação de indústrias na região do Barigüi [...] Disciplina o sistema [de transporte], instituindo pontos e roteiros fixos. Os donos de ônibus se organizam em empresas [...] O Boqueirão, o Portão, as Mercês e o Bacacheri recebem obras de urbanização. Novas escolas são construídas. As praças são cuidadas. A da Espanha é construída. A Rui Barbosa sofre remodelação e se torna uma das principais da cidade (DUARTE & GUINSKI, 2002:168-9).

A federalização da *Universidade do Paraná*, na segunda metade da década de 1950, fez com que esta ganhasse novas instalações físicas. Sob o comando do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o prédio central na praça Santos Andrade foi reformado e concluído[34]; e criou-se, em 1956, o *Centro Politécnico*, no Jardim das Américas, além de se construir, na rua XV de Novembro, o conjunto de edifícios para as *Faculdades de Ciências Econômicas* e de *Filosofia, Ciências e Letras*,

[34] Desde as décadas finais do século XIX, as famílias abastadas de Curitiba tinham que mandar seus filhos estudar no Rio de Janeiro, São Paulo ou exterior. Em 1892, o jornalista e escritor José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) liderou um movimento para a instauração do ensino superior; idéia que somente se tornou realidade em 19 de dezembro de 1912, quando foi criada a *Universidade do Paraná*. Um dos fundadores foi Victor Ferreira do Amaral, tornando-se seu reitor. Sem instalações, começou a funcionar em um prédio na rua Comendador Araújo. Foi o prefeito Cândido de Abreu que concedeu o terreno na praça Santos Andrade para a construção do prédio central, de 1914 a 1919. Três anos depois, ganhou os torreões laterais com colunatas, segundo o projeto do arquiteto Baeta de Faria. A imponente escadaria em granito data de 1952.

além da *Reitoria* e auditório anexo[35]. Suplicy também concluiu o *Hospital das Clínicas*, iniciado pelo Governo estadual e transferido em 1953 para a UFPR. Esses projetos, realizados por precursores como David Xavier de Azambuja (1910-1982) e Rubens Meister (1922-), caracterizaram a afirmação da arquitetura moderna em Curitiba que, juntamente com a ação de profissionais – entre os quais Elgson Gomes (1922-), Romeu Paulo Costa (1924-), Ulisses Burlamaqui (1925-) e, principalmente, José Maria Gandolfi (1933-) e Luís Forte Netto (1935-) –, criaria uma nova fisionomia na próxima década.

No final dos anos 50, mais dois hospitais ampliaram o atendimento médico curitibano: o *Cajuru*, instalado em 1958, na avenida São José; e o *Evangélico*, que começou a funcionar em 1959, no Bigorrilho. O então prefeito, general Iberê de Mattos, deparou-se com problemas devido ao acelerado crescimento da cidade, graças ao êxodo rural causado pelo declínio do ciclo do café no interior do Estado. Em dez anos, a população dobrou, chegando, no início da década de 1960 a 360.000 habitantes. Curitiba transformava-se rapidamente, adensando-se e verticalizando-se, o que conduzia a medidas administrativas. A década de 1960 seria marcada por profundas transformações, inclusive a nível estadual e nacional[36].

Ivo Arzua Pereira – o último prefeito eleito de Curitiba antes do regime militar, que ocupou o cargo de 1962 a 1966 – criou importantes organismos que iriam direcionar a evolução da cidade. Em 1964, surgia a *Companhia de Urbanização e Saneamento* – URBS, que visava coordenar e racionalizar serviços e obras urbanas, tais como ordenação de espaços, aproveitamento da água, circulação e transporte, erradicação de favelas, saneamento de enchentes, etc. Uma de suas primeiras ações foi o desenvolvimento do *Plano Diretor da Região de Curitiba* (1965), coordenado pelo arquiteto Luiz Armando Garcez e que procurava focalizar o problema do desenvolvimento municipal em uma escala regional, na qual as questões de organização territorial não afetassem apenas a Capital, porém se ampliassem a todos os Municípios vizinhos. Campo largo tornar-se-ia um centro industrial; e São José dos Pinhais, Araucária e Piraquara, centros agrícolas regionais (GARCEZ, 1965).

---

[35] De acordo com XAVIER (1985), a gleba do Jardim das Américas possibilitava à UFPR uma solução para os seus graves problemas de espaço. Ao invés de lá se instalar um *campus* universitário, optou-se em localizar ali o *Centro Politécnico*, complexo constituído de um setor didático e outro de apoio. Realizado pelo mesmo autor do *Teatro Guaíra*, Rubens Meister, o projeto foi desenvolvido em pavilhões. O setor de apoio, que compreende os blocos de administração, biblioteca e provas, foi colocado à frente e em cota mais elevada. O setor didático reúne seis conjuntos subordinados a um eixo transversal de simetria e composto por salas de aula e gabinetes de professores, interligados por corredores. Posteriormente, outras edificações foram acrescidas ao complexo, sob responsabilidade do *Escritório Técnico* da UFPR. Já as faculdades, projetadas em 1962, na rua XV de Novembro, entre as ruas General Carneiro e Dr. Faivre, por David Xavier de Azambuja, adotou o partido vertical em um terreno de 6.500 m^2. Dois blocos – um para cada faculdade – dispostos paralelamente e no alinhamento das ruas, unidos por um corpo destinado a restaurante e reitoria, permitiram a criação de um amplo pátio. Ao conjunto, associou-se depois o prédio do auditório, projetado pelo engenheiro Rubens Meister.

[36] Na administração estadual, Ney Braga, que sucedeu a Moysés Lupion, iniciou uma ampla reformulação, reforçando a infra-estrutura básica. As ações do *Departamento de Estradas de Rodagem*, das companhias de energia elétrica e de telefonia foram fundamentais para o desenvolvimento do Paraná, assim como a constituição da *Companhia Paranaense de Desenvolvimento* – CODEPAR, a qual financiava as atividades industriais com recursos oriundos de empréstimos compulsórios. Em 1964, João Goulart (1918-1976) – que havia assumido a Presidência do país quando Jânio Quadros (1917-1992), de quem era vice, renunciou agosto de 1961 – caiu pelo *Golpe Militar*; e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1900-1967) subiu ao poder, com a prisão de opositores do regime e cassação de mandatos políticos. O regime militar acabou tendo conseqüências no desenvolvimento de Curitiba, devido ao apoio aos programas dos prefeitos nomeados.

Várias modificações urbanas aconteceram, como a desapropriação e demolição de 65 imóveis para alargar as principais ruas, tais como XV de Novembro, Marechal Deodoro, Marechal Floriano, Cruz Machado e Tobias de Macedo. A travessa Oliveira Belo, fechada ao tráfego, ganhou uma pérgula, por onde passavam os pedestres; e a praça Zacarias foi ampliada e remodelada. O rio Ivo foi recanalizado na avenida João Pessoa. Nos bairros, as obras incluíram a pavimentação da avenida Paraná e a conclusão da avenida Kennedy. Em maio de 1965, surgia a *Companhia de Habitação de Curitiba* – COHAB-CT, criada para enfrentar a falta de moradia, cuja primeira obra importante foi a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, instalada na região conhecida como Barigüi do Portão com 2.175 casas populares financiadas pelo recém-criado *Banco Nacional da Habitação* – BNH. Em dezembro deste ano, nascia também a *Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba* – APPUC, depois denominada *Instituto* (IPPUC), principal organismo de planejamento, cujos estudos e projetos puderam ser implementados a partir de 1972. Além disso, outro fator importante que impulsionou o debate sobre o urbanismo em Curitiba foi a criação do Curso de Arquitetura da UFPR, derivado de Engenharia. Em pouco tempo, começou a formar profissionais que assumiam uma nova postura frente às questões da cidade.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura, visando a recuperação do centro, o asfaltamento da avenida Sete de Setembro e a instalação de um distrito industrial, entrava com um pedido de financiamento destes serviços à CODEPAR, que se recusou a atendê-la, alegando a falta de um plano urbanístico geral que incluísse as obras requeridas, o qual se prontificava a financiar. Assim, decidiu-se por abrir uma concorrência nacional para seleção do futuro plano diretor da capital. O vencedor foi aquele proposto pela empresa de São Paulo *Serete Engenharia S/A*, associada ao escritório de arquitetura de Jorge Wilheim[37], o qual foi submetido, segundo OLIVEIRA (2000), a intensos debates entre as elites econômicas e intelectuais da cidade; e finalmente aprovado através da Lei n. 2.828/66, permanecendo em vigor desde então. Este se caracterizava por incluir: o disciplinamento de uso da área central; o estabelecimento dos setores estruturais, integrados a dois eixos do sistema viário básico – Norte e Sul –; a definição das zonas residenciais e reserva de áreas para expansão urbana; a criação de áreas verdes, bosques e parques; e o tratamento de conservação e revitalização do centro tradicional (setor histórico). Baseado nas idéias de adensamento e policentrismo, o plano visava a criação de uma paisagem urbana própria e adequada ao futuro (FIG. 6.6).

[37] Jorge Wilheim (1928-), arquiteto e urbanista paulista formado pelo *Mackenzie* em 1952, realizou várias obras de porte em São Paulo, como a *Sede do Jóquei Clube* (1959), o *Palácio de Exposições do Parque Anhembi* (1967) e o *Edifício-Sede da FAPESP* (1975). Em Curitiba, liderou uma equipe de arquitetos, engenheiros e técnicos da Prefeitura, da qual participaram Jaime Lerner, Francisca Rischbieter, Almir Fernandes, José Maria Gandolfi, Dúlcia Auriquio, Reinhold Stephanes, Orci Stump, Lubomir Ficinski e Jair Leal. A idéia básica do plano – que ficou conhecido como *Plano Serete* (1964/65) – estava centrada na qualidade de vida urbana, sendo seus principais objetivos: descongestionar a área central e preservar o centro tradicional; direcionar a expansão urbana mudando sua conformação radial – prevista no *Plano Agache* (1941/43) – para a linear, integrando o uso do solo com o transporte; conter o crescimento de Curitiba dentro de seus limites territoriais; garantir a base econômica para o desenvolvimento; e propiciar os equipamentos globais e necessários à cidade. Suas diretrizes incluíam a hierarquização das principais vias; a melhor definição da ocupação e uso do solo através de zonas residenciais, comerciais e industriais; e a reserva de áreas centrais para os pedestres.

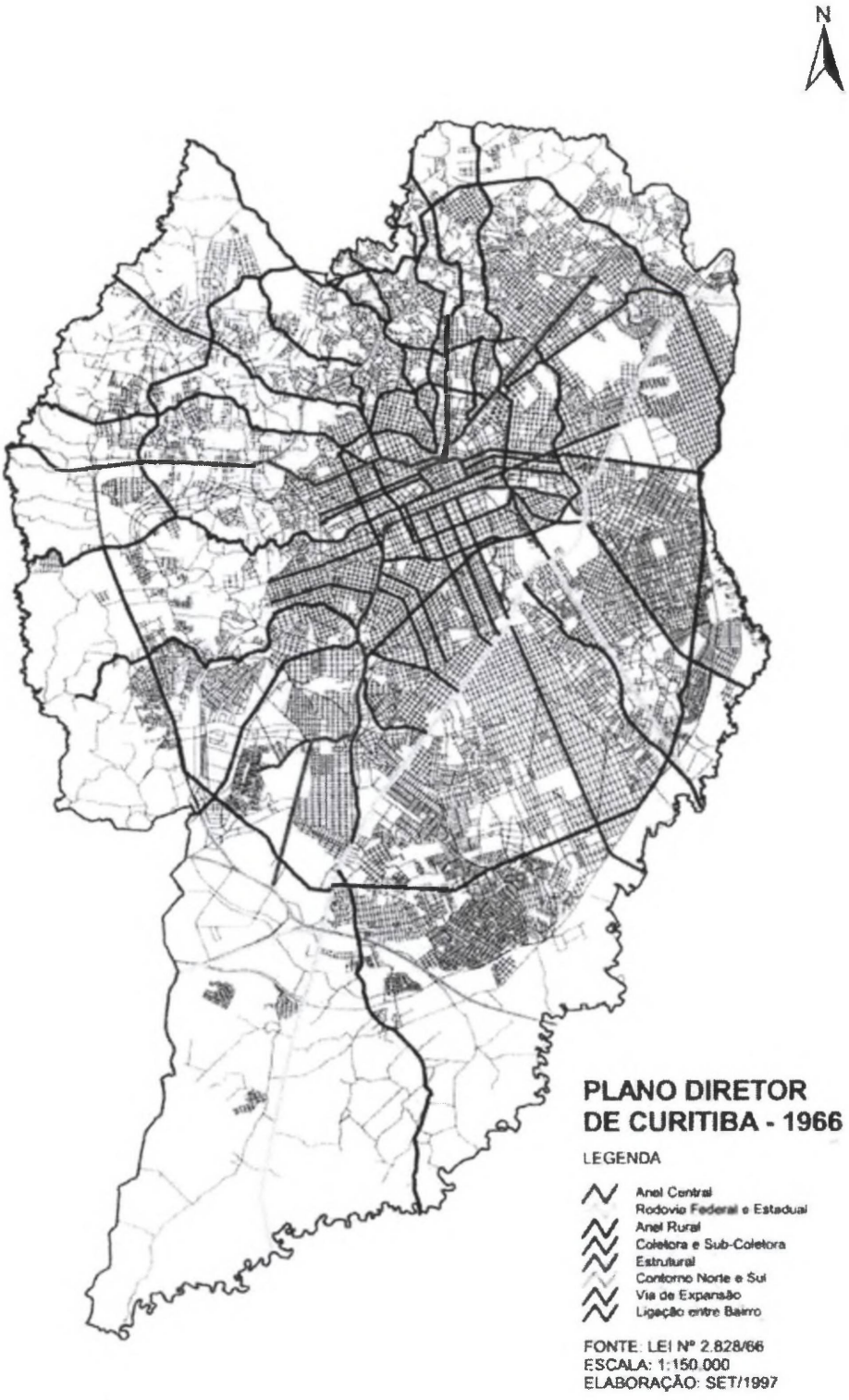


FIGURA 6.6 – *Plano Diretor* da cidade de Curitiba (1966).
(**FONTE**: IPPUC, 2005)

Em 1969, ocorreu a primeira modificação do zoneamento, conforme as práticas sociais, econômicas, culturais; e também devido à própria evolução das formas de utilização espacial e as novas tecnologias, o que fez surgirem novas zonas residenciais e comerciais, além do disciplinamento do uso do solo nas zonas de expansão. Nesse momento, já se percebia o zoneamento como "agente de desenvolvimento", o qual seria novamente revisto em 1975 e, depois, em fins de 1999. Em outubro de 1970, o Governo estadual inaugurava o *Palácio das Telecomunicações Presidente Costa e Silva*, sede da companhia telefônica TELEPAR, que se tornou um marco na paisagem da cidade. Em 1971, o sucessor de Ney Braga, Paulo Pimentel, último governador do Paraná durante o período militar, nomeou como prefeito da capital o engenheiro Omar Sabbag, que, conforme DUARTE & GUINSKI (2002), deu ênfase ao saneamento e à urbanização dos bairros em sua gestão[38].

FIGURA 6.7 – Região Metropolitana de Curitiba – RMC, ainda sem a inclusão do Município da Lapa.
(**FONTE**: CURITIBA PARANÁ, 2005)

[38] Com Sabbag, a função da URBS foi alterada, passando a cuidar de planos comunitários e da pavimentação; as ruas centrais, sempre sujeitas a enchentes, foram saneadas e, na rua Vicente Machado, o rio Ivo recebeu nova canalização. Além de terminar o asfaltamento da Sete de Setembro e pavimentar as avenidas Centenário e Anita Garibaldi; e rua João Bettega, o prefeito concluiu a construção da nova sede municipal no *Centro Cívico*, passando o antigo *Paço Municipal* a abrigar o *Museu Paranaense*. Constrói-se também a nova estação rodoferroviária, que integraria os terminais de transporte interurbano rodoviário e ferroviário; e o primeiro viaduto da cidade, o do Capanema, criado sobre a avenida Affonso Camargo e a linha férrea, que foi inaugurado no último dia de sua gestão.

Na década de 1970, houve o aumento das alterações nas áreas rurais e periféricas de Curitiba, de baixo custo no mercado imobiliário, devido ao crescimento urbano regional condicionado pela dinâmica de ocupação da cidade-pólo. Em maio de 1972, a Prefeitura devolveu o centro aos pedestres, transformando a rua XV de Novembro no primeiro calçadão do país. Em 1973, as áreas descampadas a oeste da cidade viram brotar os primeiros barracões de empresas nacionais e estrangeiras: nascia assim a *Cidade Industrial de Curitiba* – CIC, com cerca de 4.300 hectares de área – 10% da área total do Município –; empreendimento ousado e pioneiro fora do eixo Rio-São Paulo. Através da Lei Federal Complementar n. 14/73, a qual criou as regiões metropolitanas brasileiras, constituiu-se a *Região Metropolitana de Curitiba* – RMC. Desde então, houve o surgimento de atividades e funções novas na cidade, com a densificação dos bairros e a ocupação de áreas mais distantes do centro histórico. Curitiba já contava com mais de 600.000 habitantes (FENIANOS, 2003).

Nessa época, criaram-se vários loteamentos para atender, em grande parte, a população de baixa renda recém-chegada à cidade; estes de padrão técnico bastante precário, sem infraestrutura e sobre locais inadequados, tais como áreas íngremes, inundáveis, próximas a eixos rodoviários e a rios de mananciais de abastecimento público. Em 1974, era criada a *Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba* – COMEC; instituição responsável pelo planejamento metropolitano e que objetivava produzir o primeiro plano regional denominado *Plano de Desenvolvimento Integrado* – PDI da RMC, documento que apresentaria as principais diretrizes em 1978, com base na *Política Nacional de Desenvolvimento* – PDN, que definia a região como área de controle e de apoio ao desenvolvimento nacional[39] [COMEC, 1978].

Em 1971, Jaime Lerner (1937-) iniciou o período mais longo de administração municipal com as mesmas diretrizes, marcado pela continuidade de gestões – primeiro, dele; depois de Saul Raiz; e novamente dele mesmo –, que alcançaram 12 anos. Com o crescimento contínuo da

[39] Para efeitos de organização territorial, o PDI/78 fundamentava suas colocações em duas idéias básicas: que a "qualidade de vida" correspondia mais à satisfação das pessoas do que à eficiência dos organismos; e que era necessário buscar soluções mais efetivas, mais rápidas e mais compatíveis com a realidade nacional, fugindo-se à tentação de meras transferências de soluções externas inadequadamente sofisticadas. Assim, estabeleceu um "modelo estruturante" para a RMC originado de três conjuntos de premissas: a sua sobrevivência adequada (preservação dos recursos hídricos e outros de caráter ecológico); a geração de riquezas (otimização da exploração mineral e agropecuária, além do desenvolvimento industrial); e a melhor condição de vida da população (melhor atendimento dos serviços públicos e criação de sub-centros regionais, de modo a estruturar uma rede urbana hierarquizada de serviços e funções urbanas). O plano continha, no tópico relativo ao "Suporte às Atividades Metropolitanas", as definições das diversas aptidões indicadas para a configuração regional, como: áreas para atividades primárias, suporte de infra-estrutura, desenvolvimento, suporte urbano, urbanização; e também áreas aptas à preservação. Segundo a COMEC [1978], as áreas urbanizadas da RMC tinham se desenvolvido a partir do vale do rio Iguaçu e, portanto, guardavam um relacionamento muito estreito com a geomorfologia e a base natural, além do fato de que o território metropolitano estendia-se entre dois maciços montanhosos, um a Leste e outro a Oeste-Noroeste – respectivamente a Serra do Mar e a Escarpa Devoniana –, ao que se convencionou chamar de *Primeiro Planalto Paranaense*. Deste modo, o equilíbrio desse conjunto ecológico deveria ser preservado a todo custo, a fim de se evitar uma crescente degradação do meio natural, com imediatas conseqüências sobre o meio urbano. O plano regional estabelecia ainda duas linhas principais de preservação, estas entendidas como importantes para o balanço ecológico: uma relativa à drenagem natural e ao saneamento, ligada à necessidade de se garantir o abastecimento de água potável a custos compatíveis e ao controle das áreas de inundações; e outra relativa à manutenção do restante da cobertura vegetal, especialmente das vertentes de grande inclinação e à valorização do patrimônio natural por meio de áreas de lazer e função turística, no caso dos Mananciais da Serra, grutas e monumentos [COMEC, 1978].

cidade, o desafio era organizar a sua expansão e atender às novas exigências. Para OLIVEIRA (2000), procurou-se implementar efetivamente o *Plano Diretor* da época de Ivo Arzua, o qual foi aperfeiçoado pelo IPPUC, principalmente no que se referia ao transporte e sistema viário. Pode-se dizer que o novo desenho urbano de Curitiba data de 1974, quando os ônibus expressos inauguravam uma nova fase do transporte coletivo, rodando em vias exclusivas formadas pelos eixos estruturais que cortavam a cidade em forma de estrela.

Foi nessa época que se introduziu o conceito de aproveitamento de áreas verdes como espaços de lazer e indicadores de qualidade de vida. Até então, embora possuísse bosques e matas particulares, somente o *Passeio Público* era de uso geral. A Prefeitura, além de outras ações[40], desapropriou terrenos, negociando com seus proprietários e criando os três primeiros parques da cidade: *São Lourenço*, *Barreirinha* e *Barigüi*. Paralelamente, a nível metropolitano, houve o amadurecimento de uma nova visão do espaço regional, na qual foram perfilados quatro compartimentos: o pólo de Curitiba; as áreas periféricas; as sedes municipais regionais; e as pequenas comunidades e área rural desvinculada da dinâmica metropolitana.

É importante destacar que a criação desses primeiros parques curitibanos estava fundamentada nos estudos que haviam sido realizados pela empresa *Serete* e pelo IPPUC, dos quais o próprio Jaime Lerner havia participado; estudos estes que identificavam o fato de diversos rios e córregos que atravessavam a área urbana de Curitiba terem suas nascentes no próprio Município, propondo que fossem tomadas algumas medidas de proteção destas nascentes, na sua maioria, na região Norte da cidade. Inicialmente, propunham proteger quatro rios: Atuba, Bacacheri, Belém e Barigüi, cujas nascentes estavam à montante do centro urbano. Cada um desses rios deveria receber lagos visando funcionar como reguladores de vazão e amortecedores de cheias, dificultando que enchentes chegassem à região central.

> Ao redor desses lagos seriam implantados parques evitando que suas margens fossem ocupadas e preservando-os da poluição. Dessa sugestão, surgiram os parques Barigüi e São Lourenço, e mais tarde, em 1988, o Parque do Bacacheri; e o quarto, que seria o do Atuba, está atualmente em processo de estudo de implantação por parte da Prefeitura. Dos quatro lagos sugeridos, três [os tanques do Bacacheri, do São Lourenço e do Glasser] foram propostos em pontos que a população já utilizava como áreas de lazer (ANDRADE, 2001:46-7).

[40] Além de se transformar em calçadão para pedestres, a rua XV de Novembro recebeu várias melhorias, como floreiras, luminárias, bancos e outros equipamentos, voltando a ser conhecida pelo seu nome antigo: rua das Flores. O calçamento prolongou-se para a rua Voluntários da Pátria, no trecho da praça Osório e nas imediações do prédio do recém-aberto *Museu Paranaense*, na antiga Prefeitura. As praças Generoso Marques e Borges de Macedo também foram fechadas a veículos. Através da Lei n. 5.263/75, criou-se os *Setores Especiais de Preservação de Fundos de Vale*, o que procurava regularizar e preservar os fundos de vale das ocupações ilegais e dos loteamentos que não satisfaziam a um mínimo de condições objetivando o saneamento e a drenagem. O apoio à cultura foi reforçado com a criação da *Fundação Cultural de Curitiba* – FCC, que passou a incentivar a produção local e criar espaços para as novas atividades, reciclando instalações antigas, como o antigo depósito de pólvora do Prado Velho que se transformou no *Teatro Paiol*; o prédio do curtume desativado no *Parque São Lourenço* que virou o *Centro de Criatividade*, e a *Casa Romário Martins*, que funcionou inicialmente em um posto de informações do setor histórico e centro de pesquisas sobre a cidade (DUARTE & GUINSKI, 2002).

Pode-se assim afirmar que os primeiros parques urbanos de Curitiba, datados do início da década de 1970, surgiram da necessidade de criar mecanismos reguladores das enchentes e da preservação do seu entorno; ou que, segundo as palavras de ANDRADE (2001), a idéia de implantação de lagos antecedeu a de criação de parques. Essas áreas de reserva natural foram, de fato,

> verdadeiros laboratórios para a solução dos graves problemas de enchentes que anualmente ocorriam na cidade [...] Os parques foram simplesmente obras de saneamento e de drenagem! A paisagem que os envolve, ou seja, o fato de as obras de saneamento e de drenagem terem sido emolduradas por obras paisagísticas e de lazer, foi apenas a solução natural encontrada para preservar os lagos contra os perigos dos loteamentos e ocupações irregulares (OLIVEIRA, 1996:47-8).

Assim, a partir de então se introduziu uma metodologia de produção de parques e bosques na cidade (FIG. 6.8), devendo os mesmos se situarem às margens de rios que possibilitassem a criação de lagos e, ao mesmo tempo que, quando de seu projeto de implantação, caberia à *Fundação Cultural de Curitiba* – FCC promover algum tipo de ação voltada à cultura e manutenção nestes locais, como atestam o *Centro de Criatividade* no São Lourenço; a biblioteca no Barreirinha e o centro de exposições no Barigüi. Foi Jaime Lerner, em sua primeira gestão, de 1971 a 1974, que alertou para a carência de áreas verdes municipais acima de 30.000 m^2, iniciando uma política de valorização da natureza, acabando por promover a implantação da arborização viária, legislações de proteção ambiental, criação de parques e outras ações na área ambiental que fizeram com que Curitiba saltasse, segundo os índices divulgados[41], de 0,7 m^2 de área verde por habitante em meados dos anos 60 para 16 m^2/hab em 1974. Após o decorrer de cerca de 15 anos, a cidade atingiria a invejável marca de 55 m^2/hab em 1985, assumindo enfim o título de "Capital Ecológica" (QUADROS VI e VII).

[41] Em 1965, um levantamento da situação das áreas verdes de Curitiba apresentava 55 espaços públicos destinados ao lazer, sendo que destes apenas quatro possuíam áreas superiores a 30.000 m^2, a saber: o *Passeio Público*; o *Parque da Cidade* – que embora tivesse sua área reservada através da Lei n. 2103/61 nunca chegou a ser implantado –; o *Horto do Barreirinha*, que atualmente é um parque aberto ao público; e o *Horto do Matadouro*, que hoje é o *Bosque do Capão da Imbuia*. Nesse estudo, consideravam-se como "áreas verdes" todas as áreas municipais destinadas a este fim, equipadas ou não (daquele total, 15 eram simples terrenos baldios). As áreas menores a 1.000 m^2 foram consideradas aproveitáveis para recreação de crianças de 0 a 5 anos; as áreas de 1.000 a 30.000 m^2 para crianças de 0 a 15 anos; e as áreas acima de 30.000 m^2 – nas quais se enquadrariam os quatro locais já citados – para jovens de 15 a 25 anos. O *Plano Serete* (1964/65) também fez um levantamento da abrangência dessas áreas, mas enfocou somente a questão das praças e não os bosques e parques, embora tenha citado a carência desses locais. Durante a administração de Omar Sabbag, de 1967 a 1970, a principal contribuição do IPPUC com relação às áreas verdes foi a elaboração do plano de proteção de fundos de vales, transformado em decreto somente na gestão de Saul Raiz, em 1975, na qual a criação dos *Setores Especiais de Preservação de Fundos de Vale* pela Lei n. 5.263/75 possibilitou a implantação de um novo parque urbano: o do Iguaçu, a fim de proteger a área marginal do rio de mesmo nome (FENIANOS, 2003).

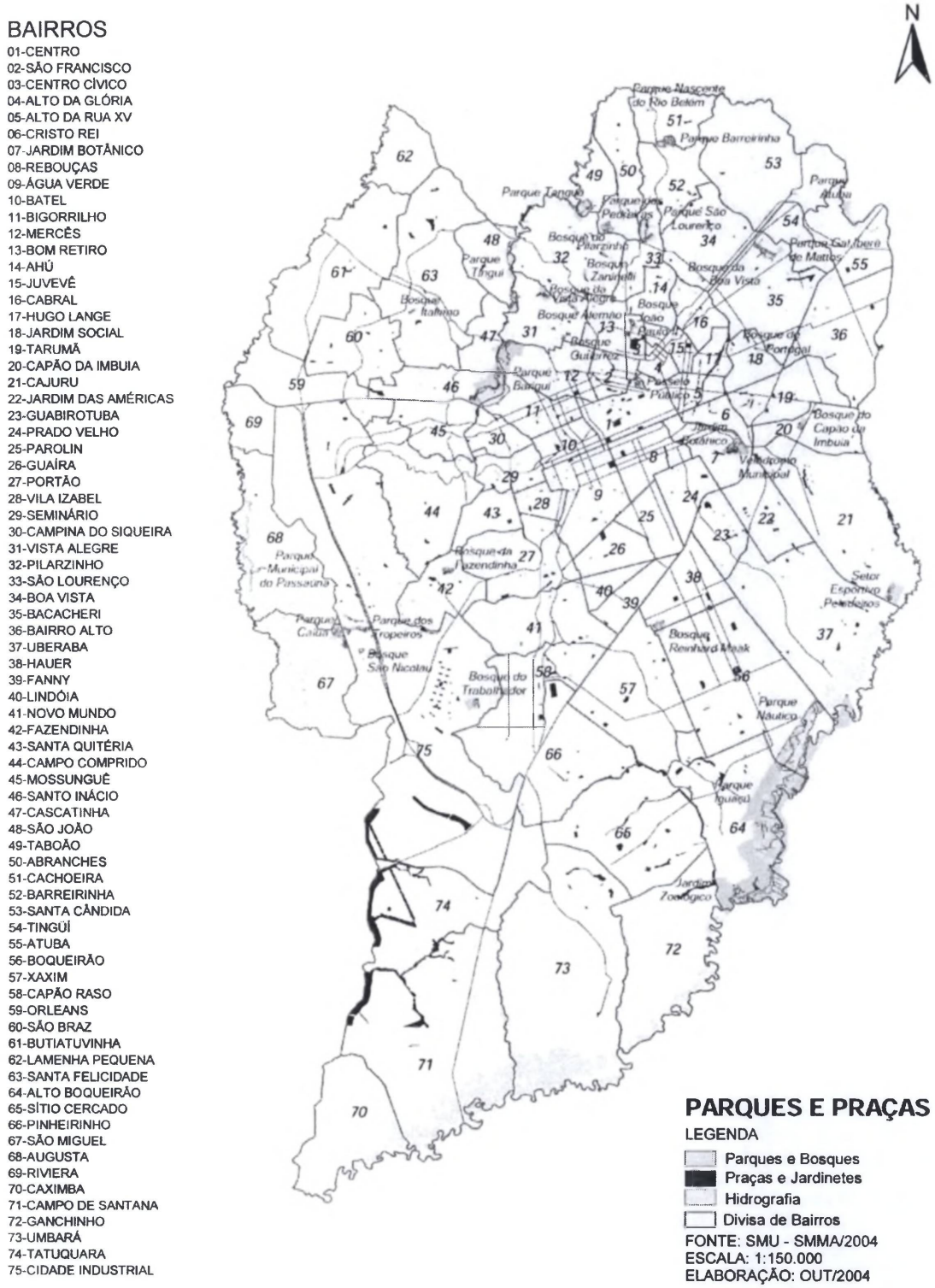


FIGURA 6.8 – Localização das principais áreas verdes de Curitiba (2004).
(**FONTE**: IPPUC, 2005)

QUADRO VI – LISTA DE PARQUES URBANOS DE CURITIBA

	Nome	R	Área (m^2)	Data	Localização	Quadra Bairro	Rios
1	Passeio Público	N	69.285	02.maio 1886	Av. João Gualberto R. Carlos Cavalcanti R. Presidente Faria	I-13 Centro	Rio Belém
2	Parque da Barreirinha	N	275.380	1972([42])	Av. Anita Garibaldi	B-13/14 Barreirinha	Afl. Rio Bacacheri
3	Parque São Lourenço	N	203.918	1972	R. Sta. Rita Durão R. Mateus Leme R. José Brusamolin	D/E-13 S. Lourenço	Rio Belém
4	Pq. Municipal do Barigüi	N	1.400.000	1972	Rod. do Café BR-277 Av. Manoel Ribas Av. Cândido Hartman	H/I/J-03 Bigorrilho/ Cascatinnha	Rio Barigüi
5	Pq. Regional do Iguaçu	S	8.264.316	1976([43])	R. Mal. Floriano Peixoto R. Francisco Pedroso	Q à X-16 a 20 Uberaba/Alto Boqueirão	Rio Iguaçu
6	Pq. Gal. Iberê de Mattos (Pq. Bacacheri)	N	152.033	05.nov 1988	R. Canadá R. Rodrigo de Freitas R. Paulo Nadolny	E-16/17 Bacacheri	Rio Bacacheri
7	Parque das Pedreiras	N	103.500	30.set 1990 ([44])	Rua João Gava	E-12 Pilarzinho/ Abranches	–
8	Pq. Municipal do Passaúna	S	6.500.000	10.mar 1991	R. Eduardo Sprada	L à S-1/2 Augusta	Rio Passaúna
9	Pq. Francisca M. G. Rischbieter (Jd. Botânico)	S	245.000	05.out 1991	Av. Lothário Meissner Av. Affonso Camargo R.Eng.Ostoja Roguski	K-16 Jd. Botânico	–
10	Parque dos Tropeiros	S	173.474	25.set 1994	R. Raul Pompéia R. Maria Lúcia Locher de Athayde	Q-14 CIC	Afl. Rio Barigüi
11	Parque Caiuá	S	46.000	25.set 1994	R. Maria Lúcia Locher de Athayde	P/Q-05/06 CIC	Afl. Rio Barigüi
12	Parque Diadema	S	112.000	25.set 1994	Av. J. Kubitschek R. BP-5 (Cj. Hab. Diadema)	Q-04/05 CIC	Alf. Rio Barigüi
13	Parque Tingüi	N	380.000	1°.out 1994	R. José Valle R. Fredolin Wolf	E/F/G-09 São João	Rio Barigüi
14	Parque Tanguá	N	235.000	23.nov 1996([45])	Av. Fredolin Wolf R. Oswaldo Maciel R. Dr. Bembem	D/E-11 Pilarzinho/ Taboão	Ribeirão Antonio Rosa

(FONTE: ANDRADE, 2001; adaptado)

([42]) O *Parque do Barreirinha* foi preservado desde 1959 por Decreto governamental. Nele, encontra-se o *Horto Florestal*, com aproximadamente 125.380 m^2.

([43]) O Zoológico do *Parque Regional do Iguaçu* foi entregue em 29 de março de 1982.

([44]) A *Ópera de Arame*, no *Parque das Pedreiras*, foi inaugurada em 1992.

([45]) O *Jardim Poty Lazzarotto*, no *Parque Tanguá*, foi inaugurado em 08 de junho de 1998.

QUADRO VII – LISTA DE BOSQUES PÚBLICOS DE CURITIBA

	Nome	R	Área (m^2)	Data	Localização	Quadra Bairro	Rios
1	Bosque Boa Vista (Bosque Dr. Martim Lutero)	N	11.682	1974 (1996)	R. Holanda R. Vicente Ciccarino	F-15 Boa Vista	–
2	Bosque João Paulo II (Bosque do Papa)	N	46.337	05.jul 1980([46])	R.Mateus Leme / Vieira Santos/ R. José S. Côrtes R Wellignton O. Viana	G/H-13 Centro Cívico	Rio Belém
3	Bosque Capão da Imbuia	S	42.417	1981	R. Nivaldo Braga R. Benedito Conceição	J-18 Capão da Imbuia	Afl. Rio Bacacheri
4	Bosque Dr. J. C. Hartley Gutierrez (Pq.Chico Mendes)	N	36.000	11.set 1986([47])	R. Albino Raschendorfer R. José Gaspar C. Jr. R. Amapá	H-11 Vista Alegre	Afl. Rio Belém
5	Bosque Reinhard Maack	S	78.000	04.nov 1989	R. Raggi Izzar/ R. Irmã Borlet/R. Waldemar Kost R. Oswaldo Aranha	P/Q-13/14 Vila Hauer	Afl. Rio Belém
6	Bosque do Pilarzinho	N	28.146	(não inaug.) 1991	R. Caetano Granato R. Miguel A. Silva	E/F-12 Pilarzinho	Afl. Rio Belém
7	Bosque Zaninelli	N	36.794	05.jun 1992	R. Brochado da Rocha R. João Ballin R. Victor Benato	F-11 Pilarzinho	Afl. Rio Belém
8	Bosque de Portugal	N	20.850	19.mar 1994	R. Fagundes Varella R. Osório Duque Estrada	H-16 Jardim Social	Rio Tarumã
9	Bosque da Fazendinha	S	72.851	09.dez 1995	R. Carlos Klemtz	O-07/08 Fazendinha	–
10	Bosque Alemão	N	38.000	29.mar 1996	R. Nicolo Paganini R. Franz Schubert R. Francisco Schaffer	G-11 Bom Retiro (Jd. Schaffer)	Afl. Rio Belém
11	Bosque São Cristovão([48]) (Bosque Italiano)	N	23.450	(não inaug.)	R. Margarida Angela Z. Miranda	G-06 Santa Felicidade	Rio Uvú
12	Bosque do Trabalhador	S	192.015	11.set 1996([49])	R. Manoel Valdomiro de Macedo R. Domingos Batista	S-8 CIC	Alf. Rio Barigüi
13	Bosque São Nicolau	S	20.520	04.jun 2000	Final da R. das Águias (Moradias São Nicolau)	– CIC	–
14	Bosque Maria Luísa Gomm	S	–	Em impl.	Av. do Batel R. Des. Costa Carvalho R. Hermes Fontes	– Batel	–

(FONTE: ANDRADE, 2001; adaptado)

[46] O *Bosque João Paulo II* foi criado em 1978, mas implantado oficialmente em 05 de julho de 1980.

[47] O *Bosque Gutierrez* foi criado em 11 de setembro de 1986, mas somente foi inaugurado em 1989.

[48] Embora apareça em todas as listas de parques e bosques da SMMA, o *Bosque Italiano* trata-se de uma área particular pertencente à Arquidiocese de Santa Felicidade.

[49] Embora nos documentos da SMMA apareça como não inaugurado, o *Bosque do Trabalhador* foi criado por decreto em 11 de setembro de 1996.

6.2 PRIMEIROS PARQUES E *CITY MARKETING*

Durante meados dos anos 60 e, principalmente, a década de 1970, ocorreu a implantação de um novo modelo urbanístico em Curitiba, o que incluía a reestruturação espacial da cidade, a remodelação de todo seu sistema de transporte e, principalmente, a implementação de medidas que possibilitassem equipar o Município de mais espaços de lazer e recreação, tais como parques, bosques, praças e áreas ajardinadas, alegando-se para isto uma tentativa de melhoria da qualidade de vida de seus moradores, os quais já atingiam a escala próxima a 1.000.000 de habitantes. Com base em justificativas preservacionistas e, em especial, relativas a medidas de contenção da poluição e de prevenção a enchentes e inundações, a Prefeitura, encabeçada a partir de 1971 por Jaime Lerner (1937-), iniciou um período que cobriria 12 anos de continuidade política, marcada pela administração tecnocrática e pelo "parquismo".

> Realce especial será dado à recreação [...] à construção de novas praças e de grandes parques, à preservação das áreas verdes expressivas, à execução de um plano de arborização da cidade e uma política de ocupação do solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e água (LERNER apud MENEZES, 1996:102).

Reflexo de um espírito que se intensificava nos anos 70, quando o ecologismo assumia suas feições tanto em nível nacional como internacional, a série de transformações pelas quais a cidade de Curitiba passou no último quartel do século XX atesta, em escala local, a eclosão de um "novo" mundo que se descortinava após o desenvolvimento industrial, a evolução tecnológica e a conformação da sociedade de massa, a qual passava da sua experiência – e auto-consciência existencial – para um ambiente dominado pela informação e pela imagem, uma sociedade espetacular que é fruto de novas e inéditas relações econômicas, sociais e culturais.

> A degradação das condições de vida humana e da natureza no final do último século se intensificaram de tal maneira que a sociedade (pós) moderna elegeu, de maneira muitas vezes obsessiva, a busca pelo ambiente saudável como uma necessidade básica de sua existência. Neste contexto, as áreas que ainda apresentam boa cobertura de vegetação natural, rios e ar limpos são consideradas eco-logicamente saudáveis e são altamente disputadas pelos diferentes grupos sociais, seja para usufruto, para transformação em mercadoria do turismo, ou mesmo objeto de defesa da luta de movimentos ambientalistas (MENDONÇA, 2002:179-80).

As primeiras gestões de Jaime Lerner – de 1971 a 1974; e de 1979 a 1982 –, intercaladas pela administração de Saul Raiz, foram marcadas por grandes alterações no sistema de transporte coletivo, especialmente com o surgimento do *ônibus expresso*, que circularia em canaletas exclusivas no centro de avenidas transformadas em "vias estruturais" – já que o tráfego intenso acontecia em ruas paralelas, as "vias rápidas" –; ao longo das quais o planejamento direcionava a

ocupação, primeiramente na direção Norte-Sul, depois na Leste-Oeste[50]. No centro, os motoristas seguiam um anel viário que completava as ligações para os bairros e diminuía a saturação da área. Ao mesmo tempo, a circulação entre os bairros foi agilizada, com a desapropriação de casas antigas e a criação de novas vias. Por fim, a consolidação das vias rápidas acabou por modificar a paisagem ao longo destas, devido ao seu adensamento com grandes núcleos de edifícios residenciais e estabelecimentos comerciais, conforme se previa. Paralelamente, eram feitas várias obras de saneamento, como, por exemplo, a nova canalização na rua Mariano Torres, em que o rio foi desviado para a vizinha rua Tibagi, onde foi instalado um canal auxiliar (DUARTE & GUINSKI, 2002).

Em 1977, executou-se o *Plano do Acervo da Região Metropolitana de Curitiba*, pela COMEC/IPARDES, que identificou, classificou e propôs usos e formas de preservação às edificações mais significativas do núcleo histórico, totalizando mais de 360 unidades. Com o Decreto n. 1.547/79, criou-se o *Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação*, objetivando proteger quase 590 imóveis centrais. Além disso, novas canchas esportivas e jardins transformaram ruas e praças em áreas de lazer, assim como surgiam os primeiros parques, além do antigo *Passeio Público* – o *Parque São Lourenço*, o *Parque da Barreirinha* e o *Parque Barigüi* –, seguidos pelo *Bosque Boa Vista*, criado em 1974 com pouco menos que 11.700 m^2 que, a partir de 10 de novembro de 1996, passou a se chamar *Bosque Dr. Martin Lutero.* A normalização das faixas de drenagem e de proteção dos fundos de vale contribuiu para a criação desses espaços públicos de lazer, esporte e educação, os quais se tornaram prioritários para os investimentos públicos; originando muitos outros.

O *Parque São Lourenço*, localizado no norte da cidade – e que tem como principais vias de acesso as avenidas Mateus Leme (antiga Estrada do Assungüi) e Anita Garibaldi –, nasceu, segundo o IPPUC (1992), devido aos estragos que a enchente do rio Belém provocou em 1970, quando a barragem do antigo tanque São Lourenço rompeu-se e a inundação parou um curtume e uma fábrica de cola. A área com quase 204.000 m^2 foi desapropriada, o lago restaurado e as instalações fabris transformadas no *Centro da Criatividade*, o qual passou a oferecer *ateliers* e laboratórios de artes e ofícios, salas de aula, biblioteca e auditórios. Em maio de 1994, o centro implantou o *Liceu de Artes*, para preservar antigas técnicas e treinar aprendizes de modo a se colocarem no mercado de trabalho. Na sua entrada principal, encontram-se os galpões originais unidos por uma estrutura metálica e equipamentos para recreação infantil (FIGS. 6.9 e 6.10).

---

[50] Visando aumentar a capacidade de transporte coletivo, os *expressos* eram ônibus com motores mais potentes, carrocerias maiores, acessos rebaixados e portas largas. Suas canaletas exclusivas interrompiam os cruzamentos por grandes trechos, o que permitia maior velocidade, além de fazerem com que o espaçamento entre as paradas aumentasse. Até a implantação do novo sistema, os ônibus convencionais levavam passageiros dos bairros às principais praças do centro, que funcionavam como terminais. O expresso desativa muitas linhas, reduzindo a circulação dos veículos e desafogando o trânsito. Em 1974, definiu-se o traçado da via estrutural Norte-Sul, estabelecendo uma ligação pelo expresso de Santa Cândida a Capão Raso. Em 1978, surgia a nova linha até o Boqueirão. Em 1979, a Prefeitura diversificava com a linha *Interbairros*, que atravessaria várias regiões, sem passar pelo centro. A nova opção permitiu a formação, em 1980, da Rede Integrada de Transporte – RIT, com a adoção de uma tarefa única para a viagem em vários trechos. A expansão e o funcionamento da RIT aumentaram a capacidade de transporte em 1982 para 1.180.000 passageiros/dia (DUARTE & GUINSKI, 2002:216).

FIGURA 6.9 – *Parque São Lourenço* (1972), situado em Curitiba PR. Foto de Carlos Ruggi/SMCS.
(**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

Bosques nativos de araucárias configuram todo o espaço do parque, contornando o lago e delimitando os ambientes de estar. Uma de suas atrações mais tradicionais é a pista de carrinhos de rolimã, aberta a todas as idades. Além da conservação de recursos naturais, o local, projetado pelo arquiteto Roberto Luiz Gandolfi (1936-), presta-se para a contemplação, lazer e esportes, assim como para a promoção de eventos culturais e artísticos (MACEDO & SAKATA, 2003).

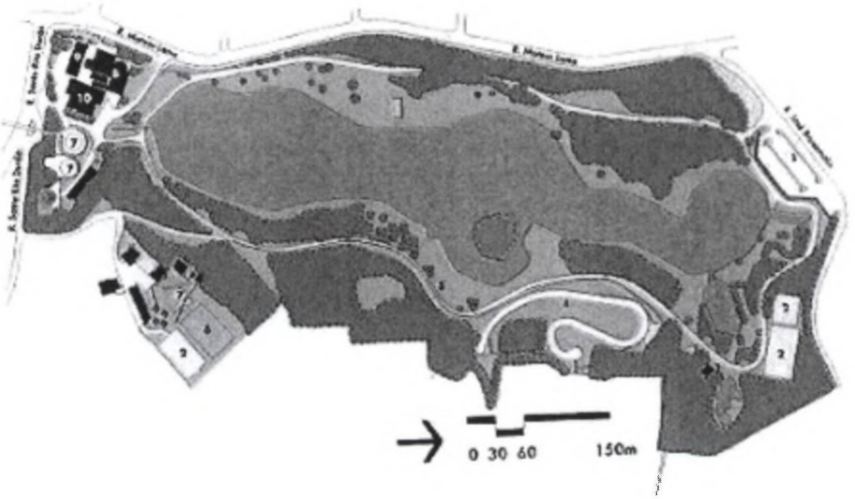


FIGURA 6.10 – Planta do *Parque São Lourenço*, criado em 1972, em Curitiba PR.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Embora criado em 1959 por decreto governamental, o *Parque da Barreirinha* só foi implantado em 1972, em uma área de mata nativa e relevo acidentado, com quase 275.400 m^2, no extremo Norte da cidade, na qual atualmente existem um grande bosque e três lagos de águas de

nascentes, que funcionam como importantes reguladores da qualidade de ar da região, além de serem utilizados nas aulas práticas de estudantes universitários (IPPUC, 1992). O parque, proposto pelo arquiteto Domingos Bongestabs (1941-), também sedia o *Horto Municipal*, com uma área aproximada de 125.380 m^2, capaz de produzir anualmente 100.000 mudas de árvores, arbustos e frutíferas silvestres de mais de 100 espécies, em sua maioria nativas; além de permitir, segundo MACEDO & SAKATA (2003), a contemplação, a recreação infantil, a prática esportiva e a conservação ecológica.

> Ambientes de estar e equipamentos de recreação encontram-se distribuídos nas áreas centrais, onde um lago compõe a paisagem, sendo o restante ocupado pelos bosques. Possui um programa voltado para a população local, com atividades esportivas e de recreação infantil e familiar, destacando-se as lanchonetes, onde são realizadas as festas (MACEDO & SAKATA, 2003:97).

No *Barreirinha*, entre araucárias, aroeiras, manjeronas, canelas, bracatingas e pés de erva-mate, além de outras espécies, estão espalhadas churrasqueiras, cabanas rústicas, biblioteca, playground e outros equipamentos de lazer (FIG. 6.11). É possível passear livremente e observar o vôo e o canto das garças-brancas gigantes, socós, biguás, coleirinhas, corujas, pica-apus, beija-flores, sabiás e siriris; ou mesmo a corrida apressada de preás, nutrias e gambás pelo meio do mato (FENIANOS, 2003).

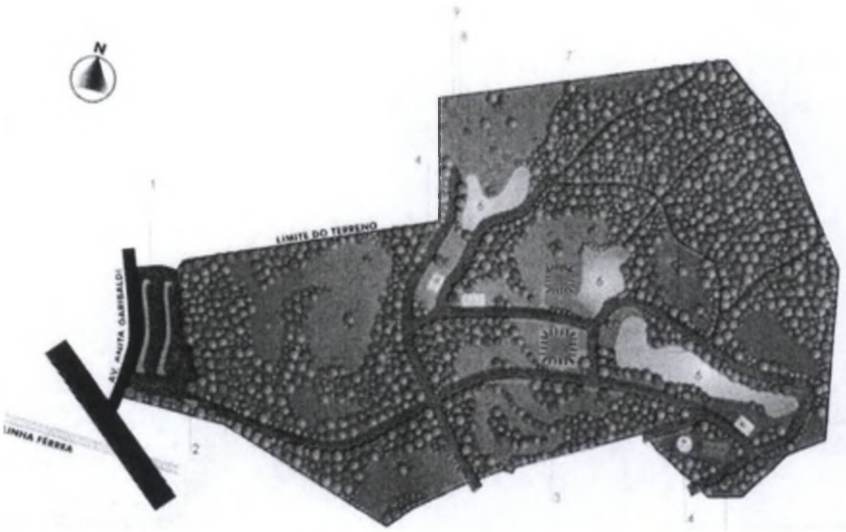


FIGURA 6.11 – Planta do *Parque Barreirinha*, criado em 1969 e implantado em 1972, em Curitiba PR.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

De acordo com FENIANOS (2003), o *Parque Barigüi* recebeu o nome do rio que o atravessa, batizado pelos índios de *Mbariwi*, que significa "rio dos mosquitos pólvora", embora, na versão do IPPUC (1992), signifique "rio do fruto espinhoso", referindo-se à pinha, produto dos pinheiros típicos da região. Acredita-se que o local tenha servido como a antiga sesmaria de Mateus Leme, um dos fundadores de Curitiba. Implantado também em 1972, é considerado uma referência nacional por ter influenciado a criação de espaços similares em todo o país, além de planejado em conjunto com outras áreas verdes, formando um cinturão verde ao redor da cidade. Seu autor foi

Lubomir Ficinski, sendo que Roberto Burle Marx (1909-1994) assessorou o tratamento paisagístico, o qual integra a grande massa de vegetação existente em seus bosques – constituída por floresta nativa da região mais vasta e floresta secundária – às áreas de maior fluxo de usuários. O rio que corta o parque foi represado para controlar as enchentes e possibilitar a vida de aves aquáticas (MACEDO & TANAKA, 2003).

Ocupando uma extensa área de preservação ambiental, com aproximadamente 1.400.000 m^2, o *Parque Barigüi* possui grandes gramados, trilhas e caminhos sinuosos percorrendo o local e interligando os diversos núcleos de atividades esportivas, culturais e de recreação infantil (FIG. 6.12). Nele se situam o *Museu do Automóvel* e a *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*, além da sede do *Grupo Escoteiro*, o quartel da *Guarda Florestal*, um centro de exposições, um centro gastronômico e uma estação da Maria-fumaça, entre outros[51].

FIGURA 6.12 – *Parque Barigüi*, criado em 1972, em Curitiba PR. Foto de Carlos Ruggi/SMCS.
(**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

Trata-se do parque mais freqüentado pelos curitibanos, chegando a receber mais de 15.000 pessoas nos finais de semana, que procuram a tranqüilidade dos bosques e gramados ou a agitação de diversos equipamentos, de *playground* a canchas de esportes e campo de futebol; de pistas para aeromodelismo, *bicicross* e *Cooper* até um parque de diversões (FIGS. 6.13).

[51] O acesso à *Secretaria Municipal do Meio Ambiente* dá-se pela avenida Manoel Ribas. Uma academia de ginástica foi implantada em uma antiga olaria existente no local, hoje administrada pela *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer*. Há também uma casa histórica que foi reciclada para a instalação de um restaurante, o *Bistrô Parque Barigüi*, dirigido pela *Fundação de Ação Social*. No centro gastronômico, também se localizam o *Restaurante Maggiore*, uma lanchonete e um bar. Já o *Salão de Atos* é coordenado pelo *Instituto Municipal de Administração Pública* – IMAP. O *Museu do Automóvel de Curitiba* foi fundado em 1969, situando-se inicialmente no Bairro do Parolin. Em 1973, mudou-se para o Barigüi, onde mantém a exposição de dezenas de veículos antigos e antiguidades mecânicas, além de uma biblioteca especializada em automóveis.

Em qualquer parte do *Parque Barigüi*, faz-se expressiva a presença do lago de 400.000 m^2, onde se pode andar de pedalinho ou observar a grande quantidade de animais nativos, como capivaras, preás, socós, pavós, garças brancas, gansos, sabiás, tico-ticos e outros (IPPUC, 1992).

FIGURA 6.13 – Planta e vista geral do *Parque Barigüi* (1972), situado em Curitiba PR.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003; RUN THE PLANET, 2005)

Situado a Sudeste do Município, o *Parque Regional do Iguaçu* começou a ser implementado em 1976, embora os estudos para a sua implantação já haviam começado há alguns anos, quando da elaboração do *Plano Preliminar* que classificava a área à Leste da rodovia BR-116 como desaconselhável para ocupação urbana, devido ao fato de estar sujeita a freqüentes inundações. De caráter essencialmente sanitarista, surgiu como medida amenizadora de enchentes, assim como possibilitar a criação de uma *Estação de Tratamento de Esgoto* – ETE para captar os detritos do rio

Belém – afluente do Iguaçu, que corta a região Norte da cidade, passando pelos parques *São Lourenço*, *João Paulo II* e *Passeio Público* –, o qual já acumulava altos índices de poluição. Além disso, o parque também evitaria a conurbação de Curitiba com o Município de São José dos Pinhais[52].

Buscando amenizar os custos de implantação do parque (FIG. 6.14), que atingiria a extensa área de pouco mais de 8.260.000 m^2, o IPPUC chegou a fazer algumas sugestões, como a exploração por parte de terceiros de argila e areia, cujas cavas possibilitariam a criação de lagoas de oxidação para o tratamento dos efluentes da ETE; a criação de pomares públicos, nos quais a população pagaria uma taxa de acesso que permitiria o consumo de frutas no pé, idéia que chegou a ser implementada, mas acabou desativada em 1990 devido ao vandalismo; o arrendamento de áreas para clubes de campo, o que foi realizado com a criação do *Parque Aquático e Vila Olímpica de Curitiba* – PAVOC, hoje substituídos pela academia da Polícia Florestal; a implantação de um centro de convenções e exposições, além de áreas de hospedagem como hotel e albergue da juventude, o que jamais foi concretizado; e, finalmente, a busca de recursos nas esferas estadual e federal (ANDRADE, 2001).

FIGURA 6.14 – *Parque Regional do Iguaçu* (1976), Curitiba PR. Foto de Cesar Brustolin/SMCS.
(**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

[52] Em maio de 1973, de acordo com ANDRADE (2001), a empresa *Serete*, em parceria com o IPPUC, realizou a *Minuta Preliminar do Plano Diretor do Parque do Iguaçu*, na qual citava que as regiões Sul e Sudeste começavam a apresentar um elevado índice de crescimento principalmente por serem áreas periféricas localizadas em planícies alagáveis de baixo valor imobiliário e, portanto, mais acessíveis à população de baixa renda. Embora Curitiba já tivesse criado uma legislação visando impedir a proliferação desordenada de loteamentos populares, os Municípios vizinhos ainda não tinham tais limitações e, como conseqüência, houve uma rápida urbanização das áreas contíguas à capital, como nas divisas com São José dos Pinhais. Visando impedir que essa expansão acarretasse a conurbação entre as cidades, assim como evitar a ocupação da planície do rio Iguaçu, propôs-se a criação do *Parque Regional do Iguaçu*, já que sua área ainda não possuía grande adensamento populacional nem o valor das terras era alto, possibilitando a desapropriação a um custo reduzido.

Na elaboração de sua proposta, o *Parque Regional do Iguaçu* foi dividido em sete setores: esportivo, náutico, pesqueiro, zoológico, pomares públicos, bosques naturais e santuário ecológico, sendo que a parte Norte ficou destinada para os esportes e a Sul transformada em uma grande reserva biológica, marcando seu espírito diverso dos parques anteriormente criados na cidade, já que se tratava nitidamente de uma ação preservacionista.

Atualmente, no setor esportivo, encontra-se o *Parque do Peladeiro*, composto por um estádio de beisebol e várias quadras esportivas bastante utilizadas pela população. Já o setor náutico consiste em um grande lago e praticamente nenhuma infra-estrutura, estando reduzido a apenas uma escola de canoagem e uma lanchonete desativada. Uma das prováveis causas de seu insucesso talvez seja a proximidade da ETE, que produz um odor desagradável, o qual inclusive levou ao local ser interditado em 1983, devido ao elevado índice de poluição, que também fez com que a "prainha" ali existente fosse fechada. Quanto ao setor pesqueiro, que havia sido idealizado para suprir de peixes a região próxima ao parque, acabou não vingando, assim como os pomares públicos que, em função do roubo e vandalismo, acabaram transformando-se em um espaço para acantonamento destinado à educação ambiental de estudantes da rede pública.

Sem dúvida, o zoológico pode ser considerado o setor mais ativo e visitado do parque, ocupando uma área de aproximadamente 530.000 m^2 e reunindo cerca de 1.000 animais de mais de 80 espécies diferentes, incluindo aves, mamíferos e répteis. Inaugurado em 29 de março de 1982, com o objetivo de acolher os grandes animais do *Passeio Público*, confinados no centro da cidade desde meados da década de 1930[53], tornou-se um grande atrativo para a população e também para os turistas. Em relação aos bosques naturais, há uma grande reserva de floresta nativa, com uma vegetação que vai do pinheiro, símbolo do Paraná, à bracatinga, passando pelos ipês amarelo e roxo, e pelas árvores frutíferas (IPPUC, 1992).

---

[53] Foi na gestão de João Moreira Garcez que se introduziram os primeiros animais no *Passeio Público*: um casal de cisnes, seguido por outras aves de pequeno porte, como pavões, araras e papagaios. Em 1932, construiu-se um viveiro de macacos e, com o tempo, foram chegando onças, tigres, girafas, veados, ursos, camelos, zebras e jacarés, tornando seu espaço insuficiente. Entre 1965 e 1966, implementou-se um plano de reformulação elaborado pelo IPPUC, o qual propunha o edifício-sede da *Diretoria de Parques e Praças* e outras dependências administrativas, como depósitos e oficinas. Fez-se a melhoria do pavilhão de exposições e a instalação do *Museu Botânico*, além da criação dos sanitários femininos e infantis, a remodelação completa do *playground*, a pavimentação das ruas internas, a instalação de mesas de xadrez ao ar livre, a clarificação e revestimento dos lagos, a reforma dos viveiros e das jaulas, e novos ajardinamentos. Em 1979, o zoológico foi ampliado, chegando a possuir 103 mamíferos, 751 aves e 429 peixes em aquários, além de répteis e anfíbios. Em 1982, com a efetivação do *Parque Regional do Iguaçu*, os animais de grande porte foram transferidos, ficando apenas as aves, peixes e répteis. Em 1984, foi construída a *Gaiola de Ouro* e, no ano seguinte, o serpentário foi remodelado. Em 1986, duas placas de bronze marcariam o centenário do logradouro, além de serem realizadas obras de manutenção do piso e calçamento, incluindo a reforma da oficina e a colocação de novos postes de iluminação. Em 1992, além de novos trabalhos de manutenção, foi inaugurado o bicicletário e, na gestão de Rafael Greca, a sua área sofreu alterações visando sua adaptação para que o ônibus biarticulado passasse pela rua Presidente Faria e a rua Carlos Cavalcanti fosse alargada, devido à necessidade de aumentar o fluxo de veículos. Em novembro de 1998, na gestão de Cássio Taniguchi, foram anunciadas novas obras, incluindo a modificação do pavilhão de aves, a transformação do aquário e a construção de um terrário para répteis, além da pintura dos recintos e playground, a reforma do restaurante, a recuperação de bancos e lixeiras, a implantação de um módulo de segurança 24 horas e a conservação de suas 1.907 árvores. Finalmente, em 1997, o recinto foi tombado pelo Estado, devido às credenciais de sua beleza natural e pelas suas intervenções paisagísticas históricas.

No início da década de 1980, a ocupação da cidade alcançava seus limites políticos e articulava-se em uma metamorfose de áreas livres para um acelerado perfil urbano anárquico. Ocorriam surtos de crescimento, especialmente em S. José dos Pinhais, Piraquara, Araucária e Campo Magro, além de em outros de características ainda rurais, como Quatro Barras e Campina Grande do Sul, na porção Leste da RMC. Essa população das cidades vizinhas usava a estrutura de transportes, assistência médica e serviços da capital. Em sua segunda gestão, de 1979 a 1982, Jaime Lerner prosseguiu a transformação urbana, aumentando-se as áreas residenciais através de conjuntos habitacionais, ampliando-se a rede escolar e assistencial; e re-urbanizando-se áreas faveladas. Concomitantemente, cresciam os locais de uso público, como a transformação da chácara que pertencia à família Garmatter, atrás do *Centro Cívico*, em um parque: o *Bosque João Paulo II* ou *Parque Polonês* que homenageia o papa e os imigrantes poloneses (FIG. 6.15).

Criado em 1978 e inaugurado em 1980, logo após a visita do papa João Paulo II (1920-2005) a Curitiba, o *Bosque do Papa*, como ficou mais conhecido, possui uma área de cerca de 47.000 m^2, remanescente da antiga chácara de Júlio Garmatter, em cujos arredores havia a fábrica de velas Estearina. Projetado pelos arquitetos Sérgio Pires e Lauro Tomizawa, é cortado pelo rio Belém e inclui uma reserva de mata atlântica, com muitos plátanos e mais de 300 araucárias. Há uma trilha ecológica, ciclovia, palco, *playground*, loja e casa de chá. Em uma de suas clareiras, está instalado o *Memorial da Imigração Polonesa*, o qual reconstitui o ambiente em que viveram os pioneiros imigrantes poloneses e mantém um calendário de comemorações ligadas às tradições desse povo, funcionando como um museu ao ar livre[54]. Na entrada do parque, foi feito o *Portal Polonês*. Conforme MACEDO & TANAKA (2003), pode ser considerado um dos primeiros parques temáticos do país.

A *Casa Pianowski* ou *Casa de Troncos*, edificada originalmente em 1883 pelos imigrantes e para aqui transladada, foi transformada em capela que homenageia a Nossa Senhora de Montes Claros, a Virgem Negra de Czestochowa, padroeira da Polônia. O *Museu da Habitação*, montado na *Casa Kryzanowski*, possui móveis, equipamentos e utensílios usados pelos imigrantes, como uma pipa de azedar repolho.

---

[54] Os primeiros imigrantes poloneses chegaram ao Paraná em 1871, estabelecendo-se em várias regiões do Estado, como: Ivaí, Araucária, São Mateus do Sul, Mallet, Cruz Machado, Contenda, Thomaz Coelho, Rio Claro, Reserva e Irati. Curitiba constitui a maior colônia polonesa do país, cujos imigrantes – na maioria oriundos da região da Silésia e de territórios de domínio prussiano – fixaram-se em núcleos coloniais onde atualmente se localizam os bairros: Pilarzinho, em 1871; Abranches, em 1873; Santa Cândida, em 1875; Lamenha, Santo Inácio, Orleans, D. Pedro II e Dona Augusta, em 1876; Ferraria (antiga Rivière), em 1877; e, finalmente,. Murici, Zacarias, Inspetor Carvalho e Coronel Accioly, em 1878. Os primeiros colonos dedicaram-se principalmente à agricultura, difundindo o uso do arado e de outras técnicas agrícolas. Sua arquitetura foi marcada pela construção em madeira encaixada, reunindo a função de habitação, armazenamento agrícola e estábulo. Através de um sistema artesanal, os troncos eram cortados e aparados em seção quadrada para serem utilizados nas paredes, vigas de sustentação dos assoalhos e requadros de portas e janelas. As aparas laterais eram usadas para a confecção do piso inferior e do sótão, além das esquadrias, portas, beirais e tabuinhas para a cobertura. As paredes eram constituídas de vigas sobrepostas, rejuntadas com argamassa de argila e palha de trigo. Nos encaixes das extremidades, colocava-se musgo para maior aderência das peças; e os beirais eram apoiados por cachorros, sendo a continuidade das vigas de sustentação do assoalho do sótão. A cobertura era estruturada por tesouras e cobertas de tabuinhas lascadas, mais tarde substituídas por telhas cerâmicas francesas.

Já o *Museu Agrícola*, na *Casa Gembarowski/Pathecki*, expõe uma velha carroça, o abanador de cereais e o amolador de pedra gasta entre outras peças. Já a *Casa Maslczuk* – ou *Casa de Eventos* – foi transplantada para cá em 1985. Ao todo, são sete casas originais, construídas com troncos de pinheiro encaixados, que foram transportadas das colônias Thomaz Coelho, no vale do Passaúna, e Muricy, em São José dos Pinhais, para o local e assentadas em alicerces de alvenaria de tijolos, com gateiras de metal, parcialmente encobertos por taludes gramados, como precaução contra a umidade. O conjunto dispõe-se em um pátio calçado em pedras, reproduzindo uma aldeia polonesa. Há ainda uma loja de lembranças e artesanato típico; e uma série de eventos, que inclui a *Swieconka* – ou *Bênção dos Alimentos* –, que ocorre no Sábado de Aleluia (FENIANOS, 2003; IPPUC, 1992).

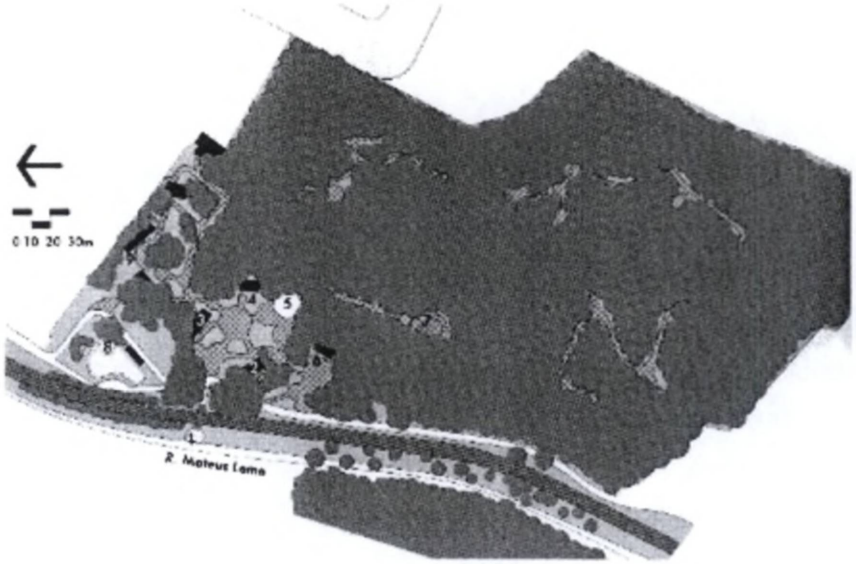


FIGURA 6.15 – Planta do *Bosque João Paulo II* ou *Bosque do Papa*, criado em 1978.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

FIGURA 6.16 – *Bosque Capão da Imbuia*, Curitiba PR, criado em 1980.
(**FONTE**: PARQUES CURITIBA, 2005)

Também em 1980 foi entregue à população curitibana o *Bosque Capão da Imbuia*, com uma área de cerca de 39.000 m^2 que havia sido doada ao Município, em 1955, pela família Reginato e já existia na década de 1960 como o *Horto do Matadouro*. Em 1969, essa área foi cedida à *Secretaria de Estado da Agricultura* para a implantação de um jardim botânico, o que não ocorreu, voltando, em 1980, a ser administrada pela Prefeitura (FIG. 6.16). Com inúmeras imbuias, canelas e pinheiros centenários, o bosque tem como uma de suas principais atrações o *Caminho das Araucárias*, ou seja, uma trilha de 400 m de extensão por dentro da floresta nativa densa, ao longo da qual 12 vitrines e painéis mostram as relações entre fauna e flora em uma mata isolada ("capão"). Nesta também se encontra o *Museu de História Natural*, que abriga os setores de botânica, zoologia e geologia, além de uma grande biblioteca científica. Sua coleção inclui cerca de 200.000 exemplares de animais vertebrados e invertebrados da fauna paranaense, assim como um herbário com uma coleção de vegetação estadual de aproximadamente 26.000 exemplares[55].

Ao logo dos anos 80, a cidade renovou sua infra-estrutura, construindo novos espaços e revitalizando outros. A Prefeitura refez o calçamento do largo da Ordem e, na rua das Flores, o prédio da *Confeitaria Schaffer*, destruído em um incêndio em 1978, foi recuperado com a iniciativa privada[56]; e novas lojas e restaurantes foram ali construídos em 1981, como o *Cine Groff* que, juntamente com o *Ritz* e o *Luz*, são administrados pela FCC. A reciclagem de áreas históricas promoveu novos usos para espaços tradicionais e todo o setor histórico tornou-se o novo ponto de encontro dos curitibanos, com seus bares e restaurantes[57].

---

[55] O *Museu de História Natural de Curitiba*, que ocupa parte do *Bosque Capão da Imbuia*, foi criado em 1876 com o nome de *Museu Paranaense*, o qual ocupava o espaço do antigo *Paço Municipal*, na praça Generoso Marques. Em 1900, foi dividido em seções, surgindo o setor de mineralogia e o acervo zoológico. Contudo, somente em 1939, iniciou-se o tratamento científico de suas coleções. Em 1956, transformou-se no *Instituto de História Natural*, cuja sede própria no bosque, antes *Horto do Matadouro*, foi inaugurado em 1963. Atualmente, desenvolve pesquisas em zoologia, principalmente voltadas para espécies em extinção, além de trabalhar também no cadastro dos elementos do ecossistema urbano de Curitiba (PARQUES CURITIBA, 2005)

[56] Construído no início do século XX, o prédio de três pavimentos já tinha sido incendiado em 1929. No térreo, funcionava a *Casa Vitrix*, de Euclides Requião e, no andar superior, uma pensão. Contudo, o nome *Galeria Schaffer* veio de 1944, graças à confeitaria, uma leiteira em, 1918, quando Francisco Schaffer introduziu em Curitiba a venda de leite em garrafas de modelo alemão. Alugada ao casal Pedro e Anita Esser, a confeitaria abriu as portas com o compromisso de manter o nome e a qualidade da família Schaffer, sendo ali até hoje degustada a tradicionalíssima coalhada, marca registrada da casa. Endereço eclético, no passado abrigou a Casa de Calçados Bata, um salão de bilhar e o primeiro salão de pedicure da cidade. Após o incêndio de 1978, foi restaurado graças à campanha "Por Amor à Schaffer" e ao projeto, que utilizava modernos materiais em sua reconstrução, do arquiteto curitibano Rafael Dely. O espaço foi devolvido á população em 28 de janeiro de 1981, sendo o Cine Groff – cujo nome homenageia o pioneiro do cinema paranaense e também fotógrafo e pintor, João Baptista Groff (1897-1970) – inaugurado em 10 de agosto do mesmo ano, mas desativado nos anos 90.

[57] Em 1981, criou-se o *Museu de Arte Sacra* em um anexo à igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas, que passou a abrigar relíquias barrocas das quatro principais igrejas do centro histórico. Em 1982, a antiga *Estação Ferroviária* foi transformada em *Museu da Ferrovia* e, no ano seguinte, inaugurava-se o primeiro grande centro de compras da cidade, o *Shopping Center Mueller*, que aproveitou a fachada de um prédio antigo, no qual funcionava a *Fundição Irmãos Mueller*. Em 1983, transformou-se em núcleo cultural a antiga casa do Barão do Cerro Azul – título de Ildefonso Pereira Correia, fuzilado em 1894, durante a *Revolução Federalista* (1893/95) –, construída em 1883 e que abrigava até então o quartel do Exército. Como *Solar do Barão*, passou a abrigar os ensaios da *Camerata Antiqua*, *Orquestra de Câmara*, *Coral Sinfônico* e *Orquestra Harmônicas do Paraná*; reunindo também auditório, laboratório fotográfico, galeria de arte, *ateliers* de artes plásticas e oficinas de teatro de bonecos e serigrafia. Nele se situam o *Museu da Gravura*; o *Museu do Cartaz*; a *Gibiteca*, com um acerco de 30.000 gibis; e a *Sala Scabi* para recitais, concertos e debates.

Em 1982, a população paranaense voltou a escolher pelo voto os governadores do Estado, vencendo a eleição José Richa (1934-2003), o qual indicou o deputado federal Maurício Fruet para administrar Curitiba[58]. Fruet, o último prefeito nomeado, iniciou sua gestão em um período interrompido em 1986, com a eleição de Roberto Requião (1941-), que foi marcado pela recessão e crise econômica, também a nível federal[59].

Sem priorizar o planejamento como política de desenvolvimento social, segundo DUARTE & GUINSKI (2002), o prefeito diminuiu os investimentos e intervenções urbanas, voltando-se, segundo o próprio, para a geração de empregos ou de oportunidades de aumento da renda familiar. Assim, são feitas reuniões com associações de moradores, contratados desempregados em frentes de trabalho nos bairros e instaladas oficinas comunitárias. Faz-se ainda a construção de escolas, creches e postos de saúde, além da regularização de ocupações de terrenos e facilitação da venda de lotes. Paralelamente, intensificam-se os debates sobre o futuro da RMC[60].

Quanto a Requião, além de construir mais equipamentos urbanos, regularizar assentamentos clandestinos e reurbanizar favelas, providenciou a canalização de esgotos na periferia e substituiu, no transporte coletivo, os expressos pioneiros por ônibus biarticulados, capazes de transportar até 200 passageiros. O Bigorrilho tornou-se o bairro que mais crescia, sofrendo uma explosão econômica e imobiliária; e passando a ser divulgado como Champagnat. O prefeito também implantou mercados populares, com ônibus que vendiam alimentos nos bairros; e ampliou as áreas de calçadão do centro. Em Santa Felicidade, pavimentou uma grande avenida, a via Vêneto; e colocou floreiras dividindo a pista da avenida Manoel Ribas (FENIANOS, 2003).

---

[58] São também dessa época a *Casa da Memória*, situada na rua do Rosário; e a *Casa Culpi*, em Santa Felicidade. Sendo uma das primeiras casas construídas em Curitiba por imigrantes italianos em 1897, a *Casa Culpi* já foi armazém e uma espécie de ponto de encontro de caminhoneiros, na época em que Santa Felicidade era passagem obrigatória para quem se dirigia ao Norte do Paraná. Depois de restaurada, em 1990, transformou-se em um *Memorial da Imigração Italiana*, reconstituindo o estilo de vida dos imigrantes que chegaram à região no século XIX. No local, há também a Biblioteca Maria Nicola, além de cursos de língua italiana e eventos da colônia (ALBUQUERQUE et al., 1998).

[59] O governador Richa apoiou o movimento pelas eleições diretas para presidente da República, realizando em Curitiba, em 12 de janeiro de 1984, o primeiro grande comício que deu início à *Campanha das Diretas Já*. Cerca de 50.000 pessoas reuniram-se na praça Osório, Boca Maldita e calçadão da XV de Novembro, em uma manifestação política que se tornou histórica por ser a primeira de uma série nas maiores cidades brasileiras.

[60] De 1981 a 1987, fez-se a reavaliação do PDI/78 realizado pela COMEC, segundo aquelas mesmas diretrizes básicas, o que conduziu ao ***Plano de Investimentos*** PI-RMC, que não foi viabilizado por falta de recursos que haviam sido pleiteados junto ao Banco Mundial. Este visava a melhoria dos padrões urbanísticos das áreas ocupadas que apresentavam as altas taxas de crescimento populacional da região, por meio de sub-programas em diversos setores, tais como: saúde, habitação, transporte público, sistema viário, abastecimento, saneamento básico e meio ambiente. Contudo, tais estudos, debates e reflexões realizados serviram de base para o ***Programa de Desenvolvimento Urbano*** – PEDU, o qual, com recursos limitados alocados pela CEF, foi realizado de modo restrito, consistindo em obras relativas ao sistema viário. Nessa época, segundo LIMA (2000), acontecia o amadurecimento de uma nova visão do espaço regional, na qual foram perfilados quatro componentes: o pólo de Curitiba; suas áreas periféricas: as sedes municipais regionais: e as pequenas comunidades e área rural desvinculadas da dinâmica metropolitana. Configurou-se enfim uma região que continuava crescendo em suas bordas coladas à cidade de Curitiba, onde a estrutura fundiária era precária em infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos, mas que era próxima ao sistema de transporte coletivo curitibano, o que auxiliava no acesso aos locais de trabalho para a população de baixa renda. Ao final da década de 1980, quase ocorreu a extinção da COMEC e "o planejamento metropolitano passou por uma fase de desestruturação" (COMEC, 1999).

Em 1988, o prefeito Requião terminou a construção do *Centro Cultural do Portão*, atual *Museu Metropolitano de Arte*, situado na avenida República Argentina em um edifício brutalista de cerca de 1.500 m^2, que também contém uma biblioteca, um atelier de restauração e conservação de obras de arte, o *Teatro Antonio Carlos Kraide* e o *Cine Guarani*. Com um acervo de cerca de 2.300 obras, reúne obras de artistas paranaenses e nacionais, além de abrigar exposições itinerantes. Em uma época em que as denominações de bosque e parque se confundiam[61], surgiram também novas áreas verdes na cidade, como o *Parque General Iberê de Mattos*, no Bacacheri; e o *Bosque Gutierrez*, no Bairro de Vista Alegre. O primeiro, apesar de já ter sido citado entre os primeiros parques propostos pelo IPPUC, somente foi implantado em novembro de 1988, durante a administração do PMDB, em uma área que consistia em um reduto tradicional de lazer desde a década de 1920, o *Tanque do Bacacheri*, como era conhecido, sendo bastante usado pela população como balneário, para nautimodelismo e para passeios de barco (FIG. 6.17).

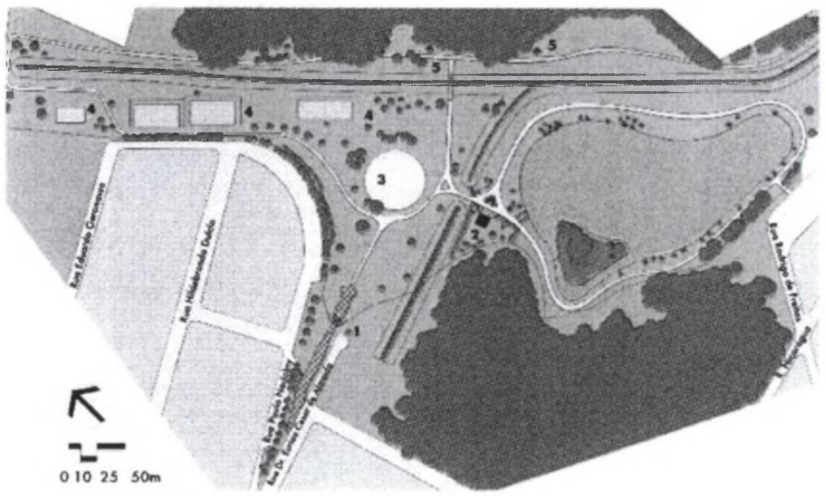


FIGURA 6.17 – Planta do *Parque General Iberê de Mattos*, situado no Bacacheri, Curitiba PR, criado 1988. (**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Entretanto, com o crescimento urbano, essa área foi se valorizando e, com o assoreamento do tanque e o esgotamento do lago, em meados dos anos 70, houve o parcelamento da área, que fez com que Maurício Fruet, ao desapropriar o local, encontrasse dificuldades devido à falta

[61] Até 2000, de acordo com ANDRADE (2001), não havia uma legislação específica que diferenciava bosques e parques ou ainda que definisse suas características peculiares, o que fez com que, até então, se denominasse qualquer área verde na cidade de bosque ou parque indistintamente. Geralmente, consideram-se como *bosques* áreas menores, que possuem uma pequena infra-estrutura voltada à recreação passiva, uma parte construída de menor vulto e a maior parte da área ocupada por remanescentes vegetais comumente de setores cadastrados, na qual o elemento mais freqüente seriam trilhas no meio da vegetação. Em Curitiba, tornou-se comum a criação de bosques no intuito de homenagear etnias, como a dos poloneses, alemães, italianos e portugueses. Já *parques* constituir-se-iam de áreas maiores, voltadas à recreação notadamente mais ativa e com uma área construída em geral de maior porte, comportando centros de eventos e cultura, restaurantes, mirantes e infra-estrutura esportiva. Com a Lei n. 9.804/00, estabelece-se a área de 10 ha. (10.000 m^2) como o valor delimitador entre as dimensões de um bosque e um parque. Além disso, definem-se três tipos de bosques: os *nativos relevantes*, que seriam áreas particulares que apresentam matas nativas de interesse de preservação; os *de conservação*, que seriam áreas de propriedade do Município destinadas à proteção dos recursos naturais; e os *de lazer*, cujas áreas, também municipais, destinar-se-iam à proteção na natureza com predominância de uso público ou lazer.

de consenso quanto às indenizações por parte de todos os proprietários. "Além disso, a área possuía um condomínio horizontal e uma chácara com várias benfeitorias; a desapropriação dessas áreas seria muito onerosa para a Prefeitura, que acumulava uma grande dívida proveniente das gestões anteriores" (ANDRADE, 2001:56).

Uma das alternativas propostas foi a transferência de potencial construtivo para os proprietários, os quais poderiam fazer prédios de até 12 pavimentos em uma área onde o limite legal era apenas dois andares, o que gerou grande polêmica na Câmara de Vereadores. Tal polêmica – em parte causada pelo então vereador do PDT e posteriormente prefeito de Curitiba Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956-) – fez com que o parque somente pudesse ser implantado na gestão posterior, a de Roberto Requião, quando o IPPUC apresentou um documento que enumerava cinco motivos para a criação do *Parque do Bacacheri*: a possibilidade de estruturar um sub-centro naquele bairro, já que se situava entre duas concentrações de atividades comerciais e de serviços – as avenidas Pref. Erasto Gaertner e Paraná –; a garantia de reserva de uma área verde e conseqüente qualidade ambiental diante do rápido adensamento daquela região, próxima à estrutural Norte; a constituição de um mecanismo regulador da vazão do rio Bacacheri que, embora à montante sua bacia ainda se encontrava desocupada, supunha uma rápida ocupação, com decréscimo da capacidade de absorção do solo e conseqüentes riscos de inundação; a formação de um ponto de convergência para a criação de parques lineares visando a preservação do fundo de vale do bacacheri; e, finalmente, o estabelecimento de um parque setorial – com raio de abrangência de 1,5 km –, que atenderia uma população de cerca de 33.000 pessoas na época, equivalendo a uma média entre 7,6 e 9,3 m^2 de área verde por habitante (IPPUC, 1986).

Com uma área total superior a 152.000 m^2 e autoria da arquiteta Regina H. Tusneta Nagashima, o projeto do *Parque Bacacheri* garantiu o equilíbrio na distribuição de equipamentos de lazer e áreas verdes na região Norte de Curitiba, possuindo um grande tanque de cerca de 22.000 m^2, circundado por caminhos; e um bosque de mata, formada, entre outras espécies, por araucárias, canelas, aroeiras, eucaliptos, ipês, acácias-mimosas e corticeiras. Próximo a duas outras áreas nativas, é constituído por um grande gramado, cortado por um córrego retificado. Seu programa, voltado ao lazer da população local, compreende atividades esportivas, como campo de futebol, quadras polivalentes e ciclovia; e de recreação infantil, como *playground*, mesas, lanchonete e quiosques.

Já o *Bosque Dr. João Carlos Hartley Gutierrez* surgiu em 1989 de uma área de mata nativa com fontes de água mineral e terreno acidentado, remanescente da Chácara do Pirata Zulmiro. Era comum que a população vizinha fosse até ali para se abastecer de água, o qual acabou transformando o local em um espaço de encontros sociais, que conduziu a um abaixo-assinado solicitando a sua desapropriação. Requião assinou o Decreto n. 529, em 11 de setembro de 1986, transformando o conjunto de várias propriedades em uma área de utilidade pública. Contudo, o local

somente receberia melhoramentos na terceira gestão de Jaime Lerner, em 1989, com uma proposta da autoria de Domingos Bongestabs.

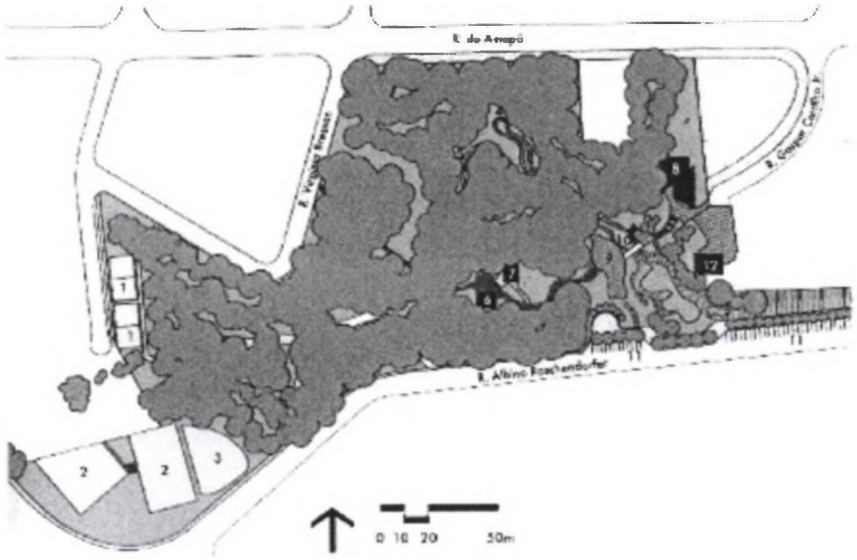


FIGURA 6.18 – Planta do *Bosque Gutierrez*, situado no Vista Alegre, em Curitiba PR, criado em 1986, mas implantado em 1989. (**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Com uma área de cerca de quase 35.600 m^2, o projeto do *Bosque Gutierrez*, procurou integrar o programa – que incluía a realização de atividades esportivas, educacionais e de recreação infantil, seguindo a linha dos parques-bosques – à paisagem original, constituída por dois pequenos lagos e um bosque composto, entre outras espécies, de aroeiras, cedros, pitangueiras, pinheiros nativos e pés de araçás e guabirobas. Quanto à fauna, segundo FENIANOS (12003), é possível escutar o canto de aves como sabiás, tico-ticos, corruíras e chupins. A fonte de água mineral, ainda existente, fornece até 1.350 litros por hora.

> A estética dos equipamentos e dos elementos construtivos – como os caminhos de pedra, as pontes, os brinquedos e a estrutura dos edifícios em troncos de madeira – e a vegetação introduzida buscam harmonizar-se com a paisagem local (MACEDO & TANAKA, 2003:99).

O local também é conhecido como *Parque Chico Mendes* por possuir o memorial em homenagem a este grande ambientalista morto no Acre – uma cópia da carta de Chico Mendes (1944-1988) enviada ao juiz de Xapuri AC foi gravada em pedra, junto a uma fonte d'água mineral que jorra no parque –, além de uma réplica da casa de um seringueiro, o *tapiri*, a *Escola Amazônica* e o *Instituto de Estudos Amazônicos*, os quais formam, em conjunto com o edifício para exposições e o pavilhão de educação ambiental, um parque temático que versa sobre o movimento ambientalista e a preservação amazônica.

Um ponto importante a destacar e que contribui na compreensão da fisionomia curitibana do final do século passado está no fato de que todos os bosques e parques até então criados em Curitiba concentravam-se na região Norte da cidade. Isto pode ser explicado pelo próprio processo de evolução urbana do Município, como explica ANDRADE (2001), já que o Norte foi sendo ocupado de forma gradativa, através de chácaras e fazendas das colônias de imigrantes europeus que eram pouco parceladas, permitindo assim a sobrevivência de áreas verdes, ou ainda desapropriações menos onerosas; enquanto que o Sul sofreu uma ocupação mais rápida, através da migração de pessoas de pouco poder aquisitivo, que se estabeleciam nas áreas de menor valor imobiliário, especialmente em terrenos de pequenas proporções, nas regiões alagáveis ao Sul e Leste da Rodovia BR-116, justamente nos locais que o *Plano Preliminar* considerava desaconselháveis para a urbanização e, portanto, sem a necessidade de um "sistema de reserva de áreas verdes". Como resultado disso, a região Sul de Curitiba foi ocupada de forma intensa e rápida, sem respeitar áreas inundáveis e acabando por onerar futuras desapropriações, já que seria necessário pagar por áreas com benfeitorias e elaborar planos de re-introdução de espécies vegetais e animais nesses locais.

Diante da constatação dessa falta de espaços verdes no Sudeste de Curitiba, ainda em 1986, o IPPUC elaborou a proposta de implantação do *Bosque Tapajós*, mais tarde batizado em homenagem ao pesquisador alemão Reinhard Maack[62], considerado como um dos últimos remanescentes naturais daquela região. O documento sugeria ao então prefeito Roberto Requião a desapropriação daquela área, alegando situar-se na divisa dos bairros do Boqueirão, Hauer e Xaxim, que compunham um dos setores da cidade que mais apresentavam um crescimento populacional naquele momento, além da absoluta carência de equipamentos de lazer de porte regional em toda a área situada a Leste da BR-116, excetuando o *Parque Regional do Iguaçu*, que ainda se encontrava em fase de implantação[63]. Frisava-se ainda ser aquele espaço um dos poucos exemplares de mata nativa de Araucária em toda aquela região, do Bairro Alto ao Pinheirinho (IPPUC, 1986).

Com as desapropriações e estudos realizados anteriormente, em novembro de 1989, já na terceira gestão de Jaime Lerner – desta vez escolhido pelo voto direto –, foi criado o *Bosque Reinhard Maack*, com cerca de 78.000 m^2 ponteados por um lago e trilhas em meio à mata composta

[62] Como cartógrafo, geógrafo, geólogo e professor da UFPR, o alemão Reinhard Maack (1892-1969), que chegou no país em 1923 para trabalhar como engenheiro de minas, organizou e participou de grandes expedições pela África, América do Sul e América do Norte, além de realizar pesquisas na Patagônia, Andes, Tunísia, Himalaia e Kilimandjaro. Fixado no Brasil, em 1938, descobriu na Serra do Mar o *Pico do Paraná* (1.922 m), o ponto mais alto do Estado, além de ter contribuído para o preservacionismo paranaense (FARIA, 2005).

[63] Outra idéia que teve início durante a administração do prefeito Requião foi a implantação de um grande parque linear, o qual teria início na divisa com o Município de Araucária e iria até o bairro da Barreirinha, o que foi parcialmente implantado através de um módulo – considerado pela *Secretaria Municipal do Meio Ambiente* – SMMA como simplesmente uma "praça" –, com a extensão de 400 m por 30 m de largura, a partir da avenida República Argentina até a rua João Tobias Pinto, ocupando o antigo leito da estrada de ferro da *Rede Ferroviária Federal*. Tratava-se da primeira de uma série de obras que seriam implantadas ao longo de quase 20 km, constituindo-se em um imenso bosque que atravessaria de Norte a Sul a cidade de Curitiba. Até hoje, estuda-se a possibilidade de concretização desse planejamento, buscando-se interligar os parques *Tingüi*, *Tanguá* e *Barigüi*.

por araucárias, aroeiras e bracatingas, entre outras (FIG. 6.19). Situando-se na Vila Hauer, consiste no único parque curitibano, além do Iguaçu, na região Sudeste da cidade, sendo voltado à educação ambiental e à recreação infantil, possuindo uma trilha de aventuras, na qual 16 brinquedos feitos de troncos de árvores oferecem desafios e obstáculos em níveis variados. A questão do planejamento voltava a ser o eixo central do governo municipal, o qual, além de retomar a valorização do "parquismo", passou a implantar toda uma infra-estrutura para atender as carências dos bairros, direcionando-se para o problema das invasões e ocupações irregulares na zona Sul. O Sítio Cercado e o Bairro Novo foram preparados para receber grandes assentamentos, com novos loteamentos e conjuntos, os quais conduziram a obras básicas de transporte e abastecimento de energia e água.

FIGURA 6.19 – *Bosque Reinhard Maack*, situado na Vila Hauer, Curitiba PR, criado em 1989.
(**FONTE**: PARQUES CURITIBA, 2005)

O sistema curitibano de transporte coletivo sofreu mais uma transformação através da implantação de uma rede de linhas diretas conhecida como ligeirinho que, com mais velocidade, percursos mais longos e menor número de paradas que nas linhas convencionais, agilizava a circulação em toda a cidade. Criaram-se as estações-tubo para embarque e desembarque mais rápidos; e as portas dos veículos foram adaptadas para o acesso direto ao piso dessas estações. Ao mesmo tempo, novas melhorias foram implantadas na vida cotidiana, como o sistema de coleta seletiva do lixo, efetivado já a partir de 1989; ou a instalação, neste mesmo ano, do *Museu da Imagem e do Som* no prédio eclético da rua Barão do Rio Branco, construído entre 1870 e 1890, no qual funcionava a sede do governo estadual até 1938, reunindo um grande acervo de discos, chapas de vidro, fotografias, documentos, partituras, depoimentos em vídeo e fitas referentes a artistas paranaenses e nacionais.

Apoiando-se novamente na idéia de melhoria da qualidade de vida através da preservação de áreas verdes, Lerner dirigiu sua terceira administração com o lema de Curitiba como "Capital Ecológica", promovendo obras, como a melhoria do *Parque Regional do Iguaçu* e a implantação do *Parque das Pedreiras*, do *Jardim Botânico* e do *Bosque Zaninelli*, situando neste último uma escola ecológica, a UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE – ULMA. Nos anos 90, com uma população de cerca de 1.400.000 habitantes, a capital passou a conviver diariamente com as questões ambientais, ao mesmo tempo em que via nascer seus maiores símbolos de *city marketing*. Parques, bosques temáticos e memoriais homenageariam as várias etnias que compunham sua população e, em 1993, comemoraria seus 300 anos de fundação com a fama de ser a capital brasileira com a melhor qualidade de vida do país, sem contudo deixar de enfrentar os problemas relativos ao seu crescimento e da RMC[64].

A nova Constituição brasileira havia sido promulgada em 1988, a qual descentralizava as verbas federais para o Governo municipal, o que fazia com que Curitiba aumentasse seus recursos de forma significativa, possibilitando que o prefeito Jaime Lerner, iniciasse seu terceiro mandato, em janeiro de 1989, criando obras de maior porte, cada qual com rapidez surpreendente e constituindo-se em construções simbólicas carregadas de conotações, dando a impressão "como se cada inovação urbana fosse um novo produto lançado ao mercado consumidor" (GARCIA, 197:58). Se no início do plano de urbanização da capital, os bosques e parques públicos tinham como papel estrutural principalmente a contenção de enchentes e não ocupação de áreas dos fundos de vale, a partir da década de 1990, seu objetivo passou a ser a criação de uma idéia mistificadora da cidade.

> Dentro desse processo de promoção urbana do *city marketing* de Curitiba, percebe-se que a exploração da imagem de qualidade de vida da cidade está diretamente ligada às questões ecológicas. Durante esse período, a Prefeitura passa a explorar exaustivamente, em todos os meios de comunicação, a sua qualidade como cidade brasileira com maior índice de área verde e associa, a todo instante, a qualidade de vida com a preocupação ecológica da Prefeitura (ANDRADE, 2001:61).

---

[64] No período de 1950 a 1980, a população da *Região Metropolitana de Curitiba* – RMC cresceu de 333.156 para 1.492.108 (QUADRO 6.1). Conforme MOURA & ULTRAMARI (1994), a distribuição desta população entre seus municípios deu-se de forma concentrada na capital e arredores imediatos. Em 1950, dos nove municípios instituídos dois possuíam menos que 10.000 habitantes e seis tinham sua população entre 10.000 e 36.000, enquanto Curitiba já apresentava mais de 180.000. Com o desmembramento de alguns municípios em 1960, a RMC passou a contar com 11 unidades administrativas, três das quais com menos de 10.000 habitantes e sete na faixa entre 10.000 e 33.000. Em 1970, a composição regional já era de 14 municípios, sendo que os centros com mais 30.000 habitantes cresceram, em 1980, de dois para sete (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais). No mesmo ano, entre 10.000 e 30.000, situavam-se dois municípios (Bocaiúva do Sul e Mandirituba), enquanto os de pequeno porte foram menos afetados pela intensidade do incremento da população, mantendo-se em número de quatro (Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Contenda e Quatro Barras). Nesse período, Curitiba foi aumentando sua participação no total da população regional de 56,88%, em 1950, para 68,87%, em 1960 e, para 74,15%, em 1970. Em 1980, essa participação apresentou ligeiro declínio, caindo para 71,14%, o que demonstra que começava a ocorrer uma busca maior pela ocupação dos demais municípios da Região. Entre 1980 e 1990, a taxa de crescimento anual da RMC sofreu um pequeno decréscimo, porém se mantendo em terceiro lugar, após Salvador e Fortaleza, para novamente encabeçar a lista entre 1991 a 1996, com taxa de 3,4%. Sua população total praticamente triplicou de 868.837 habitantes, em 1970, quando de sua transformação em metropolitana, para 2.425.361 em 1996.

Enfatizando projetos pontuais mais do que planos gerais, as intervenções buscavam melhorar a imagem urbana, tanto criando novos espaços como revitalizando antigos, o que atestava uma ação por vezes fragmentada e a transformação da cidade – ouda "noção" da sua qualidade de vida – em um produto a ser vendido aos seus cidadãos. Como descreve SANTOS (1996), em sua análise das relações existentes entre sociedade de consumo, cidadania e estratégias de poder, confundia-se cidadão com consumidor e cidade com mercado. Criam-se novos *slogans* e constrói-se a imagem de "cidade ecológica", ao mesmo tempo em que os novos marcos simbólicos no tecido urbano colaboram para a formação da sua identidade extremamente ligada à forma como que seus visitantes a percebem. Instrumentos de *marketing* no processo de divulgação positiva de Curitiba, as novas obras iriam incrementar a economia local, o desenvolvimento do turismo e a atração de novos investimentos, assim como otimizariam suas potencialidades naturais, históricas e culturais.

Nos anos 90, o *city marketing* enfim tornou-se um meio excepcional na busca – bem sucedida – de uma posição relativa de diferenciação de Curitiba perante outros territórios, afirmando suas características peculiares e criando uma valorização sem igual da urbe, o que conduziu a laços afetivos e culturais entre as pessoas e seu habitat. Entre os visitantes e a cidade estariam os processos modernos de comunicação e informação, os quais acabaram por "reinventar" Curitiba, transformando-a em espetáculo (DEBORD, 1997).

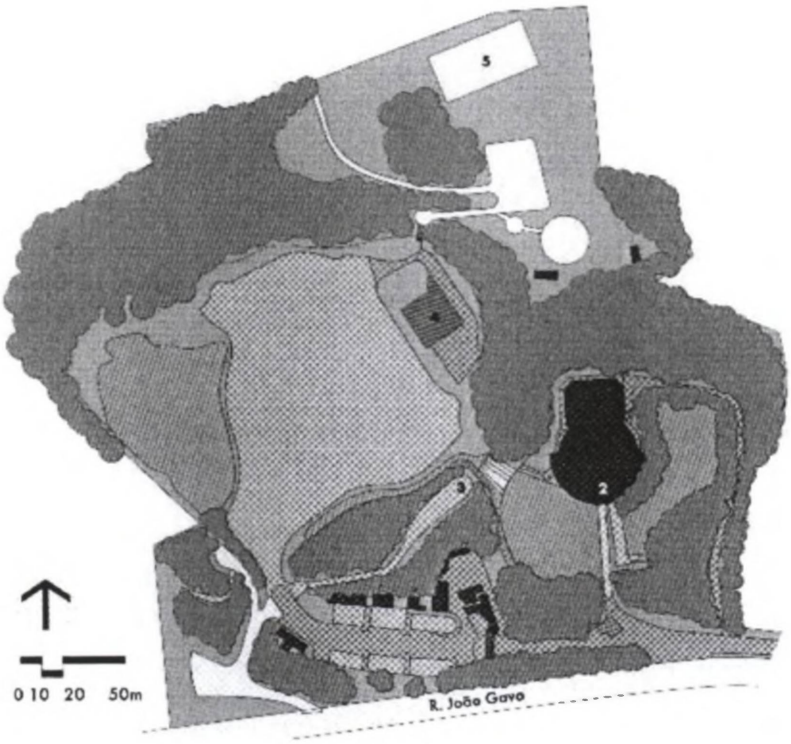


FIGURA 6.20 – Planta do *Parque das Pedreiras* (1990), situado em Curitiba PR.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

O *Parque das Pedreiras* foi criado em 1990, através do projeto de Domingos Bongestabs, que contou com a colaboração dos arquitetos Jair Couston, Maria Lúcia Rodrigues, Regina Tsuneta Nagashima e Mário Küster. Localizado em uma antiga pedreira – a pedreira dos Gava –, ao Norte de Curitiba, no bairro do Pilarzinho, possui cerca de 103.500 m^2, tendo sido desenhado de modo a tirar o máximo proveito da paisagem local, caracterizada pela mata de araucárias (FIGS. 6.20 e 6.21). Com espaços de contemplação e eventos culturais, conta com um lago, cascata, gramados e recantos sinuosos, além de mirante, campo de futebol e demais instalações de administração e lazer. O conjunto é formado pelo *Espaço Cultural Paulo Leminsky*[65], um auditório ao ar livre, cercado por uma parede de pedra de 30 m de altura, formando uma concha acústica e com capacidade para acomodar aproximadamente 20.000 pessoas em pé; e pela *Ópera de Arame*, inaugurada em 1992, um edifício pós-modernista de estrutura metálica singular, com capacidade para 2.400 espectadores, que se tornou um dos principais pontos turísticos da cidade (MACEDO & TANAKA, 2003).

FIGURA 6.21 – *Parque das Pedreiras*, criado em 1990, no bairro Abranches, Curitiba PR. Foto de Carlos Ruggi/SMCS. (**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

Essas duas grandes obras contribuíram para a afirmação da imagem positiva de Curitiba. O espaço cultural, que desde 1993 – quando da apresentação do tenor catalão José Carreras (1946-), acompanhado pela *Orquestra Sinfônica Nacional* – passou a contar com um palco fixo, de 480 m^2 de área coberta, constituiu-se em um dos locais mais visitados, servindo para a realização de inúmeros eventos desde então. Quanto à *Ópera de Arame*, feita de estrutura tubular com partido

[65] O poeta de vanguarda, letrista de música (*Verdura*; *Promessa demais*) e intelectual curitibano Paulo Leminski Filho (1944-1989) estreou aos 18 anos na revista *Invenção*, do grupo concretista de São Paulo. Começou a publicar seus textos na década de 1960, a partir de quando não mais se afastou do mundo das letras, tornando-se o autor do romance *Catatau* (1976), além de *Caprichos e relaxos* (1983), *Agora é que são elas* (1984) e *Distraímos venceremos* (1987). Publicou também as biografias de Jesus Cristo e de Leon Trotski (1879-1940), traduzindo *haikais* – abreviatura de *haikai no renga* ("poema-divertimento"), forma poética japonesa composta de três linhas, sendo a primeira e a última com cinco sílabas, e a segunda com sete – de Matsuo Bashô (1644-1694); o romance *Satyricon*, do escritor romano Caius Petronius Arbiter (?-66 d.C.), do século I d.C.; e a novela *Giacomo Joyce*, do escritor irlandês James Joyce (1882-1941).

simétrico e forte ênfase visual, seu autor, Bongestabs, propunha-se a reinterpretar a *Ópera de Paris*, criando assim uma grande sala de espetáculos, cujo palco mede 18 x 28 metros. Apesar de suas deficiências térmicas e acústicas – e das críticas à transparência e desconforto de sua passarela de acesso –, é inquestionável a força de sua imagem simbólica e panfletária que se integra ao ambiente de vegetação típica e cascatas, ao som das águas e animais que habitam o bosque. Isto foi inclusive ressaltado em alguns textos da própria Prefeitura na época, os quais se referiam à obra como "uma obra emblemática que entoa um poema ao talento [...] Aqui a natureza e o homem fazem divina parceria" (SMMA apud ANDRADE, 2002:62).

Com força emblemática ainda maior, inaugurava-se, em 05 de outubro de 1991, o *Jardim Botânico Francisca Maria Garfunkel Rischbieter*, no bairro Capanema – que mudaria de nome para abrigá-lo –, com cerca de 245.000 m^2 e desenvolvido pelo grupo de arquitetos formado por Domingos Bongestabs, Jair Couston, Maria Lúcia Rodrigues, Regina Tsuneta Nagashima e Mário Küster, além de Elias Abraão e Célia Bim. A existência de um amplo bosque de vegetação nativa no local, o *Mato dos Francos*, foi um dos responsáveis pela implantação do *Jardim Botânico* naquele bairro; fruto de acordo entre os órgãos municipais e a iniciativa privada[66]. Esse Matão consistia em uma ampla área pertencente a Antônio Martins Franco, um dos moradores mais antigos do Capanema, sendo constituída por araucárias, imbuias, cedros, aroeiras e pitangueiras, além de orquídeas e bromélias. Os animais nativos presentes ali são saracuras, gambás, ouriços, sanhaços e canários-da-terra, embora a crendice popular apontasse, na verdade, para a existência de boitatás e lobisomens, o que afugentava aqueles que queriam se adentrar no denso matagal (FENIANOS, 2003).

O conjunto é formado por áreas de contemplação e lazer, possuindo locais para esportes – campo de futebol, quadras esportivas e velódromo –, uma pista de *Cooper*, uma rede de trilhas e caminhos sinuosos pelo bosque e uma ampla área de exposições, além de gramados, lagos, fontes e cascatas (FIG. 6.22 e 6.23). A estufa abriga plantas características da mata atlântica, tendo sido concebida em estrutura metálica branca e vidro, com referências ao *Art Nouveau*, mas inspirada, segundo seus autores, no *Palácio de Cristal*, construído para a *Primeira Exposição Universal* de Londres, em 1851, por Joseph Paxton (1803-1865). O complexo conta ainda com o *Museu Botânico*, composto por um espaço de exposições, biblioteca e auditório. Este possui um herbário de aproximadamente 310.000 plantas, sendo considerado um dos maiores em quantidade de gêneros e famílias de plantas brasileiras; e criado em 1965 a partir da doação do acervo pessoal do botânico Gerdt Hatschback, funcionando até 1992 no *Passeio Público*. O *Jardim Botânico*, cujo nome

[66] Essa parceria entre o poder público e a iniciativa privada vinha se afirmando na cidade desde a instituição do *Passeio Público*, na década de 1880, quando Francisco Fasce Fontana colaborou para a sua criação, valorizando assim a sua propriedade. Da mesma forma, na implementação do *Parque Regional do Iguaçu*, na década de 1970, a Prefeitura arrendou áreas do local para a extração de areia e a implantação de clubes. No Jardim Botânico, o governo municipal associou-se à empresa *O Boticário*, que financiou a construção da estufa e vinculou sua imagem a de uma empresa ecologicamente correta (ANDRADE, 2001).

homenageia a engenheira Francisca Rischbieter, uma das maiores defensoras do planejamento urbano curitibano, falecida em 1989, tornou-se um dos principais cartões postais de Curitiba, marcado pela estufa metálica de três cúpulas e pelos jardins geométricos, inspirados no paisagismo francês setecentista.

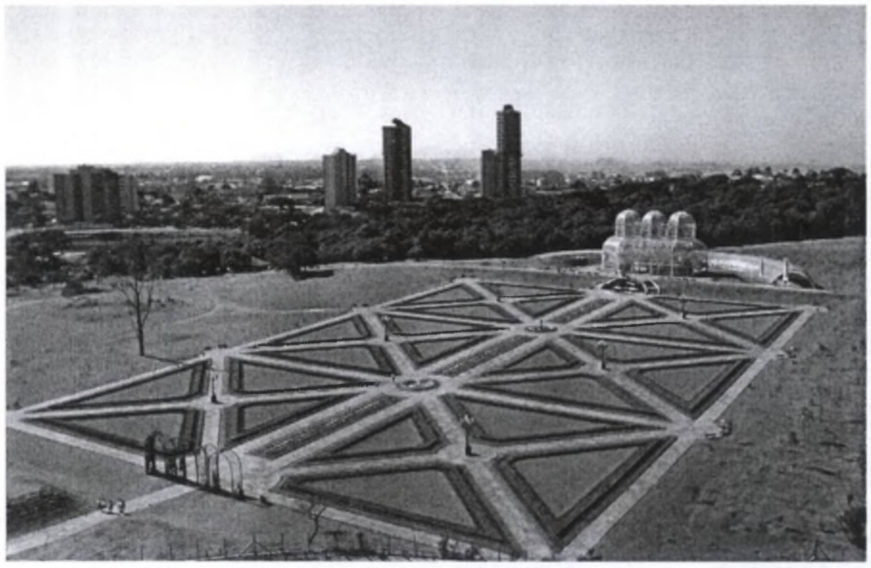


FIGURA 6.22 – *Jardim Botânico Francisca Maria Garfunkel Rischbieter*, criado em 1991, no antigo bairro Capanema, em Curitiba PR. Foto de Carlos Ruggi/SMCS. (**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

Além da evolução da legislação ambiental e do reconhecimento do título de "Capital Ecológica" de Curitiba[67], foi também no início da década de 1990 que, visando minimizar os problemas de abastecimento de água da RMC, criou-se a Oeste a *Área de Proteção Ambiental* – APA do Passaúna, englobando parte dos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo e Araucária, o que permitiu a instalação de uma represa. De modo a impedir atividades que levassem à degradação daquela área do Município, esta APA foi dividida em diversas partes, a saber: o Setor de Inundação, o Setor de Proteção Máxima, a Zona Agrícola, a Cidade Industrial, o Setor Especial de Santa Felicidade e o Setor Especial do Fundo de Vale, além do *Parque Municipal do Passaúna*. Esses setores foram posteriormente alterados em 2000, com o Decreto n. 193/00, o qual estendeu os domínios do parque, e criou uma ampla zona de lotes de grandes dimensões, na sua maior parte permeável e com pequena área construída (ANDRADE, 2001).

---

[67] Em 05 de abril de 1990, foi promulgada a Lei *Orgânica do Município de Curitiba*, a qual sancionava a legislação ambiental municipal, especialmente em seu capítulo VI, "Do Meio Ambiente", a partir de quando surgiram várias leis e decretos sobre questões relativas ao meio ambiente, como a aprovação das Leis n. 7.447/90 e 7.833/91, que definiam a *Política Ambiental do Município*, vindo-se somar à legislação anterior sobre o assunto, como o próprio *Código de Obras e de Posturas do Município*, expresso através da Lei n. 699, de 16 de julho de 1953. Inicia-se também um reconhecimento das práticas ecológicas da capital paranaense, quando, em setembro de 1990, durante o ***Congresso Mundial de Autoridades Locais para um Futuro Sustentável***, Curitiba recebeu o prêmio oferecido a programas e políticas sobre o gerenciamento de recursos sólidos urbanos, ou seja, o lixo no contexto do planejamento urbano. O segundo reconhecimento internacional aconteceu em outubro do mesmo ano, quando a cidade foi premiada pelo *International Institute of Energy Conservation*, através do ***Award for Achievement in Global Energetic Efficiency***, devido ao seu sistema integrado de transporte, cuja concepção priorizava o transporte coletivo sobre o transporte individual (OLIVEIRA, 1995).

FIGURA 6.23 – Planta do *Jardim Botânico Francisca Maria Garfunkel Rischbieter* (1991), Curitiba PR.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Inaugurado também em 1991 e com aproximadamente 6.500.000 m^2, o *Parque Municipal do Passaúna* constitui-se no maior parque de Curitiba, protegendo a represa do rio Passaúna, responsável por 1/3 da água consumida pela cidade. A construção dessa represa, cujo lago ocupa mais da metade de toda a área, com cerca de 3.500.000 m^2 de superfície, inundou as instalações de antigas olarias, cujas chaminés ainda podem ser observadas na paisagem (FIG. 6.24).

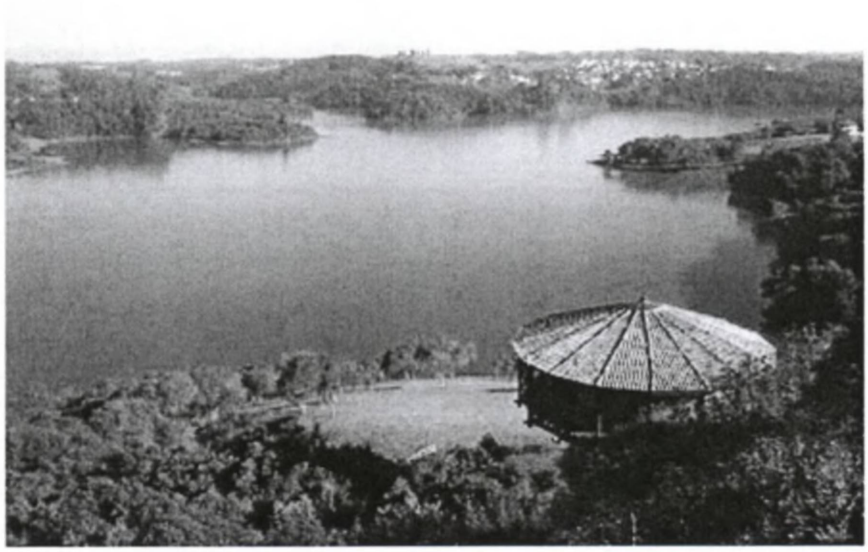


FIGURA 6.24 – *Parque Municipal do Passaúna*, criado em 1991, Curitiba PR.
(**FONTE**: PARQUES CURITIBA, 2005)

A mata nativa – composta por branquilhos, açoita-cavalos, tarumãs, cafezeiros-do-mato, corticeiras-do-brejo, imbuias, araucárias, cedros e guabirobas – pode ser visitada através de uma trilha ecológica com extensão de 3,5 km, na qual pode se ouvir o canto de mais de 100 espécies de

aves, como o verdinho-coroado, o canário-da-terra, o joão-de-barro e o beija-flor de topete. Na verdade, de acordo com FENIANOS (2003), todo o parque possui uma fauna rica e variada, que inclui animais como capivaras, tatus, graxains (cachorros-do-mato), mãos-peladas, gambás, lontras, preás e até jaguatiricas, além de outras aves como gaviões, garças, mergulhões, biguás, jaçanãs e saracuras.

O complexo, situado a 12 km do centro da cidade e cujo acesso pela rua Eduardo Sprada dá-se através de um portal de troncos de eucalipto, também inclui uma *Estação Biológica* – que já foi a *Olaria Alberto Klemtz* –, um *Centro Comunitário de Educação Ambiental* – o qual ocupa as instalações de outra olaria, a *Santa Rosa* – , parque infantil, lanchonete, quiosques com churrasqueiras, quadras esportivas e pontos para pesca, nos quais se pode fisgar algumas traíras, carás e lambaris. Seu maior destaque é o chamado *Chapéu Pensador*, que consiste em um mirante a 12 m de altura a partir do pé do morro e a 60 m do nível do lago, construído em madeira rústica ao lado da estação biológica, o qual permite uma visão panorâmica de todo o parque e onde o governador costumava despachar. Destoando das edificações metálicas da *Ópera de Arame* e do *Jardim Botânico*, apontava para uma nova linguagem arquitetônica, mais "ecológica" e condizente com o movimento ambientalista, o qual passava a encontrar no Brasil um campo fértil de desenvolvimento, principalmente com a realização da ECO'92, no Rio de Janeiro.

No bairro do Pilarzinho, duas novas áreas verdes foram instituídas nesse período. A primeira delas foi estabelecida em 1991, o *Bosque do Pilarzinho*, que nem sequer foi oficialmente inaugurado, constituindo-se de uma mata nativa de pouco mais de 28.100 m^2, situada entre as ruas Caetano Granato e Miguel A. Silva. Já a segunda, ocupando também o local de uma antiga pedreira, entre as ruas João Manoel Ballin e Brochado da Rocha, deu origem ao *Bosque Zaninelli*, com quase 36.800 m^2, que foi inaugurado em 1992, sendo ali instalada a *Universidade Livre do Meio Ambiente* – ULMA, criada no intuito de sediar o *Fórum das Cidades*, evento que antecedia a ECO'92, mas que somente ficou pronta em junho, um mês depois da realização daquele.

> Em sua entrada encontram-se alguns edifícios administrativos. Através de um caminho de madeira, suspenso sobre as águas de um pequeno córrego e ladeado por mata nativa, chega-se ao local da pedreira. Aos pés da parede de pedra há um lago, que a reflete. A beleza natural da paisagem foi preservada e valorizada. O edifício da universidade chama a atenção por sua estrutura de troncos de eucalipto com poucos fechamentos e pela rampa de 22 m de extensão que leva ao mirante localizado em seu topo. Esses elementos formam um conjunto peculiar que se transformou num dos pontos de atração turística da cidade (MACEDO & TANAKA, 2003:103).

Inaugurado no *Dia Mundial do Meio Ambiente*, em 05 de junho, com a presença do pesquisador Jacques Cousteau (1910-1997), o *Bosque Zaninelli*, juntamente com a ULMA e sua mata composta por araucárias, pitangueiras, cafezeiros-do-mato e canelas, onde habitam preás, gambás e corujas, representam o ápice do *city marketing* ecológico (FIG. 6.25).

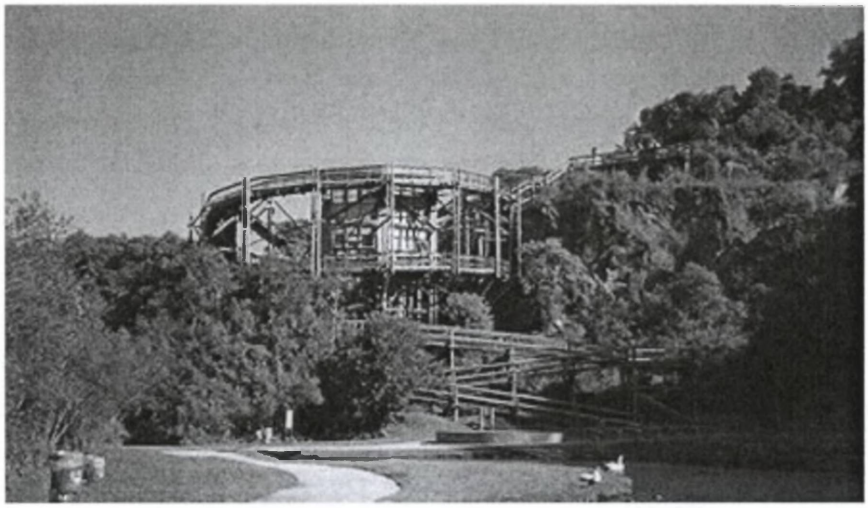


FIGURA 6.25 – *Bosque Zaninelli*, situado no bairro do Pilarzinho, em Curitiba PR, criado em 1992, destacando a *Universidade Livre do Meio Ambiente*. (**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Com a criação do *Serviço de Patrimônio Histórico* – SPH do IPPUC, em 1992, houve um avanço para a preservação de bens edificados de valor cultural, artístico ou arquitetônico em Curitiba, os quais poderiam receber incentivo construtivo, conforme previa a Lei n. 6.337/82, que autorizava a construção acima dos limites da legislação em vigor, no próprio terreno ou em regiões especificadas, permitindo a comercialização do direito construir – mediante o compromisso formal dos proprietários do imóvel de preservá-lo segundo orientação da Prefeitura Municipal[68]. Agindo em conjunto com a *Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural* – CAPC, o SPH-IPPUC proporcionou a restauração, a revitalização e a adaptação a novos usos de edificações consideradas acervo da memória curitibana, estas levantadas a partir de um estudo feito, entre 1985 e 1989, pela FCC; e revisado, entre 1990 e 1991, pelo *Setor de Uso do Solo*, resultando em cinco volumes que norteariam os trabalhos[69].

[68] Entre as obras que passaram a abrigar espaços culturais nessa época, pode ser citada a do antigo solar da família Paula França, na rua Duque de Caxias, que foi sede do *Goëthe Institut* e, em 1992, foi re-inaugurado como o *Solar do Rosário*, um centro cultural que abriga espaço para exposições, antiquário, galeria de arte, livraria, café colonial e cursos artísticos; além da casa na esquina das ruas João Manoel e Presidente Carlos Cavalcanti, transformada no *Museu Theodoro de Bona*, hoje desativado. Em 1993, a loja de ferragens construída pelo alemão Wilhelm Peters, no largo da Ordem, virou a *Casa Vermelha*, destinada a espetáculos teatrais e de música. Data desse período a inauguração do *Palácio Avenida*, considerado o primeiro prédio de concreto armado do Paraná, erguido em 1929, na esquina da avenida Luiz Xavier com XV de Novembro, o qual foi restaurado pelo *Banco HSBC Bamerindus* e com seu interior totalmente remodelado, abrigando também o *Teatro Avenida*, aberto em 1991, com capacidade para 240 espectadores. Paralelamente, outros teatros surgiram, como o *Teatro Fernanda Montenegro*, criado em 1993 dentro do *Shopping Novo Batel*, na alameda D. Pedro II; o *Teatro Novelas Curitibanas*, instalado no mesmo ano na antiga casa de encontros chamada de *Castelo Dourado*, construída em 1904, na rua Presidente Carlos Cavalcanti; e o *Teatro Lala Schneider*, concluído em 1994, na rua Treze de Maio.

[69] A atualização do acervo cultural, histórico e arquitetônico da cidade, realizado entre 1985 e 1989, pela *Fundação Cultural de Curitiba* – FCC, com apoio do IPPUC, resultou em uma relação de imóveis que considerou: aqueles existentes no acervo ou os que haviam sido excluídos de algum dos decretos (listagens anteriores); o *Setor Histórico* da cidade (prioritário); as ruas XV de Novembro e Barão do Rio Branco (prioritárias), os marcos referenciais; os imóveis situados nos caminhos antigos e nas colônias que se localizavam ao redor deles; as construções remanescentes da época em que ocorreram os diferentes ciclos econômicos; os encontros das áreas chamadas prioritárias tendo como princípio a quantidade de exemplares por área; os imóveis isolados que constituem exemplar único de determinada arquitetura; e os bens tombados pela *Secretaria do Estado da Cultura* (IPPUC, 1995:10).

6.3 URBANISMO ECOLÓGICO E PARQUISMO CURITIBANO

Em 1992, com o lançamento do oitavo número da série MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA, pelo *Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba* – IPPUC, definiu-se os postulados da chamada *Escola de Urbanismo Ecológico*, segundo a qual as idéias implantadas através do planejamento urbano curitibano, aliadas ao seu comprometimento com as questões ecológicas – e, por conseguinte, inovadoras e viáveis –, eram fruto de uma escola de urbanismo nascida na cidade, responsável pela implementação de obras e medidas que a transformaram na "Capital Ecológica". O então diretor-presidente do IPPUC, Cássio Taniguchi (1941-) – que, mais tarde, tornar-se-ia prefeito – afirmava, na apresentação da publicação:

> A Memória da Curitiba Urbana mudou. Estamos entrando, agora, em uma segunda fase, Vamos mostrar a partir deste número 8 os programas, projetos, idéias desenvolvidas e implantadas em Curitiba, que a transformaram em exemplo [...] Vamos conhecer a Curitiba que conseguiu passar de meio metro de área verde por habitante para mais de 50 metros quadrados de área verde por habitante em 20 anos. Que mantém 16 parques e quase mil praças e bosques – importantes áreas verdes preservadas através do uso. Vamos contar como a legislação de proteção ao meio ambiente, preocupação desde 1953, se consolidou em uma política para o meio ambiente em 1990 [...] Mudanças que deram a Curitiba dois prêmios internacionais. Mudanças possíveis, viáveis, executáveis (TANIGUCHI apud IPPUC, 1992:7).

Mais do que propriamente apresentar diretrizes para as futuras intervenções na cidade, a *Escola de Urbanismo Ecológico* foi uma tentativa de explicação, por parte do Poder Público, do que havia ocorrido no passado, já que citava exemplos de trabalhos que aconteceram anteriormente à publicação; e que portanto não poderiam ser frutos dos denominados "postulados" desta escola, os quais estavam assim descritos:

- O Homem não é mero espectador da Natureza; é parte dela. E como tal, são para ele que devem ser voltadas as ações de cunho ambiental.
- A Cidade deve ter a escala do Homem.
- O meio Ambiente deve servir ao homem e, assim sendo, deve ser colocado em regime de usufruto direto.
- A Cidade é um ente orgânico e, como tal, imita a natureza. Por isso, deve ser respeitada e incentivada sua capacidade de se reciclar e se auto-sustentar.
- A Cidade é um todo orgânico. À administração pública compete entender isto e acompanhar sua evolução natural. Ou seja, a intervenção administrativa não pode violentar esta evolução, mas deixar que ela se expresse da maneira mais rica.
- O Homem é um ser gregário. E a Cidade deve facilitar a realização desta característica tornando-se cenário de encontro.
- A natureza é tanto mais rica quanto mais diversificada. A natureza é contrária à massificação. O Homem, como parte da natureza, se realiza como tal expressando sua individualidade.
- O zelo pelo patrimônio não é exclusivo do Poder Público. Pelo contrário, é tarefa para toda a comunidade (IPPUC, 1992:5-11)

A partir da administração de Rafael Greca, que assumiu a Prefeitura municipal em 1993, à questão ambiental associou-se a questão cultural, quando se passou a enfatizar a construção de uma identidade social para Curitiba e os parques e bosques tornaram-se os espaços ideais para manifestações culturais, incentivando-se neles festas étnicas, folclóricas e religiosas. Até o término de sua gestão, em 1996, Greca criou mais 10 novas áreas públicas, além de vários memoriais para homenagear as diversas raças e culturas que constituíam a população curitibana, estabelecendo um *Roteiro das Etnias*. Foram criados: o *Memorial de Portugal* (1994), o *Memorial da Ucrânia* (1994), o *Memorial da Imigração Alemã* (1995), o *Memorial da Imigração Italiana* (1995) e o *Memorial da Cidade* (1996), além da implantação da *Fonte de Jerusalém*, nas avenidas Sete de Setembro e Arthur Bernardes; da criação da *Casa da Cultura Japonesa*, quando da revitalização da praça do Japão[70], no Batel; e da construção do *Memorial Árabe*, na praça Gibran Khalil Gibran, próxima ao *Passeio Público*, uma obra com referências à cultura mourisca, composta por café, biblioteca e pinacoteca.

Em 1993, Curitiba comemorava 300 anos de fundação, os quais foram marcados com várias festividades e, principalmente, a consagração de seus grandes ícones criados na gestão anterior, como a *Ópera do Arame* e o *Jardim Botânico*, aos quais se somaram a *Rua 24 Horas*[71], situada entre as ruas Visconde do Rio Branco e Visconde de Nácar; e a *Torre da Telepar*[72], no bairro das Mercês; além de novas obras de cunho cultural, como a criação do *Conservatório de Música Popular Brasileira*[73].

Em uma época em que o setor histórico passava por recentes intervenções – o largo da Igreja do Rosário recebia novas luminárias e o chafariz da *Fonte da Memória*, com a cabeça estilizada de um cavalo, homenageando o tropeirismo –; nas ruas, murais lembravam a evolução da capital, como os painéis na travessa Nestor de Castro ou os desenhos na rua Marechal Floriano, todos da

---

[70] Concluída em 1962, a praça do Japão foi planejada segundo o paisagismo oriental, tendo sido plantadas mudas de cerejeira doadas pela família real japonesa. A *Casa da Cultura Japonesa* foi construída em 1993 ao lado do lago da praça, junto ao portal do *Marco da Imigração Japonesa* e lembrando o *Kinkakuji*, o pavilhão dourado de Kyoto, antiga capital do Japão. Seus dois pavimentos abrigam atividades e festas tradicionais do Oriente e servem como espaço permanente de exposição da cultura nipônica. Os primeiros imigrantes japoneses chegaram em Curitiba em 1910, vindos a pé de São Paulo, estabelecendo-se principalmente nos Bairros Gabirotuba e Uberaba, fundando em 1946, na Vila São Paulo, o *Tomonokai* ou *Uberaba Nihonjinkai*.

[71] Criada em 1991 para revitalizar uma área central da cidade, a Rua Coronel Menna Barreto – ou simplesmente *Rua 24 Horas* –, oferece diversas lojas, bares, restaurantes e serviços essenciais com atendimento interrupto. O projeto arquitetônico foi todo estruturado com tubos em forma de arcos e cobertos por policarbonato. O relógio fixado na entrada reforça a idéia de um ponto turístico que fica aberto durante todo dia e a noite inteira.

[72] Situada na rua Lycio G. de Castro Vellozo, *Torre da Telepar* foi inaugurada em 1991, possuindo 109,5 m de altura total, situando-se em um ponto estratégico das Mercês, a 1.050 m acima do nível do mar. No topo da torre, um mirante de vidro circular que comporta até 120 pessoas permite uma visão panorâmica da cidade em 360°.

[73] O *Solar dos Guimarães*, construído no final do século XIX, na esquina das ruas Mateus Leme e Treze de Maio, foi transformado em 1993 no *Conservatório de Música Popular Brasileira*; um grande centro de pesquisa, documentação e estudos sobre MPB. Abrigando biblioteca, cursos livres em diversos instrumentos, *workshops*, palestras e núcleos de pesquisa, também é a sede permanente da *Orquestra do Conservatório* e dos corais *Brasileiro* (para adultos) e *Brasileirinho* (para crianças), além do *Grupo Infantil de Danças Folclóricas*. Em 1994, passou a ser palco da Oficina de MPB, realizada desde 1981 e considerada a melhor do país, reunindo anualmente mais de 1.500 alunos de todo o país e de países vizinhos em concorridos cursos ministrados por professores convidados (ALBUQUERQUE et al., 1998).

autoria de Poty Lazzarotto. A praça Generoso Marques, em frente ao *Museu Paranaense*, foi remodelada e as bancas de flores transferidas para a praça Borges de Macedo, no encontro com a praça Tiradentes, onde foram construídas as *Arcadas do Pelourinho*, uma homenagem à instituição da justiça na cidade. O comércio de flores ganhou também novas instalações, ao lado de bancas de revistas e cafés. A praça João Cândido também foi revitalizada com a criação das *Arcadas de São Francisco*, restaurantes e lojas comerciais (DUARTE & GUINSKI, 2002).

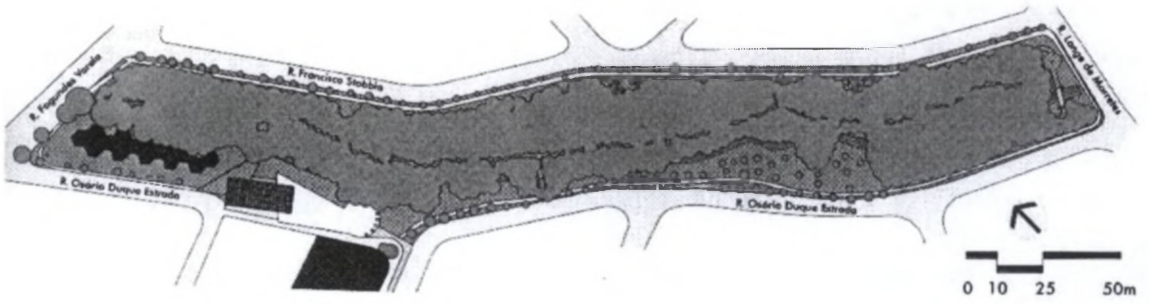


FIGURA 6.26 – *Bosque de Portugal*, criado em de 1994, no Jardim Social, Curitiba PR.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Aproveitando a visita do presidente português, Mário Lopes Soares (1924-), Greca criou seu primeiro espaço de lazer e cultura, o *Bosque de Portugal*, em março de 1994, no Jardim Social, e contando com cerca de 20.850 m^2. Para preservar uma área de vegetação, assim como conservar a mata ciliar às margens de um córrego da região, o Tarumã, criou-se sobre um espaço natural linear pré-existente um parque temático para homenagear todos os países de língua portuguesa – Portugal, Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau –, através de um caminho para passeio, com um sofisticado desenho em mosaico português e uma seqüência de cerca de 20 pilastras denominado *Alameda dos Cantares* (FIG. 6.26). Nestes pequenos "totens", estão escritos sobre azulejos trechos de poesias em língua portuguesa, escritos por poetas como Luiz de Camões (1524-1580), Gregório de Matos (1636-1696) e Camilo Pessanha (1867-1926), além de outros nomes ilustres entre os séculos XVI e XX, em uma verdadeira aula de literatura, ao mesmo tempo em que se pode aproveitar o passeio pela mata e apreciar a natureza (FENIANOS, 2003).

Projetado pelo arquiteto Fernando Luiz Popp, o bosque voltado à contemplação, ao lazer e à cultura, ocupa praticamente todo o fundo de vale, sendo sua entrada principal pela rua Fagundes Varella, onde estão um painel decorativo, o marco da poesia e a praça de eventos. No local, também há recantos sinuosos, bancos, uma bica d'água e uma ponte inspirada na arquitetura lusitana, além de uma ciclovia e a sede do grupo escoteiro. Uma pista de *Cooper* contorna todo o bosque. Não sendo propriamente um memorial étnico, não deixa de homenagear nossos ancestrais portugueses, que chegaram à região de Curitiba ainda no século XVI, principalmente à busca do ouro.

Ainda em 1994, surgiram mais quatro parques na cidade: três situados na *Cidade Industrial de Curitiba* – CIC para preservar um córrego afluente do rio Barigüi – *Parque dos Tropeiros*, *Parque Diadema* e *Parque Caiuá* – , todos inaugurados em 25 de setembro; e o *Parque Tingüi*, criado no bairro São João e inaugurado em 1° de outubro desse ano. Os primeiros situam-se lado a lado, separados apenas pelo sistema viário; e surgiram com o objetivo de garantir a limpeza e saneamento daquela área, assim como preservar o fundo de vale e aumentar a quantidade de áreas verdes públicas na região Sul, podendo beneficiar diretamente a cerca de 15.000 pessoas que moravam nos conjuntos habitacionais próximos ao local, além de homenagear o ciclo do tropeirismo que marcou a história do Paraná nos séculos XVIII e XIX. Perto dali, em setembro de 1996, seria criado o *Bosque do Trabalhador*, também inaugurado pelo então prefeito Greca (FIGS. 6.27 e 6.28).

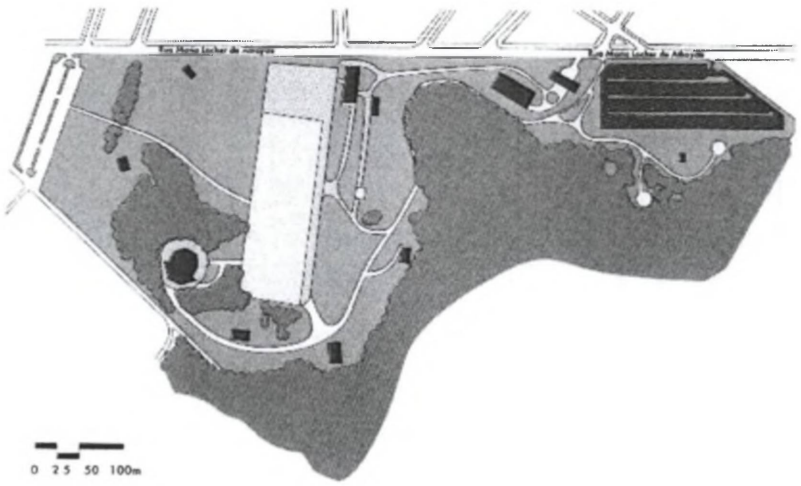


FIGURA 6.27 – Planta do *Parque dos Tropeiros*, situado no bairro da CIC, Curitiba PR, criado em 1994. (**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

O maior desses espaços, o *Parque dos Tropeiros*, tem acesso principal pela na rua Raul Pompéia e possui quase 173.500 m^2 de área, sendo projetado pelas arquitetas Denise Murata e Tereza Castor, a partir de imagens romantizadas do ciclo de tropas, constituindo-se portanto um parque temático destinado à promoção de rodeios e acampamentos, contando com um relevo plano, um amplo gramado, uma rede de caminhos e recantos sinuosos, possibilitando a realização de eventos culturais e recreação, além de um mirante, um museu e núcleo folclórico – onde são promovidos cursos de danças tradicionalistas –, um auditório, instalações administrativas e sanitários. É o *Memorial da Cultura Gauchesca* da cidade.

> Seus equipamentos são singulares, incluindo cancha de rodeios, churrascaria, capril e salão de danças. Muitos de seus espaços assemelham-se aos das fazendas, as quais fazem parte do imaginário de uma parcela da população urbana que relembra e reverencia a vida no campo (MACEDO & TANAKA, 2003:104).

FIGURA 6.28 – *Parque dos Tropeiros* (1994), situado em Curitiba PR.
(FONTE: PARQUES CURITIBA, 2005)

Já o *Parque Diadema* possui aproximadamente 112.000 m^2, situando-se próximo à avenida Juscelino Kubitschek, no Conjunto Habitacional Diadema, aproveitando-se também do fundo de vale e contando com três canchas de futebol de areia, seis quadras de vôlei de praia e um *playground*; e o *Parque Caiuá*, cujo acesso dá-se pela rua Maria Lúcia Locher de Athayde, tem 46.000 m^2 e possui um campo gramado de futebol, quatro canchas de futebol de areia, duas quadras de vôlei de praia e dois playgrounds. Completando o conjunto dos parques da CIC, ao Sul de Curitiba, o *Bosque do Trabalhador*, criado somente em 1996, ultrapassa 192.000 m^2, não está completamente concluindo, sendo previstos portal, casa da guarda, sanitários, churrasqueiras, playground, canchas de vôlei e futebol, além de pistas para pedestres, uma cerca divisória e um estacionamento com 40 vagas (FENIANOS, 2003).

De acordo com ANDRADE (2001), a área onde foi implantado o *Bosque do Trabalhador* pertencia ao ex-governador do Paraná, Jayme Canet Júnior (1925-), cuja gestão foi de 1975 a 1979; e de sua esposa, Maria de Lourdes Araújo Canet, perfazendo um total de mais de 1.188.700 m^2. Para viabilizar o loteamento dessa extensa propriedade, foi doada para a Prefeitura municipal uma parcela de pouco mais que 15%, constituindo os 192.000 m^2 destinados ao "bosque" – e cujas dimensões o classificariam como "parque". Para a sua implantação, houve a necessidade de investimentos em infra-estrutura urbana, os quais acabaram resultando na valorização imobiliária da região, evidenciando-se novamente uma aliança entre o Poder Público e o setor privado. Destaca-se ainda que esses parques da região Sul, diferentemente dos que iam sendo criados ao Norte, homenageando etnias estrangeiras, eram mais voltados à população migrante do interior.

> A própria população que freqüenta o *Parque dos Tropeiros* é perceptivelmente distinta da que freqüenta os parques da região Norte; evidentemente a localização colabora muito para esta diferenciação, no entanto não é o único item relevante. É comum verificarmos no parque pessoas "piuchadas" com vestimentas típicas dos gaúchos, e a presença de turistas é visivelmente inferior

> aos outros parques de maior apelo visual. Deve-se ressaltar que a *Linha Turismo*, conhecida popularmente por *Jardineira*, é uma linha de ônibus destinada a promover os pontos turísticos de Curitiba, das suas 22 paradas, 11 são em parques, todos da região Centro-Norte, ou seja, a própria Prefeitura parece fazer uma discriminação quanto aos parques e bosques da região Sul (ANDRADE, 2001:71).

Outro exemplo de associação entre as esferas pública e privada, assim como da iniciativa de preservação natural vinculada à questão da homenagem étnica, foi o *Parque Tingüi*, Também criado por Rafael Greca em 1994, entre as ruas José Valle e Fredolin Wolf, no bairro São João, na região Norte da cidade. O local possui 380.000 m^2, dos quais 183.000 pertenciam à *Construtora Independência*; e 196.000 a Carlos Augusto Piovesan que, embora tenham doado ao Município uma parcela superior àquela estipulada em lei, não deixaram de se beneficiar com a sobrevalorização fundiária do entorno e também pela maior liquidez dos terrenos. Como os demais parques dos anos 80 e 90, o *Tingüi* foi concebido para auxiliar na contenção de enchentes e dificultar a ocupação irregular de áreas inundáveis, garantindo a preservação do rio Barigüi e de suas margens, assim como a conservação de suas terras alagáveis ou encostas íngremes de solos instáveis (FIG. 6.29). Dotado de ampla área verde coberta de mata nativa, ele possui, entre outros equipamentos, espaços gramados, caminhos sinuosos e lagos, da mesma forma que pontes cobertas de madeira, churrasqueiras, canchas esportivas, pista de *Cooper*, ciclovia e *playground*..

FIGURA 6.29 – Vista geral do *Parque Tingüi* (1994), situado em Curitiba PR.
(**FONTE**: PREFEITURA DE CURITIBA, 2005)

Seu nome homenageia o povo indígena que primeiro habitou a região de Curitiba, os tingüis, que eram índios combativos e hábeis na manufatura de armas e utensílios de pedra. Orgulhosos de suas ascendência, de acordo com FENIANOS (2003), tinham um belo porte, daí o nome *tingüi* que, em tupi-guarani, significa "nariz afinado". Como marco, no parque, há a estátua do cacique dos campos de Tindiqüera, líder da tribo tingüi que, segundo a lenda, teria indicado onde deveria ser

instalada a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. "A estátua, esculpida em bronze e em tamanho natural, apresenta Tindiqüera carregando em uma mão o varapau com que demarcou o sítio da futura capital paranaense e, na outra, uma pinha, simbolizando as araucárias e a garantia de alimentação" (p.92).

FIGURA 6.30 – *Parque Tingüi*, criado em 1994, no bairro São João, na região Norte de Curitiba PR. Foto de Nani Gois/SMCS. (**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

O local também abriga o *Memorial da Imigração Ucraniana* (FIG. 6.30), homenageando os imigrantes da Ucrânia que chegaram em Curitiba em 1876, seguidos por outros grupos entre 1891 e 1896, os quais se estabeleceram no chamado *Campo da* Galícia; ou ao longo da avenida Cândido Hartmann e no Bigorrilho, onde existe uma praça a eles dedicada, além de outras regiões no Paraná[74]. Inspirando-se em sua história e cultura, fez-se um grande portal de entrada em madeira, uma réplica da Igreja de São Miguel Arcanjo – construída no final do século XIX pela comunidade de imigrantes ucranianos da Serra do Tigre, no Município de Maillet PR, em estilo bizantino[75] com cúpula oitavada de bronze –, que não tem função religiosa e um campanário externo

[74] Em 1783, o canato da Criméia, península que avança no mar Negro e terra dos tártaros, foi dominada pelos russos, liderados por Catarina II (1729-1796). As divisões da Polônia de 1793 e 1795 levaram à partilha da Ucrânia entre o Império Russo, que estendeu seu domínio à margem direita do rio Dnieper, a Podólia e a Volínia; e o Império Austríaco, de que dependiam a Galícia, a Bucovina e a Ucrânia Subcarpática. A primeira metade do século XIX foi decisiva para o desenvolvimento de uma consciência nacional na Ucrânia oriental, mas o governo russo adotou uma atitude particularmente repressiva após a insurreição polonesa de 1863. Assim, nessa época, a Ucrânia era um país dividido, dominado e oprimido pelos czares russos ou pelos imperadores austro-húngaros, sendo proibidas publicações e manifestações públicas em sua língua ou quaisquer iniciativas políticas. Logo, muitos ucranianos buscaram abrigo fora da Europa, criando comunidades na Austrália, Canadá, EUA, Argentina e Brasil, entre outros países. No Paraná, a maioria dos imigrantes chegou a partir de 1895, estimando-se que foram mais de 20.000 estabelecidos nos Municípios de Curitiba, Lapa, Mallet, Prudentópolis, União da Vitória, Roncador e Pato Branco. As terras nas quais se localizaram eram de mata fechada; uma terra estranha e sem recursos, situação agravada pela dificuldade da língua. O maior apoio veio da Igreja Ortodoxa, que enviou sacerdotes e iniciou um processo de integração social no país (PARQUES CURITIBA, 2005).

[75] Estilo medieval, refere-se ao conjunto de elementos estéticos que caracterizou o Império Bizantino, domínio do poder cristão greco-oriental, herdeiro do Império Romano do Oriente, que durou de 395 d.C. até 1453.

com mirante, além de um monumento escultórico no formato de uma *pêssanka* ou *pysanka*; termo que pode ser traduzido como "escrever", designando ovos inteiros e crus, cuidadosamente pintados à mão, com motivos místicos, desenhos rebuscados e nunca repetidos, que são tradicionalmente feitos na última semana da Quaresma e levados à igreja no Domingo de Páscoa, para serem abençoados e depois presenteados a amigos.

Em 9 de dezembro de 1995, Greca inaugurou outro importante bosque de sua gestão, o *Bosque da Fazendinha*, com cerca de 72.850 m^2 de área, que aproveitou a antiga chácara da família Klemtz, pioneira da indústria de olarias na cidade e cuja chaminé ainda se encontra no local. Projetado pela arquiteta Regina H. Tsuneta Nagashima, destina-se à contemplação e recreação infantil, além da conservação da natureza, realização de eventos culturais e prática de esportes, possuindo quiosques, churrasqueiras, *playground*, mirante, campo de futebol e quadras esportivas. Nele, podem ser observados pinheiros e outras árvores nativas, presentes na mata preservada que ocupa mais da metade de sua área e que pode ser visitada através de uma trilha. A outra parte do parque compõe-se de extensos gramados, onde foram dispostos os equipamentos e se situam um palco e um galpão para artes, onde funcionava uma estrebaria de tijolos aparentes (MACEDO & TANAKA, 2003).

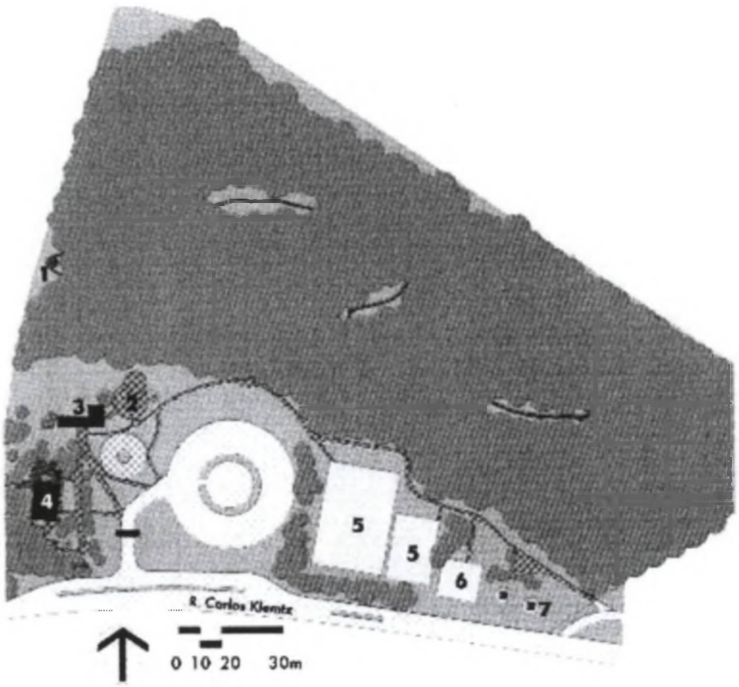


FIGURA 6.31 – Planta do *Bosque da Fazendinha*, Curitiba PR, implantado em 1996.
(**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Esse bosque, segundo ANDRADE (1001), foi implantado aproveitando-se da lei que regulamenta o potencial construtivo (FIG. 6.31). O valor da desapropriação foi de R$ 1,8 milhões, sendo R$ 930.000 pagos pelo Município e os restantes R$ 870.000 permutados por potencial construtivo em outras áreas da cidade.

A antiga casa da família Klemtz, construída na chácara em 1896, em estilo classicista e que conserva alguns de seus móveis, serve atualmente como liceu de artes e de restauro, administrado pela *Fundação de Ação Social* – FAS, da Prefeitura de Curitiba, tendo já abrigado a *Secretaria Municipal da Criança*. Ali, hoje são oferecidos cursos de pátina, decapê, restauração de móveis e entalhe em madeira. Conforme FENIANOS (2003), esta casa servia de sede à família, que criava vacas leiteiras e cavalos, além de cultivar um grande pomar e organizar muitas festas, nas quais se reuniam famílias tradicionais.

FIGURA 6.32 – Planta e vista do *Bosque Alemão*, situado no bairro Vista Alegre, Curitiba PR, criado em 1996. (**FONTE**: MACEDO & SAKATA, 2003)

Outra obra que, executada em 1994, foi incorporada por Greca ao *Roteiro das Etnias* de seu governo, foi o *Bosque Alemão*, inaugurado em 29 de março de 1996, no bairro do Bom Retiro (Jardim Schaffer). Contando com pouco mais de 38.000 m^2, nasceu também da necessidade de preservação ambiental de um dos córregos afluentes do rio Belém, assim como da conservação de uma porção exuberante de mata nativa, situada em terreno íngreme. O projeto – de autoria dos arquitetos Fernando Popp, Mauro José Magnabosco, Fernando Canalli e Reginaldo Reinart – foi dedicado à cultura e tradições alemãs, tendo caráter predominantemente contemplativo e procurando intervir o mínimo possível na paisagem (FIG. 6.32). Seus acessos podem se dar pela rua Nicolo Paganini, no

Vista Alegre, que leva à réplica em madeira de uma igreja presbiteriana construída em 1933 no Seminário; ou pela rua Francisco Schaffer, onde foi criada uma entrada através de um frontispício.

No primeiro acesso, um ambiente ajardinado composto – além do *Oratório de Bach*, destinado a concertos musicais e com capacidade para 150 pessoas – por um espelho d'água com cascata; uma passarela e mirante, a *Torre dos Filósofos*, em toras de eucalipto com quase 20 m de altura; conduz a uma escadaria, também em madeira, que leva a uma trilha mata adentro. Esse caminho sinuoso percorre todo o bosque e, no seu decorrer, é contada a história de "João e Maria" (*Hänsel und Gretel*, 1812), dos irmãos Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), em 12 pequenos totens em azulejos. Na clareira, uma pequena casa com lareira – a *Casa dos Contos* ou *Casa da Bruxa* – funciona como biblioteca de histórias infantis. Seguindo a trilha, chega-se a outro ambiente e acesso alternativo, na *Praça da Cultura Germânica*, em que se homenageia escritores alemães como Johann von Goëthe (1749-1832), Friedrich Von Schiller (1750-1805), Thomas Mann (1875-1955) e Bertold Brecht (1898-1956), entre outros, na qual está disposto o *Mural de Fausto*, que reconstitui a fachada da *Casa Mila*, uma residência construída por imigrantes alemães na rua barão do Serro Azul, no final do século XIX, e que foi demolida. Este é circundado por um jardim de inspiração clássica e representa o *Memorial da Imigração Alemã* [76].

FIGURA 6.33 – *Bosque São Cristóvão* ou *Bosque Italiano*, situado em Santa Felicidade, Curitiba PR, criado em 1996. Foto de Joel Rocha/SMCS. (**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

[76] Os primeiros imigrantes alemães chegaram em Curitiba em 1833, sendo representados pelo casal formado por Michael Müller e Anna Kranz, que fazia parte das 20 famílias encaminhadas, em 1829, ao atual Município de Rio Negro PR. Sendo mais urbanizados, os alemães inovaram a vida curitibana com o comércio de frutas européias e batatas inglesas produzidas em suas chácaras, acabando por comprarem toda a área entre as ruas Riachuelo e Carlos Cavalcanti, bem como ao longo da rua Barão do Serro Azul, até a praça XIX de Dezembro. Pode-se dizer que o Setor Histórico de Curitiba, delimitado em 1971, é a memória arquitetônica, através de seus sobrados classicistas e ecléticos, da contribuição alemã ao desenvolvimento da cidade. Na segunda metade do século XIX, os jornais já divulgavam as profissões "urbanas" da comunidade germânica, como chapeleiros, farmacêuticos, ferreiros, arquitetos e professores. O censo de 1872 revelava que já chegavam a 1.046 o número de alemães residentes na região, os quais acabaram influenciando através de sua culinária, música e costumes.

O *Memorial da Imigração Italiana*, edificado em 1996, nasceu para celebrar as raízes dos imigrantes que vieram da Itália[77], situando-se em uma área pertencente à Arquidiocese de Santa Felicidade, localizada na rua Margarida A. Zardo Miranda, no antes denominado *Bosque São Cristóvão*, que passou a ser conhecido como *Italiano* (FIG. 6.33). Dotado de uma área de mais de 23.500 m^2, o *Bosque Italiano* conta com uma ampla estrutura de lazer e recreação, composta por churrasqueiras, quiosques para a venda de uvas e vinho, uma polenteira, uma capela em madeira, um palco coberto e um pavilhão que funciona como restaurante, além de um pátio com fontes, arcadas vermelhas e colunatas toscanas que fazem alusão à arquitetura romana. Uma réplica da fachada da Igreja de São José, a primeira matriz de Santa Felicidade, pintada em amarelo e banco, homenageia os imigrantes, assim como a imagem da *Madonna di Monte Berico*, colocada no alto de uma coluna. Festas típicas, de origem italiana, marcam o calendário anual do bosque, como a festa da uva, em janeiro; e a festa da polenta e do franco, em julho (PARQUES CURITIBA, 2005).

O último parque que foi criado na gestão Greca foi o *Parque Tanguá*, inaugurado em 23 de novembro de 1996, situado entre os bairros Taboão e Pilarzinho, na região Norte de Curitiba; e ocupando uma extensa área de aproximadamente 235.000 m^2. Assim como as demais propostas feitas pelo Poder Público para áreas verdes na cidade, como *Bosque do Trabalhador* ou o *Parque Tingüi*, também resultou de um forte vínculo entre as esfera pública e privada, já que suas terras também pertenciam a particulares, os quais doaram em parte suas propriedades à Prefeitura, prevendo a valorização imobiliária que ocorreria no loteamento ao seu entorno. De acordo com os jornais da época, citados por ANDRADE (2001), os terrenos ao redor dos parques valorizavam mais de 40% e, em alguns casos, a Prefeitura antecipou-se na instalação da infra-estrutura desses novos loteamentos, recebendo em troca uma maior área dos loteadores.

> Em duas áreas [*Parque Tingüi* e *Parque Tanguá*], a Prefeitura estimulou os proprietários a apressarem os loteamentos. De acordo com a lei, 35% da área de um loteamento são revertidos para o Município. Na área restante, a Prefeitura se antecipou ao proprietário na instalação de infra-estrutura, o que acarretou em sobrevalorização da área. A diferença foi paga aumentando a área revertida ao Município, de modo que cerca de 50% do futuro loteamento serão transformados em parque (O ESTADO DO PARANÁ, 21.abr.1995, apud ANDRADE, 2001:72).

[77] A primeira leva de italianos que chegou a Curitiba foi em 1878, quando criaram o bairro de Santa Felicidade, além dos imigrantes terem desenvolvido a experiência anarquista da *Colônia Cecília*, na região de Palmeira., que foi desfeita com a *República* (1889). Parte desses italianos estabeleceu-se na Colônia Argelina, funadda de 1869, dividindo espaço com franceses da Argélia, alemães, suíços, ingleses e suecos. Em Santa Felicida, conforme MARTINS [19--], Santa Felicidade localizava-se entre os rios Uvú (afluente do Barigüi) e Poça-Uma, abrigando, em 40 lotes, 190 italianos Vênetos retirantes da Colônia Nova Itália, de Morretes PR. Outros 250 italianos vicentinos ocuparam 48 lotes na Colônia Dantas, Tanto agricultores como artistas natos, trabalhavam artesanalmente com vime e palha, produzindo móveis e utensílios domésticos. Famílias como Cini, Marchioro, Romani, Zilli e Marchesini, com sua música, culinária e festas religiosas, influenciaram a cultura local. Em 1882, fundou-se a *Escola Garibaldi*, que acabou se transformando na *Società Giuseppe Garibaldi de Beneficenza*, criada por Gabriel Carnascialli, Domingos de Lucca e Francisco Fontana, entre outros; e cuja sede própria fica no atual Setor Histórico, construída em 1904 pelo engenheiro italiano Ernesto Guaita.

O *Parque Tanguá* (FIG. 6.34) foi fruto da reciclagem da antiga pedreira da família Gava, junto ao rio Barigüi, que estava destinada a ser utilizada como depósito de lixo, mas que acabou se tornando um dos parques mais exuberantes de Curitiba. Portanto, ao invés de se desvalorizar a área, o que ocorreria com a instalação do depósito de lixos das empresas Cavo e Gava, fez-se o contrário, ou seja, se supervalorizou a região e se modificou o perfil da tipologia construtiva de seus arredores, os quais acabaram recebendo condomínios fechados de alto padrão, a exemplo do que também havia ocorrido com a criação do *Parque Tingüi*.

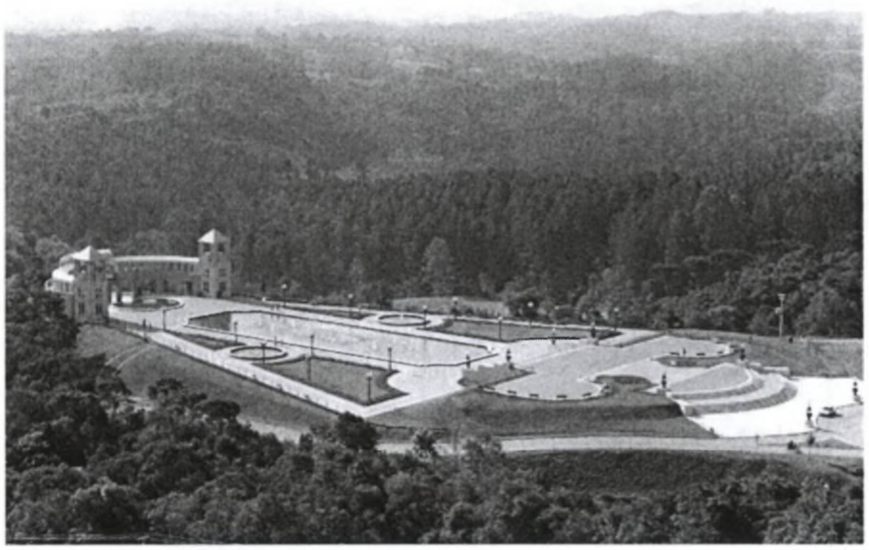


FIGURA 6.34 – *Parque Tanguá*, inaugurado em 1996, situado entre os bairros Taboão e Pilarzinho, na região Norte de Curitiba PR. Foto de Carlos Ruggi/SMCS. (**FONTE**: VIAJE CURITIBA, 2005)

Também visando amenizar os problemas decorrentes de enchentes, construiu-se, no *Parque Tanguá*, um lago de cerca de 32.000 m^2 de superfície por cerca de 1,5 m de profundidade, acumulando próximo a 48.000 m^3 de água, voltado ao lazer e recreação. Na verdade, sua instalação, juntamente com a existência dos parques do *Tingüi* e *Barigüi*, conformaria uma espécie de parque linear de quase 42 km de extensão, o qual margeia todo o rio Barigüi, desde a divisa com Almirante Tamandaré até o bairro da Caximba, ao Sul do Município, garantindo assim a preservação da qualidade da bacia Norte do Barigüi ao impedir a ocupação indevida do local, sujeito a inundações periódicas, e transformação do rio em depósito de resíduos. Homenageando a cultura indígena, o nome do parque, *Tanguá*, em tupi-guarani, significa "Baía das Conchas" (FIG. 6.35).

Além da mata com espécies nativas da região, o parque possui ancoradouro, lanchonete, ciclovia e pista de *Cooper*, além de um túnel, com aproximadamente 50 m de extensão, atravessando a rocha bruta e interligando as duas partes do imenso lago. Da passarela e *deck* desse túnel, pode-se observar todo o parque, assim como ficar bem próximo a uma cascata de 65 m de altura. Embora inaugurado ainda na gestão de Rafael Greca, o *Jardim Potty Lazzarotto* – nome em

homenagem ao artista curitibano –, composto por um grande terraço elevado com ajardinamentos, canteiros de flores, espelhos d'água e bar-café, foi aberto em 6 de junho de 1998, já na administração de Cássio Taniguchi, resultado de um investimento de cerca de U$ 4,4 milhões.

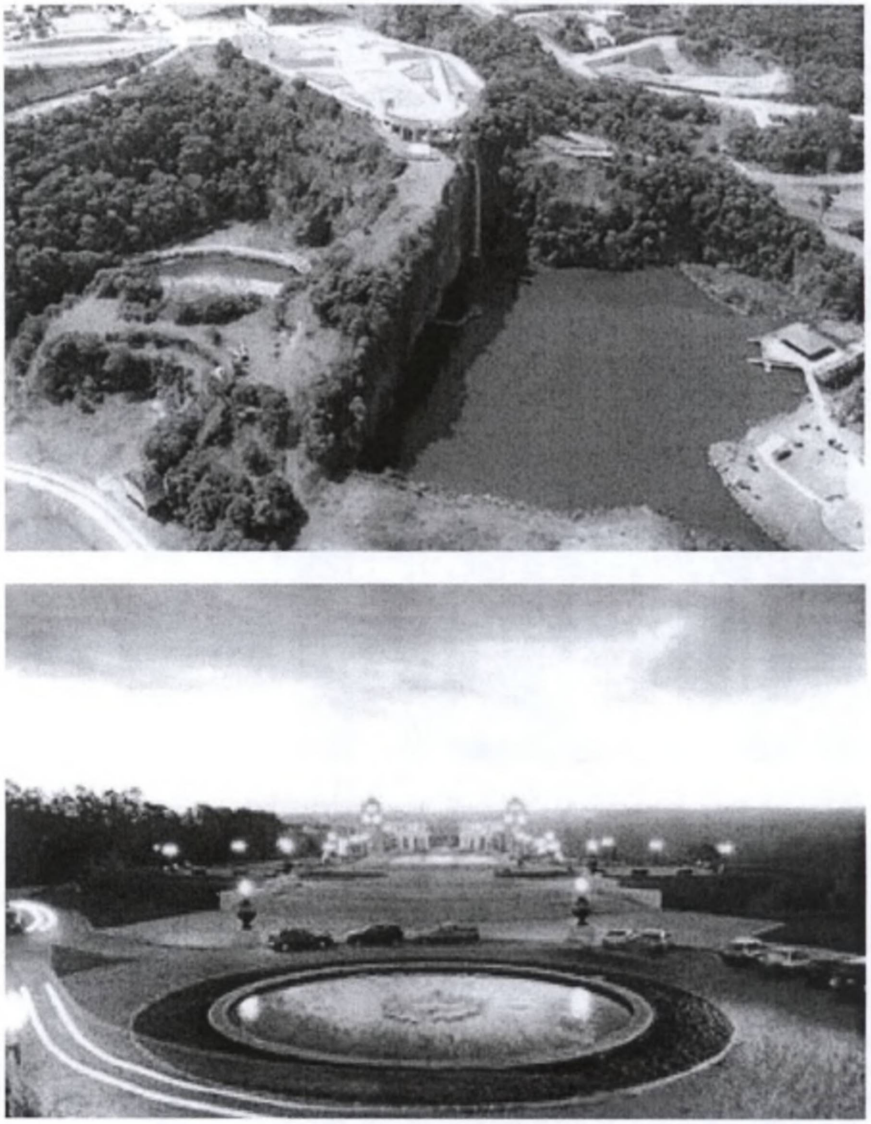


FIGURA 6.35 – Vistas gerais do *Parque Tanguá* (1999), localizado na região Norte de Curitiba PR.
(**FONTE**: TOTAL TRADE, 2005)

Ao terminar seu mandato, Greca deixou prontos os projetos de implantação de outros cinco parques: o *do Semeador*, no Bairro Novo; *do Ribeirão dos Müller*, no Campo Comprido; *das Nascentes*, no Uberaba; *do Atuba*, no bairro de mesmo nome; e *da Fazendinha*, associado ao bosque de mesmo nome. As novas áreas de construção representariam mais de 500.000 m^2 de espaços verdes na cidade (O ESTADO DO PARANÁ, 29.dez.1996, apud ANDRADE, 2001:74). Foram também nos anos 90 que apareceram outro elemento emblemático da Curitiba contemporânea: os chamados *Faróis do Saber*; uma rede de pequenas bibliotecas comunitárias nos bairros, instaladas ao lado de escolas municipais e que tinham o intuito de facilitar o acesso ao estudo e pesquisa.

Idealizados pelos arquitetos do IPPUC, esses "faróis" – em uma alusão à sua tarefa de "disseminar a luz do conhecimento" assim como aos antigos *Biblioteca* e *Farol de Alexandria*[78] – funcionavam como "núcleos culturais", os quais deveriam ser implantados em diversos pontos da cidade, servindo também como módulos de segurança da Guarda Municipal em algumas praças públicas e principalmente em áreas residenciais. Assim, seguindo uma tendência de descentralização dos serviços públicos, estabelecendo melhores condições de acesso à informação e cultura. A linguagem estética utilizada nos diversos "faróis" curitibanos seguia a técnica construtiva das edificações propostas nas décadas de 1980 e 1990, apresentando como características mais relevantes elementos simbólicos, tais como o farol, a torre-mirante, a pintura em cores primárias e o sistema construtivo realizado através da estrutura e vedação metálicas[79].

O primeiro *Farol do Saber* foi inaugurado em 19 de novembro de 1994, recebendo o nome do escritor Machado de Assis (1839-1908); a partir de então, todos os outros receberam nomes ilustres[80]. Atualmente, Curitiba conta com 52 módulos construídos até 1996, sendo 42 deles instalados em escolas municipais e 10 em praças ou parques. Destes últimos, três diferenciam-se dos demais, não pelo conceito, mas pela sua forma: o que homenageia o pensador libanês Gibran Khalil Gibran (1883-1931), situado no *Memorial dos Povos Árabes*; a *Casa dos Contos*, localizada no *Bosque Alemão*; e o *Farol das Cidades*, o primeiro instalado com equipamentos de informática e estrutura em eucalipto, no Pilarzinho.

---

[78] O *Farol de Alexandria* era considerado uma das sete maravilhas do mundo antigo, tendo sido construído por volta de 299 a.C., por Ptolomeu Sotero (305-282 a.C.), de modo a guiar as embarcações da antiga cidade fundada por Alexandre, o Grande. Permaneceu por quase 1.700 anos, sendo até hoje o maior farol já construído. Supõe-se que em seu lugar hoje se situe a fortaleza islâmica do sultão Qait Bey, realizado em 1480 a partir dos destroços do farol, que caíram no mar por ocasião de devastadores terremotos.

[79] Foi também na gestão de Rafael Greca que se criou o *Memorial da Cidade*, construído na rua Claudino dos Santos, no largo da Ordem, projeto dos arquitetos Luís Fernando Popp e Valéria Bechara; e inaugurado no último ano de seu mandato, em 1996. Bastante polêmico por ter sido implantado em meio às construções centenárias do *Setor Histórico*, a edificação conta com 5.000 m^2 de área dedicados a sediar exposições de história, arte e folclore curitibano; reunir acervos públicos e objetos da memória local; e promover a apresentação de espetáculos culturais. Abriga obras importantes de João Turim, Zaco Paraná e Poty Lazarotto, entre outras. Em estrutura metálica, o partido desenvolve-se em três pavimentos, centralizados em uma torre de 24 m que faz alusão à forma da Araucária, árvore-símbolo do Paraná. O térreo do conjunto forma a ala de exposições, além de dar acesso a um auditório para 140 pessoas, enquanto o primeiro andar é ocupado pela *Sala da Fundação*, onde estão expostos os altares e a imagem da padroeira do altar retábulo da Igreja Matriz, peça do século XVIII, que originalmente pertencia ao acervo do *Museu de Arte Sacra*, também no largo da Ordem. O segundo andar, também destinado a grandes exposições, termina em um mirante de onde se tem uma visão panorâmica dos telhados e das torres do *Setor Histórico*. A disposição dos pisos, composta por três formatos irregulares de planta, forma mezaninos, terraços e várias escadas, que permitem percorrer o espaço por diversos itinerários, dando aos usuários uma sensação de várias perspectivas.

[80] Devido ao fato de se tratar de uma construção modular, a qual seria reproduzida em larga escala e necessitando de uma certa agilidade de conclusão, definiu-se para os *Faróis do Saber* um programa simples desenvolvido em estrutura metálica, com uma área total variando de 88 a cerca de 103 m^2, com uma altura de 17 m, medida do térreo ao alto da torre-guarita. A divisão interna é bastante simples, estando no andar térreo a recepção, os murais, as bancadas para consulta e as estantes de livros, além dos sanitários. Uma escada helicoidal conduz ao mezanino, que é um espaço destinado à leitura e aos trabalhos em equipe. O posto da Guarda Municipal localiza-se na torre do farol; e o acesso ao módulo dá-se por dois locais: um ligado à escola e outro direto para a rua, facilitando assim a utilização do acervo pela comunidade. Cada biblioteca pode atender até 30 pessoas ao mesmo tempo, possuindo uma capacidade de armazenar aproximadamente 7.000 livros, embora o acervo inicial tenha sido de 5.000 títulos, englobando desde material técnico-didático de literatura clássica universal até os grandes autores infanto-juvenis. Fazendo parte de um plano estratégico de difusão cultural, os "faróis" consagraram-se.

Na década de 1990, a RMC continuou mantendo uma das três mais altas taxas de crescimento do país, o que acabou provocando problemas relativos ao uso e ocupação do solo urbano, como, por exemplo, a polarização do espaço curitibano, devido à valorização imobiliária da terra e a conseqüente periferização no território como opção para as camadas menos favorecidas[81].

> A questão habitacional encontra-se centrada na falta de opções de acesso à moradia para as camadas de baixa renda. Este hiato crescente, no contexto do processo de expansão da RMC, assume cada vez mais uma posição de importância crucial devido aos desdobramentos que produz, dentre os quais se enfatiza [...] a degradação do meio ambiente [...] Parece pertinente salientar a gravidade das ocupações localizadas em áreas de mananciais, no caso, ao Leste, sobre mananciais superficiais e também na direção Norte, sobre mananciais subterrâneos cársticos (LIMA, 2001)

Nessa época, ainda de acordo com LIMA (2000), além da série de invasões de terras, que se revestiu de importância crucial por atingir áreas de mananciais de abastecimento público de água da cidade, fazendo com que a questão ambiental se tornasse prioritária nas ações do órgão de planejamento regional, a COMEC, especialmente em relação aos recursos hídricos[82] (FIG. 6.36); outro fator de grande impacto para a dinâmica regional foi a transformação da RMC no segundo pólo automotivo brasileiro, no início do primeiro mandato de Jaime Lerner como governador eleito, em 1995, fator determinante para alçar definitivamente a questão metropolitana a níveis mais elevados de complexidade[83].

---

[81] Entre 1991 e 1996, Curitiba apresentou crescimento de 2,34% relativo ao número de habitantes, abaixo da taxa de crescimento da RMC. Por outro lado, os valores demonstravam uma trajetória de crescimento ascendente em alguns dos municípios da Região – em virtude de dinâmica econômica própria, assim como do estímulo de demandas públicas, desde os serviços básicos até atividades especializadas e produtos específicos –, cuja estrutura urbana ainda era bastante deficitária, não contando com a rede de infra-estrutura e serviços existente na capital. Entre 1970 e 2000, Curitiba apresentou a maior taxa geométrica de crescimento anual, 2,13% no pólo e 4,86% a.a. na periferia (IBGE, 2005). Contudo, na periferia metropolitana, onde se concentra 90% da população da RMC, as condições sociais e de infra-estrutura continuam precárias. É possível verificar que quase 50% da população da RMC tem renda inferior a 1 salário-mínimo. Logo, esse baixo poder aquisitivo torna-se uma característica da população da RMC, que se reflete nas condições de uso e ocupação do solo e conseqüentes repercussões sócio-ambientais.

[82] Em 1996, Curitiba passava a concentrar 60,71% da população regional, enquanto os municípios da RMC que detinham os mananciais mais importantes – Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais – somavam juntos 12,74%, ou seja, cerca de 21,0% da população curitibana. Contudo, a expansão de áreas urbanizadas e a crescente ocupação de espaços próximos aos cursos d'água alertavam para que se tomassem medidas preventivas. Em 1997, a COMEC apresentou um relatório ambiental regional que sugeria a implantação de um zoneamento ecológico-econômico em *Áreas de Proteção Ambiental* – APA's, além da criação de *Unidades Territoriais de Planejamento* – UTP's, destinadas a efetivar usos adequados, especialmente em áreas de mananciais, além de outras fragilidades ambientais, em vista das ocupações irregulares que se intensificaram na RMC. Difiniu-se ainda o ***Programa de Saneamento Ambiental*** – PROSAM da RMC, concentrado na Bacia do Alto Iguaçu, ainda em execução. Basicamente, o conceito que fundamentava a proposta das UTP'S estava na da troca do potencial construtivo por áreas de interesse público de preservação, visando controlar a densidade populacional nas áreas cuja vocação para uso antrópico limitava-se a níveis mínimos ou baixos. As UTP'S foram tratadas conforme projeto específico para cada local, tendo como objetivos gerais: assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, através do ordenamento territorial em áreas com pressão por ocupação; ampliar disciplinadamente a oferta de áreas urbanizáveis; definir áreas prioritárias para a infra-estrutura de saneamento: e proteger os vales e áreas críticas sujeitas à inundação (LIMA, 2000).

[83] Como governador eleito em dois mandatos consecutivos – de 1995 a 1999; e de 2000 a 2003 –, Lerner desenvolveu um grande programa de atração de empresas. A CIC já tinha a montadora de caminhões sueca *Volvo*. A partir de então, montadoras de automóveis como a francesa *Renault* e as alemãs *Volkswagen-Audi*, instalaram-se em São José dos Pinhais, seguidas por dezenas de subsidiárias e fornecedoras. Em quatro anos, de fevereiro de 1996 a janeiro de 2000, instalaram-se 86 indústrias em 11 municípios da RMC, sendo 10 somente em Curitiba. As implicações ambientais, sociais, econômicas e mesmo culturais desse novo perfil metropolitano foram agravadas em face das deficiências existentes há três décadas devido ao grande crescimento populacional.

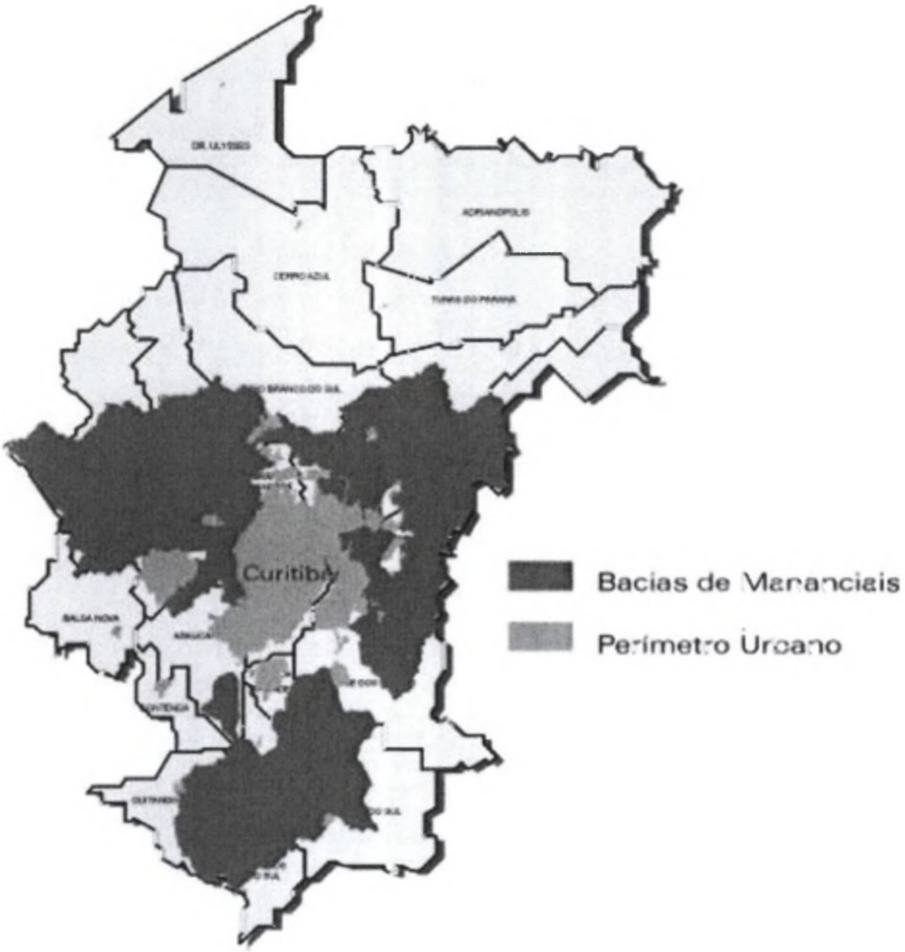


FIGURA 6.36 – Localização das *Bacias de Mananciais* na Região Metropolitana de Curitiba – RMC.
(**FONTE**: IPPUC, 2005)

A primeira gestão de Cássio Taniguchi, entre 1997 e 2000, foi marcada pelo agravamento da situação provocada pelo aumento populacional, especialmente no que se refere à ocupação irregular de áreas periféricas, passando o Município a investir na estruturação das regiões em crescimento e nos novos bairros. Diante disso, a Prefeitura descentralizou o atendimento com a criação das *Ruas da Cidadania*, que, construídas no Boqueirão, Fazendinha, Santa Felicidade e Pinheirinho, facilitariam o acesso aos serviços municipais básicos, além de servir como pólos agregadores, compostos por lojas comerciais, canchas de esportes e outras atividades. Também, programas de lotes urbanizados e autoconstrução ajudavam a combater a falta de moradias, não impedindo o aumento do número de favelas, principalmente devido à migração incessante (DUARTE & GUINSKI, 2002).

A maioria dos novos assentamentos acontecia na região Sul e os programas de habitação e urbanização procuravam corrigir a ocupação desordenada. Loteamentos como o *Santa Rita*, no Tatuquara, e o *Bairro Novo*, no Sítio Cercado, receberam cerca de 50.000 pessoas em menos de seis meses, ao mesmo tempo em que áreas anteriormente de uso rural passavam a se urbanizar rapidamente. Ademais,

> a ocorrência de sub-habitações com ocupação ilegal de terrenos públicos ou particulares torna-se ainda mais complexa, quando se sabe que a sua abordagem, por parte do poder público, é dependente da tramitação burocrática com características de morosidade e vulnerabilidade quanto a interesses de cada autoridade ou grupos de influência, implicados no caso. Não basta apenas uma entidade determinar-se a resolver casos, outros órgãos devem também agir em consonância, visando atingir o mesmo objetivo (LIMA, 2000:199).

Resultado de um amplo processo de *city marketing*, no qual vários *slogans* publicitários foram se sucedendo – os quais tinham o intuito de promover uma imagem de positividade (QUADRO VIII) –, Curitiba e sua Região Metropolitana apresentavam no final do século um quadro, no mínimo, paradoxal, uma vez que havia uma nítida discrepância entre a imagem veiculada nacional e internacionalmente e as reais condições socioambientais vivenciadas na cidade e região, sobretudo quando observado ante à realidade da urbanização brasileira. Isto conduziu à estruturação e à intensificação dos estudos da problemática ambiental da RMC, através do programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento MAD-UFPR (MENDONÇA, 2001).

QUADRO VIII – CURITIBA E SUAS IMAGENS DE POSITIVIDADE

Década	Imagem	Positividade
1970	Exemplo de planejamento urbano	Cidade polinucleada: desconcentração urbana Solução sistema transporte urbano
1980/1990	Capital do Primeiro Mundo	Eficácia do planejamento urbano Solução sistema transporte urbano Qualidade de vida urbana
1990	Capital Ecológica	Área verde/habitante Qualidade de vida urbana Eficiência do sistema transporte urbano
2000	Capital Social	Condições e qualidade de vida urbana

(**FONTE**: MENDONÇA, 2001:85)

De acordo com SÁNCHEZ (2005), a cidade de Curitiba foi transformada uma marca nacional da qualidade de vida urbana, fruto de um processo de consolidação de uma identidade socioespacial positiva frente ao país bem como a nível internacional, que se instaurou plenamente nos anos 90, mas resultou de um projeto de construção da imagem de "cidade-modelo", cujo marco inicial data de princípios da década de 1970. naquele momento, a implantação do Plano Diretor produziu mudanças profundas no tecido urbano, cujos eixos foram a determinação de um novo desenho de vias estruturais e a associação a estas de um uso específico do solo – de alta densidade habitacional ligada ao uso comercial – e um modelo de transporte coletivo através de ônibus expressos, os quais circulam exclusivamente ao longo dessas vias estruturais. Nas décadas seguintes, novas transformações urbanas se processaram, destacando-se a criação de bosques e parques urbanos, os quais foram se transformando de espaços ecológicos para parques temáticos, de uma ação coordenada a intervenções fragmentárias. Quando a realidade social não mais condizia com os propósitos enunciados, estabeleceu-se um novo paradigma para a cidade: a criação da "Capital Social".

Na década de 1990, Curitiba adquiriu um grande poder de atração em investimentos devido ao bem planejado marketing baseado na qualidade de vida, na superioridade na qualidade dos serviços e nas amplas opções culturais e de lazer[84]. Isto era amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa, como exemplo:

> A cidade de Curitiba é dona de uma lisonjeira unanimidade nacional. Tida e havida como a capital brasileira de melhor qualidade de vida, é hoje indicada por urbanistas da Onu como uma das três melhores cidades do planeta para se viver, ao lado de Roma e da americana San Francisco (REVISTA VEJA, 08.mar.1990).

Taniguchi concluiu a *Rua da Cidadania* da Matriz, utilizando a área do antigo quartel na praça Rui Barbosa, incluindo um mercado popular para absorver o comércio ambulante; e também remodelou a rua Comendador Araújo, que recebeu novo paisagismo, iluminação e postes republicanos, reforçando sua vocação para o comércio e passeio; as praças Osório e Santos Andrade; e a rua das Flores, que teve suas redes subterrâneas de água, esgoto, energia e telefonia renovadas. Na quadra entre as ruas Dr. Muricy e Marechal Floriano, implantou-se um jardim com fonte e canteiros, que visavam "humanizá-la", além da instalação de um amplo sistema de monitoramento por câmaras de vídeo para "maior segurança e tranqüilidade de seus freqüentadores". Também fizeram parte de seu programa de governo – cuja promessa era transformar Curitiba na "Capital Social" – um plano de recuperação do bairro do Rebouças[85]; uma série de intervenções em casas antigas e espaços culturais no *Setor Histórico* da cidade[86]; um incentivo maior à reciclagem de obras históricas para grandes centros de lazer e compras – como o *Estação Plaza Show*, inaugurado no final de 1997 como o primeiro *shopping* de lazer do país, transformado recentemente no *Estação Embratel Convention Center*, a partir de uma remodelação completa do projeto –; e um grande programa de emprego.

---

[84] No centro de Curitiba, ocorriam novas alterações da paisagem urbana, como a remodelação da rua Vicente Machado, na qual foi feita uma nova canalização do rio Ivo, para se combater as enchentes; e a revitalização das ruas Riachuelo e Barão do Rio Branco que, antes exclusivas do *Expresso*, voltaram a receber o tráfego comum. O novo corredor exclusivo passou a ser a travessa da Lapa, que teve duas quadras abertas até a rua Marechal Deodoro, e depois pela rua Presidente Faria, até o *Passeio Público* e avenida João Gualberto. O viaduto do Capanema, o pioneiro da cidade, foi pela primeira vez inteiramente reformado, ganhando novos arcos de apoio e instalações para um restaurante popular abaixo dele. A Prefeitura também fez um acordo com o Governo estadual para que a *Rede Integrada de Transportes* – RIT atendesse, gradativamente, a toda Região Metropolitana de Curitiba, passando a responder por mais de 80% do transporte coletivo urbano.

[85] No Rebouças, onde se instalou o primeiro núcleo industrial de Curitiba, a Prefeitura procurou direcionar a ocupação dos antigos prédios e galpões para usos culturais e de lazer, com a implantação de oficinas, bares e restaurantes. Como primeiro passo, o antigo *Moinho Paranaense*, construído nos anos 30 e desativado desde a década de 1970, foi cedido ao Poder Público pelos proprietários, em troca da cessão de potencial construtivo para a ampliação do *Shopping Mueller*, que ganhou uma passarela com esteira rolante. Na continuação da rua Getúlio Vargas, construiu-se uma nova avenida, paralela à Affonso Camargo, abrindo outro corredor de circulação entre o Rebouças e o Cajuru. A avenida Iguaçu, por sua vez, foi fechada para uma reforma, que incluía a troca de pavimentação, iluminação, galerias pluviais e paisagismo. Todas essas obras visavam consolidar um novo eixo de circulação, do Rebouças à CIC, passando pela Iguaçu e pela Conectora 4.

[86] Depois de 30 anos instalado na praça Generoso Marques, o *Museu Paranaense* começou a mudança de seu acervo para a nova sede, no *Palácio São Francisco*. O edifício da antiga *TV Paraná*, construído nos anos 70 nas Mercês, para os estúdios de televisão e sede do jornal *Diário do Paraná*, acabou abandonado, devido a disputas judiciais. Cedido ao Governo estadual pela *Caixa Econômica Federal* – CEF, foi reciclado e instalaram-se auditórios, palcos e espaços para apresentações musicais, transformando-se no *Canal da Música*, que mais tarde sediaria também a *Rádio e TV Educativa*. Ao lado da *Casa Romário Martins*, no largo da Ordem, o prédio do antigo *Museu Guido Viaro* foi restaurado e ampliado, passando a abrigar a *Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural*. Além disso, a Prefeitura terminou a construção da nova *Cinemateca*, na rua Carlos Cavalcanti, e criou o museu do escultor Erbo Stenbel, no *Parque São Lourenço* (DUARTE & GUINSKI, 2002).

> A principal intervenção urbana acontece com o programa *Linhão do Emprego*, uma avenida de 34 km, que passa por 18 bairros, da Fazendinha ao Bairro Alto, aproveitando o trajeto das linhas de transmissão de energia elétrica, [a qual visava] urbanizar a área ao longo dessa faixa e criar novos equipamentos de saúde, educação, moradias e incentivo ao desenvolvimento do comércio e da pequena indústria [Para disso, cria-se mais uma linha de *Expresso* em vias exclusivas] chamada *Circular Sul*, [que] tem itinerário de 26 km e aproveita parte das canaletas das avenidas Marechal Floriano e República Argentina, integrando-se com os sistemas do Pinheirinho, Boqueirão e Portão (DUARTE & GUINSKI, 2002:251).

Orçada em U$ 18 milhões, financiados pelo *Banco Interamericano de Desenvolvimento* – BID, essa obra começou a ser operada com 35 estações-tubo e 20 ônibus biarticulados, com capacidade de 270 passageiros cada, além da integração com 90 linhas que atendiam os setes terminais de transporte urbano da cidade. Visando monitorar os resultados do *Linhão do Emprego*, a Prefeitura montou um sistema de acompanhamento que visava apurar 105 indicadores sócio econômicos na área de atuação do programa, comprometendo-se em publicar periodicamente os resultados desse monitoramento através de um boletim, os quais permitiriam corrigir possíveis falhas e priorizar o atendimento (PMC, 1999).

Em seu primeiro mandato, diferentemente de seu antecessor, Rafael Greca, segundo ANDRADE (2001), o prefeito Cássio Taniguchi implantou apenas um parque, o *Bosque São Nicolau*, inaugurado em 4 de junho de 2000, na Cidade Industrial, próximo ao conjunto habitacional de mesmo nome e também dos três parques da região Sul – os parques dos *Tropeiros*, *Diadema* e *Caiuá* –, reforçando a má distribuição de áreas verdes naquele setor da cidade, já que criava junto aos demais um espaço praticamente contíguo, separado apenas pelo sistema viário. A exemplo dos demais anteriormente descritos, esse bosque, com cerca de 20.500 m^2 de superfície, surgiu de modo a preservar uma área de mata nativa no entorno de um córrego, tendo sido construída em seu interior uma pequena formação lacustre.

Embora tenham sido previstos mais cinco novos parques para a sua segunda gestão, de 2001 a 2004 – a qual incluiria a criação, na região Norte, do *Parque da Nascente*, no bairro Cachoeira, de modo a preservar a nascente do rio Belém, na divisa com o Município de Almirante Tamandaré; do *Parque da Vista Alegre*, em uma pedreira desativada próxima ao *Parque Tingüi*; e do *Parque do Atuba*, na divisa com Colombo; e na região Sul, a implantação do *Parque Lagoa Azul*, no bairro Umbará; e do *Parque das Quatro Estações*, na Cidade Industrial, próximo ao *Parque do Trabalhador* –, apenas o *Bosque Maria Luísa Gomm* está sendo atualmente implementado na área entre as ruas Des. Costa Carvalho, Carmelo Rangel e Francisco Rocha; e a Avenida do Batel, onde uma casa de 1906 transformou-se em centro cultural. De modo a preservar a edificação histórica, fez-se sua transferência de local, mas ainda há a necessidade de alterações viárias nas proximidades e também da implantação de mobiliário e equipamentos públicos (FIG. 6.37).

Em abril de 2000, entrava em vigor a nova *Lei de Zoneamento e Uso do Solo* de Curitiba, a qual substituía a legislação de 1975 e alterava as diretrizes de crescimento da cidade desde a implantação do Plano Diretor, em 1966[87]. Elaborada por técnicos da Prefeitura e discutida em reuniões de bairros e entidades de classe, foi aprovada pela Câmara Municipal, apesar das críticas recebidas, principalmente pelas construtoras, que tiveram de aceitar restrições em seus projetos imobiliários. Visando propiciar mais espaço entre as edificações, melhorando as condições de iluminação e insolação, especialmente nos setores estruturais – como ao longo das ruas Padre Anchieta e Visconde Guarapuava –, estabeleceram-se novos critérios para os afastamentos das divisas, os quais passaram a ser calculados em função da altura do prédio, assim como os recuos laterais e de fundos. Além disso, foi feita a revisão do zoneamento, sem contudo abandonar o tripé que ordenou o crescimento da cidade nestes últimos 40 anos: o sistema viário, o transporte coletivo e o uso do solo.

FIGURA 6.37 – Vista aérea da área de implantação do *Bosque Maria Luísa Gomm*, situado no Batel.
(**FONTE**: IPPUC, 2005)

[87] Essa lei possibilitou, entre outras determinações, que o solo criado e a transferência de potencial construtivo sejam utilizados em novas regiões, com aplicação dos recursos em habitação de interesse social. Além disso, também passou a ser facilitado o uso desses instrumentos para a manutenção de áreas verdes, permitindo-se a verticalização em áreas que mantenham 50% da cobertura vegetal. Assim, a vegetação de terrenos passou a ter potencial construtivo, o qual pode ser transferido para novas áreas de adensamento. Outra inovação foi a possibilidade de transferência de potencial construtivo em conjunto com municípios vizinhos, tendo-se em vista a conservação dos mananciais que abastecem a RMC, assim como a previsão de um anel de conservação sanitário-ambiental e a criação de novos parques, praças e espaços públicos (DUARTE & GUINSKI, 2002).

Na passagem do século XX para o XXI, praticamente toda a área do Município estava ocupada, com bairros novos surgindo através de conjuntos habitacionais e condomínios residenciais de alto padrão instalando-se nas últimas regiões de características rurais. A industrialização e a urbanização acabaram se refletindo na maior diversificação do comércio, dos serviços e dos costumes, ao mesmo tempo em que a infra-estrutura foi se aprimorando. A construção de outros grandes centros de lojas, como o *Crystal Plaza Shopping*, situado na rua Comendador Araújo, no Batel; e, mais recentemente, o *Barigüi Shopping Center*, no Bigorrilho. As novas instalações do aeroporto Afonso Pena, situado no Município de São José dos Pinhais e criado a partir de uma base militar norte-americana ali existente desde 1944, facilitaram a abertura das primeiras rotas internacionais.

Iniciando o novo milênio com 1.587.315 habitantes, segundo o Censo divulgado em 2001, no mesmo momento em que Taniguchi voltava a se eleger para uma segunda gestão, Curitiba preparava-se para novas mudanças, as quais incluíam a conclusão dos contornos rodoviários, pelos governos estadual e federal, e o estabelecimento do Eixo Metropolitano[88]; e a previsão para a implantação do metrô[89], estudo então realizado pela Prefeitura municipal. Paralelamente, o ensino superior se expandia, avançando para além da pioneira *Universidade Federal do Paraná* – UFPR, que recentemente ampliou suas atividades com um *campus* no litoral; e da *Pontifícia Universidade Católica do Paraná* – PUC-PR, que, fundada em 1959 e com sede própria desde os anos 70, no Prado Velho e um segundo *campus* em São José dos Pinhais, estendeu seu trabalho para outros *campi* no interior do Estado[90].

---

[88] Segundo os técnicos do IPPUC, a transformação do trecho urbano da BR-116 no chamado *Eixo Metropolitano* ganhou papel determinante para o crescimento da RMC, uma vez que, por muito tempo, essa rodovia desempenhava o papel de contorno ao receber todo o tráfego pesado da Região, e acabou envolvida pela malha urbana, dificultando a urbanização e as opções de tráfego interno. Com a conclusão das obras dos contornos Leste, Sul e Norte, envolvendo todos os municípios da RMC, o zoneamento passaria a prever a criação de um novo perfil para os bairros cortados pela BR-116, cujas margens, antes ocupadas por estabelecimentos de comércio e serviços voltados à área de transporte, transformar-se-iam em um novo eixo de alto adensamento. Prevê-se assim que a rodovia receba um sistema de transporte coletivo urbano de grande capacidade, acolhendo em suas margens edifícios comerciais ou residenciais de até 12 pavimentos e construções de altura livre em pontos juntos às estações do futuro sistema de transporte: "a rodovia vira avenida". Contudo, esse projeto passou a ser questionado na gestão do atual prefeito Beto Richa, eleito em 2004, cujos técnicos propõem uma revisão e mudança na concepção de que os eixos viários devam induzir o desenvolvimento por onde passam.

[89] Com os sinais evidentes de esgotamento do sistema *Expresso* – considerado satisfatório para cidades de até 1.500.000 de habitantes –, a Prefeitura iniciou os estudos do metrô que, preliminarmente, previa um modelo de superfície, do tipo *monorail*. Este funcionaria em uma pista elevada, sustentada por pilares de concreto, por onde circulariam vagões dotados de pneus. O primeiro trecho de 13 km, com sete estações intermediárias, seria implantado na rodovia BR-116, entre a CIC, no Contorno Sul, e o centro, ligando a cidade aos municípios de São José dos Pinhais, Araucária e Fazenda Rio Grande. Em uma segunda fase, o trajeto iria do centro ao Atuba, permitindo a ligação com os municípios próximos. Projetada para a praça Eufrásio Correia, a estação central do novo sistema reativaria a área ao redor da antiga *Estação Ferroviária*. A Prefeitura procurou negociar financiamentos japoneses, com a participação do Governo federal, para viabilizar a primeira etapa, mas eles acabaram não saindo e "todo o projeto foi cancelado para novos estudos" (DUARTE & GUINSKI, 2002:254).

[90] Da antiga *Escola Técnica* surgiu o *Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná* – CEFET-PR, recentemente transformado na primeira *Universidade Tecnológica* do país; e criaram-se grandes universidades particulares, como a *Universidade Tuiuti do Paraná* – UTP e o *Centro Universitário Positivo* – UNICENP, além de faculdades isoladas, a exemplo das tradicionais *Faculdade Evangélica* e *Faculdade de Direito de Curitiba*, entre outras. Em 2002, nascia a primeira grande obra do século, o *Novo Museu*, depois rebatizado de *Museu Oscar Niemeyer*, na região do Centro Cívico. Projetado em 1967 pelo arquiteto carioca para sediar o *Instituto de Educação do Paraná*, o edifício Castello Branco era ocupado pelas secretarias estaduais, sendo reciclado e transformado em museu de artes, com 30.000 m^2 e um anexo com formato de um grande "olho" de 20 m de altura.

Após quase 40 anos de planejamento urbano coordenado pelo mesmo grupo político – e mesma escola de urbanistas – Curitiba encontra-se atualmente, no primeiro ano do mandato de Beto Richa (1965-) como perfeito eleito – mas que já atuava como vice-prefeito de seu antecessor, Cássio Taniguchi –, em meio a uma série de questionamentos por parte do novo presidente do IPPUC, Clodualdo Pinheiro Junior, o qual propõe a revisão do projeto do Eixo Metropolitano e alterações significativas no potencial construtivo e leis de zoneamento da capital. Alegando não haver ainda infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento da região ao longo desse eixo – o qual foi concebido para o trecho urbano da rodovia BR-116, aos moldes do eixo estrutural Norte-Sul, traçado na década de 1970 e que, além de ser uma via de transporte, orientava o adensamento populacional à sua extensão –, a qual garantiria a construção de edifícios residenciais e comerciais em curto prazo, sua equipe sugere mudanças no potencial construtivo de uma área que engloba dez bairros – Água Verde, Fanny, Guaíra, Jardim Botânico, Lindóia, Parolin, Prado Velho, Portão, Novo Mundo e Rebouças –, compreendida entre o eixo Norte-Sul e o Eixo Metropolitano; região esta que aparece em forma de "pinhão" e na qual nasceria a "Curitiba do Futuro", como o projeto está sendo chamado.

> De acordo com o senso do IBGE de 2000, moram nestes bairros mais de 240.000 pessoas, ou 15% da população da capital [...] A idéia é possibilitar a construção de prédios mais altos, com um zoneamento único para toda esta região. Mas não se sabe ainda qual padrão será adotado [...] O mesmo projeto prevê ainda a instalação de um distrito financeiro no bairro Pinheirinho [e Capão raso], região Sul de Curitiba (LAUFER, 2005:09).

Essa proposta vem sendo bastante criticada quanto ao fato de desconsiderar a existência de uma favela, a do Parolin, uma das maiores da cidade e que se formou há pelo menos três décadas ou de restringir o planejamento da cidade a uma área confinada, abandonando a linearização que marcou o desenvolvimento urbano de Curitiba – e conseqüentemente evitou grandes congestionamentos –; ou ainda em relação a inviabilizar a idéia do eixo metropolitano que, sem incentivos, não teria como realmente se desenvolver. Entre outros projetos, a nova equipe de Richa também propõe a adequação de ruas para se criar dois anéis viários em Curitiba, cada um deles com dois sentidos. O menor foi planejado para resolver os engarrafamentos nas áreas próximas ao centro, passando pelo Champagnat, Batel, Rebouças, Alto da XV, Alto da Glória, centro Cívico e Mercês. Já o segundo anel de circulação passaria pelos bairros Boa Vista, Pilarzinho, santa Felicidade, campina do Siqueira, Água Verde, Rebouças, Alto da XV e Jardim Social (GAZETA DO POVO, 16.jan.2005).

Em 2005, constata-se claramente o fenômeno da conurbação em Curitiba, em que a cidade acaba se conectando aos municípios vizinhos, embora permaneça com seus 75 bairros, sendo os da região Norte aqueles que apresentam a melhor arborização e proximidade dos parques urbanos; e os da região Sul os que apresentam os maiores índices de crescimento e condições deficitárias de qualidade de vida (FIG. 6.38).

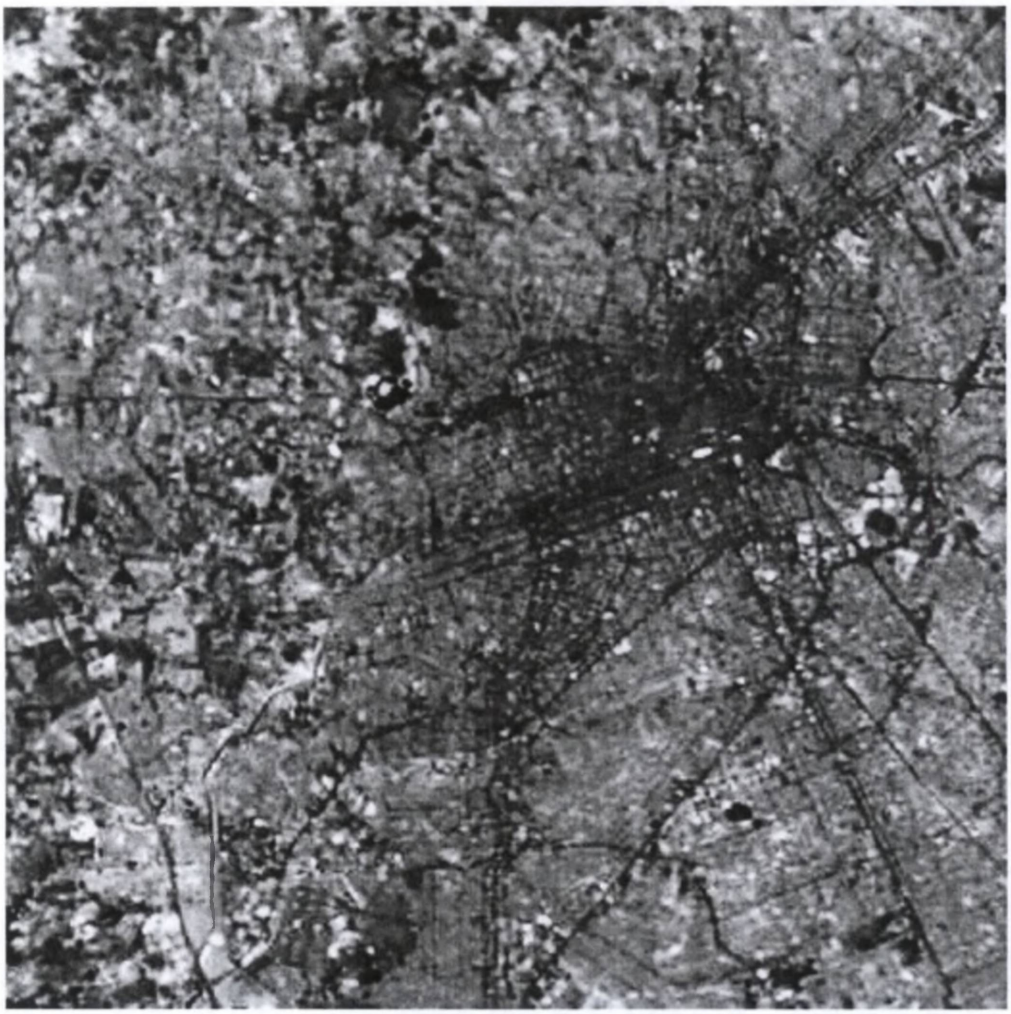


FIGURA 6.38 – Vista por satélite da região central da cidade de Curitiba em 2005.
(**FONTE**: EMBRAPA, 2005)

Além disso, a capital não conseguiu expandir para os 25 municípios vizinhos da RMC o modelo de qualidade de vida que a tornou conhecida até no exterior, como aponta o *Índice de Desenvolvimento Humano* – IDH, elaborado pela *Organização das Nações Unidas* – ONU[91]. Menos de 150 km separam o melhor IDH paranaense do segundo pior do Estado: se Curitiba está na 16ª posição no país em qualidade de vida, com o índice de 0,856, à frente dos 4.491 municípios brasileiros, Doutor Ulisses, cidade mais ao norte da RMC, aparece em 4.180º lugar, entre os 5.507 municípios brasileiros. Da mesma forma, os piores índices do Paraná – e também do Brasil – castigam Itaperuçu, Cerro Azul, Adrianópolis e Tunas do Paraná, cujos IDH não atingem 0,7 (QUADRO IX).

[91] O *Índice de Desenvolvimento Humano* – IDH consiste em um indicador usado para medir e comparar a qualidade de vida em todos os países, sendo medido pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* – PNUD, pelo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* – IPEA e também pela *Fundação João Pinheiro*, de Minas Gerais desde 1990 . Seu cálculo é feito com base em estatísticas de educação (grau de escolaridade), saúde (expectativa de vida) e rendimento (renda *per capita*). A escala varia de 0 a 1, sendo que o IDH até 0,499 indica desenvolvimento baixo; de 0,500 a 0,799 intermediário; e de 0,800 a 1 alto. No relatório de 2000, com dados referentes a 1998, o Brasil ocupava o 74º lugar entre 174 países, com IDH igual a 0,747, índice semelhante ao da Arábia Saudita.

QUADRO IX – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DOS MUNICÍPIOS DA RMC EM 2000

Cidade	Posição Nacional	IDH
0,80 ou superior		
Curitiba	16°	0,86
Pinhais	300°	0.82
Araucária	540°	0.80
São José dos Pinhais	657°	0.80
De 0,70 a 0,79		
Balsa Nova	1.022°	0.78
Campo Largo	1.200°	0.77
Quatro Barras	1.217°	0.77
Colombo	1.477°	0,76
Fazenda Rio Grande	1.503°	0,76
Campina Grande do Sul	1.547°	0,76
Contenda	1.550°	0,76
Mandirituba	1.587°	0,76
Lapa	1.756°	0,75
Piraquara	2.049°	0,74
Campo Magro	2.141°	0,74
Almirante Tamandaré	2.462°	0,73
Bocaiúva do Sul	2.632°	0,72
Tijucas do Sul	2;701°	0,72
Quitandinha	2.725°	0,72
Agudos do Sul	2.765°	0,71
Rio Branco do Sul	2.960°	0,70
0,69 ou inferior		
Tunas do Paraná	3.224°	0,69
Cerro Azul	3.242°	0,68
Adrianópolis	3.254°	0,68
Itaperuçu	3.373°	0,68
Doutor Ulisses	4.180°	0,63

(FONTE: GAZETA DO POVO, 04..set.2004:3)

Apenas três cidades contíguas à capital estão entre as 700 do país com melhor IDH. Isto porque Pinhais, Araucária e São José dos Pinhais mantêm uma estreita e dinâmica relação sócio-econômica com Curitiba, a qual construiu seu invejável IDH também graças aos municípios da RMC. De acordo com dados do IBGE (2005), cerca de 100.000 pessoas migraram para cidades do entorno de Curitiba entre 1995 e 2000. São pessoas que não conseguiram manter-se na capital devido ao alto custo dos alugueis ou por viverem em ocupações irregulares. Assim, parte do problema se transferiu para os vizinhos, mas uma parcela dessa população trabalha em Curitiba e usa seus serviços públicos. Quando a situação é inversa, a maior parte dos altos salários de grandes empresas da região acaba nas mãos de pessoas que moram em Curitiba. E, embora a cidade esteja entre as melhores do país,

> [...] há duas Curitibas bem distintas quando se restringe o IDH aos limites municipais. A Curitiba rica não vai muito além de umas duas dezenas de bairros nobres adjacentes à área central. Na média, são eles os responsáveis pelo alto índice de IDH. A outra Curitiba, que puxa o IDH para baixo, está nos extremos da capital. Ali vivem os curitibanos pobres. E eles não são poucos (KÖNIG, 2004:3).

No conjunto atual de Municípios da RMC (FIG. 6.39), os piores índices de qualidade estão em Doutor Ulisses, mas, segundo KÖNIG (2004), é na capital que está a maior concentração de miséria. Para efeito de divisão espacial do Estado, o *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social* – IPARDES inclui outros 11 municípios aos 26 da mesorregião metropolitana de Curitiba. Juntos, eles somam 128.801 famílias pobres, das quais quase 1/3 – cerca de 42.620 – estão em Curitiba.

FIGURA 6.39 – Municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba – RMC.
(**FONTE**: ARAUCÁRIA, 2005)

Se se comparam as taxas anuais de crescimento populacional com os valores do IDH, pode-se verificar que os municípios que apresentaram, entre 1991 e 2000, taxas de crescimento menores – como é o caso de Curitiba, que demonstrou uma taxa igual a 2,13% a.a.; e Campo Largo, 2,81% a.a. – também são aqueles que possuem o IDH maiores, comparativamente, por exemplo, aos municípios de Campina Grande do Sul (9,05% a.a.), Fazenda Rio Grande (8,43% a.a.) e Quatro Barras (6,82% a.a.) (LIMA, 2004). Análises desse gênero, ou seja, comparando-se as taxas de crescimento populacional com a condição financeira representada por índices como o que classifica a renda *per capita* e o IDH permitem, desta forma, visualizar quais os municípios da RMC em que é necessário e seria adequado

> o fortalecimento prioritário de ações públicas decorrentes de estratégia de desenvolvimento econômico com foco na geração de oportunidades de emprego e/ou renda; no desenvolvimento social com ênfase nas condições de vida da população como saúde, educação e formação para o trabalho; fomento ao associativismo e realização de projetos de vida, incluindo apoio aos fatores psicológicos e emocionais da população de baixa renda, como resgate de auto-estima e valores pessoais e de grupo que alavanquem posturas cidadãs (LIMA, 2004:49).

Figurando nos jornais e nas revistas especializadas do país como um dos melhores locais para se fazer negócios ou para se viver no país[92], Curitiba encontra-se em plena fase de metropolização, reunindo todas as vantagens e também todos os problemas a isto associados, tais como congestionamentos de tráfego, aumento da poluição e degradação ambiental, periferização e crescimento da violência e criminalidade (FIG. 6.40).

FIGURA 6.40 – Evolução da ocupação do solo na cidade de Curitiba PR.
(**FONTE**: SOUSA, 2005)

[92] Em recente pesquisa divulgada pela *Fundação Getúlio Vargas* – FGV, Curitiba é considerada a terceira melhor capital para se viver no Brasil. Medindo a satisfação dos habitantes de 26 capitais e do distrito Federal a partir de 12 itens analisados – entre os quais, serviços públicos, poluição e violência –, a FGV concluiu, em outubro de 2005, que Curitiba recebeu uma avaliação de 42,48% acima da média nacional; e se colocando em terceira posição, logo após Brasília DF (113,52%) e Vitória ES (62,47%); e deixando para trás cidades como Belo Horizonte MG (4° lugar, com 39,59%), Florianópolis SC (7° lugar, com 34,84%), Porto Alegre RS (8° lugar, com 34,52%), Rio de Janeiro RJ (10° lugar, com 20,50%) e São Paulo SP (11° lugar, com 18,91%). Tal *ranking* das capitais foi elaborado por meio do chamado *Índice de Condições de Vida* – ICV, o qual mede a satisfação em cada cidade, sempre na comparação com a média nacional (GAZETA DO POVO, 2005).

Conciliando redes de fibras óticas e conferências via satélite a moradores varrendo a sujeira de suas calçadas e colonos vendendo hortaliças produzidas em suas propriedades, a cidade de Curitiba preserva seu passado histórico em obras restauradas, ao mesmo tempo em que se torna audaciosa através de construções arrojadas para nosso tempo. Com um invejável índice de área verde por habitante, a qual está distribuída por várias praças, bosques e parques públicos, colhe os frutos de um processo de *city marketing* que, se trouxe inúmeros benefícios, também promoveu grande afluxo populacional que, atraído pela utopia da qualidade de vida urbana, deparou-se com problemas inerentes à maioria das metrópoles contemporâneas. Para muitos, resta ainda a pergunta se a cidade deve ou não frear seu desenvolvimento; e, se sim, como fazê-lo. Enquanto isto, permanece com sua feição predileta: a da Província com jeito de Metrópole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ALBUQUERQUE, C. DE; CARVALHO, P.; LOHMANN, S. **Guia prático de Curitiba: o melhor da cidade.** Curitiba: Tempo Comunicação & Marketing Ltda.: Chichepar, 1998. 298p.

ANDRADE, R. V. DE. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba.** Curitiba: Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2001. 129p.

CARNEIRO, D. O *Paraná na história militar do Brasil.* In: **COLEÇÃO FAROL DO SABER.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, 1995. p.100-9.

CARVALHO, J. M. DE. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil.** 4a. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1990. 168p.

COMEC – COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba: COMEC, [1978].

_____. **Parque metropolitano do Iguaçu.** Curitiba: COMEC: IPPUC, 1999.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DUARTE, O.; GUINSKI, L. A. **Imagens da evolução de Curitiba.** Curitiba: Quadrante, 2002. 288p.

DUDEQUE, I. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos.** Curitiba: Champagnat, 1995. 188p.

FARIA, A. P. **A vida de um ilustre montanhista.** [*On line*] Disponível em: <http://pensatrix.multiply.com/journal/item/37?&item_id=37&view%3Aitem=> Acesso em: 10.jul.2005.

FENIANOS, E. E. **Manual Curitiba: a cidade em suas mãos.** Curitiba: UniverCidade, 2003. 160p.

GARCEZ, L. A. **Plano Diretor da Região de Curitiba.** Curitiba: Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba – URBS, 1965.

GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba: Palavra, 1997. 168p.

GAZETA DO POVO. *Anéis podem ser solução para engarrafamentos.* In: **GAZETA DO POVO.** Curitiba: Caderno Paraná: Tudo no mapa, 16.jan.2005. p.9.

_____. *Curitiba é a terceira melhor capital para se viver.* In: **GAZETA DO POVO.** Curitiba: Caderno Brasil: Pesquisa, 28.out.2005. p.13.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 15.maio.2005.

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Diagnóstico e alternativas para o Bosque Tapajós.** Curitiba: IPPUC, 1986.

_____. **Memória da Curitiba Urbana: Escola de Urbanismo Ecológico** Curitiba: IPPUC, vol. 8, jan.1992. 97p.

_____. **Parque Barigüi: diagnóstico, alternativas, pré-zoneamento.** Curitiba: IPPUC, 1986.

_____. **Patrimônio edificado de Curitiba – Unidades de Interesse de Preservação: Definição de critérios, metodologia e legislação para proteção.** Curitiba: IPPUC, 1995.

KÖNIG, M. *IDH expõe desafios para a Região Metropolitana de Curitiba.* In: **GAZETA DO POVO.** Curitiba: Caderno Paraná, 4.set.2004. p.3.

LAUFER, F. *"Curitiba do futuro" rompe tabus do IPPUC.* In: **GAZETA DO POVO.** Curitiba: Caderno Paraná, 16.jan.2005. p.9.

LIMA, C. DE A. **A ocupação de áreas de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana.** Curitiba: Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2000.

_____. *Considerações sobre ocupações irregulares e parcelamento urbano em áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba PR.* In: **REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, Cidade e Ambiente Urbano, n. 3, 2001. p.97-114.

_____. *Multiespacialidades metropolitanas e construção social do lugar: rumos para a sustentabilidade.* In: **REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, Cidade e Sustentabilidade, n. 9, 2004. p.39-56.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** 2a. ed. São Paulo: EdUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Col. Quapá, 2003. 208p.

MARTINS, R. **Evolução de Curitiba até 1863: terra e gente do Paraná.** Curitiba: Diretoria de Geografia do Estado do Paraná: Empresa Gráfica Paranaense Ltda., 1944. 318p.

_____. **História do Paraná.** Curitiba: Guaíra, [19--].

MARTINS, W. **A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1999. 112p.

MENDONÇA, F. *Abordagem interdisciplinar da problemática ambiental urbano-metropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D da UFPR sobre a RMC – Região Metropolitana de Curitiba.* In: **REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, Cidade e Ambiente Urbano, n. 3, 2001. p.79-95.

_____. *Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da "capital ecológica".* In: **GEOUSP ESPAÇO E TEMPO.** São Paulo: Revista da Pós-Graduação em Geografia: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, n. 12, 2002. p.17987.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba.** Campinas: Papirus, 1996. 198p.

MOREIRA, J. E. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 1972.

OBA, L. T. **Os marcos urbanos e a construção da cidade :a identidade de Curitiba.** São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 1998. 327p.

OLIVEIRA, D. DE. **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba.** Campinas: Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Campinas – UNICAMP, 1995. 346p.

_____. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2000. 201p.

OLIVEIRA, M. *Perfil ambiental de uma metrópole brasileira: Curitiba, seus parques e bosques.* In: **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO.** Curitiba: n. 88, maio/ago.1996. p.37-51.

PARQUES CURITIBA.**Guia geográfico dos parques de Curitiba.** [*On line*]
Disposível em: <http://www.parques-curitiba.com> Acesso em: 09.jul.2005.

PEREIRA, M. R. DE M. **Câmara Municipal de Curitiba: 300 anos.** Curitiba: Prefeitura Municipal, 1993.

PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Gestão 1997-2000: um modelo de gestão pública.** Curitiba: Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba, 1999. 118p.

POMBO, J. F. DA R. **O Paraná no Centenário: 1500-1900.** 2a. ed.Rio de Janeiro/Curitiba: José Olympio: Secretaria da Cultura, 1980.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela comarca de Curitiba.** Trad. Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural, Col. Farol do Saber, 1995. 182p.

_____. **Viagens a Curitiba e Província de Santa Catarina.** São Paulo: Itatiaia, 1978. 137p.

SÁNCHEZ, F. *Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana.* In: **REVISTA PARANAENSE DE GEOGRAFIA.** Curitiba PR: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, n. 4, 1999. Disponível em: <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm> Acesso em: 24.jul.2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 3a. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 142p.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1996. 255p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** 2a. ed. São Paulo: Nova Cultural, Col. Os Economistas, 1997. 379p.

STELFFELD, C. *Como vivia Curitiba lá pelo abril de 1857.* In: **BIHGEP.** Curitiba: v. XLVIII, 1993. p. 225-6.

ULTRAMARI, C. MOURA, R. *Retrospectiva demográfica e simulação de tendências: RMC 1950-2010.* In: ULTRAMARI, C. MOURA, R. (Org.) **Metrópole – Grande Curitiba: teoria e prática.** Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 1994. 154p.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** 9a. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, Brasil Diferente, 2001. 359p.

XAVIER, A. **Arquitetura moderna em Curitiba.** São Paulo: Pini: Fundação Cultural de Curitiba, 1985. 270p.

FONTES DE ILUSTRAÇÕES

ARAUCÁRIA. Disponível em: <http://www.araucaria.pr.gov.br/04_arquivos/01_geral/mapa_rmc_06.jpg> Acesso em: 31.out.2005.

CURITIBA PARANÁ. Disponível em: <http://www.curitiba-parana.com/mapas-curitiba-parana.htm> Acesso em: 31.out.2005.

EMBRAPA. **CD Brasil visto do espaço.** [*On line*] Disponível em: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/pr/htm0/pr27_61.htm> Acesso em: 31.out.2005.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Instrumentos de planejamento e gestão urbana: Curitiba.** Brasília: FUA-USP: IPPUC, Vol. 05, Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano, 2002. 289p.

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/ informando/index_mapasdinamicos.htm> Acesso em:31.out.2005.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** 2a. ed. São Paulo: EdUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Col. Quapá, 2003. 208p.

MARTINS, W. **A invenção do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

PARQUES CURITIBA. Disponível em: <http://www.parques-curitiba.com/> Acesso em:02.ago.2005.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Áreas verdes.** [*On line*] Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/Servicos/MeioAmbiente/areas_verdes/parques_bosques/parque_tingui.htm> Acesso em: 31.out.2005.

RUN THE PLANET. Disponível em: <http://www.runtheplanet.com/images/photocity/photo&map/barigui.jpg> Acesso em: 31.out.2005.

SOUZA, N. R. DE. **Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos citadinos e partilha da cidade.** [*On line*] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782001000100008&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 31.out.2005.

TOTAL TRADE. Disponível em: <http://www.totaltrade.com.br/IMAGENS/PARQUE_TANGUA_8CM.jpg> Acesso em:02.ago.2005.

VIAJE CURITIBA. Disponível em: <http://www.viaje.curitiba.pr.gov.br/Abav/saladeimprensa/fotos> Acesso em: 02.ago.2005.

CONCLUSÕES

IMAGEM E CONSUMO DOS PARQUES CURITIBANOS

Antecedendo a discussão que se pretende sobre os bosques e parques públicos de Curitiba, vale destacar algumas considerações sobre a sociedade e a cultura de consumo, as quais caracterizariam a realidade social desta época, principalmente quanto aos processos que estariam na raiz da escolha de bens e serviços, como os valores, as práticas e os mecanismos de fruição e, além disto, os processos de mediação social a que presta o consumo. Parte-se do pressuposto que a expressão *sociedade de consumo* refere-se ao fenômeno contemporâneo relacionado à produção de massa (*mass production*), ocorrida nos países industrializados; e que se caracteriza pela mudança sensível dos costumes e dos valores em toda a população, promovendo a chamada *cultura do consumo*, decorrente da relativa abundância material e da necessidade crescente, por parte do sistema capitalista, de produção e consumo de bens e serviços[1].

SLATER (2002) relaciona a sociedade e a cultura do consumidor com a modernidade. Estabelece que essa cultura (*consumer culture*) é uma cultura de consumo (*culture of consumption*); e que o modo dominante de reprodução social – embora não o único – teria se desenvolvido no ocidente ao longo da modernidade, relacionando-se aos valores, às práticas e às instituições ligadas à escolha, ao individualismo e às relações de mercado. Deste modo, apresenta o que denomina de *indicadores sociológicos* dessa situação, a saber:

- A cultura do consumidor é uma cultura de consumo de uma sociedade de mercado, tendo em vista que, no mundo moderno, o consumo se tornou o foco central da vida social, passando as pessoas valerem mais pelo que têm e não pelo que são.

- A cultura do consumidor é a cultura de uma sociedade de mercado, uma vez que a maioria do que se consume está sob a forma de *mercadorias* – produtos, experiências e serviços –, que foram produzidas especificamente para serem vendidas no mercado; e cujo acesso das pessoas se dá em conseqüência da distribuição de recursos materiais (dinheiro) e culturais (gosto, estilo de vida, etc.).

- A cultura do consumidor é, em princípio, *universal* – pois todos são livres e iguais para consumir o que bem entenderem, sem qualquer restrição legal ou de *status*, desde que se tenha meios pecuniários para fazê-lo – e *impessoal* – já que as mercadorias são produzidas para um mercado de massas e não para indivíduos específicos.

- A cultura do consumidor identifica liberdade com escolha e vida íntima, uma vez que o ato de consumo é um *ato privado*, ou seja, cabe a cada um fazer as escolhas do que consumir, quanto ou como pagar.

[1] Na perspectiva marxista, a *sociedade de consumo* seria aquela dominada pelos imperativos do lucro, os quais criam necessidades falsas através da manipulação dos consumidores sem necessariamente gerar a felicidade, a satisfação ou a harmonia. Nesta concepção, o *marketing* e a propaganda passariam a ser entendidos como mecanismos menos de "vender produtos do que de comprar consumidores", como assinalam FINE & LEOPOLD (1993).

- As necessidades dos consumidores são *ilimitadas* e *insaciáveis*, o que pode ser interpretado de duas formas: como uma conseqüência da sofisticação, do refinamento, da imaginação e da personalização dos desejos e necessidades das pessoas e/ou da vontade individual de progresso econômico e social; ou como uma exigência do sistema capitalista para a sua própria sobrevivência.

- A cultura do consumidor é a forma privilegiada para negociar identidade e *status* em uma sociedade pós-tradicional, pois não existem mais instituições que têm o poder de escolher pelos indivíduos, através de leis suntuárias – que atribuíam identidade pelo próprio pertencimento a grupos de *status* pré-estabelecidos –, cabendo a cada um fazer suas próprias escolhas.

- A cultura do consumo representa a importância crescente da cultura no exercício do poder, embora exista um amplo debate sobre a real liberdade de escolha dos indivíduos ou submissão a interesses econômicos maiores que se escondem atrás do *marketing* e da propaganda (BARBOSA, 2004: 32-6).

Embora, conceitualmente, todos os tipos de sociedade – primitivas, feudais, mercantilistas ou industriais – sejam "sociedades de consumo", uma vez que todas apresentam o ato de consumo equivalente ao de usar e gastar comida, roupa, moradia, transporte, etc., a sociedade contemporânea diferencia-se pela sua forma diversa de consumir: nela, o consumo torna-se *obrigatório*. Uma das características centrais deste tipo de sociedade é a necessidade permanente de se expandir a produção, a qual passa a ser orientada de modo a responder a necessidades multiformes, freqüentemente artificiais e supérfluas. Assim, os lucros obtidos pela venda de mercadorias transformam-se em capital, o qual tem de ser investido continuamente na produção para gerar novos lucros. Ou seja, *a produção jamais pode parar de se expandir*. A conseqüência disto é a procura constante de novos mercados: vender mais para satisfazer as necessidades de uma produção sempre ampliada tornou-se uma exigência da sociedade pós-industrial.

De modo diverso a SLATER (2002), FEATHERSTONE (1995) associa a sociedade de consumo à pós-modernidade, definindo o uso da expressão *cultura do consumidor* para:

> [...] enfatizar que o mundo das mercadorias e os seus princípios estruturais são centrais para o entendimento da sociedade contemporânea. Isto envolve uma dupla perspectiva: primeiro, na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso dos bens materiais como comunicadores e não apenas utilidades; e segundo, na economia dos bens culturais, os princípios de mercado como oferta, demanda, acumulação de capital, competição e monopólio operam no interior da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias (FEATHERSTONE, 1995:124).

Vários autores concordam que essa cultura é a que comumente se chama de cultura pós-moderna, fruto do capitalismo tardio; e seria caracterizada pela saturação de signos e mensagens a ponto de que tudo na vida social transformou-se em cultura (HARVEY, 1993; JAMESON, 1997; BAUDRILLARD, 2000; LYOTARD, 2002). Para FEATHERSTONE (1995), haveria ainda três grupos de teorias relacionadas a este fenômeno: a *produção do consumo*; os *modos de consumo*; e o *consumo de sonhos, imagens e prazeres*.

No primeiro caso, entende-se a cultura do consumidor como uma conseqüência da expansão capitalista e do grande impulso trazido à produção pelos métodos tayloristas e fordistas[2].

> A necessidade de criar novos mercados e "educar" as pessoas para serem consumidores criou mecanismos de sedução e manipulação ideológicas das pessoas através do *marketing* e da propaganda. Embora saudadas por alguns como emancipadora, como levando a um maior igualitarismo e liberdade individual, a cultura do consumidor é vista por outros como desintegradora e responsável pelo afastamento das pessoas de valores e tipos de relações sociais consideradas mais verdadeiras, autênticas (BARBOSA, 2004:37).

BAUDRILLARD (2000) caracteriza a sociedade de consumo como "aquela em que o signo é a mercadoria", pois teria havido um deslocamento definitivo do valor de uso do valor de troca das mercadorias e sua associação exclusiva com o aspecto simbólico. Para ele, a atividade do consumo implicaria na ativa manipulação de signos – fundamental na sociedade capitalista –, na qual mercadoria e signo se juntaram para formar o *commodity sign*. Isto se comprova pela manipulação dos *mass media* e do *marketing*, que mostra como os signos estão livres de vinculação com os objetos particulares e aptos a serem usados em associações múltiplas. O que conduz ao universo saturado de imagens da pós-modernidade: a super-produção de signos e a reprodução de imagens levariam a uma perda do significado estável e uma *estetização* da realidade, na qual o "pastiche se torna mais real que o real, se torna *hiper-real*".

> [Na] derrocada da realidade no hiper-realismo, na reduplicação minuciosa do real, de preferência a partir de um outro *medium* reprodutivo – publicidade, fotografia, etc.– [...] o real volatiza-se, torna-se alegoria da morte, mas reforça-se também através da sua própria destruição, torna-se o real pelo real, feiticismo do objecto perdido – não já objecto de representação, mas êxtase de denegação e da sua própria exterminação ritual: hiper-real (BAUDRILLARD, 1996a:125).

A segunda visão teórica proposta por FEARTHERSTONE (1995) – referente aos *modos de consumo* – relaciona-se à lógica consumista que sinaliza para formas socialmente estruturadas pelas quais as mercadorias são usadas para demarcar relações sociais, já que, no interior da cultura do consumidor, persiste uma "economia de prestígio", em que mercadorias escassas e/ou *bens posicionais* – mercadorias cujo prestígio deve-se à imposição de uma escassez artificial de oferta – requerem investimentos em tempo, dinheiro e conhecimento para serem utilizados apropriadamente; e de forma que se consiga transferir as propriedades simbólicas atribuídas às mercadorias para si mesmo,

[2] As colocações de FEATHERSTONE (1995) em relação à cultura do consumidor dizem respeito às interpretações feitas pela *Escola de Frankfurt*, principalmente no que concerne à questão da *indústria cultural*. Nesta, ocorreria a transformação da cultura em mercadoria, a submissão dos "consumidores culturais" à lógica do mercado e à redução dos valores da alta cultura a baixos padrões, já que tudo e todos são nivelados. Além disto, ocorreria a obliteração do valor do uso em relação ao valor de troca, isto é, as mercadorias tornar-se-iam livres para múltiplas associações. Através do *marketing* e da propaganda, torna-se possível explorar imagens de romance, aventura, exotismo, beleza ou desejo a objetos comuns, como máquinas de lavar, aparelhos celulares e automóveis (MARCUSE, 1997).

enquanto categorias de pessoas, o que foi estudado, entre outros, por BOURDIEU (1979)[3] e DOUGLAS & ISHERWOOD (2004)[4].

Já o terceiro grupo de teorias proposto por aquele autor salienta a dimensão dos prazeres emocionados que estão associados ao consumo, mais especificamente os sonhos e os desejos que seriam celebrados no imaginário da cultura do consumidor, objetivos de forma particular em alguns espaços físicos de consumo, tais como *shopping centers*, lojas de departamentos e parques temáticos, entre outros que também gerariam sensações físicas e prazeres estéticos. Deste modo, denuncia-se a existência de forças contraditórias no seio da sociedade contemporânea que, de um lado, estimulam a produção e o trabalho árduo; e, ao mesmo tempo, prometem o prazer e a satisfação das necessidades e dos desejos através da superação da escassez. Embora estes excessos e desregramentos também estejam presentes em espaços de racionalidade econômica do passado – como nas feiras medievais –, para BARBOSA (2004), esta interpretação parece ser a oferecida para a esfera de prazer, do lúdico, do exótico e do novo que perpassa os espaços físicos do consumo contemporâneo. Alguns autores – entre os quais BAUMAN (1998; 1999)[5] e CAMPBELL (2001)[6] – vêm caracterizando o

---

[3] Buscando novas formas de estudar e abordar as relações sociais, BOURDIEU (1979) desenvolve a tese que enfatiza a centralidade das práticas de consumo na criação e manutenção de relações sociais de dominação e submissão. Conforme sua teoria, os grupos dominantes procurariam possuir ou estabelecer o monopólio de *bens posicionais*. Porém, a situação contemporânea desses bens é profundamente instável, com uma inflação permanente dos mesmos à medida que são comercializados para uma população maior ou sofrem queda no mercado, provocando uma corrida social constante das pessoas para novos bens a fim de conservarem distinções de *status* reconhecíveis. Neste contexto, o fenômeno da moda deve ser visto como um processo de "obsolescência cultural programada", já que, ao se disseminar pelo interior da sociedade, deixa de ser um diferencial para alguns grupos e inicia-se um novo ciclo, no qual outro produto passa a ser almejado.

[4] A teoria do consumidor de DOUGLAS & ISHERWOOD (2004), a partir de uma visão estritamente econômica, busca entender a forma pela qual as mercadorias seriam usadas pelas pessoas para estabelecer as fronteiras da relação social. Demonstra que o uso que se faz das mercadorias estaria relacionado apenas em parte ao consumo físico das mesmas – utilidade e satisfação –, sendo predominante o seu uso enquanto "marcadores sociais no interior de um sistema informacional", componente este que aumentaria na medida em que as pessoas sobem na escala social. Na opinião desses pesquisadores, as pessoas pertencentes aos extratos médios e superiores usariam a informação sobre bens e serviços para construírem pontos de contato com outros indivíduos com visões de mundo semelhantes, excluindo de seu convívio aqueles que discordariam desses pontos, como por exemplo no conhecimento das artes. Os autores comentam que, para os consumidores, o consumo é "menos um prazer em si mesmo e mais uma forma prazerosa de preencher obrigações sociais" (p.46).

[5] Para BAUMAN (1998; 1999), a característica distintiva da sociedade de consumo não é o alto grau de consumo em si, mas a desvinculação deste de qualquer função pragmática ou instrumental. As necessidades biológicas e sociais – antes circunscritas e justificadas por padrões sociais – adquiriram uma nova plasticidade e, hoje, "na sociedade do consumidor, o consumo é o seu próprio fim e por conseguinte é autopropulsor". Segundo o autor, o que impele a sociedade de consumo não é mais um conjunto fixo, delimitado e finito de necessidades, mas o *desejo* (*desire*) e atualmente, na época do capitalismo tardio, o *capricho* (*wish*). Ambos os fenômenos são essencialmente evasivos e efêmeros, os quais prescindem de justificação ou apologia em torno de um objetivo ou causa, tendo em comum a dimensão auto-referente de ambos, mas se diferenciando quanto ao grau de volatilidade. "Enquanto o desejo ligaria o consumo a dimensões de auto-expressão, gosto e classificação, o capricho caracteriza-se pela sua dimensão casual, espontânea e aleatória. Enquanto o desejo se enraíza na comparação, na vaidade, na inveja e na necessidade de aprovação, o capricho, como todos os caprichos, é infantil e inseguro. A sociedade de consumo transformou o princípio do prazer no princípio de realidade; de uma ameaça à estabilidade da vida social, transmutou-o em seu principal alicerce" (BARBOSA, 2004:46-7).

[6] Na sua análise do consumo, CAMPBELL (2001) propõe duas teses distintas. A primeira seria a de que o *romantismo* foi um dos ingredientes fundamentais na formação da sociedade de consumo moderna; e a segunda que o consumo moderno seria oriundo de uma mudança na concepção das fontes do prazer, ou seja, na estrutura do hedonismo e da subjetividade moderna. Ele caracteriza a sociedade de consumo contemporânea pela insaciabilidade dos consumidores, uma vez que, quando um desejo ou "necessidade" é satisfeito, outro já se acha à espera, em um processo incessante e ininterrupto. Não se trataria da simples permanência de um sentimento de insatisfação ou de um eterno "querer mais", mas a existência de uma insaciabilidade para com novos produtos.

consumismo contemporâneo pela emoção e pelo desejo na subjetividade dos indivíduos, o que faz com que se procure mais a gratificação dos mesmos do que propriamente a satisfação de necessidades sócio-biológicas, além de ressaltarem seu caráter individualista. Ressalta-se, além das questões de diferenciação social, principalmente os aspectos referentes à insaciabilidade de desejos e caprichos, ou mesmo, a busca incessante pelo chamado *hedonismo* que, embora tradicionalmente, caracterizava-se pelo prazer oriundo das sensações, no qual as experiências eram valorizadas ao passo que geravam prazeres, hoje

> [...] caracteriza-se pelo deslocamento da preocupação primordial das sensações para as emoções. O hedonismo moderno nos permite evocar estímulos através da imaginação e na ausência de qualquer sensação gerada a partir do mundo exterior. Esse controle ocorre através do poder da imaginação, que proporciona a ampliação das experiências agradáveis. Isso resulta não só do fato de não existirem quaisquer restrições à faculdade da imaginação, como também de que esta se encontra dentro do próprio controle do hedonista [...] É como se nos tornássemos atores, diretores e platéia dos "filmes" que criamos na nossa imaginação (BARBOSA, 2004:51-2).

Deste modo, pode-se afirmar que o consumo contemporâneo associa-se à *fantasia*, a qual não tem nenhum compromisso com a realidade e possibilidades de realização, uma vez que o sonho auto-ilusivo – o *daydream*, segundo CAMPBELL (2001) – não possui limites; ao contrário, tem uma relação de possibilidade e probabilidade com essa última. Pode-se então concluir que os produtos e os serviços consumidos hoje se transformaram em "detonadores" de *daydreams*. O desejo dos consumidores atuais seria o de experimentar na vida real os prazeres vivenciados na imaginação; e cada novo produto passaria a ser percebido como oferecendo uma possibilidade de realizar essa ambição. Contudo, como a realidade sempre fica aquém da imaginação, cada compra leva o indivíduo a uma nova decepção, o que explicaria o fenômeno de sempre se buscar novos produtos que sirvam como objetos de desejo a serem repostos. De acordo com BARBOSA (2004), deve-se observar que, desde a década de 1980, a dimensão expressiva dos produtos tem sido sempre a mais valorizada nos anúncios, com a propaganda investindo pesadamente no sonho, na aventura, no risco, na audácia, na amizade, no romance, etc., ou seja, em ingredientes essencialmente românticos. Isto pode comprovar como os anunciantes tentam convencer seus possíveis consumidores de que seus produtos seriam aqueles que melhor material forneceriam para seus *daydreams*.

De forma análoga, o *commodity sign* de BAUDRILLARD (2000), o qual enfatiza uma distorção do capitalismo pela obliteração do valor de uso e de troca dos produtos, poderia ser encarado como uma confirmação do poder e da influência do hedonismo auto-ilusivo na sociedade e no consumo contemporâneo. Isto explicaria porque, mesmo consciente das "necessidades" que o sistema artificialmente cria para o indivíduo – o que indicaria sua capacidade de crítica sobre a realidade –, ele ainda assim "compra" uma necessidade; um "sonho" vendido pelos *mass media*; uma "sedução".

Além disto, a liberdade dos signos de serem acoplados a produtos diferentes vem reforçar a idéia de que o consumismo atual revela-se mais pelas "representações" dos produtos do que por eles próprios.

> A sedução é um jogo mais inevitável, mais arriscado também, que não é, em absoluto, exclusivo do prazer; mas ao contrário, é algo diverso da fruição. A sedução é um desafio, uma forma que tende sempre a perturbar as pessoas no que se refere à sua identidade, ao sentido que esta pode assumir para elas. Elas aí reencontram a possibilidade de uma alteridade radical [...] A sedução é menos uma especulação que um jogo com o desejo. Ela não o nega, ela não é também o seu contrário, porém ela o põe em jogo [...] As aparências pertencem à esfera da sedução, que vai muito além das aparências físicas (BAUDRILLARD, 2001:24-5)

Embora geral, essa discussão preliminar sobre a sociedade e a cultura do consumo pode levar a muitas conclusões – parcialmente sintetizadas por BARBOSA (2004) no QUADRO X –, as quais podem ser aplicadas na análise a que se propõe o presente estudo, que tem como foco principal os bosques e parques urbanos curitibanos, surgidos no último quartel do século passado; e que nasceram de proposições ecológicas para se tornarem "objetos de consumo".

QUADRO X – QUADRO COMPARATIVO ENTRE A SOCIEDADE DE CONSUMO E A CULTURA DE CONSUMO

Sociedade de Consumo	Cultura de Consumo
Sociedade capitalista e de mercado	Ideologia individualista
Acumulação de cultura material sob a forma de mercadorias e serviços	Valorização da noção de liberdade e escolha individual
Compra como a principal forma de aquisição de bens e serviços	Insaciabilidade
Consumo de massas e para as massas	Consumo como a principal forma de reprodução e comunicação social
Alta taxa de consumo individual	Cidadania expressa na linguagem de consumidor
Taxa de descarte das mercadorias quase tão grande quanto a de aquisição	Fim da distinção entre alta e baixa cultura
Consumo de moda (novidade)	Signo como mercadorias
Consumidor como um agente social e legalmente reconhecido nas transações econômicas	Estetização e comoditização da realidade

(FONTE: BARBOSA, 2204:57, adaptada)

Com base nas pesquisas realizadas, que permitiram a reconstrução dos processos sociais mais relevantes da realidade da capital paranaense e de sua Região Metropolitana, observou-se que houve um desenvolvimento gradativo e contínuo até a fixação das imagens-síntese de Curitiba como "Cidade-modelo" e "Cidade planejada", em meados dos anos 70, passando pela afirmação das idéias de "Capital da qualidade de vida" e "Capital do primeiro mundo", na década de 1980, até o estabelecimento do título de "Capital Ecológica", nos anos 90 e, finalmente, "Capital Social", neste início de século. Essa positividade progressiva – resultante de um amplo planejamento em *city marketing* – pôde ser constatada no impulso do desenvolvimento econômico – embora desequilibrado – tanto da capital como dos Municípios vizinhos, resultando em pontos positivos e negativos.

O espaço da cidade adaptou-se às novas condições, atualizando-se nas atividades de produção e consumo de alto padrão, ganhando renome nacional e internacional, ao mesmo tempo em que demonstrou problemas de ordem estrutural, com um agravante na área ambiental. Se no início da década de 1990, Curitiba tornou-se destino obrigatório para os planejadores urbanos, ambientalistas e líderes municipais que visitavam a cidade para conhecer as soluções encontradas – promovidfas pelo "urbanismo ecológico" –, o quadro contemporâneo mostra uma realidade mais complexa, já que reflete questões que permeiam toda uma conjuntura de desequilíbrios e distorções, a qual encontrará na discussão pós-moderna algumas de suas referências.

Curitiba adquiriu, durante todo esse processo, grande poder de atração em investimentos, este garantido pela idéia amplamente veiculada de sua "qualidade da vida urbana", refletindo as condicionantes atuais do sistema e da política de globalização, que intensificam a descentralização de atividades e a estratégia geopolítica, fundamentais para o empresariado de grandes corporações (SANTOS, 1996; ASCHER, 1998; LEFÉBVRE, 2003; CASTELLS, 2003). Nos últimos decênios, impulsionada pelos profissionais de *marketing*, a Prefeitura Municipal cunhou, tanto no país como no exterior, a idéia de uma "Capital Ecológica" que, à medida que esta não mais condizia com o mundo vivido na cidade – principalmente por seus desequilíbrios socioambientais –, passou a adotar o título de "Capital Social". Criou-se, deste modo, um novo estímulo de atração, o que fez com que muitos indivíduos do interior do Estado e de outras regiões migrassem para Curitiba, na esteira da sua propaganda. Para isto contribuiu também o processo de industrialização paranaense, centrado na capital, que manteve e acelerou os fluxos migratórios, além de induzir o crescimento dos Municípios na área conurbada de toda a RMC (SÁNCHEZ, 1997; LIMA, 2000).

Constata-se que esse "triunfo da imagem sobre a substância" (HARVEY, 1993; JAMESON, 1997; BAUDRILLARD, 2001a) em Curitiba, no qual os instrumentos de comunicação social veiculam informações e símbolos – cuja abrangência extrapola os limites territoriais –, que acabam por suplantar a realidade, revestindo-se da força de verdades, caracteriza o quadro da pós-modernidade. Ao mesmo tempo, as diversas ações fragmentárias das últimas gestões administrativas, as quais criaram uma imagem espetacular da cidade, reforçando a estética do ócio, são elementos identificáveis do mundo pós-moderno, onde a arquitetura e o urbanismo passaram a adquirir novas obrigações, entre as quais a de expressar a "identidade" dos lugares; intensificar "laços emocionais" entre homem e seu ambiente; ou ainda criar marcos urbanos, em que a centralidade da forma tornou-se mais importante que a efemeridade dos espaços criados (PORTOGHESI, 2002).

O idealismo modernista expresso pelo lema de que *form follows function* ("a forma segue a função") – estatuto que guiou a ação dos projetistas por décadas – vê-se neste momento substituído pela idéia de que a forma segue o "gosto", a "memória" ou a "moda"; reduzindo o fazer arquitetônico a um conjunto episódico de imagens "vazias" que, na opinião de BAUDRILLARD (2000),

reveste-se de pura *obscenidade*[7]. Tomando os argumentos de BAUDRILLARD (1991), ARANTES (2000) acrescenta que uma imagem que apagou a sua relação com o outro é, nesta exata medida, hiper-real: por assim dizer, mais visível que o próprio visível; sendo a sua hiper-realidade a *simulação*.

> Embora todo esse processo se prenda ao aparato tecnológico dos mídia, a experiência dessa alucinação, que é a substituição das coisas por imagens, se dá em todo o momento; por exemplo, na presença de um simples manequim hiper-realista – quem não sentiu, diante desses simulacros de poliéster, pergunta Jameson, a realidade do mundo à volta oscilar por um breve instante de dúvida e hesitação? A figura hiper-realista é imagem ao quadrado, daí o halo de irrealidade que instaura à sua volta; o simulacro ao mesmo tempo simula e anula a sua referência, pois é uma espécie de cópia idêntica de um original inexistente. Mas a intensificação desse efeito deriva da reprodução técnica indefinida da cópia, cujo original se perdeu sem deixar rastro. Esse o segredo da imagem publicitária (ARANTES, 2000:50).

O processo de *city marketing* pelo qual Curitiba foi submetida transformou seus elementos urbanos, mais especificamente as ações propostas pelo planejamento da cidade por mais de 30 anos – destacando-se a reformulação do sistema de transporte coletivo, a implantação de áreas verdes públicas e a implementação de programas ambientais, relativos à reciclagem do lixo e à educação ambiental – em protagonistas publicitários de uma ampla campanha, a qual objetivava acima de tudo a afirmação de uma imagem positiva de sua sociedade e administração pública, elementos fundamentais na lógica do capitalismo tardio.

> Levado ao extremo, o consumo circunstancial e transitório destes espaços, associado à incessante chegada de "novidades", transforma alguns [...] em pastiches, clichês superficiais de uma idéia de cidade. Notamos que o projeto de "lançamento" de cada novo "produto" urbanístico costuma ser minuciosamente planejado. O objetivo é precisamente diferenciá-lo de outros produtos em circulação para conquistar ampla adesão social. Com evidentes conexões entre sociedade de consumo e uma nova concepção de cidadania, o cidadão é confundido com consumidor e, por sua vez, a cidade com o mercado (SÁNCHEZ, 2005:6).

Condizente com a efemeridade constatada na sociedade de consumo, esse ritmo de "lançamento de novidades" que caracterizou Curitiba por décadas, ao se transformar em rotina da cidade, passou a fazer parte do imaginário dos cidadãos, que esperavam com ansiedade os "produtos" e recebiam com curiosidade as inovações, com uma aparente aprovação consensual das mesmas. Segundo SÁNCHEZ (1997), a forma como os novos espaços, equipamentos ou serviços curitibanos eram apresentados comunica o caráter dos mesmos como marcos representativos, espetacularizados, da "cidade que não para de inovar".

---

[7] Segundo esse autor, na *Era do Simulacro*, em que o antigo sistema de objetos esvaziou-se em seus sentidos, tudo é exposto, "votado nu, sem segredo, à devoração imediata". Neste palco desativado e obsoleto, o sujeito vê-se mutilado, pondo em claro-e-escuro o seu drama. Hipervisão de uma hiper-realidade, a paisagem torna-se obscena (*ob-cena*), ou seja, ocorre a obliteração da cena: não há mais espetáculo nem cena, entendidos como promessa de significação. Portanto, uma obscenidade que não tem nada mais a ver com o jogo de esconde-esconde da libido e do recalque, mas que exprime justamente o contrário: a extroversão do consumo explícito, da exposição plena, que cega ao invés de seduzir. "A obscenidade é o reino chapado da superfície" (ARANTES, 2002:269).

Nesses termos, insere-se a questão dos bosques e parques públicos curitibanos, os quais, embora tenham nascido de justificativas preservacionistas e ambientais, tiveram seu caráter modificado ao longo de sua implantação. Na década de 1970, quando o movimento ecológico afirmava-se em todo o planeta, através de ações governamentais e programas que não escondiam seus pressupostos utópicos de "reaproximação" do homem à natureza, através de uma *ecotopia* que se instalava no imaginário de praticamente toda a população mundial – expressa categoricamente nos movimentos ambientalistas, no *Back-to-the-land Movement* e no eco-anarquismo –, apareceram em Curitiba as primeiras manifestações de reserva de áreas verdes livres, impulsionadas por preocupações de proteção a áreas sujeitas a inundações e também de conservação de porções de mata nativa.

Como se sabe, o objetivo principal do *planejamento ambiental* – termo que começou a se popularizar a partir da década de 1980, principalmente com a divulgação, por parte de organismos internacionais, dos resultados dos inventários sobre as condições ambientais do planeta – é atingir o "desenvolvimento sustentável" da espécie humana e seus recursos, ou seja, dos ecossistemas rurais e também dos urbanos: as cidades e as redes urbanas – , minimizando os gastos das fontes de energia que os sustentam e os riscos e impactos ambientais, sem prejudicar ou suprimir outros seres da cadeia ecológica da qual o homem faz parte, ou, em outras palavras, procurando manter a biodiversidade. Esse tipo de planejamento pressupõe três princípios de ação humana sobre os ecossistemas, os quais podem ser combinados em diversos níveis: os princípios da preservação, da recuperação e da conservação do meio ambiente (FRANCO, 2001).

Procura-se tentar compatibilizar o descompasso entre região e economia, já que nem sempre espaços ecológicos devem corresponder a espaços econômicos, mas se deve pensar pelo menos em possibilidades de sobrevivência mínima de unidades territoriais em situações emergenciais. Os estudos de *urban planning* ou planejamento urbano decorrentes desta postura privilegiam, entre outros pontos, a *existência de espaços verdes*; a estruturação urbana segundo as zonas de uso; o controle de gabarito e de volumetria dos edifícios; e, principalmente, o estabelecimento de *planos diretores* que substituiriam os códigos de obras ultrapassados. Os planejadores de Curitiba aprenderam muito bem essa lição, transformando a cidade em "modelo" nacional e internacional, em especial no que se refere ao seu sistema integrado de transportes e ao quadro invejável da quantidade de área verde por habitante, amplamente divulgado pelos *mass media* quando da sua constatação.

Em meados dos anos 80 e, principalmente, 90, essa ação "verde" foi captada pela iniciativa pública que, em associação ao capital privado, transformou a utopia ecológica em instrumento de investimento e lucro, associado ao poder do *marketing* e à afirmação de uma "nova forma de administrar a cidade" – um urbanismo auto-proclamado como "ecológico" –, técnica e eficientemente colocada em prática. A paisagem da cidade passou a ser vista como um conjunto de fragmentos, verdadeiros episódios de "sucesso" que consistiam em "mercadorias" na vitrine urbana.

Conforme SÁNCHEZ (1997; 2001), a veiculação das imagens sintéticas de Curitiba acabou por intensificar a idéia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços modernizados, sugerindo implicitamente uma "vida de classe média" para todos os cidadãos, do que se conclui que os parques tornaram-se símbolos de um lazer por vezes elitizado e até mesmo "artificial", já que em muitos casos não seriam mais os elementos naturais os protagonistas e pólos atrativos da população, mas os objetos "estetizados" e criados em cima de concepções cênicas, celebrativas de um mundo espetacular.

Essa difusão de valores e modos de vida próprios da burguesia contribuiu para a consolidação da representação da vida urbana construída com base na imagem de uma ordem harmoniosa e sem conflito. Estudos acerca do uso social dos espaços públicos de renovação em Curitiba mostraram, por sua vez, uma forte afluência das camadas médias e uma composição social bastante seletiva nos mesmos, particularmente nos novos espaços culturais (SÁNCHEZ, 1997). Freqüentemente, essas formas de uso respondem a valores culturais associados ao estilo de vida das camadas médias: o espaço verde – assim como as idéias de "lazer" e "saúde" a ele associadas – é consumido como outro produto qualquer e para intensificar esse consumo as municipalidades, através do *marketing*, utilizam-se de mecanismos de sedução associados à oferta do produto-espaço, promovendo uma identificação mútua entre este projeto de cidade e essa classe, já capturado pelo olhar da literatura que espelha "o conservadorismo pós-moderno do cidadão curitibano":

> [...] nesta cidade fortemente oficial o que não se integra pela mídia não se converte em notícia, não aparece e, portanto, não existe [...] vive-se a estreiteza do dia-a-dia, com a trivialidade de indivíduos podados em sua auto-afirmação (TEZZA, 2001:5).

Como intermediários entre a população e a cidade, os meios tecnológicos de informação e comunicação, não mais informam sobre a cidade, mas acabam por refazê-la à sua maneira, através da sua hiper-realização. Em um fenômeno que BAUDRILLARD (1996b; 2001a) chama de "crime perfeito" – já que ocorreria o assassinato do real, do qual não sobram nem a vítima nem os vestígios do crime –, as imagens substituem a realidade. Porém,

> [...] la imagen no puede imaginar lo real, ya que ella misma lo es. Ya no puede soñarlo, ya que ella es su realidad virtual. Es como si las cosas hubieran engullido su espejo y se hubieran convertido en transparentes para sí mismas, enteramente presentes para sí mismas, a plena luz, em tiempo real, en una trascripción despiadada. En lugar de estar ausentes de sí mismas, en la ilusión, se ven obligadas a inscribir-se en los millares de pantallas de cuyo horizonte no sólo ha desaparecido lo real, sino también la imagen. La imagen ha sido expulsada de la realidad (BAUDRILLARD, 1996b:15).

Diante dessa "holografia", a utopia ecológica vê-se transformada em objeto de consumo e os parques passam a se tornar meros coadjuvantes desse "espetáculo" em que se tornou a cidade (DEBORD, 1997a), na qual não existem mais contradições, desequilíbrios ou problemas sociais; e em que cabe aos indivíduos o papel de mera contemplação – a platéia que, ao assistir o espetáculo, supõe-se participativa –, quase que como anestesiados pelo sentimento de orgulho e de pertencimento

a essa cidade que ostenta o título de "Capital Ecológica". Nesta relação de fascínio do espectador com o "objeto-imagem", estabelece-se um regime de cumplicidade, no qual não se percebe que quanto mais se se submete, mais se instala o estado de torpor, o qual gera a dependência. A condição de "ser" confunde-se com a de "estar" ou de "parecer ser" e; na *sociedade do espetáculo*, denunciada pelos situacionistas, os habitantes da cidade tornam-se meros espectadores passivos.

Para LUCCHESI (2005), o ideário que há algumas décadas vem entronizando a sociedade do espetáculo parece representar a forma mais apurada dos mecanismos de controle, provocando, em larga e progressiva escala, a multiplicação do "olhar ingênuo". Este, educado para a "leitura superficial" do mundo, vê as imagens a partir de um recorte ideológico, imediatamente legitimado em verdade, sem perceber que tudo é objeto de uma técnica de edição. Na "cultura do espetáculo", desta forma, o momento vale por si mesmo, sem deixar resíduos, o que faz dela um antídoto natural contra a memória. Presa ao imaginário condicionado e dirigida pelos apelos sedutores da imagem, a sociedade de consumo vai gradativamente sendo induzida à assimilação do ideário construtor da sociedade do espetáculo, descrita por DEBORD (1997b) de forma contundente:

> [...] a imbecilidade acha que tudo está claro quando a televisão mostra uma bela imagem, comentada com uma mentira atrevida. A semi-elite contenta-se em saber que quase tudo é obscuro, ambivalente, "montado" em função de códigos desconhecidos. Uma elite mais fechada quereria saber a verdade, difícil de distinguir com clareza em cada caso particular, apesar de todos os dados reservados e de todas confidências de que ela dispõe. Eis por que ela gostaria de conhecer o método da verdade, embora para ela esse gosto se revele, em geral, azedo (DEBORD, 1997b:214).

Desde meados da década de 1970 e, principalmente, 1980, a partir da composição dos movimentos ecológicos com outros movimentos sociais, a questão ambiental ultrapassou o preservacionismo e o conservacionismo, passando a englobar aspectos da qualidade de vida, inclusive no Brasil. Definindo *meio ambiente* como os bens da natureza não passíveis de apropriação privada e de cujo acesso ninguém poderia ser excluído – uma vez que deles dependeria a vida das populações e dos diversos grupos sociais –, o pensamento ecologista recente transformou esses bens em objetos de diferentes interesses e disputas, o que resultou em várias propostas de uso, muitas vezes conflitantes entre si (CARVALHO & SCOTTO, 1995; BOFF, 1999). A problemática ambiental tornou-se igualmente social; e vários setores do movimento ambientalista viram-se articulados com as lutas democráticas, buscando a implantação de um novo modelo de cidadania que incluísse, além dos direitos políticos, os direitos a um meio ambiente saudável e equilibrado[8] (FUKS, 1992; BENJAMIN, 2001; CAVALCANTI, 2001; BOEIRA, 2005).

[8] BAUDRILLARD (2000) ressalta que o "direito ao meio ambiente" – novidade nos direitos "conquistados" – assim como o direito à saúde, ao espaço, ao lazer etc. – deve ser compreendido a partir do momento em que já não há mais saúde, espaço e lazer para todos. Desta forma, surgem novos direitos sociais que, como *slogans*, servem como sinais distintivos e de privilégios de classe: "o direito ao ar puro significa a perda do ar puro, sua transformação em mercadoria e sua redistribuição de forma desigual" (p.57).

As *ecotopias* – ou utopias ecológicas –, ao enfatizarem a dimensão ambiental das lutas pela democracia e cidadania, fizeram se vislumbrar as possibilidades e as dificuldades de articulação entre elas, o que gerou inúmeros conflitos, uma vez que as questões ligadas à preservação ambiental geralmente são vistas como limitantes dos ritmos de desenvolvimento e da geração de empregos, colocando em cheque muitas questões, sendo uma das principais a do consumo. Ao mesmo tempo, de acordo com PONTILHO (2005), a crítica ecológica ao modo de produção da sociedade industrial acabou identificando, no progresso tecnológico, a exacerbação da heteronomia em detrimento da autonomia[9], a qual representaria a base para a constituição de uma *sociedade democrática*. Hoje, não somente se deve rever as posturas individuais em relação à natureza, mas também as formas de convivência com ela e entre si; de relacionamento com o outro, redefinindo as diretivas que conduziram à massificação e na conseqüente transformação do homem e da natureza em mercadorias.

Da mesma forma que a massificação pode ser decorrente da aceitação sem crítica dos valores impostos pelo grupo social, também é verdade que a vida autêntica só pode ocorrer *na* sociedade e *a partir* dela (SARTRE, 2003). Aí reside justamente o paradoxo de nossa existência social, pois o processo de humanização se faz pelas relações entre os homens; e é dos impasses e confrontos dessas relações que a consciência de si emerge lentamente. O homem move-se continuamente, entre a contradição e sua resolução. Cabe a si a preocupação constante de manter viva a *dialética*, a contradição fecunda de pólos que se opõem mas não se separam, pela qual, ao mesmo tempo em que é um *ser social*, também é uma *pessoa*, isto é, tem uma individualidade que o distingue dos demais.

Portanto, está na sociedade a condição da alienação e da liberdade do ser humano, ou seja, a condição para o homem se perder, mas também de se encontrar. Esses temas dominaram o existencialismo da segunda metade do século XX, aceitando o desafio de Nietzsche e tentando confrontar um universo sem Deus, mas nunca estiveram tão atuais como hoje, quando se vive o ápice da "espetacularização" da vida e da "mercantilização" do mundo. Todos os existencialistas – de Kierkegaard a Sartre; de Camus a Merleau-Ponty – tentaram encontrar uma base para os valores em um mundo sem significado objetivo e sem metas ou finalidades próprias. E procuraram encontrar maneiras de descobrir ou de criar um sentido para as vidas transitórias dos indivíduos que não têm vida depois da morte. Hoje, esses pressupostos parecem ecoar cada vez mais fortes.

> A "estetização do espetáculo", ao produzir o apagamento da memória, institui a noção de que tudo é perecível, inclusive o próprio eu. A ordem do sujeito, por conseguinte, se torna refém da grade imaginária, produzindo no indivíduo um estado de predisposição à delegação do que seria a instância íntima e

[9] Segundo CASTORIADIS (1982), a autonomia seria, no campo individual, o domínio do consciente sobre o inconsciente, ou seja, a auto-regulação, em oposição à heteronomia, regulação pelo outro, aqui entendido também no sentido de inconsciente, o " outro em mim". No campo social, a compreensão da autonomia pressupõe que a existência humana seria uma existência de muitos, ou seja, uma existência social e histórica tornando possível a concepção de uma *liberdade sobre outra liberdade.* Para o autor, "não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva" (p.129).

> intransferível do seu desejo. A máxima sartreana ("Existo; logo sou") se transforma no apologético delírio tecnológico: "A Internet existe; logo vivo" (LUCCHESI, 2005:6)

Coube aos existencialistas afirmarem que se deveria buscar sentido na sua própria existência, ou ainda, significado nas coisas que existem; fatos "concretos" da realidade (SARTRE, 2003). Contudo, esta "sociedade espetacularizada" tem exposto um mundo onde a imagem que o mostra é para ser fruída pelo que ela é, ou melhor, destituída de qualquer carga de significação. Uma das "armadilhas" do real parece ser o fato de, à sofisticação dos recursos tecnológicos, corresponder a simplificação máxima do "ato interpretante" (VIRILIO, 1994). O sistema parece sugerir não haver lugar para o sentido oculto por detrás da imagem, veloz e estonteante, preconizando uma apreensão superficial de todos, manipulados pela frenética produção, mas compensada pelo delirante consumo e anestesiada pelo torpor do espetáculo.

No mundo pós-moderno, a noção do universo – principalmente depois de Popper, Kuhn e Feyerabend –, tornou-se fragmentada, simultânea e incerta, o que faz com que não se questione onde está ou se há algum sentido. Vive-se com pressa e toda a publicidade seduz a todos através da montagem de "super-lares"– o não-social com conforto e tecnologia –; ou de "hiper-cidades", nas quais a pressa é pretexto da superficialidade e o ritmo acelerado reduz qualquer possibilidade de reflexão, ou seja, de busca de um "sentido". Hoje, o consumo passou a funcionar como um miraculoso dispositivo de objetos e sinais para atrair a felicidade, referência absoluta que equivale, talvez, à própria salvação (BAUDRILLARD, 2000)[10].

> As notícias surgem e se auto-consomem, segundo a lógica consenso/conflito [...] As imagens do mundo nos são familiares e nem sabemos o motivo. Elas tapam o vazio dos imaginários ao se colocarem como a alteridade da humanidade [...] A consciência ecológica é encarnação da natureza desaparecida do mapa e simulada no devir deste planeta (MARTINS, 2005:4).

Nas cidades, a natureza e seus elementos estão ocultos pelo intenso processo de urbanização; e os indivíduos têm deles apenas uma visão "rápida", superficial e idealizada, tanto em relação à sua brutalidade – do ambiente da selva ou da floresta – como de lugar para o descanso, o ócio e o lazer. Incorporando uma imagem construída da "natureza", os lugares, os territórios e as paisagens passaram a ser "vendidos" como amenidades, quando são apenas uma contemplação fugaz do mundo natural, ou seja, uma mercadoria a ser consumida, por exemplo, pela família que busca paz

[10] O mito da felicidade tornou-se mensurável através do bem-estar dos objetos, do conforto e dos signos. Paralelamente, excluiu-se da sociedade de consumo a felicidade enquanto fruição total e interior, que não precisa de signos e provas para manifestá-la. A felicidade distanciou-se da "festa coletiva", fundando-se nos princípios individualistas garantidos pela *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que reconhece, para cada indivíduo, o direito à "felicidade". Entretanto, se as condutas do consumo seriam, aparentemente, orientadas e dirigidas para o prazer, corresponderia a um desvio do desejo, já que o consumo não acontece em função do prazer, mas sim em função da produção. Esta função não é individual, mas coletiva e imediata. Contrariando a hipótese de que o consumo definir-se-ia como voltado exclusivamente ao prazer, BAUDRILLARD (2000) diz que o sistema de consumo estabelecer-se-ia a partir da recusa da fruição – ou recusa do prazer –, que deixa de aparecer como finalidade, como autônomo.

em um final de semana ou pelo turista que procura fotos para preencher seus álbuns de viagem. Além disto, os bosques e parques urbanos de Curitiba revestiram-se nas duas últimas décadas de valores e significados que, entre vários, passaram a fazer uma apologia à formação multicultural da sociedade curitibana, homenageando etnias através de uma suposta receptividade e miscigenação em seu seio; e a promover um estreitamento com o mundo natural, através de reservas de mata preenchidas de equipamentos festivos e espetaculares, verdadeiras embalagens, bastante "vistosas", da igualmente suposta "consciência ecológica".

Obviamente, é inegável a importância que essas áreas verdes desempenham nas funções de promover o convívio social, a espiritualidade, a visitação turística ou o contato mais próximo com a natureza dentro da cidade; funções estas tão caras às metrópoles contemporâneas. Porém, como evitar que seus pressupostos ecotópicos esvaziem-se completamente? Se é do pensamento utópico que se retira toda a inquietação ou os elementos para a transformação do real – como mostrou todo o estudo sobre sua evolução até os dias de hoje –, como seria possível resgatar essa chama, não a deixando enfraquecer ou mesmo se apagar? Como desta utopia ecológica fazerem nascer novas utopias?

Sartre já dizia que "uma idéia antes de ser realizada se parece estranhamente com a utopia". É desse ponto que nasce uma esperança que nutre o presente estudo, o qual não se pretende estar preso ao mero denuncismo, mas buscar uma válvula de escape na própria essência das utopias, ou seja, na sua inesgotável força de se restituírem como tal. Apesar de algumas idéias utópicas terem sido eventualmente realizadas, não faz parte da natureza da utopia ser realizada: seu contato com o real e conseqüente "esvaziamento" conduz impreterivelmente a novas utopias.

> [...] A utopia é a metáfora de uma hipercarência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível. Paradoxalmente, o que é importante nela é o que nela não é utópico. As duas condições de possibilidade de utopia são uma nova epistemologia e uma nova psicologia. Enquanto nova epistemologia, a utopia recusa o fechamento do horizonte de expectativas e de possibilidades e cria alternativas; enquanto nova psicologia, a utopia recusa a subjectividade do conformismo e cria a vontade de lutar por alternativas (SOUSA SANTOS, 2005:324).

Deste modo, da constatação dos fenômenos de "espetacularização" e de "mercantilização" dos parques curitibanos surge – ainda – uma nova utopia: a de seu uso e apropriação; lugares do encontro, mas também do confronto, em que todos se vêem e também são vistos, indistintamente quanto a sexo, cor, credo ou situação sociocultural. De cenários vazios, tornam-se palcos de novas socialidades, nas quais os indíviduos deixam de ser meros espectadores de uma paisagem criada pelo outro para se tornarem agentes de sua transformação e também de si próprios. E, de uma ótica tão familiar aos situacionistas, resnascem como espaços da transgressão, da arte e da vida, despindo-se de todos os silêncios e silenciamentos a favor de novas perspectivas; novos deslocamentos sobre si próprios em uma verdadeira heterotopia (FIGS. I e II).

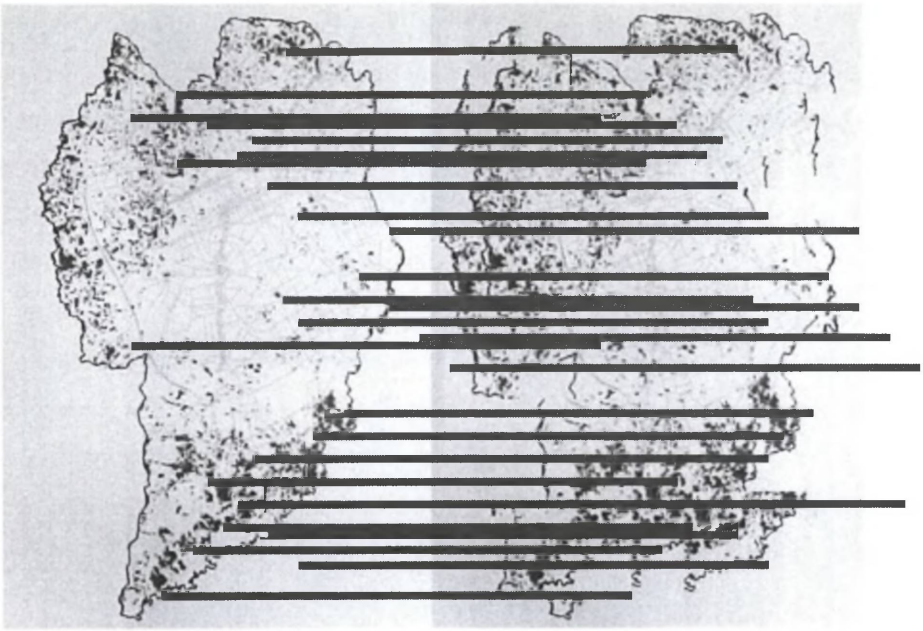


FIGURA I – *Áreas verdes de Curitiba*: interpretação neosituacionista.
(**FONTE**: DO AUTOR, 2005)

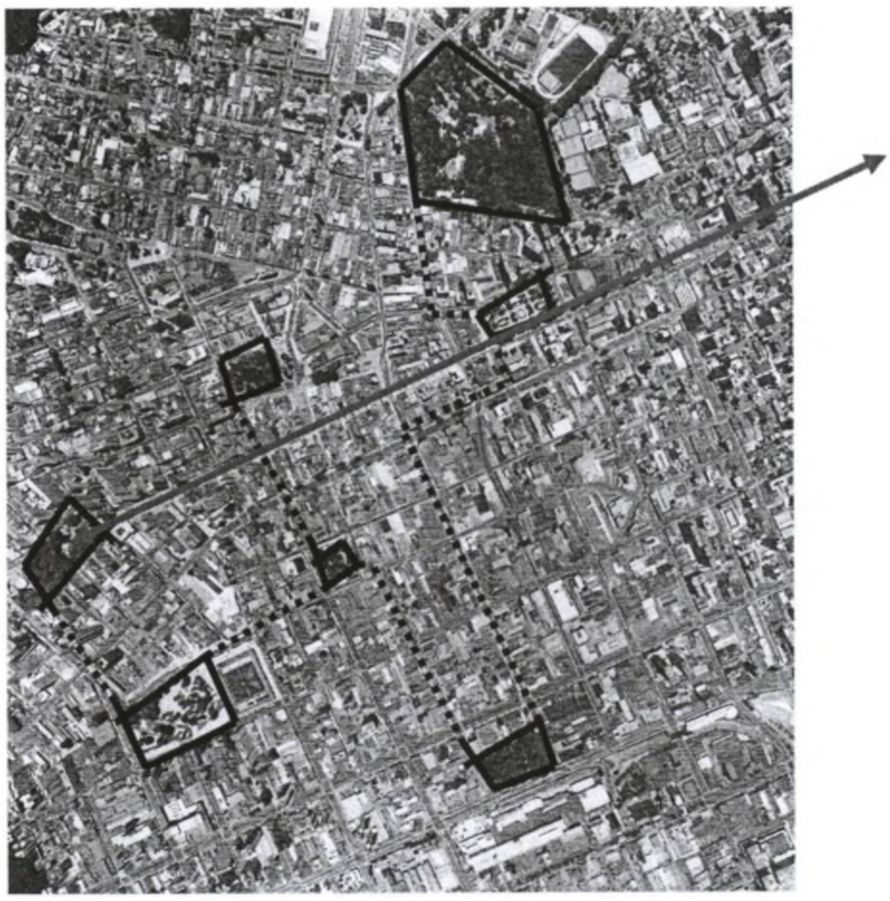


FIGURA II – *Percurso ecotópico pelo centro curitibano*: interpretação neosituacionista.
(**FONTE**: DO AUTOR, 2005)

Não se deve abrir mão do otimismo de Bonaventura de Sousa Santos, segundo o qual "ser utópico é a maneira mais consistente de ser realista no final do século XX" (SOUSA SANTOS, 2000:02); e cujos escritos pertencem à corrente pós-moderna que encara os avanços recentes da ciência – em especial, a *teoria do caos* – como uma mudança epistemológica importante para as ciências sociais. Ele fala a respeito de uma "experimentação social com formas alternativas de sociabilidade", na medida em que a experiência com estas, uma vez concluída, tornar-se-ia mais credível para grupos sociais mais amplos, acabando por conquistar mais adeptos dispostos a renová-la e ampliá-la; aumentando assim o seu "auditório relevante". Ele propõe-se a desenvolver epistemologias e teorias sociais que bloqueiem a proliferação da "razão cínica" e que alimentem o inconformismo contra a injustiça e a opressão, permitindo por fim reinventar os caminhos da emancipação social. E, para subverter a hegemonia de que ainda usufruem a ciência e o direito modernos, recorre a uma tradição marginalizada de modernidade: o pensamento utópico (SOUSA SANTOS, 2001).

SOUSA SANTOS (2001) insere essa discussão de forma crítica na perspectiva de um contexto de transição paradigmática[11], apresentando-se ciente, portanto, dos riscos e desafios da pós-modernidade e compatibilizando-se com uma perspectiva de oposição e ruptura utópica, que se pauta na práxis do "conhecimento-emancipação" e da solidariedade. Para ele, hoje

[11] Atualmente, a palavra *paradigma* tem sido largamente empregada, muitas vezes indistintamente nos campos científico, social e ambiental. Seu sentido original foi formulado por Thomas Kuhn (1922-) em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), sendo aplicado ao estudo da evolução da ciência e constituído de três elementos: os problemas considerados como resolúveis, o tipo de respostas válidas e os métodos admitidos como efetivos. Este quadro de elementos constituía o referencial maior para a própria ciência, indicando as entidades e as categorias aceitas como "reais". Quando apreende um paradigma, conforme GOMES (2005), um pesquisador adquire, ao mesmo tempo, teoria, métodos e normas, quase sempre em uma mescla inseparável. Já um cientista maduro não precisa se preocupar em justificar o uso dos conceitos, pois isto não suscita dúvidas no marco de referência do próprio paradigma. Por sua vez, uma mudança de paradigma, nunca pacífica, é provocada pelo surgimento de anomalias; ou pela violação de expectativas geradas no âmbito do paradigma e que não são explicadas pelos instrumentos que oferece. O processo de mudança afeta a estrutura da comunidade científica, implicando o desaparecimento gradual de um dos grupos em confronto, devido à "conversão" de alguns de seus membros ao novo paradigma (KUHN, 1995). Uma crítica a Kuhn, segundo o mesmo autor, foi que sua proposta sobre o estudo da evolução da ciência, tomando por base os conceitos de paradigma, anomalias e revoluções científicas, ficou restrito ao campo interno da própria ciência. Ou seja, ainda que sua contribuição tenha sido valiosa ao submeter a concepção positivista da ciência a uma crítica radical – ao reduzir o estatuto da invenção, validação e refutação de teorias científicas ao âmbito interno da própria comunidade científica –, não problematizou a existência de conflitos no seio da sociedade, nem o papel dos cientistas nesses conflitos, oferecendo margem muito pequena para uma crítica social da ciência e a sua conexão à processos sócio-políticos mais amplos. Mais tarde, o físico Fritjof Capra (1939-) tomou de Kuhn a definição sobre paradigmas e a ampliou da ciência para o âmbito da sociedade. Um paradigma social seria "um conjunto de conceitos, valores, percepções e práticas, compartidos por uma comunidade, que forma uma visão particular da realidade, o que a sua vez determina a própria forma de organização da comunidade". É importante destacar a dimensão comunitária: uma pessoa pode ter uma perspectiva global, mas o paradigma há de ser compartilhado no interior da comunidade. Hoje em dia se pode dizer que as ameaças representadas pela devastação do meio ambiente e a persistência da pobreza, problemas impossíveis de resolver pelo antigo paradigma, não são mais que a indicação de que o paradigma social alcançou seus limites (CAPRA, 1995). Outro acréscimo na teorização sobre os paradigmas, no sentido da compreensão do que ocorre na sociedade é de Boaventura de Sousa Santos, para quem os paradigmas socioculturais nascem, desenvolvem-se e morrem. Mas, "ao contrário do que se passa com a morte dos indivíduos, a morte de um paradigma traz dentro de si o paradigma que lhe há de suceder", ainda que esta passagem da morte para a vida não disponha de um referencial seguro ou firme o suficiente para ser percorrida com segurança. SOUSA SANTOS (2001) distingue na transição paradigmática duas dimensões principais: a epistemológica e a societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente. A transição societal, menos visível, envolve campos como o da democracia, política, ética, visão de mundo, jogo do poder, a inclusão ou a exclusão, o local ou o global, entre outras coisas. A definição da transição paradigmática implica a definição de lutas para aprofundar a crise do paradigma, acelerando a transição. Ocorre que a transição paradigmática é um objetivo de muito longo prazo, enquanto as lutas sociais, políticas e culturais, até por uma questão de credibilidade, tem de ocorrer no curto prazo, "no prazo de cada uma das gerações com capacidade e vontade para as travar" (SOUSA SANTOS, 2001).

> [...] deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante, já que todas elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias regulatórias [...] A ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objecto e conseqüentemente o não reconhecimento do outro como sujeito. Nesta forma de conhecimento [o "conhecimento-emancipação"], conhecer é reconhecer e progredir no sentido de elevar o outro da condição de objecto à condição de sujeito. Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade (SOUSA SANTOS, 2001:16-30).

O pensamento filosófico, sob pressão e efeito da crise ecológica que vem se desenhando há quase meio século, desenvolveu um novo paradigma mediante o qual sua própria concepção passou a estar submetida a uma transformação profunda, que tem cada vez maior incidência nas suas disciplinas básicas, como a Metafísica, a Ética, a Antropologia e, obviamente, a Filosofia da Natureza. Desde meados do século XIX, muitos filósofos – entre os quais Kierkegaard, Heidegger e Feuerbach[12]– já prenunciaram essa tendência geral da Filosofia contemporânea em ultrapassar o antropocentrismo e colocar no principal fundamento da realidade a correlação originária entre homem e natureza. Ou seja, um modo de pensar que considera a existência humana do ponto de vista concreto na diversidade de relações que estabelece com o mundo natural, dirigindo a atenção às questões éticas disto decorrentes, especialmente aquelas objetivas, que são relativas à afirmação do valor intrínseco e aos direitos de todos os seres, incluindo a flora e a fauna, como as subjetivas, baseadas na discussão de uma atitude de responsabilidade e contenção das ações humanas.

De acordo com SOUSA SANTOS (2005), ao *paradigma capital-expansionista*, hoje ainda dominante, vem se contrapondo o *paradigma eco-socialista*. O primeiro – o da modernidade – caracterizar-se-ia pelo fato do crescimento social ser medido essencialmente pelo crescimento econômico, sendo este contínuo e assentado na industrialização e no desenvolvimento tecnológico, que seriam virtualmente infinitos. Neste caso, há uma total desvinculação entre a natureza e a sociedade, já que a primeira é vista como matéria; valorizável apenas em condição de produção. Além disto, a continuidade da transformação social, garantida pelo sistema produtivo, assentar-se-ia na propriedade privada dos bens de produção, a qual justificaria que o controle sobre a força de trabalho não tenha de estar sujeito a regras democráticas.

---

[12] Ludwig Feuerbach (1804-1872) foi um pensador alemão que, após estudos de teologia, seguiu a filosofia idealista de Hegel, segundo a qual a mundo seria constituído por idéias, mesmo que houvesse desacordo quanto à natureza destas e ao conhecimento humanos delas. Para Hegel, a consciência progredia colocando diferença contraditória dentro de si e tentando depois vencer essa contradição ou auto-alienação por meio de uma melhor perspectiva. Diante desta argumentação, Feuerbach concluiu como óbvio o erro da religião: o homem projeta toda a própria perfeição "irrealizada" em uma entidade imaginária não humana – Deus – ao invés de se preocupar com a melhoria realizável dos outros seres humanos. Acabou rompendo com a filosofia hegeliana em *Crítica da filosofia de Hegel* (1839) e, com *A essência do cristianismo* (1841), marcou uma cisão fecunda entre os hegelianos de esquerda e os de direita. Para ele, o fato religioso seria tanto mais profundo e revelador quanto mais aparece como fato humano mais nobre e elevado: Deus não somente seria a mais bela criação do homem, como a Sua própria história seria a história do desenvolvimento humano. Depois, migrou para o materialismo radical, ao afirmar que "tu és o que comes", querendo dizer que as necessidades materiais estão primeiro e as idéias vêm em segundo lugar. Tal postura que combinava o hegelianismo e o materialismo criou as bases para as idéias de Karl Marx (1818-1883).

Já o paradigma emergente, o eco-socialista, fundamentar-se-ia no fato do desenvolvimento social aferir-se pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais, sendo maior, a nível global, quanto mais diverso e menos desigual. Aqui, a natureza seria a segunda natureza da sociedade e, como tal, não se confundiria com ela nem lhe seria descontínua. Haveria um estrito equilíbrio entre as três formas principais de propriedade – a individual, a comunitária e a estatal –, cada uma delas devendo operar de modo a atingir seus objetivos com o mínimo controle do trabalho de outrem. Enquanto construção intelectual, esse novo paradigma - o da complexidade – decorreria de um diálogo intercultural muito amplo e, tanto quanto possível, horizontal, assentando-se em tradições muito variadas.

> No que respeita às tradições européias, são de mencionar a tradição comunitarista, o organicismo leibniziano, o movimento romântico, o socialismo utópico, o marxismo, e, no que respeita às tradições não-européias, as culturas indus, chinesas e africanas, a cultura islâmica e as culturas dos povos nativos americanos. O paradigma eco-socialista alimenta-se das margens e do Sul e, como se calcula, elas são muitas, muito plurais e mesmo babélicas. São como que o outro centro, eurocêntrico, moderno, capitalista, o qual faz proliferar as margens e o Sul na exacta medida do seu autoritarismo e do seu carácter excludente. Esta babel de raízes é convocada e activada por uma enorme diversidade, igualmente babélica de movimentos sociais e organizações não governamentais locais e transnacionais, ecológicos, feministas, operários, pacifistas, de defesa dos direitos humanos, dos direitos dos consumidores, e dos direitos históricos dos povos indígenas, de luta contra o ajustamento estrutural ou a violência urbana, de luta pelos direitos dos imigrantes ilegais, dos refugiados, das minorias, das sexualidades alternativas, etc. (SOUSA SANTOS, 2005:336-7).

As novas e alternativas formas de socialidade contemporânea que eclodem neste início de milênio, estas apontadas por Bonaventura de Sousa Santos – caracterizadas pela multipolaridade, pela interdependência, pela ambivalência e pela hibridez –, estão exigindo novos modos de compreensão sociológica – uma "sociologia das ausências" – e colocam um novo papel para a imaginação na vida social[13]. Diante deste quadro,

> [...] os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma *sociologia das ausências* que proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemónicos e contra-hegemónicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem. O silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida (SOUSA SANTOS, 2001:30).

[13] De acordo com SOUSA SANTOS (2002), o paradigma da modernidade opera pelo estabelecimento de pólos opostos e alienantes, tais como: homem/natureza, sujeito/objeto, corpo/mente, conhecimento científico-teológico/conhecimento popular, ciências da natureza/ciências humanas, etc. Entretanto, o paradigma da complexidade vem se organizando no transcorrer do último século pela dissolução das polaridades, por intercessões múltiplas e pela simultaneidade de perspectivas. Enquanto "o discurso colonial assentou na polaridade entre o colonizador (Prospero) e o colonizado (Caliban), o pós-colonialismo salienta a ambivalência e a hibridez entre ambos já que não são independentes um do outro nem são pensáveis um sem o outro" (SOUSA SANTOS, 2002:31). Além disto, uma questão fundamental lembrada pelo autor é que os paradigmas não mudam em anos, mas em séculos; e no período de emergência de um novo paradigma há a convivência dos paradigmas por largo espaço de tempo. Logo, na emergência do paradigma da complexidade – que teve início aproximadamente há um século –, o da modernidade ainda não deixou de ser fundamental para a ciência e para cultura; o que se tem observado é a convivência necessária de ambos paradigmas, o que vai acontecer por mais algum tempo.

SOUSA SANTOS (2001) refere-se a uma possibilidade de produzir uma globalização contra-hegemônica: o recurso ao cosmopolitismo, ou seja, uma "solidariedade transnacional entre grupos explorados, oprimidos ou excluídos pela globalização hegemónica" (p.337); redes estas que estariam sempre atentas às diferenças e que conseguiriam colocar novas significações em circulação, as quais desestabilizassem as significações existentes. Torna-se necessário que elas produzam culturas públicas, que criem o seu próprio "espaço" contra-público. Passa-se então a discutir sobre os recursos a que se tem ou não acesso e nos que se podem criar para apoiar a disseminação e valorização dessas forças de desestabilização de "fronteiras"[14]. Ou seja, em que lugares urbanos, como e através de que usos se poderia promover um "consumo subversivo"?

> [...] Ao subverter os essencialismos, a hibridez pode alterar as relações de poder entre os sentidos dominantes e os sentidos dominados. O espaço híbrido cria abertura pelo modo como descredibiliza as representações hegemónicas e, ao fazê-lo, desloca o antagonismo de tal modo que ele deixa de sustentar as polarizações puras que o constituíram (SOUSA SANTOS, 2002:33).

Neste ponto, há uma aproximação da concepção de MAFFESOLI (2000), segundo a qual a sociedade de massas proporcionaria o surgimento de grupos ou *tribos* que funcionam como comunidades dentro da sociedade. Ao contrário da massa, onde as relações entre os indivíduos são de interesses estratégicos, as chamada "tribos" teriam como fundamento de suas relações a solidariedade, funcionando esta como uma rede que (inter)liga os grupos à massa[15].

> Essa ligação não tem a rigidez dos modos de organização que conhecemos. Remete antes a uma ambriência, a um estado de espírito, manifesta-se, de preferência, através dos estilos de vida que vão privilegiar a aparência e a "forma". Trata-se, de algum modo, de um inconsciente (ou não-consciente) coletivo que serve de matriz à multiplicidade das experiências, das situações, das ações ou das deambulações grupais. Desse ponto de vista é chocante observar que os ritos de massa contemporâneos resultam dos microgrupos que, por um lado, são bem diferenciados, e, por outro, formam um conjunto indistinto e um tanto confuso; o que nos remete à metáfora orgiástica e à superação da identidade individual (MAFFESOLI, 2000:139).

---

[14] De acordo com SOUSA SANTOS (2002), todos os sistemas sociais existem para criar fronteiras – assimetrias; diferenciações – e mecanismos de policiamento dessas fronteiras. Uma vez desestabilizadas, essas fronteiras tornariam de difícil aplicação os mecanismos de policiamento; e o sistema entraria em colapso. Para ele, as identidades não passam de "relações de diferenciação desiguais", as quais teriam poder para declarar ou silenciar/invisibilizar a diferença, ou seja, teriam poder para "hierarquizar essas diferenças" (p.46).

[15] Vale aqui destacar a opinião de TOURAINE (1996) que diz, ao afirmar que a sociedade de massas tem como base principal a relação entre oferta e demanda como garantia de maior liberdade possível – já que a intervenção do Estado é reduzida e o consumo mais diversificado e menos padronizado –, que não se pode cair na ilusão de que nela haja consumidores individualizados, pois justamente por ser caracterizada pela ausência de controle social, surgem nela grupos que se relacionam através da herança cultural e filiação; e não através de interesses econômicos e relações sociais. Destaca que a democracia será ameaçada se a sociedade de massa fragmentar-se em grupos em luta pela identidade, rejeitando qualquer norma social que interfira no seu modo de vida. A democracia deve ser entendida como instrumento para passar do consumo individual de bens para escolhas sociais, que colocam o cidadão – membro de uma sociedade política que delibera sobre a forma de empregar seus recursos e princípios de ação – acima do indivíduo consumidor, destruindo as barreiras sociais e culturais. Por isto, é importante que a liberdade de associação e expressão caminhe junto com a democracia, pois é através dela que as demandas pessoais chegam à vida pública e às decisões políticas. Conseqüentemente, a democracia só é possível se um grande número de pessoas tiverem vontade de exercer o poder – de participar das decisões que afetam suas vidas –; e esta consciência democrática deve ser alimentada pelo reconhecimento dos diferentes interesses e pela vontade de atingir o maior nível possível de integração social interno.

O culturalismo francês, especialmente os escritos de Edgar Morin (1921-) e Michel Maffesoli (1944-), permite-nos encontrar subsídios para analisar e, mais ainda, visualizar um possível caminho que afaste o pessimismo e a sensação de nada poder fazer diante do quadro baudrillardiano, especialmente no que se refere às ecotopias urbanas representadas pelo parquismo curitibano. Ao discutir a imperfeição cotidiana, sem se preocupar em indicar um devir – um deverá vir a ser em um futuro que é determinado de acordo com as ideologias organizadoras da razão moderna – e entendendo sua natureza paradoxalmente harmônica, MAFFESOLI (1995) nos oferece um instrumental teórico que possibilita encontrar nas utopias de uso uma condição de escape. Da sua visão de contexto e sua atenção ao não-racional, ao não-lógico, ao emocional e ao afetivo, pode-se desenhar o renascer do inconformismo, da transgressão e da desestabilização, em que Sousa Santos também acredita.

Percebendo a complexidade das coisas superficiais da vida cotidiana e a importância do afeto, do amor e da dimensão espiritual da organização social humana, ele, assim como MORIN (2003), faz-nos ver que, como espaços concretos e verdadeiramente públicos, os bosques e parques urbanos de Curitiba tornam-se receptáculos para a manifestação do encontro, do convívio e da troca social; elementos estes fundamentais à socialidade humana, que constrói diariamente relações sociais e culturais. Assim, estamos vivendo um processo dolorido de "reencantamento" (MAFFESOLI, 1995) através de emoções partilhadas em conjunto ou em nossos pequenos grupos de indivíduos que compõem uma grande massa de seres que fazem parte de um frágil sistema que consiste o planeta. Para ele, o retorno à comunidade e ao reencantamento da vida – tão necessários na solução dos desafios ambientais contemporâneos – somente pode ocorrer através do simbólico, das imagens ou do imaginário[16]; idéia esta compartilhada por TORO (1996) quando diz que "[...] a forma como a paixão se mobiliza não é através da lógica, mas sim através de imagens e representações" (p.28).

As tribos suburbanas, as gangues de excluídos, os grupos de grafiteiros, as minorias discriminadas, as turmas de *skatistas*, os grupos de rock de garagem ou de *punk rock*, os eco-anarquistas e assim por diante formam as novas frentes de combate à passividade e o conformismo, nas suas mais variadas e inusitadas formas de organização e manifestação. É da sua ação que se torna possível "fazer da existência uma verdadeira obra de arte através do agir criativo sobre o que se tem ao alcance das mãos" (MAFFESOLI, 1995). É através da sua maneira de estar juntos, de buscar um consenso, mais afetivo e emocional do que racional; enfim de conviver no ambiente pós-moderno, que as utopias renascem; e com elas a sua força libertária.

[16] Ao discutir a "trágica eflorescência da forma" que ocorre atualmente, MAFFESOLI (1995), contribui com nossa análise através de outro elemento que vem enriquecer o debate sobre o esquema dos diferentes níveis de comunicação na mobilização social. Trata-se da "epifanização das aparências" (p.147), que, segundo ele, aconteceria, por exemplo, na publicidade: a aceitação de uma campanha dependeria da capacidade das agências de tornar visível a força invisível das idéias, dos produtos ou das empresas. Através de uma nova lógica ou "ética de reciprocidades", nasce então uma nova relação entre o homem e os outros seres com os quais compartilha a biosfera, o que exigiria o "reenfeitiçamento do mundo", isto é, passaria a haver interações intersubjetivas entre as partes – e não mais relações de sujeito e objeto –, as quais seriam mediadas simbolicamente. Para o autor, "a imagem é antes de tudo um vetor de comunhão, ela interessa menos pela mensagem que deve transportar do que pela emoção que faz compartilhar" (p.93).

Em um mundo desagregado, nunca o agrupamento foi tão necessário, pois como diz MAFFESOLI (1995), "o indivíduo, longe de ser um átomo isolado, só pode existir e crescer quando assume um papel em um ambiente de comunhão [...] O que permite a todos exprimir e viver muitas potencialidades de seu ser" (p.79). Os espaços verdes dentro da cidade constituem em cenários, mas, ao invés de vê-los como palco inerte, deve-se compreendê-los como ambientes de comunhão, de novas socialidades e novas iniciativas de transformação ecotópica; de mobilização social. E, como TORO & WERNECK (2004) acrescentam, recorrendo ao vocabulário religioso:

> [...] a mobilização se concretiza quando os gestos, as crenças e as informações se consolidam, se propagam, se multiplicam e geram ações que concorram diretamente para os objetivos em função dos quais está sendo proposta [...] É o momento de verificação pública quando, através de símbolos, manifestamos nossas crenças, renovamos nossa fé, sentimentos e disposições (TORO & WERNECK, 2004:80).

No mundo contemporâneo, em todos os grupos de todas as sociedades, cresce a necessidade de mobilização; e, é cada vez mais difícil aos grupos dominantes, sejam eles quais forem, construir sistemas de dominação que perdurem ou pelo menos consigam se manter sempre apoiados nos mesmos regimes. A instabilidade e a precariedade dos próprios regimes de dominação constituem uma conquista, mesmo frágil e sempre alerta, dos subordinados.

> Não há um princípio único de transformação social [...] Não há agentes históricos únicos nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces da dominação e da opressão [...] Sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam. Na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Mais do que de uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria da tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos "conversarem" sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam (SOUSA SANTOS, 2001:26).

Foram das conclusões existencialistas e, mais precisamente dos estudos de MERLEAU-PONTY (2000), que se chegou à constatação de que a natureza deve assumir o lugar de uma importante ramificação do questionamento ontológico, ou seja, consiste no próprio ser sensível, inscrito em um corpo compreendido como espaço-tempo vivido; "um objeto de onde surgimos, de onde nossas preliminares, pouco a pouco, foram sendo colocadas até o instante de se juntarem a uma existência, continuando a sustentá-la e a fornecer-lhe seus materiais". A crise ecológica deixou claro que a evolução social não deve ser apenas entendida como uma emancipação das limitações derivadas da natureza e das amarras da socialidade humana, assim como não deve ser aferida somente pela capacidade de transformar a natureza em uma mera reserva de "recursos" naturais capazes de garantir a sobrevivência dos seres humanos. Pelo contrário, incorpora-se cada vez mais a conclusão de que o progresso social está intimamente associado com a capacidade do homem manter o metabolismo social com a natureza a um nível regenerativo, associando-se os sistemas socioeconômico e natural.

Para BAUDRILLARD (1996a), a cidade tornou-se simultaneamente um espaço neutralizado e homogeneizado; o espaço da indiferença, da segregação crescente dos guetos urbanos; enfim, o espaço esfacelado dos signos distintivos. Cada prática ou cada instante da vida cotidiana está marcado por múltiplos códigos em um espaço-tempo determinado. Os guetos raciais, na periferia ou no interior das cidades, não passam da expressão limite desta configuração do urbano:

> um imenso centro de triagem e de enclausuramento onde o sistema se reproduz não só economicamente e no espaço, mas também em profundidade, através da ramificação dos signos e dos códigos, através da destruição simbólica das relações sociais [...] Existe uma expansão horizontal e vertical da cidade, à imagem do próprio sistema econômico. Mas existe também uma terceira dimensão da economia política – a do investimento, da quadriculação e do desmantelamento de toda a socialidade mediante os signos. Contra esta, nem a arquitetura nem o urbanismo podem coisa alguma, porque eles próprios procedem do novo giro assumido pela economia geral do sistema. São a sua semiologia operacional [...] Hoje [a cidade] é, prioritariamente, o lugar de execução do signo como de uma sentença de vida e de morte (BAUDRILLARD, 1996a:132).

Para o filósofo francês, a matriz do urbano – que prioritariamente foi o lugar de produção e da realização da mercadoria, da concentração e da exploração industriais – já não é a da realização de uma *força* – a força do trabalho –, mas a da realização de uma *diferença* – a operação do signo. Ela deixou de ser o polígono político-industrial que foi durante o século XIX; e transformou-se no polígono dos signos, dos *mass media* e do código. De repente, a sua verdade já não reside mais em um local geográfico – como a fábrica ou até mesmo o gueto tradicional –, mas está por todo lugar como enclausuramente na forma/objeto: na televisão, na publicidade, no gueto dos consumidores/consumidos, nas leituras lidas de antemão, nos descodificadores codificados de todas as mensagens, nos circulantes/circulados do metrô, nos jogadores/jogados do tempo de lazer, etc. "Cada espaço-tempo da vida urbana é um gueto; e todos estão conectados entre si" (BAUDRILLARD, 1996a:133).

A velocidade e o ritmo da vida urbana contemporânea, somados aos avanços tecnológicos na área da informação e comunicação, fizeram com que se trocassem o espaço pelo tempo; e a noção do mundo à alta velocidade passou a dar a impressão de que sobram imagens e de que faltam imaginários – isto é visível na sociedade americana[17]. Nestes termos, o atual desafio é trazer à informação mais formação, possibilitando uma reflexão mais profunda sobre o que representa o meio ambiente e, ao mesmo tempo, uma revisão dos padrões de desenvolvimento e consumo.

---

[17] Para BAUDRILLARD (1986), a velocidade seria o triunfo do efeito sobre a causa; da instantaneidade sobre o tempo como profundidade; da superfície e da objetividade pura sobre a profundidade do desejo. A velocidade criaria um espaço iniciático que pode implicar a morte e do qual a única regra consistiria em apagar os vestígios. Triunfo do esquecimento sobre a memória, a embriaguez inculta; uma superficialidade e reversibilidade de um objeto puro na geometria pura do deserto. "A velocidade é criadora de objetos puros, ela própria é um objeto puro, pois que apaga o solo e as referências territoriais, pois que refaz o percurso do tempo para o anular, pois que vai mais rápida do que a sua própria causa e reconstitui-lhe o curso para a aniquilar [...] rodar cria uma espécie de invisibilidade, de transparência, de transversalidade das coisas pelo vazio. É uma espécie de suicídio moroso, pela extenuação das formas, forma aprazível de seu desaparecimento" (p.11).

> Não esqueçamos que o que faz a originalidade mesma da era planetária do século XX, a constituição de um espaço-tempo planetarizado complexo no qual todas as sociedades, arrastadas num mesmo tempo, vivem nele tempos diferentes – tempo arcaico, tempo rural, tempo industrial, tempo pós-industrial, etc. Tudo isso deve nos levar a romper com a idéia de que doravante é preciso alinhar todas as sociedades com base no tempo mais rápido, o tempo cronometrado, o tempo ocidental. Deve nos levar a viver a complementaridade dos tempos diferentes, a conter a invasão do tempo cronometrado, a desacelerar o tempo ocidental (MORIN & KERN, 2002:155).

Na perda do objeto, a ecologia passa a ser todos os seres humanos: atores de uma nostalgia da natureza, da consciência "eco-lógica" e, finalmente, da emancipação do sujeito. As ecotopias desaparecem, quando a banalização, a massificação e o consumo desmedido são transformados em valores compensatórios, prontos a escamotear a trivialização da vida que, assim, pode ser suportada. Porém, a utopia é inerente ao pensamento humano; e deve sobreviver; sobreexistir. O caso de Curitiba e, especificamente, de suas áreas verdes – ícones de um sonho ecotópico que se transmutou em cenários publicitários –, exemplifica esses fenômenos denunciados pela crítica filosófica contemporânea, mas que não deve ser vista como fatalista; ou mesmo, fatídica. Isto porque à idéia de que o consumo ocupa na vida humana o lugar de outras instituições que não possuem mais legitimidade para definirem o que o homem é e o que deve ser, precisa-se contrapor uma nova perspectiva; uma postura algo sartreana.

Exposto a essa grande variedade de produtos e serviços – ao "consumo" verde tanto de bens como de espaços em um mundo pós-moderno – , o ser humano depara-se com a possibilidade de se posicionar diante deste mesmo mundo, de descobrir quem verdadeiramente é; de quem essencialmente quer ser, não através de uma busca desesperada pela ausência de significado, mas o contrário, por meio da oportunidade de preenchê-la com sua identidade e sua crítica à realidade, quem sabe combatendo o sentimento de insegurança ontológico e dirigindo-se à ação; à força de transformação. Se, como Sousa SANTOS (2005) afirma, "uma compreensão profunda da realidade é essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não colida com seu realismo" (p.323), então foi aqui dado um passo. Pequeno que seja, mas adiante. Por novas utopias; ainda *ecotopias urbanas.*

E uma observação do professor Ademar Heemann complementa:

> Criatura atormentada, parece que o *animal simbólico* jamais será capaz de dispensar os paraísos artificiais por ele mesmo inventados. O vazio existencial não lhe deixaria outra alternativa senão a busca da autotranscendência. Encontra nas drogas e outras invenções o sucedâneo que prolonga a agonia de sua vida monótona e dolorosa. Um mundo ordenado e de esperança sempre foi o principal apetite de sua alma (HEEMANN, 2001:45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda sociedade humana, por mais avançada que seja, depende de suas relações de troca com a natureza para sobreviver. Tomando-se por base o modo de vida das comunidades tradicionais, verifica-se que as sociedades verdadeiramente sustentáveis caracterizam-se por exercer o controle local sobre o meio ambiente, desenvolvendo um conhecimento detalhado sobre ele e assimilando-o à própria cultura, além de atuar abaixo da capacidade de suporte sustentável dos ecossistemas. Pode-se dizer que uma *sociedade sustentável* seria somente aquela que consegue enxergar longe, sendo flexível e suficientemente sábia para não colocar em risco seus sistemas de suporte, sejam eles físicos ou sociais. Deste modo, a qualidade ambiental do meio construído e artificial deverá sempre estar relacionada às exigências do meio ambiente natural, o que implica diretamente na adoção de uma nova forma de planejamento urbano diversa da atual.

Para que uma sociedade seja *socialmente* sustentável, as contribuições da população, do capital e da tecnologia teriam de ser configuradas de forma a proporcionar condições materiais de vida, adequadas e seguras, para todos seus membros; e, para que seja *fisicamente* sustentável, os fluxos de materiais e energia da sociedade teriam de atender, em termos básicos, a três condições: as taxas de uso de recursos renováveis não deveriam exceder as de regeneração; as taxas de uso de recursos não-renováveis não deveriam ultrapassar as com que os seus substitutos renováveis fossem desenvolvidos; e, por fim, as taxas de emissões poluentes não deveriam avançar a capacidade de assimilação do meio ambiente. Logo, a sustentabilidade do desenvolvimento urbano depende criticamente de uma gestão correta dos recursos ambientais comuns à cidade, os quais se compõem, entre outros, de sua atmosfera, da bacia hídrica que a abastece e dos elementos territoriais que oferecem serviços de localização espacial, de recarga de lençóis freáticos, de reserva ecológica, e de criação e/ou conservação de componentes naturais (flora e fauna).

Partindo desses pressupostos, é inquestionável que a noção de sustentabilidade urbana tenha se transformado como o novo paradigma do desenvolvimento humano e provavelmente venha a ocupar lugar central nos debates contemporâneos que pretendam relacionar o processo de urbanização à questão ambiental. O curso de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MAD-UFPR nasceu do propósito de debater tal problemática; e de modo específico em Curitiba e sua Região Metropolitana.

Hoje, acredita-se que a cidade sustentável seria aquela que recicla seu lixo, reaproveita sua água e faz uso de energias renováveis. Além disso, deve ser planejada conforme usos sustentáveis, fazendo uma boa utilização dos transportes, uma adequada distribuição de seus espaços e uma satisfatória preservação de áreas verdes e nascentes. Paralelamente, deve ser construída por uma

arquitetura que aproveite os recursos naturais, minimizando custos e desperdícios, e reintegrando o homem à natureza. Dispõe-se atualmente de uma tecnologia própria para a criação de cidades e edifícios ecológicos, resultado de movimentos dirigidos para o desenvolvimento de projetos que levem em consideração a eficiente utilização das energias naturais, como a solar, a eólica ou a hídrica; e a utilização de materiais que, na sua fabricação e aplicação, não gerem danos, ou ainda minimizem desastres possíveis no meio ambiente como um todo.

Mas, pergunta-se: esses esforços não estariam sendo dirigidos mais às conseqüências do que as causas da atual crise ecológica? Quais seriam os "verdadeiros" significados presentes nesse momento histórico que a sociedade humana atravessa? E será que estamos preparados para enfrentar os desafios que essas indagações sugerem? De fato, foi preciso coragem e inspiração para enfrentar esse debate. Coragem, porque sabe-se que tal realidade tem embutida, em seu âmago, uma crise do pensamento ocidental, baseada na dicotomia entre homem e natureza, em uma concepção que os separa como sujeito e objeto, mas que urge pela sua reintegração, através de um novo modo de pensar; de um "saber ambiental", complexo e interdisciplinar, o qual somente pode ser construído através de confrontações, intersecções e, finalmente, incrustações. Inspiração, porque parte-se do gesto sartreano de determinar sentido naquilo que nos é entregue pela existência; de procurar razões que a razão desconhece; enfim, de desvendar o mundo.

Sabe-se que é preciso primeiro enfrentar a construção interdisciplinar de uma nova postura ética e profissional, onde o lado técnico-ambiental coloca-se ao nível das preocupações socioculturais, ao mesmo tempo em que os conceitos filosóficos, ao lado das contribuições da História, da Geografia, da Física, da Biologia, da Sociologia, da Economia e da Arquitetura e Urbanismo, concorrem para uma concepção abrangente e profunda da realidade em que se vive. Para isto, deve-se abrir as portas da mente e alterar o processo criativo. Deve-se perceber que a relação entre cidade e meio ambiente permeia a questão da arquitetura como envoltório, similar ao corpo humano, que deve ser transformado em algo nem natural, nem artificial, mas que esteja entre ambos.

É preciso libertar as energias, para que a arquitetura some-se à cidade e melhore sua qualidade, mobilizando teorias e práticas para assegurar a sobrevivência do ser humano assim como da natureza, já que ambos são uma coisa só; um só "corpo". É fundamental que se busque os elementos coincidentes com a busca pela qualidade de vida urbana – principal motor e razão de ser da pesquisa do grupo Urbano da Turma V – e suas relações objetivas e subjetivas coma as atividades humanas; e também com suas formas de pensar e compreender o mundo. O início deste século traz preocupações com os problemas globais – que são sentidos localmente, como os danos à biosfera, a perda da biodiversidade ou as ondas migratórias em busca de oportunidades de emprego –; e essas questões não podem ser entendidas isoladamente, porque são sistêmicas, interligadas e interdependentes.

> O paradigma que dominou a cultura por séculos modelou a sociedade ocidental e influenciou o resto do mundo. São idéias e valores como a visão do universo qual sistema mecânico, a visão de corpo como máquina, da vida em sociedade como luta competitiva, a crença no progresso ilimitado via crescimento econômico e tecnológico, os papéis sexuais. Todas essas suposições são desafiadas, há revisão radical delas (CAPRA, 1995:25).

Essa pesquisa procurou rascunhar uma investigação que abrangesse a complexidade da problemática contemporânea da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, adotando o caso dos bosques e parques públicos de Curitiba como foco de estudo, o que possibilitou a tangência a temas que permeiam a crítica pós-moderna, principalmente no que se refere à cidade, à natureza, à ecologia e à utopia. Centrada na discussão sobre as *ecotopias urbanas*, principalmente expressas através da criação e implementação de parques nas cidades, quis construir um arcabouço teórico-conceitual que fundamentasse um posicionamento crítico e, ao mesmo tempo, alimentador de futuras incursões pelo vasto campo que constitui atualmente a pesquisa na área ambiental no país.

Em um momento inicial, fez-se necessário abordar as questões metodológicas a respeito da prática interdisciplinar e de construção do saber ambiental. Depois, do primeiro capítulo, extraiu-se a conceituação da cidade como fenômeno socioespacial, em uma abordagem histórica que salientasse as teorias e as práticas de atuação sobre o espaço urbano, como o nascimento do *planning*, a eclosão das megacidades e a gestação do ideal do *desenvolvimento sustentável*. Geógrafos, sociólogos, historiadores, economistas e urbanistas contribuíram com seus estudos sobre a realidade das cidades e o processo de urbanização, o qual desenhou na atualidade o quadro de uma sociedade eminentemente urbana que colocou em xeque sua relação com o meio natural. No mundo pós-moderno, em que proliferam percepções fragmentárias e opiniões dissonantes, encontrou-se na argumentação de alguns autores as bases de enfrentamento à problemática que se pretendia desvendar.

No segundo capítulo, enveredou-se pelo campo da Filosofia pela tentativa da construção de um conceito de natureza, atravessando o pensamento grego, as concepções medievais, as constatações renascentistas até o ideal iluminista que separa definitivamente homem e natureza, sujeito e objeto. Esta forma cartesiana de pensar o universo foi apontada como uma das causas da atual crise ecológica, da mesma forma que se procurou denunciar as críticas empreendidas pelo pensamento romântico, um dos motores para a retotalização do pensamento ocidental. Foi possível compreender os diversos nuances que a relação homem/natureza traz no seu bojo, permitindo novas especulações. Quanto se abordou a Ecologia, no capítulo seguinte, procurou-se partir do naturalismo e do ecologismo até chegar às constatações da Filosofia da Existência – a compreensão do "ser-para-si" e da "corporificação" do processo perceptivo, tendo como base a fenomenologia –; e suas contribuições para o despertar ecológico que se processou a partir da década de 1960. Filósofos, sociólogos, biólogos e economistas vieram se somar, através de seus estudos, no entendimento da dimensão

ecológica dos problemas contemporâneos, assim como ampliar o conhecimento a respeito da atual abrangência do ambientalismo.

No quarto capítulo, as utopias passaram a ser o foco principal do estudo, compreendidas como um elemento presente e necessário ao pensamento humano, o qual se manifestou durante a história da humanidade de várias formas, mas sempre expressando o ideal de algo por vir – ou que foi perdido –, incluindo imagens ideais de sociedades, cidades e ambientes. Apresentaram-se suas principais manifestações e experiências arquitetônicas e urbanísticas, conectando-as aos ideais filosóficos que a fundamentaram, da mesma forma que se enfatizou as tecnotopias e as ecotopias que proliferaram a partir dos anos 60 e 70 no mundo ocidental, inclusive enfocando as diretivas revolucionárias dos eco-anarquistas e dos situacionistas, que contribuíram enormemente para a formação e consolidação do despertar ecológico e da força de movimentos denunciadores e críticos da realidade.

Essa nova forma de entender a natureza expressa pelos movimentos ambientalistas foi abordada sumariamente no penúltimo capítulo. Neste, explorou-se as conseqüências da mudança da postura científica para a compreensão do mundo e também a origem da formação dos parques urbanos como entidades constituintes da cidade, especialmente na Era Contemporânea. O estudo dos movimentos de retorno à natureza, de idealização da paisagem e de transformação da cidade em produto mercadológico compôs a abordagem que se pretendeu interdisciplinar, ampla e provocativa. Já o estudo de Curitiba e sua evolução socioespacial concentrou-se no sexto e último capítulo, no qual se fez um panorama desde sua origem histórica, relacionada às suas condicionantes econômicas, até sua afirmação como comunidade; seu desenvolvimento como centro administrativo, cultural e de produção; seu processo de planejamento urbano e *city marketing*; até a definição de suas áreas livres, especialmente os bosques e parques públicos que se constituíram em símbolos e modelos da capital paranaense. Por fim, fez-se a avaliação do caráter dessas áreas verdes à luz dos questionamentos pós-modernos – sob as óticas filosófica, sociológica e também arquitetônica, entre outras – e das denúncias baudrillardianas de um mundo contemporâneo onde a imagem substitui a realidade.

Da constatação e denúncia da "espetacularização" e da "mercantilização" dos parques curitibanos, que, por conseqüência direta de sua própria e efetiva realização, esgotaram seus ideais ecotópicos, viu-se (re)nascer novas utopias que, ao invés de celebrar o passado ou lamentar o presente, pretendem-se emancipatórias e contribuintes na construção de um futuro libertador. A partir do uso e apropriação dessas áreas verdes em meio aos espaços urbanizados que não deixam de ser redutos de convivência com a natureza e também de convívio social da população, vislumbra-se a possibilidade da ação transformadora do homem que, como ser vivente – que existe, pensa e sente ao mesmo tempo – tem em suas próprias mãos a força, a vontade e a capacidade de mudar sua situação e a de toda a coletividade através de um trabalho conjunto, eco-lógico e eco-consciente.

Procurou-se ir além de uma interpretação negativa dos fenômenos que afligem a pós-modernidade – experienciados através do estudo de caso dos parques curitibanos –, apontando para uma constatação e quiçá um novo reordenamento, o qual traga em seu âmago o movimento para a gênese de um "outro" futuro; este talvez não controlado pelo racionalismo organizador moderno, mas baseado em outras formas de relacionamento e na regência dos fenômenos sociais pela emocionalidade e pelo amor. Um mundo utópico e, por isto mesmo, incentivador, pois

> [...] o nosso lugar é hoje um lugar multicultural, um lugar que exerce constante suspeição contra supostos universalismos ou totalidades (SOUSA SANTOS, 2001:27).

Enfim, esta tese constitui em um olhar, que embora singelo não é um olhar ingênuo, que apenas capta e acaba seduzido pela realidade vivencial; um outro olhar, que procura distinguir o real do virtual, o cenário do drama, o visível do invisível. Um olhar que se procura como interdisciplinar e investigativo, curioso e, ao mesmo tempo, surpreso, porque é desse estranhamento que nasce a dúvida, a motivação para a pesquisa e, mais, a ação transformadora. Sartre dizia: "pensar é causar". Ciente de estar enredado em uma trajetória existencial de configurações e valorações inautênticas, esse olhar quis sê-lo criticamente, deslocando-se da mera condição de figurante no imenso e disperso elenco da sociedade de massa. Um olhar que vê o espetáculo, mas não apenas o enxerga. Entra nele, investiga-o em seus interstícios, desconstruindo-o. E, também, incorporando-o.

Expressa a conclusão – mas não o fim – de um despertar possibilitado por este programa de formação de doutores da UFPR que, enquanto amálgama de idéias, opiniões e vetores, mostrou-se rico em experiências sobre a universalidade da discussão ambiental e, ao mesmo tempo, sua vinculação ao nosso ambiente urbano ou, mais ainda, ao nosso espaço individual; o conjunto ímpar entre corpo e mente, mas que tem em seu microcosmos a magnitude do macrocosmos; sua complexidade. Como cidadão, cumpriu-se através de uma contribuição para o olhar diferente. Oscar Wilde já dizia que "o verdadeiro mistério do mundo está no visível e não no invisível". Como pesquisador, constituiu-se na oportunidade da coleta de informações, da confrontação de opiniões, da seleção de pontos de vista, da descoberta de similitudes entre conhecimentos disciplinares – antes separados, agora engendrados – e da construção teórico-conceitual de um objeto de pesquisa. Nada pode ser compreendido em si, se não vir envolto do todo; e se não trazer dentro de si o próprio sujeito que, por sua vez, acaba vendo-se refletido no próprio objeto.

E como indivíduo, todo o processo de doutoramento significou um "desvendar-se" para o mundo; um "projetar-se" para além. Descobrir o outro é sempre descobrir-se diferente e diferentemente. E devo concordar com Dostoievski:

> posso testemunhar que, no ambiente mais ignorante e mesquinho, encontrei sinais incontestáveis de uma espiritualidade extremamente viva [...] O segredo da existência humana consiste não somente em viver, mas ainda em encontrar um motivo de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

ARANTES, O. B. F. *Arquitetura simulada.* In: NOVAES, A. (Org.). **O olhar.** 7a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 528p.

_____. **O lugar da arquitetura depois dos modernos.** 3a. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2000.246p.

ASCHER, F. **Metapolis: acerca do futuro da cidade.** Lisboa: Celta Oeiras, 1998.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ciências passo-a-passo, n. 49, 2004. 68p.

BAUDRILLARD, J. **A ilusão vital.** Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. 83p.

_____. **A troca simbólica e a morte I.** Lisboa: Edições 70, Col. Arte & Comunicação, n. 61, 1996a. 208p.

_____. **América**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 108p.

_____. **El crimen perfecto.** Barcelona: Anagrama, 1996b. 278p.

_____. **Senhas.** Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001b. 84p.

_____. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, Col. Antropos, 1991. 202p.

_____. **Sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, Col. Arte & Comunicação, 2000. 216p.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 334p.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 272p.

BENJAMIN, C. **Diálogo sobre ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 200p.

BOEIRA, S. L. **Como entender o ambientalismo?** [*On line*]
Disponível em: <http://www.sj.univali.br/~slboeira/ Ambientalismo.htm> Acesso em: 17.jan.2005.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualidade.** 2a. ed. São Paulo: Ática, 1999. 180p.

BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement.** Paris : Les Editions de Minuit, 1979.

CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 400p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix. 1995. 447p.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBASE, v. I, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura.** 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, vol. 1, 2003. 698p.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. 418p.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 3a. ed. São Paulo: Cortez 2001. 430p.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997a. 238p.

DEBORD, G. *Comentários sobre a sociedade do espetáculo.* In: DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997b. p.165-237

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2004. 304p.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995. 224p.

FINE, B.; LEOPOLD, E. **The world of consumption.** London: Routledge, 1993. 344p.

FRANCO, M. DE A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2a. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 296p.

FUKS, M. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: REVAN, 1992. 144p.

GOMES, J. C. C. *O conceito de paradigma: da ciência para a sociedade.* In: **AGRONET**. Disponível em: <http://www.agronet.com.br/cgi-bin/artigos.pl?id=94601> Acesso em: 06.nov.2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6a. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993. 352p.

HEEMANN, A. **O corpo que pensa: ensaio sobre o nascimento e a legitimação dos valores.** Joinville SC: UNIVILLE, 2001. 98p.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** 2a. ed. São Paulo: Ática, 1997. 432p.

KUHN, T. S. **La estructura de las revoluciones científicas.** México: Fundo de Cultura Econômica, 1995. 319p.

LEFÉBVRE, H. **A cidade do capital.** 3a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 184p.

LUCCHESI, I. **A cultura do olhar** [*On line*] Disponível em: <HTTP://www.estacio.br/graduacao/letras/trabalhos/convidado/ivo_cultura.asp> Acesso em: 15.ago.2005.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** 7a. ed. São Paulo: José Olympio, 2002. 132p.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo.** Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Arte & Ofícios, 1995. 168p.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa.** 3a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 232p.

MARCUSE, H. **Cultura e sociedade.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, vol. 1, 1997. 201p.

MARTINS, F. E. M. *Morin, Baudrillard e a metáfora do holograma.* In: **REVISTA ELETRÓNICA RAZÓN Y PALAVRA.** México: Universidad de Monterey, n. 14. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/professores/menezes/artMorin.htm> Acesso em: 10.maio.2005.

MERLEAU-PONTY, M. **A natureza.** São Paulo: Martins Fontes, Col. Tópicos, 2000. 452p.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria.** 3a. ed. Porto Alegre : Sulina, Col. Limiar, 2002. 192p.

MORIN, E. **Para sair do século XX.** 30a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. 364p.

PORTILHO, F. **Consumo"verde", democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** [*On line*] Disponível em: <www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm> Acesso em: 31.jul.2005.

PORTOGHESI, P. **Depois da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. 310p.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências: Geografia Humana, Departamento de Geografia – FFLCH, Universidade de São Paulo – USP, 2001.

_____. *Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana.* In: **REVISTA PARANAENSE DE GEOGRAFIA.** Curitiba PR: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, n. 4, 1999. Disponível em: <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm> Acesso em: 24.jul.2005.

_____. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba PR: Palavra, 1997. 168p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 3a. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 142p.

SOUSA SANTOS, B. de. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 3a. ed. São Paulo: Cortez, Col. Para um Novo Senso Comum, v. 1, 2001. 415p.

_____. (Dir) **Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade.** Porto: Afrontamento, 2002. 576p.

_____. *Entrevista.* In: **JORNAL DE LETRAS - SEMANÁRIO CULTURAL LISBOETA.** Lisboa: 19.abr.2000. p.16.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 10a. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 348p.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica.** 12a. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2003. 782p.

SLATER, D. **Cultura do consumo & modernidade.** São Paulo: Nobel, 2002. 216p.

TEZZA, C. *Pacato cidadão curitibano: Cristóvão Tezza espelha em 11 livros o conservadorismo pós-moderno do sul.* In: **GAZETA MERCANTIL.** São Paulo: 23.fev.2001.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modelo de construir a democracia.** São Paulo: Autêntica, 2004. 104p.

_____. *Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania.* In: MONTORO, T.S. **Comunicação e mobilização social.** Brasília DF: Universidade de Brasília – UnB, 1996. p.26-40.

TOURAINE, A. **O que é democracia.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 288p.

VIRILIO, P. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real.** 2a. ed. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, Col. Trans,1994. 124p.